

Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Quotas Seniores (“Prospecto”) do
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

CNPJ nº 10.015.892/0001-58

Código ISIN das Quotas Seniores nº [●]

Classificação de Risco Preliminar da *Standard & Poor’s* para as Quotas Seniores: “**brA+**”

Rentabilidade Alvo das Quotas Seniores: a ser definido em procedimento de *bookbuilding*, sendo a remuneração máxima equivalente a à taxa da NTN-B (Notas do Tesouro Nacional, série B) + 6% a.a. (seis por cento ao ano)

Registro da Oferta na CVM nº **CVM/SRE/RFD/2008/[●]**, concedido em [●]/[●]/2008.

O MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA (“Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado com prazo regular de vigência de até 01 de novembro de 2023, é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, devidamente registrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1654859, em 09 de julho de 2008, com suas primeira e segunda alterações registradas no mesmo ofício sob o nº 1659769, em 19 de setembro de 2008, e sob o nº 1681437, em 04 de agosto de 2009 (“Regulamento”), pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores, pela Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O Fundo está ofertando, na presente Distribuição até 30 (trinta) Quotas Seniores, no valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª Data de Emissão, perfazendo o montante de até

R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais)

Observado o mínimo de 8 (oito) Quotas Seniores, a serem emitidas pelo Fundo, nos termos do Regulamento, no caso de serem subscritas e integralizadas, durante o período de distribuição, menos que 100% (cem por cento) das Quotas Seniores, o saldo das respectivas Quotas não colocado será cancelado unilateralmente pela Administradora e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas Seniores subscritas. No curso da presente Distribuição, será adotado procedimento diferenciado de distribuição, observado o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, e suas alterações posteriores, não havendo, neste caso, lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. Neste caso, a alocação final dos lotes entre os investidores poderá ser qualitativa, cabendo ao Distribuidor Líder definir a quantidade de Quotas a ser alocadas a cada investidor, tendo em vista suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, de sorte que deverão ser assegurados: (i) que o tratamento aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes do Distribuidor Líder; e (iii) que os representantes de venda do Distribuidor Líder recebam previamente exemplar do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Distribuidor Líder.

As Quotas Seniores deverão ser registradas, para negociação no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA e, para negociação no mercado secundário, no Módulo de Fundos – MF, ambos mantidos e operacionalizados pela CETIP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, exclusivamente investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, da CVM (“Instrução CVM nº 409”), que aceitem os riscos relacionados ao investimento nas Quotas do Fundo, conforme descritos no Regulamento, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados, nos termos da Instrução CVM nº 409.

Protocolo CVM datado de 23 de setembro de 2008.

“Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, nas páginas 76 a 87.”

Vide outros avisos importantes na página 3 deste Prospecto.

“A Comissão de Valores Mobiliários - CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas.”

“As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a respeito.”



Prospecto de acordo com Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento

“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços”.



DISTRIBUIDOR LÍDER, CUSTODIANTE E AGENTE ESCRITURADOR

Deutsche Bank



ADMINISTRADORA

OLIVEIRA TRUST

EMPRESA DE AUDITORIA



ASSESSOR LEGAL

MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOGADOS

A data deste Prospecto preliminar é de 05 de agosto de 2009.

AVISOS

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“As informações contidas nesse prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto e do regulamento que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto”.

“O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor”.

“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.

“Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada a de fundos similares com prazo inferior.”

“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	9
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS	23
1. Características Básicas da Distribuição das Quotas Seniores	23
2. Demonstrativo do Custo da Distribuição	24
2.1. Custo da Distribuição	24
2.2. Custo Unitário de Distribuição	24
3. Regime de Colocação e Procedimentos de Distribuição	24
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	27
1. Informações Sobre a Oferta	27
2. Cronograma da Oferta	28
3. Distribuição Parcial	28
4. Modificação da Oferta	28
CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO	31
1. Constituição e Base Legal	31
2. Público Alvo	31
3. Objetivo	31
4. Tipo de Fundo	31
5. Prazo de Vigência	31
6. Aplicação de Valores	32
7. Direitos Creditórios	32
8. Cedente dos Direitos Creditórios	32
9. Identificação dos Prestadores de Serviços	33
9.1. Administradora	33
9.2. Distribuidor Líder, Custodiante e Agente Escriturador	33
9.3. Agência Classificadora de Risco	33
9.4. Empresa Auditoria	34
9.5. Assessoria Legal	34
10. Taxa de Administração	34
11. Remuneração Devida aos Demais Prestadores de Serviços do Fundo	34
12. Gerenciamento de Riscos	35
13. Assembléia Geral	36
14. Substituição e Renúncia da Administradora, do Custodiante, da Empresa de Auditoria e da Agência Classificadora de Risco	38
15. Encargos do Fundo	39
16. Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira do Fundo	40
17. Quotas	41
17.1. Quotas Seniores	41
17.2. Quotas Subordinadas	44
17.3. Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação de Quotas	45
17.4. Amortização e Resgate	45
17.4.1. Amortização da Remuneração das Quotas Seniores	46
17.4.2. Amortização do Valor de Principal das Quotas Seniores e Amortização das Quotas Subordinadas	46
18. Pagamento dos Valores Devidos pelo Fundo aos Quotistas	48
19. Procedimentos de Dação em Pagamento	48
20. Tributação	49
20.1. Tributação Aplicável aos Quotistas	49
20.1.1. IOF	49
20.1.2. IOF sobre Operações de Câmbio – IOF/Câmbio	49
20.1.3. Imposto de Renda	50
20.1.3.1. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil	50
20.1.3.2. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior	51
20.1.3.3. Investidores Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal	51
20.1.3.4. Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal	51
20.2. Tributação Aplicável ao Fundo	51
20.2.1. IOF	51
20.2.2. Imposto de Renda	52
21. Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo	52

22.	Custódia Física dos Documentos Comprobatórios.....	52
23.	Cobrança dos Direitos Creditórios	52
24.	Custos Referentes à Defesa dos Quotistas	55
25.	Procedimento de Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis	56
26.	Crítérios de Divulgação de Informações aos Quotistas.....	56
27.	Informações Complementares.....	58
CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO		60
1.	Lei Autorizativa	60
2.	Utilização dos Recursos	60
3.	Crítérios de Elegibilidade e Condições da Cessão	60
4.	Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios e Recebimento de Valores.....	61
5.	Preço de Aquisição.....	63
6.	Resolução da Cessão e Outros Eventos de Transferência de Valores	63
7.	Eventos de Avaliação	64
8.	Evento de Amortização Antecipada.....	66
9.	Ordem de Aplicação dos Recursos.....	67
10.	Relação Mínima, Reserva de Caixa e RRAS	68
11.	Reenquadramento da Relação Mínima.....	69
12.	Patrimônio Líquido e Metodologia de Precificação dos Ativos do Fundo.....	69
13.	Informações dos Direitos Creditórios	72
FATORES DE RISCO.....		76
1.	Riscos Associados ao Investimento no Fundo	76
2.	Riscos Associados aos Direitos Creditórios e ao Município (Originador).....	81
MARCO REGULATÓRIO		89
1.	O Município e sua Posição na Federação.....	89
2.	A Competência Tributária do Município	89
3.	Imunidade.....	90
4.	Município de Nova Iguaçu.....	90
5.	IPTU.....	91
6.	ISS.....	92
7.	TSC	97
8.	Lançamento e Inscrição na Dívida Ativa	98
9.	Cobrança Judicial.....	99
10.	Contestação do Crédito Tributário pelo Contribuinte	99
11.	Extinção do Crédito Tributário	100
12.	Cobrança da Dívida do Município	102
13.	Lançamento do IPTU e da TSC	103
14.	Lançamento do ISS	104
15.	Encargos moratórios.....	105
16.	Inscrição dos Créditos Tributários do Município na Dívida Ativa.....	106
17.	Parcelamento dos Créditos Inscritos ou Não em Dívida Ativa	107
18.	Cessão de Direitos Creditórios ao Fundo	109
MUNICÍPIO		111
1.	Introdução	111
2.	Município de Nova Iguaçu.....	112
3.	Organização e Administração	113
3.1.	Administração Municipal.....	113
4.	Servidores.....	114
5.	Economia	116
6.	Serviços.....	117
6.1.	Transporte	117
6.2.	Comunicação	117
6.3.	Turismo.....	117
6.4.	Administração Pública	118
6.5.	Indústria	118
6.6.	Construção Civil	119
6.7.	Comércio.....	119
6.8.	Finanças	119
6.9.	Trabalho Informal e Desemprego	120
7.	Principais Atividades Administrativas	121

7.1.	Planejamento Urbano, Habitação e Saneamento	121
7.2.	Coleta de Lixo.....	122
7.3.	Educação.....	123
7.4.	Assistência Social	124
7.5.	Cultura	125
7.6.	Saúde	126
7.7.	Proteção ao Meio Ambiente.....	127
7.8.	Segurança Pública.....	128
8.	Principais Projetos.....	129
9.	Finanças Públicas.....	130
9.1.	Lei de Responsabilidade Fiscal.....	130
9.2.	Orçamento.....	131
9.3.	Prestação de Contas	132
9.4.	Receitas.....	132
9.5.	Eficácia da Cobrança da Dívida Ativa.....	133
9.6.	Receitas Próprias.....	134
9.7.	Repasse.....	135
9.7.1.	FUNDEF.....	139
9.7.2.	<i>Royalties</i>	140
9.8.	Despesas	141
9.8.1.	Despesas Correntes	143
9.8.2.	Pessoal e Encargos Sociais	143
9.8.3.	Despesas de Capital	143
9.9.	Orçamento de 2008.....	143
10.	Contratos de Financiamento Relevantes	144
INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À OFERTA		148
1.	Administradora.....	148
1.1.	Histórico	148
1.2.	Estrutura e Administração.....	148
1.3.	Administração de Fundos de Investimento	148
2.	Distribuidor Líder, Custodiante e Agente Escriturador.....	149
2.1.	Estrutura do Capital	150
2.2.	Atuação em Custódia	150
POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS		152
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS ENVOLVENDO o fundo.....		154
1.	Contrato de Arrecadação.....	154
2.	Contrato de Cessão.....	154
3.	Contrato de Custódia.....	154
4.	Contrato de Distribuição	154
ATENDIMENTO AOS CLIENTES		156
DILIGÊNCIA NA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES		158
ANEXO 1 – RELATÓRIO DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO		160
ANEXO 2 – RELATÓRIO ELABORADO PELA KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.....		162
ANEXO 3 – REGULAMENTO.....		164
ANEXO 4 – SUPLEMENTO.....		166
ANEXO 5 – LEI AUTORIZATIVA.....		169
ANEXO 6 – PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO, CONTROLE E COBRANÇA		171
ANEXO 7 – OPINIÕES LEGAIS.....		173

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GLOSSÁRIO

Para fins do presente Prospecto, os termos definidos terão o mesmo significado a eles atribuídos na seqüência, salvo referência específica diversa neste Prospecto.

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Administradora Substituta	Instituição substituta da Administradora.
Afilhada	Qualquer Pessoa controladora, sociedade por esta direta ou indiretamente controlada, a esta coligada ou outras sociedades sob controle comum com a respectiva Pessoa.
Agência Classificadora de Risco	McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (Standard & Poor's).
Agente	Qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto, mandatário, autarquia ou órgão da administração direta ou indireta vinculado por lei ou contrato a qualquer Pessoa, incluindo, com referência ao Município, a SEMEF e a PGM, e quaisquer permissionários, concessionários ou contratados.
Agente Escriturador	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
Amortização Remuneração Sênior	Valor a ser pago a título de amortização ordinária de cada Quota Sênior, relativa à sua respectiva remuneração mensal, se houver, em cada Data de Amortização, nos termos do Regulamento, sempre limitado ao montante de recursos disponíveis no Fundo, será apurado de acordo com expressão constante do Regulamento.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
Anistia	Perdão pelo cometimento de uma infração à legislação tributária, concedida por lei específica, nos termos do artigo 150, § 6º, da CF, observado o disposto nos artigos 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, 180 a 182 do CTN, e 723 e 724 do CTM.
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
Assembléia Geral	As assembléias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Quotistas, realizadas nos termos do Regulamento.

Aviso de Desenquadramento	Documento preparado pela Administradora, na forma constante em anexo ao Regulamento, e por essa enviado ao Município, por meio do qual o Fundo solicita ao Município que informe como pretende, se for o caso, proceder ao reenquadramento da Relação Mínima.
Bacen	Banco Central do Brasil.
Banco Arrecadador	Isoladamente ou em conjunto (i) Banco Santander S.A. e/ou (ii) HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
Brasil	República Federativa do Brasil.
CAMOB	Cadastro mobiliário do Município, mantido pela SEMEF, mediante o qual o respectivo Contribuinte é individualizado e inscrito perante o Município para fins tributários, nos termos dos artigos 364 e seguintes do CTM.
CDA	Certidão de Inscrição na Dívida Ativa, a qual é um título executivo extrajudicial, que legitima o ajuizamento da ação de execução fiscal contra os sujeitos passivos da obrigação tributária.
CEF	Caixa Econômica Federal.
Censo	Conjunto de dados estatísticos da população brasileira, divulgado pelo IBGE.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CIMOB	Cadastro imobiliário do Município, mantido pela SEMEF, composto pelas inscrições individuais dos imóveis situados no Município, contendo os registros das informações necessárias ao lançamento anual do IPTU e da TSC, tais como as dimensões, existência ou não de construção, o uso comercial, industrial ou residencial, o valor venal, nome do proprietário ou possuidor, nos termos dos artigos 355 e seguintes do CTM.
CIDE	Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro.
Circulação	Número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento, sendo que, após a última amortização de Quotas, essas não mais serão consideradas em Circulação.

CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
Condições Resolutivas da Cessão	Seguintes hipóteses, cuja ocorrência acarretará, nos termos do Contrato de Cessão, a resolução de pleno direito da cessão de todas as parcelas do direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos Creditórios, representadas pelo mesmo Número de Título: (i) cancelamento do Título por qualquer motivo; (ii) anulação do lançamento por vício formal; ou (iii) extinção total ou parcial do crédito tributário em razão de decisão judicial ou administrativa transitada em julgado ou irreformável, prescrição ou decadência.
Constituição Estadual	Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 1989, conforme alterada.
Constituição Federal ou CF	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Conta Corrente do Fundo	Conta corrente de titularidade, mantida no Custodiante.
Conta Corrente do Município	Conta Corrente de titularidade do Município, a ser informada à Administradora e ao Custodiante prévia e expressamente, por escrito.
Contrato de Arrecadação	Contrato(s) firmado(s) entre o Município e cada um dos Bancos Arrecadadores.
Contrato de Cessão	“Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e o Município, com a interveniência do Custodiante.
Contrato de Custódia	“Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termo e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante.
Contrato de Distribuição	“Contrato Distribuição, em Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Quotas Seniores de Emissão do Município de Nova Iguaçu – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Direitos ao Recebimento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa”, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Distribuidor Líder e o Município, e eventuais aditamentos posteriores.
Contrato de Financiamento Relevante	Contrato perfilado em anexo ao Regulamento.

Contrato de Prestação de Serviços	Contrato nº 157/CPL/07, celebrado em 29 de fevereiro de 2008 entre o DBSI e o Município.
Contribuinte	Pessoa obrigada ao pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, que tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador, conforme definido na lei, sendo que (a) no caso do ISS, é toda pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, prestadora de serviço de qualquer natureza definido na lista de serviços constante do artigo 49 do CTM, ainda que tal serviço não seja a atividade preponderante do prestador, ou o terceiro a quem a lei atribua responsabilidade pelo pagamento do tributo; (b) no caso do IPTU, é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título, nos termos do artigo 20 do CTM, observada a possibilidade de solidariedade tributária nos termos do artigo 21 do CTM; e (c) no caso de TSC, é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel beneficiado pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de coleta e de remoção de lixo de determinadas vias e de determinados logradouros públicos, prestados à referida pessoa ou postos à sua disposição pelo Município, diretamente ou através de seus Agentes, nos termos do artigo 303 do CTM, observada a possibilidade de solidariedade tributária, nos termos do artigo 304 do CTM.
Crítérios de Elegibilidade	Crítérios estipulados no Regulamento, os quais deverão ser atendidos por todos os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo.
Crítérios de Atualização	Crítérios utilizados para atualização dos Direitos Creditórios, conforme constante em anexo ao Regulamento.
CTM	Código Tributário Municipal de Nova Iguaçu, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 3.411, de 1º de novembro de 2002.
CTN	Código Tributário Nacional, instituído pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, conforme alterada.
Custodiante	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
Data de Amortização	15º dia de cada mês calendário (inclusive) ou o Dia Útil imediatamente subsequente, caso a primeira data não seja um Dia Útil.
Data de Amortização Vigente	Data de Amortização na qual é determinado o Valor Principal Atualizado.
Data de Aquisição	Data em a Administradora, por conta e ordem do Fundo, efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda

	corrente nacional e/ou em contrapartida à subscrição de Quotas Subordinadas, conforme o caso.
Data de Avaliação	Abertura de cada Dia Útil, na qual é calculado o valor unitário das Quotas Seniores.
Data de Cálculo	15º Dia Útil de cada mês calendário (inclusive).
Data de Emissão	Data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas (<i>i.e.</i> , moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis, conforme o caso), são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento.
Data de Oferta	Data em que o Município envia o <i>Layout</i> para o Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão.
DBSI	Deutsche Bank Securities Inc.
Decreto Municipal nº 8.075	Decreto nº 8.075, de 9 de maio de 2008, do Município.
Dia Útil	Todo dia, excetuados sábados, domingos, feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro nas sedes da Administradora e/ou do Custodiante.
Direito Creditório	Direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo do pagamento, inclusive em razão de compensação, transação, conversão em renda de depósito judicial ou administrativo ou dação em pagamento, decorrente de créditos tributários vencidos e não pagos no respectivo vencimento, que compõem a Dívida Ativa do Município, objeto ou não de Parcelamento, que, nos termos da CF, constituem receita tributária própria do Município, assim entendida a proveniente da cobrança, pelo Município, do IPTU, do ISS e da TSC, os quais serão identificados nos Termos de Cessão pelos CIMOB e CAMOB, conforme aplicável, assim como pelo respectivo Número de Título, e cujos fatos geradores tenham ocorrido entre 1996 e 2007, ressalvado que, poderá ser objeto de cessão o direito ao recebimento de crédito cujo fato gerador tenha ocorrido em data posterior ao exercício de 2007, desde que o fato gerador e o vencimento sejam anteriores à data da formalização do Termo de Cessão, nas seguintes hipóteses: (a) em substituição direito creditório cedido nas hipóteses de anulação do lançamento ou da inscrição na dívida ativa, de extinção total ou parcial do direito creditório por decisão judicial transitada em julgado, decisão administrativa irreformável, prescrição ou decadência, anistia e remissão, compensação, transação, conversão de depósito em renda, ou dação em pagamento, bem como nos casos de rescisão ou revogação do Parcelamento, ou alteração das condições de Parcelamento que as torne mais benéficas aos contribuintes; e (b) nas

	Distribuições de Quotas Seniores subsequentes à primeira, se houver.
Direitos Creditórios Elegíveis	Direito Creditório cujas informações sejam transmitidas pelo Município ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atenda, na Data de Oferta, aos Critérios de Elegibilidade.
Disponível	Valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, acrescido do valor dos Outros Ativos, incluindo os recursos alocados na RC e na RRAS.
Distribuição	Qualquer distribuição de Quotas Seniores, sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº 356 e na Instrução CVM nº 400 e à concessão de registro pela CVM.
Distribuidor	Instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, contratada pela Administradora para efetuar a distribuição pública das Quotas Seniores, incluindo o Distribuidor Líder.
Distribuidor Líder	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
Dívida Ativa	Divida nos termos da CF, constituem receita tributária própria do Município, assim entendida a proveniente da cobrança, pelo Município, do IPTU, do ISS e da TSC, os quais serão identificados nos Termos de Cessão pelos CIMOB e CAMOB, conforme aplicável, assim como pelo respectivo Número de Título, e cujos fatos geradores tenham ocorrido entre 1996 e 2007, ressalvado que, poderá ser objeto de cessão o direito ao recebimento de crédito cujo fato gerador tenha ocorrido em data posterior ao exercício de 2007, desde que o fato gerador e o vencimento sejam anteriores à data da formalização do Termo de Cessão, nas seguintes hipóteses: (a) em substituição direito creditório cedido nas hipóteses de anulação do lançamento ou da inscrição na dívida ativa, de extinção total ou parcial do direito creditório por decisão judicial transitada em julgado, decisão administrativa irreformável, prescrição ou decadência, anistia e remissão, compensação, transação, conversão de depósito em renda, ou dação em pagamento, bem como nos casos de rescisão ou revogação do Parcelamento, ou alteração das condições de Parcelamento que as torne mais benéficas aos contribuintes; e (b) nas Distribuições de Quotas Seniores subsequentes à primeira, se houver Ativa Tributária Inscrita e a dívida proveniente de créditos tributários em fase de inscrição na dívida ativa, assim considerado o procedimento de controle administrativo da legalidade do crédito do Município de natureza tributária, e de apuração da liquidez e certeza do crédito do Município, conforme procedimento disciplinado nos artigos 761 a 776 do CTM, e de conformidade com o § 3º, primeira parte, do artigo 2º da LEF.

Dívida Ativa Tributária Inscrita	Dívida proveniente de crédito de natureza tributária, que, observado o procedimento de controle administrativo da legalidade do crédito, conforme artigos 761 a 767 do CTM , e de apuração da liquidez e certeza do crédito, nos termos dos artigos 768 a 776 do CTM e, após esgotado o prazo fixado para pagamento por lei ou por decisão final administrativa em processo regular, foi inscrito em dívida ativa, mediante lavratura, pela repartição competente, do termo de inscrição da dívida ativa tributária, contendo os requisitos do artigo 748 do CTM, do artigo 2º, § 5º, da LEF e artigo 202 do CTN, e escrituração do corresponde termo de inscrição da dívida tributária no Livro de Registro da Dívida Ativa Tributária, conforme artigo 735 combinado com o artigo 749 do CTM, artigo 201 do CTN, e artigo 2º da LEF.
Documentos Comprobatórios	Documentos em meio físico ou eletrônico, referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, constantes em anexo ao Contrato de Cessão.
Documentos da Securitização	(i) o Contrato de Cessão; (ii) cada Termo de Cessão; (iii) o Suplemento, (iv) cada Termo de Cessão Especial; (v) o Regulamento; (vi) o(s) Contrato(s) de Arrecadação; (vii) o Contrato de Custódia; (viii) o Contrato de Distribuição; e (ix) este Prospecto e seus respectivos anexos, em conjunto ou isoladamente.
EC	Emenda Constitucional.
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes.
Estado	Estado do Rio de Janeiro.
Evento de Amortização Antecipada	Evento cuja ocorrência ensejará a amortização das Quotas e liquidação do Fundo antecipadas, nos termos do Regulamento.
Evento de Avaliação	Evento cuja ocorrência resultará na convocação de Assembléia Geral para os Quotistas avaliarem o grau de comprometimento do Programa de Securitização, observado o disposto no Regulamento.
Ficha de Compensação Nacional	Documento de arrecadação de receitas municipais, preparado na forma de anexo do Regulamento.
FPM	Fundo de Participação dos Municípios.
Fundo	Município de Nova Iguaçu – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Direitos ao Recebimento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa.
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, regulados pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, e pela Instrução CVM nº 356.

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
Informações dos Direitos Creditórios	Informações constantes do <i>Layout</i> que identificam os Direitos Creditórios.
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo IBGE.
Instituições Autorizadas	(i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Itaú S.A., (iv) Banco Itaú BBA S.A., (v) Banco Santander S.A., (vi) Banco do Brasil S.A., (vii) HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, (viii) Banco ABN Amro Real S.A., (ix) CEF, (x) Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão; ou (xi) outras instituições de primeira linha que venham a ser aprovadas pela Agência Classificadora de Risco e pelos titulares da maioria dos titulares de Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral.
Instrução CVM nº 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM nº 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM nº 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM nº 444	Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006.
Investidor Qualificado	Investidor qualificado a participar do Fundo, na qualidade de Quotista, nos termos do Regulamento e dos normativos do Bacen e da CVM.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE.
IPTU	Imposto de Propriedade Predial Territorial Urbana – IPTU, de competência municipal, nos termos do artigo 156, inciso I, da CF, com base legal nos artigos 32 e seguintes do CTN, e instituído pelo CTM, conforme artigos 8º e seguintes, e cujo fato gerador é a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel, por natureza ou por acessão física, conforme definido na lei civil, localizado na Zona Urbana do Município.
IR	Imposto de Renda – Pessoa Jurídica.
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, de competência

	<p>municipal, nos termos do artigo 156, inciso III, da CF, disposto na LC 116/2003, e nos artigos 49 e seguintes do CTM, e cujo fato gerador é a prestação, por Contribuinte, de serviços de qualquer natureza, assim definidos na lista constante do referido artigo.</p>
ITBI	<p>Imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.</p>
Km	<p>Quilômetros.</p>
<i>Layout</i>	<p>Arquivo remessa enviado pelo Município ou por seu Agente ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, quando da oferta de Direitos Creditórios ao Fundo, em formato previamente acordado entre o Município e o Custodiante.</p>
LC 116/2003	<p>Lei Complementar nº 116, de 31 de julho 2003.</p>
LEF	<p>Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980).</p>
Lei Autorizativa	<p>Lei Municipal nº 3.878, publicada no Jornal ZM Notícias, no dia 01 de novembro de 2007, na página 02, alterada pela Lei Municipal nº 3.929, de 4 de junho de 2008, publicada no Jornal ZM Notícias, no dia 05 de junho de 2008, na página 02, a qual autoriza a cessão de Direitos Creditórios.</p>
Lei de Responsabilidade Fiscal	<p>Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.</p>
Lei Municipal nº 3.878	<p>Lei nº 3.878, de 11 de outubro de 2007, do Município, e suas alterações posteriores.</p>
LOM	<p>Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu, promulgada em 30 de maio de 1990, e suas alterações posteriores.</p>
Município ou Nova Iguaçu	<p>Município de Nova Iguaçu.</p>
Número de Título	<p>Número que identifica o “Título”.</p>
Oferta	<p>Presente distribuição pública de Quotas Seniores de emissão do Fundo.</p>
Outros Ativos	<p>Ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, observada a política de investimento do Fundo, conforme disposto no Regulamento, excluindo-se Direitos Creditórios.</p>

PAC	Programa de Aceleração de Crescimento.
Parcelamento	Pagamento parcelado de créditos da Fazenda Municipal, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal, autorizado por meio de ato normativo específico, nos termos dos artigos 695 e seguintes do CTM.
Paraíso Fiscal	País ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade.
Patrimônio Líquido	Patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma prevista no Regulamento.
Pessoa	Qualquer pessoa natural, pessoa jurídica ou grupo não personificado, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, qualquer modalidade de condomínio e/ou fundo de investimento.
PGM	Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu.
PIB	Produto Interno Bruto.
Potencial de Cessão	Valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, apurado em cada Data de Oferta, não comprometidas com o pagamento de exigibilidades do Fundo e constituição de reservas, nos termos do Regulamento, e disponível para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.
Prazo de Vigência	Prazo de vigência regular do Fundo, qual seja 1º de novembro de 2023, observado que o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses previstas no Regulamento e na legislação em vigor à época da liquidação.
Procedimentos de Processamento, Controle e Cobrança	Rotinas de processamento, controle do fluxo de recebimento dos Direitos Creditórios e cobrança dos mesmos, descrito em anexo do Regulamento.
Programa de Securitização	Mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais o Município cede Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, captando recursos para suas atividades.
Prospecto	Presente prospecto preliminar de distribuição pública de Quotas Seniores do Fundo.
Quotas	Em conjunto ou isoladamente, as Quotas Seniores e as Quotas

	Subordinadas.
Quotas Seniores	Quotas seniores emitidas pelo Fundo, nos termos do Regulamento.
Quotas Subordinadas	Classe de quotas subordinadas emitidas pelo Fundo, nos termos do Regulamento.
Quotista	Em conjunto ou isoladamente, o titular de Quota.
Região Metropolitana	Região Metropolitana do Estado.
Regime de Caixa	Metodologia de pagamento prioritariamente adotada no Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Quotistas será definida tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo quando do pagamento dos Direitos Creditórios pelos Contribuintes.
Regulamento	Regulamento do Fundo registrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1654859, em 09 de julho de 2008, com sua primeira alteração registrada no mesmo ofício sob o nº 1659769, em 19 de setembro de 2008.
Relação Mínima	Valor do Patrimônio Líquido, dividido pelo somatório do valor das Quotas Seniores, calculado pelo Custodiante, em cada Data de Cálculo, a qual deverá ser equivalente a, no mínimo, 3.
Remissão	Perdão da dívida tributária, concedido por meio de expressa autorização legal, nos termos dos artigos 713 e 714 do CTM.
Reserva de Caixa ou RC	Parcela do Patrimônio Líquido, a ser segregada diariamente na contabilidade do Fundo e aplicada em Outros Ativos, equivalente ao montante estimado dos encargos e despesas de responsabilidade do Fundo, a serem incorridos nos 6 meses subsequentes, contados da constituição da reserva, conforme calculado pela Administradora.
RRAS	Recursos a serem segregados diariamente na contabilidade do Fundo e aplicados em Outros Ativos, em montante equivalente ao valor estimado para pagamento da Amortização Remuneração Sênior, relativa a todas as Quotas Seniores em Circulação, previsto para os 6 meses subsequentes à constituição da reserva aqui prevista, a qual destina-se exclusivamente ao pagamento, nas Datas de Amortização, da Amortização Remuneração Sênior a todos os titulares das Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento.
SEMEF	Secretaria Municipal de Economia e Finanças de Nova Iguaçu.
Série Específica	Série de Quotas Seniores específica, a serem subscritas e integralizadas,

	conforme deliberação em Assembléia Geral, por todos os titulares das Quotas Seniores, para assegurar a adoção de procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais necessários à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, caso este último não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para tanto.
STF	Supremo Tribunal Federal.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
Suplemento	Documento preparado na forma constante de anexo ao Regulamento, no qual encontra-se definida a meta de rentabilidade das Quotas Seniores.
Taxa de Administração	Remuneração devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas no Regulamento.
Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco	Documento firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento.
Termo de Cessão	Termo de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, a ser firmado entre o Município e o Fundo, em cada Data de Aquisição, lavrado por instrumento público, pelo qual o Município cede Direitos Creditórios ao Fundo, preparado na forma constante em anexo ao Contrato de Cessão.
Termo de Cessão Especial	Termo de cessão de Direitos creditórios ao Fundo, a ser firmado entre o Município e o Fundo, em cada Data de Aquisição, lavrado por instrumento público, pelo qual o Município cede, se for o caso, novos Direitos Creditórios ao Fundo em substituição àquele(s) objeto de qualquer Condição Resolutiva da Cessão ou evento de extinção da obrigação tributária (i.e., compensação, transação, conversão de depósito em renda ou dação em pagamento).
Título	Lançamento, assim entendido o ato formal que constitui o crédito tributário, o qual é realizado à vista dos dados constantes do CIMOB e do CAMOB, conforme aplicável, e, quando for caso, com base em outros elementos coligidos pelas autoridades fiscais, necessários à verificação da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, identificação do Contribuinte, da base de cálculo e do valor dos tributos devidos, nos termos dos artigos 678 e 679 do CTM.
TJRJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
TSC	Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC, fundada na utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao Contribuinte ou postos à sua disposição, tendo como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao Contribuinte ou postos à sua

disposição pelo Município, diretamente ou através de seus Agentes, de coleta e de remoção de lixo, em determinadas vias e em determinados logradouros públicos, cuja base legal está inserida nos artigos 297 e seguintes do CTM.

União	República Federativa do Brasil.
Valor Nominal	Somatório do valor de lançamento do tributo, incluindo correção monetária, juros de mora, multas e outras cominações, deduzidos dos pagamentos efetuados, conforme evidenciados em cada Número de Título.
Valor Principal Atualizado	montante em reais definido na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores como R\$1.000.000,00, observado que tal valor será ajustado após cada Data de Amortização e passará a ser o montante em reais determinado de acordo com fórmula constante do Regulamento.
Zona Urbana	Zona urbana na qual contemple, no mínimo, dois dos seguintes requisitos: (i) meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; (ii) abastecimento de água; (iii) sistema de esgotos sanitários; (iv) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; e (v) escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 Km do imóvel considerado, nos termos do artigo 32, § 1º, do CTN, observado, ainda, o disposto no artigo 8º, §§ 1º a 5º, do CTM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES

Emissor:	Município de Nova Iguaçu – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados – Direitos ao Recebimento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa.
Cedente:	Município de Nova Iguaçu.
Classes de Quotas objeto da Oferta:	1 classe de Quotas Seniores.
Preço Unitário das Quotas Seniores:	R\$1.000.000,00 na respectiva Data de Emissão.
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Distribuidor Líder:	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
Custodiante e Agente Escriurador:	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
Banco Arrecadador:	Banco Santander S.A. e/ou HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes.
Agência Classificadora de Risco:	McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (Standard & Poor's).
Data de Emissão:	Data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento.

Vide Seção “Características da Estrutura do Fundo – 17. Quotas” deste Prospecto.

2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO

2.1. Custo da Distribuição

Custo	% em Relação ao Valor da Distribuição (R\$30.000.000,00)	Montante (R\$)
Comissão de Estruturação e Distribuição (**)	3,85%	1.155.000,00
Taxa de Registro na ANBID (**)	0,02%	5.000,00
Taxa de Registro na CVM (**)	0,28%	82.870,00
Despesas de <i>Marketing</i> (incluindo publicação de anúncios) (*) (**)	0,13%	40.000,00
Empresa de Auditoria (**)	0,69%	206.600,00
Assessoria Legal (**)	0,60%	180.000,00
Classificação de risco das Quotas Seniores (**)	0,16%	49.000,00
Total	5,73%	1.718.470,00

(*) Valores estimados.

(**) Valores pagos pelo Município, às suas expensas.

Tabela 1: Custos de Distribuição.

2.2. Custo Unitário de Distribuição

Valor Unitário Quota Sênior	% em relação ao valor unitário da Quota Sênior	Custo Unitário de Distribuição (R\$)
R\$1.000.000,00	5,73%	57.282,33

Tabela 2: Custo Unitário de Distribuição.

3. REGIME DE COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO

O Distribuidor Líder será responsável pela distribuição, em regime de melhores esforços, das Quotas Seniores, nos termos do Contrato de Distribuição.

As Quotas Seniores serão objeto de distribuição pública, devidamente registrada e aprovada pela CVM, observados os termos e as condições contidos no Regulamento, de forma a captar parte dos recursos necessários ao pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios.

Será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores emitidas. A manutenção da presente Oferta está condicionada à quantidade mínima de 8 Quotas Seniores devidamente subscritas e integralizadas. O investidor poderá, a seu critério, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua adesão à presente Oferta a que haja distribuição (i) da totalidade das Quotas Seniores; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Quotas Seniores.

Garantia de Liquidez: não será celebrado contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem foi constituído fundo de sustentação.

Plano de Distribuição: após o protocolo, na CVM, dos pedidos de registro do Fundo e da Distribuição, bem como após a publicação de aviso ao mercado, o Distribuidor Líder dará início ao processo de *marketing* da operação, inclusive através de “*Road Show*”, no Brasil, conforme determinado pelo Distribuidor Líder de comum acordo com a Administradora e o Município, durante o qual será distribuído o presente Prospecto preliminar, que ainda poderá estar sujeito a alterações posteriores.

Durante este período, será indicada, a potenciais investidores, a data para o *bookbuilding*, que ocorrerá em dia e horário únicos, respeitados os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

Encerrado o procedimento de *bookbuilding*, o Distribuidor Líder consolidará as propostas dos investidores e procederá à alocação das Quotas Seniores entre os investidores, observadas as diretrizes definidas no Contrato de Distribuição.

As Quotas Seniores serão colocadas pelo Distribuidor Líder no prazo máximo de até 180 dias, contado da publicação do anúncio de início da Oferta. Os Investidores Qualificados poderão subscrever as Quotas a partir do 1º Dia Útil contado da data de publicação do anúncio de início.

Remuneração: O Município contratou com o DBSI, através do Contrato de Prestação de Serviços, em caráter não exclusivo, serviços de natureza técnico-financeira, consistente no desenvolvimento e estruturação de operação de securitização, abrangendo, sem limitação, a constituição do Fundo. Nos termos do Contrato de Prestação de Serviços, o DBSI está autorizado a subcontratar a sua subsidiária integral no país, qual seja, o Distribuidor Líder para auxiliar na prestação dos respectivos serviços.

Pelos serviços de estruturação do Fundo, o Distribuidor Líder, observados os termos e condições do Contrato de Prestação de Serviços, fará *jus* a uma comissão de estruturação no valor de R\$400.000,00.

Pelos serviços descritos no Contrato de Distribuição, o Distribuidor Líder, observados os termos e condições do Contrato de Prestação de Serviços, fará *jus* a uma comissão de colocação equivalente ao somatório de (i) R\$130.000,00 e (ii) 2,5%, calculado sobre o valor total das Quotas Seniores efetivamente subscritas e integralizadas durante o período de distribuição.

Além do pagamento dos valores devidos nos termos do Contrato de Distribuição, acima mencionados, e independentemente da conclusão ou não da Oferta, serão também pagos pelo Município ao Distribuidor Líder, nos termos do Contrato de Distribuição, os custos atinentes à prestação dos serviços de estruturação e constituição do Fundo, implementação da Operação de Securitização e colocação das Quotas Seniores, conforme o caso, custos estes originalmente pagos pelo Distribuidor a terceiros, tais como assessores legais, Empresa de Auditoria, Agência de Classificação de Risco, entre outros, observado o limite agregado estimado, considerando-se valores brutos, em R\$376.378,00, observado que tal valor estimado poderá ser alterado, em relação aos serviços realizados no exterior, caso haja variação significativa na taxa de câmbio.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

1. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Serão emitidas até 30 Quotas Seniores com preço unitário na 1ª Data de Emissão de R\$1.000.000,00, totalizando até R\$30.000.000,00. Cada Quota corresponde a uma fração ideal do Patrimônio Líquido do Fundo.

As Quotas Seniores serão subscritas pelo seu valor nominal e serão distribuídas pelo Distribuidor Líder, conforme plano de distribuição diferenciado, nos termos do §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, em regime de melhores esforços de colocação, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Contrato de Distribuição, durante o prazo máximo de 180 dias a contar da data de publicação do anúncio de início da respectiva Distribuição. O valor mínimo de aplicação inicial por Quotista não poderá ser inferior a R\$1.000.000,00.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

As Quotas Seniores deverão ser registradas, para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA e, para negociação no mercado secundário, no Módulo de Fundos – MF, ambos mantidos e operacionalizados pela CETIP.

As Quotas Subordinadas serão subscritas única e exclusivamente pelo Município, não podendo ser transferidas a qualquer terceiro ou dadas em garantia. As Quotas Subordinadas não serão registradas para negociação no mercado primário ou secundário.

Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Quotas encontram-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados.

A Oferta está em fase de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400.

2. CRONOGRAMA DA OFERTA

Evento	Data Estimada*
Protocolo do Pedido de Registro na CVM	23/09/2008
Disponibilização do prospecto preliminar	23/09/2008
Encaminhamento, pela CVM, de ofício de exigências	21/10/2008
Protocolo, junto à CVM, de pedido de prorrogação de prazo para cumprimento de exigências	15/12/2008
Protocolo, junto à CVM, de pedido de interrupção da análise dos pedidos de registro do Fundo e da Oferta	14/01/2009
Protocolo, junto à CVM, de cumprimento de exigências	05/08/2009
Disponibilização de nova versão do prospecto preliminar	05/08/2009
Publicação do Aviso ao Mercado	17/09/2009
Road show na cidade de São Paulo	18/09/2009
Road show na cidade do Rio de Janeiro	21/09/2009
Procedimento de <i>bookbuilding</i>	04/10/2009
Concessão do registro na CVM	08/10/2009
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores	08/10/2009
Disponibilização do Prospecto definitivo	08/10/2009
Liquidação Financeira	11/10/2009
Encerramento da Distribuição	13/10/2009
Publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição	13/10/2009

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora, do Distribuidor Líder e da CVM.

Tabela 3: Cronograma da Oferta.

3. DISTRIBUIÇÃO PARCIAL

Será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores emitidas, sendo que, na hipótese de distribuição parcial das Quotas Seniores, não haverá restituição de qualquer importância aos investidores, tampouco rateio de qualquer espécie. A manutenção da presente oferta está condicionada à subscrição de, no mínimo, 8 Quotas Seniores. O investidor poderá, a seu critério, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua adesão à presente Oferta a que haja distribuição (i) da totalidade das Quotas Seniores; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Quotas Seniores.

4. MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos dos artigos 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora e pelo Distribuidor Líder de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente, aos aceitantes, os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas Seniores. A Administradora e o Distribuidor Líder certificar-se-ão, assim como tomarão as devidas cautelas no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 Dias Úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores eventualmente adiantados.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO

1. CONSTITUIÇÃO E BASE LEGAL

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados e tem como base legal a Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, a Instrução CVM nº 356 e a Instrução CVM nº 444.

2. PÚBLICO ALVO

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, exclusivamente investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409, que aceitem os riscos relacionados ao investimento nas Quotas, conforme descritos no Regulamento, inclusive fundos de investimentos e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados, nos termos da Instrução CVM nº 409.

O investimento nas Quotas não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Quotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr os riscos relacionados a investimentos em fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados e/ou aos Direitos Creditórios que compõem sua carteira. Os investidores devem analisar cuidadosamente a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto antes de tomar uma decisão de investimento relativa à presente Oferta.

3. OBJETIVO

Observado o disposto no Regulamento, o objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aplicação de recursos em carteira composta por Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e, conforme o caso, por Outros Ativos.

4. TIPO DE FUNDO

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA

O Prazo de Vigência regular do Fundo será até 01 de novembro de 2023. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no Regulamento e/ou em caso de verificação de hipóteses específicas estabelecidas na legislação em vigor à época da liquidação.

6. APLICAÇÃO DE VALORES

Para cálculo do valor das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas a serem integralizadas, será utilizado o valor da Quota de abertura do dia do pedido da aplicação. A liquidação financeira da aplicação se dará no mesmo dia do pedido de aplicação.

Ademais, o valor mínimo da primeira aplicação de Quotas por cada Quotista para cada investidor não poderá ser inferior a R\$1.000.000,00.

7. DIREITOS CREDITÓRIOS

Caracteriza-se como direito creditório passível de cessão ao Fundo o direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo do pagamento, inclusive em razão de compensação, transação, conversão em renda de depósito judicial ou administrativo ou dação em pagamento, decorrente de créditos tributários vencidos e não pagos no respectivo vencimento, que compõem a Dívida Ativa do Município, objeto ou não de Parcelamento, que, nos termos da CF, constituem receita tributária própria do Município, assim entendida a proveniente da cobrança, pelo Município, do IPTU, do ISS e da TSC, os quais serão identificados nos Termos de Cessão pelos CIMOB e CAMOB, conforme aplicável, assim como pelo respectivo Número de Título, e cujos fatos geradores tenham ocorrido entre 1996 e 2007, ressalvado que poderá ser objeto de cessão o direito ao recebimento de crédito cujo fator gerador tenha ocorrido em data posterior ao exercício de 2007, desde que o fato gerador e o vencimento sejam anteriores à data de formalização do Termo de Cessão, nas seguintes hipóteses: (a) em substituição de direito creditório cedido nas hipóteses de anulação do lançamento ou da inscrição na dívida ativa, de extinção total ou parcial do direito creditório por decisão judicial transitada em julgado, decisão administrativa irreformável, prescrição ou decadência, anistia e remissão, compensação, transação, conversão de depósito em renda, ou dação em pagamento, bem como nos casos de rescisão ou revogação do Parcelamento, ou alteração das condições de Parcelamento que as torne mais benéficas aos Contribuintes; e (b) nas Distribuições de Quotas Seniores subseqüentes à primeira, se houver.

Para maiores informações vide Seção “Características do Programa de Securitização – 13. Informações dos Direitos Creditórios” deste Prospecto.

8. CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Município de Nova Iguaçu

Rua Athaíde Pimenta de Moraes, 528 - Centro

Nova Iguaçu - RJ

26.210-190

Contato: Sra. Maria Helena Alves Oliveira (Secretária Municipal de Economia e Finanças)

Tel.: (+55 21) 3770-6277

Fax: (+55 21) 2667-4939

www.novaiguacu.rj.gov.br

Para maiores informações vide Seção “Município” deste Prospecto.

9. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

9.1. Administradora

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205

Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

22640-100

Contato: Sr. José Alexandre Freitas

Tel.: (+55 21) 2493-7003

Fax: (+55 21) 2493-4746

E-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

www.oliveiratrust.com.br

Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições Relacionadas à Oferta – 1. Administradora” deste Prospecto.

9.2. Distribuidor Líder, Custodiante e Agente Escriturador

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13, 14 e 15 andares

04538-132

São Paulo – SP

Contato: Sr. Carlos Simonetti

Tel.: (+55 11) 2113-5478

Fax: (+55 11) 2113-5110

E-mail: carlos.simonetti@db.com

www.db.com/brazil

Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições relacionadas à Oferta – 2. Distribuidor Líder, Custodiante e Agente Escriturador” deste Prospecto.

9.3. Agência Classificadora de Risco

Standard & Poor’s

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar

São Paulo – SP

05426-100

Contato: Sr. Jean-Pierre Cote Gil

Tel.: (+55 11) 3039-9743

Fax: (+55 11) 3039-9701

E-mail: jp.gil@standardandpoors.com

www.standardandpoors.com.br

9.4. Empresa Auditoria

KPMG Auditores Independentes

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33

São Paulo - SP

04530 – 904

Contato: Sr. Pedro Zago

Tel.: (+55 11) 2183-3337

Fax: (+55 11) 2183-3001

www.kpmg.com.br

9.5. Assessoria Legal

Motta, Fernandes Rocha Advogados

Alameda Santos, nº 2335, 10 e 11 andares

São Paulo – SP

01409-002

Contato: Sr. Michael Altit

Tel.: (+55 11) 3082-9398

Fax: (+55 11) 3082-3272

www.mfra.com.br

10. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas no Regulamento, uma remuneração mensal equivalente a R\$12.000,00.

O valor em reais definido acima será atualizado pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 meses ou na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IPCA, a partir de 1º de dezembro de 2008. Os tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, Contribuição para o Programa de Integridade Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir) serão a ela acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, observado o disposto acima, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração indicada neste item.

Não poderão ser cobradas dos Quotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

11. REMUNERAÇÃO DEVIDA AOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Observado o disposto no Contrato de Custódia, o Custodiante faz jus a uma remuneração mensal, devida pelo Fundo, nos termos do inciso VIII do artigo 56 da Instrução CVM nº 356, equivalente a

R\$15.000,00 por mês, observado que, no primeiro mês de atividades do Fundo, haverá um custo adicional de R\$37.000,00.

Nos termos de contrato de prestação de serviços de auditoria independente específico, a ser celebrado pelo Fundo, a Empresa de Auditoria fará jus à remuneração, devida pelo Fundo, nos termos do inciso IV do artigo 56 da Instrução CVM nº 356, equivalente a: (i) R\$15.000,00 por ano, para revisão das demonstrações financeiras do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora; e (ii) cerca de R\$25.000,00 ao ano, para realização de auditoria periódica anual, por meio de testes e procedimentos pré acordados, com vistas a acompanhar o cumprimento das obrigações e atribuições do Município e do Banco Arrecadador, nos termos dos respectivos Documentos da Securitização, observada que a auditoria mencionada neste item “ii” será realizada em defesa dos interesses dos titulares dos Quotistas, visto que os respectivos resultados poderão eventualmente impactar as contas e a situação financeira do Fundo.

Por fim, nos termos de contrato de prestação de serviços específico, a Agência de Classificação de Risco faz jus à remuneração anual, devida pelo Fundo, nos termos do inciso X do artigo 56 da Instrução CVM nº 356, equivalente, na data deste Prospecto, a R\$40.250,00 por ano, observado que tal valor será atualizado, na respectiva data de pagamento, tendo em vista a variação cambial do dólar norte-americano.

12. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados em comitê do qual participam os diretores da Administradora.

A Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelo comitê acima referido, o qual traça os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

Vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

13. ASSEMBLÉIA GERAL

Observados os respectivos *quoruns* de instalação e de deliberação definidos no Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo do Regulamento;
- c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo;
- d) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, em razão da ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada, incluindo a eventual liquidação antecipada do Fundo;
- e) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições do Regulamento;
- f) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco e/ou da Empresa de Auditoria;
- g) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
- h) deliberar sobre a alteração dos Documentos da Securitização;
- i) deliberar sobre alteração da Taxa de Administração devida à Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e
- j) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar.

Os Documentos da Securitização poderão ser alterados, independente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer, exclusivamente, da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares. Tal fato deverá ser divulgado aos Quotistas, no prazo máximo de 30 dias contado da data de realização da alteração, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

A primeira e a segunda convocações da Assembléia Geral far-se-ão, concomitantemente, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou a seu representante, da qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. Cada convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada, a qualquer tempo, pela Administradora ou por Quotistas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em Circulação.

A Assembléia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 dias e máximo de 15 dias, contado de sua convocação, e, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 dias e máximo de 8 dias contado da data estabelecida para a realização da Assembléia Geral em primeira convocação, observado o acima disposto.

A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, 1 Quotista.

Independente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A Assembléia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.

Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro quorum de deliberação for exigido pelo Regulamento.

Os titulares de Quotas, independente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, poderão comparecer a todas as Assembléias Gerais.

Poderão comparecer à Assembléia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quoruns* de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares de Quotas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido, devendo ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 dias contado da realização da Assembléia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.

Não haverá representante dos Quotistas, observado que a Assembléia Geral poderá vir a nomear condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM nº 356 e do Regulamento.

14. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA, DO CUSTODIANTE, DA EMPRESA DE AUDITORIA E DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Os Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em Circulação, poderão solicitar a convocação de Assembléia Geral para deliberar acerca da substituição da Administradora. Para tanto, os Quotistas interessados na convocação deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação e a indicação, em ordem de preferência, do nome, qualificação e experiência de, no mínimo, 3 instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável e do Regulamento, indicando a remuneração de cada potencial instituição substituta, a qual não poderá ser superior a 10% do valor da Taxa de Administração. Imediatamente após o recebimento da correspondência acima referida, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para que a substituição da Administradora seja deliberada pelos Quotistas.

Caso a substituição da Administradora seja aprovada pela maioria dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, os Quotistas terão o direito de escolher, na mesma Assembléia Geral, qualquer das instituições apresentadas pelos demais Quotistas para exercer as funções da Administradora, a qual deverá ser aprovada pela maioria dos Quotistas.

Caso os Quotistas, nos termos acima descritos, rejeitem as indicações propostas, os Quotistas que estejam solicitando a substituição da Administradora deverão elaborar nova lista de indicação a ser submetida à aprovação dos demais Quotistas. Esse procedimento poderá ser repetido até 3 vezes consecutivas, sendo que, não havendo definição acerca da nova instituição administradora após a terceira votação, ocorrerá um Evento de Amortização Antecipada, nos termos do Regulamento.

Na hipótese de os Quotistas não definirem a instituição que deverá exercer a função de Administradora, sem que haja rejeição expressa das indicações propostas, será considerada como escolhida a primeira instituição indicada de acordo com a ordem de preferência estabelecida pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

Na hipótese de substituição do Custodiante, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos acima definidos, relacionados à substituição da Administradora.

A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no periódico referido no Regulamento e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir entre: (i) a substituição da Administradora e definição de sua substituta; ou (ii) a liquidação do Fundo, nos termos do artigo 37 da Instrução CVM nº 356, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação ou de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos de dação em pagamento referidos no Regulamento.

Na hipótese de a Assembléia Geral referida no parágrafo acima (i) não nomear a Administradora Substituta, ou (ii) não obtiver quorum suficiente, em primeira e segunda convocações, para tanto, a Administradora deverá dar início ao processo de liquidação do Fundo, no prazo máximo de 10 Dias Úteis contados, conforme o caso: (a) da data da realização da referida Assembléia Geral, ou (b) se a

Assembleia Geral não ter sido instalada, da data em que ela deveria ocorrer em segunda convocação, observados os procedimentos previstos no Regulamento.

Na hipótese de nomeação de Administradora Substituta em Assembleia Geral, a Administradora permanecerá no exercício de suas funções até que a Administradora Substituta venha lhe substituir integralmente, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 180 dias contado da data de realização da Assembleia Geral acima referida, conforme o caso, ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pela maioria dos titulares das Quotas em Circulação, no curso da referida Assembleia Geral.

Caso a Administradora Substituta (i) não aceite a designação para a função de administradora do Fundo; ou (ii) não dê início às atividades de administração e gestão da carteira do Fundo, a Administradora deverá dar início ao processo de liquidação antecipada do Fundo no Dia Útil imediatamente subsequente: (a) àquele em que tome ciência da referida recusa pela Administradora Substituta; ou (b) ao decurso do prazo acima estabelecido, observados os procedimentos previstos no Regulamento.

Caso se determine em Assembleia Geral a substituição da Administradora, seja por renúncia dessa ou não, a Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 Dias Úteis, contado da realização da respectiva Assembleia Geral ou, conforme o caso, da aceitação da função pela Administradora Substituta, e, em qualquer hipótese, antes do término do prazo estabelecido acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração e gestão da carteira do Fundo que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a este atribuídas nos termos do Regulamento. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 dias, contado do envio à Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

Os Quotistas titulares de 5% das Quotas em Circulação poderão solicitar convocação de Assembleia Geral para deliberar a substituição da Empresa de Auditoria e/ou da Agência Classificadora de Risco. Ademais, a Empresa de Auditoria ou a Agência Classificadora de Risco poderá renunciar a qualquer tempo às suas respectivas funções, atribuídas nos termos do Regulamento. Em qualquer destas hipóteses, os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral convocada para tal fim, nos termos do Regulamento, poderão deliberar a substituição da Empresa de Auditoria e/ou da Agência Classificadora de Risco, conforme o caso.

15. ENCARGOS DO FUNDO

Além da Taxa de Administração, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- d) honorários e despesas da Empresa de Auditoria encarregada da revisão das demonstrações financeiras do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora, inclusive custos das auditorias periódicas anuais, realizadas nos termos do Regulamento de forma a acompanhar o cumprimento das obrigações e atribuições do Município e do Banco Arrecadador, nos termos dos respectivos Documentos da Securitização, realizadas em defesa dos interesses dos titulares dos Quotistas, visto que os resultados de tais auditorias poderão eventualmente impactar as contas e a situação financeira do Fundo;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;
- i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas negociação;
- j) despesas com a manutenção da Agência Classificadora de Risco; e
- k) despesas relacionadas com a fiscalização anual da CVM.

Quaisquer despesas não previstas neste item como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

16. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

Observado o disposto no art. 40 da Instrução CVM nº 356 e no §1º do art. 1º da Instrução CVM nº 444, em até 90 dias contados do início de suas atividades, o Fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido nos seguintes ativos:

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao patrimônio líquido do Fundo*	
	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	50%	100%
b) moeda corrente nacional	0%	50%
c) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
d) quotas de fundos de investimentos, de longo prazo, administrados por Instituições Autorizadas, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos preponderantemente nas alíneas “b” e “c” acima	0%	50%

(*) Decorridos 90 dias do início das atividades do Fundo.

Tabela 4: Política de Investimento e Composição e Diversificação da Carteira do Fundo.

O Fundo poderá alocar até 100% de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório Elegível ou em diversos Direitos Creditórios Elegíveis de um mesmo devedor, uma vez que os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo se enquadram no inciso II do § 1º do art. 1º da Instrução CVM nº 444, e em observância ao disposto no Artigo 8º da mesma Instrução, não se aplica o artigo 40-A da Instrução CVM nº 356.

É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável.

Observado o disposto no Regulamento, é vedado à Administradora, por conta e ordem do Fundo, realizar operações com instrumentos derivativos.

É vedada a realização de qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro, em que o Município, a Administradora e/ou quaisquer de suas respectivas afiliadas figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes.

17. QUOTAS

As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito pelo Agente Escriturador em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos no Regulamento.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome pelo Agente Escriturador. O extrato da conta de depósito emitido será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

17.1. Quotas Seniores

O Fundo poderá (i) emitir 1 classe de Quotas Seniores, em série única, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições; e (ii) manter em Circulação Quotas Seniores no valor total, em cada Data de Emissão, de até R\$50.000.000,00, valor este a ser atualizado mensalmente pela variação acumulada do IPCA, a partir do início das atividades do Fundo.

O Fundo somente poderá realizar novas Distribuições de Quotas Seniores, subsequentes à primeira, desde que, (i) computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, das Quotas Seniores da nova

Distribuição e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados com a integralização das Quotas Seniores adicionais, o Fundo atenda, concomitantemente, à Relação Mínima, à Reserva de Caixa e à RRAS, referente tanto às Quotas Seniores em processo de subscrição e integralização quanto a todas as Quotas Seniores em Circulação; (ii) o Suplemento referente à nova Distribuição tenha sido registrado nos termos do Regulamento; (iii) a Meta de Rentabilidade a ser utilizada no cálculo da Amortização da Quota Sênior objeto da nova Distribuição seja a mesma utilizada para as demais Quotas Seniores em Circulação; (iv) a Administradora receba, da Agência Classificadora de Risco, correspondência confirmando, expressamente e por escrito, que a classificação de risco das Quotas Seniores em Circulação não será rebaixada em decorrência da emissão das Quotas Seniores da nova Distribuição; (v) a respectiva Distribuição tenha sido registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400; e (vi) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada esteja em curso.

Não obstante o acima disposto, o Fundo poderá excepcionalmente emitir a Série Específica, caso seja necessário o aporte de recursos adicionais no Fundo pelos titulares das Quotas Seniores, nos termos do Regulamento, observada a necessidade de registro da respectiva oferta junto à CVM, conforme disposto na Instrução CVM nº 356 e na Instrução CVM nº 400. A Série Específica goza dos mesmos direitos, garantias e prerrogativas outorgadas às Quotas Seniores em Circulação, observados os termos e condições do Regulamento, sendo que as respectivas Quotas podem ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, sendo que, neste caso, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Quotas Seniores em Circulação, emitidas em 1 (uma) ou mais Distribuição(ões).

As Quotas Seniores poderão ser objeto de amortizações, parciais ou totais, nos termos do Regulamento.

Cada Quota Sênior tem prioridade e goza de preferência em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto no Regulamento.

Cada Quota Sênior tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e, a partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores, o valor unitário das Quotas Seniores, será calculado na abertura de cada Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou, conforme o caso, resgate, o qual será equivalente ao menor dos valores apurados pela aplicação do disposto nas alíneas “i” ou “ii” a seguir:

- i) o valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião; ou
- ii) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

caso a Data de Avaliação seja a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores ou uma Data de Amortização:

Valor Principal Atualizado

caso contrário:

$$\text{Valor Principal Atualizado} * (1 + \text{Meta_Rentabilidade})^{\text{Prazo}/252} * (1 + \text{Proj_IPCA})^{\text{Prazo}/\text{DiasÚteisPeríodo}},$$

onde:

Valor Principal Atualizado: montante em reais definido na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores como R\$1.000.000,00. O Valor Principal Atualizado será ajustado após cada Data de Amortização e passará a ser o montante em reais determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Valor Principal Anterior} * (1 + \text{Variação IPCA}) * (1 + \text{Meta_Rentabilidade})^{\frac{\text{Prazo_Anterior}}{252}} - \text{Amortização Quota Sênior}$$

Meta_Rentabilidade: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores, conforme definida no Suplemento das Quotas Seniores e em processo de *bookbuilding*, expresso na forma percentual ao ano, sendo que a rentabilidade máxima será equivalente à taxa da NTN-B (Notas do Tesouro Nacional, série B) + 6% a.a. (seis por cento ao ano);

Prazo: número de Dias Úteis entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores (inclusive) ou a Data de Amortização anterior (inclusive), conforme o caso, e a Data de Avaliação (exclusive);

Dias Úteis Período: número de Dias Úteis entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores (inclusive) ou a Data de Amortização anterior (inclusive), conforme o caso, e a próxima Data de Amortização (exclusive);

Proj_IPCA: projeção da variação do número índice do IPCA correspondente ao mês vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Apuração_i, conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Apuração_i, o Proj IPCA será determinado como o Proj IPCA_{i-1} (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior).

Para efeito da determinação do Valor Principal Atualizado em cada Data de Amortização, as seguintes definições serão consideradas:

Valor Principal Anterior: Valor Principal Atualizado calculado na última Data de Amortização imediatamente anterior à Data de Amortização Vigente ou na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, conforme o caso;

Variação IPCA: valor determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\frac{IPCA_{\text{atual}}}{IPCA_{\text{anterior}}} - 1$$

IPCA_{atual}: número índice do IPCA correspondente ao mês anterior à Data de Amortização;

IPCA_{anterior}: número índice do IPCA correspondente ao segundo mês anterior à Data de Amortização;

Prazo Anterior: número de Dias Úteis entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores (inclusive) ou a Data de Amortização anterior (inclusive), conforme o caso, e a Data de Amortização Vigente (exclusive);

Amortização Quota Sênior: montante em reais a ser pago pelo Fundo por Quota Sênior a título de amortização em cada Data de Amortização, determinado nos termos do Regulamento.

Nos termos do Regulamento, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a aportar recursos adicionais no Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da subscrição e integralização da Série Específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas.

Os valores a que os titulares das Quotas Seniores fazem jus, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Seniores, nos termos do Regulamento, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores em Circulação.

Independente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão *jus*, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, ao recebimento de valores em montante superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme acima disposto, o que representa o limite máximo para o valor das Quotas Seniores.

17.2. Quotas Subordinadas

O Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, 1 classe de Quotas Subordinadas, em número indeterminado.

As Quotas Subordinadas poderão ser objeto de amortizações programadas, parciais ou totais, nos termos do Regulamento.

Cada Quota Subordinada subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e, na hipótese de liquidação do Fundo, de resgate.

Nos termos do Regulamento, cada Quota Subordinada tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, podendo ser emitida e negociada fração de Quota Subordinada para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal.

A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, calculado na abertura de todo Dia Útil, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor das Quotas Seniores em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação, na respectiva Data de Avaliação.

Os valores a que os titulares das Quotas Subordinadas fazem *jus*, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Subordinadas, nos termos do Regulamento, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Subordinadas em Circulação.

A Administradora poderá deliberar e emitir Quotas Subordinadas, sem a necessidade de aprovação dos Quotistas titulares das Quotas Seniores, devendo, para tanto, ser observados os termos e as condições do Regulamento e da legislação aplicável.

17.3. Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação de Quotas

Exceção feita às subscrições realizadas na Data da 1ª Emissão, para as quais os valores das Quotas serão equivalentes a R\$1.000.000,00, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas, respectivamente, por seu valor calculado na forma no Regulamento, na data em que as respectivas contrapartidas (*i.e.*, moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis, conforme o caso) sejam colocadas pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos da legislação aplicável.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

Os titulares das Quotas Seniores poderão oferecer suas Quotas em garantia de qualquer negócio jurídico e sobre elas instituir usufruto, devendo a Administradora ou o terceiro contratado para a prestação de serviço de escrituração de Quotas, em qualquer desses casos, proceder ao registro do respectivo gravame, informando tal procedimento à Administradora.

O instrumento de outorga das Quotas Seniores em garantia deverá estabelecer claramente: (i) que as respectivas Quotas somente poderão ser transferidas a Investidores Qualificados, nos termos da legislação então em vigor; e (ii) que cada Quota deverá ser transmitida integralmente a um único titular, não sendo admitida a transferência de frações, a qualquer título.

Observados os termos do Contrato de Cessão, a aplicação em Quotas Subordinadas poderá ser efetuada pelo Município, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, observados, conforme o caso, o Regulamento e os dispositivos legais e regulamentares referentes a aplicações de quotas em direitos creditórios.

As Quotas Seniores deverão ser registradas, para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA e, para negociação no mercado secundário, no Módulo de Fundos – MF, ambos mantidos e operacionalizados pela CETIP.

17.4. Amortização e Resgate

Observado o disposto no Regulamento, o Fundo amortizará suas Quotas em Regime de Caixa.

Desde que o Fundo conte com Disponível, equivalente a, no mínimo, R\$200.000,00, após a alocação de recursos disposta no Regulamento, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a amortização integral de 100% das Quotas Seniores em Circulação, observadas as instruções passadas pela Administradora ao Custodiante, o Fundo deverá, em cada Data de Amortização, em Regime de Caixa, proceder à amortização, total ou parcial, do valor de cada Quota Sênior e de cada Quota Subordinada, de acordo com o disposto no Regulamento.

Caso o Fundo não conte com Disponível, equivalente a, no mínimo, R\$200.000,00, nos termos acima descritos, a respectiva amortização, total ou parcial, de cada Quota Sênior e de cada Quota Subordinada será realizada na Data de Amortização subsequente em que o Fundo contar com o Disponível no montante mínimo mencionado acima, não havendo, portanto, qualquer estimativa de prazo para que o Fundo conte com recursos suficientes para amortizar, total ou parcialmente, suas Quotas.

17.4.1. Amortização da Remuneração das Quotas Seniores

O valor a ser pago a título de amortização ordinária de cada Quota Sênior, relativa à sua respectiva remuneração mensal, se houver, em cada Data de Amortização, nos termos do Regulamento e observadas as instruções encaminhadas pela Administradora ao Custodiante, sempre limitado ao montante de recursos disponíveis no Fundo, será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Principal Atual Quota Sênior} * (1 + \text{Variação IPCA}) * [(1 + \text{Meta_Rentabilidade})^{\text{Prazo}/252} - 1]$$

onde:

Principal Atual Quota Sênior	Valor Principal Atualizado, conforme determinado no Regulamento, apurado na última Data de Amortização imediatamente anterior à Data de Amortização Vigente;
Meta_Rentabilidade	Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores, conforme definida no Suplemento das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano;
Prazo	Dias Úteis Período, conforme determinado no Regulamento;
Variação IPCA	valor determinado nos termos do Regulamento.

17.4.2. Amortização do Valor de Principal das Quotas Seniores e Amortização das Quotas Subordinadas

Observadas as instruções encaminhadas pela Administradora ao Custodiante, os recursos disponíveis pelo Fundo em cada Data de Amortização, após o pagamento da Amortização Remuneração Sênior, considerando-se o disposto no Regulamento, serão utilizados para amortização ou resgate, conforme o caso, dos montantes originalmente investidos pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação, quando da 1ª Data de Emissão da respectiva Quota, e das Quotas Subordinadas em Circulação, conforme disposto abaixo.

Caso o Principal Atual Quota Sênior seja superior ao Principal Esperado Quota Sênior, em cada Data de Amortização, o Fundo deverá proceder à amortização das Quotas Seniores em Circulação em montante equivalente à totalidade do Excedente de Disponível, limitado ao valor das Quotas Seniores em Circulação.

Caso o Principal Atual Quota Sênior seja igual ou inferior ao principal esperado Quota Sênior, em cada Data de Amortização, o Fundo deverá proceder à amortização de Quotas Seniores em montante equivalente à 80% do Excedente de Disponível, limitado ao valor das Quotas Seniores em Circulação.

onde:

Principal Esperado Quota Sênior montante em reais, calculado em cada Data de Amortização, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Valor Principal de Referência} \times \text{Meta de Percentual Não Amortizado}$$

Valor Principal de Referência $\text{Valor Principal Inicial} \times (1 + \text{IPCA acumulado})$

Valor Principal Inicial valor unitário das Quotas Seniores na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores;

IPCA acumulado valor determinado de acordo o disposto no Regulamento;

IPCA atual número índice do IPCA, conforme disposto no Regulamento, correspondente ao mês anterior à Data de Amortização Vigente;

IPCA início número índice do IPCA, conforme disposto no Regulamento, correspondente ao mês anterior à 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores;

Meta de Percentual Não Amortizado Percentuais, contidos na tabela abaixo, os quais definem, caso o Fundo conte com recursos suficientes para tanto, após pagamento da Amortização Remuneração Sênior, uma meta de amortização das Quotas Seniores e de amortização parcial das Quotas Subordinadas.

Assim, se o Fundo contar com recursos suficientes após pagamento da Amortização Remuneração Sênior, a Meta de Percentual Não Amortizado definirá a proporção das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas que serão amortizadas nos respectivos períodos. A Meta de Percentual Não Amortizado não representa uma estimativa de prazo de amortização das Quotas Seniores, mas sim um mecanismo para definir alocação dos recursos disponíveis excedentes do Fundo, após pagamento da Amortização Remuneração Sênior.

MESES CONTADOS DA 1ª DATA DE EMISSÃO DE QUOTAS SENIORES	META DE PERCENTUAL DE QUOTAS SENIORES EM CIRCULAÇÃO NÃO AMORTIZADO
1º ao 12º (inclusive)	67,0%
13º ao 24º (inclusive)	50,0%
25º ao 36º (inclusive)	28,0%
37º ao 48º (inclusive)	0,0%

Observada a ordem de alocação de recursos do Fundo disciplinada no Regulamento e após a amortização dos rendimentos incorporados ao valor das Quotas Seniores, caso aplicável, e na amortização ou resgate dos montantes originalmente investidos pelos Quotistas quando da 1ª Data de Emissão da respectiva Quota, se for o caso, nos termos aqui descritos, o Fundo deverá alocar

integralmente o Excedente de Disponível remanescente na amortização, total ou parcial, das Quotas Subordinadas em Circulação.

18. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

O Fundo efetuará o pagamento da amortização de Quotas por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo Bacen ou, conforme o caso, por meio dos procedimentos de dação referidos no Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento dos valores devidos aos Quotistas, observados os registros de titularidade de Quotas mantidos pelo Agente Escriturador no Dia Útil imediatamente anterior à data da realização da amortização ou do resgate das respectivas Quotas.

No curso ordinário do Programa de Securitização, inclusive na hipótese de dação em pagamento, as verbas pagas aos titulares das Quotas, a título de amortização ou resgate, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, nos rendimentos incorporados ao valor das Quotas, caso aplicável, e, posteriormente, na amortização ou resgate dos montantes originalmente investidos pelos Quotistas quando da 1ª Data de Emissão da respectiva Quota.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, as verbas pagas aos titulares das Quotas, a título de amortização ou resgate, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, na amortização ou no resgate de seu valor unitário definido para a 1ª Data de Emissão da respectiva Quota e, posteriormente, no pagamento dos rendimentos auferidos por cada Quota. Os procedimentos aqui referidos somente serão descontinuados após o pagamento integral dos respectivos valores de amortização ou resgate das Quotas Seniores, ou quando da exaustão do Patrimônio Líquido.

19. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

Para efeito do disposto no inciso XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo, por decisão da maioria dos titulares de Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderá ser liquidado antecipadamente, caso existam Quotas em Circulação, no prazo de 180 dias contado da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Caso os recursos disponíveis não sejam suficientes para o resgate integral das Quotas Seniores, a Administradora promoverá, mediante aprovação da maioria dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, o resgate das Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor unitário de cada Quota Sênior apurado, *pro-forma*, observado o disposto no Regulamento. Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver.

Para que haja o resgate de Quotas, nos termos acima descritos, e a posterior liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos titulares de Quotas, de um administrador para o condomínio civil abaixo referido.

Para fins do acima disposto, os Direitos Creditórios dados em dação em pagamento pelo Fundo aos titulares de Quotas Seniores e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 dias contado da realização da Assembléia Geral acima referida. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, conforme o caso, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio, observada a ordem de alocação de recursos do Fundo. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão. A cessão dos Direitos Creditórios deverá respeitar as limitações impostas pela Lei Autorizativa e pela legislação aplicável.

O Município fará a guarda dos Documentos Comprobatórios que eventualmente encontre-se em seu poder, relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 15 dias, contado da constituição do condomínio. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora e ao Município a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado este prazo, ou caso os titulares das Quotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil acima referido e/ou a eleger o seu administrador, a Administradora e o Município, por conta e ordem do Fundo, poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

20. TRIBUTAÇÃO

O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.

20.1. Tributação Aplicável aos Quotistas

20.1.1. IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

20.1.2. IOF sobre Operações de Câmbio – IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota máxima do IOF/Câmbio definida pelo artigo 15 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, é de 25%. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, desde 17 de março de 2008 (em decorrência da edição do Decreto nº 6.391, de 12 de março de 2008), os Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para aplicação no mercado financeiro e de capitais, estarão sujeitos à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 1,5%, exceto nos casos de transferências de recursos para investimento em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução nº 2.689/00) e nos investimentos em aquisição de ações, em oferta pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou para subscrição de ações, desde que, nos dois casos, as companhias emissoras tenham registro para negociação das ações em bolsas de valores, casos em que a incidência do IOF/Câmbio se dará à alíquota zero.

20.1.3. Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base:

- a) a residência dos Quotistas do Fundo:
 - (i) no Brasil; e
 - (ii) no exterior; e
- b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação:
 - (i) a cessão ou alienação de Quotas;
 - (ii) o resgate de Quotas do Fundo; e
 - (iii) a amortização de Quotas do Fundo.

20.1.3.1. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

- a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

- b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate das quotas é feita de forma retida na fonte pela aplicação de alíquotas decrescentes em função do prazo de aplicação, observando-se o seguinte: 22,5% para aplicações de até 6 meses, 20% para aplicações entre 6 e 12 meses, 17,5% para aplicações entre 12 e 24 meses, e 15% para aplicações acima de 24 meses.

c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de quotas, a tributação pelo imposto de renda se dá na forma retida na fonte observando-se as mesmas regras aplicáveis às hipóteses de resgate.

20.1.3.2. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução nº 2.689/00, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade.

20.1.3.3. Investidores Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os rendimentos auferidos quando da cessão ou alienação de quotas por quotistas qualificados não residentes em Paraíso Fiscal sofrerá retenção, na fonte, de imposto de renda calculado à alíquota de 15%.

b) Resgate das Quotas:

Os rendimentos auferidos quando do resgate de quotas por quotistas qualificados não residentes em Paraíso Fiscal sofrerá retenção, na fonte, de imposto de renda calculado à alíquota de 15%.

c) Amortização de Quotas:

Os rendimentos auferidos quando da amortização de quotas por quotistas qualificados não residentes em Paraíso Fiscal sofrerá retenção, na fonte, de imposto de renda calculado à alíquota de 15%.

20.1.3.4. Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal não se beneficiam do tratamento descrito no item 17.1.3.3 acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e do resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25% em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

20.2. Tributação Aplicável ao Fundo

20.2.1. IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

20.2.2. Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira do Fundo e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o reestabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Brasileiro. Caso a CPMF seja reestabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 dias contados da promulgação da nova legislação.

21. CUSTÓDIA DOS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO

Os Outros Ativos e os Direitos Creditórios devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM.

22. CUSTÓDIA FÍSICA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Fundo, inclusive os registros eletrônicos relativos aos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, serão custodiados, pelo Município, às expensas deste último, sendo que os mesmos deverão ser individualmente agrupados e identificados pelo respectivo Número de Título.

23. COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Nos termos da Lei Autorizativa e dos demais normativos aplicáveis, o Município, por meio da SEMEF e da PGM, conforme o caso, será responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança administrativa e judicial dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Os créditos de natureza tributária inadimplidos somente serão considerados dívida administrativa: (i) os decorrentes do ISS, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento da obrigação tributária; (ii) os decorrentes do IPTU, a partir do dia 1º de janeiro do ano subsequente ao do vencimento da obrigação tributária; e (iii) os decorrentes da TSC, a partir do 1º dia do mês seguinte ao do vencimento da obrigação tributária (artigo 3º do Decreto Municipal nº 8.075).

Conforme parágrafo único do artigo 5º do Decreto Municipal nº 8.075, os créditos serão inscritos em Dívida Ativa nos seguintes prazos: (i) os decorrentes do ISS, em aproximadamente 90 dias contados do vencimento da obrigação tributária; (ii) os decorrentes do IPTU, até o mês de março do segundo ano subsequente ao do vencimento da obrigação tributária; e (iii) os decorrentes da TSC, até o mês de março do segundo ano subsequente ao do vencimento da obrigação tributária.

Nos termos do artigo 6º do Decreto Municipal nº 8.075, a inscrição em dívida ativa dos créditos municipais será realizada pela SEMEF, após esgotado o procedimento administrativo de cobrança amigável que atestar a existência de crédito tributário. De acordo com o artigo 14 do mesmo Decreto, a cobrança extrajudicial da dívida ativa administrativa do Município de Nova Iguaçu a que se referem o artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 12/2005 e o artigo 1º, inciso II, do Decreto nº 7.174/2005 é de competência da SEMEF, cabendo à Procuradoria-Geral do Município o exercício do controle da juridicidade do procedimento de inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança judicial dos créditos municipais, conforme §1º do artigo citado.

Após término do processo administrativo, instaurado com vistas à cobrança dos créditos tributários não pagos, a execução da decisão fiscal consistirá (artigo 631 do CTM): (i) na lavratura de Termo de Intimação ao recorrente ou sujeito passivo para pagar a importância da condenação ou satisfazer a obrigação acessória; (ii) na imediata inscrição, como dívida ativa, para subsequente cobrança por ação executiva, dos débitos constituídos, se não forem pagos nos prazos estabelecidos; e (iii) na ciência do recorrente ou sujeito passivo para receber a importância recolhida indevidamente ou conhecer da decisão favorável que modificará o lançamento ou cancelará o Auto de Infração e Termo de Intimação. A execução da dívida ativa dos municípios segue o rito previsto na LEF.

De acordo com o artigo 112 da LOM, a representação judicial do Município é exercida pelos Procuradores do Município, membros da PGM, que é o órgão central de supervisão dos serviços jurídicos da administração direta e indireta, no âmbito do Poder Executivo. Além disso, nos termos do artigo 112, § 5º, da LOM, compete privativamente à PGM a cobrança judicial da dívida ativa do Município.

A execução fiscal segue o procedimento previsto na LEF. Distribuída a execução fiscal, o devedor é citado para, no prazo de 5 dias, pagar a dívida devidamente atualizada e com os encargos indicados na CDA ou garantir o juízo, com depósito em dinheiro, fiança bancária ou nomeação de bens à penhora (artigo 9º da LEF). A citação é feita pelo correio com aviso de recebimento. A citação por oficial de justiça ou por edital é feita a requerimento da Fazenda Pública exequente ou se o aviso não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta na agência dos correios (artigo 8º da LEF). A execução fiscal pode ser ajuizada contra o devedor, o fiador, o espólio, a massa, o responsável tributário e o sucessor a qualquer título (artigo 4º da LEF).

Por fim, os créditos da Fazenda Municipal de Nova Iguaçu, tributários ou não, inscritos ou não em dívida ativa, mesmo em fase de execução fiscal, inclusive os respectivos acréscimos moratórios e

multas decorrentes do descumprimento da legislação pertinente, podem ser objeto de Parcelamento, conforme artigos 695 a 697 do CTM.

De acordo com o artigo 696 do CTM, o “*valor da dívida será atualizado monetariamente até a data do pedido de parcelamento, acrescido dos juros de mora e multa de mora, nos termos do art. 692 desta Lei e demais acréscimos pecuniários previstos na legislação em vigor, sendo o seu valor consolidado expresso em reais*”.

Os artigos 15 e 16 do Decreto Municipal nº 8.075 rezaem que:

“Art. 15. Os créditos municipais não adimplidos na forma e prazos estabelecidos pela legislação tributária, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que em fase de execução judicial, poderão ser pagos à vista ou de modo parcelado, em prestações mensais e sucessivas, observando-se:

I – o valor da dívida será atualizado monetariamente até a data do pedido de parcelamento, acrescido dos juros de mora e multa de mora, nos termos do art. 692 da Lei Complementar Municipal nº 3.411/2002 e demais acréscimos pecuniários previstos na legislação em vigor, sendo o seu valor consolidado expresso em reais.

II – para parcelamentos em até 10 (dez) prestações, inclusive, não haverá a incidência de juros vencidos;

III – para parcelamentos com mais de 10 (dez) prestações, serão acrescidos juros vencidos, no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês, acrescido do valor pela emissão da guia, nos termos da Lei nº 3447/2002.

Art. 16. A denúncia espontânea, nos termos do art. 138 da Lei 5.172/66 (Código Tributário Nacional), quando acompanhado do pagamento à vista do débito, exclui a incidência da multa de mora.

Parágrafo único. Para fins do caput, o pagamento parcelado em até 03 (três) cotas mensais e sucessivas para débitos superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), equipara-se ao pagamento à vista”.

De acordo com o artigo 18 do Decreto Municipal nº 8.075, o parcelamento, por pessoa física, de dívida do IPTU, TSC ou ISS, inscrita ou não em dívida ativa, poderá ser deferido em até 120 prestações mensais e sucessivas, respeitado o limite mínimo de R\$32,00 para cada prestação, acrescido da taxa de expendente.

Já o parcelamento, por pessoa jurídica, de dívida do IPTU, TSC ou ISS, inscrita ou não em dívida ativa, poderá ser deferido em até 36 prestações mensais e sucessivas, respeitado o limite mínimo de R\$96,00 para cada prestação, acrescido da taxa de expendente (artigo 19 do Decreto Municipal nº 8.075).

Ainda nos termos do Decreto Municipal nº 8.075, na hipótese de atraso no pagamento de 2 parcelas consecutivas ou 3 intercaladas, o acordo poderá ser cancelado de ofício e o saldo a pagar será imediatamente inscrito em dívida ativa. O cancelamento do parcelamento por atraso no pagamento das parcelas dará ao requerente o direito de obter: (i) um novo reparcèlement do débito, condicionado o deferimento do mesmo ao pagamento à vista de 20% do saldo remanescente; ou (ii) um último reparcèlement do débito, condicionado o deferimento do mesmo ao pagamento à vista de 50% do saldo remanescente (artigo 24).

Para maiores informações sobre a cobrança e parcelamento dos Direitos Creditórios, vide Seção “Marco Regulatório” deste Prospecto e “Anexo 6 – Procedimentos de Processamento, Controle e Cobrança”.

24. CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a maioria dos titulares das Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderá aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de série de Quotas Seniores específica, a ser realizada compulsoriamente por todos os titulares das Quotas Seniores, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. As características da Série Específica, inclusive no que tange a prazos e valores para amortização, resgate e remuneração esperada, serão idênticas às das demais Quotas Seniores em Circulação.

Quando da emissão da Série Específica, a Administradora deverá observar e atender aos termos e condições aplicáveis ao referido negócio, incluindo sem limitação, os normativos e orientações da CVM.

Todos os custos e despesas aqui referidos serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Quotas Seniores em Circulação, não estando a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores, os titulares de Quotas Subordinadas e suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos acima mencionados.

A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos aqui descritos, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Seniores reunidos na Assembléia Geral acima prevista. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral o cronograma de integralização Série Específica, as quais deverão ser emitidas e distribuídas nos termos da legislação aplicável na ocasião, incluindo os normativos e orientações da CVM, e integralizadas em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes da integralização da Série Específica, conforme aprovado em Assembléia Geral acima referida e da assunção pelos titulares das Quotas Seniores, do compromisso de prover, na proporção de seus respectivos créditos, os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

A Administradora, o Custodiante e o Município, incluindo seus administradores, empregados e demais prepostos, não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Seniores, em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma aqui descrita.

25. PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS

O Custodiante deverá proceder a auditorias periódicas, no mínimo trimestrais, dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, com vistas a verificar a regularidade desses. Tais auditorias periódicas poderão ser realizadas por amostragem, desde que observados parâmetros de quantidade e de diversificação de Contribuintes abaixo descritos. Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante pela realização das referidas auditorias periódicas, será permitido ao Custodiante, às suas expensas, delegar a operacionalização das referidas auditorias periódicas a empresa de auditoria contábil devidamente cadastrada na CVM.

Como parâmetro para a definição da amostragem das auditorias periódicas acima referidas, o Custodiante deverá analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que, nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10%, independentemente de quem sejam os Contribuintes dos respectivos Direitos Creditórios selecionados, calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$n_0 = \frac{1}{\xi^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

onde:

ξ : Erro Estimado;

A : Tamanho da Amostra;

N : População Total;

n_0 : Fator Amostral.

A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não serão considerados os parâmetros de diversificação de Contribuintes quando da verificação do lastro.

O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução CVM nº 356, a Administradora considerará as informações e os resultados fornecidos pelo Custodiante, relativos à verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior, nos termos acima descritos, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.

26. CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos

interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Monitor Mercantil”, nos termos da Instrução CVM nº 356, caso a publicação de anúncio seja expressamente exigida nos termos da legislação aplicável, exceto pelos anúncios de início e de encerramento de distribuição de Quotas, os quais serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, ou no jornal “Monitor Mercantil”, e (b) de correspondência enviada ao representante do Quotista, indicado na forma do Regulamento. As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

Observado o disposto no Regulamento, a Administradora deverá proceder à determinação e colocar à disposição dos Quotistas em seu *site* de *internet* (www.oliveiratrust.com.br), em base diária, (i) o número de Quotas de propriedade do respectivo investidor; (ii) o valor de cada Quota; (iii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior.

A Administradora deverá, no prazo de 15 dias contado do término dos períodos encerrados em 31 de dezembro, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, (i) informações sobre o valor do Patrimônio Líquido; (ii) informações sobre o valor das Quotas e a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem; e (iii) os relatórios preparados pela Agência Classificadora de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

Sem prejuízo do acima disposto, a Administradora deverá enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível no *site* de *internet* desta autarquia:

a) informe mensal, conforme modelo disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, observando o prazo de 15 dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do Patrimônio Líquido;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor das Quotas e quantidades em Circulação;
- v) comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- vii) número de Quotistas;

b) os demonstrativos trimestrais previstos no Regulamento, no prazo de 45 dias após o encerramento de cada trimestre; e

c) as informações previstas no Regulamento, também conforme modelos disponíveis na referida página, sendo observados os mesmos prazos lá definidos.

27. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Quaisquer informações complementares sobre o Fundo e a Oferta, assim como consulta a este Prospecto e ao Regulamento, poderão ser obtidas junto à Administradora e ao Distribuidor Líder, nos endereços informados na Seção “Características da Estrutura do Fundo – 9. Identificação dos Prestadores de Serviços” deste Prospecto, e à CVM ou à CETIP por meio dos seguintes endereços, telefones de atendimento e *e-mail*:

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3233-8686

ou

Rua Cincinato Braga, 340 – 2º e 3º andares – São Paulo – SP

Telefone: (11) 2146-2000

Fax: (11) 2146-2097

www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar – CEP 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefones: (21) 2276-7474 / 2223-6464

Fax: (55 21) 2276-7435 / 2223-6435

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar – CEP 01009-000 – São Paulo – SP

Telefones: (11) 3111-1400 / 3365-4925

Fax: (11) 3111-1563

www.cetip.com.br

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

O resumo da estrutura do Programa de Securitização apresentado nesta Seção possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global dele, de modo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto.

1. LEI AUTORIZATIVA

A cessão dos Direitos Creditórios foi autorizada pela Lei Municipal nº 3.878, publicada no Jornal ZM Notícias em 01 de novembro de 2007, na página 02, alterada pela Lei Municipal nº 3.929, de 04 de junho de 2008, também publicada no Jornal ZM Notícias, em 05 de junho de 2008, na página 02.

2. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios.

A cessão do fluxo dos Direitos Creditórios permitirá ao Município maior disponibilidade de caixa, viabilizando reforço financeiro para arcar com os custos de contrapartida para os recursos provenientes do PAC/ Programa ProMoradia/ Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID/ Orçamento Geral da União, que chegam a montantes de, aproximadamente: R\$161 milhões; R\$200 milhões; R\$125 milhões; e R\$90 milhões, respectivamente. Tais recursos totalizam em torno de R\$576 milhões em obras, que proporcionarão uma grande reestruturação urbanística no Município.

3. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DA CESSÃO

Quando da aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos no Regulamento, cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.

Para aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, caberá ao Custodiante a verificação individualizada do atendimento, pelos Direitos Creditórios oferecidos à cessão, aos Critérios de Elegibilidade.

É considerado “Direito Creditório Elegível”, todo Direito Creditório cujas informações sejam transmitidas pelo Município ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que, na Data de Oferta:

a) encontre-se vencido e não pago; e

b) o somatório do Valor Nominal dos Direitos Creditórios, devidos pelo mesmo Contribuinte, não poderá ser superior a R\$100.000,00.

Observados os termos e condições do Regulamento, a verificação, pelo Custodiante, do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será considerada como definitiva.

Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, o Município deverá declarar, como condições de cessão: (i) não ter sido decretada a falência e/ou a liquidação judicial do respectivo Contribuinte; (ii) tendo sido objeto de Parcelamento, a data de vencimento do respectivo Direito Creditório ser anterior ao prazo de 5 anos contado da 1ª Data de Emissão; (iii) se o(s) Direito(s) Creditório(s) ofertado(s), devido(s) pelo mesmo Contribuinte, for(em) integrante(s) de uma mesma CDA já emitida contra o respectivo Contribuinte na Data de Aquisição, esta não apresentar saldo devedor, na Data de Aquisição, inferior a R\$500,01; e (iv) o somatório dos Valores Nominais dos Direitos Creditórios ofertados, devidos pelo mesmo Contribuinte, ainda não integrantes de uma CDA, não ser inferior a R\$500,01, observado que, se o Município vier a emitir CDA contra tal Contribuinte após a Data de Aquisição, aquele se obriga a proceder à emissão de CDA, relacionada apenas a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo ainda inadimplentes, no valor mínimo de R\$500,01.

4. PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E RECEBIMENTO DE VALORES

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis do Município, observados os procedimentos definidos no Regulamento, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios (a) em moeda corrente nacional e/ou (b) em contrapartida à emissão de Quotas Subordinadas, o Fundo atenda à Relação Mínima, à Reserva de Caixa e à RRAS.

Os Direitos Creditórios Elegíveis serão sempre cedidos pelo Município ao Fundo por seu Valor Nominal, conforme evidenciados no respectivo Número de Título, devendo o preço de cessão ser pago pelo Fundo ao Município em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à subscrição, pelo Município, de Quotas Subordinadas, as quais serão integralizadas pelo Município em contrapartida à cessão ao Fundo de Direitos Creditórios Elegíveis, conforme definido no Contrato de Cessão.

A cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo será realizada sem coobrigação ou direito de regresso contra o Município ou qualquer outra Pessoa. O Município ou qualquer de suas Afiliadas não responde pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nem pela solvência dos Contribuintes.

O Município não declara nem assegura a satisfação material dos Direitos Creditórios Elegíveis objeto de cessão ao Fundo ou a solvência dos Contribuintes, tampouco assume qualquer compromisso quanto à probabilidade de recuperação e cobrança, total ou parcial, de tais créditos.

O Município somente é responsável, na respectiva Data de Aquisição, pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nos termos do Regulamento e das demais disposições aplicáveis. Nas hipóteses de desistência pelo Contribuinte, revogação do Parcelamento original, concessão de Anistia, Remissão, modificação das penalidades ou das condições gerais de Parcelamento, que as tornem mais benéficas ao Contribuinte, o Município não se encontra obrigado (i) a promover a cessão de novos Direitos Creditórios ao Fundo, em substituição àqueles

inicialmente cedidos; (ii) a transferir ao Fundo recursos em moeda corrente nacional; ou (iii) a subscrever Quotas Subordinadas, em contrapartida à cessão, ao Fundo, de novos Direitos Creditórios Elegíveis.

Nas hipóteses de ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão ou dos eventos de extinção da obrigação tributária (i.e., compensação, transação, conversão de depósito em renda ou dação em pagamento), o Município deverá ressarcir o Fundo mediante a transferência para a Conta Corrente do Fundo, de recursos em dinheiro em montante equivalente ao Valor Nominal dos Direitos Creditórios extintos ou cuja cessão tenha sido resolvida, conforme o caso. Alternativamente, o Município poderá, a seu exclusivo critério, em cumprimento da obrigação de ressarcimento acima referida, proceder, em favor do Fundo, a uma nova cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, em montante equivalente ao Valor Nominal dos Direitos Creditórios extintos por compensação, por dação em pagamento ou por transação.

A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores e suas respectivas Afiliadas não respondem pela solvência dos Contribuintes, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização, bem como pelo cumprimento, pelo Município, pela SEMEF, pela PGM e demais Pessoas vinculadas, direta ou indiretamente, ao Programa de Securitização, de suas respectivas obrigações contratuais e legais.

Nos termos do CTM, os Contribuintes efetuam o pagamento dos créditos, inscritos ou não inscritos em Dívida Ativa, relacionados ao IPTU, à TSC e ao ISS, lastro dos Direitos Creditórios, por meio de Fichas de Compensação Nacional. As Fichas de Compensação Nacional são enviadas aos Contribuintes pelo Município e/ou entregues diretamente aos Contribuintes nos postos de atendimento da SEMEF. No curso ordinário do Programa de Securitização, o Município, por meio dos Procedimentos de Processamento, Controle e Cobrança, será responsável pelo processamento e controle dos fluxos de recebimento relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Município e cedidos ao Fundo. Dentre suas demais atribuições, o Município será responsável pelo processamento das informações necessárias à emissão das Fichas de Compensação Nacional, de forma que os recursos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios, pelos Contribuintes, sejam automaticamente identificados, pelo Banco Arrecadador, como de titularidade do Município ou do Fundo, respectivamente, quando do pagamento das respectivas quantias pelos Contribuintes, sendo os valores de titularidade do Município e do Fundo creditados única e exclusivamente em conta corrente de titularidade do Município e do Fundo, respectivamente, mantidas no Banco Arrecadador.

Nos termos do Contrato de Cessão, caberá ao Município encaminhar diariamente ao Custodiante, com cópia para a Administradora, em meio eletrônico, (i) relação, individualizada, dos valores acolhidos por cada Banco Arrecadador em conta corrente de titularidade do Fundo, decorrentes dos pagamentos dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo realizados, pelos Contribuintes até o 2º Dia Útil imediatamente anterior ao do envio de tal relação; e (ii) em até 1 Dia Útil contado do recebimento de relação, encaminhada pelo Custodiante, dos pagamentos devidamente identificados e reconhecidos, dentre os pagamentos mencionados em “i” acima, determinar o montante acolhido em cada Banco Arrecadador. A Administradora procederá à transferência dos valores recebidos por cada Banco Arrecadador para a Conta Corrente do Fundo após recebimento de das informações encaminhadas pelo Município, nos termos descritos no item “ii” acima.

Nos termos da Lei Autorizativa e dos demais normativos aplicáveis, o Município, por meio da SEMEF e da PGM, será responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança administrativa e judicial dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

5. PREÇO DE AQUISIÇÃO

O direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos Creditórios Elegíveis será sempre cedido pelo Município ao Fundo pelo Valor Nominal desses últimos, ou seja, por seu valor de face, acrescido de correção monetária, juros de mora, multas e outras cominações, conforme evidenciados no respectivo Título, devendo o preço de cessão ser pago pelo Fundo ao Município em moeda corrente nacional e/ou por meio da subscrição, pelo Município, de Quotas Subordinadas, as quais serão integralizadas pelo Município em contrapartida à cessão ao Fundo de Direitos Creditórios Elegíveis, conforme definido nos respectivos Termos de Cessão e boletins de subscrição, conforme aplicável.

Assim, quando da aquisição dos Direitos Creditório o Fundo não utilizará qualquer taxa de desconto ao seu Valor Nominal.

Apesar disto, o Fundo conta com um mecanismo de reforço na subordinação das Quotas Subordinadas: além da definição de “Relação Mínima”, constante da seção “*Características do Programa de Securitização – 10. Relação Mínima, Reserva de Caixa e RRAS*” e do Regulamento, segundo a qual o valor do Patrimônio Líquido deverá ser, no mínimo, 3 vezes superior ao somatório do valor das Quotas Seniores em Circulação, no mesmo dia útil da aquisição dos Direitos Creditórios, os mesmos serão provisionados em percentual equivalente a 85% de seu valor de face, nos termos descritos na Seção “*Características do Programa de Securitização – 12. Patrimônio Líquido e Metodologia de Precificação dos Ativos do Fundo*” do Prospecto e no Regulamento.

Todos os pagamentos em moeda corrente nacional a serem efetuados pelo Município ou por qualquer outra Pessoa ao Fundo e por esse ao Município, em razão das obrigações previstas no Regulamento, deverão ser efetuados única e exclusivamente da seguinte forma:

- a) quando devidos ao Fundo, mediante a transferência para a Conta Corrente do Fundo, valendo o comprovante de crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação; e
- b) quando devidos ao Município, mediante crédito na Conta Corrente do Município, valendo o comprovante de crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.

Os pagamentos efetuados em contas correntes outras que aquelas indicadas acima serão considerados ineficazes em relação ao respectivo beneficiário, estando o devedor sujeito à repetição do pagamento na competente conta corrente.

6. RESOLUÇÃO DA CESSÃO E OUTROS EVENTOS DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES

Sem prejuízo do disposto a seguir, considerar-se-á resolvida a cessão de todas as parcelas do direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos Creditórios, representadas pelo mesmo Número de Título, cedidas ao Fundo, resolução essa a ser operada de pleno direito, na hipótese de (a) cancelamento do Título por qualquer motivo, (b) anulação do lançamento por vício formal, ou (c)

extinção total ou parcial do crédito tributário em razão de decisão judicial ou administrativa transitada em julgado ou irreformável, respectivamente, prescrição ou decadência. Se parcial a extinção do crédito tributário, por uma das formas acima referidas, a resolução ficará limitada ao valor que tenha sido extinto.

A resolução da cessão do direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos Creditórios em favor do Município ocorrerá mediante instrução da Administradora para o Custodiante, operando-se com a transferência do Fundo para o Município do direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos Creditórios sujeitos à Condição Resolutiva da Cessão, concomitantemente (i) ao crédito, na Conta Corrente do Fundo, do valor equivalente ao da resolução verificada ou (ii) quando do recebimento, pela Administradora e pelo Custodiante, do respectivo Termo de Cessão Especial.

O pagamento acima referido e/ou a entrega do Termo de Cessão Especial deverá ocorrer no prazo de até 5 Dias Úteis contado da data em que: (a) o Município ou seus Agentes tomarem conhecimento da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão; ou (b) do recebimento, pelo Município, de comunicação escrita enviada pela Administradora informando-o da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão e solicitando a realização do pagamento, o que ocorrer primeiro.

Nas hipóteses de resolução da cessão pelos eventos acima indicados, o Município tem a faculdade de substituí-los pelo direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo de outros Direitos Creditórios Elegíveis, devendo, para tanto, enviar novo *Layout* ao Custodiante. Nessas hipóteses, poderá ser cedido, em substituição, o fluxo financeiro oriundo de Direitos Creditórios, cujos fatos geradores tenham ocorrido em exercício posterior ao de 2007, desde que se trate, na data da cessão, de tributo vencido e não pago, observado o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 1º da Lei Autorizativa.

A cessão do direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo dos novos Direitos Creditórios, nos termos aqui descritos, deverá ser formalizada por meio da celebração de Termo de Cessão Especial, devendo ser observados os procedimentos de cessão previstos no Contrato de Cessão.

O Município e deverá informar à Administradora e ao Custodiante, por meio eletrônico, a ocorrência da Condição Resolutiva da Cessão, no prazo de até 20 Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento.

Nas hipóteses de extinção total ou parcial do Direito Creditório em razão de compensação, transação, conversão de depósito em renda ou dação em pagamento, aplicar-se-á, *mutatis mutandis*, o disposto acima.

Concomitantemente à transferência dos respectivos recursos para a Conta Corrente do Fundo ou à celebração do respectivo Termo de Cessão Especial, em razão da ocorrência de qualquer dos eventos acima previstos, o Município deverá informar ao Custodiante: (a) o valor original, a data de vencimento e de efetiva liquidação dos respectivos Direitos Creditórios, (b) o valor das verbas efetivamente pagas, (c) o Número de Título e (d) o número CAMOB ou CIMOB, conforme o caso.

7. EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso a legalidade da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis do Município para o Fundo venha a ser judicial ou administrativamente questionada ou argüida e tal evento possa prejudicar negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo;
- b) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das amortizações das Quotas Seniores nas respectivas Datas de Amortização, com estrita observância aos termos e às condições do Regulamento;
- c) inobservância, pelo Banco Arrecadador, pelo Custodiante, pelo Município e/ou seus Agentes e Afiliadas, conforme o caso, de seus deveres e obrigações, que não seja sanada nos prazos assinalados no Regulamento ou, se for o caso, nos demais disposições legais ou contratuais aplicáveis;
- d) rebaixamento da classificação de risco inicial das Quotas Seniores em Circulação em 2 ou mais sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência Classificadora de Risco;
- e) caso a Relação Mínima não atenda aos parâmetros definidos no Regulamento, no prazo de 5 Dias Úteis, contado do envio do Aviso de Reenquadramento ao Município pela Administradora;
- f) caso o Fundo não atenda aos limites estabelecidos no Regulamento para a RC e/ou a RRAS, e a(s) mesma(s) não seja(m) reenquadrada(s) no prazo de até 30 Dias Úteis, contado da verificação, pela Administradora, de seu(s) respectivo(s) desenquadramento(s);
- g) caso, no relatório de verificação do lastro por amostragem, realizada pelo Custodiante, conforme metodologia descrita no Regulamento, constem inexatidões ou incongruências relevantes em relação às informações fornecidas pelo Município com relação a 10% ou mais dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo selecionados na amostra, que possam, a exclusivo critério da Administradora, afetar a boa ordem legal, administrativa e econômica do Fundo;
- h) deferimento de pedido de recuperação judicial, decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporário do Banco Arrecadador e/ou do Custodiante, conforme o caso; ou
- i) caso o Município deixe de encaminhar à Administradora relatório mencionado no Regulamento por 60 dias consecutivos, contados da data em que tal relatório deveria ter sido originalmente encaminhado.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Quotas. No Dia Útil subsequente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Os titulares das Quotas Seniores, reunidos na Assembléia Geral, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas. Caso os titulares da maioria das Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento, decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no Regulamento, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à declaração de um Evento de Amortização Antecipada, após a conclusão de eventuais ajustes aos Documentos da Securitização, aprovados nos termos do Regulamento, o Fundo deverá dar prosseguimento às rotinas ordinárias do Programa de Securitização, incluindo a amortização de Quotas.

8. EVENTO DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA

São considerados Eventos de Amortização Antecipada de Quotas, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) renúncia do Custodiante com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento;
- b) renúncia da Administradora com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento;
- c) caso os Quotistas não consigam, por 2 Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de precificação para as Quotas Seniores, nos termos do Regulamento;
- d) caso o Município deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;
- e) caso a Administradora deixe de convocar Assembléia Geral na hipótese de conhecimento da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas acima;
- f) caso seja efetuado qualquer pagamento aos Quotistas em desacordo com as regras e com os limites definidos no Regulamento;
- g) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos judiciais e extrajudiciais, necessários à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos;
- h) caso, no curso dos procedimentos previstos no Regulamento, não tenha sido escolhida pelos Quotistas uma nova instituição administradora para o Fundo;
- i) caso, no curso dos procedimentos previstos no Regulamento, não tenha sido escolhido pelos Quotistas uma nova instituição custodiante para o Fundo;
- j) caso o Banco Arrecadador renuncie ou seja destituído de suas funções no Contrato de Arrecadação, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição financeira de 1ª linha, no prazo de até 30 Dias Úteis contado da ocorrência do respectivo evento;
- k) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar; ou
- l) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (a) comunicar a ocorrência do evento aos Quotistas, e (b) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas, observada a ordem de alocação de recursos especial definida no Regulamento. O direito dos titulares de Quotas Subordinadas ao recebimento de qualquer pagamento de amortização ficará suspenso até a data em que todos os valores devidos aos titulares de Quotas Seniores em Circulação, inclusive, se for o caso, das Quotas Seniores da Série Específica, tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo.

Na hipótese acima, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas. Os titulares de, no mínimo, 90% das Quotas Seniores em Circulação poderão aprovar a interrupção dos procedimentos acima referidos.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá aplicar e manter as disponibilidades do Fundo em Outros Ativos até a data que anteceder a data da amortização em questão.

Quando da realização das amortizações de Quotas referidas no Regulamento, a Administradora deverá interromper a aquisição de Outros Ativos e resgatar e/ou alienar os Outros Ativos, inclusive aqueles utilizados na formação da RRAS, adotando as medidas necessárias de forma que seu resgate ou alienação não afete negativamente sua rentabilidade. Observado o disposto no Regulamento, a Administradora deverá alocar a totalidade dos recursos arrecadados na amortização antecipada das Quotas em Circulação, observado disposto no Regulamento.

9. ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A partir da 1ª data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de sua titularidade, a alocar o Disponível na seguinte ordem:

1. no pagamento de quaisquer encargos do Fundo, nos termos do Regulamento;
2. enquadramento e reenquadramento da Reserva de Caixa;
3. pagamento da Amortização Remuneração Sênior a todos os titulares de Quotas Seniores em Circulação em cada Data de Amortização;
4. enquadramento e reenquadramento da RRAS, caso o montante do Disponível não seja suficiente para a amortização integral das Quotas Seniores em Circulação;
5. observado o disposto no Regulamento, pagamento (i) a todos os titulares de Quotas Seniores em Circulação, a título de amortização ou resgate dos montantes originalmente investidos pelos titulares das Quotas Sênior quando da 1ª Data de Emissão da respectiva Quota; e (ii) a todos os titulares de Quotas Subordinadas em Circulação, a título de amortização ou resgate dos montantes investidos pelos titulares das Quotas Subordinadas; e

6. após a amortização integral das Quotas Seniores, no pagamento de qualquer recurso remanescente, em moeda corrente nacional, aos titulares das Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento.

Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, o pagamento da remuneração da Agência Classificadora de Risco somente ocorrerá após a amortização ou resgate integral das Quotas Seniores.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de sua titularidade, a alocar os recursos, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, na seguinte ordem:

1. no pagamento de quaisquer encargos do Fundo e no provisionamento de despesas devidas pelo Fundo nos 6 meses subsequentes, contados de cada Data de Cálculo;
2. na amortização integral das Quotas Seniores em Circulação, inclusive da Série Específica, se for o caso, observado o disposto no Regulamento; e
3. após a amortização integral das Quotas Seniores, no pagamento de qualquer recurso remanescente, em moeda corrente nacional, aos detentores das Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento.

10. RELAÇÃO MÍNIMA, RESERVA DE CAIXA E RRAS

A Relação Mínima corresponde ao valor do Patrimônio Líquido, dividido pelo somatório do valor das Quotas Seniores em Circulação, calculado pelo Custodiante, em cada Data de Cálculo, e deverá ser equivalente a, no mínimo, 3.

Durante o Prazo de Vigência do Fundo e observada a ordem de aplicação de recursos e a política de investimento constantes do Regulamento, a Administradora deverá segregar diariamente na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela de seu Patrimônio Líquido equivalente ao montante estimado dos encargos e despesas de responsabilidade do Fundo, a serem incorridos nos 6 meses subsequentes, contados da constituição da reserva, conforme calculado pela Administradora. A RC será provisionada com os recursos recebidos pelo Fundo quando da 1ª integralização de Quotas e será reenquadrada diariamente em acordo com o disposto no Regulamento.

Durante o Prazo de Vigência do Fundo, observada a ordem de aplicação de recursos e a política de investimento constantes do Regulamento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar diariamente na contabilidade do Fundo, e manter aplicados em Outros Ativos, recursos em montante equivalente ao valor estimado para pagamento da Amortização Remuneração Sênior, relativa a todas as Quotas Seniores em Circulação, previsto para os 6 meses subsequentes à constituição da RRAS, a qual destina-se exclusivamente ao pagamento, nas Datas de Amortização, da Amortização da Remuneração Sênior a todos os titulares das Quotas Seniores. Para efeito da determinação da RRAS em uma determinada data, a projeção dos valores estimados, a serem utilizados no pagamento da Amortização Remuneração Sênior, relativa a todas as Quotas Seniores em

Circulação, nos 6 meses imediatamente subseqüentes, será realizada com base: (i) no valor vigente das Quotas Seniores, sem considerar eventuais amortizações de Quotas Seniores a serem realizadas nos próximos 6 meses; e (ii) na variação do IPCA, divulgada no mês imediatamente anterior ao da apuração da RRAS.

11. REENQUADRAMENTO DA RELAÇÃO MÍNIMA

A Administradora deverá enviar ao Município, por *e-mail*, no dia em que seja verificado que a Relação Mínima não atende ao limite de, no mínimo, 3, um Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pelo Município à Administradora impreterivelmente até o 2º Dia Útil subseqüente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, o Município deverá informar à Administradora:

- a) se, a seu exclusivo critério, a competente integralização de Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo *Layout* ao Custodiante, no prazo de até 3 Dias Úteis contado do envio do Aviso de Desenquadramento; ou
- b) sua intenção em não reenquadrar a Relação Mínima.

Na hipótese da alínea “a” acima, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda à Relação Mínima.

Caso o Município deixe de responder o Aviso de Desenquadramento, não envie o *Layout* ao Custodiante nos termos da alínea “a” supra e/ou, na hipótese da alínea “b” acima, serão iniciados os procedimentos definidos para as hipóteses de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E METODOLOGIA DE PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

O patrimônio líquido do Fundo será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Patrimônio Líquido} = D + DC + OA - E - P,$$

sendo:

- D valor das disponibilidades em moeda corrente nacional de titularidade do Fundo, incluindo os valores alocados na RC e na RRAS;
- DC valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- OA valor contábil dos Outros Ativos de titularidade do Fundo;
- E encargos do Fundo, devidos na forma do Regulamento; e
- P Provisões de precificação e/ou contábeis, conforme o caso (sem duplicidade).

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido. O valor do Patrimônio Líquido devidamente ajustado constitui o limite para a determinação do valor das Quotas.

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão inicialmente contabilizados por seu preço de cessão, sendo que, em cada Data de Aquisição, deverá ser efetuada provisão de precificação, com vistas a refletir a expectativa de recebimentos dos Direitos Creditórios durante o Prazo de Vigência, conforme instruções enviadas pela Administradora ao Custodiante, em valor equivalente ao produto do Preço de Cessão e de um percentual de provisão, determinado conforme abaixo descrito:

Percentual de Provisão 85% na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores.

Em cada Data de Cálculo, a partir do 6º mês contado da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, o Percentual de Provisão será reavaliado, considerando-se o efetivo recebimento, pelo Fundo, dos recursos vinculados aos Direitos Creditórios integrantes de sua carteira, conforme a fórmula abaixo:

Percentual de Provisão = maior entre (i) 85% e (ii) Projeção de Provisão,

considerando, com relação à cada Data de Cálculo, as definições abaixo:

Projeção de Provisão 100% - Projeção de Recuperação Final

Projeção de Recuperação Final valor determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Percentual Enquadrado} * [1 - (1 - \text{Recuperação Média Mensal})^{\text{Meta de Prazo de Recuperação}}]$$

Percentual Enquadrado valor determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$1 - \text{Valor Nominal Desenquadrado} / \text{Valor Nominal Vigente}$$

Valor Nominal Desenquadrado Valor Nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que são objeto de Parcelamento e cujo prazo final de vencimento é posterior a 5 anos, contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, conforme determinado pelo Fundo, considerando-se as informações fornecidas pelo Município nos termos do Regulamento;

Valor Nominal Vigente Valor Nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo na Data de Cálculo;

Recuperação Média Mensal valor calculado de forma que a Projeção de Recuperação Mensal seja igual à Recuperação Acumulada Verificada;

Projeção de Recuperação Mensal valor determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$1 - (1 - \text{Recuperação Média Mensal})^{\text{Período de Recuperação}}$$

Período de Recuperação	número de meses entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e a Data de Cálculo vigente;
Recuperação Acumulada Verificada	valor determinado de acordo com a fórmula abaixo: $\text{MR} / \text{Valor Nominal Inicial}$
Valor Nominal Inicial	Valor Nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores;
Meta de Prazo de Recuperação	96
MR	somatório dos recursos, em moeda corrente nacional, decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo efetivamente recebidos, no período compreendido entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores (exclusive) e a Data de Cálculo em questão (inclusive).

Para fins de cálculo do Percentual de Provisão, o Município deverá enviar à Administradora, até o 10º Dia Útil de cada mês calendário, relatório em formato previamente acordado entre o Município e a Administradora, no qual deverão estar identificados o Número do Título e o saldo devedor dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, objeto de Parcelamento cujo prazo final de vencimento é posterior a 5 anos contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores.

Na hipótese de o Município deixar de encaminhar à Administradora relatório acima mencionado, por até 30 dias consecutivos, contados da data em que tal relatório deveria ter sido originalmente encaminhado, a provisão de precificação acima mencionada, a ser utilizada pelo Fundo, será aquela utilizada na Data de Cálculo do mês imediatamente anterior.

Nos termos do Regulamento, caso o Município deixe de encaminhar à Administradora relatório acima mencionado por 60 dias consecutivos, contados da data em que tal relatório deveria ter sido originalmente encaminhado, ocorrerá um Evento de Avaliação para que os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, avaliem o grau de comprometimento do Programa de Securitização, nos termos do Regulamento. Enquanto não ocorrer a instalação da Assembléia Geral convocada nos termos aqui descritos, a provisão de precificação acima mencionada, a ser realizada pelo Fundo, será equivalente ao último Percentual de Provisão calculado com base no último relatório disponibilizado pelo Município, nos termos do Regulamento.

Os Outros Ativos deverão ser registrados e precificados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Bacen e pela CVM.

As perdas e provisões com os Outros Ativos serão reconhecidas, observadas as regras e disposições do Regulamento. O valor ajustado em razão do reconhecimento de perdas e/ou ganhos passará a constituir a nova base de custo.

13. INFORMAÇÕES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios, na Data de Aquisição pelo Fundo, encontrar-se-ão vencidos e não pagos e poderão ser objeto ou não de Parcelamento, nos termos da legislação aplicável.

Na 1ª cessão de Direitos Creditórios, serão cedidos Direitos Creditórios Elegíveis com Valor Nominal de, aproximadamente, R\$783.925.813,43, sendo que aproximadamente R\$630.888.218,93 encontram-se vencidos e não pagos por mais de 360 dias, tendo o Município iniciado os competentes procedimentos de cobrança, administrativa ou judicial, conforme o caso. A incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos Contribuintes poderá resultar em perdas para o Fundo. Neste caso, os titulares das Quotas Seniores deverão aportar recursos adicionais no Fundo, nos termos do Regulamento, a fim de que o Fundo conte com os recursos financeiros necessários à propositura e à manutenção das medidas legais e administrativas necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas.

Por o Fundo utilizar-se da metodologia de Regime de Caixa para pagamento das amortizações aos Quotistas, se for o caso, e por os Direitos Creditórios encontrarem-se vencidos e não pagos quando de sua aquisição, pelo Fundo, este último não realizará qualquer provisão para perdas destes ativos.

Os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não poderão ser acrescidos ou removidos pelo Município.

Conforme disposto nas Seções “Características do Programa de Securitização – 4. Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios e Recebimento de Valores” e “Características do Programa de Securitização – 6. Resolução da Cessão e Outros Eventos de Transferência de Valores” deste Prospecto, com exceção das hipóteses de ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão ou dos eventos de extinção da obrigação tributária (i.e., compensação, transação, conversão de depósito em renda ou dação em pagamento), os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não poderão ser substituídos pelo Município.

Conforme descrito na Seção “Marco Regulatório – 15. Encargos Moratórios” do presente Prospecto, nos termos do artigo 852 do CTM, os créditos da Fazenda Municipal de Nova Iguaçu, tributários ou não, inscritos ou não em dívida ativa, quando não pagos no vencimento, estão sujeitos à correção monetária pela variação do INPC. Nos termos do artigo 541 do CTM, as multas serão calculadas tomando-se como base: o valor da Unidade Fiscal do Município – UFINIG e o valor do tributo, corrigido monetariamente. Ademais, de acordo com o artigo 542-A do CTM, as multas fiscais decorrentes da falta de recolhimento dos tributos fixadas na legislação tributária do Município sofrerão as reduções discriminadas no referido artigo, desde que o contribuinte renuncie a qualquer apresentação de impugnação. Quanto aos juros de mora, o crédito tributário e fiscal não quitado até o seu vencimento fica sujeito à incidência de: (i) juros de mora de 1% ao mês ou fração, contados da data do vencimento; (ii) multa moratória: (a) de 5% do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido dentro de 30 dias contados da data do vencimento; (b) de 10% do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido após 30 e até 60 dias contados da data do vencimento; (c) de 15% do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido após 60 e até 90 dias contados da data do vencimento; (d) de 20% do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido após 90 dias contados da data do vencimento; e (iii) correção monetária, calculada da data do vencimento do crédito tributário, até o efetivo pagamento (artigo 692 do CTM).

Conforme artigo 695 do CTM, nas hipóteses de Parcelamento, o valor da dívida será atualizado monetariamente até a data do pedido de Parcelamento, acrescido dos juros de mora e multa de mora, nos termos do artigo 692 do CTM, e demais acréscimos pecuniários previstos na legislação em vigor, sendo o seu valor consolidado expresso em reais.

Para maiores informações sobre: (i) os sujeitos passivos, os fatos geradores, as bases de cálculo e as alíquotas do IPTU, ISS e TSC; (ii) lançamento do IPTU, ISS e TSC e inscrição em Dívida Ativa; (iii) extinção do crédito tributário; (iv) cobrança da dívida do Município; (v) encargos moratórios; e (vi) parcelamento dos direitos creditórios, vide Seção “Marco Regulatório” do presente Prospecto.

A tabela abaixo mostra o montante dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Município, não parcelados e objeto de Parcelamento, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2005 e 30 de setembro de 2008:

Tributo	Direitos Creditórios objeto de Parcelamento (R\$)				Direitos Creditórios Não Parcelados (R\$)			
	2005	2006	2007	2008*	2005	2006	2007	2008
IPTU e TSC	6.416.793	10.348.297	17.304.589	8.294.492	117.828.417	82.335.794	163.087.116	62.272.465
ISS	26.540 6.443.333	4.403.210 14.751.507	635.407 17.939.99	337.445 8.631.93	6.327.585	3.579.493	3.752.659	7.970.507
Total	3	7	6	7	124.156.002	85.915.287	166.839.775	70.242.973

Fonte: Relatório Elaborado pela KPMG Auditores Independentes, datado de 25 de novembro de 2008, constante do anexo 2 deste Prospecto.

Tabela 5: Valores inscritos dos Direitos Creditórios não parcelados e Objeto de Parcelamento, Integrantes da Carteira do Município, de 1º de janeiro de 2005 a 30 de setembro de 2008.

Com relação aos Direitos Creditórios não parcelados, integrantes da carteira do Município entre 1º de janeiro de 2005 e 30 de setembro de 2008, segue abaixo tabela que mostra o montante total de tais créditos não parcelados e não liquidados, bem como o valor arrecadado, pelo Município, com créditos não parcelados e respectivo percentual em relação ao montante total dos Direitos Creditórios não parcelados vencidos e não liquidados.

	IPTU e TSC				ISS			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
Valor (R\$)	117.828.417	82.335.794	163.087.116	62.272.465	6.327.585	3.579.493	3.752.659	7.970.507
Arrecadação de créditos não parcelados (R\$)	1.253.020	2.825.925	6.015.973	3.333.167	226.801	157.231	369.416	880.298
Percentual de Recuperação	1,06%	3,43%	3,69%	5,35%	3,58%	4,39%	9,84%	11,04%

Fonte: Relatório Elaborado pela KPMG Auditores Independentes, datado de 25 de novembro de 2008, constante do anexo 2 deste Prospecto

Tabela 6: Montante dos Direitos Creditórios não parcelados, Recuperados e Não Recuperados, Integrantes da Carteira do Município, de 1º de janeiro de 2005 a 30 de setembro de 2008.

Por fim, com relação aos Direitos Creditórios objeto de Parcelamento realizado, pelo Município entre 1º de janeiro de 2005 e 30 de setembro de 2008, segue abaixo tabela que mostra o montante total de

créditos Parcelados, bem como o valor arrecadado, pelo Município, com créditos parcelados e respectivo percentual em relação ao montante total dos Direitos Creditórios objeto de Parcelamento.

	IPTU e TSC				ISS			
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
Parcelamentos Realizados em 2005	6.416.793	7.843.733	7.986.598	8.184.351	26.540	31.611	32.192	32.906
Arrecadação Acumulada	857.877	2.630.741	3.545.016	3.968.463	4.468	15.626	20.769	23.573
Percentual de Recuperação Acumulada em Relação ao Total de Parcelamentos	13,37%	33,54%	44,39%	48,49%	16,83%	49,43%	64,52%	71,64%
Parcelamentos Realizados em 2006	10.348.297	12.002.869	12.199.327		4.403.210	5.127.453	5.280.474	
Arrecadação Acumulada	2.606.403	5.350.233	6.192.519		261.901	1.532.869	1.553.242	
Percentual de Recuperação Acumulada em Relação ao Total de Parcelamentos	25,19%	44,57%	50,76%		5,95%	29,90%	29,41%	
Parcelamentos Realizados em 2007	17.304.589	19.463.996			635.407	752.765		
Arrecadação Acumulada	3.670.948	7.273.473			113.702	182.206		
Percentual de Recuperação Acumulada em Relação ao Total de Parcelamentos	21,21%	37,37%			17,89%	24,20%		
Parcelamentos Realizados em 2008	8.294.492				337.445			
Arrecadação Acumulada	1.967.746				55.892			
Percentual de Recuperação Acumulada em Relação ao Total de Parcelamentos	23,72%				16,56%			

Fonte: Relatório Elaborado pela KPMG Auditores Independentes, datado de 25 de novembro de 2008, constante do anexo 2 deste Prospecto
Tabela 7: Montante dos Direitos Creditórios não parcelados, Recuperados e Não Recuperados, Integrantes da Carteira do Município, de 1º de janeiro de 2005 a 30 de setembro de 2008.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de os Contribuintes honrarem suas obrigações, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e, conseqüentemente, para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores e suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, em hipótese alguma, serem responsabilizados por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento. Os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir. Os eventos abaixo descritos podem resultar em perdas patrimoniais para o Fundo e seus Quotistas.

1. RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO

- a) **Liquidez das Quotas.** A subscrição e integralização de quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios é uma modalidade de investimento complexa e sofisticada. Por essa razão, o investimento em quotas deste tipo de fundo de investimento é restrito a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, sem admitir o resgate das Quotas a qualquer tempo, a critério dos Quotistas, estes podem ter dificuldade em realizar seu investimento mediante alienação de suas Quotas no mercado secundário ou realizá-lo a preço inferior ao seu valor de emissão/aquisição.
- b) **Amortização condicionada e possibilidade de perda do capital investido.** As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização ou resgate de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes de sua carteira. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o Município ou qualquer de suas Afiliadas, após o recebimento destes recursos, se ocorrer, e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e/ou o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.
- c) **Amortização de Quotas na medida da liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas, em moeda corrente nacional, em Regime de Caixa, na medida em que os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam devidamente pagos por meio dos procedimentos descritos no Regulamento e que as verbas

recebidas sejam depositadas na Conta Corrente do Fundo, podendo o Fundo deixar de realizar as amortizações nas respectivas Datas de Amortização, nos termos do Regulamento, observado que, nesta hipótese, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores e suas respectivas Afiliadas encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização ou o resgate integral das Quotas. Por o Fundo adotar a metodologia de Regime de Caixa para pagamento da amortização e resgate, conforme o caso, das Quotas, não há qualquer estimativa de prazo para que o Fundo, se contar com recursos suficientes, amortize, total ou parcialmente, suas Quotas. Assim, se o Fundo não contar com recursos para a amortização das Quotas nas respectivas Datas de Amortização, o recebimento de tais recursos pelos Quotistas, a título de amortização, poderá se prolongar por prazo indeterminado ou, até mesmo, poderá não ser realizado. O valor de amortização das Quotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Distribuidor Líder, pelos demais Distribuidores ou por suas respectivas Afiliadas multa ou penalidade caso qualquer pagamento a título de amortização das Quotas Seniores prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado. Ademais, o Regulamento estabelece condições sob as quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Neste caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Regulamento. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação ou, ainda, para cobrar os Direitos Creditórios diretamente dos Contribuintes. Adicionalmente, em razão de restrições legais e regulatórias, a Administradora poderá vir-se impossibilitada de realizar a dação em pagamento acima referida.

- d) **Possibilidade de amortização de Quotas e liquidação do Fundo antecipadas.** Observado o disposto no Regulamento, o Fundo poderá amortizar e/ou resgatar antecipadamente as Quotas em Circulação e ser liquidado antes do término do Prazo de Vigência. Por este motivo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Distribuidor Líder, pelos Distribuidores, pelo Município e/ou por suas respectivas Afiliadas, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- e) **Risco de liquidação antecipada pelos Contribuintes dos Direitos Creditórios.** Os Contribuintes podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações. Considerando-se que as Quotas serão amortizadas ou resgatadas, conforme o caso, em Regime de Caixa, o pagamento antecipado dos Direitos Creditórios pelos Contribuintes pode resultar na redução do prazo e horizonte de investimento originalmente esperado pelos Quotistas, bem como poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.
- f) **Fatores macroeconômicos relevantes.** O Município e os Contribuintes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém freqüentemente nas políticas monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, alterações nas taxas de juros, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio e a condição financeira dos Contribuintes, bem como o pagamento dos Direitos

Creditórios e dos Outros Ativos podem ser adversamente afetados por mudanças nas referidas políticas governamentais.

- g) **Inexistência de rendimento predeterminado.** A Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores não constitui garantia de rentabilidade aos Quotistas. O preço de integralização das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada na amortização ou no resgate das Quotas Seniores, observada a ordem de aplicação de recursos prevista no Regulamento, e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação legal ou contratual da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor Líder, dos demais Distribuidores e de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na respectiva meta de rentabilidade, a remuneração das Quotas Seniores será inferior à respectiva meta de rentabilidade. Dados de remuneração verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, incluindo o Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura. Independente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão *jus*, quando da amortização ou resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas nos termos do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para a referida classe de Quotas.
- h) **Descasamentos.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais serão corrigidos anualmente considerando-se a variação, nos 12 meses imediatamente anteriores, do INPC, observados os Critérios de Atualização. Considerando-se que: (a) o valor das Quotas Seniores será calculado na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se, para cálculo da respectiva meta de rentabilidade, a variação mensal acumulada do IPCA, e (b) apesar de, historicamente, o INPC e o IPCA apresentarem alta correlação, o primeiro leva em consideração o consumo das famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 6 salários-mínimos, cujo chefe é assalariado em sua ocupação principal, e o segundo, abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, poderá ocorrer o descasamento entre os valores (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Seniores. A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores e suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado.
- i) **Não afetação do Patrimônio Líquido, bem como ausência de prioridade ou subordinação entre titulares de Quotas da mesma classe.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer classe de Quotas. Não há qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas da mesma classe, sempre observado que as Quotas Seniores têm prioridade e gozam de preferência em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto no Regulamento.
- j) **Riscos associados aos Outros Ativos (inclusive de liquidez).** O Fundo poderá alocar até 50% de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e

a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito e de liquidez, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores, o Banco Arrecadador e suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos.

- k) **Potenciais conflitos de interesses.** O Município, pelas características de suas operações, poderá vir a manter, conforme o caso, relações comerciais, no curso normal de suas atividades, com diversas instituições financeiras, inclusive a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores, o Banco Arrecadador e suas respectivas Afiliadas, além daquelas relacionadas ao Fundo e do Programa de Securitização.
- l) **Atuação do Município, do Banco Arrecadador, da PGM e da SEMEF com relação aos procedimentos de cobrança, arrecadação e transferência dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.** Os Contribuintes efetuam e efetuarão o pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, por meio de Fichas de Compensação Nacional, as quais serão enviadas aos Contribuintes pelo Município e/ou entregues aos Contribuintes diretamente nos postos de atendimento da SEMEF. O Município é responsável pelo processamento das informações necessárias à emissão das Fichas de Compensação Nacional, de forma que os recursos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios, pelos Contribuintes, sejam automaticamente identificados, pelo Banco Arrecadador, como de titularidade do Município ou do Fundo, quando do pagamento das respectivas quantias pelos Contribuintes.

A arrecadação, transferência e, conforme o caso, cobrança, administrativa ou judicial, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo dependem, conforme o caso, da atuação diligente do Banco Arrecadador, do Município, da SEMEF e da PGM, no cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais e legais. O repasse de valores ao Fundo pode, por diversas razões, atrasar ou deixar de ocorrer, inclusive em razão do descumprimento, pelas Pessoas acima referidas, de suas respectivas obrigações. Os recursos de titularidade do Fundo que se encontrem na posse do Banco Arrecadador, do Custodiante ou que sejam a estes transferidos após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, podem ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

Caso, por qualquer motivo, o Município, a SEMEF, a PGM e/ou o Banco Arrecadador não cumpra(m) com suas respectivas obrigações avençadas nos instrumentos jurídicos vinculados ao Programa de Securitização e na legislação aplicável, ou estes sejam, por qualquer motivo, rescindidos ou alterados, a sistemática de recebimento e transferência de recursos referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pode ser negativamente afetada, podendo levar à necessidade de adoção, pela Administradora, atuando por conta e ordem do Fundo, de nova sistemática de recebimento e cobrança dos valores de sua titularidade, a qual pode ser ineficiente, apresentar elevados custos de transação ou ser simplesmente inviável ou simplesmente não existir.

- m) **Riscos de sistemas (operacionais).** Dada a complexidade operacional própria dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos da Administradora, do Banco Arrecadador, do Custodiante, do Município, da

SEMEF e da PGM ocorrerão livre de erros ou sem interrupções. Caso qualquer desses eventos venha a se materializar, a aquisição, cobrança, realização ou conciliação dos Direitos Creditórios poderá ser adversamente afetada.

- n) **Necessidade de aporte adicional de recursos para implementação dos procedimentos judiciais ou extrajudiciais e possibilidade de perda do capital investido.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, esse somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos acima referidos caso os titulares de Quotas Seniores aporem os valores adicionais necessários para a sua adoção e/ou manutenção, na forma prevista no Regulamento. A Administradora e suas Afiliadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares de Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Regulamento. Conseqüentemente, conforme descrito no Regulamento, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.
- o) **Mudanças legislativas que podem afetar o Fundo.** Os procedimentos que amparam a realização dos negócios jurídicos objeto dos Documentos da Securitização encontram-se consubstanciados em legislação e normas específicas, inclusive de natureza fiscal. Eventuais alterações em qualquer dos normativos acima referidos poderão afetar, negativamente, a boa ordem legal, administrativa e financeira do Programa de Securitização. Neste sentido, por exemplo, a criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, poderão afetar negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e a rentabilidade esperada das Quotas.
- p) **Eventual rebaixamento na classificação de risco.** A classificação de risco atribuída às Quotas Seniores baseou-se na atual condição econômico-financeira da carteira de Direitos Creditórios do Município a ser cedida ao Fundo. Não há qualquer garantia de que a classificação de risco outorgada pela Agência Classificadora de Risco, atualizada pelo menos trimestralmente, conforme definido no Regulamento, mantenha-se inalterada. O rebaixamento da classificação de risco inicial das referidas Quotas em 2 ou mais sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência Classificadora de Risco, dará causa a um Evento de Avaliação, nos termos do Regulamento.
- q) **Risco decorrente da precificação dos ativos.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e precificação definidos na regulamentação em vigor e no Regulamento. Referidos critérios poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- r) **Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações do Município ou de terceiros prestadores de serviços ao Fundo.** Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo Município ou pelos prestadores de serviços ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora *on line*” de suas contas

correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- s) **Emissão de novas Quotas Seniores.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas Quotas Seniores em Distribuições subseqüentes à primeira, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas Seniores em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas Seniores, não será assegurado direito de preferência para os atuais Quotistas do Fundo, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas Seniores que já estejam em Circulação na ocasião.
- t) **Fornecimento de informações, pelo Município, para que o Fundo possa efetuar provisão de precificação em relação aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, objeto de Parcelamento, cujo prazo final de vencimento seja posterior a 5 (cinco) anos contados da 1ª Data de Emissão.** Nos termos do Regulamento, o Fundo deverá efetuar provisão de precificação, conforme instruções enviadas pela Administradora ao Custodiante, em valor calculado com base no Valor Nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, objeto de Parcelamento, cujo prazo final de vencimento seja posterior a 5 anos contados da 1ª Data de Emissão, baseando-se nas informações fornecidas pelo Município. Caso o Município, por qualquer motivo, deixe de informar ou não informe corretamente quais Direitos Creditórios de titularidade do Fundo são objeto de Parcelamento, cujo prazo final de vencimento seja posterior a 5 anos contados da 1ª Data de Emissão, o Fundo poderá deixar de efetuar provisão contábil em montante necessário para garantir o cumprimento, pelo Fundo, de seus deveres e obrigações e/ou para efetuar o pagamento das amortizações de Quotas Seniores nos termos do Regulamento ou, ainda, poderá ocorrer um Evento de Avaliação, conforme disposto no Regulamento.

2. RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS E AO MUNICÍPIO (ORIGINADOR)

- a) **Risco de crédito.** Na 1ª cessão de Direitos Creditórios, serão cedidos Direitos Creditórios Elegíveis com Valor Nominal de, aproximadamente, R\$780.323.228,00, sendo que aproximadamente R\$745.780.848,00 encontram-se vencidos e não pagos por mais de 360 dias e não parcelados, tendo o Município iniciado os competentes procedimentos de cobrança, administrativa ou judicial, conforme o caso. A incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos Contribuintes poderá resultar em perdas para o Fundo. Neste caso, os titulares das Quotas Seniores deverão aportar recursos adicionais no Fundo, nos termos do Regulamento, a fim de que o Fundo conte com os recursos financeiros necessários à propositura e à manutenção das medidas legais e administrativas necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas.
- b) **Competência de cobrança.** Nos termos da Lei Autorizativa, a cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios é de responsabilidade do Município, por meio da PGM e da SEMEF. Na cobrança judicial, feita através do processo de execução fiscal, a PGM representa o Município perante o Poder Judiciário, que é o único competente para ordenar a prática de atos de constrição e excussão de bens do patrimônio do devedor para satisfação dos Direitos Creditórios. O Fundo é um condomínio que não goza das garantias e privilégios da Fazenda Pública e não tem legitimidade para cobrar dos Contribuintes, administrativamente ou em juízo, os Direitos

Creditórios de sua titularidade. Assim, o efetivo recebimento dos Direitos Creditórios inadimplentes de titularidade do Fundo dependerá da ação direta da PGM, que se encontra sujeita às limitações operacionais e aos ritos burocráticos que afetam o Poder Judiciário e o setor público brasileiro. Os resultados da atuação da PGM, na cobrança judicial dos Direitos Creditórios em Dívida Ativa dependem também da celeridade e eficiência do Poder Judiciário, que possui 07 Juízos Cíveis no Município, competentes nos casos de execução da Dívida Ativa, sendo que o processamento destes casos cabe a um único Cartório da Dívida Ativa do Município, vinculado à 6ª Vara Cível. A cobrança judicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, de acordo com a legislação aplicável, será feita pela PGM, perante os Juízos Cíveis do Município. O Fundo não terá qualquer tipo de ingerência formal ou faculdade de exigir que a SEMEF, a PGM e o Cartório e o Juízo da Dívida Ativa do Município atuem com celeridade e eficiência na cobrança dos créditos ou dêem prioridade na execução dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo ou mesmo de interferir no grau de eficiência dessa atuação.

- c) **Possibilidade de contestação pelos Contribuintes e de suspensão do ajuizamento ou de execução já ajuizada.** Os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo podem ser contestados pelos Contribuintes perante o Poder Judiciário, através de mandado de segurança, de exceção pré-executividade, ação anulatória do lançamento e de embargos à execução. Até o julgamento dos embargos, a execução fiscal fica suspensa. Nos outros meios de discussão judicial do crédito tributário, o Juiz pode conceder medida determinando que o Município se abstenha de ajuizar a execução fiscal ou a suspensão da execução fiscal já ajuizada. Em razão da morosidade do Poder Judiciário brasileiro, caso o Município fique impedido de ajuizar ou de prosseguir com a execução fiscal para cobrar volume significativo de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, a expectativa de fluxo de caixa do Fundo poderá ser afetada negativamente, comprometendo a sua capacidade de atender os objetivos, índices e parâmetros definidos no Regulamento. Além disso, o resultado do julgamento poderá ser favorável ao Contribuinte, caso em que haverá resolução da cessão, observado o disposto na alínea “e” abaixo.
- d) **Ausência de garantia de pagamento ou de coobrigação.** A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem coobrigação ou direito de regresso contra o Município ou de qualquer outra Pessoa. O Município somente se responsabiliza, na respectiva Data de Aquisição, pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos. O Município e/ou qualquer de suas Afiliadas não se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Contribuintes. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência dos Contribuintes e do efetivo pagamento dos valores devidos, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão efetuados e, caso sejam efetuados, de que serão realizados nos prazos e nos valores avençados. Com exceção da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão ou extinção do crédito tributário por compensação, transação ou dação em pagamento em bens imóveis, nas hipóteses de desistência pelo Contribuinte, revogação do Parcelamento original, concessão de Anistia, Remissão, modificação das penalidades ou das condições gerais de Parcelamento, que as tornem mais benéficas ao Contribuinte, o Município não se encontra obrigado (i) a promover a cessão de novos Direitos Creditórios ao Fundo, em substituição àqueles inicialmente cedidos; (ii) a transferir ao Fundo recursos em moeda corrente nacional; ou (iii) a subscrever Quotas Subordinadas, em contrapartida à cessão, ao Fundo, de novos Direitos Creditórios Elegíveis.
- e) **Ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão.** Os Direitos Creditórios poderão ser considerados como inexistentes na hipótese de ocorrência de qualquer das seguintes Condições

Resolutivas da Cessão: (i) cancelamento do Título por qualquer motivo, (ii) anulação do lançamento por vício formal, ou (iii) extinção total ou parcial do crédito tributário em razão de decisão judicial ou administrativa transitada em julgado ou irreformável, prescrição ou decadência. Observado o disposto no Regulamento, se ocorrer qualquer dos eventos acima elencados, considerar-se-á resolvida a cessão de todas as parcelas de Direitos Creditórios representadas pelo mesmo Título, cedidas ao Fundo, resolução esta a ser operada de pleno direito, caso em que, com a finalidade de restabelecer o equilíbrio econômico e financeiro do Programa de Securitização, o Município deverá ressarcir o Fundo mediante a transferência, para a Conta Corrente do Fundo, de recursos em dinheiro em montante equivalente ao Valor Nominal dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida. Alternativamente, o Município poderá, a seu exclusivo critério, em cumprimento da obrigação de ressarcimento acima referida, proceder, em favor do Fundo, a uma nova cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, em montante equivalente ao Valor Nominal dos Direitos Creditórios extintos por compensação, por dação em pagamento ou por transação. O Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser comprometido caso um volume significativo de Direitos Creditórios de sua titularidade seja liquidado por meio dos procedimentos acima indicados e/ou o Município não cumpra com as obrigações acima definidas.

- f) **Compensação de tributos.** Por força do artigo 156, combinado com o artigo 170 do CTN, é cabível a extinção do crédito tributário com créditos líquidos e certos do Contribuinte contra a Fazenda Pública, desde que exista lei regulamentando as condições para a compensação. O CTM, no artigo 712, faculta ao Secretário Municipal, responsável pela área fazendária do Município, permitir a compensação de créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra o Município, não existindo, até o momento, lei específica permitindo compensação automática. Cabe ressaltar, todavia, que o artigo 78 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, permitiu que as prestações anuais vencidas e não pagas vinculadas a precatórios originalmente pendentes de pagamento em 13 de setembro de 2000, ou decorrentes de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, sejam usadas pelo Contribuinte para compensar tributos devidos à entidade pessoa de direito público devedora do precatório. Como a norma constitucional goza de supremacia sobre todas as demais normas do ordenamento jurídico, a compensação, nas condições previstas no artigo 78 do ADCT, não depende de lei específica ou de ato do Secretário Municipal responsável pela área fazendária.
- g) **Possibilidade de extinção dos Direitos Créditos por transação, por conversão de depósito judicial ou extrajudicial em renda ou dação em pagamento.** O CTN, nos incisos III e XI artigo 156, prevê a possibilidade de extinção do crédito tributário por transação ou dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições que a lei estabelecer. Assim, a transação e a dação em pagamento somente serão possíveis nos termos da lei do titular do crédito tributário disciplinando essas modalidades de extinção do crédito tributário. O artigo 712 do CTM disciplina a transação, estabelecendo que o Secretário Municipal, responsável pela área fazendária do Município, pode celebrar transação sobre créditos tributários, mediante concessões mútuas, com o objetivo de terminar o litígio. De acordo com artigo 718-A do CTM, o crédito relativo aos tributos municipais, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, poderão ser extintos, considerando o interesse do Município, mediante dação em pagamento de bens móveis novos e imóveis, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos fixados em regulamento. Nesses casos, o Município deverá ressarcir o Fundo mediante a transferência para a Conta Corrente do Fundo, de recursos em dinheiro em montante equivalente ao Valor Nominal dos Direitos Creditórios extintos. Alternativamente, o Município poderá, a seu exclusivo critério, em cumprimento da obrigação de ressarcimento acima referida, proceder, em favor do Fundo, a uma

nova cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, em montante equivalente ao Valor Nominal dos Direitos Creditórios extintos por compensação, por dação em pagamento ou por transação. O Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser comprometido caso um volume significativo de Direitos Creditórios de sua titularidade sejam liquidados por meio dos procedimentos acima indicados e/ou o Município não cumpra com as obrigações acima definidas.

- h) **Liquidação dos Direitos Creditórios através da conversão de depósito, administrativo ou judicial, em renda.** A conversão de depósito em renda é uma modalidade de extinção do crédito tributário (CTN, artigo 156, inciso VI). Em caso de extinção, por conversão de depósito em renda, o crédito do valor em conta corrente de titularidade do Fundo dependerá da atuação da instituição financeira depositária e, unilateralmente, da SEMEF, da PGM e do Poder Judiciário. Não existe garantia de que os órgãos envolvidos atuarão de forma a que os valores decorrentes dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, objeto de conversão em renda, serão creditados em conta corrente de titularidade do Fundo. Não foi realizado qualquer levantamento visando definir, historicamente, o volume de créditos tributários extintos por conversão de depósito em renda.
- i) **Planos de Parcelamento e redução no valor dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, inclusive por motivo de concessão de Anistia e Remissão.** Desde que atendidas as condições impostas pelo Município e pela legislação aplicável, o Contribuinte pode parcelar o pagamento dos Direitos Creditórios por este devidos. Poderá ser concedido ao Contribuinte, a critério do Poder Executivo do Município, Parcelamento do crédito em até 120 parcelas mensais, nos termos dos artigos 695 e seguintes do CTM, sendo que os Direitos Creditórios vinculados a estes programas poderão ser cedidos ao Fundo. Conforme Decreto nº 8.075, de 9 de maio de 2008, do Município, o Parcelamento poderá ser cancelado na hipótese de não pagamento de 2 parcelas consecutivas ou de 3 parcelas intercaladas. Ademais, o prazo médio de recebimento da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo poderá ser afetado: (i) caso o Contribuinte desista, por qualquer motivo, de seu Parcelamento; (ii) em decorrência de ato do Município modificando as penalidades e as condições gerais de Parcelamento, que as tornem mais benéficas ao Contribuinte; e (iii) na hipótese de revogação ou perda do Parcelamento original. O Município não se encontra obrigado a promover a cessão de novos Direitos Creditórios ao Fundo, na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos.

O valor dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pode ser reduzido na hipótese de concessão de Anistia ou Remissão pelo Município. Não existe qualquer garantia de que, após a formalização da cessão, o Município não irá editar lei concedendo Anistia e/ou Remissão, que afete negativamente o valor dos Direitos Creditórios. Nas hipóteses de redução do valor dos Direitos Creditórios em razão de concessão de Anistia ou Remissão, o Município não se encontra obrigado a promover a cessão de novos Direitos Creditórios ao Cessionário, em substituição àqueles inicialmente cedidos. Eventual pedido de reparação de prejuízos que o Município tiver causado ao Fundo ao perdoar créditos tributários anteriormente cedidos terá que ser proposto em ação própria, cuja tramitação é demorada, não sendo possível avaliar as chances de sucesso tendo em vista a inexistência de precedentes sobre o tema e, além disso, a sentença, se favorável, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado, através de precatório.

- j) **Falência do Contribuinte.** Em caso de eventual falência do Contribuinte, caso este seja pessoa jurídica, o crédito tributário que, em regra, prefere a qualquer outro, salvo os créditos trabalhistas e os decorrentes de acidentes do trabalho, não prefere aos créditos extraconcursais, às importâncias que, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, são passíveis de restituição e nem aos

créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado, e as multas preferem, apenas, aos créditos subordinados, conforme disposto no parágrafo único do artigo 186 do CTN.

- k) **Cessão, ao Fundo, apenas do direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo de Direitos Creditórios.** Observado o disposto no Regulamento, o Município cederá ao Fundo apenas o direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo de Direitos Creditórios, não abrangendo, tal cessão, os demais direitos que decorrem da qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária. Neste sentido, nos termos da Lei Autorizativa, permanecerão sob titularidade e integral responsabilidade do Município todos os atos e procedimentos relacionados à cobrança dos créditos tributários municipais, tanto administrativamente, por meio do órgão municipal competente, como em juízo, por meio da PGM.
- l) **Envio, pelo Município, das informações necessárias para conciliação dos valores creditados na conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Banco Arrecadador.** Caberá ao Município encaminhar diariamente ao Custodiante, com cópia para a Administradora, em meio eletrônico, (i) relação, individualizada, dos valores acolhidos por cada Banco Arrecadador em conta corrente de titularidade do Fundo, decorrentes dos pagamentos dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo realizados, pelos Contribuintes, até o 2º Dia Útil imediatamente anterior ao do envio de tal relação; e (ii) em até 1 Dia Útil contado do recebimento de relação, encaminhada pelo Custodiante, dos pagamentos devidamente identificados e reconhecidos, dentre os pagamentos mencionados em “i” acima, determinar o montante acolhido em cada Banco Arrecadador. A Administradora somente procederá à transferência dos valores recebidos por cada Banco Arrecadador para a Conta Corrente do Fundo após recebimento de das informações encaminhadas pelo Município, nos termos descritos no subitem “ii” acima desta alínea “l”. Caso o Município, por qualquer motivo, deixe de encaminhar, ou não encaminhe no prazo acordado, tais informações, os recursos acolhidos na conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no respectivo Banco Arrecadador, não poderão ser utilizados em qualquer amortização de Quotas Seniores, nem ser aplicados em qualquer dos ativos financeiros mencionados no Regulamento, até que seja realizada, pela Administradora, a transferência de tais valores para a Conta Corrente do Fundo.
- m) **Interrupção nos procedimentos de cobrança e recebimento e conciliação de valores.** Considerando que o Município é responsável (i) pelo processamento e controle dos fluxos de recebimento relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Município e do Fundo, (ii) pelo processamento das informações necessárias à emissão das Fichas de Compensação Nacional, de forma que os recursos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios sejam automaticamente identificados, pelo Banco Arrecadador, como de titularidade do Município ou do Fundo, quando do pagamento das respectivas quantias pelos Contribuintes, e (iii) pelo envio das informações necessárias para conciliação dos valores recebidos pelo Fundo, conforme identificado na alínea “l” acima, o não cumprimento das obrigações do Município, relacionadas ao Programa de Securitização, poderá afetar negativamente a boa ordem legal, operacional e administrativa do Fundo até que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, promova (i) a nomeação de instituições substitutas capazes de executar os procedimentos que porventura tenham sido descontinuados, observada a legislação aplicável, e/ou (ii) a instauração de procedimentos alternativos de recebimento, conciliação e transferência de valores. A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores e suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo

necessário para a escolha e contratação destes novos agentes, bem como implementação dos referidos procedimentos, se passíveis de implementação, nos termos da legislação em vigor.

- n) **Riscos associados ao Município.** O Município celebrou com a CEF o Contrato de Financiamento Relevante. Regra geral, na falta de cumprimento, pelo Município, de qualquer de suas obrigações pecuniárias avençadas no Contrato de Financiamento Relevante, pode o respectivo beneficiário (credor) exigir o pagamento total da dívida dele resultante. Para garantir o cumprimento deste contrato, há vinculação, até o limite do saldo devedor atualizado, de créditos provenientes das receitas do Município referidas no artigo 159, inciso I, alínea “b” da CF, relativas ao percentual do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, entregue pela União ao FPM, que se façam a sua conta de depósitos mantida junto ao Banco do Brasil S.A., podendo a CEF requerer a essa instituição, em nome da União Federal, o bloqueio e a transferência dos valores necessários à cobertura das referidas obrigações. Como garantia adicional, em caso de inadimplemento pelo Município, a CEF poderá requerer a transferência de recursos existentes, ou que venham a ingressar, na conta corrente do Município nº 9115-4, agência 0081-7 do Banco do Brasil S.A., ou outra(s) que venha(m) substituí-la(s), especialmente as que se referem os artigos 156, 158 e 159 - § 3º, todos da Constituição Federal.

Caso o Município descumpra suas obrigações definidas no Contrato de Financiamento Relevante, este poderá ficar impossibilitado de proceder à cessão de novos Direitos Creditórios ao Fundo, nas hipóteses de: (i) ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão; (ii) extinção da obrigação tributária em razão de ocorrência de compensação, transação ou dação em pagamento; e/ou (iii) o Município decidir, a seu exclusivo critério, promover ao reenquadramento da Relação Mínima por meio da cessão de novos Direitos Creditórios Elegíveis.

- o) **Crítérios de Elegibilidade e Condições de Cessão.** Os Critérios de Elegibilidade e as condições de cessão a serem atendidas pelo Município, nos termos do Regulamento, têm a finalidade de selecionar e definir o tipo de Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. A seleção é baseada em critérios de pagamento dos Direitos Creditórios, sendo que tal seleção se baseou apenas em dados históricos, relativos a período inferior a 3 anos, do resultado da cobrança e recuperação de tributos do Município vencidos e não pagos. Os Critérios de Elegibilidade e as condições de cessão foram definidos com base na análise histórica limitada da carteira de recebíveis do Município, de forma a permitir que a carteira de Direitos Creditórios do Fundo apresente características semelhantes àquela, ao menos no que se refere aos níveis de recuperação e pagamento. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade e tais condições de cessão, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Contribuintes. Dessa forma, a observância, pelo Custodiante, dos Critérios de Elegibilidade e, pelo Município, das condições de cessão definidas no Regulamento, não constitui garantia de adimplência dos Contribuintes.
- p) **Extinção de execuções fiscais de valor igual ou inferior a R\$500,00 sem julgamento do mérito.** Há reiteradas decisões proferidas pelos juízes estaduais da Comarca de Nova Iguaçu extinguindo execuções fiscais com valor igual ou inferior a R\$500,00, sem julgamento do mérito. A fundamentação de tais decisões é a de que, em face do valor do crédito cobrado, há descompasso entre o custo e o benefício demandado e, conseqüentemente, há ausência do interesse público de agir do Município em tais execuções fiscais. Apesar de serem condições de cessão, nos termos do Regulamento, (i) que o(s) Direito(s) Creditório(s) ofertado(s), devido(s)

pelo mesmo Contribuinte, seja(m), na Data de Aquisição, integrante(s) de uma mesma CDA já emitida contra o respectivo Contribuinte, esta não apresentar saldo devedor, na Data de Aquisição, inferior a R\$500,01; e (ii) que o somatório dos Valores Nominais dos Direitos Creditórios ofertados, devidos pelo mesmo Contribuinte, ainda não integrantes de uma CDA, não seja inferior a R\$500,01, observado que, se o Município vier a emitir CDA contra tal Contribuinte após a Data de Aquisição, aquele se obriga a proceder à emissão de CDA, relacionada a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo ainda inadimplentes, no valor mínimo de R\$500,01, não há garantia de que, após a Data de Aquisição, será possível o ingresso, pelo Município, de execução fiscal para cobrança de Direito(s) Creditório(s) de titularidade do Fundo, devido(s) pelo mesmo Contribuinte, fundada em CDA no valor mínimo de R\$500,01. Caso, após a Data de Aquisição, o respectivo Contribuinte seja devedor de Direito(s) Creditório(s) em valor igual ou inferior a R\$500,00, não será possível o ajuizamento de ação para cobrança judicial dos montantes devidos. Caso haja a impossibilidade de ajuizamento de execuções fiscais, pelos motivos mencionados nesta alínea, com relação a elevado volume de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, a expectativa de fluxo de caixa do Fundo poderá ser afetada negativamente, comprometendo a sua capacidade de atender os objetivos, índices e parâmetros definidos no Regulamento.

- q) **Inexistência de Verificação Prévia pelo Custodiante e pela Administradora do Lastro dos Direitos Creditórios.** Quando da oferta dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Administradora, o Custodiante e suas Afiliadas não verificarão se os respectivos Direitos Creditórios (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios existentes, válidos e eficazes, normas aplicáveis, sendo certo que tal verificação será realizada, *a posteriori*, por meio de auditoria por amostragem; (ii) apresentam qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do Contribuinte; ou (iii) sejam objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à cessão dos mesmos ao Fundo.
- r) **Auditoria dos Documentos Comprobatórios por amostragem.** Nos termos do Regulamento, o Custodiante poderá realizar auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Como essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, pela PGM e SEMEF das prerrogativas decorrentes dos Direitos Creditórios por ele adquiridos, nos termos previstos no Regulamento.
- s) **Possibilidade de eventual questionamento da validade da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.** A validade da cessão dos Direitos Creditórios, pelo Município ao Fundo poderá vir a ser questionada, administrativa ou judicialmente, por qualquer terceiro, inclusive por qualquer ente público ou por prefeito do Município que venha a ser eleito. Por este motivo, os recursos de titularidade do Fundo que se encontrem na posse do Banco Arrecadador, do Custodiante ou do Município podem ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos, podendo tal evento prejudicar negativamente os Quotistas.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor Líder, dos demais Distribuidores, do Município, suas respectivas Afiliadas ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MARCO REGULATÓRIO

1. O MUNICÍPIO E SUA POSIÇÃO NA FEDERAÇÃO

O Brasil é um Estado Federado com três níveis de governo, compreendendo a União, os Estados e o Distrito Federal e os municípios – os três entes da federação – todos com autonomia político-administrativa e financeira (conforme artigos 1º e 18 da CF).

O artigo 21 da CF enumera as competências materiais da União, dentre elas a de manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais (artigo 21, inciso I, da CF), do que decorre que só a União é pessoa de Direito Internacional Público. Os Estados, o Distrito Federal e os municípios são pessoas jurídicas de direito público interno. Os Estados organizam-se e regem-se pelas respectivas constituições e leis que adotarem (artigo 25 da CF).

Os municípios são dotados de autonomia para se auto-organizarem, através de lei orgânica votada pelos vereadores eleitos por voto direto (artigo 29 da CF). O poder de legislar dos municípios é garantido pelo artigo 30, incisos I e II, da CF. Do artigo 30 da CF se infere a competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local.

A autonomia financeira dos municípios é garantida pela atribuição de competências tributárias que permitem aos municípios obter receitas próprias, através da instituição e cobrança de tributos e da atribuição de participação no produto da arrecadação de tributos cobrados pela União e pelos Estados, conforme artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b”, da CF.

2. A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

De acordo com o artigo 30, inciso III, da CF, compete aos municípios *“instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei”*.

De acordo com o artigo 145 da CF, os municípios podem instituir e cobrar impostos, taxas e contribuição de melhoria. A contribuição de melhoria é um tributo pouco usado, em razão da complexidade da sua instituição e cobrança. A taxa é um tributo cobrado como contrapartida pela prestação de serviço público específico e divisível, ou pelo exercício do poder de polícia. Os serviços e o poder de polícia que permitem a cobrança de taxas pelos municípios são aqueles de interesse local, conforme dispõe o artigo 30 da CF.

Os Municípios somente podem cobrar os impostos previstos no artigo 156 da CF, que são os seguintes: (i) IPTU; (ii) ITBI; e (iii) ISS.

O artigo 146 da CF determina que compete à União, através de lei complementar, estabelecer normas gerais em matéria tributária, as quais são de observância obrigatória pelos legisladores ordinários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como sobre a definição dos impostos previstos na CF. O CTN tem eficácia de lei complementar nacional, que atende o artigo 146 CF. Em relação ao ISS, a lei complementar a ser observada é a LC 116/2003.

A instituição de tributos depende de lei ordinária (artigo 150, inciso I, da CF) editada pelo titular da competência tributária. A competência para instituir tributo é correlata com a de revogar e de isentar (artigo 151, inciso III, da CF), anistiar e remir (artigo 150, § 6º, da CF).

3. IMUNIDADE

A imunidade é uma vedação ao poder de tributar prevista na CF. A imunidade recíproca, prevista no artigo 150, inciso VI, alínea “a”, da CF, é uma limitação ao poder de tributar e consiste na vedação “à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros”. Assim, os municípios não podem cobrar impostos sobre o patrimônio da União e/ou dos Estados e suas autarquias e não podem ter seus bens e serviços tributados por impostos federais ou estaduais. A imunidade recíproca impede a cobrança de impostos, mas não impede a cobrança de taxas e de contribuições.

Também são imunes os templos de qualquer culto, o patrimônio ou serviços dos partidos políticos e suas fundações, dos sindicatos dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, bem como das fundações e autarquias instituídas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, desde vinculados às finalidades essenciais dessas entidades (artigo 150, inciso VI, alíneas “b” e “c”, e §§ 1º a 4º, da CF).

4. MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

A Constituição Estadual (artigo 343) define os municípios como unidades territoriais que integram a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotados de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela CF, pela Constituição Estadual, e pela respectiva lei orgânica.

O Município se auto-organizou através da LOM, promulgada em 30 de maio de 1990.

De acordo com artigos 9º e seguintes da LOM, o Município, poderá dividir-se, para fins exclusivamente administrativos, em distritos, vilas e bairros.

Distrito é a parte do território do Município, dividido, para fins administrativos, da circunscrição territorial e de jurisdição municipal, com denominação própria, e tendo por objetivo a descentralização dos serviços, com vistas a maior eficiência e controle por parte da população beneficiada. Cada distrito poderá subdividir-se em vilas, de acordo com a lei. Ademais, é facultada a descentralização administrativa com a criação, nos bairros, de subsedes da prefeitura de Nova Iguaçu, munidas anteriormente, de infra-estrutura básica que atenda adequadamente às necessidades existentes naquelas regiões na forma da lei de iniciativa do poder executivo, aprovada por maioria de 2/3 dos vereadores que compõem o legislativo. Constituem bairros as porções contínuas e contíguas do território da sede, com denominação própria e representando meras divisões geográficas desta.

São requisitos para a criação de distritos, população, eleitorado e arrecadação não inferiores à sexta parte exigida para a criação de Município. Tais requisitos são comprovados mediante: (i) declaração emitida pela Fundação IBGE, de estimativa da população; (ii) certidão emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, fixando o número de eleitores; e (iii) certidões dos órgãos fazendários estadual e municipal

apontando a arrecadação da área territorial em tela. Além disso, na fixação das divisões distritais devem ser observadas as seguintes normas: (i) preferência, para a delimitação, das linhas naturais, facilmente identificáveis; e (ii) na inexistência de linhas naturais, utilização de linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis.

Nova Iguaçu conta, ainda, com o CTM, instituído pela Lei Complementar nº 3.411, de 01 de novembro de 2002.

O CTM é uma lei complementar que instituiu o ISS (artigos 49 a 180), o IPTU (artigos 8º a 27), as taxas (artigos 181 a 335) e estabeleceu normas gerais tributárias para atender as peculiaridades locais.

5. IPTU

A CF prevê em seu artigo 156, inciso I, que é de competência dos municípios a instituição de impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana. O CTN dispõe sobre o IPTU nos artigos 32 a 34. No Município, o IPTU foi instituído pelo CTM, nos artigos 8º a 27.

O fato gerador do IPTU é *“a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município”* (artigo 8º, caput, do CTM). O CTM reproduz a definição contida no CTN, ao fixar, para fins de cobrança de IPTU, que, para se considerar determinada área como “urbana”, é necessária a existência de pelo menos dois dos melhoramentos, construídos ou mantidos pelo poder público municipal, que constam indicados no artigo 32, §8º, do CTM.

O fato gerador do IPTU ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro (artigo 9º, do CTM). A obrigação tributária nasce com a ocorrência do fato gerador.

No caso do IPTU, de acordo com o artigo 20 do CTM, o sujeito passivo da obrigação tributária é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Além disso, o artigo 21 do CTM diz que também são pessoalmente solidários pelo pagamento do imposto: (i) o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço; (ii) o espólio, pelos débitos do *de cujus*, existentes à data da abertura da sucessão; (iii) o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do *de cujus* existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação; (iv) a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas, existentes à data daqueles atos; (v) a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou de serviços, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma de nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

Cumpra registrar que, de acordo com a Súmula 724 do STF, *“ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI,*

“c”, da Constituição, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades”.

O valor do imposto devido é o resultado da aplicação da alíquota sobre a base de cálculo.

O artigo 11 do CTM estabelece que a base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, calculado de acordo com os artigos 12 e seguintes do CTM.

As alíquotas do IPTU, progressivas em razão do valor do imóvel e diferentes de acordo com a localização e uso do imóvel, estão previstas no artigo 18 do CTM e no “Anexo II – Tabelas I a IV” do CTM, sendo que as mesmas variam de 2 a 0,65%.

É importante ressaltar que, com exceção do artigo 182, inciso II, § 4º, da CF¹, é vedada a progressividade do IPTU, já que a Súmula nº 589 do STF reza que *“é inconstitucional a fixação de adicional progressivo do imposto predial e territorial urbano em função do número de imóveis do contribuinte”*.

O artigo 130 do CTN atribui ao IPTU o caráter de ônus real sobre o imóvel, ao estabelecer que *“os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação”*. Essa regra não se aplica em caso de alienação do imóvel em hasta pública, em que a subrogação ocorre no respectivo preço, conforme artigo 130, parágrafo único, do CTN.

6. ISS

O ISS tem previsão constitucional no artigo 156, inciso III, da CF. Os serviços sobre os quais os municípios podem cobrar ISS devem ser definidos em lei complementar editada pela União Federal, à qual cabe também estabelecer as normas gerais que devem ser observadas pelos municípios na instituição do ISS.

Atualmente, a lei complementar que define os serviços e estabelece as normas gerais sobre o ISS é a LC 116/2003. Antes da sua edição vigorava o Decreto-lei nº 406, 31 de dezembro de 1968.

O fato gerador do ISS é a prestação dos serviços previstos na lista contida no artigo 49 do CTM. A lista do CTM reproduz a lista da LC 116/2003, com exceção do item 41 do artigo 49 do CTM, que determina a incidência do ISS sobre *“serviços profissionais e técnicos não compreendidos nos itens anteriores e a exploração de qualquer atividade que represente prestação de serviços e não configure fato gerador de imposto de competência da União ou do Estado”*, o qual não tem correspondência na LC 116/2003. Antes da vigência da LC 116/2003, a jurisprudência do STF e do STJ firmou orientação no sentido de que os Municípios não podiam ampliar a lista prevista na lei complementar nacional.

¹ “§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de: (...) II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo”.

O imposto incide, ainda, sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço, bem como sobre os serviços provenientes do exterior do Brasil ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país (artigo 49, §§ 5º e 6º do CTM).

De acordo com artigo 2º da LC 116/2003, o ISS não incide sobre: (i) as exportações de serviços para o exterior do Brasil; (ii) a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados; ou (iii) o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Para fins de identificação do município competente para cobrar o ISS, o artigo 3º da LC 116/2003 determina o local em que se considera prestado o serviço e devido o ISS, adotando como critérios, conforme os serviços: (i) o local do estabelecimento prestador ou o domicílio do prestador (*caput*); (ii) o local do estabelecimento tomador ou intermediário do serviço (incisos I e XX); ou (iii) o local da execução do serviço (incisos II a IX, XII a XIX, XXI e XXII e §§ 1º e 2º).

A LC 116/2003 dispõe que a base de cálculo do ISS é o preço do serviço (artigo 7º) e o contribuinte é o prestador do serviço (artigo 5º). A LC 116/2003 permite que a lei ordinária atribua a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação tributária, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais (artigo 6º), e estabelece que o responsável fica obrigado ao recolhimento do imposto, multa e acréscimos legais, mesmo que não tenha feito a retenção na fonte (artigo 6º, parágrafo único).

De acordo com o *caput* do artigo 52 do CTM, considera-se ocorrido o fato gerador do ISS no momento da prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço de qualquer natureza definidos na lista de serviços contida no CTM.

A base de cálculo do ISS sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será determinada, anualmente, em função da natureza do serviço e dos outros fatores pertinentes. O ISS, devido em razão do trabalho pessoal do próprio contribuinte (pessoas físicas e autônomos), será calculado através da multiplicação da Unidade Fiscal de Nova Iguaçu (UFINIG) com a alíquota correspondente e de acordo com o seguinte: (i) Nível Superior: 12 UFINIG's por ano; (ii) Nível Médio: 6 UFINIG's por ano; e (iii) Nível Elementar: 4 UFINIG's por ano. As alíquotas são: (i) progressivas em razão do nível de escolaridade; e (ii) variáveis de acordo com a natureza do serviço e de outros fatores pertinentes.

Já a base de cálculo sobre a prestação de serviço sob a forma de sociedade de profissional liberal será determinada, mensalmente, em função da natureza do serviço e dos outros fatores pertinentes (artigo 59 do CTM).

Por fim, sob a forma de pessoa jurídica, diferente de sociedade de profissional liberal e não incluída no item 101 da lista de serviços constante do CTM, a base de cálculo do ISS é o preço do serviço (artigo 64 do CTM).

Abaixo encontra-se reproduzida tabela constante do anexo III do CTM, na qual são especificadas as alíquotas utilizadas para cálculo do ISS devido:

ITEM	Serviços Tributáveis	SPL	PJ
LS	ISSQN	ALC	ALC
	<u>ARTIGO 49 DO CTM</u>	Art. 59	Art. 64
1	médicos, inclusive análise clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres.	3 UF	3%
2	hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatorios, pronto-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres.		3%
3	bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres.		3%
4	enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos, (prótese dentária).	3 UF	3%
5	assistência médica e congêneres previstos nos itens 1, 2 e 3 desta Tabela, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados.		3%
6	planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 5 desta Tabela e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano.		3%
7	planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 5 desta Tabela e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, não contratados pela empresa, mas, apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano.		3%
8	médicos veterinários.	3 UF	3%
9	hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres.		3%
10	guarda, tratamento, amestramento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais.		3%
11	barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres.		5%
12	banhos, duchas, sauna, massagens, ginásticas e congêneres.		5%
13	varrição, coleta, remoção e incineração de lixo.		3%
14	limpeza e dragagem de portos, rios e canais.		5%
15	limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins.		3%
16	desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres.		3%
17	controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos e biológicos.		5%
18	incineração de resíduos quaisquer.		5%
19	limpeza de chaminés.		5%
20	saneamento ambiental e congêneres.		5%
21	assistência técnica.		5%
22	assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta Tabela, organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria		5%
23	técnica, financeira ou administrativa. planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.		5%
24	análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza.		5%
25	contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres.	2 UF	5%
26	perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.		5%
27	traduções e interpretações.		5%
28	avaliação de bens.		5%
29	datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres.		5%
30	projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza.		5%
31	aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia.		5%
32	execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICM).		5%
33	demolição.		5%

34	reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICM).		5%
35	pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração de petróleo e gás natural.		5%
36	florestamento e reflorestamento.		5%
37	escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres.		5%
38	paisagismo, jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICM).		5%
39	raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias.		5%
40	ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos, de qualquer grau ou natureza.		3%
41	planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.		5%
42	organização de festas e recepções, "buffet" (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICM).		5%
43	administração de bens e negócios de terceiros e de consórcios.		5%
44	administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).		5%
45	agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada.		5%
46	agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto a realizada por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).		5%
47	agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária.		5%
48	agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia - "franchise" - e de faturação - "factoring" (executam-se os serviços executados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).		5%
49	agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres.		5%
50	agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis não abrangidos nos itens 44, 45, 46, 47 e 48.		5%
51	despachantes.		5%
52	agentes da propriedade industrial.	2 UF	5%
53	agente da propriedade Artística ou Literária.		5%
54	leilão.		5%
55	regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros: inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro.		5%
56	armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).		5%
57	guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres.		5%
58	vigilância ou segurança de pessoas e bens.		5%
59	transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do Município.		5%
60	diversões Públicas: a) cinemas, "taxi-dancings" e congêneres. b) bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos. c) exposições com cobrança de ingressos. d) bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão, ou pelo rádio. e) jogos eletrônicos. f) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão por rádio ou por televisão. g) execução de música, individualmente ou por conjuntos.		5%
61	Distribuição e venda de bilhetes de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios.		5%
62	fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão).		5%

63	gravação e distribuição de filmes e "video-tape".		5%
64	fonografia, ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora.		5%
65	fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem.		5%
66	produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres.		5%
67	colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço.		5%
68	lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICM).		5%
69	conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICM).		5%
70	recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICM).		5%
71	recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final.		5%
72	recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização.		5%
73	lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado.		5%
74	instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.		5%
75	montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.		5%
76	cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos.		5%
77	composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia.		5%
78	colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.		5%
79	locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil.		2%
80	Funerais.		5%
81	alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.		5%
82	tinturaria e lavanderia.		5%
83	taxidermia.		5%
84	Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.		5%
85	propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação).		5%
86	veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periódicos, rádio e televisão).		5%
87	serviços portuários e aeroportuários, utilização de porto ou aeroporto, atracação, capatazia, armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios: movimentação de mercadoria fora do cais.		5%
88	advogados.	3 UF	5%
89	engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos.	3 UF	5%
90	dentistas.	3 UF	5%
91	economistas.	3 UF	5%
92	psicólogos.	3 UF	5%
93	assistentes sociais.		5%
94	relações públicas.		5%
95	cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento ou outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).		10%

96	instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de créditos, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de segunda via de avisos de lançamentos de extrato de contas; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex, teleprocessamento e outros, necessários à prestação dos serviços).		10%
97	transporte de natureza estritamente municipal.		5%
98	hospedagem em hotéis pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto sobre Serviço).		5%
99	hospedagem em motéis e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto sobre Serviço).		5%
100	distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.		5%
101	exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em no rmas oficiais.		5%

Tabela 8: Alíquotas do ISS.

7. TSC

A TSC foi instituída através do CTM, e tem como fato gerador “a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados, de coleta e de remoção de lixo em determinadas vias e em determinados logradouros públicos”. Ademais, o “fato gerador da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro, data da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de coleta e de remoção de lixo em determinadas vias e em determinados logradouros públicos, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados” (artigos 297 e 298 do CTM).

Contribuinte da TSC é “pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel beneficiado pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de coleta e de remoção de lixo de determinadas vias e de determinados logradouros públicos, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados” (artigo 303 do CTM).

De acordo com o artigo 300 do CTM, a base de cálculo da TSC será determinada, para cada imóvel, através de rateio, divisível, proporcional, diferenciado, separado e individual do custo da respectiva atividade pública específica.

8. LANÇAMENTO E INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA

A obrigação tributária nasce com a ocorrência do fato gerador, que, no caso do ISS, é a prestação de serviço previsto na lista, do IPTU, é propriedade de bem imóvel, e da TSC, é a prestação do serviço de coleta domiciliar de lixo ordinário.

O crédito tributário é constituído pelo lançamento, que, nos termos do artigo 142 do CTN, é um *“procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do imposto devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível”*.

O lançamento feito pela autoridade administrativa deve ser notificado ao contribuinte, que tem direito de impugnar o lançamento. O CTM (artigos 588 e seguintes) estabelece os prazos e os requisitos para apresentação de impugnação ao lançamento e para interposição de recurso para a segunda instância administrativa.

De acordo com artigo 591 do CTM, os prazos:

“I – são contínuos e peremptórios, excluindo-se, em sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento;

II – só se iniciam ou se vencem em dia de expediente normal do órgão em que corra o processo ou em que deva ser praticado o ato;

III – serão de 30 (trinta) dias para:

a) apresentação de defesa;

b) elaboração de contestação;

c) pronunciamento e cumprimento de despacho e decisão;

d) resposta à consulta;

e) interposição de recurso voluntário;

IV – serão de 15 (quinze) dias para conclusão de diligência e esclarecimento;

V – serão de 10 (dez) dias para:

a) interposição de recurso de ofício ou de revista;

b) pedido de reconsideração.

VI – não estando fixados, serão 30 (trinta) dias para a prática de ato a cargo do interessado;

VII – contar-se-ão:

a) de defesa, a partir da notificação de lançamento de tributo ou ato administrativo dele decorrente ou da lavratura do Auto de Infração e Termo de Intimação;

b) de contestação, diligência, consulta, despacho e decisão, a partir do recebimento do processo;

c) de recurso, pedido de reconsideração e cumprimento de despacho e decisão, a partir da ciência da decisão ou publicação do acórdão.

VIII – fixados, suspendem-se a partir da data em que for determinada qualquer diligência, recomençando a fluir no dia em que o processo retornar.”

Ademais, a impugnação de qualquer exigência fiscal tem efeito suspensivo da cobrança e instaura a fase contraditória do procedimento fiscal.

Da decisão da autoridade administrativa de primeira instância que julgar improcedente a impugnação, caberá recurso voluntário para o Conselho de Contribuintes do Município, conforme artigos 614 e seguintes do CTM.

Vencido o prazo para apresentação de impugnação ou recurso, ou exaurida a instância administrativa, o crédito tributário está definitivamente constituído e, decorrido o prazo para pagamento previsto na legislação, poderá e deverá ser inscrito na dívida ativa, conforme disposto no artigo 201 do CTN segundo o qual “*constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão proferida em processo regular*”.

De acordo com o artigo 202 do CTN e com o artigo 2º, § 5º, da LEF, o termo de inscrição na dívida ativa deve conter: (i) o nome e endereço do devedor, e, sendo o caso, dos co-responsáveis; (ii) a quantia devida e a forma de calcular os juros moratórios; (iii) a origem e a natureza do crédito, mencionando a disposição da lei em que seja fundado; (iv) a data da inscrição; e (v) sendo o caso, o número do processo administrativo.

A inscrição na dívida ativa é um ato de controle da legalidade dos créditos da Fazenda Pública (tributários e não tributários) e tem por finalidade apurar a liquidez e certeza de tais créditos (artigo 2º, § 3º, da LEF). O crédito tributário regularmente inscrito na dívida ativa goza de presunção relativa de certeza e liquidez (artigo 204 do CTN), cabendo ao sujeito passivo da obrigação tributária ilidir essa presunção através de prova inequívoca.

A CDA é um título executivo extrajudicial, que legitima o ajuizamento da ação de execução fiscal contra os sujeitos passivos da obrigação tributária.

9. COBRANÇA JUDICIAL

A execução fiscal segue o procedimento previsto na LEF. Distribuída a execução fiscal, o devedor é citado para, no prazo de 5 dias, pagar a dívida devidamente atualizada e com os encargos indicados na CDA ou garantir o juízo, com depósito em dinheiro, fiança bancária ou nomeação de bens à penhora (artigo 9º da LEF). A citação é feita pelo correio com aviso de recebimento. A citação por oficial de justiça ou por edital é feita a requerimento da Fazenda Pública exeqüente ou se o aviso não retornar no prazo de 15 dias da entrega da carta na agência dos correios (artigo 8º da LEF). A execução fiscal pode ser ajuizada contra o devedor, o fiador, o espólio, a massa, o responsável tributário e o sucessor a qualquer título (artigo 4º da LEF).

10. CONTESTAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PELO CONTRIBUINTE

Embargos à Execução Fiscal. De acordo com a LEF (artigo 16), o executado só poderá discutir o crédito tributário depois de garantir o juízo por uma das formas do artigo 9º. Todavia, a jurisprudência tem admitido que matérias que o juiz deve conhecer independentemente de alegação e que não demandem dilação probatória possam ser alegadas pela parte executada sem garantia do juízo através de exceção de pré-executividade.

Da sentença que julgar os embargos, cabe recurso, no caso dos créditos tributários do Município, para o TJRJ, sendo que, conforme a matéria discutida, da decisão do TJRJ poderão ser interpostos Recursos Extraordinário para o STF e/ou Recurso Especial para o STJ.

Exceção de Pré-Executividade. A jurisprudência tem admitido que matérias que o juiz deve conhecer independentemente de alegação e que não demandem dilação probatória possam ser alegadas pela parte executada sem garantia do juízo através de exceção de pré-executividade. Por exemplo, a nulidade da CDA poderá ser alegada em exceção de pré-executividade.

Ação Anulatória. De acordo com a LEF (artigo 38), o contribuinte pode ajuizar esta ação com o objetivo de impugnar o lançamento feito pela autoridade administrativa, ou seja, com o fim de anular e, conseqüentemente, desconstituir o crédito tributário. A ação é cabível após a constituição do crédito tributário pelo lançamento. Pode ser proposta independentemente de o contribuinte haver esgotado os meios administrativos de impugnação. Mas, seu ajuizamento implica na renúncia à discussão em esfera administrativa. Diz a LEF que tal ação deve ser precedida do depósito do valor integral do tributo. Mas a jurisprudência entende que o depósito só é necessário para impedir o ajuizamento da execução fiscal. Ainda que não realizado o depósito do valor integral do tributo contestado, é possível, nos termos do artigo 151, V, do CTN, a concessão de medida liminar ou antecipação de tutela para suspender a exigibilidade do crédito e, conseqüentemente, impedir o ajuizamento de execução fiscal.

Ação Declaratória. É cabível, com base no artigo 4º do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e suas alterações posteriores), para contestar a existência da obrigação tributária antes do lançamento. Em ação declaratória, é possível, nos termos do artigo 151, inciso V, do CTN, a concessão de medida liminar ou antecipação de tutela para suspender a exigibilidade do crédito e, conseqüentemente, impedir o ajuizamento de execução fiscal.

Mandado de Segurança. O mandado de segurança é uma ação de rito especial, que tem previsão na CF e está regulado na Lei nº 1.533, 31 de dezembro de 1951. O mandado de segurança pode ser usado para contestar o crédito tributário já constituído pelo lançamento e também para discutir a existência ou inexistência da obrigação tributária, desde que, em qualquer caso, não haja necessidade de dilação probatória. No mandado de segurança é possível a concessão de medida liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário, ficando a critério do juiz exigir ou não o depósito do tributo contestado.

11. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

As formas de extinção do crédito tributário estão previstas no artigo 156 do CTN.

Pagamento. A forma normal e direta de extinção do crédito tributário é pelo pagamento do tributo em moeda corrente, na repartição competente ou na rede bancária. No Município, o pagamento é feito através do DARM em instituição da rede bancária devidamente autorizada pelo Município (artigo 27 do CTM).

Consignação em Pagamento. O CTN, no artigo 166, prevê a possibilidade de ajuizamento pelo contribuinte de ação de consignação em pagamento, em caso de recusa de recebimento ou subordinação do recebimento ao pagamento de outro tributo, penalidade pecuniária ou cumprimento de obrigação acessória, ou exigências administrativas sem fundamento legal, ou, ainda, se o mesmo tributo está sendo exigido por duas pessoas jurídicas de direito público distintas. O valor depositado na ação de consignação em pagamento é a quantia que o contribuinte entende ser a devida. Se a ação é julgada procedente, o depósito é convertido em renda e o contribuinte liberado da obrigação; se a ação

é julgada improcedente no todo ou em parte, o crédito tributário de pode ser cobrado com atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis.

Compensação. Por força do artigo 170 do CTN, é cabível a extinção do crédito tributário com créditos líquidos e certos do contribuinte contra a Fazenda Pública, desde exista lei regulamentando as condições para a compensação. Portanto, a compensação, no direito tributário, não se opera de pleno direito, somente sendo possível nos termos previstos em lei do ente público titular do crédito tributário.

O CTM, no artigo 720, faculta ao secretário municipal, responsável pela área fazendária, autorizar a compensação de créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal, não existindo lei permitindo compensação automática.

Entretanto, o artigo 78 do ADCT, na redação dada pela EC nº 30, de 13 de setembro de 2000, determinou que (i) os precatórios pendentes na data sua promulgação e os precatórios decorrentes de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 poderão ser liquidados em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos; (ii) permitiu a cessão dos créditos objeto de precatório; e (iii) as prestações anuais vencidas e não pagas podem ser usadas pelo contribuinte para compensar tributos devidos à entidade pessoa de direito público devedora do precatório. Como a norma constitucional goza de supremacia sobre todas as demais normas do ordenamento jurídico, a compensação, nas condições previstas no artigo 78 do ADCT, não depende de lei específica ou de ato do prefeito do Município ou do secretário municipal, responsável pela área fazendária.

Transação e Dação em Pagamento. O CTN, no artigo 156, prevê a possibilidade de extinção do crédito tributário por transação e por meio dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições que a lei estabelecer. Assim, transação e a dação somente serão possíveis nos termos da lei do titular do crédito tributário disciplinando essas modalidades de extinção do crédito tributário.

O artigo 712 do CTM disciplina a transação, ao dispor que o secretário municipal, responsável pela área fazendária, poderá “*propor a celebração, entre o Município e o sujeito passivo, mediante concessões mútuas, de transação para a terminação do litígio e conseqüente extinção de créditos tributários e fiscais*”.

No que tange à dação em pagamento, o artigo 718-A do CTM reza que o “*crédito relativo aos tributos municipais, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, poderão ser extintos, considerando o interesse do Município, mediante dação em pagamento de bens móveis novos e imóveis, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos fixados em regulamento*”.

Conversão do Depósito em Renda. O depósito do valor integral é uma forma de que dispõe o contribuinte para garantir o crédito tributário, para discuti-lo administrativamente ou em juízo. O depósito pode ser judicial ou administrativo. O depósito judicial é realizado à disposição do Juízo em instituição financeira oficial. O depósito administrativo, é feito no Tesouro Municipal. Em qualquer caso, o depósito suspende a exigibilidade do crédito tributário e é convertido em renda se a decisão final, transitada em julgado, for contrária ao contribuinte, ou devolvida ao depositante se a decisão final lhe for favorável.

O depósito judicial é cabível para discussão judicial do crédito tributário. Por sua vez, o depósito administrativo, que está regulado no artigo 615 do CTM, é admitido tanto no caso de contestação judicial como no caso de contestação administrativa do crédito tributário.

Remissão e Anistia. São formas de perdão da dívida, sendo que a remissão extingue o crédito tributário relativo ao tributo e os encargos moratórios a ele relativos, enquanto a anistia extingue as sanções pecuniárias. De acordo com a CF (artigo 150, § 6º) somente por lei específica do titular da competência tributária poderá ser concedida anistia e remissão, bem como qualquer outro benefício fiscal.

Decadência. A Fazenda Pública tem prazo de 5 anos contado da data do fato gerador, se o tributo está sujeito a lançamento por homologação, ou contado do 1º dia do exercício seguinte àquele em que poderia ser lançado, para constituir o crédito tributário. Esse prazo é de decadência e está regulado nos artigos 173 e 150, § 4º, do CTN.

Prescrição - Prazo para Ajuizamento da Execução Fiscal. A cobrança do crédito tributário está sujeita ao prazo prescricional de 5 anos, contados da sua constituição definitiva (artigo 174 do CTN).

A inscrição do crédito tributário na dívida ativa suspende o curso do prazo prescricional por 180 dias ou até o ajuizamento da execução fiscal, nos termos do artigo 2º, § 3º, da LEF. Findo o prazo de suspensão, a prescrição volta a correr pelo prazo restante.

De acordo o artigo 174, incisos I a IV, do CTN, a prescrição é interrompida pelo despacho do juiz que ordenar a citação na execução fiscal, pelo protesto judicial, por qualquer ato que constitua o devedor em mora e por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor. O artigo 174, inciso I, do CTN, que prevê a interrupção da prescrição pelo despacho que ordenar a citação, foi alterado pela Lei Complementar nº 118, de 9 de fevereiro de 2005. A redação anterior do artigo 174, inciso I, previa a interrupção da prescrição pela citação pessoal feita ao devedor, enquanto o artigo 8º, § 2º, da LEF previa a interrupção da prescrição pelo despacho que ordenar a citação. Antes da alteração, a jurisprudência orientou-se no sentido da prevalência da regra do CTN sobre a da LEF.

A prescrição extingue o crédito tributário (artigo 156, inciso V, do CTN).

12. COBRANÇA DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

A execução da dívida ativa dos municípios segue o rito previsto na LEF.

De acordo com o artigo 112 da LOM, a representação judicial do Município é exercida pelos Procuradores do Município, membros da PGM, que é o órgão central de supervisão dos serviços jurídicos da administração direta e indireta, no âmbito do Poder Executivo. Além disso, nos termos do artigo 112, § 5º, da LOM, compete privativamente à PGM a cobrança judicial da dívida ativa do Município.

Tais disposições estão em consonância com o artigo 2º, § 5º, da LEF, segundo o qual a dívida ativa da União será apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional, o qual, por sua vez, atende exigência da CF (artigos 131 a 132 da CF) no sentido de que na execução da respectiva dívida ativa, a

União será representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Essa disposição da CF representa diretriz a ser observada pelos três entes da Federação, tendo em que o artigo 37, inciso XXII, considera “*as administrações tributárias da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado*” e que devem ser “*exercidas por servidores de carreiras específicas*” e, portanto, insuscetíveis de delegação.

De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, há na Comarca de Nova Iguaçu sete Juízos Cíveis, que são competentes para processar e julgar as ações em que o Município figura como parte. Assim, as ações de execução fiscal, nas quais o Município figura como autor, por ocasião do ajuizamento, estão sujeitas à distribuição para uma das sete Varas Cíveis da Comarca.

13. LANÇAMENTO DO IPTU E DA TSC

Os procedimentos de lançamento e de cobrança do IPTU e da TSC estão previstos no CTM.

Os artigos 306 e 307 do CTM rezam que o lançamento da TSC será efetuado em conjunto com o lançamento do IPTU e que a TSC será recolhida em conjunto com o IPTU, razão pela qual os procedimentos de lançamento e cobrança da TSC e do IPTU são unificados.

O IPTU e a TSC estão sujeitos a lançamento de ofício, também denominado lançamento direto, o qual é feito por iniciativa da autoridade fiscal, com base nos dados constantes do cadastro de imóveis mantido pela SEMEF. Essa modalidade de lançamento tem previsão no artigo 149, inciso I, do CTN.

Os proprietários dos imóveis localizados na Zona Urbana, na zona urbanizável e na zona de expansão urbana do Município, os titulares de seu domínio útil ou os seus possuidores a qualquer título estão obrigados a promover a inscrição no CIMOB (artigos 355 e seguintes do CTM), o qual contém os elementos necessários para que seja feito o lançamento anual do IPTU e da TSC. A inscrição do imóvel e o registro das alterações devem ser promovidas pelos proprietários dos imóveis, os titulares de seu domínio útil ou os seus possuidores a qualquer título.

O lançamento é feito anualmente, com base na situação fática do imóvel existente no momento do lançamento, inclusive no CIMOB, até o último dia útil do mês de dezembro. De acordo com o parágrafo único, artigo 25 do CTM, o “*lançamento considera-se regularmente notificado ao sujeito passivo com a entrega do aviso, no local a que este se referir, ao contribuinte ou responsável ou ainda a seus prepostos, ou também, quando tenham sido feitas publicações na imprensa oficial dando ciência ao público da emissão das referidas guias de pagamento*”.

Além da emissão anual (ordinária) de guias para recolhimento do IPTU e da TSC, poderá o Município efetuar emissões especiais (guias extraordinárias) relativas a revisão de lançamentos (artigo 24, §§ 3º a 5º, do CTM).

Cada lançamento, ordinário ou extraordinário, formalizado pela SEMEF gera um título que corresponde ao crédito tributário constituído, o qual recebe um número. Esse número, ou o Número do Título, identifica o crédito tributário desde a constituição pelo lançamento até a sua extinção.

De acordo com o artigo 27, incisos I a IV, do CTM, o IPTU e a TSC podem ser pagos dentro dos seguintes limites:

“I – para o pagamento à vista, em uma única parcela, até o último dia útil do mês de Janeiro, sobre o valor originário da obrigação tributária poderá ser concedido um desconto de até 15% (quinze por cento);

II – para o pagamento à vista, em uma única parcela, até o último dia útil do mês de Fevereiro, sobre o valor originário da obrigação tributária poderá ser concedido um desconto de até 10% (dez por cento);

III – para o pagamento à vista, em uma única parcela, até o 15º (décimo quinto) dia do mês de Março, não será concedido qualquer desconto sobre o valor originário da obrigação tributária;

IV – para o pagamento em parcelas, sem descontos, será admitido o pagamento em até 10 (dez) parcelas, mensais e consecutivas, vencendo-se a 1ª (primeira) parcela no 15º (décimo quinto) dia do mês de Março, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior à R\$ 13,00 (Treze Reais) por mês já incluído o custo de emissão do documento arrecadador”.

Importante, neste contexto, destacar que o pagamento em parcelas (divisão em cotas) não se confunde com a hipótese de parcelamento de créditos já vencidos e não pagos no vencimento.

14. LANÇAMENTO DO ISS

O ISS está sujeito a lançamento por homologação, que, conforme artigo 150 do CTN, “*ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa*”.

Ou seja, o ISS é calculado e recolhido pelo próprio prestador de serviço, ou, quando determinado pela legislação, retido na fonte e recolhido aos cofres públicos sem prévio exame da autoridade competente. A extinção do crédito, no entanto, fica condicionada à ulterior homologação pela autoridade fiscal.

A homologação poderá ser expressa ou tácita. A homologação tácita ocorre com o decurso do prazo de 5 anos, contados do fato gerador, findo o qual ocorre a extinção do crédito tributário, conforme dispõe o artigo 150, § 4º, do CTN.

Se, no prazo de até 5 anos contado do fato gerador, for constatada falta de pagamento ou insuficiência de pagamento do ISS, caberá à autoridade fiscal constituir o crédito tributário por meio de lançamento de ofício, através da lavratura de Auto de Infração.

A SEMEF, no intuito de garantir o correto recolhimento do ISS, fiscaliza e efetua a revisão do cálculo apresentado pelo prestador de serviço, bem como analisa toda a documentação, livros contábeis e a movimentação financeira, visando identificar eventual sonegação. O Município atualmente dispõe de 52 fiscais para realização de tal incumbência.

Com relação ao ISS, a incorreção ou ausência de recolhimento do imposto, apurada por fiscal, é considerada infração, nos termos do artigo 166 do CTM, o que significa dizer que sobre o valor não

recolhido, além de correção monetária, incidirá a multa de ofício no artigo 541 do CTM. O contribuinte deve ser notificado do lançamento de ofício.

No lançamento de ofício do ISS, o mesmo pode ser realizado pela autoridade fiscal por estimativa ou arbitramento. Para o arbitramento, a SEMEF, através de seus fiscais, considera, dentre outros aspectos previstos no artigo 34, § 2º, do CTM, as peculiaridades inerentes à atividade exercida e os pagamentos de ISS efetuados em condições semelhantes no exercício daquela atividade, pelo próprio contribuinte ou por terceiro.

15. ENCARGOS MORATÓRIOS

Nos termos do artigo 852 do CTM, os créditos da Fazenda Municipal de Nova Iguaçu, tributários ou não, inscritos ou não em dívida ativa, quando não pagos no vencimento, estão sujeitos à correção monetária pela variação do INPC, conforme observado a seguir.

“Art. 852 - Fica instituída a Unidade Fiscal do Município – UFINIG, que terá seu valor unitário, a partir de 1.º de janeiro de 2007, fixado em R\$ 30,73 (Trinta reais, setenta e três centavos), e será corrigida, anualmente, por ato normativo do Chefe do Executivo, pela variação nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Independente da atualização anual a que se refere o "caput" deste artigo, o Poder Executivo poderá corrigir os créditos da Fazenda Municipal, a qualquer tempo, sempre que o INPC/FIBGE acumular variação igual ou superior a 5% (cinco por cento).”

Nos termos do artigo 541 do CTM, as multas serão calculadas tomando-se como base: o valor da Unidade Fiscal do Município – UFINIG e o valor do tributo, corrigido monetariamente.

As multas previstas no artigo 541 do CTM são:

- a) em relação ao ISS: de 10 UFINIGs, quando as empresas e as entidades estabelecidas no Município, na condição de tomadoras de serviços, deixarem de reter e de recolher o imposto devido pelos prestadores de serviços, na forma e nos prazos regulamentares.
- b) pelo descumprimento de obrigações decorrentes da incidência do ISS: (i) deixar de recolher o tributo nos prazos previstos na legislação tributária municipal, constatado pela autoridade competente em procedimento fiscal, excetuada a hipótese dos autônomos: multa de 50% do tributo devido, corrigido monetariamente; (ii) recolher importância inferior à efetivamente devida: multa de 50% do valor da importância não recolhida, corrigida monetariamente; (iii) não possuir ou negar-se a apresentar à fiscalização, livros, talonários, declarações, faturas, guias de recolhimento e demais elementos do documentário fiscal, gerencial e contábil exigidos pela legislação tributária municipal, bem como nos casos em que tais documentos forem omissos ou se apresentarem escriturados ou preenchidos de forma ou com elementos incorretos, ou quando o contribuinte, de qualquer modo, impedir ou embaraçar a ação fiscal: multa de 100% do valor do tributo devido, apurado por arbitramento, corrigido monetariamente; (iv) deixar de emitir nota fiscal ou emití-la com erro ou omissões: multa de 100% do valor do tributo devido, corrigido monetariamente; (v) deixar de reter o tributo na hipótese de recolhimento na fonte: multa correspondente a 100% do valor do imposto devido corrigido monetariamente; (vi) deixar de recolher o tributo retido na fonte

à Fazenda Municipal no prazo legal: multa de 200% do valor do imposto devido, corrigido monetariamente.

- c) pelo descumprimento da obrigação principal decorrente da incidência pelo descumprimento da obrigação principal decorrente da incidência do IPTU, constatado através de procedimento fiscal e excluída a espontaneidade do contribuinte infrator: penalidade de 30% do tributo devido atualizado monetariamente, salvo se comprovada a ocorrência de fraude, dolo, simulação, sonegação ou elisão, quando o valor da multa será de 100%.

Ademais, de acordo com o artigo 542-A do CTM, as “*multas fiscais decorrentes da falta de recolhimento dos tributos fixadas na legislação tributária do Município sofrerão as reduções abaixo discriminadas, desde que o contribuinte renuncie a qualquer apresentação de impugnação:*

I - 100% (cem por cento) da multa fiscal, se os tributos apurados em auto de infração forem pagos no prazo de 10 (dez) dias, contados do dia seguinte ao da lavratura do Auto de Infração;

II - 60% (sessenta por cento), se o pagamento for efetivado no prazo de 20 (vinte) dias, contados do dia seguinte ao da lavratura do Auto de Infração;

III - 30% (trinta por cento), se o pagamento for efetivado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte ao da lavratura do Auto de Infração.

§ 1º - Quando a infração cometida for caracterizada como crime contra a ordem tributária, não terá lugar a aplicação do benefício previsto no “caput”.

§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se, também, no caso de parcelamento de créditos tributários, desde que o pedido seja deferido.

§ 3º - O atraso no pagamento de cotas do parcelamento implicará no cancelamento do benefício, sendo calculado todo o débito remanescente, inclusive o valor da multa fiscal, integralmente, considerando-se como vencido todo o crédito lançado pelo Auto de Infração.”

Quanto aos juros de mora, o crédito tributário e fiscal não quitado até o seu vencimento fica sujeito à incidência de: (i) juros de mora de 1% ao mês ou fração, contados da data do vencimento; (ii) multa moratória: (a) de 5% do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido dentro de 30 dias contados da data do vencimento; (b) de 10% do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido após 30 e até 60 dias contados da data do vencimento; (c) de 15% do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido após 60 e até 90 dias contados da data do vencimento; (d) de 20% do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido após 90 dias contados da data do vencimento; e (iii) correção monetária, calculada da data do vencimento do crédito tributário, até o efetivo pagamento (artigo 692 do CTM).

Conforme artigo 695 do CTM, nas hipóteses de parcelamento, o valor da dívida será atualizado monetariamente até a data do pedido de parcelamento, acrescido dos juros de mora e multa de mora, nos termos do artigo 692 do CTM, e demais acréscimos pecuniários previstos na legislação em vigor, sendo o seu valor consolidado expresso em reais.

16. INSCRIÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO NA DÍVIDA ATIVA

Após término do processo administrativo, instaurado com vistas à cobrança dos créditos tributários não pagos, a execução da decisão fiscal consistirá (artigo 631 do CTM): (i) na lavratura de Termo de Intimação ao recorrente ou sujeito passivo para pagar a importância da condenação ou satisfazer a obrigação acessória; (ii) na imediata inscrição, como dívida ativa, para subsequente cobrança por ação

executiva, dos débitos constituídos, se não forem pagos nos prazos estabelecidos; e (iii) na ciência do recorrente ou sujeito passivo para receber a importância recolhida indevidamente ou conhecer da decisão favorável que modificará o lançamento ou cancelará o Auto de Infração e Termo de Intimação.

O CTM, no artigo 718, afirma que a inscrição, de créditos tributários e não-tributários, na dívida ativa da Fazenda Pública Municipal, suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

Nos termos do artigo 6º do Decreto Municipal nº 8.075, a inscrição em dívida ativa dos créditos municipais será realizada pela SEMEF, após esgotado o procedimento administrativo de cobrança amigável que atestar a existência de crédito tributário. De acordo com o artigo 14 do mesmo Decreto, a cobrança extrajudicial da dívida ativa administrativa do Município de Nova Iguaçu a que se referem o artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 12/2005 e o artigo 1º, inciso II, do Decreto nº 7.174/2005 é de competência da SEMEF, cabendo à Procuradoria-Geral do Município o exercício do controle da juridicidade do procedimento de inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança judicial dos créditos municipais, conforme §1º do artigo citado.

17. PARCELAMENTO DOS CRÉDITOS INSCRITOS OU NÃO EM DÍVIDA ATIVA

O parcelamento de créditos da Fazenda Municipal de Nova Iguaçu, tributários ou não, inscritos ou não em dívida ativa, mesmo em fase de execução fiscal, é regido pelos artigos 695 a 697 do CTM.

Além dos créditos da Fazenda Municipal, tributários ou não, inscritos ou não em dívida ativa, podem também ser parcelados, os respectivos acréscimos moratórios e multas decorrentes do descumprimento da legislação pertinente.

O parcelamento poderá excluir a incidência de juros vincendos, relativamente ao financiamento a prazo do débito.

De acordo com o artigo 696 do CTM, o “*valor da dívida será atualizado monetariamente até a data do pedido de parcelamento, acrescido dos juros de mora e multa de mora, nos termos do art. 692 desta Lei e demais acréscimos pecuniários previstos na legislação em vigor, sendo o seu valor consolidado expresso em reais*”.

Os artigos 15 e 16 do Decreto Municipal nº 8.075 rezam que:

“Art. 15. Os créditos municipais não adimplidos na forma e prazos estabelecidos pela legislação tributária, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que em fase de execução judicial, poderão ser pagos à vista ou de modo parcelado, em prestações mensais e sucessivas, observando-se:

I – o valor da dívida será atualizado monetariamente até a data do pedido de parcelamento, acrescido dos juros de mora e multa de mora, nos termos do art. 692 da Lei Complementar Municipal nº 3.411/2002 e demais acréscimos pecuniários previstos na legislação em vigor, sendo o seu valor consolidado expresso em reais.

II – para parcelamentos em até 10 (dez) prestações, inclusive, não haverá a incidência de juros vincendos;

III – para parcelamentos com mais de 10 (dez) prestações, serão acrescidos juros vincendos, no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês, acrescido do valor pela emissão da guia, nos termos da Lei nº 3447/2002.

Art. 16. A denúncia espontânea, nos termos do art. 138 da Lei 5.172/66 (Código Tributário Nacional), quando acompanhado do pagamento à vista do débito, exclui a incidência da multa de mora.

Parágrafo único. Para fins do caput, o pagamento parcelado em até 03 (três) cotas mensais e sucessivas para débitos superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), equipara-se ao pagamento à vista”.

Os créditos de natureza tributária inadimplidos somente serão considerados dívida administrativa: (i) os decorrentes do ISS, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento da obrigação tributária; (ii) os decorrentes do IPTU, a partir do dia 1º de janeiro do ano subsequente ao do vencimento da obrigação tributária; e (iii) os decorrentes da TSC, a partir do 1º dia do mês seguinte ao do vencimento da obrigação tributária (artigo 3º do Decreto Municipal nº 8.075).

Conforme parágrafo único do artigo 5º do Decreto Municipal nº 8.075, os créditos serão inscritos em Dívida Ativa nos seguintes prazos: (i) os decorrentes do ISS, em aproximadamente 90 dias contados do vencimento da obrigação tributária; (ii) os decorrentes do IPTU, até o mês de março do segundo ano subsequente ao do vencimento da obrigação tributária; e (iii) os decorrentes da TSC, até o mês de março do segundo ano subsequente ao do vencimento da obrigação tributária.

De acordo com o artigo 18 do Decreto Municipal nº 8.075, o parcelamento, por pessoa física, de dívida do IPTU, TSC ou ISS, inscrita ou não em dívida ativa, poderá ser deferido em até 120 prestações mensais e sucessivas, respeitado o limite mínimo de R\$32,00 para cada prestação, acrescido da taxa de expendente.

Já o parcelamento, por pessoa jurídica, de dívida do IPTU, TSC ou ISS, inscrita ou não em dívida ativa, poderá ser deferido em até 36 prestações mensais e sucessivas, respeitado o limite mínimo de R\$96,00 para cada prestação, acrescido da taxa de expendente (artigo 19 do Decreto Municipal nº 8.075).

Para deferimento do pedido de parcelamento, o artigo 20 do Decreto Municipal nº 8.075 afirma que: *“o parcelamento será deferido mediante a apresentação dos seguintes documentos originais e uma cópia:*

I – Para pessoa física:

a) Em caso de comparecimento pessoal do próprio Contribuinte, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de residência;

b) Em caso de comparecimento de terceiro, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência e instrumento de Procuração de próprio punho;

c) Em caso de contribuinte já falecido, atestado de óbito, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de residência do Requerente;

d) em caso do comparecimento do cônjuge, deverão ser apresentados os documentos da alínea a) e também a certidão de casamento;

e) em caso do comparecimento de filho, deverão ser apresentados os documentos da alínea a) e também documento que comprove a filiação, que pode ser o RG do requerente;

II - Para pessoa jurídica:

a) Em caso de comparecimento pessoal de um dos sócios: documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência do mesmo, além de CNPJ, contrato social, ata de constituição ou estatuto social;

b) Em caso de comparecimento de Procurador, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência e instrumento de Procuração em que constem poderes específicos, com firma reconhecida;

c) em caso de comparecimento do representante contábil, contrato de prestação de serviços ou o CICON – Cartão de Identificação do Contribuinte original”.

Ainda nos termos do Decreto Municipal nº 8.075, na hipótese de atraso no pagamento de 2 parcelas consecutivas ou 3 intercaladas, o acordo poderá ser cancelado de ofício e o saldo a pagar será imediatamente inscrito em dívida ativa. O cancelamento do parcelamento por atraso no pagamento das parcelas dará ao requerente o direito de obter: (i) um novo parcelamento do débito, condicionado o deferimento do mesmo ao pagamento à vista de 20% do saldo remanescente; ou (ii) um último parcelamento do débito, condicionado o deferimento do mesmo ao pagamento à vista de 50% do saldo remanescente (artigo 24).

18. CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO

Nos termos da Lei Municipal nº 3.878, alterada pela Lei Municipal nº 3.929, de 4 de junho de 2008, é facultado ao Município “*ceder o direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo do pagamento dos débitos tributários ou não tributários, parcelados ou não parcelados, inscritos ou não inscritos em Dívida Ativa, em fase de cobrança administrativa ou judicial, que compõem a carteira municipal e cujos fatos geradores tenham ocorrido entre 1996 e 2007*”, sendo que esta cessão “*não compreende os valores referentes aos honorários advocatícios, devidos na forma da legislação municipal*” (artigo 1º).

Ademais, de acordo com a lei municipal acima referida, “*nas hipóteses de anulação do lançamento ou da inscrição na dívida ativa, de extinção total ou parcial do direito creditório por decisão judicial transitada em julgado, decisão administrativa irreformável, prescrição ou decadência, anistia e remissão, compensação, transação, conversão de depósito em renda, ou dação em pagamento, bem como nos casos de rescisão ou revogação do parcelamento, ou alteração das condições de parcelamento que as torne mais benéficas aos contribuintes, fica autorizada a substituição do direito cedido por outro crédito cujo fato gerador tenha ocorrido em data posterior ao exercício de 2007*”.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MUNICÍPIO

1. INTRODUÇÃO

O Município sempre esteve sob influência direta da cidade do Rio de Janeiro e de outros municípios da Região Metropolitana, da qual faz parte.

Com, aproximadamente, 4.900 estabelecimentos comerciais, 3.500 empresas de serviços e 380 indústrias, o Município apresentou, em 2005, PIB de R\$5,8 bilhões e PIB *per capita* de R\$6.937,00.

O PIB e o PIB *per capita* do Município vêm crescendo em média 10% e 11% ao ano, respectivamente, nos últimos 5 anos, devido principalmente ao crescimento do comércio e da indústria, e a importantes investimentos no setor imobiliário.

O Município faz parte da Região Metropolitana, da qual também faz parte o município do Rio de Janeiro, que é a maior cidade do Estado e a segunda maior cidade brasileira com relação à sua população, conforme dados divulgados pelo IBGE.

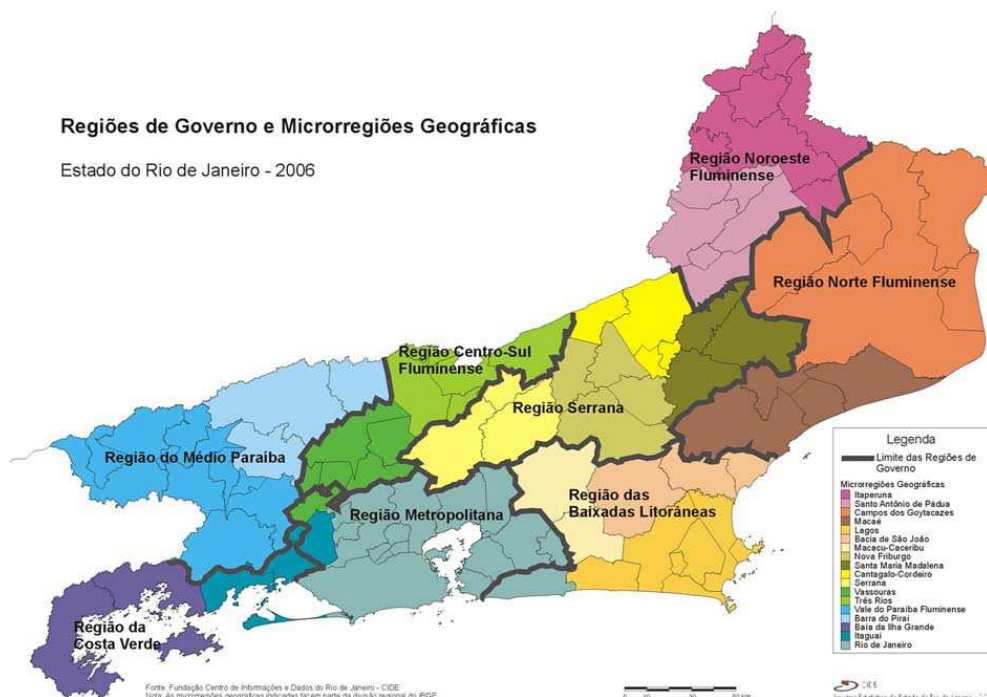
Em 2004, Lindberg Farias foi eleito prefeito do Município para o mandato de 2005 a 2008.

A administração municipal tem buscado, nos últimos anos, a melhoria dos serviços públicos. Com 102 escolas públicas, 78 foram reformadas, oito estão com obras em andamento e cinco estão em construção, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação. As novas unidades atendem a um padrão de acessibilidade para deficientes com portas mais largas e corrimãos, além de cozinhas, salas de leitura, bibliotecas e telecentros.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, a Prefeitura reformou as unidades mistas de saúde de Austin e Vila de Cava. Além das obras, os postos 24 horas ganharam equipamentos de raios X, medicamentos e insumos e tiveram ampliado o número de médicos. Também foi assinado o protocolo de atendimento às gestantes, que oferece exames de pré-natal nos postos de saúde. No Hospital da Posse, o maior da Baixada Fluminense, o setor de emergência foi totalmente reformado, e os funcionários participaram de cursos de humanização do atendimento. As compras de remédios e material passaram a ser mais transparentes, com o sistema de pregão eletrônico. Além disso, o hospital ganhou R\$ 10 milhões do Ministério da Saúde, que serão investidos em equipamentos de tecnologia de ponta, o que irá transformá-lo em um centro de referência em captação de órgãos para transplantes.

O Município utilizará os recursos provenientes do Programa de Securitização para financiar infraestruturas e projetos urbanos (incluindo obras de esgotamento sanitário, abastecimento de água, pavimentação, arborização, sinalização, edificações e transportes).

2. MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU



O Município pertence à Região Metropolitana, a qual também abrange os municípios de Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

O Município tem uma área total de 520,5 Km², correspondentes a 11,1% da área da Região Metropolitana. O Município está integrado ao sistema viário e ferroviário da capital do Estado, dada sua vizinhança à cidade do Rio de Janeiro. Um Arco Rodoviário da Região Metropolitana (BR-493 / RJ-109 e RJ-099) fará a ligação do Porto de Sepetiba, em Itaguaí, à BR-101, em Itaboraí. Tal arco rodoviário já passa por Seropédica e contará com trecho construído entre Queimados, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

De acordo com o Censo de 2000, Nova Iguaçu tinha uma população de 754.519 habitantes, correspondentes a 7,0% do contingente da Região Metropolitana. A densidade demográfica era de 1.506 habitantes por Km², contra 2.380 habitantes por Km² da Região Metropolitana. Sua população estimada, pelo IBGE, em 2006, era de 844.583 pessoas.

O Município apresentou uma taxa média geométrica de crescimento, no período de 1991 a 2000, de 2,02% ao ano, contra 1,17% na Região Metropolitana e 1,30% no Estado. Sua taxa de urbanização corresponde a 122,0% da população, enquanto, na Região Metropolitana, tal taxa corresponde a 99,5%.

Nova Iguaçu tem um contingente de 500.226 eleitores de acordo com os dados de junho de 2006 do Tribunal Superior Eleitoral, correspondentes a 59% do total da população. De acordo com Censo de 2000, o Município tem um número total de 297.862 domicílios, com uma taxa de ocupação de 87%. Dos 37.447 domicílios não ocupados, 9% têm uso ocasional.

No tocante ao abastecimento de água, Nova Iguaçu tem 80,9% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 16,3% dos domicílios têm acesso à água através de poço ou nascente e 2,7% têm outras formas de acesso. O total distribuído alcança 412 560 metros cúbicos por dia, dos quais 50% passam por tratamento convencional e os outros 50%, por simples desinfecção (cloração).

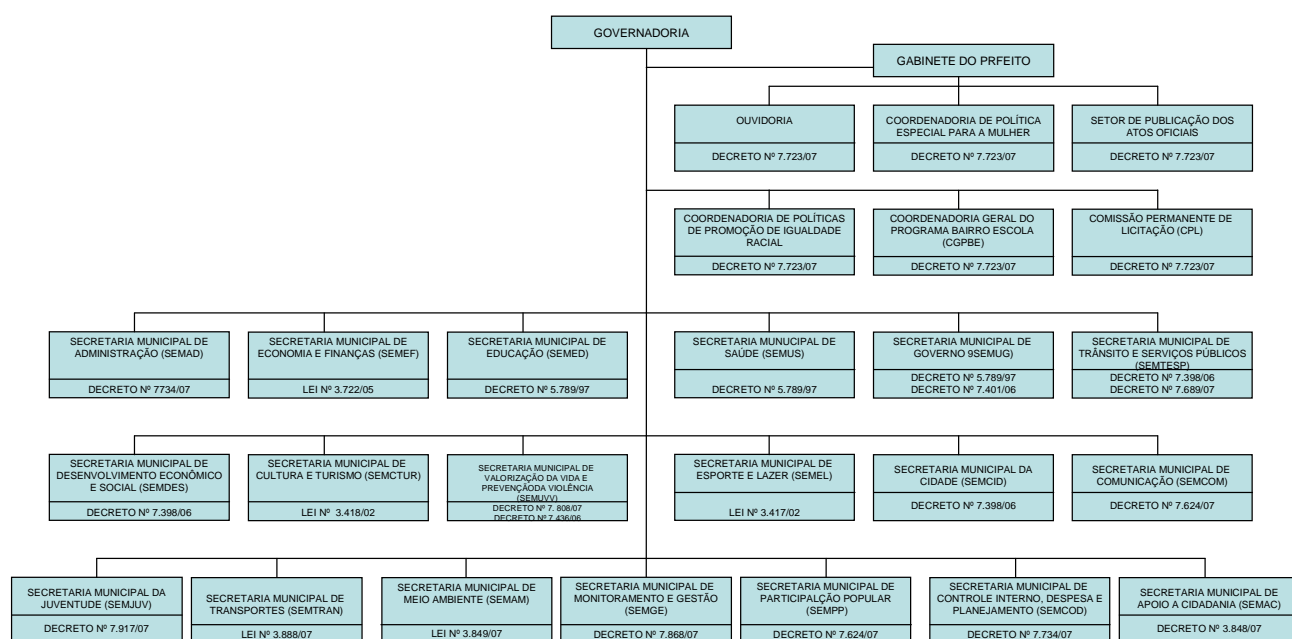
A rede coletora de esgoto sanitário chega a 51,8% dos domicílios do Município; outros 29,3% domicílios têm fossa séptica, 3,4% utilizam fossa rudimentar, 12,3% estão ligados a uma vala, e 2,6% lançam o esgoto sanitário em um corpo receptor (rio, lagoa ou mar). O esgoto coletado passa por algum tipo de tratamento e é lançado na baía.

Nova Iguaçu tem 88,2% dos domicílios com coleta regular de lixo, outros 2,9% domicílios têm seu lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, e 7,5% o queimam.

3. ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

3.1. Administração Municipal

A administração direta do poder executivo do Município possui a seguinte estrutura:



Organograma 1: Estrutura da Administração Direta do Município.

O Município conta, também, com os seguintes órgãos da administração indireta:

- Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu – CODENI: sociedade de economia mista, criada pela Deliberação Municipal nº 511, de 08 de maio de 1973;
- Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu – FENIG: fundação de direito privado criada pela Lei Municipal nº 30, de 28 de novembro de 1975;

- Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana – EMLURB; empresa pública, criada pela Lei Municipal nº 1669, de 17 de janeiro de 1990; e
- Instituto de Previdência Social dos Servidores de Nova Iguaçu – PREVINI: autarquia instituída pela Lei Municipal nº 3316, de 26 de dezembro de 2001.

A Prefeitura do Município oferece, em seu *site* na *internet* informações sobre a história do Município, finanças públicas, cultura e entretenimento, saúde, educação, meio ambiente, infra-estrutura, legislação, notícias, turismo, estrutura administrativa, investimentos e políticas públicas.

Oferece ainda, diversos serviços, como:

- Emissão de Documentos (www.novaiguacu.rj.gov.br): emissão de segunda via de carnês de IPTU, ISS e Taxas;
- ISS + Fácil (www.issmaifacil.com.br): *software* que possibilita a substituição dos procedimentos manuais de declaração e recolhimento do ISS por um sistema integrado de gestão.
- Empresa + Fácil (www.issmaifacil.com.br/empresamaifacil): sistema informatizado que permite a obtenção do registro de empresas no Município, após a inscrição nos órgãos federal e estadual e a aprovação da consulta prévia do local e nome empresarial pretendidos.

4. SERVIDORES

Os dados referentes aos servidores do Município foram obtidos junto aos setores de recursos humanos da administração direta e indireta.

Composição do Quadro de Pessoal da Administração Direta		
Graduação	Regime	Qtd
01 - analfabeto	estatutário	7
01 - analfabeto	CLT	1
02 - até a 4ª série incompleta do ensino fundamental	estatutário	24
02 - até a 4ª série incompleta do ensino fundamental	CLT	3
02 - até a 4ª série incompleta do ensino fundamental	comiss.	20
03 - 4ª série completa do ensino fundamental	estatutário.	24
03 - 4ª série completa do ensino fundamental	cargo em comissão	38
04 - da 5ª à 8ª série do ensino fundamental	estatutário	201
04 - da 5ª à 8ª série do ensino fundamental	CLT	19
04 - da 5ª à 8ª série do ensino fundamental	estagiário	8
04 - da 5ª à 8ª série do ensino fundamental	cargo em comissão	117
05 - ensino fundamental completo	estatutário	249
05 - ensino fundamental completo	CLT	25
05 - ensino fundamental completo	estagiário	1
05 - ensino fundamental completo	servidor federal	1
05 - ensino fundamental completo	cargo em comissão	243
06 - ensino médio incompleto	estatutário	145
06 - ensino médio incompleto	CLT	9
06 - ensino médio incompleto	estagiário	206
06 - ensino médio incompleto	cargo em comissão	115
07 - ensino médio completo	estatutário	1588

07 - ensino médio completo	CLT	26
07 - ensino médio completo	estagiário	2
07 - ensino médio completo	servidor estadual	2
07 - ensino médio completo	servidor federal	4
07 - ensino médio completo	cargo em comissão	701
08 - educação superior incompleto	estatutário	657
08 - educação superior incompleto	CLT	8
08 - educação superior incompleto	estagiário	328
08 - educação superior incompleto	servidor estadual	1
08 - educação superior incompleto	cargo em comissão	207
08 - educação superior incompleto	cedido	1
09 - educação superior completo	estatutário	2598
09 - educação superior completo	CLT	56
09 - educação superior completo	contrato temporário	3
09 - educação superior completo	estagiário	7
09 - educação superior completo	servidor estadual	4
09 - educação superior completo	servidor federal	4
09 - educação superior completo	cargo em comissão	441
09 - educação superior completo	cedido	2
09 - educação superior completo	servidor de outro município	5
10 - pos grad. incompleto	estatutário	23
10 - pos grad. incompleto	CLT	1
10 - pos grad. incompleto	cargo em comissão	10
11 - pos grad. completo	estatutário	549
11 - pos grad. completo	CLT	1
11 - pos grad. completo	servidor estadual	1
11 - pos grad. completo	servidor federal	1
11 - pos grad. completo	cargo em comissão	39
12 - mestrado incompleto	estatutário	17
12 - mestrado incompleto	cargo em comissão.	2
12 - mestrado incompleto	servidor de outro município	1
13 - mestrado completo	estatutário	7
13 - mestrado completo	cargo em comissão.	6
13 - mestrado completo	servidor de outro município	1
14 - doutorado incompleto	cargo em comissão	2
15 - doutorado completo	estatutário	1
15 - doutorado completo	cargo em comissão.	4
Total		8767

(*) A declaração de escolaridade referente ao ensino fundamental refere-se ao primeiro grau completo ou incompleto. Quanto às demais escolaridades, considerou-se apenas o curso completo.

Tabela 9: Pessoal da Administração Direta do Município.

Composição do Quadro de Pessoal da Administração Indireta	
Total de fundações	1
Total de autarquias	1
Total de empresas públicas	1
Total de sociedades de economia mista	1
Total de funcionários ativos da administração indireta	1292
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino Fundamental (A)	761
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	363
Total de funcionários ativos da administração indireta – Ensino superior	168
Total de funcionários ativos da administração indireta – Pós-graduação	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - Estatutários	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - CLT	1074
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino Fundamental (A)	740

Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	253
Total de funcionários ativos da administração indireta – Ensino superior	81
Total de funcionários ativos da administração indireta – Pós-graduação	0
Total de funcionários ativos da administração indireta – Somente comissionados	218
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino Fundamental (A)	21
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	110
Total de funcionários ativos da administração indireta – Ensino superior	87
Total de funcionários ativos da administração indireta – Pós-graduação	0
Total de funcionários ativos da administração indireta – Sem vínculo permanente	0
Total	5172

Tabela 10: Pessoal da Administração Indireta do Município.

5. ECONOMIA

O PIB do Estado em 2005, a preços básicos, de acordo com a Fundação CIDE, foi de R\$263,8 bilhões, dos quais a cidade do Rio de Janeiro e a Bacia de Campos participaram com 63,4% do total.

A capital do Estado, com PIB a preços básicos de R\$105,8 bilhões em 2005, liderou em todos os setores da economia estadual naquele ano, com exceção da agropecuária.

O Município apresentou os seguintes índices:

ANO	PIB		População		PIB per Capita	
	R\$ (Bilhões)	Variação	Habitantes (Mil)	Variação	R\$	Variação
1999	3.3		894.2		3,728.6	
2000	3.9	16.7%	930.2	4.0%	4,183.9	12.2%
2001	3.7	-5.4%	776.1	-16.6%	4,741.9	13.3%
2002	4.4	20.1%	789.7	1.8%	5,597.2	18.0%
2003	4.6	4.7%	803.4	1.7%	5,757.7	2.9%
2004	5.2	12.3%	817.1	1.7%	6,358.5	10.4%
2005	5.8	10.9%	830.9	1.7%	6,937.4	9.1%

Nota: o decréscimo do PIB e da população em 2001 deve-se à emancipação do Município de Mesquita

Tabela 11: PIB e PIB *per capita* do Município.

Dos 22 municípios do Estado com PIB a preços básicos acima de R\$ 1 bilhão em 2005, 9 pertencem à Região Metropolitana (pela ordem: capital, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Mesquita e Magé); 2 à Região Norte (Macaé e Campos); 3 à Região Serrana (Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis); 1 à Região das Baixadas Litorâneas (Cabo Frio); 5 à Região do Médio Paraíba (Volta Redonda, Porto Real, Resende, Barra Mansa e Pirai); e 2 à Região da Costa Verde (Angra dos Reis e Itaguaí).

Naquele mesmo ano, dez municípios do Estado tiveram PIB entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão, sendo três da Região Metropolitana (Itaboraí, Nilópolis e Queimados); Itaperuna representa a Região Noroeste; Rio Bonito, Araruama e Maricá, a Região das Baixadas Litorâneas; Barra do Pirai e Itatiaia, o Médio Paraíba; e Três Rios, a Região Centro-Sul Fluminense.

Entre R\$ 200 e R\$ 500 milhões de PIB, encontravam-se 18 municípios do Estado: Seropédica, Japeri, Paracambi e Guapimirim da Região Metropolitana; Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana da Região Noroeste; Cantagalo e Carmo da Região Serrana; Rio das Ostras, Cachoeiras de

Macacu, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu da Região das Baixadas Litorâneas; Valença do Médio Paraíba; Paraíba do Sul da Região Centro-Sul; Mangaratiba e Paraty da Região da Costa Verde.

Entre R\$ 100 e R\$ 200 milhões, havia 18 municípios do Estado; entre R\$ 50 e R\$ 100 milhões, 17; e 7 produziram menos de R\$ 50 milhões.

Fonte: Estudo Sócioeconômico 2007 – Nova Iguaçu – Tribunal de Contas do Estado

6. SERVIÇOS

6.1. Transporte

O indicador usado para se estimar o desempenho regional deste setor é o consumo de óleo diesel, uma vez que grande parte dos meios de transporte se utiliza deste combustível. Em 2006, segundo dados da ANP, as vendas de óleo diesel no Estado decresceram 6,85%, retrocedendo a níveis próximos aos de 2000. No plano nacional, também se verificou queda nas vendas, de 6,21%.

Ano	Vendas de óleo diesel				Estado	
	Mil m ³	Brasil	% a.a.	Mil m ³		% a.a.
2002	37.668	1,74		2.253	3,45	
2003	36.853	-2,16		2.185	-3,04	
2004	39.219	6,42		2.139	-2,08	
2005	39.137	-0,21		2.189	2,30	
2006	36.708	-6,21		2.039	-6,85	

Fonte: ANP.

Tabela 12: Vendas de Óleo Diesel.

6.2. Comunicação

O sistema de telecomunicações fixo no Município é operado pela Oi e Embratel. Possui, de acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, um total de 177.267 linhas de telefonia fixa e 3556 acessos públicos. O sistema de telecomunicações móvel pessoal é operado pela Oi, Claro, Tim e Vivo. O Município ainda possui prestação de serviço móvel especial, que é operado pela Nextel. No Estado existem 13.208.245 linhas de telefonia móvel em operação.

6.3. Turismo

O turismo proporciona diversos benefícios para o Município, tais como geração de empregos, produção de bens e serviços e melhoria da qualidade de vida da população. Incentiva, também, a compreensão dos impactos sobre o meio ambiente.

Este setor assegura uma distribuição equilibrada de custos e benefícios, estimulando a diversificação da economia local. Traz melhoria nos sistemas de transporte, nas comunicações e em outros aspectos infra-estruturais. Ajuda, ainda, a custear a preservação dos sítios arqueológicos, dos bairros e edifícios históricos, melhorando a auto-estima da comunidade local e trazendo uma maior compreensão das pessoas de diversas origens.

O território de Nova Iguaçu possui 35% de sua área cobertos de floresta do tipo Mata Atlântica, formando duas importantes áreas de preservação ecológica: a reserva biológica de Tinguá e a área de proteção ambiental da Serra de Madureira.

Dentre as atrações culturais de Nova Iguaçu, destacam-se:

- O casarão destinado ao Centro de Visitantes do Parque Municipal foi sede de fazenda no século XIX e é considerado o prédio mais antigo do Município.
- Igreja de Santo Antonio da Prata teve sua pedra fundamental lançada em 1862, tendo sido reformada na década de 30, tornando-se a Catedral de Santo Antonio de Jacutinga.
- Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, construída em 1750.
- Capela da Posse, construção remanescente da antiga Fazenda da Posse, foi construída em 1743.
- Fazenda São Bernadino, sua construção em estilo neoclássico terminou em 1875.
- Hospital de Iguassú, construção de 1935.
- Estrada de Ferro Rio do Ouro - Ferrovia das Águas, construída para manutenção dos reservatórios que abasteciam parte da Capital na época do império, começava no Caju e seguia por 53 Km até Rio do Ouro (D'Ouro).

6.4. Administração Pública

Por convenção metodológica adotada pelo IBGE no cálculo das Contas Nacionais, as taxas de variação do conjunto de atividades exercidas pelas administrações públicas, antes estimadas pelo crescimento populacional, são agora avaliadas pelo nível de emprego. Dessa forma, usando dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho, em 2006, considerou-se para este setor, que representa aproximadamente 17,1% do PIB regional, um crescimento de 3,36% no Estado.

Fonte: Estudo Socioeconômico 2007- Nova Iguaçu – Tribunal de Contas do Estado.

6.5. Indústria

A atividade industrial, no contexto do cálculo do PIB fluminense, desdobra-se em duas: extrativa e de transformação. Em 2006, as taxas de variação relativas aos dois setores no Estado foram de 5,03% e 1,18%, respectivamente.

Grandes indústrias se abrigaram no Município no decorrer dos anos e fizeram dela seu pólo de investimento. Atualmente, Nova Iguaçu instala e hospeda importantes indústrias nas áreas metalúrgicas, alimentícia, madeireira, e de artigos de borracha.

Algumas das empresas com maior faturamento no Município incluem: Lojas Americanas S.A., Rio de Janeiro Refrescos Ltda., Itavema Rio Veículos e Peças Ltda., Casas Guanabara Comestíveis Ltda., Nova Algez Distribuição Logística Ltda., DoarBelleza Produtos de Beleza Ltda., dentre outras.

Fonte: Estudo Socioeconômico 2007- Nova Iguaçu – Tribunal de Contas do Estado.

6.6. Construção Civil

Em 2006, o valor adicionado pelo setor da construção, no Brasil, registrou aumento real, isto é, sem a influência dos preços, de 4,6%. O resultado representou importante recuperação, após crescimento de apenas 1,2%, em 2005. Um dos fatores que explicam a melhora de desempenho do setor foi a ampliação das operações de crédito habitacional, de 22,6%, nos 12 meses encerrados em dezembro de 2006, impulsionadas por aumento na renda das famílias e redução nas taxas de juros. Uma consequência do maior dinamismo da atividade foi a elevação do nível de emprego.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho, o emprego formal na construção cresceu, em 2006, o equivalente a 7,84% no âmbito nacional. No Estado, o emprego formal elevou-se 13,56%. Outra indicação da boa fase que a construção atravessa é o consumo de cimento. Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento – SNIC, o consumo do produto no Estado foi de 3.594.172 toneladas, com aumento de 12,02%, em relação a 2005. No plano nacional, verificou-se alta de 8,28%. Para efeito de cálculo do PIB do Estado, foi usado como indicador de crescimento do valor adicionado da construção a taxa de variação atribuída ao setor no PIB brasileiro, multiplicada pela razão entre as taxas de crescimento do emprego formal no Estado e no Brasil. A taxa estimada de crescimento da atividade no Estado foi equivalente a 8,33%. Este procedimento pressupõe que a produtividade do trabalho é a mesma, no Estado e no país, hipótese que se justifica pela disseminação de práticas semelhantes nas diversas regiões geográficas e amplo emprego de mão-de-obra pouco qualificada. Em termos numéricos, admite-se que cada ponto percentual de variação na mão-de-obra empregada leva à mesma variação do valor adicionado da construção no Estado e no Brasil.

Fonte: Estudo Socioeconômico 2007- Nova Iguaçu – Tribunal de Contas do Estado.

6.7. Comércio

A atividade comercial inclui varejo e atacado. Para efeito desta estimativa, dada a inexistência de informações regionalizadas acerca da parcela atacadista, usa-se apenas o indicador de volume de vendas do comércio varejista, cuja taxa de crescimento no Estado, em 2006, foi de 6,08%.

Fonte: Estudo Socioeconômico 2007- Nova Iguaçu – Tribunal de Contas do Estado.

6.8. Finanças

Em janeiro de 2008 a Secretaria do Tesouro Nacional atribuiu classificação “A” (mais alta possível) ao Município referente à sua situação financeira.

Tal classificação é decorrente de uma análise, realizada em dezembro de 2007, referente à capacidade de pagamento do Município em relação à operação de crédito externo a ser contratado junto ao BID no

valor de US\$ 34,5 milhões, destinada ao Programa Integrado de Infra-Estrutura Municipal de Nova Iguaçu.

Em mil (R\$)

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu - Balanço Patrimonial

	2007	2006	2005	2004	2003
Ativo Financeiro	92,162.2	149,361.4	130,652.5	64,216.0	63,129.9
Disponível	91,005.1	134,084.4	114,907.6	14,907.7	35,680.8
Caixa	7.2	7.2	7.2	0.6	0.0
Bancos	90,316.9	133,371.8	114,893.5	14,907.1	35,680.7
Banco c/ pagamento de pessoal	680.9	705.3	6.9	-	-
Realizável	1,157.1	15,277.0	15,744.8	49,308.3	27,449.2
Diversos responsaveis por adiantamento	5.7	5.7	-	7.6	-
Diversos responsaveis	1,151.4	6.0	-	124.0	4.5
Realizável a longo prazo	-	15,265.4	-	49,176.6	27,444.7
Ativo Permanente	528,906.4	446,413.1	384,291.2	118,607.9	107,167.4
Bens moveis	28,075.1	22,476.6	18,498.9	17,504.9	12,981.8
Bens imoveis	127,020.9	100,210.6	76,719.6	39,971.6	26,496.1
Diversos	373,810.4	323,725.8	289,072.8	61,131.4	67,689.5
Soma do Ativo Real	621,068.6	595,774.5	514,943.7	182,823.8	170,297.3
Saldo Patrimonial	-	-	-	243,209.8	206,765.0
Ativo Compensado	100.0	86.7	62.0	8.7	303.3
Valores em poder de terceiros	100.0	86.7	62.0	8.7	303.3
Total Geral	621,168.6	595,861.3	515,005.7	426,042.3	377,365.7

Tabela 13: Balanço Patrimonial do Município.

Em mil (R\$)

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu - Balanço Patrimonial (cont.)

	2007	2006	2005	2004	2003
Passivo Financeiro	71,116.1	53,183.4	33,274.8	92,522.9	40,872.9
Contas a pagar	-	-	-	81,887.1	32,263.1
Restos a pagar	44,665.9	45,180.9	29,030.8	9,187.1	7,618.8
Debitos de Tesouraria	398.7	-	-	0	0
Depositos de diversas origens	803.7	568.8	225.9	139.0	72.83624
Consignacoes	25,247.8	7,431.8	3,806.1	1,123.5	680.2
Outras Operacoes	-	1.9	212.0	0.0	(1.6)
Contas de Interferencias	-	-	-	-	-
Receitas a classificar	-	-	-	186.1	239.5
Passivo Permanente	74,527.8	69,611.3	71,504.6	333,510.7	336,189.5
Divida fundada interna em titulos	74,527.8	69,611.3	71,504.6	333,510.7	336,189.5
Soma do Passivo Real	145,643.9	122,794.6	104,779.4	426,033.6	377,062.4
Ativo Real Liquido	475,424.7	472,979.9	410,164.4	-	-
Passivo Compensado	100.0	86.7	62.0	8.7	303.3
Contra valores em poder de terceiros	100.0	86.7	62.0	8.7	303.3
Total Geral	621,168.6	595,861.3	515,005.7	426,042.3	377,365.7

Tabela 14: Balanço Patrimonial do Município (continuação).

6.9. Trabalho Informal e Desemprego

Em 2006, a Região Metropolitana registrou taxa de desemprego de 7,88%. Com o alargamento do mercado de trabalho, reduziu-se a proporção de empregadores na Região Metropolitana. O trabalho doméstico alcançou 8,6% dos ocupados, em 2006. Ao mesmo tempo, iniciou-se um processo de redução da parcela do emprego público.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho, o emprego formal cresceu, no Estado, 4,52%, em 2006. Foram criados 116.158 postos de trabalho.

O Município teve um crescimento populacional da ordem de 9,8% entre 1º de julho de 2001 e 1º de julho de 2006, quando atingiu 844.583 habitantes, equivalentes a 7,4% do contingente populacional de sua micro-região, que compreende os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá.

A participação do Município no número de empregos formais em sua micro-região encontra-se descrita na tabela abaixo:

Período: Jan de 2001 a Jan de 2007			
Movimentação	Município		Micro Região
	qtde	%	qtde
Admissões			
1º Emprego	31.207	4,58	680.646
Reemprego	120.251	3,3	3.645.614
Transferência	1.939	2,34	82.759
Total	153.397	3,48	4.409.019
Desligamentos			
Demissões	136.768	3,48	3.929.662
Transferência	1.578	1,83	86.215
Aposentadoria, Invalidez e Morte	1.111	3,47	32.053
Total	139.457	3,45	4.047.930
Variação Absoluta	13.940		361.089
Variação Relativa	22,37 %		19,71 %
Número de empregos formais 1º Janeiro de 2007	66.734	3,27	2.039.448
Total de Estabelecimentos Janeiro de 2007	11.654	3,66	318.130

Fonte: CAGED, disponível em <http://perfildomunicipio.datamec.com.br>

Tabela 15: Empregos formais.

7. PRINCIPAIS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

As principais atividades do Município incluem planejamento urbano e administração, habitação, educação infantil e fundamental, saúde, proteção ao meio ambiente, promoção da cultura, ciência e tecnologia, manutenção de ruas, parques e demais áreas de lazer. Algumas outras funções, tais como administração do metrô, tratamento de água e esgoto, manutenção da segurança pública e escolas de ensino médio são de responsabilidade do Estado.

7.1. Planejamento Urbano, Habitação e Saneamento

Nova Iguaçu apresentava-se com inúmeros problemas de estrutura urbana, infra-estrutura e saneamento.

Com relação a sua estrutura física, incluindo vias pavimentadas e espaço urbano, o quadro apresentado pelo Município era de profunda fragmentação. Havia uma deficiência clara de qualidade nos diversos espaços públicos e existiam áreas periféricas, mas já densas, sem infra-estrutura de vias asfaltadas e calçadas.

Com relação à infra-estrutura básica de saneamento (água e esgoto) o quadro se apresentava da seguinte maneira: a prestação dos serviços de abastecimento de água de Nova Iguaçu está a cargo da Companhia Estadual de Águas e Esgotos. Segundo a Companhia Estadual de Águas e Esgotos, em

dezembro de 2003, a população atendida em Nova Iguaçu era de 426.130 habitantes, número inferior a 55% dos habitantes. No entanto, a existência de mais de 30% de ligações clandestinas elevava significativamente o número real de pessoas com acesso à água.

Em Nova Iguaçu, como no restante da Baixada Fluminense, não há setorização do sistema de distribuição de água. Este fato faz com que haja pressões inadequadas (elevadas em determinados pontos e reduzidas em outros), proporcionando rompimentos em redes ou intermitência de abastecimento nesses locais.

O serviço de esgotamento sanitário do Município também está a cargo da Companhia Estadual de Águas e Esgotos. Comparativamente com o quadro descrito para os serviços de abastecimento de água, a insuficiência quantitativa e qualitativa dos serviços de esgotamento sanitário é ainda maior: o sistema de esgotamento sanitário no Município, como separador absoluto, é praticamente inexistente e a população utiliza as galerias de águas pluviais para o lançamento de seus rejeitos líquidos. Em aproximadamente 75% da área urbana do Município que é servida por galerias de águas pluviais, utilizadas para o escoamento dos esgotos, encontra-se a rede funcionando em sistema unitário (drenagem/esgotamento sanitário). O destino final é o lançamento, sem tratamento, nos cursos de água que cortam o Município. Observa-se ainda o lançamento de esgotos a céu aberto, em valas cavadas nas margens das vias, tendo também como destino final os cursos de água. Há ainda uma pequena parcela da população que lança seus efluentes líquidos em fossas rudimentares ou sépticas seguidas de sumidouros.

Viabilizado a partir do Programa de Estruturação Urbanística, os recursos provenientes do PAC, Programa ProMoradia, BID, orçamento geral da União e prefeitura do Município possibilitarão a intervenção tanto em áreas mais periféricas, porém densas, como em áreas ditas centrais, dotando, em que pese a fonte de recursos específica, os bairros de redes de água, esgoto (com tratamento), drenagem pluvial, infra-estruturas de vias pavimentadas e calçadas e requalificação do espaço urbano.

Os recursos provenientes do PAC, Programa ProMoradia, BID, orçamento geral da União e prefeitura do Município chegam a montantes de aproximadamente: R\$161 milhões; R\$200 milhões; R\$125 milhões; e R\$90 milhões, respectivamente, totalizando em torno de R\$576 milhões em obras, beneficiando diretamente cerca de 300.000 pessoas.

Através de recursos provenientes do PAC e Programa ProMoradia, serão construídas 629 unidades habitacionais para realocação de famílias de áreas de risco e para famílias que já perderam suas casas em desastres naturais provocados por grandes tempestades e que neste momento se encontram no programa de aluguel social.

Fonte: Secretaria Municipal de Nova Iguaçu – Unidade de Gestão de Projetos.

7.2. Coleta de Lixo

Dados preliminares de 2005 da Fundação CIDE apontam que, atualmente, são coletadas 996,0 toneladas/dia de resíduos sólidos em Nova Iguaçu, cujo destino é aterro sanitário de propriedade de terceiros (concessão municipal), localizado na Estrada Adrianópolis, Santa Rita.

O primeiro projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), aprovado pela Organização das Nações Unidas, foi o aterro sanitário de Nova Iguaçu, no Estado, que utiliza tecnologias bem precisas de engenharia sanitária, tendo créditos de carbono sido negociados diretamente com os Países Baixos.

A gestão do projeto foi firmada com a Prefeitura de Nova Iguaçu, no modelo de parceria público-privada, para os próximos 20 anos.

Ao receber os resíduos, a central de tratamento de resíduos seleciona e trata o lixo recebido de acordo com o tipo. Os resíduos são colocados numa cavidade, previamente feita no solo recebendo coberturas sucessivas de camadas de argila, depois de dez camadas de cobertura é feita uma vedação final, ocorrendo reações químicas que produzem compostos líquidos e gasosos. Ao final do processo, o mecanismo de tratamento trata e aproveita o produto final obtido, como por exemplo, o gás carbônico (CO₂).

Fonte: EMLURB – Empresa Municipal de Limpeza Urbana de Nova Iguaçu.

7.3. Educação

O Censo 2005 de educação superior aponta a existência de 121 estabelecimentos de ensino superior no Estado, sendo 108 deles particulares. O total de matrículas somava 473.585, sendo 18% em instituições públicas. Já o corpo docente somava 32.504 profissionais, 31% da rede pública.

Os dados dos levantamentos censitários das últimas décadas apresentam forte redução na taxa de analfabetismo da população brasileira. Em 2000, o país ainda tinha 14% de analfabetos na população com 15 anos ou mais. Em Nova Iguaçu, a percentagem de analfabetos é, atualmente, de 7%.

O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de Nova Iguaçu, em 2005, foi de 193.353 alunos, tendo evoluído para 184.846 em 2006, apresentando redução (-4,4%) no número de estudantes.

O Programa Bairro-Escola na Educação

O Programa Bairro-Escola é uma tentativa de superar os vários problemas sociais do Município a partir da educação.

A proposta pedagógica da educação integral em Nova Iguaçu tem por objetivo central a formação global dos sujeitos envolvidos nos processos de aprendizagem ofertados no Município por meio dos diferentes atores sociais, saberes, equipamentos e instituições. Visa promover a formação de competências diferenciadas, ao mesmo tempo que educa para a cidadania ativa, favorecendo a participação crítica no cotidiano do bairro e do Município.

O Bairro-Escola tem como objetivos específicos os seguintes:

- Favorecer a constituição de competências referentes à leitura e compreensão do mundo, por meio da aquisição e aprimoramento de conhecimentos lingüísticos diversificados;
- Promover a compreensão e a valorização da pluralidade cultural existente nos espaços de vivência;
- Promover a valorização do diálogo e do respeito ao próximo;
- Favorecer a construção da autonomia e de valores solidários;

- Promover vivências e aprendizagens significativas para todos os envolvidos nos projetos e propostas educativas do Município;
- Garantir a formação continuada a todos os profissionais envolvidos nos diferentes projetos e propostas; e
- Favorecer a atuação crítica dos conselhos escolares nas discussões sobre educação no Município.

O currículo da educação integral deve prever um processo de ressignificação curricular de modo a articular e potencializar as vivências educativas a favor das aprendizagens dos sujeitos e das comunidades.

Todo trabalho é desenvolvido no sentido de garantir:

- A articulação das atividades escolares com as atividades extra-escolares;
- A abertura da escola para a comunidade, de modo a favorecer a vivência de novas experiências educativas;
- A criação de novos espaços e estratégias de gestão participativa do projeto educacional e da escola; e
- O estabelecimento de uma rede de parceiras, atuantes no âmbito da Educação Cidadã.

Atualmente, das 102 escolas existentes no Município, 42 funcionam em horário integral, beneficiando mais de 20 mil alunos. Cabe ressaltar que cada aluno do Programa Bairro-Escola tem um custo mensal de apenas R\$17,00 para o Município.

Devido à criação de modelos-padrão de educação, como o Programa Bairro-Escola, Nova Iguaçu possui atualmente um grau de alfabetização de 93% para a população acima de 10 anos.

O programa é referência nacional e foi replicado em cidades como Belo Horizonte, Campinas e Sorocaba e adotado como modelo pelo Ministério da Educação (MEC).

7.4. Assistência Social

O Município realiza diversos programas de inclusão social, destacando-se:

- Cadastramento de 34.233 famílias de baixa renda que já estão recebendo o Bolsa-família do governo federal.
- Atendimento de cerca de 12 mil pessoas em cursos de informática básica.
- Criação de oito novos Centros de Referência em Ação Social com mais de 13 mil atendimentos.
- 140 mil atendimentos pelo Programa Prefeitura nos Bairros, prestando semanalmente serviços à população.
- Emissão de registros civis de cerca de 6 mil crianças, em ação conjunta do Município com os cartórios e conselhos tutelares.
- Identificação da população de rua e garantia de abrigo e de meios de sustentação às famílias, pelo projeto Cidadania.
- garantia de assistência a menores em situação de risco social, em parceria da Prefeitura do Município com o Governo Federal, com a criação do Programa Sentinela.
- Oferecimento de serviços de assistência social, por uma casa de abrigo, a crianças de 0 a 12 anos e à família dessas crianças até que estejam livres do risco social e possam voltar a vida normal.

- Promoção de diversas atividades para idosos pelo Espaço Municipal da Terceira Idade.

Com referência às ações de prevenção à violência, destaca-se: o GGI - Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública, que foi instalado em 2007 e integra as polícias civil e militar, autoridades municipais, promotores e defensores públicos na formulação de estratégias para reduzir a criminalidade; o projeto Graal, que conta com 18 grupos de jovens nos bairros para discutir ações e conceitos de uma cultura da não violência; inscrição de 530 jovens no programa Lutando pela Paz, que promove aulas de artes marciais nas quadras das escolas de samba de Nova Iguaçu para a faixa de maior risco social; e criação do Centro de Educação para Homens Agressores com acompanhamento social e psicológico de autores da violência doméstica. Atualmente existem 3.500 homens respondendo a processos por agressões em Nova Iguaçu.

No ano de 2006, a taxa de homicídios dolosos em Nova Iguaçu caiu 8,70%, enquanto no resto do estado a redução foi de 2,3%. As conclusões são do Observatório da Violência, criado pela Prefeitura do Município para análise de tais estatísticas e formulação de ações no setor, a partir dos dados do Instituto de Segurança Pública.

Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação Social de Nova Iguaçu.

7.5. Cultura

A Prefeitura do Município, através da Secretaria Municipal de Cultura, desenvolve a valorização dos artistas através de:

- Realização do Iguacine: festival de cinema de Nova Iguaçu.
- Criação de Oficinas Culturais, que atendem a 6 mil crianças com idades entre 6 e 12 anos, além de núcleos de Teatro e Cinema para jovens.
- Criação do Fundo Municipal de Cultura e do edital de fomento aos artistas locais, que abrirá crédito àqueles que inscreverem seus projetos.
- Escola Livre de Cinema atende dois mil jovens e pessoas das comunidades nos três núcleos espalhados pelo Município. Gratuitamente, os participantes têm aulas de técnicas cinematográficas, produção, montagem e edição de filmes.
- Escola Livre de Música que forma jovens para produção de trilhas para cinema, publicidade e produção fonográfica.
- Multiplicação de eventos culturais como Festival Nacional de Bonecos, Festival Literário Infanto-Juvenil, Rede de Artes Visuais, Exposição Rodin, Cine-Tela Brasil e Iguacine.
- Criação do Sistema Municipal de Bibliotecas que visa integrar a biblioteca central a outras nove instituições nos bairros e comunidades

Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação Social de Nova Iguaçu.

7.6. Saúde

Nova Iguaçu tem gestão plena do sistema municipal de saúde, dispondo da seguinte estrutura:

Unidades	Quantidade
Centro de saúde / Unidade Básica de Saúde	34
Clínica / Ambulatório Especializado	77
Consultório Isolado	68
Hospital Especializado	5
Hospital Geral	4
Policlínica	38
Posto de Saúde	19
Unidade de Apoio a Diagnose e terapia	21
Outras Unidades	6

Fontes: Unidades – CIDE 2005; Leitos – SES; Estabelecimentos que prestam serviços ao SUS – Pesquisa Assistência Médico-Sanitária – AMS 2005 – IBGE; Demais dados – DATASUS.

Tabela 16: Estrutura do Sistema Municipal de Saúde de Nova Iguaçu.

Os estabelecimentos que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde, por tipo de atendimento têm o seguinte quantitativo:

Unidades	Quantidade
Ambulatorial	45
Internação	4
Emergência	4
Unidade de Tratamento Intensivo / CTI	4
Diálise	4

Tabela 17: Atendimentos do Sistema Único de Saúde em Nova Iguaçu.

O Município, através de sua Secretaria de Saúde, oferece serviços de saúde à população, bem como vacinações e cuidados com crianças e adolescentes. A secretaria também monitora condições sanitárias, tais como qualidade dos alimentos e da água.

O Município mantém unidades básicas de saúde, hospitais e maternidades. Os serviços de saúde são oferecidos gratuitamente aos habitantes, que recebe um repasse do Governo Federal para cada pessoa tratada pelo sistema municipal de saúde.

Nova Iguaçu é o primeiro município a implantar o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal no Estado, visando reduzir em 8% os óbitos do tipo no Município até 2015. Com a criação dos Comitês de Mortalidade Materna e de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal, e com a qualificação da assistência à gestante no Hospital da Posse, o Município já indica uma diminuição do óbito infantil.

Combate à Dengue

De acordo com balanço da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio, até 11 de junho de 2008, o Estado notificou 178.352 casos de dengue.

Os municípios com maior número de casos são Angra dos Reis (11.157), Campos (9.740), Nova Iguaçu (13.018), Duque de Caxias (7.624), São João de Meriti (3.930), Niterói (5.452), Magé (3.068), Belford Roxo (3.154), São Gonçalo (2.107) e Rio de Janeiro (92.262).

A faixa etária com maior número de notificações (54%) é a de 15 a 49 anos. Entre as mortes confirmadas, 82 foram no Rio de Janeiro, 14 em Duque de Caxias, 1 em Miguel Pereira, 6 em Campos, 5 em São João de Meriti, 3 em Paracambi, 4 em Nova Iguaçu, 3 em São Gonçalo, 9 em Angra dos Reis, 2 em Belford Roxo, 1 em Italva, 1 em Itaguaí, 1 em Mangaratiba, 1 em Itaboraí, 1 em Magé, 1 em Cambuci e 1 em Rio Claro.

Nova Iguaçu vem realizando, desde o final de 2007, diversas operações de combate à dengue no Município, sendo as principais:

- Aulas sobre prevenção e combate ao mosquito da dengue para estudantes da rede pública de ensino do Município.
- Distribuição de panfletos explicativos e receber denúncias de moradores sobre localização de possíveis focos de dengue.
- Ações de prevenção e combate à dengue nas escolas.
- 840 agentes da Coordenadoria de Controle de Vetores (CCV), ligada à Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu, visitam as residências do Município, visando acabar com os focos de dengue, distribuindo panfletos explicativos e fixando faixas de conscientização.
- O Hospital Geral de Nova Iguaçu, visando ampliar o atendimento, criou um plano emergencial para atender os pacientes com dengue, vindos dos 14 municípios da Baixada Fluminense. Duas enfermarias foram disponibilizadas para os pacientes que apresentam sintomas da doença, e dois médicos infectologistas fazem o acompanhamento diário dos pacientes que estão com estado de saúde mais grave.

Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI2944118-EI715,00.html>
<http://www.novaiguaçu.rj.gov.br>

7.7. Proteção ao Meio Ambiente

O abastecimento de grande parte da Região Metropolitana depende das águas da Bacia do Guandu. A acentuada poluição do rio Guandu tem ocasionado à Companhia Estadual de Águas e Esgotos crescentes custos operacionais devido aos despejos industriais e esgotos. São toneladas diárias de cloro, cloreto férrico, sulfato de alumínio, polímero, cal e flúor, empregados pela empresa a fim de tornar a água própria ao consumo humano.

Em outubro de 2007, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos anunciou a transposição dos rios contaminados para além do ponto de captação de água que alimenta a Estação de Tratamento de Águas Guandu, situada no Município, por meio da construção de barragem e tubulações de desvio. A obra deverá ser concluída em 2009 e serve tão somente como uma solução de curto prazo para o abastecimento, prosseguindo o grave problema de poluição desta bacia por falta de tratamento adequado de esgoto.

O Município foi um dos primeiros municípios do Estado a emitir licenças ambientais para novas construções respeitando faixas de preservação ambiental. Promoveu o reflorestamento da Serra de

Madureira com o plantio de 2 milhões de mudas de Mata Atlântica em quatro anos, através de agentes escolhidos nas comunidades, bem como a revitalização do Parque Municipal de Nova Iguaçu com a promoção de mutirões de recuperação ambiental e plantio de mudas florestais e incentivo ao turismo ecológico e ao voluntariado na proteção ambiental. O Município celebrou, ainda, parceria com os governos federal e estadual para a implementação do projeto Iguaçu-Botas-Sarapuí com o objetivo de dragar rios, reurbanizar suas margens e impedir enchentes.

7.8. Segurança Pública

O Tribunal de Contas do Estado, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, lançou, em 2006, um projeto cuja finalidade é abordar temas sobre a realidade do Estado, visando contribuir para maior eficácia na elaboração de políticas públicas no Estado, caso da segurança pública. Denominado “O Investimento Público e a Efetividade das Ações Estatais na Segurança”, o texto integral encontra-se disponível no *site* do Tribunal de Contas do Estado.

Dos recursos públicos estaduais destinados à área, em média, mais de 30% se destinam ao Fundo Único da Previdência Social e mais de 40% aos gastos com encargos de servidores ativos. Por outro lado, apenas 3,25% dos recursos são direcionados para o policiamento propriamente dito, sugerindo um desequilíbrio entre o que é gasto nas atividades meio e o que é gasto nas atividades fim de segurança pública.

Foi lançada, na segunda metade de 2007, mais uma iniciativa no combate à criminalidade no país. Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, também conhecido como PAC da Segurança, articula as políticas de segurança pública com ações sociais, buscando priorizar a prevenção, o controle e a repressão da violência e será implementado por meios de ações integradas dos 3 níveis de governo, além do Ministério Público e Poder Judiciário. Composto por 94 medidas, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania trabalhará com os seguintes objetivos:

- Modernização do sistema de segurança pública e valorização de seus profissionais e reestruturação do sistema prisional;
- Combate à corrupção policial, ao crime organizado, ao controle de armas e munições;
- Promoção dos direitos humanos, considerando as questões de gênero, étnicas, raciais, de orientação sexual e diversidade cultural;
- Ressocialização de jovens com penas restritivas de liberdade e egressos do sistema prisional;
- Inclusão do jovem em situação infracional ou criminal nas políticas sociais do governo; e
- Recuperação de espaços públicos degradados por meio de medidas de urbanização.

Com um investimento de R\$ 6,7 bilhões até 2012, o programa atenderá inicialmente as 11 regiões metropolitanas que, segundo dados do Ministério da Justiça, têm os mais altos índices de violência do país, são elas: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Além dos funcionários do sistema de segurança pública, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania está voltado também para jovens de 15 a 29 anos à beira da criminalidade. Inclui, ainda, os reservistas, atrativos ao crime organizado em função de seu aprendizado do manejo de armas durante o serviço militar.

A execução do programa se dará por meio de mobilizações comunitárias e policiais e começará a partir da instalação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais – GGIM. No Estado, além da capital, os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São Gonçalo, serão os primeiros a receberem os benefícios.

8. PRINCIPAIS PROJETOS

A tabela a seguir estabelece as principais despesas do Município em 2007 e as despesas previstas no orçamento de 2008. As despesas previstas no orçamento estão baseadas nas prioridades atuais e na presunção de que a preparação e planejamento serão completados no tempo previsto. Não é possível afirmar que o Município irá, efetivamente, aplicar os montantes previstos no orçamento, bem como o custo final dos projetos listados.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO, DESPESA E PLANEJAMENTO

Demonstrativo de Funções por Categoria Geral

Período de Referência: 2007

Funções	Despesa e		Despesa Empenhada		Inversões	Amortização
	Enc. Sociais	Outras Desp.	Correntes	Investimentos		
ADMINISTRAÇÃO	55.646.933,55	23.583.983,59	2.231.043,90			
AGRICULTURA		28.485,10				
ASSISTÊNCIA SOCIAL		3.341.881,24	204.822,30			
CIÊNCIA E TECNOLOGIA			196.221,77			
CULTURA		9.470,00				
DESPORTO E LAZER		1.602.401,20				
DIREITOS DA CIDADANIA		23.725,50				
EDUCAÇÃO	81.647.737,66	43.688.637,50	6.771.236,29			
ENCARGOS ESPECIAIS	693.080,30	4.038.625,16			10.000,00	5.985.738,75
ENERGIA		18.115.798,42				
GESTÃO AMBIENTAL		589.416,85	1.220,00			
HABITAÇÃO		184.350,00	192.832,28			
SANEAMENTO			6.824.098,56			
SAÚDE	30.589.839,71	126.184.678,58	20.135.478,85			
SEGURANÇA PÚBLICA		1.299.051,66				
TRABALHO		1.410.090,18				
TRANSPORTE		2.071.430,11	446.492,02			
URBANISMO		23.630.372,86	35.160.705,75			
T o t a l:	168.577.591,22	249.802.397,95	72.164.151,72		10.000,00	5.985.738,75

Tabela 18: Demonstrativos de Funções por Categoria Geral de Nova Iguaçu.

A atual administração de Nova Iguaçu possui diversos programas de desenvolvimento vigentes nas áreas de saúde, segurança, economia e educação, dentre os quais:

Programa Saúde da Família (PSF): Busca prevenir doenças e diminuir o número de complicações advindas de certas patologias através de visitas domiciliares por profissionais capacitados à população de baixa renda.

Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança: Procura reduzir a morbidade e mortalidade infantil, promover o aleitamento materno e levar as informações aos profissionais de saúde, melhorando, assim, a qualidade de vida da criança.

Sistema Integrado de Informações sobre Segurança Pública de Nova Iguaçu: Através da construção de um sistema integrado de informações sobre segurança pública, busca controlar a qualidade das informações sobre segurança no Município, com o objetivo de executar práticas mais efetivas na diminuição da violência.

Projeto Microcrédito: Concessão de créditos aos empreendedores do Município, em execução desde janeiro de 2005.

Programa Escola Aberta: Objetiva a abertura das escolas nos fins de semana para a comunidade, oferecendo diversas oficinas e eventos objetivando a inclusão social e diminuição da violência juvenil.

Projeto Oficina de Aprendizagem: Procura integrar os conteúdos aprendidos no horário regular às oficinas de aprendizagem e reforço escolar.

9. FINANÇAS PÚBLICAS

9.1. Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu novos parâmetros para a gestão orçamentária e financeira dos entes públicos no Brasil.

Apesar de focar prioritariamente os aspectos financeiros da gestão governamental, a lei estabeleceu dispositivos gerais para regular importantes aspectos da gestão orçamentária, principalmente ao tratar da Lei de Diretrizes Orçamentárias, introduzindo o Anexo de Metas Fiscais e Riscos Fiscais e da Lei Orçamentária Anual, enfocando a previsão de receita e estabelecendo os limites de despesas com pessoal, serviço da dívida entre outros.

Os principais parâmetros acompanhados são aqueles que se referem a:

a) Gastos com Pessoal.

O limite estabelecido para os gastos com pessoal para o Poder Executivo é de 54% da receita corrente líquida. Em 2007, o Município alocou 41,64% de sua receita corrente líquida em gastos com pessoal

b) Dívida Consolidada.

O estoque da dívida consolidada líquida não poderá ultrapassar 120% da receita corrente líquida. Em 2007, o estoque da dívida consolidada líquida do Município totalizava 14,58% da receita corrente líquida.

c) Operações de Crédito.

A legislação estabelece o limite de 16% da receita corrente líquida para a contratação de novas operações de crédito. Em 2007, a contratação de operações de crédito representava 0,66% da receita corrente líquida do Município.

d) Antecipação de receita orçamentária.

O limite definido é de 7% da receita corrente líquida. O Município não utiliza esse mecanismo de financiamento.

e) Suficiência de Caixa.

A legislação estabelece a necessidade de suficiência de caixa no final do exercício para fazer face aos restos a pagar processados de exercícios anteriores. O saldo apresentado pelo Município, em 31 de dezembro de 2007, foi de R\$91.537.600.

9.2. Orçamento

O indicador de equilíbrio orçamentário de Nova Iguaçu, entre receita realizada e despesas executadas, em 2006, foi equivalente a 1,0299. Este quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada. No caso, há R\$102,99 para cada R\$100,00 de despesa executada, apresentando *superávit* de execução.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando equilíbrio orçamentário em três dos seis anos em análise.

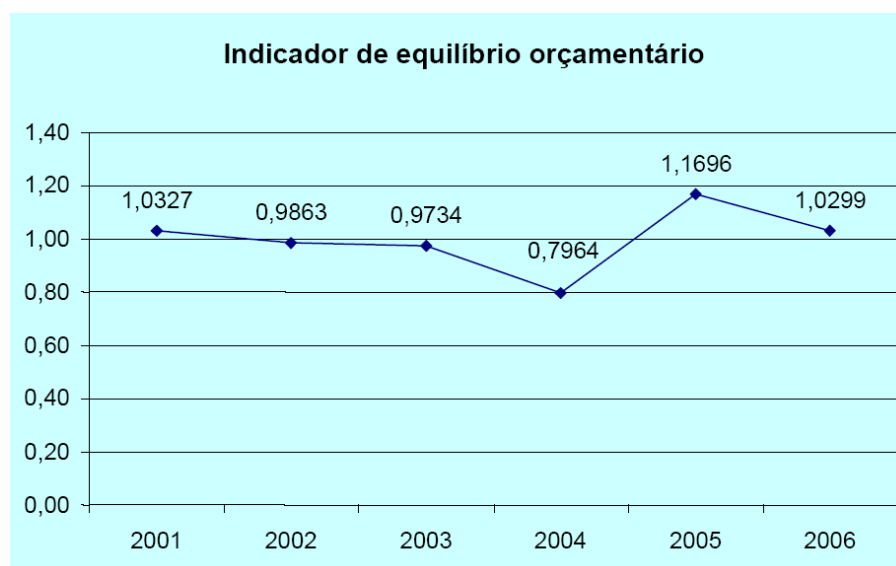


Gráfico 1: Indicador de equilíbrio orçamentário de Nova Iguaçu.

9.3. Prestação de Contas

A prestação de contas da administração municipal de Nova Iguaçu foi aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado, no dia 03 de dezembro de 2007, publicado no Diário Oficial do Estado, através do processo TCE/RJ nº 210965-6/2007.

9.4. Receitas

A evolução e a composição das receitas no período de 2001 a 2006 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores correntes.

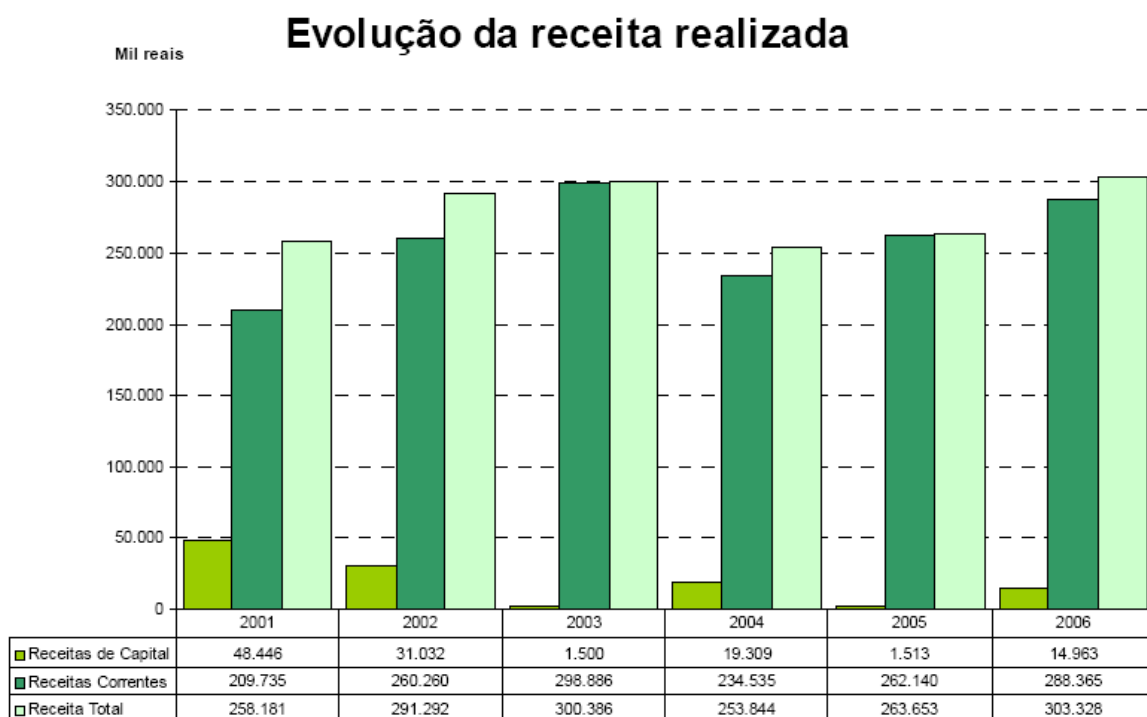


Gráfico 2: Evolução da Receita Realizada de Nova Iguaçu.

A receita realizada de Nova Iguaçu aumentou 17%, enquanto que a despesa cresceu 18% entre 2001 e 2006. A súbita redução das transferências correntes da União se deve à mudança na contabilização dos repasses do Sistema Único de Saúde, que saiu da administração direta e passou para o Fundo Municipal de Saúde, o que também justifica a queda na receita total de 2004.

Indicador do esforço tributário próprio do Município, equivalente à receita arrecadada, obtida pelo somatório da receita tributária própria e da inscrição líquida na Dívida Ativa, em 2006 foi de R\$303.327.926,00.

Este indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o Município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do Município correspondem a 34,7% da receita total. Houve aumento de 45% neste indicador nos últimos seis anos,

por conta, também, dos expressivos volumes inscritos na dívida ativa. Não resta dúvida que a maior parte da capacidade de investimento do Município está atrelada ao comportamento da arrecadação dos governo federal e estadual, em função das transferências de recursos.

9.5. Eficácia da Cobrança da Dívida Ativa

ARRECADAÇÕES - TRIBUTOS CORRENTES						
	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 03 - 07
IPTU ¹	17,204.86	17,570.70	20,173.63	18,430.65	22,359.28	30.0%
ISS	14,752.72	20,007.74	21,754.97	26,538.41	32,303.54	119.0%
Outros Tributos	27,752.01	32,124.36	27,276.35	28,163.53	40,055.86	44.3%
Total	59,709.59	69,702.80	69,204.96	73,132.59	94,718.67	58.6%

ARRECADAÇÕES - TRIBUTOS EM DÍVIDA ATIVA						
	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 03 - 07
IPTU ¹	4,638.88	4,672.00	4,881.96	8,344.75	9,315.32	100.8%
ISS ²	249.86	426.29	2,219.75	511.44	1,701.53	581.0%
Outros Tributos	1,842.55	2,510.84	4,073.10	4,222.86	7,525.77	308.4%
Total - Dívida Ativa	6,731.29	7,609.13	11,174.80	13,079.05	18,542.61	175.5%

Nota: inclui receitas provenientes de impostos + juros e multas aplicáveis

¹ Não inclui taxa de lixo

² Em resultado de grande fiscalização em empresas de ônibus e retenção na fonte, em 2005 foi recuperado um grande montante de ISS em dívida ativa proveniente de anos anteriores. A diferença entre a arrecadação de IPTU e de ISS em dívida ativa provem principalmente do grande esforço de cobrança do IPTU que se iniciou anos antes do esforço de cobrança do ISS.

Tabela 19: Arrecadações de Tributos por Nova Iguaçu.

O gráfico abaixo apresenta a performance da cobrança da dívida ativa sobre o estoque pré-existente.

Eficácia da Cobrança da Dívida Ativa

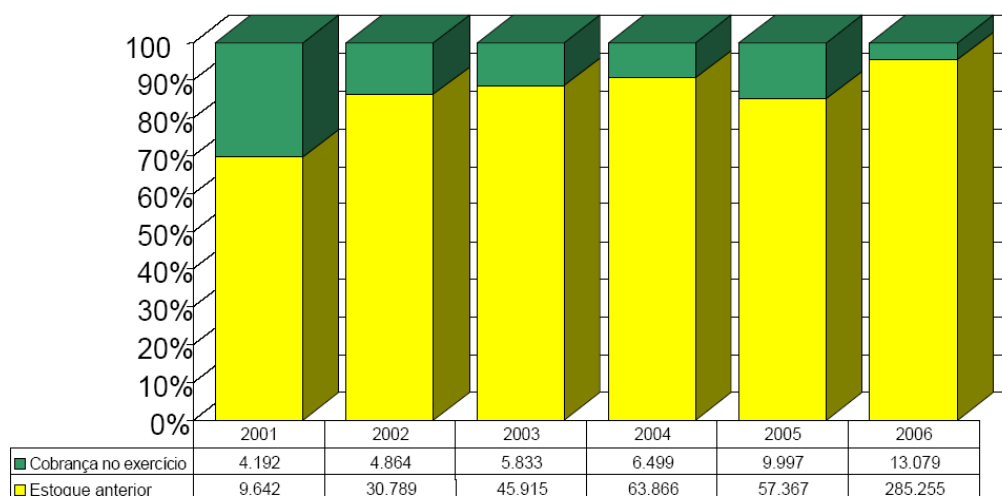


Gráfico 3: Eficácia da Cobrança da Dívida Ativa do Município.

A realização de Convênio entre a Prefeitura e o TJRJ garante maior eficiência e rapidez nos casos de execução judicial.

Através deste convênio existente entre o TJRJ e outras poucas municipalidades, não é requerido que a execução judicial seja proposta pelo Juiz. A Prefeitura do Município possui autonomia para emitir a petição judicial, agilizando o processo.

Atualmente, o Município possui por volta de 70 mil execuções fiscais em andamento, totalizando aproximadamente R\$ 90 milhões.

9.6. Receitas Próprias

Abaixo seguem as receitas próprias do Município nos exercícios de 2003 a 2007, bem como a previsão orçamentária para o exercício de 2008.

Em mil (R\$)

	2007	2006	2005	2004	2003
RECEITAS (R\$)	542,949.7	464,638.5	404,558.2	387,355.7	302,980.5
Receitas Correntes	491,241.1	445,069.6	399,799.7	366,724.7	301,480.5
Tributarias	89,379.4	73,105.1	67,177.5	66,696.8	56,462.1
IPTU	22,000.9	18,428.0	20,053.9	16,928.5	15,989.0
ISS	31,489.1	26,538.4	21,710.0	19,833.2	14,640.6
Outros Impostos e Taxas	35,889.5	28,138.7	25,413.6	29,935.1	25,832.5
Contribuicoes	0.0	28,321.3	13,285.8	17,212.2	0.0
Patrimonial	32,875.2	13,133.0	17,328.7	9,559.0	5,634.8
Servicos	293.1	36.0	11.7	128.7	0.0
Transferencias Correntes	368,423.3	334,794.0	296,610.4	272,485.1	226,671.8
(-) Deducao para o FUNDEF	(26,312.8)	(20,945.5)	(13,592.8)	(12,596.5)	0.0
Outras Receitas Correntes	26,582.9	16,625.6	18,978.4	13,239.4	12,711.9
Receitas da Divida Ativa	12,313.1	13,079.1	9,996.5	6,499.5	5,833.5
Divida Ativa IPTU	5,858.4	8,344.8	4,121.6	3,724.8	3,966.8
Divida Ativa ITBI	0.0	0.0	0.7	8.3	21.8
Divida Ativa ISS	1,041.9	511.4	2,123.0	373.6	212.3
Divida Ativa Outros tributos	5,412.8	4,222.9	3,751.1	2,392.8	1,632.6
Multas e Juros de Mora	13,023.4	597.2	3,960.4	5,218.6	5,380.5
Receitas Correntes diversas	1,246.4	2,949.4	5,021.4	1,521.3	1,498.0
Receitas de Capital	51,708.6	19,568.9	4,758.5	20,631.0	1,500.0
Operacoes de Credito	3,271.6	0.0	1,500.0	0.0	0.0
Transferencias de Capital	48,437.0	19,568.9	3,258.5	20,631.0	1,500.0

Tabela 20: Receitas Próprias do Município.

Previsão de Receitas em 2008	Valor (R\$)
1 – Receita Corrente	671.497.986,00
Receita Tributária	90.729.009,00
Receita de Contribuições	38.500.872,00
Receita Patrimonial	16.197.282,00
Receita de Serviços	826.125,00
Transferências Correntes	480.360.198,00
Outras Receitas Correntes	44.884.501,00
2 - Receita de Capital	197.073.439,00
Alienação de Bens	73.568,00
Operações de Créditos	37.306.667,00
Transferências de Capital	159.693.204,00
Deduções do Fundeb	23.382.210,00
Receita Total Liquida	855.349.661,00

Fonte: Secretaria Municipal de Controle Interno, Despesa e Planejamento de Nova Iguaçu.

Tabela 21: Previsão de Receitas do Município em 2008.

9.7. Repasses

Pode-se observar predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 19,9% do total no ano 2006. O montante transferido pela União e pelo Estado ao Município observou a seguinte evolução:

Evolução das Transferências da União e do Estado



Gráfico 4: Evolução das Transferências da União e do Estado ao Município.

Na análise da evolução das transferências totais da União e do Estado para o Município, nota-se um decréscimo de 1% entre 2001 e 2006. Se considerados os R\$103,6 milhões transferidos pelo Sistema Único de Saúde, fundo a fundo, no ano 2006, terá ocorrido acréscimo de 50%.

Já a receita tributária teve um crescimento de 58% no mesmo período.

Evolução e Composição das Receitas Tributárias

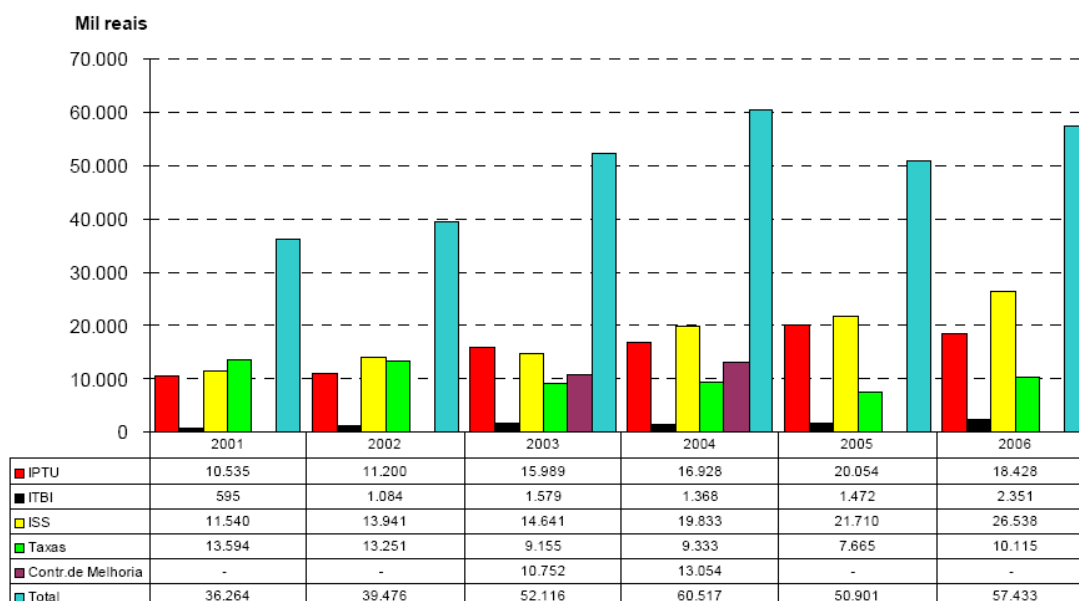


Gráfico 5: Evolução e Composição das Receitas Tributárias.

De acordo com o gráfico acima, o Município apresentou uma evolução na receita tributária beneficiada pelo aumento de 130% na arrecadação de ISS. Também houve acréscimo de 75% na receita de IPTU e de 295% no ITBI, contra queda de 26% nas taxas.

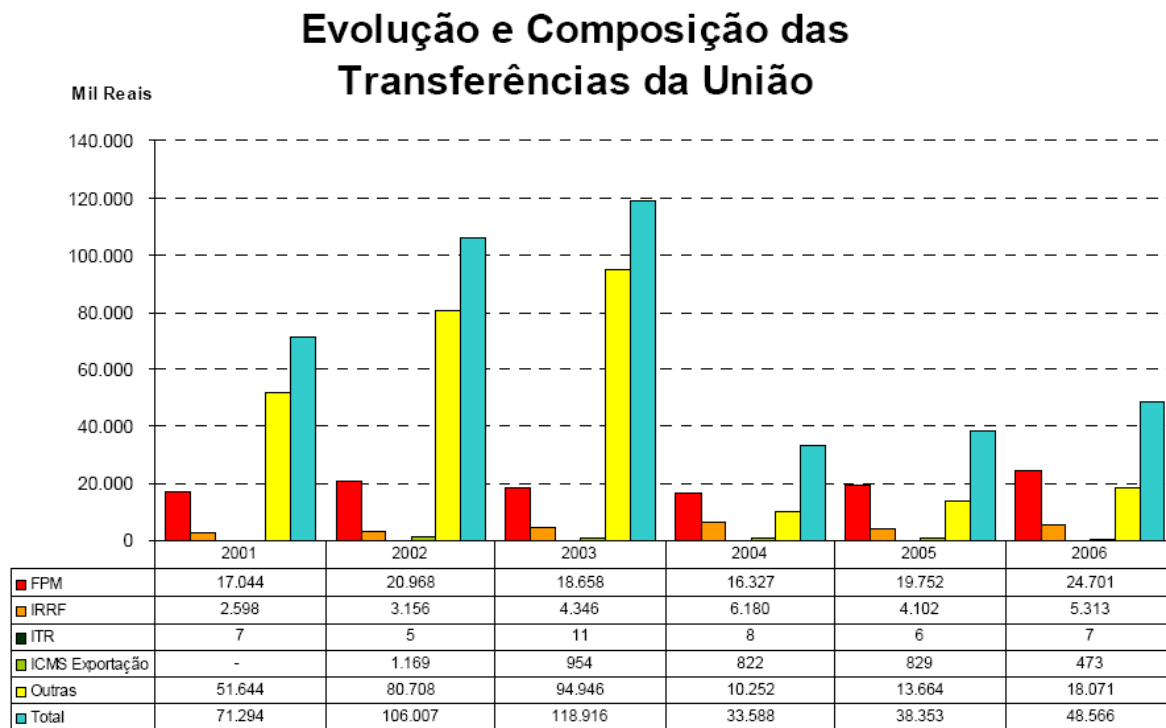


Gráfico 6: Evolução e Composição das Transferências da União ao Município.

A partir de 2004, houve forte redução em Outras Transferências em virtude da mudança na contabilização dos repasses do Sistema Único de Saúde diretamente para o Fundo Municipal de Saúde em 2004. Novamente considerando o repasse do Sistema Único de Saúde em 2006, as transferências correntes da União terão crescido 113% no período, com aumento de 45% no repasse do FPM e ingressos de ICMS Exportação e Outras Transferências.

Evolução e Composição das Transferências do Estado

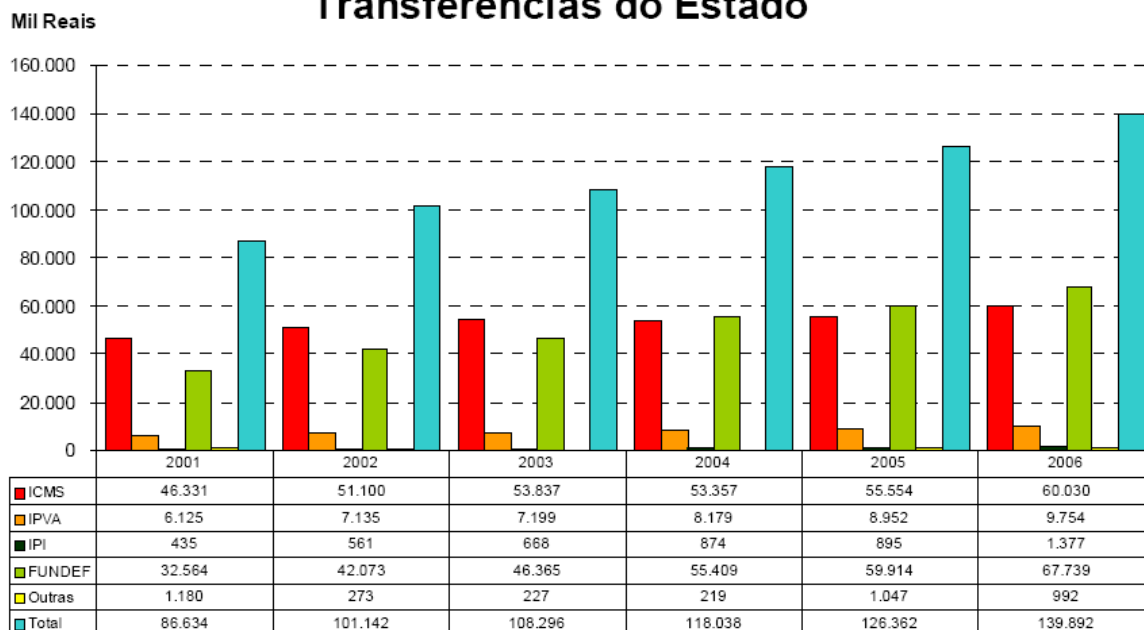


Gráfico 7: Evolução e Composição das Transferências do Estado ao Município.

A evolução das transferências correntes do Estado foi de 61% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 30% no repasse do ICMS e o crescimento de 108% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

Como indica o gráfico a seguir, houve melhora na relação Receita própria/Transferências.

Comparativo entre transferências de outros entes e receita própria

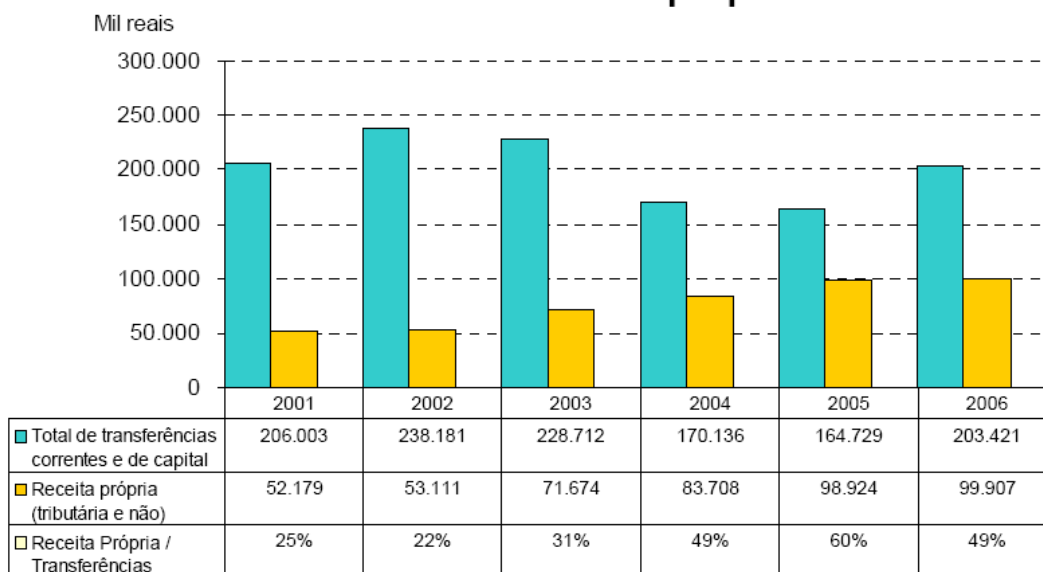


Gráfico 8: Comparativo entre transferências de outros entes e receita própria do Município.

Indicador da dependência de transferências de recursos do Município, equivalente à fração entre as transferências correntes e de capital e a receita realizada, em 2006, foi de 0,67, ou seja, a receita de transferências representa 67% do total da receita do Município.

Caso fossem somadas as receitas de *royalties* ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2006, seria equivalente a 71%.

Este indicador reforça os prognósticos, acima mencionados, a respeito da autonomia financeira do Município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* que, no gráfico abaixo, estão incluídos na receita própria e representaram R\$ 11,6 milhões em 2006.

Já com relação ao ICMS, arrecadado pelo governo do Estado, verifica-se no gráfico a seguir o valor arrecadado no Município contra o repasse feito pelo Estado (excluída a parcela do FUNDEF), entre 2001 e 2006.

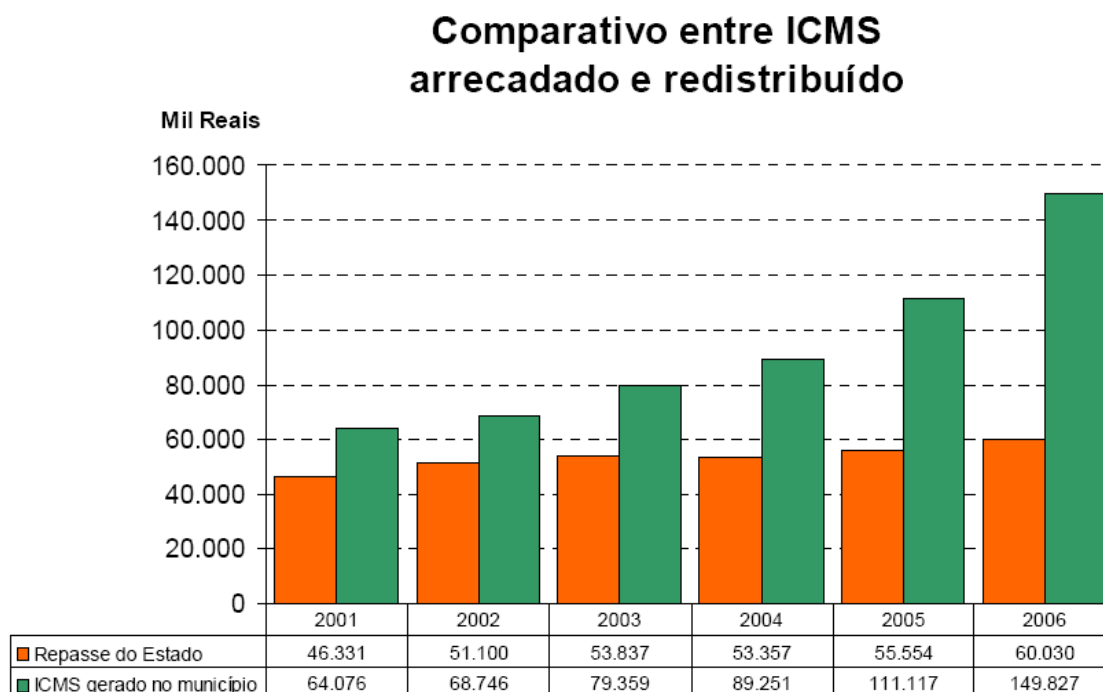


Gráfico 9: Comparativo entre ICMS arrecadado e redistribuído.

9.7.1. FUNDEF

Cabe destacar, entre as Transferências Correntes, as transferências provenientes de recursos do FUNDEF, que é uma transferência multigovernamental, pois compõem recursos da União, estados e municípios.

O FUNDEF é composto por receitas resultantes do FPM, Fundo de Participação dos Estados – FPE, ICMS, Desoneração do ICMS na Exportação (Lei Complementar nº 87/96) e Imposto sobre Produtos Industrializados na Exportação – IPI-EX.

Os recursos do FUNDEF são aplicados exclusivamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental e na valorização do magistério.

O FUNDEF foi criado em 1996 através da EC nº 14, mas os municípios só começaram a receber os recursos em 1998. Seu prazo de duração era de 10 anos, expirando em 31 de dezembro de 2006.

Abaixo encontram-se as receitas e despesas do Município, decorrentes do FUNDEF:

Em R\$

Receitas X Despesas	2006	2007
Receitas	67.739.266,03	73.569.634,05
Despesas	67.612.800,52	69.628.729,53

Tabela 22: FUNDEF – Receitas e Despesas do Município, decorrentes do FUNDEF.

9.7.2. Royalties

Outra transferência bastante expressiva entre as Transferências Correntes são os recursos provenientes de *royalties* do petróleo. Em 2006, esses recursos somaram R\$11.628.667,69, e em 2007, R\$16.199.803,10.

O pagamento de *royalties* sobre o petróleo foi estabelecido originalmente pela Lei nº 2.004/53 que, através de seu artigo 27, determinava o pagamento sobre o valor da produção terrestre de petróleo e gás natural em seus territórios de 4% aos Estados e 1% aos municípios.

Posteriormente, com o início da produção no mar, a Lei nº 7.453/85, determinou que este tipo de atividade também estava sujeita ao pagamento de *royalties*, mantendo o percentual de 5% e distribuindo a arrecadação em 1,5% aos Estados confrontantes com poços produtores; 1,5% aos municípios confrontantes com poços produtores e àqueles pertencentes às áreas geoeconômicas dos municípios confrontantes; 1% ao Ministério da Marinha e 1% para constituir o Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados e municípios brasileiros.

Em seguida, a Lei nº 7.525/86 estabeleceu normas complementares para a execução do disposto no artigo 27 da Lei nº 2.004/53, com a nova redação dada pela Lei nº 7.453/85, introduzindo os conceitos de região geoeconômica e da extensão dos limites territoriais dos estados e municípios litorâneos na plataforma continental, ambos da competência do IBGE. Estes conceitos são aplicados até hoje na distribuição dos *royalties* decorrentes da produção marítima de petróleo e gás natural. No mesmo ano, o Decreto nº 93.189/86 regulamentou o traçado de linhas de projeção dos limites territoriais dos estados, territórios e municípios a ser utilizado pelo IBGE para a definição de poços confrontantes.

Publicada em 1989, a Lei nº 7.990, regulamentada posteriormente pelo Decreto nº 01, de 07 de fevereiro de 1991, introduziu nova alteração na distribuição dos *royalties*, adjudicando 0,5% aos municípios onde se localizassem instalações de embarque e desembarque de petróleo ou de gás natural. Para acomodar esta alteração, o percentual dos Estados foi reduzido de 4% para 3,5%, quando a lavra ocorresse em terra, e o percentual do Fundo Especial foi reduzido de 1% para 0,5%, quando a lavra ocorresse na plataforma continental.

Até 1995, a União detinha o monopólio estatal na exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil. Este monopólio era exercido exclusivamente pela Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. desde sua criação pela Lei nº 2.004/53, mas com a promulgação da EC nº 9, de 09 de novembro de 1995, dando nova redação ao artigo 177 da CF, a legislação brasileira passou a permitir que empresas

privadas pudessem também executar as atividades de exploração e produção, apesar de ter mantido o monopólio da União que, detentora dos recursos minerais, passou a transferir as atividades de exploração e produção a empresas por meio de contratos de concessão celebrados com a ANP, agência governamental reguladora do setor, criada pela Lei do Petróleo.

Desta forma, foi assegurado que as empresas concessionárias das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural que operam sob as leis brasileiras estão obrigadas mensalmente ao pagamento de *royalties* - uma das formas mais antigas de pagamento de direitos - como forma de compensação financeira à sociedade pela exploração desses recursos naturais escassos e não renováveis. Os *royalties* pagos mensalmente pelas empresas concessionárias são transferidos pela ANP aos governos estaduais e municipais e órgãos da União, conforme estabeleceu a Lei do Petróleo.

A Lei nº 9.478/97 introduziu mudanças nas alíquotas, na forma de valoração da produção e nos critérios de distribuição. Aumentou, em seu artigo 47, a alíquota básica dos *royalties* para 10% da produção de petróleo e gás natural, que poderá, contudo, ser reduzida pela ANP, até um mínimo de 5%, tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores (artigo 47, § 1º).

O Decreto nº 2.705, de 03 de agosto de 1998 - Decreto das Participações Governamentais - regulamentou os artigos 45 a 51 da Lei do Petróleo, definindo os critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais e, a partir de 6 de agosto de 1998, os pagamentos dos *royalties*, que até então eram feitos diretamente aos beneficiários, passaram a ser efetuados à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que os repassa aos beneficiários através do Banco do Brasil S.A. O controle dos *royalties* e da sua distribuição é responsabilidade da ANP e são creditados aos estados e municípios beneficiários no segundo mês a partir do mês em que ocorreu a produção.

9.8. Despesas

Abaixo se encontram descritas as despesas do Município nos exercícios de 2003 a 2007:

	Em mil (R\$)				
	2007	2006	2005	2004	2003
DESPESAS (R\$)	523,911.5	458,616.0	370,286.0	439,348.6	316,008.5
Despesas Correntes	441,042.8	409,865.4	343,046.6	362,788.5	293,089.0
Pessoal e Encargos Sociais	169,172.9	207,209.1	186,653.1	173,092.7	137,070.3
Juros e Encargos da Dívida	300.0	213.2	150.6	143.6	149.8
Outras Despesas Correntes	271,569.9	202,443.1	156,242.9	189,552.1	155,868.9
Despesas de Capital	82,868.7	48,750.6	27,239.4	76,560.1	22,919.5
Investimentos	76,474.3	43,053.5	23,169.1	69,226.6	19,429.7
Inversões Financeiras	10.0	0.0	432.4	2,152.8	949.3
Amortização da Dívida	6,384.4	5,697.0	3,638.0	5,180.7	2,540.5
SUPERAVIT (DEFICIT) (R\$)	19,038.2	6,022.5	34,272.2	(51,992.9)	(13,027.9)

Fonte: Secretaria Municipal de Controle Interno, Despesa e Planejamento de Nova Iguaçu.

Tabela 23: Despesas do Município.

A evolução e a composição das despesas no período de 2001 a 2006 são demonstradas nos gráficos abaixo, em valores correntes.

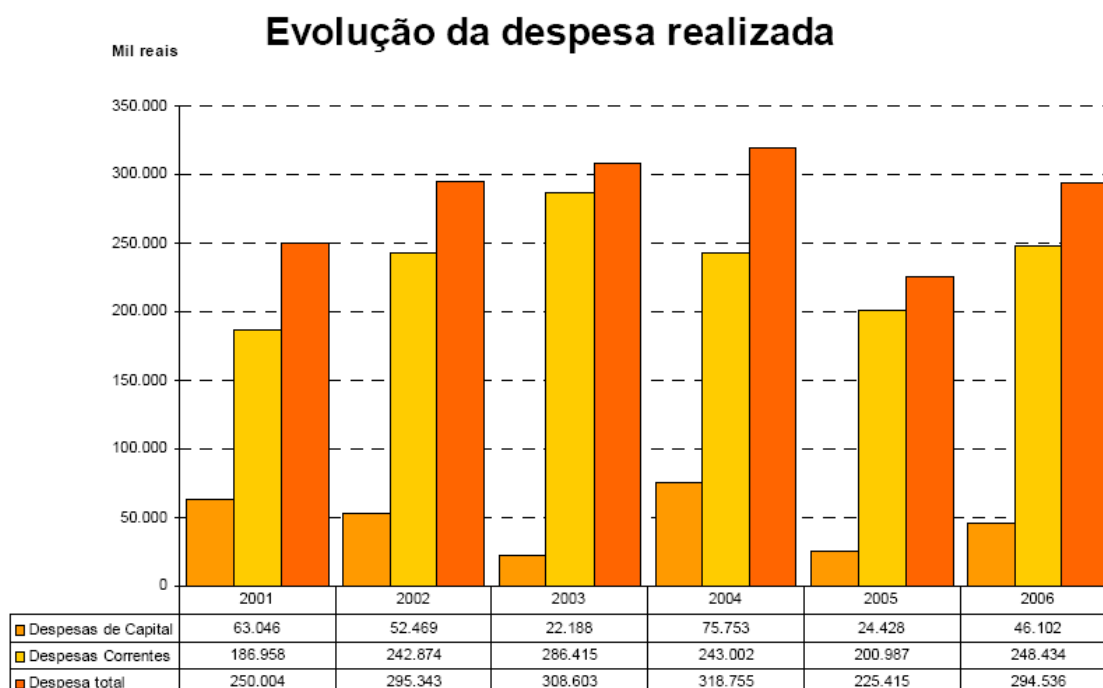


Gráfico 10: Evolução da despesa realizada de Nova Iguaçu.

Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2006, equivalente à fração entre despesas de custeio e receitas correntes, foi de 0,86.

Este indicador mede o nível de comprometimento do Município com o funcionamento da máquina administrativa utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 86% são comprometidos com despesas de custeio. As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 114% entre 2001 e 2006, enquanto que as receitas correntes cresceram 37% no mesmo período.

Indicador da autonomia financeira do Município, equivalente à fração entre receita tributária própria e despesas de custeio, foi de 0,231 em 2005.

Este indicador mede a contribuição da receita tributária própria do Município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como se pode constatar, o Município apresentou uma autonomia de 23,1% no exercício de 2006.

As despesas previstas segundo as funções para o exercício de 2008 são as seguintes:

Despesa por Função – 2008	Valor (R\$)
Legislativa	10.756.700,00
Administração	110.068.117,00
Segurança pública	5.000,00
Assistência social	6.019.862,00
Previdência social	49.153.223,00
Saúde	197.123.486,00
Trabalho	1.250.000,00
Educação	136.202.661,00
Cultura	4.515.000,00
Direitos da cidadania	300.000,00
Urbanismo	259.736.486,00
Habitação	20.000.000,00
Saneamento	2.500.000,00
Gestão ambiental	6.694.000,00
Ciência e tecnologia	200.000,00
Agricultura	150.000,00
Indústria	600.000,00
Comércio e serviços	150.000,00
Energia	16.100.000,00
Transporte	10.188.625,00
Desporto e lazer	3.270.000,00
Encargos especiais	12.820.000,00
Reserva de contingência	2.551.501,00
Total	855.349.661,00

Tabela 24: Despesas por função do Município.

9.8.1. Despesas Correntes

É importante salientar que as transferências correntes do Município vinham apresentando forte crescimento entre 1999 e 2001, quando não mais puderam ser contabilizadas transferências intragovernamentais para entidades da administração indireta municipal, mais conhecidas como transferências operacionais. O resultado se reflete no aumento expressivo do indicador, uma vez que, a partir de 2002, tais transferências passaram a ser expressas como despesas de custeio.

9.8.2. Pessoal e Encargos Sociais

Os gastos do Município com pessoal em 2007 totalizaram R\$207.199.000,00, correspondentes a 41,64% da receita corrente líquida do Município.

9.8.3. Despesas de Capital

As despesas de capital do Município foram de R\$48.612.280,84 no exercício de 2006, e de R\$78.159.890,47, no exercício de 2007.

9.9. Orçamento de 2008

O orçamento do Município para o exercício de 2008 prevê que as receitas e a despesas totalizem R\$836.349.661,00.

10. CONTRATOS DE FINANCIAMENTO RELEVANTES

Abaixo estão listados os Contratos de Financiamento Relevantes do Município, nos quais o Município concede em garantia parcelas de sua receita.

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 00.2.133.2.1, que entre Si Fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Município de Nova Iguaçu	
Partes	Credor: BNDES. Beneficiário: Município.
Data de Celebração	24.03.2003.
Objeto	Concessão de empréstimo para a modernização da administração tributária do Beneficiário, conforme projeto aprovado pelo BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, aprovado pela Decisão nº 100/200, de 21.02.2000, da Diretoria do BNDES.
Valor	R\$7.168.409,00.
Juros	2,5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Bacen.
Comissão de Reserva de Crédito	0,1%, cobrável por período de 30 dias, ou fração, e incidente sobre: (i) o saldo não utilizado de cada parcela de crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data da utilização, quando será exigível o seu pagamento; e (ii) o saldo não utilizado do crédito, a partir do dia imediato da sua disponibilidade até a data do cancelamento, efetuado a pedido do Município, ou por iniciativa do BNDES, e cujo pagamento será exigível na data do pedido, ou da decisão do BNDES, conforme o caso.
Pagamento dos Juros	Os juros serão exigíveis trimestralmente, no dia 15 dos meses de abril, julho, outubro e janeiro de cada ano, no período compreendido entre 15 de abril de 2003 a 15 de abril de 2005 e mensalmente, a partir do dia 15 de maio de 2005, juntamente com as parcelas de amortização do principal.
Amortização (principal)	O principal da dívida decorrente deste contrato deve ser pago ao BNDES em 72 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2005 e a última em 15 de abril de 2011
Garantia	Vinculação em favor do BNDES, de parcelas do FPM, destinadas ao Município, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, no valor correspondente ao das prestações do principal e acessórios vencíveis em cada período. Na hipótese de insuficiência dos recursos vinculados nos termos aqui descritos, o Município deverá vincular, mediante prévia aceitação do BNDES, outros recursos para assegurar o integral pagamento das obrigações financeiras decorrentes deste contrato.
Saldo Devedor	Segundo “Extrato para Simples Conferência”, emitido pelo BNDES em 01 de abril de 2008, o saldo devedor em 31 de março de 2008 era de R\$4.155.327,84.

Contrato de Subempréstimo que entre Si Fazem a Caixa Econômica Federal, na Qualidade de Agente Financeiro da União e Co-executora do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, e o Município de Nova Iguaçu, na Forma Prevista no Voto Nº 096, do Conselho Monetário Nacional, Aprovado em 22 de Setembro de 1999	
Partes	Agente Financeiro: CEF. Mutuário: Município.
Data de Celebração	04.10.2007.
Objeto	Concessão de empréstimo ao Município de Nova Iguaçu, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.
Valor	R\$11.306.667,00
Remuneração do Agente Financeiro	Comissão calculada sobre o saldo devedor, apurado nas mesmas datas de pagamento de juros, sendo: (i) nos primeiros 4 anos de vigência deste contrato, correspondente a 0,5% ao ano; e (ii) nos anos seguintes, até a total liquidação do saldo devedor do subempréstimo, correspondente a 0,3% ao ano.

Despesas com inspeção e supervisão do BID	1% sobre o valor de cada parcela liberada, a ser pago pelo Município.
Comissão de Crédito	0,75% sobre o saldo não liberado do crédito aberto, a ser pago pelo Município. A comissão de crédito será devida a partir de 60 dias após a data de assinatura deste contrato, até a liberação total do crédito ou até o cancelamento do saldo não utilizado, exigível do Município nas mesmas datas estipuladas para o pagamento dos juros remuneratórios.
Amortização (principal)	O principal da dívida, apurado em dólares, com base em cada liberação, serão pagos pelo contravalor em reais, com base na taxa cambial de venda dessa moeda, verificada no mercado de câmbio de taxas livres, vigente no dia útil imediatamente anterior ao dia do efetivo pagamento, tomando-se a taxa de fechamento, conforme divulgada pelo Bacen, em amortizações semestrais, iguais e consecutivas, no 1º dia dos meses de maio e novembro, vencendo-se a primeira em 01 de novembro de 2009 e a última em 01 de maio de 2021.
Garantia	Vinculação, até o limite do saldo devedor atualizado, de créditos provenientes das receitas a que se refere o artigo 159, inciso I, alínea “b” da Constituição Federal. Como garantia adicional, em caso de inadimplemento pelo Município, a CEF poderá requerer a transferência das receitas do Município mencionadas nos artigos 156*, 158 e 159, § 3º, todos da Constituição Federal.
Saldo Devedor	Segundo informado por Nova Iguaçu, o saldo devedor em 31.05.2008 era de R\$11.306.667,00

* No artigo 156 da Constituição Federal estão mencionados, inclusive, o IPTU e ISS.

Contrato de Financiamento e Repasse que, entre Si, Fazem a Caixa Econômica Federal e o Município de Nova Iguaçu Destinado à Execução de Obras/Serviços no Município de Nova Iguaçu/RJ, no Âmbito do Pró-Moradia	
Partes	Agente Financeiro: CEF. Gestor da Aplicação: Ministério das Cidades. Mutuário: Município.
Data de Celebração	28.12.2007.
Objeto	Concessão de empréstimo ao Município com a finalidade de realizar a urbanização integrada de núcleos urbanos e executar obras de micro-drenagem, com capacidade para beneficiar a população de Nova Iguaçu.
Valor	R\$142.479.534,83.
Juros	5% ao ano.
Taxa de Risco	1% incidente sobre o saldo devedor atualizado.
Taxa de Administração	2% ao ano incidente sobre o saldo devedor atualizado, durante toda a vigência do contrato, a ser cobrada junto com os juros na fase de carência e com a prestação na fase de amortização.
Período de Carência	12 meses, contados a partir de 11 de fevereiro de 2008.
Prestações	240 prestações mensais, devidas a partir do mês subsequente ao do término do período de carência.
Garantia	Vinculação, até o limite do saldo devedor atualizado, da receita do Município provenientes do FPM, conforme estabelecido no artigo 159, inciso I, alínea “b”, da CF e pela Lei Municipal nº 3.884 de 14.11.07, publicada no Diário Oficial Municipal em 15.11.07, até o limite do saldo devedor atualizado.
Saldo Devedor	Segundo informado por Nova Iguaçu, o saldo devedor em 31.05.2008 era de R\$142.479.534,83.

Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para com o FGTS, com Cessão de Crédito, em Pagamento dos Valores Referentes ao Fundo de Participação dos Municípios	
Partes	CEF. Devedor: Município.
Data de Celebração	21.10.91.
Objeto	Parcelamento do débito existente em nome do Município para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, nos termos da Resolução nº 42/91, do Conselho Curador do FGTS.
Valor	Cr\$4.718.393.242,58.

Garantia	Vinculação, até o limite do saldo devedor atualizado, da receita do Município provenientes do Fundo de Participações do Município.
Termo Aditivo de Re-Ratificação de Contrato de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para com o FGTS, com Opção, Repasse e Vinculação, em Garantia, de Cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	
Partes	CEF. Devedor: Município de Nova Iguaçu.
Data de Celebração	08.10.1993.
Objeto	Retificar cláusulas do “Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para com o FGTS, com Cessão de Crédito, em Pagamento dos Valores Referentes ao Fundo de Participação dos Municípios”, passando o valor devido a ser CR\$15.201.960.984,10.
Saldo Devedor	Segundo informado por Nova Iguaçu, o saldo devedor em 31.05.2008 era de R\$35.439.147,00.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À OFERTA

1. ADMINISTRADORA

1.1. Histórico

Em maio de 1991, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à realização de atividade de prestação de outros serviços ligados ao mercado de capitais, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, atuando como representante de credores, como titular de *golden shares*, como administrador de Sociedades de Propósito Específico – SPEs, abertas e fechadas, consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures, e como administrador de fundos de investimento, notadamente fundos de investimentos em participações e fundos de investimento em direitos creditórios, áreas onde também detém posição de destaque.

1.2. Estrutura e Administração

Possuindo escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro, é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto, José Alexandre Costa de Freitas e Alexandre Lodi de Oliveira, os quais fazem parte da equipe permanente de 50 profissionais, dedicados exclusivamente à prestação de serviços fiduciários.

Pioneira no mercado de capitais, há 12 anos, a Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela *SR Rating*, tendo sido mantida em maio de 2007, a nota de longo prazo brAA-.

1.3. Administração de Fundos de Investimento

A Administradora tem experiência de mais de 12 anos na administração de fundos de investimento.

A atuação da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora disponibiliza aos cedentes dos recebíveis e aos quotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos quotistas que participam diretamente dos fundos senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. administra fundos de investimento em direitos creditórios, cuja soma dos patrimônios líquidos destes é de, aproximadamente, R\$4 bilhões.

2. DISTRIBUIDOR LÍDER, CUSTODIANTE E AGENTE ESCRITURADOR

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão iniciou suas atividades no Brasil através do “Deutsche Überseeische Bank” em agosto de 1911. As atividades do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão foram suspensas duas vezes, durante a primeira e a segunda guerra mundial. Em 1968, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão retomou suas atividades em São Paulo e durante as duas décadas seguintes e seus negócios se concentraram na prestação de serviços financeiros para multinacionais, principalmente as de origem alemã, sendo os principais produtos ligados ao comércio exterior.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atua como subsidiária independente no Brasil do Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão recebeu do Bacen licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

Após 1997, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão priorizou as atividades de banco de investimento e banco “*corporate*”, através da implementação de uma estrutura de serviços voltada às necessidades dos clientes (*client-focused services*).

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão é atualmente uma instituição bastante ativa no mercado financeiro brasileiro, destacando-se nos mercados de comércio exterior e produtos estruturados. Sua estratégia é prover serviços financeiros diferenciados, adaptados às necessidades dos clientes e voltados ao desenvolvimento de um relacionamento comercial de longo prazo.

Internacionalmente, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão oferece seus serviços em mais de 50 países e é uma das maiores instituições financeiras do mundo, possuindo excelente reputação.

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão é uma instituição prestadora de serviços financeiros comprometida em atender às necessidades e expectativas de seus clientes, por meio de soluções individualizadas, estratégicas e rentáveis. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão cultiva de maneira criteriosa e cuidadosa a qualidade da informação e análise dos diversos mercados em que está presente.

O principal objetivo do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão é atuar com liderança e integridade em áreas como intermediação financeira e negócios corporativos que envolvam fusões, aquisições, reestruturações de caráter societário e financeiro. Para cumprir esse objetivo, trabalha permanentemente para que o cliente alcance o sucesso esperado nas operações demandadas, valorizando as atividades empreendidas pelos profissionais que atuam na empresa.

Assim, a missão diária do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão é estar em sintonia com o mercado, buscando oportunidades e usando suas competências para o desenvolvimento de soluções inovadoras, que tornem cada vez maior o retorno de clientes e acionistas, a fim de garantir o crescimento dos negócios e, em consequência, contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

2.1. Estrutura do Capital

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão é controlado pelo Deutsche Bank Aktiengesellschaft, que detém 99,999% de seu capital social total.

2.2. Atuação em Custódia

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão presta os serviços de custódia desde 1870, através de suas centrais estabelecidas em Nova Iorque, Cingapura, Londres e Frankfurt.

O Serviço de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Custodiante é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, títulos públicos federais, títulos privados e de renda variável). O início dessa atividade data de 1994, inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e em 1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O Município, até a data do presente Prospecto, não mantém qualquer relacionamento comercial nem possui qualquer contrato atualmente em vigor com a Administradora ou com o Distribuidor Líder (também instituição custodiante do Fundo) além daqueles descritos neste Prospecto, relativos ao Fundo e ao Programa de Securitização.

a Administradora presta serviços de administração de (04) quatro FIDC's, nos quais o Distribuidor Líder presta os serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas, e 01 (um) FIDC no qual o Distribuidor Líder atua como Consultor de Crédito e Coordenador Líder, conforme abaixo:

Na data deste Prospecto, a Administradora atuava como instituição administradora dos seguintes Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, para os quais o Custodiante também presta serviços de custódia, controladoria e escrituração das respectivas quotas:

- (i) Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Veículos, inscrito no CNPJ sob o nº 07.296.935/0001-06;
- (ii) Finexia Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais e de Serviços, inscrito no CNPJ sob o nº 08.429.055/0001-23;
- (iii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – V, inscrito no CNPJ sob o nº 08.876.796/0001-52;
- (iv) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Federais DB I, inscrito no CNPJ sob o nº 09.297.712/0001-99; e
- (v) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Precatório Federal 4870-1, inscrito no CNPJ sob o nº 09.583.146/0001-81.

O Distribuidor Líder também foi responsável pela distribuição das quotas sênior de emissão do Pólo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, inscrito no CNPJ sob o nº 08.387.157/0001-23, o qual era administrado, na data deste Prospecto, pela Administradora.

Portanto, na data deste Prospecto, com exceção das relações acima mencionadas e dos contratos relacionados ao Fundo e ao Programa de Securitização, mencionados neste Prospecto, a Administradora e o Distribuidor Líder (também instituição custodiante do Fundo) não possuíam qualquer contrato ou relacionamento em vigor.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS ENVOLVENDO O FUNDO

1. CONTRATO DE ARRECADAÇÃO

Nos termos dos contratos firmados, pelo Município, com o Banco HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e o Banco Santander S.A., os Bancos Arrecadadores são responsáveis pelo recebimento dos valores decorrentes do pagamento das parcelas de créditos tributários do IPTU e da TSC e do ISS de titularidade do Município na forma da legislação municipal. As remunerações devidas aos Bancos Arrecadadores são pagas pelo Município, às suas expensas.

2. CONTRATO DE CESSÃO

“Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Município e o Fundo, com interveniência do Custodiante, tendo por objeto a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Município ao Fundo, que será formalizada, em cada Data de Aquisição, por meio da celebração de Termos de Cessão ou Termo de Cessão Especial, conforme o caso.

3. CONTRATO DE CUSTÓDIA

“Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termo e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação de serviços de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos da carteira do Fundo, bem como de escrituração das Quotas.

4. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

“Contrato de Distribuição, em Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Quotas Seniores de Emissão do Município de Nova Iguaçu – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Direitos ao Recebimento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Distribuidor Líder e o Município, com a interveniência do DBSI.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATENDIMENTO AOS CLIENTES

Solicitações, sugestões, reclamações e informações adicionais podem ser obtidas conforme dados a seguir:

Durante o período de distribuição:

Administradora:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown
22640-100

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2493-7003

Fax: (21) 2493-4746 ou (21) 2493-4901

At. Sr. . José Alexandre Freitas

e-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

Site: www.oliveiratrust.com.br

Distribuidor Líder:

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13, 14 e 15 andares
04538-132

São Paulo – SP

Contato: Carlos Simonetti

Tel.: (+55 11) 2113-5478

Fax: (+55 11) 2113-5110

E-mail: carlos.simonetti@db.com

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DILIGÊNCIA NA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A Administradora declara ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição das Quotas Seniores. Ademais, as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição de Quotas Seniores, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta

O Distribuidor Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Administradora, inclusive no presente Prospecto, relativas à Oferta, ao Fundo, às Quotas, às atividades do Fundo, ao Município e a quaisquer outras informações relevantes, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar este Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O Município declara que as informações contidas neste Prospecto referentes às suas atividades e situação econômico-financeira são verdadeiras, consistentes e corretas.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Administradora, ao Distribuidor Líder ou à CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 1 – RELATÓRIO DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Data de Publicação: 22 de setembro de 2008

Relatório de Rating Preliminar**Município de Nova Iguaçu - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Direitos ao Recebimento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Nova Iguaçu FIDC Dívida Ativa)**

Analistas: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com; Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com; Gabriel Wieder, Nova York, 1 (212) 438-3080, gabriel_wieder@standardandpoors.com

Este relatório preliminar baseia-se em informações obtidas até 22 de setembro de 2008 e não constitui uma recomendação de compra, manutenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's, inclusive o Anúncio de Encerramento da Distribuição. A Standard & Poor's espera receber um parecer legal confirmando que a cessão dos direitos creditórios constituirá uma cessão perfeita e acabada, entre outros aspectos legais pertinentes. Quaisquer informações subseqüentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 22 de Setembro de 2008

Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar** (em Milhões de R\$)	Vencimento Final Legal***
Quotas Seniores	brA1	Até 30 milhões	Julho de 2023
Quotas Subordinadas	Não classificadas	A ser definido	Julho de 2023

* O rating atribuído é preliminar e está sujeitos a mudanças a qualquer momento.

** Os montantes finais deverão ser ajustados de acordo com o volume e as características da carteira de direitos creditórios efetivamente cedida ao Fundo na data de sua integralização.

*** Como o veículo é um fundo de investimento, não há promessa de resgate de quotas ou garantia de rentabilidade no período de tempo especificado.

Perfil

Emissor (Fundo): Município de Nova Iguaçu – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Direitos Ao Recebimento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Nova Iguaçu FIDC Dívida Ativa).

Data prevista para o fechamento: Outubro de 2008

Ativos subjacentes: Direitos creditórios oriundos de obrigações de pagamento de impostos e taxas inadimplentes e re-adimplentes (parcelados) devidos por contribuintes, tanto pessoas físicas como jurídicas, ao Município de Nova Iguaçu-RJ (Município), cujos fatos geradores tenham ocorrido entre 1996 e 2007. Os direitos creditórios estão associados às seguintes modalidades de impostos e taxas: (i) Imposto sobre a Propriedade e Predial Territorial Urbana ("IPTU"), (ii) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") e, (iii) Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo ("TSC").

Originador dos direitos creditórios: Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro (Município não classificado pela Standard & Poor's).

Administradora: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Oliveira Trust).

Custodiante: Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (Deutsche Bank)

Bancos arrecadadores: Banco Santander S.A. (Santander) e HSBC Bank Brasil S.A. (HSBC)

Banco estruturador: Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (Deutsche Bank)

Reforço de qualidade de crédito: Sobrecolateralização (inicial de aproximadamente 32x para as quotas seniores) e subordinação de quotas (inicial de 97,0% para quotas seniores).

Fundamentos

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAf', em sua Escala Nacional Brasil, às quotas seniores a serem emitidas pelo Município de Nova Iguaçu – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Direitos Ao Recebimento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Nova Iguaçu FIDC Dívida Ativa). Os ativos subjacentes do Fundo são direitos creditórios oriundos de obrigações de pagamento de impostos e taxas inadimplentes e re-adimplentes (parcelados) devidos por contribuintes, tanto pessoas físicas como jurídicas, ao Município de Nova Iguaçu-RJ (Município), cujos fatos geradores tenham ocorrido entre 1996 e 2007. Os direitos creditórios estão associados às seguintes modalidades de impostos e taxas: (i) Imposto sobre a Propriedade e Predial Territorial Urbana ("IPTU"), (ii) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") e, (iii) Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo ("TSC").

O rating preliminar atribuído às quotas seniores do Nova Iguaçu FIDC Dívida Ativa expressa a qualidade geral de crédito do Fundo, com base no histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating preliminar 'brAf' atribuído às quotas seniores do Fundo indicam que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que servem de lastro a essas quotas fornecem proteção FORTE contra perdas advindas de inadimplência, baseado em diferentes cenários de estresse. As quotas subordinadas serão subscritas integralmente pelo Município, e não serão classificadas pela Standard & Poor's.

O Nova Iguaçu FIDC Dívida Ativa será um condomínio fechado, com prazo de duração de 15 anos. O Fundo se beneficiará de uma cessão única de direitos creditórios, a ser realizada no momento da integralização do Fundo, sem co-obrigação por parte do Município. As quotas seniores serão amortizadas em regime de caixa, respeitando-se a ordem de aplicação de recursos estabelecida no regulamento do Fundo. Desta forma, poderá haver um resgate antecipado das quotas do Fundo, de acordo com o fluxo de caixa gerado pelos direitos creditórios. O custodiante verificará, no momento da cessão, se os direitos creditórios atendem aos critérios de elegibilidade do Fundo, enquanto o Município deverá verificar se as condições de cessão foram atendidas.

Um FIDC é uma entidade protegida contra a falência do emissor, possuindo características exclusivas às operações estruturadas e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDC devem incorporar direitos creditórios combinados – cujos valores, de acordo com a legislação atualmente em vigor, devem corresponder a, no mínimo, 50% do valor do patrimônio líquido do Fundo –, bem como podem incorporar títulos de dívida.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento. Apesar desse fato, a Standard & Poor's considerou várias premissas de estresse ao testar o fluxo de caixa dos ativos subjacentes do Fundo. As quotas seniores do Fundo buscarão um retorno alvo equivalente à variação mensal do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo –, acrescida de taxa de juros anual (a ser definida em processo de *bookbuilding*), baseada nas taxas de juros das Notas do Tesouro Nacional-B (NTN-B), acrescida de taxa de juros adicional de, no máximo, 6,0% a.a..

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo de investimento avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAf' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCf' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração; bem como ao risco cambial apresentado pelo Fundo, se for o caso.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de

crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Os serviços analíticos prestados pela Standard & Poor's Ratings Services são o resultado de atividades separadas, desenvolvidas de forma a preservar a independência e a objetividade das opiniões de rating. Os ratings representam uma opinião e não são declarações de fatos ou recomendações para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas durante o processo de atribuição de rating. Os ratings da Standard & Poor's baseiam-se em informações recebidas dos emissores ou obtidas de outras fontes de informações confiáveis. A Standard & Poor's não realiza processos de *due diligence* nem de auditoria e pode, eventualmente, utilizar informações financeiras não auditadas.

Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

- As práticas adequadas de gestão, cobrança e controle da Dívida Ativa adotadas pelo Município, particularmente a partir do início de sua gestão atual em 2005;
- O amparo legal à cessão dos direitos creditórios, autorizada pela Lei Municipal nº 3.878, de 11 de outubro de 2007, alterada pela Lei Municipal nº 3.929, de 4 de junho de 2008;
- A significativa diversificação dos direitos creditórios, que não apresentam concentração relevante em nenhum contribuinte;
- A proteção de crédito proporcionada pelo nível significativo de sobrecolateralização incorporado na operação;
- A constituição e manutenção de uma reserva de caixa com recursos suficientes para cobrir os custos de encargos e despesas do Fundo por um período de seis meses;
- A constituição e manutenção de uma reserva para pagamento de juros estipulados para as quotas seniores por um período de seis meses;
- A estrutura de amortização 'turbo' da transação, que prevê a utilização de todos os recursos disponíveis, de acordo com a ordem de aplicação dos recursos, para a amortização das quotas do Fundo mensalmente;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para resguardar os direitos dos cotistas.

Fragilidades

- O histórico limitado de dados sobre recuperação de impostos no Município, sobretudo diante das mudanças impostas por sua administração atual nos procedimentos de cobrança e arrecadação de impostos em atraso a partir de 2005 (portanto, menos de três anos de dados sobre recuperação sob as novas práticas de cobrança);
- Riscos relacionados a potenciais alterações na legislação tributária vigente;
- Risco de interferência política, inclusive possibilidade de o Município vir a oferecer anistia ou compensações aos contribuintes inadimplentes vinculados aos direitos creditórios cujo fluxo tenha sido cedido ao Fundo;
- Poderá haver variações no desempenho de arrecadação dos direitos creditórios em um cenário macroeconômico adverso;
- Risco de fungibilidade. Os direitos creditórios, bem como todos os atos e procedimentos relacionados à cobrança dos créditos tributários municipais, tanto administrativamente, por meio do órgão municipal competente, como em juízo, por meio da PGM, permanecerão sob titularidade e integral responsabilidade do Município.

Fatores Atenuantes

- Dado o histórico limitado de dados, a Standard & Poor's adotou premissas conservadoras sobre a expectativa de recuperação dos créditos tributários cujos fluxos serão cedidos ao Fundo;
- A Standard & Poor's espera receber um parecer legal de um escritório de advocacia reputado confirmando o entendimento sobre a cessão perfeita e acabada dos direitos creditórios, e sobre a não-caracterização da cessão como descumprimento à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (“LRF”) que afeta o Município;
- Existe o entendimento legal de que uma potencial mudança na legislação tributária que rege a cobrança dos impostos e taxas vinculados à operação não tornaria ineficaz a cobrança de impostos devidos e não pagos por contribuintes cujo fato gerador tenha ocorrido antes da potencial mudança na legislação tributária;
- Embora haja o entendimento legal de que a potencial concessão de anistias a contribuintes inadimplentes não caracterizaria uma renúncia de receitas futuras (mas sim uma renúncia de recuperação de receitas passadas), portanto não ferindo diretamente as diretrizes da LRF, a LRF prevê penalidades caso o Município venha a apresentar déficit financeiro. Dado o bom desempenho recente e a relevância crescente da recuperação de impostos em atraso na arrecadação total do Município, entendemos que existe um forte desestímulo financeiro à concessão de anistias. Além disso, o Município será beneficiado, como cotista detentor das quotas subordinadas do Fundo, de todo o fluxo excedente após a amortização das quotas seniores, além de se beneficiar de amortizações parciais, em base prorata, caso o ritmo de recuperação seja acima de um patamar estabelecido inicialmente. Ainda, o regulamento do Fundo prevê que a concessão de anistias caracterizará um evento de avaliação do Fundo, além de poder resultar no desenquadramento de certos parâmetros de desempenho do Fundo, o que poderia levar à liquidação antecipada da transação. Por fim, os departamentos e funcionários do Município responsáveis pela gestão, cobrança e controle da Dívida Ativa (realizados pela Procuradoria Geral do Município e pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças) são permanentes. A substituição ou demissão de um funcionário só é permitida mediante sentença judicial transitada em julgado, ou processo administrativo ou procedimento de avaliação periódica de desempenho, desde que seja assegurado ao funcionário o direito a ampla defesa. De acordo com a administração atual do Município, não existe histórico recente de oferecimento de anistia a contribuintes inadimplentes, embora haja o entendimento de que o esforço de arrecadação de impostos atrasados tenha sido aprimorado de forma significativa durante a gestão atual;
- As premissas de recuperação adotadas pela Standard & Poor's já levam em conta uma curva de recuperação mais conservadora do que aquela indicada pelo histórico de arrecadação do Município. Além disso, utilizamos fatores de redução compatíveis com o rating atribuído às quotas seniores, de forma a testar os fluxos de caixa em cenário de piora nos níveis de recuperação;
- Os sistemas estabelecidos para o monitoramento dos direitos creditórios permitirão aos bancos arrecadadores (Santander e HSBC) identificar quais fluxos são de titularidade do Fundo e depositar os valores devidos diretamente em conta corrente de titularidade do Fundo, mitigando significativamente os riscos de fungibilidade.

Metodologia de Análise

A análise da operação foi realizada de acordo com os seguintes passos:

- Revisão das práticas de arrecadação e cobrança do Município, com foco na cobrança da Dívida Ativa (cobrança administrativa e judicial);
- Revisão da estrutura da operação com base nos documentos propostos (sobretudo regulamento do Fundo e contrato de cessão dos direitos creditórios);
- Revisão estatística das informações sobre recuperação de impostos atrasados pelo Município nos últimos 8 anos;
- Revisão das características do pool alvo da operação;
- Definição de premissas de recuperação de impostos, cenários de análise, e análise de fluxo de caixa da operação;
- Revisão de aspectos legais que afetam a transação, bem como a cessão dos direitos

creditórios. A conclusão desta revisão está sujeita ao recebimento de opiniões legais a serem expedidas por escritórios de advocacia distintos contratados pelo cedente e pelo banco estruturador. Além disso, a Standard & Poor's solicitou uma opinião legal de outro escritório de advocacia independente.

Descrição do Nova Iguaçu FIDC Dívida Ativa

Características Gerais

O Nova Iguaçu FIDC Dívida Ativa será um condomínio fechado com prazo final legal de 15 anos. O Fundo fará uma única aquisição de direitos creditórios elegíveis no momento de integralização de suas quotas, que serão devidamente identificados e aprovados pelo custodiante do Fundo.

Os seguintes tipos de obrigações tributárias, inadimplentes ou parceladas, serão alvos de aquisição pelo Fundo:

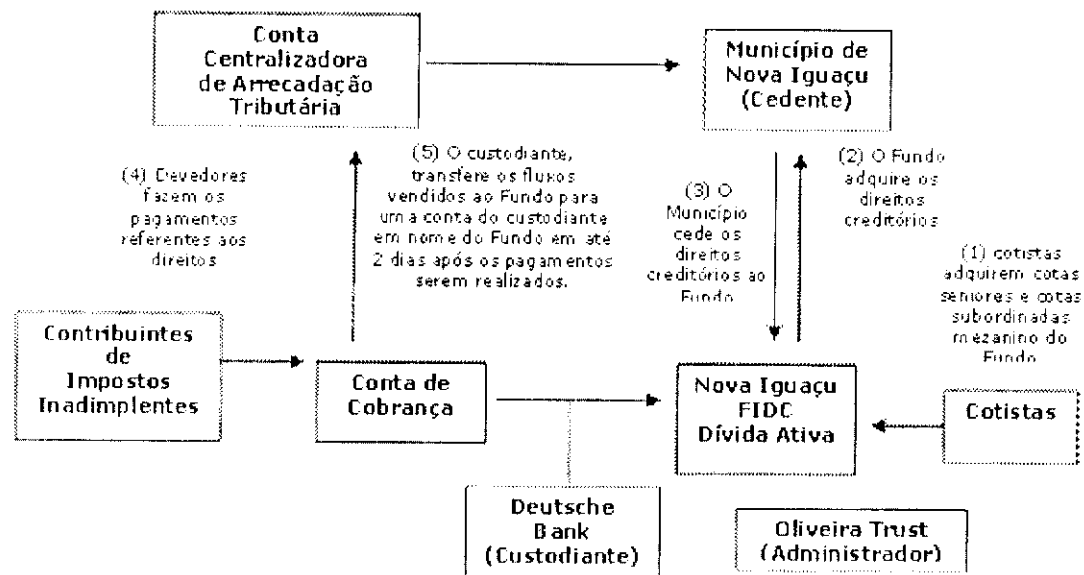
- Imposto sobre a Propriedade e Predial Territorial Urbana ("IPTU");
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS");
- Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo ("TSC" – incluída na cobrança do IPTU).

Os direitos creditórios elegíveis incluirão somente aqueles devidamente registrados nos arquivos de cobrança de tributos inadimplentes do Município ("Dívida Ativa"), cujos fatos geradores tenham ocorrido entre 1996 e 2007, e que atendam aos requisitos necessários para execução judicial.

A cessão de direitos creditórios será realizada sem co-obrigação ou direito de regresso contra o Município, exceto na ocorrência de qualquer condição resolutiva da cessão e dos eventos de extinção da obrigação tributária referidos no contrato de cessão (i.e., compensação, transação, conversão de depósito em renda ou dação em pagamento). O Município não responderá pelo pagamento dos direitos creditórios cedidos ao Fundo, nem pela solvência dos contribuintes. Embora não seja uma estrutura revolvante, o Fundo poderá receber novos direitos creditórios por parte do Município na ocorrência de qualquer condição resolutiva da cessão e dos eventos de extinção da obrigação tributária referidos acima. Nesses casos, o Município deverá ressarcir o Fundo com recursos em dinheiro em montante equivalente ao valor nominal dos direitos creditórios extintos. Alternativamente, o Município poderá, a seu exclusivo critério, realizar uma nova cessão de direitos creditórios elegíveis em montante equivalente ao valor dos direitos creditórios extintos. De acordo com os dados históricos analisados, o volume de extinção de créditos tributários não tem sido relevante, e uma potencial cessão adicional ou compensação por parte do Município não foi incorporada em nossa análise.

As quotas emitidas pelo Fundo serão denominadas em reais e receberão o suporte de: (a) direitos creditórios, e/ou; (b) de outros instrumentos de renda fixa e caixa. O rendimento e o valor de face das quotas serão pagos pelo fluxo de caixa proveniente dos ativos subjacentes.

Figura 1 – Estrutura do Nova Iguaçu FIDC Dívida Ativa



Mecanismo de Pagamento das Quotas

O Fundo emitirá quotas seniores e subordinadas, denominadas em reais. Essas quotas terão o direito de receber os rendimentos decorrentes do pagamento dos direitos creditórios e outros investimentos financeiros autorizados integrantes da carteira do Fundo, de acordo com a ordem de alocação de recursos estabelecida. O cedente deterá as quotas subordinadas, que não são classificadas pela Standard & Poor's.

Componente do Rendimento

Diferente do que ocorre com instrumentos de dívida, um fundo não promete a seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou de juros em qualquer data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração alvo, que é apenas um objetivo e não uma promessa. O Fundo buscará oferecer uma remuneração alvo aos cotistas seniores equivalente à variação mensal do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, acrescida da taxa de juros anual (a ser definida em processo de *bookbuilding*), baseada nas taxas de juros das Notas do Tesouro Nacional-B (NTN-B), acrescida de taxa de juros adicional de, no máximo, 6,0% a.a.. As quotas subordinadas não terão uma remuneração alvo específica, porém se beneficiarão de todo o fluxo excedente disponível ao Fundo após a amortização total das quotas seniores em circulação, se houver, além de poder se beneficiar de amortizações antecipadas, caso o desempenho de recuperação dos direitos creditórios seja superior ao esperado.

Componente do Valor de Face

As quotas do Fundo serão resgatadas em até 15 anos contados a partir da data de emissão. No entanto, existe a possibilidade de as quotas serem resgatadas num período mais curto de tempo, levando-se em conta as características da carteira de direitos creditórios parcelados (número médio de parcelas remanescentes de 40-50 para IPTU e de 25-40 para ISS), bem como o ritmo de crescimento significativo na arrecadação e no parcelamento de impostos atrasados. Embora a análise da Standard & Poor's leve em consideração a capacidade do Fundo de cumprir suas obrigações até seu prazo final legal (2023), nossas estimativas conservadoras apontam para a possibilidade de amortização final das quotas seniores até o 7º ano de vida da operação.

Os recursos provenientes do fluxo de caixa dos ativos subjacentes do Fundo serão aplicados em ativos financeiros autorizados, e resgatados com base no valor apurado nas datas de verificação do Fundo (último dia útil de cada mês). As amortizações ocorrerão no 15º dia de cada mês, já a partir do primeiro mês de vida da operação. Como se trata de uma estrutura 'turbo', todo o recurso disponível, após a o cumprimento da alocação de recursos do Fundo, será utilizado para a amortização das quotas, conforme os seguintes critérios:

A amortização de quotas deverá ser sequencial (ou seja, privilegiando a amortização das quotas seniores sobre as quotas subordinadas), até que a Meta de Percentual Não Amortizado, assim

como definida no regulamento do Fundo, seja atingida (se assim ocorrer). Caso esta seja atingida, o Fundo deverá promover uma amortização *prorata* das quotas, aplicando 80% dos fluxos excedentes para a amortização das quotas seniores e 20% para a amortização das quotas subordinadas. A amortização *prorata* seguirá até que a meta deixe de ser atendida (se assim ocorrer). Após a amortização total das quotas seniores do Fundo, todo o fluxo de caixa arrecadado será utilizado para a amortização das quotas subordinadas. Segue abaixo a Meta de Percentual Não Amortizado estabelecida para o Fundo de acordo com o tempo de vida do Fundo:

Tabela 1 – Meta de Percentual Não Amortizado

Meses Contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores	Meta de Percentual Não Amortizado
1º ao 12º (inclusive)	67%
13º ao 24º (inclusive)	50%
25º ao 36º (inclusive)	28%
37º ao 48º (inclusive)	0%

Fluxo de Recursos

- 1 - O Fundo irá adquirir direitos creditórios elegíveis, cedidos pelo Município por seu valor nominal;
- 2 - Nos termos do Código Tributário Municipal de Nova Iguaçu, os contribuintes efetuam o pagamento dos créditos inscritos ou não inscritos em Dívida Ativa, relacionados ao IPTU, à TSC e ao ISS, por meio de fichas de compensação nacional;
- 3 - As fichas de compensação nacional serão enviadas aos contribuintes pelo Município, entregues aos mesmos nos postos de atendimentos da Procuradoria Geral do Município ("PGM") e/ou Secretaria Municipal de Economia e Finanças;
- 4 - O Município será responsável pelo processamento e controle dos fluxos de recebimento relativos aos direitos creditórios de titularidade do Município e cedidos ao Fundo;
- 5 - O Município faz o processamento das informações necessárias à emissão das fichas de compensação nacional, de forma que os recursos decorrentes dos pagamentos dos direitos creditórios, pelos contribuintes, sejam automaticamente identificados pelos bancos arrecadadores como de titularidade do Município ou do Fundo, respectivamente;
- 6 - Os valores de titularidade do Fundo são creditados única e exclusivamente na conta corrente do Fundo;
- 7 - O Município, por meio da PGM e da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, permanece responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança administrativa e judicial dos direitos creditórios cedidos ao Fundo;
- 8 - O custodiante do Fundo será responsável pela verificação dos critérios de elegibilidade, liquidação financeira dos ativos subjacentes do Fundo, cálculo das provisões de perdas, e pelo repasse dessas informações ao administrador do Fundo;
- 9 - O administrador do Fundo será responsável pela realização e pela manutenção das reservas do Fundo.

Ordem de Alocação de Recursos

Em cada data de pagamento do Fundo, o administrador do Fundo deverá utilizar os recursos disponíveis de acordo com a seguinte ordem de alocação:

- 1 - Pagamento de quaisquer encargos do Fundo;
- 2 - Enquadramento e reenquadramento da Reserva de Caixa;
- 3 - Pagamento da Amortização Remuneração Sênior em cada data de amortização;
- 4 - Enquadramento e reenquadramento das reservas de amortização de juros para as quotas seniores; caso o valor Disponível, conforme definição no regulamento do Fundo, não seja suficiente para os pagamentos dos itens 5 e 6;
- 5 - Pagamento do valor de amortização de (i) quotas seniores em circulação e (ii) quotas subordinadas em circulação, de acordo com o regulamento do Fundo;
- 6 - Após a amortização integral das quotas seniores, no pagamento de qualquer recurso remanescente, em moeda corrente nacional, aos detentores das quotas subordinadas.

Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um evento de amortização antecipada, o pagamento da remuneração da agência classificadora de risco somente ocorrerá após a amortização ou resgate integral das quotas seniores. Na hipótese de ocorrência de tal evento, e até a liquidação do Fundo, a Administradora obriga-se a alocar os recursos de titularidade do Fundo, na seguinte ordem:

- 1 - No pagamento de quaisquer encargos do Fundo e no provisionamento de despesas devidas pelo Fundo no período de 6 meses contado de cada data de cálculo;
- 2 - Na amortização integral das quotas seniores em circulação na ocasião;
- 3 - Após a amortização integral das quotas seniores, no pagamento de qualquer recurso remanescente aos detentores das quotas subordinadas.

Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão dos Direitos Creditórios

Quando da aquisição de direitos creditórios elegíveis pelo Fundo, a administradora e o custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos no regulamento e nos demais documentos da operação, cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.

Para que possa ser adquirido pelo Fundo, os direitos creditórios deverão atender aos critérios de elegibilidade estabelecidos no regulamento do Fundo, que serão verificados pelo custodiante. Por sua vez, as condições de cessão deverão ser respeitadas pelo Município. Os critérios de elegibilidade e as condições de cessão para a aquisição de direitos creditórios pelo Fundo são:

Ser um direito creditório cujas informações sejam transmitidas pelo Município ao custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no regulamento, no contrato de cessão e no contrato de custódia do Fundo, e que atenda na data de oferta ao seguinte critério:

- O direito creditório deve encontrar-se vencido e não pago na data de oferta.

Quando da aquisição de direitos creditórios pelo Fundo, o Município deverá declarar, nos termos do contrato de cessão, como condição de cessão:

- o Não ter sido decretada a falência e/ou a liquidação judicial do respectivo contribuinte; e
- o Tendo sido objeto de parcelamento, a sua data de vencimento ser anterior ao prazo de 5 anos contados da 1ª data de emissão;
- o Caso o direito creditório, devido pelo menos contribuinte, for integrante de uma mesma Certidão de Dívida Ativa ("CDA") já emitida contra o respectivo contribuinte,

- esta não deve apresentar saldo devedor inferior a R\$ 500,01 na data de aquisição;
- o O somatório dos valores nominais dos direitos creditórios do mesmo contribuinte, ainda não integrantes de uma CDA, não deverá ser inferior a R\$ 500,01. Caso o Município vier a emitir a CDA após a data de aquisição, esta CDA deverá ser emitida no valor mínimo de R\$ 500,01;

Revisão do Originador, Administração e Práticas de Cobrança da Dívida Ativa

Fundado em Janeiro de 1833, o Município de Nova Iguaçu é o maior município da Baixada Fluminense em extensão territorial (11,1% da área metropolitana do Rio de Janeiro) e o segundo em população (estimada em 830 mil habitantes). Com aproximadamente 4.000 estabelecimentos comerciais, 1.600 empresas de serviços e 780 indústrias, o Município apresentou produto interno bruto ("PIB") e PIB per capita de R\$ 5,8 bilhões e R\$ 7 mil (comparado com a média nacional de aproximadamente R\$ 11 mil), respectivamente, no ano de 2005 (último dado coletado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). O PIB per capita do Município apresentou crescimento médio de 11% ao ano nos últimos 5 anos.

Um estudo realizado em 2007 pela Escola de Economia de São Paulo- Fundação Getúlio Vargas (FGV), coloca Nova Iguaçu entre 95 municípios do País cuja arrecadação pode ser considerada eficiente (num total de 3.359 municípios avaliados). De fato, o Município tem feito um grande esforço para aprimorar sua capacidade de arrecadação de impostos, tanto correntes quanto em atraso. Um projeto implantado pela gestão atual do Município desde 2005 resultou na ampliação do número de imóveis regularizados de 148 mil para 320 mil, além de promover a legalização de 6.700 novas empresas.

As práticas para o desestímulo à inadimplência incluem cobrança de multas, penalidades e juros compensatórios, risco de retomada de bens do contribuinte (inclusive a propriedade objeto do imposto, no caso do IPTU), intensificação do ingresso com medidas judiciais cabíveis e oferecimento de planos de parcelamento dos valores em atraso. No caso específico de empresas (que recolhem o ISS), pode haver o impedimento da obtenção de Certidão Negativa de Débitos, documento essencial para participar de licitações e/ou contratar órgãos públicos. Além disso, o Município inicia a fase administrativa de cobrança antes mesmo da inscrição do crédito em dívida ativa, o que geralmente amplia as chances de êxito nos esforços de recuperação. O Município tem aumentado a arrecadação da Dívida Ativa de forma considerável nos últimos anos, que já representam cerca de 20% das receitas tributárias do Município;

Em Milhares de Reais						
	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2003-2007
IPTU*	17.205	17.571	20.174	18.431	22.359	30%
ISS	14.753	20.098	21.755	26.538	32.304	119%
Outros	27.752	32.124	27.278	28.164	40.056	44%

Em Milhares de Reais						
	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2003-2007
IPTU*	4.639	4.672	4.882	8.345	9.315	101%
ISS**	250	426	2.220	511	1.702	581%
Outros	1.843	2.511	4.073	4.223	7.526	309%

* Não inclui TSC

** O resultado de 2005 é afetado positivamente pelos montantes recuperados oriundos do pagamento feito por empresas de ônibus em relação a anos anteriores

Arrecadação e Cobrança do IPTU

O IPTU é devido sobre todas as propriedades do Município, com exceção aos contribuintes isentos. O valor do IPTU é definido com base no valor venal da propriedade, definido pelo Município. Para definição do valor venal, o Município leva em consideração fatores como o tipo de propriedade (residencial, comercial, terrenos), área, localização e características de construção. No mesmo boleto do IPTU é cobrada a TSC, taxa resultante dos serviços de coleta de lixo providos pelo Município aos proprietários dos imóveis. Esta taxa também faz parte dos créditos a serem cedidos ao Fundo.

Os contribuintes isentos incluem aposentados e pensionistas de idade avançada e baixa renda, portadores de deficiências de baixa renda, ex-combatentes da segunda guerra mundial, igrejas, consulados, e propriedades do governo.

De acordo com dados do Município, das cerca de 300 mil propriedades do Município, aproximadamente 1% estão isentas do pagamento do IPTU. Um volume expressivo de 74% das propriedades não-isentas apresenta algum tipo de débito incluído em Dívida Ativa.

O pagamento do IPTU de um determinado ano fiscal é devido no mesmo ano. O Contribuinte tem a opção de efetuar o pagamento à vista ou parcelado:

- Pagamento à vista: se realizado até 31 de Janeiro, o contribuinte recebe um desconto de 15%; se realizado até 28 de Fevereiro, o desconto é de 10%;
- Pagamento parcelado: O IPTU pode ser pago em 10 parcelas mensais, com vencimentos de Março a Dezembro;

Qualquer boleto em atraso em 31 de Dezembro de 2007 será ajustado pela taxa de inflação, calculada pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses.

Qualquer boleto de IPTU não pago até 31 de dezembro será incluído em Dívida Ativa. Sob o saldo em Dívida Ativa incidem juros de 1% ao mês, atualização monetária pelo INPC, e uma multa de mora. A multa de mora é de 6% do 1º ao 30º dias de atraso, 18% do 31º ao 90º dias de atraso, e 20% a partir do 91º dia de atraso.

Para quitar seus débitos tributários, o contribuinte possui as seguintes opções de pagamento:

- Pagamento à vista: multas de mora são excluídas, e montante a ser pago é ajustado somente pelos juros compensatórios;
- Pagamento parcelado:
 - Pessoas Físicas: até 120 parcelas mensais, com parcela mínima de R\$ 32,00;
 - Pessoas Jurídicas: até 36 parcelas mensais, com parcela mínima de R\$ 96,00;
 - Para parcelamentos em até 10 vezes, não há correção de juros futuros;
 - Para parcelamentos em mais de 10 vezes, os juros futuros são de 0,5% ao mês;

A cobrança de Dívida Ativa em fase administrativa se inicia normalmente no mês de março do ano seguinte, de forma amigável, por meio de telefonemas, cartas e visitas. O Município inclui a Dívida Ativa em cobrança judicial em aproximadamente 18 meses após sua inclusão em Dívida Ativa.

Na cobrança judicial, o contribuinte inadimplente recebe um Mandado Citatório enviado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ – através da Comarca de Nova Iguaçu), informando que sua dívida encontra-se em processo de execução judicial. O custo do envio (Correios) fica a cargo da Prefeitura em razão do convênio firmado com o TJRJ para execução em tempo real da dívida ativa municipal. Nesse momento o contribuinte inadimplente ainda tem a opção de pagamento à vista ou em parcelas. Durante esta fase, o imóvel ou outro bem do contribuinte poderá ser penhorado. No extremo, caso o contribuinte ainda esteja inadimplente, o mesmo será obrigado a ceder sua propriedade para cumprir com os pagamentos da Dívida Ativa, decisão que somente poderá ser revertida caso o

contribuinte opte pela quitação de seus débitos tributários, ou parcelamento, antes do anúncio da adjudicação de seu imóvel através de leilão.

Arrecadação e Cobrança do ISS

O ISS se aplica a todos os prestadores de serviços no Município, pessoas jurídicas ou pessoas físicas. A alíquota para a maior parte dos fatos geradores é de 5% para pessoas jurídicas, calculado sobre a receita mensal bruta de serviços prestados. O imposto é calculado e reportado pelo próprio contribuinte ao Município. Por sua vez, o Município pode homologar o pagamento, ou decidir verificar os documentos fiscais da Empresa para comprovação dos valores devidos. O ISS é normalmente devido mensalmente, com exceção a profissionais autônomos, que devem pagar uma parcela anual que pode ser paga à vista ou trimestralmente.

A homologação ocorre normalmente em aproximadamente 3 meses após o vencimento, enquanto o prazo para prescrição (que inviabiliza a cobrança por parte do Município) é de 5 anos.

A inclusão do ISS em atraso em Dívida Ativa ocorre aproximadamente 90 dias após o vencimento do boleto. Aproximadamente 1 ano após o vencimento do boleto não pago, se inicia a cobrança judicial, que ocorre nos moldes da cobrança do IPTU descrita acima. Também se aplicam as mesmas regras com relação aos juros, correção de inflação, opções de parcelamento e procedimentos de cobrança. Em geral, as fases de cobrança do ISS são mais rápidas que na cobrança do IPTU.

Execuções

De forma a elevar a eficiência e rapidez das execuções judiciais, a Prefeitura de Nova Iguaçu estabeleceu um convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 2006. O convênio estende à Prefeitura a autonomia de emitir petições judiciais, sem que esta tenha que ser proposta pelo Juiz. Ao invés de o Juiz analisar as petições caso-a-caso, a análise é feita em lotes (por meio da distribuição eletrônica pela Prefeitura de um número elevado de execuções fiscais de uma só vez), contribuindo para a agilidade do processo. A própria Prefeitura disponibiliza recursos materiais e humanos para ajudar nos processos de execução, inclusive na expedição e postagem dos mandados citatórios. Atualmente, o Município possui por volta de 76 mil execuções fiscais em andamento, totalizando aproximadamente R\$ 100 Milhões.

Dados Sobre a Carteira de Direitos Creditórios

A carteira de direitos creditórios foi avaliada com base em dados recebidos até junho de 2008. Os títulos a serem cedidos já foram segregados e marcados para fins de securitização. Para a atribuição de um rating final, a Standard & Poor's espera receber informações atualizadas sobre os direitos creditórios dias antes da integralização do Fundo, de forma a incorporar os dados atualizados sobre os direitos creditórios (ex.: valores já recuperados pelo município e créditos em atrasos que tenham sido parcelados). Todos os créditos se encontram cadastrados em Dívida Ativa (administrativa ou judicial) e, portanto, não correm o risco de prescrição da cobrança. Segue abaixo descrição dos direitos creditórios a serem cedidos ao Fundo em junho de 2008:

Tabela 4 – Carteira de Direitos Creditórios por Tipo de Imposto

Tipo de Imposto	Volume (R\$)	%
IPTU parcelado (fase administrativa)	35.887.889	4,3%
IPTU parcelado (fase judicial)	17.865.271	2,2%
IPTU em atraso (fase administrativa)	479.798.877	58,1%
IPTU em atraso (fase judicial)	237.096.658	28,7%
ISS parcelado (fase administrativa)	8.066.699	1,0%
ISS parcelado (fase judicial)	1.448.856	0,2%
ISS em atraso (fase administrativa)	22.144.042	2,7%
ISS em atraso (fase judicial)	23.859.196	2,9%
Total	826.165.490	100,0%

Tabela 5 – Dados Consolidados da Carteira de Direitos Creditórios

Número total de contratos	1.696.429
Em atraso	1.590.676
Parcelados	105.753
Volume total do principal dos créditos	R\$ 411.663.687
Em atraso	R\$ 381.561.625
Parcelados	R\$ 30.102.062
Volume total dos créditos (incluindo juros, multas e penalidades)	R\$ 826.165.490
Em atraso	762.895.773
Parcelados	63.269.717
Data de origemção de crédito mais antigo	1º de Janeiro de 1993
Data de origemção do parcelamento mais antigo	1º de Janeiro de 2000
Data de origemção do crédito mais recente	30 de Junho de 2008

Embora a carteira a ser cedida ao Fundo apresente créditos inscritos em Dívida Ativa (administrativa e judicial) desde 1993, grande parte dos créditos parcelados se refere a parcelamentos realizados a partir de 2005, ano em que o Município de Nova Iguaçu passou a dedicar mais esforços na arrecadação de créditos tributários em atraso.

Eventos de Avaliação e de Amortização Antecipada

Eventos de Avaliação

Na ocorrência de quaisquer dos eventos de avaliação, a administradora deverá suspender imediatamente o pagamento de amortização de quotas, e convocar uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento da transação. Os titulares das quotas seniores deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, bem como decidir se tal evento de avaliação constitui um evento de amortização antecipada.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Caso a legalidade da cessão dos direitos creditórios elegíveis do Município para o Fundo venha a ser judicial ou administrativamente questionada e tal evento possa prejudicar negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo;
- Caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das amortizações das quotas seniores nas respectivas datas de amortização;
- Inobservância, pelos bancos arrecadadores, pelo custodiante, pelo Município e/ou seus agentes e afiliadas, de seus deveres e obrigações definidos nos respectivos documentos da operação, que não seja sanada nos prazos ali assinalados;
- Caso a Relação Mínima* não atenda aos parâmetros definidos no regulamento do Fundo, no prazo de 5 dias úteis, contado do envio do aviso de reenquadramento ao Município pela administradora;
- Caso o Fundo não atenda aos limites estabelecidos no regulamento para as reservas de caixa e de amortização, e as mesmas não sejam reenquadradas no prazo de até 30 dias úteis, contado da verificação, pela administradora, de seus respectivos desenquadramentos;
- Caso venha a ser concedida anistia ou remissão aos direitos creditórios, ou caso a administradora tome conhecimento da tramitação de lei que, se sancionada e promulgada, resultará na concessão de anistia ou remissão aos direitos creditórios;

* A Relação Mínima significa o valor do Patrimônio Líquido, dividido pelo somatório do valor das quotas seniores, calculado pelo custodiante, a qual deverá ser equivalente a, no mínimo, 3,0x;

Eventos de Amortização Antecipada

Na ocorrência de quaisquer dos eventos de amortização antecipada, a administradora deverá comunicar a ocorrência do evento aos cotistas, e dar início aos procedimentos de

amortização antecipada de quotas, observada a ordem de alocação de recursos. A administradora também deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que os titulares das quotas seniores deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos. O direito dos titulares de quotas subordinadas ao recebimento de qualquer pagamento de amortização ficará suspenso até a data em que todos os valores devidos aos titulares de quotas seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo.

Os titulares de, no mínimo, 90% das quotas seniores em circulação poderão aprovar a interrupção dos procedimentos acima referidos.

Quando da realização das amortizações de quotas referidas acima, a administradora deverá interromper a aquisição de outros ativos e resgatar e/ou alienar os outros ativos, inclusive aqueles utilizados na formação das reservas, adotando as medidas necessárias de forma que seu resgate ou alienação não afete negativamente sua rentabilidade. Desde que os valores arrecadados sejam equivalentes a, no mínimo, R\$ 200 mil, a administradora deverá alocar a totalidade dos recursos arrecadados na amortização antecipada das quotas em circulação, observada a ordem de alocação de recursos.

Os Eventos de Amortização Antecipada mais relevantes são:

- Renúncia do custodiante com a não assunção de suas funções por uma nova instituição;
- Renúncia da administradora com a não assunção de suas funções por uma nova instituição;
- Caso os cotistas não consigam, por duas Assembleias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de precificação para as quotas seniores;
- Caso o Município deixe de comunicar à administradora e/ou ao custodiante a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;
- Caso seja efetuado qualquer pagamento aos cotistas em desacordo com as regras e com os limites definidos neste Regulamento;
- Caso os bancos arrecadadores renunciem ou sejam destituídos de suas funções no contrato de arrecadação, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição financeira de 1ª linha, no prazo de até 30 dias úteis contado da ocorrência do respectivo evento;
- Caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada.

Análise de Fluxo de Caixa

A Standard & Poor's realizou uma análise detalhada do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado, durante toda a vida da transação. Para se determinar o rating preliminar atribuído às quotas do Fundo, a Standard & Poor's submeteu os fluxos de caixa a vários cenários de estresse.

A análise de fluxo de caixa foi feita com base nas premissas de recuperação dos créditos tributários específicos para cada tipo de cobrança e modalidade de imposto, as características do colateral e a estrutura de capital da transação.

O reforço de qualidade de crédito incorporado pelo Fundo, na forma de sobrecolateralização e subordinação, foi dimensionado de forma a fornecer uma proteção de crédito adequada ao rating atribuído. Ainda assim, caso a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se altere substancialmente durante a vida do Fundo, ou na eventual necessidade de revisão das premissas utilizadas pela Standard & Poor's na análise inicial da operação, o rating atribuído poderá ser revisto.

Recuperação

Avaliamos a expectativa de recebimentos da carteira de créditos tributários a ser cedida ao Fundo (data de corte de junho de 2008), com base nas características da carteira (distribuição entre as modalidades de imposto e fase de cobrança, volume recebido de créditos parcelados, tempo transcorrido da carteira, etc.). Com essas informações foi

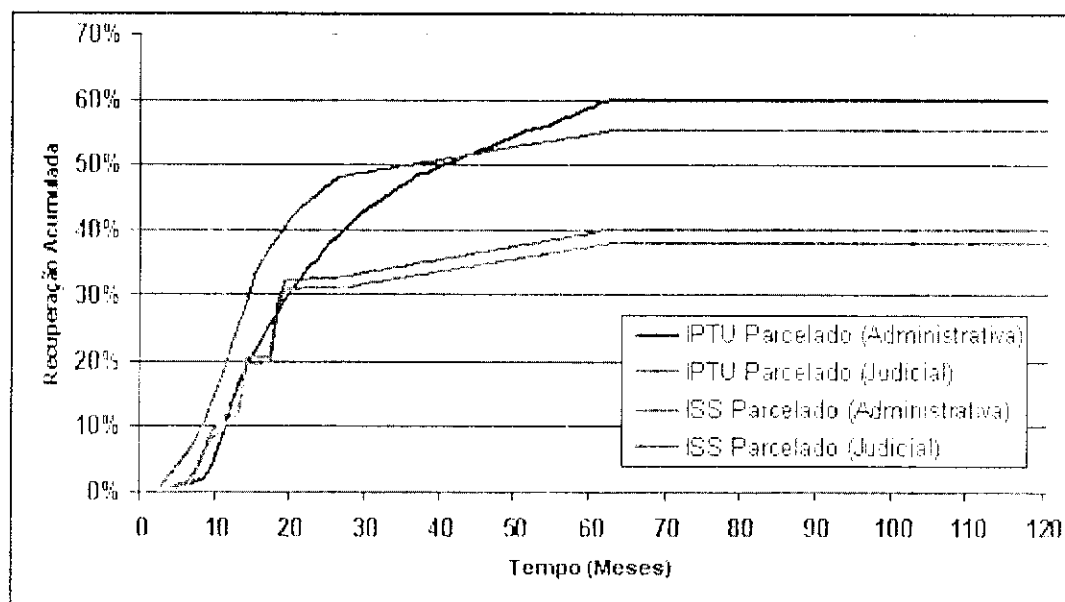
possível estabelecer uma curva de recuperação estimada para cada modalidade de imposto e fase de cobrança.

As estimativas de recuperação foram estabelecidas de forma conservadora, levando-se em conta os resultados mais fracos de recuperação mensal de créditos por safra observada, além de premissas conservadoras para a recuperação de créditos ao longo do horizonte de recuperação. Ver Figura 2.

Entre as conclusões obtidas pela Standard & Poor's acerca do desempenho de recuperação de créditos tributários destacamos as seguintes:

- Os dados analisados pela Standard & Poor's indicam que a recuperação de créditos parcelados é significativamente superior àquela observada em créditos em atraso sem renegociação;
- Os dados de recuperação obtidos trazem algumas imperfeições, entre elas o fato de que os créditos em atraso que foram parcelados e voltaram a se tornar inadimplentes estão duplicados na base de dados, o que resultando no superdimensionamento do denominador do cálculo de recuperação (portanto o resultado de recuperação real poderia ser melhor do que aquele utilizado como premissa pela Standard & Poor's);
- Os dados de recuperação de crédito estão fortemente concentrados no período que se inicia a partir do ano de 2005, uma vez que dados de safras anteriores não são tão representativos. Desta forma, não foi possível determinar de forma precisa um desempenho de recuperação estimado compatível com o horizonte de vida da operação (de até 15 anos). Como resultado, utilizamos uma premissa de horizonte de recuperação mais curta, ajustada com base em dados obtidos pela análise de carteiras de ativos semelhantes. De qualquer forma, os dados analisados pela Standard & Poor's indicam que grande parte da recuperação de créditos tributários ocorre nos primeiros dois anos após o parcelamento, com menores taxas de recuperação a partir do terceiro ano;
- No caso dos créditos de IPTU em atraso (não parcelados), e com base nos dados recebidos pela S&P sobre o desempenho de recebimento desses créditos, também foi adotada uma estimativa de curva de recuperação de créditos. No caso dos créditos de IPTU em atraso, a premissa de recuperação acumulada foi de 3% (dados históricos indicam uma recuperação entre 5% a 10% dependendo da safra e do tipo de imposto);
- Os créditos relativos à cobrança de ISS em atraso (não parcelados) representam uma pequena porção da carteira, e apresentam um histórico de recuperação marginal e bastante volátil. A análise de recuperação dos créditos realizada pela Standard & Poor's não assumiu nenhum fluxo de caixa oriundo desses créditos, que somavam cerca de R\$ 46 milhões em junho de 2008.

**Figura 2 – Premissa de Curva de Recuperação
Créditos Tributários Parcelados***



*As curvas de recuperação refletem a premissa de recebimento do principal dos créditos somado aos valores devidos de multas, juros e correção monetária.

Análise de Sensibilidade

Capacidade e eficiência na arrecadação dos direitos creditórios

O Município de Nova Iguaçu tem sido relativamente bem sucedido em seus esforços de arrecadação de impostos em atraso, marcadamente a partir do início da administração atual do Município, iniciada em 2005. Existem incentivos econômicos relevantes para que as melhorias alcançadas no processo de inscrição e arrecadação de impostos em atraso nos últimos anos sejam mantidas no futuro, de forma alheia a possíveis mudanças políticas na administração do Município. No entanto, decisões de cunho político que afetassem o processo de arrecadação do Município poderiam ter efeito sobre os valores a serem recuperados em relação aos créditos cedidos ao Fundo (por exemplo, redução dos esforços de arrecadação ou planos de anistia).

Potencial redução de arrecadação por desaceleração econômica

Existe o risco de que a arrecadação se reduza a níveis inferiores àqueles apresentados historicamente por conta de uma desaceleração econômica no Município de Nova Iguaçu. Entendemos que as premissas de recuperação de créditos e os cenários de estresse adotados incorporam esta possibilidade de forma adequada e condizente com o rating atribuído às quotas seniores do Fundo. Após a determinação das curvas de recuperação de créditos, submetemos o fluxo de caixa estimado da operação a um cenário de redução de arrecadação de 15% sobre os valores estimados de recebimento. O cenário de estresse também assume uma variação maior do IPCA. Ver tabela 6 abaixo.

Tabela 6 – Análise de Cenários

	Cenário Base	Cenário de Estresse
Fator Redutor do Fluxo	0%	15%
IPCA (ao ano)	4%	12%
Horizonte de Amortização*	46	82
Montante Original (R\$ mil.)**	25	25
Montante Amortizado (R\$ mil.)	33,9	43,9

* Meses transcorridos após emissão

** De quotas seniores. Sujeito a alteração

Risco de Descasamento de Taxas

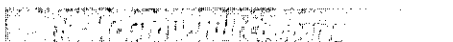
A rentabilidade alvo das quotas seniores do Fundo foi estabelecida com base na variação do IPCA, enquanto o ajuste anual dos créditos tributários será feito com base no INPC. Verificamos que embora se trate de índices de preço distintos, historicamente eles carregam uma correlação acima de 99%. A principal distinção entre os dois índices é sua abrangência: enquanto o INPC é calculado para famílias com rendimentos de um a seis salários mínimos, o IPCA abrange famílias com rendimentos de até 40 salários mínimos.

De qualquer forma, existe o descasamento entre os períodos de reajuste, uma vez que ficou estabelecido que o reajuste da rentabilidade alvo será feita de forma mensal, enquanto o ajuste dos saldos dos créditos tributários pelo índice inflacionário é feito anualmente. A análise de fluxo de caixa levou em consideração uma variação mais acentuada do IPCA ao longo da vida da operação (até 12% ao ano), de forma a testar a resistência da estrutura a um cenário de aumento de inflação. Como o risco de descasamento está muito mais atrelado ao efeito da periodicidade do reajuste, e não da diferença de indexadores (dado à alta correlação entre o IPCA e o INPC), os cenários de estresse do índice de inflação aplicado ao modelo de fluxo de caixa têm efeito limitado sobre os resultados obtidos.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2008 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.
A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings.

A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/ratingsfees.

The logo for Standard & Poor's, featuring the company name in a stylized font with a circular emblem to the right.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 2 – RELATÓRIO ELABORADO PELA KPMG AUDITORES INDEPENDENTES



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

**Relatório Relativo à Execução
de Procedimentos Pré-acordados
Em 31 de Janeiro de 2008**



KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

À
Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
São Paulo - SP

3 de julho de 2008

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 3 de setembro de 2007, apresentamos nosso trabalho de revisão especial da carteira de recebíveis da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu ("Cedente"), representados por tributos municipais inadimplidos decorrentes de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Taxa de Serviço de Coleta de Lixo, Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS e Autos de Infração relacionados ao ISS de contribuintes da Cidade de Nova Iguaçu.

Tais tributos serão cedidos a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado ("FIDC-NP") cuja constituição encontra-se aos cuidados da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu ("Nova Iguaçu") e seus demais parceiros estratégicos, em conjunto definidos "Grupo Estruturador".

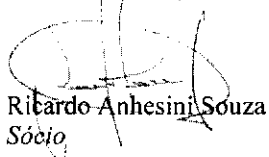
Os procedimentos pré-acordados que formaram o escopo de nossos trabalhos foram definidos junto com representantes de Nova Iguaçu e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados mais adequados às suas necessidades.

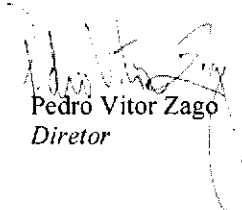
As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir de bases de dados fornecidas pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu (por meio da empresa terceirizada contratada "Empresa Privada de Desenvolvimento de Soluções Governamentais (e-gov) – Simplestec Informática Ltda.").

Nossos trabalhos foram executados no período de 31 de janeiro de 2008 a 23 de junho de 2008 e basearam-se na estrutura de controles relacionados aos processos de Arrecadação, ISS, IPTU e Dívida Ativa vigentes durante o período de nossos trabalhos.

Agradecemos o apoio dos funcionários da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


Ricardo Anhesini Souza
Sócio


Pedro Vitor Zago
Diretor

Conteúdo

1	Sumário Executivo	1
2	Objetivo e Alcance do Trabalho	4
3	Composição dos Saldos Objeto de Nossas Análises	5
4	Metodologia para Recalculo da Atualização dos Valores	6
5	Confronto dos Saldos Analisados com os Registros da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu	8
6	Descritivo dos Processos de Arrecadação, IPTU, Taxa de Serviço de Coleta de Lixo, ISS e Auto de Infração inscritos em Dívida Ativa	11
7	Anexos	18

Anexo I - Análises IPTU e Taxa de Lixo não Parcelados (ano calendário)

Anexo II - Análises ISS e Auto de Infração não Parcelados (ano calendário)

Anexo III - Análises IPTU e Taxa de Lixo parcelados (ano parcelamento)

Anexo IV - Análises ISS e Auto de Infração Parcelados (ano parcelamento)

Anexo V - Análises IPTU e Taxa de Lixo não Parcelados (ano inscrição)

Anexo VI - Análises ISS e Auto de Infração não parcelados (ano inscrição)

Anexo VII - Análise do Estoque Atualizado em 30 de abril de 2008

Anexo VIII - Originação, Pagamentos e Saldo Final (parcelados)

Anexo IX - Originação, Pagamentos e Saldo Final (não parcelados)

Anexo X - Análises Parcelados e não Parcelados por ano de Inscrição e Tipo de Dívida (IPTU e Taxa de Lixo)

Anexo XI - Análises Parcelados e não Parcelados por ano de Inscrição e Tipo de Dívida (ISS e Auto de Infração)

1 Sumário Executivo

Nos termos de nossa Proposta para a Prestação de Serviços Profissionais, fomos contratados pela Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu para realizarmos uma revisão especial da Carteira de Recebíveis, representados por tributos municipais inadimplidos decorrentes de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Taxa de Serviço de Coleta de Lixo, Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS e Autos de Infração relacionados ao ISS da Cidade de Nova Iguaçu, a serem cedidos a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Não Padronizado ("FIDC-NP" ou "Fundo"), cujo processamento e controle encontram-se sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Economia e Finanças - SEMEF da Cidade de Nova Iguaçu. Nossa revisão especial foi executada por meio da aplicação dos seguintes procedimentos pré-acordados definidos junto ao Grupo Estruturador da operação:

1. Obtenção de uma base de dados, junto à Secretaria Municipal de Economia e Finanças da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, contendo a totalidade dos tributos decorrentes de IPTU, Taxa de lixo, ISS e Auto de Infração inscritos em Dívida Ativa no período compreendido entre Janeiro de 1996 e Janeiro de 2008 ("Período sob Análise"), apresentando: (i) identificação do contribuinte; (ii) valor de inscrição em dívida ativa (ativa administrativa ou ativa judicial); (iii) atualizações e encargos moratórios incidentes após a inscrição em dívida ativa; (iv) amortizações incidentes sobre o saldo de dívida ativa; (v) identificação da ocorrência de acordos e parcelamentos após a inscrição em dívida ativa, entre outros.
2. Elaboração de compilações sobre a movimentação de saldos dos contribuintes por ano de inscrição em dívida ativa, segregados entre: (i) IPTU e Taxa de Lixo não parcelado e IPTU e Taxa de Lixo parcelados em cota única; (ii) ISS e Auto de infração não parcelado e ISS e Auto de infração parcelados em cota única; por ano de parcelamento, segregados entre: (iii) IPTU e Taxa de Lixo parcelados em mais de uma cota; (iv) ISS e Auto de infração parcelados em mais de uma cota.
3. Apuração dos indicadores de recuperação de saldos, estabelecidos a partir da aplicação de fórmulas matemáticas definidas por representantes do Grupo Estruturador, por: (i) IPTU parcelado; (ii) IPTU não parcelado; (iii) ISS parcelado; e (iv) ISS não parcelado.
4. Confronto dos valores totais de arrecadação apresentados nos arquivos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, com os registros oficiais mantidos pela Secretaria Municipal de Controle Interno, Despesa e Planejamento da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2007 a 31 de março de 2007.
5. Levantamento dos processos e controles de arrecadação e cobrança por parte da Secretaria Municipal de Economia e Finanças da Cidade de Nova Iguaçu, inclusive controles relacionados ao ambiente de Tecnologia de Informação mantido pela Prefeitura e Simplestec.

Conforme entendimentos junto aos representantes da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, foi definida a data base de 31 de janeiro de 2008, como data base para atualização dos valores inscritos em Dívida Ativa.

Apresentamos no quadro a seguir, um resumo dos saldos integrantes da Dívida Ativa da Cidade de Nova Iguaçu, objeto de nossos trabalhos, segregados de acordo com a natureza do tributo e seu status atual (dívida parcelada ou não parcelada):

Tabela 1.1 - Valores inscritos em dívida ativa por ano calendário (*Calendar date - Non performing*) – Dívida Ativa Administrativa e Dívida Ativa Judicial

Valor de Inscrição (Principal + Mora) - R\$ Mil			
Ano-calendário	IPTU	ISS	Total
2000	5.849	682	6.530
2001	9.048	1.231	10.279
2002	17.670	5.914	23.585
2003	48.446	2.374	50.821
2004	55.039	6.157	61.197
2005	119.839	6.180	126.018
2006	98.491	5.318	103.809
2007	166.818	2.333	169.151
Jan 2008	<u>336</u>	<u>792</u>	<u>1.128</u>
	<u>521.536</u>	<u>30.982</u>	<u>552.518</u>

Tabela 1.2 - Valores inscritos em dívida ativa por ano de parcelamento (*Installment plan*) – Dívida Ativa Administrativa e Dívida Ativa Judicial

Valor de Inscrição (Principal + Mora) - R\$ Mil			
Ano Parcelamento	IPTU Parcelado	ISS Parcelado	Total
2000	149	36	185
2001	76	-	76
2002	174	-	174
2003	202	-	202
2004	462	-	462
2005	6.598	27	6.625
2006	10.704	6.356	17.060
2007	17.714	658	18.372
Jan. 2008	<u>1.818</u>	<u>14</u>	<u>1.832</u>
	<u>37.896</u>	<u>7.091</u>	<u>44.987</u>

Os valores de pagamentos observados na base de dados, disponibilizada pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças da Cidade de Nova Iguaçu, seguem apresentados abaixo:

Tabela 1.3 - Valores de pagamento por ano calendário (*Non Performing*)

Valor de pagamento (Principal + Mora) - R\$ Mil			
Ano-calendário	IPTU	ISS	Total
2000	814	273	1.088
2001	1.203	313	1.516
2002	965	346	1.312
2003	882	387	1.269
2004	212	196	408
2005	1.163	229	1.392
2006	2.916	160	3.076
2007	4.979	59	5.038
Jan 2008	<u>258</u>	<u>2</u>	<u>260</u>
	<u>13.393</u>	<u>1.965</u>	<u>15.358</u>

Tabela 1.4 - Valores de pagamento por ano de parcelamento

Valor de pagamento (Principal + Mora) - R\$ Mil			
Ano Parcelamento	IPTU Parcelado	ISS Parcelado	Total
2000	134	38	173
2001	84	-	84
2002	180	-	180
2003	214	-	214
2004	417	-	417
2005	3.574	21	3.596
2006	5.518	1.824	7.342
2007	4.217	133	4.351
Jan 2008	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>30</u>
	<u>14.369</u>	<u>2.017</u>	<u>16.386</u>

2 Objetivo e Alcance do Trabalho

A Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu em conjunto com seus parceiros estratégicos irá constituir um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Não Padronizado ("FIDC-NP" ou "Fundo") a partir da aquisição de créditos fiscais representados pelo inadimplemento de tributos municipais de contribuintes da Cidade de Nova Iguaçu ("Recebíveis").

Neste contexto, com o propósito de obter um conhecimento das características dos Recebíveis objeto da operação em questão, inclusive quanto à pontualidade de pagamentos por parte dos contribuintes, elaboramos um estudo sobre os procedimentos utilizados pela Prefeitura do Município de Nova Iguaçu no que se refere aos controles de emissão, coleta e cobrança desses recebíveis, visando a prover elementos ao Grupo Estruturador para definição dos parâmetros básicos de preço de cessão, níveis de subordinação necessários para uma justa classificação por agências de classificação de risco, e determinação do melhor modelo de *valuation* da carteira de recebíveis.

Adicionalmente, foram realizadas análises dos dados relativos à distribuição e performance de pagamentos por parte dos Contribuintes.

Base para Preparação

- Os procedimentos pré-acordados que formaram o escopo de nossos trabalhos foram estabelecidos com representantes da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de originação e cobrança dos recebíveis, foram obtidas por meio de procedimentos de indagação junto aos responsáveis da Secretaria de Economia e Finanças do Município de Nova Iguaçu.
- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua performance de pagamentos, foram executadas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças da Cidade de Nova Iguaçu, compreendendo recebíveis gerados por tributos emitidos pela Prefeitura, para o período compreendido entre 1º de janeiro de 1996 e 31 de janeiro de 2008.
- As informações contidas na base de dados disponibilizada encontravam-se em valores históricos para os saldos inscritos em dívida ativa e valores atualizados para saldos de estoque da dívida ativa.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal.

3 Composição dos Saldos Objetos de Nossas Análises

Conforme acordado com representantes de Nova Iguaçu, a base de dados disponibilizada pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças da Cidade de Nova Iguaçu, objeto de nossos trabalhos, foi apresentada utilizando-se dois critérios distintos, sendo:

- (i) Por Ano calendário:** as tabelas apresentadas com base neste critério contêm os saldos dos contribuintes não parcelados distribuídos por ano calendário.
- (ii) Por Ano de Parcelamento:** as tabelas apresentadas com base neste critério contêm os saldos dos contribuintes distribuídos a partir do ano em que ingressaram em um plano de parcelamento (para os contribuintes que possuíam mais de um plano de parcelamento em seu histórico junto à Prefeitura do Município de Nova Iguaçu, conforme apresentado na base de dados disponibilizada, utilizamos o parcelamento mais recente).

A partir dos critérios mencionados acima, segregamos nossas análises de acordo com a natureza do tributo e seu status atual, dívida parcelada ou dívida não parcelada.

A seguir os resultados observados a partir dos critérios mencionados:

(i) Por Ano calendário:

- Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo: contém os saldos dos contribuintes inscritos em Dívida Ativa, que não tiveram qualquer renegociação durante o período sob análise, ou cujo pagamento ocorreu em parcela única, apresentado por ano calendário. A apresentação dos valores encontra-se no Anexo I.

- Não parcelado ISS e Auto de Infração: contém os saldos dos contribuintes inscritos em Dívida Ativa, que não tiveram qualquer renegociação durante o período sob análise, ou cujo pagamento ocorreu em parcela única, apresentado por ano calendário. A apresentação dos valores encontra-se no Anexo II.

(ii) Por Ano de Parcelamento:

- Parcelado IPTU e Taxa de lixo: contém os saldos dos contribuintes inscritos em Dívida Ativa, que em algum momento do período (a partir do ano 2000) sob análise efetuaram acordo com a Prefeitura para parcelamento de seus débitos para pagamento em um número mínimo de duas parcelas.

Parcelado IPTU - R\$ mil						
Ano Parcelamento	Inscrição		Atualização	Pagamento		Saldo Final
	Principal	Mora		Principal	Mora	
2000	103	46	35	91	44	49
2001	56	20	9	58	27	1
2002	126	48	10	124	56	4
2003	145	57	13	145	69	1
2004	332	130	42	284	133	87
2005	3.682	2.916	1.668	1.756	1.818	4.692
2006	6.347	4.357	1.747	2.987	2.558	6.907
2007	10.321	7.393	2.413	2.288	2.361	15.477
2008	<u>1.083</u>	<u>735</u>	<u>265</u>	<u>17</u>	<u>26</u>	<u>2.040</u>
	<u>22.196</u>	<u>15.700</u>	<u>6.202</u>	<u>7.750</u>	<u>7.091</u>	<u>29.257</u>

- Parcelado ISS e Auto de Infração: contém os saldos dos contribuintes inscritos em Dívida Ativa, que em algum momento do período (a partir do ano 2000) sob análise efetuaram acordo com a Prefeitura para parcelamento de seus débitos para pagamento em um número mínimo de duas parcelas.

Parcelado ISS - R\$ mil						
Ano Parcelamento	Inscrição		Atualização	Pagamento		Saldo Final
	Principal	Mora		Principal	Mora	
2000	34	2	11	34	5	9
2001	-	-	-	-	-	-
2002	-	-	-	-	-	-
2003	-	-	-	-	-	-
2004	-	-	-	-	-	-
2005	17	10	6	12	9	12
2006	4.035	2.321	416	1.249	575	4.948
2007	448	211	98	79	55	623
2008	<u>10</u>	<u>4</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16</u>
	<u>4.544</u>	<u>2.548</u>	<u>534</u>	<u>1.374</u>	<u>644</u>	<u>5.607</u>

A apresentação detalhada dos valores inscritos em Dívida Ativa e parcelados encontra-se detalhados nos anexos III e IV deste Relatório.

4 Metodologia para Recalculo da Atualização dos Valores

Nos termos do art. 852 do CTM, os créditos da Fazenda Municipal de Nova Iguaçu, tributários ou não, inscritos ou não em dívida ativa, quando não pagos no vencimento, estão sujeitos à correção monetária pela variação do INPC, conforme observado a seguir:

“Art. 852 - Fica instituída a Unidade Fiscal do Município - UFINIG, que terá seu valor unitário, a partir de 1º de janeiro de 2007, fixado em R\$ 30,73 (trinta reais, setenta e três centavos), e será corrigida, anualmente, por ato normativo do Chefe do Executivo, pela variação nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único: Independente da atualização anual a que se refere o “caput” deste artigo, o Poder Executivo poderá corrigir os créditos da Fazenda Municipal, a qualquer tempo, sempre que o INPC/FIBGE acumular variação igual ou superior a 5% (cinco por cento).”

Nos termos do art. 541 do CTM, as multas serão calculadas tomando-se como base: o valor da Unidade Fiscal do Município - UFINIG e o valor do tributo, corrigido monetariamente.

As multas previstas no art. 541 do CTM são:

- a. Em relação ao ISS: de 10 UFINIGs, quando às empresas e às entidades estabelecidas no Município, na condição de tomadoras de serviços, deixarem de reter e de recolher o imposto devido pelos prestadores de serviços, na forma e nos prazos regulamentares.
- b. Pelo descumprimento de obrigações decorrentes da incidência do ISS: (i) deixar de recolher o tributo nos prazos previstos na legislação tributária municipal, constatado pela autoridade competente em procedimento fiscal, excetuada a hipótese dos autônomos: multa de 50% do tributo devido, corrigido monetariamente; (ii) recolher importância inferior à efetivamente devida: multa de 50% do valor da importância não recolhida, corrigida monetariamente; (iii) não possuir ou negar-se a apresentar à fiscalização, livros, talonários, declarações, faturas, guias de recolhimento e demais elementos do documentário fiscal, gerencial e contábil exigidos pela legislação tributária municipal, bem como nos casos em que tais documentos forem omissos ou se apresentarem escriturados ou preenchidos de forma ou com elementos incorretos, ou quando o contribuinte, de qualquer modo, impedir ou embaraçar a ação fiscal: multa de 100% do valor do tributo devido, apurado por arbitramento, corrigido monetariamente; (iv) deixar de emitir nota fiscal ou emití-la com erro ou omissões: multa de 100% do valor do tributo devido, corrigido monetariamente; (v) deixar de reter o tributo na hipótese de recolhimento na fonte: multa correspondente a 100% do valor do imposto devido corrigido monetariamente; (vi) deixar de recolher o tributo retido na fonte à Fazenda Municipal no prazo legal: multa de 200% do valor do imposto devido, corrigido monetariamente.
- c. Pelo descumprimento da obrigação principal decorrente da incidência do IPTU, constatado através de procedimento fiscal e excluída a espontaneidade do contribuinte infrator: penalidade de 30% do tributo devido atualizado monetariamente, salvo se comprovada a ocorrência de fraude, dolo, simulação, sonegação ou elisão, quando o valor da multa será de 100%.

Ademais, de acordo com o art. 542-A do CTM, as “multas fiscais decorrentes da falta de recolhimento dos tributos fixadas na legislação tributária do Município sofrerão as reduções abaixo discriminadas, desde que o contribuinte renuncie a qualquer apresentação de impugnação:

I - 100% (cem por cento) da multa fiscal, se os tributos apurados em auto de infração forem pagos no prazo de 10 (dez) dias, contados do dia seguinte ao da lavratura do Auto de Infração.

II - 60% (sessenta por cento), se o pagamento for efetivado no prazo de 20 (vinte) dias, contados do dia seguinte ao da lavratura do Auto de Infração.

III - 30% (trinta por cento), se o pagamento for efetivado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte ao da lavratura do Auto de Infração.

§ 1º - Quando a infração cometida for caracterizada como crime contra a ordem tributária, não terá lugar a aplicação do benefício previsto no “caput”.

§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se, também, no caso de parcelamento de créditos tributários, desde que o pedido seja deferido.

§ 3º - O atraso no pagamento de cotas do parcelamento implicará no cancelamento do benefício, sendo calculado todo o débito remanescente, inclusive o valor da multa fiscal, integralmente, considerando-se como vencido todo o crédito lançado pelo Auto de Infração.”

Quanto aos juros de mora, o crédito tributário e fiscal não quitado até o seu vencimento fica sujeito à incidência de: (i) juros de mora de 1% ao mês ou fração, contados da data do vencimento; (ii) multa moratória: (a) de 5% do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido dentro de 30 dias contados da data do vencimento; (b) de 10% do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido após 30 e até 60 dias contados da data do vencimento; (c) de 15% do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido após 60 e até 90 dias contados da data do vencimento; (d) de 20% do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido após 90 dias contados da data do vencimento; (iii) correção monetária, calculada da data do vencimento do crédito tributário, até o efetivo pagamento (art. 692 do CTM).

Conforme art. 695 do CTM, nas hipóteses de parcelamento, o valor da dívida será atualizado monetariamente até a data do pedido de parcelamento, acrescido dos juros de mora e multa de mora, nos termos do art. 692 do CTM e demais acréscimos pecuniários previstos na legislação em vigor, sendo o seu valor consolidado expresso em reais.

Para os créditos objeto de parcelamento, nos termos da Lei Municipal nº 8.075, na hipótese de atraso no pagamento de 2 parcelas consecutivas ou 3 intercaladas, o acordo poderá ser cancelado de ofício e o saldo a pagar será imediatamente inscrito em dívida ativa. O cancelamento do parcelamento por atraso no pagamento das parcelas dará ao requerente o direito de obter: (i) um novo reparcelamento do débito, condicionado o deferimento do mesmo ao pagamento à vista de 20% do saldo remanescente; ou (ii) um último reparcelamento do débito, condicionado o deferimento do mesmo ao pagamento à vista de 50% (cinquenta por cento) do saldo remanescente (art. 24).

5 Confronto dos Saldos Analisados com os Registros da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

Com intuito de evidenciar a integridade dos registros contidos na base de dados disponibilizada pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças da Cidade de Nova Iguaçu, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos com os respectivos controles mantidos pela Secretaria Municipal de Controle Interno, Despesa e Planejamento da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu.

5.1 Confronto do Volume de Arrecadação: Arquivo Retorno Bancário x Extratos Bancários

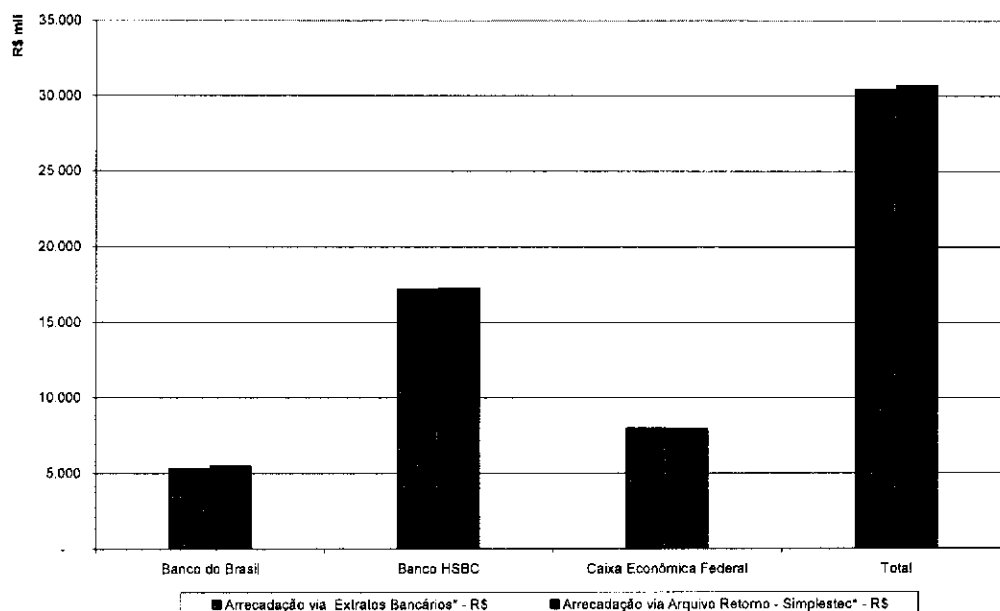
Com base no arquivo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças da Cidade de Nova Iguaçu, contendo toda arrecadação do município proveniente do período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de março de 2007 segregados por Banco Arrecadador (Banco do Brasil, Banco HSBC e CEF), foi efetuado um comparativo entre o volume arrecadado mensalmente, de acordo com os arquivos retorno dos Bancos, e os respectivos extratos bancários de cada banco para o período analisado. A seguir os resultados observados:

Tabela 5.1 - Comparativo do Volume arrecadado por Banco Arrecadado

Banco	Arrecadação via Extratos Bancários* - R\$	Arrecadação via Arquivo Retorno - Simpletec* - R\$	Total não conciliado - R\$	Total não conciliado - %
Banco do Brasil	5.291	5.490	(199)	-3,8%
Banco HSBC	17.160	17.244	(84)	-0,5%
Caixa Econômica Federal	7.971	7.942	29	0,4%
Total	30.422	30.676	(254)	-1%

* Valores arrecadados no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2007.

Gráfico 5.1 – Comparativo do Volume arrecadado por Banco Arrecadador



* Valores arrecadados no período de 1o de janeiro a 31 de março de 2007.

5.2 Conciliação do Volume de Arrecadação por Tipo de Tributo

Foi efetuado um comparativo dos volumes arrecadados, com base no arquivo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças da Cidade de Nova Iguaçu e objeto de nossos trabalhos, para o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de março de 2007 relativos aos tributos: IPTU, ISS, Taxa do Lixo e Autos de Infração, com os valores de arrecadação mensais, obtidos por meio dos arquivos retornos dos Bancos Arrecadores dos tributos sob análise para o mesmo período, fornecidos pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças da Cidade de Nova Iguaçu. A seguir os resultados observados:

IPTU (1) - R\$						
	Base de Dados	% total*	Arquivo Retorno Bancos**	% total*	Total não conciliado	%
jan/07	890.349	95,6%	856.750	95,8%	33.600	3,8%
fev/07	758.799	58,4%	729.341	57,6%	29.458	3,9%
mar/07	<u>905.199</u>	94,2%	<u>871.087</u>	94,1%	<u>34.113</u>	3,8%
Total	<u>2.554.347</u>	80,1%	<u>2.457.178</u>	79,6%	<u>97.170</u>	3,8%

ISS (2) - R\$						
	Base de Dados	% total*	Arquivo Retorno Bancos**	% total*	Total não conciliado	%
jan/07	7.753	0,8%	4.583	0,5%	3.170	40,9%
fev/07	443.495	34,2%	441.738	34,9%	1.757	0,4%
mar/07	<u>8.626</u>	0,9%	<u>7.476</u>	0,8%	<u>1.150</u>	13,3%
Total	<u>459.873</u>	14,4%	<u>453.797</u>	14,7%	<u>6.077</u>	1,3%

Tx Lixo (4) - R\$						
	Base de Dados	% total*	Arquivo Retorno Bancos**	% total*	Total não conciliado	%
jan/07	21.584	2,3%	21.584	2,4%	-	0,0%
fev/07	25.193	1,9%	25.086	2,0%	108	0,4%
mar/07	<u>42.313</u>	4,4%	<u>42.205</u>	4,6%	<u>108</u>	0,3%
Total	<u>89.090</u>	2,8%	<u>88.874</u>	2,9%	<u>216</u>	0,2%

AI (17) - R\$						
	Base de Dados	% total*	Arquivo Retorno Bancos**	% total*	Total não conciliado	%
jan/07	11.585	1,2%	11.585	1,3%	-	0,0%
fev/07	70.821	5,5%	70.821	5,6%	-	0,0%
mar/07	<u>4.676</u>	0,5%	<u>4.676</u>	0,5%	-	0,0%
Total	<u>87.082</u>	2,7%	<u>87.082</u>	2,8%	-	0,0%

Total - R\$						
	Base de Dados	% total**	Arquivo Retorno Bancos***	% total	Total não conciliado	%
jan/07	931.271	29,2%	894.501	29,6%	36.769	3,9%
fev/07	1.298.308	40,7%	1.266.985	39,8%	31.323	2,4%
mar/07	<u>960.815</u>	30,1%	<u>925.444</u>	30,6%	<u>35.370</u>	3,7%
Total	<u>3.190.393</u>		<u>3.086.931</u>		<u>103.462</u>	3,2%

* Percentual de representatividade em relação ao total arrecadado no mês de referência.

** Percentual de representatividade em relação ao total arrecadado no trimestre de referência.

*** Arquivos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças da Cidade de Nova Iguaçu relacionados aos arquivos-retorno dos Bancos. Tais arquivos foram confrontados com a base de dados disponibilizada e, portanto, os valores apresentados referem-se apenas aos tributos/contribuintes considerados em nossas análises.

A aplicação dos procedimentos descritos nessa seção objetivou estabelecer uma base razoável de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências, que foram consideradas imateriais na avaliação do Grupo Estruturador, no contexto da avaliação do perfil da carteira e seu desempenho no período sob análise.

6 Descritivo dos Processos de Arrecadação, IPTU, Taxa de Serviço de Coleta de Lixo, ISS e Auto de Infração inscritos em Dívida Ativa

Os tributos inadimplidos, representativos da Dívida Ativa, são geridos pela Secretaria de Economia e Finanças do Município - SEMEF e pela Procuradoria Geral do Município, para procedimentos de cobrança administrativa e judicial.

IPTU e Taxa de Serviço de Coleta de Lixo

A emissão anual ordinária ocorre no início de cada ano, no final do mês de janeiro e compreende a cobrança de IPTU e taxa de serviço de coleta de lixo para a totalidade das propriedades registradas no cadastro imobiliário na data de cobrança do tributo. As emissões especiais são representadas por tributos que passaram a ser devidos durante o ano, podendo ser ocasionadas por um novo “Habite-se” ou mesmo por uma autuação por fiscalização que provoque um aumento no imposto devido anteriormente.

ISS e Auto de Infração

Lançamentos on-line de serviços prestados e tomados por contribuintes e pagamento do ISS aplicável. Divergências entre o valor declarado e valores pagos são apurados sistematicamente por meio de fiscalizações programadas e emissão dos autos de infração.

Divisão da Dívida Ativa

- I - Dívida Ativa Administrativa (não inscrita): constituem Dívida Ativa Administrativa (a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento da obrigação tributária) os créditos de natureza tributária ou não, decorrentes de obrigações vencidas de qualquer origem ou modalidade, em fase de cobrança amigável, ainda não inscritos no Livro da Dívida Ativa.
- II - Dívida Ativa Administrativa Inscrita no Livro da Dívida Ativa: constituem os créditos de natureza tributária ou não, regularmente inscritos no Livro da Dívida Ativa (a partir 90 (noventa) dias contados do vencimento da obrigação tributária ISS/Auto de infração e até o mês de março do segundo ano subsequente ao do vencimento da obrigação tributária IPTU/Taxa de lixo), depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, por lei ou por decisão final proferida em processo regular e após esgotado o prazo de cobrança amigável.

Os créditos de natureza tributária ou não, regularmente inscritos no Livro da Dívida Ativa serão representados pela Certidão de Dívida Ativa (CDA), título executivo extrajudicial.

- III - Dívida Ativa Judicial: constituem os créditos de natureza tributária ou não, após o início do procedimento de execução fiscal, nos termos da Lei Federal nº 6.830/80. As Certidões de Dívida Ativa geradas pela inscrição do crédito inadimplido no Livro da Dívida Ativa serão remetidas à Procuradoria-Geral do Município para ajuizamento da competente ação de execução fiscal, caso não adimplidos, em até 90 (noventa) dias após a notificação de inscrição em Dívida Ativa Administrativa.

Procedimentos de Cobrança de Tributos Inadimplidos pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças - SEMEF e Procuradoria Geral do Município - PGM

A cobrança extrajudicial da Dívida Ativa Administrativa do Município de Nova Iguaçu a que se referem o Art. 2º, II da Lei Complementar nº 12/2005 e o Art. 1º, II do Decreto nº 7.174/2005 é de competência da Secretaria Municipal de Economia e Finanças - SEMEF. A Procuradoria-Geral do Município compete o exercício do controle da juridicidade do procedimento de inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança judicial dos créditos municipais.

As ações de cobrança de tributos originários de IPTU e Taxa de Lixo contemplam os seguintes procedimentos:

1. Contatos telefônicos: O Departamento de Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Economia e Finanças conta com um departamento destinado a entrar em contato com os contribuintes inadimplentes a fim de lhe oferecer opções para pagamento dos saldos devidos. A Prefeitura de Nova Iguaçu conta com um cadastro de todos os seus contribuintes contendo, dentre outras informações, endereço e telefone. Vale ressaltar que tal base de dados não está totalmente atualizada para todos os contribuintes analisados. Caso o contribuinte aceite alguma das opções de pagamento, a Prefeitura conta com serviço de *Courier*, que fará a entrega das guias para pagamento na localidade onde o contribuinte reside. A fim de otimizar tal recurso, a Prefeitura realiza as ligações telefônicas por região, a fim de obter a maior quantidade possível de pessoas que optem por alguma das opções de parcelamento para que, a partir desse momento, inicie um trabalho de entrega de guias de pagamento de forma maciça em determinada região do Município.
2. Carta aos inadimplentes: O Departamento de Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Economia e Finanças identifica contribuintes inadimplentes e envia cartas de cobrança contendo código de barras para pagamento. Durante a fase de cobrança administrativa, são enviadas ao todo 3 cartas de cobrança, todas contendo informações relativas ao débito do devedor e as opções de pagamento disponíveis. Adicionalmente, informa aos contribuintes os postos de atendimento e telefones de contato para possíveis negociações posteriores.
3. Após aproximadamente 18 meses em cobrança administrativa, os tributos inadimplidos são inscritos em Dívida, com a geração da respectiva Certidão de Dívida Ativa. Após a inscrição em Dívida o contribuinte será comunicado através de envio de correspondência (4ª carta enviada ao Contribuinte) e contato telefônico.
4. Após aproximadamente 90 dias contados a partir do momento em que a Dívida foi inscrita, a Prefeitura do Município de Nova Iguaçu iniciará a cobrança na esfera judicial, caso o contribuinte permaneça inadimplente.

Vale ressaltar que a Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu mantém um convênio com o Tribunal de Justiça desde 2005, através de contrato assinado entre as partes, e que abrevia o processo de inclusão do tributo inadimplente na esfera judicial. Através de layout previamente aprovado entre as partes, a Prefeitura envia, via sistema, as Certidões de Dívida Ativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro todos os contribuintes a serem citados judicialmente. Após 72 horas contadas do recebimento das Certidões de Dívida Ativa da Prefeitura para o Tribunal de Justiça, este retorna com os respectivos números dos processos judiciais. Em até 5 dias, a Procuradoria Geral do Município fica responsável pela entrega das vias físicas da petição inicial e respectiva Certidão de Dívida Ativa no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A Prefeitura conta com 27 funcionários designados para entrega dos mandados citatórios. Tais funcionários receberam treinamento específico e foram nomeados Oficiais de Justiça ad hoc, estando aptos, portanto, a entregar os referidos mandados citatórios.

Controles Observados

Com relação ao lançamento do IPTU pelo Município, este é feito pelo Departamento de Tributos Imobiliários da Secretaria de Economia e Finanças, utilizando-se do Sistema de Tributação de Recursos Públicos – STAR. Abaixo estão apresentadas as principais funcionalidades e procedimentos de controle observados durante a realização de nossos trabalhos:

- Segregação de funções e perfis de acesso.
- Senhas de acesso individuais.
- Funcionamento dos Sistemas relacionados ao IPTU apenas em terminais cadastrados.
- Rotinas de backup.
- Atividades centralizadas por dois Gestores/Coordenadores.
- Relatórios gerenciais mensais sobre quaisquer alterações relevantes que impactem na arrecadação do tributo.

As ações de cobrança de tributos originários de ISS e Auto de infração contemplam os seguintes procedimentos:

- O ISS inscrito em Dívida decorre essencialmente de “Autos de Infração” aplicados pela fiscalização do Município. Após o Auto de Infração emitido, e decorridos os prazos e instancias regulamentares aos quais o contribuinte pode recorrer, a Secretaria Municipal de Economia e Finanças emite Certidão de Dívida, e dá continuidade aos procedimentos de cobrança.
- Os procedimentos de cobrança realizados são basicamente os mesmos aplicados para cobrança do IPTU, divergindo apenas com relação aos prazos para início de cada uma das fases descritas para o processo de cobrança. A inscrição em Dívida, com a geração da respectiva Certidão em Dívida Ativa, ocorre aproximadamente após 120 dias em cobrança administrativa sem sucesso. O início da cobrança na esfera judicial se dá aproximadamente após 90 dias contados a partir da data em que a Dívida foi inscrita, com a respectiva Certidão de Dívida Ativa gerada.

Controles Existentes

Da mesma forma, os controles observados nos processos de lançamento e cobrança do ISS devido, estão destacados a seguir:

- Segregação de funções e perfis de acesso.
- Senhas de acesso individuais.
- Funcionamento dos Sistemas relacionados ao ISS apenas em terminais cadastrados.
- Rotinas de backup.
- Atividades centralizadas por dois Gestores/Coordenadores.
- Relatórios gerenciais mensais sobre quaisquer alterações relevantes que impactem na arrecadação do tributo.
- Sistema de Planejamento Fiscal, setor responsável pela análise e definição dos contribuintes a terem seus cálculos revisados.

Atualização Monetária dos Tributos

A atualização monetária dos tributos ocorre de forma automática calculada pelo Sistema, por meio da aplicação de taxas de atualização parametrizadas no sistema.

Formas de Pagamento e Liquidação Financeira dos Débitos

Os créditos municipais não adimplidos na forma e prazos estabelecidos pela legislação tributária, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que em fase de execução judicial, poderão ser pagos à vista ou de modo parcelado, em prestações mensais e sucessivas, observando-se:

I - O valor da dívida será atualizado monetariamente até a data do pedido de parcelamento, acrescido dos juros de mora e multa de mora, nos termos do art. 692 da Lei Complementar Municipal nº 3.411/2002 e demais acréscimos pecuniários previstos na legislação em vigor, sendo o seu valor consolidado expresso em reais.

II - Para parcelamentos em até 10 (dez) prestações, inclusive, não haverá a incidência de juros vincendos;

III - Para parcelamentos com mais de 10 (dez) prestações, serão acrescidos juros vincendos, no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês, acrescido do valor pela emissão da guia, nos termos da Lei nº 3447/2002.

A denúncia espontânea, nos termos do art. 138 da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), quando acompanhado do pagamento à vista do débito, exclui a incidência da multa de mora.

Os débitos superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), cujo pagamento parcelado ocorra em até 03 (três) cotas mensais e sucessivas, receberão o mesmo tratamento dado aos casos de denúncia espontânea.

Na hipótese de débito executado, a primeira e segunda parcelas contemplam as custas judiciais a serem repassadas ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nos termos de convênio específico.

Pessoa física: O parcelamento de dívida do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, Taxa de Lixo residencial, ISS autônomo, poderá ser deferido em até 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, respeitando-se, todavia, o limite mínimo de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) para cada prestação, acrescido da taxa de expediente. O contribuinte pode escolher o melhor dia do vencimento das prestações.

Pessoa jurídica: O parcelamento de dívida do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, Taxa de Lixo comercial, ISS empresa e Taxas incidentes sobre a atividade econômica, poderá ser deferido em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, respeitando-se, todavia, o valor mínimo de R\$ 96,00 (noventa e seis reais) para cada parcela, acrescido da taxa de expediente. O contribuinte pode escolher o melhor dia do vencimento das prestações.

O Município de Nova Iguaçu efetua a arrecadação dos tributos municipais através de DARM e de Ficha Nacional de Compensação. Diariamente são disponibilizados pelos bancos arrecadadores (Banco do Brasil, Santander, HSBC e Caixa Econômica Federal) arquivos referentes aos pagamentos para posterior baixa no sistema.

Ambiente de Sistemas

A Cidade de Nova Iguaçu utiliza um único sistema integrado (STAR - Sistema de tributação de Recursos Públicos) para gerenciar a cobrança, pagamentos e controle de qualidade de todos os tributos, tanto em fase regular como de Dívida Ativa. Esse sistema foi desenvolvido pela Simpletec Informática Ltda.

O STAR utiliza as plataformas Delphi 6.0 e MSSQLServer 2000.

Abaixo estão apresentadas as principais funcionalidades e procedimentos de controle informados pela SEMEF durante a realização de nossos trabalhos:

- i. Funcionários envolvidos: são 58 pessoas distribuídas em oito funções/cargos conforme descrito a seguir:

Função	Técnico	Atividade	% Tempo
Atendente	36 atendentes com Ensino Médio Completo/Grande parte cursando nível superior	Exercem atividade nas 3 Centrais de Atendimento existentes no Município. Efetuam parcelamentos, aberturas de processos administrativos e emissão de guias de tributos em geral.	100%
Gerente departamento de Dívida Ativa	1 funcionária cursando Nível Superior (Direito)	Elaboração de programas de racionalização de procedimentos e normas de serviço, visando o incremento da arrecadação; Decisão sobre processos de parcelamentos ou reparcelamentos de débitos; Programação e coordenação dos lançamentos dos débitos a serem inscritos em dívida ativa; Controle e execução da cobrança administrativa da dívida ativa; Encaminhamento para cobrança judicial os débitos não liquidados na fase de cobrança amigável; Outras atividades correlatas.	100%
Gerente de divisão de cobrança	2 funcionários com Ensino Médio Completo	Apoio à Gerente de Departamento da Dívida Ativa	
Tele-cobreadores	8 funcionários com Ensino Médio Completo	Ligações Telefônicas para cobrança de débitos; Parcelamento de débitos por telefone.	100%
Gerente de contrato	1 gerente	Gerência do Contrato com a Prefeitura de Nova Iguaçu	50%
Gerente de projetos	1 gerente de projetos	Gerência dos projetos de manutenção do sistema.	30%

Função	Técnico	Atividade	% Tempo
Suporte ao sistema	1 analista de sistemas sênior	Levantamento e detalhamento dos requisitos do sistema	25%
Suporte ao sistema	1 analista de sistema pleno	Análise e projeto: sistema e banco de dados	50%
Suporte ao sistema	2 analistas/desenvolvedores	Manutenção do sistema (codificação)	25%
Atendimento	2 atendentes remotos	Orientação ao atendimento presencial e ao cliente quando necessário	25%
Atendimento	1 atendente presencial	Atendimento geral e testes dos sistemas	100%
Testes	2 operadores de testes	Teste do sistema	25%

ii. Controle de acesso ao sistema: O sistema monitora todos os acessos efetuados pelos usuários. Todas as alterações realizadas no sistema são registradas com hora, data, usuário, computador, dado alterado antigo e dado inserido.

iii. Segregação de funções: Existem duas segregações, para cada uma existe um perfil pré-definido no sistema:

- a. Superintendente da Dívida Ativa
- b. Atendimento da Dívida Ativa

O sistema é dividido em módulos (telas) e a senha é concedida individualmente por módulos, sendo que para cada módulo temos as seguintes prioridades:

Prioridade	Acesso
Baixa	Somente consulta e impressão de Relatórios
Média	Baixa + Inclusão e Alteração
Alta	Baixa + Média + Exclusão
Tipo de usuário	ESPECIAL - Combinado com a prioridade alta permite acesso total ao módulo.

iv. Recursos computacionais: A SEMEF possui servidores, estações de trabalho, processadores para uso exclusivo, conforme descritos abaixo:

Recursos	Ambiente	Item	Uso
Servidor de Banco de dados	Windows Server 2003	Dell / 2 Processadores Intel Xeon 5160 Dual-Core	Exclusivo
Controlador do Domínio	Windows Server 2003	Intel Pentium III - 02 Processadores	Exclusivo
Servidor Georeferenciamento	Windows Server 2003	Pentium IV 2.4 Ghz	Exclusivo
Servidor de Aplicativo	Windows Server 2003	Intel Pentium IV	Exclusivo
Servidor BO	Windows Server 2000	HP / Intel Pentium IV	Exclusivo
Estação de Trabalho	Windows XP	Sempron 2200	Exclusivo
Estação de Trabalho	Windows XP	Sempron 2200	Exclusivo
Estação de Trabalho	Windows XP	Sempron 2200	Exclusivo
Estação de Trabalho	Windows XP	Sempron 2200	Exclusivo
Estação de Trabalho	Windows XP	Sempron 2200	Exclusivo

- v. Rotinas de Backups do sistema: Backups são gerados automaticamente no final do expediente e armazenados em um HD dedicado. São espelhados em um outro servidor durante a noite. Durante o expediente uma rotina gera o Backup diferencial. Todos os dias da semana o backup é gravado em duas fitas Dat, uma permanece no prédio e a outra é retirada.
- vi. Planos de contingência: existe uma estrutura que possibilita restaurar o sistema em poucas horas e com o mínimo de perda possível, caso haja algum imprevisto. A Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu conta com uma Sala de Servidores, contendo os seguintes principais itens: no-break, refrigeração 24h por dia e extintores de incêndio.
- vii. Funcionalidade do sistema de cobrança e baixa dos valores arrecadados: O Município de Nova Iguaçu efetua a arrecadação dos tributos municipais por meio de DARM e de Ficha Nacional de Compensação. Diariamente são disponibilizados pelos bancos arrecadadores (Banco do Brasil, Santander, HSBC e Caixa Econômica Federal) arquivos referentes aos pagamentos, os quais são inseridos no sistema ARREC, sendo processados todos os valores pagos. Posteriormente todos os valores pagos são migrados para o Sistema STAR. A rotina de baixa dos valores pagos é automática. O Sistema ARREC efetua a leitura dos arquivos enviados pelos bancos arrecadadores, sendo ainda possível através de relatórios gerenciais do mesmo verificar se houve algum erro no processo de baixa. Já o Sistema STAR realiza o controle total dos lançamentos tributários, como também dos parcelamentos e reparcelamentos. Toda emissão de guia (DARM e Ficha Nacional de Compensação) é controlada pelo STAR.



Anexo I

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano-calendário)

Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções de decurridos de pagamentos)	Descontos
200001	-	-	1.699.561	540.964	12.227	26	37.808	15.509	1.661.962	537.446	2.199.408	2.199.434	26
200002	1.663.559	537.956	1.114.946	38.979	32.318	(597)	54.476	27.217	1.722.969	583.095	2.306.064	2.306.064	-
200003	1.723.599	583.561	41.858	13.061	21.835	(972)	42.926	21.515	1.722.067	597.405	2.319.473	2.319.473	-
200004	1.721.871	598.415	975.908	294.368	26.897	(297)	31.735	17.637	2.666.463	901.622	3.568.085	3.568.085	-
200005	2.668.435	902.206	52.801	18.339	35.226	(449)	44.326	24.481	2.675.012	931.188	3.606.200	3.606.200	-
200006	2.675.441	931.792	40.148	13.143	33.707	(183)	37.153	21.175	2.678.110	957.794	3.635.903	3.635.903	-
200007	2.677.517	958.571	58.114	18.179	34.391	(327)	28.657	16.449	2.708.462	993.205	3.701.666	3.701.666	-
200008	2.710.791	993.724	41.495	14.669	38.567	(1.892)	36.785	22.429	2.714.552	1.025.480	3.740.032	3.740.032	-
200009	2.714.421	1.025.989	30.791	10.351	31.464	(854)	26.935	16.869	2.718.637	1.050.575	3.769.212	3.769.212	-
200010	2.718.397	1.050.916	67.027	22.445	45.671	(928)	34.413	21.966	2.751.816	1.096.261	3.848.077	3.848.077	-
200011	2.752.029	1.096.448	56.073	15.832	44.909	(590)	50.702	33.469	2.757.456	1.123.662	3.881.118	3.881.118	-
200012	2.757.311	1.123.949	1.274.337	395.292	32.816	(1.331)	93.835	55.961	3.939.268	1.494.642	5.433.910	5.433.910	-
200101	3.939.765	1.494.963	4.399.124	1.404.056	47.883	(358)	38.237	18.641	8.302.038	2.926.873	11.228.911	11.228.911	-
200102	8.302.332	2.926.937	19.625	2.476	86.690	(234)	39.223	15.100	8.284.650	2.999.087	11.283.737	11.283.737	-
200103	8.284.429	2.999.306	66.977	19.152	103.918	(1.414)	36.496	15.954	8.320.310	3.101.021	11.421.331	11.421.331	-
200104	8.320.101	3.101.300	1.802.544	543.641	111.892	(4)	93.520	53.553	10.029.441	3.702.964	13.732.405	13.732.405	-
200105	10.029.782	3.703.471	93.839	29.469	118.690	(171)	97.395	53.058	10.026.008	3.798.790	13.824.797	13.824.797	-
200106	10.024.581	3.799.539	87.254	22.080	119.436	(181)	88.220	41.309	10.025.710	3.897.651	13.923.360	13.923.360	-
200107	10.024.937	3.898.139	112.865	29.796	116.945	5	81.521	40.039	10.057.060	4.004.056	14.061.117	14.061.122	5
200108	10.057.111	4.004.488	81.911	23.657	122.972	(11)	82.831	42.183	10.056.424	4.108.701	14.165.125	14.165.125	-
200109	10.052.874	4.109.005	58.093	17.655	110.066	(824)	61.453	32.372	10.053.319	4.263.551	14.256.869	14.256.869	-
200110	10.053.157	4.203.781	59.424	18.809	113.706	(0)	52.666	28.822	10.060.071	4.307.318	14.367.389	14.367.389	-
200111	10.059.622	4.307.626	68.894	22.479	118.616	(268)	56.896	30.589	10.072.131	4.417.621	14.489.752	14.489.752	-
200112	10.073.331	4.418.151	48.492	15.365	102.480	(1)	65.070	38.210	10.055.579	4.498.959	14.554.538	14.554.538	-
200201	10.054.609	4.499.278	12.790.095	4.095.460	111.257	11	63.395	31.341	22.775.296	8.680.657	31.455.952	31.455.964	11
200202	22.773.724	8.681.179	61.617	18.919	236.997	(140)	64.779	34.248	22.772.127	8.901.283	31.673.410	31.673.410	-
200203	22.770.938	8.902.240	66.633	19.955	244.149	(10)	69.266	34.813	22.769.595	9.130.232	31.899.827	31.899.837	10
200204	22.766.595	9.131.401	65.102	18.488	243.278	(42)	70.313	35.619	22.764.381	9.354.550	32.118.932	32.118.932	-
200205	22.761.647	9.355.721	47.101	12.264	236.912	16	68.028	33.778	22.743.612	9.568.212	32.311.824	32.311.840	16
200206	22.742.088	9.569.028	27.683	7.545	236.612	8	22.911	11.749	22.748.421	9.799.866	32.548.288	32.548.296	8
200207	22.745.154	9.800.996	47.213	13.409	238.585	(83)	34.895	18.509	22.760.796	10.031.156	32.791.952	32.791.952	-
200208	22.756.116	10.032.864	54.912	15.689	250.305	20	51.942	22.764.245	22.764.245	33.028.495	33.028.515	33.028.515	20
200209	22.758.684	10.265.982	45.763	16.991	244.860	(267)	40.440	23.056	22.769.576	10.499.208	33.268.784	33.268.784	-
200210	22.766.945	10.500.304	51.104	15.035	240.322	(62)	42.406	23.366	22.778.274	10.729.665	33.507.939	33.507.939	-
200211	22.773.416	10.730.825	36.752	10.034	242.397	7	33.610	17.607	22.781.416	10.960.785	33.742.201	33.742.207	7
200212	22.775.984	10.962.002	87.472	45.084	249.697	(0)	69.796	40.169	22.803.749	11.206.526	34.010.275	34.010.275	-
200301	22.790.431	11.207.598	18.094.544	5.782.159	248.692	(126)	101.747	42.399	40.790.419	17.197.860	57.988.279	57.988.279	-
200302	40.785.483	17.198.804	84.346	21.070	425.978	(21)	92.011	40.432	40.785.189	17.598.050	58.383.239	58.383.239	-

Anexo I

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano-calendário)

Mês	Saldo Inicial			Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo + Correção Monetária	Descontos / Multas no pagamento das parcelas	Pagamento			Saldo Final Principal	Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagagens)
	Principal	Mora	Total					Principal	Mora	Total				
200303	40.782.896	17.598.608	62.553	17.341	447.470	(4)	75.314	38.221	40.787.273	18.008.061	58.795.334	-	58.795.334	
200304	40.783.939	18.008.541	170.766	50.263	456.748	(0)	104.125	53.574	40.873.955	18.438.602	59.312.558	-	59.312.558	
200305	40.872.458	18.438.906	54.516	15.028	445.553	6	60.820	31.126	40.883.429	18.850.880	59.734.309	-	59.734.315	
200306	40.881.025	18.851.123	46.052	12.848	437.426	(0)	36.005	29.081	40.882.660	19.260.728	60.143.388	-	60.143.388	
200307	40.880.528	19.260.918	28.206	7.568	423.171	(47)	62.079	33.026	40.855.365	19.649.921	60.505.287	-	60.505.287	
200308	40.853.205	19.650.184	671.840	608.977	420.763	(0)	14.154	7.222	41.517.787	20.665.816	62.183.603	-	62.183.603	
200309	41.517.312	20.665.819	2.004	390	424.268	(234)	5.253	2.438	41.516.131	21.085.971	62.602.102	-	62.602.102	
200310	41.514.364	21.085.942	330.724	290.482	414.863	(34)	7.225	3.650	41.840.313	21.785.188	63.625.501	-	63.625.501	
200311	41.839.638	21.785.155	27.490	21.214	422.142	(168)	9.087	4.179	41.859.006	22.223.366	64.082.372	-	64.082.372	
200312	41.858.712	22.223.377	11.543.266	10.502.790	419.412	(0)	5.781	2.621	53.399.216	33.139.939	86.539.155	-	86.539.155	
200401	53.399.620	33.139.905	19.235.727	6.147.265	533.035	0	32.541	5.895	72.596.522	39.820.595	112.417.116	-	112.417.116	
200402	72.596.513	39.820.550	27.603	2.843	724.391	(31)	26.730	5.642	72.598.661	40.540.867	113.139.528	-	113.139.528	
200403	72.598.442	50.389.235	12.492	1.835	730.230	(16)	13.707	3.927	72.597.672	41.268.570	113.866.243	-	113.866.243	
200404	72.596.567	41.268.621	187.643	54.255	732.442	(31)	15.694	6.094	72.770.372	42.047.369	114.817.740	-	114.817.740	
200405	72.771.004	42.047.473	9.155	1.971	730.717	(14)	16.217	6.790	72.766.966	42.770.343	115.537.309	-	115.537.309	
200406	85.463.442	50.389.235	166.390	130.820	865.054	471	9.977	3.411	85.620.938	51.380.144	137.001.554	471	137.001.554	
200407	85.620.568	51.380.193	820.075	895.948	848.679	773	10.279	4.567	86.432.662	53.117.182	139.550.843	773	139.550.843	
200408	86.433.098	53.117.182	24.028	16.663	878.532	(10)	7.997	3.412	86.450.470	54.007.624	140.458.094	-	140.458.094	
200409	86.450.470	54.007.624	34.413	33.336	871.867	1.229	6.078	2.824	86.499.025	54.908.554	141.408.088	1.229	141.408.088	
200410	86.499.773	54.908.554	5.671	1.818	856.504	117	8.711	2.833	86.498.513	55.762.146	142.260.776	117	142.260.776	
200411	86.498.587	55.762.146	306.095	355.089	874.193	(0)	5.605	2.384	86.799.912	56.988.209	143.788.121	-	143.788.121	
200412	86.799.912	56.988.209	13.875.754	12.672.176	866.635	13	7.308	3.365	100.668.918	70.523.082	171.192.013	13	171.192.013	
200501	100.668.918	70.523.082	48.972.778	17.358.101	1.028.113	(42)	31.600	7.819	149.614.905	88.896.670	238.511.574	-	238.511.574	
200502	149.614.905	88.896.670	46.549	24.604	1.496.076	(59)	17.040	4.410	149.646.169	90.411.184	240.057.353	-	240.057.353	
200503	149.646.400	90.411.184	47.032	47.032	1.496.046	(40)	11.135	3.833	149.717.058	91.945.434	241.662.492	-	241.662.492	
200504	149.717.134	91.945.445	4.834.223	1.823.439	1.502.343	681	13.710	5.992	154.538.428	95.263.771	249.802.199	681	249.802.880	
200505	154.539.054	95.263.804	881.295	607.498	1.552.098	-	12.733	8.870	155.413.481	97.408.665	252.822.146	-	252.822.146	
200506	155.413.923	97.408.633	19.928	5.494	1.566.651	1.662	7.929	3.100	155.425.527	98.976.411	254.403.939	1.662	254.403.601	
200507	155.424.803	98.976.323	251.380	111.092	1.566.651	(1)	50.999	20.068	155.628.057	100.625.779	256.253.836	-	256.253.836	
200508	155.627.936	100.625.729	216.039	100.126	1.590.050	(0)	107.926	44.601	155.735.845	102.271.507	258.007.353	-	258.007.353	
200509	155.735.845	102.271.507	183.094	23.009	1.626.238	-	134.348	69.185	155.764.591	103.853.569	259.618.160	-	259.618.160	
200510	155.764.591	103.853.569	174.162	43.655	1.626.694	4	140.917	57.418	155.797.906	105.428.336	261.226.242	-	261.226.242	
200511	155.797.906	105.428.336	22.339.025	18.478.628	1.585.634	12	108.790	50.523	178.028.149	125.442.056	303.470.204	12	303.470.216	
200512	178.028.149	125.442.056	1.859.547	1.359.298	1.814.217	0	186.536	73.940	179.731.160	128.541.631	308.272.790	0	308.272.790	
200601	179.731.160	128.541.631	65.056.105	20.780.007	1.844.131	(0)	285.239	89.392	244.502.026	151.076.376	395.578.402	-	395.578.402	
200602	244.502.026	151.076.376	1.62.405	26.724	2.475.349	31	201.618	62.319	244.462.758	153.516.155	397.978.913	31	397.978.943	
200603	244.462.758	153.516.155	788.457	372.857	2.456.536	263	131.266	45.707	245.120.088	156.209.438	401.419.527	-	401.419.527	
200604	245.120.088	156.209.438	4.461.960	1.503.935	2.490.846	(21)	170.457	58.887	249.411.604	160.255.319	409.646.922	-	409.646.922	



Anexo I

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano-calendário)

Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas		Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final		Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - as deduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Total	Total	Total	Total
200605	249.411.604	160.235.319	215.902	57.343	1.666.335	1.238.384	2.505.859	(0)	229.639	91.016	249.397.705	162.707.666	412.105.371	-	412.105.371	-	412.105.371	-
200606	249.397.705	162.707.666	1.666.335	1.238.384	1.666.335	1.238.384	2.537.130	1	190.679	94.053	250.873.360	166.389.127	417.262.488	1	417.262.488	1	417.262.488	1
200607	250.873.360	166.389.127	1.772.96	47.150	1.772.96	47.150	2.531.591	(332)	179.952	83.444	250.870.509	168.884.619	419.755.128	-	419.755.128	-	419.755.128	-
200608	250.871.077	168.884.619	948.858	299.197	948.858	299.197	2.545.905	(676)	161.053	72.551	251.657.277	171.658.776	423.316.053	-	423.316.053	-	423.316.053	-
200609	251.657.277	171.658.776	107.456	24.206	107.456	24.206	2.543.966	-	125.591	59.539	251.638.733	174.167.817	425.806.549	-	425.806.549	-	425.806.549	-
200610	251.638.733	174.167.817	174.372	39.522	174.372	39.522	2.545.299	(310)	180.277	75.261	251.632.092	176.678.112	428.310.204	-	428.310.204	-	428.310.204	-
200611	251.632.490	176.678.112	117.187	29.648	117.187	29.648	2.534.197	1.640	106.215	54.320	251.639.258	179.190.201	430.829.460	-	430.829.460	-	430.829.460	-
200612	251.639.258	179.190.201	142.315	53.334	142.315	53.334	2.535.949	1.411	113.712	54.149	251.664.978	181.726.807	433.391.785	-	433.391.785	-	433.391.785	-
200701	251.664.978	181.726.807	68.413.436	35.078.510	68.413.436	35.078.510	11.191.853	(3.992)	312.984	93.132	319.763.931	227.905.446	547.669.377	-	547.669.377	-	547.669.377	-
200702	322.405.371	231.005.393	283.145	112.212	283.145	112.212	3.251.150	1.035	214.239	94.480	322.467.683	234.279.833	556.747.517	-	556.747.517	-	556.747.517	-
200703	322.469.739	234.279.833	323.001	94.996	323.001	94.996	3.272.140	(4.799)	316.380	148.042	322.471.259	237.504.093	559.975.352	-	559.975.352	-	559.975.352	-
200704	322.471.236	237.504.156	248.456	88.483	248.456	88.483	3.314.253	(7.079)	255.166	144.394	322.464.012	240.763.012	563.227.024	-	563.227.024	-	563.227.024	-
200705	322.463.968	240.763.072	188.806	72.202	188.806	72.202	3.259.322	(6.273)	153.722	96.131	322.498.558	243.998.960	566.497.518	-	566.497.518	-	566.497.518	-
200706	322.498.273	243.998.794	237.649	94.905	237.649	94.905	3.271.486	(5.965)	216.345	139.048	322.517.058	247.228.657	569.745.715	-	569.745.715	-	569.745.715	-
200707	322.517.282	247.228.657	284.449	139.163	284.449	139.163	3.271.563	(16.413)	263.095	178.082	322.531.633	250.468.304	572.999.937	-	572.999.937	-	572.999.937	-
200708	322.532.040	250.468.304	33.915.092	25.524.385	33.915.092	25.524.385	3.291.707	(27.287)	364.116	253.535	356.070.566	279.043.312	635.113.878	-	635.113.878	-	635.113.878	-
200709	356.070.566	279.043.312	237.174	100.849	237.174	100.849	3.551.760	(12.246)	258.698	171.922	356.041.654	285.531.387	638.573.041	-	638.573.041	-	638.573.041	-
200710	356.041.659	282.531.387	385.639	197.469	385.639	197.469	3.695.078	(5.892)	227.768	146.991	356.198.678	286.277.796	642.476.474	-	642.476.474	-	642.476.474	-
200711	356.198.962	286.277.802	271.408	136.442	271.408	136.442	3.586.501	(5.934)	307.758	243.191	356.154.781	289.765.384	645.920.165	-	645.920.165	-	645.920.165	-
200712	356.154.670	289.765.389	284.651	105.145	284.651	105.145	3.610.908	(5.023)	256.995	122.917	356.181.822	293.359.030	649.540.852	-	649.540.852	-	649.540.852	-
200801	356.181.953	293.359.030	257.006	79.001	257.006	79.001	21.670.713	(7.814)	154.403	103.580	356.187.118	315.102.603	671.289.721	-	671.289.721	-	671.289.721	-



Anexo II

Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano-calendário)

Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Municipal	Debitos / Multas pela infração no período das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de julgados)	Debitos
200001	-	-	215.974	56.337	3.476	(3)	37.794	6.450	178.180	53.364	231.544	231.544	-
200002	178.180	53.364	3.290	3.290	6.306	(19)	52.825	7.011	180.496	55.946	236.442	236.442	-
200003	180.496	55.946	119.473	34.293	2.767	(19)	7.547	2.175	292.426	90.827	383.252	383.252	-
200004	292.426	90.827	21.770	3.389	4.985	(39)	14.426	3.034	299.737	96.160	395.897	395.897	-
200005	299.737	96.160	27.408	4.163	6.992	0	27.990	8.067	299.181	99.222	398.403	398.403	0
200006	299.181	99.222	32.747	2.122	6.597	0	26.879	4.270	305.079	103.641	408.720	408.720	0
200007	305.079	103.641	7.029	1.309	3.978	(10)	5.088	1.421	307.038	107.488	414.527	414.527	-
200008	307.038	107.488	48.470	746	7.758	-	45.780	4.951	309.728	111.041	420.769	420.769	-
200009	309.728	111.041	22.564	7.664	3.591	(0)	2.410	.992	329.882	121.304	451.185	451.185	-
200010	329.882	121.304	2.403	506	3.479	(0)	1.099	436	331.185	124.852	456.038	456.038	-
200011	331.185	124.852	4.186	934	3.415	(9)	1.610	728	333.762	128.874	462.636	462.636	-
200012	333.762	128.874	8.085	1.751	5.016	0	7.265	2.978	334.585	132.640	467.224	467.224	0
200101	334.585	132.640	21.676	775	4.838	6	19.915	2.016	336.308	136.310	472.618	472.618	6
200102	336.308	136.310	76.531	6.288	7.713	14	73.852	10.065	338.989	140.210	479.199	479.213	14
200103	338.989	140.210	175.055	49.245	3.962	4	14.474	2.229	497.564	191.190	688.754	688.758	4
200104	497.564	191.190	13.668	2.864	5.090	7	10.660	1.987	500.560	197.161	697.721	697.729	7
200105	500.560	197.161	11.601	2.862	7.222	0	9.879	4.259	502.280	202.988	705.268	705.269	0
200106	502.280	202.988	9.796	2.964	4.901	(0)	3.250	1.500	508.826	209.642	718.468	718.468	-
200107	509.032	209.642	3.915	1.141	5.417	4	2.482	947	510.260	215.454	725.713	725.718	4
200108	510.260	215.454	18.673	4.014	6.269	(0)	17.300	4.791	511.633	220.945	732.577	732.577	-
200109	511.666	220.945	221.556	45.814	6.224	0	6.747	2.569	726.442	270.447	996.888	996.888	0
200110	726.588	270.447	401.658	81.359	12.267	(0)	67.310	21.356	1.060.789	342.863	1.403.652	1.403.652	-
200111	1.060.789	342.863	5.753	1.427	7.266	(0)	4.850	1.634	1.061.693	349.901	1.411.594	1.411.594	-
200112	1.063.693	349.901	63.962	10.501	8.078	(0)	26.061	2.807	1.099.593	365.073	1.465.266	1.465.266	-
200201	1.095.593	365.673	3.232.589	955.195	11.544	100	64.205	6.368	4.267.822	1.326.100	5.593.922	5.593.922	100
200202	4.267.822	1.326.100	68.611	6.775	44.845	192	59.808	8.046	4.276.523	1.369.385	5.646.300	5.646.300	192
200203	4.276.523	1.369.585	291.588	80.879	44.349	140	22.470	3.958	4.545.547	1.490.809	6.036.496	6.036.496	140
200204	4.545.547	1.490.809	283.776	56.775	45.355	77	13.796	3.185	4.813.459	1.589.745	6.403.204	6.403.281	77
200205	4.813.459	1.589.745	6.839	6.839	46.200	93	5.615	1.894	4.840.414	1.640.804	6.481.278	6.481.271	93
200206	4.840.414	1.640.864	148.175	30.133	45.848	139	9.838	3.202	4.978.654	1.713.597	6.692.251	6.692.291	139
200207	4.978.654	1.713.597	7.885	1.603	48.993	44	8.905	2.345	4.977.617	1.761.920	6.739.482	6.739.482	44
200208	4.977.617	1.761.820	41.754	8.232	52.004	11	39.618	11.516	4.979.727	1.810.585	6.790.312	6.790.323	11
200209	4.979.727	1.810.585	41.898	8.062	50.847	15	15.195	3.682	5.006.420	1.865.829	6.872.249	6.872.263	15
200210	5.006.420	1.865.829	59.499	12.190	50.917	3	13.371	3.451	5.032.548	1.925.483	6.978.031	6.978.033	3
200211	5.057.548	1.925.483	406.364	80.912	50.537	0	11.762	3.619	5.447.150	2.053.312	7.500.462	7.500.462	0
200212	5.447.150	2.053.312	4.924	4.924	51.614	5	24.021	3.915	5.469.643	2.105.944	7.575.587	7.575.593	5
200301	5.469.643	2.105.944	155.353	22.993	51.838	3	131.285	13.753	5.495.895	2.167.035	7.662.730	7.662.733	3



Anexo II

Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano-calendário)

Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Municipal	Decretos / Multas pela atraso no pagto das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorridas de pagtos)	Descontos
200302	5.493.695	2.167.035	90.796	7.712	57.031	20	83.649	8.799	5.500.832	2.222.969	7.723.801	7.723.821	20
200303	5.500.832	2.222.969	540.521	133.180	56.419	8	33.585	4.692	6.007.760	2.407.876	8.415.636	8.415.644	8
200304	6.007.760	2.407.876	32.545	3.678	58.149	6	30.254	4.030	6.010.051	2.465.667	8.475.718	8.475.724	6
200305	6.010.051	2.465.667	660.588	132.255	59.070	(0)	20.595	5.435	6.630.044	2.651.557	9.301.601	9.301.601	-
200306	6.650.044	2.651.557	71.043	15.194	57.857	3	20.836	5.009	6.709.252	2.719.197	9.419.448	9.419.451	3
200307	6.700.252	2.719.197	177.164	35.323	61.442	0	5.420	1.450	6.871.984	2.814.723	9.686.707	9.686.707	0
200308	6.871.984	2.814.723	4.111	991	65.559	-	1.725	633	6.874.370	2.880.640	9.755.010	9.755.010	-
200309	6.874.370	2.880.640	50.285	2.122	66.481	0	3.184	1.612	6.921.471	2.947.632	9.869.102	9.869.102	0
200310	6.921.471	2.947.632	1.656	520	68.871	0	2.568	966	6.920.518	3.016.058	9.936.616	9.936.616	0
200311	6.920.518	3.016.058	23.980	5.376	69.064	0	1.338	536	6.943.201	3.089.960	10.033.161	10.033.161	0
200312	6.943.201	3.089.960	171.882	35.056	70.508	0	4.250	1.666	7.110.827	3.193.805	10.304.692	10.304.692	0
200401	7.110.827	3.193.865	35.074	5.564	70.853	0	27.688	6.362	7.118.207	3.263.925	10.382.132	10.382.132	0
200402	7.118.207	3.263.925	10.345	1.488	70.165	9	10.328	1.575	7.118.224	3.333.994	10.452.218	10.452.228	9
200403	7.118.224	3.333.994	2.997.955	625.125	72.863	0	13.739	3.970	10.102.440	4.028.112	14.130.553	14.130.553	0
200404	10.102.440	4.028.112	299.788	86.139	75.301	0	26.822	6.958	10.375.406	4.180.595	14.556.001	14.556.001	0
200405	10.375.406	4.180.595	31.781	5.051	78.592	3	24.537	4.663	10.382.647	4.259.573	14.642.220	14.642.224	3
200406	10.382.647	4.259.573	399.829	81.157	102.983	0	11.249	3.048	10.771.227	4.440.604	15.211.891	15.211.892	0
200407	10.771.227	4.440.664	138.579	27.691	103.774	0	2.755	919	10.907.051	4.571.311	15.478.362	15.478.362	0
200408	10.907.051	4.571.211	986.299	198.134	103.891	0	6.768	1.911	11.886.582	4.871.326	16.757.908	16.757.908	0
200409	11.886.582	4.871.326	21.233	5.037	106.981	0	3.142	1.185	11.904.673	4.982.159	16.886.832	16.886.832	0
200410	11.904.673	4.982.159	14.602	3.147	112.538	(43)	2.767	1.074	11.916.508	5.096.789	17.013.297	17.013.297	-
200411	11.916.508	5.096.789	98.113	20.178	119.209	(5)	12.256	4.285	12.002.366	5.231.891	17.234.256	17.234.256	-
200412	12.002.366	5.231.891	55.003	12.170	120.811	6	15.555	2.700	12.099.816	5.362.166	17.461.982	17.461.988	6
200501	12.099.816	5.362.166	35.921	8.036	120.560	0	14.839	4.708	12.057.897	5.485.854	17.543.752	17.543.752	0
200502	12.057.897	5.485.854	15.592	2.987	123.993	(21)	12.248	5.069	12.061.241	5.607.765	17.669.006	17.669.006	-
200503	12.061.241	5.607.765	336.050	94.405	133.126	(1.407)	12.879	6.289	12.381.420	5.839.599	18.210.720	18.210.720	-
200504	12.381.420	5.839.299	41.796	14.676	125.040	0	10.641	6.607	12.412.595	5.962.352	18.374.945	18.374.945	0
200505	12.412.593	5.962.352	49.484	13.997	125.405	0	10.719	5.685	12.451.354	6.096.071	18.547.426	18.547.426	0
200506	12.451.354	6.096.071	26.148	7.436	123.467	0	93.344	32.066	12.385.206	6.193.859	18.579.066	18.579.066	0
200507	12.385.206	6.193.859	119.884	108.578	125.151	0	3.029	1.419	12.502.061	6.426.735	18.928.794	18.928.794	0
200508	12.502.061	6.426.735	586.083	615.806	126.167	0	4.898	1.599	13.083.250	7.167.102	20.250.352	20.250.352	0
200509	13.082.250	7.167.102	9.780	2.934	146.626	-	99	24	13.092.932	7.316.837	20.409.569	20.409.569	-
200510	13.092.932	7.316.637	66.597	77.538	132.005	-	-	-	13.159.529	7.526.180	20.685.709	20.685.709	-
200511	13.159.529	7.526.180	12.354	5.991	130.232	-	-	-	13.171.883	7.662.403	20.834.286	20.834.286	-
200512	13.171.883	7.662.403	2.479.734	1.450.821	132.999	-	-	-	15.651.617	9.246.223	24.897.841	24.897.841	-
200601	15.651.617	9.246.223	1.649.070	422.698	156.051	-	464	214	17.300.222	9.824.758	27.124.980	27.124.980	-
200602	17.300.222	9.824.758	229.059	255.472	182.496	-	179	107	17.529.102	10.243.118	27.772.220	27.772.220	-



Anexo II

Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano-calendário)

Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagtos)	Descontos
200603	17.329.102	10.243.118	854.294	461.418	-	60	-	18.470.295	11.538.830	30.029.125	30.029.125	-
200604	18.470.295	11.538.830	92.358	162.469	-	113	-	18.616.705	11.813.597	30.430.302	30.430.302	-
200605	18.616.705	11.813.597	126.983	25.168	-	598	122.926	18.620.604	12.004.998	30.625.602	30.625.602	-
200606	18.743.091	12.004.998	119.980	161.043	122.487	25.728	-	18.777.115	12.260.293	31.037.408	31.159.895	122.487
200607	18.777.115	12.260.293	111.603	166.595	-	-	-	18.892.922	12.538.291	31.431.213	31.431.213	-
200608	18.892.922	12.538.291	9.65	166.315	598	738	302	18.895.222	12.705.029	31.600.251	31.600.849	598
200609	18.895.222	12.705.029	22.542	163.068	-	-	-	18.917.764	12.875.160	31.792.924	31.792.924	-
200610	18.917.764	12.875.160	4.844	165.699	-	30	19	18.922.579	13.042.157	31.964.736	31.964.736	-
200611	18.922.579	13.042.157	28.857	167.358	-	-	4.145	18.947.790	13.230.154	32.177.944	32.177.944	-
200612	18.951.435	13.230.154	1.255	167.625	-	-	-	18.948.545	13.398.155	32.346.700	32.346.700	-
200701	18.952.690	13.398.155	563.222	753.477	4.142	1.192	6	19.511.659	14.360.768	33.872.427	33.876.569	4.142
200702	19.511.659	14.360.768	57.806	168.748	110	536	430	19.612.416	14.586.854	34.199.270	34.199.380	110
200703	19.612.416	14.586.854	20.862	172.528	-	826	425	19.632.452	14.776.709	34.409.221	34.409.221	-
200704	19.632.452	14.776.709	4.268	173.666	-	-	-	19.636.721	14.951.334	34.588.235	34.588.235	-
200705	19.636.721	14.951.334	7.953	171.370	-	168	110	19.644.505	15.124.907	34.769.412	34.769.412	-
200706	19.644.505	15.124.907	242.948	173.897	227	1.836	844	20.362.968	15.540.811	35.903.779	35.904.006	227
200707	20.362.968	15.540.811	17.690	179.919	-	17.331	4.366	20.363.326	15.720.129	36.083.455	36.083.455	-
200708	20.363.326	15.720.129	4.023	180.164	-	1.184	500	20.372.232	15.903.816	36.276.048	36.276.048	-
200709	20.372.232	15.903.816	634	179.733	-	2.316	790	20.371.929	16.083.194	36.455.323	36.455.323	-
200710	20.371.929	16.083.194	31.249	180.345	-	5.252	1.874	20.508.383	16.293.114	36.801.497	36.801.497	-
200711	20.508.383	16.293.114	73.307	181.480	31	3.111	173	20.578.579	16.511.428	37.090.007	37.090.038	31
200712	20.578.579	16.511.428	11.265	200.303	192	13.477	1.790	20.615.215	16.721.013	37.336.228	37.336.421	192
200801	20.615.215	16.721.013	199.366	1.150.675	-	1.260	376	21.206.373	18.070.855	39.277.228	39.277.228	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo a Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Multas pela atraso no pagamento das	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	(Ajustado - considerando apenas os débitos decorrentes de pagamentos)	Dedutíveis
2000	200001	-	-	38.479	18.238	3.408	0	2.851	1.213	35.828	20.232	56.061	56.061	0
2000	200002	35.828	20.232	50.758	22.393	1.309	(0)	4.324	1.749	82.374	42.074	124.448	124.448	-
2000	200003	82.374	42.074	1.042	545	122	0	4.853	1.971	78.640	40.692	119.333	119.333	-
2000	200004	78.640	40.692	1.577	595	190	1	5.995	2.602	74.233	38.864	113.097	113.098	1
2000	200005	74.233	38.864	1.502	273	239	(37)	6.817	2.892	69.003	36.399	105.402	105.402	-
2000	200006	69.003	36.399	211	95	176	(351)	8.060	3.637	61.265	32.922	94.186	94.186	-
2000	200007	61.265	32.922	1.500	438	257	(478)	7.604	3.398	55.246	30.132	85.378	85.378	-
2000	200008	55.246	30.132	2.740	671	918	(61)	7.022	3.118	51.183	28.384	79.567	79.567	-
2000	200009	51.183	28.384	312	142	435	(13)	5.983	2.635	45.862	25.975	71.837	71.837	-
2000	200010	45.862	25.975	1.090	513	483	(221)	4.279	2.047	42.732	24.866	67.598	67.598	-
2000	200011	42.732	24.866	2.134	1.006	2.276	(35)	4.471	2.078	41.438	25.027	66.466	66.466	-
2000	200012	41.438	25.027	1.697	833	1.245	(0)	4.548	2.030	39.177	24.484	63.660	63.660	-
2000	200101	39.177	24.484	-	-	102	(857)	1.991	1.073	37.193	23.505	60.699	60.699	-
2000	200102	37.193	23.505	-	-	134	(297)	1.612	841	35.604	22.777	58.381	58.381	-
2000	200103	35.604	22.777	-	-	379	(293)	3.098	1.777	32.719	21.166	53.885	53.885	-
2000	200104	32.719	21.166	-	-	305	(120)	2.290	1.340	30.527	20.032	50.559	50.559	-
2000	200105	30.527	20.032	-	-	247	(90)	1.671	1.037	28.906	19.192	48.097	48.097	-
2000	200106	28.906	19.192	-	-	266	(95)	1.442	924	27.523	18.474	45.998	45.998	-
2000	200107	27.523	18.474	-	-	260	(72)	1.892	1.204	25.681	17.480	43.161	43.161	-
2000	200108	25.681	17.480	-	-	294	(78)	1.391	902	24.359	16.802	41.161	41.161	-
2000	200109	24.359	16.802	-	-	284	(85)	1.399	892	23.022	16.131	39.153	39.153	-
2000	200110	23.022	16.131	-	-	249	(62)	936	603	22.124	15.740	37.864	37.864	-
2000	200111	22.124	15.740	-	-	250	(38)	696	425	21.454	15.540	36.993	36.993	-
2000	200112	21.454	15.540	-	-	275	(50)	550	348	20.943	15.426	36.368	36.368	-
2000	200201	20.943	15.426	-	-	275	(36)	609	377	20.382	15.273	35.655	35.655	-
2000	200202	20.382	15.273	-	-	275	(56)	369	222	20.049	15.290	35.339	35.339	-
2000	200203	20.049	15.290	-	-	272	(50)	430	296	19.640	15.236	34.885	34.885	-
2000	200204	19.640	15.236	-	-	286	(59)	331	194	19.356	15.291	34.647	34.647	-
2000	200205	19.356	15.291	-	-	285	(50)	309	175	19.084	15.367	34.451	34.451	-
2000	200206	19.084	15.367	-	-	275	(34)	285	180	18.824	15.437	34.260	34.260	-
2000	200207	18.824	15.437	-	-	277	(34)	263	162	18.586	15.526	34.112	34.112	-
2000	200208	18.586	15.526	-	-	283	(38)	266	164	18.348	15.618	33.966	33.966	-
2000	200209	18.348	15.618	-	-	282	(34)	245	146	18.128	15.729	33.857	33.857	-
2000	200210	18.128	15.729	-	-	284	(34)	203	119	17.950	15.869	33.820	33.820	-
2000	200211	17.950	15.869	-	-	268	(17)	161	106	17.802	16.019	33.821	33.821	-
2000	200212	17.802	16.019	-	-	258	(17)	190	121	17.628	16.140	33.768	33.768	-
2000	200301	17.628	16.140	-	-	259	(17)	135	101	17.497	16.294	33.791	33.791	-
2000	200302	17.497	16.294	-	-	260	(5)	42	29	17.458	16.523	33.981	33.981	-
2000	200303	17.458	16.523	-	-	262	(5)	42	29	17.419	16.753	34.171	34.171	-
2000	200304	17.419	16.753	-	-	263	(5)	42	29	17.380	16.983	34.364	34.364	-
2000	200305	17.380	16.983	-	-	135	-	305	163	17.075	16.955	34.030	34.030	-
2000	200306	17.075	16.955	-	-	256	-	-	-	17.075	17.210	34.285	34.285	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Multas pela Mora no parcel das	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	(Ajustado - considerando apenas as diferenças decorridas de juros.)	Descontos
2000	200307	17.075	17.210	-	-	-	257	-	-	17.075	17.467	34.542	34.542	-
2000	200308	17.075	17.467	-	-	-	258	-	-	17.075	17.725	34.800	34.800	-
2000	200309	17.075	17.725	-	-	-	192	108	74	16.978	17.832	34.810	34.810	-
2000	200310	16.978	17.832	-	-	-	257	-	-	16.978	18.089	35.067	35.067	-
2000	200311	16.978	18.089	-	-	-	257	-	-	16.978	18.347	35.325	35.325	-
2000	200312	16.978	18.347	-	-	-	235	30	20	16.951	18.558	35.509	35.509	-
2000	200401	16.951	18.558	-	-	-	258	-	-	16.951	18.815	35.766	35.766	-
2000	200402	16.951	18.815	-	-	-	258	-	-	16.951	19.073	36.025	36.025	-
2000	200403	16.951	19.073	-	-	-	258	-	-	16.951	19.332	36.283	36.283	-
2000	200404	16.951	19.332	-	-	-	259	-	-	16.951	19.591	36.542	36.542	-
2000	200405	16.951	19.591	-	-	-	259	-	-	16.951	19.850	36.801	36.801	-
2000	200406	16.951	19.850	-	-	-	260	-	-	16.951	20.109	37.061	37.061	-
2000	200407	16.951	20.109	-	-	-	260	-	-	16.951	20.370	37.321	37.321	-
2000	200408	16.951	20.370	-	-	-	260	-	-	16.951	20.630	37.581	37.581	-
2000	200409	16.951	20.630	-	-	-	214	100	84	16.861	20.751	37.611	37.611	-
2000	200410	16.861	20.751	-	-	-	259	-	-	16.861	21.010	37.871	37.871	-
2000	200411	16.861	21.010	-	-	-	260	-	-	16.861	21.269	38.130	38.130	-
2000	200412	16.861	21.269	-	-	-	260	-	-	16.861	21.529	38.390	38.390	-
2000	200501	16.861	21.529	-	-	-	92	156	137	16.714	21.475	38.188	38.188	-
2000	200502	16.714	21.475	-	-	-	258	-	-	16.714	21.733	38.446	38.446	-
2000	200503	16.714	21.733	-	-	-	258	-	-	16.714	21.991	38.704	38.704	-
2000	200504	16.714	21.991	-	-	-	259	-	-	16.714	22.249	38.963	38.963	-
2000	200505	16.714	22.249	-	-	-	259	-	-	16.714	22.508	39.222	39.222	-
2000	200506	16.714	22.508	-	-	-	259	-	-	16.714	22.768	39.481	39.481	-
2000	200507	16.714	22.768	-	-	-	231	135	66	16.617	22.894	39.511	39.511	-
2000	200508	16.617	22.894	-	-	-	259	-	-	16.617	23.153	39.770	39.770	-
2000	200509	16.617	23.153	-	-	-	261	-	-	16.617	23.413	40.031	40.031	-
2000	200510	16.617	23.413	-	-	-	261	-	-	16.617	23.674	40.291	40.291	-
2000	200511	16.617	23.674	-	-	-	262	-	-	16.617	23.936	40.553	40.553	-
2000	200512	16.617	23.936	-	-	-	262	-	-	16.617	24.197	40.814	40.814	-
2000	200601	16.617	24.197	-	-	-	262	-	-	16.617	24.459	41.076	41.076	-
2000	200602	16.617	24.459	-	-	-	262	-	-	16.617	24.722	41.339	41.339	-
2000	200603	16.617	24.722	-	-	-	263	-	-	16.617	24.984	41.602	41.602	-
2000	200604	16.617	24.984	-	-	-	263	-	-	16.617	25.247	41.865	41.865	-
2000	200605	16.617	25.247	-	-	-	264	-	-	16.617	25.511	42.128	42.128	-
2000	200606	16.617	25.511	-	-	-	264	-	-	16.617	25.775	42.392	42.392	-
2000	200607	16.617	25.775	-	-	-	264	-	-	16.617	26.039	42.657	42.657	-
2000	200608	16.617	26.039	-	-	-	265	-	-	16.617	26.304	42.921	42.921	-
2000	200609	16.617	26.304	-	-	-	265	-	-	16.617	26.569	43.186	43.186	-
2000	200610	16.617	26.569	-	-	-	265	-	-	16.617	26.834	43.452	43.452	-
2000	200611	16.617	26.834	-	-	-	266	-	-	16.617	27.100	43.717	43.717	-
2000	200612	16.617	27.100	-	-	-	266	-	-	16.617	27.366	43.983	43.983	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados em 31 de janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Multas pela atraso no pagamento das	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	(Ajustado - considerando apenas as reduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
2000	200701	16.579	27.366	-	-	-	-	68	32	16.579	28.328	44.907	44.907	-
2000	200702	16.579	28.328	-	-	265	-	-	-	16.579	28.593	45.172	45.172	-
2000	200703	16.579	28.593	-	-	265	-	-	-	16.579	28.859	45.438	45.438	-
2000	200704	16.579	28.859	-	-	265	-	-	-	16.579	29.124	45.703	45.703	-
2000	200705	16.579	29.124	-	-	265	-	-	-	16.579	29.389	45.968	45.968	-
2000	200706	16.579	29.389	-	-	265	-	-	-	16.579	29.654	46.233	46.233	-
2000	200707	16.579	29.654	-	-	265	-	-	-	16.579	29.920	46.499	46.499	-
2000	200708	16.579	29.920	-	-	265	-	-	-	16.579	30.185	46.764	46.764	-
2000	200709	16.579	30.185	-	-	265	-	-	-	16.579	30.450	47.029	47.029	-
2000	200710	16.579	30.450	-	-	265	-	-	-	16.579	30.715	47.294	47.294	-
2000	200711	16.579	30.715	-	-	265	-	-	-	16.579	30.981	47.559	47.559	-
2000	200712	16.579	30.981	-	-	265	-	-	-	16.579	31.246	47.825	47.825	-
2000	200801	16.579	31.246	-	-	1.397	-	-	-	16.579	32.643	49.222	49.222	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as despesas incorridas de pagamentos)	Descontos
2001	200101	-	-	15.630	5.301	1.825	(27)	1.190	537	14.422	6.609	21.030	21.030	-
2001	200102	14.422	6.609	6.641	2.497	2.018	(28)	3.726	1.673	18.152	8.625	26.777	26.777	-
2001	200103	18.152	8.625	3.509	1.268	528	(41)	3.429	1.440	18.396	8.817	27.213	27.213	-
2001	200104	18.396	8.817	5.152	1.847	419	(31)	3.195	1.475	20.371	9.591	29.962	29.962	-
2001	200105	20.371	9.591	2.336	1.049	143	(39)	3.323	1.488	19.407	9.271	28.678	28.678	-
2001	200106	19.407	9.271	2.505	1.046	400	(29)	3.156	1.465	18.764	9.244	28.008	28.008	-
2001	200107	18.764	9.244	6.998	1.703	745	(26)	3.816	1.800	21.961	9.877	31.838	31.838	-
2001	200108	21.961	9.877	3.000	1.384	1.020	(31)	3.223	1.604	21.913	10.502	32.416	32.416	-
2001	200109	21.913	10.502	2.479	1.016	369	(20)	2.644	1.321	21.760	10.555	32.314	32.314	-
2001	200110	21.760	10.555	2.320	839	244	(17)	3.296	1.709	20.790	9.922	30.712	30.712	-
2001	200111	20.790	9.922	4.094	1.121	535	(20)	3.075	1.525	21.815	10.046	31.862	31.862	-
2001	200112	21.815	10.046	1.635	779	220	(16)	2.674	1.347	20.781	9.693	30.474	30.474	-
2001	200201	20.781	9.693	-	-	20	(9)	1.985	946	16.000	7.434	23.434	23.434	-
2001	200202	17.985	8.361	-	-	20	(8)	1.766	825	14.243	6.623	20.866	20.866	-
2001	200203	16.000	7.434	-	-	23	(7)	1.473	739	12.772	5.904	18.676	18.676	-
2001	200204	14.243	6.623	-	-	21	(10)	1.594	747	11.176	5.179	16.355	16.355	-
2001	200205	12.772	5.904	-	-	21	(8)	1.181	566	9.996	4.631	14.626	14.626	-
2001	200206	11.176	5.179	-	-	18	(7)	919	417	9.083	4.228	13.311	13.311	-
2001	200207	9.996	4.631	-	-	20	(7)	970	503	8.118	3.741	11.859	11.859	-
2001	200208	9.083	4.228	-	-	19	(7)	985	455	7.145	3.292	10.438	10.438	-
2001	200209	8.118	3.741	-	-	18	(4)	601	274	6.550	3.030	9.580	9.580	-
2001	200210	7.145	3.292	-	-	17	(4)	499	179	5.999	2.867	8.959	8.959	-
2001	200211	6.550	3.030	-	-	18	(3)	443	136	5.160	2.577	7.737	7.737	-
2001	200212	6.091	2.867	-	-	16	(7)	446	151	4.719	2.456	7.156	7.156	-
2001	200301	5.599	2.698	-	-	18	(7)	460	148	4.274	2.270	6.544	6.544	-
2001	200302	5.160	2.577	-	-	18	(7)	181	78	4.095	2.207	6.302	6.302	-
2001	200303	4.719	2.436	-	-	12	(4)	281	126	3.823	2.085	5.908	5.908	-
2001	200304	4.274	2.270	-	-	16	(1)	185	86	3.638	2.014	5.652	5.652	-
2001	200305	4.095	2.207	-	-	13	(1)	271	134	3.377	1.982	5.259	5.259	-
2001	200306	3.823	2.085	-	-	16	(1)	134	54	3.244	1.844	5.088	5.088	-
2001	200307	3.638	2.014	-	-	12	(1)	294	148	2.967	1.691	4.658	4.658	-
2001	200308	3.377	1.882	-	-	16	(1)	76	31	2.891	1.675	4.567	4.567	-
2001	200309	3.244	1.844	-	-	16	(1)	30	25	2.861	1.666	4.528	4.528	-
2001	200310	2.967	1.691	-	-	16	(1)	-	-	-	-	-	-	-
2001	200311	2.891	1.675	-	-	16	(1)	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas por atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as despesas decorridas de pagamentos)	Descontos
2001	200512	2.861	1.666	-	-	-	18	171	42	2.691	1.641	4.332	4.332	-
2001	200601	2.691	1.641	-	-	-	9	348	187	2.378	1.429	3.807	3.807	-
2001	200602	2.378	1.429	-	-	-	15	52	29	2.326	1.415	3.741	3.741	-
2001	200603	2.326	1.415	-	-	-	15	45	24	2.281	1.406	3.687	3.687	-
2001	200604	2.281	1.406	-	-	-	16	26	7	2.256	1.414	3.670	3.670	-
2001	200605	2.256	1.414	-	-	-	(152)	381	205	1.996	1.025	2.931	2.931	-
2001	200606	1.996	1.025	-	-	-	12	26	7	1.881	1.020	2.910	2.910	-
2001	200607	1.881	1.020	-	-	-	1	318	163	1.541	889	2.430	2.430	-
2001	200608	1.541	889	-	-	-	9	26	7	1.515	893	2.407	2.407	-
2001	200609	1.515	893	-	-	-	9	26	7	1.490	893	2.383	2.383	-
2001	200610	1.490	893	-	-	-	(132)	215	152	1.282	601	1.883	1.883	-
2001	200611	1.282	601	-	-	-	5	26	7	1.256	600	1.856	1.856	-
2001	200612	1.256	600	-	-	-	5	26	7	1.230	598	1.828	1.828	-
2001	200701	1.230	598	-	-	-	(9)	52	23	1.182	563	1.745	1.745	-
2001	200702	1.182	563	-	-	-	5	26	7	1.157	561	1.717	1.717	-
2001	200703	1.157	561	-	-	-	5	26	7	1.131	559	1.690	1.690	-
2001	200704	1.131	559	-	-	-	5	26	7	1.105	557	1.662	1.662	-
2001	200705	1.105	557	-	-	-	5	26	7	1.080	555	1.635	1.635	-
2001	200706	1.080	555	-	-	-	5	26	7	1.054	553	1.607	1.607	-
2001	200707	1.054	553	-	-	-	5	26	7	1.028	551	1.579	1.579	-
2001	200708	1.028	551	-	-	-	5	47	35	986	516	1.502	1.502	-
2001	200709	986	516	-	-	-	5	26	7	960	514	1.474	1.474	-
2001	200710	960	514	-	-	-	5	26	7	934	512	1.446	1.446	-
2001	200711	934	512	-	-	-	5	188	72	797	393	1.191	1.191	-
2001	200712	797	393	-	-	-	3	4	3	793	394	1.187	1.187	-
2001	200801	793	394	-	-	-	4	45	9	749	388	1.137	1.137	-
2001	200802	749	388	-	-	-	3	4	3	745	388	1.133	1.133	-
2001	200803	745	388	-	-	-	4	50	13	695	379	1.073	1.073	-
2001	200804	695	379	-	-	-	3	26	7	669	375	1.044	1.044	-
2001	200805	669	375	-	-	-	3	26	7	643	372	1.015	1.015	-
2001	200806	643	372	-	-	-	3	26	7	618	368	986	986	-
2001	200807	618	368	-	-	-	3	26	7	592	364	956	956	-
2001	200808	592	364	-	-	-	3	4	3	588	365	952	952	-
2001	200809	588	365	-	-	-	3	26	7	562	361	923	923	-
2001	200810	562	361	-	-	-	3	26	7	536	358	894	894	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Parcelamentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela falta no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas os débitos decorridos de juros)	Descontos
2001	200611	536	358	-	-	-	(0)	26	7	510	354	864	864	-
2001	200612	510	354	-	-	-	(0)	26	7	485	350	835	835	-
2001	200701	485	350	-	-	-	12	26	7	459	336	815	815	-
2001	200702	459	356	-	-	-	(0)	26	7	433	352	785	785	-
2001	200703	433	352	-	-	-	(0)	26	7	408	349	756	756	-
2001	200704	408	349	-	-	-	(0)	26	7	382	345	727	727	-
2001	200705	382	345	-	-	-	(0)	26	7	356	341	698	698	-
2001	200706	356	341	-	-	-	(0)	26	7	331	338	668	668	-
2001	200707	331	338	-	-	-	(0)	26	7	305	334	639	639	-
2001	200708	305	334	-	-	-	(0)	26	7	279	331	610	610	-
2001	200709	279	331	-	-	-	(0)	24	6	252	322	575	575	-
2001	200710	252	322	-	-	-	(0)	21	4	231	321	552	552	-
2001	200711	231	321	-	-	-	(0)	22	4	210	320	530	530	-
2001	200712	210	320	-	-	-	(0)	22	4	188	319	508	508	-
2001	200801	188	319	-	-	-	16	-	-	188	316	524	524	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados em 31 de janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal - Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
2002	200201	-	-	4.829	2.019	-	149	734	297	4.086	1.881	5.967	5.967	-
2002	200202	4.086	1.881	3.215	1.344	-	166	969	434	6.327	2.963	9.289	9.289	-
2002	200203	6.327	2.965	8.082	2.713	-	1.387	1.997	853	13.050	6.171	19.221	19.221	-
2002	200204	13.050	6.171	1.291	597	-	111	1.841	846	12.491	6.042	18.534	18.534	-
2002	200205	12.491	6.042	30.287	11.722	-	2.220	2.067	967	40.740	18.988	59.728	59.728	-
2002	200206	40.740	18.988	8.850	1.568	-	203	4.957	2.061	44.667	18.665	63.332	63.332	-
2002	200207	44.667	18.665	42.724	18.370	-	2.698	5.138	2.162	82.271	37.552	119.823	119.823	-
2002	200208	82.271	37.552	5.854	1.199	-	634	7.930	3.368	80.212	36.000	116.212	116.212	-
2002	200209	80.212	36.000	4.148	1.973	-	959	9.545	3.373	74.826	35.548	110.374	110.374	-
2002	200210	74.826	35.548	3.555	1.013	-	284	8.078	3.610	64.428	32.739	97.167	97.167	-
2002	200211	64.428	32.739	8.550	2.723	-	373	8.502	3.984	64.428	31.848	96.328	96.328	-
2002	200212	31.848	-	-	-	-	25	8.265	3.700	56.225	28.135	84.358	84.358	-
2002	200301	28.135	-	-	-	-	12	7.785	3.457	48.436	24.691	73.127	73.127	-
2002	200302	24.691	-	-	-	-	27	7.176	3.073	41.264	21.641	62.905	62.905	-
2002	200303	41.264	-	-	-	-	30	4.679	2.064	36.589	19.604	56.193	56.193	-
2002	200304	36.589	19.604	-	-	-	31	4.760	2.140	31.837	17.488	49.324	49.324	-
2002	200305	31.837	17.488	-	-	-	23	4.344	1.812	27.494	15.697	43.191	43.191	-
2002	200306	27.494	15.697	-	-	-	31	4.380	1.844	23.115	13.882	36.997	36.997	-
2002	200307	23.115	13.882	-	-	-	26	1.839	816	21.283	13.086	34.369	34.369	-
2002	200308	21.283	13.086	-	-	-	32	1.226	663	20.058	12.455	32.493	32.493	-
2002	200309	20.058	12.455	-	-	-	34	1.254	663	18.806	11.803	30.609	30.609	-
2002	200310	18.806	11.803	-	-	-	18	760	454	18.048	11.382	29.430	29.430	-
2002	200311	16.761	10.328	-	-	-	(18)	1.302	690	16.761	10.659	27.420	27.420	-
2002	200312	16.131	10.328	-	-	-	341	637	341	16.131	10.328	26.460	26.460	-
2002	200401	15.492	9.942	-	-	-	(13)	645	283	15.492	10.027	25.519	25.519	-
2002	200402	15.235	9.942	-	-	-	28	256	113	15.235	9.942	25.177	25.177	-
2002	200403	14.889	9.851	-	-	-	34	348	123	14.889	9.851	24.740	24.740	-
2002	200404	14.587	9.792	-	-	-	36	304	93	14.587	9.792	24.379	24.379	-
2002	200405	13.992	9.538	-	-	-	(16)	611	222	13.992	9.538	23.530	23.530	-
2002	200406	13.807	9.507	-	-	-	37	187	66	13.807	9.507	23.314	23.314	-
2002	200407	13.468	9.419	-	-	-	39	342	124	13.468	9.419	22.887	22.887	-
2002	200408	13.361	9.395	-	-	-	40	109	62	13.361	9.395	22.756	22.756	-
2002	200409	13.361	9.395	-	-	-	(24)	1.273	1.019	12.104	8.216	20.340	20.340	-
2002	200410	12.104	8.216	-	-	-	24	175	62	11.931	8.196	20.127	20.127	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de Pagam.)	Descontos
2002	200412	11.931	8.196	-	-	-	(3)	187	66	11.747	8.154	19.901	19.901	-
2002	200501	11.747	8.154	-	-	-	(3)	436	298	11.314	7.876	19.190	19.190	-
2002	200502	11.314	7.876	-	-	-	(3)	326	171	10.992	7.723	18.716	18.716	-
2002	200503	10.992	7.723	-	-	-	(3)	25	143	10.725	7.604	18.329	18.329	-
2002	200504	10.725	7.604	-	-	-	(3)	329	173	10.400	7.454	17.854	17.854	-
2002	200505	10.400	7.454	-	-	-	(3)	268	142	10.132	7.338	17.470	17.470	-
2002	200506	10.132	7.338	-	-	-	(3)	268	142	9.865	7.221	17.086	17.086	-
2002	200507	9.865	7.221	-	-	-	(3)	268	142	9.598	7.105	16.703	16.703	-
2002	200508	9.598	7.105	-	-	-	(3)	268	142	9.331	6.989	16.319	16.319	-
2002	200509	9.331	6.989	-	-	-	(3)	299	159	9.044	6.845	15.889	15.889	-
2002	200510	9.044	6.845	-	-	-	(3)	257	138	8.788	6.733	15.521	15.521	-
2002	200511	8.788	6.733	-	-	-	(3)	324	186	8.462	6.556	15.037	15.037	-
2002	200512	8.462	6.556	-	-	-	(3)	257	138	8.226	6.443	14.669	14.669	-
2002	200601	8.226	6.443	-	-	-	(3)	257	138	7.970	6.331	14.301	14.301	-
2002	200602	7.970	6.331	-	-	-	(3)	257	138	7.714	6.218	13.932	13.932	-
2002	200603	7.714	6.218	-	-	-	(3)	368	167	7.347	6.077	13.425	13.425	-
2002	200604	7.347	6.077	-	-	-	(3)	146	109	7.202	5.994	13.197	13.197	-
2002	200605	7.202	5.994	-	-	-	(3)	368	167	6.836	5.853	12.689	12.689	-
2002	200606	6.836	5.853	-	-	-	(3)	253	136	6.583	5.744	12.327	12.327	-
2002	200607	6.583	5.744	-	-	-	(3)	257	138	6.328	5.632	11.960	11.960	-
2002	200608	6.328	5.632	-	-	-	(2)	257	138	6.072	5.521	11.592	11.592	-
2002	200609	6.072	5.521	-	-	(489)	(2)	839	708	5.218	4.339	9.556	9.556	-
2002	200610	5.218	4.339	-	-	(500)	(2)	494	435	4.634	3.493	8.127	8.127	-
2002	200611	4.634	3.493	-	-	7	(2)	142	107	4.493	3.393	7.886	7.886	-
2002	200612	4.493	3.393	-	-	7	(2)	363	164	4.130	3.225	7.365	7.365	-
2002	200701	4.130	3.225	-	-	24	(2)	252	135	3.878	3.124	7.001	7.001	-
2002	200702	3.878	3.124	-	-	4	(2)	141	107	3.737	3.021	6.758	6.758	-
2002	200703	3.737	3.021	-	-	7	(2)	141	107	3.596	2.921	6.516	6.516	-
2002	200704	3.596	2.921	-	-	7	(2)	141	107	3.455	2.820	6.275	6.275	-
2002	200705	3.455	2.820	-	-	7	(1)	141	107	3.314	2.720	6.034	6.034	-
2002	200706	3.314	2.720	-	-	8	(1)	259	166	3.056	2.562	5.617	5.617	-
2002	200707	3.056	2.562	-	-	7	(1)	141	107	2.915	2.461	5.376	5.376	-
2002	200708	2.915	2.461	-	-	7	(1)	141	107	2.773	2.361	5.135	5.135	-
2002	200709	2.773	2.361	-	-	7	(1)	141	107	2.632	2.261	4.893	4.893	-
2002	200710	2.632	2.261	-	-	7	(1)	141	107	2.491	2.161	4.652	4.652	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados em 31 de Janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial/Mora		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas		Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Total	Total		
2002	2007/11	2.491	2.161	-	-	-	-	-	-	7	(1)	141	107	2.350	2.061	4.411	-	-	-	-	-	4.411	-
2002	2007/12	2.350	2.061	-	-	-	-	-	-	8	(1)	59	30	2.292	2.039	4.330	-	-	-	-	-	4.330	-
2002	2008/01	2.292	2.039	-	-	-	-	-	-	(51)	(1)	59	50	2.175	2.016	4.191	-	-	-	-	-	4.191	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento parcelado	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorridas de pagamentos)	Descontos
2003	200301	-	-	9.074	3.798	-	380	1.041	438	8.031	3.742	11.773	11.773	-
2003	200302	8.031	3.742	28.856	10.978	-	604	3.289	1.305	33.578	14.039	47.617	47.617	-
2003	200303	33.578	14.039	18.026	4.668	-	340	4.415	1.776	47.186	17.273	64.460	64.460	-
2003	200304	47.186	17.273	12.785	-	-	2.215	7.016	2.081	52.552	22.164	74.716	74.716	-
2003	200305	52.552	22.164	4.015	1.666	-	452	5.244	2.352	51.321	21.931	73.252	73.252	-
2003	200306	51.321	21.931	15.410	3.726	-	280	6.817	2.325	59.807	23.629	83.536	83.536	-
2003	200307	59.807	23.629	4.517	1.936	-	343	6.546	2.381	57.871	23.534	81.405	81.405	-
2003	200308	57.871	23.534	3.262	1.615	-	799	6.630	2.439	54.498	23.515	78.013	78.013	-
2003	200309	54.498	23.515	8.039	4.431	-	1.375	5.989	2.605	56.943	26.718	83.261	83.261	-
2003	200310	56.943	26.718	6.007	2.803	-	1.238	6.309	2.798	56.238	27.965	84.204	84.204	-
2003	200311	56.238	27.965	7.956	1.979	-	560	6.488	3.216	57.680	27.294	84.974	84.974	-
2003	200312	57.680	27.294	27.847	14.337	-	3.680	8.155	4.141	77.377	41.166	118.543	118.543	-
2003	200401	77.377	41.166	-	-	-	(6)	7.066	3.438	70.313	37.726	108.039	108.039	-
2003	200402	70.313	37.726	-	-	-	17	5.699	2.913	64.613	34.831	99.444	99.444	-
2003	200403	64.613	34.831	-	-	-	11	5.360	2.596	59.254	32.245	91.499	91.499	-
2003	200404	59.254	32.245	-	-	-	22	4.039	2.018	55.215	30.249	85.464	85.464	-
2003	200405	55.215	30.249	-	-	-	22	3.341	1.748	51.876	28.522	80.398	80.398	-
2003	200406	51.876	28.522	-	-	-	18	2.921	1.471	48.957	27.067	76.024	76.024	-
2003	200407	48.957	27.067	-	-	-	19	3.268	1.550	45.692	25.533	71.226	71.226	-
2003	200408	45.692	25.533	-	-	-	12	2.784	1.347	42.913	24.194	67.106	67.106	-
2003	200409	42.913	24.194	-	-	-	21	1.932	1.059	40.981	23.155	64.136	64.136	-
2003	200410	40.981	23.155	-	-	-	25	2.637	1.350	38.345	21.829	60.173	60.173	-
2003	200411	38.345	21.829	-	-	-	(35)	2.689	1.242	35.679	20.528	56.207	56.207	-
2003	200412	35.679	20.528	-	-	-	14	1.985	1.090	33.696	19.430	53.146	53.146	-
2003	200501	33.696	19.430	-	-	-	(9)	2.199	1.083	31.506	18.349	49.855	49.855	-
2003	200502	31.506	18.349	-	-	-	16	1.602	964	29.905	17.401	47.306	47.306	-
2003	200503	29.905	17.401	-	-	-	6	2.402	1.037	27.509	16.363	43.872	43.872	-
2003	200504	27.509	16.363	-	-	-	16	1.568	912	25.941	15.468	41.409	41.409	-
2003	200505	25.941	15.468	-	-	-	16	1.758	955	24.185	14.527	38.712	38.712	-
2003	200506	24.185	14.527	-	-	-	17	1.754	968	22.432	13.575	36.007	36.007	-
2003	200507	22.432	13.575	-	-	-	15	1.590	959	20.832	12.632	33.113	33.113	-
2003	200508	20.832	12.632	-	-	-	15	1.137	670	19.373	11.948	31.320	31.320	-
2003	200509	19.373	11.948	-	-	-	15	1.620	788	17.752	11.175	28.927	28.927	-
2003	200510	17.752	11.175	-	-	-	15	1.053	664	16.699	10.526	27.224	27.224	-
2003	200511	16.699	10.526	-	-	-	15	1.058	667	15.640	9.874	25.514	25.514	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juro sobre o Saldo de Principal e Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento parcelado	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as diferenças decorridas de pagamentos)	Descontos
2003	200512	15.640	9.874	-	-	-	15	862	579	14.785	9.303	24.088	24.088	-
2003	200601	14.785	9.303	-	-	-	14	873	593	13.912	8.724	22.636	22.636	-
2003	200602	13.912	8.724	-	-	-	14	1.032	662	12.880	8.077	20.956	20.956	-
2003	200603	12.880	8.077	-	-	-	14	1.186	673	11.694	7.417	19.111	19.111	-
2003	200604	11.694	7.417	-	-	-	14	1.133	617	10.561	6.815	17.376	17.376	-
2003	200605	10.561	6.815	-	-	-	14	895	619	9.666	6.210	15.876	15.876	-
2003	200606	9.666	6.210	-	-	-	14	841	566	8.825	5.658	14.483	14.483	-
2003	200607	8.825	5.658	-	-	-	14	1.328	701	7.496	4.971	12.468	12.468	-
2003	200608	7.496	4.971	-	-	-	14	863	580	6.633	4.406	11.039	11.039	-
2003	200609	6.633	4.406	-	-	-	(82)	1.325	836	5.303	3.443	8.806	8.806	-
2003	200610	5.303	3.443	-	-	-	7	1.161	656	4.203	2.795	6.997	6.997	-
2003	200611	4.203	2.795	-	-	-	8	866	582	3.336	2.221	5.557	5.557	-
2003	200612	3.336	2.221	-	-	-	8	1.155	647	2.182	1.582	3.763	3.763	-
2003	200701	2.182	1.582	-	-	-	29	401	204	1.781	1.407	3.188	3.188	-
2003	200702	1.781	1.407	-	-	-	7	365	186	1.415	1.229	2.644	2.644	0
2003	200703	1.415	1.229	-	-	-	8	342	173	1.073	1.063	2.136	2.136	-
2003	200704	1.073	1.063	-	-	-	8	98	99	975	972	1.947	1.947	-
2003	200705	975	972	-	-	-	8	331	139	644	841	1.484	1.484	-
2003	200706	644	841	-	-	-	8	37	53	607	796	1.403	1.403	-
2003	200707	607	796	-	-	-	8	49	68	558	736	1.293	1.293	-
2003	200708	558	736	-	-	-	8	35	59	523	685	1.208	1.208	-
2003	200709	523	685	-	-	-	7	64	37	464	650	1.115	1.115	-
2003	200710	464	650	-	-	-	7	6	8	458	650	1.108	1.108	-
2003	200711	458	650	-	-	-	7	-	-	458	657	1.115	1.115	-
2003	200712	458	657	-	-	-	7	-	-	458	664	1.122	1.122	-
2003	200801	458	664	-	-	-	38	-	-	458	702	1.160	1.160	-



Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados em 31 de Janeiro de 2008

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagamento parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final		Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)
		Principal			Principal	Mora	Principal	Mora		Principal	Mora	Principal	Mora			
2004	200401	-	42.742	-	47.270	20.307	1.206	1.658	(0)	4.551	1.758	42.742	19.631	62.373	-	62.373
2004	200402	-	19.631	19.631	36.904	16.185	1.658	1.658	(0)	9.519	3.816	70.148	33.637	103.785	-	103.785
2004	200403	-	70.148	33.637	29.859	12.495	1.088	1.088	(6)	11.869	5.004	88.129	42.226	130.355	-	130.355
2004	200404	-	88.129	42.226	47.667	22.204	2.517	2.517	(238)	12.581	5.524	123.206	61.433	184.639	-	184.639
2004	200405	-	123.206	61.433	30.730	12.602	2.387	2.387	(295)	14.356	6.501	139.578	69.922	209.501	-	209.501
2004	200406	-	139.578	69.922	41.599	14.859	2.350	2.350	(8)	16.344	7.139	164.832	79.984	244.816	-	244.816
2004	200407	-	164.832	79.984	7.035	3.141	713	713	(14)	18.611	8.176	153.260	75.658	228.919	-	228.919
2004	200408	-	153.260	75.658	18.717	10.310	1.979	1.979	(24)	16.095	7.244	155.886	80.701	236.587	-	236.587
2004	200409	-	155.886	80.701	4.740	1.891	423	423	(30)	12.344	5.654	148.286	77.356	225.643	-	225.643
2004	200410	-	148.286	77.356	41.791	6.742	3.222	3.222	(27)	24.188	8.560	165.849	78.801	244.650	-	244.650
2004	200411	-	165.849	78.801	4.017	1.708	450	450	(17)	16.033	7.643	153.840	73.310	227.149	-	227.149
2004	200412	-	153.840	73.310	21.415	7.539	1.777	1.777	(15)	14.526	6.789	160.746	70.614	231.360	-	231.360
2004	200501	-	160.746	73.820	-	-	200	200	(24)	9.981	5.396	150.775	66.776	217.551	-	217.551
2004	200502	-	150.775	70.614	-	-	281	281	(19)	7.929	4.117	142.848	66.776	209.625	-	209.625
2004	200503	-	142.848	66.776	-	-	374	374	(34)	9.804	4.989	133.066	62.140	195.206	-	195.206
2004	200504	-	133.066	62.140	-	-	398	398	(12)	7.816	4.047	125.271	58.470	183.741	-	183.741
2004	200505	-	125.271	58.470	-	-	412	412	(30)	6.172	2.893	119.114	55.973	175.088	-	175.088
2004	200506	-	119.114	55.973	-	-	425	425	(14)	5.041	2.440	114.087	53.945	168.032	-	168.032
2004	200507	-	114.087	53.945	-	-	422	422	(8)	5.538	2.677	108.585	51.663	160.248	-	160.248
2004	200508	-	108.585	51.663	-	-	440	440	(5)	5.038	2.504	103.558	49.589	153.146	-	153.146
2004	200509	-	103.558	49.589	-	-	444	444	(12)	4.479	2.245	99.086	47.780	146.866	-	146.866
2004	200510	-	99.086	47.780	-	-	450	450	(22)	4.268	2.341	94.847	45.861	140.708	-	140.708
2004	200511	-	94.847	45.861	-	-	462	462	(3)	3.406	1.834	91.442	44.488	135.930	-	135.930
2004	200512	-	91.442	44.488	-	-	473	473	(1)	4.064	2.265	87.411	42.664	130.075	-	130.075
2004	200601	-	87.411	42.664	-	-	477	477	(2)	3.309	1.812	84.109	41.323	125.431	-	125.431
2004	200602	-	84.109	41.323	-	-	488	488	(3)	3.439	1.802	80.713	39.965	120.678	-	120.678
2004	200603	-	80.713	39.965	-	-	494	494	(3)	3.125	1.702	77.598	38.747	116.345	-	116.345
2004	200604	-	77.598	38.747	-	-	508	508	(2)	2.389	1.250	75.211	38.003	113.214	-	113.214
2004	200605	-	75.211	38.003	-	-	517	517	(2)	2.238	1.195	72.974	37.325	110.298	-	110.298
2004	200606	-	72.974	37.325	-	-	527	527	(7)	1.880	1.161	71.095	36.689	107.784	-	107.784
2004	200607	-	71.095	36.689	-	-	539	539	(2)	2.579	1.304	68.532	35.909	104.441	-	104.441
2004	200608	-	68.532	35.909	-	-	544	544	(0)	2.428	1.242	66.106	35.210	101.316	-	101.316
2004	200609	-	66.106	35.210	-	-	409	409	(1)	1.817	1.045	64.304	34.559	98.862	-	98.862
2004	200610	-	64.304	34.559	-	-	546	546	(1)	1.787	922	62.517	34.182	96.699	-	96.699
2004	200611	-	62.517	34.182	-	-	548	548	(1)	1.677	874	60.840	33.855	94.695	-	94.695
2004	200612	-	60.840	33.855	-	-	550	550	(1)	2.079	997	58.762	33.407	92.170	-	92.170
2004	200701	-	58.762	33.407	220	211	1.957	1.957	(1)	1.362	796	57.542	34.869	92.411	-	92.411
2004	200702	-	57.542	34.869	-	-	553	553	(1)	1.653	846	55.889	34.576	90.465	-	90.465



Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorridas de pagamentos)	Descontos
2004	200703	55.989	34.576	-	-	555	(2)	1.700	933	54.134	34.193	88.328	88.328	-
2004	200704	54.134	34.193	-	-	559	(5)	465	325	53.670	34.427	88.097	88.097	-
2004	200705	53.670	34.427	-	-	565	(1)	1.019	445	52.655	34.544	87.198	87.198	-
2004	200706	52.655	34.544	-	-	564	(12)	464	340	52.190	34.768	86.958	86.958	-
2004	200707	52.190	34.766	-	-	571	(9)	396	264	51.795	35.073	86.868	86.868	-
2004	200708	51.795	35.073	-	-	536	(4)	340	262	51.453	35.368	86.802	86.802	-
2004	200709	51.453	35.368	-	-	481	(1)	1.754	654	49.646	35.728	84.873	84.873	-
2004	200710	49.646	35.228	-	-	575	(8)	380	259	49.267	35.542	84.808	84.808	-
2004	200711	49.267	35.542	-	-	580	(4)	311	220	48.956	35.901	84.857	84.857	-
2004	200712	48.956	35.901	-	-	587	(35)	897	362	48.069	36.117	84.186	84.186	-
2004	200801	48.069	36.117	-	-	2.987	(31)	250	202	47.763	38.958	86.720	86.720	-



Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

Relatório Relativo à Aplicação de Parcelamentos Pre-estabelecidos
em 31 de Janeiro de 2008

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inicial Principal	Valor Inicial Mora	Juros sobre o Saldo de Principal - Corrente Mensal	Descontos / Juros sobre o Saldo de Mora - Corrente Mensal	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (ajustado - considerando apenas as diferenças decorrentes de parcelamento)	Descontos
2005	200501	-	-	24.803	11.383	-	1.528	1.386	719	23.219	12.192	35.411	35.411	-
2005	200502	23.219	12.192	15.975	6.711	-	837	5.164	2.275	34.031	17.464	51.495	51.495	-
2005	200503	14.051	17.464	17.387	8.003	-	1.895	6.292	2.885	45.128	24.473	69.601	69.601	-
2005	200504	45.128	24.473	17.648	7.722	-	5.941	6.701	3.467	56.110	34.685	90.794	90.794	-
2005	200505	56.110	34.685	23.278	12.214	-	5.611	8.804	4.619	70.554	47.880	118.434	118.434	-
2005	200506	70.554	47.880	9.809	5.470	-	1.700	8.654	5.046	71.715	49.997	121.713	121.713	-
2005	200507	71.715	49.997	63.193	41.411	-	24.608	9.053	5.293	125.860	110.808	236.668	236.668	-
2005	200508	125.860	110.808	290.587	214.512	-	122.872	20.535	14.856	395.987	433.161	829.148	829.148	-
2005	200509	395.987	433.161	2.225.700	1.703.040	-	961.431	59.760	53.824	2.361.960	3.133.795	5.695.755	5.695.755	-
2005	200510	2.361.960	3.133.795	370.986	270.074	-	159.425	99.810	92.591	2.833.384	3.471.256	6.304.640	6.304.640	-
2005	200511	2.833.384	3.471.256	307.007	276.690	-	95.579	114.510	105.766	3.025.948	3.701.701	6.727.649	6.727.649	-
2005	200512	3.025.948	3.701.701	314.115	267.347	-	64.369	123.903	113.310	3.216.412	3.919.835	7.136.247	7.136.247	-
2005	200601	3.216.412	3.919.835	1.101	890	-	1.166	109.893	107.103	3.107.770	3.814.603	6.922.373	6.922.373	-
2005	200602	3.107.770	3.814.603	-	-	-	1.050	88.723	87.722	3.019.084	3.727.895	6.746.979	6.746.979	-
2005	200603	3.019.084	3.727.895	-	-	-	1.692	93.112	93.707	2.926.162	3.635.689	6.561.852	6.561.852	-
2005	200604	2.926.162	3.635.689	-	-	-	1.051	76.921	79.190	2.849.913	3.557.878	6.408.791	6.408.791	-
2005	200605	2.849.913	3.557.878	-	-	-	2.572	76.186	78.842	2.772.833	3.482.103	6.254.935	6.254.935	-
2005	200606	2.772.833	3.482.103	-	-	-	3.226	70.598	73.856	2.702.251	3.411.456	6.113.707	6.113.707	-
2005	200607	2.702.251	3.411.456	-	-	-	3.397	67.972	72.679	2.634.099	3.342.154	5.976.453	5.976.453	-
2005	200608	2.634.099	3.342.154	-	-	-	4.308	61.364	66.380	2.572.703	3.280.315	5.853.018	5.853.018	-
2005	200609	2.572.703	3.280.315	-	-	-	3.259	64.659	69.297	2.507.551	3.214.788	5.722.321	5.722.321	-
2005	200610	2.507.551	3.214.788	-	-	-	4.036	55.849	62.054	2.451.081	3.157.373	5.608.454	5.608.454	-
2005	200611	2.451.081	3.157.373	-	-	-	6.061	49.745	55.962	2.401.251	3.107.576	5.508.807	5.508.807	-
2005	200612	2.401.251	3.107.576	-	-	-	6.244	48.617	55.306	2.352.536	3.058.792	5.411.328	5.411.328	-
2005	200701	2.352.536	3.058.792	-	-	-	27.893	45.465	52.853	2.306.361	3.004.233	5.340.594	5.340.594	-
2005	200702	2.306.361	3.004.233	-	-	-	8.299	38.879	44.800	2.267.533	2.997.681	5.265.214	5.265.214	-
2005	200703	2.267.533	2.997.681	-	-	-	8.735	40.714	47.157	2.226.752	2.959.326	5.186.077	5.186.077	-
2005	200704	2.226.752	2.959.326	-	-	-	9.250	37.629	44.584	2.188.976	2.924.165	5.113.141	5.113.141	-
2005	200705	2.188.976	2.924.165	-	-	-	10.635	37.968	44.822	2.150.951	2.882.635	5.040.585	5.040.585	-
2005	200706	2.150.951	2.882.635	-	-	-	9.976	33.066	39.595	2.117.426	2.850.475	4.977.901	4.977.901	-
2005	200707	2.117.426	2.850.475	-	-	-	10.861	34.603	40.935	2.082.665	2.816.671	4.913.336	4.913.336	-
2005	200708	2.082.665	2.816.671	-	-	-	11.075	41.928	38.193	2.050.221	2.803.809	4.854.090	4.854.090	-
2005	200709	2.050.221	2.803.809	-	-	-	12.674	29.607	36.159	2.020.497	2.780.321	4.800.819	4.800.819	-
2005	200710	2.020.497	2.780.321	-	-	-	12.057	26.197	32.468	1.993.688	2.760.542	4.754.210	4.754.210	-
2005	200711	1.993.688	2.760.542	-	-	-	13.254	25.280	31.095	1.967.946	2.742.843	4.710.489	4.710.489	-
2005	200712	1.967.946	2.742.843	-	-	-	13.766	24.555	30.865	1.942.953	2.725.783	4.668.736	4.668.736	-
2005	200801	1.942.953	2.725.783	-	-	-	72.659	21.878	27.766	1.917.723	2.774.029	4.691.752	4.691.752	-



Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento parcela	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
2006	200601	-	-	441.606	286.246	88.447	(45)	10.178	7.485	434.428	367.209	801.636	801.636	-
2006	200602	434.428	367.209	221.397	136.872	51.981	(143)	26.603	18.695	629.164	537.424	1.166.588	1.166.588	-
2006	200603	629.164	537.424	266.515	152.063	63.476	(93)	41.373	29.016	854.235	724.038	1.578.274	1.578.274	-
2006	200604	854.235	724.038	417.605	274.153	108.027	(309)	48.554	35.710	1.223.358	1.072.436	2.295.794	2.295.794	-
2006	200605	1.223.358	1.072.436	1.081.046	894.820	238.218	(238)	76.722	59.554	2.227.142	2.146.460	4.373.601	4.373.601	-
2006	200606	2.227.142	2.146.460	873.917	623.464	189.394	(2.113)	119.364	102.399	2.981.635	2.856.979	5.838.614	5.838.614	-
2006	200607	2.981.635	2.856.979	654.948	393.609	204.837	(823)	158.110	131.583	3.478.622	3.323.692	6.802.315	6.802.315	-
2006	200608	3.478.622	3.323.692	366.418	222.890	94.732	(493)	175.078	146.599	3.670.112	3.494.566	7.164.678	7.164.678	-
2006	200609	3.670.112	3.494.566	703.114	470.636	225.975	(493)	184.639	151.507	4.188.772	4.039.475	8.228.247	8.228.247	-
2006	200610	4.188.772	4.039.475	482.733	295.939	132.384	(680)	199.855	166.368	4.471.211	4.299.870	8.771.081	8.771.081	-
2006	200611	4.471.211	4.299.870	482.338	364.014	112.772	7.616	203.491	169.731	4.749.555	4.599.812	9.349.367	9.349.367	7.616
2006	200612	4.749.555	4.599.812	353.102	244.452	107.092	13.205	208.447	175.683	4.892.694	4.765.984	9.658.678	9.658.678	13.205
2006	200701	4.892.694	4.765.984	-	-	14.008	5.757	207.158	171.190	4.684.016	4.604.565	9.288.581	9.288.581	5.757
2006	200702	4.684.016	4.604.565	-	-	(22.551)	(76)	173.031	146.561	4.494.819	4.451.619	8.946.438	8.946.438	-
2006	200703	4.494.819	4.451.619	-	-	6.036	(765)	160.426	137.041	4.333.507	4.321.500	8.655.006	8.655.006	-
2006	200704	4.333.507	4.321.500	-	-	6.899	(802)	144.338	124.028	4.188.150	4.205.390	8.393.540	8.393.540	-
2006	200705	4.188.150	4.205.390	-	-	7.923	(485)	135.017	116.903	4.052.304	4.097.238	8.149.542	8.149.542	-
2006	200706	4.052.304	4.097.238	-	-	5.205	(370)	116.412	102.402	3.933.174	4.002.758	7.935.933	7.935.933	-
2006	200707	3.933.174	4.002.758	-	-	8.673	(388)	121.248	105.362	3.810.920	3.907.076	7.717.995	7.717.995	-
2006	200708	3.810.920	3.907.076	-	-	7.463	(260)	104.502	94.918	3.704.237	3.821.801	7.526.038	7.526.038	-
2006	200709	3.704.237	3.821.801	-	-	10.177	(256)	92.133	81.712	3.610.704	3.749.645	7.360.349	7.360.349	-
2006	200710	3.610.704	3.749.645	-	-	6.545	(253)	85.173	77.730	3.522.328	3.681.663	7.203.991	7.203.991	-
2006	200711	3.522.328	3.681.663	-	-	10.819	(163)	70.506	64.676	3.450.241	3.629.387	7.079.627	7.079.627	-
2006	200712	3.450.241	3.629.387	-	-	8.961	(132)	68.868	64.853	3.378.643	3.576.225	6.954.868	6.954.868	-
2006	200801	3.378.643	3.576.225	-	-	59.969	(23)	55.850	52.312	3.315.445	3.593.172	6.908.615	6.908.615	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
2007	200701	-	-	499.451	288.378	134.901	1.423	15.272	11.130	484.216	410.688	894.904	896.327	1.423
2007	200702	484.216	410.688	278.853	140.222	78.146	4.795	39.761	25.024	723.009	599.536	1.322.545	1.327.340	4.795
2007	200703	723.009	599.536	539.972	375.070	151.012	3.548	54.979	37.252	1.207.399	1.083.420	2.290.819	2.294.368	3.548
2007	200704	1.207.399	1.083.420	309.848	177.635	92.637	8.158	64.860	44.526	1.451.084	1.307.312	2.753.396	2.761.554	8.158
2007	200705	1.451.084	1.307.312	550.902	325.720	139.822	8.483	72.545	56.092	1.925.785	1.706.934	3.632.719	3.641.203	8.483
2007	200706	1.925.785	1.706.934	873.742	628.961	228.318	5.633	90.595	69.084	2.707.690	2.490.738	5.198.428	5.204.061	5.633
2007	200707	2.707.690	2.490.738	2.054.228	1.493.301	543.352	18.414	175.847	146.679	4.582.109	4.366.299	8.948.409	8.966.823	18.414
2007	200708	4.582.109	4.366.299	2.229.025	1.654.139	426.295	100.586	254.710	215.910	6.501.745	6.184.916	12.686.661	12.787.347	100.586
2007	200709	6.501.745	6.184.916	847.080	665.265	194.358	118.646	267.892	226.963	7.069.472	6.708.389	13.777.861	13.896.307	118.646
2007	200710	7.069.472	6.708.389	999.695	808.369	197.776	64.095	325.767	281.974	7.726.400	7.385.465	15.111.865	15.175.960	64.095
2007	200711	7.726.400	7.385.465	577.373	449.729	134.649	40.865	318.087	274.064	7.970.842	7.669.757	15.640.599	15.681.464	40.865
2007	200712	7.970.842	7.669.757	56.132	389.754	130.228	36.220	312.675	277.328	8.196.789	7.898.711	16.095.500	16.131.720	36.220
2007	200801	8.196.789	7.898.711	-	-	(38.925)	21.133	294.839	263.246	7.850.500	7.626.856	15.477.357	15.498.489	21.133



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
2008	20/08/01	-	-	1.083.332	734.747	264.985	13.569	17.078	12.498	1.050.893	989.026	2.039.919	2.053.488	13.569



Anexo III.1

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Año de Paralelamiento	Año	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre el Saldo de Principal + Corrección Monetaria	Devoluciones / Moras por el atraso no pago de las parcelas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando devoluciones y descuentos de parajes)
								Principal	Mora	Principal	Mora		
2000	2000001	-	-	38.479	18.238	3.408	0	2.831	1.213	35.828	20.232	56.061	56.061
2000	2000002	35.828	20.232	50.758	22.393	1.309	(0)	4.324	1.749	82.374	42.074	124.448	124.448
2000	2000003	82.374	42.074	1.042	545	122	(0)	4.853	1.971	78.640	40.692	119.333	119.333
2000	2000004	78.640	40.692	1.577	595	190	1	5.995	2.602	74.233	38.864	113.097	113.098
2000	2000005	74.233	38.864	1.502	273	239	(37)	6.817	2.892	69.003	36.399	105.402	105.402
2000	2000006	69.003	36.399	211	95	176	(351)	8.060	3.637	61.265	32.922	94.186	94.186
2000	2000007	61.265	32.922	1.500	438	257	(478)	7.604	3.398	55.246	30.132	85.378	85.378
2000	2000008	55.246	30.132	2.740	671	918	(61)	7.022	3.118	51.183	28.384	79.567	79.567
2000	2000009	51.183	28.384	312	142	435	(13)	5.983	2.635	45.862	25.975	71.837	71.837
2000	2000010	45.862	25.975	1.090	513	483	(221)	4.279	2.047	42.732	24.866	67.598	67.598
2000	2000011	42.732	24.866	2.134	1.006	2.276	(35)	4.471	2.078	41.458	25.027	66.466	66.466
2000	2000012	41.438	25.027	1.697	833	1.243	(0)	4.548	2.030	39.177	24.484	63.660	63.660
2000	20000101	39.177	24.484	-	-	102	(857)	1.991	1.073	37.193	23.505	60.699	60.699
2000	20000102	37.193	23.505	-	-	134	(297)	1.612	841	35.604	22.777	58.381	58.381
2000	20000103	35.604	22.777	-	-	379	(293)	3.098	1.777	32.719	21.166	53.885	53.885
2000	20000104	32.719	21.166	-	-	305	(120)	2.290	1.340	30.527	20.032	50.559	50.559
2000	20000105	30.527	20.032	-	-	247	(90)	1.671	1.037	28.906	19.192	48.097	48.097
2000	20000106	28.906	19.192	-	-	266	(95)	1.442	924	27.523	18.474	45.998	45.998
2000	20000107	27.523	18.474	-	-	260	(72)	1.892	1.204	25.681	17.480	43.161	43.161
2000	20000108	25.681	17.480	-	-	294	(78)	1.391	902	24.559	16.802	41.161	41.161
2000	20000109	24.559	16.802	-	-	284	(85)	1.399	892	23.022	16.131	39.153	39.153
2000	20000110	23.022	16.131	-	-	249	(62)	936	603	22.124	15.740	37.864	37.864
2000	20000111	22.124	15.740	-	-	250	(38)	696	425	21.454	15.540	36.993	36.993
2000	20000112	21.454	15.540	-	-	275	(50)	550	348	20.943	15.426	36.368	36.368
2000	20000201	20.943	15.426	-	-	273	(56)	609	377	20.382	15.275	35.655	35.655
2000	20000202	15.273	15.273	-	-	275	(56)	369	222	20.049	15.290	35.339	35.339
2000	20000203	20.049	15.290	-	-	272	(50)	450	296	19.650	15.226	34.885	34.885
2000	20000204	19.650	15.236	-	-	286	(59)	331	194	19.356	15.291	34.647	34.647
2000	20000205	19.356	15.291	-	-	288	(50)	309	175	19.084	15.367	34.451	34.451
2000	20000206	19.084	15.367	-	-	275	(34)	285	180	18.824	15.437	34.260	34.260
2000	20000207	18.824	15.437	-	-	277	(34)	263	162	18.586	15.526	34.112	34.112
2000	20000208	18.586	15.526	-	-	283	(28)	266	164	18.348	15.618	33.966	33.966
2000	20000209	18.348	15.618	-	-	282	(31)	245	146	18.128	15.729	33.857	33.857
2000	20000210	18.128	15.729	-	-	284	(34)	203	119	17.950	15.809	33.820	33.820
2000	20000211	17.950	15.809	-	-	268	(17)	161	106	17.802	16.019	33.821	33.821

Anexo III.I

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Profeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Parcelamentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Desconto
2000	2003212	17.802	16.019	-	-	258	(17)	130	121	17.628	16.140	33.768	33.768	-
2000	2003201	17.628	16.140	-	-	259	(17)	135	101	17.497	16.294	33.791	33.791	-
2000	2003202	17.497	16.294	-	-	260	(5)	42	29	17.458	16.523	33.981	33.981	-
2000	2003203	17.458	16.523	-	-	262	(5)	42	29	17.419	16.753	34.171	34.171	-
2000	2003204	17.419	16.753	-	-	263	(5)	42	29	17.380	16.983	34.364	34.364	-
2000	2003205	17.380	16.983	-	-	135	-	305	163	17.075	16.955	34.030	34.030	-
2000	2003206	17.075	16.955	-	-	256	-	-	-	17.075	17.210	34.285	34.285	-
2000	2003207	17.075	17.210	-	-	257	-	-	-	17.075	17.467	34.542	34.542	-
2000	2003208	17.075	17.467	-	-	258	-	-	-	17.075	17.725	34.800	34.800	-
2000	2003209	17.075	17.725	-	-	192	-	108	74	16.978	17.852	34.810	34.810	-
2000	2003210	16.978	17.852	-	-	257	-	-	-	16.978	18.089	35.067	35.067	-
2000	2003211	16.978	18.089	-	-	257	-	-	-	16.978	18.347	35.325	35.325	-
2000	2003212	16.978	18.347	-	-	235	-	30	20	16.951	18.558	35.509	35.509	-
2000	2004001	16.951	18.558	-	-	238	-	-	-	16.951	18.815	35.766	35.766	-
2000	2004002	16.951	18.815	-	-	238	-	-	-	16.951	19.073	36.025	36.025	-
2000	2004003	16.951	19.073	-	-	258	-	-	-	16.951	19.332	36.283	36.283	-
2000	2004004	16.951	19.332	-	-	259	-	-	-	16.951	19.591	36.542	36.542	-
2000	2004005	16.951	19.591	-	-	259	-	-	-	16.951	19.850	36.801	36.801	-
2000	2004006	16.951	19.850	-	-	260	-	-	-	16.951	20.109	37.061	37.061	-
2000	2004007	16.951	20.109	-	-	260	-	-	-	16.951	20.370	37.321	37.321	-
2000	2004008	16.951	20.370	-	-	260	-	-	-	16.951	20.630	37.581	37.581	-
2000	2004009	16.951	20.630	-	-	214	-	100	84	16.861	20.751	37.611	37.611	-
2000	2004010	16.861	20.751	-	-	259	-	-	-	16.861	21.010	37.871	37.871	-
2000	2004011	16.861	21.010	-	-	260	-	-	-	16.861	21.269	38.130	38.130	-
2000	2004012	16.861	21.269	-	-	260	-	-	-	16.861	21.529	38.390	38.390	-
2000	2005001	16.861	21.529	-	-	92	-	156	137	16.714	21.475	38.188	38.188	-
2000	2005002	16.714	21.475	-	-	258	-	-	-	16.714	21.733	38.446	38.446	-
2000	2005003	16.714	21.733	-	-	258	-	-	-	16.714	21.991	38.704	38.704	-
2000	2005004	16.714	21.991	-	-	259	-	-	-	16.714	22.249	38.963	38.963	-
2000	2005005	16.714	22.249	-	-	259	-	-	-	16.714	22.508	39.222	39.222	-
2000	2005006	16.714	22.508	-	-	259	-	-	-	16.714	22.768	39.481	39.481	-
2000	2005007	16.714	22.768	-	-	231	-	135	66	16.617	22.894	39.511	39.511	-
2000	2005008	16.617	22.894	-	-	259	-	-	-	16.617	23.153	39.770	39.770	-
2000	2005009	16.617	23.153	-	-	261	-	-	-	16.617	23.413	40.031	40.031	-
2000	2005010	16.617	23.413	-	-	261	-	-	-	16.617	23.674	40.291	40.291	-



Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição		Valor sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal		Principal	Mora	Principal	Mora			
2000	200511	16.617	-	23.674	-	-	-	-	261	-	-	16.617	23.936	40.553	40.553	-
2000	200512	16.617	-	23.936	-	-	-	-	262	-	-	16.617	24.197	40.814	40.814	-
2000	200601	16.617	-	24.197	-	-	-	-	262	-	-	16.617	24.459	41.076	41.076	-
2000	200602	16.617	-	24.459	-	-	-	-	262	-	-	16.617	24.722	41.339	41.339	-
2000	200603	16.617	-	24.722	-	-	-	-	263	-	-	16.617	24.984	41.602	41.602	-
2000	200604	16.617	-	24.984	-	-	-	-	263	-	-	16.617	25.247	41.865	41.865	-
2000	200605	16.617	-	25.247	-	-	-	-	264	-	-	16.617	25.511	42.128	42.128	-
2000	200606	16.617	-	25.511	-	-	-	-	264	-	-	16.617	25.775	42.392	42.392	-
2000	200607	16.617	-	25.775	-	-	-	-	264	-	-	16.617	26.039	42.657	42.657	-
2000	200608	16.617	-	26.039	-	-	-	-	265	-	-	16.617	26.304	42.921	42.921	-
2000	200609	16.617	-	26.304	-	-	-	-	265	-	-	16.617	26.569	43.186	43.186	-
2000	200610	16.617	-	26.569	-	-	-	-	265	-	-	16.617	26.834	43.452	43.452	-
2000	200611	16.617	-	26.834	-	-	-	-	266	-	-	16.617	27.100	43.717	43.717	-
2000	200612	16.617	-	27.100	-	-	-	-	266	-	-	16.617	27.366	43.983	43.983	-
2000	200701	16.617	-	27.366	-	-	-	-	1.023	68	32	16.579	28.328	44.907	44.907	-
2000	200702	16.579	-	28.328	-	-	-	-	265	-	-	16.579	28.593	45.172	45.172	-
2000	200703	16.579	-	28.593	-	-	-	-	265	-	-	16.579	28.859	45.438	45.438	-
2000	200704	16.579	-	28.859	-	-	-	-	265	-	-	16.579	29.124	45.703	45.703	-
2000	200705	16.579	-	29.124	-	-	-	-	265	-	-	16.579	29.389	45.968	45.968	-
2000	200706	16.579	-	29.389	-	-	-	-	265	-	-	16.579	29.654	46.233	46.233	-
2000	200707	16.579	-	29.654	-	-	-	-	265	-	-	16.579	29.920	46.499	46.499	-
2000	200708	16.579	-	29.920	-	-	-	-	265	-	-	16.579	30.185	46.764	46.764	-
2000	200709	16.579	-	30.185	-	-	-	-	265	-	-	16.579	30.450	47.029	47.029	-
2000	200710	16.579	-	30.450	-	-	-	-	265	-	-	16.579	30.715	47.294	47.294	-
2000	200711	16.579	-	30.715	-	-	-	-	265	-	-	16.579	30.981	47.559	47.559	-
2000	200712	16.579	-	30.981	-	-	-	-	265	-	-	16.579	31.246	47.825	47.825	-
2000	200801	16.579	-	31.246	-	-	-	-	1.397	-	-	16.579	32.643	49.222	49.222	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo III.I

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as diferenças decorrentes de impostos)	Descontos
2001	200101	-	-	15.630	5.501	1.825	(27)	1.190	537	14.422	6.039	21.030	21.030	-
2001	200102	14.422	6.069	6.641	2.497	2.018	(28)	3.736	1.673	18.152	8.632	26.777	26.777	-
2001	200103	18.152	8.625	3.509	1.268	528	(41)	3.429	1.440	18.396	8.817	27.213	27.213	-
2001	200104	18.396	8.817	5.152	1.847	419	(31)	3.195	1.475	20.371	9.591	29.962	29.962	-
2001	200105	20.371	9.591	2.336	1.049	143	(39)	3.323	1.488	19.407	9.271	28.678	28.678	-
2001	200106	19.407	9.271	2.505	1.046	400	(29)	3.156	1.465	18.764	9.244	28.008	28.008	-
2001	200107	18.764	9.244	6.998	1.703	745	(29)	3.816	1.800	21.961	9.877	31.838	31.838	-
2001	200108	21.961	9.877	3.000	1.384	1.020	(26)	3.223	1.604	21.913	10.502	32.416	32.416	-
2001	200109	21.913	10.502	2.479	1.016	369	(31)	2.644	1.321	21.760	10.555	32.314	32.314	-
2001	200110	21.760	10.555	2.320	839	244	(28)	3.296	1.709	20.790	9.922	30.712	30.712	-
2001	200111	20.790	9.922	4.094	1.121	535	(20)	3.075	1.525	21.815	10.046	31.862	31.862	-
2001	200112	21.815	10.046	1.635	779	220	(17)	2.674	1.347	20.781	9.603	30.474	30.474	-
2001	200201	20.781	9.603	-	-	20	(16)	2.809	1.338	17.985	8.361	26.346	26.346	-
2001	200202	17.985	8.361	-	-	70	(9)	1.985	946	16.000	7.434	23.434	23.434	-
2001	200203	16.000	7.434	-	-	23	(9)	1.766	825	14.243	6.623	20.866	20.866	-
2001	200204	14.243	6.623	-	-	21	(8)	1.473	739	12.772	5.904	18.676	18.676	-
2001	200205	12.772	5.904	-	-	21	(10)	1.504	747	11.176	5.179	16.355	16.355	-
2001	200206	11.176	5.179	-	-	18	(8)	1.181	566	9.996	4.631	14.626	14.626	-
2001	200207	9.996	4.631	-	-	20	(7)	939	417	9.083	4.228	13.311	13.311	-
2001	200208	9.083	4.228	-	-	21	(7)	970	503	8.118	3.741	11.859	11.859	-
2001	200209	8.118	3.741	-	-	19	(7)	601	455	7.145	3.292	10.438	10.438	-
2001	200210	7.145	3.292	-	-	18	(7)	601	274	6.550	3.030	9.580	9.580	-
2001	200211	6.550	3.030	-	-	19	(4)	462	178	6.091	2.867	8.959	8.959	-
2001	200212	6.091	2.867	-	-	17	(4)	499	179	5.599	2.698	8.298	8.298	-
2001	200301	5.599	2.698	-	-	18	(4)	443	136	5.160	2.577	7.737	7.737	-
2001	200302	5.160	2.577	-	-	16	(3)	446	151	4.719	2.436	7.156	7.156	-
2001	200303	4.719	2.436	-	-	(3)	(7)	460	148	4.274	2.270	6.544	6.544	-
2001	200304	4.274	2.270	-	-	18	(7)	181	78	4.095	2.207	6.302	6.302	-
2001	200305	4.095	2.207	-	-	12	(12)	281	126	3.823	2.085	5.908	5.908	-
2001	200306	3.823	2.085	-	-	16	(1)	185	86	3.638	2.014	5.652	5.652	-
2001	200307	3.638	2.014	-	-	13	(1)	271	134	3.377	1.882	5.259	5.259	-
2001	200308	3.377	1.882	-	-	16	(1)	134	54	3.244	1.844	5.088	5.088	-
2001	200309	3.244	1.844	-	-	12	(1)	294	148	2.967	1.691	4.658	4.658	-
2001	200310	2.967	1.691	-	-	16	(1)	76	31	2.891	1.675	4.567	4.567	-



Anexo III.I

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as diferenças decorrentes de juros)	Descontos
2001	200311	2.891	1.675	-	-	-	16	30	25	2.861	1.666	4.528	4.528	-
2001	200312	2.861	1.666	-	-	-	18	171	42	2.691	1.641	4.332	4.332	-
2001	200401	2.691	1.641	-	-	-	9	348	187	2.378	1.429	3.807	3.807	-
2001	200402	2.378	1.429	-	-	-	15	52	29	2.326	1.415	3.741	3.741	-
2001	200403	2.326	1.415	-	-	-	15	45	24	2.281	1.406	3.687	3.687	-
2001	200404	2.281	1.406	-	-	-	16	26	7	2.256	1.414	3.670	3.670	-
2001	200405	2.256	1.414	-	-	-	(132)	381	205	1.906	1.025	2.931	2.931	-
2001	200406	1.906	1.025	-	-	-	12	26	7	1.881	1.030	2.910	2.910	-
2001	200407	1.881	1.030	-	-	-	1	518	163	1.541	889	2.430	2.430	-
2001	200408	1.541	889	-	-	-	9	26	7	1.515	891	2.407	2.407	-
2001	200409	1.515	891	-	-	-	9	26	7	1.490	893	2.383	2.383	-
2001	200410	1.490	893	-	-	-	(132)	215	152	1.282	601	1.883	1.883	-
2001	200411	1.282	601	-	-	-	5	26	7	1.256	600	1.856	1.856	-
2001	200412	1.256	600	-	-	-	5	26	7	1.230	598	1.828	1.828	-
2001	200501	1.230	598	-	-	-	(9)	52	23	1.182	563	1.745	1.745	-
2001	200502	1.182	563	-	-	-	5	26	7	1.157	561	1.717	1.717	-
2001	200503	1.157	561	-	-	-	5	26	7	1.131	559	1.690	1.690	-
2001	200504	1.131	559	-	-	-	5	26	7	1.105	557	1.662	1.662	-
2001	200505	1.105	557	-	-	-	5	26	7	1.080	555	1.635	1.635	-
2001	200506	1.080	555	-	-	-	5	26	7	1.054	553	1.607	1.607	-
2001	200507	1.054	553	-	-	-	5	26	7	1.028	551	1.579	1.579	-
2001	200508	1.028	551	-	-	-	5	47	35	986	516	1.502	1.502	-
2001	200509	986	516	-	-	-	5	26	7	960	514	1.474	1.474	-
2001	200510	960	514	-	-	-	5	26	7	934	512	1.446	1.446	-
2001	200511	934	512	-	-	-	5	188	72	797	393	1.191	1.191	-
2001	200512	797	393	-	-	-	3	4	3	793	394	1.187	1.187	-
2001	200601	793	394	-	-	-	4	45	9	749	388	1.137	1.137	-
2001	200602	749	388	-	-	-	3	4	3	745	388	1.133	1.133	-
2001	200603	745	388	-	-	-	4	13	13	695	379	1.073	1.073	-
2001	200604	695	379	-	-	-	3	26	7	669	375	1.044	1.044	-
2001	200605	669	375	-	-	-	3	26	7	643	372	1.015	1.015	-
2001	200606	643	372	-	-	-	3	26	7	618	368	986	986	-
2001	200607	618	368	-	-	-	3	26	7	592	364	956	956	-
2001	200608	592	364	-	-	-	3	4	3	598	365	952	952	-



Anexo III.I

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Receitas
2001	2006/09	588	365	-	-	-	(0)	26	7	562	361	923	923	-
2001	2006/10	562	361	-	-	-	(0)	26	7	536	358	894	894	-
2001	2006/11	536	358	-	-	-	(0)	26	7	510	354	864	864	-
2001	2006/12	510	354	-	-	-	(0)	26	7	485	350	835	835	-
2001	2007/01	485	350	-	-	-	12	26	7	459	346	815	815	-
2001	2007/02	459	346	-	-	-	(0)	26	7	433	342	785	785	-
2001	2007/03	433	342	-	-	-	(0)	26	7	408	349	756	756	-
2001	2007/04	408	349	-	-	-	(0)	26	7	382	345	727	727	-
2001	2007/05	382	345	-	-	-	(0)	26	7	356	341	698	698	-
2001	2007/06	356	341	-	-	-	(0)	26	7	331	338	668	668	-
2001	2007/07	331	338	-	-	-	(0)	26	7	305	334	639	639	-
2001	2007/08	305	334	-	-	-	(0)	26	7	279	331	610	610	-
2001	2007/09	279	331	-	-	-	(3)	24	6	252	322	575	575	-
2001	2007/10	252	322	-	-	-	-	21	4	231	321	552	552	-
2001	2007/11	231	321	-	-	-	(0)	22	4	210	320	530	530	-
2001	2007/12	210	320	-	-	-	(0)	22	4	188	319	508	508	-
2001	2008/01	188	319	-	-	-	16	-	-	188	336	524	524	-



Anexo III

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multa por atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Arrecado, considerando apenas as débitos decorrentes de pagamentos)	Descontos
2002	20/02/01	-	-	4.839	2.019	139	(0)	734	297	4.086	1.881	5.967	5.967	-
2002	20/02/02	4.086	1.881	3.215	1.344	166	(0)	969	434	6.127	2.863	9.289	9.289	-
2002	20/02/03	6.327	2.963	8.682	2.713	137	(0)	1.997	853	13.080	6.171	19.221	19.221	-
2002	20/02/04	13.080	6.171	1.291	597	111	(15)	1.841	846	12.491	6.042	18.534	18.534	-
2002	20/02/05	12.491	6.042	36.287	11.722	2.220	(199)	2.067	967	40.340	18.988	59.728	59.728	-
2002	20/02/06	40.740	18.988	8.850	1.568	203	(46)	4.957	2.061	44.667	18.665	63.332	63.332	-
2002	20/02/07	44.667	18.665	42.724	18.370	2.698	(40)	5.138	2.162	82.271	37.552	119.823	119.823	-
2002	20/02/08	80.271	37.552	5.854	1.199	634	(34)	7.930	3.368	80.212	36.000	116.212	116.212	-
2002	20/02/09	80.212	36.000	4.148	1.973	959	(26)	9.535	3.373	74.826	35.548	110.374	110.374	-
2002	20/02/10	74.826	35.548	4.143	2.277	1.131	(335)	10.028	3.894	68.950	35.053	104.003	104.003	-
2002	20/02/11	68.950	35.053	3.555	1.013	384	(11)	8.078	3.610	64.438	32.759	97.167	97.167	-
2002	20/02/12	64.438	32.759	8.550	2.723	373	(489)	8.502	3.984	64.479	31.848	96.328	96.328	-
2002	20/03/01	64.479	31.848	-	-	25	(5)	8.265	3.750	56.225	28.133	84.358	84.358	-
2002	20/03/02	56.225	28.133	-	-	12	(7)	7.785	3.457	48.436	24.691	73.127	73.127	-
2002	20/03/03	48.436	24.691	-	-	27	(6)	7.176	3.073	41.264	21.641	62.905	62.905	-
2002	20/03/04	41.264	21.641	-	-	30	(5)	4.679	2.064	36.589	19.604	56.193	56.193	-
2002	20/03/05	36.589	19.604	-	-	31	(5)	4.760	2.140	31.837	17.488	49.324	49.324	-
2002	20/03/06	31.837	17.488	-	-	23	(494)	4.344	1.812	27.494	15.697	43.191	43.191	-
2002	20/03/07	27.494	15.697	-	-	31	(2)	4.380	1.844	23.115	13.882	36.997	36.997	-
2002	20/03/08	23.115	13.882	-	-	26	(2)	1.859	816	21.283	13.086	34.369	34.369	-
2002	20/03/09	21.283	13.086	-	-	32	(2)	1.226	681	20.058	12.415	32.493	32.493	-
2002	20/03/10	20.058	12.415	-	-	33	(2)	1.254	663	18.806	11.803	30.609	30.609	-
2002	20/03/11	18.806	11.803	-	-	34	(2)	760	454	18.048	11.382	29.430	29.430	-
2002	20/03/12	18.048	11.382	-	-	(18)	(2)	1.302	690	16.761	10.659	27.420	27.420	-
2002	20/04/01	16.761	10.659	-	-	18	(2)	637	341	16.131	10.328	26.460	26.460	-
2002	20/04/02	16.131	10.328	-	-	(13)	(2)	645	283	15.492	10.077	25.519	25.519	-
2002	20/04/03	15.492	10.077	-	-	28	(2)	256	113	15.235	9.942	25.177	25.177	-
2002	20/04/04	15.235	9.942	-	-	34	(2)	348	123	14.889	9.851	24.740	24.740	-
2002	20/04/05	14.889	9.851	-	-	36	(2)	304	93	14.387	9.792	24.379	24.379	-
2002	20/04/06	14.387	9.792	-	-	(16)	(2)	611	222	13.992	9.338	23.530	23.530	-
2002	20/04/07	13.992	9.338	-	-	37	(2)	187	66	13.807	9.507	23.314	23.314	-
2002	20/04/08	13.807	9.507	-	-	39	(2)	142	124	13.468	9.419	22.887	22.887	-
2002	20/04/09	13.468	9.419	-	-	40	(2)	109	62	13.361	9.395	22.756	22.756	-
2002	20/04/10	13.361	9.395	-	-	(124)	(2)	1.273	1.019	12.104	8.236	20.340	20.340	-
2002	20/04/11	12.104	8.236	-	-	24	(2)	175	62	11.931	8.196	20.127	20.127	-
2002	20/04/12	11.931	8.196	-	-	26	(3)	187	66	11.747	8.154	19.901	19.901	-



Anexo III.I

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal e Correção Monetária	Descontos/ Nítido pago das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (considerando apenas as débitos decorridos de juros)	Descontos
2002	200501	11.747	8.154	-	-	-	23	436	298	11.314	7.876	19.190	19.190	-
2002	200502	11.314	7.876	-	-	-	23	326	171	10.992	7.723	18.716	18.716	-
2002	200503	10.992	7.723	-	-	-	25	269	145	10.725	7.644	18.329	18.329	-
2002	200504	10.725	7.644	-	-	-	26	329	173	10.400	7.454	17.854	17.854	-
2002	200505	10.400	7.454	-	-	-	27	268	142	10.132	7.338	17.470	17.470	-
2002	200506	10.132	7.338	-	-	-	27	208	142	9.865	7.221	17.086	17.086	-
2002	200507	9.865	7.221	-	-	-	27	208	142	9.598	7.105	16.703	16.703	-
2002	200508	9.598	7.105	-	-	-	27	208	142	9.331	6.989	16.319	16.319	-
2002	200509	9.331	6.989	-	-	-	27	299	159	9.044	6.845	15.889	15.889	-
2002	200510	9.044	6.845	-	-	-	27	257	138	8.788	6.733	15.521	15.521	-
2002	200511	8.788	6.733	-	-	-	27	324	186	8.462	6.556	15.037	15.037	-
2002	200512	8.462	6.556	-	-	-	26	257	138	8.226	6.443	14.669	14.669	-
2002	200601	8.226	6.443	-	-	-	26	257	138	7.970	6.311	14.301	14.301	-
2002	200602	7.970	6.311	-	-	-	26	257	138	7.714	6.218	13.932	13.932	-
2002	200603	7.714	6.218	-	-	-	27	368	167	7.347	6.077	13.425	13.425	-
2002	200604	7.347	6.077	-	-	-	27	146	109	7.202	5.944	13.197	13.197	-
2002	200605	7.202	5.944	-	-	-	27	308	167	6.896	5.853	12.689	12.689	-
2002	200606	6.896	5.853	-	-	-	27	253	136	6.583	5.744	12.327	12.327	-
2002	200607	6.583	5.744	-	-	-	27	257	138	6.328	5.632	11.960	11.960	-
2002	200608	6.328	5.632	-	-	-	27	257	138	6.072	5.521	11.592	11.592	-
2002	200609	6.072	5.521	-	-	-	(489)	839	708	5.218	4.339	9.556	9.556	-
2002	200610	5.218	4.339	-	-	-	(500)	494	435	4.634	3.493	8.127	8.127	-
2002	200611	4.634	3.493	-	-	-	7	142	107	4.493	3.393	7.886	7.886	-
2002	200612	4.493	3.393	-	-	-	7	363	164	4.130	3.235	7.365	7.365	-
2002	200701	4.130	3.235	-	-	-	24	232	135	3.878	3.124	7.001	7.001	-
2002	200702	3.878	3.124	-	-	-	4	141	107	3.737	3.021	6.758	6.758	-
2002	200703	3.737	3.021	-	-	-	7	141	107	3.596	2.921	6.516	6.516	-
2002	200704	3.596	2.921	-	-	-	7	141	107	3.455	2.820	6.275	6.275	-
2002	200705	3.455	2.820	-	-	-	7	141	107	3.314	2.720	6.034	6.034	-
2002	200706	3.314	2.720	-	-	-	8	239	166	3.056	2.562	5.617	5.617	-
2002	200707	3.056	2.562	-	-	-	7	141	107	2.915	2.461	5.376	5.376	-
2002	200708	2.915	2.461	-	-	-	7	141	107	2.773	2.361	5.135	5.135	-
2002	200709	2.773	2.361	-	-	-	7	141	107	2.632	2.261	4.893	4.893	-
2002	200710	2.632	2.261	-	-	-	7	141	107	2.491	2.161	4.652	4.652	-
2002	200711	2.491	2.161	-	-	-	7	141	107	2.350	2.061	4.411	4.411	-
2002	200712	2.350	2.061	-	-	-	8	59	30	2.292	2.016	4.308	4.308	-
2002	200801	2.292	2.016	-	-	-	(53)	59	30	2.175	2.016	4.191	4.191	-



Anexo III.I

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal e Correção Monetária	Descontos / Multas pela falta no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as despesas de decorridos de pagamentos)	Descontos
2005	200301	-	-	9.074	3.798	380	(0)	1.041	438	8.031	3.742	11.773	11.773	-
2005	200302	8.031	3.742	28.856	10.978	604	(0)	5.289	1.305	33.578	14.039	47.617	47.617	-
2005	200303	33.578	14.039	18.026	4.668	340	(1)	4.415	1.776	47.186	17.273	64.460	64.460	-
2005	200304	47.186	17.273	12.385	4.752	2.215	(1)	7.016	2.081	52.552	22.164	74.716	74.716	-
2005	200305	52.552	22.164	4.015	1.666	432	(1)	5.244	2.352	51.321	21.931	73.252	73.252	-
2005	200306	51.321	21.931	15.410	3.736	280	(214)	6.817	2.325	59.807	23.629	83.536	83.536	-
2005	200307	59.807	23.629	4.517	1.936	343	(1)	6.546	2.381	57.871	23.534	81.405	81.405	-
2005	200308	57.871	23.534	3.262	1.615	799	(1)	6.630	2.439	54.598	23.515	78.013	78.013	-
2005	200309	54.598	23.515	8.039	4.431	1.375	(2)	5.989	2.605	56.543	26.718	83.261	83.261	-
2005	200310	56.543	26.718	6.007	2.803	1.238	(2)	6.309	2.798	56.238	27.965	84.204	84.204	-
2005	200311	56.238	27.965	7.936	1.979	560	(2)	6.488	3.216	57.680	27.294	84.974	84.974	-
2005	200312	57.680	27.294	27.847	14.337	3.680	(2)	8.155	4.141	77.377	41.166	118.543	118.543	-
2005	200401	77.377	41.166	-	-	-	(2)	7.066	3.438	70.313	37.726	108.039	108.039	-
2005	200402	70.313	37.726	-	-	17	(2)	5.699	2.913	64.613	34.831	99.444	99.444	-
2005	200403	64.613	34.831	-	-	11	(10)	5.360	2.596	59.254	32.245	91.499	91.499	-
2005	200404	59.254	32.245	-	-	22	(2)	4.039	2.018	55.215	30.249	85.464	85.464	-
2005	200405	55.215	30.249	-	-	22	(2)	3.341	1.748	51.876	28.522	80.398	80.398	-
2005	200406	51.876	28.522	-	-	18	(1)	2.921	1.471	48.957	27.067	76.024	76.024	-
2005	200407	48.957	27.067	-	-	19	(2)	3.268	1.530	45.692	25.533	71.226	71.226	-
2005	200408	45.692	25.533	-	-	12	(2)	2.784	1.347	42.913	24.194	67.106	67.106	-
2005	200409	42.913	24.194	-	-	21	(343)	1.932	1.059	40.981	23.155	64.136	64.136	-
2005	200410	40.981	23.155	-	-	25	(2)	2.637	1.330	38.345	21.829	60.173	60.173	-
2005	200411	38.345	21.829	-	-	(33)	(2)	2.689	1.242	35.679	20.528	56.207	56.207	-
2005	200412	35.679	20.528	-	-	14	(2)	1.985	1.090	33.696	19.439	53.146	53.146	-
2005	200501	33.696	19.439	-	-	(9)	(2)	2.199	1.083	31.506	18.349	49.855	49.855	-
2005	200502	31.506	18.349	-	-	16	(2)	1.602	964	29.905	17.401	47.306	47.306	-
2005	200503	29.905	17.401	-	-	6	(2)	2.402	1.037	27.509	16.363	43.872	43.872	-
2005	200504	27.509	16.363	-	-	16	(1)	1.568	912	25.941	15.468	41.409	41.409	-
2005	200505	25.941	15.468	-	-	16	(7)	1.758	955	24.185	14.527	38.712	38.712	-
2005	200506	24.185	14.527	-	-	17	(2)	1.754	968	22.432	13.575	36.007	36.007	-
2005	200507	22.432	13.575	-	-	15	(0)	1.950	959	20.482	12.632	33.113	33.113	-
2005	200508	20.482	12.632	-	-	15	(1)	1.137	670	19.373	11.948	31.320	31.320	-
2005	200509	19.373	11.948	-	-	15	(1)	1.620	788	17.752	11.175	28.927	28.927	-
2005	200510	17.752	11.175	-	-	15	(1)	1.053	664	16.699	10.526	27.224	27.224	-
2005	200511	16.699	10.526	-	-	15	(0)	1.058	667	15.640	9.874	25.514	25.514	-



Anexo III.I

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal - Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as diferenças decorrentes de pagamentos)	Descontos
2003	200312	15.640	9.874	-	-	-	15	862	579	14.785	9.303	24.088	24.088	-
2003	200601	14.785	9.303	-	-	-	14	873	593	13.912	8.724	22.636	22.636	-
2003	200602	13.912	8.724	-	-	-	14	1.032	662	12.880	8.077	20.956	20.956	-
2003	200603	12.880	8.077	-	-	-	14	1.186	673	11.694	7.417	19.111	19.111	-
2003	200604	11.694	7.417	-	-	-	14	1.133	617	10.561	6.815	17.376	17.376	-
2003	200605	10.561	6.815	-	-	-	14	805	619	9.666	6.210	15.876	15.876	-
2003	200606	9.666	6.210	-	-	-	14	841	566	8.825	5.658	14.483	14.483	-
2003	200607	8.825	5.658	-	-	-	14	1.328	701	7.496	4.971	12.468	12.468	-
2003	200608	7.496	4.971	-	-	-	14	863	580	6.633	4.406	11.039	11.039	-
2003	200609	6.633	4.406	-	-	-	14	1.325	826	5.363	3.443	8.806	8.806	-
2003	200610	5.363	3.443	-	-	-	7	1.161	656	4.303	2.795	6.997	6.997	-
2003	200611	4.285	2.795	-	-	-	8	866	582	3.336	2.221	5.557	5.557	-
2003	200612	3.336	2.221	-	-	-	8	1.155	647	2.182	1.582	3.763	3.763	-
2003	200701	2.182	1.582	-	-	-	29	401	204	1.781	1.407	3.188	3.188	-
2003	200702	1.781	1.407	-	-	-	7	365	186	1.415	1.229	2.644	2.644	0
2003	200703	1.415	1.229	-	-	-	8	342	173	1.073	1.063	2.136	2.136	-
2003	200704	1.073	1.063	-	-	-	8	98	99	975	972	1.947	1.947	-
2003	200705	975	972	-	-	-	8	331	129	644	841	1.484	1.484	-
2003	200706	644	841	-	-	-	8	37	53	607	796	1.403	1.403	-
2003	200707	607	796	-	-	-	8	49	68	558	756	1.295	1.295	-
2003	200708	558	756	-	-	-	8	35	59	523	685	1.208	1.208	-
2003	200709	523	685	-	-	-	7	64	37	464	650	1.115	1.115	-
2003	200710	464	650	-	-	-	7	6	8	458	650	1.108	1.108	-
2003	200711	458	650	-	-	-	7	-	-	458	657	1.115	1.115	-
2003	200712	458	657	-	-	-	7	-	-	458	664	1.122	1.122	-
2003	200801	458	664	-	-	-	38	-	-	458	702	1.160	1.160	-



Anexo III.I

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Ano	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
2004	200401	-	-	47.270	20.707	1.206	(0)	4.553	1.758	42.742	19.631	62.373	62.373	-
2004	200402	42.742	19.631	36.904	16.185	1.658	(0)	9.519	3.816	70.148	33.637	103.785	103.785	-
2004	200403	70.148	33.637	29.859	12.495	1.088	(6)	11.869	5.004	88.129	42.236	130.355	130.355	-
2004	200404	88.129	42.236	47.667	22.204	2.517	(238)	12.181	5.524	123.206	61.433	184.639	184.639	-
2004	200405	123.206	61.433	30.730	12.602	2.387	(205)	14.356	6.501	139.578	69.222	209.501	209.501	-
2004	200406	139.578	69.222	41.599	14.850	2.350	(8)	16.344	7.139	164.832	79.984	244.816	244.816	-
2004	200407	164.832	79.984	7.035	3.141	713	(14)	18.611	8.176	153.260	75.658	228.919	228.919	-
2004	200408	153.260	75.658	18.717	10.510	1.979	(24)	16.095	7.244	155.886	80.701	236.587	236.587	-
2004	200409	155.886	80.701	4.740	1.893	423	(30)	12.344	5.654	148.286	77.356	225.643	225.643	-
2004	200410	148.286	77.356	41.791	6.742	3.222	(27)	24.188	8.560	165.849	78.801	244.650	244.650	-
2004	200411	165.849	78.801	4.017	1.708	450	(17)	16.035	7.645	155.840	73.210	227.149	227.149	-
2004	200412	155.840	73.210	21.415	7.539	1.777	(15)	14.526	6.789	160.746	75.820	236.566	236.566	-
2004	200501	160.746	75.820	-	-	200	(24)	9.981	5.396	150.775	70.614	221.389	221.389	-
2004	200502	150.775	70.614	-	-	281	(19)	7.929	4.117	142.848	66.776	209.625	209.625	-
2004	200503	142.848	66.776	-	-	374	(14)	9.804	4.989	133.066	62.140	195.206	195.206	-
2004	200504	133.066	62.140	-	-	398	(12)	7.816	4.047	125.271	58.470	183.741	183.741	-
2004	200505	125.271	58.470	-	-	412	(30)	6.172	2.893	119.114	55.973	175.088	175.088	-
2004	200506	119.114	55.973	-	-	425	(14)	5.041	2.440	114.087	53.945	168.032	168.032	-
2004	200507	114.087	53.945	-	-	432	(8)	5.528	2.677	108.585	51.663	160.248	160.248	-
2004	200508	108.585	51.663	-	-	440	(3)	5.038	2.504	103.558	49.589	153.146	153.146	-
2004	200509	103.558	49.589	-	-	444	(12)	4.479	2.245	99.086	47.780	146.866	146.866	-
2004	200510	99.086	47.780	-	-	450	(23)	4.268	2.341	94.847	45.861	140.708	140.708	-
2004	200511	94.847	45.861	-	-	462	(3)	3.466	1.834	91.442	44.488	135.930	135.930	-
2004	200512	91.442	44.488	-	-	473	(1)	4.064	2.265	87.411	42.664	130.075	130.075	-
2004	200601	87.411	42.664	-	-	477	(2)	3.309	1.812	84.109	41.322	125.431	125.431	-
2004	200602	84.109	41.323	-	-	488	(3)	3.439	1.802	80.713	39.965	120.678	120.678	-
2004	200603	80.713	39.965	-	-	494	(3)	3.125	1.702	77.598	38.747	116.345	116.345	-
2004	200604	77.598	38.747	-	-	508	(2)	2.389	1.250	75.211	38.003	113.214	113.214	-
2004	200605	75.211	38.003	-	-	517	(2)	2.238	1.195	72.974	37.325	110.298	110.298	-
2004	200606	72.974	37.325	-	-	527	(7)	1.880	1.161	71.095	36.089	107.784	107.784	-
2004	200607	71.095	36.089	-	-	539	(2)	2.579	1.304	68.532	35.909	104.441	104.441	-
2004	200608	68.532	35.909	-	-	544	(9)	2.428	1.242	66.106	35.210	101.316	101.316	-
2004	200609	66.106	35.210	-	-	409	(1)	1.817	1.045	64.304	34.559	98.862	98.862	-
2004	200610	64.304	34.559	-	-	546	(1)	1.787	922	62.517	34.182	96.699	96.699	-
2004	200611	62.517	34.182	-	-	548	(1)	1.677	874	60.840	33.855	94.695	94.695	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo III

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multa por atraso no pagamento parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as diferenças decorrentes de pagamentos)	Descontos
2004	200612	60.840	33.855	-	-	550	(1)	2.079	997	58.762	33.407	92.170	92.170	-
2004	200701	58.762	33.407	230	211	1.957	(1)	1.362	796	57.542	34.869	92.411	92.411	-
2004	200702	57.542	34.869	-	-	1.653	(1)	1.653	846	55.889	34.576	90.465	90.465	-
2004	200703	55.889	34.576	-	-	555	(2)	1.760	933	54.134	34.193	88.328	88.328	-
2004	200704	54.134	34.193	-	-	559	(5)	465	325	53.670	34.427	88.097	88.097	-
2004	200705	53.670	34.427	-	-	565	(1)	1.019	445	52.655	34.544	87.198	87.198	-
2004	200706	52.655	34.544	-	-	564	(12)	464	340	52.190	34.768	86.958	86.958	-
2004	200707	52.190	34.768	-	-	571	(9)	396	264	51.795	35.073	86.868	86.868	-
2004	200708	51.795	35.073	-	-	536	(4)	340	262	51.433	35.268	86.802	86.802	-
2004	200709	51.433	35.268	-	-	481	(1)	1.254	654	49.646	35.228	84.873	84.873	-
2004	200710	49.646	35.228	-	-	575	(8)	380	259	49.267	35.512	84.808	84.808	-
2004	200711	49.267	35.512	-	-	580	(4)	311	220	48.956	35.901	84.857	84.857	-
2004	200712	48.956	35.901	-	-	587	(15)	897	362	48.069	36.117	84.186	84.186	-
2004	200801	48.069	36.117	-	-	2.987	(1)	250	202	47.763	38.958	86.720	86.720	-



Anexo III.F
Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo a Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Vantagens pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas os débitos decorrentes de pagamentos)	Descontos
2005	200502	23.219	12.192	15.975	6.711	837	(11)	5.164	2.275	34.031	17.463	51.495	51.495	-
2005	200503	34.031	17.464	17.387	8.003	1.893	(14)	6.292	2.885	45.128	24.473	69.601	69.601	-
2005	200504	45.128	24.475	17.648	7.772	5.941	(12)	6.701	3.467	56.110	34.685	90.794	90.794	-
2005	200505	56.110	34.685	23.238	12.214	5.611	(26)	8.804	4.619	70.554	47.880	118.434	118.434	-
2005	200506	70.554	47.880	9.869	5.470	1.700	(42)	8.654	5.046	71.715	49.997	121.713	121.713	-
2005	200507	71.715	49.997	63.193	41.411	24.698	(490)	9.052	5.293	125.860	110.808	236.668	236.668	-
2005	200508	125.860	110.808	290.587	214.512	122.872	(484)	20.535	14.956	395.987	453.161	829.148	829.148	-
2005	200509	395.987	453.161	2.225.700	1.793.040	963.451	(186)	59.760	53.824	2.561.960	3.133.795	5.695.755	5.695.755	-
2005	200510	2.561.960	3.133.795	370.996	270.674	159.425	(676)	99.610	92.591	2.833.394	3.471.256	6.304.650	6.304.650	-
2005	200511	2.833.394	3.471.256	141.817	92.928	59.579	(2.831)	111.673	103.337	2.863.595	3.520.369	6.383.964	6.383.964	-
2005	200512	2.863.595	3.520.369	138.916	88.296	62.651	(2.743)	114.173	104.337	2.888.608	3.566.710	6.455.318	6.455.318	-
2005	200601	2.888.608	3.566.710	1.101	890	1.154	(2.431)	97.849	96.588	2.791.956	3.472.049	6.264.005	6.264.005	-
2005	200602	2.791.956	3.472.049	-	-	1.097	(431)	78.806	79.077	2.713.218	3.394.000	6.107.218	6.107.218	-
2005	200603	2.713.218	3.394.000	-	-	1.553	(989)	83.484	85.319	2.629.833	3.210.135	5.939.968	5.939.968	-
2005	200604	2.629.833	3.210.135	-	-	850	(1.400)	69.722	72.861	2.559.755	3.238.500	5.798.255	5.798.255	-
2005	200605	2.559.755	3.238.500	-	-	2.293	(929)	68.860	71.804	2.490.906	3.168.938	5.659.864	5.659.864	-
2005	200606	2.490.906	3.168.938	-	-	2.849	(1.003)	64.288	67.767	2.426.616	3.104.041	5.530.657	5.530.657	-
2005	200607	2.426.616	3.104.041	-	-	2.941	(601)	61.964	66.928	2.364.454	3.040.252	5.404.706	5.404.706	-
2005	200608	2.364.454	3.040.252	-	-	3.762	(255)	55.409	60.605	2.308.996	2.983.458	5.292.454	5.292.454	-
2005	200609	2.308.996	2.983.458	-	-	2.627	(216)	59.369	64.187	2.249.102	2.922.423	5.171.525	5.171.525	-
2005	200610	2.249.102	2.922.423	-	-	3.315	(170)	51.008	57.338	2.197.476	2.869.018	5.066.494	5.066.494	-
2005	200611	2.197.476	2.869.018	-	-	5.238	(180)	44.224	50.855	2.152.822	2.823.531	4.976.353	4.976.353	-
2005	200612	2.152.822	2.823.531	-	-	5.338	(253)	44.238	50.902	2.108.287	2.778.263	4.886.551	4.886.551	-
2005	200701	2.108.287	2.778.263	-	-	24.142	(261)	31.444	48.845	2.066.312	2.754.092	4.820.404	4.820.404	-
2005	200702	2.066.312	2.754.092	-	-	7.232	(203)	35.910	41.683	2.030.448	2.719.596	4.750.044	4.750.044	-
2005	200703	2.030.448	2.719.596	-	-	7.571	(181)	37.834	44.062	1.992.546	2.683.173	4.675.719	4.675.719	-
2005	200704	1.992.546	2.683.173	-	-	7.994	(163)	34.490	41.163	1.957.904	2.650.156	4.608.060	4.608.060	-
2005	200705	1.957.904	2.650.156	-	-	8.731	(149)	33.313	39.719	1.924.520	2.619.239	4.543.759	4.543.759	-
2005	200706	1.924.520	2.619.239	-	-	8.887	(141)	30.205	36.561	1.893.996	2.591.882	4.485.878	4.485.878	-
2005	200707	1.893.996	2.591.882	-	-	9.626	(156)	31.788	37.840	1.862.143	2.563.733	4.425.876	4.425.876	-
2005	200708	1.862.143	2.563.733	-	-	9.495	(126)	29.365	35.546	1.832.350	2.538.210	4.370.560	4.370.560	-
2005	200709	1.832.350	2.538.210	-	-	11.013	(89)	27.163	33.706	1.805.068	2.515.636	4.320.704	4.320.704	-
2005	200710	1.805.068	2.515.636	-	-	10.320	(82)	23.916	29.997	1.780.518	2.496.592	4.277.110	4.277.110	-
2005	200711	1.780.518	2.496.592	-	-	11.494	(47)	22.755	28.989	1.757.367	2.479.514	4.236.881	4.236.881	-
2005	200712	1.757.367	2.479.514	-	-	11.866	(28)	22.582	28.800	1.734.345	2.463.020	4.197.365	4.197.365	-
2005	200801	1.734.345	2.463.020	-	-	63.349	(31)	20.056	25.417	1.711.307	2.503.953	4.215.260	4.215.260	-



Anexo III.I

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (ajustado - apenas as alterações decorrentes de descontos)	Descontos
2006	200601	-	-	300.166	146.705	85.581	(2)	6.954	4.532	293.212	227.755	520.946	520.946	-
2006	200602	203.212	227.755	177.620	89.535	50.855	(96)	20.432	12.975	450.376	355.172	805.548	805.548	-
2006	200603	450.376	355.172	224.230	106.143	61.859	(46)	32.505	20.645	642.063	502.568	1.144.630	1.144.630	-
2006	200604	642.063	502.568	328.630	183.360	104.197	(267)	37.773	23.257	932.933	766.854	1.699.787	1.699.787	-
2006	200605	932.933	766.854	615.776	376.442	210.939	(170)	51.018	34.185	1.497.127	1.320.611	2.817.739	2.817.739	-
2006	200606	1.497.127	1.320.611	457.075	241.225	145.078	(1.967)	62.944	44.801	1.891.157	1.662.216	3.553.373	3.553.373	-
2006	200607	1.891.157	1.662.216	499.975	242.773	181.951	(633)	84.169	58.245	2.307.064	2.028.595	4.335.658	4.335.658	-
2006	200608	2.307.064	2.028.595	503.095	157.425	83.740	(274)	95.542	66.985	2.514.688	2.202.702	4.717.390	4.717.390	-
2006	200609	2.514.688	2.202.702	599.540	326.324	214.094	(283)	108.893	75.097	3.065.338	2.668.020	5.673.358	5.673.358	-
2006	200610	3.065.338	2.668.020	410.349	209.535	130.774	(398)	124.381	88.553	3.290.810	2.910.272	6.201.082	6.201.082	-
2006	200611	3.290.810	2.910.272	508.875	127.841	92.667	389	130.538	93.394	3.469.081	3.037.062	6.506.143	6.506.143	389
2006	200612	3.469.081	3.037.062	259.373	126.744	86.298	(408)	137.883	97.925	3.590.419	3.152.333	6.742.752	6.742.752	-
2006	200701	3.590.419	3.152.333	-	-	5.512	(443)	141.157	100.768	3.448.099	3.058.240	6.506.339	6.506.339	-
2006	200702	3.448.099	3.058.240	-	-	(22.252)	(579)	117.807	85.599	3.314.936	2.965.746	6.280.682	6.280.682	-
2006	200703	3.314.936	2.965.746	-	-	3.077	(532)	106.576	77.855	3.208.413	2.890.914	6.099.327	6.099.327	-
2006	200704	3.208.413	2.890.914	-	-	3.582	(591)	97.747	72.201	3.110.587	2.822.375	5.932.961	5.932.961	-
2006	200705	3.110.587	2.822.375	-	-	4.317	(402)	93.274	68.524	3.017.428	2.788.051	5.775.479	5.775.479	-
2006	200706	3.017.428	2.788.051	-	-	1.670	(243)	81.750	61.509	2.933.994	2.699.897	5.633.891	5.633.891	-
2006	200707	2.933.994	2.699.897	-	-	5.301	(247)	85.662	63.460	2.848.436	2.641.634	5.490.070	5.490.070	-
2006	200708	2.848.436	2.641.634	-	-	5.589	(188)	72.495	56.220	2.775.790	2.591.195	5.366.943	5.366.943	-
2006	200709	2.775.790	2.591.195	-	-	6.052	(175)	65.572	51.594	2.709.931	2.545.898	5.255.829	5.255.829	-
2006	200710	2.709.931	2.545.898	-	-	1.999	(179)	61.367	48.897	2.645.975	2.501.590	5.147.565	5.147.565	-
2006	200711	2.645.975	2.501.590	-	-	6.052	(119)	51.329	41.327	2.593.637	2.467.323	5.060.961	5.060.961	-
2006	200712	2.593.637	2.467.323	-	-	4.851	(71)	49.711	40.991	2.542.195	2.432.915	4.975.110	4.975.110	-
2006	200801	2.442.195	2.432.915	-	-	35.332	(9)	40.764	33.375	2.494.814	2.441.489	4.936.302	4.936.302	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo III.1

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal e Correção Monetária	Debitos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apuração de débitos decorrentes de pagamentos)	Descontos
2007	200701	-	-	441.853	218.797	-	123.188	12.765	8.158	-328.317	353.827	762.244	762.244	-
2007	200702	428.417	353.827	251.796	108.659	71.436	308	34.504	18.986	645.248	494.688	1.139.936	1.140.244	308
2007	200703	645.248	494.688	438.860	225.831	125.576	(110)	48.593	28.982	1.055.275	817.352	1.852.628	1.852.628	-
2007	200704	1.055.275	817.352	274.446	129.384	82.847	(178)	56.495	33.747	1.252.484	996.579	2.249.063	2.249.063	-
2007	200705	1.252.484	996.579	478.757	244.581	128.468	(199)	60.729	40.928	1.668.176	1.331.037	2.999.213	2.999.213	-
2007	200706	1.668.176	1.331.037	614.999	336.554	191.782	180	75.339	50.314	2.207.538	1.809.177	4.016.715	4.016.895	180
2007	200707	2.207.538	1.809.177	1.523.451	801.557	471.655	(227)	125.806	88.467	3.603.191	2.995.915	6.599.105	6.599.105	-
2007	200708	3.603.191	2.995.915	1.494.742	739.501	360.808	(203)	180.189	124.978	4.868.183	4.020.806	8.888.989	8.888.989	-
2007	200709	4.868.183	4.020.806	454.191	231.589	144.772	38	183.433	124.695	5.175.038	4.296.337	9.471.375	9.471.413	38
2007	200710	5.175.038	4.296.337	596.829	316.157	144.598	(405)	217.981	149.196	5.547.949	4.613.854	10.161.783	10.161.783	-
2007	200711	5.547.949	4.613.854	353.893	176.355	92.557	(173)	214.952	145.940	5.682.686	4.741.011	10.423.696	10.423.696	-
2007	200712	5.682.686	4.741.011	381.855	167.179	102.521	(222)	208.019	145.158	5.845.910	4.876.164	10.722.074	10.722.074	-
2007	200801	5.845.910	4.876.164	-	-	(27.415)	(63)	196.917	138.343	5.622.435	4.756.964	10.359.399	10.359.399	-



Anexo III.I

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Currção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando abatimentos, deduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
2008	20/08/01	-	-	845.361	426.748	222.636	(25)	13.395	7.649	820.181	653.620	1.473.801	1.473.801	-



Anexo III.II

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	MEs	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso do pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
2005	200511	-	-	160.190	183.761	(0)	(2)	2.837	2.429	162.353	181.332	343.685	343.685	-
2005	200512	162.353	181.332	175.199	179.051	1.718	(21)	9.730	8.973	327.804	353.125	680.929	680.929	-
2005	200601	327.804	353.125	-	-	32	(12)	12.046	10.548	315.814	342.554	658.368	658.368	-
2005	200602	315.814	342.554	-	-	(47)	(29)	9.917	8.644	305.866	333.895	639.760	639.760	-
2005	200603	305.866	333.895	-	-	139	(51)	9.628	8.388	296.330	325.554	621.884	621.884	-
2005	200604	296.330	325.554	-	-	201	(53)	7.199	6.329	289.178	319.378	608.556	608.556	-
2005	200605	289.178	319.378	-	-	279	(82)	7.326	6.438	281.927	313.145	595.071	595.071	-
2005	200606	281.927	313.145	-	-	377	(40)	6.310	6.089	275.634	307.415	583.049	583.049	-
2005	200607	275.634	307.415	-	-	457	(43)	6.008	5.751	269.645	302.102	571.747	571.747	-
2005	200608	269.645	302.102	-	-	546	(46)	5.955	5.775	263.746	296.857	560.564	560.564	-
2005	200609	263.746	296.857	-	-	632	(42)	5.289	5.110	258.431	292.365	550.797	550.797	-
2005	200610	258.431	292.365	-	-	721	(34)	4.841	4.717	253.605	288.355	541.960	541.960	-
2005	200611	253.605	288.355	-	-	823	(24)	5.221	5.108	248.410	284.045	532.455	532.455	-
2005	200612	248.410	284.045	-	-	906	(18)	4.378	4.405	244.048	280.529	524.577	524.577	-
2005	200701	244.048	280.529	-	-	3.741	(17)	4.021	4.107	240.049	280.141	520.190	520.190	-
2005	200702	240.049	280.141	-	-	1.067	(16)	2.969	3.118	237.084	278.086	515.170	515.170	-
2005	200703	237.084	278.086	-	-	1.164	(16)	2.880	3.095	234.206	276.153	510.359	510.359	-
2005	200704	234.206	276.153	-	-	1.256	(35)	3.139	3.305	231.072	274.009	505.081	505.081	-
2005	200705	231.072	274.009	-	-	1.304	(15)	4.655	4.903	226.431	270.396	496.827	496.827	-
2005	200706	226.431	270.396	-	-	1.090	(20)	2.860	3.034	223.429	268.593	492.023	492.023	-
2005	200707	223.429	268.593	-	-	1.335	(15)	2.814	2.983	220.522	266.938	487.460	487.460	-
2005	200708	220.522	266.938	-	-	1.580	(15)	2.664	2.847	217.871	265.659	483.530	483.530	-
2005	200709	217.871	265.659	-	-	1.660	(15)	2.443	2.632	215.430	264.685	480.115	480.115	-
2005	200710	215.430	264.685	-	-	1.736	(11)	2.281	2.471	213.151	263.949	477.100	477.100	-
2005	200711	213.151	263.949	-	-	1.759	(5)	2.544	2.706	210.579	263.030	473.609	473.609	-
2005	200712	210.579	263.030	-	-	1.900	(4)	1.972	2.165	208.608	262.764	471.372	471.372	-
2005	200801	208.608	262.764	-	-	9.311	(2)	1.842	2.349	206.416	270.076	476.492	476.492	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo III.II

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Moedas	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as débitos decorridos de pagtos.)	Descontos
2006	200601	-	-	144.440	139.541	2.866	(42)	3.224	2.533	141.216	139.474	280.690	280.690	-
2006	200602	141.216	139.474	43.777	47.337	1.126	(46)	6.171	5.720	178.788	182.252	361.040	361.040	-
2006	200603	178.788	182.252	42.285	45.940	1.617	(46)	8.868	8.371	212.173	221.471	433.643	433.643	-
2006	200604	212.173	221.471	88.975	90.794	3.870	(42)	10.781	10.433	290.425	305.583	596.008	596.008	-
2006	200605	290.425	305.583	463.270	518.378	27.779	(47)	25.704	25.369	730.014	825.848	1.555.862	1.555.862	-
2006	200606	730.014	825.848	416.842	382.239	44.315	(146)	56.419	57.598	1.090.478	1.194.763	2.285.241	2.285.241	-
2006	200607	1.090.478	1.194.763	154.973	150.836	22.886	(199)	71.942	73.339	1.171.559	1.295.098	2.466.656	2.466.656	-
2006	200608	1.171.559	1.295.098	63.323	65.465	10.992	(219)	79.536	79.613	1.155.424	1.291.864	2.447.287	2.447.287	-
2006	200609	1.155.424	1.291.864	105.574	144.302	11.881	(210)	75.746	76.409	1.183.434	1.371.455	2.554.889	2.554.889	-
2006	200610	1.183.434	1.371.455	72.384	84.404	11.610	(202)	75.474	77.814	1.180.401	1.380.599	2.570.000	2.570.000	-
2006	200611	1.180.401	1.380.599	173.463	256.173	20.105	7.227	73.933	76.337	1.280.474	1.562.750	2.843.224	2.843.224	-
2006	200612	1.280.474	1.562.750	92.729	117.769	21.202	13.614	70.566	74.738	1.302.275	1.613.651	2.915.925	2.915.925	13.614
2006	200701	1.302.275	1.613.651	-	-	8.938	6.199	66.001	70.422	1.235.917	1.546.325	2.782.242	2.782.242	6.199
2006	200702	1.235.917	1.546.325	-	-	203	503	55.225	60.962	1.179.883	1.485.873	2.665.756	2.665.756	-
2006	200703	1.179.883	1.485.873	-	-	2.959	(233)	53.850	59.186	1.125.093	1.430.586	2.555.679	2.555.679	-
2006	200704	1.125.093	1.430.586	-	-	3.317	(211)	46.591	51.827	1.077.564	1.383.015	2.460.578	2.460.578	-
2006	200705	1.077.564	1.383.015	-	-	3.606	(183)	41.743	48.379	1.034.876	1.339.186	2.374.063	2.374.063	-
2006	200706	1.034.876	1.339.186	-	-	3.534	(127)	34.663	40.893	999.181	1.302.861	2.302.042	2.302.042	-
2006	200707	999.181	1.302.861	-	-	3.372	(112)	35.587	41.902	962.484	1.265.441	2.227.925	2.227.925	-
2006	200708	962.484	1.265.441	-	-	1.874	(72)	32.006	38.698	928.487	1.230.608	2.159.094	2.159.094	-
2006	200709	928.487	1.230.608	-	-	4.125	(81)	26.561	32.139	900.773	1.203.747	2.104.520	2.104.520	-
2006	200710	900.773	1.203.747	-	-	4.546	(75)	23.806	28.833	876.354	1.180.073	2.056.427	2.056.427	-
2006	200711	876.354	1.180.073	-	-	4.707	(45)	19.178	23.349	856.603	1.162.063	2.018.667	2.018.667	-
2006	200712	856.603	1.162.063	-	-	4.110	(61)	19.157	23.862	836.449	1.143.310	1.979.758	1.979.758	-
2006	200801	836.449	1.143.310	-	-	24.577	(13)	15.086	18.937	818.629	1.151.683	1.970.312	1.970.312	-



Anexo III.II

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Auto de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
2007	2007/01	-	-	58.268	69.581	11.738	1.448	2.507	2.972	55.799	76.861	132.660	134.108	1.448
2007	2007/02	55.799	76.861	27.057	31.563	6.710	4.487	4.857	6.058	77.761	104.848	182.609	187.096	4.487
2007	2007/03	77.761	104.848	101.112	147.239	25.546	3.659	6.385	8.270	172.124	266.068	438.191	441.850	3.659
2007	2007/04	172.124	266.068	35.402	48.251	9.968	8.356	8.366	10.778	198.600	305.752	504.352	512.668	8.356
2007	2007/05	198.600	305.752	72.145	81.138	11.553	8.682	11.816	15.164	257.609	375.898	633.507	642.188	8.682
2007	2007/06	257.609	375.898	258.743	292.408	36.536	5.451	15.256	18.770	500.152	681.361	1.181.713	1.187.166	5.451
2007	2007/07	500.152	681.361	530.776	691.744	71.964	18.641	50.042	58.212	978.919	1.370.385	2.349.303	2.367.945	18.641
2007	2007/08	978.919	1.370.385	754.283	914.638	65.690	100.789	74.521	90.932	1.633.562	2.164.110	3.797.672	3.898.461	100.789
2007	2007/09	1.633.562	2.164.110	352.889	411.674	49.586	118.608	84.460	102.268	1.894.434	2.412.052	4.306.486	4.425.094	118.608
2007	2007/10	1.894.434	2.412.052	402.866	492.212	53.582	64.500	107.786	132.778	2.178.451	2.771.631	4.950.082	5.014.582	64.500
2007	2007/11	2.178.451	2.771.631	223.479	273.374	42.265	41.038	105.135	128.124	2.288.157	2.928.746	5.216.903	5.257.941	41.038
2007	2007/12	2.288.157	2.928.746	179.298	222.575	27.929	36.452	104.655	132.171	2.350.879	3.022.548	5.373.427	5.409.878	36.452
2007	2008/01	2.350.879	3.022.548	-	-	(11.448)	21.196	97.922	124.904	2.228.065	2.889.892	5.117.958	5.139.153	21.196



Anexo III.II

Parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	MP	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2008	200801	-	-	227.871	307.999	42.275	13.594	3.683	4.849	230.712	315.406	566.119
											579.713	13.594
											Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as débitos decorrentes de pagamentos)	



Anexo IV

Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Valor inscrito Principal + Mora	Outros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
2000	200002	-	-	23.381	624	23.381	1.292	0	2.201	12	21.274	1.810	23.084	23.084	0
2000	200003	21.274	1.810	1.599	335	1.599	211	0	2.157	125	20.625	2.230	22.855	22.855	0
2000	200004	20.625	2.230	822	254	822	125	-	2.328	201	19.117	2.388	21.506	21.506	-
2000	200005	19.117	2.388	4.446	486	4.446	644	-	2.539	265	21.023	3.256	24.278	24.278	0
2000	200006	21.023	3.256	1.544	275	1.544	265	-	2.646	308	19.920	3.495	23.415	23.415	-
2000	200007	19.920	3.495	598	97	598	108	-	2.513	173	18.080	3.483	21.533	21.533	-
2000	200008	18.080	3.483	-	-	-	2	(0)	990	347	17.063	3.135	20.198	20.198	-
2000	200009	17.063	3.135	420	41	420	108	0	2.705	302	14.776	2.984	17.760	17.760	0
2000	200010	14.776	2.984	36	-	36	107	-	2.573	227	12.318	2.785	15.103	15.103	-
2000	200011	12.318	2.785	170	-	170	145	(0)	2.603	229	9.984	2.602	12.587	12.587	-
2000	200012	9.984	2.602	1.195	86	1.195	339	0	565	171	10.648	2.823	13.471	13.471	0
2000	200101	10.648	2.823	-	-	-	131	(7)	399	103	10.343	2.758	13.100	13.100	-
2000	200102	10.343	2.758	-	-	-	128	(10)	595	182	9.838	2.613	12.451	12.451	-
2000	200103	9.838	2.613	-	-	-	147	(13)	605	137	9.355	2.502	11.857	11.857	-
2000	200104	9.355	2.502	-	-	-	142	(12)	335	89	9.119	2.455	11.574	11.574	-
2000	200105	9.119	2.455	-	-	-	129	(1)	529	143	8.680	2.351	11.031	11.031	-
2000	200106	8.680	2.351	-	-	-	129	(1)	376	89	8.394	2.308	10.695	10.695	-
2000	200107	8.394	2.300	-	-	-	130	-	255	56	8.229	2.284	10.513	10.513	-
2000	200108	8.229	2.284	-	-	-	134	(3)	231	54	8.089	2.274	10.363	10.363	-
2000	200109	8.089	2.274	-	-	-	135	(3)	202	49	7.977	2.269	10.246	10.246	-
2000	200110	7.977	2.269	-	-	-	137	(3)	230	54	7.837	2.262	10.099	10.099	-
2000	200111	7.837	2.262	-	-	-	78	(3)	149	42	7.725	2.260	9.986	9.986	-
2000	200112	7.725	2.260	-	-	-	138	0	228	53	7.585	2.257	9.842	9.842	0
2000	200201	7.585	2.257	-	-	-	85	(6)	152	43	7.473	2.259	9.732	9.732	-
2000	200202	7.473	2.259	-	-	-	83	(2)	177	47	7.333	2.258	9.591	9.591	-
2000	200203	7.333	2.258	-	-	-	84	(2)	177	47	7.193	2.258	9.451	9.451	-
2000	200204	7.193	2.258	-	-	-	85	(2)	177	47	7.053	2.259	9.311	9.311	-
2000	200205	7.053	2.259	-	-	-	85	(2)	177	47	6.912	2.260	9.173	9.173	-
2000	200206	6.912	2.260	-	-	-	86	(2)	177	47	6.772	2.262	9.034	9.034	-
2000	200207	6.772	2.262	-	-	-	84	0	192	58	6.616	2.253	8.869	8.869	0
2000	200208	6.616	2.253	-	-	-	85	0	310	94	6.341	2.209	8.550	8.550	0
2000	200209	6.341	2.209	-	-	-	88	(2)	232	68	6.146	2.192	8.337	8.337	-
2000	200210	6.146	2.192	-	-	-	84	0	204	63	5.978	2.176	8.154	8.154	0
2000	200211	5.978	2.176	-	-	-	86	0	68	15	5.945	2.212	8.157	8.157	0
2000	200212	5.945	2.212	-	-	-	10	0	326	104	5.686	2.052	7.737	7.737	0



Anexo IV

Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Descontos
2000	200301	5.686	2.052	-	-	83	0	68	15	5.653	2.084	7.737	7.737	0
2000	200302	5.653	2.084	-	-	123	0	104	19	5.620	2.118	7.737	7.737	0
2000	200303	5.620	2.118	-	-	45	0	33	12	5.587	2.151	7.738	7.738	0
2000	200304	5.587	2.151	-	-	84	0	68	15	5.554	2.185	7.739	7.739	0
2000	200305	5.554	2.185	-	-	85	0	69	15	5.521	2.219	7.740	7.740	0
2000	200306	5.521	2.219	-	-	85	0	68	15	5.488	2.254	7.741	7.741	0
2000	200307	5.488	2.254	-	-	85	-	69	15	5.455	2.288	7.743	7.743	-
2000	200308	5.455	2.288	-	-	86	-	69	15	5.422	2.323	7.745	7.745	-
2000	200309	5.422	2.323	-	-	86	-	69	15	5.389	2.358	7.747	7.747	-
2000	200310	5.389	2.358	-	-	86	-	36	3	5.389	2.405	7.794	7.794	-
2000	200311	5.389	2.405	-	-	87	-	69	15	5.356	2.441	7.797	7.797	-
2000	200312	5.356	2.441	-	-	87	-	36	3	5.356	2.489	7.845	7.845	-
2000	200401	5.356	2.489	-	-	86	0	134	39	5.257	2.501	7.758	7.758	0
2000	200402	5.257	2.501	-	-	87	0	68	15	5.224	2.537	7.761	7.761	0
2000	200403	5.224	2.537	-	-	87	-	69	15	5.191	2.573	7.764	7.764	-
2000	200404	5.191	2.573	-	-	87	-	36	3	5.191	2.621	7.812	7.812	-
2000	200405	5.191	2.621	-	-	87	-	69	15	5.158	2.657	7.815	7.815	-
2000	200406	5.158	2.657	-	-	87	-	101	27	5.092	2.681	7.773	7.773	-
2000	200407	5.092	2.681	-	-	51	(3)	71	16	5.023	2.714	7.737	7.737	-
2000	200408	5.023	2.714	-	-	87	-	36	3	5.023	2.761	7.784	7.784	-
2000	200409	5.023	2.761	-	-	87	-	101	27	4.957	2.786	7.743	7.743	-
2000	200410	4.957	2.786	-	-	87	-	68	15	4.924	2.822	7.746	7.746	-
2000	200411	4.924	2.822	-	-	87	-	68	15	4.891	2.858	7.749	7.749	-
2000	200412	4.891	2.858	-	-	126	-	104	19	4.858	2.894	7.752	7.752	-
2000	200501	4.858	2.894	-	-	48	-	33	12	4.825	2.930	7.755	7.755	-
2000	200502	4.825	2.930	-	-	87	-	68	15	4.792	2.966	7.758	7.758	-
2000	200503	4.792	2.966	-	-	87	-	68	15	4.759	3.003	7.762	7.762	-
2000	200504	4.759	3.003	-	-	90	-	71	16	4.726	3.039	7.765	7.765	-
2000	200505	4.726	3.039	-	-	126	(0)	72	7	4.726	3.086	7.812	7.812	-
2000	200506	4.726	3.086	-	-	48	-	65	24	4.660	3.111	7.771	7.771	-
2000	200507	4.660	3.111	-	-	87	0	36	3	4.660	3.159	7.819	7.819	0
2000	200508	4.660	3.159	-	-	87	0	101	27	4.594	3.183	7.777	7.777	0
2000	200509	4.594	3.183	-	-	87	0	68	15	4.561	3.220	7.781	7.781	0
2000	200510	4.561	3.220	-	-	87	(0)	36	3	4.561	3.267	7.828	7.828	-
2000	200511	4.561	3.267	-	-	87	0	101	27	4.495	3.292	7.787	7.787	0



Anexo IV

Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as diferenças decorrentes de Pagos)	Descontos
2000	200512	4.495	3.292	-	-	-	87	36	3	4.495	3.339	7.834	7.834	-
2000	200601	4.495	3.339	-	-	-	88	69	15	4.462	3.376	7.838	7.838	-
2000	200602	4.462	3.376	-	-	-	87	101	27	4.396	3.400	7.796	7.796	-
2000	200603	4.396	3.400	-	-	-	87	68	15	4.363	3.436	7.800	7.800	-
2000	200604	4.363	3.436	-	-	-	87	68	15	4.330	3.473	7.803	7.803	-
2000	200605	4.330	3.473	-	-	-	87	68	15	4.297	3.509	7.806	7.806	-
2000	200606	4.297	3.509	-	-	-	87	68	15	4.264	3.545	7.809	7.809	-
2000	200607	4.264	3.545	-	-	-	87	69	15	4.231	3.581	7.812	7.812	-
2000	200608	4.231	3.581	-	-	-	87	36	3	4.231	3.629	7.860	7.860	-
2000	200609	4.231	3.629	-	-	-	87	36	3	4.231	3.677	7.908	7.908	-
2000	200610	4.231	3.677	-	-	-	88	102	28	4.165	3.701	7.866	7.866	-
2000	200611	4.165	3.701	-	-	-	87	36	3	4.165	3.749	7.914	7.914	-
2000	200612	4.165	3.749	-	-	-	87	36	3	4.165	3.796	7.961	7.961	-
2000	200701	4.165	3.796	-	-	223	87	36	3	4.165	3.980	8.145	8.145	-
2000	200702	4.165	3.980	-	-	87	87	36	3	4.165	4.028	8.193	8.193	-
2000	200703	4.165	4.028	-	-	87	87	36	3	4.165	4.075	8.240	8.240	-
2000	200704	4.165	4.075	-	-	87	87	36	3	4.165	4.123	8.288	8.288	-
2000	200705	4.165	4.123	-	-	48	48	-	-	4.165	4.171	8.336	8.336	-
2000	200706	4.165	4.171	-	-	48	48	-	-	4.165	4.218	8.383	8.383	-
2000	200707	4.165	4.218	-	-	48	48	-	-	4.165	4.266	8.431	8.431	-
2000	200708	4.165	4.266	-	-	48	48	-	-	4.165	4.313	8.478	8.478	-
2000	200709	4.165	4.313	-	-	48	48	-	-	4.165	4.361	8.526	8.526	-
2000	200710	4.165	4.361	-	-	48	48	-	-	4.165	4.409	8.574	8.574	-
2000	200711	4.165	4.409	-	-	48	48	-	-	4.165	4.456	8.621	8.621	-
2000	200712	4.165	4.456	-	-	48	48	-	-	4.165	4.504	8.669	8.669	-
2000	200801	4.165	4.504	-	-	251	251	-	-	4.165	4.754	8.919	8.919	-



Anexo IV
Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-estabelecidos
em 31 de janeiro de 2008

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Nova	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado, considerando apenas as diferenças decorrentes de pagamentos)	Descontos
2005	2005/09	1.165	820	1.237	737	126	(7)	223	127	2.182	1.554	3.736	3.736	-
2005	2005/10	2.182	1.554	4.552	2.920	1.301	(10)	469	325	6.265	5.450	11.715	11.715	-
2005	2005/11	6.265	5.450	3.891	2.503	1.106	(14)	421	302	9.737	8.754	18.491	18.491	-
2005	2005/12	9.737	8.754	5.592	3.222	2.034	(9)	1.196	871	14.134	13.139	27.273	27.273	-
2005	2006/01	14.134	13.139	-	-	5	(88)	1.071	727	13.065	12.416	25.480	25.480	-
2005	2006/02	13.065	12.416	-	-	27	(1)	1.551	738	11.966	11.253	23.219	23.219	-
2005	2006/03	11.966	11.253	-	-	12	(7)	582	525	11.384	10.739	22.123	22.123	-
2005	2006/04	11.384	10.739	-	-	13	(2)	317	281	11.067	10.472	21.539	21.539	-
2005	2006/05	11.067	10.472	-	-	16	(4)	395	357	10.684	10.129	20.813	20.813	-
2005	2006/06	10.684	10.129	-	-	20	(2)	369	353	10.316	9.795	20.111	20.111	-
2005	2006/07	10.316	9.795	-	-	21	(2)	273	266	10.044	9.550	19.594	19.594	-
2005	2006/08	10.044	9.550	-	-	26	(1)	642	563	9.409	9.005	18.414	18.414	-
2005	2006/09	9.409	9.005	-	-	23	(0)	329	305	9.085	8.718	17.803	17.803	-
2005	2006/10	9.085	8.718	-	-	24	-	416	319	8.683	8.409	17.092	17.092	-
2005	2006/11	8.683	8.409	-	-	25	(2)	259	247	8.424	8.187	16.611	16.611	-
2005	2006/12	8.424	8.187	-	-	29	(1)	238	226	8.196	7.990	16.176	16.176	-
2005	2007/01	8.196	7.990	-	-	117	(1)	199	207	7.987	7.900	15.887	15.887	-
2005	2007/02	7.987	7.900	-	-	34	(0)	330	312	7.658	7.621	15.278	15.278	-
2005	2007/03	7.658	7.621	-	-	37	(1)	279	286	7.379	7.371	14.750	14.750	-
2005	2007/04	7.379	7.371	-	-	38	-	304	287	7.076	7.122	14.198	14.198	-
2005	2007/05	7.076	7.122	-	-	40	0	195	185	6.881	6.966	13.848	13.848	0
2005	2007/06	6.881	6.966	-	-	42	-	186	161	6.715	6.847	13.562	13.562	-
2005	2007/07	6.715	6.847	-	-	42	-	200	205	6.515	6.684	13.200	13.200	-
2005	2007/08	6.515	6.684	-	-	48	(4)	230	222	6.285	6.509	12.795	12.795	-
2005	2007/09	6.285	6.509	-	-	49	(3)	139	146	6.146	6.413	12.559	12.559	-
2005	2007/10	6.146	6.413	-	-	51	(0)	232	232	5.915	6.231	12.147	12.147	-
2005	2007/11	5.915	6.231	-	-	53	(2)	160	156	5.756	6.129	11.885	11.885	-
2005	2007/12	5.756	6.129	-	-	56	(1)	152	148	5.604	6.037	11.641	11.641	-
2005	2008/01	5.604	6.037	-	-	178	(1)	116	119	5.424	6.160	11.584	11.584	-



Anexo IV

Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Via	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal e Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas os débitos decorrentes de pagamentos)	Descontos
2006	200601	-	-	24.592	13.852	596	(1)	1.162	587	23.430	13.861	37.291	37.291	-
2006	200602	23.430	13.861	26.995	18.295	2.048	(1)	391	310	48.034	33.893	82.926	82.926	-
2006	200603	48.034	33.893	7.016	3.299	3.217	(1)	3.044	1.839	53.006	38.569	91.575	91.575	-
2006	200604	53.006	38.569	2.684	1.023	1.279	(4)	1.947	1.418	53.743	39.452	93.195	93.195	-
2006	200605	53.743	39.452	4.808	1.306	820	(6)	1.781	1.096	56.768	40.482	97.250	97.250	-
2006	200606	56.768	40.482	17.412	1.172	85	(9)	1.755	1.225	72.424	40.515	112.939	112.939	-
2006	200607	72.424	40.515	1.841.365	1.084.703	115.820	(3)	3.882	1.517	1.909.911	1.239.517	3.149.429	3.149.429	-
2006	200608	1.909.911	1.239.517	1.811	209	343	(3)	55.353	35.305	1.856.376	1.204.759	3.061.135	3.061.135	-
2006	200609	1.856.376	1.204.759	1.347.242	767.030	82.661	(4)	164.127	104.957	3.039.490	1.949.492	4.988.983	4.988.983	-
2006	200610	3.039.490	1.949.492	372.975	232.530	29.554	(41)	5.951	1.639	3.406.519	2.209.932	5.616.452	5.616.452	-
2006	200611	3.406.519	2.209.932	183.756	102.314	21.856	(32)	28.088	18.203	3.562.171	2.315.907	5.878.078	5.878.078	-
2006	200612	3.562.171	2.315.907	205.313	95.261	20.591	(11)	5.596	2.956	3.761.956	2.428.776	6.190.732	6.190.732	-
2006	200701	3.761.956	2.428.776	-	-	3.123	(13)	6.216	3.487	3.755.745	2.428.407	6.184.152	6.184.152	-
2006	200702	3.755.745	2.428.407	-	-	781	(6)	501.963	202.744	3.331.127	2.148.099	5.480.227	5.480.227	-
2006	200703	3.331.127	2.148.099	-	-	(703)	(17)	4.611	2.613	3.325.095	2.147.206	5.472.300	5.472.300	-
2006	200704	3.325.095	2.147.206	-	-	2.900	(15)	4.133	2.028	3.320.964	2.148.076	5.469.039	5.469.039	-
2006	200705	3.320.964	2.148.076	-	-	3.706	(4)	2.322	1.902	3.316.942	2.148.879	5.465.821	5.465.821	-
2006	200706	3.316.942	2.148.879	-	-	(774)	(9)	310.293	91.825	3.074.920	1.990.709	5.065.629	5.065.629	-
2006	200707	3.074.920	1.990.709	-	-	4.884	(6)	135.602	90.452	2.939.340	1.905.119	4.844.459	4.844.459	-
2006	200708	2.939.340	1.905.119	-	-	5.811	(19)	1.596	1.034	2.937.748	1.909.893	4.847.640	4.847.640	-
2006	200709	2.937.748	1.908.893	-	-	7.016	(16)	2.875	2.460	2.934.893	1.914.439	4.849.332	4.849.332	-
2006	200710	2.934.893	1.914.439	-	-	8.591	(11)	2.135	1.601	2.932.770	1.921.407	4.854.177	4.854.177	-
2006	200711	2.932.770	1.921.407	-	-	11.076	(6)	1.906	1.470	2.930.865	1.931.012	4.861.877	4.861.877	-
2006	200712	2.930.865	1.931.012	-	-	13.114	(11)	1.765	1.571	2.929.117	1.942.537	4.871.654	4.871.654	-
2006	200801	2.929.117	1.942.537	-	-	77.916	(13)	924	691	2.928.199	2.018.756	4.947.955	4.947.955	-



Anexo IV

Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no prazo das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)
2007	200701	-	-	12.215	5.800	3.232	(6)	-	-	11.848	9.400	21.247	21.247
2007	200702	11.848	9.400	12.385	6.390	5.083	(24)	-	-	23.682	21.422	45.104	45.104
2007	200703	23.682	21.422	11.782	1.724	3.033	(14)	1.665	1.409	33.799	24.770	58.570	58.570
2007	200704	33.799	24.770	1.636	788	1.255	(9)	1.634	1.123	33.803	25.690	59.493	59.493
2007	200705	33.803	25.690	9.914	2.951	951	(4)	3.419	2.029	40.311	27.550	67.861	67.861
2007	200706	40.311	27.550	16.195	10.590	3.007	(8)	2.010	1.189	54.488	39.956	94.444	94.444
2007	200707	54.488	39.956	208.497	80.079	40.404	(2)	10.448	5.894	252.536	154.546	407.082	407.082
2007	200708	252.536	154.546	118.231	57.826	25.181	(122)	20.776	12.733	344.357	230.554	574.911	574.911
2007	200709	344.357	230.554	12.423	5.382	1.764	(105)	6.968	4.349	349.814	233.350	583.164	583.164
2007	200710	349.814	233.350	11.443	4.923	1.864	(60)	7.346	4.203	353.824	236.021	589.845	589.845
2007	200711	353.824	236.021	588	367	795	(22)	9.353	8.209	345.133	227.910	573.044	573.044
2007	200712	370.919	263.987	32.245	33.582	7.649	(13)	6.482	5.152	370.919	263.987	634.906	634.906
2007	200801	-	-	-	-	3.906	(6)	8.652	7.427	382.188	260.567	622.733	622.733



Anexo IV

Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as diferenças decorridas de pagamentos)	Descontos
2008	2008/01	-	-	10.112	3.871	2.312	(1)	-	-	9.482	6.812	16.295	16.295	-



Anexo IV.I

Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial MORA	Valor inscrito Principal	Valor inscrito MORA	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento MORA	Saldo Final Principal	Saldo Final MORA	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagamentos)	Devedores
2000	200002	-	-	23.381	-	624	1.292	0	2.201	12	1.810	21.274	23.084	0
2000	200003	21.274	1.810	1.509	-	333	211	2.157	125	20.625	2.230	22.855	22.855	0
2000	200004	20.625	2.230	822	-	234	123	2.328	201	19.117	2.388	21.506	21.506	-
2000	200005	19.117	2.388	4.446	-	486	644	2.559	265	21.023	3.256	24.278	24.278	0
2000	200006	21.023	3.256	1.544	-	275	265	2.646	300	19.920	3.495	23.415	23.415	-
2000	200007	19.920	3.495	598	-	97	108	2.513	173	18.050	3.483	21.533	21.533	-
2000	200008	18.050	3.483	-	-	-	2	990	347	17.063	3.135	20.198	20.198	-
2000	200009	17.063	3.135	420	-	41	108	2.705	302	14.776	2.984	17.760	17.760	0
2000	200010	14.776	2.984	36	-	-	107	2.573	227	12.318	2.785	15.103	15.103	-
2000	200011	12.318	2.785	170	-	-	115	2.603	229	9.984	2.602	12.587	12.587	-
2000	200012	9.984	2.602	1.195	-	86	339	565	171	10.648	2.825	13.471	13.471	0
2000	200101	10.648	2.823	-	-	131	131	399	103	10.343	2.758	13.100	13.100	-
2000	200102	10.343	2.758	-	-	-	128	595	182	9.838	2.613	12.451	12.451	-
2000	200103	9.838	2.613	-	-	-	147	605	137	9.355	2.502	11.857	11.857	-
2000	200104	9.355	2.502	-	-	-	142	335	89	9.119	2.455	11.574	11.574	-
2000	200105	9.119	2.455	-	-	-	129	529	143	8.680	2.351	11.031	11.031	-
2000	200106	8.680	2.351	-	-	-	129	376	49	8.394	2.300	10.695	10.695	-
2000	200107	8.394	2.300	-	-	-	130	255	56	8.229	2.284	10.513	10.513	-
2000	200108	8.229	2.284	-	-	-	134	231	54	8.089	2.274	10.363	10.363	-
2000	200109	8.089	2.274	-	-	-	135	202	49	7.977	2.269	10.246	10.246	-
2000	200110	7.977	2.269	-	-	-	137	230	54	7.837	2.262	10.099	10.099	-
2000	200111	7.837	2.262	-	-	-	78	149	42	7.725	2.260	9.986	9.986	-
2000	200112	7.725	2.260	-	-	-	138	152	53	7.585	2.257	9.842	9.842	0
2000	200201	7.585	2.257	-	-	-	85	177	47	7.473	2.259	9.732	9.732	-
2000	200202	7.473	2.259	-	-	-	83	177	47	7.333	2.258	9.591	9.591	-
2000	200203	7.333	2.258	-	-	-	84	177	47	7.193	2.258	9.451	9.451	-
2000	200204	7.193	2.258	-	-	-	85	177	47	7.053	2.259	9.311	9.311	-
2000	200205	7.053	2.259	-	-	-	85	177	47	6.912	2.260	9.173	9.173	-
2000	200206	6.912	2.260	-	-	-	86	177	47	6.772	2.262	9.034	9.034	-
2000	200207	6.772	2.262	-	-	-	84	192	58	6.616	2.253	8.869	8.869	0
2000	200208	6.616	2.253	-	-	-	85	310	94	6.341	2.209	8.550	8.550	0
2000	200209	6.341	2.209	-	-	-	88	232	68	6.146	2.192	8.337	8.337	-
2000	200210	6.146	2.192	-	-	-	84	204	63	5.978	2.176	8.154	8.154	0
2000	200211	5.978	2.176	-	-	-	86	68	15	5.945	2.212	8.157	8.157	0
2000	200212	5.945	2.212	-	-	-	10	326	104	5.686	2.052	7.737	7.737	0



Anexo IV.I

Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de pagas.)	Descontos
2000	2003/01	5.686	2.052	-	-	-	83	0	68	5.653	2.084	7.737	7.737	0
2000	2003/02	5.653	2.084	-	-	-	123	0	104	5.620	2.118	7.737	7.737	0
2000	2003/03	5.620	2.118	-	-	-	45	0	33	5.587	2.151	7.738	7.738	0
2000	2003/04	5.587	2.151	-	-	-	84	0	68	5.554	2.185	7.739	7.739	0
2000	2003/05	5.554	2.185	-	-	-	85	0	69	5.521	2.219	7.740	7.740	0
2000	2003/06	5.521	2.219	-	-	-	85	0	68	5.488	2.254	7.741	7.741	0
2000	2003/07	5.488	2.254	-	-	-	85	-	69	5.455	2.288	7.743	7.743	-
2000	2003/08	5.455	2.288	-	-	-	86	-	69	5.422	2.323	7.745	7.745	-
2000	2003/09	5.422	2.323	-	-	-	86	-	69	5.389	2.358	7.747	7.747	-
2000	2003/10	5.389	2.358	-	-	-	86	-	36	5.389	2.405	7.794	7.794	-
2000	2003/11	5.389	2.405	-	-	-	87	-	69	5.356	2.441	7.797	7.797	-
2000	2003/12	5.356	2.441	-	-	-	87	-	36	5.356	2.489	7.845	7.845	-
2000	2004/01	5.356	2.489	-	-	-	86	0	134	5.257	2.501	7.758	7.758	0
2000	2004/02	5.257	2.501	-	-	-	87	0	68	5.224	2.537	7.761	7.761	0
2000	2004/03	5.224	2.537	-	-	-	87	-	69	5.191	2.573	7.764	7.764	-
2000	2004/04	5.191	2.573	-	-	-	87	-	36	5.191	2.621	7.812	7.812	-
2000	2004/05	5.191	2.621	-	-	-	87	-	69	5.158	2.657	7.815	7.815	-
2000	2004/06	5.158	2.657	-	-	-	87	-	101	5.092	2.681	7.773	7.773	-
2000	2004/07	5.092	2.681	-	-	-	51	(3)	71	5.023	2.714	7.737	7.737	-
2000	2004/08	5.023	2.714	-	-	-	87	-	36	5.023	2.761	7.784	7.784	-
2000	2004/09	5.023	2.761	-	-	-	87	-	101	4.957	2.786	7.743	7.743	-
2000	2004/10	4.957	2.786	-	-	-	87	-	68	4.924	2.822	7.746	7.746	-
2000	2004/11	4.924	2.822	-	-	-	87	-	68	4.891	2.858	7.749	7.749	-
2000	2004/12	4.891	2.858	-	-	-	126	-	104	4.858	2.894	7.752	7.752	-
2000	2005/01	4.858	2.894	-	-	-	48	-	33	4.825	2.930	7.755	7.755	-
2000	2005/02	4.825	2.930	-	-	-	87	-	68	4.792	2.966	7.758	7.758	-
2000	2005/03	4.792	2.966	-	-	-	87	-	68	4.759	3.003	7.762	7.762	-
2000	2005/04	4.759	3.003	-	-	-	90	-	71	4.726	3.039	7.765	7.765	-
2000	2005/05	4.726	3.039	-	-	-	126	(0)	72	4.693	3.086	7.812	7.812	-
2000	2005/06	4.693	3.086	-	-	-	48	-	65	4.660	3.111	7.771	7.771	-
2000	2005/07	4.660	3.111	-	-	-	87	0	36	4.627	3.159	7.819	7.819	0
2000	2005/08	4.627	3.159	-	-	-	87	0	101	4.594	3.183	7.777	7.777	0
2000	2005/09	4.594	3.183	-	-	-	87	0	68	4.561	3.220	7.781	7.781	0
2000	2005/10	4.561	3.220	-	-	-	87	(0)	36	4.528	3.267	7.828	7.828	-
2000	2005/11	4.528	3.267	-	-	-	87	0	101	4.495	3.292	7.787	7.787	0



Anexo IV.I

Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de		Descontos /		Saldo Final		Saldo Final Total		Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de juros)	Descontos
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Minúsculos pela atraso no pagamento das parcelas	Princípio	Principal	Mora	Principal	Mora		
2000	200512	4.495	-	3.292	-	-	-	87	(0)	-	36	3	4.495	3.339	7.834	7.834	-
2000	200601	4.495	-	3.339	-	-	-	88	(0)	-	69	15	4.462	3.376	7.838	7.838	-
2000	200602	4.462	-	3.376	-	-	-	87	-	-	101	27	4.396	3.400	7.796	7.796	-
2000	200603	4.396	-	3.400	-	-	-	87	-	-	68	15	4.303	3.436	7.800	7.800	-
2000	200604	4.303	-	3.436	-	-	-	87	-	-	68	15	4.330	3.473	7.803	7.803	-
2000	200605	4.330	-	3.473	-	-	-	87	-	-	68	15	4.297	3.509	7.806	7.806	-
2000	200606	4.297	-	3.509	-	-	-	87	-	-	68	15	4.264	3.545	7.809	7.809	-
2000	200607	4.264	-	3.545	-	-	-	87	(0)	-	69	15	4.231	3.581	7.812	7.812	-
2000	200608	4.231	-	3.581	-	-	-	87	(1)	-	36	3	4.231	3.629	7.860	7.860	-
2000	200609	4.231	-	3.629	-	-	-	87	(0)	-	36	3	4.231	3.677	7.908	7.908	-
2000	200610	4.231	-	3.677	-	-	-	88	-	-	102	28	4.165	3.701	7.866	7.866	-
2000	200611	4.165	-	3.701	-	-	-	87	-	-	36	3	4.165	3.749	7.914	7.914	-
2000	200612	4.165	-	3.749	-	-	-	87	-	-	36	3	4.165	3.796	7.961	7.961	-
2000	200701	4.165	-	3.796	-	-	-	223	-	-	36	3	4.165	3.980	8.145	8.145	-
2000	200702	4.165	-	3.980	-	-	-	87	-	-	36	3	4.165	4.028	8.193	8.193	-
2000	200703	4.165	-	4.028	-	-	-	87	-	-	36	3	4.165	4.075	8.240	8.240	-
2000	200704	4.165	-	4.075	-	-	-	87	-	-	36	3	4.165	4.123	8.288	8.288	-
2000	200705	4.165	-	4.123	-	-	-	48	-	-	-	-	4.165	4.171	8.336	8.336	-
2000	200706	4.165	-	4.171	-	-	-	48	-	-	-	-	4.165	4.218	8.383	8.383	-
2000	200707	4.165	-	4.218	-	-	-	48	-	-	-	-	4.165	4.266	8.431	8.431	-
2000	200708	4.165	-	4.266	-	-	-	48	-	-	-	-	4.165	4.313	8.478	8.478	-
2000	200709	4.165	-	4.313	-	-	-	48	-	-	-	-	4.165	4.361	8.526	8.526	-
2000	200710	4.165	-	4.361	-	-	-	48	-	-	-	-	4.165	4.409	8.574	8.574	-
2000	200711	4.165	-	4.409	-	-	-	48	-	-	-	-	4.165	4.456	8.621	8.621	-
2000	200712	4.165	-	4.456	-	-	-	48	-	-	-	-	4.165	4.504	8.669	8.669	-
2000	200801	4.165	-	4.504	-	-	-	251	-	-	-	-	4.165	4.754	8.919	8.919	-



Anexo IV.I

Pareado ISS e Auto de Infração (ano parelamento)

Ano de Parelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal - Correção Monetária	Descontos/ Multas pela atraso no pagamento parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorridas de pagamentos)	Descontos
2005	200508	-	-	1.534	702	-	354	398	227	1.165	830	1.986	1.986	-
2005	200509	1.165	830	1.237	737	-	126	223	127	2.182	1.554	3.736	3.736	-
2005	200510	2.182	1.554	4.552	2.920	-	1.301	469	325	6.265	5.450	11.715	11.715	-
2005	200511	6.265	5.450	3.891	2.503	-	1.106	421	302	9.737	8.754	18.491	18.491	-
2005	200512	9.737	8.754	5.592	3.222	-	2.034	1.196	871	14.134	13.139	27.273	27.273	-
2005	200601	14.134	13.139	-	-	-	5	1.071	727	15.065	12.416	25.480	25.480	-
2005	200602	13.065	12.416	-	-	-	27	1.551	738	11.966	11.253	23.219	23.219	-
2005	200603	11.966	11.253	-	-	-	12	582	525	11.384	10.739	22.123	22.123	-
2005	200604	11.384	10.739	-	-	-	13	317	281	11.067	10.472	21.539	21.539	-
2005	200605	11.067	10.472	-	-	-	16	385	357	10.684	10.129	20.813	20.813	-
2005	200606	10.684	10.129	-	-	-	20	369	353	10.316	9.795	20.111	20.111	-
2005	200607	10.316	9.795	-	-	-	21	273	266	10.044	9.550	19.594	19.594	-
2005	200608	10.044	9.550	-	-	-	26	642	563	9.409	9.005	18.414	18.414	-
2005	200609	9.409	9.005	-	-	-	23	329	305	9.085	8.718	17.803	17.803	-
2005	200610	9.085	8.718	-	-	-	24	416	319	8.683	8.409	17.092	17.092	-
2005	200611	8.683	8.409	-	-	-	25	259	247	8.424	8.187	16.611	16.611	-
2005	200612	8.424	8.187	-	-	-	29	238	226	8.186	7.990	16.176	16.176	-
2005	200701	8.186	7.990	-	-	-	117	199	207	7.987	7.900	15.887	15.887	-
2005	200702	7.987	7.900	-	-	-	34	330	312	7.658	7.621	15.278	15.278	-
2005	200703	7.658	7.621	-	-	-	37	279	286	7.379	7.371	14.750	14.750	-
2005	200704	7.379	7.371	-	-	-	38	304	287	7.076	7.122	14.198	14.198	-
2005	200705	7.076	7.122	-	-	-	40	195	195	6.881	6.966	13.848	13.848	0
2005	200706	6.881	6.966	-	-	-	42	166	161	6.715	6.847	13.562	13.562	-
2005	200707	6.715	6.847	-	-	-	42	200	205	6.515	6.684	13.200	13.200	-
2005	200708	6.515	6.684	-	-	-	48	230	222	6.285	6.509	12.795	12.795	-
2005	200709	6.285	6.509	-	-	-	49	139	146	6.146	6.413	12.559	12.559	-
2005	200710	6.146	6.413	-	-	-	51	232	232	5.915	6.231	12.147	12.147	-
2005	200711	5.915	6.231	-	-	-	53	160	156	5.756	6.129	11.885	11.885	-
2005	200712	5.756	6.129	-	-	-	56	152	148	5.604	6.037	11.641	11.641	-
2005	200801	5.604	6.037	-	-	-	178	116	119	5.424	6.160	11.584	11.584	-



Anexo IV.I

Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

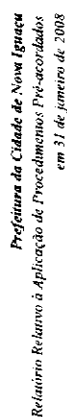
Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Mora	Valor inscrito		Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela falta no pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final Mora	Saldo Final Total		Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorridas de pagamentos)	Descontos
		Principal			Principal			Principal		Principal		Principal		Principal						
2006	200601	-	24.592	-	13.852	596	(1)	1.162	587	25.430	13.861	37.291	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200602	27.430	15.861	15.861	18.295	2.046	(1)	391	310	49.034	33.893	82.926	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200603	49.034	33.893	33.893	3.299	3.217	(1)	3.644	1.839	53.066	38.569	91.575	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200604	53.066	2.684	38.569	1.023	1.279	(4)	1.947	1.418	53.743	39.452	93.195	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200605	53.743	4.806	39.452	1.306	820	(6)	1.781	1.096	56.768	40.482	97.250	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200606	56.768	17.412	40.482	1.172	85	(9)	1.755	1.225	72.424	40.515	112.939	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200607	72.424	1.841.365	40.515	1.084.703	115.820	(3)	3.882	1.517	1.909.911	1.239.517	3.149.429	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200608	1.909.911	1.811	1.811	209	343	(3)	55.353	35.305	1.856.376	1.204.759	3.061.135	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200609	1.856.376	1.347.242	1.204.759	767.030	82.661	(4)	164.127	104.957	3.039.490	1.949.492	4.988.983	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200610	3.039.490	372.975	1.949.492	252.530	29.554	(41)	5.951	1.639	3.406.519	2.209.932	5.616.452	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200611	3.406.519	183.726	2.209.932	102.314	21.866	(32)	28.088	18.203	3.582.171	2.315.907	5.878.078	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200612	3.582.171	205.313	2.315.907	95.261	20.591	(11)	5.556	2.956	3.761.956	2.428.776	6.190.732	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200701	3.761.956	2.428.776	2.428.776	-	3.123	(13)	6.216	3.487	3.755.745	2.428.407	6.184.152	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200702	3.755.745	2.428.407	2.428.407	-	781	(6)	501.963	202.744	3.331.127	2.149.099	5.480.227	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200703	3.331.127	2.149.099	2.149.099	-	(703)	(17)	4.611	2.613	3.335.095	2.147.206	5.472.300	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200704	3.325.095	2.147.206	2.147.206	-	2.900	(15)	4.133	2.028	3.320.964	2.148.076	5.469.039	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200705	3.320.964	2.148.076	2.148.076	-	3.706	(4)	2.322	1.902	3.318.642	2.149.879	5.468.521	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200706	3.318.642	2.149.879	2.149.879	-	(774)	(5)	310.293	91.825	3.074.920	1.900.769	5.065.629	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200707	3.074.920	1.990.769	1.990.769	-	4.884	(6)	135.602	90.452	2.959.340	1.905.119	4.844.459	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200708	2.939.340	1.905.119	1.905.119	-	5.811	(19)	1.596	1.034	2.957.748	1.909.893	4.847.640	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200709	2.937.748	1.908.893	1.908.893	-	7.016	(16)	2.875	2.460	2.934.883	1.914.439	4.849.322	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200710	2.934.883	1.914.439	1.914.439	-	8.591	(11)	2.135	1.601	2.932.770	1.921.407	4.854.177	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200711	2.932.770	1.921.407	1.921.407	-	11.076	(6)	1.906	1.470	2.930.865	1.931.012	4.861.877	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200712	2.930.865	1.931.012	1.931.012	-	13.114	(11)	1.765	1.571	2.929.117	1.942.537	4.871.654	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200801	2.929.117	1.942.537	1.942.537	-	77.916	(13)	924	691	2.928.199	2.019.756	4.947.955	-	-	-	-	-	-	-	-



Anexo IV.1

Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Mora		Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final		Saldo Final Mora		Saldo Final Total		Descontos
		Principal	-	Principal	-	Principal	Mora	Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas			Principal	-	Principal	-	Principal	-	
2007	200701	-	-	-	-	12.215	5.800	3.908	(6)	367	309	11.848	-	9.400	-	21.247	-	-
2007	200702	11.848	-	9.400	-	12.385	6.390	6.156	(24)	551	523	23.682	-	21.422	-	45.104	-	-
2007	200703	23.682	-	21.422	-	10.886	1.486	2.730	(14)	1.665	1.409	32.903	-	24.220	-	57.123	-	-
2007	200704	32.903	-	24.220	-	1.636	764	1.255	(9)	1.565	1.081	32.976	-	25.181	-	58.157	-	-
2007	200705	32.976	-	25.181	-	9.316	2.819	725	(2)	3.353	1.989	38.953	-	26.722	-	65.675	-	-
2007	200706	38.953	-	26.722	-	7.655	1.063	166	(8)	1.805	1.063	44.803	-	26.887	-	71.691	-	-
2007	200707	44.803	-	26.887	-	207.505	79.546	39.190	(2)	10.026	5.438	242.081	-	140.187	-	382.268	-	-
2007	200708	242.081	-	140.187	-	79.370	45.299	7.381	(84)	19.220	11.393	296.488	-	187.108	-	483.596	-	-
2007	200709	296.488	-	187.108	-	12.423	5.382	1.758	(55)	6.477	3.900	302.436	-	190.346	-	492.783	-	-
2007	200710	302.436	-	190.346	-	10.846	4.755	1.380	(32)	6.736	3.649	306.459	-	192.320	-	499.379	-	-
2007	200711	306.459	-	192.320	-	598	367	738	(0)	8.848	8.776	298.272	-	185.185	-	483.457	-	-
2007	200712	298.272	-	185.185	-	2.362	1.106	1.497	1	5.368	4.000	295.266	-	183.787	-	479.054	-	1
2007	200801	295.266	-	183.787	-	-	-	3.473	(2)	5.392	4.118	289.696	-	183.321	-	473.017	-	-



Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela falta no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as faturas decorrentes de pagamentos)	Debitos
2008	20/08/01	-	-	7.058	2.870	1.142	(1)	430	254	6.556	3.830	10.386	-	10.386



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo IV.II

Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito		Valor Inscrito Mora		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela falta no pagamento das parcelas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Descontos		Principal	Descontos	Principal	Descontos	Principal	Descontos	Principal	Descontos	Principal	Descontos	Principal	Descontos	Principal	Descontos	
2007	200703	-	-	-	896	-	228	-	312	-	-	-	-	-	896	-	551	-	1.447
2007	200704	896	-	551	-	-	-	-	(6)	-	69	-	69	42	827	-	508	-	1.336
2007	200705	827	-	508	598	-	133	-	226	(2)	66	-	66	40	1.338	-	827	-	2.186
2007	200706	1.338	-	827	8.530	-	9.527	-	2.841	-	206	-	206	125	9.685	-	13.068	-	22.753
2007	200707	9.685	-	13.068	1.192	-	532	-	1.214	-	422	-	422	456	10.455	-	14.359	-	24.813
2007	200708	10.455	-	14.359	38.960	-	12.628	-	17.799	(38)	1.546	-	1.339	-	47.869	-	43.447	-	91.315
2007	200709	47.869	-	43.447	-	-	-	-	6	(30)	491	-	449	-	47.378	-	43.003	-	90.381
2007	200710	-	-	43.003	598	-	168	-	484	(28)	611	-	554	-	47.365	-	43.101	-	90.466
2007	200711	-	-	43.101	-	-	-	-	57	(21)	504	-	473	-	46.861	-	42.725	-	89.586
2007	200712	46.861	-	42.725	29.884	-	32.476	-	6.152	(18)	1.094	-	1.132	-	75.653	-	80.199	-	155.852
2007	200801	-	-	80.199	-	-	-	-	433	(6)	3.260	-	3.309	-	72.470	-	77.246	-	149.716

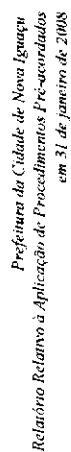
Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de parcelas)	1.447	-
Saldo Final Total	1.336	-
Saldo Final Total	2.186	-
Saldo Final Total	22.753	-
Saldo Final Total	24.813	-
Saldo Final Total	91.315	-
Saldo Final Total	90.381	-
Saldo Final Total	90.466	-
Saldo Final Total	89.586	-
Saldo Final Total	155.852	-
Saldo Final Total	149.716	-



Anexo IV.II

Parcelado ISS e Auto de Infração (ano parcelamento)

Ano de Parcelamento	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Mora		Valor Inserido		Valor Inserido		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multa pela atraso no pagamento das parcelas		Pagamento		Saldo Final Principal		Saldo Final Mora		Saldo Final Total		Saldo Final Total (Ajustado - considerando apenas as deduções decorrentes de juros)	Descontos
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora		
2008	200801	-	-	-	-	3.054	1.001	-	-	2.111	-	-	-	127	130	2.926	-	2.982	-	5.908	-	5.908	-



Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

[illegible]



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-estabelecidos
em 31 de janeiro de 2008

Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial	Valor Inscrição	Valor Inscrição	Valor Inscrição	Juros sobre o Saldo de	Descontos / Multas	Pagamento	Pagamento Mora	Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Mora	Principal	Principal	Mora	Principal + Correção Monetária	das parcelas	Principal	Mora	Principal	Mora	
1998	200710	-	-	-	25.501	-	4.499	29.688	-	466	591	25.035	33.596	58.631
1998	200711	25.035	33.596	33.596	544	-	1	621	(0)	25.579	34.219	-	-	-
1998	200712	-	-	-	235	-	33	280	-	126	182	109	130	240
1998	200801	109	130	130	904	-	211	1.005	167	481	734	414	564	977
1998	200710	-	-	-	380	-	85	414	-	269	394	111	105	216
1998	200711	394	111	111	-	-	-	(289)	-	-	-	111	105	216
1998	200712	-	-	-	-	-	-	105	-	111	105	-	-	-
1998	200801	105	-	-	269	-	88	(462)	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2000	200005	-	-	170	82	(1)	-	-	-	170	81	251
2000	200006	170	81	-	-	3	-	-	-	170	84	254
2000	200007	170	84	2.988	777	0	-	-	-	3.158	861	4.019
2000	200008	3.158	861	-	-	33	-	-	-	3.158	894	4.052
2000	200009	3.158	894	359	136	30	-	-	-	3.517	1.060	4.577
2000	200010	3.517	1.060	-	-	37	-	-	-	3.517	1.097	4.614
2000	200011	3.517	1.097	-	-	35	-	-	-	3.517	1.132	4.649
2000	200012	3.517	1.132	1.244.206	385.704	34	-	-	-	1.247.723	386.870	1.634.593
2000	200101	1.247.723	386.870	-	-	12.479	-	-	-	1.247.723	399.349	1.647.072
2000	200102	1.247.723	399.349	-	-	12.475	-	-	-	1.247.723	411.824	1.659.547
2000	200103	1.247.723	411.824	-	-	12.479	-	-	-	1.247.723	424.303	1.672.026
2000	200104	1.247.723	424.303	-	-	12.475	-	-	-	1.247.723	436.778	1.684.501
2000	200105	1.247.723	436.778	-	-	12.479	-	-	-	1.247.723	449.257	1.696.980
2000	200106	1.247.723	449.257	-	-	12.479	-	-	-	1.247.723	461.736	1.709.459
2000	200107	1.247.723	461.736	-	-	12.475	-	-	-	1.247.723	474.211	1.721.934
2000	200108	1.247.723	474.211	-	-	12.479	-	-	-	1.247.723	486.690	1.734.413
2000	200109	1.247.723	486.690	-	-	12.475	-	-	-	1.247.723	499.165	1.746.888
2000	200110	1.247.723	499.165	-	-	12.475	-	-	-	1.247.723	511.643	1.759.366
2000	200111	1.247.723	511.643	-	-	12.475	-	-	-	1.247.723	524.118	1.771.841
2000	200112	1.247.723	524.118	-	-	12.479	-	-	-	1.247.723	536.597	1.784.320
2000	200201	1.247.723	536.597	-	-	12.479	-	-	-	1.247.723	549.076	1.796.799
2000	200202	1.247.723	549.076	-	-	12.475	-	-	-	1.247.723	561.551	1.809.274
2000	200203	1.247.723	561.551	-	-	12.479	-	-	-	1.247.723	574.030	1.821.753
2000	200204	1.247.723	574.030	-	-	12.475	-	-	-	1.247.723	586.505	1.834.228
2000	200205	1.247.723	586.505	-	-	12.479	-	-	-	1.247.723	598.984	1.846.707
2000	200206	1.247.723	598.984	-	-	12.476	-	-	-	1.247.723	611.460	1.859.183
2000	200207	1.247.723	611.460	-	-	12.478	-	-	-	1.247.723	623.938	1.871.661
2000	200208	1.247.723	623.938	-	-	12.479	-	-	-	1.247.723	636.417	1.884.140
2000	200209	1.247.723	636.417	-	-	12.475	-	-	-	1.247.723	648.892	1.896.615
2000	200210	1.247.723	648.892	-	-	12.479	-	-	-	1.247.723	661.371	1.909.094
2000	200211	1.247.723	661.371	-	-	12.476	-	-	-	1.247.723	673.847	1.921.570
2000	200212	1.247.723	673.847	-	-	12.478	-	-	-	1.247.723	686.325	1.934.048
2000	200301	1.247.723	686.325	-	-	12.476	-	-	-	1.247.723	698.801	1.946.524
2000	200302	1.247.723	698.801	-	-	12.477	-	-	-	1.247.723	711.278	1.959.001
2000	200303	1.247.723	711.278	-	-	12.476	-	-	-	1.247.723	723.754	1.971.477
2000	200304	1.247.723	723.754	-	-	12.478	-	-	-	1.247.723	736.232	1.983.955



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial	Valor inscrito		Valor inscrito	Mora	Juros sobre o Saldo de		Descontos / Multas	Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
2000	200005	-	-	-	170	82	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	170	81	251
2000	200305	1.247.723	736.232	-	-	-	-	12.479	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	748.711	1.996.434
2000	200306	1.247.723	748.711	-	-	-	-	12.476	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	761.187	2.008.910
2000	200307	1.247.723	761.187	-	-	-	-	12.479	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	773.666	2.021.389
2000	200308	1.247.723	773.666	-	-	-	-	12.475	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	786.141	2.033.864
2000	200309	1.247.723	786.141	-	-	-	-	12.478	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	798.619	2.046.342
2000	200310	1.247.723	798.619	-	-	-	-	12.476	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	811.095	2.058.818
2000	200311	1.247.723	811.095	-	-	-	-	12.479	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	823.574	2.071.297
2000	200312	1.247.723	823.574	-	-	-	-	12.478	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	836.052	2.083.775
2000	200401	1.247.723	836.052	-	-	-	-	12.476	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	848.528	2.096.251
2000	200402	1.247.723	848.528	-	-	-	-	12.478	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	861.006	2.108.729
2000	200403	1.247.723	861.006	-	-	-	-	12.476	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	873.482	2.121.205
2000	200404	1.247.723	873.482	-	-	-	-	12.478	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	885.960	2.133.683
2000	200405	1.247.723	885.960	-	-	-	-	12.476	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	898.436	2.146.159
2000	200406	1.247.723	898.436	-	-	-	-	12.479	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	910.915	2.158.638
2000	200407	1.247.723	910.915	-	-	-	-	12.477	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	923.392	2.171.115
2000	200408	1.247.723	923.392	-	-	-	-	12.476	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	935.868	2.183.591
2000	200409	1.247.723	935.868	-	-	-	-	12.478	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	948.346	2.196.069
2000	200410	1.247.723	948.346	-	-	-	-	12.476	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	960.822	2.208.545
2000	200411	1.247.723	960.822	-	-	-	-	12.479	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	973.301	2.221.024
2000	200501	1.247.723	985.777	-	-	-	-	12.476	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	985.777	2.233.500
2000	200502	1.247.723	998.255	-	-	-	-	12.478	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	998.255	2.245.978
2000	200503	1.247.723	1.010.733	-	-	-	-	12.476	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.010.733	2.258.456
2000	200504	1.247.723	1.023.209	-	-	-	-	12.478	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.023.209	2.270.932
2000	200505	1.247.723	1.035.687	-	-	-	-	12.476	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.035.687	2.283.410
2000	200506	1.247.723	1.048.163	-	-	-	-	12.479	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.048.163	2.295.886
2000	200507	1.247.723	1.060.642	-	-	-	-	12.475	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.060.642	2.308.365
2000	200508	1.247.723	1.073.117	-	-	-	-	12.480	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.085.597	2.320.840
2000	200509	1.247.723	1.085.597	-	-	-	-	12.474	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.098.071	2.333.320
2000	200510	1.247.723	1.098.071	-	-	-	-	12.479	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.110.550	2.345.794
2000	200511	1.247.723	1.110.550	-	-	-	-	12.478	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.123.028	2.358.273
2000	200512	1.247.723	1.123.028	-	-	-	-	12.475	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.135.503	2.370.751
2000	200601	1.247.723	1.135.503	-	-	-	-	12.479	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.147.982	2.383.226
2000	200602	1.247.723	1.147.982	-	-	-	-	12.475	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.160.457	2.395.705
2000	200603	1.247.723	1.160.457	-	-	-	-	12.479	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.172.936	2.408.180
2000	200603	1.247.723	1.172.936	-	-	-	-	12.479	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.185.415	2.420.659



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-estabelecidos
em 31 de janeiro de 2008

Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial	Valor inscrito		Valor inscrito	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Mora	Principal	Mora	Mora	Monetária			Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Total
2000	200005	-	-	-	170	82	(1)	12.475	-	-	-	-	1.247.723	170	81	251	2.433.134	
2000	200604	1.247.723	1.172.936	1.185.411	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.185.411	-	2.445.613	
2000	200605	1.247.723	1.197.890	1.210.369	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.197.890	-	2.458.092	
2000	200606	1.247.723	1.210.369	1.222.844	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.222.844	-	2.470.567	
2000	200607	1.247.723	1.235.323	1.247.798	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.235.323	-	2.483.046	
2000	200608	1.247.723	1.260.277	1.272.753	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.260.277	-	2.508.000	
2000	200609	1.247.723	1.285.231	1.340.482	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.285.231	-	2.532.954	
2000	200610	1.247.723	1.365.439	1.377.915	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.365.439	-	2.608.684	
2000	200611	1.247.723	1.402.868	1.415.347	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.402.868	-	2.625.638	
2000	200612	1.247.723	1.437.822	1.452.779	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.452.779	-	2.638.115	
2000	200701	1.247.723	1.465.255	1.477.733	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.465.255	-	2.650.591	
2000	200702	1.247.723	1.477.733	1.477.733	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.477.733	-	2.663.070	
2000	200703	1.247.723	1.477.733	1.477.733	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.477.733	-	2.675.545	
2000	200704	1.247.723	1.477.733	1.477.733	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.477.733	-	2.688.025	
2000	200705	1.247.723	1.477.733	1.477.733	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.477.733	-	2.700.502	
2000	200706	1.247.723	1.477.733	1.477.733	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.477.733	-	2.712.978	
2000	200707	1.247.723	1.477.733	1.477.733	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.477.733	-	2.725.456	
2000	200708	1.247.723	1.477.733	1.477.733	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.477.733	-	2.801.813	
2000	200709	1.247.723	1.477.733	1.477.733	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.477.733	-		
2000	200710	1.247.723	1.477.733	1.477.733	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.477.733	-		
2000	200711	1.247.723	1.477.733	1.477.733	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.477.733	-		
2000	200712	1.247.723	1.477.733	1.477.733	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.477.733	-		
2000	200801	1.247.723	1.477.733	1.477.733	-	-	-	12.475	-	-	-	-	1.247.723	-	1.477.733	-		



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2001	200109	0	0	887	454	(0)	-	-	-	887	454	1.341
2001	200110	887	454	72	64	9	-	-	-	959	527	1.486
2001	200111	959	527	5.972	3.853	11	-	-	-	6.931	4.391	11.322
2001	200112	6.931	4.391	4.684	1.537	64	-	-	-	11.615	5.992	17.607
2001	200201	11.615	5.992	-	-	121	-	-	-	11.615	6.113	17.728
2001	200202	11.615	6.113	-	-	115	-	-	-	11.615	6.228	17.843
2001	200203	11.615	6.228	-	-	114	-	-	-	11.615	6.342	17.957
2001	200204	11.615	6.342	-	-	119	-	-	-	11.615	6.461	18.076
2001	200205	11.615	6.461	-	-	115	-	-	-	11.615	6.576	18.191
2001	200206	11.615	6.576	-	-	119	-	-	-	11.615	6.695	18.310
2001	200207	11.615	6.695	-	-	111	-	-	-	11.615	6.806	18.421
2001	200208	11.615	6.806	-	-	120	-	-	-	11.615	6.926	18.541
2001	200209	11.615	6.926	-	-	117	-	-	-	11.615	7.043	18.658
2001	200210	11.615	7.043	-	-	112	-	-	-	11.615	7.155	18.770
2001	200211	11.615	7.155	-	-	118	-	-	-	11.615	7.273	18.888
2001	200212	11.615	7.273	-	-	116	-	-	-	11.615	7.389	19.004
2001	200301	11.615	7.389	-	-	117	-	-	-	11.615	7.506	19.121
2001	200302	11.615	7.506	-	-	114	-	-	-	11.615	7.620	19.235
2001	200303	11.615	7.620	-	-	119	-	-	-	11.615	7.739	19.354
2001	200304	11.615	7.739	-	-	116	-	-	-	11.615	7.855	19.470
2001	200305	11.615	7.855	-	-	113	-	-	-	11.615	7.968	19.583
2001	200306	11.615	7.968	-	-	118	-	-	-	11.615	8.086	19.701
2001	200307	11.615	8.086	-	-	114	-	-	-	11.615	8.200	19.815
2001	200308	11.615	8.200	-	-	117	-	-	-	11.615	8.317	19.932
2001	200309	11.615	8.317	-	-	120	-	-	-	11.615	8.437	20.052
2001	200310	11.615	8.437	-	-	113	-	-	-	11.615	8.550	20.165
2001	200311	11.615	8.550	-	-	116	-	-	-	11.615	8.666	20.281
2001	200312	11.615	8.666	-	-	118	-	-	-	11.615	8.784	20.399
2001	200401	11.615	8.784	-	-	117	-	-	-	11.615	8.901	20.516
2001	200402	11.615	8.901	-	-	113	-	-	-	11.615	9.014	20.629
2001	200403	11.615	9.014	-	-	116	-	-	-	11.615	9.130	20.745
2001	200404	11.615	9.130	-	-	119	-	-	-	11.615	9.249	20.864
2001	200405	11.615	9.249	-	-	114	-	-	-	11.615	9.363	20.978
2001	200406	11.615	9.363	-	-	117	-	-	-	11.615	9.480	21.095
2001	200407	11.615	9.480	-	-	113	-	-	-	11.615	9.593	21.208
2001	200408	11.615	9.593	-	-	119	-	-	-	11.615	9.712	21.327



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito	Valor Inscrito	Juros sobre o Saldo de		Descontos / Multas	Pagamento		Saldo Final	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal + Correção Monetária	Monetária	pela atraso no pago das parcelas	Principal	Mora	Principal		
2001	200409	11.615	9.712	-	-	-	116	-	-	-	11.615	9.828	21.443
2001	200410	11.615	9.828	-	-	-	116	-	-	-	11.615	9.944	21.559
2001	200411	11.615	9.944	-	-	-	119	-	-	-	11.615	10.063	21.678
2001	200412	11.615	10.063	-	-	-	113	-	-	-	11.615	10.176	21.791
2001	200501	11.615	10.176	-	-	-	119	-	-	-	11.615	10.295	21.910
2001	200502	11.615	10.295	-	-	-	116	-	-	-	11.615	10.411	22.026
2001	200503	11.615	10.411	-	-	-	113	-	-	-	11.615	10.524	22.139
2001	200504	11.615	10.524	-	-	-	119	-	-	-	11.615	10.643	22.258
2001	200505	11.615	10.643	-	-	-	115	-	-	-	11.615	10.758	22.373
2001	200506	11.615	10.758	-	-	-	115	-	-	-	11.615	10.873	22.488
2001	200507	11.615	10.873	-	-	-	115	-	-	-	11.615	10.988	22.603
2001	200508	11.615	10.988	-	-	-	118	-	-	-	11.615	11.106	22.721
2001	200509	11.615	11.106	-	-	-	117	-	-	-	11.615	11.223	22.838
2001	200510	11.615	11.223	-	-	-	113	-	-	-	11.615	11.336	22.951
2001	200511	11.615	11.336	-	-	-	120	-	-	-	11.615	11.456	23.071
2001	200512	11.615	11.456	-	-	-	113	-	-	-	11.615	11.569	23.184
2001	200601	11.615	11.569	-	-	-	116	-	-	-	11.615	11.685	23.300
2001	200602	11.615	11.685	-	-	-	119	-	-	-	11.615	11.804	23.419
2001	200603	11.615	11.804	-	-	-	117	-	-	-	11.615	11.921	23.536
2001	200604	11.615	11.921	-	-	-	117	-	-	-	11.615	12.038	23.653
2001	200605	11.615	12.038	-	-	-	111	-	-	-	11.615	12.149	23.764
2001	200606	11.615	12.149	-	-	-	120	-	-	-	11.615	12.269	23.884
2001	200607	11.615	12.269	-	-	-	113	-	-	-	11.615	12.382	23.997
2001	200608	11.615	12.382	-	-	-	116	-	-	-	11.615	12.498	24.113
2001	200609	11.615	12.498	-	-	-	120	-	-	-	11.615	12.618	24.233
2001	200610	11.615	12.618	-	-	-	113	-	-	-	11.615	12.731	24.346
2001	200611	11.615	12.731	-	-	-	119	-	-	-	11.615	12.850	24.465
2001	200612	11.615	12.850	-	-	-	113	-	-	-	11.615	12.963	24.578
2001	200701	11.615	12.963	-	-	-	514	-	-	-	11.615	13.477	25.092
2001	200702	11.615	13.477	-	-	-	116	-	-	-	11.615	13.593	25.208
2001	200703	11.615	13.593	-	-	-	117	-	-	-	11.615	13.710	25.325
2001	200704	11.615	13.710	-	-	-	117	-	-	-	11.615	13.827	25.442
2001	200705	11.615	13.827	-	-	-	116	-	-	-	11.615	13.943	25.558
2001	200706	11.615	13.943	-	-	-	116	-	-	-	11.615	14.059	25.674
2001	200707	11.615	14.059	-	-	-	117	-	-	-	11.615	14.176	25.791
2001	200708	11.615	14.176	-	-	-	115	-	-	-	11.615	14.291	25.906



Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final Principal		Saldo Final Mora		Saldo Final Total	
		Principal	Mora	Principal	Mora			Principal	Mora			Principal	Mora	Principal	Mora						
2001	200709	11.615	14.291	14.291	-	-	-	118	-	-	-	-	-	-	-	11.615	-	14.409	-	26.024	-
2001	200710	11.615	14.409	14.409	-	-	-	115	-	-	-	-	-	-	-	11.615	-	14.524	-	26.139	-
2001	200711	11.615	14.524	14.524	-	-	-	117	-	-	-	-	-	-	-	11.615	-	14.641	-	26.256	-
2001	200712	11.615	14.641	14.641	-	-	-	116	-	-	-	-	-	-	-	11.615	-	14.757	-	26.372	-
2001	200801	11.615	14.757	14.757	-	-	-	712	-	-	-	-	-	-	-	11.615	-	15.469	-	27.084	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2002	200207	0	0	1.521	890	-	0	-	-	1.521	890	2.411
2002	200208	1.521	890	-	-	-	16	-	-	1.521	906	2.427
2002	200209	1.521	906	5.468	5.043	-	15	-	-	6.988	5.964	12.952
2002	200210	6.988	5.964	-	-	-	68	-	-	6.988	6.032	13.020
2002	200211	6.988	6.032	-	-	-	72	-	-	6.988	6.104	13.092
2002	200212	6.988	6.104	39.737	31.715	-	70	-	-	46.726	37.889	84.615
2002	200301	46.726	37.889	-	-	-	467	-	-	46.726	38.356	85.082
2002	200302	46.726	38.356	-	-	-	468	-	-	46.726	38.824	85.550
2002	200303	46.726	38.824	-	-	-	467	-	-	46.726	39.291	86.017
2002	200304	46.726	39.291	-	-	-	466	-	-	46.726	39.757	86.483
2002	200305	46.726	39.757	-	-	-	467	-	-	46.726	40.224	86.950
2002	200306	46.726	40.224	-	-	-	467	-	-	46.726	40.691	87.417
2002	200307	46.726	40.691	-	-	-	466	-	-	46.726	41.157	87.883
2002	200308	46.726	41.157	-	-	-	470	-	-	46.726	41.627	88.353
2002	200309	46.726	41.627	-	-	-	466	-	-	46.726	42.093	88.819
2002	200310	46.726	42.093	-	-	-	469	-	-	46.726	42.562	89.288
2002	200311	46.726	42.562	-	-	-	468	-	-	46.726	43.030	89.756
2002	200312	46.726	43.030	-	-	-	465	-	-	46.726	43.495	90.221
2002	200401	46.726	43.495	-	-	-	467	-	-	46.726	43.962	90.688
2002	200402	46.726	43.962	-	-	-	469	-	-	46.726	44.431	91.157
2002	200403	46.726	44.431	-	-	-	467	-	-	46.726	44.898	91.624
2002	200404	46.726	44.898	-	-	-	468	-	-	46.726	45.366	92.092
2002	200405	46.726	45.366	-	-	-	469	-	-	46.726	45.835	92.561
2002	200406	46.726	45.835	-	-	-	468	-	-	46.726	46.303	93.029
2002	200407	46.726	46.303	-	-	-	464	-	-	46.726	46.767	93.493
2002	200408	46.726	46.767	-	-	-	469	-	-	46.726	47.236	93.962
2002	200409	46.726	47.236	-	-	-	465	-	-	46.726	47.701	94.427
2002	200410	46.726	47.701	-	-	-	465	-	-	46.726	48.166	94.892
2002	200411	46.726	48.166	-	-	-	469	-	-	46.726	48.635	95.361
2002	200412	46.726	48.635	-	-	-	467	-	-	46.726	49.102	95.828
2002	200501	46.726	49.102	-	-	-	469	-	-	46.726	49.571	96.297
2002	200502	46.726	49.571	-	-	-	467	-	-	46.726	50.038	96.764
2002	200503	46.726	50.038	-	-	-	465	-	-	46.726	50.503	97.229
2002	200504	46.726	50.503	-	-	-	468	-	-	46.726	50.971	97.697
2002	200505	46.726	50.971	-	-	-	469	-	-	46.726	51.440	98.166
2002	200506	46.726	51.440	-	-	-	465	-	-	46.726	51.905	98.631



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Principal	Valor Inscrito		Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de		Descontos / Multas pela atraso no pago das parcelas	Pagamento		Saldo Final Principal	Saldo Final		Saldo Final Total
		Mora	Mora		Principal	Mora		Principal + Correção Monetária	Principal	Mora								
2002	200507	46 726	-	51 905	-	-	-	469	-	-	-	-	-	-	46 726	52 374	99 100	
2002	200508	46 726	-	52 374	-	-	-	469	-	-	-	-	-	-	46 726	52 843	99 569	
2002	200509	46 726	-	52 843	-	-	-	466	-	-	-	-	-	-	46 726	53 309	100 035	
2002	200510	46 726	-	53 309	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46 726	53 777	100 503	
2002	200511	46 726	-	53 777	-	-	-	466	-	-	-	-	-	-	46 726	54 243	100 969	
2002	200512	46 726	-	54 243	-	-	-	467	-	-	-	-	-	-	46 726	54 710	101 436	
2002	200601	46 726	-	54 710	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46 726	55 178	101 904	
2002	200602	46 726	-	55 178	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46 726	55 646	102 372	
2002	200603	46 726	-	55 646	-	-	-	466	-	-	-	-	-	-	46 726	56 112	102 838	
2002	200604	46 726	-	56 112	-	-	-	465	-	-	-	-	-	-	46 726	56 577	103 303	
2002	200605	46 726	-	56 577	-	-	-	469	-	-	-	-	-	-	46 726	57 046	103 772	
2002	200606	46 726	-	57 046	-	-	-	464	-	-	-	-	-	-	46 726	57 510	104 236	
2002	200607	46 726	-	57 510	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46 726	57 978	104 704	
2002	200608	46 726	-	57 978	-	-	-	469	-	-	-	-	-	-	46 726	58 447	105 173	
2002	200609	46 726	-	58 447	-	-	-	465	-	-	-	-	-	-	46 726	58 912	105 638	
2002	200610	46 726	-	58 912	-	-	-	469	-	-	-	-	-	-	46 726	59 381	106 107	
2002	200611	46 726	-	59 381	-	-	-	467	-	-	-	-	-	-	46 726	59 848	106 574	
2002	200612	46 726	-	59 848	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46 726	60 316	107 042	
2002	200701	46 726	-	60 316	-	-	-	2 068	-	-	-	-	-	-	46 726	62 384	109 110	
2002	200702	46 726	-	62 384	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46 726	62 852	109 578	
2002	200703	46 726	-	62 852	-	-	-	467	-	-	-	-	-	-	46 726	63 319	110 045	
2002	200704	46 726	-	63 319	-	-	-	466	-	-	-	-	-	-	46 726	63 785	110 511	
2002	200705	46 726	-	63 785	-	-	-	469	-	-	-	-	-	-	46 726	64 254	110 980	
2002	200706	46 726	-	64 254	-	-	-	469	-	-	-	-	-	-	46 726	64 723	111 449	
2002	200707	46 726	-	64 723	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46 726	65 191	111 917	
2002	200708	46 726	-	65 191	-	-	-	466	-	-	-	-	-	-	46 726	65 657	112 383	
2002	200709	46 726	-	65 657	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46 726	66 125	112 851	
2002	200710	46 726	-	66 125	-	-	-	466	-	-	-	-	-	-	46 726	66 591	113 317	
2002	200711	46 726	-	66 591	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46 726	67 059	113 785	
2002	200712	46 726	-	67 059	-	-	-	467	-	-	-	-	-	-	46 726	67 526	114 252	
2002	200801	46 726	-	67 526	-	-	-	2 857	-	-	-	-	-	-	46 726	70 383	117 109	



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

ANEXO V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de		Descontos / Multas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final Total	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Monetária	Principal + Correção	da parcela	Principal	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2003	200308	-	-	-	-	665.969	607.999	-	-	18	-	-	-	-	-	665.969	607.999	-	-
2003	200309	665.969	607.999	-	-	-	-	-	-	6.642	-	-	-	-	-	665.969	614.641	1.273.968	1.280.610
2003	200310	665.969	614.641	324.821	289.395	-	-	-	-	6.661	-	-	-	-	-	990.789	910.697	1.901.486	1.954.309
2003	200311	990.789	910.697	22.587	20.328	-	-	-	-	9.899	-	-	-	-	-	1.013.376	940.924	-	-
2003	200312	1.013.376	940.924	11.541.136	10.502.407	-	-	-	-	11.221	-	-	-	-	-	12.554.512	11.454.552	24.009.064	24.133.775
2003	200401	12.554.512	11.454.552	-	-	-	-	-	-	124.711	-	-	-	-	-	12.554.512	11.579.263	24.133.775	24.258.185
2003	200402	12.554.512	11.579.263	-	-	-	-	-	-	124.410	-	-	-	-	-	12.554.512	11.703.673	24.258.185	24.384.054
2003	200403	12.554.512	11.703.673	-	-	-	-	-	-	125.869	-	-	-	-	-	12.554.512	11.829.542	24.384.054	24.510.293
2003	200404	12.554.512	11.829.542	-	-	-	-	-	-	126.239	-	-	-	-	-	12.554.512	11.955.781	24.510.293	24.634.173
2003	200405	12.554.512	11.955.781	-	-	-	-	-	-	125.880	-	-	-	-	-	12.554.512	12.079.661	24.634.173	24.763.417
2003	200406	12.554.512	12.079.661	-	-	-	-	-	-	124.244	-	-	-	-	-	12.554.512	12.208.905	24.763.417	24.886.348
2003	200407	12.554.512	12.208.905	-	-	-	-	-	-	122.931	-	-	-	-	-	12.554.512	12.331.836	24.886.348	25.012.700
2003	200408	12.554.512	12.331.836	-	-	-	-	-	-	126.352	-	-	-	-	-	12.554.512	12.458.188	25.012.700	25.137.100
2003	200409	12.554.512	12.458.188	-	-	-	-	-	-	124.400	-	-	-	-	-	12.554.512	12.582.588	25.137.100	25.262.732
2003	200410	12.554.512	12.582.588	-	-	-	-	-	-	125.632	-	-	-	-	-	12.554.512	12.708.220	25.262.732	25.389.292
2003	200411	12.554.512	12.708.220	-	-	-	-	-	-	126.560	-	-	-	-	-	12.554.512	12.834.780	25.389.292	25.515.744
2003	200412	12.554.512	12.834.780	-	-	-	-	-	-	126.452	-	-	-	-	-	12.554.512	12.961.232	25.515.744	25.640.620
2003	200501	12.554.512	12.961.232	-	-	-	-	-	-	124.876	-	-	-	-	-	12.554.512	13.086.108	25.640.620	25.766.701
2003	200502	12.554.512	13.086.108	-	-	-	-	-	-	126.081	-	-	-	-	-	12.554.512	13.212.189	25.766.701	25.891.497
2003	200503	12.554.512	13.212.189	-	-	-	-	-	-	124.796	-	-	-	-	-	12.554.512	13.336.985	25.891.497	26.015.698
2003	200504	12.554.512	13.336.985	-	-	-	-	-	-	124.201	-	-	-	-	-	12.554.512	13.461.186	26.015.698	26.141.505
2003	200505	12.554.512	13.461.186	-	-	-	-	-	-	125.807	-	-	-	-	-	12.554.512	13.586.993	26.141.505	26.268.249
2003	200506	12.554.512	13.586.993	-	-	-	-	-	-	126.744	-	-	-	-	-	12.554.512	13.713.737	26.268.249	26.393.396
2003	200507	12.554.512	13.713.737	-	-	-	-	-	-	125.147	-	-	-	-	-	12.554.512	13.838.884	26.393.396	26.518.792
2003	200508	12.554.512	13.838.884	-	-	-	-	-	-	125.596	-	-	-	-	-	12.554.512	13.964.280	26.518.792	26.645.001
2003	200509	12.554.512	13.964.280	-	-	-	-	-	-	126.209	-	-	-	-	-	12.554.512	14.090.489	26.645.001	26.771.507
2003	200510	12.554.512	14.090.489	-	-	-	-	-	-	126.506	-	-	-	-	-	12.554.512	14.216.995	26.771.507	26.896.478
2003	200511	12.554.512	14.216.995	-	-	-	-	-	-	124.971	-	-	-	-	-	12.554.512	14.341.966	26.896.478	27.021.470
2003	200512	12.554.512	14.341.966	-	-	-	-	-	-	124.992	-	-	-	-	-	12.554.512	14.466.958	27.021.470	27.147.014
2003	200601	12.554.512	14.466.958	-	-	-	-	-	-	125.544	-	-	-	-	-	12.554.512	14.592.502	27.147.014	27.271.438
2003	200602	12.554.512	14.592.502	-	-	-	-	-	-	124.424	-	-	-	-	-	12.554.512	14.716.926	27.271.438	27.396.161
2003	200603	12.554.512	14.716.926	-	-	-	-	-	-	124.723	-	-	-	-	-	12.554.512	14.841.649	27.396.161	27.524.150
2003	200604	12.554.512	14.841.649	-	-	-	-	-	-	127.989	-	-	-	-	-	12.554.512	14.969.638	27.524.150	27.649.372
2003	200605	12.554.512	14.969.638	-	-	-	-	-	-	125.222	-	-	-	-	-	12.554.512	15.094.860	27.649.372	27.777.048
2003	200606	12.554.512	15.094.860	1.926	1.437	-	-	925	635	126.173	-	-	-	-	-	12.555.513	15.221.535	27.777.048	27.901.876
2003	200607	12.555.513	15.221.535	3.758	2.857	-	-	4.188	4.632	127.033	-	-	-	-	-	12.555.083	15.346.793	27.901.876	28.026.353
2003	200608	12.555.083	15.346.793	3.105	2.434	-	-	3.266	3.420	125.624	-	-	-	-	-	12.554.922	15.471.431	28.026.353	28.151.122
2003	200609	12.554.922	15.471.431	2.300	1.695	-	-	2.103	2.301	125.179	-	-	-	-	-	12.555.118	15.596.004	28.151.122	28.279.326
2003	200610	12.555.118	15.596.004	3.360	2.740	-	-	3.161	3.581	128.847	-	-	-	-	-	12.554.852	15.724.009	28.279.326	28.402.520
2003	200611	12.555.317	15.724.009	2.894	2.568	-	-	3.291	4.009	125.216	-	-	-	-	-	12.554.852	15.847.668	28.402.520	



Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de		Descontos / Multas pela atraso no pago das parcelas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
2003	200612	12.554.852	15.847.668	2.251	2.528	2.251	2.528	127.074	428	1.961	2.743		1.961		12.554.955	15.974.287	12.554.955	15.974.287	28.529.242
2003	200701	12.554.955	15.974.287	2.532	2.860	2.532	2.860	556.497	706	1.501	2.318		1.501		12.555.770	16.530.835	12.555.770	16.530.835	29.086.605
2003	200702	12.555.770	16.530.835	1.757	2.252	1.757	2.252	127.294	787	2.119	3.109		2.119		12.555.175	16.656.717	12.555.175	16.656.717	29.211.892
2003	200703	12.555.175	16.656.717	2.959	3.674	2.959	3.674	125.635	1.116	2.735	4.401		2.735		12.554.960	16.780.948	12.554.960	16.780.948	29.335.908
2003	200704	12.554.960	16.780.948	5.675	6.589	5.675	6.589	128.653	1.076	5.010	7.931		5.010		12.555.259	16.907.548	12.555.259	16.907.548	29.462.807
2003	200705	12.555.259	16.907.548	2.924	2.975	2.924	2.975	126.271	880	2.199	3.217		2.199		12.555.764	17.032.918	12.555.764	17.032.918	29.588.682
2003	200706	12.555.764	17.032.918	8.288	7.940	8.288	7.940	130.614	500	7.085	9.692		7.085		12.556.768	17.161.481	12.556.768	17.161.481	29.718.248
2003	200707	12.556.768	17.161.481	3.241	3.387	3.241	3.387	124.380	1.065	3.036	4.440		3.036		12.556.686	17.284.029	12.556.686	17.284.029	29.840.715
2003	200708	12.556.686	17.284.029	4.976	4.090	4.976	4.090	130.906	230	5.814	8.020		5.814		12.555.683	17.410.940	12.555.683	17.410.940	29.966.623
2003	200709	12.555.683	17.410.940	1.980	1.511	1.980	1.511	124.757	-	2.677	3.265		2.677		12.554.986	17.533.943	12.554.986	17.533.943	30.088.929
2003	200710	12.554.986	17.533.943	17.713	14.639	(0)	14.639	135.235	(0)	3.587	4.461		3.587		12.569.112	17.679.356	12.569.112	17.679.356	30.248.467
2003	200711	12.569.112	17.679.356	1.364	926	(0)	926	127.609	(0)	15.380	20.396		15.380		12.555.096	17.787.495	12.555.096	17.787.495	30.342.591
2003	200712	12.555.096	17.787.495	3.074	2.323		2.323	124.616	-	3.036	3.822		3.036		12.555.134	17.910.611	12.555.134	17.910.611	30.465.745
2003	200801	12.555.134	17.910.611	1.489	1.122		1.122	768.676	242	1.338	1.694		1.338		12.555.035	18.678.723	12.555.035	18.678.723	31.233.758



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acruidados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de		Descontos / Multas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal + Correção Monetária	pela atraso no pagamento das parcelas		Principal	Mora	Principal	Mora	
2004	200405	-	-	535	514	0	-	-	-	-	535	514	1 049
2004	200406	535	514	157 749	129 222	6	-	-	-	-	158 284	129 742	288 026
2004	200407	158 284	129 742	814 145	894 916	1 583	-	-	-	-	972 430	1 026 241	1 998 671
2004	200408	972 430	1 026 241	18 694	15 784	9 719	-	-	-	-	991 124	1 051 744	2 042 868
2004	200409	991 124	1 051 744	46 420	31 979	9 918	-	-	-	-	1 037 544	1 093 641	2 131 185
2004	200410	1 037 544	1 093 641	1 089	1 003	10 376	-	-	-	-	1 038 633	1 105 020	2 143 653
2004	200411	1 038 633	1 105 020	301 973	354 434	10 389	-	-	-	-	1 340 606	1 469 843	2 810 449
2004	200412	1 340 606	1 469 843	13 868 296	12 670 828	14 805	-	-	-	-	15 208 902	14 155 476	29 364 378
2004	200501	15 208 902	14 155 476	-	-	152 150	-	-	-	-	15 208 902	14 307 626	29 516 528
2004	200502	15 208 902	14 307 626	-	-	151 411	-	-	-	-	15 208 902	14 459 037	29 667 939
2004	200503	15 208 902	14 459 037	-	-	150 306	-	-	-	-	15 208 902	14 609 343	29 818 245
2004	200504	15 208 902	14 609 343	-	-	152 707	-	-	-	-	15 208 902	14 762 050	29 970 952
2004	200505	15 208 902	14 762 050	-	-	150 027	-	-	-	-	15 208 902	14 912 077	30 120 979
2004	200506	15 208 902	14 912 077	-	-	156 698	-	-	-	-	15 208 902	15 068 775	30 277 677
2004	200507	15 208 902	15 068 775	-	-	146 929	-	-	-	-	15 208 902	15 215 704	30 424 606
2004	200508	15 208 902	15 215 704	-	-	153 374	-	-	-	-	15 208 902	15 369 078	30 577 980
2004	200509	15 208 902	15 369 078	-	-	154 104	-	-	-	-	15 208 902	15 523 182	30 732 084
2004	200510	15 208 902	15 523 182	-	-	151 460	-	-	-	-	15 208 902	15 674 642	30 883 544
2004	200511	15 208 902	15 674 642	-	-	153 326	-	-	-	-	15 208 902	15 827 968	31 036 870
2004	200512	15 208 902	15 827 968	-	-	150 537	-	-	-	-	15 208 902	15 978 505	31 187 407
2004	200601	15 208 902	15 978 505	-	-	151 303	-	-	-	-	15 208 902	16 129 808	31 338 710
2004	200602	15 208 902	16 129 808	-	-	155 282	-	-	-	-	15 208 902	16 285 090	31 493 992
2004	200603	15 208 902	16 285 090	-	-	148 169	-	-	-	-	15 208 902	16 433 259	31 642 161
2004	200604	15 208 902	16 433 259	-	-	154 270	-	-	-	-	15 208 902	16 587 529	31 796 431
2004	200605	15 208 902	16 587 529	-	-	151 700	-	-	-	-	15 208 902	16 739 229	31 948 131
2004	200606	15 208 902	16 739 229	1 885	1 580	154 353	-	-	-	-	15 209 340	16 893 688	32 103 028
2004	200607	15 209 340	16 893 688	4 664	4 013	150 472	-	-	-	1 474	15 209 420	17 043 245	32 252 665
2004	200608	15 209 420	17 043 245	5 438	4 508	155 572	-	-	-	4 929	15 211 564	17 200 128	32 411 692
2004	200609	15 211 564	17 200 128	3 931	3 379	151 343	-	-	-	3 197	15 209 438	17 348 377	32 557 815
2004	200610	15 209 438	17 348 377	3 730	2 885	155 231	-	-	-	6 473	15 209 621	17 503 087	32 712 708
2004	200611	15 209 621	17 503 087	3 259	3 268	149 384	-	-	-	3 407	15 209 316	17 651 368	32 860 684
2004	200612	15 209 316	17 651 368	2 462	2 688	152 678	-	-	-	3 547	15 209 323	17 803 505	33 012 828
2004	200701	15 209 323	17 803 505	2 380	2 924	673 214	-	-	-	3 407	15 209 777	18 476 701	33 686 478
2004	200702	15 209 777	18 476 701	1 946	2 569	154 938	-	-	-	2 600	15 209 867	18 631 620	33 841 487
2004	200703	15 209 867	18 631 620	3 997	4 442	152 995	-	-	-	1 696	15 209 777	18 783 068	33 992 845
2004	200704	15 209 777	18 783 068	2 826	4 197	151 113	-	-	-	4 978	15 210 067	19 087 440	34 148 061
2004	200705	15 210 067	19 087 994	4 435	4 711	150 964	-	-	-	2 184	15 210 253	19 237 994	34 297 693



Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final Mora		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
2004	200706	15 210 253	19 087 440	8 942	9 229	157 178	824	7 162	9 268	15 211 797	19 243 990	34 455 788								
2004	200707	15 211 797	19 243 990	4 321	4 766	153 025	1 461	3 750	6 360	15 211 680	19 394 649	34 606 329								
2004	200708	15 211 136	19 394 649	5 550	4 555	154 471	675	6 086	7 559	15 210 404	19 545 637	34 756 041								
2004	200709	15 210 404	19 545 637	3 776	3 170	151 044	-	3 250	3 822	15 210 930	19 696 029	34 906 960								
2004	200710	15 210 930	19 696 029	16 177	14 664	160 181	(0)	4 681	4 999	15 222 347	19 865 954	35 088 301								
2004	200711	15 222 347	19 865 954	2 079	1 471	149 265	(0)	14 811	19 414	15 209 616	19 997 276	35 206 892								
2004	200712	15 209 616	19 997 276	2 636	2 270	156 366	85	2 923	3 540	15 209 289	20 152 326	35 361 615								
2004	200801	15 209 289	20 152 326	2 010	1 694	929 657	301	1 230	1 520	15 209 211	21 082 714	36 291 925								



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso ao pago das parcelas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária		Principal	Pagamento Mora	Principal	Mora	
2005	200501	-	-	3.530.682	2.824.616	(381)	-	-	-	-	3.530.682	2.824.235	6.354.917
2005	200502	3.530.682	2.824.235	30.888	23.166	36.002	-	-	-	-	3.561.570	2.883.403	6.444.973
2005	200503	3.561.570	2.883.403	68.969	40.036	34.977	-	-	-	-	3.630.539	2.958.416	6.588.955
2005	200504	3.630.539	2.938.416	896.950	643.860	36.960	-	-	-	-	4.527.489	3.639.236	8.166.725
2005	200505	4.527.489	3.639.236	877.720	606.902	44.897	-	-	-	-	5.405.209	4.291.035	9.696.244
2005	200506	5.405.209	4.291.035	-	-	54.088	-	-	-	-	5.405.209	4.345.123	9.750.332
2005	200507	5.405.209	4.345.123	193.877	102.460	53.784	-	-	-	-	5.599.086	4.501.367	10.100.453
2005	200508	5.599.086	4.501.367	105.037	85.272	56.389	-	-	-	-	5.704.123	4.643.028	10.347.151
2005	200509	5.704.123	4.643.028	-	-	57.206	-	-	-	-	5.704.123	4.700.234	10.404.357
2005	200510	5.704.123	4.700.234	27.820	22.785	56.850	-	-	-	-	5.731.943	4.779.869	10.511.812
2005	200511	5.731.943	4.779.869	22.245.549	18.467.251	57.761	(12)	-	14.795	9.981	27.962.704	23.294.893	51.257.597
2005	200512	27.962.704	23.294.893	1.705.445	1.344.330	281.255	-	-	40.087	26.164	29.628.062	24.894.314	54.522.376
2005	200601	29.628.062	24.894.314	27.852	19.545	295.429	(0)	-	28.445	20.542	29.627.470	25.188.745	54.816.215
2005	200602	29.627.470	25.188.745	8.621	7.282	297.219	(11)	-	12.366	10.025	29.623.743	25.483.203	55.106.945
2005	200603	29.623.743	25.483.203	10.199	8.533	295.580	(262)	-	11.122	9.684	29.622.959	25.777.492	55.400.450
2005	200604	29.622.959	25.777.492	16.255	13.532	298.848	-	-	10.516	9.338	29.628.697	26.080.534	55.709.232
2005	200605	29.628.697	26.080.534	34.879	28.410	297.944	-	-	36.425	31.327	29.627.151	26.375.561	56.002.713
2005	200606	29.627.151	26.375.561	49.869	35.574	300.214	-	-	45.919	37.333	29.631.101	26.674.017	56.305.117
2005	200607	29.631.101	26.674.017	28.000	19.061	297.192	331	-	33.116	25.588	29.625.789	26.964.546	56.590.335
2005	200608	29.625.789	26.964.546	13.901	10.977	297.162	675	-	16.232	13.537	29.623.089	27.258.842	56.881.931
2005	200609	29.623.089	27.258.842	6.927	5.768	298.564	-	-	8.855	8.232	29.621.161	27.554.941	57.176.102
2005	200610	29.621.161	27.554.941	14.257	11.820	295.493	311	-	13.642	14.079	29.620.781	27.850.859	57.471.640
2005	200611	29.620.781	27.850.859	8.976	9.238	298.736	3.127	-	7.804	8.753	29.621.377	28.147.529	57.768.906
2005	200612	29.621.377	28.147.529	6.729	6.772	297.881	1.887	-	6.181	6.733	29.621.426	28.444.061	58.065.487
2005	200701	29.621.426	28.444.061	9.788	12.618	1.312.805	2.778	-	7.584	10.036	29.622.411	29.757.890	59.380.301
2005	200702	29.622.411	29.757.890	21.194	25.285	300.068	7.171	-	17.010	22.799	29.623.905	30.055.965	59.679.869
2005	200703	29.623.905	30.055.965	13.335	17.828	296.152	5.546	-	13.255	19.404	29.621.273	30.347.706	59.968.979
2005	200704	29.621.273	30.347.706	10.348	13.077	302.395	5.352	-	7.464	10.823	29.622.701	30.648.459	60.271.160
2005	200705	29.622.701	30.648.459	9.642	11.660	298.403	4.407	-	8.019	11.860	29.622.753	30.943.826	60.566.579
2005	200706	29.622.753	30.943.826	11.296	14.067	296.580	5.250	-	8.437	12.357	29.623.779	31.238.699	60.862.479
2005	200707	29.623.779	31.238.699	12.313	14.931	299.413	2.999	-	9.531	12.355	29.625.363	31.538.889	61.164.251
2005	200708	29.625.363	31.538.889	25.973	29.203	304.874	7.152	-	19.605	27.113	29.628.759	31.841.672	61.470.431
2005	200709	29.628.759	31.841.672	13.068	12.809	295.013	5.832	-	18.482	24.396	29.620.884	32.121.728	61.742.611
2005	200710	29.620.884	32.121.728	56.793	55.429	313.391	2.365	-	10.684	13.602	29.665.781	32.475.792	62.141.573
2005	200711	29.665.781	32.475.792	11.556	13.643	298.469	8.776	-	51.408	64.422	29.622.278	32.718.358	62.340.636
2005	200712	29.622.278	32.718.358	22.180	18.248	306.165	3.007	-	12.148	12.148	29.634.095	33.028.607	62.662.703
2005	200801	29.634.095	33.028.607	10.710	11.602	1.810.103	4.807	-	19.635	21.734	29.622.027	34.826.914	64.448.941



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo V

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de		Descontos / Multas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Monetária	Monetária	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2006	200603	-	-	-	-	646.988	345.949	-	-	-	(1)	-	-	-	-	646.988	345.948	-	-	646.988	345.948	-	992.936
2006	200604	646.988	345.948	255.951	265.983	6.473	6.473	-	-	-	-	-	-	-	-	902.939	618.404	-	-	902.939	618.404	-	1.521.343
2006	200605	902.939	618.404	6.330	7.217	9.027	9.027	-	-	-	-	-	-	-	-	909.269	634.648	-	-	909.269	634.648	-	1.543.917
2006	200606	909.269	634.648	1.478.052	1.180.738	9.136	9.136	-	-	-	-	-	-	-	-	2.387.321	1.824.522	-	-	2.387.321	1.824.522	-	4.211.843
2006	200607	2.387.321	1.824.522	2.844	2.310	23.973	23.973	0	0	-	-	3.224	2.624	3.224	2.624	2.386.942	1.848.181	-	-	2.386.942	1.848.181	-	4.235.123
2006	200608	2.386.942	1.848.181	795.145	261.549	23.851	23.851	-	-	-	-	2.181	1.802	2.181	1.802	3.179.906	2.131.779	-	-	3.179.906	2.131.779	-	5.311.685
2006	200609	3.179.906	2.131.779	930	349	30.892	30.892	-	-	-	-	930	356	930	356	3.179.906	2.162.663	-	-	3.179.906	2.162.663	-	5.342.569
2006	200610	3.179.906	2.162.663	134	41	31.315	31.315	-	-	-	-	134	44	134	44	3.180.166	2.193.715	-	-	3.180.166	2.193.715	-	5.373.881
2006	200611	3.180.166	2.193.715	-	-	31.814	31.814	-	-	-	-	-	-	-	-	3.180.423	2.225.272	-	-	3.180.423	2.225.272	-	5.405.695
2006	200612	3.180.423	2.225.272	32.122	27.574	30.800	30.800	-	-	-	-	1.108	710	1.108	710	3.211.605	2.282.769	-	-	3.211.605	2.282.769	-	5.494.374
2006	200701	3.211.605	2.282.769	361	254	135.805	135.805	-	-	-	-	292	153	292	153	3.211.922	2.418.290	-	-	3.211.922	2.418.290	-	5.630.211
2006	200702	3.212.161	2.418.290	-	-	31.745	31.745	-	-	-	-	-	-	-	-	3.212.161	2.449.686	-	-	3.212.161	2.449.686	-	5.661.846
2006	200703	3.212.161	2.449.686	2.196	1.333	31.988	31.988	-	-	-	-	2.071	1.495	2.071	1.495	3.212.328	2.481.358	-	-	3.212.328	2.481.358	-	5.693.686
2006	200704	3.212.328	2.481.358	2.461	266	32.259	32.259	-	-	-	-	2.461	534	2.461	534	3.212.561	2.512.950	-	-	3.212.561	2.512.950	-	5.725.512
2006	200705	3.212.561	2.512.950	710	490	31.883	31.883	-	-	-	-	69	49	69	49	3.213.436	2.545.042	-	-	3.213.436	2.545.042	-	5.758.478
2006	200706	3.213.436	2.545.042	-	-	31.959	31.959	-	-	-	-	579	475	579	475	3.213.019	2.576.251	-	-	3.213.019	2.576.251	-	5.789.270
2006	200707	3.213.019	2.576.251	2.838	2.440	32.340	32.340	-	-	-	-	2.848	2.738	2.848	2.738	3.213.192	2.607.997	-	-	3.213.192	2.607.997	-	5.821.189
2006	200708	3.213.192	2.607.997	773	75	32.066	32.066	-	-	-	-	1.445	833	1.445	833	3.212.735	2.639.089	-	-	3.212.735	2.639.089	-	5.851.824
2006	200709	3.212.735	2.639.089	-	-	32.084	32.084	-	-	-	-	-	-	-	-	3.212.945	2.670.964	-	-	3.212.945	2.670.964	-	5.883.909
2006	200710	3.212.945	2.670.964	24.667	14.092	36.883	36.883	-	-	-	-	1.275	753	1.275	753	3.236.531	2.720.992	-	-	3.236.531	2.720.992	-	5.957.522
2006	200711	3.236.531	2.720.992	3.354	1.580	32.449	32.449	-	-	-	-	2.315	1.293	2.315	1.293	3.237.746	2.753.552	-	-	3.237.746	2.753.552	-	5.991.298
2006	200712	3.237.746	2.753.552	-	-	32.307	32.307	-	-	-	-	24.431	18.879	-	-	3.213.486	2.766.809	-	-	3.213.486	2.766.809	-	5.980.295
2006	200801	3.213.486	2.766.809	-	-	188.954	188.954	-	-	-	-	-	-	-	-	3.213.650	2.955.599	-	-	3.213.650	2.955.599	-	6.169.249

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de		Descontos / Multas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final Total	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal + Correção Monetária	pela atraso no pago das parcelas	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2007	200701	-	-	24.593.961	19.617.515	-	-	1.415	-	-	-	-	-	24.593.961	19.618.930	44.212.891	
2007	200702	24.593.961	19.618.930	88.387	56.974	-	-	246.036	-	-	-	-	-	24.684.773	19.919.514	44.604.287	
2007	200703	24.684.773	19.919.514	20.886	11.198	-	-	248.334	-	-	-	-	-	24.708.043	20.176.662	44.884.705	
2007	200704	24.708.043	20.176.662	-	-	-	-	247.836	-	-	-	-	-	24.710.447	20.432.094	45.132.541	
2007	200705	24.710.447	20.432.094	5.325	6.753	14.857	873	245.693	2.775	873	3.601	-	3.601	24.714.966	20.668.096	45.383.062	
2007	200706	24.714.966	20.668.096	13.798	14.857	57.446	2.350	250.814	5.546	2.350	6.499	-	6.499	24.724.810	20.923.325	45.648.134	
2007	200707	24.724.810	20.923.325	46.318	57.446	-	-	245.332	28.071	12.087	36.017	-	36.017	24.739.542	21.181.503	45.921.046	
2007	200708	24.739.542	21.181.503	33.599.746	25.421.551	49.948	22.717	254.269	64.134	22.717	72.169	-	72.169	58.267.440	46.770.151	105.037.591	
2007	200709	58.267.440	46.770.151	56.499	49.948	589.633	12.266	589.633	55.361	12.266	53.909	-	53.909	58.268.031	47.344.104	105.612.135	
2007	200710	58.268.031	47.344.104	53.343	54.350	587.265	4.811	587.265	25.008	4.811	26.397	-	26.397	58.297.443	47.953.434	106.250.877	
2007	200711	58.297.443	47.953.434	86.700	91.311	584.141	5.824	584.141	31.249	5.824	32.060	-	32.060	58.353.121	48.590.775	106.943.896	
2007	200712	58.353.121	48.590.775	81.877	59.473	593.363	2.872	593.363	26.051	2.872	25.459	-	25.459	58.410.081	49.214.546	107.624.627	
2007	200801	58.410.081	49.214.546	35.381	35.752	3.532.060	6.856	3.532.060	30.511	6.856	32.975	-	32.975	58.406.269	52.751.208	111.157.477	



Anexo V.I

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inserção)

Ano de Inserção	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
1996	200001	-	-	6.509	771	3.120	3	2.975	1.799	3.530	2.142	5.672
1996	200002	3.530	2.142	8.422	875	4.124	(13)	6.109	5.841	5.841	3.629	9.469
1996	200003	5.841	3.629	3.181	353	1.600	(10)	3.582	2.118	5.440	3.463	8.903
1996	200004	5.440	3.463	5.952	598	3.045	(27)	4.166	2.432	7.238	4.572	11.800
1996	200005	7.228	4.572	4.804	460	2.511	(13)	5.320	3.184	6.717	4.353	11.070
1996	200006	6.717	4.353	3.516	322	1.879	(13)	3.921	2.374	6.312	4.181	10.492
1996	200007	6.312	4.181	3.748	385	2.040	(29)	2.772	1.752	7.302	4.819	12.141
1996	200008	7.302	4.819	6.510	660	3.595	(64)	4.982	3.220	8.861	5.904	14.765
1996	200009	8.861	5.904	3.706	423	2.109	(23)	4.092	2.644	8.488	5.780	14.268
1996	200010	8.488	5.780	9.300	906	5.334	(12)	5.067	3.295	12.746	8.700	21.446
1996	200011	12.746	8.700	15.209	1.264	8.653	(30)	8.429	5.673	19.543	12.927	32.470
1996	200012	19.543	12.927	2.307	214	1.555	(169)	18.408	12.135	3.566	2.436	6.003
1996	200101	3.566	2.436	2.136	60	1.246	(32)	3.179	2.038	2.537	1.690	4.227
1996	200102	2.537	1.690	2.220	56	120	(6)	2.268	1.492	493	371	864
1996	200103	667	371	2.122	250	1.098	(29)	719	443	1.915	1.430	3.345
1996	200104	2.078	1.430	3.746	810	2.184	(7)	4.865	3.689	819	875	1.694
1996	200105	1.207	875	3.012	386	1.514	(4)	2.728	2.244	1.105	918	2.022
1996	200106	1.105	918	855	183	522	(4)	1.627	1.314	333	309	641
1996	200107	133	309	820	181	469	-	918	773	234	187	421
1996	200108	626	206	150	42	(319)	-	198	166	192	149	342
1996	200109	170	167	39	1	31	(35)	147	117	84	60	145
1996	200110	173	60	-	-	(90)	-	28	20	56	39	95
1996	200111	56	39	921	213	672	-	921	844	56	40	96
1996	200112	900	40	-	-	(846)	-	60	34	-	-	-
1996	200201	-	-	115	28	77	-	115	-	115	105	220
1996	200202	-	-	-	-	105	-	-	-	-	-	-
1996	200203	105	-	-	-	(105)	-	-	-	-	-	-
1996	200204	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200205	-	-	92	22	60	-	92	82	-	-	-
1996	200206	82	-	-	-	(82)	-	-	-	-	-	-



Anexo V.1

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inserção)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
1996	200207	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200209	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200211	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200302	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200303	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200304	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200305	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200308	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200309	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200311	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200401	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200402	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200405	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200406	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200502	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200503	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200504	-	-	137	30	137	-	137	168	-	-	-
1996	200505	168	-	-	-	(168)	-	-	-	-	-	-
1996	200506	-	-	93	22	94	-	-	-	93	116	209
1996	200507	-	93	-	-	116	-	93	116	-	-	-
1996	200508	116	-	-	-	(116)	-	-	-	-	-	-

Anexo V.I
 Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso ao pago das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
1996	200509	-	-	301	1	160	-	-	301	161	-	-
1996	200510	-	-	114	16	133	-	114	149	-	-	-
1996	200511	-	-	99	10	111	-	99	121	-	-	-
1996	200512	-	-	434	135	425	-	229	405	205	155	361
1996	200601	205	155	1.546	14	991	-	580	313	1.171	847	2.018
1996	200602	1.171	847	-	-	0	-	1.029	715	142	133	275
1996	200603	142	133	224	-	206	-	137	125	229	214	443
1996	200604	229	214	146	-	107	-	292	220	83	101	184
1996	200605	83	101	61	16	50	-	16	36	127	130	257
1996	200606	127	130	157	30	196	-	284	356	-	-	-
1996	200607	-	-	138	38	163	-	138	203	-	-	-
1996	200608	203	-	-	-	(203)	-	-	-	-	-	-
1996	200609	-	-	233	-	141	-	233	141	-	-	-
1996	200610	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200611	-	-	25	6	33	-	25	39	-	-	-
1996	200612	-	-	161	24	211	-	161	235	-	-	-
1996	200701	-	-	120	-	144	-	-	-	120	144	265
1996	200702	120	144	940	-	1.030	-	1.061	1.175	-	-	-
1996	200703	1.030	-	68	6	(969)	21	59	59	-	-	-
1996	200704	-	-	617	-	409	-	617	409	-	-	-
1996	200705	-	-	55	21	77	-	55	98	-	-	-
1996	200706	-	-	478	19	964	396	282	318	196	269	465
1996	200707	196	269	-	-	(306)	-	29	39	-	-	-
1996	200708	-	-	1.062	68	745	-	1.002	813	-	-	-
1996	200709	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200710	-	-	75	12	90	13	30	55	39	42	80
1996	200711	39	42	243	10	261	-	281	313	-	-	-
1996	200712	-	-	88	14	128	-	88	142	-	-	-
1996	200801	-	-	121	-	83	-	121	83	-	-	-

Anexo V.I
 Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela mora no pago das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
1997	200001	-	-	7.603	1.841	2.749	1	3.128	4.872	4.482	2.771	7.253
1997	200002	4.487	2.771	9.453	2.097	3.541	(157)	6.925	4.073	7.026	4.320	11.346
1997	200003	7.026	4.320	3.268	750	1.396	(29)	4.429	2.660	6.015	3.755	9.770
1997	200004	6.015	3.755	6.163	1.359	2.469	(38)	4.663	2.793	7.555	4.750	12.304
1997	200005	7.555	4.750	5.611	1.308	2.272	(77)	5.412	3.243	7.708	5.072	12.840
1997	200006	7.708	5.072	4.300	871	1.937	(28)	5.078	3.226	8.029	4.587	13.644
1997	200007	7.056	4.587	7.614	1.772	3.053	(162)	6.812	3.993	7.056	5.249	13.278
1997	200008	10.316	5.249	6.297	1.402	777	(366)	5.179	2.766	9.339	6.160	15.500
1997	200009	9.339	6.160	3.442	776	1.628	(103)	4.136	3.192	8.683	5.760	14.443
1997	200010	8.683	5.760	9.243	2.065	4.192	(16)	4.959	6.421	13.011	8.741	21.752
1997	200011	13.011	8.741	7.067	1.717	3.451	(9)	9.305	6.507	10.867	7.391	18.258
1997	200012	10.867	7.391	2.188	455	1.068	(336)	9.627	2.142	3.467	2.368	5.836
1997	200101	5.467	2.368	3.373	393	1.382	(209)	3.355	1.663	5.367	2.119	5.486
1997	200102	3.367	2.119	-	-	124	(9)	2.673	478	761	512	1.274
1997	200103	761	512	4.972	553	2.380	(41)	1.029	4756	4756	2.937	7.672
1997	200104	4.736	2.937	13.893	1.772	6.927	(2)	10.163	6.477	8.887	5.136	13.623
1997	200105	8.623	5.136	11.344	1.122	5.612	(173)	13.126	7.705	6.703	4.302	11.005
1997	200106	6.703	4.302	5.544	592	2.824	(0)	7.353	4.722	4.894	2.997	7.891
1997	200107	4.894	2.997	10.719	574	5.600	(0)	9.419	5.460	6.195	3.710	9.905
1997	200108	6.418	3.710	9.735	712	5.180	(2)	10.022	5.773	6.007	3.942	9.959
1997	200109	6.007	3.942	4.195	334	2.390	(103)	6.341	4.036	3.953	2.548	6.501
1997	200110	3.953	2.548	4.663	663	2.602	(0)	4.837	3.261	3.779	2.551	6.330
1997	200111	3.779	2.551	6.132	656	3.442	(55)	5.389	3.529	4.522	3.120	7.642
1997	200112	5.190	3.120	1.965	259	395	-	5.405	3.565	1.089	870	1.958
1997	200201	1.089	870	2.730	366	1.536	3	1.757	1.311	2.021	1.499	3.520
1997	200202	2.348	1.499	2.124	300	927	1	2.325	1.688	1.820	1.364	3.184
1997	200203	1.897	1.364	2.168	302	1.195	1	3.226	2.400	761	537	1.298
1997	200204	761	537	987	65	337	(12)	1.286	872	62	67	129
1997	200205	141	67	-	-	-	-	-	-	62	68	130
1997	200206	62	68	-	-	1	-	-	-	62	69	131



Anexo V.I
Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
1997	200207	62	69	668	174	395	(0)	309	260	420	378	798
1997	200208	322	429	278	53	277	-	-	-	698	611	1.310
1997	200209	62	708	688	168	953	-	1.055	889	331	304	635
1997	200210	62	342	-	-	(651)	-	-	-	331	310	641
1997	200211	62	342	830	187	755	-	269	251	892	785	1.676
1997	200212	293	905	278	54	678	-	278	237	892	801	1.693
1997	200301	299	906	-	-	504	-	-	-	892	818	1.709
1997	200302	62	907	-	-	711	-	830	709	62	79	141
1997	200303	771	79	-	-	(708)	-	-	-	62	80	142
1997	200304	62	80	-	-	1	-	-	-	62	81	145
1997	200305	62	81	-	-	(28)	-	62	53	-	-	-
1997	200306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200308	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200309	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200311	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200402	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200405	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200406	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200502	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200503	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200504	-	-	735	150	720	-	735	870	-	-	-
1997	200505	870	-	-	-	(870)	-	-	-	-	-	-
1997	200506	-	-	185	34	176	-	-	-	185	210	395
1997	200507	-	185	-	-	210	(0)	185	210	-	-	-
1997	200508	210	-	646	-	319	-	646	529	-	-	-

Anexo V.I
Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
1997	200509	-	-	863	22	479	-	233	238	629	263	893
1997	200510	629	263	127	12	96	-	76	80	680	292	972
1997	200511	680	292	293	26	290	-	677	322	295	286	581
1997	200512	295	286	1.345	57	1.098	-	1.639	1.443	-	-	-
1997	200601	-	-	787	-	465	-	721	428	65	37	102
1997	200602	65	37	-	-	0	-	65	-	-	-	-
1997	200603	-	-	474	-	235	-	151	57	324	178	502
1997	200604	324	178	134	-	50	-	324	178	134	50	184
1997	200605	134	50	209	4	193	-	281	206	61	41	102
1997	200606	61	41	2.220	276	2.508	-	2.281	2.825	-	-	-
1997	200607	-	-	521	100	468	-	521	568	-	-	-
1997	200608	365	424	424	30	19	(0)	179	104	244	311	555
1997	200609	244	311	176	13	164	-	420	488	-	-	-
1997	200610	-	-	269	84	315	-	269	398	-	-	-
1997	200611	398	-	86	18	(296)	-	86	120	-	-	-
1997	200612	-	-	205	-	109	-	46	18	159	92	251
1997	200701	-	159	144	-	248	-	30	20	273	228	501
1997	200702	114	295	865	3	953	177	900	899	159	94	253
1997	200703	755	159	1.229	114	666	20	866	1.128	509	399	909
1997	200704	486	462	391	13	394	122	497	466	402	238	660
1997	200705	319	318	302	41	243	-	472	530	159	102	261
1997	200706	412	159	838	240	741	-	997	1.393	-	-	-
1997	200707	224	-	384	68	264	-	384	556	-	-	-
1997	200708	556	-	503	91	54	-	503	701	-	-	-
1997	200709	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200710	-	-	185	-	172	12	136	132	45	77	122
1997	200711	45	77	131	8	74	-	146	145	30	15	45
1997	200712	30	15	2.201	4	37	-	2.231	56	-	-	-
1997	200801	26	-	104	16	53	-	104	96	-	-	-

Anexo V.I

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inserção)

Ano de Inscrição	Atos	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
1998	200001	-	-	12.874	3.983	3.082	6	5.683	3.066	7.194	3.991	11.185
1998	200002	7.194	3.491	17.317	5.512	4.652	(45)	8.197	6.586	12.797	7.312	20.109
1998	200003	12.797	7.312	6.971	2.165	1.895	(440)	8.197	4.556	11.612	6.775	18.388
1998	200004	11.612	6.775	8.406	2.688	2.375	(82)	6.844	3.921	13.236	7.856	21.092
1998	200005	13.236	7.856	12.475	3.722	3.527	(115)	9.491	5.409	16.236	9.731	25.867
1998	200006	16.236	9.731	7.125	2.102	2.107	(59)	8.499	4.803	14.876	9.033	23.909
1998	200007	14.876	9.033	6.036	1.840	2.185	(32)	5.356	3.148	15.762	9.704	25.466
1998	200008	15.762	9.704	8.508	2.709	4.029	(1.189)	8.705	5.452	16.366	10.180	26.546
1998	200009	16.366	10.180	4.463	1.394	1.486	(240)	5.407	3.292	15.440	9.649	25.090
1998	200010	15.440	9.649	11.107	3.621	3.706	(16)	7.068	4.440	19.504	12.504	32.008
1998	200011	19.504	12.504	6.398	2.043	2.777	(35)	10.255	6.719	15.694	10.058	25.752
1998	200012	15.694	10.058	4.747	1.249	1.603	(127)	13.042	9.676	4.996	3.132	8.128
1998	200101	4.996	3.132	2.346	553	914	(41)	3.356	2.109	4.041	2.435	6.476
1998	200102	4.041	2.435	-	-	473	(45)	2.512	1.492	1.810	1.135	2.945
1998	200103	1.810	1.135	6.375	1.641	4.528	(42)	3.171	2.068	6.058	4.193	10.251
1998	200104	6.058	4.193	16.370	4.141	6.407	1	13.235	9.111	9.215	5.608	14.823
1998	200105	9.183	5.723	15.230	3.497	5.596	1	15.971	9.545	8.472	5.640	14.112
1998	200106	7.813	5.806	9.609	2.085	4.416	(10)	11.018	7.062	7.063	4.583	11.646
1998	200107	6.042	4.963	11.733	2.070	5.579	(10)	10.580	6.321	8.218	5.268	13.485
1998	200108	7.619	5.524	11.370	2.347	5.319	(3)	11.918	7.320	7.734	5.208	12.942
1998	200109	6.796	5.148	5.182	1.143	3.063	(196)	7.711	4.907	5.263	3.750	9.014
1998	200110	5.235	3.776	5.010	1.267	2.264	(10)	5.377	3.824	4.896	3.454	8.351
1998	200111	4.499	3.472	7.638	1.606	3.811	(63)	6.797	4.390	5.758	4.102	9.860
1998	200112	5.896	4.113	3.235	850	1.283	(10)	7.541	5.128	1.448	1.249	2.697
1998	200201	1.090	1.252	12.385	2.642	3.188	3	6.289	4.024	6.092	4.150	10.242
1998	200202	5.695	4.146	7.139	1.271	3.763	(29)	7.498	5.097	5.733	3.687	9.420
1998	200203	6.052	3.675	7.312	1.064	3.295	2	6.903	4.459	6.162	3.872	10.034
1998	200204	5.765	3.855	5.489	728	3.137	(18)	7.831	4.745	3.820	2.575	6.395
1998	200205	3.423	2.549	5.863	360	3.373	1	9.222	5.319	491	535	1.026
1998	200206	646	501	3.168	504	1.545	4	2.133	1.428	1.515	1.264	2.779

Anexo V.I
Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal → Correção Monetária	Descontos / Multas por atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
1998	200207	759	1.303	6.658	754	4.204	1	5.386	3.307	2.787	2.197	4.984
1998	200208	1.978	2.361	9.622	1.263	5.846	7	8.186	5.485	4.269	3.172	7.432
1998	200209	3.526	3.364	4.758	416	3.196	(45)	5.752	3.852	3.764	2.412	5.676
1998	200210	3.108	2.504	6.673	619	3.908	(10)	4.719	3.170	5.218	3.704	8.922
1998	200211	4.401	5.785	5.595	378	2.447	(0)	3.913	2.188	4.901	3.702	8.603
1998	200212	4.183	3.768	4.474	334	3.267	(0)	6.889	4.651	2.486	2.001	4.487
1998	200301	1.901	2.054	468	111	823	(0)	1.179	795	1.775	1.609	3.384
1998	200302	1.334	1.648	730	79	844	-	1.050	738	1.454	1.392	2.846
1998	200303	1.018	1.418	203	34	558	-	266	163	1.392	1.410	2.802
1998	200304	675	1.423	785	69	1.152	-	979	756	1.198	1.171	2.369
1998	200305	1.189	1.155	577	6	339	-	353	254	1.422	1.257	2.678
1998	200306	1.063	1.234	1.016	58	525	-	1.221	510	1.132	1.139	2.271
1998	200307	595	1.148	1.016	174	1.103	-	1.044	1.044	927	843	1.770
1998	200308	637	869	-	251	108	-	569	449	359	401	760
1998	200309	335	359	53	17	906	-	53	715	359	408	766
1998	200310	52	359	794	171	(401)	-	389	314	-	414	773
1998	200311	715	359	-	-	(56)	-	394	359	-	-	-
1998	200312	314	-	394	81	(359)	(0)	-	-	-	-	-
1998	200401	359	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200402	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200405	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200406	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200502	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200503	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200504	-	-	805	194	649	-	359	374	447	469	916
1998	200505	374	447	-	-	105	-	-	-	447	478	925
1998	200506	-	447	-	-	487	-	-	-	447	487	934
1998	200507	-	447	1.419	0	1.583	-	1.094	796	771	788	1.559
1998	200508	325	738	3.608	139	2.752	-	3.623	2.943	310	186	496



Anexo V.1

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
1998	200709	310	186	6.383	256	4.082	-	4.322	3.255	2.321	1.868	4.240
1998	200710	2.371	1.868	3.896	82	5.142	-	4.468	3.587	1.799	1.505	3.304
1998	200711	1.799	1.505	5.025	160	4.067	-	4.536	3.846	2.279	1.885	4.164
1998	200712	2.279	1.885	6.018	250	4.891	-	7.082	5.929	1.215	1.097	2.312
1998	200801	1.215	1.097	7.799	270	5.889	-	7.040	5.659	1.973	1.596	3.569
1998	200602	1.973	1.596	4.928	31	3.235	-	6.452	4.499	449	362	812
1998	200603	449	362	5.487	302	4.195	-	5.134	4.366	802	494	1.295
1998	200604	802	494	7.043	256	4.560	(5)	3.895	2.846	3.952	2.461	6.413
1998	200605	5.952	2.461	3.775	238	2.956	-	5.941	3.992	1.787	1.642	3.429
1998	200606	1.787	1.642	5.205	323	3.457	-	5.108	3.873	1.885	1.549	3.434
1998	200607	1.885	1.549	7.744	75	1.704	-	3.307	2.367	906	961	1.867
1998	200608	906	961	7.328	449	4.535	(0)	6.912	5.725	1.069	889	1.958
1998	200609	1.069	889	4.165	339	3.882	-	5.197	5.148	-	-	-
1998	200610	-	-	3.982	150	2.376	-	3.903	2.510	80	17	97
1998	200611	80	17	5.795	262	4.459	-	5.240	4.250	224	236	459
1998	200612	224	236	2.955	201	2.564	664	2.374	2.333	131	78	209
1998	200701	131	78	5.569	279	4.137	(168)	4.824	3.554	951	805	1.816
1998	200702	951	805	5.553	155	1.241	-	3.543	3.165	1.425	42	1.467
1998	200703	1.425	42	9.328	420	4.125	81	9.647	4.622	464	527	991
1998	200704	464	527	4.474	257	2.757	110	3.939	2.644	1.000	766	1.766
1998	200705	1.000	766	5.048	638	4.274	93	4.309	4.138	1.621	1.563	3.184
1998	200706	1.083	1.340	10.668	673	8.004	-	10.854	9.793	471	670	1.141
1998	200707	471	670	5.661	671	4.151	70	2.616	3.016	2.837	3.086	5.923
1998	200708	2.837	3.086	15.782	780	10.995	-	10.338	9.600	8.191	5.350	13.541
1998	200709	8.191	5.350	2.449	281	1.462	-	10.265	7.102	301	65	366
1998	200710	301	65	10.618	362	9.460	13	10.214	9.385	700	494	1.193
1998	200711	700	494	1.160	58	846	3	1.459	1.023	399	373	772
1998	200712	399	373	4.752	340	3.641	-	4.117	3.626	1.014	628	1.642
1998	200801	1.014	628	1.441	66	689	-	1.820	1.521	310	187	498

Anexo V.I
Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
1999	200001	-	-	26.671	6.272	3.180	(1)	19.520	5.645	7.248	3.711	10.959
1999	200002	8.845	4.220	35.409	10.898	2.853	(189)	18.256	7.122	24.666	12.183	36.849
1999	200003	25.296	12.649	12.196	3.488	713	(483)	15.746	6.748	21.173	10.675	31.848
1999	200004	20.976	11.685	10.651	4.162	900	(93)	9.263	4.641	22.635	11.847	34.470
1999	200005	22.596	12.436	16.451	5.780	2.129	(120)	13.775	6.880	25.320	13.411	38.731
1999	200006	25.749	14.015	10.240	3.629	765	(48)	10.912	5.697	24.660	13.127	37.788
1999	200007	24.068	13.904	7.811	2.899	1.699	(133)	7.772	4.151	24.955	13.504	38.459
1999	200008	24.937	14.023	10.566	4.348	1.835	(133)	9.353	5.248	26.340	14.769	41.109
1999	200009	26.210	15.278	5.851	2.369	959	(221)	7.049	4.133	25.218	14.267	39.485
1999	200010	24.978	14.608	12.539	5.308	3.099	(120)	9.034	5.599	28.961	16.808	45.769
1999	200011	29.174	17.055	11.182	4.091	2.202	(236)	11.515	7.426	28.685	16.057	44.743
1999	200012	28.541	16.314	7.132	2.369	1.912	(322)	23.600	13.593	12.503	6.623	19.125
1999	200101	12.999	6.944	3.043	1.005	292	(116)	7.457	4.303	8.359	4.164	12.523
1999	200102	8.655	4.227	463	91	813	(76)	5.964	2.890	3.526	1.868	5.393
1999	200103	3.132	2.086	7.937	3.312	4.479	(229)	5.478	2.990	7.151	4.527	11.678
1999	200104	6.778	4.606	18.761	6.332	5.132	1	14.901	9.169	11.025	6.513	17.538
1999	200105	10.875	6.905	16.540	4.624	4.503	1	18.294	10.121	9.344	5.687	15.032
1999	200106	8.577	6.271	10.249	3.047	3.740	(6)	12.934	7.857	6.992	4.402	11.394
1999	200107	7.240	4.510	15.880	3.767	3.781	2	12.554	7.189	8.319	5.114	13.433
1999	200108	8.353	5.270	12.735	3.771	3.808	(3)	13.053	7.486	8.054	5.344	13.398
1999	200109	5.391	5.391	8.025	2.551	7.210	(119)	9.322	5.861	6.821	4.636	11.457
1999	200110	6.598	4.841	7.586	2.237	2.445	(6)	7.859	4.895	6.548	4.405	10.955
1999	200111	6.496	4.695	10.859	3.360	3.343	(75)	8.759	5.564	8.657	5.774	14.431
1999	200112	8.208	6.294	4.559	1.504	1.405	(6)	10.912	7.040	2.312	1.706	4.017
1999	200201	1.700	2.022	14.314	3.984	2.035	1	6.723	3.970	8.213	5.169	13.382
1999	200202	6.827	5.686	9.177	2.217	4.171	(28)	8.826	5.443	8.564	5.245	13.809
1999	200203	6.874	6.214	10.316	2.380	4.640	2	9.601	5.719	9.299	5.703	15.002
1999	200204	6.696	6.891	9.142	1.857	4.897	(16)	11.161	6.336	7.277	4.688	11.966
1999	200205	4.861	5.885	6.394	976	3.699	4	10.874	6.220	2.827	1.889	4.717
1999	200206	1.066	2.738	4.776	979	2.855	4	3.973	2.417	3.638	2.382	6.020

Anexo V.I

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
1999	200207	1.127	3.475	8.261	1.602	4.795	0	6.025	3.365	5.874	3.993	9.867
1999	200208	2.102	5.486	10.774	2.445	6.928	1	9.295	6.022	7.536	5.099	12.415
1999	200209	3.165	6.502	13.177	3.088	8.090	(48)	6.381	3.973	6.111	4.326	10.438
1999	200210	3.017	5.293	7.055	1.531	5.740	(9)	5.797	3.703	8.369	5.767	14.036
1999	200211	4.397	6.817	4.718	842	4.842	3	5.081	2.964	7.905	5.662	13.567
1999	200212	3.788	6.694	9.147	1.509	7.918	(0)	11.557	7.344	5.857	4.298	10.155
1999	200301	2.716	5.213	15.802	1.380	8.036	(5)	10.623	5.843	10.113	6.567	16.080
1999	200302	6.447	7.382	8.652	7.091	9.442	(5)	9.442	5.310	9.323	6.258	15.581
1999	200303	6.758	6.790	10.176	812	7.204	(0)	10.563	6.029	9.650	6.107	15.157
1999	200304	6.432	6.574	12.007	841	8.189	(0)	16.054	9.319	5.003	3.767	8.770
1999	200305	3.515	4.087	7.142	442	5.261	1	6.786	4.049	5.610	4.001	9.611
1999	200306	3.565	4.265	7.004	608	5.327	(0)	5.907	3.387	6.726	4.550	11.276
1999	200307	5.131	4.731	3.561	360	3.324	(9)	7.768	4.658	2.519	2.165	4.682
1999	200308	6.29	2.408	741	123	1.990	(0)	1.799	1.207	1.461	1.413	2.877
1999	200309	1.009	1.461	-	-	432	(82)	-	-	1.461	1.441	2.902
1999	200310	-	1.461	834	145	1.999	(14)	741	523	1.554	1.532	3.085
1999	200311	533	1.554	-	-	884	(25)	541	406	1.013	1.002	2.015
1999	200312	406	1.013	371	58	716	-	854	595	550	584	1.134
1999	200401	595	550	1.208	227	(154)	-	741	541	550	594	1.144
1999	200402	541	1.291	1.291	736	811	-	920	690	920	898	1.819
1999	200403	690	920	185	42	323	(1)	-	-	1.196	1.055	2.160
1999	200404	-	1.106	998	169	1.472	2	1.548	1.188	556	451	1.007
1999	200405	1.188	556	463	75	(450)	-	648	498	371	315	685
1999	200406	498	371	-	-	(177)	-	-	-	371	321	692
1999	200407	-	371	185	36	(437)	(6)	556	437	-	-	-
1999	200408	437	-	-	146	(694)	(0)	926	748	-	-	-
1999	200409	-	-	926	21	(694)	-	95	74	-	-	-
1999	200410	748	-	93	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200411	74	-	-	-	-	(6)	-	-	-	-	-
1999	200412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200502	-	-	275	39	192	(0)	275	231	-	-	-
1999	200503	231	-	278	53	(34)	-	185	169	93	82	174
1999	200504	169	93	1.282	245	841	(0)	550	485	825	769	1.594
1999	200505	485	825	137	19	384	-	962	889	-	-	-
1999	200506	889	-	-	-	(889)	-	-	-	-	-	-
1999	200507	-	-	3.856	77	2.404	-	3.087	1.984	769	498	1.266
1999	200508	769	498	5.982	225	3.763	-	5.898	3.914	853	591	1.444



Anexo V.I

Não parcelado IPTU, e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pago das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
1999	200509	853	591	6.483	389	4.525	-	5.822	4.343	1.514	1.162	2.676
1999	200510	1.514	1.162	4.436	264	3.105	-	4.047	3.012	1.903	1.519	3.422
1999	200511	1.903	1.519	4.406	330	3.243	-	4.431	3.699	1.878	1.483	3.361
1999	200512	1.878	1.383	4.857	386	3.177	-	5.110	3.811	1.634	1.236	2.860
1999	200601	1.624	1.236	6.999	344	4.823	-	5.796	4.499	2.826	1.904	4.730
1999	200602	2.826	1.904	6.337	312	4.220	-	7.776	5.540	1.388	896	2.284
1999	200603	1.388	896	4.404	136	2.525	-	4.379	2.832	1.412	725	2.138
1999	200604	1.412	725	7.308	179	4.232	(5)	4.691	2.982	4.031	2.152	6.183
1999	200605	4.031	2.152	4.433	255	2.942	-	5.895	3.481	2.569	1.867	4.436
1999	200606	2.569	1.867	4.157	215	2.696	-	4.896	3.481	1.830	1.298	3.128
1999	200607	1.830	1.298	1.244	113	865	-	2.535	1.682	539	592	1.132
1999	200608	539	592	1.344	20	842	-	1.195	1.068	689	386	1.075
1999	200609	689	386	2.277	242	1.367	-	2.555	2.125	129	152	281
1999	200610	129	152	1.577	117	706	-	1.786	975	-	-	-
1999	200611	-	-	3.067	69	2.195	621	1.115	815	1.566	1.213	2.779
1999	200612	1.566	1.213	639	15	430	120	2.136	1.607	-	-	-
1999	200701	-	-	1.059	70	743	6	694	404	362	407	769
1999	200702	362	407	3.416	113	1.914	2.088	1.440	1.385	1.262	37	1.299
1999	200703	1.691	37	4.310	256	1.268	76	5.488	1.912	36	51	86
1999	200704	36	51	1.068	83	837	99	894	731	210	140	350
1999	200705	210	140	2.945	514	2.458	24	2.691	2.982	792	177	569
1999	200706	392	177	2.011	66	753	-	1.362	817	1.041	179	1.221
1999	200707	1.042	179	2.630	236	2.334	91	2.828	1.733	799	950	1.749
1999	200708	1.195	950	668	218	311	-	1.466	1.875	-	-	-
1999	200709	-	-	2.580	217	2.606	3.970	710	723	-	-	-
1999	200710	5	-	8.916	472	7.425	13	8.839	7.812	72	82	154
1999	200711	72	82	1.346	18	422	-	601	512	817	9	826
1999	200712	817	9	469	13	127	-	1.286	145	-	-	-
1999	200801	-	-	1.342	38	338	-	1.120	618	-	-	-

Anexo V.I

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multa pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2000	200001	-	-	1.645.691	528.017	91	17	6.503	3.238	1.639.295	524.745	2.164.041
2000	200002	1.639.295	524.745	43.991	19.460	17.134	(197)	11.204	5.921	1.672.074	555.427	2.227.502
2000	200003	1.672.074	555.427	16.142	6.304	16.229	(11)	10.972	5.435	1.672.074	572.509	2.249.773
2000	200004	1.677.262	572.509	944.715	285.561	18.104	(47)	6.799	3.790	2.615.256	872.367	3.487.624
2000	200005	2.615.256	872.367	13.289	6.958	24.785	(125)	10.328	5.765	2.618.236	898.307	3.516.543
2000	200006	2.618.236	898.307	14.967	6.218	27.014	(35)	8.742	4.984	2.624.470	926.546	3.551.016
2000	200007	2.624.470	926.546	29.917	10.507	28.289	(21)	5.946	3.406	2.648.691	958.809	3.607.499
2000	200008	2.648.691	958.809	9.615	5.559	25.411	(140)	8.566	5.147	2.649.922	987.326	3.637.247
2000	200009	2.649.922	987.326	12.971	5.752	25.244	(267)	6.251	3.934	2.656.726	1.013.805	3.670.530
2000	200010	2.656.726	1.013.805	24.838	10.605	29.385	(464)	8.306	5.432	2.673.512	1.048.110	3.721.624
2000	200011	2.673.512	1.048.110	15.650	6.346	28.283	(259)	11.201	7.230	2.678.013	1.075.457	3.753.470
2000	200012	2.678.013	1.075.457	14.243	5.302	26.636	(377)	27.138	14.051	2.665.876	1.092.564	3.758.440
2000	200101	2.665.876	1.092.564	13.201	2.065	29.270	(148)	18.906	6.995	2.660.340	1.116.756	3.777.075
2000	200102	2.660.340	1.116.756	17.161	1.795	27.759	(135)	24.226	6.605	2.653.858	1.139.101	3.792.959
2000	200103	2.653.858	1.139.101	24.700	6.286	32.695	(1.073)	20.249	6.817	2.659.978	1.169.596	3.829.574
2000	200104	2.659.978	1.169.596	31.767	11.208	32.341	2	31.450	15.325	2.660.298	1.197.816	3.858.113
2000	200105	2.660.298	1.197.816	24.152	8.858	28.761	0	25.832	11.835	2.660.674	1.223.543	3.884.217
2000	200106	2.660.674	1.223.543	15.451	5.452	30.821	(189)	18.054	9.362	2.658.409	1.250.696	3.908.505
2000	200107	2.658.409	1.250.696	19.853	6.668	28.108	2	18.854	9.351	2.659.410	1.275.518	3.934.928
2000	200108	2.659.410	1.275.518	17.708	6.296	30.879	(3)	18.833	9.558	2.658.338	1.303.083	3.961.421
2000	200109	2.658.338	1.303.083	12.639	4.310	29.359	(183)	14.261	7.459	2.656.709	1.329.390	3.986.099
2000	200110	2.656.709	1.329.390	17.286	6.219	29.105	(6)	15.861	8.507	2.658.128	1.356.122	4.014.251
2000	200111	2.658.128	1.356.122	12.653	4.467	29.602	(75)	11.667	6.586	2.659.124	1.383.796	4.042.920
2000	200112	2.659.124	1.383.796	7.656	2.760	26.825	(6)	19.685	11.647	2.647.699	1.401.730	4.048.828
2000	200201	2.647.699	1.401.730	18.122	6.433	28.269	3	10.819	5.958	2.652.947	1.431.866	4.084.812
2000	200202	2.652.947	1.431.866	11.523	3.364	28.135	(29)	10.563	5.863	2.653.908	1.457.519	4.111.427
2000	200203	2.653.908	1.457.519	10.158	3.028	30.349	2	9.425	5.120	2.654.641	1.485.755	4.140.396
2000	200204	2.654.641	1.485.755	9.879	2.394	29.445	(6)	12.636	6.651	2.651.885	1.510.944	4.162.828
2000	200205	2.651.885	1.510.944	7.471	1.805	27.715	4	11.622	5.962	2.647.766	1.534.466	4.182.232
2000	200206	2.647.766	1.534.466	7.612	1.845	29.062	(6)	5.556	2.822	2.649.830	1.562.543	4.212.373

Anexo V.1

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal - Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2000	200207	2.649.830	1.562.543	11.205	2.854	28.213	0	8.606	4.548	2.652.429	1.569.063	4.241.492
2000	200208	2.652.429	1.589.063	11.501	2.944	31.518	1	11.154	6.115	2.652.882	1.617.304	4.270.186
2000	200209	2.652.882	1.617.304	7.138	1.797	29.113	(77)	9.075	4.957	2.650.960	1.643.242	4.294.202
2000	200210	2.650.960	1.643.242	9.888	2.635	28.766	(12)	8.672	4.868	2.652.176	1.669.775	4.321.951
2000	200211	2.652.176	1.669.775	5.104	1.239	28.663	3	5.755	3.149	2.651.527	1.696.525	4.348.052
2000	200212	2.651.527	1.696.525	8.928	2.283	30.694	(29)	12.271	7.409	2.649.351	1.720.931	4.370.282
2000	200301	2.649.351	1.720.931	17.661	3.510	29.442	(29)	11.546	6.258	2.653.450	1.749.641	4.403.091
2000	200302	2.653.450	1.749.641	11.253	2.030	30.137	(3)	11.879	6.386	2.652.824	1.775.422	4.428.246
2000	200303	2.652.824	1.775.422	10.006	1.978	30.789	(0)	10.718	6.127	2.652.237	1.801.946	4.454.173
2000	200304	2.652.237	1.801.946	6.343	1.280	29.532	(0)	10.016	5.781	2.648.555	1.826.977	4.475.531
2000	200305	2.648.555	1.826.977	9.361	1.651	30.388	1	7.524	4.250	2.651.347	1.854.009	4.505.356
2000	200306	2.651.347	1.854.009	7.201	1.354	29.996	(0)	7.663	4.468	2.650.905	1.880.871	4.531.776
2000	200307	2.650.905	1.880.871	4.665	821	27.473	(9)	5.569	5.573	2.645.592	1.905.592	4.549.593
2000	200308	2.646.001	1.903.592	556	88	27.045	(0)	1.249	721	2.645.081	1.930.002	4.575.309
2000	200309	2.645.307	1.930.002	932	189	27.045	(83)	932	537	2.645.307	1.957.669	4.602.976
2000	200310	2.645.307	1.957.669	834	137	28.015	1	834	487	2.645.307	1.983.034	4.628.342
2000	200311	2.645.307	1.983.034	-	-	25.717	(25)	1.282	782	2.644.026	2.008.985	4.653.011
2000	200312	2.644.026	2.008.985	371	58	26.735	-	371	221	2.644.026	2.034.382	4.678.408
2000	200401	2.644.026	2.034.382	1.427	360	25.560	-	463	284	2.644.026	2.061.283	4.705.309
2000	200402	2.644.026	2.061.283	-	-	25.861	-	179	99	2.643.846	2.086.964	4.730.810
2000	200403	2.643.846	2.086.964	93	16	26.717	-	93	60	2.643.846	2.113.637	4.757.483
2000	200404	2.643.846	2.113.637	415	84	28.030	3	1.285	823	2.642.977	2.140.935	4.783.902
2000	200405	2.642.977	2.140.935	371	61	24.432	-	1.240	814	2.642.107	2.164.604	4.806.712
2000	200406	2.642.107	2.164.604	-	-	27.692	-	-	-	2.642.107	2.192.296	4.834.403
2000	200407	2.642.107	2.192.296	-	-	24.829	-	371	250	2.641.737	2.216.874	4.858.611
2000	200408	2.641.737	2.216.874	-	-	27.491	-	137	95	2.641.599	2.244.270	4.885.869
2000	200409	2.641.599	2.244.270	371	61	27.294	-	371	258	2.641.599	2.271.278	4.912.877
2000	200410	2.641.599	2.271.278	-	-	25.293	(26)	-	-	2.641.599	2.296.571	4.938.170
2000	200411	2.641.599	2.296.571	556	90	27.485	(0)	-	-	2.642.155	2.324.146	4.966.301
2000	200412	2.642.155	2.324.146	371	61	25.484	(7)	556	400	2.641.970	2.349.291	4.991.261
2000	200501	2.641.970	2.349.291	371	61	27.712	(22)	-	-	2.642.340	2.377.064	5.019.405
2000	200502	2.642.340	2.377.064	-	-	25.173	-	-	-	2.642.340	2.402.237	5.044.577
2000	200503	2.642.340	2.402.237	642	103	27.364	-	642	482	2.642.340	2.429.222	5.071.562
2000	200504	2.642.340	2.429.222	920	155	28.024	-	550	419	2.642.711	2.456.981	5.099.692
2000	200505	2.642.711	2.456.981	-	-	25.094	-	371	287	2.642.340	2.481.788	5.124.128
2000	200506	2.642.340	2.481.788	93	15	27.584	-	-	-	2.642.433	2.509.387	5.151.820
2000	200507	2.642.433	2.509.387	2.596	209	25.306	-	2.174	1.448	2.642.867	2.534.101	5.176.968
2000	200508	2.642.867	2.534.101	6.110	412	31.089	-	6.427	4.268	2.642.550	2.561.933	5.204.483

Anexo V.I
Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Matr.	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pago das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2000	200709	2.642.530	2.561.933	6.572	407	30.631	-	5.688	3.858	2.643.434	2.589.113	5.232.548
2000	200710	2.643.434	2.589.113	5.053	461	28.510	(0)	5.046	3.541	2.643.441	2.614.543	5.257.984
2000	200711	2.643.441	2.614.543	4.869	749	30.745	-	4.538	3.371	2.643.772	2.642.666	5.286.438
2000	200712	2.643.772	2.642.666	6.898	864	29.463	-	7.426	5.705	2.643.244	2.667.288	5.310.532
2000	200601	2.643.244	2.667.288	7.164	652	31.302	-	6.926	4.981	2.643.482	2.694.261	5.337.743
2000	200602	2.643.482	2.694.261	3.952	279	30.397	-	4.667	2.570	2.642.767	2.721.917	5.364.685
2000	200603	2.642.767	2.721.917	4.747	313	27.584	-	4.819	3.344	2.642.695	2.746.471	5.389.165
2000	200604	2.642.695	2.746.471	6.191	385	30.715	(1)	5.185	3.361	2.643.701	2.774.209	5.417.910
2000	200605	2.643.701	2.774.209	8.414	245	30.239	-	9.366	6.079	2.642.750	2.798.614	5.441.363
2000	200606	2.642.750	2.798.614	5.051	156	30.347	-	5.233	3.016	2.643.567	2.826.301	5.469.868
2000	200607	2.642.567	2.826.301	1.490	101	25.672	-	2.103	1.472	2.641.954	2.850.602	5.492.556
2000	200608	2.641.954	2.850.602	2.076	734	29.219	-	1.936	1.694	2.642.094	2.878.361	5.520.455
2000	200609	2.642.094	2.878.361	1.205	50	28.019	-	1.407	955	2.641.893	2.905.475	5.547.368
2000	200610	2.641.893	2.905.475	1.079	32	26.085	-	1.373	775	2.641.599	2.930.817	5.572.416
2000	200611	2.641.599	2.930.817	3.559	183	28.976	579	1.678	1.398	2.643.122	2.938.457	5.601.579
2000	200612	2.643.122	2.938.457	1.456	72	26.698	965	2.502	1.843	2.641.599	2.982.955	5.624.554
2000	200701	2.641.599	2.982.955	3.114	289	118.588	5	1.732	991	2.642.894	3.100.923	5.743.818
2000	200702	2.642.894	3.100.923	1.450	194	28.776	1.986	1.725	1.513	2.641.599	3.127.415	5.769.014
2000	200703	2.641.599	3.127.415	4.569	445	26.943	76	4.522	2.313	2.641.599	3.152.462	5.794.061
2000	200704	2.641.599	3.152.462	1.156	16	28.549	-	1.118	681	2.641.638	3.180.346	5.821.984
2000	200705	2.641.638	3.180.346	811	92	27.234	23	467	526	2.641.971	3.207.135	5.849.106
2000	200706	2.641.971	3.207.135	2.325	10	26.091	160	2.663	856	2.641.633	3.232.221	5.873.854
2000	200707	2.641.633	3.232.221	3.348	433	30.588	85	3.111	2.971	2.641.828	3.260.217	5.902.045
2000	200708	2.641.828	3.260.217	96	20	25.020	4	323	327	2.641.599	3.284.928	5.926.527
2000	200709	2.641.599	3.284.928	313	56	27.126	-	281	315	2.641.631	3.311.795	5.953.426
2000	200710	2.641.631	3.311.795	7.509	1.022	34.054	1	7.473	7.184	2.641.667	3.339.687	5.981.353
2000	200711	2.641.667	3.339.687	1.769	-	25.045	-	67	77	2.643.368	3.364.655	6.008.024
2000	200712	2.643.368	3.364.655	315	-	27.616	-	2.084	156	2.641.599	3.392.116	6.033.715
2000	200801	2.641.599	3.392.116	582	-	161.619	-	364	187	2.641.599	3.553.765	6.195.364

Anexo V.1
Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2001	200001	-	-	213	79	-	6	-	-	213	85	298
2001	200002	-	85	353	136	-	3	-	-	565	224	790
2001	200003	565	224	-	-	-	3	-	-	565	277	792
2001	200004	565	227	-	-	-	3	-	-	565	270	795
2001	200005	565	230	-	-	-	3	-	-	565	233	798
2001	200006	565	233	-	-	-	3	-	-	565	236	801
2001	200007	565	236	-	-	-	3	(61)	-	565	239	804
2001	200008	565	239	-	-	-	8	-	-	565	247	812
2001	200009	565	247	-	-	-	8	-	-	565	254	820
2001	200010	565	254	-	-	-	8	-	-	565	262	828
2001	200011	565	262	572	376	-	8	-	-	1.137	640	1.777
2001	200012	1.137	640	-	-	-	8	-	-	1.137	648	1.785
2001	200101	4.375.672	1.400.381	4.375.025	1.399.981	2.300	2.300	-	1.985	4.375.672	1.400.381	5.776.053
2001	200102	4.375.672	1.444.276	1.780	534	44.925	3	-	958	4.376.478	1.444.276	5.820.755
2001	200103	4.376.478	1.494.143	20.522	8.018	46.260	-	-	5.820	4.392.405	1.494.143	5.886.546
2001	200104	4.392.403	1.494.143	1.718.008	519.376	46.431	1	18.598	9.689	6.091.871	2.090.238	8.182.113
2001	200105	6.091.871	2.050.238	23.562	10.981	59.810	3	23.445	11.608	6.091.987	2.109.443	8.201.430
2001	200106	6.091.987	2.109.443	45.546	10.743	64.642	9	37.235	11.292	6.106.297	2.173.528	8.279.825
2001	200107	6.106.297	2.173.528	55.860	16.536	60.953	2	29.196	11.946	6.126.962	2.240.049	8.367.011
2001	200108	6.126.962	2.240.049	30.070	10.440	65.626	0	28.807	11.890	6.128.235	2.304.225	8.432.461
2001	200109	6.128.235	2.304.225	27.126	8.861	60.539	(186)	23.527	9.944	6.131.879	2.363.637	8.495.516
2001	200110	6.131.879	2.363.637	24.807	8.360	64.853	(0)	18.704	8.314	6.137.982	2.428.576	8.566.558
2001	200111	6.137.982	2.428.576	24.699	8.324	65.400	(0)	23.364	9.877	6.139.360	2.492.280	8.631.640
2001	200112	6.139.360	2.492.280	26.404	8.455	60.875	(0)	21.467	10.796	6.144.294	2.550.816	8.695.110
2001	200201	6.144.294	2.550.816	28.866	10.947	62.649	3	20.373	8.955	6.150.261	2.617.980	8.768.242
2001	200202	6.150.261	2.617.980	15.776	4.951	60.834	(26)	18.693	8.512	6.147.339	2.675.258	8.822.598
2001	200203	6.147.339	2.675.258	17.838	5.822	64.949	5	21.420	9.642	6.145.777	2.736.363	8.882.140
2001	200204	6.145.777	2.736.363	15.011	4.528	66.153	2	17.989	8.591	6.140.799	2.798.432	8.939.231
2001	200205	6.140.799	2.798.432	14.140	3.908	60.941	4	18.099	8.203	6.136.874	2.855.060	8.991.914
2001	200206	6.136.874	2.855.060	6.184	1.966	64.236	(0)	5.574	2.689	6.137.489	2.918.567	9.056.056

Anexo V.I

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inserção)

Ano de Emissão	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Debitos / Multas pelo atraso no pago das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2001	200207	6.137.489	2.918.567	7.986	2.683	60.802	3	7.501	3.578	6.137.979	2.978.375	9.116.354
2001	200208	6.137.979	2.978.575	9.459	3.173	64.036	8	9.825	5.240	6.137.808	3.040.340	9.178.148
2001	200209	6.137.808	3.040.340	9.943	3.214	66.094	(46)	8.223	4.397	6.139.523	3.105.256	9.244.779
2001	200210	6.139.523	3.105.256	12.020	4.056	61.932	(16)	9.916	5.190	6.141.627	3.166.056	9.307.683
2001	200211	6.141.627	3.166.056	8.372	2.320	64.505	(11)	7.998	4.018	6.142.060	3.228.065	9.370.723
2001	200212	6.142.060	3.228.065	10.681	3.476	63.553	(0)	15.695	8.571	6.138.417	3.285.751	9.424.167
2001	200301	6.138.417	3.285.751	21.623	6.018	65.118	(58)	16.258	8.169	6.142.028	3.350.472	9.492.500
2001	200302	6.142.028	3.350.472	12.162	3.180	62.051	(3)	13.203	6.778	6.140.987	3.408.934	9.549.921
2001	200303	6.140.987	3.408.934	12.155	3.459	66.692	(0)	11.745	6.132	6.141.786	3.472.343	9.614.129
2001	200304	6.141.786	3.472.343	7.742	2.150	64.693	(0)	12.519	6.848	6.137.089	3.532.318	9.669.327
2001	200305	6.137.089	3.532.318	9.993	2.642	63.389	(0)	8.453	4.541	6.138.808	3.593.547	9.732.355
2001	200306	6.138.808	3.593.547	8.005	2.245	64.472	(0)	8.353	4.590	6.138.571	3.655.643	9.794.214
2001	200307	6.138.571	3.655.643	4.296	1.096	59.537	(9)	10.083	5.576	6.132.784	3.710.700	9.843.484
2001	200308	6.132.784	3.710.700	1.667	272	64.861	(0)	2.402	1.260	6.132.050	3.774.572	9.906.622
2001	200309	6.132.050	3.774.572	1.85	42	62.359	(34)	1.192	633	6.131.043	3.856.340	9.967.383
2001	200310	6.131.043	3.856.340	741	121	58.517	(18)	1.192	671	6.130.591	3.894.307	10.024.898
2001	200311	6.130.591	3.894.307	371	62	63.328	(43)	1.291	706	6.129.671	3.956.991	10.086.662
2001	200312	6.129.671	3.956.991	-	-	58.599	-	-	-	6.129.301	4.015.590	10.145.263
2001	200401	6.129.671	4.015.590	1.755	674	61.155	-	741	421	6.129.301	4.078.383	10.207.684
2001	200402	6.129.301	4.078.383	1.112	187	59.465	-	1.112	643	6.129.301	4.137.392	10.266.693
2001	200403	6.129.301	4.137.392	185	25	62.765	(14)	-	-	6.129.486	4.200.182	10.329.668
2001	200404	6.129.486	4.200.182	1.189	237	63.669	3	362	202	6.130.313	4.263.883	10.394.197
2001	200405	6.130.313	4.263.883	1.153	195	59.305	(5)	1.431	876	6.130.036	4.322.506	10.452.541
2001	200406	6.130.036	4.322.506	648	112	63.119	(22)	278	174	6.130.406	4.385.561	10.515.968
2001	200407	6.130.406	4.385.561	90	21	59.540	-	639	399	6.129.856	4.444.724	10.574.580
2001	200408	6.129.856	4.444.724	1.476	248	62.960	(15)	741	473	6.130.591	4.507.458	10.638.050
2001	200409	6.130.591	4.507.458	371	66	63.761	-	194	108	6.130.777	4.571.170	10.701.947
2001	200410	6.130.777	4.571.170	648	112	59.311	-	1.392	900	6.130.042	4.629.684	10.759.725
2001	200411	6.130.042	4.629.684	185	29	62.407	-	463	308	6.129.764	4.691.811	10.821.575
2001	200412	6.129.764	4.691.811	463	94	59.662	(7)	940	619	6.129.301	4.750.925	10.880.226
2001	200501	6.129.301	4.750.925	-	-	60.467	-	-	-	6.129.301	4.813.505	10.942.806
2001	200502	6.129.301	4.813.505	-	-	61.458	-	-	-	6.129.301	4.873.972	11.003.273
2001	200503	6.129.301	4.873.972	-	-	62.961	-	-	-	6.129.301	4.935.430	11.064.731
2001	200504	6.129.301	4.935.430	-	-	62.961	-	-	-	6.129.301	4.998.391	11.127.692
2001	200505	6.129.301	4.998.391	-	-	59.636	-	-	-	6.129.301	5.058.027	11.187.328
2001	200506	6.129.301	5.058.027	-	-	62.189	-	-	-	6.129.301	5.120.216	11.249.517
2001	200507	6.129.301	5.120.216	3.892	253	60.780	-	3.152	1.876	6.130.040	5.179.373	11.309.414
2001	200508	6.130.040	5.179.373	10.744	750	68.899	-	9.222	5.130	6.131.612	5.243.892	11.375.504

Anexo V.I
Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Rég.	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2001	200509	6.131.612	5.243.892	29.061	1.410	77.327	-	26.102	14.196	6.134.570	5.308.433	11.443.004
2001	200510	6.134.570	5.308.433	12.485	855	65.940	-	14.653	8.236	6.132.401	5.356.791	11.490.193
2001	200511	6.132.401	5.366.791	3.427	153	63.799	-	5.052	2.365	6.130.776	5.428.178	11.558.954
2001	200512	6.130.776	5.428.178	2.556	38	59.871	-	3.667	1.879	6.129.664	5.486.209	11.615.873
2001	200601	6.129.664	5.486.209	1.643	184	64.759	-	1.716	1.136	6.129.593	5.550.016	11.679.609
2001	200602	6.129.593	5.550.016	664	15	58.602	-	957	439	6.129.301	5.608.194	11.737.495
2001	200603	6.129.301	5.608.194	807	0	62.843	-	657	230	6.129.450	5.670.807	11.800.258
2001	200604	6.129.450	5.670.807	4.140	-	64.691	-	2.813	951	6.130.777	5.734.547	11.865.324
2001	200605	6.130.777	5.734.547	2.521	15	59.332	-	3.400	972	6.129.898	5.793.121	11.923.019
2001	200606	6.129.898	5.793.121	405	-	63.592	-	616	291	6.129.687	5.856.422	11.986.110
2001	200607	6.129.687	5.856.422	1.021	127	58.995	-	1.408	576	6.129.301	5.914.968	12.044.269
2001	200608	6.129.301	5.914.968	757	26	63.464	-	332	225	6.129.725	5.978.233	12.107.958
2001	200609	6.129.725	5.978.233	601	79	63.253	-	826	543	6.129.501	6.041.022	12.170.522
2001	200610	6.129.501	6.041.022	462	23	58.911	-	1.162	389	6.129.301	6.099.576	12.228.877
2001	200611	6.129.301	6.099.576	2.462	44	64.455	-	900	286	6.130.530	6.163.585	12.294.115
2001	200612	6.130.530	6.163.585	2.085	205	60.605	-	2.862	1.870	6.129.301	6.222.115	12.351.416
2001	200701	6.129.301	6.222.115	1.487	214	272.677	-	1.484	1.140	6.129.301	6.493.864	12.623.165
2001	200702	8.770.900	9.593.743	2.176	182	90.996	-	1.845	72	8.772.028	9.683.952	18.455.980
2001	200703	8.772.028	9.683.952	2.937	198	85.488	-	3.866	990	8.770.989	9.768.585	18.539.574
2001	200704	8.770.989	9.768.585	560	59	90.839	-	649	560	8.770.900	9.848.913	18.620.813
2001	200705	8.770.900	9.848.913	1.272	41	89.426	-	366	152	8.771.805	9.948.229	18.720.034
2001	200706	8.771.805	9.948.229	1.580	6	85.024	-	1.856	724	8.771.529	10.033.134	18.804.663
2001	200707	8.771.529	10.033.134	3.287	319	92.998	-	3.855	3.248	8.770.920	10.123.159	18.894.078
2001	200708	8.770.920	10.123.159	327	49	84.851	-	346	186	8.770.900	10.207.873	18.978.773
2001	200709	8.770.900	10.207.873	1.483	44	89.922	-	1.095	540	8.770.900	10.296.954	19.067.854
2001	200710	8.770.900	10.296.954	5.552	1.489	91.068	-	5.551	5.599	8.770.900	10.383.832	19.154.732
2001	200711	8.770.900	10.383.832	726	-	88.233	-	-	-	8.771.626	10.472.065	19.243.691
2001	200712	8.771.626	10.472.065	70	-	90.382	-	796	16	8.770.900	10.562.332	19.333.232
2001	200801	8.770.900	10.562.332	268	-	536.814	-	-	-	8.770.964	11.099.350	19.870.313

Anexo V.I
Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrit. Principal	Valor inscrit. Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2002	200103	-	-	348	92	(0)	-	-	-	348	92	440
2002	200104	348	92	-	-	0	(0)	348	-	-	-	-
2002	200105	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200106	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200108	-	-	142	49	-	-	-	-	-	-	-
2002	200109	142	49	-	-	(0)	-	-	-	142	49	191
2002	200110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200201	-	-	12.713.562	4.071.061	943	-	17.434	7.124	12.696.309	4.064.698	16.761.007
2002	200202	12.696.309	4.064.698	15.878	6.796	126.475	(30)	16.760	7.540	12.695.426	4.190.431	16.885.856
2002	200203	12.695.426	4.190.431	18.862	7.459	127.254	(0)	18.691	7.472	12.695.617	4.317.631	17.013.248
2002	200204	12.695.617	4.317.631	24.995	8.935	126.719	2	19.411	8.425	12.701.201	4.444.858	17.146.059
2002	200205	12.701.201	4.444.858	12.482	4.902	128.609	1	17.461	7.701	12.696.255	4.570.634	17.266.889
2002	200206	12.696.255	4.570.634	5.943	2.251	126.403	(0)	5.686	2.393	12.696.550	4.696.886	17.393.436
2002	200207	12.696.550	4.696.886	10.994	4.452	127.591	(87)	7.068	3.351	12.700.448	4.825.517	17.525.965
2002	200208	12.700.448	4.825.517	13.278	5.609	129.136	3	13.521	6.567	12.700.383	4.953.513	17.653.897
2002	200209	12.700.383	4.953.513	12.631	5.346	127.896	(52)	9.953	4.988	12.703.061	5.081.768	17.784.828
2002	200210	12.703.061	5.081.768	14.569	6.194	127.967	(16)	13.301	6.435	12.704.328	5.209.493	17.913.822
2002	200211	12.704.328	5.209.493	14.134	5.069	128.719	2	10.666	5.057	12.707.806	5.338.223	18.046.029
2002	200212	12.707.806	5.338.223	14.227	5.714	130.923	(0)	23.186	11.962	12.700.684	5.461.141	18.161.824
2002	200301	12.700.684	5.461.141	48.712	11.173	130.395	(33)	39.671	12.100	12.708.286	5.592.046	18.300.332
2002	200302	12.708.286	5.592.046	32.686	6.885	129.825	(5)	33.201	10.613	12.707.771	5.718.143	18.425.915
2002	200303	12.707.771	5.718.143	17.336	5.222	129.609	(0)	16.910	7.202	12.709.467	5.844.494	18.553.961
2002	200304	12.709.467	5.844.494	21.399	6.575	131.593	(0)	24.321	11.091	12.706.445	5.971.572	18.678.017
2002	200305	12.706.445	5.971.572	15.956	4.928	129.386	1	14.210	6.369	12.708.442	6.099.254	18.807.697
2002	200306	12.708.442	6.099.254	12.898	4.059	128.845	(0)	13.035	6.127	12.708.337	6.226.000	18.934.337
2002	200307	12.708.337	6.226.000	9.724	2.808	129.842	(10)	16.090	7.666	12.701.972	6.350.983	19.052.955
2002	200308	12.701.972	6.350.983	7.916	514	124.562	(0)	12.458	1.063	12.701.930	6.474.995	19.176.926
2002	200309	12.701.930	6.474.995	834	143	129.871	(34)	1.482	463	12.701.282	6.604.546	19.305.828
2002	200310	12.701.282	6.604.546	2.253	379	127.519	(2)	2.982	1.002	12.700.553	6.731.442	19.431.995

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2002	200311	12.700.553	6.731.442	4.533	823	126.940	(39)	5.325	1.838	12.698.761	6.857.148	19.556.909
2002	200312	12.698.761	6.857.148	926	163	127.191	-	1.389	489	12.699.238	6.984.015	19.683.311
2002	200401	12.699.238	6.984.015	2.441	1.110	125.026	-	634	235	12.698.829	7.110.770	19.809.599
2002	200402	12.698.829	7.110.770	1.291	235	127.063	(8)	463	170	12.699.657	7.237.898	19.937.555
2002	200403	12.699.657	7.237.898	926	170	126.533	(1)	834	321	12.699.749	7.364.271	20.064.020
2002	200404	12.699.749	7.364.271	956	180	128.032	(19)	2.047	580	12.698.659	7.491.636	20.190.294
2002	200405	12.698.659	7.491.636	834	155	128.512	(5)	1.389	580	12.698.103	7.619.723	20.317.825
2002	200406	12.698.103	7.619.723	1.476	250	126.070	-	2.489	1.057	12.697.090	7.744.985	20.442.075
2002	200407	12.697.090	7.744.985	-	-	125.150	-	556	243	12.696.534	7.869.872	20.566.406
2002	200408	12.696.534	7.869.872	1.112	186	120.552	(6)	1.117	490	12.696.534	8.000.121	20.696.655
2002	200409	12.696.534	8.000.121	1.667	284	126.082	(0)	1.204	542	12.696.997	8.125.945	20.822.942
2002	200410	12.696.997	8.125.945	-	-	125.944	-	556	256	12.696.441	8.251.633	20.948.075
2002	200411	12.696.441	8.251.633	-	-	127.392	-	93	43	12.696.349	8.378.982	21.075.331
2002	200412	12.696.349	8.378.982	1.482	222	127.330	(10)	1.112	541	12.696.719	8.505.943	21.202.662
2002	200501	12.696.719	8.505.943	744	137	128.294	(28)	93	45	12.697.371	8.634.329	21.331.700
2002	200502	12.697.371	8.634.329	93	14	126.522	-	93	46	12.697.371	8.760.620	21.457.991
2002	200503	12.697.371	8.760.620	2.124	354	126.906	(18)	1.482	768	12.698.013	8.887.112	21.585.125
2002	200504	12.698.013	8.887.112	831	132	128.593	(0)	833	475	12.698.013	9.015.210	21.713.223
2002	200505	12.698.013	9.015.210	278	44	126.713	-	1.027	541	12.697.269	9.141.421	21.838.690
2002	200506	12.697.269	9.141.421	834	142	126.362	(0)	1.024	536	12.697.090	9.267.378	21.964.468
2002	200507	12.697.090	9.267.378	6.390	752	130.013	-	3.188	1.771	12.700.307	9.396.957	22.097.265
2002	200508	12.700.307	9.396.957	9.689	905	130.185	-	11.986	6.188	12.697.991	9.521.860	22.219.850
2002	200509	12.697.991	9.521.860	22.932	1.672	137.986	-	20.040	9.920	12.700.943	9.651.597	22.352.540
2002	200510	12.700.943	9.651.597	12.414	903	132.393	-	13.332	6.564	12.700.025	9.778.329	22.478.354
2002	200511	12.700.025	9.778.329	8.358	535	128.824	-	9.635	4.396	12.699.329	9.903.291	22.602.620
2002	200512	12.699.329	9.903.291	5.936	255	130.483	-	6.577	3.051	12.698.687	10.030.978	22.729.665
2002	200601	12.698.687	10.030.978	5.574	221	127.287	-	4.726	2.273	12.697.335	10.156.312	22.853.648
2002	200602	12.697.335	10.156.312	607	32	130.335	-	1.594	754	12.696.349	10.285.925	22.982.274
2002	200603	12.696.349	10.285.925	682	18	124.540	-	682	253	12.696.349	10.410.230	23.106.579
2002	200604	12.696.349	10.410.230	2.185	-	127.244	-	290	114	12.698.244	10.537.359	23.235.603
2002	200605	12.698.244	10.537.359	1.687	52	129.057	-	2.725	926	12.697.206	10.665.544	23.362.750
2002	200606	12.697.206	10.665.544	1.164	97	126.538	0	1.564	873	12.696.805	10.791.306	23.488.111
2002	200607	12.696.805	10.791.306	810	-	126.371	-	1.266	403	12.696.349	10.917.274	23.613.623
2002	200608	12.696.349	10.917.274	617	532	128.561	-	226	644	12.696.739	11.045.723	23.742.462
2002	200609	12.696.739	11.045.723	1.074	89	127.810	-	750	455	12.697.063	11.173.167	23.870.229
2002	200610	12.697.063	11.173.167	3.026	50	128.587	-	3.659	1.791	12.696.430	11.300.015	23.996.443
2002	200611	12.696.430	11.300.015	2.567	198	127.000	494	1.211	378	12.697.481	11.426.746	24.124.227
2002	200612	12.697.481	11.426.746	1.477	228	127.023	773	1.927	1.319	12.696.623	11.552.311	24.248.935
2002	200701	12.696.623	11.552.311	1.565	84	127.848	1.229	1.777	1.030	12.696.408	11.681.733	24.378.141
2002	200702	12.696.408	11.681.733	1.850	149	127.076	276	2.518	224	12.697.378	11.811.167	24.508.545
2002	200703	12.697.378	11.811.167	1.956	25	127.076	-	2.518	580	12.696.510	11.941.167	24.637.677
2002	200704	12.696.510	11.941.167	799	77	126.345	-	909	580	12.696.510	12.071.688	24.768.198
2002	200705	12.696.510	12.071.688	671	65	126.401	56	546	320	12.696.603	12.202.899	24.899.502
2002	200706	12.696.603	12.202.899	4.560	483	128.858	9	4.807	3.597	12.696.349	12.333.940	25.030.289
2002	200707	12.696.349	12.333.940	2.311	299	129.744	73	2.235	1.728	12.696.389	12.465.217	25.161.606
2002	200708	12.696.389	12.465.217	1.866	-	126.665	-	226	51	12.696.349	12.596.550	25.293.899
2002	200709	12.696.349	12.596.550	1.815	136	126.483	681	808	318	12.696.996	12.727.330	25.424.326
2002	200710	12.696.996	12.727.330	5.816	1.804	131.868	-	6.463	5.892	12.696.349	12.858.310	25.554.659
2002	200711	12.696.349	12.858.310	1.792	30	127.884	1.662	36	27	12.697.160	12.989.782	26.086.942
2002	200712	12.697.160	12.989.782	531	44	129.994	-	1.221	315	12.696.471	13.114.505	26.210.976
2002	200801	12.696.471	13.114.505	379	8	129.543	-	122	79	12.696.349	13.245.355	26.941.704

Anexo V.I
Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2003	200305	-	-	659	290	(0)	-	659	290	-	-	-
2003	200306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200308	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200309	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200311	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200301	-	-	17.990.278	5.759.967	-	-	-	-	-	-	-
2003	200302	-	-	18.862	8.126	1.315	(0)	22.469	9.233	17.967.812	5.752.044	23.719.857
2003	200303	-	-	12.678	5.856	182.261	(5)	22.405	9.896	17.966.704	5.930.100	23.896.804
2003	200304	-	-	122.589	39.369	200.273	(4)	23.112	12.376	17.967.227	6.110.897	24.078.124
2003	200305	-	-	11.507	5.349	208.526	(0)	40.236	19.878	18.069.620	6.318.873	24.388.493
2003	200306	-	-	10.643	4.523	205.540	2	23.632	11.610	18.071.736	6.501.910	24.573.646
2003	200307	-	-	4.944	2.309	195.201	(0)	20.536	9.989	18.070.926	6.682.561	24.753.487
2003	200308	-	-	-	-	188.834	(9)	17.348	8.509	18.065.099	6.858.618	24.923.716
2003	200309	-	-	448	134	183.778	(0)	5.177	2.521	18.064.648	7.040.346	25.104.994
2003	200310	-	-	-	-	180.578	-	682	253	18.065.096	7.401.555	25.466.651
2003	200311	-	-	-	-	181.896	(36)	290	114	18.065.096	7.583.046	25.648.142
2003	200312	-	-	69	24	183.100	-	2.794	958	18.065.096	7.762.487	25.827.583
2003	200401	-	-	33.568	2.956	182.299	0	29.715	4.560	18.068.141	7.944.191	26.012.332
2003	200402	-	-	23.910	2.185	185.489	(23)	23.989	4.017	18.069.329	8.126.580	26.195.909
2003	200403	-	-	10.951	1.533	180.746	(1)	12.630	3.494	18.067.877	8.305.139	26.373.016
2003	200404	-	-	12.182	2.012	184.101	(21)	10.230	2.958	18.070.579	8.487.545	26.558.124
2003	200405	-	-	5.797	970	185.767	(5)	11.508	4.022	18.068.526	8.666.601	26.735.128
2003	200406	-	-	5.471	922	310.009	494	7.211	2.179	30.764.346	16.592.486	47.356.833
2003	200407	-	-	5.635	974	311.553	775	8.157	3.238	30.763.771	16.899.076	47.662.847
2003	200408	-	-	2.746	445	312.667	5	6.007	2.354	30.762.288	17.208.051	47.970.339
2003	200409	-	-	4.658	800	310.060	1.229	3.384	1.168	30.763.774	17.516.303	48.280.077
2003	200410	-	-	3.841	683	308.063	143	6.670	1.603	30.763.463	17.820.785	48.584.248

Anexo V.1

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2003	200411	30.763.463	17.820.785	3.381	535	310.995	(0)	5.049	2.053	30.762.704	18.129.573	48.892.077
2003	200412	30.762.704	18.129.573	5.093	886	309.868	43	4.561	1.745	30.763.695	18.437.793	49.201.487
2003	200501	30.763.695	18.437.793	2.470	422	310.469	9	7.283	4.511	30.763.687	18.745.338	49.509.025
2003	200502	30.763.687	18.745.338	1.179	191	311.053	(0)	3.578	1.892	30.763.644	19.052.936	49.815.979
2003	200503	30.763.644	19.052.936	2.289	367	308.157	(0)	2.739	1.026	30.762.819	19.360.208	50.123.028
2003	200504	30.762.819	19.360.208	2.874	476	310.770	681	3.692	1.472	30.762.815	19.668.490	50.431.303
2003	200505	30.762.814	19.668.490	610	101	320.074	-	7.851	6.459	30.762.065	19.975.743	50.737.797
2003	200506	30.762.065	19.975.743	1.369	225	307.696	1.662	-	608	30.762.065	20.281.357	51.043.411
2003	200507	30.762.055	20.281.357	4.787	818	312.304	-	4.713	1.956	30.762.350	20.591.502	51.354.652
2003	200508	30.762.350	20.591.502	12.073	1.248	311.683	-	11.388	4.720	30.764.156	20.899.591	51.663.547
2003	200509	30.764.156	20.899.591	23.238	3.409	315.110	-	18.710	8.823	30.768.684	21.209.087	51.977.771
2003	200510	30.768.684	21.209.087	12.012	1.530	312.159	-	13.670	6.077	30.767.099	21.516.636	52.283.725
2003	200511	30.767.099	21.516.626	11.753	934	308.758	-	13.368	5.574	30.765.484	21.820.744	52.586.228
2003	200512	30.765.484	21.820.744	8.371	531	310.770	-	10.807	4.128	30.763.049	22.129.041	52.892.090
2003	200601	30.763.049	22.129.041	11.463	1.296	311.251	(0)	9.619	4.233	30.764.892	22.437.356	53.202.248
2003	200602	30.764.892	22.437.356	6.547	600	311.727	-	8.740	3.981	30.762.700	22.745.702	53.508.402
2003	200603	30.762.700	22.745.702	9.533	779	309.206	-	8.738	3.858	30.763.494	23.051.829	53.815.324
2003	200604	30.763.494	23.051.829	13.235	673	310.124	(2)	9.324	3.795	30.767.407	23.358.831	54.126.237
2003	200605	30.767.407	23.358.831	15.934	933	314.478	(0)	16.517	5.360	30.766.774	23.668.931	54.435.705
2003	200606	30.766.774	23.668.931	13.764	865	312.608	0	13.924	6.151	30.766.613	23.976.253	54.742.866
2003	200607	30.766.613	23.976.253	12.921	951	310.401	(0)	15.213	6.700	30.764.322	24.280.905	55.045.227
2003	200608	30.764.322	24.280.905	13.633	714	314.925	(0)	12.467	5.621	30.765.487	24.590.933	55.356.410
2003	200609	30.765.487	24.590.923	8.407	749	312.996	-	11.616	5.572	30.762.278	24.899.096	55.661.374
2003	200610	30.762.278	24.899.096	13.755	1.053	311.832	-	13.347	6.421	30.762.684	25.205.560	55.968.244
2003	200611	30.762.684	25.205.560	9.963	863	311.601	451	8.929	4.372	30.763.438	25.513.480	56.276.919
2003	200612	30.763.438	25.513.480	11.903	1.112	310.681	87	11.083	5.842	30.764.208	25.819.594	56.583.602
2003	200701	30.764.208	25.819.594	13.715	554	1.369.636	53	11.264	5.669	30.766.621	27.183.900	57.950.521
2003	200702	30.766.621	27.183.900	9.762	857	313.310	1.138	11.396	5.362	30.764.369	27.492.185	58.256.554
2003	200703	30.764.369	27.492.185	26.282	1.753	316.998	566	26.251	12.255	30.764.293	27.798.241	58.562.534
2003	200704	30.764.293	27.798.241	11.634	1.378	314.502	-	12.057	6.901	30.763.618	28.107.471	58.871.090
2003	200705	30.763.618	28.107.471	4.314	731	310.898	-	5.927	4.032	30.762.096	28.414.068	59.176.073
2003	200706	30.762.096	28.414.068	7.600	1.349	308.665	8	8.113	5.498	30.761.487	28.718.621	59.480.108
2003	200707	30.761.487	28.718.621	2.176	268	311.037	-	1.467	953	30.762.196	29.028.975	59.791.170
2003	200708	30.762.196	29.028.975	7.854	527	310.195	284	2.448	1.398	30.767.602	29.338.014	60.105.616
2003	200709	30.767.602	29.338.014	3.291	66	308.572	-	7.497	4.214	30.763.208	29.642.626	60.405.834
2003	200710	30.763.208	29.642.626	11.684	2.864	315.753	-	4.080	1.324	30.770.812	29.959.899	60.730.710
2003	200711	30.770.812	29.959.899	9.481	248	308.926	1.534	17.257	9.155	30.762.164	30.257.256	61.019.420
2003	200712	30.762.164	30.257.256	1.300	56	311.926	-	1.578	462	30.761.886	30.568.775	61.330.662
2003	200801	30.761.886	30.568.775	3.513	71	1.981.118	-	2.413	998	30.761.929	32.450.025	63.211.952

Anexo V.1
Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Moeda	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Moeda	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Moeda	Saldo Final Principal	Saldo Final Moeda	Saldo Final Total
2004	200401	19.195.101	6.144.720	-	-	6.141.938	2.836	226	34	19.195.101	6.144.720	25.339.821
2004	200402	19.195.034	6.333.010	-	-	188.313	(0)	67	23	19.195.034	6.333.010	25.528.044
2004	200403	19.195.034	6.527.235	152	48	194.228	(0)	152	51	19.195.034	6.527.235	25.722.269
2004	200404	19.366.713	6.706.572	171.902	51.573	187.841	-	223	77	19.366.713	6.706.572	26.073.285
2004	200405	19.366.713	6.962.785	-	-	196.213	-	-	-	19.366.713	6.962.785	26.329.498
2004	200406	19.367.759	7.159.149	1.046	314	189.650	-	-	-	19.367.759	7.159.149	26.526.908
2004	200407	19.367.759	7.348.807	-	-	189.638	-	-	-	19.367.759	7.348.807	26.716.566
2004	200408	19.367.759	7.544.975	-	-	196.168	-	-	-	19.367.759	7.544.975	26.912.754
2004	200409	19.367.759	7.741.754	-	-	196.779	-	-	-	19.367.759	7.741.754	27.109.513
2004	200410	19.367.759	7.931.302	-	-	189.548	-	-	-	19.367.759	7.931.302	27.299.061
2004	200411	19.367.759	8.127.275	-	-	195.973	-	-	-	19.367.759	8.127.275	27.495.034
2004	200412	19.367.759	8.317.366	140	45	190.106	-	140	60	19.367.759	8.317.366	27.685.125
2004	200501	19.368.949	8.513.600	25.414	1.477	197.330	(0)	24.224	3.264	19.368.949	8.513.600	27.882.549
2004	200502	19.368.949	8.709.883	13.964	1.145	197.330	(59)	12.944	2.192	19.368.949	8.709.883	28.079.853
2004	200503	19.370.539	8.899.871	6.655	911	190.466	(22)	6.086	1.398	19.370.539	8.899.871	28.270.410
2004	200504	19.370.539	9.096.181	5.017	843	196.659	(0)	4.525	1.149	19.370.539	9.096.181	28.467.255
2004	200505	19.371.183	9.285.962	2.550	432	190.044	-	2.465	672	19.371.183	9.285.962	28.657.145
2004	200506	19.371.183	9.481.690	3.390	560	196.605	(0)	4.793	1.437	19.371.183	9.481.690	28.851.470
2004	200507	19.369.139	9.677.783	16.229	3.659	199.088	(0)	16.870	6.654	19.369.139	9.677.783	29.046.922
2004	200508	19.370.354	9.868.384	21.855	3.218	194.238	(0)	20.740	8.846	19.370.354	9.868.384	29.238.638
2004	200509	19.370.354	10.067.107	39.695	6.750	203.993	-	32.205	12.020	19.370.354	10.067.107	29.444.760
2004	200510	19.377.655	10.257.956	42.015	5.362	198.769	2	39.394	13.223	19.377.655	10.257.956	29.638.228
2004	200511	19.378.227	10.453.213	23.423	3.308	201.206	-	23.468	9.236	19.378.227	10.453.213	29.831.441
2004	200512	19.378.227	10.652.978	51.118	2.405	206.375	-	26.484	9.014	19.378.227	10.652.978	30.025.840
2004	200601	19.372.795	10.837.224	26.766	2.978	196.322	(0)	56.833	15.054	19.372.795	10.837.224	30.210.019
2004	200602	19.371.232	11.032.441	23.447	1.759	201.586	-	25.010	8.128	19.371.232	11.032.441	30.403.673
2004	200603	19.371.232	11.230.056	18.690	2.073	204.578	0	13.667	5.056	19.371.232	11.230.056	30.605.211
2004	200604	19.375.655	11.421.463	35.475	2.077	199.304	(2)	30.218	10.162	19.375.655	11.421.463	30.802.376
2004	200605	19.380.913	11.615.942	46.385	3.972	205.632	-	52.484	15.211	19.380.913	11.615.942	31.000.669
2004	200606	19.374.727	11.805.737	23.984	3.560	196.563	-	24.452	9.329	19.374.727	11.805.737	31.179.996
2004	200607	19.374.259	12.002.640	23.658	2.271	203.616	(0)	22.523	8.984	19.374.259	12.002.640	31.378.034
2004	200608	19.375.394	12.198.137	26.131	2.787	203.999	-	27.309	11.199	19.375.394	12.198.137	31.572.533
2004	200609	19.371.216	12.387.407	19.804	1.959	196.066	-	21.273	8.756	19.371.216	12.387.407	31.760.154
2004	200610	19.372.747	12.582.418	27.742	3.346	204.998	-	31.480	13.333	19.372.747	12.582.418	31.951.427
2004	200611	19.369.099	12.771.779	14.344	1.374	194.464	738	14.068	6.196	19.369.099	12.771.779	32.140.607
2004	200612	19.371.210	12.968.807	18.976	1.862	202.310	100	16.536	7.103	19.371.210	12.968.807	32.340.017
2004	200701	19.371.210	13.161.110	29.781	1.518	199.838	106	19.684	8.522	19.371.210	13.161.110	32.539.370
2004	200702	19.381.260	13.352.110	15.499	1.405	195.030	427	24.205	10.490	19.381.260	13.352.110	32.738.582
2004	200703	19.372.293	13.543.110	41.471	3.798	212.553	614	42.456	18.835	19.372.293	13.543.110	32.936.998
2004	200704	19.371.126	13.734.110	44.743	7.442	213.660	-	42.456	24.853	19.371.126	13.734.110	33.135.015
2004	200705	19.371.562	13.925.110	25.236	4.853	199.838	228	22.647	13.407	19.371.562	13.925.110	33.334.015
2004	200706	19.374.014	14.114.453	31.129	5.155	209.022	771	26.181	15.519	19.374.014	14.114.453	33.533.015
2004	200707	19.378.526	14.308.950	48.832	9.719	213.055	15	49.938	31.163	19.378.526	14.308.950	33.687.476
2004	200708	19.377.410	14.500.556	38.621	5.787	213.441	353	42.328	25.424	19.377.410	14.500.556	33.877.966
2004	200709	19.375.695	14.691.015	16.763	2.029	202.055	-	16.536	9.212	19.375.695	14.691.015	34.073.709
2004	200710	19.373.697	14.882.111	7.048	1.351	192.190	33	12.328	6.044	19.373.697	14.882.111	34.265.808
2004	200711	19.368.384	15.066.607	7.282	507	198.926	1.634	198.926	5.843	19.368.384	15.066.607	34.434.991
2004	200712	19.368.894	15.252.760	26.443	2.73	191.095	46	27.056	1.674	19.368.894	15.252.760	34.631.654
2004	200801	19.368.236	15.443.553	5.578	344	186.419	15	2.470	937	19.368.236	15.443.553	34.812.790

Anexo V.1

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Juros	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Juros	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Saldo Final Principal	Saldo Final Juros	Saldo Final Total
2005	200501	-	-	45.413.097	14.531.348	5.355	-	-	150	45.413.097	14.536.743	59.949.840
2005	200502	45.413.097	14.536.743	150	448.984	-	-	-	-	45.413.097	14.985.725	60.398.822
2005	200503	45.413.097	14.985.725	840	458.596	-	-	-	-	45.413.097	15.444.328	60.858.465
2005	200504	45.413.097	15.444.328	3.924.671	1.177.355	447.302	1.047	2.329	78	49.336.279	17.067.507	66.403.786
2005	200505	49.336.279	17.067.507	-	-	497.902	99	-	-	49.336.279	17.564.781	66.900.982
2005	200506	49.336.279	17.564.781	13.966	4.486	485.758	-	-	-	49.336.279	18.064.516	67.413.975
2005	200507	49.336.279	18.064.516	18.334	2.864	488.422	(1)	15.542	3.758	49.336.279	18.552.543	67.904.794
2005	200508	49.336.279	18.552.543	40.265	7.957	498.902	(9)	37.995	10.062	49.336.279	19.049.338	68.403.859
2005	200509	49.336.279	19.049.338	47.906	10.694	500.768	-	40.834	12.371	49.336.279	19.548.429	68.909.622
2005	200510	49.336.279	19.548.429	53.791	11.366	496.741	2	40.834	12.371	49.336.279	20.043.607	69.412.472
2005	200511	49.336.279	20.043.607	51.826	5.173	495.458	-	26.762	7.485	49.336.279	20.536.754	69.910.683
2005	200512	49.336.279	20.536.754	61.649	9.117	496.702	-	47.412	12.408	49.336.279	21.030.165	70.418.330
2005	200601	49.336.279	21.030.165	38.209	5.704	502.524	(6)	36.455	9.012	49.336.279	21.524.697	70.917.401
2005	200602	49.336.279	21.524.697	32.666	3.890	498.052	-	36.455	9.012	49.336.279	22.017.627	71.418.512
2005	200603	49.336.279	22.017.627	19.119	2.936	492.738	0	16.525	4.776	49.336.279	22.508.324	71.919.633
2005	200604	49.336.279	22.508.324	41.304	6.132	503.377	86	42.859	11.744	49.336.279	23.008.820	72.419.754
2005	200605	49.336.279	23.008.820	34.894	4.641	496.053	155	31.833	10.930	49.336.279	23.498.156	72.919.875
2005	200606	49.336.279	23.498.156	27.157	4.641	497.989	398	29.005	9.419	49.336.279	23.987.487	73.419.996
2005	200607	49.336.279	23.987.487	31.784	4.486	504.519	(6)	29.005	9.419	49.336.279	24.476.818	73.919.810
2005	200608	49.336.279	24.476.818	27.216	5.255	495.485	249	29.005	10.930	49.336.279	24.966.149	74.419.931
2005	200609	49.336.279	24.966.149	18.903	3.201	500.704	568	19.493	6.552	49.336.279	25.455.480	74.919.852
2005	200610	49.336.279	25.455.480	22.459	3.944	491.694	34	26.265	9.410	49.336.279	25.944.811	75.419.963
2005	200611	49.336.279	25.944.811	22.516	3.474	503.027	690	22.342	8.562	49.336.279	26.434.142	75.919.874
2005	200612	49.336.279	26.434.142	17.749	2.594	498.902	422	17.869	6.269	49.336.279	26.923.473	76.419.985
2005	200701	49.336.279	26.923.473	49.072	6.366	2.194.721	1.240	24.757	9.806	49.336.279	27.412.804	76.919.896
2005	200702	49.336.279	27.412.804	30.719	5.887	507.934	2.249	39.756	15.861	49.336.279	27.902.135	77.419.907
2005	200703	49.336.279	27.902.135	38.047	6.429	507.638	2.622	50.771	23.018	49.336.279	28.391.466	77.919.918
2005	200704	49.336.279	28.391.466	48.994	13.410	506.336	1.412	48.960	27.378	49.336.279	28.880.795	78.419.929
2005	200705	49.336.279	28.880.795	28.522	7.316	506.276	1.898	21.835	12.093	49.336.279	29.370.124	78.919.940
2005	200706	49.336.279	29.370.124	32.153	7.844	505.484	4.084	32.967	18.990	49.336.279	29.859.453	79.419.951
2005	200707	49.336.279	29.859.453	39.619	10.048	506.440	1.698	39.182	21.388	49.336.279	30.348.782	79.919.962
2005	200708	49.336.279	30.348.782	56.537	11.158	520.849	2.145	56.816	31.020	49.336.279	30.838.113	80.419.973
2005	200709	49.336.279	30.838.113	36.043	5.862	500.263	616	38.296	19.425	49.336.279	31.327.444	80.919.984
2005	200710	49.336.279	31.327.444	28.437	3.896	504.679	1.274	27.469	12.346	49.336.279	31.816.775	81.419.995
2005	200711	49.336.279	31.816.775	32.691	3.952	509.301	715	33.224	15.414	49.336.279	32.306.106	81.919.806
2005	200712	49.336.279	32.306.106	43.621	2.533	500.237	1.827	47.031	12.854	49.336.279	32.795.437	82.419.817
2005	200801	49.336.279	32.795.437	33.231	3.125	3.015.075	756	16.821	8.635	49.336.279	33.284.768	82.919.828



Anexo V.I

Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Juros	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Juros	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Saldo Final Principal	Saldo Final Juros	Saldo Final Total
2006	200512	-	-	4.920	930	0	-	15	5	4.905	925	5.830
2006	200601	64.922.502	20.748.800	64.922.502	20.748.800	13.080	-	109.165	16.579	64.813.242	20.746.226	85.559.468
2006	200602	64.818.242	20.746.226	64.818.242	20.746.226	12.572	(0)	94.508	16.219	64.798.296	21.389.832	86.188.128
2006	200603	64.798.296	21.389.832	67.704	11.817	650.030	0	65.254	11.144	64.800.746	22.040.594	86.841.340
2006	200604	64.800.746	22.040.594	4.972.594	1.214.587	645.851	(3)	72.803	15.815	68.800.559	23.805.195	92.605.754
2006	200605	68.800.559	23.805.195	56.380	10.806	667.930	(0)	55.730	11.681	68.803.165	24.552.294	93.355.459
2006	200606	68.803.165	24.552.294	51.310	9.895	697.894	0	52.196	13.187	68.802.309	25.246.894	94.049.203
2006	200607	68.802.309	25.246.894	62.113	10.647	687.419	(0)	56.821	13.795	68.807.601	25.931.665	94.739.266
2006	200608	68.807.601	25.931.665	51.327	9.683	690.800	(0)	55.715	13.384	68.803.214	26.618.764	95.421.978
2006	200609	68.803.214	26.618.764	36.522	6.294	691.095	-	45.876	11.041	68.795.770	27.305.199	96.100.969
2006	200610	68.795.770	27.305.199	78.041	11.599	696.194	1	76.631	18.158	68.797.180	27.994.834	96.792.014
2006	200611	68.797.180	27.994.834	37.445	8.013	687.376	584	36.076	11.135	68.798.187	28.678.868	97.477.055
2006	200612	68.798.187	28.678.868	41.164	7.458	690.803	5	44.426	12.541	68.794.922	29.364.588	98.159.510
2006	200701	68.794.922	29.364.588	61.771	9.918	3.064.197	242	52.971	15.997	68.803.556	30.052.630	98.856.186
2006	200702	68.803.556	30.052.630	40.618	5.495	692.609	-	45.715	13.775	68.798.436	30.740.380	99.538.816
2006	200703	68.798.436	30.740.380	67.469	16.147	698.574	380	66.480	25.333	68.799.351	31.430.062	100.229.413
2006	200704	68.799.351	31.430.062	51.361	17.660	723.602	0	54.950	27.383	68.795.575	32.119.328	100.914.903
2006	200705	68.795.575	32.119.328	42.773	11.784	698.308	471	69.308	16.060	68.802.619	32.809.328	101.611.947
2006	200706	68.802.619	32.809.328	50.003	13.945	696.041	812	47.417	22.458	68.803.435	33.499.474	102.302.909
2006	200707	68.803.435	33.499.474	55.440	15.881	699.475	188	56.807	27.653	68.803.947	34.199.111	103.003.058
2006	200708	68.803.947	34.199.111	89.632	23.435	705.505	1.315	82.088	38.325	68.811.146	34.898.443	103.709.589
2006	200709	68.811.146	34.898.443	43.715	9.468	672.505	35	53.384	25.287	68.800.843	35.597.925	104.398.768
2006	200710	68.800.843	35.597.925	51.037	9.924	703.019	742	45.396	19.399	68.806.004	36.300.402	105.106.406
2006	200711	68.806.004	36.300.402	59.605	9.746	707.425	1.533	58.419	23.860	68.806.461	37.001.950	105.808.411
2006	200712	68.806.461	37.001.950	48.686	7.906	699.927	204	52.608	21.222	68.802.162	37.701.674	106.503.836
2006	200801	68.802.162	37.701.674	92.024	11.290	4.186.872	692	44.130	19.962	68.813.381	38.401.858	107.215.239

Anexo V.I
Não parcelado IPTU e Taxa de Lixo (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Deductions / Multas pelo atraso no pago das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
		228	69	228	69			228	69	228	69	297
2007	200611	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2007	200612	43.637.017	15.423.109	43.637.017	15.423.109	247	(102)	182.632	30.888	43.454.477	15.392.376	58.846.853
2007	200701	57.012	10.695	435.663	435.663	74	74	63.463	12.479	43.448.054	15.826.353	59.274.307
2007	200702	81.962	26.931	437.342	437.342	626	626	81.732	27.075	43.447.812	16.263.296	59.711.108
2007	200703	61.348	24.559	433.893	433.893	(1)	(1)	69.384	28.389	43.439.776	16.695.359	60.135.135
2007	200704	53.821	19.517	438.816	438.816	111	111	42.761	17.771	43.450.767	17.133.881	60.584.648
2007	200705	51.981	19.021	436.550	436.550	239	239	50.067	20.814	43.452.597	17.568.482	61.021.080
2007	200706	51.729	18.261	436.390	436.390	32	32	53.406	21.704	43.450.827	18.001.492	61.452.319
2007	200707	66.868	22.780	439.281	439.281	971	971	69.148	28.222	43.448.369	18.434.359	61.882.908
2007	200708	53.397	15.232	439.493	439.493	188	188	50.058	19.395	43.451.066	18.870.345	62.321.411
2007	200709	54.253	16.518	438.565	438.565	253	253	50.033	20.369	43.451.084	19.304.808	62.755.891
2007	200710	49.522	12.931	439.643	439.643	1.420	1.420	49.682	18.288	43.450.163	19.738.435	63.188.598
2007	200711	46.192	11.715	437.331	437.331	46	46	50.691	17.965	43.445.169	20.169.935	63.615.134
2007	200712	67.661	13.555	2.631.727	2.631.727	729	729	31.722	11.806	43.452.325	22.851.503	66.283.828



Anexo VI
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inscrito Principal	Saldo Inscrito Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal - Conversão Monetária	Devedor / Multa - pelo atraso no pagamento	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2001	200107	-	-	598	-	0	-	-	-	598	120	718
2001	200108	598	120	-	-	-	-	-	-	-	598	718
2001	200109	598	120	208.968	42.407	-	-	-	-	209.166	42.529	251.695
2001	200110	209.166	42.529	334.174	66.835	85	7	-	-	543.340	109.149	652.789
2001	200111	543.340	109.149	359	115	1.893	-	-	-	543.698	111.147	655.145
2001	200112	543.698	111.147	32.426	6.485	2.090	-	-	-	576.124	120.022	696.146
2001	200201	576.124	120.022	-	-	5.436	-	-	-	576.124	120.438	707.582
2001	200202	576.124	120.022	-	-	5.435	-	-	-	576.124	130.893	707.017
2001	200203	576.124	120.022	-	-	5.762	-	-	-	576.124	136.655	712.779
2001	200204	576.124	120.022	-	-	5.761	-	-	-	576.124	142.416	718.540
2001	200205	576.124	120.022	-	-	5.761	-	-	-	576.124	148.177	724.301
2001	200206	576.124	120.022	-	-	5.760	-	-	-	576.124	153.937	730.061
2001	200207	576.124	120.022	-	-	5.765	-	-	-	576.124	159.702	735.826
2001	200208	576.124	120.022	-	-	5.760	-	-	-	576.124	165.462	741.586
2001	200209	576.124	120.022	-	-	5.757	-	-	-	576.124	171.219	747.343
2001	200210	576.124	120.022	-	-	5.763	-	-	-	576.124	176.982	753.106
2001	200211	576.124	120.022	-	-	5.763	-	-	-	576.124	182.746	758.870
2001	200212	576.124	120.022	-	-	5.764	-	-	-	576.124	188.506	764.630
2001	200301	576.124	120.022	-	-	5.761	-	-	-	576.124	194.267	770.391
2001	200302	576.124	120.022	-	-	5.760	-	-	-	576.124	200.027	776.151
2001	200303	576.124	120.022	-	-	5.762	-	-	-	576.124	205.789	781.913
2001	200304	576.124	120.022	-	-	5.764	-	-	-	576.124	211.553	787.677
2001	200305	576.124	120.022	-	-	5.761	-	-	-	576.124	217.314	793.438
2001	200306	576.124	120.022	-	-	5.758	-	-	-	576.124	223.072	799.196
2001	200307	576.124	120.022	-	-	5.764	-	-	-	576.124	228.836	804.960
2001	200308	576.124	120.022	-	-	5.761	-	-	-	576.124	234.597	810.721
2001	200309	576.124	120.022	-	-	5.762	-	-	-	576.124	240.359	816.483
2001	200310	576.124	120.022	-	-	5.762	-	-	-	576.124	246.121	822.245
2001	200311	576.124	120.022	-	-	5.760	-	-	-	576.124	251.881	828.005
2001	200312	576.124	120.022	-	-	5.762	-	-	-	576.124	257.643	833.767
2001	200401	576.124	120.022	-	-	5.761	-	-	-	576.124	263.404	839.528
2001	200402	576.124	120.022	-	-	5.760	-	-	-	576.124	269.164	845.288
2001	200403	576.124	120.022	-	-	5.765	-	-	-	576.124	274.929	851.053
2001	200404	576.124	120.022	-	-	5.759	-	-	-	576.124	280.688	856.812



Anexo VI
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Providências Pre-acordadas
em 31 de janeiro de 2008

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inscrito Principal	Saldo Inscrito Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pelo atraso no pagamento parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2001	200405	576.124	280.668	-	-	5.759	-	-	-	576.124	280.668	856.791
2001	200406	576.124	286.147	-	-	5.763	-	-	-	576.124	292.210	868.334
2001	200407	576.124	292.210	-	-	5.762	-	-	-	576.124	297.972	874.096
2001	200408	576.124	297.972	-	-	5.760	-	-	-	576.124	303.732	879.856
2001	200409	576.124	303.732	-	-	5.762	-	-	-	576.124	309.494	885.618
2001	200410	576.124	309.494	-	-	5.761	-	-	-	576.124	315.255	891.379
2001	200411	576.124	315.255	-	-	5.762	-	-	-	576.124	321.017	897.141
2001	200412	576.124	321.017	-	-	5.762	-	-	-	576.124	326.779	902.903
2001	200501	576.124	326.779	-	-	5.761	-	-	-	576.124	332.540	908.664
2001	200502	576.124	332.540	-	-	5.759	-	-	-	576.124	338.299	914.423
2001	200503	576.124	338.299	-	-	5.761	-	-	-	576.124	344.062	920.186
2001	200504	576.124	344.062	-	-	5.761	-	-	-	576.124	349.823	925.947
2001	200505	576.124	349.823	-	-	5.761	-	-	-	576.124	355.584	931.708
2001	200506	576.124	355.584	-	-	5.760	-	-	-	576.124	361.344	937.468
2001	200507	576.124	361.344	-	-	5.759	-	-	-	576.124	367.105	943.227
2001	200508	576.124	367.105	-	-	5.762	-	-	-	576.124	372.865	948.989
2001	200509	576.124	372.865	-	-	5.763	-	-	-	576.124	378.628	954.752
2001	200510	576.124	378.628	-	-	5.761	-	-	-	576.124	384.389	960.513
2001	200511	576.124	384.389	-	-	5.760	-	-	-	576.124	390.149	966.273
2001	200512	576.124	390.149	-	-	5.761	-	-	-	576.124	395.910	972.034
2001	200601	576.124	395.910	-	-	5.763	-	-	-	576.124	401.673	977.797
2001	200602	576.124	401.673	-	-	5.761	-	-	-	576.124	407.434	983.558
2001	200603	576.124	407.434	-	-	5.761	-	-	-	576.124	413.195	989.319
2001	200604	576.124	413.195	-	-	5.759	-	-	-	576.124	418.954	995.078
2001	200605	576.124	418.954	-	-	5.763	-	-	-	576.124	424.717	1.000.841
2001	200606	576.124	424.717	-	-	5.761	-	-	-	576.124	430.478	1.006.602
2001	200607	576.124	430.478	-	-	5.762	-	-	-	576.124	436.240	1.012.364
2001	200608	576.124	436.240	-	-	5.762	-	-	-	576.124	442.002	1.018.126
2001	200609	576.124	442.002	-	-	5.760	-	-	-	576.124	447.762	1.023.886
2001	200610	576.124	447.762	-	-	5.761	-	-	-	576.124	453.523	1.029.647
2001	200611	576.124	453.523	-	-	5.762	-	-	-	576.124	459.285	1.035.409
2001	200612	576.124	459.285	-	-	5.761	-	-	-	576.124	465.046	1.041.170
2001	200701	576.124	465.046	-	-	5.514	-	-	-	576.124	496.320	1.066.684
2001	200702	576.124	496.320	-	-	5.760	-	-	-	576.124	496.320	1.072.444
2001	200703	576.124	496.320	-	-	5.760	-	-	-	576.124	502.080	1.078.204
2001	200704	576.124	502.080	-	-	5.760	-	-	-	576.124	507.840	1.083.964
2001	200705	576.124	507.840	-	-	5.762	-	-	-	576.124	513.602	1.089.726
2001	200706	576.124	513.602	-	-	5.764	-	-	-	576.124	519.366	1.095.490
2001	200707	576.124	519.366	-	-	5.758	-	-	-	576.124	525.124	1.101.248
2001	200708	576.124	525.124	-	-	5.760	-	-	-	576.124	530.884	1.107.008
2001	200709	576.124	530.884	-	-	5.765	-	-	-	576.124	536.649	1.112.773
2001	200710	576.124	536.649	-	-	5.760	-	-	-	576.124	542.409	1.118.533
2001	200711	576.124	542.409	-	-	5.763	-	-	-	576.124	548.172	1.124.296
2001	200712	576.124	548.172	-	-	5.757	-	-	-	576.124	553.929	1.130.053
2001	200801	576.124	553.929	-	-	35.262	-	-	-	576.124	589.191	1.165.315



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Fiscais
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Distribuído	Juros sobre o Saldo de Principal		Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final Total	
		Principal	Saldo Inicial Mora	Principal	Saldo Inscrito Mora	Principal	Correção Monetária	Principal		Principal	Mora	Principal	Mora	Saldo Final Total	
2000	200004	-	-	2.988	-	2.988	986	-	(1)	-	-	2.988	985	3.973	
2000	200005	2.988	985	1.195	-	-	-	-	30	-	-	4.183	1.421	5.604	
2000	200006	4.183	1.421	-	-	-	-	-	42	-	-	4.183	1.463	5.646	
2000	200007	4.183	1.463	-	-	-	-	-	42	-	-	4.183	1.505	5.688	
2000	200008	4.183	1.505	808	209	-	-	-	42	-	-	4.991	1.846	6.837	
2000	200009	4.991	1.846	15.003	5.701	-	-	-	50	-	-	19.994	7.597	27.591	
2000	200010	19.994	7.597	-	-	-	-	-	201	-	-	19.994	7.798	27.792	
2000	200011	19.994	7.798	-	-	-	-	-	200	-	-	19.994	7.998	27.992	
2000	200012	19.994	7.998	-	-	-	-	-	199	-	-	19.994	8.197	28.191	
2000	200001	19.994	8.197	-	-	-	-	-	200	-	-	19.994	8.397	28.391	
2000	200002	19.994	8.397	-	-	-	-	-	201	-	-	19.994	8.598	28.592	
2000	200003	19.994	8.598	-	-	-	-	-	200	-	-	19.994	8.798	28.792	
2000	200004	19.994	8.798	-	-	-	-	-	200	-	-	19.994	8.998	28.992	
2000	200005	19.994	8.998	-	-	-	-	-	200	-	-	19.994	9.199	29.193	
2000	200006	19.994	9.199	-	-	-	-	-	200	-	-	19.994	9.399	29.393	
2000	200007	19.994	9.399	-	-	-	-	-	201	-	-	19.994	9.600	29.594	
2000	200008	19.994	9.600	-	-	-	-	-	199	-	-	19.994	9.799	29.793	
2000	200009	19.994	9.799	-	-	-	-	-	200	-	-	19.994	9.999	29.993	
2000	200010	19.994	9.999	-	-	-	-	-	200	-	-	19.994	10.199	30.193	
2000	200011	19.994	10.199	-	-	-	-	-	201	-	-	19.994	10.400	30.394	
2000	200012	19.994	10.400	-	-	-	-	-	197	-	-	19.994	10.597	30.591	
2000	200001	19.994	10.597	-	-	-	-	-	200	-	-	19.994	10.797	30.791	
2000	200002	19.994	10.797	-	-	-	-	-	200	-	-	19.994	10.997	30.991	
2000	200003	19.994	10.997	-	-	-	-	-	202	-	-	19.994	11.199	31.191	
2000	200004	19.994	11.199	-	-	-	-	-	200	-	-	19.994	11.399	31.391	
2000	200005	19.994	11.399	-	-	-	-	-	199	-	-	19.994	11.598	31.592	
2000	200006	19.994	11.598	-	-	-	-	-	199	-	-	19.994	11.795	31.791	
2000	200007	19.994	11.795	-	-	-	-	-	202	-	-	19.994	11.999	31.993	
2000	200008	19.994	11.999	-	-	-	-	-	200	-	-	19.994	12.199	32.193	
2000	200009	19.994	12.199	-	-	-	-	-	200	-	-	19.994	12.399	32.393	



Anexo VI
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Processamentos Pré-acruidados
em 31 de janeiro de 2008

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal		Descontos / Multas		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	+ Correção Monetária	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora		
2000	200210	19.994	12.599	-	-	-	-	-	195	-	-	-	-	-	-	19.994	12.594	32.588
2000	200211	19.994	12.594	-	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	19.994	12.794	32.788
2000	200212	19.994	12.794	-	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	19.994	12.994	32.988
2000	200301	19.994	12.994	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	13.195	33.189
2000	200302	19.994	13.195	-	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	19.994	13.395	33.389
2000	200303	19.994	13.395	-	-	-	-	-	199	-	-	-	-	-	-	19.994	13.594	33.588
2000	200304	19.994	13.594	-	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	19.994	13.794	33.788
2000	200305	19.994	13.794	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	13.995	33.989
2000	200306	19.994	13.995	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	14.196	34.190
2000	200307	19.994	14.196	-	-	-	-	-	199	-	-	-	-	-	-	19.994	14.395	34.389
2000	200308	19.994	14.395	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	14.596	34.590
2000	200309	19.994	14.596	-	-	-	-	-	197	-	-	-	-	-	-	19.994	14.793	34.787
2000	200310	19.994	14.793	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	14.994	34.988
2000	200311	19.994	14.994	-	-	-	-	-	199	-	-	-	-	-	-	19.994	15.193	35.187
2000	200312	19.994	15.193	-	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	19.994	15.395	35.387
2000	200401	19.994	15.395	-	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	19.994	15.593	35.587
2000	200402	19.994	15.593	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	15.794	35.788
2000	200403	19.994	15.794	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	15.995	35.989
2000	200404	19.994	15.995	-	-	-	-	-	199	-	-	-	-	-	-	19.994	16.194	36.188
2000	200405	19.994	16.194	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	16.395	36.389
2000	200406	19.994	16.395	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	16.596	36.590
2000	200407	19.994	16.596	-	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	19.994	16.796	36.790
2000	200408	19.994	16.796	-	-	-	-	-	199	-	-	-	-	-	-	19.994	16.996	36.990
2000	200409	19.994	16.996	-	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	19.994	17.195	37.189
2000	200410	19.994	17.195	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	17.396	37.390
2000	200411	19.994	17.396	-	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	19.994	17.596	37.590
2000	200412	19.994	17.596	-	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	19.994	17.797	37.791
2000	200501	19.994	17.796	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	18.197	38.191
2000	200502	19.994	17.997	-	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	19.994	18.397	38.391
2000	200503	19.994	18.197	-	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	19.994	18.597	38.591
2000	200504	19.994	18.397	-	-	-	-	-	199	-	-	-	-	-	-	19.994	18.796	38.790
2000	200505	19.994	18.597	-	-	-	-	-	198	-	-	-	-	-	-	19.994	18.994	38.988
2000	200506	19.994	18.796	-	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	-	19.994	19.194	39.188
2000	200507	19.994	18.994	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	19.395	39.389
2000	200508	19.994	19.194	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	19.596	39.590
2000	200509	19.994	19.395	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	19.795	39.789
2000	200510	19.994	19.596	-	-	-	-	-	199	-	-	-	-	-	-	19.994	19.996	39.990
2000	200511	19.994	19.795	-	-	-	-	-	201	-	-	-	-	-	-	19.994	19.996	39.990



Anexo VI
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrição		Juros sobre o Saldo de Principal		Descontos / Multas		Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Saldo Inicial Mora	Principal	Valor Inscrição Mora	+ Correção Monetária	da Principal	para atraso no pago	das parcelas	Principal	Mora	Principal	Saldo Final Total
2000	200512	19.994	19.996	-	-	-	201	-	-	-	-	19.994	40.191
2000	200601	19.994	20.197	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	40.591
2000	200602	19.994	20.397	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	40.591
2000	200603	19.994	20.597	-	-	-	199	-	-	-	-	19.994	40.790
2000	200604	19.994	20.796	-	-	-	195	-	-	-	-	19.994	40.985
2000	200605	19.994	20.991	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	41.185
2000	200606	19.994	21.191	-	-	-	201	-	-	-	-	19.994	41.386
2000	200607	19.994	21.392	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	41.586
2000	200608	19.994	21.592	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	41.786
2000	200609	19.994	21.792	-	-	-	201	-	-	-	-	19.994	41.987
2000	200610	19.994	21.995	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	42.187
2000	200611	19.994	22.195	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	42.387
2000	200612	19.994	22.395	-	-	-	199	-	-	-	-	19.994	42.586
2000	200701	19.994	22.592	-	-	-	889	-	-	-	-	19.994	43.475
2000	200702	19.994	22.791	-	-	-	198	-	-	-	-	19.994	43.673
2000	200703	19.994	23.481	-	-	-	201	-	-	-	-	19.994	44.074
2000	200704	19.994	23.679	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	44.274
2000	200705	19.994	23.880	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	44.474
2000	200706	19.994	24.080	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	44.674
2000	200707	19.994	24.280	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	44.874
2000	200708	19.994	24.480	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	45.074
2000	200709	19.994	24.680	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	45.274
2000	200710	19.994	24.880	-	-	-	200	-	-	-	-	19.994	45.475
2000	200711	19.994	25.080	-	-	-	201	-	-	-	-	19.994	45.676
2000	200712	19.994	25.281	-	-	-	195	-	-	-	-	19.994	45.876
2000	200801	19.994	25.676	-	-	-	1.226	-	-	-	-	19.994	46.896



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2018

Anexo VI
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Menor	Valor Inscrição		Juros sobre o Saldo de Principal		Descontos / Multas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Princípio		Principal	Princípio	Correção Monetária	Princípio	Pela atraso no pagamento das parcelas	Princípio	Principal	Princípio	Principal	Princípio	
2002	200201	-	3.166.400	-	3.166.400	-	949.920	31.664	-	-	-	-	3.166.400	949.920	4.116.320
2002	200202	3.166.400	1.153	949.920	1.153	-	406	31.678	-	-	-	-	3.167.754	981.990	4.149.744
2002	200203	3.167.754	32.487	981.990	32.487	-	6.497	31.678	-	-	-	-	3.200.241	1.020.165	4.220.406
2002	200204	3.200.241	270.639	1.020.165	270.639	-	54.128	31.678	-	-	-	-	3.470.880	1.105.971	4.576.851
2002	200205	3.470.880	27.272	1.105.971	27.272	-	5.434	31.677	-	-	-	-	3.498.153	1.143.102	4.641.255
2002	200206	3.498.153	136.500	1.143.102	136.500	-	27.300	32.063	-	-	-	-	3.634.653	1.202.405	4.837.058
2002	200207	3.634.653	598	1.202.405	598	-	120	34.704	-	-	-	-	3.635.250	1.237.229	4.872.479
2002	200208	3.635.250	598	1.237.229	598	-	120	34.710	-	-	-	-	3.635.848	1.272.059	4.907.907
2002	200209	3.635.848	16.041	1.272.059	16.041	-	5.208	36.346	-	-	-	-	3.651.889	1.311.613	4.963.502
2002	200210	3.651.889	52.263	1.311.613	52.263	-	10.513	36.350	-	-	-	-	3.704.454	1.358.476	5.062.930
2002	200211	3.704.454	994.231	1.358.476	994.231	-	78.850	36.361	-	-	-	-	4.098.705	1.473.687	5.572.392
2002	200212	4.098.705	598	1.473.687	598	-	120	36.485	-	-	-	-	4.099.303	1.510.290	5.609.593
2002	200301	4.099.303	-	1.510.290	-	-	-	37.187	-	-	-	-	4.099.303	1.547.477	5.646.780
2002	200302	4.099.303	-	1.547.477	-	-	-	40.983	-	-	-	-	4.099.303	1.588.460	5.687.763
2002	200303	4.099.303	-	1.588.460	-	-	-	40.980	-	-	-	-	4.099.303	1.629.440	5.728.743
2002	200304	4.099.303	-	1.629.440	-	-	-	40.994	-	-	-	-	4.099.303	1.670.434	5.769.737
2002	200305	4.099.303	-	1.670.434	-	-	-	40.990	-	-	-	-	4.099.303	1.711.424	5.810.727
2002	200306	4.099.303	-	1.711.424	-	-	-	40.993	-	-	-	-	4.099.303	1.752.417	5.851.720
2002	200307	4.099.303	-	1.752.417	-	-	-	40.995	-	-	-	-	4.099.303	1.793.412	5.892.715
2002	200308	4.099.303	-	1.793.412	-	-	-	40.992	-	-	-	-	4.099.303	1.834.404	5.933.707
2002	200309	4.099.303	-	1.834.404	-	-	-	40.991	-	-	-	-	4.099.303	1.875.398	5.974.701
2002	200310	4.099.303	-	1.875.398	-	-	-	40.995	-	-	-	-	4.099.303	1.916.394	6.015.697
2002	200311	4.099.303	-	1.916.394	-	-	-	40.993	-	-	-	-	4.099.303	1.957.387	6.056.690
2002	200312	4.099.303	-	1.957.387	-	-	-	40.994	-	-	-	-	4.099.303	1.998.381	6.097.684
2002	200401	4.099.303	-	1.998.381	-	-	-	40.992	-	-	-	-	4.099.303	2.039.373	6.138.676
2002	200402	4.099.303	-	2.039.373	-	-	-	40.995	-	-	-	-	4.099.303	2.080.368	6.179.671
2002	200403	4.099.303	-	2.080.368	-	-	-	40.992	-	-	-	-	4.099.303	2.121.360	6.220.663
2002	200404	4.099.303	-	2.121.360	-	-	-	40.986	-	-	-	-	4.099.303	2.162.356	6.261.659
2002	200405	4.099.303	-	2.162.356	-	-	-	40.991	-	-	-	-	4.099.303	2.203.347	6.302.650
2002	200406	4.099.303	-	2.203.347	-	-	-	40.997	-	-	-	-	4.099.303	2.244.344	6.343.647



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Provedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI

Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Mês		Valor Inscrição	Juros sobre o Saldo de Principal		Descontos / Multas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Principal	Mora				Principal	Mora	
2002	200307	4.099.303	-	2.234.334	-	-	40.993	-	-	-	-	4.099.303	2.285.336	6.384.641
2002	200408	4.099.303	-	2.285.338	-	-	-	40.988	-	-	-	4.099.303	2.326.326	6.425.629
2002	200409	4.099.303	-	2.326.326	-	-	-	40.986	-	-	-	4.099.303	2.367.324	6.466.627
2002	200410	4.099.303	-	2.367.324	-	-	-	40.992	-	-	-	4.099.303	2.408.316	6.507.619
2002	200411	4.099.303	-	2.408.316	-	-	-	40.993	-	-	-	4.099.303	2.449.311	6.548.614
2002	200412	4.099.303	-	2.449.311	-	-	-	40.992	-	-	-	4.099.303	2.490.303	6.589.606
2002	200501	4.099.303	-	2.490.303	-	-	-	40.992	-	-	-	4.099.303	2.531.295	6.630.598
2002	200502	4.099.303	-	2.531.295	-	-	-	40.991	-	-	-	4.099.303	2.572.286	6.671.589
2002	200503	4.099.303	-	2.572.286	-	-	-	40.989	-	-	-	4.099.303	2.613.285	6.712.588
2002	200504	4.099.303	-	2.613.285	-	-	-	40.991	-	-	-	4.099.303	2.654.276	6.753.579
2002	200505	4.099.303	-	2.654.276	-	-	-	40.986	-	-	-	4.099.303	2.695.272	6.794.575
2002	200506	4.099.303	-	2.695.272	-	-	-	40.991	-	-	-	4.099.303	2.736.263	6.835.566
2002	200507	4.099.303	-	2.736.263	-	-	-	40.986	-	-	-	4.099.303	2.777.259	6.876.562
2002	200508	4.099.303	-	2.777.259	-	-	-	40.995	-	-	-	4.099.303	2.818.254	6.917.557
2002	200509	4.099.303	-	2.818.254	-	-	-	40.989	-	-	-	4.099.303	2.859.243	6.958.546
2002	200510	4.099.303	-	2.859.243	-	-	-	40.995	-	-	-	4.099.303	2.900.238	6.999.541
2002	200511	4.099.303	-	2.900.238	-	-	-	40.995	-	-	-	4.099.303	2.941.233	7.040.536
2002	200512	4.099.303	-	2.941.233	-	-	-	40.995	-	-	-	4.099.303	2.982.228	7.081.531
2002	200601	4.099.303	-	2.982.228	-	-	-	40.993	-	-	-	4.099.303	3.023.221	7.122.524
2002	200602	4.099.303	-	3.023.221	-	-	-	40.990	-	-	-	4.099.303	3.064.211	7.163.514
2002	200603	4.099.303	-	3.064.211	-	-	-	40.993	-	-	-	4.099.303	3.105.204	7.204.507
2002	200604	4.099.303	-	3.105.204	-	-	-	40.995	-	-	-	4.099.303	3.146.199	7.245.502
2002	200605	4.099.303	-	3.146.199	-	-	-	40.993	-	-	-	4.099.303	3.187.192	7.286.495
2002	200606	4.099.303	-	3.187.192	-	-	-	40.992	-	-	-	4.099.303	3.228.184	7.327.487
2002	200607	4.099.303	-	3.228.184	-	-	-	40.985	-	-	-	4.099.303	3.269.169	7.368.472
2002	200608	4.099.303	-	3.269.169	-	-	-	40.983	-	-	-	4.099.303	3.310.152	7.409.455
2002	200609	4.099.303	-	3.310.152	-	-	-	40.994	-	-	-	4.099.303	3.351.146	7.450.440
2002	200610	4.099.303	-	3.351.146	-	-	-	40.994	-	-	-	4.099.303	3.392.140	7.491.435
2002	200611	4.099.303	-	3.392.140	-	-	-	40.995	-	-	-	4.099.303	3.433.135	7.532.430
2002	200612	4.099.303	-	3.433.135	-	-	-	40.991	-	-	-	4.099.303	3.474.126	7.573.429
2002	200701	4.099.303	-	3.474.126	-	-	-	181.542	-	-	-	4.099.303	3.655.668	7.754.971
2002	200702	4.099.303	-	3.655.668	-	-	-	40.992	-	-	-	4.099.303	3.696.660	7.795.963
2002	200703	4.099.303	-	3.696.660	-	-	-	40.993	-	-	-	4.099.303	3.737.653	7.836.956
2002	200704	4.099.303	-	3.737.653	-	-	-	40.990	-	-	-	4.099.303	3.778.643	7.877.946
2002	200705	4.099.303	-	3.778.643	-	-	-	40.998	-	-	-	4.099.303	3.819.641	7.918.944
2002	200706	4.099.303	-	3.819.641	-	-	-	40.992	-	-	-	4.099.303	3.860.633	7.959.936
2002	200707	4.099.303	-	3.860.633	-	-	-	40.995	-	-	-	4.099.303	3.901.628	8.000.931
2002	200708	4.099.303	-	3.901.628	-	-	-	40.992	-	-	-	4.099.303	3.942.620	8.041.923
2002	200709	4.099.303	-	3.942.620	-	-	-	40.996	-	-	-	4.099.303	3.983.616	8.082.919
2002	200710	4.099.303	-	3.983.616	-	-	-	40.991	-	-	-	4.099.303	4.024.607	8.123.910
2002	200711	4.099.303	-	4.024.607	-	-	-	40.995	-	-	-	4.099.303	4.065.602	8.164.905
2002	200712	4.099.303	-	4.065.602	-	-	-	40.994	-	-	-	4.099.303	4.106.596	8.205.899
2002	200801	4.099.303	-	4.106.596	-	-	-	230.857	-	-	-	4.099.303	4.337.453	8.456.756



Anexo VI

Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrição	Saldo Inicial Mora		Valor Inscrição Mora		Juros sobre o Saldo de Principal		Descontos / Multas		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final Mora		Saldo Final Total	
		Principal	Mora	Principal	Principal	Mora	Principal	Mora	Correção Monetária	(1)	das parcelas		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2003	20/01/01	-	-	39.584	-	-	39.584	-	11.786	-	-	-	-	-	-	-	39.584	-	11.786	-	51.369	-
2003	26/02/02	39.584	-	-	11.785	-	-	-	387	-	-	-	-	-	-	-	39.584	-	12.172	-	51.756	-
2003	26/03/03	39.584	-	231.831	-	-	-	46.366	-	388	-	-	-	-	-	-	271.415	-	58.926	-	330.341	-
2003	26/04/04	271.415	-	1.620	-	-	-	411	-	396	-	-	-	-	-	-	273.035	-	59.736	-	332.771	-
2003	26/05/05	273.035	-	635.497	-	-	-	127.099	-	407	-	-	-	-	-	-	908.532	-	187.242	-	1.095.774	-
2003	26/06/06	908.532	-	53.794	-	-	-	10.759	-	405	-	-	-	-	-	-	962.326	-	188.406	-	1.150.732	-
2003	20/07/07	962.326	-	172.220	-	-	-	34.444	-	2.711	-	-	-	-	-	-	1.134.546	-	235.581	-	1.370.127	-
2003	20/08/08	1.134.546	-	1.494	-	-	-	299	-	8.021	-	-	-	-	-	-	1.136.040	-	243.901	-	1.379.941	-
2003	20/09/09	1.136.040	-	243.901	-	-	-	299	-	9.589	-	-	-	-	-	-	1.137.534	-	253.500	-	1.391.034	-
2003	20/03/10	1.137.534	-	-	-	-	-	-	-	10.812	-	-	-	-	-	-	1.137.534	-	264.412	-	1.401.946	-
2003	20/03/11	1.137.534	-	15.070	-	-	-	3.014	-	11.356	-	-	-	-	-	-	1.152.605	-	278.782	-	1.431.387	-
2003	20/03/12	1.152.605	-	165.063	-	-	-	33.013	-	11.374	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	321.169	-	1.640.837	-
2003	20/04/01	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	11.722	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	334.541	-	1.652.209	-
2003	20/04/02	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	11.528	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	346.069	-	1.663.737	-
2003	20/04/03	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	15.175	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	359.244	-	1.676.912	-
2003	20/04/04	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	13.175	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	372.419	-	1.690.087	-
2003	20/04/05	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	13.179	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	385.598	-	1.703.266	-
2003	20/04/06	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	13.176	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	398.774	-	1.716.442	-
2003	20/04/07	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	15.178	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	411.952	-	1.729.620	-
2003	20/04/08	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	13.174	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	425.126	-	1.742.794	-
2003	20/04/09	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	13.190	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	438.306	-	1.755.974	-
2003	20/04/10	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	13.174	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	451.480	-	1.769.148	-
2003	20/04/11	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	13.178	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	464.658	-	1.782.326	-
2003	20/04/12	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	13.176	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	477.834	-	1.795.502	-
2003	20/05/01	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	13.175	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	491.009	-	1.808.677	-
2003	20/05/02	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	13.180	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	504.189	-	1.821.857	-
2003	20/05/03	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	13.178	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	517.367	-	1.835.035	-
2003	20/05/04	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	13.176	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	530.543	-	1.848.211	-
2003	20/05/05	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	13.177	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	543.720	-	1.861.388	-
2003	20/05/06	1.317.668	-	-	-	-	-	-	-	15.176	-	-	-	-	-	-	1.317.668	-	556.896	-	1.874.564	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acréditos
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inscrit Principal	Saldo Inscrit Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Aliquotas pelo atraso ao pagar em parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2003	200507	1.317.668	556.896	-	-	-	13.179	-	-	1.317.668	570.075	1.887.743
2003	200508	1.317.668	570.075	-	-	-	13.174	-	-	1.317.668	583.249	1.900.917
2003	200509	1.317.668	583.249	-	-	-	13.175	-	-	1.317.668	596.424	1.914.092
2003	200510	1.317.668	596.424	-	-	-	13.180	-	-	1.317.668	609.604	1.927.272
2003	200511	1.317.668	609.604	-	-	-	13.175	-	-	1.317.668	622.779	1.940.447
2003	200512	1.317.668	622.779	-	-	-	13.177	-	-	1.317.668	635.956	1.953.624
2003	200601	1.317.668	635.956	-	-	-	13.177	-	-	1.317.668	649.133	1.966.801
2003	200602	1.317.668	649.133	-	-	-	13.177	-	-	1.317.668	662.310	1.979.978
2003	200603	1.317.668	662.310	-	-	-	13.176	-	-	1.317.668	675.486	1.993.154
2003	200604	1.317.668	675.486	-	-	-	13.178	-	-	1.317.668	688.664	2.006.332
2003	200605	1.317.668	688.664	-	-	-	13.176	-	-	1.317.668	701.840	2.019.508
2003	200606	1.317.668	701.840	-	-	-	13.179	-	-	1.317.668	715.019	2.032.687
2003	200607	1.317.668	715.019	-	-	-	13.177	-	-	1.317.668	728.196	2.045.864
2003	200608	1.317.668	728.196	-	-	-	13.174	-	-	1.317.668	741.370	2.059.038
2003	200609	1.317.668	741.370	-	-	-	13.178	-	-	1.317.668	754.548	2.072.216
2003	200610	1.317.668	754.548	-	-	-	13.177	-	-	1.317.668	767.725	2.085.393
2003	200611	1.317.668	767.725	-	-	-	13.178	-	-	1.317.668	780.903	2.098.571
2003	200612	1.317.668	780.903	-	-	-	13.177	-	-	1.317.668	794.080	2.111.748
2003	200701	1.317.668	794.080	-	-	-	58.346	-	-	1.317.668	852.426	2.170.194
2003	200702	1.317.668	852.426	-	-	-	13.178	-	-	1.317.668	865.604	2.183.372
2003	200703	1.317.668	865.604	-	-	-	13.178	-	-	1.317.668	878.782	2.196.550
2003	200704	1.317.668	878.782	-	-	-	13.175	-	-	1.317.668	891.957	2.209.725
2003	200705	1.317.668	891.957	-	-	-	13.176	-	-	1.317.668	905.133	2.222.901
2003	200706	1.317.668	905.133	-	-	-	13.178	-	-	1.317.668	918.311	2.236.079
2003	200707	1.317.668	918.311	-	-	-	13.174	-	-	1.317.668	931.485	2.249.253
2003	200708	1.317.668	931.485	-	-	-	13.179	-	-	1.317.668	944.664	2.262.432
2003	200709	1.317.668	944.664	-	-	-	13.175	-	-	1.317.668	957.839	2.275.607
2003	200710	1.317.668	957.839	-	-	-	13.177	-	-	1.317.668	971.016	2.288.784
2003	200711	1.317.668	971.016	-	-	-	13.176	-	-	1.317.668	984.192	2.301.960
2003	200712	1.317.668	984.192	-	-	-	13.178	-	-	1.317.668	997.370	2.315.138
2003	200801	1.317.668	997.370	-	-	-	80.635	-	-	1.317.668	1.078.005	2.395.073



Anexo VI
Não parcelado ISS e Auro de Infrção (ano inscrição)

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Previdenciários
em 31 de janeiro de 2008

Ano de Inscrição	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Infrção Mora	Juros sobre Saldo Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas para cancelamento das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
2004 200401	-	-	1.494	299	299	0	-	-	1.494	299	1.793
2004 200402	1.494	299	-	-	-	0	-	-	-	-	1.793
2004 200403	1.494	299	2.731.180	546.032	546.032	0	-	-	2.731.654	546.331	3.277.985
2004 200404	2.731.654	546.331	13.490	2.698	2.698	15	-	-	2.745.143	549.044	3.294.187
2004 200405	2.745.143	549.044	-	-	-	15	-	-	2.760.158	549.059	3.309.217
2004 200406	2.760.158	549.059	382.936	76.987	76.987	2.318	-	-	3.143.094	626.046	3.769.140
2004 200407	3.143.094	626.046	137.250	27.450	27.450	2.318	-	-	3.280.344	653.506	3.933.850
2004 200408	3.280.344	653.506	977.461	195.472	195.472	2.318	-	-	4.257.805	748.978	5.006.783
2004 200409	4.257.805	748.978	10.458	2.092	2.092	30.828	-	-	4.268.263	751.070	5.019.333
2004 200410	4.268.263	751.070	16.585	2.117	2.117	30.846	-	-	4.284.848	753.187	5.038.035
2004 200411	4.284.848	753.187	83.408	16.693	16.693	30.846	-	-	4.368.256	769.880	5.138.136
2004 200412	4.368.256	769.880	45.387	9.724	9.724	42.543	-	-	4.413.639	779.604	5.193.243
2004 200501	4.413.639	779.604	-	-	-	42.833	-	-	4.456.472	781.437	5.237.909
2004 200502	4.456.472	781.437	-	-	-	45.765	-	-	4.502.237	783.202	5.285.439
2004 200503	4.502.237	783.202	-	-	-	45.825	-	-	4.548.062	784.927	5.332.989
2004 200504	4.548.062	784.927	-	-	-	43.826	-	-	4.591.888	786.653	5.378.541
2004 200505	4.591.888	786.653	-	-	-	43.826	-	-	4.635.714	788.379	5.424.093
2004 200506	4.635.714	788.379	-	-	-	43.826	-	-	4.679.540	790.105	5.469.645
2004 200507	4.679.540	790.105	-	-	-	43.826	-	-	4.723.366	791.831	5.515.197
2004 200508	4.723.366	791.831	-	-	-	43.826	-	-	4.767.192	793.557	5.560.744
2004 200509	4.767.192	793.557	-	-	-	43.826	-	-	4.811.018	795.283	5.606.301
2004 200510	4.811.018	795.283	-	-	-	43.826	-	-	4.854.844	797.009	5.651.853
2004 200511	4.854.844	797.009	-	-	-	43.826	-	-	4.898.670	798.735	5.697.405
2004 200512	4.898.670	798.735	-	-	-	43.826	-	-	4.942.496	800.461	5.743.957
2004 200601	4.942.496	800.461	-	-	-	43.826	-	-	4.986.322	802.187	5.788.509
2004 200602	4.986.322	802.187	-	-	-	43.826	-	-	5.030.148	803.913	5.834.061
2004 200603	5.030.148	803.913	-	-	-	43.826	-	-	5.073.974	805.639	5.879.613
2004 200604	5.073.974	805.639	-	-	-	43.826	-	-	5.117.800	807.365	5.925.165
2004 200605	5.117.800	807.365	-	-	-	43.826	-	-	5.161.626	809.091	5.970.717
2004 200606	5.161.626	809.091	-	-	-	43.826	-	-	5.205.452	810.817	6.016.269
2004 200607	5.205.452	810.817	-	-	-	43.826	-	-	5.249.278	812.543	6.061.821
2004 200608	5.249.278	812.543	-	-	-	43.826	-	-	5.293.104	814.269	6.107.373
2004 200609	5.293.104	814.269	-	-	-	43.826	-	-	5.336.930	815.995	6.152.925
2004 200610	5.336.930	815.995	-	-	-	43.826	-	-	5.380.756	817.721	6.198.477
2004 200611	5.380.756	817.721	-	-	-	43.826	-	-	5.424.582	819.447	6.244.029
2004 200612	5.424.582	819.447	-	-	-	43.826	-	-	5.468.408	821.173	6.289.581
2004 200701	5.468.408	821.173	-	-	-	43.826	-	-	5.512.234	822.899	6.335.133
2004 200702	5.512.234	822.899	-	-	-	43.826	-	-	5.556.060	824.625	6.380.685
2004 200703	5.556.060	824.625	-	-	-	43.826	-	-	5.600.886	826.351	6.426.237
2004 200704	5.600.886	826.351	-	-	-	43.826	-	-	5.644.712	828.077	6.471.789
2004 200705	5.644.712	828.077	-	-	-	43.826	-	-	5.688.538	829.803	6.517.341
2004 200706	5.688.538	829.803	-	-	-	43.826	-	-	5.732.364	831.529	6.562.893
2004 200707	5.732.364	831.529	-	-	-	43.826	-	-	5.776.190	833.255	6.608.445
2004 200708	5.776.190	833.255	-	-	-	43.826	-	-	5.820.016	834.981	6.653.997
2004 200709	5.820.016	834.981	-	-	-	43.826	-	-	5.863.842	836.707	6.699.549
2004 200710	5.863.842	836.707	-	-	-	43.826	-	-	5.907.668	838.433	6.745.101
2004 200711	5.907.668	838.433	-	-	-	43.826	-	-	5.951.494	840.159	6.790.653
2004 200712	5.951.494	840.159	-	-	-	43.826	-	-	5.995.320	841.885	6.836.205
2004 200801	5.995.320	841.885	-	-	-	43.826	-	-	6.039.146	843.611	6.881.757



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo VI
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inserção)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrição		Juros sobre o Saldo de Principal		Bancos / Múltiplos		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	+ Correção Monetária	de Principal	das parcelas	de parcelas	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Total
2005	200504	-	-	20.099	5.829	-	0	-	-	-	-	20.099	5.829	-	25.928
2005	200505	20.099	5.829	10.341	3.516	-	201	-	-	-	-	30.440	9.346	-	39.786
2005	200506	30.440	9.346	-	-	-	304	-	-	-	-	30.440	9.346	-	40.290
2005	200507	30.440	9.346	-	-	-	305	-	-	-	-	30.440	10.155	-	40.595
2005	200508	30.440	10.155	-	-	-	304	-	-	-	-	30.440	10.459	-	40.899
2005	200509	30.440	10.459	-	-	-	305	-	-	-	-	30.440	10.764	-	41.204
2005	200510	30.440	10.764	60.613	75.766	-	304	-	-	-	-	91.053	86.834	-	177.887
2005	200511	91.053	86.834	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	87.715	-	178.798
2005	200512	91.053	87.715	-	-	-	909	-	-	-	-	91.053	88.654	-	179.707
2005	200601	91.053	88.654	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	89.564	-	180.617
2005	200602	91.053	89.564	-	-	-	912	-	-	-	-	91.053	90.476	-	181.529
2005	200603	91.053	90.476	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	91.386	-	182.439
2005	200604	91.053	91.386	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	92.297	-	183.350
2005	200605	91.053	92.297	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	93.207	-	184.260
2005	200606	91.053	93.207	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	94.117	-	185.170
2005	200607	91.053	94.117	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	95.028	-	186.081
2005	200608	91.053	95.028	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	95.938	-	186.991
2005	200609	91.053	95.938	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	96.849	-	187.902
2005	200610	91.053	96.849	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	97.760	-	188.813
2005	200611	91.053	97.760	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	98.670	-	189.723
2005	200612	91.053	98.670	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	99.581	-	190.634
2005	200701	91.053	99.581	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	100.498	-	191.544
2005	200702	91.053	100.498	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	101.408	-	192.455
2005	200703	91.053	101.408	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	102.319	-	193.365
2005	200704	91.053	102.319	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	103.230	-	194.276
2005	200705	91.053	103.230	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	104.141	-	195.186
2005	200706	91.053	104.141	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	105.052	-	196.097
2005	200707	91.053	105.052	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	105.963	-	197.007
2005	200708	91.053	105.963	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	106.874	-	197.918
2005	200709	91.053	106.874	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	107.785	-	198.828
2005	200710	91.053	107.785	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	108.696	-	199.739
2005	200711	91.053	108.696	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	109.607	-	200.649
2005	200712	91.053	109.607	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	110.518	-	201.560
2005	200801	91.053	110.518	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	111.429	-	202.470
2005	200802	91.053	111.429	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	112.340	-	203.381
2005	200803	91.053	112.340	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	113.251	-	204.291
2005	200804	91.053	113.251	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	114.162	-	205.202
2005	200805	91.053	114.162	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	115.073	-	206.112
2005	200806	91.053	115.073	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	115.984	-	207.023
2005	200807	91.053	115.984	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	116.895	-	207.933
2005	200808	91.053	116.895	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	117.806	-	208.844
2005	200809	91.053	117.806	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	118.717	-	209.754
2005	200810	91.053	118.717	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	119.628	-	210.665
2005	200811	91.053	119.628	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	120.539	-	211.575
2005	200812	91.053	120.539	-	-	-	910	-	-	-	-	91.053	121.450	-	212.486
2005	200901	91.053	121.450	-	-	-	911	-	-	-	-	91.053	122.361	-	213.396



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo VI
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Mora		Valor Inscrito		Valor Inscrito Mora		Juros sobre o Saldo de Principal		Descontos/ Multas		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final Mora		Saldo Final Total	
		Principal	-	Principal	-	Principal	-	Principal	-	Correção Monetária	-	em percento	-	Principal	-	Principal	-	Principal	-	Principal	-	Principal	-
2006	200601	101.951	-	101.951	-	101.951	-	101.951	-	0	-	0	-	-	-	-	-	101.951	-	101.951	-	203.902	-
2006	200602	285.564	-	285.564	-	183.414	-	225.601	-	2	-	2	-	-	-	-	-	285.564	-	327.554	-	612.918	-
2006	200603	935.127	-	935.127	-	649.763	-	766.878	-	888	-	888	-	-	-	-	-	935.127	-	1.095.320	-	2.030.447	-
2006	200604	935.127	-	935.127	-	-	-	-	-	2.919	-	2.919	-	-	-	-	-	935.127	-	1.098.239	-	2.033.366	-
2006	200605	935.127	-	935.127	-	1.098.239	-	1.098.239	-	5.770	-	5.770	-	-	-	-	-	935.127	-	1.126.887	-	2.062.015	-
2006	200606	1.057.614	-	1.057.614	-	1.126.887	-	1.126.887	-	2.919	-	2.919	-	-	-	-	-	1.057.614	-	1.221.570	-	2.303.967	-
2006	200607	1.082.397	-	1.082.397	-	93.996	-	93.996	-	4.387	-	4.387	-	-	-	-	-	1.082.397	-	1.221.570	-	2.303.967	-
2006	200608	1.178.303	-	1.178.303	-	1.321.059	-	1.321.059	-	4.421	-	4.421	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.321.059	-	2.501.362	-
2006	200609	1.178.303	-	1.178.303	-	1.321.059	-	1.321.059	-	4.390	-	4.390	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.321.059	-	2.501.362	-
2006	200610	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200611	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200612	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200701	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200702	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200703	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200704	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200705	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200706	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200707	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200708	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200709	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200710	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200711	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200712	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-
2006	200801	1.178.303	-	1.178.303	-	1.331.846	-	1.331.846	-	4.391	-	4.391	-	-	-	-	-	1.178.303	-	1.331.846	-	2.514.540	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo VI
Não protocolado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Mora		Valor Inscrição		Valor Inscrição Mora		Juros sobre o Saldo de Principal		Descontos / Multas		Saldo Final		Saldo Final Mora		Saldo Final Total	
		Principal	-	Principal	-	Principal	-	Principal	-	Monetária	-	das parcelas	-	Principal	-	Principal	-	-	-
2007	200701	-	-	-	-	53.853	-	40.013	-	1	-	-	-	53.853	-	40.013	-	93.867	-
2007	200702	53.853	-	40.014	-	-	-	-	-	540	-	-	-	53.853	-	40.354	-	94.407	-
2007	200703	53.853	-	40.354	-	17.706	-	16.846	-	537	-	-	-	71.559	-	57.937	-	129.496	-
2007	200704	71.559	-	57.937	-	-	-	-	-	698	-	-	-	71.559	-	58.635	-	130.194	-
2007	200705	71.559	-	58.635	-	-	-	-	-	699	-	-	-	71.559	-	59.334	-	130.893	-
2007	200706	71.559	-	59.334	-	17.662	-	28.738	-	698	-	-	-	89.221	-	88.770	-	177.991	-
2007	200707	89.221	-	88.770	-	-	-	-	-	875	-	-	-	89.221	-	89.645	-	178.866	-
2007	200708	89.221	-	89.645	-	2.699	-	1.870	-	876	-	-	-	91.920	-	92.391	-	184.311	-
2007	200709	91.920	-	92.391	-	-	-	-	-	902	-	-	-	91.920	-	93.293	-	185.313	-
2007	200710	91.920	-	93.293	-	-	-	-	-	903	-	-	-	91.920	-	94.195	-	186.113	-
2007	200711	91.920	-	94.195	-	-	-	-	-	902	-	-	-	91.920	-	95.095	-	187.015	-
2007	200712	91.920	-	95.095	-	-	-	-	-	903	-	-	-	91.920	-	95.998	-	187.918	-
2007	200801	91.920	-	95.998	-	-	-	-	-	6.325	-	-	-	91.920	-	102.523	-	194.443	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

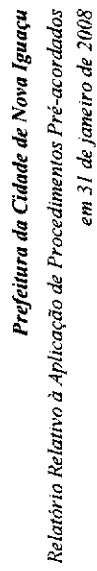
Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
1996	200105	-	-	-	-	359	90	359	90	198	-	-	-	359	288	-	-	-	-	-
1996	200106	288	-	-	-	263	59	263	59	(142)	-	-	-	263	206	-	-	-	-	-
1996	200107	206	-	-	-	-	-	-	-	(206)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200108	-	-	-	-	1	33	1	33	0	-	-	-	1	33	-	-	-	-	-
1996	200109	33	-	-	-	119	73	119	73	40	-	-	-	119	146	-	-	-	-	-
1996	200110	146	-	-	-	-	-	-	-	(146)	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200201	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200202	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200203	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200204	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200205	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200206	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200207	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200209	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200211	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200302	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200303	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200304	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200305	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito	Valor inscrito	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pago das parcelas	Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final	Saldo Final
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora		
1996	200307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200308	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200309	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200311	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200401	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200402	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200405	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200406	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200502	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200503	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200504	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200506	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200507	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200508	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

[illegible]



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária	pago das parcelas		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
1996	200711	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200712	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

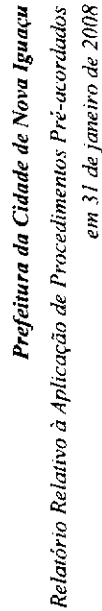


Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

x

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Mora		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção		Descontos / Multas pela atraso no pago das parcelas		Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Monetária				Principal				Principal	Mora			
1997	200102	-	-	2.166	459	2.166	-	-	-	931	-	-	-	2.166	-	1.390	-	-	-	-	-	-
1997	200103	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200104	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200105	-	-	1.592	340	1.592	-	-	-	685	1	-	-	1.591	-	1.024	-	-	-	-	-	-
1997	200106	-	-	149	61	149	-	-	-	69	-	-	-	149	-	130	-	-	-	-	-	-
1997	200107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200108	-	-	0	3	0	-	-	-	0	-	-	-	0	-	3	-	-	-	-	-	-
1997	200109	-	-	206	83	206	-	-	-	103	-	-	-	206	-	186	-	-	-	-	-	-
1997	200110	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200201	-	-	359	104	359	-	-	-	208	-	-	-	359	-	312	-	-	-	-	-	-
1997	200202	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200203	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200204	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200205	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200206	-	-	12	6	12	-	-	-	6	0	-	-	-	-	-	-	12	12	-	23	-
1997	200207	12	12	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	12	12	-	24	-
1997	200208	12	12	63	16	63	-	-	-	40	-	-	-	63	-	56	-	12	12	-	24	-
1997	200209	12	12	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	12	13	-	24	-
1997	200210	12	13	91	35	91	-	-	-	54	-	-	-	12	-	12	-	91	89	-	181	-
1997	200211	91	89	209	54	209	-	-	-	138	0	-	-	301	-	281	-	-	-	-	-	-



✕

138



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VLI

Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

x

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor Inscrito	Valor Inscrito	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pago das parcelas		Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final	Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária	das parcelas		Principal				Principal	Mora	Principal	Mora		
1997	200310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200311	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200401	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200402	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200405	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200406	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200502	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200503	-	-	-	-	2.208	445	-	2.119	-	-	2.208	-	-	2.564	-	-	-	-	-	-
1997	200504	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200506	-	-	-	-	141	34	-	127	-	-	141	-	-	161	-	-	-	-	-	-
1997	200507	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

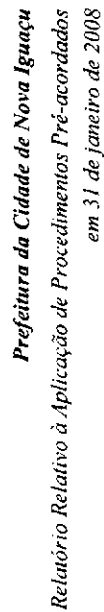


Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.1
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

x

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito	Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pago das parcelas		Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final	Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora		
1997	200508	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200509	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200510	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200511	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200512	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200601	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200602	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200603	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200605	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200606	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200607	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200608	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200609	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200610	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200611	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200612	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200701	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200702	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200703	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200704	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200705	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



✕

141



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.1
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inscrito		Valor Inscrito		Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pago das parcelas		Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora		Principal	Monetária			Principal	Principal	Mora	Mora	Principal	Principal	Mora	Mora	Principal	Mora	
1998	200102	-	-	2.111	448	2.111	448	-	615	-	-	-	2.111	-	1.063	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200103	-	-	0	27	0	27	-	0	-	-	-	0	-	27	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200104	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200105	-	-	1.412	321	1.412	321	(1)	434	-	(1)	-	1.411	-	756	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200106	-	-	367	79	367	79	0	141	-	0	-	367	-	220	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200107	-	-	68	26	68	26	-	26	-	-	-	68	-	51	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200108	-	-	140	91	140	91	-	51	-	-	-	140	-	143	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200109	-	-	691	184	691	184	0	267	-	0	-	691	-	451	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200110	-	-	69	26	69	26	0	26	-	0	-	69	-	52	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200111	-	-	204	45	204	45	-	71	-	-	-	204	-	116	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200201	-	-	359	103	359	103	-	165	-	-	-	359	-	268	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200202	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200203	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200204	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200205	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200206	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200207	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200209	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200210	-	-	235	89	235	89	-	121	-	-	-	28	-	23	-	207	-	187	-	394	-	-
1998	200211	207	187	798	194	798	194	-	431	-	0	-	1.005	-	813	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pago das parcelas		Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			
1998	200212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200301	-	-	-	-	33	11	-	-	-	18	-	-	-	-	33	-	29	-	-	-	-	-
1998	200302	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200303	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200304	-	-	-	-	595	146	-	-	-	351	0	-	-	596	-	497	-	-	-	-	-	-
1998	200305	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200308	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200309	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VII
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pago das parcelas		Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final		Total	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1998	200310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200311	-	-	-	-	147	-	-	37	90	-	-	-	147	-	-	127	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200401	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200402	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200405	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200406	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200502	-	-	-	-	1.075	-	-	245	822	-	0	-	1.075	-	-	1.067	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200503	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200504	-	-	-	-	3.462	-	-	698	2.724	-	-	-	3.462	-	-	3.423	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200506	-	-	-	-	777	-	-	167	620	-	-	-	777	-	-	787	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200507	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo V.LI
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final		Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
1998	200508	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200509	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200510	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200511	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200512	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200601	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200602	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200603	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200605	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200606	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200607	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200608	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200609	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200610	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200611	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200612	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200701	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200702	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200703	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200704	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200705	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inscrito		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pago das parcelas		Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
1998	200706	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69	-	-	-	65	-	-	86	-	-	-	-
1998	200707	-	-	-	-	65	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200708	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200709	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200710	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200711	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200712	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inscrito		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas		Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal		Mora		Principal		Mora		Principal		Mora		Principal		Mora		Principal		Mora		Principal		Mora	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1999	200001	-	-	38.472	3.176	3.387	(0)	37.435	6.409	1.037	155	1.037	155	1.037	155	1.037	155	1.037	155	1.037	155	1.037	155	1.037	155
1999	200002	1.037	155	54.182	3.051	4.587	(19)	52.196	6.883	3.025	907	3.025	907	3.025	907	3.025	907	3.025	907	3.025	907	3.025	907	3.025	907
1999	200003	3.025	907	6.794	480	874	(19)	7.099	1.961	2.724	297	2.724	297	2.724	297	2.724	297	2.724	297	2.724	297	2.724	297	2.724	297
1999	200004	2.724	297	15.196	1.339	2.251	(39)	14.364	3.021	3.561	861	3.561	861	3.561	861	3.561	861	3.561	861	3.561	861	3.561	861	3.561	861
1999	200005	3.561	861	24.920	3.388	3.905	0	27.840	8.019	666	109	666	109	666	109	666	109	666	109	666	109	666	109	666	109
1999	200006	666	109	27.455	549	3.798	0	26.221	4.051	1.930	374	1.930	374	1.930	374	1.930	374	1.930	374	1.930	374	1.930	374	1.930	374
1999	200007	1.930	374	4.316	508	772	(10)	4.631	1.277	1.633	359	1.633	359	1.633	359	1.633	359	1.633	359	1.633	359	1.633	359	1.633	359
1999	200008	1.633	359	45.609	124	4.795	-	45.780	4.951	1.462	327	1.462	327	1.462	327	1.462	327	1.462	327	1.462	327	1.462	327	1.462	327
1999	200009	1.462	327	2.410	534	476	(0)	2.410	992	1.462	345	1.462	345	1.462	345	1.462	345	1.462	345	1.462	345	1.462	345	1.462	345
1999	200010	1.462	345	1.010	194	230	(0)	1.010	406	1.462	362	1.462	362	1.462	362	1.462	362	1.462	362	1.462	362	1.462	362	1.462	362
1999	200011	1.462	362	2.555	562	580	(9)	1.610	728	2.407	777	2.407	777	2.407	777	2.407	777	2.407	777	2.407	777	2.407	777	2.407	777
1999	200012	2.407	777	6.031	1.156	1.397	0	7.265	2.978	1.195	329	1.195	329	1.195	329	1.195	329	1.195	329	1.195	329	1.195	329	1.195	329
1999	200101	1.195	329	33	15	(33)	0	-	-	1.195	343	1.195	343	1.195	343	1.195	343	1.195	343	1.195	343	1.195	343	1.195	343
1999	200102	1.195	343	2.033	437	465	0	2.026	882	1.202	363	1.202	363	1.202	363	1.202	363	1.202	363	1.202	363	1.202	363	1.202	363
1999	200103	1.202	363	146	80	36	-	146	102	1.202	378	1.202	378	1.202	378	1.202	378	1.202	378	1.202	378	1.202	378	1.202	378
1999	200104	1.202	378	178	43	43	-	185	77	1.195	386	1.195	386	1.195	386	1.195	386	1.195	386	1.195	386	1.195	386	1.195	386
1999	200105	1.195	386	1.455	324	360	-	1.455	670	1.195	401	1.195	401	1.195	401	1.195	401	1.195	401	1.195	401	1.195	401	1.195	401
1999	200106	1.195	401	421	117	120	(0)	421	223	1.195	415	1.195	415	1.195	415	1.195	415	1.195	415	1.195	415	1.195	415	1.195	415
1999	200107	1.195	415	165	71	59	4	-	-	1.360	540	1.360	540	1.360	540	1.360	540	1.360	540	1.360	540	1.360	540	1.360	540
1999	200108	1.360	540	162	52	54	-	129	69	1.393	578	1.393	578	1.393	578	1.393	578	1.393	578	1.393	578	1.393	578	1.393	578
1999	200109	1.393	578	665	196	195	(0)	576	311	1.481	657	1.481	657	1.481	657	1.481	657	1.481	657	1.481	657	1.481	657	1.481	657
1999	200110	1.481	657	448	160	128	(0)	367	222	1.562	724	1.562	724	1.562	724	1.562	724	1.562	724	1.562	724	1.562	724	1.562	724
1999	200111	1.562	724	-	-	21	(0)	-	-	1.562	745	1.562	745	1.562	745	1.562	745	1.562	745	1.562	745	1.562	745	1.562	745
1999	200112	1.562	745	30	9	25	-	110	65	1.481	713	1.481	713	1.481	713	1.481	713	1.481	713	1.481	713	1.481	713	1.481	713
1999	200201	1.481	713	-	-	19	-	-	-	1.481	733	1.481	733	1.481	733	1.481	733	1.481	733	1.481	733	1.481	733	1.481	733
1999	200202	1.481	733	3.705	774	1.191	(0)	3.892	2.086	1.294	612	1.294	612	1.294	612	1.294	612	1.294	612	1.294	612	1.294	612	1.294	612



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor Inscrito Mora	Valor Inscrito Principal	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final		Saldo Final		Total
		Principal	Mora	Principal	Mora			Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora	
1999	200203	1.294	612	102	40	-	49	-	102	-	72	-	1.294	628	1.294	628	1.922
1999	200204	1.294	628	-	-	-	16	-	-	-	-	-	1.294	645	1.294	645	1.938
1999	200205	1.294	645	-	-	-	16	-	-	-	-	-	1.294	661	1.294	661	1.954
1999	200206	1.294	661	-	-	-	16	-	-	-	-	-	1.294	677	1.294	677	1.971
1999	200207	1.294	677	-	-	-	16	-	-	-	-	-	1.294	693	1.294	693	1.987
1999	200208	1.294	693	96	31	-	33	(0)	194	-	140	-	1.195	616	1.195	616	1.812
1999	200209	1.195	616	-	-	-	14	-	-	-	-	-	1.195	631	1.195	631	1.826
1999	200210	1.195	631	-	-	-	14	-	-	-	-	-	1.195	645	1.195	645	1.840
1999	200211	1.195	645	65	16	-	38	-	65	-	40	-	1.195	660	1.195	660	1.855
1999	200212	1.195	660	44	15	-	33	(0)	44	-	34	-	1.195	674	1.195	674	1.869
1999	200301	1.195	674	175	45	-	85	(0)	175	-	115	-	1.195	688	1.195	688	1.884
1999	200302	1.195	688	33	12	-	28	-	33	-	26	-	1.195	703	1.195	703	1.898
1999	200303	1.195	703	-	-	-	14	-	-	-	-	-	1.195	717	1.195	717	1.912
1999	200304	1.195	717	-	-	-	14	-	-	-	-	-	1.195	731	1.195	731	1.927
1999	200305	1.195	731	941	188	-	411	-	941	-	584	-	1.195	746	1.195	746	1.941
1999	200306	1.195	746	-	-	-	14	-	-	-	-	-	1.195	760	1.195	760	1.955
1999	200307	1.195	760	-	-	-	14	-	-	-	-	-	1.195	775	1.195	775	1.970
1999	200308	1.195	775	-	-	-	14	-	-	-	-	-	1.195	789	1.195	789	1.984
1999	200309	1.195	789	397	135	-	211	-	397	-	332	-	1.195	803	1.195	803	1.999
1999	200310	1.195	803	67	24	-	48	-	67	-	58	-	1.195	818	1.195	818	2.013
1999	200311	1.195	818	-	-	-	14	-	-	-	-	-	1.195	832	1.195	832	2.027
1999	200312	1.195	832	-	-	-	14	-	-	-	-	-	1.195	847	1.195	847	2.042
1999	200401	1.195	847	3.696	631	-	2.195	(0)	3.696	-	2.812	-	1.195	861	1.195	861	2.056
1999	200402	1.195	861	-	-	-	14	-	-	-	-	-	1.195	875	1.195	875	2.070
1999	200403	1.195	875	483	118	-	292	-	483	-	395	-	1.195	890	1.195	890	2.085
1999	200404	1.195	890	-	-	-	14	-	-	-	-	-	1.195	904	1.195	904	2.099



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas		Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final		Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária			Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
1999	200405	1.195	904	-	-	-	-	-	14	-	-	-	-	-	-	1.195	918	-	-	1.195	918	2.114
1999	200406	1.195	918	-	-	-	-	-	14	-	-	-	-	-	-	1.195	933	-	-	1.195	933	2.128
1999	200407	1.195	933	-	-	-	-	-	(690)	-	-	1.195	-	243	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200502	-	-	234	67	-	-	-	169	-	-	234	-	236	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200503	-	-	211	46	-	-	-	135	(0)	-	211	-	181	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200504	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200506	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200507	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200508	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200509	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200510	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200511	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200512	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200601	-	-	195	26	-	-	-	156	-	-	106	-	96	-	-	90	-	85	-	-	175
1999	200602	90	85	-	-	-	-	-	(0)	-	-	90	-	85	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200603	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200605	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200606	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VII
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Total
1999	200607	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200608	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200609	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200610	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200611	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200612	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200701	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200702	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200703	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200704	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200705	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200706	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200708	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200709	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200710	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200711	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200712	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										Descontos / Multas		Pagamento		Saldo Final		Total
		Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Valor Inscrito		pela atraso no		Principal		Mora		Saldo Final	Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	pagto das parcelas	Principal	Mora	Principal	Mora				
2000	200001	-	-	177.502	53.161	89	359	(3)	41	177.143	53.209	230.352						
2000	200002	177.143	53.209	956	239	1.720	628	0	128	177.471	55.038	232.510						
2000	200003	177.471	55.038	112.679	33.813	1.893	448	-	214	289.702	90.530	380.232						
2000	200004	289.702	90.530	3.547	1.064	2.735	62	(0)	13	293.188	94.314	387.502						
2000	200005	293.188	94.314	1.293	369	3.057	149	-	48	294.332	97.692	392.024						
2000	200006	294.332	97.692	5.292	1.573	2.757	657	0	219	298.967	101.804	400.771						
2000	200007	298.967	101.804	2.712	801	3.164	457	-	145	301.222	105.624	406.846						
2000	200008	301.222	105.624	2.053	323	2.921	-	-	-	303.275	108.868	412.143						
2000	200009	303.275	108.868	5.151	1.428	3.066	-	-	-	308.426	113.362	421.788						
2000	200010	308.426	113.362	1.393	312	3.048	90	-	30	309.730	116.692	426.422						
2000	200011	309.730	116.692	1.034	189	3.036	-	-	-	310.763	119.917	430.680						
2000	200012	310.763	119.917	2.034	594	3.413	-	-	-	312.798	123.924	436.722						
2000	200101	312.798	123.924	14.837	289	4.269	14.513	6	1.519	313.117	126.963	440.080						
2000	200102	313.117	126.963	33.630	2.650	5.131	32.709	7	4.528	314.040	130.206	444.246						
2000	200103	314.040	130.206	4.508	721	3.339	4.592	2	1.030	313.953	133.238	447.191						
2000	200104	313.953	133.238	2.483	633	3.310	3.202	(0)	901	313.229	136.285	449.514						
2000	200105	313.229	136.285	3.625	795	3.686	3.743	0	1.125	313.111	139.641	452.752						
2000	200106	313.111	139.641	201	98	3.013	267	(0)	157	313.045	142.595	455.640						
2000	200107	313.045	142.595	1.305	356	3.128	1.251	(0)	487	313.099	145.592	458.691						
2000	200108	313.099	145.592	13.380	2.882	4.395	12.846	(0)	3.822	313.633	149.046	462.680						
2000	200109	313.633	149.046	2.426	586	3.441	1.692	(0)	659	314.366	152.415	466.781						
2000	200110	314.366	152.415	63.862	13.472	10.096	64.656	(0)	20.411	313.573	155.572	469.144						
2000	200111	313.573	155.572	2.997	647	3.409	3.233	(0)	1.103	313.337	158.525	471.861						



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VLI
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas		Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Total		
		Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Mora		Correção Monetária		pelo atraso no pagamento das parcelas		Principal		Mora		Principal			Mora	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			
2000	200112	313.337	158.525	174	58	3.063	(0)	465	178	313.046	161.468	474.515												
2000	200201	313.046	161.468	417	118	3.082	-	450	219	313.014	164.450	477.463												
2000	200202	313.014	164.450	407	141	3.122	-	467	258	312.953	167.454	480.407												
2000	200203	312.953	167.454	223	78	3.550	-	223	131	312.953	170.952	483.905												
2000	200204	312.953	170.952	1.669	459	3.347	(0)	1.017	371	313.606	174.386	487.992												
2000	200205	313.606	174.386	699	193	3.330	-	699	348	313.606	177.560	491.166												
2000	200206	313.606	177.560	11	6	3.013	-	-	-	313.617	180.579	494.196												
2000	200207	313.617	180.579	874	196	3.344	-	671	288	313.821	183.831	497.651												
2000	200208	313.821	183.831	433	135	3.472	-	522	297	313.732	187.140	500.873												
2000	200209	313.732	187.140	311	69	3.077	(0)	226	110	313.817	190.176	503.993												
2000	200210	313.817	190.176	222	48	3.168	-	317	157	313.721	193.236	506.957												
2000	200211	313.721	193.236	390	85	3.203	-	525	248	313.586	196.276	509.862												
2000	200212	313.586	196.276	221	47	3.130	-	221	105	313.586	199.349	512.935												
2000	200301	313.586	199.349	274	65	3.006	-	274	139	313.586	202.280	515.866												
2000	200302	313.586	202.280	-	-	3.427	-	103	51	313.483	205.656	519.139												
2000	200303	313.483	205.656	-	-	3.151	-	-	-	313.483	208.808	522.291												
2000	200304	313.483	208.808	60	15	3.044	-	60	38	313.483	211.829	525.312												
2000	200305	313.483	211.829	78	19	3.272	-	78	44	313.483	215.076	528.560												
2000	200306	313.483	215.076	413	95	3.041	-	67	39	313.829	218.174	532.002												
2000	200307	313.829	218.174	657	164	3.646	-	657	401	313.829	221.583	535.411												
2000	200308	313.829	221.583	65	15	3.147	-	410	249	313.483	224.496	537.979												
2000	200309	313.483	224.496	371	101	3.270	-	371	257	313.483	227.610	541.093												
2000	200310	313.483	227.610	99	29	2.928	-	751	498	312.830	230.069	542.899												



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										Descontos / Multas		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal		Mora		Monetária		pela atraso no		Principal		Mora		Principal		Mora		Principal		Mora		Principal		Mora	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Monetária	pago das parcelas	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Total	Total		
2000	200311	312.830	230.069	-	-	2.978	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	312.830	233.046	545.877	545.877	
2000	200312	312.830	233.046	-	-	3.523	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	312.830	236.569	549.399	549.399	
2000	200401	312.830	236.569	99	29	3.007	-	99	29	3.007	-	99	74	312.830	239.530	552.361	552.361	552.361	552.361	552.361	312.830	239.530	552.361	552.361	
2000	200402	312.830	239.530	68	16	3.168	-	68	16	3.168	-	68	45	312.830	242.669	555.499	555.499	555.499	555.499	555.499	312.830	242.669	555.499	555.499	
2000	200403	312.830	242.669	168	51	3.182	-	168	51	3.182	-	168	125	312.830	245.778	558.608	558.608	558.608	558.608	558.608	312.830	245.778	558.608	558.608	
2000	200404	312.830	245.778	114	31	3.068	-	114	31	3.068	-	113	73	312.832	248.803	561.635	561.635	561.635	561.635	561.635	312.832	248.803	561.635	561.635	
2000	200405	312.832	248.803	-	-	3.463	-	-	-	3.463	-	2	6	312.830	252.260	565.090	565.090	565.090	565.090	565.090	312.830	252.260	565.090	565.090	
2000	200406	312.830	252.260	-	-	2.949	-	-	-	2.949	-	-	-	312.830	255.208	568.039	568.039	568.039	568.039	568.039	312.830	255.208	568.039	568.039	
2000	200407	312.830	255.208	-	-	3.025	-	-	-	3.025	-	33	28	312.798	258.205	571.003	571.003	571.003	571.003	571.003	312.798	258.205	571.003	571.003	
2000	200408	312.798	258.205	-	-	3.153	-	-	-	3.153	-	-	-	312.798	261.358	574.156	574.156	574.156	574.156	574.156	312.798	261.358	574.156	574.156	
2000	200409	312.798	261.358	-	-	3.039	-	-	-	3.039	-	-	-	312.798	264.397	577.195	577.195	577.195	577.195	577.195	312.798	264.397	577.195	577.195	
2000	200410	312.798	264.397	1.188	275	3.986	(36)	89	71	3.986	(36)	89	71	313.896	268.587	582.483	582.483	582.483	582.483	582.483	313.896	268.587	582.483	582.483	
2000	200411	313.896	268.587	85	19	3.126	-	85	19	3.126	-	85	67	313.896	271.665	585.562	585.562	585.562	585.562	585.562	313.896	271.665	585.562	585.562	
2000	200412	313.896	271.665	75	17	3.077	-	75	17	3.077	-	373	286	313.598	274.474	588.072	588.072	588.072	588.072	588.072	313.598	274.474	588.072	588.072	
2000	200501	313.598	274.474	648	140	3.443	-	648	140	3.443	-	648	468	313.598	277.589	591.187	591.187	591.187	591.187	591.187	313.598	277.589	591.187	591.187	
2000	200502	313.598	277.589	602	158	3.408	(0)	602	158	3.408	(0)	602	488	313.598	280.667	594.265	594.265	594.265	594.265	594.265	313.598	280.667	594.265	594.265	
2000	200503	313.598	280.667	330	75	3.686	(0)	330	75	3.686	(0)	330	255	313.598	284.173	597.771	597.771	597.771	597.771	597.771	313.598	284.173	597.771	597.771	
2000	200504	313.598	284.173	-	-	2.924	-	-	-	2.924	-	406	311	313.197	286.782	599.979	599.979	599.979	599.979	599.979	313.197	286.782	599.979	599.979	
2000	200505	313.197	286.782	-	-	3.059	-	-	-	3.059	-	-	-	313.197	289.841	603.038	603.038	603.038	603.038	603.038	313.197	289.841	603.038	603.038	
2000	200506	313.197	289.841	116	26	3.102	-	116	26	3.102	-	531	391	312.798	292.562	605.360	605.360	605.360	605.360	605.360	312.798	292.562	605.360	605.360	
2000	200507	312.798	292.562	-	-	3.096	-	-	-	3.096	-	-	-	312.798	295.658	608.456	608.456	608.456	608.456	608.456	312.798	295.658	608.456	608.456	
2000	200508	312.798	295.658	-	-	3.409	-	-	-	3.409	-	-	-	312.798	299.067	611.865	611.865	611.865	611.865	611.865	312.798	299.067	611.865	611.865	
2000	200509	312.798	299.067	-	-	3.031	-	-	-	3.031	-	-	-	312.798	302.098	614.896	614.896	614.896	614.896	614.896	312.798	302.098	614.896	614.896	



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VLI
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Total
		Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Mora		Monetária		Principal		Principal		Mora		
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			
2000	200510	312.798	302.098	-	-	-	-	-	-	-	-	3.096	-	-	-	312.798	305.194	617.992		
2000	200511	312.798	305.194	-	-	-	-	-	-	-	-	3.066	-	-	-	312.798	308.260	621.058		
2000	200512	312.798	308.260	-	-	-	-	-	-	-	-	3.133	-	-	-	312.798	311.393	624.191		
2000	200601	312.798	311.393	-	-	-	-	-	-	-	-	3.523	-	-	-	312.798	314.916	627.714		
2000	200602	312.798	314.916	-	-	-	-	-	-	-	-	2.898	-	-	-	312.798	317.814	630.612		
2000	200603	312.798	317.814	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	-	-	-	312.798	320.814	633.612		
2000	200604	312.798	320.814	-	-	-	-	-	-	-	-	3.052	-	-	-	312.798	323.866	636.664		
2000	200605	312.798	323.866	-	-	-	-	-	-	-	-	3.171	-	-	-	312.798	327.037	639.835		
2000	200606	312.798	327.037	-	-	-	-	-	-	-	-	2.944	-	-	-	312.798	329.981	642.779		
2000	200607	312.798	329.981	-	-	-	-	-	-	-	-	3.310	-	-	-	312.798	333.291	646.089		
2000	200608	312.798	333.291	-	-	-	-	-	-	-	-	3.267	-	-	-	312.798	336.558	649.356		
2000	200609	312.798	336.558	-	-	-	-	-	-	-	-	3.024	-	-	-	312.798	339.582	652.380		
2000	200610	312.798	339.582	-	-	-	-	-	-	-	-	3.008	-	-	-	312.798	342.590	655.388		
2000	200611	312.798	342.590	-	-	-	-	-	-	-	-	3.008	-	-	-	312.798	345.598	658.396		
2000	200612	312.798	345.598	-	-	-	-	-	-	-	-	3.373	-	-	-	312.798	348.971	661.769		
2000	200701	312.798	348.971	-	-	-	-	-	-	-	-	13.710	-	-	-	312.798	362.681	675.479		
2000	200702	312.798	362.681	-	-	-	-	-	-	-	-	3.263	-	-	-	312.798	365.944	678.742		
2000	200703	312.798	365.944	-	-	-	-	-	-	-	-	2.909	-	-	-	312.798	368.853	681.651		
2000	200704	312.798	368.853	-	-	-	-	-	-	-	-	3.548	-	-	-	312.798	372.401	685.199		
2000	200705	312.798	372.401	-	-	-	-	-	-	-	-	3.036	-	-	-	312.798	375.437	688.235		
2000	200706	312.798	375.437	-	-	-	-	-	-	-	-	3.027	-	-	-	312.798	378.464	691.262		
2000	200707	312.798	378.464	426	91	426	91	-	-	-	-	3.449	-	426	486	312.798	381.518	694.316		
2000	200708	312.798	381.518	-	-	-	-	-	-	-	-	3.068	-	-	-	312.798	384.586	697.384		



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
2000	200709	312.798	384.586	-	-	-	-	-	-	3.470	-	-	-	312.798	388.056	312.798	388.056	700.854
2000	200710	312.798	388.056	359	41	359	-	-	359	3.228	-	359	378	312.798	390.947	312.798	390.947	703.745
2000	200711	312.798	390.947	-	-	-	-	-	-	3.186	-	-	-	312.798	394.133	312.798	394.133	706.931
2000	200712	312.798	394.133	-	-	-	-	-	-	2.996	-	-	-	312.798	397.129	312.798	397.129	709.927
2000	200801	312.798	397.129	-	-	-	-	-	-	19.056	-	-	-	312.798	416.185	312.798	416.185	728.983



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
2001	200101	-	-	6.806	471	435	(0)	5.402	497	1.404	409	1.404	409	1.813		1.813
2001	200102	1.404	409	36.591	2.293	363	7	34.840	2.222	3.155	837	3.155	837	3.992		3.992
2001	200103	3.155	837	168.401	48.417	379	3	9.735	1.070	161.818	48.562	161.818	48.562	210.380		210.380
2001	200104	161.818	48.562	11.007	2.188	1.528	7	7.273	1.008	165.544	51.271	165.544	51.271	216.815		216.815
2001	200105	165.544	51.271	3.158	992	1.651	(0)	1.319	396	167.382	53.519	167.382	53.519	220.901		220.901
2001	200106	167.382	53.519	8.395	2.549	1.492	(0)	1.783	564	173.994	56.996	173.994	56.996	230.990		230.990
2001	200107	173.994	56.996	1.781	569	2.201	(0)	1.163	409	174.611	59.357	174.611	59.357	233.968		233.968
2001	200108	174.611	59.357	4.863	890	1.603	(0)	4.057	701	175.417	61.149	175.417	61.149	236.566		236.566
2001	200109	175.417	61.149	8.847	2.283	1.964	(0)	3.428	809	180.836	64.587	180.836	64.587	245.423		245.423
2001	200110	180.836	64.587	2.973	835	1.871	(0)	2.086	642	181.724	66.651	181.724	66.651	248.374		248.374
2001	200111	181.724	66.651	2.194	621	1.673	(0)	1.413	435	182.505	68.509	182.505	68.509	251.014		251.014
2001	200112	182.505	68.509	31.239	3.941	2.696	-	25.394	2.556	188.350	72.589	188.350	72.589	260.938		260.938
2001	200201	188.350	72.589	52.367	3.570	2.516	(0)	50.772	4.283	189.945	74.391	189.945	74.391	264.336		264.336
2001	200202	189.945	74.391	28.850	2.840	2.840	(0)	29.139	3.812	189.654	76.261	189.654	76.261	265.915		265.915
2001	200203	189.654	76.261	12.442	2.296	2.643	(0)	12.612	2.797	189.484	78.403	189.484	78.403	267.888		267.888
2001	200204	189.484	78.403	7.835	1.677	2.269	(0)	6.229	1.812	191.091	80.537	191.091	80.537	271.628		271.628
2001	200205	191.091	80.537	2.626	646	2.620	(0)	3.051	1.016	190.665	82.787	190.665	82.787	273.452		273.452
2001	200206	190.665	82.787	7.909	1.714	2.629	(0)	7.752	2.530	190.822	84.600	190.822	84.600	275.422		275.422
2001	200207	190.822	84.600	1.648	392	1.992	(0)	3.368	1.105	189.103	85.879	189.103	85.879	274.982		274.982
2001	200208	189.103	85.879	29.800	6.178	5.053	(0)	30.207	9.530	188.696	87.580	188.696	87.580	276.276		276.276
2001	200209	188.696	87.580	5.074	1.230	2.241	(0)	2.851	923	190.919	90.128	190.919	90.128	281.048		281.048
2001	200210	190.919	90.128	1.011	304	2.563	-	1.410	548	190.520	92.447	190.520	92.447	282.967		282.967
2001	200211	190.520	92.447	658	151	1.771	(0)	796	317	190.382	94.051	190.382	94.051	284.433		284.433
2001	200212	190.382	94.051	442	104	1.942	-	442	158	190.382	95.939	190.382	95.939	286.321		286.321
2001	200301	190.382	95.939	1.044	236	1.895	-	1.122	448	190.305	97.622	190.305	97.622	287.927		287.927



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
2001	200302	190.305	97.622	831	178	1.976	(0)	1.132	414	190.003	99.362	289.365				
2001	200303	190.003	99.362	126	31	2.398	-	126	54	190.003	101.737	291.740				
2001	200304	190.003	101.737	542	190	1.858	-	55	31	190.491	103.754	294.244				
2001	200305	190.491	103.754	-	-	1.618	-	2.145	871	188.345	104.501	292.846				
2001	200306	188.345	104.501	547	231	1.804	-	-	-	188.892	106.536	295.428				
2001	200307	188.892	106.536	60	15	1.956	-	93	46	188.860	108.461	297.321				
2001	200308	188.860	108.461	-	-	2.391	-	-	-	188.860	110.852	299.712				
2001	200309	188.860	110.852	371	101	1.581	-	815	463	188.415	112.071	300.486				
2001	200310	188.415	112.071	128	42	1.896	-	185	115	188.357	113.893	302.251				
2001	200311	188.357	113.893	-	-	1.643	-	123	81	188.235	115.456	303.691				
2001	200312	188.235	115.456	-	-	1.837	-	-	-	188.235	117.293	305.527				
2001	200401	188.235	117.293	-	-	1.663	-	-	-	188.235	118.956	307.190				
2001	200402	188.235	118.956	118	27	2.463	-	118	70	188.235	121.374	309.609				
2001	200403	188.235	121.374	-	-	1.816	-	-	-	188.235	123.190	311.425				
2001	200404	188.235	123.190	-	-	1.567	-	488	269	187.747	124.489	312.236				
2001	200405	187.747	124.489	2	3	1.959	-	2	4	187.747	126.447	314.195				
2001	200406	187.747	126.447	-	-	1.587	-	362	263	187.386	127.771	315.157				
2001	200407	187.386	127.771	-	-	2.193	-	250	165	187.135	129.800	316.935				
2001	200408	187.135	129.800	-	-	1.915	-	-	-	187.135	131.715	318.850				
2001	200409	187.135	131.715	66	23	1.697	-	66	47	187.135	133.388	320.523				
2001	200410	187.135	133.388	-	-	1.825	(0)	-	-	187.135	135.213	322.348				
2001	200411	187.135	135.213	128	27	1.687	-	128	73	187.135	136.854	323.989				
2001	200412	187.135	136.854	240	60	2.471	-	240	167	187.135	139.218	326.353				
2001	200501	187.135	139.218	2.170	465	2.605	(0)	2.170	1.437	187.135	140.852	327.987				
2001	200502	187.135	140.852	3.098	688	3.191	(0)	3.098	2.019	187.135	142.712	329.847				



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor inserido		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final Principal		Saldo Final Mora		Saldo Final Total	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	(0)		Principal				Principal				Total	
2001	200503	187.135	142.712	853	192	853	192	2.306				853		562		187.135		144.647		331.782	
2001	200504	187.135	144.647	91	27	91	27	1.680				17		14		187.210		146.339		333.549	
2001	200505	187.210	146.339	-	-	-	-	2.307				74		52		187.135		148.594		335.729	
2001	200506	187.135	148.594	133	30	133	30	1.752				133		100		187.135		150.276		337.411	
2001	200507	187.135	150.276	522	127	522	127	2.087				522		381		187.135		152.109		339.244	
2001	200508	187.135	152.109	-	-	-	-	1.882				-		-		187.135		153.991		341.126	
2001	200509	187.135	153.991	-	-	-	-	1.656				-		-		187.135		155.647		342.782	
2001	200510	187.135	155.647	-	-	-	-	2.324				-		-		187.135		157.971		345.106	
2001	200511	187.135	157.971	-	-	-	-	1.673				-		-		187.135		159.644		346.779	
2001	200512	187.135	159.644	-	-	-	-	1.845				-		-		187.135		161.489		348.624	
2001	200601	187.135	161.489	-	-	-	-	1.704				-		-		187.135		163.193		350.328	
2001	200602	187.135	163.193	30	6	30	6	1.887				30		22		187.135		165.064		352.199	
2001	200603	187.135	165.064	-	-	-	-	2.301				-		-		187.135		167.365		354.500	
2001	200604	187.135	167.365	-	-	-	-	1.669				-		-		187.135		169.034		356.169	
2001	200605	187.135	169.034	-	-	-	-	1.847				-		-		187.135		170.881		358.016	
2001	200606	187.135	170.881	-	-	-	-	1.687				-		-		187.135		172.568		359.703	
2001	200607	187.135	172.568	-	-	-	-	1.849				-		-		187.135		174.417		361.552	
2001	200608	187.135	174.417	-	-	-	-	2.336				-		-		187.135		176.753		363.888	
2001	200609	187.135	176.753	-	-	-	-	1.654				-		-		187.135		178.407		365.542	
2001	200610	187.135	178.407	-	-	-	-	1.854				-		-		187.135		180.261		367.396	
2001	200611	187.135	180.261	-	-	-	-	1.711				-		-		187.135		181.972		369.107	
2001	200612	187.135	181.972	-	-	-	-	1.825				-		-		187.135		183.797		370.932	
2001	200701	187.135	183.797	-	-	-	-	8.633				-		-		187.135		192.430		379.565	
2001	200702	187.135	192.430	-	-	-	-	1.687				-		-		187.135		194.117		381.252	
2001	200703	187.135	194.117	-	-	-	-	1.839				-		-		187.135		195.956		383.091	



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
*Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008*

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de										Total
		Saldo Inicial		Valor Inscrito		Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas	Pagamento		Saldo Final		
		Principal	Mora	Principal	Mora			Principal	Mora	Principal	Mora	
2001	200704	187.135	195.956	-	-	1.875	-	-	-	187.135	197.831	384.966
2001	200705	187.135	197.831	-	-	1.639	-	-	-	187.135	199.470	386.605
2001	200706	187.135	199.470	-	-	2.352	-	-	-	187.135	201.822	388.957
2001	200707	187.135	201.822	-	-	1.655	-	-	-	187.135	203.477	390.612
2001	200708	187.135	203.477	-	-	1.852	-	-	-	187.135	205.329	392.464
2001	200709	187.135	205.329	-	-	1.715	-	-	-	187.135	207.044	394.179
2001	200710	187.135	207.044	-	-	1.864	-	-	-	187.135	208.908	396.043
2001	200711	187.135	208.908	-	-	2.301	-	-	-	187.135	211.209	398.344
2001	200712	187.135	211.209	-	-	1.666	-	-	-	187.135	212.875	400.010
2001	200801	187.135	212.875	-	-	11.264	-	-	-	187.135	224.139	411.274



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inscrito		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de		Descontos / Multas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal + Correção Monetária	Principal	pela atraso no pagto das parcelas	Pagamento Principal	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
2002	200108	-	-	-	63	127	-	-	(42)	-	127	-	127	21	-	-	-	-	-	-
2002	200109	-	-	-	6	33	-	-	(0)	-	33	-	33	6	-	-	-	-	-	-
2002	200110	-	-	-	31	131	-	-	-	-	131	-	131	31	-	-	-	-	-	-
2002	200111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200112	-	-	-	8	93	-	-	(0)	-	93	-	93	8	-	-	-	-	-	-
2002	200201	-	-	-	1.380	12.688	-	12.688	(90)	1.380	12.686	100	1.286	266	60	266	60	326	326	326
2002	200202	266	60	266	2.614	34.296	-	34.296	385	2.614	26.310	192	1.890	8.153	1.077	8.153	1.077	9.230	9.230	9.230
2002	200203	8.153	1.077	8.153	71.968	246.334	-	246.334	457	71.968	9.534	140	957	244.859	72.499	244.859	72.499	317.358	317.358	317.358
2002	200204	244.859	72.499	244.859	511	3.632	-	3.632	2.076	511	8.550	77	1.001	239.872	74.076	239.872	74.076	313.949	313.949	313.949
2002	200205	239.872	74.076	239.872	546	2.040	-	2.040	2.590	546	1.865	93	529	239.980	76.656	239.980	76.656	316.636	316.636	316.636
2002	200206	239.980	76.656	239.980	1.108	3.743	-	3.743	2.210	1.108	2.086	44	672	241.541	79.260	241.541	79.260	320.801	320.801	320.801
2002	200207	241.541	79.260	241.541	895	4.764	-	4.764	2.961	895	4.866	11	952	241.422	82.137	241.422	82.137	323.559	323.559	323.559
2002	200208	241.422	82.137	241.422	1.803	10.745	-	10.745	2.728	1.803	8.632	15	1.493	243.528	85.170	243.528	85.170	328.698	328.698	328.698
2002	200209	243.528	85.170	243.528	3.575	20.472	-	20.472	3.204	3.575	12.118	3	2.648	251.871	89.297	251.871	89.297	341.168	341.168	341.168
2002	200210	251.871	89.297	251.871	1.201	5.376	-	5.376	2.681	1.201	11.604	3	2.711	245.643	90.465	245.643	90.465	336.108	336.108	336.108
2002	200211	245.643	90.465	245.643	1.561	9.992	-	9.992	2.622	1.561	9.071	(0)	1.919	246.565	92.730	246.565	92.730	339.295	339.295	339.295
2002	200212	246.565	92.730	246.565	4.639	45.824	-	45.824	4.056	4.639	23.914	5	3.618	268.461	97.816	268.461	97.816	366.276	366.276	366.276
2002	200301	268.461	97.816	268.461	5.977	48.052	-	48.052	3.683	5.977	65.019	3	8.543	251.482	98.942	251.482	98.942	350.424	350.424	350.424
2002	200302	251.482	98.942	251.482	4.611	48.252	-	48.252	3.848	4.611	45.274	19	5.481	254.450	101.912	254.450	101.912	356.362	356.362	356.362
2002	200303	254.450	101.912	254.450	830	4.556	-	4.556	2.611	830	5.476	8	1.088	253.521	104.265	253.521	104.265	357.786	357.786	357.786
2002	200304	253.521	104.265	253.521	441	1.889	-	1.889	2.645	441	2.860	6	773	252.550	106.573	252.550	106.573	359.122	359.122	359.122
2002	200305	252.550	106.573	252.550	1.621	7.688	-	7.688	3.369	1.621	2.505	(0)	609	257.733	110.955	257.733	110.955	368.688	368.688	368.688
2002	200306	257.733	110.955	257.733	727	3.281	-	3.281	2.554	727	10.377	9	2.760	250.637	111.467	250.637	111.467	362.104	362.104	362.104
2002	200307	250.637	111.467	250.637	105	425	-	425	2.534	105	2.950	-	564	248.100	113.555	248.100	113.555	361.655	361.655	361.655
2002	200308	248.100	113.555	248.100	118	533	-	533	2.421	118	470	-	146	248.163	115.948	248.163	115.948	364.111	364.111	364.111



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora					Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
2002	200309	248.163	115.948	94	48	2.213	-	644	243	247.613	117.966	365.580				
2002	200310	247.613	117.966	35	31	2.920	-	35	37	247.613	120.881	368.494				
2002	200311	247.613	120.881	3.540	751	3.030	-	565	189	250.588	124.472	375.060				
2002	200312	250.588	124.472	-	-	2.345	-	3.554	1.408	247.028	125.416	372.444				
2002	200401	247.028	125.416	99	29	2.191	-	93	47	247.028	127.594	374.622				



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
2002	200402	247.028	127.594	-	-	-	-	2.447	9	-	-	247.028	130.033	247.028	130.033	377.060
2002	200403	247.028	130.033	359	93	359	93	3.078	-	658	292	246.729	132.911	246.729	132.911	379.640
2002	200404	246.729	132.911	161	36	161	36	2.022	(0)	750	305	246.140	134.664	246.140	134.664	380.803
2002	200405	246.140	134.664	35	12	35	12	2.416	3	33	20	246.140	137.070	246.140	137.070	383.210
2002	200406	246.140	137.070	538	117	538	117	2.545	(0)	538	219	246.140	139.513	246.140	139.513	385.653
2002	200407	246.140	139.513	298	63	298	63	2.424	-	298	137	246.140	141.863	246.140	141.863	388.003
2002	200408	246.140	141.863	-	-	-	-	2.890	-	118	54	246.022	144.699	246.022	144.699	390.721
2002	200409	246.022	144.699	753	174	753	174	2.384	(0)	318	149	246.457	147.108	246.457	147.108	393.565
2002	200410	246.457	147.108	-	-	-	-	2.572	-	435	203	246.022	149.477	246.022	149.477	395.499
2002	200411	246.022	149.477	3.623	728	3.623	728	3.062	-	3.623	1.597	246.022	151.669	246.022	151.669	397.691
2002	200412	246.022	151.669	518	142	518	142	2.480	9	420	221	246.120	154.061	246.120	154.061	400.181
2002	200501	246.120	154.061	303	84	303	84	2.327	-	303	171	246.120	156.301	246.120	156.301	402.421
2002	200502	246.120	156.301	353	88	353	88	3.249	(0)	353	217	246.120	159.420	246.120	159.420	405.541
2002	200503	246.120	159.420	356	92	356	92	2.527	8	233	144	246.243	161.887	246.243	161.887	408.130
2002	200504	246.243	161.887	-	-	-	-	2.219	-	123	85	246.115	164.027	246.115	164.027	410.142
2002	200505	246.115	164.027	-	-	-	-	2.650	-	88	57	246.022	166.624	246.022	166.624	412.646
2002	200506	246.022	166.624	-	-	-	-	2.148	-	-	-	246.022	168.772	246.022	168.772	414.794
2002	200507	246.022	168.772	-	-	-	-	2.814	-	-	-	246.022	171.586	246.022	171.586	417.608
2002	200508	246.022	171.586	-	-	-	-	2.428	-	-	-	246.022	174.014	246.022	174.014	420.036
2002	200509	246.022	174.014	-	-	-	-	2.418	-	-	-	246.022	176.432	246.022	176.432	422.454
2002	200510	246.022	176.432	-	-	-	-	2.390	-	-	-	246.022	178.822	246.022	178.822	424.844
2002	200511	246.022	178.822	-	-	-	-	2.158	-	-	-	246.022	180.980	246.022	180.980	427.002
2002	200512	246.022	180.980	-	-	-	-	2.867	-	-	-	246.022	183.847	246.022	183.847	429.869
2002	200601	246.022	183.847	-	-	-	-	2.425	-	-	-	246.022	186.272	246.022	186.272	432.294
2002	200602	246.022	186.272	-	-	-	-	2.330	-	-	-	246.022	188.602	246.022	188.602	434.624



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito	Valor Inscrito	Juros sobre o Saldo de		Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal + Correção Monetária	Principal		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Total
2002	200603	246.022	188.602	-	-	2.455	-	-	-	-	246.022	191.057	437.079	
2002	200604	246.022	191.057	-	-	2.424	-	-	-	-	246.022	193.481	439.503	
2002	200605	246.022	193.481	598	182	3.034	-	-	598	439	246.022	196.258	442.280	
2002	200606	246.022	196.258	-	-	2.243	-	-	-	-	246.022	198.501	444.523	
2002	200607	246.022	198.501	-	-	2.365	-	-	-	-	246.022	200.866	446.888	
2002	200608	246.022	200.866	-	-	2.649	-	-	-	-	246.022	203.515	449.537	
2002	200609	246.022	203.515	-	-	2.183	-	-	-	-	246.022	205.698	451.720	
2002	200610	246.022	205.698	-	-	2.770	-	-	-	-	246.022	208.468	454.490	
2002	200611	246.022	208.468	-	-	2.235	-	-	-	-	246.022	210.703	456.725	
2002	200612	246.022	210.703	-	-	2.650	-	-	-	-	246.022	213.353	459.375	
2002	200701	246.022	213.353	-	-	10.621	-	-	-	-	246.022	223.974	469.996	
2002	200702	246.022	223.974	-	-	2.454	-	-	-	-	246.022	226.428	472.450	
2002	200703	246.022	226.428	-	-	2.817	-	-	-	-	246.022	229.245	475.267	
2002	200704	246.022	229.245	-	-	2.345	-	-	-	-	246.022	231.590	477.612	
2002	200705	246.022	231.590	-	-	2.235	-	-	-	-	246.022	233.825	479.847	
2002	200706	246.022	233.825	-	-	2.627	-	-	-	-	246.022	236.452	482.474	
2002	200707	246.022	236.452	-	-	2.256	-	-	-	-	246.022	238.688	484.710	
2002	200708	246.022	238.688	-	-	2.860	-	-	-	-	246.022	241.548	487.570	
2002	200709	246.022	241.548	-	-	2.445	-	-	-	-	246.022	243.993	490.015	
2002	200710	246.022	243.993	-	-	2.309	-	-	-	-	246.022	246.302	492.324	
2002	200711	246.022	246.302	-	-	2.442	-	-	-	-	246.022	248.744	494.766	
2002	200712	246.022	248.744	-	-	2.177	-	-	-	-	246.022	250.921	496.943	
2002	200801	246.022	250.921	-	-	15.428	-	-	-	-	246.022	266.349	512.371	



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VII
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas		Pagamento Principal		Saldo Final		Saldo Final Total
		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas		Pagamento Principal		Saldo Final				
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			
2003	200011	-	-	598	182	-	-	(0)	-	-	-	-	-	598	182	780		
2003	200012	598	182	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	190	788		
2003	200101	598	190	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	198	795		
2003	200102	598	198	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	206	803		
2003	200103	598	206	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	213	811		
2003	200104	598	213	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	221	819		
2003	200105	598	221	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	229	827		
2003	200106	598	229	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	237	834		
2003	200107	598	237	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	245	842		
2003	200108	598	245	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	252	850		
2003	200109	598	252	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	260	858		
2003	200110	598	260	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	268	866		
2003	200111	598	268	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	276	873		
2003	200112	598	276	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	284	881		
2003	200201	598	284	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	291	889		
2003	200202	598	291	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	299	897		
2003	200203	598	299	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	307	905		
2003	200204	598	307	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	315	912		
2003	200205	598	315	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	323	920		
2003	200206	598	323	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	330	928		
2003	200207	598	330	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	338	936		
2003	200208	598	338	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	346	944		
2003	200209	598	346	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	354	951		
2003	200210	598	354	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	598	362	959		



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VII

Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o										Saldo de		Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total
		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas	Pagamento		Pagamento Mora				
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			Principal	Mora					
2003	200211	598	362	-	-	-	8	-	-	-	-	598	369	967		
2003	200212	598	369	-	-	-	8	-	-	-	-	598	377	975		
2003	200301	598	377	66.190	4.873	66.190	3	0	64.662	4.479	2.122	779	779	2.901		
2003	200302	2.122	779	41.680	2.910	41.680	421	0	37.107	2.828	6.696	1.281	7.977	7.977		
2003	200303	6.696	1.281	304.008	85.953	304.008	916	0	27.982	3.550	282.721	84.600	367.321	367.321		
2003	200304	282.721	84.600	27.839	2.473	27.839	2.882	0	26.684	2.691	283.876	87.263	371.139	371.139		
2003	200305	283.876	87.263	16.384	3.328	16.384	3.041	0	14.927	3.328	285.333	90.304	375.638	375.638		
2003	200306	285.333	90.304	13.008	3.382	13.008	2.693	(6)	10.391	2.210	287.951	94.169	382.120	382.120		
2003	200307	287.951	94.169	3.802	594	3.802	3.803	0	1.720	440	290.033	98.126	388.159	388.159		
2003	200308	290.033	98.126	2.019	558	2.019	2.611	-	845	238	291.207	101.057	392.265	392.265		
2003	200309	291.207	101.057	47.559	1.438	47.559	2.953	0	958	318	337.808	105.131	442.939	442.939		
2003	200310	337.808	105.131	1.327	395	1.327	3.209	0	1.529	258	337.606	108.476	446.083	446.083		
2003	200311	337.606	108.476	5.223	1.574	5.223	3.001	0	503	140	342.327	112.911	455.238	455.238		
2003	200312	342.327	112.911	6.819	2.043	6.819	4.459	0	696	258	348.450	119.155	467.605	467.605		
2003	200401	348.450	119.155	15.271	1.746	15.271	3.470	0	13.637	1.866	350.084	122.506	472.589	472.589		
2003	200402	350.084	122.506	3.658	514	3.658	3.535	0	4.489	782	349.252	125.772	475.025	475.025		
2003	200403	349.252	125.772	9.213	1.902	9.213	4.074	0	10.265	2.712	348.201	129.037	477.238	477.238		
2003	200404	348.201	129.037	21.420	4.439	21.420	4.198	0	21.773	5.607	347.848	132.066	479.914	479.914		
2003	200405	347.848	132.066	121	33	121	4.362	-	321	114	347.648	136.348	483.995	483.995		
2003	200406	347.648	136.348	1.572	385	1.572	3.268	0	1.273	518	347.946	139.483	487.430	487.430		
2003	200407	347.946	139.483	123	45	123	3.348	-	388	146	347.680	142.730	490.410	490.410		
2003	200408	347.680	142.730	499	133	499	3.395	-	1.281	489	346.898	145.769	492.667	492.667		
2003	200409	346.898	145.769	633	197	633	3.237	-	756	362	346.775	148.841	495.616	495.616		
2003	200410	346.775	148.841	715	178	715	4.558	-	715	290	346.775	153.287	500.062	500.062		



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
*Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008*

Anexo VII

Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas		Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Total
		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Mora		Correção Monetária		pela atraso no pagto das parcelas		Principal		Mora		Principal		Mora		
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			
2003	200411	346.775	153.287	2.909	617	3.482	-	3.482	-	2.909	1.017	346.775	156.368	503.143								
2003	200412	346.775	156.368	2.212	510	3.698	-	3.698	-	2.111	861	346.875	159.715	506.590								
2003	200501	346.875	159.715	1.572	335	3.382	0	3.382	0	1.572	561	346.875	162.872	509.747								
2003	200502	346.875	162.872	658	183	3.550	0	3.550	0	758	357	346.775	166.247	513.022								
2003	200503	346.775	166.247	30.043	6.070	10.103	(894)	10.103	(894)	-	-	376.818	182.420	559.238								
2003	200504	376.818	182.420	66	19	3.570	0	3.570	0	277	154	376.607	185.854	562.461								
2003	200505	376.607	185.854	-	-	3.723	-	3.723	-	94	50	376.515	189.526	566.041								
2003	200506	376.515	189.526	371	109	3.262	0	3.262	0	30.381	11.878	347.146	180.377	527.522								
2003	200507	347.146	180.377	211	51	3.524	-	3.524	-	463	259	346.893	183.693	530.587								
2003	200508	346.893	183.693	123	42	4.487	0	4.487	0	241	140	346.775	188.082	534.857								
2003	200509	346.775	188.082	-	-	3.077	-	3.077	-	-	-	346.775	191.159	537.934								
2003	200510	346.775	191.159	-	-	3.316	-	3.316	-	-	-	346.775	194.475	541.250								
2003	200511	346.775	194.475	-	-	3.139	-	3.139	-	-	-	346.775	197.614	544.389								
2003	200512	346.775	197.614	-	-	3.384	-	3.384	-	-	-	346.775	200.998	547.773								
2003	200601	346.775	200.998	-	-	3.106	-	3.106	-	-	-	346.775	204.104	550.879								
2003	200602	346.775	204.104	-	-	4.446	-	4.446	-	-	-	346.775	208.550	555.325								
2003	200603	346.775	208.550	-	-	3.286	-	3.286	-	-	-	346.775	211.836	558.611								
2003	200604	346.775	211.836	-	-	3.108	-	3.108	-	-	-	346.775	214.944	561.719								
2003	200605	346.775	214.944	-	-	3.484	-	3.484	-	-	-	346.775	218.428	565.203								
2003	200606	346.775	218.428	-	-	3.120	-	3.120	-	-	-	346.775	221.548	568.323								
2003	200607	346.775	221.548	-	-	4.269	-	4.269	-	-	-	346.775	225.817	572.592								
2003	200608	346.775	225.817	-	-	3.451	-	3.451	-	-	-	346.775	229.268	576.043								
2003	200609	346.775	229.268	-	-	3.135	-	3.135	-	-	-	346.775	232.403	579.178								
2003	200610	346.775	232.403	-	-	3.385	-	3.385	-	-	-	346.775	235.788	582.563								



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.1

Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção		Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final	Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Monetária	Correção		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora		
2003	200611	346.775	235.788	-	-	-	3.109	-	-	-	346.775	238.897	346.775	238.897	585.672	585.672
2003	200612	346.775	238.897	-	-	-	4.316	-	-	-	346.775	243.213	346.775	243.213	589.988	589.988
2003	200701	346.775	243.213	-	-	-	14.854	-	-	-	346.775	258.067	346.775	258.067	604.842	604.842
2003	200702	346.775	258.067	-	-	-	3.087	-	-	-	346.775	261.154	346.775	261.154	607.929	607.929
2003	200703	346.775	261.154	359	41	-	3.649	-	359	223	346.775	264.621	346.775	264.621	611.396	611.396
2003	200704	346.775	264.621	-	-	-	4.448	-	-	-	346.775	269.069	346.775	269.069	615.844	615.844
2003	200705	346.775	269.069	-	-	-	3.084	-	-	-	346.775	272.153	346.775	272.153	618.928	618.928
2003	200706	346.775	272.153	-	-	-	3.313	-	-	-	346.775	275.466	346.775	275.466	622.241	622.241
2003	200707	346.775	275.466	-	-	-	3.145	-	-	-	346.775	278.611	346.775	278.611	625.386	625.386
2003	200708	346.775	278.611	-	-	-	3.378	-	-	-	346.775	281.989	346.775	281.989	628.764	628.764
2003	200709	346.775	281.989	-	-	-	3.112	-	-	-	346.775	285.101	346.775	285.101	631.876	631.876
2003	200710	346.775	285.101	-	-	-	4.443	-	-	-	346.775	289.544	346.775	289.544	636.319	636.319
2003	200711	346.775	289.544	-	-	-	3.288	-	-	-	346.775	292.832	346.775	292.832	639.607	639.607
2003	200712	346.775	292.832	-	-	-	3.105	-	-	-	346.775	295.937	346.775	295.937	642.712	642.712
2003	200801	346.775	295.937	-	-	-	20.631	-	-	-	346.775	316.568	346.775	316.568	663.343	663.343



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VLI
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de										Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Saldo Final Total	
		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Correção Monetária	Descontos / Multas pela atraso no pago das parcelas	Pagamento					Pagamento Mora
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			Principal	Mora				
2004	200401	-	-	-	14.416	2.831	1	0	10.164	1.563	4.252	1.269	5.521		
2004	200402	4.252	1.269	6.501	932	558	558	505	5.652	677	5.101	1.576	6.677		
2004	200403	5.101	1.576	257.571	76.929	1.569	1.569	1.181	2.165	446	260.507	78.448	338.955		
2004	200404	260.507	78.448	264.603	78.936	4.017	4.017	1.729	3.698	704	521.412	158.968	680.380		
2004	200405	521.412	158.968	31.624	5.003	8.034	8.034	1.801	24.181	4.520	528.855	165.683	694.538		
2004	200406	528.855	165.683	14.783	4.068	14.418	14.418	9.253	9.077	2.049	534.562	172.867	707.429		
2004	200407	534.562	172.867	909	134	11.845	11.845	5.822	590	200	534.881	178.824	713.705		
2004	200408	534.881	178.824	8.438	2.529	10.314	10.314	5.352	5.368	1.368	537.951	184.947	722.897		
2004	200409	537.951	184.947	9.324	2.552	6.030	6.030	373	2.003	628	545.271	192.528	737.799		
2004	200410	545.271	192.528	2.114	577	8.491	8.491	3.048	1.528	511	545.857	198.037	743.894		
2004	200411	545.857	198.037	7.961	2.094	8.415	8.415	3.078	5.511	1.530	548.307	203.937	752.244		
2004	200412	548.307	203.937	14.572	1.716	6.798	6.798	382	12.408	1.166	550.471	210.904	761.374		
2004	200501	550.471	210.904	8.408	1.304	6.885	6.885	1.245	8.441	1.803	550.438	216.045	766.482		
2004	200502	550.438	216.045	346	103	6.224	6.224	743	346	127	550.438	221.503	771.941		
2004	200503	550.438	221.503	22.736	4.577	11.175	11.175	3.163	6.020	1.570	567.157	232.519	799.676		
2004	200504	567.157	232.519	-	-	28.464	28.464	23.095	487	220	566.673	237.665	804.337		
2004	200505	566.673	237.665	1.555	369	29.325	29.325	22.766	362	169	567.866	244.423	812.289		
2004	200506	567.866	244.423	684	180	29.656	29.656	24.314	18.548	5.999	550.381	243.567	793.948		
2004	200507	550.381	243.567	4.694	997	7.088	7.088	1.134	1.004	442	554.071	250.076	804.147		
2004	200508	554.071	250.076	56	14	10.880	10.880	5.384	4.187	1.267	549.945	254.315	804.260		
2004	200509	549.945	254.315	-	-	5.193	5.193	-	-	-	549.945	259.508	809.453		
2004	200510	549.945	259.508	-	-	6.251	6.251	-	-	-	549.945	265.759	815.704		
2004	200511	549.945	265.759	-	-	5.138	5.138	-	-	-	549.945	270.897	820.842		



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de										Descontos / Multas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Total
		Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Correção Monetária		pela atraso no		Principal	Pagamento Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	pagto das parcelas										
2004	200512	549.945	270.897	-	-	-	-	5.462	-	-	-	-	-	549.945	276.359	826.304				
2004	200601	549.945	276.359	359	39	-	-	5.343	79	359	118	-	549.945	281.544	831.489					
2004	200602	549.945	281.544	-	-	-	-	5.527	-	-	-	-	549.945	287.071	837.016					
2004	200603	549.945	287.071	-	-	-	-	6.200	-	-	-	-	549.945	293.271	843.216					
2004	200604	549.945	293.271	-	-	-	-	5.200	-	-	-	-	549.945	298.471	848.416					
2004	200605	549.945	298.471	-	-	-	-	5.421	-	-	-	-	549.945	303.892	853.837					
2004	200606	549.945	303.892	-	-	-	-	5.134	-	-	-	-	549.945	309.026	858.971					
2004	200607	549.945	309.026	-	-	-	-	5.582	-	-	-	-	549.945	314.608	864.553					
2004	200608	549.945	314.608	-	-	-	-	6.256	-	-	-	-	549.945	320.864	870.809					
2004	200609	549.945	320.864	-	-	-	-	5.138	-	-	-	-	549.945	326.002	875.947					
2004	200610	549.945	326.002	30	12	-	-	5.475	7	30	19	-	549.945	331.462	881.407					
2004	200611	549.945	331.462	-	-	-	-	5.176	-	-	-	-	549.945	336.638	886.583					
2004	200612	549.945	336.638	-	-	-	-	5.499	-	-	-	-	549.945	342.137	892.082					
2004	200701	549.945	342.137	-	-	-	-	24.870	-	-	-	-	549.945	367.007	916.952					
2004	200702	549.945	367.007	-	-	-	-	5.208	-	-	-	-	549.945	372.215	922.160					
2004	200703	549.945	372.215	-	-	-	-	5.447	-	-	-	-	549.945	377.662	927.607					
2004	200704	549.945	377.662	-	-	-	-	5.110	-	-	-	-	549.945	382.772	932.717					
2004	200705	549.945	382.772	168	55	-	-	5.688	55	168	110	-	549.945	388.349	938.294					
2004	200706	549.945	388.349	-	-	-	-	6.249	-	-	-	-	549.945	394.598	944.543					
2004	200707	549.945	394.598	-	-	-	-	5.145	-	-	-	-	549.945	399.743	949.688					
2004	200708	549.945	399.743	-	-	-	-	5.456	-	-	-	-	549.945	405.199	955.144					
2004	200709	549.945	405.199	-	-	-	-	5.185	-	-	-	-	549.945	410.384	960.329					
2004	200710	549.945	410.384	41	5	-	-	5.559	17	41	21	-	549.945	415.910	965.855					



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.J
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final		Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
2004	200711	549.945	415.910	-	-	-	-	-	-	6.201	-	-	-	-	-	549.945	422.111	549.945	422.111	549.945	422.111	972.056
2004	200712	549.945	422.111	-	-	-	-	-	-	5.195	-	-	-	-	-	549.945	427.306	549.945	427.306	549.945	427.306	977.251
2004	200801	549.945	427.306	-	-	-	-	-	-	33.459	-	-	-	-	-	549.945	460.765	549.945	460.765	549.945	460.765	1.010.710



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VII
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

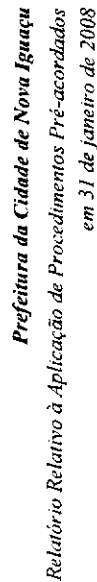
Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Total
2005	200501	-	-	19.820	5.708	-	-	1	5.708	0	0	1.706	268	18.114	5.440	23.554	-	-	-	-	-
2005	200502	18.114	5.440	9.227	1.454	-	-	441	1.454	214	214	5.783	557	21.558	6.565	28.123	-	-	-	-	-
2005	200503	21.558	6.565	279.313	82.909	-	-	1.106	82.909	525	525	6.023	1.013	294.852	89.038	383.889	-	-	-	-	-
2005	200504	294.852	89.038	18.080	8.064	-	-	4.638	8.064	2.038	2.038	5.871	2.400	307.076	97.286	404.362	-	-	-	-	-
2005	200505	307.076	97.286	37.588	10.112	-	-	17.578	10.112	14.629	14.629	10.101	5.356	334.563	104.990	439.552	-	-	-	-	-
2005	200506	334.563	104.990	23.927	6.890	-	-	40.901	6.890	38.044	38.044	42.832	12.751	315.668	101.974	417.643	-	-	-	-	-
2005	200507	315.668	101.974	114.457	107.404	-	-	4.610	107.404	633	633	1.040	337	429.085	213.018	642.103	-	-	-	-	-
2005	200508	429.085	213.018	585.904	615.750	-	-	4.777	615.750	578	578	471	192	1.014.519	832.775	1.847.294	-	-	-	-	-
2005	200509	1.014.519	832.775	9.780	2.934	-	-	27.252	2.934	259	259	99	24	1.024.201	862.677	1.886.878	-	-	-	-	-
2005	200510	1.024.201	862.677	5.984	1.772	-	-	10.501	1.772	136	136	-	-	1.030.185	874.813	1.904.998	-	-	-	-	-
2005	200511	1.030.185	874.813	12.354	5.991	-	-	10.327	5.991	136	136	-	-	1.042.539	890.995	1.933.534	-	-	-	-	-
2005	200512	1.042.539	890.995	2.479.734	1.450.821	-	-	11.574	1.450.821	136	136	-	-	3.522.273	2.353.253	5.875.527	-	-	-	-	-
2005	200601	3.522.273	2.353.253	-	-	-	-	35.140	-	127	127	-	-	3.522.273	2.388.257	5.910.531	-	-	-	-	-
2005	200602	3.522.273	2.388.257	60	9	-	-	35.415	9	60	60	60	-	3.522.273	2.423.554	5.945.828	-	-	-	-	-
2005	200603	3.522.273	2.423.554	60	21	-	-	35.500	21	115	115	60	-	3.522.273	2.458.960	5.981.234	-	-	-	-	-
2005	200604	3.522.273	2.458.960	-	-	-	-	35.105	-	113	113	-	-	3.522.160	2.493.952	6.016.112	-	-	-	-	-
2005	200605	3.522.160	2.493.952	-	-	-	-	36.124	-	-	-	-	-	3.522.160	2.530.076	6.052.236	-	-	-	-	-
2005	200606	3.522.160	2.530.076	-	-	-	-	35.012	-	-	-	-	-	3.522.160	2.565.088	6.087.248	-	-	-	-	-
2005	200607	3.522.160	2.565.088	-	-	-	-	35.319	-	-	-	-	-	3.522.160	2.600.407	6.122.567	-	-	-	-	-
2005	200608	3.522.160	2.600.407	-	-	-	-	35.340	-	-	-	-	-	3.522.160	2.635.747	6.157.907	-	-	-	-	-
2005	200609	3.522.160	2.635.747	-	-	-	-	35.031	-	-	-	-	-	3.522.160	2.670.778	6.192.938	-	-	-	-	-
2005	200610	3.522.160	2.670.778	-	-	-	-	36.226	-	-	-	-	-	3.522.160	2.707.004	6.229.164	-	-	-	-	-
2005	200611	3.522.160	2.707.004	-	-	-	-	34.993	-	-	-	-	-	3.522.160	2.741.997	6.264.157	-	-	-	-	-
2005	200612	3.522.160	2.741.997	-	-	-	-	35.304	-	-	-	-	-	3.522.160	2.777.301	6.299.461	-	-	-	-	-
2005	200701	3.522.160	2.777.301	-	-	-	-	169.065	-	-	-	-	-	3.522.160	2.946.366	6.468.526	-	-	-	-	-
2005	200702	3.522.160	2.946.366	-	-	-	-	35.030	-	-	-	-	-	3.522.160	2.981.396	6.503.556	-	-	-	-	-
2005	200703	3.522.160	2.981.396	-	-	-	-	36.119	-	-	-	-	-	3.522.160	3.017.515	6.539.675	-	-	-	-	-
2005	200704	3.522.160	3.017.515	-	-	-	-	35.036	-	-	-	-	-	3.522.160	3.052.551	6.574.711	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo V.II
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagamento das parcelas		Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária			Principal				Principal	Mora	Principal	Mora	
2005	200705	3.522.160	3.052.551	-	-	-	-	-	35.411	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.087.962	3.522.160	3.123.188	6.610.122
2005	200706	3.522.160	3.087.962	-	-	-	-	-	35.226	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.123.188	3.522.160	3.123.188	6.645.348
2005	200707	3.522.160	3.123.188	-	-	-	-	-	35.035	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.158.223	3.522.160	3.158.223	6.680.383
2005	200708	3.522.160	3.158.223	228	57	228	57	36.186	-	(57)	-	228	-	-	-	3.522.160	3.194.466	3.522.160	3.194.466	6.716.626
2005	200709	3.522.160	3.194.466	-	-	-	-	34.983	-	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.229.449	3.522.160	3.229.449	6.751.609
2005	200710	3.522.160	3.229.449	41	7	41	7	35.281	-	(7)	-	41	-	-	-	3.522.160	3.264.737	3.522.160	3.264.737	6.786.897
2005	200711	3.522.160	3.264.737	-	-	-	-	35.413	-	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.300.150	3.522.160	3.300.150	6.822.310
2005	200712	3.522.160	3.300.150	583	58	583	58	34.958	-	(58)	-	583	-	-	-	3.522.160	3.335.166	3.522.160	3.335.166	6.857.326
2005	200801	3.522.160	3.335.166	-	-	-	-	235.858	-	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.571.024	3.522.160	3.571.024	7.093.184



Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

173



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pagto das parcelas	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Total
2007	200701	-	-	509.261	170.210	-	-	218	-	-	-	-	509.261	170.428	-	-	679.689
2007	200702	509.261	170.428	100.757	57.534	4.426	-	4.426	-	-	-	-	610.018	232.388	-	-	842.406
2007	200703	610.018	232.388	2.331	779	6.027	-	6.027	-	-	-	-	612.348	239.194	-	-	851.542
2007	200704	612.348	239.194	4.268	1.099	7.739	-	7.739	-	-	-	-	616.617	248.032	-	-	864.649
2007	200705	616.617	248.032	7.784	2.058	5.453	-	5.453	-	-	-	-	624.401	255.543	-	-	879.944
2007	200706	624.401	255.543	701.571	213.760	6.740	-	6.740	-	-	770	45	1.325.202	475.998	-	-	1.801.200
2007	200707	1.325.202	475.998	17.078	3.607	15.342	-	15.342	-	-	16.719	3.669	1.325.560	491.279	-	-	1.816.839
2007	200708	1.325.560	491.279	6.566	1.983	13.131	-	13.131	-	-	359	148	1.331.767	506.244	-	-	1.838.011
2007	200709	1.331.767	506.244	2.013	634	15.079	-	15.079	-	-	2.316	790	1.331.465	521.168	-	-	1.852.632
2007	200710	1.331.465	521.168	141.222	31.184	12.578	-	12.578	-	-	4.769	1.454	1.467.918	563.476	-	-	2.031.394
2007	200711	1.467.918	563.476	73.184	37.001	14.451	-	14.451	-	-	3.111	173	1.537.991	614.756	-	-	2.152.747
2007	200712	1.537.991	614.756	47.940	10.925	36.025	-	36.025	-	192	11.303	1.070	1.574.627	660.443	-	-	2.235.070
2007	200801	1.574.627	660.443	-	-	-	-	102.918	-	-	669	167	1.573.805	763.347	-	-	2.337.152



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VI.I
Não parcelado ISS e Auto de Infração (ano inscrição)

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Interim		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Descontos / Multas pela atraso no pago das parcelas		Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final		Total
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
2008	200709	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	200710	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	200711	-	-	-	-	123	38	123	38	31	31	31	31	-	-	-	-	123	38	123	38	161	161	161
2008	200712	123	38	123	38	318	93	318	93	2	2	-	-	318	93	318	93	123	39	123	39	162	162	162
2008	200801	123	39	592.595	199.366	592.595	199.366	591	209	155	155	-	-	591	209	592.103	199.375	592.103	199.375	791.478	791.478	791.478	791.478	791.478



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
*Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008*

Anexo VII
Comparativo Estoque - Prefeitura Nova Iguaçu

Divida Ativa	Estoque - jan/2008 (R\$)	Estoque - abril/2008 (R\$)	Diferença (R\$)	Diferença %
IPTU + Taxa Lixo (non-performing)	252.248.332	11.670.623	(240.577.708)	-95,4%
IPTU + Taxa Lixo (re-performing)	8.130.880	251.702.168	243.571.288	2995,6%
ISS + Auto Infração (non-performing)	8.456.756	152.410	(8.304.346)	-98,2%
ISS + Auto Infração (re-performing)	155.624	24.465.691	24.310.066	15621,0%
TT Div. Ativa	268.991.592	287.990.893	18.999.300	6,6%
Divida Administrativa	Estoque - jan/2008 (R\$)	Estoque - abril/2008 (R\$)	Diferença (R\$)	Diferença %
IPTU + Taxa Lixo (non-performing)	419.041.389	28.836.782	(390.204.607)	-93,1%
IPTU + Taxa Lixo (re-performing)	21.126.579	443.886.872	422.760.294	2001,1%
ISS + Auto Infração (non-performing)	16.649.717	5.799.885	(10.849.832)	-65,2%
ISS + Auto Infração (re-performing)	5.451.863	17.411.382	11.959.519	219,4%
TT div. Administrativa	462.269.547	495.934.921	33.665.374	7,3%
Total analisado	731.261.140	783.925.813	52.664.674	7,2%



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
*Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008*

Anexo VII (cont.)
Estoque - Prefeitura Nova Iguaçu abril/2008

Estoque NI - abril/2008			
	Consolidado - R\$ Div. Adm - R\$ Div. Ativa - R\$		
1 - IPTU	38.502.750	27.243.422	11.259.328
2 - ISS	2.742.567	2.724.109	18.458
4 - TSC	2.004.655	1.593.360	411.295
17 - Auto Infração	3.209.728	3.075.775	133.953
Saldo estoque (abril/2008) consolidado (Parcelados)	46.459.700	34.636.667	11.823.034
	Consolidado - R\$ Div. Adm - R\$ Div. Ativa - R\$		
1 - IPTU	641.751.268	415.704.522	226.046.746
2 - ISS	11.926.593	11.864.789	61.804
4 - TSC	38.996.420	20.055.229	18.941.191
17 - Auto Infração	28.550.684	5.424.137	23.126.547
1 - IPTU (CT UN)	14.280.935	7.725.907	6.555.028
2 - ISS (CT UN)	85.685	85.685	-
4 - TSC (CT UN)	560.418	401.214	159.204
17 - Auto Infração (CT UN)	1.314.111	36.771	1.277.340
Saldo estoque (abril/2008) consolidado (Não parcelados)	737.466.113	461.298.254	276.167.859
Total do estoque (KPMG)	783.925.813	495.934.921	287.990.893
Total do Estoque (DB)	783.920.362	495.929.674	287.990.688
Diferença final	5.451	5.247	205



Anexo VII (cont.)
Filtros Base Parcelados

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
*Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008*

	R\$	
	Consolidado	Dív. Ativa
Saldo Total Base Parcelados	97.387.416	20.963.812
Exclusões:		
Registros com data Parcelamento anteriores ao ano 2000		
5 - TFL	10.844.481	0
6 - TFS	1.875.239	158.864
11 - TFA	254.095	624
15 - Outras Taxas	2.442	
16 - Multa de Ofício	20.170.164	855.070
Outras	678.007	134.648
	862.139	
Registros parcelados em cota única*	16.241.148	7.991.571
Saldo estoque (abril/2008) consolidado (parcelados)	46.459.700	11.823.034
1 - IPTU	38.502.750	11.259.328
2 - ISS	2.742.567	18.458
4 - TSC	2.004.655	411.295
17 - Auto Infração	3.209.728	133.953

* Valor deverá ser considerado como não parcelado



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
*Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008*

Anexo VII (cont.)
Filtros Base Não Parcelados

	R\$		
	Consolidado	Div. Adm	Div. Ativa
Saldo Total Base Não Parcelados	886.675.517	591.835.902	294.839.614
Exclusões:			
Registros com data Parcelamento anteriores ao ano 2000	104.373.579	88.561.009	15.812.570
5 - TFL	22.480.295	15.301.572	7.178.723
6 - TFS	2.203.462	2.194.514	8.948
11 - TFA	25.263	19.006	6.257
13 -	765	765	
14 -	231	231	
15 - Outras Taxas	34.790.601	31.363.949	3.426.652
16 - Multa de Ofício	1.576.356	1.346.178	230.178
Adições:			
Registros parcelados em cota única*	16.241.148	8.249.577	7.991.571
Saldo estoque (abril/2008) consolidado (Não parcelados)	737.466.113	461.298.254	276.167.859
1 - IPTU	641.751.268	415.704.522	226.046.746
2 - ISS	11.926.593	11.864.789	61.804
4 - TSC	38.996.420	20.055.229	18.941.191
17 - Auto Infrção	28.550.684	5.424.137	23.126.547
1 - IPTU (CT UN)	14.280.935	7.725.907	6.555.028
2 - ISS (CT UN)	85.685	85.685	
4 - TSC (CT UN)	560.418	401.214	159.204
17 - Auto Infrção (CT UN)	1.314.111	36.771	1.277.340



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VIII
ISS + Al - Div.Ativa

Ano mês Extrato	Valor Saldo Inicial	Vlr Inscrição Total	Valor Pagamento	Valor Saldo Total
200605	-	-	-	-
200606	-	-	-	-
200607	-	-	-	-
200608	-	-	-	-
200609	-	-	-	-
200610	-	-	-	-
200611	-	-	-	-
200612	-	-	-	-
200701	-	-	-	-
200702	-	-	-	-
200703	-	-	-	-
200704	-	-	-	-
200705	-	717	106	823
200706	823	16.282	106	19.872
200707	19.872	1.526	787	21.943
200708	21.943	47.113	2.774	83.332
200709	83.332	-	940	82.885
200710	82.885	717	942	83.592
200711	83.592	-	826	83.265
200712	83.265	59.206	2.246	140.964
200801	140.964	5.199	6.604	146.059



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VIII (cont.)

ISS + Al - Div ADM

Ano mês Extrato	Valor Saldo Inicial	Vlr Inscrição Total	Valor Pagamento	Valor Saldo Total
200605	-	64.403	1.462	61.084
200606	61.084	-	1.336	59.890
200607	59.890	2.688.708	1.162	2.913.512
200608	2.913.512	1.477	86.192	2.856.273
200609	2.856.273	1.615.525	267.904	4.500.631
200610	4.500.631	569.974	1.989	5.140.312
200611	5.140.312	230.083	42.802	5.382.129
200612	5.382.129	246.222	2.969	5.700.967
200701	5.700.967	13.741	3.402	5.850.518
200702	5.850.518	13.314	506.929	5.201.683
200703	5.201.683	12.549	4.896	5.252.436
200704	5.252.436	2.133	4.317	5.286.451
200705	5.286.451	11.767	6.330	5.327.424
200706	5.327.424	11.126	232.603	4.973.793
200707	4.973.793	247.162	237.982	5.057.825
200708	5.057.825	142.218	30.326	5.216.970
200709	5.216.970	18.391	13.487	5.260.503
200710	5.260.503	13.386	10.005	5.301.030
200711	5.301.030	793	19.002	5.319.357
200712	5.319.357	3.115	12.119	5.347.594
200801	5.347.594	9.274	10.496	5.542.935



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VIII (cont.)
IPTU + Tx. Lixo - Div. Ativa

Ano mês Extrato	Valor Saldo inicial	Vir Inscrição Total	Valor Pagamento	Valor Saldo Total
200605	-	-	-	-
200606	-	4.318	60	4.258
200607	4.258	5.144	629	8.825
200608	8.825	2.514	997	10.423
200609	10.423	2.242	624	12.144
200610	12.144	889	1.450	11.682
200611	11.682	2.576.773	65.018	2.356.522
200612	2.356.522	148.445	61.153	2.471.506
200701	2.471.506	76.176	62.433	2.562.540
200702	2.562.540	34.763	60.877	2.556.977
200703	2.556.977	163.926	64.510	2.697.244
200704	2.697.244	57.408	63.994	2.716.080
200705	2.716.080	96.241	68.049	2.772.699
200706	2.772.699	326.245	64.941	3.082.682
200707	3.082.682	823.143	103.726	3.895.272
200708	3.895.272	1.175.377	141.164	5.022.814
200709	5.022.814	591.965	160.831	5.519.500
200710	5.519.500	692.885	205.905	6.098.842
200711	6.098.842	387.382	201.896	6.363.083
200712	6.363.083	316.585	221.008	6.529.247
200801	6.529.247	429.963	222.179	7.012.775



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo VIII (cont.)

IPTU + Tx. Lixo - Div. ADM

Ano mês Extrato	Valor Saldo Inicial	Vlr Inscrição Total	Valor Pagamento	Valor Saldo Total
200605	-	14.019	586	15.941
200606	15.941	27.460	1.363	47.143
200607	47.143	20.265	2.732	68.592
200608	68.592	18.536	2.951	87.478
200609	87.478	26.867	3.911	117.208
200610	117.208	11.982	5.504	126.206
200611	126.206	7.876.549	174.130	8.800.214
200612	8.800.214	293.688	178.743	9.047.794
200701	9.047.794	505.233	192.561	9.748.716
200702	9.748.716	216.331	173.794	9.910.269
200703	9.910.269	460.591	184.431	10.365.422
200704	10.365.422	402.027	183.560	10.755.500
200705	10.755.500	561.890	191.774	11.321.381
200706	11.321.381	786.795	196.893	12.177.735
200707	12.177.735	1.857.526	269.457	14.293.915
200708	14.293.915	1.861.420	340.521	16.221.213
200709	16.221.213	592.690	331.033	16.736.457
200710	16.736.457	723.071	375.187	17.351.391
200711	17.351.391	460.027	364.210	17.674.780
200712	17.674.780	449.798	384.882	17.970.559
200801	17.970.559	1.139.915	387.624	19.728.114



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo IX
IPTU e Tx. Lixo - Div. Ativa

Ano mes Extrato	Valor Saldo Inicial	Valor Inscrição Total	Valor Pagamento	Valor Saldo Total
200605	-	54.460.647	-	57.422.306
200606	57.422.306	318.994	-	58.047.937
200607	58.047.937	-	-	58.356.358
200608	58.356.358	340.133	-	59.004.902
200609	59.004.902	-	-	59.315.736
200610	59.315.736	-	-	59.626.637
200611	59.626.637	-	-	59.937.533
200612	59.937.533	-	-	60.248.470
200701	60.248.470	12.714.893	-	74.338.594
200702	74.338.594	-	-	74.722.257
200703	74.722.257	100.245	-	75.206.342
200704	75.206.342	-	-	75.590.971
200705	75.590.971	-	-	75.976.598
200706	75.976.598	-	-	76.362.402
200707	76.362.402	-	-	76.748.180
200708	76.748.180	10.273.437	-	87.407.547
200709	87.407.547	-	-	87.853.330
200710	87.853.330	-	-	88.299.173
200711	88.299.173	-	-	88.744.780
200712	88.744.780	-	-	89.190.583
200801	89.190.583	-	-	91.887.974



Anexo IX (Cont.)
IPTU e Tx. Lixo - Div.Ativa

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Ano mes Extrato	Valor Saldo Inicial	Valor Inscrição Total	Valor Pagamento	Valor Saldo Total
200605	-	87.640.076	-	105.727.981
200606	105.727.981	-	-	106.396.234
200607	106.396.234	-	-	107.064.519
200608	107.064.519	-	-	107.732.767
200609	107.732.767	-	-	108.401.064
200610	108.401.064	-	-	109.069.332
200611	109.069.332	-	-	109.737.613
200612	109.737.613	-	-	110.405.827
200701	110.405.827	19.792.068	-	133.148.146
200702	133.148.146	-	-	133.962.591
200703	133.962.591	-	-	134.776.946
200704	134.776.946	-	-	135.591.372
200705	135.591.372	-	-	136.405.784
200706	136.405.784	-	-	137.220.210
200707	137.220.210	-	-	138.034.571
200708	138.034.571	-	-	138.849.036
200709	138.849.036	-	-	139.663.438
200710	139.663.438	-	-	140.477.822
200711	140.477.822	-	-	141.292.243
200712	141.292.243	-	-	142.106.646
200801	142.106.646	10.500.864	-	157.577.974



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo IX (Cont.)
ISS + IPI - Div.Ativa

Ano mes Extrato	Valor Saldo Inicial	Valor Inscrição Total	Valor Pagamento	Valor Saldo Total
200605	-	7.948.175	-	7.977.606
200606	7.977.606	-	-	7.980.622
200607	7.980.622	-	-	7.983.638
200608	7.983.638	-	-	7.986.654
200609	7.986.654	-	-	7.989.670
200610	7.989.670	-	-	7.992.686
200611	7.992.686	280.813	-	8.276.515
200612	8.276.515	-	-	8.280.697
200701	8.280.697	5.182	-	8.311.970
200702	8.311.970	-	-	8.316.181
200703	8.316.181	-	-	8.320.392
200704	8.320.392	-	-	8.324.604
200705	8.324.604	-	-	8.328.815
200706	8.328.815	-	-	8.333.026
200707	8.333.026	-	-	8.337.237
200708	8.337.237	-	-	8.341.448
200709	8.341.448	-	-	8.345.659
200710	8.345.659	-	-	8.349.870
200711	8.349.870	-	-	8.354.082
200712	8.354.082	-	-	8.358.293
200801	8.358.293	-	-	8.395.379



Anexo IX (Cont.)
ISS + AI - Div.Ativa

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Ano mes Extrato	Valor Saldo Inicial	Valor Inscrição Total	Valor Pagamento	Valor Saldo Total
200605	-	1.989.969	-	2.431.458
200606	2.431.458	8.686	-	2.445.555
200607	2.445.555	4.661	-	2.455.704
200608	2.455.704	4.661	-	2.465.888
200609	2.465.888	1.165	-	2.472.614
200610	2.472.614	30.149	-	2.508.331
200611	2.508.331	335	-	2.514.462
200612	2.514.462	-	-	2.524.809
200701	2.524.809	89.804	-	2.638.767
200702	2.638.767	-	-	2.645.236
200703	2.645.236	2.392	-	2.654.095
200704	2.654.095	39.080	-	2.699.662
200705	2.699.662	-	-	2.706.463
200706	2.706.463	288.417	-	3.007.543
200707	3.007.543	-	-	3.016.945
200708	3.016.945	-	-	3.025.979
200709	3.025.979	-	-	3.035.010
200710	3.035.010	1.619	-	3.045.662
200711	3.045.662	199.257	-	3.253.962
200712	3.253.962	9.991	-	3.287.777
200801	3.287.777	72.344	-	3.420.608



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 10

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
						Principal	Mora							
1997	200710	-	-	-	140	-	32	170	-	(1)	-	45	54	147
1997	200711	95	147	65	-	-	-	5	-	(1)	-	-	160	153
1997	200712	160	153	-	-	-	-	(2)	-	(1)	-	160	150	-
1997	200801	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Prescritos
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - Io

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Monetária								Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1998	200710	-	-	-	25.501	4.499	29.688	-	-	-	(1)	-	-	-	466	591	25.035	33.596	-
1998	200711	25.035	33.596	544	1	621	-	-	(0)	-	(1)	(0)	-	25.579	34.219	-	-	-	-
1998	200712	-	-	235	33	280	-	-	-	-	(1)	-	-	126	182	109	130	-	-
1998	200801	109	130	904	211	1.005	-	-	-	-	(1)	-	167	481	734	414	564	105	-
1998	200710	-	-	380	85	414	-	-	-	-	(1)	-	-	269	394	111	105	-	-
1998	200711	394	111	-	-	(289)	-	-	-	-	(1)	-	-	-	111	105	-	-	-
1998	200712	-	111	-	-	105	-	-	-	-	(1)	-	-	111	105	-	-	-	-
1998	200801	105	-	269	88	(462)	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - I

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Capital + Correção Monetária	Diferença de Monto	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2000	200005	-	-	170	82	(1)	-	-	(1)	-	-	170	81
2000	200006	170	81	-	-	3	-	-	(1)	-	-	170	84
2000	200007	170	84	2.988	777	0	-	-	(1)	-	-	3.158	861
2000	200008	3.158	861	-	-	33	-	-	(1)	-	-	3.158	894
2000	200009	3.158	894	359	136	30	-	-	(1)	-	-	3.517	1.060
2000	200010	3.517	1.060	-	-	37	-	-	(1)	-	-	3.517	1.097
2000	200011	3.517	1.097	-	-	35	-	-	(1)	-	-	3.517	1.132
2000	200012	3.517	1.132	1.244.206	385.704	34	-	-	(1)	-	-	1.247.723	386.870
2000	200101	1.247.723	386.870	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	399.349
2000	200102	1.247.723	399.349	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	411.824
2000	200103	1.247.723	411.824	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	424.303
2000	200104	1.247.723	424.303	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	436.778
2000	200105	1.247.723	436.778	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	449.257
2000	200106	1.247.723	449.257	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	461.736
2000	200107	1.247.723	461.736	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	474.211
2000	200108	1.247.723	474.211	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	486.690
2000	200109	1.247.723	486.690	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	499.165
2000	200110	1.247.723	499.165	-	-	12.478	-	-	(1)	-	-	1.247.723	511.643
2000	200111	1.247.723	511.643	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	524.118
2000	200112	1.247.723	524.118	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	536.597
2000	200201	1.247.723	536.597	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	549.076
2000	200202	1.247.723	549.076	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	561.551
2000	200203	1.247.723	561.551	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	574.030
2000	200204	1.247.723	574.030	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	586.505
2000	200205	1.247.723	586.505	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	598.984
2000	200206	1.247.723	598.984	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	611.460
2000	200207	1.247.723	611.460	-	-	12.478	-	-	(1)	-	-	1.247.723	623.938
2000	200208	1.247.723	623.938	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	636.417
2000	200209	1.247.723	636.417	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	648.892
2000	200210	1.247.723	648.892	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	661.371
2000	200211	1.247.723	661.371	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	673.847
2000	200212	1.247.723	673.847	-	-	12.478	-	-	(1)	-	-	1.247.723	686.325
2000	200301	1.247.723	686.325	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	698.801
2000	200302	1.247.723	698.801	-	-	12.477	-	-	(1)	-	-	1.247.723	711.278
2000	200303	1.247.723	711.278	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	723.754
2000	200304	1.247.723	723.754	-	-	12.478	-	-	(1)	-	-	1.247.723	736.232
2000	200305	1.247.723	736.232	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	748.711
2000	200306	1.247.723	748.711	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	761.187
2000	200307	1.247.723	761.187	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	773.666
2000	200308	1.247.723	773.666	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	786.141



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 10

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrição		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento	Creditos	Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			Principal	Mora	Principal	Mora
2000	200309	1.247.723	798.619	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	1.247.723	798.619
2000	200310	1.247.723	798.619	-	-	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	811.095
2000	200311	1.247.723	811.095	-	-	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	823.574
2000	200312	1.247.723	823.574	-	-	-	-	12.478	-	-	(1)	-	-	1.247.723	836.052
2000	200401	1.247.723	836.052	-	-	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	848.528
2000	200402	1.247.723	848.528	-	-	-	-	12.478	-	-	(1)	-	-	1.247.723	861.006
2000	200403	1.247.723	861.006	-	-	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	873.482
2000	200404	1.247.723	873.482	-	-	-	-	12.478	-	-	(1)	-	-	1.247.723	885.960
2000	200405	1.247.723	885.960	-	-	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	898.436
2000	200406	1.247.723	898.436	-	-	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	910.915
2000	200407	1.247.723	910.915	-	-	-	-	12.477	-	-	(1)	-	-	1.247.723	923.392
2000	200408	1.247.723	923.392	-	-	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	935.868
2000	200409	1.247.723	935.868	-	-	-	-	12.478	-	-	(1)	-	-	1.247.723	948.346
2000	200410	1.247.723	948.346	-	-	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	960.822
2000	200411	1.247.723	960.822	-	-	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	973.301
2000	200412	1.247.723	973.301	-	-	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	985.777
2000	200501	1.247.723	985.777	-	-	-	-	12.478	-	-	(1)	-	-	1.247.723	998.255
2000	200502	1.247.723	998.255	-	-	-	-	12.478	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.010.733
2000	200503	1.247.723	1.010.733	-	-	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.023.209
2000	200504	1.247.723	1.023.209	-	-	-	-	12.478	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.035.687
2000	200505	1.247.723	1.035.687	-	-	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.048.163
2000	200506	1.247.723	1.048.163	-	-	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.060.642
2000	200507	1.247.723	1.060.642	-	-	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.073.117
2000	200508	1.247.723	1.073.117	-	-	-	-	12.480	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.085.597
2000	200509	1.247.723	1.085.597	-	-	-	-	12.474	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.098.071
2000	200510	1.247.723	1.098.071	-	-	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.110.550
2000	200511	1.247.723	1.110.550	-	-	-	-	12.478	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.123.028
2000	200512	1.247.723	1.123.028	-	-	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.135.503
2000	200601	1.247.723	1.135.503	-	-	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.147.982
2000	200602	1.247.723	1.147.982	-	-	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.160.457
2000	200603	1.247.723	1.160.457	-	-	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.172.936
2000	200604	1.247.723	1.172.936	-	-	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.185.411
2000	200605	1.247.723	1.185.411	-	-	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.197.890
2000	200606	1.247.723	1.197.890	-	-	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.210.369
2000	200607	1.247.723	1.210.369	-	-	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.222.844
2000	200608	1.247.723	1.222.844	-	-	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.235.323
2000	200609	1.247.723	1.235.323	-	-	-	-	12.475	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.247.798
2000	200610	1.247.723	1.247.798	-	-	-	-	12.479	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.260.277
2000	200611	1.247.723	1.260.277	-	-	-	-	12.476	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.272.753
2000	200612	1.247.723	1.272.753	-	-	-	-	12.478	-	-	(1)	-	-	1.247.723	1.285.231



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 1o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2000	200701	1.247.723	1.285.231	-	-	-	-	55.251	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.340.482	1.247.723	1.340.482
2000	200702	1.247.723	1.340.482	-	-	-	-	12.479	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.352.961	1.247.723	1.352.961
2000	200703	1.247.723	1.352.961	-	-	-	-	12.478	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.365.439	1.247.723	1.365.439
2000	200704	1.247.723	1.365.439	-	-	-	-	12.476	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.377.915	1.247.723	1.377.915
2000	200705	1.247.723	1.377.915	-	-	-	-	12.477	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.390.392	1.247.723	1.390.392
2000	200706	1.247.723	1.390.392	-	-	-	-	12.476	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.402.868	1.247.723	1.402.868
2000	200707	1.247.723	1.402.868	-	-	-	-	12.479	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.415.347	1.247.723	1.415.347
2000	200708	1.247.723	1.415.347	-	-	-	-	12.475	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.427.822	1.247.723	1.427.822
2000	200709	1.247.723	1.427.822	-	-	-	-	12.480	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.440.302	1.247.723	1.440.302
2000	200710	1.247.723	1.440.302	-	-	-	-	12.477	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.452.779	1.247.723	1.452.779
2000	200711	1.247.723	1.452.779	-	-	-	-	12.476	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.465.255	1.247.723	1.465.255
2000	200712	1.247.723	1.465.255	-	-	-	-	12.478	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.477.733	1.247.723	1.477.733
2000	200801	1.247.723	1.477.733	-	-	-	-	76.357	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.247.723	1.554.090	1.247.723	1.554.090



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 10

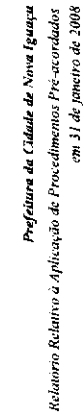
Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2001	200109	0	0	887	454	70	-	-	-	-	-	887	454
2001	200110	887	454	72	64	9	-	-	-	-	-	959	527
2001	200111	959	527	5.972	3.853	11	-	-	-	-	-	6.931	4.391
2001	200112	6.931	4.391	4.684	1.537	64	-	-	-	-	-	11.615	5.992
2001	200201	11.615	5.992	-	-	121	-	-	-	-	-	11.615	6.113
2001	200202	11.615	6.113	-	-	115	-	-	-	-	-	11.615	6.228
2001	200203	11.615	6.228	-	-	114	-	-	-	-	-	11.615	6.342
2001	200204	11.615	6.342	-	-	119	-	-	-	-	-	11.615	6.461
2001	200205	11.615	6.461	-	-	115	-	-	-	-	-	11.615	6.576
2001	200206	11.615	6.576	-	-	119	-	-	-	-	-	11.615	6.695
2001	200207	11.615	6.695	-	-	111	-	-	-	-	-	11.615	6.806
2001	200208	11.615	6.806	-	-	120	-	-	-	-	-	11.615	6.926
2001	200209	11.615	6.926	-	-	117	-	-	-	-	-	11.615	7.043
2001	200210	11.615	7.043	-	-	112	-	-	-	-	-	11.615	7.155
2001	200211	11.615	7.155	-	-	118	-	-	-	-	-	11.615	7.273
2001	200212	11.615	7.273	-	-	116	-	-	-	-	-	11.615	7.389
2001	200301	11.615	7.389	-	-	117	-	-	-	-	-	11.615	7.506
2001	200302	11.615	7.506	-	-	114	-	-	-	-	-	11.615	7.620
2001	200303	11.615	7.620	-	-	119	-	-	-	-	-	11.615	7.739
2001	200304	11.615	7.739	-	-	116	-	-	-	-	-	11.615	7.855
2001	200305	11.615	7.855	-	-	113	-	-	-	-	-	11.615	7.968
2001	200306	11.615	7.968	-	-	118	-	-	-	-	-	11.615	8.086
2001	200307	11.615	8.086	-	-	114	-	-	-	-	-	11.615	8.200
2001	200308	11.615	8.200	-	-	117	-	-	-	-	-	11.615	8.317
2001	200309	11.615	8.317	-	-	120	-	-	-	-	-	11.615	8.437
2001	200310	11.615	8.437	-	-	113	-	-	-	-	-	11.615	8.550
2001	200311	11.615	8.550	-	-	116	-	-	-	-	-	11.615	8.666
2001	200312	11.615	8.666	-	-	118	-	-	-	-	-	11.615	8.784
2001	200401	11.615	8.784	-	-	117	-	-	-	-	-	11.615	8.901
2001	200402	11.615	8.901	-	-	113	-	-	-	-	-	11.615	9.014
2001	200403	11.615	9.014	-	-	116	-	-	-	-	-	11.615	9.130
2001	200404	11.615	9.130	-	-	119	-	-	-	-	-	11.615	9.249
2001	200405	11.615	9.249	-	-	114	-	-	-	-	-	11.615	9.363
2001	200406	11.615	9.363	-	-	117	-	-	-	-	-	11.615	9.480
2001	200407	11.615	9.480	-	-	113	-	-	-	-	-	11.615	9.593
2001	200408	11.615	9.593	-	-	119	-	-	-	-	-	11.615	9.712
2001	200409	11.615	9.712	-	-	116	-	-	-	-	-	11.615	9.828
2001	200410	11.615	9.828	-	-	116	-	-	-	-	-	11.615	9.944
2001	200411	11.615	9.944	-	-	119	-	-	-	-	-	11.615	10.063
2001	200412	11.615	10.063	-	-	113	-	-	-	-	-	11.615	10.176



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 10

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
						Principal	Mora							
2001	200501	11.615	10.176	-	-	-	-	119	-	-	-	-	11.615	10.295
2001	200502	11.615	10.295	-	-	-	-	116	-	-	-	-	11.615	10.411
2001	200503	11.615	10.411	-	-	-	-	113	-	-	-	-	11.615	10.524
2001	200504	11.615	10.524	-	-	-	-	119	-	-	-	-	11.615	10.643
2001	200505	11.615	10.643	-	-	-	-	115	-	-	-	-	11.615	10.758
2001	200506	11.615	10.758	-	-	-	-	115	-	-	-	-	11.615	10.873
2001	200507	11.615	10.873	-	-	-	-	115	-	-	-	-	11.615	10.988
2001	200508	11.615	10.988	-	-	-	-	118	-	-	-	-	11.615	11.106
2001	200509	11.615	11.106	-	-	-	-	117	-	-	-	-	11.615	11.223
2001	200510	11.615	11.223	-	-	-	-	113	-	-	-	-	11.615	11.336
2001	200511	11.615	11.336	-	-	-	-	120	-	-	-	-	11.615	11.456
2001	200512	11.615	11.456	-	-	-	-	113	-	-	-	-	11.615	11.569
2001	200601	11.615	11.569	-	-	-	-	116	-	-	-	-	11.615	11.685
2001	200602	11.615	11.685	-	-	-	-	119	-	-	-	-	11.615	11.804
2001	200603	11.615	11.804	-	-	-	-	117	-	-	-	-	11.615	11.921
2001	200604	11.615	11.921	-	-	-	-	117	-	-	-	-	11.615	12.038
2001	200605	11.615	12.038	-	-	-	-	111	-	-	-	-	11.615	12.149
2001	200606	11.615	12.149	-	-	-	-	120	-	-	-	-	11.615	12.269
2001	200607	11.615	12.269	-	-	-	-	113	-	-	-	-	11.615	12.382
2001	200608	11.615	12.382	-	-	-	-	116	-	-	-	-	11.615	12.498
2001	200609	11.615	12.498	-	-	-	-	120	-	-	-	-	11.615	12.618
2001	200610	11.615	12.618	-	-	-	-	113	-	-	-	-	11.615	12.731
2001	200611	11.615	12.731	-	-	-	-	119	-	-	-	-	11.615	12.850
2001	200612	11.615	12.850	-	-	-	-	113	-	-	-	-	11.615	12.963
2001	200701	11.615	12.963	-	-	-	-	514	-	-	-	-	11.615	13.477
2001	200702	11.615	13.477	-	-	-	-	116	-	-	-	-	11.615	13.593
2001	200703	11.615	13.593	-	-	-	-	117	-	-	-	-	11.615	13.710
2001	200704	11.615	13.710	-	-	-	-	117	-	-	-	-	11.615	13.827
2001	200705	11.615	13.827	-	-	-	-	116	-	-	-	-	11.615	13.943
2001	200706	11.615	13.943	-	-	-	-	116	-	-	-	-	11.615	14.059
2001	200707	11.615	14.059	-	-	-	-	117	-	-	-	-	11.615	14.176
2001	200708	11.615	14.176	-	-	-	-	115	-	-	-	-	11.615	14.291
2001	200709	11.615	14.291	-	-	-	-	118	-	-	-	-	11.615	14.409
2001	200710	11.615	14.409	-	-	-	-	115	-	-	-	-	11.615	14.524
2001	200711	11.615	14.524	-	-	-	-	117	-	-	-	-	11.615	14.641
2001	200712	11.615	14.641	-	-	-	-	116	-	-	-	-	11.615	14.757
2001	200801	11.615	14.757	-	-	-	-	712	-	-	-	-	11.615	15.469



Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2002	200207	0	0	1.521	890	-	0	-	-	-	1.521	890
2002	200208	1.521	890	-	-	-	16	-	-	-	1.521	906
2002	200209	1.521	906	5.468	5.043	15	-	-	-	-	6.988	5.964
2002	200210	6.988	5.964	-	-	68	-	-	-	-	6.988	6.032
2002	200211	6.988	6.032	-	-	72	-	-	-	-	6.988	6.104
2002	200212	6.988	6.104	39.797	31.715	70	-	-	-	-	46.726	37.889
2002	200301	46.726	37.889	-	-	467	-	-	-	-	46.726	38.356
2002	200302	46.726	38.356	-	-	468	-	-	-	-	46.726	38.824
2002	200303	46.726	38.824	467	467	-	-	-	-	-	46.726	39.291
2002	200304	46.726	39.291	-	466	-	-	-	-	-	46.726	39.757
2002	200305	46.726	39.757	-	467	-	-	-	-	-	46.726	40.224
2002	200306	46.726	40.224	467	467	-	-	-	-	-	46.726	40.691
2002	200307	46.726	40.691	-	466	-	-	-	-	-	46.726	41.157
2002	200308	46.726	41.157	-	470	-	-	-	-	-	46.726	41.627
2002	200309	46.726	41.627	-	466	-	-	-	-	-	46.726	42.093
2002	200310	46.726	42.093	467	469	-	-	-	-	-	46.726	42.562
2002	200311	46.726	42.562	-	468	-	-	-	-	-	46.726	43.030
2002	200312	46.726	43.030	-	465	-	-	-	-	-	46.726	43.495
2002	200401	46.726	43.495	-	467	-	-	-	-	-	46.726	43.962
2002	200402	46.726	43.962	-	469	-	-	-	-	-	46.726	44.431
2002	200403	46.726	44.431	467	468	-	-	-	-	-	46.726	44.898
2002	200404	46.726	44.898	-	467	-	-	-	-	-	46.726	45.366
2002	200405	46.726	45.366	-	469	-	-	-	-	-	46.726	45.835
2002	200406	46.726	45.835	467	468	-	-	-	-	-	46.726	46.303
2002	200407	46.726	46.303	-	464	-	-	-	-	-	46.726	46.767
2002	200408	46.726	46.767	-	469	-	-	-	-	-	46.726	47.236
2002	200409	46.726	47.236	465	465	-	-	-	-	-	46.726	47.701
2002	200410	46.726	47.701	-	469	-	-	-	-	-	46.726	48.166
2002	200411	46.726	48.166	-	469	-	-	-	-	-	46.726	48.635
2002	200412	46.726	48.635	467	467	-	-	-	-	-	46.726	49.102
2002	200501	46.726	49.102	-	469	-	-	-	-	-	46.726	49.571
2002	200502	46.726	49.571	-	467	-	-	-	-	-	46.726	50.038
2002	200503	46.726	50.038	-	465	-	-	-	-	-	46.726	50.503
2002	200504	46.726	50.503	467	468	-	-	-	-	-	46.726	50.971
2002	200505	46.726	50.971	-	469	-	-	-	-	-	46.726	51.440
2002	200506	46.726	51.440	-	465	-	-	-	-	-	46.726	51.905
2002	200507	46.726	51.905	469	469							



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-estabelecidos
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 10

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos		Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária			Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2002	200511	46.726	53.777	-	-	-	-	-	466	-	-	-	-	-	-	46.726	54.243
2002	200512	46.726	54.243	-	-	-	-	-	467	-	-	-	-	-	-	46.726	54.710
2002	200601	46.726	54.710	-	-	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46.726	55.178
2002	200602	46.726	55.178	-	-	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46.726	55.646
2002	200603	46.726	55.646	-	-	-	-	-	466	-	-	-	-	-	-	46.726	56.112
2002	200604	46.726	56.112	-	-	-	-	-	465	-	-	-	-	-	-	46.726	56.577
2002	200605	46.726	56.577	-	-	-	-	-	469	-	-	-	-	-	-	46.726	57.046
2002	200606	46.726	57.046	-	-	-	-	-	464	-	-	-	-	-	-	46.726	57.510
2002	200607	46.726	57.510	-	-	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46.726	57.978
2002	200608	46.726	57.978	-	-	-	-	-	469	-	-	-	-	-	-	46.726	58.447
2002	200609	46.726	58.447	-	-	-	-	-	465	-	-	-	-	-	-	46.726	58.912
2002	200610	46.726	58.912	-	-	-	-	-	469	-	-	-	-	-	-	46.726	59.381
2002	200611	46.726	59.381	-	-	-	-	-	467	-	-	-	-	-	-	46.726	59.848
2002	200612	46.726	59.848	-	-	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46.726	60.316
2002	200701	46.726	60.316	-	-	-	-	-	2.068	-	-	-	-	-	-	46.726	62.384
2002	200702	46.726	62.384	-	-	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46.726	62.852
2002	200703	46.726	62.852	-	-	-	-	-	467	-	-	-	-	-	-	46.726	63.319
2002	200704	46.726	63.319	-	-	-	-	-	466	-	-	-	-	-	-	46.726	63.785
2002	200705	46.726	63.785	-	-	-	-	-	469	-	-	-	-	-	-	46.726	64.254
2002	200706	46.726	64.254	-	-	-	-	-	469	-	-	-	-	-	-	46.726	64.723
2002	200707	46.726	64.723	-	-	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46.726	65.191
2002	200708	46.726	65.191	-	-	-	-	-	466	-	-	-	-	-	-	46.726	65.657
2002	200709	46.726	65.657	-	-	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46.726	66.125
2002	200710	46.726	66.125	-	-	-	-	-	466	-	-	-	-	-	-	46.726	66.591
2002	200711	46.726	66.591	-	-	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-	46.726	67.059
2002	200712	46.726	67.059	-	-	-	-	-	467	-	-	-	-	-	-	46.726	67.526
2002	200801	46.726	67.526	-	-	-	-	-	2.857	-	-	-	-	-	-	46.726	70.383



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - I

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Diferença de		Créditos	Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Multa	Correção Monetária		Principal	Mora	Principal	Mora
2003	200308	-	-	665.969	607.999	-	18	-	-	-	665.969	607.999
2003	200309	665.969	607.999	-	-	-	6.632	-	-	-	665.969	614.631
2003	200310	665.969	614.631	324.821	289.395	-	6.661	-	-	-	990.789	910.697
2003	200311	990.789	910.697	22.987	20.228	-	9.899	-	-	-	1.013.376	940.924
2003	200312	1.013.376	940.924	11.541.136	10.502.407	-	-	-	-	-	12.554.512	11.454.552
2003	200401	12.554.512	11.454.552	-	-	-	124.711	-	-	-	12.554.512	11.579.263
2003	200402	12.554.512	11.579.263	-	-	-	124.410	-	-	-	12.554.512	11.703.673
2003	200403	12.554.512	11.703.673	-	-	-	125.869	-	-	-	12.554.512	11.829.542
2003	200404	12.554.512	11.829.542	-	-	-	126.239	-	-	-	12.554.512	11.955.781
2003	200405	12.554.512	11.955.781	-	-	-	123.880	-	-	-	12.554.512	12.079.661
2003	200406	12.554.512	12.079.661	-	-	-	129.244	-	-	-	12.554.512	12.208.905
2003	200407	12.554.512	12.208.905	-	-	-	122.931	-	-	-	12.554.512	12.331.836
2003	200408	12.554.512	12.331.836	-	-	-	126.352	-	-	-	12.554.512	12.458.188
2003	200409	12.554.512	12.458.188	-	-	-	124.400	-	-	-	12.554.512	12.582.588
2003	200410	12.554.512	12.582.588	-	-	-	125.632	-	-	-	12.554.512	12.708.220
2003	200411	12.554.512	12.708.220	-	-	-	126.560	-	-	-	12.554.512	12.834.780
2003	200412	12.554.512	12.834.780	-	-	-	126.452	-	-	-	12.554.512	12.961.232
2003	200501	12.554.512	12.961.232	-	-	-	124.876	-	-	-	12.554.512	13.086.108
2003	200502	12.554.512	13.086.108	-	-	-	126.081	-	-	-	12.554.512	13.212.189
2003	200503	12.554.512	13.212.189	-	-	-	124.796	-	-	-	12.554.512	13.336.985
2003	200504	12.554.512	13.336.985	-	-	-	124.201	-	-	-	12.554.512	13.461.186
2003	200505	12.554.512	13.461.186	-	-	-	125.807	-	-	-	12.554.512	13.586.993
2003	200506	12.554.512	13.586.993	-	-	-	126.744	-	-	-	12.554.512	13.713.737
2003	200507	12.554.512	13.713.737	-	-	-	125.147	-	-	-	12.554.512	13.838.884
2003	200508	12.554.512	13.838.884	-	-	-	125.396	-	-	-	12.554.512	13.964.280
2003	200509	12.554.512	13.964.280	-	-	-	126.209	-	-	-	12.554.512	14.090.489
2003	200510	12.554.512	14.090.489	-	-	-	126.506	-	-	-	12.554.512	14.216.995
2003	200511	12.554.512	14.216.995	-	-	-	124.971	-	-	-	12.554.512	14.341.966
2003	200512	12.554.512	14.341.966	-	-	-	124.992	-	-	-	12.554.512	14.466.958
2003	200601	12.554.512	14.466.958	-	-	-	125.544	-	-	-	12.554.512	14.592.502
2003	200602	12.554.512	14.592.502	-	-	-	124.424	-	-	-	12.554.512	14.716.926
2003	200603	12.554.512	14.716.926	-	-	-	124.723	-	-	-	12.554.512	14.841.649
2003	200604	12.554.512	14.841.649	-	-	-	127.969	-	-	-	12.554.512	14.969.638
2003	200605	12.554.512	14.969.638	-	-	-	125.222	-	-	-	12.554.512	15.094.860
2003	200606	12.554.512	15.094.860	-	-	-	126.173	-	-	-	12.554.512	15.221.535
2003	200607	12.555.513	15.221.535	3.758	2.857	-	127.033	-	925	925	12.555.513	15.346.793
2003	200608	12.555.513	15.346.793	3.105	2.424	-	125.624	-	4.188	4.632	12.555.083	15.471.431
2003	200609	12.554.922	15.471.431	2.300	1.695	-	125.179	-	3.266	3.430	12.554.922	15.596.004
2003	200610	12.555.118	15.596.004	3.360	2.740	-	128.847	-	2.103	2.301	12.555.118	15.724.009
2003	200611	12.555.317	15.724.009	2.894	2.268	-	125.216	-	3.161	3.581	12.555.317	15.847.668
2003	200612	12.554.852	15.847.668	2.251	2.528	-	127.074	-	3.291	4.009	12.554.852	15.974.287
2003	200701	12.554.955	15.974.287	2.532	2.860	-	556.497	-	1.961	2.743	12.554.955	16.530.835
2003	200702	12.555.770	16.530.835	1.757	2.252	-	127.294	-	1.501	2.318	12.555.770	16.656.717
2003	200703	12.555.175	16.656.717	2.959	3.674	-	125.633	-	2.119	3.109	12.555.175	16.780.948
2003	200704	12.554.960	16.780.948	5.675	6.989	-	124.635	-	2.735	4.401	12.554.960	16.907.548
2003	200705	12.555.259	16.907.548	2.924	2.975	-	126.271	-	5.010	7.931	12.555.259	17.032.918
2003	200706	12.555.259	17.032.918	-	-	-	-	7	2.199	3.217	12.555.259	17.032.918



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 1o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora							Principal	Mora	Principal	Mora
2003	200706	12.555.764	17.032.918	8.288	7.940	-	-	-	500	7.085	9.692	12.556.768	17.161.481
2003	200707	12.556.768	17.161.481	3.241	3.387	124.390	-	1.065	-	3.036	4.440	12.556.686	17.284.029
2003	200708	12.556.686	17.284.029	4.976	4.090	120.906	-	5.814	230	5.814	8.020	12.555.683	17.410.940
2003	200709	12.555.683	17.410.940	1.980	1.511	124.757	-	-	-	2.677	3.265	12.554.986	17.535.943
2003	200710	12.554.986	17.535.943	17.715	14.639	135.255	-	(0)	-	3.587	4.461	12.569.112	17.679.556
2003	200711	12.569.112	17.679.356	1.364	926	127.009	-	(0)	-	15.280	20.396	12.555.096	17.787.495
2003	200712	12.555.096	17.787.495	3.074	2.323	124.616	-	-	-	3.036	3.822	12.555.134	17.910.611
2003	200801	12.555.134	17.910.611	1.489	1.122	768.676	-	-	242	1.338	1.694	12.555.035	18.678.723



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-suscitados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - Io

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Correção + Correção		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final		
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Monetária	Monetária	Multa	Multa	Pagamento	Pagamento	Créditos	Créditos	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
2004	200405	-	-	-	535	-	514	-	514	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	535	-	514	-	-	-
2004	200406	535	514	157.749	129.222	814.145	894.916	1.583	1.583	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	158.284	129.742	-	-	158.284	129.742
2004	200407	158.284	1.026.241	18.694	15.784	9.719	9.719	9.719	9.719	1.583	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	972.430	1.026.241	-	-	972.430	1.026.241
2004	200408	972.430	1.051.744	46.420	31.979	1.051.744	1.051.744	9.918	9.918	9.918	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	991.124	1.051.744	-	-	991.124	1.051.744
2004	200409	991.124	1.037.544	1.089	1.089	1.037.544	1.037.544	10.376	10.376	10.376	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.037.544	1.037.544	-	-	1.037.544	1.037.544
2004	200410	1.037.544	1.105.020	301.973	354.424	1.037.544	1.037.544	10.389	10.389	10.389	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.038.633	1.105.020	-	-	1.038.633	1.105.020
2004	200411	1.037.544	1.469.843	13.868.296	12.670.828	1.037.544	1.037.544	14.805	14.805	14.805	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.469.843	1.469.843	-	-	1.469.843	1.469.843
2004	200412	1.469.843	14.155.476	-	-	-	-	152.150	152.150	152.150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	14.155.476	-	-	15.208.902	14.155.476
2004	200501	15.208.902	14.707.626	-	-	-	-	151.411	151.411	151.411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	14.707.626	-	-	15.208.902	14.707.626
2004	200502	15.208.902	14.459.037	-	-	-	-	150.306	150.306	150.306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	14.459.037	-	-	15.208.902	14.459.037
2004	200503	15.208.902	14.609.343	-	-	-	-	152.707	152.707	152.707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	14.609.343	-	-	15.208.902	14.609.343
2004	200504	15.208.902	14.762.050	-	-	-	-	150.072	150.072	150.072	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	14.762.050	-	-	15.208.902	14.762.050
2004	200505	15.208.902	14.912.077	-	-	-	-	156.698	156.698	156.698	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	14.912.077	-	-	15.208.902	14.912.077
2004	200506	15.208.902	15.068.775	-	-	-	-	146.929	146.929	146.929	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	15.068.775	-	-	15.208.902	15.068.775
2004	200507	15.208.902	15.215.704	-	-	-	-	153.374	153.374	153.374	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	15.215.704	-	-	15.208.902	15.215.704
2004	200508	15.208.902	15.369.078	-	-	-	-	154.104	154.104	154.104	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	15.369.078	-	-	15.208.902	15.369.078
2004	200509	15.208.902	15.523.182	-	-	-	-	151.400	151.400	151.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	15.523.182	-	-	15.208.902	15.523.182
2004	200510	15.208.902	15.674.642	-	-	-	-	153.326	153.326	153.326	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	15.674.642	-	-	15.208.902	15.674.642
2004	200511	15.208.902	15.827.968	-	-	-	-	140.317	140.317	140.317	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	15.827.968	-	-	15.208.902	15.827.968
2004	200601	15.208.902	15.978.505	-	-	-	-	151.303	151.303	151.303	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	15.978.505	-	-	15.208.902	15.978.505
2004	200602	15.208.902	16.129.808	-	-	-	-	155.282	155.282	155.282	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	16.129.808	-	-	15.208.902	16.129.808
2004	200603	15.208.902	16.285.090	-	-	-	-	148.169	148.169	148.169	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	16.285.090	-	-	15.208.902	16.285.090
2004	200604	15.208.902	16.433.259	-	-	-	-	154.270	154.270	154.270	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	16.433.259	-	-	15.208.902	16.433.259
2004	200605	15.208.902	16.587.529	-	-	-	-	151.700	151.700	151.700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.208.902	16.587.529	-	-	15.208.902	16.587.529
2004	200606	15.208.902	16.739.229	-	-	-	-	1.885	1.885	1.885	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.474	16.739.229	-	-	16.739.229	16.739.229
2004	200607	15.209.340	17.043.245	4.604	4.604	4.604	4.604	4.013	4.013	4.013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.209.340	17.043.245	-	-	16.893.688	16.893.688
2004	200608	15.209.420	17.043.245	5.418	5.418	5.418	5.418	4.508	4.508	4.508	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.929	15.209.420	-	-	17.043.245	17.043.245
2004	200609	15.211.564	17.200.128	3.921	3.921	3.921	3.921	3.379	3.379	3.379	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.294	15.211.564	-	-	17.200.128	17.200.128
2004	200610	15.209.438	17.348.377	3.750	3.750	3.750	3.750	2.885	2.885	2.885	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.057	15.209.438	-	-	17.348.377	17.348.377
2004	200611	15.209.621	17.503.087	3.259	3.259	3.259	3.259	3.268	3.268	3.268	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.407	15.209.621	-	-	17.503.087	17.503.087
2004	200612	15.209.316	17.651.368	2.462	2.462	2.462	2.462	2.688	2.688	2.688	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.108	15.209.316	-	-	17.651.368	17.651.368
2004	200701	15.209.323	17.803.505	2.380	2.380	2.380	2.380	2.924	2.924	2.924	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.916	15.209.323	-	-	17.803.505	17.803.505
2004	200702	15.209.777	18.476.701	1.946	1.946	1.946	1.946	2.569	2.569	2.569	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.600	15.209.777	-	-	18.476.701	18.476.701
2004	200703	15.208.867	18.631.620	3.997	3.997	3.997	3.997	4.442	4.442	4.442	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.287	15.208.867	-	-	18.631.620	18.631.620
2004	200704	15.209.777	18.783.068	2.826	2.826	2.826	2.826	4.197	4.197	4.197	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.686	15.209.777	-	-	18.783.068	18.783.068
2004	200705	15.210.067	18.937.994	4.435	4.435	4.435	4.435	4.711	4.711	4.711	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.921	15.210.067	-	-	18.937.994	18.937.994
2004	200706	15.210.253	19.087.440	8.942	8.942	8.942	8.942	9.229	9.229	9.229	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.953	15.210.253	-	-	19.087.440	19.087.440
2004	200707	15.211.797	19.243.990	4.321	4.321	4.321	4.321	4.766	4.766	4.766	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.268	15.211.797	-	-	19.243.990	19.243.990
2004	200708	15.211.136	19.394.649	5.550	5.550	5.550	5.550	4.555	4.555	4.555	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.360	15.211.136	-	-	19.394.649	19.394.649
2004	200709	15.210.404	19.545.637	3.776	3.776	3.776	3.776	3.170	3.170	3.170	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.086	15.210.404	-	-	19.545.637	19.545.637
2004	200710	15.210.930	19.696.029	16.177	16.177	16.177	16.177	14.864	14.864	14.864	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.822	15.210.930	-	-	19.696.029	19.696.029
2004	200711	15.222.347	19.865.954	2.079	2.079	2.079	2.079	1.471	1.471	1.471	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.399	15.222.347	-	-	19.865.954	19.865.954
2004	200712	15.209.616	19.997.276	2.636	2.636	2.636	2.636	2.270	2.270	2.270	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.414	15.209.616	-	-	19.997.276	19.997.276
2004	200801	15.209.289	20.152.326	2.010	2.010	2.010	2.010	1.694	1.694	1.694	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.540	15.209.289	-	-	20.152.326	20.152.326
																					15.209.211	21.082.714				



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 10

Ano de Início	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Valor Inscrito Principal + Correção Monetária	Saldo Inscrito Principal	Saldo Inscrito Mora										
2005	200501	-	-	3.530.682	2.824.616	(381)	-	-	-	-	-	3.530.682	2.824.235	-	-	-	3.561.570	2.883.403
2005	200502	3.530.682	2.824.235	30.888	23.166	36.002	-	-	-	-	-	3.561.570	2.883.403	-	-	-	3.630.559	2.958.416
2005	200503	3.561.570	2.883.403	68.909	40.036	34.977	-	-	-	-	-	3.630.559	2.958.416	-	-	-	3.639.236	3.029.431
2005	200504	3.630.559	2.958.416	896.950	643.860	36.960	-	-	-	-	-	4.527.489	3.639.236	-	-	-	5.405.209	4.291.035
2005	200505	4.527.489	3.639.236	877.720	606.902	44.887	-	-	-	-	-	5.405.209	4.291.035	-	-	-	5.405.209	4.345.123
2005	200506	5.405.209	4.345.123	-	-	54.088	-	-	-	-	-	5.405.209	4.345.123	-	-	-	5.405.209	4.345.123
2005	200507	5.405.209	4.345.123	193.877	102.460	53.784	-	-	-	-	-	5.599.086	4.501.367	-	-	-	5.599.086	4.501.367
2005	200508	5.599.086	4.501.367	105.037	85.272	56.389	-	-	-	-	-	5.704.123	4.643.028	-	-	-	5.704.123	4.643.028
2005	200509	5.704.123	4.643.028	-	-	57.206	-	-	-	-	-	5.704.123	4.643.028	-	-	-	5.704.123	4.643.028
2005	200510	5.704.123	4.643.028	27.820	22.785	58.850	-	-	-	-	-	5.731.943	4.779.869	-	-	-	5.731.943	4.779.869
2005	200511	5.731.943	4.779.869	22.345.549	18.467.251	57.749	-	(12)	-	14.795	9.981	27.962.704	23.204.893	-	-	-	27.962.704	23.204.893
2005	200512	27.962.704	23.204.893	1.705.445	1.344.330	281.255	-	-	-	40.087	26.164	29.628.062	24.894.314	-	-	-	29.628.062	24.894.314
2005	200601	29.628.062	24.894.314	27.852	19.545	295.429	-	(0)	-	28.445	20.542	29.627.470	25.188.745	-	-	-	29.627.470	25.188.745
2005	200602	29.627.470	25.188.745	8.621	7.282	297.188	-	(31)	-	12.366	10.025	29.623.743	25.483.203	-	-	-	29.623.743	25.483.203
2005	200603	29.623.743	25.483.203	10.199	8.535	295.317	-	(620)	-	11.122	9.684	29.622.959	25.777.392	-	-	-	29.622.959	25.777.392
2005	200604	29.622.959	25.777.492	16.255	13.532	298.848	-	-	-	10.516	9.338	29.628.697	26.080.534	-	-	-	29.628.697	26.080.534
2005	200605	29.628.697	26.080.534	34.879	28.410	297.944	-	-	-	36.425	31.327	29.627.151	26.375.561	-	-	-	29.627.151	26.375.561
2005	200606	29.627.151	26.375.561	49.869	35.574	300.214	-	-	-	45.919	37.333	29.631.101	26.674.017	-	-	-	29.631.101	26.674.017
2005	200607	29.631.101	26.674.017	28.000	19.061	297.192	-	331	-	33.116	25.588	29.625.789	26.964.546	-	-	-	29.625.789	26.964.546
2005	200608	29.625.789	26.964.546	13.901	10.977	297.162	-	675	-	16.232	13.557	29.623.089	27.258.842	-	-	-	29.623.089	27.258.842
2005	200609	29.623.089	27.258.842	6.927	5.708	298.564	-	-	-	8.855	8.232	29.621.161	27.554.941	-	-	-	29.621.161	27.554.941
2005	200610	29.621.161	27.554.941	14.257	13.820	295.493	-	311	-	13.642	14.079	29.620.781	27.850.859	-	-	-	29.620.781	27.850.859
2005	200611	29.620.781	27.850.859	8.976	9.238	298.736	-	3.127	-	7.804	8.753	29.621.377	28.147.529	-	-	-	29.621.377	28.147.529
2005	200612	29.621.377	28.147.529	6.729	6.772	297.881	-	1.887	-	6.181	6.733	29.621.426	28.444.061	-	-	-	29.621.426	28.444.061
2005	200701	29.621.426	28.444.061	9.788	12.618	1.312.805	-	2.778	-	7.584	10.036	29.622.411	29.757.890	-	-	-	29.757.890	29.757.890
2005	200702	29.622.411	29.757.890	21.194	25.285	300.068	-	7.171	-	17.010	22.799	29.623.905	30.055.965	-	-	-	30.055.965	30.055.965
2005	200703	29.623.905	30.055.965	13.335	17.828	296.152	-	5.346	-	13.255	19.404	29.621.273	30.347.706	-	-	-	30.347.706	30.347.706
2005	200704	29.621.273	30.347.706	10.348	13.077	302.395	-	5.352	-	7.464	10.823	29.622.701	30.648.159	-	-	-	30.648.159	30.648.159
2005	200705	29.622.701	30.648.159	9.642	11.660	298.403	-	4.407	-	8.019	11.860	29.622.753	30.943.826	-	-	-	30.943.826	30.943.826
2005	200706	29.622.753	30.943.826	11.296	14.067	296.580	-	5.250	-	8.437	12.357	29.623.779	31.238.699	-	-	-	31.238.699	31.238.699
2005	200707	29.623.779	31.238.699	12.313	14.931	298.413	-	2.999	-	9.531	12.355	29.625.363	31.538.889	-	-	-	31.538.889	31.538.889
2005	200708	29.625.363	31.538.889	25.973	29.203	304.874	-	7.152	-	19.605	27.113	29.628.759	31.841.672	-	-	-	31.841.672	31.841.672
2005	200709	29.628.759	31.841.672	13.068	12.809	295.013	-	5.822	-	18.482	24.396	29.620.884	32.121.728	-	-	-	32.121.728	32.121.728
2005	200710	29.620.884	32.121.728	56.793	55.429	313.391	-	2.365	-	10.684	13.602	29.665.781	32.475.792	-	-	-	32.475.792	32.475.792
2005	200711	29.665.781	32.475.792	11.556	13.643	298.469	-	8.776	-	51.408	64.422	29.622.278	32.718.358	-	-	-	32.718.358	32.718.358
2005	200712	29.622.278	32.718.358	22.180	18.248	306.165	-	3.007	-	9.371	12.148	29.634.095	33.028.607	-	-	-	33.028.607	33.028.607
2005	200801	29.634.095	33.028.607	10.710	11.662	1.810.103	-	4.368	439	19.635	21.734	29.622.027	34.826.914	-	-	-	34.826.914	34.826.914



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Provedimentos Prescritos
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 1a

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2006 206003		-	-	646.988	345.949	(1)	-	-	-	-	646.988	345.948
2006 206004		646.988	345.948	255.951	265.983	6.472	-	-	-	-	902.939	618.404
2006 206005		902.939	618.404	6.330	7.217	9.027	-	-	-	-	909.269	634.648
2006 206006		909.269	634.648	1.478.052	1.180.738	9.136	-	-	-	-	2.387.321	1.824.522
2006 206007		2.387.321	1.824.522	2.844	2.310	23.973	0	-	3.224	2.624	2.386.942	1.848.181
2006 206008		2.386.942	1.848.181	795.145	261.549	23.851	-	-	2.181	1.802	3.179.906	2.131.779
2006 206009		3.179.906	2.131.779	970	349	30.892	-	-	930	356	3.179.906	2.162.663
2006 206010		3.179.906	2.162.663	134	41	31.315	-	-	134	44	3.180.166	2.193.715
2006 206011		3.180.166	2.193.715	-	-	31.814	-	-	-	-	3.180.423	2.225.272
2006 206012		3.180.423	2.225.272	32.122	27.574	30.800	-	-	1.108	710	3.211.605	2.282.769
2006 206013		3.211.605	2.282.769	361	254	135.805	-	-	292	153	3.211.922	2.418.290
2006 206014		3.211.922	2.418.290	-	-	31.745	-	-	-	-	3.212.161	2.449.086
2006 206015		3.212.161	2.449.086	2.196	1.333	31.988	-	-	2.071	1.405	3.212.338	2.481.358
2006 206016		3.212.338	2.481.358	2.461	266	32.259	-	-	2.461	534	3.212.561	2.512.950
2006 206017		3.212.561	2.512.950	710	490	31.883	-	-	60	49	3.213.436	2.545.042
2006 206018		3.213.436	2.545.042	-	-	31.959	-	-	579	475	3.213.019	2.576.251
2006 206019		3.213.019	2.576.251	2.838	2.440	32.340	-	-	2.848	2.738	3.213.192	2.607.997
2006 206020		3.213.192	2.607.997	773	75	32.166	-	-	1.445	833	3.212.735	2.639.089
2006 206021		3.212.735	2.639.089	-	-	32.084	-	-	-	-	3.212.945	2.670.964
2006 206022		3.212.945	2.670.964	24.667	14.092	36.883	-	-	1.275	753	3.236.511	2.720.992
2006 206023		3.236.511	2.720.992	3.354	1.580	32.449	-	-	2.315	1.293	3.237.746	2.753.552
2006 206024		3.237.746	2.753.552	-	-	32.307	-	-	24.431	18.879	3.213.486	2.766.809
2006 206025		3.213.486	2.766.809	-	-	188.954	-	-	-	-	3.213.650	2.953.599



Prefeitura de Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-quadros
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X-10

Ano de Início	Mês	Juros sobre o									
		Saldo Inicial	Saldo Inicial	Valor Inscrito	Valor Inscrito	Diferença de	Diferença de	Créditos	Pagamento	Pagamento	Saldo Final
		Principal	Mora	Principal	Mora	Multa	Pagamento		Principal	Mora	Mora
2007	200701	-	-	24.593.961	19.618.930	-	-	-	-	-	19.618.930
2007	200702	24.593.961	19.618.930	88.387	56.974	-	-	-	-	-	19.919.514
2007	200703	24.684.773	19.919.514	20.886	11.198	-	-	-	-	-	20.176.662
2007	200704	24.708.043	20.176.662	-	-	-	-	-	-	-	20.422.194
2007	200705	24.710.447	20.422.194	5.125	6.753	-	873	-	2.775	3.601	20.668.096
2007	200706	24.714.966	20.668.096	13.798	14.857	-	2.015	336	5.546	6.499	20.923.325
2007	200707	24.724.810	20.923.325	46.318	57.846	-	12.087	-	28.071	36.017	21.181.503
2007	200708	24.739.542	21.181.503	33.599.746	25.421.551	-	22.637	81	64.134	72.169	46.770.151
2007	200709	58.267.440	46.770.151	56.499	49.948	-	12.185	80	55.361	55.909	47.344.104
2007	200710	58.268.031	47.344.104	53.343	54.350	-	4.734	77	25.008	26.197	47.953.434
2007	200711	58.297.443	47.953.434	86.700	91.311	-	5.395	429	31.249	32.060	48.590.775
2007	200712	58.353.121	48.590.775	81.877	59.473	-	2.472	-	26.051	26.359	49.214.546
2007	200801	58.410.081	49.214.546	35.381	35.752	-	6.488	408	30.511	32.975	52.751.208



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 26

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito	Valor Inscrito	Juros sobre o Saldo de		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal + Correção Monetária	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora
1996	200001	-	-	1.838	515	882	-	-	-	-	-	-	1.838	1.397
1996	200002	1.838	1.397	5	-	1	-	-	-	-	-	-	1.842	1.398
1996	200003	1.842	1.398	35	11	17	-	-	-	-	-	-	1.877	1.426
1996	200004	1.877	1.426	65	-	17	-	-	-	-	-	-	1.942	1.443
1996	200005	1.942	1.443	98	-	28	-	-	-	-	-	-	2.040	1.471
1996	200006	2.040	1.471	-	-	(0)	-	-	-	-	-	-	2.040	1.471
1996	200007	2.040	1.471	20	2	11	-	-	-	-	-	-	2.060	1.484
1996	200008	2.060	1.484	228	22	104	-	-	-	-	-	-	2.288	1.610
1996	200009	2.288	1.610	-	-	(0)	-	-	-	-	7	4	2.281	1.606
1996	200010	2.281	1.606	194	36	110	-	-	-	-	7	4	2.468	1.748
1996	200011	2.468	1.748	469	148	272	-	-	-	-	18	19	2.919	2.149
1996	200012	2.919	2.149	39	10	92	-	-	-	-	82	52	2.921	2.153
1996	200101	2.921	2.153	282	23	170	-	-	-	-	29	22	3.174	2.324
1996	200102	3.174	2.324	-	-	368	-	-	-	-	236	175	3.149	2.307
1996	200103	3.149	2.307	77	11	33	-	-	-	-	211	140	2.811	2.192
1996	200104	2.975	2.192	34	10	5	-	-	-	-	156	109	2.661	1.997
1996	200105	2.811	2.095	-	-	6	-	-	-	-	179	124	2.489	1.885
1996	200106	2.661	1.997	-	-	23	-	-	-	-	249	176	2.269	1.748
1996	200107	2.489	1.885	20	13	14	-	-	-	-	194	130	2.086	1.634
1996	200108	2.269	1.748	-	-	12	-	-	-	-	184	125	1.912	1.524
1996	200109	2.086	1.634	-	-	11	-	-	-	-	142	102	1.775	1.437
1996	200110	1.912	1.524	-	-	12	-	-	-	-	116	76	1.664	1.376
1996	200111	1.775	1.437	-	-	14	-	-	-	-	88	59	1.582	1.333
1996	200112	1.664	1.376	-	-	15	-	-	-	-	77	52	1.511	1.297
1996	200201	1.582	1.333	-	-	16	-	-	-	-	92	57	1.427	1.256
1996	200202	1.511	1.297	-	-	12	-	-	-	-	67	48	1.364	1.223
1996	200203	1.427	1.256	-	-	13	-	-	-	-	46	29	1.323	1.211
1996	200204	1.364	1.223	-	-	16	-	-	-	-	46	29	1.281	1.200
1996	200205	1.323	1.211	-	-	15	-	-	-	-	65	45	1.219	1.171
1996	200206	1.281	1.200	-	-	28	-	-	-	-	38	27	1.200	1.181
1996	200207	1.219	1.171	15	8	16	-	-	-	-	36	26	1.172	1.172
1996	200208	1.200	1.181	-	-	17	-	-	-	-	36	26	1.133	1.164
1996	200209	1.167	1.172	47	62	55	-	-	-	-	31	24	1.152	1.257
1996	200210	1.133	1.164	-	-	17	-	-	-	-	33	23	1.122	1.252
1996	200211	1.152	1.257	-	-	17	-	-	-	-	27	18	1.098	1.251
1996	200212	1.122	1.252	-	-	15	-	-	-	-	25	21	1.073	1.247
1996	200301	1.098	1.251	-	-	17	-	-	-	-	9	7	1.065	1.258
1996	200302	1.073	1.247	-	-	17	-	-	-	-	8	6	1.058	1.270
1996	200303	1.065	1.258	-	-	17	-	-	-	-	8	8	1.051	1.281
1996	200304	1.058	1.270	-	-	17	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 2a

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1996	200305	1.051	1.281	-	-	-	-	-	17	-	-	(1)	-	4	-	8	1.047	1.290
1996	200306	1.047	1.290	32	41	-	-	6	6	-	-	(41)	-	1	1	1	1.078	1.377
1996	200307	1.078	1.377	-	-	-	-	-	18	-	-	-	-	3	5	-	1.076	1.390
1996	200308	1.076	1.390	-	-	-	-	-	18	-	-	-	-	1	1	-	1.075	1.408
1996	200309	1.075	1.408	223	378	-	-	224	73	-	-	(9)	-	5	13	-	1.293	1.996
1996	200310	1.293	1.996	59	96	-	-	18	18	-	-	(9)	-	9	20	-	1.343	2.146
1996	200311	1.343	2.146	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	8	19	-	1.336	2.146
1996	200312	1.336	2.146	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	8	19	-	1.328	2.147
1996	200401	1.328	2.147	-	-	-	-	-	87	-	-	(9)	-	8	19	-	1.321	2.147
1996	200402	1.321	2.147	70	51	-	-	-	19	-	-	(9)	-	6	11	-	1.385	2.273
1996	200403	1.385	2.273	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	9	21	-	1.376	2.271
1996	200404	1.376	2.271	-	-	-	-	-	18	-	-	(9)	-	8	19	-	1.369	2.271
1996	200405	1.369	2.271	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	12	27	-	1.357	2.262
1996	200406	1.357	2.262	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	6	15	-	1.351	2.266
1996	200407	1.351	2.266	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	6	15	-	1.345	2.269
1996	200408	1.345	2.269	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	8	19	-	1.337	2.269
1996	200409	1.337	2.269	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	5	13	-	1.332	2.275
1996	200410	1.332	2.275	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	7	20	-	1.325	2.274
1996	200411	1.325	2.274	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	6	17	-	1.319	2.277
1996	200412	1.319	2.277	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	15	35	-	1.303	2.262
1996	200501	1.303	2.262	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	8	19	-	1.296	2.263
1996	200502	1.296	2.263	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	6	17	-	1.290	2.266
1996	200503	1.290	2.266	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	6	11	-	1.284	2.274
1996	200504	1.284	2.274	-	-	-	-	-	19	-	-	(9)	-	8	19	-	1.276	2.275
1996	200505	1.276	2.275	-	-	-	-	-	20	-	-	(9)	-	8	19	-	1.269	2.276
1996	200506	1.269	2.276	-	-	-	-	-	20	-	-	(9)	-	8	19	-	1.261	2.277
1996	200507	1.261	2.277	93	104	-	-	126	126	-	-	(9)	-	8	19	-	1.347	2.488
1996	200508	1.347	2.488	115	38	-	-	146	146	-	-	(9)	-	22	16	-	1.450	2.646
1996	200509	1.450	2.646	690	198	-	-	820	820	-	-	(9)	-	14	28	-	2.126	3.635
1996	200510	2.126	3.635	409	276	-	-	499	499	-	-	(9)	-	68	102	-	2.467	4.308
1996	200511	2.467	4.308	290	117	-	-	363	363	-	-	(9)	-	102	165	-	2.656	4.623
1996	200512	2.656	4.623	524	146	-	-	632	632	-	-	(9)	-	77	117	-	3.103	5.284
1996	200601	3.103	5.284	576	140	-	-	691	691	-	-	(1)	-	77	125	-	3.602	5.991
1996	200602	3.602	5.991	404	-	-	-	311	311	-	-	(9)	-	77	129	-	3.930	6.173
1996	200603	3.930	6.173	898	74	-	-	914	914	-	-	(9)	-	130	177	-	4.698	6.983
1996	200604	4.698	6.983	4.998	2.848	-	-	5.832	5.832	-	-	(9)	-	101	150	-	9.596	15.512
1996	200605	9.596	15.512	905	129	-	-	1.108	1.108	-	-	(9)	-	230	321	-	10.271	16.428
1996	200606	10.271	16.428	1.279	568	-	-	1.538	1.538	-	-	(1)	-	308	443	-	11.243	18.091
1996	200607	11.243	18.091	743	48	-	-	861	861	-	-	(1)	-	232	326	-	11.754	18.676
1996	200608	11.754	18.676	223	93	-	-	307	307	-	-	(1)	-	254	365	-	11.724	18.712



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 2a

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária													
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora			
1996	200609	11.724	18.712	398	14	456	-	(1)	-	240	305	11.882	18.877		
1996	200610	11.882	18.877	811	168	490	-	(1)	-	303	432	12.365	19.131		
1996	200611	12.365	19.131	636	226	728	-	(1)	-	311	432	12.689	19.669		
1996	200612	12.689	19.669	1.486	65	1.680	-	(2)	-	362	471	13.814	20.944		
1996	200701	13.814	20.944	1.078	5	1.395	-	(3)	-	419	553	14.474	21.794		
1996	200702	14.474	21.794	226	-	70	-	(3)	-	379	454	14.521	21.412		
1996	200703	14.521	21.412	775	305	951	-	(1)	-	416	537	14.681	22.133		
1996	200704	14.681	22.133	589	-	674	-	(3)	-	385	507	14.885	22.303		
1996	200705	14.885	22.303	262	16	339	-	(3)	-	331	382	14.816	22.279		
1996	200706	14.816	22.279	832	-	926	-	(1)	-	244	287	15.405	22.919		
1996	200707	15.405	22.919	4.135	375	4.234	-	(1)	-	381	480	19.159	27.049		
1996	200708	19.159	27.049	1.608	139	1.469	-	(3)	-	480	511	20.289	28.147		
1996	200709	20.289	28.147	553	44	606	-	(1)	-	440	504	20.404	28.293		
1996	200710	20.404	28.293	1.369	202	1.294	-	(1)	-	404	491	21.370	29.299		
1996	200711	21.370	29.299	628	33	664	-	(1)	-	402	457	21.597	29.539		
1996	200712	21.597	29.539	908	-	1.004	-	(1)	-	442	505	22.062	30.040		
1996	200801	22.062	30.040	377	-	773	-	(9)	-	400	476	22.064	30.372		



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X-2a

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1997	200001	-	-	-	-	2.131	837	-	767	-	-	-	-	-	-	-	2.131	-	1.604	-
1997	200002	2.131	1.604	202	-	-	-	2.131	61	-	-	-	-	-	-	-	2.333	-	1.666	-
1997	200003	2.333	1.666	35	15	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	2.368	-	1.694	-
1997	200004	2.368	1.694	65	-	-	-	-	17	-	-	-	-	-	-	-	2.433	-	1.710	-
1997	200005	2.433	1.710	98	-	-	-	-	28	-	-	-	-	-	-	-	2.531	-	1.738	-
1997	200006	2.531	1.738	-	-	-	-	-	(6)	-	-	-	-	-	-	-	2.531	-	1.738	-
1997	200007	2.531	1.738	20	5	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	2.550	-	1.752	-
1997	200008	2.550	1.752	370	124	-	-	-	149	-	-	-	-	-	-	-	2.920	-	2.025	-
1997	200009	2.920	2.025	38	19	-	-	-	17	-	-	-	-	-	7	4	2.952	-	2.057	-
1997	200010	2.952	2.057	174	65	-	-	-	78	-	-	-	-	-	33	32	3.091	-	2.171	-
1997	200011	3.091	2.171	290	90	-	-	-	98	-	-	-	(36)	-	28	26	3.353	-	2.370	-
1997	200012	3.353	2.370	411	129	-	-	-	298	-	-	-	-	-	229	140	3.623	-	2.569	-
1997	200001	3.623	2.569	102	25	-	-	-	49	-	-	-	-	-	62	52	3.663	-	2.591	-
1997	200002	3.663	2.591	11	2	-	-	-	458	-	-	-	-	-	310	222	3.627	-	2.565	-
1997	200003	3.627	2.565	-	-	-	-	-	10	-	-	-	(7)	-	264	170	3.379	-	2.395	-
1997	200004	3.379	2.395	49	20	-	-	-	35	-	-	-	(19)	-	250	159	3.193	-	2.295	-
1997	200005	3.193	2.295	-	-	-	-	-	5	-	-	-	(13)	-	176	124	3.023	-	2.181	-
1997	200006	3.023	2.181	92	73	-	-	-	55	-	-	-	(12)	-	196	132	2.926	-	2.182	-
1997	200007	2.926	2.182	305	116	-	-	-	174	-	-	-	(12)	-	261	194	2.978	-	2.281	-
1997	200008	2.978	2.281	-	-	-	-	-	13	-	-	-	(14)	-	320	245	2.671	-	2.052	-
1997	200009	2.671	2.052	-	-	-	-	-	10	-	-	-	(20)	-	312	232	2.374	-	1.836	-
1997	200010	2.374	1.836	-	-	-	-	-	9	-	-	-	(17)	-	255	203	2.130	-	1.648	-
1997	200011	2.130	1.648	-	-	-	-	-	12	-	-	-	(8)	-	127	103	2.008	-	1.559	-
1997	200012	2.008	1.559	-	-	-	-	-	13	-	-	-	(13)	-	110	67	1.909	-	1.508	-
1997	200001	1.909	1.508	-	-	-	-	-	20	-	-	-	(7)	-	109	65	1.810	-	1.460	-
1997	200002	1.810	1.460	-	-	-	-	-	9	-	-	-	(14)	-	67	41	1.751	-	1.434	-
1997	200003	1.751	1.434	-	-	-	-	-	12	-	-	-	(13)	-	79	53	1.680	-	1.397	-
1997	200004	1.680	1.397	-	-	-	-	-	12	-	-	-	(13)	-	68	39	1.621	-	1.375	-
1997	200005	1.621	1.375	-	-	-	-	-	14	-	-	-	(13)	-	64	36	1.567	-	1.357	-
1997	200006	1.567	1.357	-	-	-	-	-	15	-	-	-	(10)	-	59	37	1.515	-	1.338	-
1997	200007	1.515	1.338	23	15	-	-	-	30	-	-	-	(10)	-	56	35	1.489	-	1.350	-
1997	200008	1.489	1.350	-	-	-	-	-	15	-	-	-	(10)	-	56	36	1.440	-	1.333	-
1997	200009	1.440	1.333	-	-	-	-	-	16	-	-	-	(10)	-	52	31	1.396	-	1.320	-
1997	200010	1.396	1.320	61	87	-	-	-	58	-	-	-	(10)	-	52	35	1.412	-	1.433	-
1997	200011	1.412	1.433	-	-	-	-	-	16	-	-	-	(4)	-	34	24	1.381	-	1.425	-
1997	200012	1.381	1.425	-	-	-	-	-	16	-	-	-	(4)	-	33	23	1.351	-	1.420	-
1997	200001	1.351	1.420	-	-	-	-	-	14	-	-	-	(4)	-	29	25	1.323	-	1.412	-
1997	200002	1.323	1.412	21	13	-	-	-	32	-	-	-	(1)	-	13	11	1.331	-	1.447	-
1997	200003	1.331	1.447	-	-	-	-	-	16	-	-	-	(2)	-	13	10	1.319	-	1.454	-
1997	200004	1.319	1.454	-	-	-	-	-	16	-	-	-	(2)	-	14	13	1.306	-	1.459	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 2a

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor Inserido		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final Principal		Saldo Final Mora	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora														
1997	200305	1.306	1.459	1.306	1.459	-	-	-	-	17	(1)	-	-	-	-	-	-	7	12	-	-	1.299	1.464	-	-
1997	200306	1.299	1.464	1.299	1.464	42	58	-	-	(3)	(53)	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	1.338	1.569	-	-
1997	200307	1.338	1.569	1.338	1.569	-	-	-	-	18	(6)	-	-	-	-	-	-	5	8	-	-	1.334	1.579	-	-
1997	200308	1.334	1.579	1.334	1.579	-	-	-	-	18	(6)	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	1.331	1.594	-	-
1997	200309	1.331	1.594	1.331	1.594	249	512	-	-	217	(6)	-	-	-	-	-	-	7	17	-	-	1.573	2.306	-	-
1997	200310	1.573	2.306	1.573	2.306	79	138	-	-	83	(6)	-	-	-	-	-	-	11	26	-	-	1.641	2.501	-	-
1997	200311	1.641	2.501	1.641	2.501	-	-	-	-	18	(6)	-	-	-	-	-	-	8	22	-	-	1.633	2.498	-	-
1997	200312	1.633	2.498	1.633	2.498	-	-	-	-	19	(6)	-	-	-	-	-	-	9	23	-	-	1.624	2.494	-	-
1997	200401	1.624	2.494	1.624	2.494	-	-	-	-	19	(6)	-	-	-	-	-	-	9	23	-	-	1.615	2.490	-	-
1997	200402	1.615	2.490	1.615	2.490	135	118	-	-	133	(6)	-	-	-	-	-	-	7	15	-	-	1.742	2.727	-	-
1997	200403	1.742	2.727	1.742	2.727	-	-	-	-	19	(6)	-	-	-	-	-	-	12	28	-	-	1.731	2.718	-	-
1997	200404	1.731	2.718	1.731	2.718	-	-	-	-	19	(6)	-	-	-	-	-	-	12	28	-	-	1.719	2.709	-	-
1997	200405	1.719	2.709	1.719	2.709	-	-	-	-	19	(6)	-	-	-	-	-	-	14	35	-	-	1.705	2.694	-	-
1997	200406	1.705	2.694	1.705	2.694	-	-	-	-	20	(6)	-	-	-	-	-	-	7	19	-	-	1.697	2.695	-	-
1997	200407	1.697	2.695	1.697	2.695	-	-	-	-	20	(6)	-	-	-	-	-	-	8	20	-	-	1.689	2.695	-	-
1997	200408	1.689	2.695	1.689	2.695	-	-	-	-	20	(6)	-	-	-	-	-	-	10	24	-	-	1.680	2.691	-	-
1997	200409	1.680	2.691	1.680	2.691	-	-	-	-	11	(6)	-	-	-	-	-	-	26	34	-	-	1.656	2.666	-	-
1997	200410	1.656	2.666	1.656	2.666	8	1	-	-	28	(6)	-	-	-	-	-	-	11	27	-	-	1.653	2.668	-	-
1997	200411	1.653	2.668	1.653	2.668	-	-	-	-	20	(6)	-	-	-	-	-	-	9	23	-	-	1.644	2.665	-	-
1997	200412	1.644	2.665	1.644	2.665	-	-	-	-	21	(6)	-	-	-	-	-	-	14	37	-	-	1.631	2.649	-	-
1997	200501	1.631	2.649	1.631	2.649	-	-	-	-	21	(6)	-	-	-	-	-	-	8	22	-	-	1.622	2.648	-	-
1997	200502	1.622	2.648	1.622	2.648	-	-	-	-	23	(6)	-	-	-	-	-	-	10	24	-	-	1.613	2.645	-	-
1997	200503	1.613	2.645	1.613	2.645	216	123	-	-	233	(6)	-	-	-	-	-	-	32	52	-	-	1.797	2.949	-	-
1997	200504	1.797	2.949	1.797	2.949	-	-	-	-	21	(6)	-	-	-	-	-	-	36	64	-	-	1.762	2.906	-	-
1997	200505	1.762	2.906	1.762	2.906	-	-	-	-	22	(6)	-	-	-	-	-	-	36	65	-	-	1.726	2.863	-	-
1997	200506	1.726	2.863	1.726	2.863	-	-	-	-	22	(6)	-	-	-	-	-	-	49	86	-	-	1.677	2.799	-	-
1997	200507	1.677	2.799	1.677	2.799	108	141	-	-	132	(6)	-	-	-	-	-	-	50	88	-	-	1.735	2.985	-	-
1997	200508	1.735	2.985	1.735	2.985	457	145	-	-	402	(1)	-	-	-	-	-	-	51	51	-	-	2.154	3.558	-	-
1997	200509	2.154	3.558	2.154	3.558	1.621	896	-	-	1.708	(6)	-	-	-	-	-	-	49	77	-	-	3.726	6.085	-	-
1997	200510	3.726	6.085	3.726	6.085	726	525	-	-	785	(6)	-	-	-	-	-	-	65	110	-	-	4.386	7.284	-	-
1997	200511	4.386	7.284	4.386	7.284	1.939	766	-	-	2.070	(6)	-	-	-	-	-	-	409	545	-	-	5.916	9.575	-	-
1997	200512	5.916	9.575	5.916	9.575	872	413	-	-	940	(1)	-	-	-	-	-	-	371	489	-	-	6.417	10.440	-	-
1997	200601	6.417	10.440	6.417	10.440	1.156	452	-	-	1.220	(6)	-	-	-	-	-	-	423	572	-	-	7.150	11.540	-	-
1997	200602	7.150	11.540	7.150	11.540	501	321	-	-	386	(1)	-	-	-	-	-	-	189	293	-	-	7.462	11.633	-	-
1997	200603	7.462	11.633	7.462	11.633	775	321	-	-	873	(1)	-	-	-	-	-	-	231	342	-	-	8.007	12.485	-	-
1997	200604	8.007	12.485	8.007	12.485	10.239	8.018	-	-	11.036	(6)	-	-	-	-	-	-	208	303	-	-	18.038	31.237	-	-
1997	200605	18.038	31.237	18.038	31.237	1.891	426	-	-	2.136	(6)	-	-	-	-	-	-	476	721	-	-	19.454	33.077	-	-
1997	200606	19.454	33.077	19.454	33.077	3.585	1.269	-	-	3.825	(6)	-	-	-	-	-	-	533	815	-	-	22.506	37.356	-	-
1997	200607	22.506	37.356	22.506	37.356	608	179	-	-	723	(2)	-	-	-	-	-	-	451	689	-	-	22.663	37.571	-	-
1997	200608	22.663	37.571	22.663	37.571	1.031	159	-	-	1.016	(2)	-	-	-	-	-	-	556	836	-	-	23.139	37.912	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 2o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1997	200609	23.139	37.912	37.912	1.238	1.238	68	1.238	1.208	1.342	2.609	-	(0)	-	462	619	23.916	38.702	23.916	38.702	23.916	38.702
1997	200610	23.916	38.702	38.702	2.782	2.782	1.208	2.782	1.208	2.609	2.609	-	(2)	-	519	816	26.146	41.738	26.146	41.738	26.146	41.738
1997	200611	26.146	41.738	41.738	1.309	1.309	265	1.309	265	1.293	1.293	-	(3)	-	702	949	26.754	42.350	26.754	42.350	26.754	42.350
1997	200612	26.754	42.350	42.350	370	370	113	370	113	485	485	-	(1)	-	596	835	26.528	42.113	26.528	42.113	26.528	42.113
1997	200701	26.528	42.113	42.113	840	840	54	840	54	1.066	1.066	-	(1)	-	739	1.003	26.630	42.231	26.630	42.231	26.630	42.231
1997	200702	26.630	42.231	42.231	444	444	30	444	30	273	273	-	(3)	-	711	901	26.364	41.636	26.364	41.636	26.364	41.636
1997	200703	26.364	41.636	41.636	1.413	1.413	568	1.413	568	1.790	1.790	-	(2)	-	681	962	27.096	43.032	27.096	43.032	27.096	43.032
1997	200704	27.096	43.032	43.032	408	408	-	408	-	516	516	-	(2)	-	673	951	26.831	42.599	26.831	42.599	26.831	42.599
1997	200705	26.831	42.599	42.599	740	740	61	740	61	819	819	-	(3)	-	536	696	27.035	42.786	27.035	42.786	27.035	42.786
1997	200706	27.035	42.786	42.786	142	142	44	142	44	252	252	-	(1)	-	485	617	26.692	42.465	26.692	42.465	26.692	42.465
1997	200707	26.692	42.465	42.465	7190	7190	561	7190	561	7.404	7.404	-	(1)	-	807	1.028	33.075	49.403	33.075	49.403	33.075	49.403
1997	200708	33.075	49.403	49.403	3.876	3.876	162	3.876	162	3.826	3.826	-	(2)	23	860	1.048	36.092	52.321	36.092	52.321	36.092	52.321
1997	200709	36.092	52.321	52.321	1.124	1.124	150	1.124	150	996	996	-	(1)	-	729	864	36.487	52.604	36.487	52.604	36.487	52.604
1997	200710	36.487	52.604	52.604	971	971	182	971	182	478	478	-	(2)	-	791	961	36.523	52.449	36.523	52.449	36.523	52.449
1997	200711	36.523	52.449	52.449	735	735	67	735	67	409	409	-	(3)	-	659	781	36.599	52.147	36.599	52.147	36.599	52.147
1997	200712	36.599	52.147	52.147	1.487	1.487	1.089	1.487	1.089	1.927	1.927	-	(1)	-	696	815	37.385	54.355	37.385	54.355	37.385	54.355
1997	200801	37.385	54.355	54.355	476	476	-	476	-	961	961	-	(0)	-	657	806	37.113	54.601	37.113	54.601	37.113	54.601

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1998	2000001	-	-	-	-	4.649	2.258	-	-	1.038	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.649	3.296	-	-
1998	2000002	4.649	3.296	301	63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.845	3.361	-	-
1998	2000003	4.845	3.361	68	37	-	-	-	-	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.831	3.359	-	-
1998	2000004	4.831	3.359	93	-	-	-	-	-	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.798	3.293	-	-
1998	2000005	4.798	3.293	364	43	-	-	-	-	101	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.103	3.397	-	-
1998	2000006	5.103	3.397	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.060	3.365	-	-
1998	2000007	5.060	3.365	32	12	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.049	3.355	-	-
1998	2000008	5.049	3.355	286	77	-	-	-	-	89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.273	3.473	-	-
1998	2000009	5.273	3.473	-	-	-	-	-	-	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.238	3.449	-	-
1998	2000010	5.238	3.449	143	60	-	-	-	-	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.351	3.534	-	-
1998	2000011	5.351	3.534	434	187	-	-	-	-	148	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.786	3.868	-	-
1998	2000012	5.786	3.868	421	183	-	-	-	-	227	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.114	4.140	-	-
1998	2000013	6.114	4.140	223	62	-	-	-	-	81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.137	4.164	-	-
1998	2000014	6.137	4.164	107	29	-	-	-	-	280	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.069	4.121	-	-
1998	2000015	6.069	4.121	584	271	-	-	-	-	234	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.096	4.262	-	-
1998	2000016	6.096	4.262	435	71	-	-	-	-	132	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.972	4.116	-	-
1998	2000017	5.972	4.116	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.990	3.877	-	-
1998	2000018	5.990	3.877	374	146	-	-	-	-	167	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.583	3.929	-	-
1998	2000019	5.583	3.929	801	389	-	-	-	-	352	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.842	4.305	-	-
1998	2000020	5.842	4.305	1.510	760	-	-	-	-	666	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.860	5.364	-	-
1998	2000021	6.860	5.364	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.362	5.012	-	-
1998	2000022	6.362	5.012	-	-	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.921	4.677	-	-
1998	2000023	5.921	4.677	-	-	-	-	-	-	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.619	4.457	-	-
1998	2000024	5.619	4.457	-	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.335	4.255	-	-
1998	2000025	5.335	4.255	-	-	-	-	-	-	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.046	4.049	-	-
1998	2000026	5.046	4.049	180	134	-	-	-	-	105	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.959	4.063	-	-
1998	2000027	4.959	4.063	889	7	-	-	-	-	464	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.549	4.278	-	-
1998	2000028	5.549	4.278	-	-	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.234	4.040	-	-
1998	2000029	5.234	4.040	128	57	-	-	-	-	89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.065	3.930	-	-
1998	2000030	5.065	3.930	85	44	-	-	-	-	69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.832	3.768	-	-
1998	2000031	4.832	3.768	22	17	-	-	-	-	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.544	3.544	-	-
1998	2000032	4.544	3.544	371	281	-	-	-	-	231	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.429	3.619	-	-
1998	2000033	4.429	3.619	489	295	-	-	-	-	296	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.622	3.935	-	-
1998	2000034	4.622	3.935	613	596	-	-	-	-	57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.774	4.312	-	-
1998	2000035	4.774	4.312	154	60	-	-	-	-	116	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.590	4.148	-	-
1998	2000036	4.590	4.148	-	-	-	-	-	-	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.345	3.913	-	-
1998	2000037	4.345	3.913	-	-	-	-	-	-	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.097	3.683	-	-
1998	2000038	4.097	3.683	80	24	-	-	-	-	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.977	3.375	-	-
1998	2000039	3.977	3.375	-	-	-	-	-	-	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.795	3.175	-	-
1998	2000040	3.795	3.175	624	248	-	-	-	-	422	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.302	3.914	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 2o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final Mora
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora			
1998	200305	4.302	3.914	-	-	29	(19)	-	(2)	-	118	124	4.185	3.819	
1998	200306	4.185	3.819	-	-	31	(1)	-	(50)	-	73	72	4.112	3.778	
1998	200307	4.112	3.778	-	-	32	(1)	-	(1)	-	74	73	4.039	3.736	
1998	200308	4.039	3.736	-	-	185	(1)	-	(1)	-	80	74	3.960	3.695	
1998	200309	3.960	3.695	225	233	33	(1)	-	(1)	-	75	71	4.110	4.043	
1998	200310	4.110	4.043	-	-	146	(1)	-	(1)	-	84	103	4.026	3.973	
1998	200311	4.026	3.973	161	60	258	(1)	-	(1)	-	150	163	4.017	4.037	
1998	200312	4.037	4.017	317	253	33	(1)	-	(1)	-	379	505	3.976	4.023	
1998	200401	3.976	4.023	-	-	116	(1)	-	(1)	-	89	84	3.887	3.972	
1998	200402	3.887	3.972	116	116	34	(1)	-	(1)	-	102	114	3.902	4.093	
1998	200403	3.902	4.093	-	-	361	(1)	-	(1)	-	69	69	3.833	4.058	
1998	200404	3.833	4.058	436	426	33	(1)	-	(1)	-	81	97	4.189	4.748	
1998	200405	4.189	4.748	-	-	34	(1)	-	(1)	-	79	95	4.110	4.687	
1998	200406	4.110	4.687	-	-	35	(1)	-	(1)	-	78	93	4.032	4.628	
1998	200407	4.032	4.628	-	-	22	(1)	-	(1)	-	63	75	3.970	4.588	
1998	200408	3.970	4.588	-	-	35	(1)	-	(1)	-	77	97	3.894	4.526	
1998	200409	3.894	4.526	-	-	35	(1)	-	(1)	-	60	46	3.836	4.499	
1998	200410	3.836	4.499	-	-	35	(1)	-	(1)	-	130	189	3.707	4.345	
1998	200411	3.707	4.345	-	-	120	(1)	-	(1)	-	49	50	3.650	4.330	
1998	200412	3.659	4.330	-	-	113	(1)	-	(1)	-	62	70	3.611	4.315	
1998	200501	3.611	4.315	101	65	346	(1)	-	(1)	-	57	54	3.687	4.541	
1998	200502	3.650	4.430	92	52	1.026	(1)	-	(1)	-	110	132	3.939	4.958	
1998	200503	3.687	4.541	362	201	569	(1)	-	(1)	-	297	376	4.779	6.276	
1998	200504	3.939	4.958	1.137	669	533	(1)	-	(1)	-	324	439	8.454	14.346	
1998	200505	4.779	6.276	3.999	4.970	533	(1)	-	(1)	-	296	439	8.755	14.880	
1998	200506	8.454	14.346	596	404	100.783	(8)	-	(103)	-	300	425	14.336	22.975	
1998	200507	8.755	14.880	5.881	3.186	21.418	(41)	-	(11)	-	2.757	3.399	142.693	204.470	
1998	200508	14.336	22.975	22.002	10.459	9.667	(14)	-	(11)	-	4.112	5.218	161.606	231.672	
1998	200509	35.426	52.242	110.023	54.837	11.158	(96)	-	(206)	-	5.057	6.206	166.795	241.913	
1998	200510	142.693	204.470	23.023	10.993	13.268	(25)	-	(25)	-	5.044	6.447	175.573	251.986	
1998	200511	161.606	231.672	10.243	6.768	14.555	(28)	-	(25)	-	5.465	7.003	182.668	262.514	
1998	200512	166.795	241.913	11.818	5.268	7.762	(38)	-	(25)	-	4.746	6.093	186.444	265.569	
1998	200601	173.573	251.986	14.555	4.064	12.269	(34)	-	(28)	-	5.531	6.838	193.772	273.805	
1998	200602	182.668	262.514	8.527	1.756	13.432	(38)	-	(38)	-	5.257	6.511	202.480	285.911	
1998	200603	186.444	265.569	12.871	2.764	24.681	(162)	-	(162)	-	6.133	7.582	224.186	335.645	
1998	200604	193.772	273.805	14.019	5.103	27.591	(25)	-	(25)	-	6.759	8.180	289.298	387.505	
1998	200605	202.480	285.911	25.173	6.684	50.093	(21)	-	(21)	-	7.063	8.498	297.925	395.000	
1998	200606	221.892	310.205	28.421	5.276	15.015	-	-	-	-	-	-	-	-	
1998	200607	244.186	335.645	51.864	2.513	886	-	-	-	-	-	-	-	-	
1998	200608	289.298	380.088	15.684	886	-	-	-	-	-	-	-	-	-	



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 2o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1998	200609	297.925	387.805	29.357	10.884	29.357	10.884	29.351	10.884	29.351	10.884	-	-	-	(24)	-	-	7.872	9.342	7.872	9.342	319.357	418.653	319.357	418.653
1998	200610	319.357	418.653	14.532	2.029	14.532	2.029	13.203	1.795	13.203	1.795	-	-	-	(24)	-	-	7.795	9.429	7.795	9.429	326.026	424.549	326.026	424.549
1998	200611	326.026	424.549	11.757	1.786	11.757	1.786	10.027	1.786	10.027	1.786	-	-	-	(25)	-	-	8.558	10.065	8.558	10.065	329.235	426.311	329.235	426.311
1998	200612	329.235	426.311	13.497	2.182	13.497	2.182	13.352	2.182	13.352	2.182	-	-	-	(132)	-	-	8.077	9.484	8.077	9.484	334.666	432.482	334.666	432.482
1998	200701	334.666	432.482	12.465	967	12.465	967	13.245	967	13.245	967	-	-	-	(149)	-	-	8.464	10.203	8.464	10.203	338.679	436.620	338.679	436.620
1998	200702	338.679	436.620	8.133	1.040	8.133	1.040	7.293	1.040	7.293	1.040	-	-	-	(43)	-	-	7.319	8.471	7.319	8.471	339.318	436.698	339.318	436.698
1998	200703	339.318	436.698	13.751	5.424	13.751	5.424	14.405	5.424	14.405	5.424	-	-	-	(51)	-	-	7.390	8.685	7.390	8.685	345.632	447.941	345.632	447.941
1998	200704	345.632	447.941	12.590	2.963	12.590	2.963	14.105	2.963	14.105	2.963	-	-	-	(48)	-	-	7.228	8.627	7.228	8.627	350.989	456.434	350.989	456.434
1998	200705	350.989	456.434	8.758	988	8.758	988	8.267	988	8.267	988	-	-	-	(45)	-	-	7.325	8.581	7.325	8.581	352.407	457.169	352.407	457.169
1998	200706	352.407	457.169	20.170	2.313	20.170	2.313	20.988	2.313	20.988	2.313	-	-	-	(49)	-	-	6.535	7.852	6.535	7.852	365.811	472.898	365.811	472.898
1998	200707	365.811	472.898	50.528	8.257	50.528	8.257	50.377	8.257	50.377	8.257	-	-	-	(41)	-	-	8.552	10.049	8.552	10.049	407.689	521.623	407.689	521.623
1998	200708	407.689	521.623	38.738	5.284	38.738	5.284	36.989	5.284	36.989	5.284	-	-	-	(41)	-	-	9.572	11.220	9.572	11.220	436.820	552.751	436.820	552.751
1998	200709	436.820	552.751	21.953	3.176	21.953	3.176	22.894	3.176	22.894	3.176	-	-	-	(29)	-	-	9.264	11.443	9.264	11.443	449.482	567.435	449.482	567.435
1998	200710	449.482	567.435	11.336	1.585	11.336	1.585	11.832	1.585	11.832	1.585	-	-	-	(28)	-	-	10.024	11.508	10.024	11.508	450.568	569.599	450.568	569.599
1998	200711	450.568	569.599	12.647	1.244	12.647	1.244	10.892	1.244	10.892	1.244	-	-	-	(25)	-	-	8.507	10.380	8.507	10.380	454.550	571.537	454.550	571.537
1998	200712	454.550	571.537	8.932	806	8.932	806	8.923	806	8.923	806	-	-	-	(19)	-	-	8.917	10.596	8.917	10.596	454.277	570.977	454.277	570.977
1998	200801	454.277	570.977	13.495	1.539	13.495	1.539	20.595	1.539	20.595	1.539	-	-	-	(10)	-	-	7.852	9.224	7.852	9.224	458.636	585.181	458.636	585.181



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 2o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo sobre o Saldo de		Diferença de		Diferença de		Pagamento		Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1999	200001	-	-	3.361	2.062	403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.361	2.465	-	-
1999	200002	3.361	2.465	4.692	1.259	610	-	-	-	288	58	7.790	58	7.790	58	7.790	4.251	-	-
1999	200003	7.790	4.251	459	251	64	-	-	-	370	152	7.879	152	7.879	152	7.879	4.414	-	-
1999	200004	7.879	4.414	714	209	104	-	-	-	411	157	8.181	157	8.181	157	8.181	4.570	-	-
1999	200005	8.181	4.570	587	67	53	-	-	-	723	215	8.091	215	8.091	215	8.091	4.431	-	-
1999	200006	8.091	4.431	-	-	2	-	-	-	521	202	7.582	202	7.582	202	7.582	4.219	-	-
1999	200007	7.582	4.219	1.028	298	188	-	-	-	564	237	8.048	237	8.048	237	8.048	4.466	-	-
1999	200008	8.048	4.466	1.565	298	301	-	-	-	567	156	9.070	156	9.070	156	9.070	4.885	-	-
1999	200009	9.070	4.885	-	-	5	-	-	-	530	173	8.573	173	8.573	173	8.573	4.684	-	-
1999	200010	8.573	4.684	287	157	68	-	-	-	323	137	8.535	137	8.535	137	8.535	4.774	-	-
1999	200011	8.535	4.774	500	285	219	-	-	-	309	150	8.779	150	8.779	150	8.779	5.074	-	-
1999	200012	8.779	5.074	404	224	185	-	-	-	645	285	8.605	285	8.605	285	8.605	5.132	-	-
1999	200101	8.605	5.132	578	215	131	-	-	-	181	89	9.002	89	9.002	89	9.002	5.415	-	-
1999	200102	9.002	5.415	366	151	335	-	-	-	319	188	9.201	188	9.201	188	9.201	5.583	-	-
1999	200103	9.201	5.583	138	45	45	-	-	-	637	367	8.737	367	8.737	367	8.737	5.314	-	-
1999	200104	8.737	5.314	333	92	112	-	-	-	535	312	8.554	312	8.554	312	8.554	5.212	-	-
1999	200105	8.554	5.212	-	-	31	-	-	-	452	273	8.114	273	8.114	273	8.114	4.979	-	-
1999	200106	8.114	4.979	-	-	32	-	-	-	421	265	7.707	265	7.707	265	7.707	4.756	-	-
1999	200107	7.707	4.756	28	29	47	-	-	-	617	362	7.129	362	7.129	362	7.129	4.474	-	-
1999	200108	7.129	4.474	149	74	92	-	-	-	472	296	6.820	296	6.820	296	6.820	4.348	-	-
1999	200109	6.820	4.348	602	234	236	-	-	-	492	303	6.945	303	6.945	303	6.945	4.521	-	-
1999	200110	6.945	4.521	-	-	43	-	-	-	469	305	6.486	305	6.486	305	6.486	4.265	-	-
1999	200111	6.486	4.265	127	9	90	-	-	-	362	226	6.257	226	6.257	226	6.257	4.141	-	-
1999	200112	6.257	4.141	-	-	51	-	-	-	339	215	5.928	215	5.928	215	5.928	3.980	-	-
1999	200201	5.928	3.980	120	102	103	-	-	-	237	164	5.823	164	5.823	164	5.823	4.018	-	-
1999	200202	5.823	4.018	-	-	49	-	-	-	262	162	5.569	162	5.569	162	5.569	3.912	-	-
1999	200203	5.569	3.912	909	116	398	-	-	-	228	167	6.258	167	6.258	167	6.258	4.264	-	-
1999	200204	6.258	4.264	-	-	53	-	-	-	194	134	6.073	134	6.073	134	6.073	4.189	-	-
1999	200205	6.073	4.189	-	-	56	-	-	-	175	118	5.908	118	5.908	118	5.908	4.130	-	-
1999	200206	5.908	4.130	-	-	56	-	-	-	187	131	5.728	131	5.728	131	5.728	4.058	-	-
1999	200207	5.728	4.058	22	20	66	-	-	-	108	77	5.650	77	5.650	77	5.650	4.069	-	-
1999	200208	5.650	4.069	380	186	220	-	-	-	148	117	5.890	117	5.890	117	5.890	4.362	-	-
1999	200209	5.890	4.362	440	251	252	-	-	-	216	159	6.122	159	6.122	159	6.122	4.708	-	-
1999	200210	6.122	4.708	904	489	465	-	-	-	354	294	6.679	294	6.679	294	6.679	5.371	-	-
1999	200211	6.679	5.371	53	47	83	-	-	-	222	215	5.288	215	5.288	215	5.288	4.965	-	-
1999	200212	6.514	5.288	19	7	(410)	-	-	-	451	399	6.086	399	6.086	399	6.086	4.965	-	-
1999	200301	6.086	4.965	84	40	97	-	-	-	220	202	5.952	202	5.952	202	5.952	4.903	-	-
1999	200302	5.952	4.903	28	25	73	-	-	-	96	82	5.886	82	5.886	82	5.886	4.921	-	-
1999	200303	5.886	4.921	-	-	60	-	-	-	86	76	5.802	76	5.802	76	5.802	4.908	-	-
1999	200304	5.802	4.908	1.788	932	972	-	-	-	128	120	7.462	120	7.462	120	7.462	6.695	-	-

1999	200305	7 462	6 695	481	228	312	-	(1)	-	400	378	7 545	6 857
1999	200306	7 545	6 857	-	-	(98)	-	(162)	-	119	117	7 426	6 803
1999	200307	7 426	6 803	-	-	64	-	(1)	-	92	90	7 335	6 778
1999	200308	7 335	6 778	941	553	582	-	(1)	-	198	192	8 078	7 720
1999	200309	8 078	7 720	188	94	171	-	(1)	-	275	274	7 992	7 712
1999	200310	7 992	7 712	-	-	67	-	(1)	-	237	232	7 755	7 546
1999	200311	7 755	7 546	169	154	165	-	(1)	-	560	644	7 365	7 221
1999	200312	7 365	7 221	674	245	465	-	(1)	-	473	475	7 566	7 458
1999	200401	7 566	7 458	768	346	528	-	(1)	-	410	419	7 924	7 913
1999	200402	7 924	7 913	661	442	472	-	(1)	-	748	758	7 839	8 068
1999	200403	7 839	7 819	393	225	310	-	(1)	-	602	626	7 631	7 978
1999	200404	7 631	7 978	193	77	191	-	(1)	-	480	509	7 344	7 736
1999	200405	7 344	7 736	947	561	675	-	(1)	-	352	390	7 940	8 583
1999	200406	7 940	8 583	102	55	136	-	(1)	-	367	424	7 675	8 350
1999	200407	7 675	8 350	237	60	222	-	(1)	-	294	332	7 618	8 301
1999	200408	7 618	8 301	595	293	471	-	(1)	-	225	263	7 988	8 802
1999	200409	7 988	8 802	138	98	154	-	(1)	-	242	269	7 887	8 782
1999	200410	7 887	8 782	-	-	73	-	(1)	-	298	340	7 590	8 515
1999	200411	7 590	8 515	-	-	73	-	(1)	-	188	219	7 403	8 369
1999	200412	7 403	8 369	-	-	73	-	(1)	-	146	170	7 258	8 273
1999	200501	7 258	8 273	628	605	524	-	(1)	-	214	260	7 672	9 143
1999	200502	7 672	9 143	-	-	73	-	(1)	-	196	222	7 477	8 994
1999	200503	7 477	8 994	104	50	151	-	(1)	-	132	149	7 450	9 046
1999	200504	7 450	9 046	1 101	636	900	-	(1)	-	192	215	8 361	10 368
1999	200505	8 361	10 368	177	33	210	-	(1)	-	159	187	8 379	10 424
1999	200506	8 379	10 424	564	421	508	-	(2)	-	229	295	8 715	11 059
1999	200507	8 715	11 059	5 479	3 488	4 347	-	(3)	-	212	257	13 982	18 640
1999	200508	13 982	18 640	27 841	16 453	21 926	-	(90)	-	941	1 077	40 883	56 031
1999	200509	40 883	56 031	161 336	98 002	128 872	-	(9)	-	3 664	4 290	198 551	278 628
1999	200510	398 551	278 628	28 250	15 504	22 795	-	(16)	-	6 025	7 167	220 779	309 774
1999	200511	220 779	309 774	13 893	9 579	11 335	-	(12)	-	6 873	8 091	227 852	322 555
1999	200512	227 852	322 555	17 365	9 613	14 295	-	(16)	-	7 257	8 750	237 962	337 726
1999	200601	237 962	337 726	20 897	7 546	17 178	-	(186)	-	6 672	8 277	252 190	354 355
1999	200602	252 190	354 355	11 358	2 856	9 801	-	(26)	-	6 540	7 892	257 005	358 849
1999	200603	257 005	358 849	11 541	3 813	10 208	-	(31)	-	7 374	8 936	261 573	363 963
1999	200604	261 573	363 963	12 491	3 093	10 642	-	(35)	-	6 829	8 237	267 183	369 547
1999	200605	267 183	369 547	36 265	14 743	31 805	-	(39)	-	7 025	8 556	296 433	407 570
1999	200606	296 433	407 570	12 615	3 885	10 982	-	(159)	-	7 492	9 151	301 565	413 435
1999	200607	301 565	413 435	38 458	4 336	34 792	-	(171)	-	7 408	9 026	332 624	443 658
1999	200608	332 624	443 658	4 021	777	3 594	-	(32)	-	7 279	8 853	329 370	439 205
1999	200609	329 370	439 205	20 354	6 383	18 712	-	(32)	-	8 030	9 710	341 675	454 642
1999	200610	341 675	454 642	10 352	1 503	5 856	-	(22)	-	7 860	9 463	344 142	452 585
1999	200611	344 142	452 585	6 467	989	4 439	-	(32)	-	7 600	8 983	343 017	449 052
1999	200612	343 017	449 052	6 359	1 356	5 474	-	(35)	-	7 379	8 688	342 005	447 223
1999	200701	342 005	447 223	7 126	1 680	8 395	-	(29)	-	7 872	9 378	341 269	447 939
1999	200702	341 269	447 939	4 702	872	3 827	-	(47)	-	6 811	7 958	339 170	444 717
1999	200703	339 170	444 717	36 819	1 230	13 647	-	(35)	-	6 611	7 728	369 374	451 905
1999	200704	369 374	451 905	3 181	458	3 428	-	(35)	-	6 264	7 413	366 282	448 423
1999	200705	366 282	448 423	3 338	1 186	3 632	-	(29)	-	6 435	7 245	363 184	446 026
1999	200706	363 184	446 026	3 568	846	3 770	-	(25)	-	5 840	6 917	360 821	443 840
1999	200707	360 821	443 840	14 316	3 043	12 017	-	(27)	-	6 397	7 183	368 716	451 767
1999	200708	368 716	451 767	11 263	1 992	7 522	-	(23)	-	6 210	6 981	372 814	455 277

1999	200709	372,814	455,277	13,783	2,935	13,081	-	(17)	-	5,758	6,616	380,767	464,765
1999	200710	380,767	464,765	8,607	697	4,903	-	(17)	-	6,019	6,853	382,968	463,916
1999	200711	382,968	463,916	6,172	99	3,953	-	(13)	-	5,275	6,135	383,767	461,945
1999	200712	383,767	461,945	4,082	497	3,462	-	(10)	-	5,714	6,459	381,830	459,759
1999	200801	381,830	459,759	12,244	852	11,672	-	(4)	-	5,093	5,608	388,129	467,530



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo V - 2o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora
2000	200001	-	-	26.093	12.323	318	-	-	0	-	2.818	1.200	23.476	11.240
2000	200002	23.476	11.240	45.538	21.071	561	-	-	(0)	-	3.898	1.603	65.224	31.181
2000	200003	65.224	31.181	446	232	10	-	-	0	-	4.402	1.762	61.346	29.583
2000	200004	61.346	29.583	640	387	30	-	-	1	-	5.424	2.342	56.573	27.646
2000	200005	56.573	27.646	354	164	(9)	-	-	(37)	-	6.036	2.637	50.931	25.160
2000	200006	50.931	25.160	211	95	(178)	-	-	(352)	-	7.463	3.390	43.779	21.939
2000	200007	43.779	21.939	101	53	(394)	-	-	(434)	-	6.972	3.124	36.991	18.824
2000	200008	36.991	18.824	290	149	400	-	-	(13)	-	6.328	2.888	31.117	16.152
2000	200009	31.117	16.152	273	122	400	-	-	(13)	-	5.405	2.430	26.302	13.940
2000	200010	26.302	13.940	292	195	(43)	-	-	(221)	-	3.887	1.852	22.770	12.399
2000	200011	22.770	12.399	441	296	1.504	-	-	1	-	4.116	1.883	20.086	11.325
2000	200012	20.086	11.325	423	286	439	-	-	(0)	-	3.446	1.468	17.398	10.247
2000	200101	17.398	10.247	11.577	3.808	616	-	-	(857)	-	2.472	1.160	26.496	14.373
2000	200102	26.496	14.373	4.333	1.508	365	-	-	(307)	-	3.304	1.400	27.600	15.078
2000	200103	27.600	15.078	283	125	170	-	-	(239)	-	3.991	1.843	24.128	13.533
2000	200104	24.128	13.533	364	113	173	-	-	(53)	-	2.920	1.427	21.616	12.402
2000	200105	21.616	12.402	-	-	113	-	-	(54)	-	2.472	1.212	19.183	11.317
2000	200106	19.183	11.317	480	205	199	-	-	(47)	-	1.793	905	17.903	10.830
2000	200107	17.903	10.830	-	-	121	-	-	(27)	-	1.619	844	16.305	10.112
2000	200108	16.305	10.112	163	85	163	-	-	(24)	-	1.195	669	15.293	9.695
2000	200109	15.293	9.695	-	-	118	-	-	(20)	-	911	526	14.374	9.296
2000	200110	14.374	9.296	-	-	113	-	-	(14)	-	842	468	13.540	8.948
2000	200111	13.540	8.948	853	189	307	-	-	(9)	-	916	490	13.483	8.957
2000	200112	13.483	8.957	154	112	160	-	-	(7)	-	592	370	13.052	8.900
2000	200201	13.052	8.900	-	-	111	-	-	(12)	-	908	464	12.160	8.543
2000	200202	12.160	8.543	-	-	130	-	-	(8)	-	322	173	11.845	8.501
2000	200203	11.845	8.501	1.169	338	432	-	-	(7)	-	444	263	12.574	9.011
2000	200204	12.574	9.011	-	-	129	-	-	(6)	-	283	166	12.294	8.978
2000	200205	12.294	8.978	-	-	132	-	-	(6)	-	269	129	12.030	8.983
2000	200206	12.030	8.983	-	-	132	-	-	(3)	-	290	149	11.743	8.968
2000	200207	11.743	8.968	-	-	134	-	-	(3)	-	164	89	11.581	9.013
2000	200208	11.581	9.013	405	219	259	-	-	(4)	-	193	115	11.795	9.379
2000	200209	11.795	9.379	651	401	344	-	-	(3)	-	229	144	12.220	9.980
2000	200210	12.220	9.980	-	-	136	-	-	(3)	-	206	144	12.016	9.973
2000	200211	12.016	9.973	-	-	137	-	-	(3)	-	200	131	11.818	9.979
2000	200212	11.818	9.979	-	-	126	-	-	(3)	-	270	182	11.553	9.920
2000	200301	11.553	9.920	332	165	254	-	-	(3)	-	244	143	11.642	10.199
2000	200302	10.199	9.920	188	103	193	-	-	(0)	-	179	120	10.259	10.259
2000	200303	11.492	10.259	398	204	294	-	-	(1)	-	134	90	11.551	10.460
2000	200304	11.551	10.460	-	-	-	-	-	(3)	-	202	152	11.748	10.807

2000	200305	11 748	10 807	-	-	14	-	(1)	-	589	377	11 160	10 443
2000	200306	11 160	10 443	-	-	(26)	-	(161)	-	151	102	11 009	10 476
2000	200307	11 009	10 476	-	-	135	-	(1)	-	185	131	10 825	10 480
2000	200308	10 825	10 480	-	-	137	-	(1)	-	94	79	10 731	10 538
2000	200309	10 731	10 538	-	75	128	-	(1)	-	218	170	10 655	10 559
2000	200310	10 655	10 559	1 122	363	631	-	(1)	-	125	113	11 652	11 441
2000	200311	11 652	11 441	-	-	137	-	(1)	-	226	155	11 426	11 423
2000	200312	11 426	11 423	-	-	103	-	(1)	-	454	343	10 978	11 178
2000	200401	10 978	11 178	410	202	331	-	(1)	-	286	211	11 103	11 500
2000	200402	11 103	11 500	246	228	255	-	(1)	-	160	151	11 189	11 832
2000	200403	11 189	11 832	323	189	295	-	(1)	-	212	203	11 301	12 113
2000	200404	11 301	12 113	203	105	239	-	(1)	-	162	151	11 343	12 306
2000	200405	11 343	12 306	559	162	426	-	(1)	-	180	173	11 722	12 721
2000	200406	11 722	12 721	739	286	528	-	(1)	-	158	140	12 304	13 395
2000	200407	12 304	13 395	146	21	207	-	(1)	-	266	229	12 185	13 393
2000	200408	12 185	13 393	67	23	174	-	(1)	-	302	265	11 950	13 325
2000	200409	11 950	13 325	-	-	125	-	(1)	-	254	210	11 699	13 237
2000	200410	11 699	13 237	1 449	248	823	-	(1)	-	487	373	12 669	13 927
2000	200411	12 669	13 927	186	78	249	-	(1)	-	404	329	12 462	13 925
2000	200412	12 462	13 925	-	-	132	-	(1)	-	529	458	11 934	13 598
2000	200501	11 934	13 598	83	67	15	-	(1)	-	457	377	11 569	13 294
2000	200502	11 569	13 294	270	144	296	-	(1)	-	379	317	11 461	13 417
2000	200503	11 461	13 417	610	471	522	-	(1)	-	550	429	11 542	13 981
2000	200504	11 542	13 981	93	52	191	-	(1)	-	415	346	11 221	13 878
2000	200505	11 221	13 878	186	57	252	-	(1)	-	133	128	11 273	14 059
2000	200506	11 273	14 059	126	77	215	-	(1)	-	154	152	11 245	14 200
2000	200507	11 245	14 200	6 139	3 698	4 089	-	(1)	-	344	287	17 099	21 662
2000	200508	17 099	21 662	27 776	19 076	18 658	-	(82)	-	1 093	1 130	43 783	58 349
2000	200509	43 783	58 349	188 593	129 266	127 938	-	(11)	-	4 482	4 718	227 890	310 850
2000	200510	227 890	310 850	32 298	20 297	22 106	-	(22)	-	6 601	7 427	253 593	345 842
2000	200511	253 593	345 842	14 440	10 971	10 210	-	(19)	-	8 023	8 726	260 014	358 313
2000	200512	260 014	358 313	21 580	15 674	15 329	-	(20)	-	8 518	9 589	273 083	379 740
2000	200601	273 083	379 740	21 254	9 670	15 248	-	(180)	-	7 630	9 218	286 713	395 614
2000	200602	286 713	395 614	13 038	3 987	9 471	-	(28)	-	7 477	8 871	292 273	400 229
2000	200603	292 273	400 229	11 419	3 662	8 534	-	(30)	-	8 340	9 845	295 353	402 609
2000	200604	295 353	402 609	13 038	4 385	9 760	-	(34)	-	7 619	8 983	309 724	407 851
2000	200605	300 724	407 851	45 453	16 861	34 488	-	(51)	-	7 672	9 088	338 514	450 154
2000	200606	338 514	450 154	14 555	4 200	11 166	-	(178)	-	7 959	9 369	345 117	456 322
2000	200607	345 117	456 322	7 405	2 013	6 031	-	(128)	-	8 159	9 532	344 334	454 992
2000	200608	344 334	454 992	4 228	712	3 347	-	(31)	-	8 329	9 623	340 244	449 448
2000	200609	340 244	449 448	25 139	10 289	20 534	-	(31)	-	8 025	9 405	357 338	470 917
2000	200610	357 338	470 917	13 786	2 145	8 070	-	(25)	17	8 959	10 279	362 145	470 883
2000	200611	362 145	470 883	6 391	1 246	4 291	-	(33)	-	8 165	9 409	360 369	467 045
2000	200612	360 369	467 045	5 025	935	3 998	-	(37)	-	7 993	9 181	357 396	462 839
2000	200701	357 396	462 839	5 986	1 015	6 089	-	(29)	-	8 453	9 686	354 852	460 364
2000	200702	354 852	460 364	4 696	1 206	4 152	-	(49)	-	6 631	7 576	352 927	458 185
2000	200703	352 927	458 185	2 163	661	2 654	-	(42)	-	6 678	7 717	348 409	453 828
2000	200704	348 409	453 828	5 750	356	5 312	-	(39)	154	6 380	7 464	347 775	451 921
2000	200705	347 775	451 921	4 009	425	3 502	-	(28)	18	6 592	7 434	345 191	448 425
2000	200706	345 191	448 425	8 151	1 260	6 880	-	(25)	1	5 871	6 817	347 364	449 678
2000	200707	347 364	449 678	20 203	4 618	16 568	-	(32)	56	6 778	7 491	360 764	463 374
2000	200708	360 764	463 374	19 508	2 634	13 826	-	(26)	4 778	7 031	7 541	370 436	470 346

2000	200709	370 436	470 346	7 808	1 132	5 716	-	(20)	18	6 065	6 776	372 038	470 562
2000	200710	372 038	470 562	9 941	737	5 108	-	(21)	97	6 152	6 732	375 337	470 089
2000	200711	375 337	470 089	6 286	252	3 725	-	(15)	11	5 692	6 330	375 727	467 944
2000	200712	375 727	467 944	20 096	987	10 086	-	(10)	12	5 921	6 491	385 468	472 959
2000	200801	385 468	472 959	9 245	1 957	15 877	-	(4)	26	5 395	5 515	392 280	486 293



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 2a

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora
2001	200001	-	-	406	244	-	-	-	-	(0)	-	-	33	14	373	230
2001	200002	373	230	-	-	-	-	-	-	(0)	-	-	33	14	340	216
2001	200003	340	216	-	-	-	-	-	-	(0)	-	-	-	-	340	216
2001	200004	340	216	-	-	-	-	-	-	0	0	-	33	14	307	202
2001	200005	307	202	-	-	-	-	-	-	0	0	-	-	-	307	202
2001	200006	307	202	-	-	-	-	-	-	(0)	-	-	33	14	274	188
2001	200007	274	188	299	68	-	-	-	-	(44)	-	-	25	6	548	251
2001	200008	548	251	-	-	-	-	-	-	45	-	-	64	27	515	239
2001	200009	515	238	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	515	240
2001	200010	515	239	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	515	241
2001	200011	515	240	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	515	243
2001	200012	515	241	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)	-	239	167	3.142	1.725
2001	200001	515	243	2.868	1.168	-	-	-	-	-	-	-	859	324	4.054	2.213
2001	200002	3.142	1.725	1.767	784	-	-	-	-	35	(6)	-	712	303	4.949	2.213
2001	200003	4.054	1.725	1.603	754	-	-	-	-	88	(2)	-	943	415	6.794	3.218
2001	200004	4.949	2.213	2.792	1.326	-	-	-	-	99	(9)	-	1.323	548	7.808	3.827
2001	200005	6.794	3.218	2.336	1.049	-	-	-	-	82	(11)	-	1.564	688	7.797	3.859
2001	200006	7.808	3.827	1.559	622	-	-	-	-	168	(20)	-	2.386	1.058	8.046	4.044
2001	200007	7.797	3.859	2.628	1.061	-	-	-	-	150	(16)	-	1.720	787	7.506	3.826
2001	200008	8.046	4.044	1.179	466	-	-	-	-	212	(13)	-	1.372	635	8.015	4.135
2001	200009	7.506	3.826	1.877	782	-	-	-	-	290	(10)	-	1.862	866	8.470	4.336
2001	200010	8.015	4.135	2.320	839	-	-	-	-	169	(9)	-	1.733	805	9.577	4.716
2001	200011	8.470	4.336	2.841	884	-	-	-	-	114	(4)	-	1.548	752	8.867	4.563
2001	200012	9.577	4.716	1.481	666	-	-	-	-	175	(2)	-	1.269	606	7.990	4.178
2001	200201	9.550	4.781	883	418	-	-	-	-	81	(16)	-	1.081	537	8.081	4.273
2001	200202	8.867	4.563	398	152	-	-	-	-	7	(11)	-	1.066	550	7.551	4.072
2001	200203	7.990	4.178	1.169	458	-	-	-	-	43	(10)	-	1.270	628	13.759	8.100
2001	200204	8.081	4.273	543	245	-	-	-	-	80	(4)	-	1.065	574	12.694	7.543
2001	200205	7.551	4.072	7.476	3.439	-	-	-	-	152	(4)	-	1.104	596	11.978	7.176
2001	200206	13.759	8.100	-	-	-	-	-	-	36	(4)	-	892	489	11.267	6.822
2001	200207	12.694	7.543	380	147	-	-	-	-	42	(0)	-	999	543	10.960	6.745
2001	200208	11.978	7.176	177	86	-	-	-	-	87	(0)	-	700	424	10.371	6.401
2001	200209	11.267	6.822	684	318	-	-	-	-	76	(0)	-	669	407	9.817	6.074
2001	200210	10.960	6.745	108	45	-	-	-	-	164	(0)	-	912	546	9.199	5.763
2001	200211	10.371	6.401	115	38	-	-	-	-	48	(0)	-	681	425	8.821	5.564
2001	200212	9.817	6.074	289	162	-	-	-	-	41	(1)	-	805	508	7.987	5.113
2001	200301	9.199	5.763	303	140	-	-	-	-	414	(1)	-	623	405	8.840	6.011
2001	200302	8.821	5.564	604	276	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2001	200303	8.645	5.512	141	68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2001	200304	7.987	5.113	1.477	888	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 2a

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo sobre o Saldo de		Diferença de		Diferença de		Pagamento		Pagamento		Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Monetária	Multa	Principal + Correção	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2001	200305	8.840	6.011	-	-	-	11	-	-	-	-	795	517	-	-	8.053	5.498
2001	200306	8.053	5.498	158	55	-	61	-	-	-	-	722	463	-	-	7.489	5.151
2001	200307	7.489	5.151	127	62	-	50	-	-	-	-	835	530	-	-	6.791	4.723
2001	200308	6.791	4.723	438	236	-	151	-	-	-	-	638	425	-	-	6.591	4.686
2001	200309	6.591	4.686	60	24	-	32	-	-	-	-	809	512	-	-	5.859	4.214
2001	200310	5.859	4.214	-	-	-	15	-	-	-	-	793	472	-	-	5.157	3.755
2001	200311	5.157	3.755	230	108	-	95	-	-	-	-	595	395	-	-	4.792	3.563
2001	200312	4.792	3.563	660	349	-	241	-	-	-	-	620	436	-	-	4.833	3.717
2001	200401	4.833	3.717	581	267	-	217	-	-	-	-	954	623	-	-	4.494	3.544
2001	200402	4.494	3.544	717	424	-	256	-	-	-	-	374	297	-	-	4.842	3.923
2001	200403	4.842	3.923	-	-	-	13	-	-	-	-	331	272	-	-	4.512	3.664
2001	200404	4.512	3.664	987	629	-	399	-	-	-	-	406	338	-	-	5.093	4.354
2001	200405	5.093	4.354	1.090	567	-	281	-	-	-	-	716	504	-	-	5.499	4.666
2001	200406	5.499	4.666	-	-	-	10	-	-	-	-	317	271	-	-	5.183	4.405
2001	200407	5.183	4.405	58	28	-	24	-	-	-	-	643	459	-	-	4.578	4.018
2001	200408	4.578	4.018	94	41	-	47	-	-	-	-	353	302	-	-	4.320	3.804
2001	200409	4.320	3.804	-	-	-	6	-	-	-	-	236	201	-	-	4.084	3.610
2001	200410	4.084	3.610	1.498	441	-	681	-	-	-	-	454	374	-	-	5.128	4.357
2001	200411	5.128	4.357	-	-	-	7	-	-	-	-	440	338	-	-	4.689	4.006
2001	200412	4.689	4.006	-	-	-	7	-	-	-	-	295	234	-	-	4.394	3.778
2001	200501	4.394	3.778	275	162	-	124	-	-	-	-	344	271	-	-	4.330	3.790
2001	200502	4.330	3.790	157	101	-	83	-	-	-	-	279	224	-	-	4.209	3.750
2001	200503	4.209	3.750	-	-	-	6	-	-	-	-	499	389	-	-	3.711	3.368
2001	200504	3.711	3.368	7.040	2.890	-	3.596	-	-	-	-	404	331	-	-	10.348	9.524
2001	200505	10.348	9.524	1.856	684	-	972	-	-	-	-	1.066	980	-	-	11.139	10.200
2001	200506	11.139	10.200	-	-	-	7	-	-	-	-	1.105	1.000	-	-	10.034	9.208
2001	200507	10.034	9.208	5.252	3.380	-	2.548	-	-	-	-	1.157	1.066	-	-	14.130	14.365
2001	200508	14.130	14.365	38.533	25.319	-	21.117	-	-	-	-	2.030	1.962	-	-	50.634	58.915
2001	200509	50.634	58.915	439.358	292.085	-	245.804	-	-	-	-	11.195	10.760	-	-	478.797	586.058
2001	200510	478.797	586.058	55.893	35.487	-	31.656	-	-	-	-	19.174	18.963	-	-	515.519	634.275
2001	200511	515.519	634.275	8.837	6.050	-	4.332	-	-	-	-	20.887	20.453	-	-	505.495	624.902
2001	200512	505.495	624.902	3.316	1.614	-	1.301	-	-	-	-	19.342	19.148	-	-	487.486	609.127
2001	200601	487.486	609.127	3.408	1.224	-	1.817	-	-	-	-	16.223	16.873	-	-	474.683	595.631
2001	200602	474.683	595.631	1.686	469	-	1.069	-	-	-	-	13.302	14.070	-	-	463.077	570.073
2001	200603	463.077	583.196	2.477	834	-	1.498	-	-	-	-	14.761	15.676	-	-	450.811	576.073
2001	200604	450.811	570.073	6.726	3.312	-	4.015	-	-	-	-	11.958	12.856	-	-	445.526	564.913
2001	200605	445.526	564.913	4.372	1.017	-	2.322	-	-	-	-	11.966	12.950	-	-	437.924	555.732
2001	200606	437.924	555.732	5.006	1.140	-	3.151	-	-	-	-	11.142	12.053	-	-	431.778	548.097
2001	200607	431.778	548.097	4.873	1.558	-	3.481	-	-	-	-	11.715	13.031	-	-	424.918	540.205
2001	200608	424.918	540.205	3.806	862	-	2.776	-	-	-	-	9.778	10.828	-	-	418.938	533.069



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2009

Anexo X - 26

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2001	200609	418.938	533.089	35.542	16.206	24.509	-	(39)	-	-	-	10.954	11.975	443.466	561.907	443.466	561.907	443.466	561.907
2001	200610	443.466	561.907	14.053	2.731	6.383	-	(34)	-	16	16	10.790	11.958	446.575	559.234	446.575	559.234	446.575	559.234
2001	200611	446.575	559.234	4.755	817	3.037	-	(44)	-	-	-	9.871	11.051	441.442	552.098	441.442	552.098	441.442	552.098
2001	200612	441.442	552.098	3.707	549	2.766	-	(46)	-	220	220	9.856	10.908	435.211	544.413	435.211	544.413	435.211	544.413
2001	200701	435.211	544.413	4.488	305	5.731	-	(38)	-	-	-	9.595	10.695	429.988	539.907	429.988	539.907	429.988	539.907
2001	200702	429.988	539.907	4.454	688	3.118	-	(54)	-	8	8	8.714	9.588	425.721	534.159	425.721	534.159	425.721	534.159
2001	200703	425.721	534.159	1.887	645	2.364	-	(47)	-	-	-	8.240	9.096	419.332	528.155	419.332	528.155	419.332	528.155
2001	200704	419.332	528.155	2.266	389	2.495	-	(42)	-	-	-	7.735	8.546	413.800	522.598	413.800	522.598	413.800	522.598
2001	200705	413.800	522.598	2.764	99	2.411	-	(41)	-	25	25	7.403	8.296	409.130	518.859	409.130	518.859	409.130	518.859
2001	200706	409.130	518.859	3.906	1.046	3.257	-	(34)	-	1	1	6.930	7.798	405.959	513.544	405.959	513.544	405.959	513.544
2001	200707	405.959	513.544	20.314	4.927	15.067	-	(42)	-	36	36	7.490	8.226	418.733	525.368	418.733	525.368	418.733	525.368
2001	200708	418.733	525.368	13.599	2.491	9.241	-	(34)	-	-	-	7.709	8.318	424.503	528.936	424.503	528.936	424.503	528.936
2001	200709	424.503	528.936	9.990	1.410	6.517	-	(25)	-	-	-	7.136	7.587	427.336	529.323	427.336	529.323	427.336	529.323
2001	200710	427.336	529.323	9.135	1.556	5.847	-	(24)	-	91	91	6.740	7.149	429.403	529.840	429.403	529.840	429.403	529.840
2001	200711	429.403	529.840	6.304	421	4.348	-	(17)	-	10	10	6.283	6.743	429.328	527.594	429.328	527.594	429.328	527.594
2001	200712	429.328	527.968	6.140	749	5.660	-	(11)	-	22	22	6.324	6.867	429.050	537.760	429.050	537.760	429.050	537.760
2001	200801	429.050	527.594	4.360	1.228	13.477	-	(4)	-	24	24	5.838	6.058	426.032	537.760	426.032	537.760	426.032	537.760



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X-2a

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora
2002	200102	-	-	-	56	23	23	(0)	-	-	-	-	-	-	56	23
2002	200103	56	23	824	61	23	61	25	-	-	-	-	51	13	852	74
2002	200104	852	74	1.144	216	216	216	0	-	-	-	-	38	4	1.958	286
2002	200105	1.958	286	-	-	-	-	0	-	-	(0)	-	24	2	1.935	284
2002	200106	1.935	284	-	-	-	-	1	-	-	(0)	-	53	7	1.883	278
2002	200107	1.883	278	3.195	89	89	89	0	-	-	(0)	-	24	2	5.054	365
2002	200108	5.054	365	-	-	-	-	172	-	-	(0)	-	205	9	5.017	362
2002	200109	5.017	362	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)	-	237	21	4.782	339
2002	200110	4.782	339	-	-	-	-	(0)	-	-	(2)	-	208	9	4.576	329
2002	200111	4.576	329	274	39	39	39	0	-	-	(2)	-	208	9	4.644	359
2002	200112	4.644	359	-	-	-	-	(0)	-	-	(2)	-	273	18	4.373	342
2002	200201	4.373	342	3.826	1.500	1.500	1.500	6	-	-	(2)	-	971	282	7.221	1.567
2002	200202	7.221	1.567	2.657	1.057	1.057	1.057	26	-	-	(2)	-	1.035	328	8.822	2.327
2002	200203	8.822	2.327	4.143	1.777	1.777	1.777	83	-	-	(2)	-	1.940	642	11.022	3.550
2002	200204	11.022	3.550	748	352	352	352	27	-	-	(2)	-	1.614	591	10.154	3.342
2002	200205	10.154	3.342	22.683	8.225	8.225	8.225	771	-	-	(174)	-	1.792	684	31.066	11.806
2002	200206	31.066	11.806	2.225	1.003	1.003	1.003	114	-	-	(38)	-	3.949	1.556	29.373	11.375
2002	200207	29.373	11.375	42.253	18.159	18.159	18.159	2.533	-	-	(32)	-	4.051	1.597	67.589	30.487
2002	200208	67.589	30.487	911	386	386	386	75	-	-	(26)	-	6.864	2.774	61.653	28.184
2002	200209	61.653	28.184	1.538	695	695	695	118	-	-	(23)	-	6.534	2.731	56.667	26.279
2002	200210	56.667	26.279	2.381	965	965	965	225	-	-	(14)	-	6.616	2.701	52.442	24.772
2002	200211	52.442	24.772	1.214	610	610	610	129	-	-	(11)	-	6.477	2.693	47.183	22.826
2002	200212	47.183	22.826	2.512	1.102	1.102	1.102	286	-	-	(11)	-	6.725	2.810	42.975	21.410
2002	200301	42.975	21.410	1.227	556	556	556	164	-	-	(5)	-	6.836	2.908	37.373	19.221
2002	200302	37.373	19.221	689	343	343	343	91	-	-	(7)	-	6.645	2.836	31.416	16.826
2002	200303	31.416	16.826	805	486	486	486	128	-	-	(5)	-	6.253	2.583	25.974	14.856
2002	200304	25.974	14.856	1.620	911	911	911	261	-	-	(4)	-	3.966	1.791	23.630	14.239
2002	200305	23.630	14.239	780	336	336	336	144	-	-	(4)	-	3.911	1.762	20.502	12.958
2002	200306	20.502	12.958	-	-	-	-	10	-	-	(4)	-	3.715	1.687	16.787	11.284
2002	200307	16.787	11.284	254	104	104	104	66	-	-	(1)	-	3.724	1.691	13.317	9.763
2002	200308	13.317	9.763	-	-	-	-	14	-	-	(1)	-	1.407	804	11.912	8.973
2002	200309	11.912	8.973	388	198	198	198	95	-	-	(1)	-	860	504	11.440	8.763
2002	200310	11.440	8.763	664	392	392	392	158	-	-	(1)	-	793	465	11.310	8.849
2002	200311	11.310	8.849	195	168	168	168	61	-	-	(1)	-	482	331	11.023	8.748
2002	200312	11.023	8.748	820	289	289	289	163	-	-	(0)	-	1.049	600	10.807	8.588
2002	200401	10.807	8.588	790	296	296	296	193	-	-	(1)	-	439	280	11.163	8.792
2002	200402	11.163	8.792	549	322	322	322	44	-	-	(1)	-	807	512	10.905	8.734
2002	200403	10.905	8.734	113	68	68	68	44	-	-	(1)	-	536	342	10.480	8.507
2002	200404	10.480	8.507	417	241	241	241	(26)	-	-	(169)	-	336	227	10.562	8.654
2002	200405	10.562	8.654	1.312	879	879	879	390	-	-	(0)	-	245	167	11.629	9.756



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 20

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo sobre o Saldo de		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final		
		Principal	Mora	Principal	Correção Monetária				Principal	Mora	Principal	Mora	
2002	200406	11.629	9.756	34	23	(26)	-	(0)	516	331	11.162	9.407	
2002	200407	11.162	9.407	-	-	24	-	(0)	-	281	207	10.882	9.224
2002	200408	10.882	9.224	501	316	182	-	(0)	223	165	11.160	9.557	
2002	200409	11.160	9.557	165	97	81	-	(0)	188	135	11.137	9.600	
2002	200410	11.137	9.600	1.840	760	472	-	(0)	1.535	1.303	11.457	9.514	
2002	200411	11.457	9.514	-	-	(7)	-	(0)	-	483	364	10.975	9.142
2002	200412	10.975	9.142	38	30	25	-	(1)	419	312	10.594	8.885	
2002	200501	10.594	8.885	217	117	88	-	(1)	670	547	10.142	8.541	
2002	200502	10.142	8.541	157	120	68	-	(2)	499	383	9.802	8.347	
2002	200503	9.802	8.347	185	81	81	-	(1)	910	700	9.077	7.810	
2002	200504	9.077	7.810	230	120	101	-	(1)	739	576	8.569	7.456	
2002	200505	8.569	7.456	186	102	86	-	(1)	285	241	8.469	7.404	
2002	200506	8.469	7.404	91	38	48	-	(3)	438	359	8.123	7.133	
2002	200507	8.123	7.133	6.317	3.633	2.476	-	(146)	367	320	14.073	13.068	
2002	200508	14.073	13.068	38.927	29.211	16.749	-	(3)	1.849	1.570	51.152	57.461	
2002	200509	51.152	57.461	365.596	286.527	160.777	-	(22)	8.739	8.130	408.020	496.645	
2002	200510	408.020	496.645	51.654	38.482	23.225	-	(37)	14.981	14.590	444.696	543.796	
2002	200511	444.696	543.796	11.667	6.608	4.768	-	(655)	15.860	15.517	440.510	540.363	
2002	200512	440.510	540.363	6.750	3.608	2.720	-	(425)	14.873	14.759	432.408	532.335	
2002	200601	432.408	532.335	7.586	2.907	3.672	-	(60)	13.294	13.724	426.710	525.240	
2002	200602	426.710	525.240	1.339	566	755	-	(44)	11.508	11.880	416.548	514.718	
2002	200603	416.548	514.718	3.412	1.396	1.690	-	(208)	12.502	12.992	407.476	505.002	
2002	200604	407.476	505.002	6.810	2.808	2.864	-	(48)	10.725	11.183	403.510	499.588	
2002	200605	403.510	499.588	5.305	1.886	2.680	-	(197)	10.785	11.272	398.024	493.086	
2002	200606	398.024	493.086	3.374	1.058	1.804	-	(104)	10.244	10.778	391.134	485.294	
2002	200607	391.134	485.294	2.798	1.492	1.780	-	(75)	9.892	10.533	383.984	478.164	
2002	200608	383.984	478.164	3.049	6.372	1.903	-	(40)	9.115	9.756	377.888	476.754	
2002	200609	377.888	476.754	33.475	18.891	19.084	-	(31)	10.181	10.679	401.180	504.081	
2002	200610	401.180	504.081	13.885	2.954	5.336	-	(32)	9.910	10.691	404.991	501.876	
2002	200611	404.991	501.876	7.269	989	3.958	-	(38)	8.943	9.638	403.274	497.236	
2002	200612	403.274	497.236	2.454	537	1.723	-	(41)	9.020	9.704	396.632	489.849	
2002	200701	396.632	489.849	6.264	1.164	6.189	-	(34)	8.937	9.569	393.851	487.776	
2002	200702	393.851	487.776	4.665	592	1.680	-	(48)	7.875	8.536	389.817	482.384	
2002	200703	389.817	482.384	1.947	779	2.201	-	(44)	7.615	8.102	384.115	477.340	
2002	200704	384.115	477.340	9.281	684	6.850	-	(39)	7.216	7.611	386.119	477.363	
2002	200705	386.119	477.363	4.703	483	2.926	-	(39)	7.215	7.544	383.562	473.312	
2002	200706	383.562	473.312	4.252	1.454	3.569	-	(30)	6.701	7.168	380.937	471.374	
2002	200707	380.937	471.374	12.014	3.394	7.729	-	(35)	7.146	7.370	385.761	475.205	
2002	200708	385.761	475.205	20.595	1.454	826	-	(29)	7.189	7.300	392.520	476.860	
2002	200709	392.520	476.860	8.694	1.097	4.965	-	(21)	6.828	6.774	394.096	476.460	



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo N - 2a

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2002	200710	394.096	476.460	476.460	8.586	8.586	1.805	4.530	-	(22)	-	-	-	-	6.392	6.314	395.766	477.025	395.766	477.025	395.766	477.025
2002	200711	395.284	477.025	477.025	5.778	5.778	565	3.642	-	(15)	-	-	-	15	5.919	5.826	395.284	475.748	395.284	475.748	395.284	475.748
2002	200712	398.388	477.323	477.323	9.462	9.462	1.542	5.714	-	(9)	-	-	-	-	5.993	6.057	398.388	477.323	398.388	477.323	398.388	477.323
2002	200801	398.388	477.323	477.323	8.231	8.231	2.132	14.669	-	(4)	-	-	-	-	5.419	5.282	399.611	490.434	399.611	490.434	399.611	490.434



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 2a

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2003	200203	-	-	403	18	-	-	46	-	-	-	-	44	2	403	18	-	-
2003	200204	403	18	-	-	-	-	0	-	-	-	-	45	2	358	16	-	-
2003	200205	358	16	-	-	-	-	0	-	-	-	-	45	2	314	14	-	-
2003	200206	314	14	6.540	520	-	-	0	-	-	-	-	480	37	6.373	498	-	-
2003	200207	6.373	498	-	-	-	-	0	-	-	-	-	480	37	5.892	463	-	-
2003	200208	5.892	463	3.610	40	-	-	0	-	-	-	-	480	37	9.021	467	-	-
2003	200209	9.021	467	346	13	-	-	0	-	-	-	-	2.400	61	6.966	420	-	-
2003	200210	6.966	420	-	-	-	-	0	-	-	-	-	2.400	61	4.565	361	-	-
2003	200211	4.565	361	2.019	257	-	-	0	-	-	-	-	722	57	5.860	562	-	-
2003	200212	5.860	562	5.730	1.452	-	-	0	-	-	-	-	525	40	11.064	1.975	-	-
2003	200301	11.064	1.975	7.128	1.897	-	-	0	-	-	(6)	-	1.597	419	16.597	4.451	-	-
2003	200302	16.597	4.451	27.404	10.266	-	-	275	-	-	(0)	-	3.634	1.170	40.346	13.842	-	-
2003	200303	40.346	13.842	5.902	2.363	-	-	118	-	-	(0)	-	4.223	1.433	42.022	14.893	-	-
2003	200304	42.022	14.893	3.606	1.304	-	-	112	-	-	(0)	-	4.460	1.546	41.168	14.765	-	-
2003	200305	41.168	14.765	1.767	744	-	-	76	-	-	(213)	-	4.441	1.563	38.495	14.020	-	-
2003	200306	38.495	14.020	2.462	1.110	-	-	(82)	-	-	-	-	4.465	1.611	36.487	13.654	-	-
2003	200307	36.487	13.654	4.136	1.770	-	-	258	-	-	(0)	-	4.387	1.642	36.232	14.045	-	-
2003	200308	36.232	14.045	1.883	826	-	-	144	-	-	(0)	-	4.291	1.612	33.825	13.401	-	-
2003	200309	33.825	13.401	4.942	2.386	-	-	402	-	-	(0)	-	4.189	1.762	34.577	14.428	-	-
2003	200310	34.577	14.428	3.991	1.685	-	-	374	-	-	(0)	-	4.421	1.853	34.146	14.636	-	-
2003	200311	34.146	14.636	2.047	907	-	-	223	-	-	(0)	-	4.031	1.784	32.160	13.985	-	-
2003	200312	32.160	13.985	24.071	13.108	-	-	2.644	-	-	(0)	-	5.077	2.286	51.160	27.445	-	-
2003	200401	51.160	27.445	744	348	-	-	86	-	-	(0)	-	4.571	2.244	47.335	25.634	-	-
2003	200402	47.335	25.634	682	422	-	-	100	-	-	(0)	-	3.437	1.697	44.578	24.462	-	-
2003	200403	44.578	24.462	555	239	-	-	76	-	-	(0)	-	3.126	1.644	42.006	23.142	-	-
2003	200404	42.006	23.142	772	476	-	-	129	-	-	(0)	-	2.749	1.426	40.028	22.322	-	-
2003	200405	40.028	22.322	1.384	919	-	-	236	-	-	(0)	-	2.672	1.385	38.740	22.092	-	-
2003	200406	38.740	22.092	527	232	-	-	109	-	-	1	-	2.404	1.219	36.864	21.213	-	-
2003	200407	36.864	21.213	144	67	-	-	38	-	-	(0)	-	2.097	1.122	34.912	20.195	-	-
2003	200408	34.912	20.195	397	248	-	-	83	-	-	(0)	-	1.979	1.033	33.333	19.489	-	-
2003	200409	33.333	19.489	-	-	-	-	(321)	-	-	(341)	-	1.513	843	31.820	18.665	-	-
2003	200410	31.820	18.665	2.017	1.054	-	-	448	-	-	(0)	-	1.895	1.061	31.941	19.106	-	-
2003	200411	31.941	19.106	145	71	-	-	55	-	-	(0)	-	1.824	1.025	30.262	18.206	-	-
2003	200412	30.262	18.206	38	35	-	-	30	-	-	(0)	-	1.915	1.092	28.385	17.178	-	-
2003	200501	28.385	17.178	903	371	-	-	217	-	-	(0)	-	2.229	1.249	27.068	16.508	-	-
2003	200502	27.068	16.508	366	213	-	-	118	-	-	(0)	-	2.035	1.159	25.399	15.681	-	-
2003	200503	25.399	15.681	631	304	-	-	180	-	-	(1)	-	2.365	1.412	23.670	14.748	-	-
2003	200504	23.670	14.748	72	84	-	-	127	-	-	(1)	-	2.114	1.262	21.661	13.666	-	-
2003	200505	21.661	13.666	186	124	-	-	80	-	-	(1)	-	1.548	856	20.298	13.015	-	-
2003	200506	20.298	13.015	350	169	-	-	131	-	-	(0)	-	1.719	984	18.930	12.330	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 2a

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inserido		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora
2003	2005-07	18.930	12.130	7.467	4.464	2.289	-	(0)	-	-	-	-	1.647	942	24.750	18.122
2003	2005-08	24.750	18.122	35.331	28.697	10.979	-	(4)	-	-	-	-	2.949	2.146	57.112	55.657
2003	2005-09	57.132	55.657	311.752	278.798	99.761	-	(24)	-	-	-	-	8.089	7.234	360.815	426.985
2003	2005-10	360.815	426.985	52.597	42.854	17.226	-	(169)	-	-	-	-	13.625	12.675	399.791	474.555
2003	2005-11	399.791	474.555	14.058	8.698	4.347	-	(509)	-	-	-	-	15.162	13.904	398.692	474.199
2003	2005-12	398.692	474.199	11.926	6.215	3.813	-	(385)	-	-	-	-	15.392	13.585	395.351	470.901
2003	2006-01	395.351	470.901	26.051	11.658	9.249	-	(239)	-	-	-	-	14.037	13.191	407.375	478.848
2003	2006-02	407.375	478.848	22.220	10.995	8.339	-	(37)	-	-	-	-	12.801	11.821	416.800	486.391
2003	2006-03	416.800	486.391	24.572	11.616	9.350	-	(108)	-	-	-	-	14.728	13.570	426.654	493.886
2003	2006-04	426.654	493.886	39.609	19.853	15.279	-	(267)	-	-	-	-	13.013	12.088	453.206	517.241
2003	2006-05	453.206	517.241	118.142	64.953	46.877	-	(194)	-	-	-	-	15.358	13.855	555.823	615.578
2003	2006-06	555.823	615.578	82.019	35.373	33.637	-	(165)	-	-	-	-	16.976	15.359	620.856	669.406
2003	2006-07	620.856	669.406	66.175	32.844	28.059	-	(104)	-	-	-	-	19.755	17.475	667.233	712.981
2003	2006-08	667.233	712.981	42.325	18.228	18.428	-	(66)	-	-	-	-	21.189	18.622	688.350	731.101
2003	2006-09	688.350	731.101	66.374	34.133	29.277	-	(64)	-	-	-	-	22.631	19.698	732.056	774.915
2003	2006-10	732.056	774.915	46.385	15.786	19.102	-	(75)	-	-	-	-	23.166	20.546	755.129	789.478
2003	2006-11	755.129	789.478	41.578	12.828	18.965	-	(69)	-	-	-	-	23.155	20.029	773.506	801.357
2003	2006-12	773.506	801.357	34.822	13.821	16.572	-	(60)	-	-	-	-	24.574	21.043	783.674	810.848
2003	2007-01	783.674	810.848	51.318	16.113	28.459	-	(79)	-	-	-	-	24.569	21.196	810.016	834.710
2003	2007-02	810.016	834.710	30.031	9.115	12.764	-	(95)	-	-	-	-	25.682	21.290	812.319	837.442
2003	2007-03	812.319	837.442	45.049	21.935	24.794	-	(105)	-	-	-	-	24.749	21.022	832.582	863.292
2003	2007-04	832.582	863.292	21.882	9.528	12.634	-	(104)	-	-	-	-	24.574	20.886	829.755	864.806
2003	2007-05	829.755	864.806	16.437	5.006	9.627	-	(97)	-	-	-	-	21.843	18.567	824.338	860.980
2003	2007-06	824.338	860.980	18.380	8.087	10.425	-	(48)	-	-	-	-	20.741	18.157	821.660	861.698
2003	2007-07	821.660	861.698	24.540	4.643	11.534	-	(67)	-	-	-	-	22.036	18.791	824.170	859.146
2003	2007-08	824.170	859.146	27.766	7.506	14.380	-	(56)	-	-	-	-	20.553	17.574	831.282	863.616
2003	2007-09	831.282	863.616	15.395	4.293	9.389	-	(53)	-	-	-	-	18.691	16.008	827.917	861.412
2003	2007-10	827.917	861.412	15.489	4.090	8.307	-	(54)	-	-	-	-	18.285	15.601	824.858	858.525
2003	2007-11	824.858	858.525	11.188	2.161	6.796	-	(39)	-	-	-	-	17.131	14.558	818.642	838.235
2003	2007-12	818.642	853.235	23.021	2.480	11.020	-	(26)	-	-	-	-	16.150	14.044	825.042	853.188
2003	2008-01	825.042	853.188	28.884	7.154	27.904	-	(8)	-	-	-	-	14.085	11.835	837.788	878.472



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acréditos
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 2a

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final Principal		Saldo Final Mora	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora														
2004	200303	-	-	10.590	1.648	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	389	105	-	-	10.601	1.544	-	-
2004	200304	10.601	1.544	2.873	266	-	-	(0)	(0)	-	-	-	(0)	-	-	2.396	81	-	-	11.077	1.728	-	-
2004	200305	11.077	1.728	987	359	-	-	0	-	-	-	-	(0)	-	-	322	36	-	-	11.742	2.051	-	-
2004	200306	11.742	2.051	12.679	2.434	-	-	0	-	-	-	-	(0)	-	-	2.097	166	-	-	22.322	4.322	-	-
2004	200307	22.322	4.322	-	-	-	-	(0)	-	-	-	-	(0)	-	-	1.891	184	-	-	20.428	4.141	-	-
2004	200308	20.428	4.141	-	-	-	-	0	-	-	-	-	(0)	-	-	1.891	118	-	-	18.535	4.026	-	-
2004	200309	18.535	4.026	1.496	301	-	-	0	-	-	-	-	(0)	-	-	1.176	176	-	-	18.851	4.154	-	-
2004	200310	18.851	4.154	-	-	-	-	(0)	-	-	-	-	(0)	-	-	1.248	192	-	-	17.600	3.966	-	-
2004	200311	17.600	3.966	5.134	582	-	-	(0)	-	-	-	-	(0)	-	-	1.213	167	-	-	21.518	4.384	-	-
2004	200312	21.518	4.384	1.305	93	-	-	0	-	-	-	-	(0)	-	-	1.583	194	-	-	21.238	4.286	-	-
2004	200401	21.238	4.286	42.058	17.744	-	-	0	-	-	-	-	(0)	-	-	5.681	1.774	-	-	57.606	20.266	-	-
2004	200402	57.606	20.266	31.270	13.477	-	-	315	-	-	-	-	(0)	-	-	10.017	3.407	-	-	78.849	30.662	-	-
2004	200403	78.849	30.662	28.475	11.774	-	-	1.276	-	-	-	-	(6)	-	-	12.523	4.480	-	-	94.792	38.544	-	-
2004	200404	94.792	38.544	44.659	20.249	-	-	1.276	-	-	-	-	(79)	-	-	12.651	4.826	-	-	126.790	55.333	-	-
2004	200405	126.790	55.333	10.834	5.916	-	-	173	-	-	-	-	(295)	-	-	13.694	5.633	-	-	123.929	56.105	-	-
2004	200406	123.929	56.105	34.915	13.923	-	-	1.783	-	-	-	-	(8)	-	-	15.500	6.253	-	-	143.344	65.567	-	-
2004	200407	143.344	65.567	6.450	2.965	-	-	424	-	-	-	-	(14)	-	-	17.873	7.346	-	-	131.926	61.619	-	-
2004	200408	131.926	61.619	17.064	9.389	-	-	1.242	-	-	-	-	(24)	-	-	15.217	6.400	-	-	124.430	62.239	-	-
2004	200409	133.777	63.870	2.242	1.108	-	-	235	-	-	-	-	(30)	-	-	11.594	4.999	-	-	124.430	62.239	-	-
2004	200410	124.430	62.239	6.016	3.001	-	-	641	-	-	-	-	(27)	-	-	15.958	7.035	-	-	114.495	58.867	-	-
2004	200411	114.495	58.867	1.934	1.030	-	-	233	-	-	-	-	(17)	-	-	14.544	6.381	-	-	101.912	53.738	-	-
2004	200412	101.912	53.738	14.979	6.664	-	-	1.729	-	-	-	-	(7)	-	-	11.417	5.248	-	-	105.491	56.872	-	-
2004	200501	105.491	56.872	4.286	2.288	-	-	608	-	-	-	-	(16)	-	-	8.405	4.248	-	-	101.382	55.527	-	-
2004	200502	101.382	55.527	1.813	858	-	-	338	-	-	-	-	(19)	-	-	6.645	3.495	-	-	96.553	53.244	-	-
2004	200503	96.553	53.244	2.505	1.173	-	-	476	-	-	-	-	(20)	-	-	7.210	3.562	-	-	91.863	51.336	-	-
2004	200504	91.863	51.336	920	272	-	-	289	-	-	-	-	(12)	-	-	5.554	3.045	-	-	87.251	48.841	-	-
2004	200505	87.251	48.843	1.753	1.142	-	-	423	-	-	-	-	(32)	-	-	5.495	2.960	-	-	83.524	47.464	-	-
2004	200506	83.524	47.464	724	394	-	-	303	-	-	-	-	(10)	-	-	4.362	2.428	-	-	79.888	45.742	-	-
2004	200507	79.888	45.742	12.996	8.917	-	-	2.513	-	-	-	-	(6)	-	-	5.316	2.927	-	-	87.589	54.230	-	-
2004	200508	87.589	54.230	49.251	41.278	-	-	9.531	-	-	-	-	(33)	-	-	7.501	4.565	-	-	129.348	100.498	-	-
2004	200509	129.348	100.498	352.904	340.176	-	-	70.734	-	-	-	-	(49)	-	-	13.034	9.789	-	-	469.228	501.658	-	-
2004	200510	469.228	501.658	63.756	51.887	-	-	13.399	-	-	-	-	(225)	-	-	20.245	15.689	-	-	512.772	551.448	-	-
2004	200511	512.772	551.448	32.099	20.875	-	-	6.906	-	-	-	-	(842)	-	-	21.875	17.096	-	-	523.004	562.568	-	-
2004	200512	523.004	562.568	32.983	21.394	-	-	7.205	-	-	-	-	(704)	-	-	24.453	18.284	-	-	531.611	573.509	-	-
2004	200601	531.611	573.509	59.150	28.048	-	-	13.725	-	-	-	-	(744)	-	-	21.584	17.758	-	-	569.199	598.247	-	-
2004	200602	569.199	598.247	35.748	20.045	-	-	9.259	-	-	-	-	(89)	-	-	19.965	15.908	-	-	611.701	621.966	-	-
2004	200603	585.013	611.701	36.032	18.957	-	-	9.663	-	-	-	-	(200)	-	-	23.286	18.536	-	-	597.780	621.966	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 2a

Ano de Inscricao	Mes	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Principal	Monetária											
2004	200604	597.780	621.966	52.237	29.887	52.237	14.105	-	(384)	-	-	-	19.857	15.956	-	630.124	650.423	
2004	200605	630.124	650.423	158.894	106.198	158.894	44.503	-	(226)	-	-	-	22.654	18.270	-	766.217	783.225	
2004	200606	766.217	783.225	103.721	56.757	103.721	30.262	-	(324)	-	-	-	24.329	20.034	-	845.565	850.579	
2004	200607	845.565	850.579	101.909	55.613	101.909	31.132	-	(112)	-	-	-	29.666	23.288	-	917.783	914.172	
2004	200608	917.783	914.172	66.631	33.498	66.631	21.205	-	(92)	-	-	-	30.266	24.126	-	954.144	944.845	
2004	200609	954.144	944.845	115.454	66.107	115.454	37.221	-	(91)	-	-	-	32.782	26.038	-	1.036.663	1.022.378	
2004	200610	1.036.663	1.022.378	104.067	53.560	104.067	33.717	-	(109)	-	-	-	34.565	27.602	-	1.105.859	1.082.469	
2004	200611	1.105.859	1.082.469	75.577	29.418	75.577	26.262	-	(109)	285	-	-	34.381	27.184	-	1.146.963	1.110.880	
2004	200612	1.146.963	1.110.880	62.583	31.586	62.583	22.585	-	(85)	-	-	-	37.229	29.116	-	1.172.166	1.136.170	
2004	200701	1.172.166	1.136.170	89.692	41.219	89.692	39.427	-	(117)	-	-	-	39.147	30.342	-	1.222.302	1.186.999	
2004	200702	1.222.302	1.186.999	48.856	20.369	48.856	12.698	-	(162)	-	-	-	37.255	28.674	-	1.229.297	1.196.160	
2004	200703	1.229.297	1.196.160	59.259	28.491	59.259	25.619	-	(157)	-	-	-	37.609	29.575	-	1.250.925	1.220.874	
2004	200704	1.250.925	1.220.874	41.513	18.652	41.513	18.749	-	(153)	-	-	-	35.148	27.899	-	1.257.070	1.230.749	
2004	200705	1.257.070	1.230.749	103.220	43.386	103.220	39.261	-	(134)	-	-	-	38.305	29.669	-	1.319.898	1.285.947	
2004	200706	1.319.898	1.285.947	149.953	69.016	149.953	66.249	-	(97)	69	-	-	36.966	29.156	-	1.432.366	1.392.604	
2004	200707	1.432.366	1.392.604	347.326	154.612	347.326	151.358	-	(104)	-	-	-	48.869	38.640	-	1.730.790	1.660.072	
2004	200708	1.730.790	1.660.072	262.026	105.185	262.026	98.105	-	(110)	-	-	-	56.784	44.424	-	1.924.582	1.830.498	
2004	200709	1.924.582	1.830.498	25.759	8.638	25.759	11.648	-	(98)	-	-	-	49.383	39.543	-	1.900.088	1.812.209	
2004	200710	1.900.088	1.812.209	20.825	5.251	20.825	8.346	-	(121)	-	-	-	51.173	40.910	-	1.868.531	1.786.226	
2004	200711	1.868.531	1.786.226	13.204	3.817	13.204	7.125	-	(79)	-	-	-	45.576	36.931	-	1.835.185	1.761.290	
2004	200712	1.835.185	1.761.290	28.261	5.165	28.261	10.748	-	(48)	-	-	-	42.716	34.914	-	1.818.463	1.744.603	
2004	200801	1.818.463	1.744.603	39.660	9.565	39.660	30.359	-	(13)	-	-	-	39.354	31.616	-	1.813.066	1.758.627	

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 2a

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final Mora
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Principal + Correção Monetária	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal				Mora				
2005	200401	-	-	1.920	1.003	61	-	-	-	-	-	-	-	-	149	33	1.803	999	-
2005	200402	1.803	999	2.458	584	61	-	-	-	-	-	-	-	-	253	69	4.040	1.543	1.507
2005	200403	4.040	1.543	-	-	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	104	36	3.936	1.507	1.471
2005	200404	3.936	1.507	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	104	36	3.832	1.471	1.471
2005	200405	3.832	1.471	14.605	3.577	0	-	-	-	-	-	-	-	-	408	111	18.028	4.937	4.937
2005	200406	18.028	4.937	5.283	331	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	544	64	22.767	5.205	5.205
2005	200407	22.767	5.205	-	-	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	848	138	21.918	5.067	5.067
2005	200408	21.918	5.067	-	-	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	848	138	21.070	4.929	4.929
2005	200409	21.070	4.929	2.195	587	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	387	104	22.878	5.413	5.413
2005	200410	22.878	5.413	28.963	1.237	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	7.530	338	44.263	6.360	6.360
2005	200411	44.263	6.360	1.743	529	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	969	172	45.036	6.717	6.717
2005	200412	45.036	6.717	6.361	811	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.917	294	49.479	7.234	7.234
2005	200501	49.479	7.234	18.312	7.707	60	-	-	-	-	-	-	-	-	2.006	577	65.786	14.432	14.432
2005	200502	65.786	14.432	13.120	5.221	256	-	-	-	-	-	-	-	-	4.937	1.623	73.970	18.296	18.296
2005	200503	73.970	18.296	12.395	5.496	425	-	-	-	-	-	-	-	-	6.886	2.173	79.486	22.062	22.062
2005	200504	79.486	22.062	4.655	1.953	343	-	-	-	-	-	-	-	-	6.549	2.300	77.592	22.068	22.068
2005	200505	77.592	22.068	11.094	4.983	641	-	-	-	-	-	-	-	-	7.253	2.620	81.443	25.091	25.091
2005	200506	81.520	26.872	7.358	3.966	549	-	-	-	-	-	-	-	-	7.298	2.759	81.520	26.872	26.872
2005	200507	87.833	35.237	13.175	10.091	967	-	-	-	-	-	-	-	-	6.872	2.733	87.833	35.237	35.237
2005	200508	125.088	40.429	45.965	42.783	3.356	-	-	-	-	-	-	-	-	8.712	4.305	125.088	77.169	77.169
2005	200509	125.088	40.429	292.772	311.796	23.619	-	-	-	-	-	-	-	-	13.443	8.495	404.129	404.129	404.129
2005	200510	404.436	404.436	61.868	54.077	5.654	-	-	-	-	-	-	-	-	19.406	13.573	446.922	450.443	450.443
2005	200511	446.922	450.443	34.153	22.382	3.655	-	-	-	-	-	-	-	-	21.628	15.194	459.469	461.324	461.324
2005	200512	459.469	461.324	459.469	24.346	3.203	-	-	-	-	-	-	-	-	23.559	15.913	467.534	473.534	473.534
2005	200601	467.681	473.534	65.374	36.335	7.711	-	-	-	-	-	-	-	-	21.680	15.882	467.681	473.534	473.534
2005	200602	511.411	502.135	32.776	20.730	4.572	-	-	-	-	-	-	-	-	19.795	14.180	511.411	502.135	502.135
2005	200603	524.440	513.302	41.868	23.108	6.164	-	-	-	-	-	-	-	-	22.489	16.282	524.440	513.302	513.302
2005	200604	543.833	526.452	49.551	33.039	7.482	-	-	-	-	-	-	-	-	20.275	14.782	543.833	526.452	526.452
2005	200605	573.082	552.567	106.859	77.132	17.288	-	-	-	-	-	-	-	-	21.977	16.136	573.082	552.567	552.567
2005	200606	657.846	631.060	96.861	60.493	15.843	-	-	-	-	-	-	-	-	22.931	17.328	657.846	631.060	631.060
2005	200607	731.755	691.181	113.780	67.235	21.115	-	-	-	-	-	-	-	-	27.945	20.137	731.755	691.181	691.181
2005	200608	817.628	759.449	66.994	38.642	13.358	-	-	-	-	-	-	-	-	29.542	21.422	817.628	759.449	759.449
2005	200609	855.103	790.106	74.424	34.107	23.038	-	-	-	-	-	-	-	-	33.121	24.087	855.103	790.106	790.106
2005	200610	935.245	863.704	97.586	61.070	20.731	-	-	-	-	-	-	-	-	34.170	24.889	935.245	863.704	863.704
2005	200611	998.467	920.917	72.496	34.212	16.988	-	-	-	-	-	-	-	-	33.953	24.747	998.467	920.917	920.917
2005	200612	1.036.993	947.240	62.619	34.107	15.448	-	-	-	-	-	-	-	-	36.943	26.704	1.036.993	947.240	947.240
2005	200701	1.062.616	970.236	90.820	49.472	29.044	-	-	-	-	-	-	-	-	37.378	27.337	1.062.616	970.236	970.236
2005	200702	1.115.606	1.021.990	39.143	20.873	5.556	-	-	-	-	-	-	-	-	34.322	25.170	1.115.606	1.021.990	1.021.990
2005	200703	1.116.324	1.027.517	88.222	44.809	26.822	-	-	-	-	-	-	-	-	35.894	26.542	1.116.324	1.027.517	1.027.517



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo N.º 2o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Final		Valor Inscrito		Valor Inscrição		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2005	200704	1.168.639	1.072.770	1.194.746	1.090.756	60.964	25.817	139.514	70.498	44.602	-	-	-	(156)	-	34.672	25.397	40.837	29.726	1.293.387	1.176.308	1.293.387	1.176.308
2005	200705	1.194.746	1.176.308	1.271.462	1.221.462	142.113	77.080	335.487	176.154	107.582	-	-	-	(122)	63	40.034	29.072	51.464	38.314	1.395.078	1.316.973	1.395.078	1.316.973
2005	200706	1.293.387	1.271.462	1.516.973	1.516.973	363.310	175.044	116.041	63.112	41.142	-	-	-	(111)	56	60.271	44.636	62.085	44.468	1.971.676	1.761.421	1.971.676	1.761.421
2005	200707	1.516.973	1.516.973	1.822.046	1.822.046	109.384	49.165	73.516	34.381	28.409	-	-	-	(140)	-	67.254	49.041	64.525	46.835	2.065.520	1.861.929	2.065.520	1.861.929
2005	200708	1.971.676	1.861.929	2.073.487	1.879.005	81.409	34.453	151.547	63.154	68.858	-	-	-	(97)	-	61.569	45.535	61.784	45.776	2.073.487	1.879.005	2.073.487	1.879.005
2005	200709	2.073.487	1.879.005	2.090.723	1.899.495	151.547	63.154	151.547	63.154	68.858	-	-	-	(103)	-	-	-	-	-	2.090.723	1.899.495	2.090.723	1.899.495
2005	200710	2.090.723	1.899.495	2.171.654	1.994.616	-	-	-	-	-	-	-	-	(53)	-	-	-	-	-	2.171.654	1.994.616	2.171.654	1.994.616



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 2o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal + Corréção Monetária	(0)				Principal	Mora	Principal	Mora
2006	200503	-	-	-	306	73	-	-	-	-	(0)	-	-	-	76	18	229	54
2006	200504	229	54	2.401	1.097	1.119	-	3.803	-	0	(1)	-	-	-	113	33	2.518	1.119
2006	200505	2.518	1.119	3.803	1.119	-	-	-	-	(0)	-	-	-	-	700	62	5.620	1.176
2006	200506	5.620	1.176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66	42	5.554	1.135
2006	200507	5.554	1.135	193	199	-	-	-	-	-	-	-	-	-	681	65	5.066	1.270
2006	200508	5.066	1.270	4.352	1.034	1.034	-	-	-	2	(0)	-	-	-	875	130	8.543	2.176
2006	200509	8.543	2.176	92	115	-	-	-	-	(2)	(4)	-	-	-	690	56	7.945	2.237
2006	200510	7.945	2.237	-	-	-	-	-	-	3	(0)	-	-	-	859	137	7.085	2.104
2006	200511	7.085	2.104	-	-	-	-	-	-	2	(1)	-	-	-	690	56	6.395	2.050
2006	200512	6.395	2.050	-	-	-	-	-	-	5	(0)	-	-	-	417	142	5.982	1.908
2006	200601	5.982	1.908	80.007	45.442	45.442	-	49.277	-	0	(2)	-	-	-	2.129	952	83.860	46.401
2006	200602	83.860	46.401	49.277	28.531	28.531	-	77.581	-	399	(85)	-	-	-	7.503	3.400	125.630	72.020
2006	200603	125.630	72.020	77.581	39.490	39.490	-	114.244	-	1.529	(23)	-	-	-	11.249	5.179	191.961	107.884
2006	200604	191.961	107.884	114.244	68.434	68.434	-	112.039	-	3.243	(212)	-	-	-	15.251	6.898	290.959	172.870
2006	200605	290.959	172.870	112.039	86.378	86.378	-	104.365	-	4.230	(49)	-	-	-	19.362	9.479	383.523	254.160
2006	200606	383.523	254.160	104.365	70.526	70.526	-	111.159	-	4.278	(679)	-	-	-	21.961	11.167	465.911	318.492
2006	200607	465.911	318.492	111.159	74.937	74.937	-	94.825	-	6.149	(484)	-	-	-	28.164	14.764	548.941	385.262
2006	200608	548.941	385.262	94.825	57.099	57.099	-	158.759	-	6.472	(101)	-	-	-	30.955	16.314	612.855	432.576
2006	200609	612.855	432.576	158.759	88.914	88.914	-	91.357	-	12.554	(104)	-	-	-	37.855	19.825	733.773	514.308
2006	200610	733.773	514.308	91.357	66.299	66.299	-	80.512	-	8.080	(141)	-	-	-	40.649	21.503	784.429	567.378
2006	200611	784.429	567.378	80.512	45.007	45.007	-	66.041	-	7.332	(129)	-	-	-	43.545	23.050	822.997	597.609
2006	200612	822.997	597.609	66.041	41.454	41.454	-	98.129	-	15.761	(133)	-	-	-	47.772	24.151	845.472	622.398
2006	200701	845.472	622.398	98.129	62.166	62.166	-	112.358	-	4.464	(173)	-	-	-	44.587	24.491	908.852	687.275
2006	200702	895.621	674.040	61.429	29.743	29.743	-	121.809	-	19.215	(167)	-	-	-	45.492	25.678	975.709	748.246
2006	200703	908.852	687.275	112.358	67.257	67.257	-	170.990	-	11.137	(146)	-	-	-	38.877	24.232	1.077.084	838.290
2006	200704	975.709	748.246	62.265	35.650	35.650	-	452.385	-	23.472	(107)	-	-	-	60.246	38.396	1.205.940	952.827
2006	200705	994.124	769.989	121.809	68.942	68.942	-	486.838	-	89.616	(122)	-	-	-	41.837	26.043	1.596.927	1.273.071
2006	200706	1.077.084	838.290	170.990	105.746	105.746	-	265.102	-	87.823	(148)	-	-	-	71.855	47.164	2.002.433	1.588.406
2006	200707	1.205.940	952.827	452.385	267.750	267.750	-	249.531	-	38.413	(145)	-	-	-	74.235	47.771	2.097.543	1.674.361
2006	200708	1.596.927	1.273.071	486.838	265.102	265.102	-	137.239	-	56.240	(161)	-	-	-	87.330	56.560	2.257.049	1.817.098
2006	200709	2.002.433	1.588.406	170.506	94.320	94.320	-	122.382	-	27.680	(119)	-	-	-	82.648	55.404	2.344.105	1.915.581
2006	200710	2.097.543	1.674.361	249.531	140.201	140.201	-	203.647	-	77.677	(30)	-	-	-	80.635	54.633	2.540.888	2.101.572
2006	200711	2.257.049	1.817.098	137.239	75.971	75.971	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200712	2.307.871	1.874.486	122.382	65.234	65.234	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	200801	2.344.105	1.915.581	203.647	146.687	146.687	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo a Aplicação de Procedimentos Prescritos
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 2o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária				Principal	Mora	Principal	Mora
2007	200701	0	0	0	0	72.898	44.845	(3)	496	-	(3)	-	3.861	1.950	69.037	42.894
2007	200702	69.037	42.894	44.631	24.133	44.631	24.133	496	496	-	(20)	124	10.311	4.032	103.318	63.426
2007	200703	103.318	63.426	74.986	53.629	74.986	53.629	1.424	1.424	-	(24)	-	13.718	6.168	164.543	112.377
2007	200704	164.543	112.377	53.757	35.486	53.757	35.486	1.341	1.341	-	(46)	-	15.309	7.168	202.849	142.225
2007	200705	202.849	142.225	73.131	53.455	73.131	53.455	2.781	2.781	-	(42)	-	13.003	7.300	262.888	191.291
2007	200706	262.888	191.291	92.053	69.487	92.053	69.487	4.756	4.756	-	(47)	180	15.769	8.864	319.144	256.567
2007	200707	319.144	256.567	234.879	173.210	234.879	173.210	13.208	13.208	-	(57)	-	23.545	13.983	549.923	429.613
2007	200708	549.923	429.613	244.971	172.508	244.971	172.508	3.312	3.312	-	(69)	23	33.843	20.253	752.821	593.455
2007	200709	752.821	593.455	102.336	71.281	102.336	71.281	6.879	6.879	-	(71)	46	37.351	22.249	816.891	650.306
2007	200710	816.891	650.306	150.701	110.465	150.701	110.465	11.551	11.551	-	(78)	-	43.071	26.162	923.136	747.623
2007	200711	923.136	747.623	79.953	56.290	79.953	56.290	7.100	7.100	-	(59)	51	44.579	26.734	957.736	785.062
2007	200712	957.736	785.062	71.924	51.017	71.924	51.017	4.309	4.309	-	(34)	-	43.895	27.347	983.327	815.513
2007	200801	983.327	815.513	159.784	103.307	159.784	103.307	17.083	17.083	-	(14)	-	41.016	26.558	1.094.812	916.641



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-sacralizados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 30

Ano de Inscricao	Mes	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Creditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1997	200710	0	0	418	241	506	-	(0)	-	5	10	413	738
1997	200711	5	10	-	-	1.136	-	-	-	17	32	396	706
1997	200712	17	32	313	102	1.436	-	-	-	7	12	701	1.190
1997	200801	7	12	192	82	2.089	-	-	-	29	48	855	1.440



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Proccedimentos Pr-quisitorias
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 3o

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multas	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1998	200707	-	-	379	87	424	-	-	-	-	-	379	311
1998	200708	379	511	1.149	255	1.286	-	-	-	271	379	1.257	1.684
1998	200709	1.257	1.684	90	28	94	-	-	-	248	348	1.099	1.466
1998	200710	1.099	5.194	2.234	342	4.610	-	-	-	240	370	5.053	8.057
1998	200711	7.622	6.278	2.143	-	9.195	-	-	-	289	423	9.441	15.285
1998	200712	14.914	3.932	1.463	162	11.321	-	-	-	457	661	11.553	19.482
1998	200801	18.758	3.659	1.352	82	13.515	-	-	-	453	687	13.505	22.721



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Parcelamentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 3a

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito		Valor sobre o Saldo de Inscricao - Correção Monetária	Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Credito	Pagamento Principal		Pagamento Mora	Saldo Final	
		Principal	Mora		Principal	Mora		Principal	Mora	Principal	Mora						
2001	200606	20.569	0	25.412	21.096	19.554	6.267	-	-	-	321	-	1.115	379	20.569	25.412	
2001	200607	20.569	20.569	75.412	21.096	24.979	7.467	-	(3)	-	-	-	1.115	1.265	41.549	56.606	
2001	200608	41.549	41.549	56.606	9.873	10.485	3.157	-	(4)	-	-	-	2.215	2.722	51.209	67.531	
2001	200609	51.209	51.209	67.531	16.715	21.921	5.515	-	(7)	-	-	-	2.395	2.998	65.529	91.979	
2001	200610	65.529	65.529	91.979	9.160	10.452	3.118	-	(11)	-	-	-	2.840	3.461	71.851	101.993	
2001	200611	71.851	71.851	101.993	9.982	11.498	3.464	-	217	-	-	-	3.210	4.132	78.699	112.621	
2001	200612	78.699	78.699	112.621	9.182	10.472	3.297	-	166	-	-	-	3.631	4.678	84.155	121.657	
2001	200701	84.155	84.155	121.657	8.898	9.726	3.692	-	3	-	-	-	3.885	5.083	89.742	130.015	
2001	200702	89.742	89.742	130.015	4.165	4.682	1.763	-	207	-	-	-	3.550	4.738	89.742	131.542	
2001	200703	89.742	89.742	131.542	18.223	27.661	7.699	-	107	-	-	-	3.699	4.941	104.232	161.288	
2001	200704	104.232	104.232	161.288	6.035	7.653	2.623	-	58	-	-	-	3.597	4.917	106.651	166.628	
2001	200705	106.631	106.631	166.631	17.664	20.060	8.042	-	68	-	-	-	3.723	5.114	109.472	172.193	
2001	200706	109.472	109.472	172.193	28.806	35.592	13.285	-	94	-	-	-	4.064	5.996	123.645	195.340	
2001	200707	123.645	123.645	195.340	9.970	11.659	3.592	-	57	-	-	-	4.194	5.996	148.185	218.227	
2001	200708	148.185	148.185	218.227	7.426	9.914	3.812	-	35	-	-	-	4.855	7.103	153.282	247.657	
2001	200709	153.282	153.282	247.657	15.304	16.145	7.603	-	34	-	-	-	4.155	6.069	156.524	253.308	
2001	200710	156.524	156.524	253.308	13.887	15.715	6.963	-	610	-	-	-	4.337	6.659	167.162	270.538	
2001	200711	167.162	167.162	270.538	7.456	7.723	3.708	-	76	-	-	-	4.663	6.821	176.260	286.527	
2001	200712	176.260	176.260	286.527	7.456	7.723	3.708	-	73	-	-	-	4.649	6.907	178.847	291.279	
2001	200801	178.847	178.847	291.279	8.951	10.274	5.463	-	32	-	-	-	4.315	6.329	182.640	301.503	



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Provisões Previdenciárias
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 50

Ano de Início/Ano	Mês	Saldo Inicial			Valor Investido	Juros sobre o Saldo de			Diferença de			Saldo Final		
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Saldo Inicial Total	Principal	Principal	Mora	Total	Principal	Mora	Total	Principal	Mora	Total
2004	2005/11	162.353	181.332	343.685	165.189	165.189	183.561	348.750	-	2.832	2.832	162.353	181.332	343.685
2005	2006/12	162.353	181.332	343.685	175.199	175.199	179.651	354.850	-	9.750	9.750	327.804	8.953	336.757
2005	2006/01	162.353	181.332	343.685	144.440	144.440	136.541	280.981	-	15.270	15.270	457.100	13.981	471.081
2005	2006/02	457.600	492.028	949.628	457.777	457.777	47.137	504.914	-	16.088	16.088	484.564	14.344	498.908
2005	2006/03	484.654	516.147	999.801	484.975	484.975	45.949	530.924	-	18.996	18.996	506.502	16.760	523.262
2005	2006/04	508.502	547.035	1.055.537	508.975	508.975	40.754	549.729	-	17.980	17.980	526.903	16.782	543.685
2005	2006/05	579.603	628.961	1.208.564	579.603	579.603	518.578	1.098.181	-	35.050	35.050	1.011.941	31.807	1.043.748
2005	2006/06	1.011.941	1.138.993	2.150.934	861.557	861.557	528.554	1.390.111	-	61.932	61.932	1.311.066	62.741	1.373.807
2005	2006/07	1.311.066	1.437.746	2.748.812	88.695	88.695	81.902	170.597	-	76.458	76.458	1.281.499	77.580	1.359.079
2005	2006/08	1.324.250	1.455.019	2.779.269	35.613	35.613	35.369	70.982	-	73.491	73.491	1.231.911	72.895	1.304.806
2005	2006/09	1.281.499	1.418.377	2.700.876	23.706	23.706	24.484	48.190	-	69.133	69.133	1.197.388	69.252	1.266.640
2005	2006/10	1.231.911	1.374.074	2.605.985	34.545	34.545	44.038	78.583	-	65.971	65.971	1.175.481	67.323	1.242.804
2005	2006/11	1.197.388	1.354.522	2.551.910	144.447	144.447	207.801	352.248	-	62.105	62.105	1.276.896	64.002	1.340.898
2005	2006/12	1.275.481	1.403.213	2.678.694	63.843	63.843	87.385	151.228	-	57.732	57.732	1.234.109	55.735	1.289.844
2005	2007/01	1.276.896	1.529.297	2.806.193	35.162	35.162	47.329	82.491	-	59.774	59.774	1.218.749	60.429	1.279.178
2005	2007/02	1.254.109	1.526.824	2.780.933	16.401	16.401	20.570	36.971	-	44.59	44.59	1.234.109	55.735	1.289.844
2005	2007/03	1.218.749	1.493.036	2.711.785	41.883	41.883	64.022	105.905	-	3.157	3.157	1.185.500	54.416	1.239.916
2005	2007/04	1.209.982	1.511.467	2.721.449	22.361	22.361	31.632	54.000	-	45.040	45.040	1.168.019	52.317	1.220.336
2005	2007/05	1.185.900	1.495.413	2.681.313	38.813	38.813	38.022	76.835	-	44.864	44.864	1.189.319	42.891	1.232.210
2005	2007/06	1.168.019	1.484.276	2.652.295	58.796	58.796	78.455	137.251	-	40.942	40.942	1.282.078	40.590	1.322.668
2005	2007/07	1.189.319	1.534.872	2.724.191	136.478	136.478	196.124	332.602	-	42.132	42.132	1.342.579	41.324	1.383.903
2005	2007/08	1.265.578	1.712.316	2.977.894	105.474	105.474	157.382	262.856	-	38.190	38.190	1.420.241	33.690	1.453.931
2005	2007/09	1.342.579	1.843.133	3.185.712	58.632	58.632	75.695	134.327	-	40.924	40.924	1.420.241	33.690	1.453.931
2005	2007/10	1.357.809	1.843.133	3.201.000	106.972	106.972	159.721	266.693	-	36.194	36.194	1.466.086	30.623	1.506.709
2005	2007/11	1.420.241	1.864.036	3.284.277	49.173	49.173	74.987	124.160	-	33.051	33.051	1.462.573	47.552	1.510.125
2005	2007/12	1.427.304	2.004.631	3.431.935	61.977	61.977	87.899	149.876	-	-	-	-	-	-
2006	2008/01	1.466.086	2.033.602	3.499.688	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo X - 3o

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial Principal		Valor Inscrito Principal		Valor sobre o Saldo de Principal e Correção Monetária		Diferença de Saldo	Diferença de Pagamento	Creditos	Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final	
		Principal	Saldo Inicial Mora	Principal	Valor Inscrito Mora	Principal	Monetária				Principal	Saldo Final Principal	Principal	Saldo Final Mora	Principal	Saldo Final Mora
2006	200606	-	-	4.779	4.344	12.685	144	2	-	-	1.372	4.732	49	4.297	17.858	15.936
2006	200607	4.732	4.297	14.498	12.685	144	2.494	-	(1)	(1)	2.967	18.138	1.818	18.776	20.138	18.776
2006	200608	17.858	15.936	14.450	10.903	3.063	118.898	-	(16)	(16)	2.303	21.140	2.212	102.798	71.140	102.798
2006	200609	20.138	18.776	9.702	10.903	2.671	21.918	-	(7)	(7)	5.002	81.389	5.039	109.969	81.389	109.969
2006	200610	71.140	102.798	3.566	2.671	1.344	8.168	-	47	47	5.226	83.938	5.370	107.916	83.938	107.916
2006	200611	81.489	109.969	1.536	1.344	1.914	11.510	-	98	98	4.909	87.460	5.114	109.819	87.460	109.819
2006	200612	83.938	107.916	2.461	1.914	857	2.119	-	155	155	5.999	83.300	6.122	105.466	83.300	105.466
2006	200701	87.460	109.819	807	857	389	1.479	-	52	52	4.238	89.381	4.291	102.420	89.381	102.420
2006	200702	83.300	105.466	580	389	27	15.753	(62)	(10)	(10)	4.693	79.862	23.062	106.615	79.862	106.615
2006	200703	92.109	90.693	-	27	35	16.091	(37)	(5)	(5)	4.403	75.287	18.378	96.041	75.287	96.041
2006	200704	89.623	90.855	968	149	149	13.587	6	(6)	(6)	3.578	72.887	19.649	93.286	72.887	93.286
2006	200705	83.018	89.341	-	35	35	65.431	1	(5)	(5)	2.198	75.085	16.133	91.218	75.085	91.218
2006	200706	85.349	83.349	-	54	54	67.983	(71)	(9)	(9)	3.548	81.189	55.014	112.718	81.189	112.718
2006	200707	75.797	104.585	19.981	3.273	3.273	70.014	(44)	(4)	(4)	5.307	99.035	63.783	118.577	99.035	118.577
2006	200708	120.249	94.142	7.511	1.400	243	56.767	5	(5)	(5)	4.999	101.509	62.301	118.143	101.509	118.143
2006	200709	131.896	86.692	800	372	372	63.838	10	(6)	(6)	5.097	97.868	58.663	114.918	97.868	114.918
2006	200710	132.602	86.598	1.392	372	243	58.140	12	(4)	(4)	4.394	100.512	54.987	113.709	100.512	113.709
2006	200711	127.363	86.140	671	243	243	58.047	3	(1)	(1)	4.809	101.837	49.584	115.365	101.837	115.365
2006	200712	128.119	88.102	102	102	328	58.727	(9)	(1)	(1)	4.140	105.290	47.932	120.513	105.290	120.513
2006	200801	126.590	92.853	2.071	328	328	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - Jo

Ano de Exercício	Mês	Valor Inscrito		Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Mora		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Balda	Diferença de Pagamento		Créditos	Pagamentos Principais	Pagamento Mora	Saldo Final	
		Principal	Mora		Principal	Mora	Principal	Mora		Principal	Mora				Principal	Mora
2007	200705	26.178	23.142	-	168.931	8.608	-	12	-	821	5.275	-	821	718	23.322	23.196
2007	200706	161.976	396.270	12.993	306.270	30.100	-	11.180	-	125	33.199	-	32.381	5.036	181.857	193.170
2007	200707	307.286	714.060	30.100	714.060	23.171	-	93.373	-	-	50.580	-	50.580	57.052	435.548	558.905
2007	200708	593.803	267.752	1.178.901	310.448	6.382	-	43.579	-	-	60.646	-	60.646	69.621	953.893	1.178.901
2007	200709	993.803	247.816	1.358.657	285.813	6.201	-	19.570	-	-	73.133	-	73.133	98.345	1.196.469	1.358.657
2007	200710	1.196.469	126.576	1.518.700	151.567	1.081	-	19.090	-	-	73.700	-	73.700	85.745	1.359.765	1.518.700
2007	200711	1.359.765	98.340	1.577.838	119.647	4.283	-	20.658	-	-	70.854	-	70.854	84.046	1.405.369	1.577.838
2007	200712	1.405.369	138.909	1.601.832	180.150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.420.228	1.601.832
2007	200801	1.420.228	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.471.345	1.698.519



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo a Aplicação de Procedimentos Prescritos
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 4o

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Média		Diferença de Pagamento		Creditos		Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1996	200001	-	-	6.509	771	3.120	-	-	-	3	-	-	-	2.975	1.749	3.530	2.142	-	-	-	-
1996	200002	3.530	2.142	8.422	875	4.111	-	-	-	(13)	-	-	-	6.109	3.515	5.841	3.629	-	-	-	-
1996	200003	5.841	3.629	3.181	353	1.590	-	-	-	(10)	-	-	-	3.582	2.118	5.460	3.463	-	-	-	-
1996	200004	5.440	3.463	5.952	490	3.018	-	-	-	(27)	-	-	-	4.166	2.532	7.228	4.572	-	-	-	-
1996	200005	7.228	4.572	4.804	322	1.866	-	-	-	(13)	-	-	-	5.201	3.184	6.717	4.353	-	-	-	-
1996	200006	6.717	4.353	3.516	322	2.010	-	-	-	(29)	-	-	-	3.321	2.374	6.512	4.181	-	-	-	-
1996	200007	6.312	4.181	3.748	385	3.532	-	-	-	(64)	-	-	-	4.892	3.220	7.302	4.839	-	-	-	-
1996	200008	7.362	4.839	6.510	660	2.086	-	-	-	(23)	-	-	-	4.892	3.220	8.861	5.904	-	-	-	-
1996	200009	8.861	5.904	3.706	423	3.532	-	-	-	(12)	-	-	-	5.627	3.295	12.746	8.488	-	-	-	-
1996	200010	8.488	5.780	9.310	96	8.623	-	-	-	(30)	-	-	-	8.179	5.673	19.543	13.927	-	-	-	-
1996	200011	12.746	8.700	15.209	1.264	1.366	-	-	-	(109)	-	-	-	18.088	12.135	3.566	2.436	-	-	-	-
1996	200012	19.543	12.927	2.307	214	1.214	-	-	-	(32)	-	-	-	3.179	2.038	2.517	1.690	-	-	-	-
1996	200101	3.566	2.436	2.136	60	114	-	-	-	(6)	-	-	-	2.568	1.492	493	371	-	-	-	-
1996	200102	2.537	1.690	2.220	56	1069	-	-	-	(25)	-	-	-	719	443	1.915	1.430	-	-	-	-
1996	200103	667	371	2.122	250	1.669	-	-	-	(7)	-	-	-	4.865	3.689	819	875	-	-	-	-
1996	200104	2.078	1.430	3.706	810	1.511	-	-	-	(4)	-	-	-	2.328	2.244	1.105	918	-	-	-	-
1996	200105	1.207	875	3.012	386	522	-	-	-	(0)	-	-	-	1.027	1.311	335	309	-	-	-	-
1996	200106	1.105	918	855	183	469	-	-	-	-	-	-	-	918	773	234	187	-	-	-	-
1996	200107	333	309	830	42	(419)	-	-	-	-	-	-	-	1.98	166	192	149	-	-	-	-
1996	200108	626	296	150	42	(5)	-	-	-	(15)	-	-	-	147	117	84	60	-	-	-	-
1996	200109	170	167	39	1	(90)	-	-	-	-	-	-	-	38	20	56	39	-	-	-	-
1996	200110	173	60	-	-	632	-	-	-	-	-	-	-	921	844	56	40	-	-	-	-
1996	200111	56	39	921	213	(846)	-	-	-	-	-	-	-	60	34	115	105	-	-	-	-
1996	200112	900	40	-	-	77	-	-	-	-	-	-	-	115	105	-	-	-	-	-	-
1996	200201	-	-	115	28	(105)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200202	-	115	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200203	105	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200204	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200205	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200206	-	-	92	22	(82)	-	-	-	-	-	-	-	92	82	-	-	-	-	-	-
1996	200207	82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200209	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200211	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200302	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200303	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200304	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200305	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200308	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200309	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200311	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200401	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200402	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Projeções de Preços em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 4o

Ano de Início	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Interim Principal	Valor Interim Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Credito	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1996	204045	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204046	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204047	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204048	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204049	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204050	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204051	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204052	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204053	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204054	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204055	168	137	30	137	(168)	-	-	137	168	-	-
1996	204056	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204057	-	93	22	94	-	-	-	93	116	93	116
1996	204058	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204059	116	-	301	160	(116)	-	-	301	161	-	-
1996	204060	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204061	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204062	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204063	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204064	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204065	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204066	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204067	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204068	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204069	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204070	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204071	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204072	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204073	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204074	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204075	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204076	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204077	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204078	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204079	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204080	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	204081	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Ano de Inscricao	Ano	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor investido Principal	Valor investido Mora	Buro sobre o Saldo de Principal e Juros	Juizamento de Valor	Diferença do Pagamento	Credito	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1997	200001	-	-	603	641	3749	-	1	-	4128	812	4483	3771
1997	200002	4482	2771	9455	2097	1490	-	(152)	-	6052	4073	7026	4320
1997	200003	7636	4320	1168	750	1467	-	(28)	-	6052	2660	6015	3755
1997	200004	6015	3755	6163	1359	2432	-	(18)	-	4463	2793	7252	4730
1997	200005	7555	4730	5411	1308	2196	-	(28)	-	5412	3283	7108	3702
1997	200006	7708	5072	4390	871	1909	-	(28)	-	5078	3226	7056	4387
1997	200007	7056	4387	7614	1772	2891	-	(402)	-	6412	3993	8029	5249
1997	200008	10116	5249	6297	1402	411	-	(469)	-	5179	3362	9319	6100
1997	200009	9319	6100	5442	776	1325	-	(403)	-	4116	2766	6083	5700
1997	200010	8585	5700	9243	2205	4176	-	(416)	-	4919	3192	13011	8741
1997	200011	13011	8741	7062	1717	3443	-	(336)	-	9403	6421	10867	7398
1997	200012	10867	7398	2138	455	733	-	(336)	-	9627	6509	13467	2568
1997	200101	1467	2368	1373	903	1361	-	(20)	-	3355	2142	3167	2119
1997	200102	1467	2319	-	-	115	-	(2673)	-	1063	1863	761	512
1997	200103	761	512	4972	553	2339	-	(41)	-	1029	478	4756	2917
1997	200104	4756	2917	11803	1772	6925	-	(173)	-	10163	6477	8487	5136
1997	200105	8623	5136	11344	1122	5440	-	(173)	-	11126	7705	6703	4302
1997	200106	6703	4302	5544	592	2824	-	(61)	-	7353	4722	4884	2997
1997	200107	4884	2997	10719	574	5600	-	(61)	-	9419	5469	6195	3710
1997	200108	6418	3710	97325	712	5178	-	(2)	-	10022	5773	6007	3952
1997	200109	6007	3952	4195	344	2286	-	(103)	-	6341	4036	3953	2538
1997	200110	3953	2538	6132	663	2602	-	(8)	-	4837	3261	3779	2551
1997	200111	3779	2551	1965	656	5387	-	(55)	-	5389	1529	4522	1120
1997	200112	5190	3120	1957	259	395	-	-	-	5408	3565	1080	870
1997	200201	1089	870	2739	666	1516	-	3	-	1757	1311	2021	1499
1997	200202	2148	1499	2124	300	927	-	1	-	7375	1688	1164	1464
1997	200203	1897	1364	2168	302	1195	-	1	-	3226	2409	761	537
1997	200204	761	537	587	65	425	-	(12)	-	1266	872	62	67
1997	200205	141	61	-	-	(78)	-	-	-	-	-	62	98
1997	200206	62	68	-	-	-	-	-	-	-	-	62	69
1997	200207	62	69	668	174	394	-	(03)	-	309	260	420	378
1997	200208	322	429	278	53	227	-	-	-	-	-	608	611
1997	200209	62	708	688	168	953	-	-	-	1655	889	331	304
1997	200210	95											



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2009

Anexo X - 4o

Ano de exercício	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Juros	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Juros	Juros sobre Saldo de Principal e Juros Juros	Diferença de Saldo	Diferença de Pagamento	Exatidão	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Saldo Final Principal	Saldo Final Juros
1997	200410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200502	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200503	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200504	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200505	870	-	735	130	720	-	-	735	870	-	-
1997	200506	-	-	-	-	(870)	-	-	-	-	-	-
1997	200507	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200508	-	185	-	34	176	-	-	-	-	185	210
1997	200509	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200510	210	-	646	-	210	-	-	646	529	-	-
1997	200511	629	-	863	22	479	-	-	233	238	629	263
1997	200512	680	263	127	12	96	-	-	76	89	680	282
1997	200601	295	286	291	26	290	-	-	677	322	295	286
1997	200602	-	-	-	-	1.098	-	-	-	1.639	1.441	-
1997	200603	65	37	787	-	465	-	-	721	428	65	37
1997	200604	-	-	-	-	0	-	-	65	37	-	-
1997	200605	524	178	134	-	235	-	-	131	57	324	178
1997	200606	134	50	209	4	193	-	-	324	178	134	50
1997	200607	61	41	2.270	276	2.508	-	-	2.281	2.823	61	41
1997	200608	-	-	-	-	468	-	-	-	-	-	-
1997	200609	365	-	521	190	468	-	-	521	568	-	-
1997	200610	244	-	424	30	164	-	-	179	104	244	311
1997	200611	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200612	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200701	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200702	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200703	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200704	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200705	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200706	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200708	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200709	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200710	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200711	45	77	131	8	74	-	-	146	143	30	15
1997	200712	30	15	2.201	4	37	-	-	2.231	56	-	-
1997	200801	26	-	104	16	51	-	-	104	96	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-estabelecidos
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 4o

Ano de Início	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrição		Valor Acréscimo		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final		Saldo Final		Mora	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1998	200001	-	-	12.874	5.983	5.082	-	-	-	-	-	-	-	6	-	5.083	3.006	-	-	7.104	3.991	-	-	-	-	-	-
1998	200002	7.194	-	17.317	5.512	4.617	-	-	-	-	-	-	-	(45)	-	11.982	6.586	-	-	12.797	7.312	-	-	-	-	-	-
1998	200003	12.797	-	6.971	2.165	1.455	-	-	-	-	-	-	-	(40)	-	8.107	4.536	-	-	11.612	6.775	-	-	-	-	-	-
1998	200004	11.612	-	8.406	2.688	2.293	-	-	-	-	-	-	-	(02)	-	6.844	3.921	-	-	12.236	7.456	-	-	-	-	-	-
1998	200005	16.236	-	12.475	3.712	3.413	-	-	-	-	-	-	-	(15)	-	9.401	5.409	-	-	16.236	9.731	-	-	-	-	-	-
1998	200006	16.236	-	7.125	2.102	2.648	-	-	-	-	-	-	-	(39)	-	8.499	4.893	-	-	14.876	9.033	-	-	-	-	-	-
1998	200007	14.876	-	6.036	1.840	2.153	-	-	-	-	-	-	-	(22)	-	5.326	3.148	-	-	15.762	9.704	-	-	-	-	-	-
1998	200008	15.762	-	9.704	2.700	2.841	-	-	-	-	-	-	-	(187)	-	8.705	5.452	-	-	16.366	10.180	-	-	-	-	-	-
1998	200009	16.366	-	4.463	1.394	1.246	-	-	-	-	-	-	-	(240)	-	5.407	3.392	-	-	15.440	9.649	-	-	-	-	-	-
1998	200010	15.440	-	11.107	3.621	3.690	-	-	-	-	-	-	-	(16)	-	7.068	4.440	-	-	19.504	12.594	-	-	-	-	-	-
1998	200011	19.504	-	12.504	2.943	2.242	-	-	-	-	-	-	-	(35)	-	10.255	6.719	-	-	15.604	10.058	-	-	-	-	-	-
1998	200012	15.604	-	4.242	1.249	1.476	-	-	-	-	-	-	-	(127)	-	15.042	9.676	-	-	4.996	3.132	-	-	-	-	-	-
1998	200101	4.996	-	3.132	551	873	-	-	-	-	-	-	-	(41)	-	3.356	2.109	-	-	4.041	2.415	-	-	-	-	-	-
1998	200102	4.041	-	2.415	-	468	-	-	-	-	-	-	-	(5)	-	2.512	1.692	-	-	1.810	1.135	-	-	-	-	-	-
1998	200103	1.810	-	6.375	1.641	4.866	-	-	-	-	-	-	-	(42)	-	3.171	2.698	-	-	6.358	4.193	-	-	-	-	-	-
1998	200104	6.058	-	4.193	4.144	5.996	-	-	-	-	-	-	-	1	-	13.235	9.345	-	-	8.472	5.608	-	-	-	-	-	-
1998	200105	9.183	-	15.230	3.407	5.996	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	15.973	7.062	-	-	7.063	4.583	-	-	-	-	-	-
1998	200106	7.063	-	4.965	2.083	4.416	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	11.018	6.321	-	-	8.218	5.268	-	-	-	-	-	-
1998	200107	6.042	-	4.965	2.070	5.579	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	11.918	7.320	-	-	7.714	5.208	-	-	-	-	-	-
1998	200108	7.619	-	5.525	2.247	5.316	-	-	-	-	-	-	-	(196)	-	7.711	4.907	-	-	5.263	3.750	-	-	-	-	-	-
1998	200109	6.796	-	5.448	1.143	2.867	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	5.377	3.824	-	-	4.896	3.454	-	-	-	-	-	-
1998	200110	5.235	-	5.010	1.267	2.264	-	-	-	-	-	-	-	(63)	-	6.797	4.390	-	-	5.758	4.102	-	-	-	-	-	-
1998	200111	4.499	-	7.638	1.906	3.748	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	7.641	5.128	-	-	1.548	1.349	-	-	-	-	-	-
1998	200112	5.896	-	3.225	850	1.283	-	-	-	-	-	-	-	3	-	6.289	4.024	-	-	6.092	4.150	-	-	-	-	-	-
1998	200201	1.090	-	12.385	2.642	3.186	-	-	-	-	-	-	-	(29)	-	7.498	5.057	-	-	5.733	3.687	-	-	-	-	-	-
1998	200202	5.695	-	7.159	1.273	3.755	-	-	-	-	-	-	-	2	-	6.903	4.459	-	-	6.162	3.872	-	-	-	-	-	-
1998	200203	6.952	-	7.312	1.664	3.295	-	-	-	-	-	-	-	(18)	-	7.831	4.745	-	-	3.820	2.575	-	-	-	-	-	-
1998	200204	5.765	-	5.489	728	3.118	-	-	-	-	-	-	-	1	-	9.222	5.319	-	-	4.891	535	-	-	-	-	-	-
1998	200205	3.423	-	5.863	360	3.373	-	-	-	-	-	-	-	4	-	2.133	1.428	-	-	1.515	1.264	-	-	-	-	-	-
1998	200206	646	-	3.168	504	1.545	-	-	-	-	-	-	-	1	-	5.386	3.307	-	-	2.787	2.197	-	-	-	-	-	-
1998	200207	757	-	1.303	754	4.204	-	-	-	-	-	-	-	7	-	8.146	5.485	-	-	4.289	3.172	-	-	-	-	-	-
1998	200208	1.978	-	6.638	1.263	5.846	-	-	-	-	-	-	-	(45)	-	5.752	3.852	-	-	3.264	2.412	-	-	-	-	-	-
1998	200209	3.526	-	4.758	436	3.151	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	4.719	3.170	-	-	5.218	3.704	-	-	-	-	-	-
1998	200210	3.108	-	6.673	619	3.898	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	3.913	2.188	-	-	4.901	3.702	-	-	-	-	-	-
1998	200211	4.501	-	3.995	378	2.447	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	6.869	4.631	-	-	2.466	2.001	-	-	-	-	-	-
1998	200212	4.183	-	4.471	344	3.267	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	1.179	795	-	-	1.609	1.009	-	-	-	-	-	-
1998	200301	1.901	-	2.054	111	823	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	2.066	1.63	-	-	1.392	1.392	-	-	-	-	-	-
1998	200302	1.134	-	1.648	79	844	-	-	-	-	-	-	-	-	-	796	359	-	-	1.454	1.410	-	-	-	-	-	-
1998	200303	1.018	-	203	34	558	-	-	-	-	-	-	-	-	-	979	756	-	-	1.198	1.171	-	-	-	-	-	-
1998	200304	675	-	1.423	69	1.152	-	-	-	-	-	-	-	-	-	353	320	-	-	1.422	1.257	-	-	-	-	-	-
1998	200305	1.389	-	577	6	359	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.221	1.044	-	-	1.132	1.139	-	-	-	-	-	-
1998	200306	1.063	-	221	58	525	-	-	-	-	-	-	-	-	-	310	449	-	-	927	843	-	-	-	-	-	-
1998	200307	1.148	-	1.016	174	1.105	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53	32	-	-	359	401	-	-	-	-	-	-
1998	200308	657	-	869	-	251	-	-	-	-	-	-	-	-	-	794	315	-	-	359	401	-	-	-	-	-	-
1998	200309	355	-	359	171	108	-	-	-	-	-	-	-	-	-	359	314	-	-	359	401	-	-	-	-	-	-
1998	200310	52	-	794	-	906	-	-	-	-	-	-	-	-	-	359	314	-	-	359	401	-	-	-	-	-	-
1998	200311	715	-	-	-	(401)	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	359	314	-	-	359	401	-	-	-	-	-	-
1998	200312	314	-	364	81	(76)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	359	314	-	-	359	401	-	-	-	-	-	-
1998	200401	359	-	-	-	(359)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200402	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Anexo X - 40

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Creditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1998	2004/05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	2004/06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	2004/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	2004/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	2004/09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	2004/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	2004/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	2004/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	2005/01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	2005/02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	2005/03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	2005/04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	2005/05	374	447	805	194	649	-	-	-	159	374	447	469
1998	2005/06	-	-	-	-	105	-	-	-	-	-	447	478
1998	2005/07	-	-	-	-	487	-	-	-	-	-	447	487
1998	2005/08	325	738	3.608	139	1.583	-	-	-	1.094	706	771	788
1998	2005/09	310	186	6.383	256	2.252	-	-	-	3.623	2.435	310	186
1998	2005/10	2.371	1.868	5.896	82	4.682	-	-	-	4.322	3.235	2.371	1.868
1998	2005/11	1.789	1.305	5.025	160	3.142	-	-	-	4.468	3.387	1.799	1.305
1998	2005/12	2.279	1.883	6.018	250	4.891	-	-	-	4.546	3.846	2.279	1.883
1998	2006/01	1.215	1.097	7.799	270	5.889	-	-	-	7.040	5.929	1.215	1.097
1998	2006/02	1.973	1.596	4.928	31	3.235	-	-	-	6.452	4.499	1.973	1.596
1998	2006/03	449	362	5.487	302	4.195	-	-	-	5.134	4.166	802	494
1998	2006/04	802	404	7.043	256	4.554	-	-	-	3.893	2.846	1.992	2.461
1998	2006/05	3.952	2.461	3.775	238	2.936	-	-	-	5.941	3.982	1.787	1.642
1998	2006/06	1.787	1.642	5.205	321	3.457	-	-	-	5.108	3.873	1.885	1.549
1998	2006/07	1.865	1.549	2.328	75	1.704	-	-	-	3.307	2.307	966	961
1998	2006/08	1.069	889	4.165	449	4.315	-	-	-	6.212	5.725	1.069	889
1998	2006/09	-	-	3.982	339	3.882	-	-	-	5.197	5.148	-	-
1998	2006/10	-	-	5.795	150	2.376	-	-	-	3.983	2.510	80	17
1998	2006/11	80	17	2.915	262	4.459	-	-	-	5.240	4.250	224	236
1998	2006/12	224	236	2.915	201	2.564	-	-	-	2.374	2.331	131	78
1998	2007/01	131	78	5.569	279	3.969	-	-	-	4.824	3.551	951	865
1998	2007/02	951	865	5.553	155	1.241	-	-	-	3.453	3.165	1.425	42
1998	2007/03	1.425	42	9.128	420	4.125	-	-	-	9.647	4.622	664	527
1998	2007/04	464	527	4.174	297	2.777	-	-	-	3.930	2.641	1.009	786
1998	2007/05	1.009	786	5.048	638	4.274	-	-	-	4.309	4.138	1.621	1.583
1998	2007/06	1.083	1.340	10.668	673	8.004	-	-	-	10.844	9.793	471	670
1998	2007/07	471	670	5.661	671	4.151	-	-	-	2.616	3.016	2.837	3.086
1998	2007/08	2.837	3.086	15.782	780	10.995	-	-	-	10.358	9.660	8.191	5.359
1998	2007/09	8.191	5.359	2.449	281	1.462	-	-	-	10.765	7.102	301	65
1998	2007/10	301	65	10.618	362	9.460	-	-	-	10.214	9.185	700	494
1998	2007/11	760	494	1.160	58	846	-	-	-	3.459	1.023	399	373
1998	2007/12	399	373	4.732	240	3.641	-	-	-	4.117	3.626	1.014	628
1998	2008/01	1.014	628	1.441	66	680	-	-	-	1.820	1.521	310	187

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Provisões, Pre-judiciais
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 4o

Ano de Início	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mês	Valor Início Principal	Valor Início Mês	Juros sobre Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Saldo	Diferença de Saldo	Diferença de Saldo	Pagamento Principal	Pagamento Mês	Saldo Final Principal	Saldo Final Mês
1999	200001	-	-	-	26.671	6.272	3.179	-	(1)	19.220	5.645	7.248	3.711
1999	200002	8.845	4.220	10.898	10.898	-	-	(189)	-	18.256	7.122	24.666	12.183
1999	200003	25.296	12.649	12.196	3.498	-	230	-	(483)	15.466	6.748	21.173	10.673
1999	200004	20.976	11.685	10.631	4.162	-	807	-	(93)	9.353	4.641	22.621	11.847
1999	200005	22.556	12.470	16.451	5.780	-	2.099	-	(120)	13.775	6.880	23.520	13.411
1999	200006	23.749	14.015	10.240	3.629	-	716	-	(48)	10.012	5.697	24.660	13.127
1999	200007	24.907	15.903	7.811	2.899	-	1.676	-	(43)	7.712	4.131	24.955	13.504
1999	200008	24.907	15.903	10.566	4.348	-	1.702	-	(133)	9.353	5.248	26.340	14.769
1999	200009	26.210	15.278	5.851	2.369	-	738	-	(221)	7.049	4.133	25.218	14.267
1999	200010	24.978	14.608	12.539	3.398	-	2.389	-	(420)	9.044	5.599	28.961	16.848
1999	200011	29.174	17.015	11.182	4.091	-	1.944	-	(228)	11.515	7.426	28.685	16.057
1999	200012	28.541	16.744	7.152	2.359	-	1.389	-	(323)	23.600	13.593	12.503	6.623
1999	200101	12.999	6.944	3.043	1.005	-	176	-	(116)	7.457	4.303	8.359	4.164
1999	200102	8.653	4.227	463	91	-	717	-	(36)	5.964	2.890	3.535	1.868
1999	200103	3.132	2.086	7.977	2.312	-	4.249	-	(229)	5.788	2.990	7.151	4.327
1999	200104	6.778	4.985	18.761	6.352	-	5.132	-	1	14.301	9.169	11.025	6.513
1999	200105	10.875	6.905	16.540	4.624	-	4.503	-	1	18.294	10.121	9.344	5.687
1999	200106	8.577	6.271	10.249	3.047	-	3.740	-	0	12.954	7.557	6.992	4.402
1999	200107	7.240	4.510	13.880	3.767	-	3.761	-	2	12.354	7.189	8.319	3.114
1999	200108	8.353	5.270	12.735	3.771	-	3.805	-	(3)	13.053	7.486	8.054	5.344
1999	200109	8.463	5.391	8.025	2.531	-	2.091	-	(119)	9.222	5.861	6.821	4.636
1999	200110	6.598	4.841	7.386	2.237	-	2.445	-	(75)	7.559	4.895	6.548	4.405
1999	200111	6.496	4.695	10.859	3.360	-	3.288	-	1	8.759	5.564	8.657	5.774
1999	200112	8.208	6.204	4.559	1.504	-	1.405	-	0	10.912	7.040	2.312	1.706
1999	200201	1.700	2.622	14.314	2.984	-	2.055	-	1	6.733	3.970	8.213	5.169
1999	200202	6.827	5.686	9.177	2.217	-	4.145	-	(28)	8.506	5.443	8.564	5.245
1999	200203	6.874	6.214	10.516	2.280	-	4.640	-	2	9.801	5.719	9.299	5.703
1999	200204	6.636	6.891	9.142	1.837	-	4.881	-	(16)	11.161	6.336	7.277	4.688
1999	200205	4.861	5.885	6.394	976	-	3.699	-	4	10.874	6.220	2.827	1.889
1999	200206	1.066	2.738	4.776	979	-	2.855	-	4	3.973	2.417	3.638	2.362
1999	200207	1.127	3.473	8.261	1.662	-	4.795	-	0	6.025	3.365	5.874	3.993
1999	200208	2.102	5.486	10.774	2.445	-	6.928	-	1	9.295	6.022	7.356	5.059
1999	200209	3.165	6.502	5.137	988	-	4.953	-	(48)	6.381	3.973	6.111	4.326
1999	200210	3.017	5.283	7.955	1.531	-	5.732	-	0	5.797	3.703	8.269	5.767
1999	200211	4.397	6.817	4.718	842	-	4.842	-	3	5.081	2.964	7.905	5.662
1999	200212	3.788	6.694	9.147	1.599	-	7.918	-	0	11.357	7.344	5.857	4.298
1999	200301	2.716	5.211	13.802	1.380	-	8.090	-	(5)	10.023	3.845	10.113	6.567
1999	200302	6.447	7.382	8.652	761	-	7.086	-	(5)	9.442	5.310	9.323	6.258
1999	200303	6.798	6.790	10.176	812	-	7.204	-	0	10.463	6.020	9.050	6.107
1999	200304	6.432	6.574	12.007	841	-	8.189	-	0	16.034	9.219	5.903	3.767
1999	200305	3.515	4.087	7.142	412	-	5.261	-	1	6.786	4.049	5.610	4.001
1999	200306	3.565	4.265	7.034	608	-	5.327	-	0	5.907	3.587	6.726	4.550
1999	200307	5.131	4.731	5.561	360	-	3.315	-	(9)	7.068	4.638	2.519	2.163
1999	200308	6.29	2.400	741	1.23	-	1.990	-	0	1.799	1.207	1.461	1.445
1999	200309	1.069	1.601	-	-	-	350	-	(82)	-	-	1.461	1.441
1999	200310	-	1.461	804	-	-	1.895	-	(14)	741	323	1.554	1.532
1999	200311	521	1.554	-	145	-	860	-	(25)	541	406	1.013	1.002
1999	200312	486	1.013	1.571	58	-	716	-	-	814	595	550	584
1999	200401	595	550	1.208	227	-	(154)	-	-	741	541	920	898
1999	200402	541	550	1.291	236	-	811	-	-	920	690	1.065	1.055
1999	200403	690	920	185	42	-	3.22	-	(1)	-	-	1.188	451
1999	200404	-	1.106	958	169	-	1.472	-	2	1.548	1.188	556	-

Año de Inversión	Mz.	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inversión Principal	Valor Inversión Mora	Interés Sobre el Saldo de Principal Corriente	Diferencia de Monto	Diferencia de Pago	Cuotas	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1999	200405	1 188	556	463	75	(450)	-	-	-	648	498	371	415
1999	200406	498	371	-	-	(177)	-	-	-	-	-	371	321
1999	200407	-	371	185	36	400	(0)	-	-	596	447	-	-
1999	200408	427	-	-	-	(437)	-	-	-	-	-	-	-
1999	200409	-	-	926	146	602	(0)	-	-	926	748	-	-
1999	200410	748	-	93	21	(694)	-	-	-	93	74	-	-
1999	200411	74	-	-	-	(74)	-	-	-	-	-	-	-
1999	200412	-	-	-	-	(6)	-	-	-	-	-	-	-
1999	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200502	-	-	275	39	102	-	-	-	275	231	-	-
1999	200503	231	-	278	53	(34)	-	-	-	185	169	93	82
1999	200504	169	93	1 282	245	841	-	(0)	-	580	485	825	769
1999	200505	485	825	137	19	384	-	-	-	962	809	-	-
1999	200506	889	-	-	-	(889)	-	-	-	-	-	-	-
1999	200507	-	-	3 850	77	2 404	-	-	-	3 087	1 984	769	698
1999	200508	769	498	5 982	225	3 783	-	-	-	5 898	3 914	853	591
1999	200509	853	591	6 483	389	4 525	-	-	-	5 892	4 343	1 162	1 162
1999	200510	1 514	1 162	4 456	264	3 105	-	-	-	4 147	3 012	1 907	1 519
1999	200511	1 903	1 519	4 406	330	3 243	-	-	-	4 431	3 609	1 878	1 483
1999	200512	1 878	1 483	4 857	386	3 177	-	-	-	5 119	3 811	1 624	1 236
1999	200601	1 624	1 236	6 999	344	4 823	-	-	-	3 796	4 499	2 826	1 964
1999	200602	2 826	1 964	6 337	312	4 220	-	-	-	7 776	5 540	1 188	866
1999	200603	1 388	896	4 004	136	2 525	-	-	-	4 379	2 872	1 412	725
1999	200604	1 412	725	7 398	176	4 227	-	(5)	-	4 691	2 983	4 031	2 152
1999	200605	2 152	1 52	4 433	255	2 942	-	-	-	5 893	3 481	2 569	1 867
1999	200606	2 569	1 867	4 157	215	2 696	-	-	-	4 896	3 481	1 810	1 298
1999	200607	1 810	1 298	1 298	113	865	-	-	-	2 515	1 682	539	592
1999	200608	539	592	1 344	20	184	-	-	-	1 195	1 048	689	386
1999	200609	689	386	2 277	242	1 367	-	-	-	3 555	2 125	129	152
1999	200610	129	152	1 577	117	1 117	-	-	-	1 706	975	-	-
1999	200611	-	-	3 067	69	2 195	-	-	-	621	1 113	815	-
1999	200612	1 566	1 213	639	15	430	-	-	-	1 316	1 007	1 566	1 213
1999	200701	-	-	1 059	70	743	-	-	-	694	434	362	407
1999	200702	362	407	3 410	113	1 914	-	-	-	1 480	1 385	1 362	37
1999	200703	1 691	37	4 310	256	1 268	-	-	-	76	5 488	1 912	16
1999	2												



Professora da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-estabelecidos
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 4o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
		Principal	Mora				Principal	Mora				Principal	Mora		
2000	200001	-	-	-	1.645.691	528.017	-	91	-	-	17	-	-	1.639.205	528.745
2000	200002	1.639.205	524.745	41.901	19.460	16.917	-	16.917	-	-	(197)	-	-	1.672.074	555.427
2000	200003	1.672.074	555.427	16.142	6.104	16.218	-	16.218	-	-	(11)	-	-	1.677.562	572.509
2000	200004	1.677.562	572.509	944.735	285.561	18.977	-	18.977	-	-	(47)	-	-	2.615.256	872.597
2000	200005	2.615.256	872.597	11.289	6.918	24.660	-	24.660	-	-	(125)	-	-	2.618.236	898.307
2000	200006	2.618.236	898.307	14.907	10.817	26.979	-	26.979	-	-	(35)	-	-	2.624.470	926.546
2000	200007	2.624.470	926.546	29.917	25.917	30.817	-	30.817	-	-	(21)	-	-	2.648.691	958.809
2000	200008	2.648.691	958.809	9.613	5.559	28.149	-	28.149	-	-	(140)	-	-	2.649.922	987.326
2000	200009	2.649.922	987.326	12.971	5.532	24.971	-	24.971	-	-	(267)	-	-	2.656.726	1.013.805
2000	200010	2.656.726	1.013.805	24.878	10.605	28.921	-	28.921	-	-	(464)	-	-	2.675.512	1.048.116
2000	200011	2.675.512	1.048.116	15.650	6.346	28.054	-	28.054	-	-	(239)	-	-	2.678.013	1.075.457
2000	200012	2.678.013	1.075.457	14.243	5.102	26.259	-	26.259	-	-	(777)	-	-	2.665.876	1.092.564
2000	200001	2.665.876	1.092.564	11.201	2.805	29.122	-	29.122	-	-	(148)	-	-	2.660.340	1.116.786
2000	200002	2.660.340	1.116.786	17.161	1.795	27.625	-	27.625	-	-	(135)	-	-	2.653.858	1.139.101
2000	200003	2.653.858	1.139.101	24.700	6.286	31.622	-	31.622	-	-	(1.073)	-	-	2.659.978	1.169.596
2000	200004	2.659.978	1.169.596	51.767	11.208	32.341	-	32.341	-	-	2	-	-	2.660.298	1.197.816
2000	200005	2.660.298	1.197.816	24.152	8.858	28.761	-	28.761	-	-	(189)	-	-	2.658.409	1.223.441
2000	200006	2.658.409	1.223.441	15.451	5.432	30.632	-	30.632	-	-	(3)	-	-	2.659.810	1.250.096
2000	200007	2.659.810	1.250.096	19.853	6.668	28.108	-	28.108	-	-	(185)	-	-	2.658.338	1.275.518
2000	200008	2.658.338	1.275.518	17.708	6.296	30.876	-	30.876	-	-	(3)	-	-	2.656.709	1.301.083
2000	200009	2.656.709	1.301.083	12.639	4.710	29.175	-	29.175	-	-	(183)	-	-	2.656.128	1.329.500
2000	200010	2.656.128	1.329.500	17.286	6.219	29.105	-	29.105	-	-	(175)	-	-	2.659.124	1.356.122
2000	200011	2.659.124	1.356.122	15.653	4.467	29.527	-	29.527	-	-	(10)	-	-	2.657.186	1.383.786
2000	200012	2.657.186	1.383.786	7.656	2.760	26.825	-	26.825	-	-	(10)	-	-	2.647.098	1.401.770
2000	200001	2.647.098	1.401.770	18.122	6.413	28.307	-	28.307	-	-	(3)	-	-	2.652.917	1.471.866
2000	200002	2.652.917	1.471.866	11.523	3.784	28.104	-	28.104	-	-	(27)	-	-	2.653.908	1.497.519
2000	200003	2.653.908	1.497.519	10.158	3.028	30.349	-	30.349	-	-	2	-	-	2.654.641	1.485.755
2000	200004	2.654.641	1.485.755	9.879	2.934	29.445	-	29.445	-	-	(10)	-	-	2.651.885	1.510.944
2000	200005	2.651.885	1.510.944	7.471	1.805	27.715	-	27.715	-	-	4	-	-	2.647.764	1.534.466
2000	200006	2.647.764	1.534.466	7.612	1.845	29.682	-	29.682	-	-	(10)	-	-	2.649.850	1.562.543
2000	200007	2.649.850	1.562.543	11.205	2.854	28.213	-	28.213	-	-	0	-	-	2.652.429	1.589.063
2000	200008	2.652.429	1.589.063	11.501	2.944	31.518	-	31.518	-	-	3	-	-	2.652.882	1.617.304
2000	200009	2.652.882	1.617.304	7.138	1.797	29.036	-	29.036	-	-	(77)	-	-	2.650.960	1.643.342
2000	200010	2.650.960	1.643.342	9.888	2.635	28.754	-	28.754	-	-	(12)	-	-	2.652.176	1.669.735
2000	200011	2.652.176	1.669.735	5.104	1.219	28.603	-	28.603	-	-	3	-	-	2.651.527	1.696.525
2000	200012	2.651.527	1.696.525	8.928	2.283	30.064	-	30.064	-	-	(10)	-	-	2.649.351	1.720.931
2000	200001	2.649.351	1.720.931	17.661	3.510	30.413	-	30.413	-	-	(79)	-	-	2.653.450	1.749.641
2000	200002	2.653.450	1.749.641	11.253	2.049	30.134	-	30.134	-	-	(43)	-	-	2.652.824	1.775.422
2000	200003	2.652.824	1.775.422	10.066	1.978	30.789	-	30.789	-	-	(10)	-	-	2.653.227	1.801.946
2000	200004	2.653.227	1.801.946	6.343	1.289	29.532	-	29.532	-	-	(10)	-	-	2.648.355	1.826.977
2000	200005	2.648.355	1.826.977	9.861	1.651	30.388	-	30.388	-	-	1	-	-	2.651.847	1.854.009
2000	200006	2.651.847	1.854.009	7.201	1.154	29.996	-	29.996	-	-	(10)	-	-	2.650.905	1.880.871
2000	200007	2.650.905	1.880.871	4.665	821	27.464	-	27.464	-	-	(9)	-	-	2.646.001	1.903.592
2000	200008	2.646.001	1.903.592	556	88	27.043	-	27.043	-	-	(83)	-	-	2.645.307	1.930.982
2000	200009	2.645.307	1.930.982	932	189	27.931	-	27.931	-	-	1	-	-	2.645.807	1.957.660
2000	200010	2.645.807	1.957.660	834	137	25.717	-	25.717	-	-	(83)	-	-	2.645.307	1.983.034
2000	200011	2.645.307	1.983.034	-	-	26.706	-	26.706	-	-	(25)	-	-	2.644.026	2.008.989
2000	200012	2.644.026	2.008.985	371	58	25.560	-	25.560	-	-	171	-	-	2.644.026	2.034.382
2000	200001	2.644.026	2.034.382	1.427	160	25.861	-	25.861	-	-	463	-	-	2.643.846	2.061.284
2000	200002	2.643.846	2.061.283	-	-	23.779	-	23.779	-	-	99	-	-	2.643.846	2.086.964
2000	200003	2.643.846	2.086.964	93	16	26.717	-	26.717	-	-	93	-	-	2.643.846	2.113.037
2000	200004	2.643.846	2.113.037	415	84	28.070	-	28.070	-	-	823	-	-	2.643.846	2.140.925

Anexo X - 4º

Ano de Início	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Jam. sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Média	Diferença de Pagamento	Creditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2000	2004/05	2.642.977	2.149.925	371	61	24.432	-	-	-	1.240	814	2.642.107	2.164.644
2000	2004/06	2.642.107	2.164.604	-	-	27.692	-	-	-	-	-	2.642.107	2.192.296
2000	2004/07	2.642.107	2.192.296	-	-	24.829	-	-	-	371	250	2.641.737	2.216.824
2000	2004/08	2.641.737	2.216.824	-	-	27.491	-	-	-	137	95	2.641.599	2.244.270
2000	2004/09	2.641.599	2.244.270	371	61	27.204	-	-	-	371	258	2.641.599	2.271.278
2000	2004/10	2.641.599	2.271.278	-	-	25.267	-	(26)	-	-	-	2.641.599	2.296.571
2000	2004/11	2.641.599	2.296.571	556	90	27.485	-	(40)	-	-	-	2.641.599	2.324.146
2000	2004/12	2.642.155	2.334.146	371	61	25.477	-	(47)	-	556	400	2.641.970	2.349.291
2000	2005/01	2.641.970	2.349.291	371	61	27.689	-	(22)	-	-	-	2.642.340	2.377.064
2000	2005/02	2.642.340	2.377.064	-	-	25.171	-	-	-	-	-	2.642.340	2.402.237
2000	2005/03	2.642.340	2.402.237	647	105	27.564	-	-	-	642	482	2.642.340	2.429.222
2000	2005/04	2.642.340	2.429.222	920	155	28.024	-	-	-	550	419	2.642.711	2.456.981
2000	2005/05	2.642.711	2.456.981	-	-	25.094	-	-	-	171	287	2.642.340	2.481.788
2000	2005/06	2.642.711	2.481.788	-	-	27.984	-	-	-	-	-	2.642.433	2.509.387
2000	2005/07	2.642.433	2.509.387	93	15	25.966	-	-	-	2.174	1.448	2.642.867	2.534.101
2000	2005/08	2.642.867	2.534.101	5.110	412	31.689	-	-	-	6.427	4.208	2.642.581	2.561.933
2000	2005/09	2.642.581	2.561.933	6.572	407	30.631	-	-	-	5.688	3.858	2.643.434	2.589.113
2000	2005/10	2.643.434	2.589.113	5.053	461	28.510	-	(40)	-	5.046	3.541	2.643.441	2.614.543
2000	2005/11	2.643.441	2.614.543	4.869	749	30.745	-	-	-	4.538	3.371	2.643.772	2.642.666
2000	2005/12	2.643.772	2.642.666	6.898	864	29.463	-	-	-	7.426	5.705	2.643.244	2.667.288
2000	2006/01	2.643.244	2.667.288	7.164	652	31.302	-	-	-	6.926	4.981	2.643.482	2.694.261
2000	2006/02	2.643.482	2.694.261	3.992	259	30.797	-	-	-	4.677	2.970	2.642.767	2.721.917
2000	2006/03	2.642.767	2.721.917	4.747	313	27.584	-	-	-	4.419	3.344	2.642.695	2.746.471
2000	2006/04	2.642.695	2.746.471	6.191	385	30.714	-	(1)	-	5.185	3.361	2.613.701	2.774.209
2000	2006/05	2.641.701	2.774.209	8.414	215	30.219	-	-	-	9.766	6.079	2.612.750	2.798.614
2000	2006/06	2.642.710	2.798.614	5.091	156	30.547	-	-	-	5.233	3.016	2.642.567	2.825.301
2000	2006/07	2.642.567	2.825.301	1.420	101	25.672	-	-	-	2.103	1.472	2.641.954	2.850.602
2000	2006/08	2.642.954	2.850.602	2.076	234	29.219	-	-	-	1.916	1.694	2.642.084	2.878.361
2000	2006/09	2.642.084	2.878.361	1.305	50	28.019	-	-	-	1.407	955	2.641.893	2.905.475
2000	2006/10	2.641.893	2.905.475	1.079	52	26.085	-	-	-	1.373	775	2.641.599	2.930.817
2000	2006/11	2.641.599	2.930.817	3.559	183	28.976	-	-	-	1.678	1.298	2.643.122	2.958.457
2000	2006/12	2.641.122	2.958.457	1.456	72	26.698	-	-	-	2.502	1.843	2.641.599	2.982.955
2000	2007/01	2.641.599	2.982.955	3.114	289	118.588	-	-	5	1.732	991	2.642.804	3.104.933
2000	2007/02	2.642.804	3.104.933	1.450	194	28.776	-	-	1.986	1.725	1.513	2.641.599	3.127.415
2000	2007/03	2.641.899	3.127.415	4.569	465	26.943	-	-	76	4.522	2.313	2.641.599	3.152.462
2000	2007/04	2.641.599	3.152.462	1.156	16	25.549	-	-	-	-	-	2.641.638	3.180.146
2000	2007/05	2.641.638	3.180.146	811	92	27.234	-	-	-	467	526	2.641.971	3.207.115
2000	2007/06	2.641.971	3.207.115	3.325	10	26.091	-	160	-	2.663	856	2.641.633	3.232.221
2000	2007/07	2.641.633	3.232.221	3.348	423	30.588	-	-	85	2.971	2.011	2.641.828	3.260.217
2000	2007/08	2.641.828	3.260.217	96	20	25.020	-	1	2	323	327	2.641.599	3.284.928
2000	2007/09	2.641.599	3.284.928	313	56	27.126	-	-	-	281	315	2.641.631	3.311.795
2000	2007/10	2.641.631	3.311.795	7.509	1.022	34.054	-	-	-	7.473	7.184	2.641.667	3.339.687
2000	2007/11	2.641.667	3.339.687	1.769	-	25.045	-	-	-	67	77	2.643.368	3.364.655
2000	2007/12	2.643.368	3.364.655	315	-	27.616	-	-	-	2.084	156	2.641.599	3.392.116
2000	2008/01	2.641.599	3.392.116	582	-	161.619	-	-	-	564	187	2.641.599	3.554.765

Anexo X - 4o

ANO de Inscrição	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Credito	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2001	2113	-	2113	79	6	-	-	-	-	-	2113	85
2001	200001	-	85	353	136	3	-	-	-	-	565	224
2001	200002	213	-	-	-	3	-	-	-	-	565	227
2001	200003	565	224	-	-	3	-	-	-	-	565	230
2001	200004	565	227	-	-	3	-	-	-	-	565	233
2001	200005	565	230	-	-	3	-	-	-	-	565	236
2001	200006	565	233	-	-	3	-	-	-	-	565	239
2001	200007	565	236	-	-	(38)	-	-	-	-	565	247
2001	200008	565	239	-	-	8	-	-	-	-	565	254
2001	200009	565	247	-	-	8	-	-	-	-	565	262
2001	200010	565	254	-	-	8	-	-	-	-	565	264
2001	200011	565	262	370	-	8	-	-	-	-	1117	640
2001	200012	1117	640	-	-	8	-	-	-	-	1117	648
2001	200013	1117	648	4375,025	1.399,981	2.300	-	-	1.985	-	4.375,022	1.400,981
2001	200014	4375,025	1.399,981	1.790	584	44,922	-	-	1.860	-	4.376,738	1.444,276
2001	200015	4376,478	20,522	8,018	-	46,269	-	-	5,859	-	4.332,403	1.404,143
2001	200016	4393,403	1718,008	519,376	-	46,431	-	-	18,558	-	6.051,874	2.094,248
2001	200017	6.051,874	23,562	10,981	-	59,830	-	-	23,445	-	6.051,987	2.169,443
2001	200018	6.059,987	45,546	19,743	-	64,642	-	-	29,235	-	6.169,397	2.173,528
2001	200019	6.169,397	55,869	16,376	-	69,933	-	-	29,596	-	6.169,962	2.240,639
2001	200020	6.169,962	30,070	10,440	-	65,626	-	-	28,807	-	6.128,235	2.304,225
2001	200021	6.128,235	27,126	8,501	-	60,333	-	-	23,527	-	6.111,879	2.365,637
2001	200022	6.111,879	24,807	8,169	-	64,893	-	-	18,704	-	6.117,982	2.428,576
2001	200023	6.117,982	24,099	8,324	-	65,700	-	-	9,877	-	6.119,160	2.492,280
2001	200024	6.119,160	20,404	8,455	-	60,875	-	-	23,764	-	6.144,394	2.580,316
2001	200025	6.144,394	28,866	10,947	-	62,649	-	-	20,373	-	6.130,361	2.617,980
2001	200026	6.130,361	15,776	4,951	-	60,808	-	-	18,693	-	6.147,139	2.675,258
2001	200027	6.147,139	17,838	5,822	-	66,949	-	-	21,420	-	6.145,777	2.736,563
2001	200028	6.145,777	13,011	4,528	-	66,153	-	-	17,989	-	6.140,799	2.798,452
2001	200029	6.140,799	14,149	3,908	-	60,941	-	-	18,098	-	6.136,874	2.855,060
2001	200030	6.136,874	6,164	1,966	-	64,236	-	-	5,574	-	6.137,808	2.918,507
2001	200031	6.137,808	7,986	2,683	-	60,802	-	-	7,501	-	6.137,979	2.978,175
2001	200032	6.137,979	9,459	3,373	-	64,036	-	-	9,823	-	6.137,808	3.040,240
2001	200033	6.137,808	9,943	4,156	-	66,049	-	-	8,223	-	6.139,523	3.105,256
2001	200034	6.139,523	12,020	4,066	-	61,917	-	-	9,916	-	6.141,627	3.166,056
2001	200035	6.141,627	8,372	2,720	-	64,304	-	-	7,938	-	6.142,060	3.228,663
2001	200036	6.142,060	10,601	3,476	-	61,551	-	-	15,695	-	6.138,417	3.285,751
2001	200037	6.138,417	21,623	6,018	-	65,060	-	-	8,169	-	6.142,028	3.350,472
2001	200038	6.142,028	12,162	3,189	-	62,048	-	-	13,203	-	6.140,987	3.408,984
2001	200039	6.140,987	12,155	3,419	-	66,692	-	-	6,332	-	6.141,786	3.472,343
2001	200040	6.141,786	7,742	2,130	-	64,691	-	-	12,519	-	6.137,089	3.532,318
2001	200041	6.137,089	9,993	2,642	-	63,389	-	-	8,453	-	6.138,808	3.593,547
2001	200042	6.138,808	8,085	2,245	-	64,472	-	-	4,541	-	6.138,571	3.655,643
2001	200043	6.138,571	4,296	1,046	-	59,527	-	-	10,083	-	6.132,784	3.710,300
2001	200044	6.132,784	1,667	272	-	64,861	-	-	2,402	-	6.132,050	3.774,572
2001	200045	6.132,050	185	42	-	62,324	-	-	1,192	-	6.131,643	3.836,340
2001	200046	6.131,643	741	121	-	58,498	-	-	1,192	-	6.130,591	3.894,307
2001	200047	6.129,671	3,964,007	62	-	61,285	-	-	786	-	6.129,671	3.956,981
2001	200048	6.129,671	-	-	-	58,599	-	-	-	-	6.129,671	4.015,590
2001	200049	6.129,671	1,755	674	-	61,155	-	-	741	-	6.129,671	4.078,383
2001	200050	6.129,671	1,112	187	-	59,465	-	-	1,112	-	6.129,671	4.137,392
2001	200051	6.129,671	185	25	-	62,731	-	-	-	-	6.129,671	4.200,182
2001	200052	6.129,671	1,189	237	-	61,669	-	-	765	-	6.130,313	4.263,883



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 46

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
		Principal	Mora							Principal	Mora		
2001	2004005	6.130.313	4.263.883	1.153	195	59.299	-	-	(5)	1.431	876	6.130.066	4.322.506
2001	2004006	6.130.036	4.322.506	648	112	63.096	-	-	(22)	278	174	6.130.406	4.385.561
2001	2004007	6.130.406	4.385.561	90	21	59.540	-	-	-	639	399	6.129.856	4.444.724
2001	2004008	6.129.856	4.444.724	1.476	248	62.045	-	-	(15)	741	473	6.130.591	4.507.458
2001	2004009	6.130.591	4.507.458	373	66	61.761	-	-	-	1.194	108	6.130.777	4.571.170
2001	2004010	6.130.777	4.571.170	648	112	59.311	-	-	-	1.392	900	6.130.042	4.622.684
2001	2004011	6.130.042	4.622.684	185	29	62.407	-	-	-	463	208	6.129.764	4.691.811
2001	2004012	6.129.764	4.691.811	463	84	59.656	-	-	(7)	940	619	6.129.301	4.750.925
2001	2005001	6.129.301	4.750.925	-	-	62.580	-	-	-	-	-	6.129.301	4.813.505
2001	2005002	6.129.301	4.813.505	-	-	60.467	-	-	-	-	-	6.129.301	4.873.972
2001	2005003	6.129.301	4.873.972	-	-	61.458	-	-	-	-	-	6.129.301	4.935.430
2001	2005004	6.129.301	4.935.430	-	-	62.963	-	-	-	-	-	6.129.301	4.998.391
2001	2005005	6.129.301	4.998.391	-	-	59.636	-	-	-	-	-	6.129.301	5.058.027
2001	2005006	6.129.301	5.058.027	-	-	62.189	-	-	-	-	-	6.129.301	5.120.216
2001	2005007	6.129.301	5.120.216	3.892	253	60.780	-	-	-	3.152	1.876	6.130.040	5.179.571
2001	2005008	6.130.040	5.179.571	10.794	750	68.809	-	-	-	9.222	5.130	6.131.612	5.243.892
2001	2005009	6.131.612	5.243.892	29.661	1.410	77.327	-	-	-	26.102	14.196	6.134.570	5.308.433
2001	2005010	6.134.570	5.308.433	12.485	855	65.740	-	-	-	14.653	8.256	6.130.776	5.366.791
2001	2005011	6.133.461	5.366.791	3.427	153	63.769	-	-	-	3.657	1.879	6.129.654	5.428.176
2001	2005012	6.129.776	5.428.176	2.556	38	56.871	-	-	-	1.716	1.136	6.129.393	5.486.209
2001	2006001	6.129.664	5.486.209	1.645	184	64.759	-	-	-	957	459	6.129.301	5.550.016
2001	2006002	6.129.595	5.550.016	664	15	58.602	-	-	-	657	230	6.129.450	5.608.194
2001	2006003	6.129.591	5.608.194	807	0	62.843	-	-	-	2.813	951	6.130.777	5.670.807
2001	2006004	6.129.430	5.670.807	4.140	-	64.691	-	-	-	3.409	972	6.129.898	5.734.547
2001	2006005	6.130.777	5.734.547	2.321	15	59.532	-	-	-	616	291	6.129.687	5.793.121
2001	2006006	6.129.898	5.793.121	405	-	63.592	-	-	0	1.486	576	6.129.501	5.856.422
2001	2006007	6.129.687	5.856.422	1.021	127	58.995	-	-	-	332	225	6.129.722	5.914.968
2001	2006008	6.129.301	5.914.968	757	26	63.464	-	-	-	826	380	6.129.591	5.978.233
2001	2006009	6.129.725	5.978.233	601	79	63.253	-	-	-	1.102	543	6.129.301	6.041.022
2001	2006010	6.129.501	6.041.022	962	23	58.911	-	-	-	900	286	6.130.530	6.103.576
2001	2006011	6.129.301	6.099.576	2.462	44	64.455	-	-	356	180	6.129.301	6.163.583	
2001	2006012	6.130.530	6.163.583	2.085	205	60.605	-	-	862	1.870	6.129.301	6.222.115	
2001	2007001	6.129.301	6.222.115	1.487	214	274.077	-	-	60	1.384	1.140	6.129.301	6.283.864
2001	2007002	8.770.900	9.593.743	2.176	182	90.996	-	-	1.845	194	72	8.772.028	9.643.952
2001	2007003	8.772.028	9.643.952	2.937	198	85.488	-	-	173	3.666	984	8.770.900	9.708.585
2001	2007004	8.770.989	9.708.585	560	59	90.820	-	-	-	3.669	984	8.770.900	9.768.585
2001	2007005	8.770.900	9.858.913	1.272	41	89.426	-	-	-	366	152	8.771.805	9.858.913
2001	2007006	8.771.805	9.948.229	1.580	6	85.624	-	-	85	1.856	724	8.771.529	9.948.229
2001	2007007	8.771.529	10.033.134	3.287	319	92.998	-	-	85	3.855	3.508	8.770.900	10.123.139
2001	2007008	8.770.920	10.123.139	3.27	49	84.851	-	-	-	316	186	8.770.900	10.207.875
2001	2007009	8.770.900	10.207.875	1.483	44	89.922	-	-	735	5.051	5.540	8.770.900	10.296.554
2001	2007010	8.770.900	10.383.832	5.152	1.409	91.068	-	-	-	5.599	10.383	8.770.900	10.472.665
2001	2007011	8.770.900	10.472.665	726	-	88.233	-	-	-	-	-	8.771.626	10.562.132
2001	2007012	8.771.626	10.472.665	70	-	90.282	-	-	-	796	16	8.770.900	10.562.132
2001	2008001	8.770.900	10.562.332	268	-	516.814	-	-	-	-	-	8.770.900	11.069.350



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 4o

Ano de Inscricao	Mes	Saldo sobre o Saldo de					Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária							
2002	200103	-	-	348	92	(0)	-	-	-	-	92	348	92
2002	200104	348	92	-	-	0	-	-	(0)	348	-	-	-
2002	200105	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-
2002	200106	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200108	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200109	-	49	142	49	0	-	-	-	-	-	142	49
2002	200110	142	-	-	-	(0)	-	-	-	142	49	-	-
2002	200111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200201	-	-	12.713.562	4.071.061	942	-	-	-	17.434	7.124	12.696.309	4.064.698
2002	200202	12.696.309	4.064.698	15.878	6.796	126.445	-	(30)	-	16.760	7.540	12.695.426	4.190.431
2002	200203	12.695.426	4.190.431	18.862	7.459	127.234	-	(0)	-	18.691	7.472	12.695.617	4.317.631
2002	200204	12.695.617	4.317.631	24.995	8.935	126.719	-	2	-	19.411	8.425	12.701.201	4.444.858
2002	200205	12.701.201	4.444.858	12.482	4.902	128.699	-	1	-	17.461	7.701	12.696.255	4.570.634
2002	200206	12.696.255	4.570.634	5.943	2.251	126.401	-	(0)	-	5.656	2.393	12.696.550	4.696.886
2002	200207	12.696.550	4.696.886	10.904	4.452	127.504	-	(87)	-	7.068	3.351	12.700.448	4.825.517
2002	200208	12.700.448	4.825.517	13.278	5.669	129.136	-	3	-	13.521	6.567	12.700.383	4.953.513
2002	200209	12.700.383	4.953.513	12.631	5.346	127.844	-	(52)	-	9.953	4.988	12.703.061	5.081.768
2002	200210	12.703.061	5.081.768	14.569	6.194	127.951	-	(16)	-	13.301	6.435	12.704.328	5.209.493
2002	200211	12.704.328	5.209.493	14.134	5.069	128.719	-	2	-	10.656	5.057	12.707.806	5.338.223
2002	200212	12.707.806	5.338.223	48.712	11.173	130.923	-	(0)	-	23.106	11.962	12.700.684	5.461.141
2002	200301	12.700.684	5.461.141	32.686	6.885	129.362	-	(33)	-	39.671	12.100	12.708.286	5.592.046
2002	200302	12.708.286	5.592.046	17.336	5.114	129.820	-	(5)	-	33.201	10.613	12.707.771	5.718.143
2002	200303	12.707.771	5.718.143	21.299	6.575	129.600	-	(0)	-	16.910	7.202	12.709.467	5.844.494
2002	200304	12.709.467	5.844.494	15.936	4.938	131.894	-	(0)	-	24.321	11.091	12.706.445	5.971.572
2002	200305	12.706.445	5.971.572	12.898	4.659	129.366	-	1	-	14.210	6.369	12.708.442	6.099.254
2002	200306	12.708.442	6.099.254	9.724	2.808	128.844	-	(0)	-	13.055	6.127	12.708.337	6.226.000
2002	200307	12.708.337	6.226.000	2.916	514	129.832	-	(10)	-	16.090	7.666	12.701.972	6.350.983
2002	200308	12.701.972	6.350.983	8.34	143	124.562	-	(0)	-	2.998	1.063	12.701.930	6.474.995
2002	200309	12.701.930	6.474.995	2.253	379	129.837	-	(34)	-	1.482	463	12.701.282	6.604.546
2002	200310	12.701.282	6.604.546	4.533	823	127.517	-	(2)	-	2.982	1.002	12.700.553	6.731.442
2002	200311	12.700.553	6.731.442	4.533	823	126.701	-	(39)	-	5.325	1.858	12.699.761	6.857.148
2002	200312	12.699.761	6.857.148	926	163	127.191	-	-	-	1.389	489	12.699.298	6.984.013
2002	200401	12.699.298	6.984.013	2.441	1.110	125.626	-	(8)	-	634	235	12.698.829	7.110.770
2002	200402	12.698.829	7.110.770	1.291	235	127.035	-	(1)	-	463	170	12.699.657	7.237.898
2002	200403	12.699.657	7.237.898	926	170	126.525	-	(1)	-	834	321	12.699.749	7.364.271
2002	200404	12.699.749	7.364.271	956	180	128.014	-	(19)	-	2.047	847	12.698.659	7.491.636
2002	200405	12.698.659	7.491.636	834	155	128.508	-	(5)	-	1.369	580	12.698.103	7.619.723
2002	200406	12.698.103	7.619.723	1.476	250	126.070	-	-	-	2.489	1.057	12.697.090	7.744.985
2002	200407	12.697.090	7.744.985	-	-	125.130	-	-	-	556	243	12.696.534	7.869.872
2002	200408	12.696.534	7.869.872	1.112	186	126.552	-	(0)	-	1.112	490	12.696.534	8.000.121
2002	200409	12.696.534	8.000.121	1.667	284	126.082	-	(0)	-	1.204	542	12.696.997	8.125.945
2002	200410	12.696.997	8.125.945	-	-	125.944	-	-	-	556	256	12.696.441	8.251.633
2002	200411	12.696.441	8.251.633	-	-	127.392	-	-	-	93	43	12.696.349	8.378.982
2002	200412	12.696.349	8.378.982	1.482	272	127.220	-	(10)	-	1.112	541	12.696.719	8.505.943
2002	200501	12.696.719	8.505.943	744	137	128.266	-	(28)	-	93	45	12.697.371	8.634.329
2002	200502	12.697.371	8.634.329	93	14	126.322	-	-	-	93	46	12.697.371	8.760.620



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 4o

Atos de Incrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2003	200203	-	-	659	290	(0)	-	-	-	659	290	-	-
2003	200206	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200207	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200209	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200211	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200301	-	-	17.990,278	5.759,967	1.314	-	-	-	22.469	9.233	17.967,812	5.752,044
2003	200302	17.967,812	5.752,044	18.862	8.126	182.256	-	(5)	-	22.405	9.896	17.966,704	5.930,100
2003	200303	17.966,704	5.930,100	12.678	5.856	200.270	-	(4)	-	25.112	12.376	17.967,227	6.110,897
2003	200304	17.967,227	6.110,897	122.589	39.369	208.526	-	(0)	-	40.226	19.878	18.069,620	6.318,873
2003	200305	18.069,620	6.318,873	11.507	5.249	203.540	-	2	-	23.632	11.610	18.071,236	6.501,910
2003	200306	18.071,236	6.501,910	10.643	4.523	195.201	-	(0)	-	20.536	9.989	18.070,526	6.682,561
2003	200307	18.070,526	6.682,561	4.944	2.309	188.825	-	(0)	-	17.348	8.509	18.065,099	6.858,618
2003	200308	18.065,099	6.858,618	-	-	189.975	-	(0)	-	5.177	2.521	18.064,548	7.040,346
2003	200309	18.064,548	7.040,346	-	-	183.778	-	-	-	1.594	754	18.064,648	7.221,777
2003	200310	18.064,648	7.221,777	448	134	180.578	-	-	-	280	253	18.065,096	7.401,555
2003	200311	18.065,096	7.401,555	-	-	181.860	-	(36)	-	692	114	18.065,096	7.583,046
2003	200312	18.065,096	7.583,046	69	24	183.100	-	-	-	2.794	958	18.065,096	7.762,487
2003	200401	18.065,096	7.762,487	33.508	2.956	182.229	-	0	-	29.715	4.360	18.068,141	7.944,191
2003	200402	18.068,141	7.944,191	23.910	2.185	185.466	-	(23)	-	23.989	4.017	18.069,329	8.126,580
2003	200403	18.069,329	8.126,580	10.951	1.533	180.745	-	(1)	-	17.630	3.494	18.067,877	8.305,139
2003	200404	18.067,877	8.305,139	12.182	2.012	184.080	-	(21)	-	10.230	2.958	18.070,579	8.487,545
2003	200405	18.070,579	8.487,545	5.797	970	185.763	-	(5)	-	11.508	4.022	18.068,526	8.666,601
2003	200406	18.070,825	16.285,438	5.471	922	310.089	-	(0)	-	7.211	2.179	30.764,346	16.592,486
2003	200407	30.764,346	16.592,486	5.655	974	311.533	-	-	-	8.157	3.238	30.763,771	16.899,076
2003	200408	30.763,771	16.899,076	2.746	445	312.647	-	(0)	-	6.007	2.354	30.762,288	17.208,051
2003	200409	30.762,288	17.208,051	4.658	800	310.060	-	(0)	-	3.384	1.168	30.763,774	17.516,303
2003	200410	30.763,774	17.516,303	3.841	683	308.063	-	(133)	-	6.670	1.603	30.763,463	17.820,785
2003	200411	30.763,463	17.820,785	3.381	535	310.995	-	(0)	-	5.049	2.033	30.762,704	18.129,373
2003	200412	30.762,704	18.129,373	5.003	886	309.868	-	(13)	-	4.561	1.745	30.763,691	18.437,793
2003	200501	30.763,691	18.437,793	2.470	422	316.449	-	(0)	-	7.283	4.511	30.763,687	18.745,338
2003	200502	30.763,687	18.745,338	1.179	191	311.053	-	(0)	-	3.578	1.892	30.763,044	19.052,936
2003	200503	30.763,044	19.052,936	2.289	367	308.157	-	(0)	-	2.739	1.026	30.763,819	19.360,208
2003	200504	30.763,819	19.360,208	2.874	476	310.770	-	(0)	-	3.692	1.472	30.762,814	19.668,490
2003	200505	30.762,814	19.668,490	610	101	320.074	-	-	-	7.831	6.459	30.762,055	19.975,743
2003	200506	30.762,055	19.975,743	1.369	225	307.696	-	-	-	1.405	608	30.762,055	20.281,557
2003	200507	30.762,055	20.281,557	4.787	818	312.304	-	-	-	4.713	1.976	30.763,350	20.591,302
2003	200508	30.763,350	20.591,302	12.073	1.248	311.683	-	-	-	11.388	4.720	30.764,156	20.899,391
2003	200509	30.764,156	20.899,391	23.238	3.409	313.110	-	-	-	18.710	8.823	30.768,684	21.209,087
2003	200510	30.768,684	21.209,087	12.012	1.530	312.159	-	-	-	13.670	6.077	30.767,099	21.516,626
2003	200511	30.767,099	21.516,626	11.753	934	308.758	-	-	-	13.308	5.574	30.765,484	21.820,744
2003	200512	30.765,484	21.820,744	8.171	531	311.895	-	-	-	10.807	4.128	30.763,049	22.129,041
2003	200601	30.763,049	22.129,041	11.463	1.296	311.251	-	(0)	-	9.619	4.233	30.764,892	22.437,356
2003	200602	30.764,892	22.437,356	6.547	600	311.727	-	-	-	8.740	3.981	30.762,700	22.745,702
2003	200603	30.762,700	22.745,702	9.533	779	309.206	-	-	-	8.738	3.858	30.763,494	23.051,879
2003	200604	30.763,494	23.051,879	13.235	673	310.123	-	(2)	-	9.324	3.795	30.767,407	23.358,831



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Proceimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 4o

Ano de Exercício	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2003	200605	30.767.407	23.358.831	15.934	933	314.478	-	(0)	-	16.517	5.360	30.766.774	23.668.931
2003	200606	30.766.774	23.668.931	13.764	865	312.608	-	0	-	13.924	6.151	30.766.613	23.976.253
2003	200607	30.766.613	23.976.253	12.921	951	310.461	-	(0)	-	15.213	6.700	30.764.322	24.280.905
2003	200608	30.764.322	24.280.905	13.633	714	314.925	-	(0)	-	12.467	5.621	30.765.487	24.590.923
2003	200609	30.765.487	24.590.923	8.407	749	312.996	-	-	-	11.616	5.572	30.762.278	24.899.096
2003	200610	30.762.278	24.899.096	13.753	1.053	311.832	-	-	-	13.347	6.421	30.762.684	25.205.560
2003	200611	30.762.684	25.205.560	9.963	863	311.601	-	(0)	451	8.929	4.372	30.763.438	25.513.480
2003	200612	30.763.438	25.513.480	11.903	1.112	310.681	-	-	87	11.083	5.842	30.764.308	25.819.304
2003	200701	30.764.308	25.819.304	13.715	554	1.269.636	-	-	55	11.264	5.669	30.766.621	27.182.900
2003	200702	30.766.621	27.183.900	9.762	857	313.310	-	-	1.118	11.396	5.362	30.764.369	27.492.185
2003	200703	30.764.369	27.492.185	26.282	1.753	316.998	-	-	566	26.231	12.255	30.764.293	27.798.241
2003	200704	30.764.293	27.798.241	11.634	1.378	314.502	-	-	-	12.057	6.901	30.763.618	28.107.471
2003	200705	30.765.618	28.107.471	4.314	731	309.808	-	-	-	5.927	4.032	30.762.006	28.414.068
2003	200706	30.762.006	28.414.068	7.600	1.349	308.665	-	-	8	8.115	5.458	30.761.487	28.718.621
2003	200707	30.761.487	28.718.621	2.176	268	311.037	-	-	-	1.467	953	30.762.196	29.028.973
2003	200708	30.762.196	29.028.973	7.854	527	310.195	-	-	284	2.448	1.398	30.767.602	29.338.014
2003	200709	30.767.602	29.338.014	3.291	66	308.572	-	-	-	7.497	4.214	30.763.208	29.642.626
2003	200710	30.763.208	29.642.626	11.684	2.864	315.733	-	-	-	4.080	1.324	30.770.812	29.959.899
2003	200711	30.770.812	29.959.899	9.483	248	306.926	-	-	1.534	17.257	9.153	30.762.164	30.257.256
2003	200712	30.762.164	30.257.256	1.300	56	311.926	-	-	-	1.578	462	30.761.886	30.568.775
2003	200801	30.761.886	30.568.775	3.513	71	1.881.118	-	-	-	2.413	998	30.761.529	32.450.023



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 4o

Ano de Inscricao	Mes	Saldo Inicial		Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal e Correção Monetária		Diferença de Pagamento	Credito	Pagamento		Pagamento Mora	Saldo Final		Saldo Final Mora
		Principal	Mora			Principal	Mora			Principal	Mora				
2004	200401	-	-	19.195.327	6.141.936	-	2.436	-	-	226	54	19.195.101	6.144.720	19.195.101	6.144.720
2004	200402	19.195.101	6.144.720	-	-	188.313	-	(0)	-	67	23	19.195.034	6.144.720	19.195.034	6.144.720
2004	200403	19.195.034	6.144.720	152	48	194.228	-	(0)	-	152	51	19.195.034	6.144.720	19.195.034	6.144.720
2004	200404	19.195.034	6.144.720	171.902	51.573	197.902	-	(0)	-	223	77	19.195.034	6.144.720	19.195.034	6.144.720
2004	200405	19.196.713	6.962.572	-	-	196.211	-	-	-	-	-	19.196.713	6.962.572	19.196.713	6.962.572
2004	200406	19.196.713	6.962.572	1.046	314	196.030	-	-	-	-	-	19.196.713	6.962.572	19.196.713	6.962.572
2004	200407	19.197.759	7.139.149	-	-	189.658	-	-	-	-	-	19.197.759	7.139.149	19.197.759	7.139.149
2004	200408	19.197.759	7.139.149	-	-	186.168	-	-	-	-	-	19.197.759	7.139.149	19.197.759	7.139.149
2004	200409	19.197.759	7.139.149	-	-	180.248	-	-	-	-	-	19.197.759	7.139.149	19.197.759	7.139.149
2004	200410	19.197.759	7.139.149	-	-	175.734	-	-	-	-	-	19.197.759	7.139.149	19.197.759	7.139.149
2004	200411	19.197.759	7.139.149	-	-	169.828	-	-	-	-	-	19.197.759	7.139.149	19.197.759	7.139.149
2004	200412	19.197.759	7.139.149	140	45	190.105	-	-	-	140	60	19.197.759	7.139.149	19.197.759	7.139.149
2004	200501	19.197.759	7.139.149	1.477	1.477	198.022	-	(0)	-	24.224	2.192	19.197.759	7.139.149	19.197.759	7.139.149
2004	200502	19.198.444	8.133.604	13.964	1.145	197.270	-	(0)	-	12.944	2.192	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200503	19.198.444	8.133.604	6.655	911	190.444	-	(0)	-	6.086	1.388	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200504	19.198.444	8.133.604	5.017	843	196.659	-	(0)	-	4.525	1.349	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200505	19.198.444	8.133.604	2.550	432	194.044	-	(0)	-	2.465	1.477	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200506	19.198.444	8.133.604	3.890	560	195.605	-	(0)	-	16.870	6.654	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200507	19.198.444	8.133.604	10.239	3.659	190.088	-	(0)	-	20.740	8.846	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200508	19.198.444	8.133.604	21.555	8.128	196.778	-	(0)	-	32.295	13.020	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200509	19.198.444	8.133.604	39.655	6.750	195.907	-	(0)	-	25.408	9.014	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200510	19.198.444	8.133.604	40.615	5.762	198.709	-	(0)	-	26.484	9.014	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200511	19.198.444	8.133.604	23.423	3.308	205.177	-	(0)	-	25.408	9.014	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200512	19.198.444	8.133.604	51.118	2.405	200.771	-	(0)	-	25.408	9.014	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200601	19.198.444	8.133.604	20.766	2.978	196.322	-	(0)	-	25.408	9.014	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200602	19.198.444	8.133.604	21.447	1.759	201.586	-	(0)	-	25.408	9.014	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200603	19.198.444	8.133.604	18.090	2.073	200.792	-	(0)	-	13.607	5.016	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200604	19.198.444	8.133.604	35.475	2.267	199.762	-	(0)	-	30.318	10.162	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200605	19.198.444	8.133.604	46.385	3.972	196.632	-	(0)	-	52.484	9.329	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200606	19.198.444	8.133.604	21.984	3.560	198.563	-	(0)	-	24.452	9.329	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200607	19.198.444	8.133.604	23.658	2.271	200.616	-	(0)	-	27.579	9.964	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200608	19.198.444	8.133.604	26.131	2.867	200.909	-	(0)	-	27.579	9.964	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200609	19.198.444	8.133.604	19.804	1.939	196.666	-	(0)	-	8.750	13.333	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200610	19.198.444	8.133.604	27.842	3.346	204.998	-	(0)	-	21.275	11.949	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200611	19.198.444	8.133.604	14.344	1.374	204.464	-	(0)	-	81.468	16.336	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200612	19.198.444	8.133.604	19.876	1.862	202.310	-	(0)	-	14.068	6.196	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200701	19.198.444	8.133.604	19.876	1.862	202.310	-	(0)	-	14.068	6.196	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200702	19.198.444	8.133.604	15.499	1.708	197.346	-	(0)	-	10.160	19.684	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200703	19.198.444	8.133.604	13.298	1.495	195.040	-	(0)	-	42.456	8.522	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200704	19.198.444	8.133.604	41.471	3.742	212.533	-	(0)	-	614	42.456	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200705	19.198.444	8.133.604	44.743	2.536	213.680	-	(0)	-	22.074	24.853	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200706	19.198.444	8.133.604	25.236	4.833	199.838	-	(0)	-	228	13.407	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200707	19.198.444	8.133.604	31.329	5.155	202.022	-	(0)	-	771	15.539	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200708	19.198.444	8.133.604	48.832	9.719	211.025	-	(0)	-	15	40.938	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200709	19.198.444	8.133.604	38.621	5.787	213.441	-	(0)	-	352	42.328	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200710	19.198.444	8.133.604	16.763	2.020	200.055	-	(0)	-	16.336	9.212	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200711	19.198.444	8.133.604	7.648	1.331	197.919	-	(0)	-	33	12.328	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200712	19.198.444	8.133.604	7.282	3.017	198.296	-	(0)	-	5.843	2.576	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200801	19.198.444	8.133.604	20.443	2.73	191.095	-	(0)	-	27.056	1.674	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604
2004	200802	19.198.444	8.133.604	20.443	3.44	190.419	-	(0)	-	15	947	19.198.444	8.133.604	19.198.444	8.133.604



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 4o

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2005	200501	-	-	45.413.097	14.536.743	5.335	-	-	-	-	-	45.413.097	14.536.743
2005	200502	45.413.097	14.536.743	150	48	448.984	-	-	-	150	50	45.413.097	14.985.725
2005	200503	45.413.097	14.985.725	840	207	438.596	-	-	-	-	-	45.413.937	15.444.528
2005	200504	45.413.937	15.444.528	3.924.671	1.177.353	447.302	1.047	(0)	-	2.329	630	49.336.279	17.067.507
2005	200505	49.336.279	17.067.507	-	-	497.395	99	-	-	78	22	49.336.201	17.564.781
2005	200506	49.336.201	17.564.781	13.966	4.496	495.738	-	-	-	708	519	49.340.459	18.064.516
2005	200507	49.340.459	18.064.516	18.334	2.864	488.421	-	-	(1)	15.542	3.258	49.352.251	18.552.543
2005	200508	49.352.251	18.552.543	40.265	7.957	498.902	-	-	(0)	37.995	10.062	49.354.521	19.049.338
2005	200509	49.354.521	19.049.338	47.506	10.694	500.768	-	-	-	40.834	12.371	49.361.193	19.548.429
2005	200510	49.361.193	19.548.429	55.791	11.386	496.741	-	2	-	46.118	12.989	49.368.865	20.043.607
2005	200511	49.368.865	20.043.607	31.826	5.173	495.458	-	-	-	26.762	7.483	49.373.929	20.536.754
2005	200512	49.373.929	20.536.754	61.649	9.117	496.702	-	0	-	47.412	12.408	49.388.166	21.030.165
2005	200601	49.388.166	21.030.165	38.209	5.794	502.524	-	(0)	-	53.671	13.695	49.372.704	21.524.697
2005	200602	49.372.704	21.524.697	32.666	3.890	498.032	-	-	-	38.455	9.012	49.366.915	22.017.627
2005	200603	49.366.915	22.017.627	19.119	2.926	492.738	-	0	-	16.525	4.776	49.368.508	22.508.524
2005	200604	49.368.508	22.508.524	41.304	6.132	503.377	89	(4)	-	30.106	9.124	49.380.709	23.008.820
2005	200605	49.380.709	23.008.820	34.894	5.183	496.053	155	-	-	42.859	11.744	49.372.744	23.498.156
2005	200606	49.372.744	23.498.156	27.157	4.641	497.989	398	-	-	31.833	10.930	49.368.068	23.989.457
2005	200607	49.368.068	23.989.457	31.784	4.486	504.519	-	(0)	-	29.005	9.419	49.370.847	24.489.043
2005	200608	49.370.847	24.489.043	27.216	5.255	495.485	249	-	-	29.806	10.933	49.368.257	24.978.600
2005	200609	49.368.257	24.978.600	18.903	3.201	500.704	568	-	-	19.493	6.952	49.367.667	25.474.986
2005	200610	49.367.667	25.474.986	22.459	3.584	491.694	34	0	-	26.265	9.410	49.363.861	25.960.820
2005	200611	49.363.861	25.960.820	27.516	3.474	503.027	28	(0)	661	22.312	8.562	49.363.625	26.458.479
2005	200612	49.363.625	26.458.479	17.749	2.594	498.902	332	-	90	17.869	6.269	49.363.453	26.953.336
2005	200701	49.363.453	26.953.336	49.072	6.306	2.194.721	1.253	(107)	95	24.757	9.806	49.387.896	29.143.277
2005	200702	49.387.896	29.143.277	30.719	5.887	507.934	2.239	-	10	39.256	15.851	49.378.737	29.639.020
2005	200703	49.378.737	29.639.020	38.047	6.429	507.628	2.145	(1)	478	50.771	25.018	49.365.899	30.127.551
2005	200704	49.365.899	30.127.551	48.994	13.410	506.336	1.412	-	-	48.990	27.378	49.365.723	30.618.716
2005	200705	49.365.723	30.618.716	28.522	7.316	506.276	1.818	-	81	21.835	12.093	49.372.365	31.118.763
2005	200706	49.372.365	31.118.763	32.153	7.844	505.484	4.078	(0)	6	32.957	18.990	49.371.557	31.608.622
2005	200707	49.371.557	31.608.622	39.619	10.048	505.440	1.633	-	64	39.182	21.388	49.371.954	32.102.064
2005	200708	49.371.954	32.102.064	56.537	11.158	520.849	1.766	6	374	56.816	31.020	49.371.631	32.600.949
2005	200709	49.371.631	32.600.949	36.043	5.862	500.263	535	-	82	38.296	19.425	49.369.174	33.087.237
2005	200710	49.369.174	33.087.237	28.437	3.896	504.679	1.224	3	47	27.409	12.346	49.370.106	33.582.287
2005	200711	49.370.106	33.582.287	32.691	3.952	509.201	714	2	-	33.224	15.414	49.369.569	34.079.415
2005	200712	49.369.569	34.079.415	43.621	2.533	500.237	1.752	6	69	47.031	12.854	49.366.097	34.567.566
2005	200801	49.366.097	34.567.566	33.231	3.125	3.015.075	737	1	17	16.821	8.635	49.368.036	37.590.846



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 4o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora					Principal		Principal	Mora	Principal	Mora
2006	200512	-	-	4.905	-	64.922.502	930	13.080	0	-	-	-	-	-	-	109.165	16.579	64.818.242	4.905
2006	200601	64.818.242	925	64.922.502	20.748.800	74.635	12.572	647.178	-	-	-	-	-	-	-	94.508	16.219	64.798.296	20.746.226
2006	200602	64.798.296	21.389.832	67.704	11.817	4.072.594	1.214.587	650.090	-	-	-	-	-	-	-	65.254	11.144	64.800.746	21.389.832
2006	200603	64.800.746	22.040.594	4.072.594	1.214.587	67.704	1.214.587	645.828	-	-	-	-	-	-	-	72.803	15.815	68.800.539	22.040.594
2006	200604	68.800.539	23.885.195	56.380	10.806	4.072.594	1.214.587	645.828	-	-	-	-	-	-	-	72.803	15.815	68.800.539	23.885.195
2006	200605	68.800.539	24.552.294	51.340	9.893	56.380	10.806	647.950	-	-	-	-	-	-	-	53.730	11.681	68.803.165	24.552.294
2006	200606	68.803.165	25.246.894	62.113	10.647	62.113	10.647	687.419	-	-	-	-	-	-	-	52.196	13.187	68.802.309	25.246.894
2006	200607	68.802.309	25.931.665	51.327	9.683	62.113	10.647	687.419	-	-	-	-	-	-	-	56.821	13.295	68.807.601	25.931.665
2006	200608	68.807.601	26.618.764	36.522	6.294	51.327	9.683	690.800	-	-	-	-	-	-	-	55.715	13.384	68.803.214	26.618.764
2006	200609	68.803.214	27.305.199	78.041	11.599	36.522	6.294	691.093	-	-	-	-	-	-	-	43.876	11.041	68.795.770	27.305.199
2006	200610	68.795.770	27.994.834	37.445	8.013	78.041	11.599	696.194	-	-	-	-	-	-	-	76.631	18.158	68.797.180	27.994.834
2006	200611	68.797.180	28.678.868	41.164	7.458	37.445	8.013	687.376	-	-	-	-	-	-	-	36.076	11.133	68.798.187	28.678.868
2006	200612	68.798.187	29.364.388	61.771	9.918	41.164	7.458	690.803	-	-	-	-	-	-	-	44.426	12.541	68.794.922	29.364.388
2006	200701	68.794.922	30.050.328	40.618	5.493	61.771	9.918	3.064.197	-	-	-	-	-	-	-	52.971	15.997	68.803.556	30.050.328
2006	200702	68.803.556	30.742.650	67.469	16.147	40.618	5.493	692.609	-	-	-	-	-	-	-	43.715	13.775	68.798.436	30.742.650
2006	200703	68.798.436	31.437.980	51.361	17.060	67.469	16.147	698.574	-	-	-	-	-	-	-	66.480	25.333	68.799.351	31.437.980
2006	200704	68.799.351	32.130.328	42.773	11.784	51.361	17.060	723.602	-	-	-	-	-	-	-	54.950	27.583	68.795.575	32.130.328
2006	200705	68.795.575	32.822.988	50.003	13.945	42.773	11.784	698.308	-	-	-	-	-	-	-	34.630	16.060	68.803.619	32.822.988
2006	200706	68.803.619	33.519.474	55.440	15.881	50.003	13.945	696.041	-	-	-	-	-	-	-	47.417	22.458	68.805.435	33.519.474
2006	200707	68.805.435	34.217.111	89.632	23.435	55.440	15.881	699.475	-	-	-	-	-	-	-	56.807	27.653	68.803.947	34.217.111
2006	200708	68.803.947	34.914.402	43.715	9.468	89.632	23.435	705.505	-	-	-	-	-	-	-	82.088	38.225	68.811.146	34.914.402
2006	200709	68.811.146	35.618.402	51.037	9.924	43.715	9.468	703.619	-	-	-	-	-	-	-	53.384	25.287	68.800.843	35.618.402
2006	200710	68.800.843	36.310.950	48.686	7.906	51.037	9.924	707.425	-	-	-	-	-	-	-	45.396	19.399	68.806.004	36.310.950
2006	200711	68.806.004	37.012.674	92.024	11.290	48.686	7.906	699.927	-	-	-	-	-	-	-	58.419	23.860	68.806.401	37.012.674
2006	200712	68.806.401	37.714.162	-	-	-	-	4.186.872	-	-	-	-	-	-	-	52.608	21.222	68.802.162	37.714.162
2006	200801	68.802.162	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.130	19.962	68.813.381	37.925.119



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo X - 4o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
		Principal	Mora				Monstária	Montaria				Principal	Mora		
2007	200611	-	-	-	228	-	-	-	-	-	-	-	-	228	69
2007	200612	-	69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2007	200701	-	-	-	43.637,017	15.423,109	-	-	-	-	-	182.632	30.888	43.454,477	15.392,376
2007	200702	43.454,477	15.392,376	-	57.012	10.695	435,663	145	-	(140)	74	63.363	12.479	43.448,054	15.826,253
2007	200703	43.448,054	15.826,253	-	81.962	26.931	437,342	435,663	-	3	623	81.732	27.075	43.447,812	16.263,296
2007	200704	43.447,812	16.263,296	-	61.348	24.559	438,893	437,342	-	(1)	-	69.384	28.389	43.439,776	16.693,359
2007	200705	43.439,776	16.693,359	-	53.821	19.517	438,816	438,816	-	(20)	131	42.761	17.771	43.450,767	17.133,881
2007	200706	43.450,767	17.133,881	-	51.981	19.021	436,550	436,550	-	0	239	50.067	20.814	43.452,597	17.568,482
2007	200707	43.452,597	17.568,482	-	51.729	18.261	436,590	436,590	-	5	27	53.406	21.704	43.450,827	18.001,492
2007	200708	43.450,827	18.001,492	-	66.868	22.780	439,281	439,281	-	5	966	69.148	28.222	43.448,369	18.434,539
2007	200709	43.448,369	18.434,539	-	53.397	15.252	439,493	439,493	-	1	187	50.058	19.393	43.451,066	18.870,345
2007	200710	43.451,066	18.870,345	-	54.253	16.518	438,565	438,565	-	1	252	54.033	20.569	43.451,084	19.304,808
2007	200711	43.451,084	19.304,808	-	49.522	12.931	439,643	439,643	-	19	1.400	49.682	18.288	43.450,163	19.738,435
2007	200712	43.450,163	19.738,435	-	46.192	11.715	437,331	437,331	-	7	39	50.691	17.965	43.445,199	20.169,935
2007	200801	43.445,199	20.169,935	-	67.661	13.555	2.631,727	2.631,727	-	7	713	31.722	11.806	43.452,325	22.831,503



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_10

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora	
1996	200105	-	-	359	90	158	-	-	-	-	359	288	-	-	-
1996	200106	288	-	263	59	(142)	-	-	-	-	263	206	-	-	-
1996	200107	206	-	-	-	(206)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200108	-	-	1	33	0	-	-	-	-	1	33	-	-	-
1996	200109	33	-	119	73	40	-	-	-	-	119	146	-	-	-
1996	200110	146	-	-	-	(146)	-	-	0	-	-	-	-	-	-
1996	200111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200201	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200202	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200203	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200204	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200205	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200206	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200207	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200209	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200211	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200302	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200303	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200304	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200305	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200308	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200309	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200311	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200401	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200402	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200405	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200406	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_10

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final Principal		Saldo Final Mora	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária														
1996	200410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200502	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200503	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200504	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200506	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200507	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200508	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200509	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200510	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200511	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200512	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200601	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200602	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200603	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200605	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200606	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200607	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200608	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200609	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200610	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200611	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200612	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200701	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200702	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200703	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200704	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200705	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200706	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200708	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200709	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200710	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200711	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200712	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	200801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_1o

Ano de Inscrito	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1997	200102	-	-	2.166	459	-	-	-	2.166	1.390	-	-
1997	200103	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200104	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200105	-	-	1.592	340	-	-	1	1.591	1.024	-	-
1997	200106	-	-	149	61	-	-	-	149	130	-	-
1997	200107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200108	-	-	0	3	-	-	-	0	3	-	-
1997	200109	-	-	206	83	-	-	-	206	186	-	-
1997	200110	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-
1997	200111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200201	-	-	359	104	-	-	-	359	312	-	-
1997	200202	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200203	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200204	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200205	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200206	-	-	12	6	-	-	0	-	-	12	12
1997	200207	12	12	-	-	-	-	-	-	-	12	12
1997	200208	12	12	63	16	-	-	-	63	56	12	12
1997	200209	12	12	-	-	-	-	-	-	-	12	13
1997	200210	12	13	91	35	-	-	-	12	12	91	89
1997	200211	91	89	209	54	-	-	0	301	281	-	-
1997	200212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200302	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200303	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200304	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200305	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200308	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200309	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200311	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200401	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200402	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200405	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200406	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Proccedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo XL_10

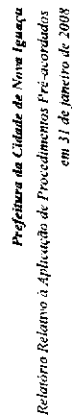
Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento		Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1997	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200502	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200503	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200504	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200506	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200507	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200508	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200509	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200510	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200511	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200512	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200601	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200602	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200603	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200605	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200606	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200607	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200608	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200609	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200610	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200611	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200612	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200701	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200702	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200703	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200704	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200705	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200706	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200708	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200709	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200710	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200711	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200712	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	200801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-suscitados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_In

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora
1998	200102	-	-	2.111	448	615	-	-	-	-	2.111	1.063	-	-
1998	200103	-	-	-	27	-	-	-	-	-	0	27	-	-
1998	200104	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200105	-	-	1.412	321	434	-	-	(1)	-	1.411	756	-	-
1998	200106	-	-	367	79	141	-	-	0	-	367	220	-	-
1998	200107	-	-	68	26	26	-	-	-	-	68	51	-	-
1998	200108	-	-	140	91	51	-	-	-	-	140	143	-	-
1998	200109	-	-	691	184	267	-	-	0	-	691	451	-	-
1998	200110	-	-	69	26	26	-	-	0	-	69	52	-	-
1998	200111	-	-	204	48	71	-	-	-	-	204	116	-	-
1998	200112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200201	-	-	359	103	165	-	-	-	-	359	268	-	-
1998	200202	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200203	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200204	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200205	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200206	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200207	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200209	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200210	-	-	235	89	121	-	-	-	-	28	23	207	187
1998	200211	207	187	798	194	431	-	-	0	-	1.005	813	-	-
1998	200212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200301	-	-	33	11	18	-	-	-	-	33	29	-	-
1998	200302	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200303	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200304	-	-	595	146	351	-	-	0	-	596	497	-	-
1998	200305	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200308	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200309	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200311	-	-	147	37	90	-	-	-	-	147	127	-	-
1998	200312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200401	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200402	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200405	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200406	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

[illegible]



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

ANEXO XLII

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora		
1999	200001	-	-	38.472	3.176	3.387	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.435	6.409	1.037	155	-	-
1999	200002	1.037	155	54.182	3.051	4.568	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52.196	6.883	3.025	907	-	-
1999	200003	3.025	907	6.794	480	854	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.099	1.961	2.724	297	-	-
1999	200004	2.724	297	15.196	1.319	2.212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.364	3.021	3.561	861	-	-
1999	200005	3.561	861	24.920	3.388	3.905	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.840	8.019	666	109	-	-
1999	200006	666	109	27.455	549	3.798	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.221	4.051	1.930	374	-	-
1999	200007	1.930	374	4.316	508	762	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.631	1.277	1.633	359	-	-
1999	200008	1.633	359	45.609	124	4.795	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.780	4.951	1.462	327	-	-
1999	200009	1.462	327	2.410	534	476	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.410	992	1.462	362	-	-
1999	200010	1.462	345	1.010	194	230	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.010	406	1.462	362	-	-
1999	200011	1.462	362	2.555	562	571	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.610	728	2.407	777	-	-
1999	200012	2.407	777	6.031	1.156	1.397	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.265	2.978	1.195	329	-	-
1999	200101	1.195	329	33	15	(33)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.195	343	-	-
1999	200102	1.195	343	2.033	437	465	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.026	882	1.202	363	-	-
1999	200103	1.202	363	146	80	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	146	102	1.202	378	-	-
1999	200104	1.202	378	178	43	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	185	77	1.195	386	-	-
1999	200105	1.195	386	1.455	324	360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.455	670	1.195	401	-	-
1999	200106	1.195	401	421	117	120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	421	223	1.195	415	-	-
1999	200107	1.195	415	165	71	59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.360	540	-	-
1999	200108	1.360	540	162	52	54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129	69	1.393	578	-	-
1999	200109	1.393	578	665	196	195	-	-	-	-	-	-	-	-	-	576	311	1.481	657	-	-
1999	200110	1.481	657	448	160	128	-	-	-	-	-	-	-	-	-	367	222	1.562	724	-	-
1999	200111	1.562	724	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.562	745	-	-
1999	200112	1.562	745	30	9	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110	65	1.481	713	-	-
1999	200201	1.481	713	-	-	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.481	733	-	-
1999	200202	1.481	733	3.705	774	1.191	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.892	2.086	1.294	612	-	-
1999	200203	1.294	612	102	40	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102	72	1.294	628	-	-
1999	200204	1.294	628	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.294	645	-	-
1999	200205	1.294	645	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.294	661	-	-
1999	200206	1.294	661	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.294	677	-	-
1999	200207	1.294	677	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.294	693	-	-
1999	200208	1.294	693	96	31	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	194	140	1.195	616	-	-
1999	200209	1.195	616	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.195	631	-	-
1999	200210	1.195	631	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.195	645	-	-
1999	200211	1.195	645	65	16	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65	40	1.195	660	-	-
1999	200212	1.195	660	44	15	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	34	1.195	674	-	-
1999	200301	1.195	674	175	45	85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	175	115	1.195	688	-	-
1999	200302	1.195	688	33	12	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33	26	1.195	703	-	-
1999	200303	1.195	703	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.195	717	-	-
1999	200304	1.195	717	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.195	731	-	-
1999	200305	1.195	731	941	188	411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	941	584	1.195	746	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_10

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora
1999	200306	1.195	746	-	-	-	-	14	-	-	-	-	1.195	760
1999	200307	1.195	760	-	-	-	-	14	-	-	-	-	1.195	775
1999	200308	1.195	775	-	-	-	-	14	-	-	-	-	1.195	789
1999	200309	1.195	789	397	135	397	135	211	-	-	397	332	1.195	803
1999	200310	1.195	803	67	24	67	24	48	-	-	67	58	1.195	818
1999	200311	1.195	818	-	-	-	-	14	-	-	-	-	1.195	832
1999	200312	1.195	832	-	-	-	-	14	-	-	-	-	1.195	847
1999	200401	1.195	847	3.696	631	3.696	631	2.195	(0)	-	3.696	2.812	1.195	861
1999	200402	1.195	861	-	-	-	-	14	-	-	-	-	1.195	875
1999	200403	1.195	875	483	118	483	118	292	-	-	483	395	1.195	890
1999	200404	1.195	890	-	-	-	-	14	-	-	-	-	1.195	904
1999	200405	1.195	904	-	-	-	-	14	-	-	-	-	1.195	918
1999	200406	1.195	918	-	-	-	-	14	-	-	-	-	1.195	933
1999	200407	1.195	933	-	-	-	-	(690)	-	-	1.195	243	-	-
1999	200408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200502	-	-	234	67	234	67	169	-	-	234	236	-	-
1999	200503	-	-	211	46	211	46	135	(0)	-	211	181	-	-
1999	200504	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200506	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200507	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200508	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200509	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200510	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200511	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200512	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200601	-	-	195	26	195	26	156	-	-	106	96	90	85
1999	200602	90	85	-	-	-	-	(0)	-	-	90	85	-	-
1999	200603	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200605	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200606	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200607	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200608	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200609	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200610	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_1o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final Principal		Saldo Final Mora	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1999	200611	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200612	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200701	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200702	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200703	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200704	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200705	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200706	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200708	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200709	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200710	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200711	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200712	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	200801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_1o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Correção Monetária	Saldo sobre o Saldo de Principal +		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final		Saldo Final Mora
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora		Principal	Mora						Principal	Mora	
2000	200001	-	-	-	53.161	177.502	53.161	86	-	-	-	(3)	-	359	41	177.143	53.209	-
2000	200002	177.143	53.209	956	239	1.720	1.720	1.893	-	-	-	0	-	628	128	177.471	55.038	-
2000	200003	177.471	55.038	112.679	33.813	1.893	1.893	448	-	-	-	-	-	448	214	289.702	90.530	-
2000	200004	289.702	90.530	3.547	1.064	3.547	1.064	2.755	-	-	-	(0)	-	62	13	293.188	94.314	-
2000	200005	293.188	94.314	1.293	369	1.293	369	3.057	-	-	-	-	-	149	48	294.312	97.692	-
2000	200006	294.332	97.692	5.292	1.573	5.292	1.573	2.757	-	-	-	0	-	657	219	298.967	101.804	-
2000	200007	298.967	101.804	2.712	801	2.712	801	3.164	-	-	-	-	-	457	145	301.222	105.624	-
2000	200008	301.222	105.624	2.053	323	2.053	323	2.921	-	-	-	-	-	-	-	303.275	108.868	-
2000	200009	303.275	108.868	5.151	1.428	5.151	1.428	3.066	-	-	-	-	-	-	-	308.426	113.362	-
2000	200010	308.426	113.362	1.893	312	1.893	312	3.048	-	-	-	-	-	90	30	309.750	116.692	-
2000	200011	309.750	116.692	1.034	189	1.034	189	3.036	-	-	-	-	-	-	-	310.763	119.917	-
2000	200012	310.763	119.917	2.034	594	2.034	594	3.413	-	-	-	-	-	-	-	312.798	123.924	-
2000	200101	312.798	123.924	14.837	289	14.837	289	4.269	-	-	-	6	-	-	-	313.117	126.963	-
2000	200102	313.117	126.963	33.630	2.650	33.630	2.650	5.131	-	-	-	7	-	14.513	1.519	313.117	126.963	-
2000	200103	314.040	130.206	4.508	721	4.508	721	3.339	-	-	-	2	-	32.709	4.528	314.040	130.206	-
2000	200104	313.953	133.238	2.483	633	2.483	633	3.310	-	-	-	0	-	4.592	1.030	313.953	133.238	-
2000	200105	313.229	136.285	3.625	795	3.625	795	3.686	-	-	-	0	-	3.202	901	313.229	136.285	-
2000	200106	313.111	139.641	201	98	201	98	3.013	-	-	-	0	-	3.743	1.125	313.111	139.641	-
2000	200107	313.045	142.595	1.305	356	1.305	356	3.128	-	-	-	0	-	1.251	157	313.045	142.595	-
2000	200108	313.099	145.592	13.380	2.882	13.380	2.882	4.395	-	-	-	0	-	12.846	3.822	313.099	145.592	-
2000	200109	313.633	149.046	2.426	586	2.426	586	3.441	-	-	-	0	-	1.692	659	313.633	149.046	-
2000	200110	314.366	152.415	63.862	13.472	63.862	13.472	10.096	-	-	-	0	-	64.656	20.411	314.366	152.415	-
2000	200111	313.573	155.572	2.997	647	2.997	647	3.409	-	-	-	0	-	3.233	1.103	313.573	155.572	-
2000	200112	313.337	158.525	174	58	174	58	3.063	-	-	-	0	-	465	178	313.337	158.525	-
2000	200201	313.046	161.468	417	118	417	118	3.082	-	-	-	-	-	450	219	313.046	161.468	-
2000	200202	313.014	164.450	407	141	407	141	3.122	-	-	-	-	-	467	258	312.953	164.450	-
2000	200203	312.983	167.454	223	78	223	78	3.550	-	-	-	-	-	223	131	312.953	167.454	-
2000	200204	312.953	170.952	1.669	459	1.669	459	3.347	-	-	-	0	-	1.017	371	312.953	170.952	-
2000	200205	313.606	174.386	699	193	699	193	3.330	-	-	-	-	-	699	348	313.606	174.386	-
2000	200206	313.606	177.560	11	6	11	6	3.013	-	-	-	-	-	-	-	313.617	180.579	-
2000	200207	313.617	180.579	874	196	874	196	3.344	-	-	-	-	-	671	288	313.617	180.579	-
2000	200208	313.821	183.831	433	135	433	135	3.472	-	-	-	-	-	522	297	313.821	183.831	-
2000	200209	313.732	187.140	311	69	311	69	3.077	-	-	-	0	-	226	110	313.732	187.140	-
2000	200210	313.817	190.176	222	48	222	48	3.168	-	-	-	-	-	317	157	313.817	190.176	-
2000	200211	313.721	193.236	390	85	390	85	3.203	-	-	-	-	-	525	248	313.721	193.236	-
2000	200212	313.586	196.276	221	47	221	47	3.130	-	-	-	-	-	248	130	313.586	196.276	-
2000	200301	313.586	199.349	274	65	274	65	3.006	-	-	-	-	-	274	139	313.586	199.349	-
2000	200302	313.586	202.280	-	-	-	-	3.427	-	-	-	-	-	103	51	313.586	202.280	-
2000	200303	313.483	205.656	-	-	-	-	3.151	-	-	-	-	-	-	-	313.483	205.656	-
2000	200304	313.483	208.808	60	15	60	15	3.044	-	-	-	-	-	60	38	313.483	208.808	-
2000	200305	313.483	211.829	78	19	78	19	3.272	-	-	-	-	-	78	44	313.483	211.829	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inscrito		Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Mora	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora				
2000	200306	313.483	215.076	413	95	3.041	-	-	-	-	67	39	313.829	218.174	313.829	221.583	39	
2000	200307	313.829	218.174	657	164	3.646	-	-	-	-	657	401	313.829	221.583	313.829	221.583	401	
2000	200308	313.829	221.583	65	15	3.147	-	-	-	-	410	249	313.483	224.496	313.483	224.496	249	
2000	200309	313.483	224.496	371	101	3.270	-	-	-	-	371	257	313.483	227.610	313.483	227.610	257	
2000	200310	313.483	227.610	99	29	2.928	-	-	-	-	751	498	312.830	230.069	312.830	230.069	498	
2000	200311	312.830	230.069	-	-	2.978	-	-	-	-	-	-	-	233.046	233.046	233.046	233.046	-
2000	200312	312.830	233.046	-	-	3.523	-	-	-	-	-	-	-	312.830	236.569	312.830	236.569	-
2000	200401	312.830	236.569	99	29	3.007	-	-	-	-	99	74	312.830	239.530	312.830	239.530	74	
2000	200402	312.830	239.530	68	16	3.168	-	-	-	-	68	45	312.830	242.669	312.830	242.669	45	
2000	200403	312.830	242.669	168	51	3.182	-	-	-	-	168	125	312.830	245.778	312.830	245.778	125	
2000	200404	312.830	245.778	114	31	3.068	-	-	-	-	113	73	312.830	248.803	312.830	248.803	73	
2000	200405	312.832	248.803	-	-	3.463	-	-	-	-	2	6	312.830	252.260	312.830	252.260	6	
2000	200406	312.830	252.260	-	-	2.949	-	-	-	-	-	-	-	312.830	255.208	312.830	255.208	-
2000	200407	312.830	255.208	-	-	3.025	-	-	-	-	33	28	312.798	258.205	312.798	258.205	28	
2000	200408	312.798	258.205	-	-	3.153	-	-	-	-	-	-	-	312.798	261.358	312.798	261.358	-
2000	200409	312.798	261.358	-	-	3.039	-	-	-	-	-	-	-	312.798	264.397	312.798	264.397	-
2000	200410	312.798	264.397	1.188	275	3.950	-	-	(36)	-	89	71	313.896	268.587	313.896	268.587	71	
2000	200411	313.896	268.587	85	19	3.126	-	-	-	-	85	67	313.896	271.665	313.896	271.665	67	
2000	200412	313.896	271.665	75	17	3.077	-	-	-	-	373	286	313.598	274.474	313.598	274.474	286	
2000	200501	313.598	274.474	648	140	3.443	-	-	-	-	648	468	313.598	277.589	313.598	277.589	468	
2000	200502	313.598	277.589	602	158	3.408	-	-	(0)	-	602	488	313.598	280.667	313.598	280.667	488	
2000	200503	313.598	280.667	330	75	3.686	-	-	(0)	-	330	255	313.598	284.173	313.598	284.173	255	
2000	200504	313.598	284.173	-	-	2.924	-	-	-	-	406	311	313.197	286.782	313.197	286.782	311	
2000	200505	313.197	286.782	-	-	3.059	-	-	-	-	-	-	-	313.197	289.841	313.197	289.841	-
2000	200506	313.197	289.841	116	26	3.102	-	-	-	-	531	391	312.798	292.562	312.798	292.562	391	
2000	200507	312.798	292.562	-	-	3.096	-	-	-	-	-	-	-	312.798	295.658	312.798	295.658	-
2000	200508	312.798	295.658	-	-	3.409	-	-	-	-	-	-	-	312.798	299.067	312.798	299.067	-
2000	200509	312.798	299.067	-	-	3.031	-	-	-	-	-	-	-	312.798	302.098	312.798	302.098	-
2000	200510	312.798	302.098	-	-	3.096	-	-	-	-	-	-	-	312.798	305.194	312.798	305.194	-
2000	200511	312.798	305.194	-	-	3.066	-	-	-	-	-	-	-	312.798	308.260	312.798	308.260	-
2000	200512	312.798	308.260	-	-	3.133	-	-	-	-	-	-	-	312.798	311.393	312.798	311.393	-
2000	200601	312.798	311.393	-	-	3.523	-	-	-	-	-	-	-	312.798	314.916	312.798	314.916	-
2000	200602	312.798	314.916	-	-	2.898	-	-	-	-	-	-	-	312.798	317.814	312.798	317.814	-
2000	200603	312.798	317.814	-	-	3.000	-	-	-	-	-	-	-	312.798	320.814	312.798	320.814	-
2000	200604	312.798	320.814	-	-	3.052	-	-	-	-	-	-	-	312.798	323.866	312.798	323.866	-
2000	200605	312.798	323.866	-	-	3.171	-	-	-	-	-	-	-	312.798	327.037	312.798	327.037	-
2000	200606	312.798	327.037	-	-	2.944	-	-	-	-	-	-	-	312.798	329.981	312.798	329.981	-
2000	200607	312.798	329.981	-	-	3.310	-	-	-	-	-	-	-	312.798	333.291	312.798	333.291	-
2000	200608	312.798	333.291	-	-	3.267	-	-	-	-	-	-	-	312.798	336.558	312.798	336.558	-
2000	200609	312.798	336.558	-	-	3.024	-	-	-	-	-	-	-	312.798	339.582	312.798	339.582	-
2000	200610	312.798	339.582	-	-	3.008	-	-	-	-	-	-	-	312.798	342.590	312.798	342.590	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_1o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Diferença do		Diferença de Pagamento	Créditos		Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Multa	Monetária		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	
2000	200611	312.798	342.590	-	-	-	-	-	3.008	-	-	-	-	-	-	-	312.798	345.598	312.798
2000	200612	312.798	345.598	-	-	-	-	-	3.373	-	-	-	-	-	-	-	312.798	348.971	312.798
2000	200701	312.798	348.971	-	-	-	-	-	13.710	-	-	-	-	-	-	-	312.798	362.681	312.798
2000	200702	312.798	362.681	-	-	-	-	-	3.263	-	-	-	-	-	-	-	312.798	365.944	312.798
2000	200703	312.798	365.944	-	-	-	-	-	2.909	-	-	-	-	-	-	-	312.798	368.853	312.798
2000	200704	312.798	368.853	-	-	-	-	-	3.518	-	-	-	-	-	-	-	312.798	372.401	312.798
2000	200705	312.798	372.401	-	-	-	-	-	3.036	-	-	-	-	-	-	-	312.798	375.437	312.798
2000	200706	312.798	375.437	-	-	-	-	-	3.027	-	-	-	-	-	-	-	312.798	378.464	312.798
2000	200707	312.798	378.464	426	91	-	-	-	3.449	-	-	-	426	486	-	-	312.798	381.518	312.798
2000	200708	312.798	381.518	-	-	-	-	-	3.068	-	-	-	-	-	-	-	312.798	384.586	312.798
2000	200709	312.798	384.586	-	-	-	-	-	3.470	-	-	-	-	-	-	-	312.798	388.056	312.798
2000	200710	312.798	388.056	359	41	-	-	-	3.228	-	-	-	359	378	-	-	312.798	390.947	312.798
2000	200711	312.798	390.947	-	-	-	-	-	3.186	-	-	-	-	-	-	-	312.798	394.133	312.798
2000	200712	312.798	394.133	-	-	-	-	-	2.996	-	-	-	-	-	-	-	312.798	397.129	312.798
2000	200801	312.798	397.129	-	-	-	-	-	19.056	-	-	-	-	-	-	-	312.798	416.185	312.798



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_1o

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de									
		Saldo Inicial		Valor inscrito		Diferença de		Diferença de		Pagamento	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2001	200101	-	-	6.806	471	435	-	-	5.402	497	1.404
2001	200102	1.404	409	36.591	2.293	363	-	7	34.840	2.222	3.155
2001	200103	3.155	837	168.401	48.417	379	-	3	9.735	1.070	161.818
2001	200104	161.818	48.562	11.007	2.188	1.528	-	7	7.273	1.008	165.544
2001	200105	165.544	51.271	3.158	992	1.651	-	(0)	1.319	396	167.382
2001	200106	167.382	53.519	8.395	2.549	1.492	-	(0)	1.783	564	173.994
2001	200107	173.994	56.996	1.781	569	2.201	-	(0)	1.163	409	174.611
2001	200108	174.611	59.357	4.863	890	1.603	-	(0)	4.057	701	175.417
2001	200109	175.417	61.149	8.847	2.283	1.964	-	(0)	3.428	809	180.836
2001	200110	180.836	64.587	2.973	835	1.871	-	(0)	2.086	642	181.724
2001	200111	181.724	66.651	2.194	621	1.673	-	(0)	1.413	435	182.505
2001	200112	182.505	68.509	31.239	3.941	2.696	-	-	25.394	2.556	188.350
2001	200201	188.350	72.589	52.367	3.570	2.516	-	(0)	50.772	4.283	189.945
2001	200202	189.945	74.391	28.850	2.840	2.643	-	(0)	29.139	3.812	189.654
2001	200203	189.654	76.261	12.442	2.296	2.643	-	(0)	12.612	2.797	189.484
2001	200204	189.484	78.403	7.835	1.677	2.269	-	(0)	6.229	1.812	191.091
2001	200205	191.091	80.537	2.626	646	2.620	-	(0)	3.051	1.016	190.665
2001	200206	190.665	82.787	7.909	1.714	2.629	-	(0)	7.752	2.530	190.822
2001	200207	190.822	84.600	1.648	392	1.992	-	(0)	3.368	1.105	189.103
2001	200208	189.103	85.879	29.800	6.178	5.053	-	(0)	30.207	9.530	188.696
2001	200209	188.696	87.580	5.074	1.230	2.241	-	(0)	2.851	923	190.919
2001	200210	190.919	90.128	1.011	304	2.563	-	-	1.410	548	190.520
2001	200211	190.520	92.447	658	151	1.771	-	(0)	796	317	190.382
2001	200212	190.382	94.051	442	104	1.942	-	-	442	158	190.382
2001	200301	190.382	95.939	1.044	236	1.895	-	-	1.122	448	190.305
2001	200302	190.305	97.622	831	178	1.976	-	(0)	1.132	414	190.003
2001	200303	190.003	99.362	126	31	2.398	-	-	126	54	190.003
2001	200304	190.003	101.737	542	190	1.858	-	-	55	31	190.491
2001	200305	190.491	103.754	-	-	1.618	-	-	2.145	871	190.345
2001	200306	188.345	104.501	547	231	1.804	-	-	-	-	188.892
2001	200307	188.892	106.536	60	15	1.956	-	-	93	46	188.860
2001	200308	188.860	108.461	-	-	2.391	-	-	-	-	188.860
2001	200309	188.860	110.852	371	101	1.581	-	-	815	463	188.415
2001	200310	188.415	112.071	128	42	1.896	-	-	185	115	188.357
2001	200311	188.357	113.893	-	-	1.643	-	-	123	81	188.235
2001	200312	188.235	115.456	-	-	1.837	-	-	-	-	188.235
2001	200401	188.235	117.293	-	-	1.663	-	-	-	-	188.235
2001	200402	188.235	118.956	118	27	2.463	-	-	118	70	188.235



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_1o

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de									
		Saldo Inicial		Valor inscrito		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2001	200403	188.235	121.374	-	-	-	-	-	-	-	123.190
2001	200404	188.235	123.190	-	-	-	-	488	269	-	124.489
2001	200405	187.747	124.489	2	3	-	-	2	4	-	126.447
2001	200406	187.747	126.447	-	-	-	-	362	263	-	127.771
2001	200407	187.386	127.771	-	-	-	-	250	165	-	129.800
2001	200408	187.135	129.800	-	-	-	-	-	-	-	131.715
2001	200409	187.135	131.715	66	23	-	-	66	47	-	133.388
2001	200410	187.135	133.388	-	-	-	-	-	-	-	135.213
2001	200411	187.135	135.213	128	27	-	-	128	73	-	136.854
2001	200412	187.135	136.854	240	60	-	-	240	167	-	139.218
2001	200501	187.135	139.218	2.170	465	-	-	2.170	1.437	-	140.852
2001	200502	187.135	140.852	3.098	688	-	-	3.098	2.019	-	142.712
2001	200503	187.135	142.712	853	192	-	-	853	562	-	144.647
2001	200504	187.135	144.647	91	27	-	-	17	14	-	146.339
2001	200505	187.210	146.339	-	-	-	-	74	52	-	148.594
2001	200506	187.135	148.594	133	30	-	-	133	100	-	150.276
2001	200507	187.135	150.276	522	127	-	-	522	381	-	152.109
2001	200508	187.135	152.109	-	-	-	-	-	-	-	153.991
2001	200509	187.135	153.991	-	-	-	-	-	-	-	155.647
2001	200510	187.135	155.647	-	-	-	-	-	-	-	157.971
2001	200511	187.135	157.971	-	-	-	-	-	-	-	159.644
2001	200512	187.135	159.644	-	-	-	-	-	-	-	161.489
2001	200601	187.135	161.489	-	-	-	-	-	-	-	163.193
2001	200602	187.135	163.193	30	6	-	-	30	22	-	165.064
2001	200603	187.135	165.064	-	-	-	-	-	-	-	167.365
2001	200604	187.135	167.365	-	-	-	-	-	-	-	169.034
2001	200605	187.135	169.034	-	-	-	-	-	-	-	170.881
2001	200606	187.135	170.881	-	-	-	-	-	-	-	172.568
2001	200607	187.135	172.568	-	-	-	-	-	-	-	174.417
2001	200608	187.135	174.417	-	-	-	-	-	-	-	176.753
2001	200609	187.135	176.753	-	-	-	-	-	-	-	178.407
2001	200610	187.135	178.407	-	-	-	-	-	-	-	180.261
2001	200611	187.135	180.261	-	-	-	-	-	-	-	181.972
2001	200612	187.135	181.972	-	-	-	-	-	-	-	183.797
2001	200701	187.135	183.797	-	-	-	-	-	-	-	192.430
2001	200702	187.135	192.430	-	-	-	-	-	-	-	194.117
2001	200703	187.135	194.117	-	-	-	-	-	-	-	195.956
2001	200704	187.135	195.956	-	-	-	-	-	-	-	197.831



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_1o

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de									
		Saldo Inicial		Saldo Interim		Valor inscrito		Valor inscrito		Diferença de	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2001	200705	187.135	197.831	187.135	199.470	-	-	-	-	-	-
2001	200706	187.135	201.822	187.135	203.477	-	-	-	-	-	-
2001	200707	187.135	205.329	187.135	207.044	-	-	-	-	-	-
2001	200708	187.135	211.209	187.135	212.875	-	-	-	-	-	-
2001	200709	187.135	218.726	187.135	220.381	-	-	-	-	-	-
2001	200710	187.135	225.936	187.135	227.591	-	-	-	-	-	-
2001	200711	187.135	232.797	187.135	234.452	-	-	-	-	-	-
2001	200712	187.135	239.658	187.135	241.313	-	-	-	-	-	-
2001	200801	187.135	246.470	187.135	248.025	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_1o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Valor inscrito		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final Principal		Saldo Final Mora	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Monetária	Principal	Monetária	Principal	Monetária	Principal	Monetária	Principal	Monetária	Principal	Monetária	Principal	Monetária
2002	200108	-	-	127	63	-	63	-	63	-	(42)	-	-	-	-	127	21	-	-	-	-	-	-
2002	200109	-	-	33	6	-	6	-	6	-	(0)	-	-	-	-	33	6	-	-	-	-	-	-
2002	200110	-	-	131	31	-	31	-	31	-	-	-	-	-	-	131	31	-	-	-	-	-	-
2002	200111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200112	-	-	93	8	-	8	-	8	-	(0)	-	-	-	-	93	8	-	-	-	-	-	-
2002	200201	-	-	12.688	1.380	-	1.380	-	1.380	-	(90)	-	-	-	-	12.266	1.286	-	-	266	-	60	-
2002	200202	266	60	34.296	2.614	-	2.614	-	2.614	-	385	-	192	-	-	26.310	1.390	-	-	8.153	-	1.077	-
2002	200203	8.153	1.077	246.334	71.968	-	71.968	-	71.968	-	457	-	140	-	-	9.534	957	-	-	244.859	-	72.499	-
2002	200204	244.859	72.499	3.652	511	-	511	-	511	-	2.076	-	77	-	-	8.550	1.001	-	-	239.872	-	74.076	-
2002	200205	239.872	74.076	2.040	546	-	546	-	546	-	2.590	-	93	-	-	1.865	529	-	-	239.980	-	76.656	-
2002	200206	239.980	76.656	3.743	1.108	-	1.108	-	1.108	-	2.210	-	139	-	-	2.086	672	-	-	241.541	-	79.260	-
2002	200207	241.541	79.260	4.764	895	-	895	-	895	-	2.961	-	44	-	-	4.866	952	-	-	241.422	-	82.137	-
2002	200208	241.422	82.137	10.745	1.803	-	1.803	-	1.803	-	2.728	-	11	-	-	12.118	2.648	-	-	243.528	-	85.170	-
2002	200209	243.528	85.170	20.472	3.575	-	3.575	-	3.575	-	3.204	-	15	-	-	11.604	2.711	-	-	251.871	-	89.297	-
2002	200210	251.871	89.297	5.376	1.201	-	1.201	-	1.201	-	2.681	-	3	-	-	9.071	3.618	-	-	245.643	-	90.465	-
2002	200211	245.643	90.465	9.992	1.561	-	1.561	-	1.561	-	2.622	-	(0)	-	-	23.914	3.618	-	-	246.565	-	92.730	-
2002	200212	246.565	92.730	45.824	4.056	-	4.056	-	4.056	-	4.056	-	5	-	-	65.019	8.543	-	-	251.482	-	97.816	-
2002	200301	268.461	97.816	48.052	5.977	-	5.977	-	5.977	-	3.683	-	3	-	-	45.274	5.481	-	-	254.450	-	101.912	-
2002	200302	251.482	98.942	48.252	4.611	-	4.611	-	4.611	-	3.848	-	19	-	-	5.476	1.088	-	-	253.521	-	104.265	-
2002	200303	254.450	101.912	4.556	830	-	830	-	830	-	2.611	-	8	-	-	2.860	773	-	-	252.550	-	106.571	-
2002	200304	253.521	104.265	1.889	441	-	441	-	441	-	2.645	-	6	-	-	2.505	609	-	-	257.733	-	110.955	-
2002	200305	252.550	106.573	7.688	1.621	-	1.621	-	1.621	-	3.369	-	(0)	-	-	10.377	2.760	-	-	250.637	-	111.467	-
2002	200306	257.733	110.955	3.281	727	-	727	-	727	-	2.554	-	9	-	-	2.950	564	-	-	248.100	-	113.555	-
2002	200307	250.637	111.467	425	105	-	105	-	105	-	2.534	-	-	-	-	470	146	-	-	248.163	-	115.948	-
2002	200308	248.100	113.555	533	118	-	118	-	118	-	2.421	-	-	-	-	644	243	-	-	247.613	-	117.966	-
2002	200309	248.163	115.948	94	48	-	48	-	48	-	2.213	-	-	-	-	565	189	-	-	250.588	-	124.472	-
2002	200310	247.613	117.966	35	31	-	31	-	31	-	2.920	-	-	-	-	3.554	1.408	-	-	247.028	-	125.416	-
2002	200311	247.613	120.881	3.540	751	-	751	-	751	-	2.345	-	-	-	-	93	47	-	-	247.028	-	127.594	-
2002	200312	250.588	124.472	-	-	-	-	-	-	-	2.191	-	-	-	-	-	-	-	-	247.028	-	130.031	-
2002	200401	247.028	125.416	99	29	-	29	-	29	-	2.447	-	9	-	-	658	292	-	-	246.729	-	132.911	-
2002	200402	247.028	127.594	-	-	-	-	-	-	-	3.078	-	-	-	-	750	305	-	-	246.140	-	134.664	-
2002	200403	247.028	130.033	359	93	-	93	-	93	-	2.022	-	(0)	-	-	33	20	-	-	246.140	-	137.070	-
2002	200404	246.729	132.911	161	36	-	36	-	36	-	2.416	-	3	-	-	538	219	-	-	246.140	-	139.513	-
2002	200405	246.140	134.664	35	12	-	12	-	12	-	2.545	-	(0)	-	-	118	54	-	-	246.022	-	141.863	-
2002	200406	246.140	137.070	538	117	-	117	-	117	-	2.424	-	-	-	-	318	149	-	-	246.457	-	147.108	-
2002	200407	246.140	139.513	298	63	-	63	-	63	-	2.890	-	(0)	-	-	3.623	1.597	-	-	246.022	-	149.477	-
2002	200408	246.140	141.863	-	-	-	-	-	-	-	2.884	-	-	-	-	-	-	-	-	246.022	-	151.669	-
2002	200409	246.022	144.699	753	174	-	174	-	174	-	2.572	-	-	-	-	420	221	-	-	246.120	-	154.061	-
2002	200410	246.457	147.108	-	-	-	-	-	-	-	3.062	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200411	246.022	149.477	3.623	728	-	728	-	728	-	2.480	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	200412	246.022	151.669	518	142	-	142	-	142	-	2.480	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Provedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI - I

Ano de Inscrito	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										Diferença de Nulidade	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	Mora
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Correção Monetária	Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Nulidade	Diferença de Pagamento				Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora		
2002	200501	246.120	154.061	303	84	303	2.327	3.249	3.249	-	-	-	-	-	303	171	246.120	156.301	246.120	156.301
2002	200502	246.120	156.301	353	88	353	3.249	3.249	3.249	-	-	-	-	-	353	217	246.120	159.420	246.120	159.420
2002	200503	246.120	159.420	356	92	356	2.527	2.527	2.527	-	-	-	-	-	233	144	246.243	161.887	246.243	161.887
2002	200504	246.243	161.887	-	-	-	2.219	-	2.219	-	-	-	-	-	123	85	246.115	164.027	246.115	164.027
2002	200505	246.115	164.027	-	-	-	2.650	-	2.650	-	-	-	-	-	88	57	246.022	166.624	246.022	166.624
2002	200506	246.022	166.624	-	-	-	2.148	-	2.148	-	-	-	-	-	-	-	246.022	168.772	246.022	168.772
2002	200507	246.022	168.772	-	-	-	2.814	-	2.814	-	-	-	-	-	-	-	246.022	171.586	246.022	171.586
2002	200508	246.022	171.586	-	-	-	2.428	-	2.428	-	-	-	-	-	-	-	246.022	174.014	246.022	174.014
2002	200509	246.022	174.014	-	-	-	2.418	-	2.418	-	-	-	-	-	-	-	246.022	176.432	246.022	176.432
2002	200510	246.022	176.432	-	-	-	2.390	-	2.390	-	-	-	-	-	-	-	246.022	178.822	246.022	178.822
2002	200511	246.022	178.822	-	-	-	2.158	-	2.158	-	-	-	-	-	-	-	246.022	180.980	246.022	180.980
2002	200512	246.022	180.980	-	-	-	2.867	-	2.867	-	-	-	-	-	-	-	246.022	183.847	246.022	183.847
2002	200601	246.022	183.847	-	-	-	2.425	-	2.425	-	-	-	-	-	-	-	246.022	186.272	246.022	186.272
2002	200602	246.022	186.272	-	-	-	2.330	-	2.330	-	-	-	-	-	-	-	246.022	188.602	246.022	188.602
2002	200603	246.022	188.602	-	-	-	2.455	-	2.455	-	-	-	-	-	-	-	246.022	191.057	246.022	191.057
2002	200604	246.022	191.057	-	-	-	2.424	-	2.424	-	-	-	-	-	-	-	246.022	193.481	246.022	193.481
2002	200605	246.022	193.481	598	182	598	3.034	-	3.034	-	-	-	-	-	598	439	246.022	196.258	246.022	196.258
2002	200606	246.022	196.258	-	-	-	2.243	-	2.243	-	-	-	-	-	-	-	246.022	198.501	246.022	198.501
2002	200607	246.022	198.501	-	-	-	2.365	-	2.365	-	-	-	-	-	-	-	246.022	200.866	246.022	200.866
2002	200608	246.022	200.866	-	-	-	2.649	-	2.649	-	-	-	-	-	-	-	246.022	203.515	246.022	203.515
2002	200609	246.022	203.515	-	-	-	2.183	-	2.183	-	-	-	-	-	-	-	246.022	205.698	246.022	205.698
2002	200610	246.022	205.698	-	-	-	2.770	-	2.770	-	-	-	-	-	-	-	246.022	208.468	246.022	208.468
2002	200611	246.022	208.468	-	-	-	2.235	-	2.235	-	-	-	-	-	-	-	246.022	210.703	246.022	210.703
2002	200612	246.022	210.703	-	-	-	2.650	-	2.650	-	-	-	-	-	-	-	246.022	213.353	246.022	213.353
2002	200701	246.022	213.353	-	-	-	10.621	-	10.621	-	-	-	-	-	-	-	246.022	223.974	246.022	223.974
2002	200702	246.022	223.974	-	-	-	2.454	-	2.454	-	-	-	-	-	-	-	246.022	226.428	246.022	226.428
2002	200703	246.022	226.428	-	-	-	2.817	-	2.817	-	-	-	-	-	-	-	246.022	229.245	246.022	229.245
2002	200704	246.022	229.245	-	-	-	2.345	-	2.345	-	-	-	-	-	-	-	246.022	231.590	246.022	231.590
2002	200705	246.022	231.590	-	-	-	2.235	-	2.235	-	-	-	-	-	-	-	246.022	233.825	246.022	233.825
2002	200706	246.022	233.825	-	-	-	2.627	-	2.627	-	-	-	-	-	-	-	246.022	236.452	246.022	236.452
2002	200707	246.022	236.452	-	-	-	2.236	-	2.236	-	-	-	-	-	-	-	246.022	238.688	246.022	238.688
2002	200708	246.022	238.688	-	-	-	2.860	-	2.860	-	-	-	-	-	-	-	246.022	241.548	246.022	241.548
2002	200709	246.022	241.548	-	-	-	2.445	-	2.445	-	-	-	-	-	-	-	246.022	243.993	246.022	243.993
2002	200710	246.022	243.993	-	-	-	2.309	-	2.309	-	-	-	-	-	-	-	246.022	246.302	246.022	246.302
2002	200711	246.022	246.302	-	-	-	2.442	-	2.442	-	-	-	-	-	-	-	246.022	248.744	246.022	248.744
2002	200712	246.022	248.744	-	-	-	2.177	-	2.177	-	-	-	-	-	-	-	246.022	250.921	246.022	250.921
2002	200801	246.022	250.921	-	-	-	15.428	-	15.428	-	-	-	-	-	-	-	246.022	266.349	246.022	266.349



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_1o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	Mora
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora		
2003	200011	-	-	-	-	598	182	-	182	(0)	-	-	-	-	-	-	598	182	-	-
2003	200012	598	190	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	190	-	-
2003	200101	598	190	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	198	-	-
2003	200102	598	198	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	206	-	-
2003	200103	598	206	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	211	-	-
2003	200104	598	213	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	221	-	-
2003	200105	598	221	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	229	-	-
2003	200106	598	229	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	237	-	-
2003	200107	598	237	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	245	-	-
2003	200108	598	245	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	252	-	-
2003	200109	598	252	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	260	-	-
2003	200110	598	260	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	268	-	-
2003	200111	598	268	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	276	-	-
2003	200112	598	276	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	284	-	-
2003	200201	598	284	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	291	-	-
2003	200202	598	291	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	299	-	-
2003	200203	598	299	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	307	-	-
2003	200204	598	307	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	315	-	-
2003	200205	598	315	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	323	-	-
2003	200206	598	323	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	330	-	-
2003	200207	598	330	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	338	-	-
2003	200208	598	338	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	346	-	-
2003	200209	598	346	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	354	-	-
2003	200210	598	354	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	362	-	-
2003	200211	598	362	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	369	-	-
2003	200212	598	369	598	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	598	377	-	-
2003	200301	598	377	598	-	66.190	4.873	-	4.873	3	-	-	-	-	64.662	4.479	2.122	779	-	-
2003	200302	2.122	779	2.122	-	41.680	2.910	-	2.910	421	-	-	0	-	37.107	2.828	6.696	1.281	-	-
2003	200303	6.696	1.281	6.696	-	304.008	85.953	-	85.953	916	-	-	0	-	27.982	3.550	282.721	84.600	-	-
2003	200304	282.721	84.600	282.721	-	27.839	2.473	-	2.473	2.882	-	-	0	-	26.684	2.691	283.876	87.263	-	-
2003	200305	283.876	87.263	283.876	-	16.384	3.328	-	3.328	3.041	-	-	0	-	14.927	3.328	285.333	90.304	-	-
2003	200306	285.333	90.304	285.333	-	13.008	3.382	-	3.382	2.687	-	-	(6)	-	10.391	2.210	287.951	94.169	-	-
2003	200307	287.951	94.169	287.951	-	3.802	594	-	594	3.803	-	-	0	-	1.720	440	290.033	98.126	-	-
2003	200308	290.033	98.126	290.033	-	2.019	558	-	558	2.611	-	-	0	-	845	238	291.207	101.057	-	-
2003	200309	291.207	101.057	291.207	-	47.559	1.438	-	1.438	2.953	-	-	0	-	958	318	337.808	105.131	-	-
2003	200310	337.808	105.131	337.808	-	1.327	395	-	395	3.209	-	-	0	-	1.529	258	337.606	108.476	-	-
2003	200311	337.606	108.476	337.606	-	5.223	1.574	-	1.574	3.001	-	-	0	-	503	140	342.327	112.911	-	-
2003	200312	342.327	112.911	342.327	-	6.819	2.043	-	2.043	4.459	-	-	0	-	696	258	348.450	119.155	-	-
2003	200401	348.450	119.155	348.450	-	15.271	1.746	-	1.746	3.637	-	-	0	-	13.637	1.856	350.084	122.506	-	-
2003	200402	350.084	122.506	350.084	-	3.658	514	-	514	3.515	-	-	0	-	4.489	782	349.252	125.772	-	-
2003	200403	349.252	125.772	349.252	-	9.213	1.902	-	1.902	4.074	-	-	0	-	10.265	2.712	348.201	129.037	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_1o

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de											
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2003	200404	348.201	129.037	21.420	4.439	4.198	-	0	-	21.773	5.607	347.848	132.066
2003	200405	347.848	132.066	121	33	4.362	-	-	-	321	114	347.648	136.348
2003	200406	347.648	136.348	1.572	385	3.268	-	0	-	1.273	518	347.946	139.483
2003	200407	347.946	139.483	123	45	3.348	-	-	-	388	146	347.680	142.750
2003	200408	347.680	142.750	499	133	3.395	-	-	-	1.281	489	346.898	145.769
2003	200409	346.898	145.769	633	197	3.237	-	-	-	756	362	346.775	148.841
2003	200410	346.775	148.841	715	178	4.558	-	-	-	715	290	346.775	151.287
2003	200411	346.775	151.287	2.909	617	3.482	-	-	-	2.909	1.017	346.775	156.368
2003	200412	346.775	156.368	2.212	510	3.698	-	-	-	2.111	861	346.875	159.715
2003	200501	346.875	159.715	1.572	335	3.382	-	0	-	1.572	561	346.875	162.872
2003	200502	346.875	162.872	658	183	3.550	-	0	-	758	357	346.775	166.247
2003	200503	346.775	166.247	30.043	6.070	9.209	-	{894}	-	-	-	376.818	182.420
2003	200504	376.818	182.420	66	19	3.570	-	0	-	277	154	376.607	185.854
2003	200505	376.607	185.854	-	-	3.723	-	-	-	94	50	376.515	189.526
2003	200506	376.515	189.526	371	109	3.262	-	0	-	30.381	11.878	347.146	180.377
2003	200507	347.146	180.377	211	51	3.524	-	-	-	463	259	346.893	183.693
2003	200508	346.893	183.693	123	42	4.487	-	0	-	241	140	346.775	188.082
2003	200509	346.775	188.082	-	-	3.077	-	-	-	-	-	346.775	191.159
2003	200510	346.775	191.159	-	-	3.316	-	-	-	-	-	346.775	194.475
2003	200511	346.775	194.475	-	-	3.139	-	-	-	-	-	346.775	197.614
2003	200512	346.775	197.614	-	-	3.384	-	-	-	-	-	346.775	200.998
2003	200601	346.775	200.998	-	-	3.106	-	-	-	-	-	346.775	204.104
2003	200602	346.775	204.104	-	-	4.446	-	-	-	-	-	346.775	208.550
2003	200603	346.775	208.550	-	-	3.286	-	-	-	-	-	346.775	211.836
2003	200604	346.775	211.836	-	-	3.108	-	-	-	-	-	346.775	214.944
2003	200605	346.775	214.944	-	-	3.484	-	-	-	-	-	346.775	218.428
2003	200606	346.775	218.428	-	-	3.120	-	-	-	-	-	346.775	221.548
2003	200607	346.775	221.548	-	-	4.269	-	-	-	-	-	346.775	225.817
2003	200608	346.775	225.817	-	-	3.451	-	-	-	-	-	346.775	229.268
2003	200609	346.775	229.268	-	-	3.135	-	-	-	-	-	346.775	232.403
2003	200610	346.775	232.403	-	-	3.385	-	-	-	-	-	346.775	235.788
2003	200611	346.775	235.788	-	-	3.109	-	-	-	-	-	346.775	238.897
2003	200612	346.775	238.897	-	-	4.316	-	-	-	-	-	346.775	243.213
2003	200701	346.775	243.213	-	-	14.854	-	-	-	-	-	346.775	258.067
2003	200702	346.775	258.067	-	-	3.087	-	-	-	-	-	346.775	261.154
2003	200703	346.775	261.154	359	41	3.649	-	-	359	223	346.775	264.621	
2003	200704	346.775	264.621	-	-	4.448	-	-	-	-	-	346.775	269.069
2003	200705	346.775	269.069	-	-	3.084	-	-	-	-	-	346.775	272.153
2003	200706	346.775	272.153	-	-	3.313	-	-	-	-	-	346.775	275.466
2003	200707	346.775	275.466	-	-	3.145	-	-	-	-	-	346.775	278.611
2003	200708	346.775	278.611	-	-	3.378	-	-	-	-	-	346.775	281.989



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_10

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária														Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Correção Monetária	Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora											
2003	200709	346.775	281.989	-	-	-	3.112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2003	200710	346.775	285.101	-	-	-	4.443	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2003	200711	346.775	289.544	-	-	-	3.288	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2003	200712	346.775	292.832	-	-	-	3.105	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2003	200801	346.775	295.937	-	-	-	20.631	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI Io

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	Mora
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora		
2004	200401	-	-	14.416	2.831	1	558	0	0	0	0	0	10.164	1.563	4.252	1.269	4.252	1.269		
2004	200402	4.252	1.269	6.501	932	558	1.576	0	0	505	0	0	5.052	677	5.101	1.576	5.101	1.576		
2004	200403	5.101	1.576	257.571	76.929	1.569	4.017	1.181	0	1.181	0	0	2.165	446	260.507	78.448	260.507	78.448		
2004	200404	260.507	78.448	264.603	78.936	4.017	8.034	1.729	0	1.729	0	0	3.698	704	521.412	158.968	521.412	158.968		
2004	200405	521.412	158.968	31.624	5.003	8.034	14.418	1.801	0	1.801	0	0	24.181	4.520	528.855	165.683	528.855	165.683		
2004	200406	528.855	165.683	14.783	4.068	14.418	11.845	9.253	0	9.253	0	0	9.077	2.049	534.562	172.867	534.562	172.867		
2004	200407	534.562	172.867	909	134	11.845	5.822	5.822	0	5.822	0	0	590	200	534.881	178.824	534.881	178.824		
2004	200408	534.881	178.824	8.438	2.529	10.314	5.352	10.314	0	5.352	0	0	5.368	1.368	537.951	184.947	537.951	184.947		
2004	200409	537.951	184.947	9.324	2.552	6.030	3.73	3.73	0	3.73	0	0	5.128	628	545.271	192.528	545.271	192.528		
2004	200410	545.271	192.528	2.114	577	8.491	3.054	3.054	(7)	3.054	(7)	0	1.530	511	545.857	198.037	545.857	198.037		
2004	200411	545.857	198.037	7.961	2.094	8.415	3.083	3.083	(5)	3.083	(5)	0	5.511	1.530	548.307	203.937	548.307	203.937		
2004	200412	548.307	203.937	14.572	1.716	6.798	1.245	386	(4)	386	(4)	0	12.408	1.166	550.471	210.904	550.471	210.904		
2004	200501	550.471	210.904	8.408	1.304	6.885	1.245	1.245	0	1.245	0	0	8.441	1.803	550.438	216.045	550.438	216.045		
2004	200502	550.438	216.045	346	103	6.224	743	743	0	743	0	0	346	127	550.438	221.503	550.438	221.503		
2004	200503	550.438	221.503	22.736	4.577	11.175	3.665	3.665	(502)	3.665	(502)	0	6.020	1.570	567.157	232.519	567.157	232.519		
2004	200504	567.157	232.519	-	-	28.464	23.095	23.095	0	23.095	0	0	487	220	566.673	237.665	566.673	237.665		
2004	200505	566.673	237.665	1.555	369	29.325	22.766	22.766	0	22.766	0	0	362	169	567.866	244.423	567.866	244.423		
2004	200506	567.866	244.423	684	180	29.656	24.314	24.314	0	24.314	0	0	18.548	5.999	550.381	243.567	550.381	243.567		
2004	200507	550.381	243.567	4.694	997	7.088	1.134	1.134	0	1.134	0	0	1.004	442	554.071	250.076	554.071	250.076		
2004	200508	554.071	250.076	56	14	10.880	5.384	5.384	0	5.384	0	0	4.187	1.267	549.945	254.315	549.945	254.315		
2004	200509	549.945	254.315	-	-	5.193	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	259.508	549.945	259.508		
2004	200510	549.945	259.508	-	-	6.251	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	265.759	549.945	265.759		
2004	200511	549.945	265.759	-	-	5.138	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	270.897	549.945	270.897		
2004	200512	549.945	270.897	-	-	5.462	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	276.359	549.945	276.359		
2004	200601	549.945	276.359	359	39	5.343	79	79	-	-	-	0	359	118	549.945	281.544	549.945	281.544		
2004	200602	549.945	281.544	-	-	5.527	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	287.071	549.945	287.071		
2004	200603	549.945	287.071	-	-	6.200	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	293.271	549.945	293.271		
2004	200604	549.945	293.271	-	-	5.200	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	298.471	549.945	298.471		
2004	200605	549.945	298.471	-	-	5.421	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	303.892	549.945	303.892		
2004	200606	549.945	303.892	-	-	5.134	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	309.026	549.945	309.026		
2004	200607	549.945	309.026	-	-	5.582	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	314.608	549.945	314.608		
2004	200608	549.945	314.608	-	-	6.256	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	320.864	549.945	320.864		
2004	200609	549.945	320.864	-	-	5.138	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	326.002	549.945	326.002		
2004	200610	549.945	326.002	30	12	5.475	7	7	-	-	-	0	30	19	549.945	331.462	549.945	331.462		
2004	200611	549.945	331.462	-	-	5.176	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	336.638	549.945	336.638		
2004	200612	549.945	336.638	-	-	5.499	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	342.137	549.945	342.137		
2004	200701	549.945	342.137	-	-	24.870	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	367.007	549.945	367.007		
2004	200702	549.945	367.007	-	-	5.208	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	372.215	549.945	372.215		
2004	200703	549.945	372.215	-	-	5.447	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	377.662	549.945	377.662		
2004	200704	549.945	377.662	-	-	5.110	-	-	0	-	0	0	-	-	549.945	382.772	549.945	382.772		
2004	200705	549.945	382.772	168	55	5.688	55	55	-	-	-	0	168	110	549.945	388.349	549.945	388.349		



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI.10

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final Principal		Saldo Final Mora	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Monetária	Correção							Principal	Mora			Principal	Mora		
2004	200706	549.945	388.349	-	-	-	6.249	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	549.945	394.598	394.598	394.598
2004	200707	549.945	394.598	-	-	-	5.145	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	549.945	399.743	399.743	399.743
2004	200708	549.945	399.743	-	-	-	5.456	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	549.945	405.199	405.199	405.199
2004	200709	549.945	405.199	-	-	-	5.185	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	549.945	410.384	410.384	410.384
2004	200710	549.945	410.384	41	5	5.559	17	-	-	-	-	-	-	41	21	-	-	549.945	415.910	415.910	415.910
2004	200711	549.945	415.910	-	-	6.201	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	549.945	422.111	422.111	422.111
2004	200712	549.945	422.111	-	-	5.195	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	549.945	427.306	427.306	427.306
2004	200801	549.945	427.306	-	-	33.459	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	549.945	460.765	460.765	460.765



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_1o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de		Diferença de		Diferença de		Créditos		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal + Correção Monetária	Multa	Pagamento	Multa	Pagamento	Multa			Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2005	200501	-	-	19.820	5.708	1.454	441	1.106	235	(21)	0	1.706	268	-	18.114	5.440	-	5.440	-	5.440	-
2005	200502	18.114	5.440	9.227	1.454	82.909	1.106	4.638	543	(18)	0	5.783	557	-	21.558	6.565	-	6.565	-	6.565	-
2005	200503	21.558	6.565	279.313	82.909	18.080	8.064	17.578	2.038	0	0	6.023	1.013	-	294.852	89.038	-	89.038	-	89.038	-
2005	200504	294.852	89.038	37.388	10.112	23.927	6.890	40.901	14.629	0	0	5.871	2.400	-	307.076	97.286	-	97.286	-	97.286	-
2005	200505	307.076	97.286	114.457	107.404	585.904	615.750	4.777	633	0	0	10.101	5.356	-	334.563	104.990	-	104.990	-	104.990	-
2005	200506	334.563	104.990	101.974	101.974	9.780	2.934	10.327	136	-	-	42.832	12.751	-	315.668	101.974	-	101.974	-	101.974	-
2005	200507	315.668	101.974	585.904	615.750	9.780	2.934	10.327	136	-	-	1.040	337	-	429.085	213.018	-	213.018	-	213.018	-
2005	200508	429.085	213.018	1.014.519	862.677	5.984	1.772	10.327	136	-	-	471	192	-	1.014.519	832.775	-	832.775	-	832.775	-
2005	200509	1.014.519	862.677	1.024.201	862.677	1.024.201	862.677	10.301	136	-	-	99	24	-	1.024.201	862.677	-	862.677	-	862.677	-
2005	200510	1.024.201	862.677	1.024.201	862.677	1.024.201	862.677	10.301	136	-	-	-	-	-	1.030.185	874.813	-	874.813	-	874.813	-
2005	200511	1.030.185	874.813	12.354	5.991	2.479.734	1.450.831	11.574	136	-	-	-	-	-	1.042.539	890.995	-	890.995	-	890.995	-
2005	200512	1.042.539	890.995	-	-	-	-	35.140	136	-	-	-	-	-	3.522.273	2.353.253	-	2.353.253	-	2.353.253	-
2005	200601	3.522.273	2.353.253	60	9	-	-	35.415	127	-	-	60	-	-	3.522.273	2.388.257	-	2.388.257	-	2.388.257	-
2005	200602	3.522.273	2.388.257	60	21	-	-	35.500	115	-	-	113	-	-	3.522.273	2.423.554	-	2.423.554	-	2.423.554	-
2005	200603	3.522.273	2.423.554	-	-	-	-	35.105	113	-	-	-	-	-	3.522.273	2.458.960	-	2.458.960	-	2.458.960	-
2005	200604	3.522.273	2.458.960	-	-	-	-	35.012	-	-	-	-	-	-	3.522.273	2.493.952	-	2.493.952	-	2.493.952	-
2005	200605	3.522.160	2.493.952	-	-	-	-	36.124	-	-	-	-	-	-	3.522.160	2.530.076	-	2.530.076	-	2.530.076	-
2005	200606	3.522.160	2.530.076	-	-	-	-	35.319	-	-	-	-	-	-	3.522.160	2.565.088	-	2.565.088	-	2.565.088	-
2005	200607	3.522.160	2.565.088	-	-	-	-	35.340	-	-	-	-	-	-	3.522.160	2.600.407	-	2.600.407	-	2.600.407	-
2005	200608	3.522.160	2.600.407	-	-	-	-	35.031	-	-	-	-	-	-	3.522.160	2.635.747	-	2.635.747	-	2.635.747	-
2005	200609	3.522.160	2.635.747	-	-	-	-	36.226	-	-	-	-	-	-	3.522.160	2.670.778	-	2.670.778	-	2.670.778	-
2005	200610	3.522.160	2.670.778	-	-	-	-	34.993	-	-	-	-	-	-	3.522.160	2.707.004	-	2.707.004	-	2.707.004	-
2005	200611	3.522.160	2.707.004	-	-	-	-	35.304	-	-	-	-	-	-	3.522.160	2.741.997	-	2.741.997	-	2.741.997	-
2005	200612	3.522.160	2.741.997	-	-	-	-	169.065	-	-	-	-	-	-	3.522.160	2.777.301	-	2.777.301	-	2.777.301	-
2005	200701	3.522.160	2.777.301	-	-	-	-	35.030	-	-	-	-	-	-	3.522.160	2.946.366	-	2.946.366	-	2.946.366	-
2005	200702	3.522.160	2.946.366	-	-	-	-	36.119	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.017.515	-	3.017.515	-	3.017.515	-
2005	200703	3.522.160	3.017.515	-	-	-	-	35.036	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.052.551	-	3.052.551	-	3.052.551	-
2005	200704	3.522.160	3.052.551	-	-	-	-	35.411	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.087.962	-	3.087.962	-	3.087.962	-
2005	200705	3.522.160	3.087.962	-	-	-	-	35.226	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.123.188	-	3.123.188	-	3.123.188	-
2005	200706	3.522.160	3.123.188	-	-	-	-	35.035	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.158.223	-	3.158.223	-	3.158.223	-
2005	200707	3.522.160	3.158.223	228	57	-	-	36.130	(57)	-	-	228	-	-	3.522.160	3.194.466	-	3.194.466	-	3.194.466	-
2005	200708	3.522.160	3.194.466	-	-	-	-	35.273	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.229.449	-	3.229.449	-	3.229.449	-
2005	200709	3.522.160	3.229.449	41	7	-	-	35.413	(7)	-	-	41	-	-	3.522.160	3.264.737	-	3.264.737	-	3.264.737	-
2005	200710	3.522.160	3.264.737	-	-	-	-	34.900	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.300.150	-	3.300.150	-	3.300.150	-
2005	200711	3.522.160	3.300.150	583	58	-	-	235.858	(58)	-	-	583	-	-	3.522.160	3.335.166	-	3.335.166	-	3.335.166	-
2005	200712	3.522.160	3.335.166	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.370.707	-	3.370.707	-	3.370.707	-
2005	200801	3.522.160	3.370.707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.522.160	3.406.258	-	3.406.258	-	3.406.258	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XL10

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal - Correção Monetária	Moneciária						Principal	Mora
2006	200601	-	-	1.546.565	320.683	-	-	0	-	-	-	-	-	-	1.546.565	320.683
2006	200602	1.546.565	320.683	45.556	9.856	-	-	25.750	-	-	-	-	-	-	1.592.121	356.289
2006	200603	1.592.121	356.289	291.430	87.395	-	-	303.038	-	-	-	-	-	-	1.883.550	746.722
2006	200604	1.883.550	746.722	146.523	92.358	-	-	4.181	-	-	-	-	-	-	2.030.074	843.261
2006	200605	2.030.074	843.261	3.898	1.707	-	-	3.353	-	-	-	-	-	-	2.033.972	848.321
2006	200606	2.033.972	848.321	9.241	2.488	-	-	3.116	-	-	-	-	-	-	2.043.213	853.925
2006	200607	2.043.213	853.925	19.901	14.501	-	-	4.459	-	-	-	-	-	-	2.063.114	872.885
2006	200608	2.063.114	872.885	2.301	690	-	-	3.499	-	-	-	-	-	-	2.065.415	877.074
2006	200609	2.065.415	877.074	22.542	7.063	-	-	3.648	-	-	-	-	-	-	2.087.957	887.785
2006	200610	2.087.957	887.785	4.814	1.505	-	-	3.530	-	-	-	-	-	-	2.092.771	892.820
2006	200611	2.092.771	892.820	13.060	3.419	-	-	7.575	-	-	-	-	-	-	2.105.831	903.814
2006	200612	2.105.831	903.814	1.255	376	-	-	5.281	-	-	-	-	-	-	2.107.085	909.471
2006	200701	2.107.085	909.471	108	-	-	-	18.823	-	(3)	-	-	111	6	2.107.085	928.288
2006	200702	2.107.085	928.288	-	-	-	-	3.482	-	-	-	-	-	-	2.107.085	931.770
2006	200703	2.107.085	931.770	468	146	-	-	3.808	-	-	-	-	468	201	2.107.085	939.017
2006	200704	2.107.085	939.017	-	-	-	-	3.494	-	-	-	-	-	-	2.107.085	943.818
2006	200705	2.107.085	943.818	-	-	-	-	4.801	-	-	-	-	-	-	2.107.085	947.661
2006	200706	2.107.085	947.661	-	-	-	-	3.843	-	-	-	-	-	-	2.107.085	951.178
2006	200707	2.107.085	951.178	64	36	-	-	3.524	-	-	-	-	64	43	2.107.085	954.920
2006	200708	2.107.085	954.920	-	-	-	-	3.742	-	-	-	-	-	-	2.107.085	958.380
2006	200709	2.107.085	958.380	-	-	-	-	3.460	-	-	-	-	-	-	2.107.085	963.199
2006	200710	2.107.085	963.199	41	12	-	-	4.828	-	-	-	-	41	21	2.107.085	967.083
2006	200711	2.107.085	967.083	-	-	-	-	3.884	-	-	-	-	-	-	2.107.085	970.549
2006	200712	2.107.085	970.549	375	20	-	-	3.556	-	-	-	-	375	110	2.107.085	994.137
2006	200801	2.107.085	-	-	-	-	-	23.588	-	-	-	-	-	-	2.107.085	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XL1o

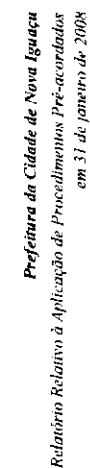
Ano de Inscricao	Mes	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal + Correção Monetária	Principal	Mora	Principal				Mora			
2007	200701	-	-	509.261	170.428	509.261	170.210	218	-	-	-	-	-	-	509.261	170.428
2007	200702	509.261	170.428	100.757	57.534	100.757	57.534	4.426	-	-	-	-	-	-	610.018	232.388
2007	200703	610.018	232.388	2.331	779	2.331	779	6.027	-	-	-	-	-	-	612.348	239.194
2007	200704	612.348	239.194	4.268	1.099	4.268	1.099	7.739	-	-	-	-	-	-	616.617	248.032
2007	200705	616.617	248.032	7.784	2.058	7.784	2.058	5.453	-	-	-	-	-	-	624.401	255.543
2007	200706	624.401	255.543	701.571	213.760	701.571	213.760	6.740	-	-	-	-	770	45	1.325.202	475.998
2007	200707	1.325.202	475.998	17.078	3.607	17.078	3.607	15.342	-	-	-	-	16.719	3.669	1.325.560	491.279
2007	200708	1.325.560	491.279	6.566	1.983	6.566	1.983	13.131	-	-	-	-	359	148	1.331.767	506.244
2007	200709	1.331.767	506.244	2.013	634	2.013	634	15.079	-	-	-	-	2.316	790	1.331.465	521.168
2007	200710	1.331.465	521.168	141.222	31.184	141.222	31.184	12.578	-	-	-	-	4.769	1.454	1.467.918	563.476
2007	200711	1.467.918	563.476	73.184	37.001	73.184	37.001	14.451	-	-	-	-	3.111	173	1.537.991	614.756
2007	200712	1.537.991	614.756	47.940	10.925	47.940	10.925	36.025	-	192	-	-	11.303	1.070	1.574.627	660.443
2007	200801	1.574.627	660.443	-	-	-	-	102.918	-	-	-	-	669	167	1.573.805	763.347



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_10

Ano de Escrição	Mês	Juros sobre o											
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2008	200709	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	200710	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	200711	-	-	123	38	31	-	31	-	-	123	38	38
2008	200712	123	38	318	93	2	-	-	-	318	93	123	39
2008	200801	123	39	592.595	199.366	155	-	-	-	591	209	592.103	199.375



Año de Inscripción	Mes	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Ingresos sobre el Saldo de Principal + Corregido Monetaria		Diferencia de Multa	Diferencia de Pagamento	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1998	200708	-	-	1 192	573	1 286	-	-	-	60	93	1 133	1 766
1998	200709	1 133	1 766	-	-	0	-	-	-	-	-	1 073	1 673
1998	200710	1 073	1 673	-	-	0	-	-	-	60	93	1 013	1 580
1998	200711	1 013	1 580	-	-	0	-	-	-	60	93	954	1 487
1998	200712	954	1 487	-	-	0	-	-	-	-	-	894	1 394
1998	200801	894	1 394	-	-	0	-	-	0	60	93	835	1 301



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI - 2o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento		Pagamento		Saldo Final		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Monetária	Multa		Pagamento				Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
1999	200707	-	-	-	532	1.192	-	1.214	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.192	1.747	1.192	1.747
1999	200708	1.192	1.747	1.191	765	-	-	1.189	-	-	-	-	-	-	99	152	-	99	2.284	3.548	2.284	3.548
1999	200709	2.284	3.548	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	99	152	-	99	2.184	3.395	2.184	3.395
1999	200710	2.184	3.395	-	-	-	-	(0)	-	-	-	-	-	-	99	152	-	99	2.085	3.243	2.085	3.243
1999	200711	2.085	3.243	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	40	65	-	40	2.045	3.178	2.045	3.178
1999	200712	2.045	3.178	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	40	65	-	40	2.006	3.114	2.006	3.114
1999	200801	2.006	3.114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	65	-	40	1.966	3.064	1.966	3.064



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI - 2o

		Juros sobre o									
		Saldo de		Diferença de		Diferença de		Pagamento		Pagamento	
		Principal +		Multa		Pagamento		Principal		Mora	
		Correção		Monetária		Creditos		Saldo Final		Saldo Final	
		Mora		Mora		Mora		Principal		Mora	
Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial	Valor Inscrito	Valor Inscrito	Saldo Inicial	Valor Inscrito	Valor Inscrito	Saldo Inicial	Valor Inscrito	Saldo Inicial	Valor Inscrito
		Principal	Principal	Principal	Mora	Mora	Mora	Principal	Principal	Mora	Mora
2001	200710	-	-	598	168	453	-	54	56	543	565
2001	200711	543	-	-	0	0	-	-	56	489	508
2001	200712	489	-	-	0	0	-	54	56	435	452
2001	200801	435	-	-	(0)	(0)	-	54	56	380	395



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI - 2o

Ano de Inscricao	Mes	Juros sobre o											
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2002	200708	-	-	8.764	2.731	5.383	-	-	(38)	-	-	8.764	8.152
2002	200709	8.764	8.152	-	-	(25)	-	-	(32)	-	-	8.764	8.159
2002	200710	8.764	8.159	-	-	(13)	-	-	(25)	-	-	8.764	8.171
2002	200711	8.764	8.171	-	-	0	-	-	(19)	-	-	8.764	8.190
2002	200712	8.764	8.190	-	-	13	-	-	(13)	-	-	8.764	8.216
2002	200801	8.764	8.216	3.054	1.001	2.174	-	-	(6)	2.189	2.027	9.698	9.301



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI - 2o

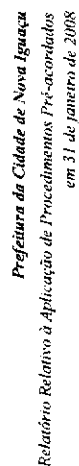
Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor Inscrito	Valor Inscrito	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Pagamento Mora	Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora		Principal	Mora
2003	200708	-	-	-	142	598	-	304	-	-	-	-	60	45	-	538	401
2003	200709	538	401	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	200710	538	401	-	-	-	-	3	3	-	-	-	60	45	-	478	357
2003	200711	478	357	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-	478	358
2003	200712	478	358	-	-	-	-	4	4	-	-	-	122	91	-	359	268
2003	200801	359	268	-	-	-	-	1	1	-	-	-	60	45	-	299	223



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI - 2a

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o											
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2004	200706	1.358	827	8.530	9.527	2.841	-	-	-	206	125	9.685	13.068
2004	200707	9.685	13.068	-	-	0	-	-	-	422	456	9.262	12.612
2004	200708	9.262	12.612	27.216	8.417	9.599	-	-	-	1.327	1.049	35.151	29.579
2004	200709	35.151	29.579	-	-	(17)	-	(17)	-	332	204	34.819	29.375
2004	200710	34.819	29.375	-	-	17	-	-	-	337	207	34.482	29.185
2004	200711	34.482	29.185	-	-	37	-	-	-	351	218	34.131	29.004
2004	200712	34.131	29.004	581	181	304	-	-	-	330	211	34.382	29.277
2004	200801	34.382	29.277	-	-	347	-	-	-	496	517	33.892	29.100
2004	200703	-	-	896	238	312	-	-	-	-	-	896	551
2004	200704	896	551	-	-	(0)	-	-	-	69	42	827	508
2004	200705	827	508	598	133	228	-	2	-	66	40	1.358	827



Ano de Inscricao	Mes	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2004	200703	-	-	896	238	312	-	-	-	-	896	551
2004	200704	896	551	-	-	(0)	-	-	69	42	827	508
2004	200705	827	508	598	133	598	-	-	66	40	1.358	827
2004	200706	1.358	827	598	133	234	-	-	206	125	1.752	1.068
2004	200707	1.752	1.068	-	-	(0)	-	-	202	123	1.550	945
2004	200708	1.550	945	27.216	8.417	9.599	-	-	1.107	716	27.659	18.245
2004	200709	27.659	18.245	-	-	0	-	-	-	-	27.659	18.245
2004	200710	27.327	18.041	-	-	12	-	-	337	207	27.326,56	18.041,02
2004	200711	26.990	17.846	-	-	26	-	-	351	218	26.989,53	17.845,75
2004	200712	26.639	17.653	581	181	287	-	-	-	-	26.638,78	17.653,43
2004	200801	26.889	17.910	-	-	261	-	-	269	174	26.889,37	17.909,76
2004	200801	26.889	17.910	-	-	261	-	-	269	174	26.889,37	17.909,76
2004	200801	26.889	17.910	-	-	261	-	-	269	174	26.889,37	17.909,76

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1996	200001	0	0	1.838	515	882	-	-	-	-	-	1.838	1.397
1996	200002	1.838	1.397	5	-	1	-	-	-	-	-	1.842	1.398
1996	200003	1.842	1.398	35	11	17	-	-	-	-	-	1.877	1.426
1996	200004	1.877	1.426	65	-	17	-	-	-	-	-	1.942	1.443
1996	200005	1.942	1.443	98	-	28	-	-	-	-	-	2.040	1.471
1996	200006	2.040	1.471	-	-	(0)	-	-	-	-	-	2.040	1.471
1996	200007	2.040	1.471	20	2	11	-	-	-	-	-	2.060	1.484
1996	200008	2.060	1.484	228	22	104	-	-	-	-	-	2.288	1.610
1996	200009	2.288	1.610	-	-	(0)	-	-	-	-	-	2.288	1.610
1996	200010	2.281	1.606	194	36	110	-	-	-	-	-	2.281	1.606
1996	200011	2.468	1.748	469	148	272	-	-	-	-	-	2.468	1.748
1996	200012	2.519	2.149	39	10	92	-	-	-	-	-	2.519	2.149
1996	200101	2.521	2.153	200	23	170	-	-	-	-	-	2.521	2.153
1996	200102	3.174	2.324	-	-	368	-	-	-	-	-	3.174	2.324
1996	200103	3.149	2.307	77	11	74	-	-	-	-	-	3.149	2.307
1996	200104	2.975	2.192	34	10	59	-	-	-	-	-	2.975	2.192
1996	200105	2.841	2.095	-	-	30	-	-	-	-	-	2.841	2.095
1996	200106	2.661	1.997	-	-	31	-	-	-	-	-	2.661	1.997
1996	200107	2.489	1.885	-	-	47	-	-	-	-	-	2.489	1.885
1996	200108	2.269	1.748	20	13	41	-	-	-	-	-	2.269	1.748
1996	200109	2.086	1.634	-	-	36	-	-	-	-	-	2.086	1.634
1996	200110	1.912	1.524	-	-	28	-	-	-	-	-	1.912	1.524
1996	200111	1.775	1.437	-	-	28	-	-	-	-	-	1.775	1.437
1996	200112	1.664	1.376	-	-	27	-	-	-	-	-	1.664	1.376
1996	200201	1.582	1.333	-	-	30	-	-	-	-	-	1.582	1.333
1996	200202	1.511	1.297	-	-	31	-	-	-	-	-	1.511	1.297
1996	200203	1.427	1.256	-	-	26	-	-	-	-	-	1.427	1.256
1996	200204	1.364	1.223	-	-	30	-	-	-	-	-	1.364	1.223
1996	200205	1.323	1.211	-	-	29	-	-	-	-	-	1.323	1.211
1996	200206	1.281	1.200	-	-	22	-	-	-	-	-	1.281	1.200
1996	200207	1.219	1.171	15	8	35	-	-	-	-	-	1.219	1.171
1996	200208	1.200	1.181	-	-	24	-	-	-	-	-	1.200	1.181
1996	200209	1.167	1.172	-	-	24	-	-	-	-	-	1.167	1.172
1996	200210	1.133	1.164	47	62	24	-	-	-	-	-	1.133	1.164
1996	200211	1.152	1.257	-	-	24	-	-	-	-	-	1.152	1.257
1996	200212	1.122	1.252	-	-	24	-	-	-	-	-	1.122	1.252
1996	200301	1.098	1.251	-	-	22	-	-	-	-	-	1.098	1.251
1996	200302	1.073	1.247	-	-	20	-	-	-	-	-	1.073	1.247
1996	200303	1.065	1.258	-	-	21	-	-	-	-	-	1.065	1.258
1996	200304	1.058	1.270	-	-	20	-	-	-	-	-	1.058	1.270
1996	200305	1.051	1.281	-	-	18	-	-	-	-	-	1.051	1.281
1996	200306	1.047	1.290	-	-	18	-	-	-	-	-	1.047	1.290
1996	200307	1.078	1.377	32	41	88	-	-	-	-	-	1.078	1.377
1996	200308	1.076	1.390	-	-	18	-	-	-	-	-	1.076	1.390
1996	200309	1.075	1.408	223	378	224	-	-	-	-	-	1.075	1.408
1996	200310	1.293	1.996	59	96	74	-	-	-	-	-	1.293	1.996
1996	200311	1.343	2.146	-	-	19	-	-	-	-	-	1.343	2.146
1996	200312	1.336	2.146	-	-	19	-	-	-	-	-	1.336	2.146
1996	200401	1.328	2.147	-	-	19	-	-	-	-	-	1.321	2.147

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_30

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1996	200402	1.321	2.147	70	51	87	-	-	0	6	11	1.385	2.273
1996	200403	1.385	2.273	-	-	19	-	-	0	-	9	1.376	2.271
1996	200404	1.376	2.271	-	-	19	-	-	0	8	21	1.369	2.271
1996	200405	1.369	2.271	-	-	19	-	-	0	12	27	1.357	2.262
1996	200406	1.357	2.262	-	-	19	-	-	0	6	15	1.351	2.266
1996	200407	1.351	2.266	-	-	19	-	-	0	6	15	1.345	2.269
1996	200408	1.345	2.269	-	-	19	-	-	0	8	19	1.337	2.269
1996	200409	1.337	2.269	-	-	19	-	-	0	5	13	1.332	2.275
1996	200410	1.332	2.275	-	-	19	-	-	0	7	20	1.325	2.274
1996	200411	1.325	2.274	-	-	19	-	-	0	6	17	1.319	2.277
1996	200412	1.319	2.277	-	-	20	-	-	0	15	35	1.303	2.262
1996	200501	1.303	2.262	-	-	20	-	-	0	8	19	1.296	2.263
1996	200502	1.296	2.263	-	-	20	-	-	0	6	17	1.290	2.266
1996	200503	1.290	2.266	-	-	20	-	-	0	6	11	1.284	2.274
1996	200504	1.284	2.274	-	-	20	-	-	0	8	19	1.276	2.275
1996	200505	1.276	2.275	-	-	20	-	-	0	8	19	1.269	2.276
1996	200506	1.269	2.276	-	-	20	-	-	0	8	19	1.261	2.277
1996	200507	1.261	2.277	93	164	126	-	-	0	8	19	1.347	2.488
1996	200508	1.347	2.488	115	198	147	-	-	0	22	16	1.450	2.646
1996	200509	1.450	2.646	690	276	821	-	-	0	68	102	2.126	3.635
1996	200510	2.126	3.635	409	117	500	-	-	0	77	125	2.467	4.308
1996	200511	2.467	4.308	290	146	563	-	-	0	102	165	2.656	4.623
1996	200601	2.656	4.623	524	130	692	-	-	0	77	125	3.103	5.284
1996	200602	3.103	5.284	576	140	744	-	-	0	77	125	3.602	5.991
1996	200603	3.602	5.991	404	-	311	-	-	0	130	177	3.920	6.173
1996	200604	3.920	6.173	898	74	915	-	-	0	101	150	4.698	6.983
1996	200605	4.698	6.983	4.571	2.848	5.319	-	-	0	221	310	9.168	14.999
1996	200606	9.168	14.999	905	129	1.108	-	-	0	255	372	9.853	15.936
1996	200607	9.853	15.936	934	505	1.108	-	-	1	223	316	10.532	17.166
1996	200608	10.532	17.166	743	48	854	-	-	1	210	305	11.052	17.761
1996	200609	11.052	17.761	223	93	310	-	-	1	206	236	11.065	17.857
1996	200610	11.065	17.857	398	14	458	-	-	1	251	361	11.257	18.072
1996	200611	11.257	18.072	811	168	492	-	-	1	263	347	11.792	18.396
1996	200612	11.792	18.396	244	-	220	-	-	1	323	412	12.938	19.602
1996	200701	11.774	18.269	1.486	65	1.085	-	-	2	361	473	13.253	20.033
1996	200702	12.938	19.602	676	5	902	-	-	3	324	377	13.155	19.729
1996	200703	13.253	20.033	226	-	76	-	-	1	361	459	13.569	20.528
1996	200704	13.155	19.729	775	305	954	-	-	3	322	420	13.371	20.234
1996	200705	13.569	20.528	124	-	130	-	-	3	305	344	13.330	20.248
1996	200706	13.371	20.234	262	16	346	-	-	1	225	261	13.958	20.915
1996	200707	13.330	20.248	832	-	929	-	-	1	291	350	16.035	22.526
1996	200708	13.958	20.915	2.387	72	1.890	-	-	3	384	378	16.749	23.267
1996	200709	16.035	22.526	1.097	139	985	-	-	1	399	446	16.905	23.471
1996	200710	16.749	23.267	553	44	607	-	-	1	291	326	17.983	24.642
1996	200711	16.905	23.471	1.369	202	1.297	-	-	1	328	347	18.285	24.991
1996	200712	17.983	24.642	628	35	665	-	-	1	387	427	18.675	25.434
1996	200801	18.285	24.991	779	-	870	-	-	(0)	302	332	18.716	25.901
1996	200802	18.675	25.434	377	-	764	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo XI_3o

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Molta	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1997	200001	0	0	2.131	837	767	-	-	-	-	-	2.131	1.604
1997	200002	2.131	1.604	202	-	61	-	-	-	-	-	2.333	1.666
1997	200003	2.333	1.666	35	15	13	-	-	-	-	-	2.368	1.694
1997	200004	2.368	1.694	65	-	17	-	-	-	-	-	2.433	1.710
1997	200005	2.433	1.710	98	-	28	-	-	-	-	-	2.531	1.738
1997	200006	2.531	1.738	-	-	(0)	-	-	-	-	-	2.531	1.738
1997	200007	2.531	1.738	20	5	8	-	-	-	-	-	2.550	1.752
1997	200008	2.550	1.752	370	124	149	-	-	-	-	-	2.920	2.025
1997	200009	2.920	2.025	58	-	17	-	-	-	7	4	2.952	2.057
1997	200010	2.952	2.057	174	65	78	-	-	-	33	32	3.091	2.171
1997	200011	3.091	2.171	290	90	170	-	36	-	28	26	3.353	2.370
1997	200012	3.353	2.370	411	129	298	-	-	-	229	140	3.623	2.569
1997	200101	3.623	2.569	102	25	49	-	(2)	-	62	32	3.665	2.591
1997	200102	3.663	2.591	11	2	454	-	-	-	310	222	3.627	2.565
1997	200103	3.627	2.565	-	-	24	-	7	-	264	170	3.379	2.395
1997	200104	3.379	2.395	49	20	72	-	-	-	250	159	3.193	2.295
1997	200105	3.193	2.295	-	-	30	-	-	-	176	124	3.023	2.181
1997	200106	3.023	2.181	92	73	80	-	12	-	196	132	2.926	2.182
1997	200107	2.926	2.182	305	116	198	-	-	-	320	245	2.671	2.052
1997	200108	2.978	2.281	-	-	42	-	14	-	261	194	2.978	2.281
1997	200109	2.671	2.052	-	-	51	-	20	-	312	232	2.374	1.836
1997	200110	2.374	1.836	-	-	43	-	17	-	255	203	2.130	1.648
1997	200111	2.130	1.648	-	-	27	-	8	-	127	103	2.008	1.559
1997	200112	2.008	1.559	-	-	39	-	13	-	110	67	1.969	1.508
1997	200201	1.909	1.508	-	-	35	-	7	-	109	65	1.810	1.460
1997	200202	1.810	1.460	-	-	37	-	14	-	67	41	1.751	1.434
1997	200203	1.751	1.434	-	-	37	-	13	-	79	53	1.680	1.397
1997	200204	1.680	1.397	-	-	41	-	15	-	68	39	1.621	1.375
1997	200205	1.621	1.375	-	-	40	-	13	-	64	36	1.567	1.357
1997	200206	1.567	1.357	-	-	34	-	10	-	59	37	1.515	1.338
1997	200207	1.515	1.338	23	15	49	-	10	-	56	35	1.489	1.350
1997	200208	1.489	1.350	-	-	36	-	10	-	56	36	1.440	1.333
1997	200209	1.440	1.333	-	-	35	-	10	-	52	31	1.396	1.320
1997	200210	1.396	1.320	61	87	77	-	10	-	52	35	1.412	1.433
1997	200211	1.412	1.433	-	-	24	-	4	-	34	24	1.381	1.425
1997	200212	1.381	1.425	-	-	21	-	4	-	33	23	1.351	1.420
1997	200301	1.351	1.420	21	13	34	-	1	-	29	25	1.325	1.412
1997	200302	1.323	1.412	-	-	21	-	2	-	13	11	1.311	1.417
1997	200303	1.331	1.447	-	-	21	-	2	-	13	10	1.319	1.454
1997	200304	1.319	1.454	-	-	18	-	1	-	14	13	1.306	1.459
1997	200305	1.306	1.459	-	-	103	-	53	-	7	12	1.299	1.464
1997	200306	1.299	1.464	42	58	18	-	0	-	2	3	1.338	1.509
1997	200307	1.338	1.509	-	-	19	-	0	-	2	3	1.331	1.579
1997	200308	1.334	1.579	-	-	19	-	0	-	2	3	1.331	1.594

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo sobre o Saldo de		Valor inscrito		Valor inscrito		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Pagamento		Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal + Correção Monetária	Principal + Correção Monetária	Principal	Mora	Principal	Mora					Principal	Mora	Principal	Mora
1997	200309	1.531	1.594	218	512	249								7	17	1.573	2.306
1997	200310	1.573	2.306	83	138	79								11	26	1.641	2.501
1997	200311	1.641	2.501	19										8	22	1.633	2.498
1997	200312	1.633	2.498	19										9	23	1.624	2.494
1997	200401	1.624	2.494	20										9	23	1.615	2.490
1997	200402	1.615	2.490	135	118	135								7	15	1.742	2.727
1997	200403	1.742	2.727	20										12	28	1.731	2.718
1997	200404	1.731	2.718	20										12	28	1.719	2.709
1997	200405	1.719	2.709	20										14	35	1.705	2.694
1997	200406	1.705	2.694	20										7	19	1.697	2.695
1997	200407	1.697	2.695	21										8	20	1.689	2.695
1997	200408	1.689	2.695	21										10	24	1.680	2.691
1997	200409	1.680	2.691	12										11	27	1.653	2.666
1997	200410	1.656	2.666	28	1	8								9	23	1.644	2.665
1997	200411	1.653	2.668	21										14	37	1.631	2.649
1997	200412	1.644	2.665	21										8	22	1.622	2.648
1997	200501	1.631	2.649	21										32	52	1.797	2.949
1997	200502	1.622	2.648	22	123	216								36	64	1.762	2.906
1997	200503	1.613	2.645	22										49	86	1.677	2.799
1997	200504	1.797	2.949	22										50	88	1.735	2.985
1997	200505	1.762	2.906	22										51	51	2.154	3.558
1997	200506	1.726	2.863	22										49	77	3.726	6.085
1997	200507	1.677	2.799	133	141	108								65	110	4.386	7.284
1997	200508	1.735	2.985	493	145	457								409	545	5.916	9.575
1997	200509	2.154	3.558	1.709	896	1.621								371	489	6.417	10.440
1997	200510	3.726	6.085	785	525	726								423	572	7.150	11.540
1997	200511	4.386	7.284	2.070	766	1.939								221	342	8.007	12.485
1997	200512	5.916	9.575	941	413	872								470	713	19.148	32.711
1997	200601	6.417	10.440	1.220	452	1.155								445	581	21.904	36.476
1997	200602	7.150	11.540	387		775								370	530	22.420	37.097
1997	200603	7.462	11.633	874	321	927								471	751	24.709	40.188
1997	200604	8.007	12.485	10.691	7.990	9.927								589	824	25.060	40.231
1997	200605	17.726	30.862	426	1.891	1.891								513	731	24.918	40.099
1997	200606	19.148	32.711	3.353	1.157	3.065								619	870	24.649	39.742
1997	200607	21.740	36.476	726	1.179	608								527	731	24.460	39.178
1997	200608	21.904	36.699	1.031	1.031	1.031								537	763	24.154	38.755
1997	200609	22.420	37.097	2.266	1.173	2.266								508	718	23.675	38.108
1997	200610	22.757	37.468	2.456	1.173	2.456											
1997	200611	24.709	40.188	863	8	940											
1997	200612	25.060	40.231	485	113	570											
1997	200701	24.918	40.099	475	350	350											
1997	200702	24.649	39.742	338	338	338											
1997	200703	24.460	39.178	231	231	231											
1997	200704	24.154	38.755	73	29	29											



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_3o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora		
1997	200705	23.673	-	310	61	458	-	-	3	-	387	497	23.698	38.128
1997	200706	23.598	-	142	44	253	-	-	1	-	342	426	23.397	37.998
1997	200707	23.397	-	1.233	198	1.457	-	-	1	-	457	587	24.173	39.064
1997	200708	24.173	-	1.736	64	1.720	-	-	1	-	406	492	25.505	40.354
1997	200709	25.505	-	1.124	150	997	-	-	1	-	343	412	26.286	41.087
1997	200710	26.286	-	971	182	481	-	-	1	-	368	383	26.745	41.509
1997	200711	26.745	-	735	67	409	-	-	2	-	293	333	27.188	41.650
1997	200712	27.188	-	948	1.089	1.355	-	-	1	-	389	458	27.742	43.640
1997	200801	27.742	-	-	-	535	-	-	0	-	287	344	27.400	43.887

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Corréio Monetário											
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Corréio Monetário	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1998	200001	0	0	4.649	2.258	1.038	-	-	-	-	-	4.649	3.286
1998	200002	4.649	3.296	301	63	75	-	-	105	73	-	4.845	3.361
1998	200003	4.845	3.361	68	37	18	-	-	82	57	-	4.831	3.359
1998	200004	4.831	3.359	93	38	24	-	-	82	89	-	4.798	3.293
1998	200005	4.798	3.293	364	43	101	-	-	59	40	-	5.103	3.397
1998	200006	5.103	3.397	-	-	(1)	-	-	43	32	-	5.060	3.365
1998	200007	5.060	3.365	32	12	10	-	0	-	-	-	5.049	3.355
1998	200008	5.049	3.355	286	77	89	-	-	89	47	-	5.273	3.449
1998	200009	5.273	3.473	-	(6)	-	-	0	-	34	-	5.238	3.449
1998	200010	5.238	3.449	143	47	148	-	-	30	22	-	5.351	3.534
1998	200011	5.351	3.534	434	187	227	-	-	-	-	-	5.786	3.868
1998	200012	5.786	3.868	421	183	227	-	-	146	86	-	6.114	4.140
1998	200101	6.114	4.140	203	62	81	-	0	319	120	-	6.137	4.164
1998	200102	6.137	4.164	107	29	275	-	(3)	595	205	-	6.069	4.121
1998	200103	6.069	4.121	584	271	293	-	30	588	357	-	6.096	4.262
1998	200104	6.096	4.262	435	71	269	-	39	392	236	-	5.972	4.136
1998	200105	5.972	4.116	-	-	46	-	20	392	236	-	5.590	3.877
1998	200106	5.590	3.877	374	146	199	-	16	552	369	-	5.583	3.929
1998	200107	5.583	3.929	801	389	382	-	15	552	369	-	5.842	4.305
1998	200108	5.842	4.305	1.510	760	702	-	18	552	369	-	6.860	5.364
1998	200109	6.860	5.364	-	-	60	-	18	371	24	-	5.012	5.012
1998	200110	6.362	5.012	-	-	53	-	19	454	358	-	5.921	4.677
1998	200111	5.921	4.677	-	-	41	-	12	309	240	-	5.619	4.457
1998	200112	5.619	4.457	-	-	51	-	16	296	227	-	5.335	4.255
1998	200201	4.535	4.255	-	-	49	-	11	301	232	-	5.046	4.049
1998	200202	5.046	4.049	180	134	139	-	17	276	254	-	4.959	4.063
1998	200203	4.959	4.063	889	7	496	-	16	309	261	-	5.349	4.278
1998	200204	5.349	4.278	-	-	56	-	18	326	267	-	5.234	4.040
1998	200205	5.234	4.040	128	57	125	-	13	309	262	-	5.065	3.930
1998	200206	5.065	3.930	85	44	95	-	18	327	279	-	4.832	3.768
1998	200207	4.832	3.768	22	17	60	-	13	318	280	-	4.544	3.544
1998	200208	4.544	3.544	371	281	259	-	14	496	441	-	4.429	3.619
1998	200209	4.429	3.619	489	295	322	-	13	496	441	-	4.622	3.935
1998	200210	4.622	3.935	613	596	331	-	331	470	599	-	4.774	4.312
1998	200211	4.774	4.312	154	60	127	-	5	342	341	-	4.590	4.148
1998	200212	4.590	4.148	-	-	37	-	5	249	264	-	4.345	3.913
1998	200301	4.345	3.913	-	-	35	-	5	249	258	-	4.097	3.683
1998	200302	4.097	3.683	80	24	82	-	3	202	224	-	3.977	3.560
1998	200303	3.977	3.560	-	-	35	-	4	183	214	-	3.795	3.375
1998	200304	3.795	3.375	624	248	429	-	3	119	134	-	4.302	3.914
1998	200305	4.302	3.914	-	-	33	-	2	118	124	-	4.185	3.819
1998	200306	4.185	3.819	-	-	33	-	50	73	72	-	4.112	3.778
1998	200307	4.112	3.778	-	-	33	-	1	74	73	-	4.039	3.736
1998	200308	4.039	3.736	-	-	34	-	1	80	74	-	3.960	3.695
1998	200309	3.960	3.695	225	223	187	-	1	75	71	-	4.110	4.043
1998	200310	4.110	4.043	-	-	35	-	1	84	103	-	4.026	3.973

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Carteira +			Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
						Monetária	Carregio	Saldo						
1998	200311	4.026	3.973	161	60	148	-	-	-	130	163	4.037	4.017	
1998	200312	4.037	4.017	317	253	260	-	-	-	-	505	3.976	4.023	
1998	200401	3.976	4.023	-	-	35	-	-	-	89	84	3.887	3.972	
1998	200402	3.887	3.972	116	116	120	-	-	-	102	114	3.902	4.095	
1998	200403	3.902	4.093	-	-	35	-	-	-	69	69	3.833	4.058	
1998	200404	3.833	4.058	436	426	363	-	-	-	81	97	4.189	4.748	
1998	200405	4.189	4.748	-	-	35	-	-	-	78	95	4.110	4.687	
1998	200406	4.110	4.687	-	-	36	-	-	-	63	75	4.032	4.628	
1998	200407	4.032	4.628	-	-	36	-	-	-	77	97	3.894	4.588	
1998	200408	3.970	4.588	-	-	37	-	-	-	77	97	3.894	4.526	
1998	200409	3.894	4.526	-	-	24	-	-	-	60	46	3.836	4.499	
1998	200410	3.836	4.499	-	-	36	-	-	-	130	189	3.707	4.345	
1998	200411	3.707	4.345	-	-	36	-	-	-	49	50	3.659	4.330	
1998	200412	3.659	4.330	-	-	37	-	-	-	49	50	3.611	4.315	
1998	200501	3.611	4.315	101	65	122	-	-	-	62	70	3.630	4.430	
1998	200502	3.650	4.430	92	52	115	-	-	-	57	54	3.687	4.511	
1998	200503	3.687	4.511	362	201	1.027	-	-	-	110	132	3.939	4.958	
1998	200504	3.939	4.958	1.137	669	3.558	-	-	-	297	376	4.779	6.276	
1998	200505	4.779	6.276	3.999	4.970	571	-	-	-	324	458	8.454	14.346	
1998	200506	8.454	14.346	596	404	571	-	-	-	296	439	8.755	14.880	
1998	200507	8.755	14.880	5.881	3.186	5.334	-	-	-	987	425	14.336	22.975	
1998	200508	14.336	22.975	22.002	10.459	20.328	-	-	-	103	131	35.426	52.242	
1998	200509	35.426	52.242	110.023	54.837	100.798	-	-	-	2.757	3.399	142.693	204.470	
1998	200510	142.693	204.470	23.023	10.993	21.441	-	-	-	4.112	5.218	161.606	231.672	
1998	200511	161.606	231.672	10.243	6.768	9.696	-	-	-	5.957	6.206	166.795	231.915	
1998	200512	166.795	231.913	11.818	5.268	11.351	-	-	-	5.044	6.447	173.373	251.986	
1998	200601	173.373	251.986	14.555	4.064	13.680	-	-	-	5.465	7.093	182.668	262.514	
1998	200602	182.668	262.514	8.527	1.356	7.812	-	-	-	4.746	6.093	186.444	265.569	
1998	200603	186.444	265.569	12.871	2.764	12.335	-	-	-	5.531	6.838	193.772	273.805	
1998	200604	193.772	273.805	13.750	5.036	13.207	-	-	-	5.527	6.511	202.191	285.364	
1998	200605	202.191	285.364	25.173	6.684	24.749	-	-	-	5.764	7.090	221.609	309.865	
1998	200606	221.609	309.865	27.999	5.120	27.505	-	-	-	6.069	7.501	243.515	334.822	
1998	200607	243.515	334.822	51.864	2.513	50.143	-	-	-	6.753	8.173	279.272	379.272	
1998	200608	285.663	379.272	15.084	886	15.057	-	-	-	7.015	8.435	292.338	386.753	
1998	200609	297.338	386.753	28.828	10.871	29.088	-	-	-	7.808	9.265	318.306	417.475	
1998	200610	318.306	417.475	14.532	2.029	13.251	-	-	-	7.740	9.358	325.029	424.634	
1998	200611	325.029	424.441	11.404	1.498	9.702	-	-	-	8.483	9.902	332.765	429.950	
1998	200612	332.765	424.634	12.730	1.950	12.831	-	-	-	8.311	10.007	336.470	433.714	
1998	200701	336.470	433.714	12.005	898	13.023	-	-	-	7.199	8.317	337.229	433.946	
1998	200702	337.229	433.946	13.574	1.040	14.319	-	-	-	7.271	8.331	343.486	445.040	
1998	200703	343.486	445.040	9.335	5.310	10.955	-	-	-	6.961	8.285	345.853	449.577	
1998	200704	345.853	449.577	19.559	988	19.559	-	-	-	7.107	8.336	348.880	450.200	
1998	200705	348.880	450.200	7.149	6.755	10.952	-	-	-	6.322	7.615	358.884	465.055	
1998	200706	358.884	465.055	31.473	2.313	30.595	-	-	-	6.222	7.615	358.884	465.055	
1998	200707	358.884	465.055	26.118	4.242	20.712	-	-	-	7.252	9.060	382.507	491.066	
1998	200708	382.507	491.066	26.118	4.960	23.606	-	-	-	8.346	9.779	400.245	510.787	



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_3a

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1998	200709	400.245	510.787	21.001	2.932	21.958	21.958	-	23	-	8.603	10.625	412.617	525.055
1998	200710	412.617	525.055	11.336	1.585	11.875	11.875	-	24	-	8.656	9.806	415.070	528.913
1998	200711	415.070	528.913	12.647	1.244	10.923	10.923	-	19	-	7.494	9.150	426.064	532.063
1998	200712	420.064	532.063	7.451	625	7.225	7.225	-	15	-	7.889	9.330	419.337	530.863
1998	200801	419.337	530.863	13.495	1.539	20.528	20.528	-	9	-	6.848	8.034	424.731	546.141

Anexo XI_3o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Crédito	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1999	200001	0	0	3361,31	2061,88	403	0	0	0	0	0	3361,31	2465,23
1999	200002	3361,31	2465,23	3338,8	1025,07	434	0	-0,01	0	20,38	12,66	6679,48	1911,93
1999	200003	6679,48	3911,93	1698,8	435,05	238	0	-0,01	0	145,43	64,34	8232,19	4521,13
1999	200004	8232,19	4521,13	714,35	208,72	103	0	-0,02	0	218,51	102,55	8727,3	4711,51
1999	200005	8727,3	4711,51	2879,92	86,73	352	0	-0,05	0	526,74	122,21	11124,58	5904,37
1999	200006	11124,58	5904,37	1343,68	275,18	264	0	-0,04	0	824,39	203,84	12045,9	5338,39
1999	200007	12045,9	5338,39	631,5	113,31	116	0	-0,03	0	1020,47	226,2	11899,89	5285,88
1999	200008	11899,89	5285,88	1206,86	213,85	232	0	-0,03	0	582,21	166,3	12068,54	5400,07
1999	200009	12068,54	5400,07	521,13	0	4	0	-0,04	0	444,34	168,75	11546,64	5300,83
1999	200010	11546,64	5300,83	499,71	284,62	254	0	-0,23	0	772,74	309,53	11896,66	5800,67
1999	200011	11896,66	5800,67	1001,5	261,59	338	0	0,02	0	422,45	140,21	11993,48	5993,2
1999	200012	11993,48	5993,2	488,62	197,84	169	0	-6,66	0	568,19	257,69	11980,05	6091,42
1999	200101	11980,05	6091,42	366,01	151,1	388	0	-4,89	0	944,78	435,28	11254,69	5735,15
1999	200102	11254,69	5735,15	138,28	45,44	141	0	5,82	0	766,62	375,82	10894,01	5593,3
1999	200103	10894,01	5593,3	373,47	92,25	196	0	19,97	0	713,72	335,63	10219,13	5296,16
1999	200104	10219,13	5296,16	0	0	866	0	21,15	0	553,16	281,97	9716,59	5054,3
1999	200105	9716,59	5054,3	28,44	28,8	115	0	17,86	0	672,81	332,57	9118,75	4627,53
1999	200106	9118,75	4627,53	148,96	74,09	163	0	21,3	0	591,77	320,31	8726,87	4780,72
1999	200107	8726,87	4780,72	601,66	274,32	313	0	16,05	0	611,46	255,54	8230,24	4490
1999	200108	8230,24	4490	126,5	9,03	144	0	9,21	0	481,55	249,85	7486,66	4141,69
1999	200109	7486,66	4141,69	120,48	101,3	157	0	8,6	0	406,12	197,2	6940,98	4100,96
1999	200110	6940,98	4100,96	948,71	115,94	462	0	11,05	0	372,61	201,68	7522,99	4370,53
1999	200111	7522,99	4370,53	0	0	121	0	12,82	0	338,64	168,86	7230,56	4233,97
1999	200112	7230,56	4233,97	0	0	122	0	11,36	0	319,16	153,51	6958,7	4133,66
1999	200201	6958,7	4133,66	21,76	19,56	116	0	8,49	0	222,36	107,04	6514,46	4015,38
1999	200202	6514,46	4015,38	380,18	185,92	126	0	10,49	0	290,36	151,5	6647,38	4278,58
1999	200203	6647,38	4278,58	440,02	251,14	284	0	8,42	0	281,84	168,02	6850,98	4621,09
1999	200204	6850,98	4621,09	904,11	488,63	313	0	10,43	0	390	206,96	7407,89	5286,12
1999	200205	7407,89	5286,12	55,4	47,41	327	0	4,41	0	257,49	218,04	7732,8	5205,77
1999	200206	7732,8	5205,77	18,7	6,78	334	0	4,83	0	255,46	205,53	6651,14	4822,59
1999	200207	6651,14	4822,59	28,35	25,45	399	0	4,98	0	167,99	85,6	6386,36	4844,12
1999	200208	6386,36	4844,12	0	0	160	0	2,64	0	167,99	76,1	6502,56	4833,99
1999	200209	6502,56	4833,99	1787,5	932,11	71	0	3,5	0	164	122,96	8163,01	6025,23
1999	200210	8163,01	6025,23	480,9	227,93	1023	0	3,59	0	435,89	181,01	8243,82	6792,16
1999	200211	8243,82	6792,16	0	0	359	0	1,98	0	135	120,29	8127,09	6743,1
1999	200212	8127,09	6743,1	0	0	269	0	0,58	0	127,68	92,86	8035,77	6722,51
1999	200301	8035,77	6722,51	940,67	535,34	109	0	0,57	0	234,05	195,42	8778,81	7070,49
1999	200302	8778,81	7070,49	188,27	94,41	628	0	0,58	0	310,86	277,74	8692,34	7407,99
1999	200303	8692,34	7407,99	168,96	153,64	217	0	0,58	0	272,75	233,43	8465,97	7180,49
1999	200304	8465,97	7180,49	673,95	245,32	113	0	0,58	0	595,38	647,29	8365,63	7432,23
1999	200305	8365,63	7432,23	767,76	446,22	512	0	0,6	0	446,3	421,91	8624,56	7893,17
1999	200306	8624,56	7893,17	663,38	441,7	519	0	0,6	0	788,65	761,21	8559,38	8055,79

Anexo XI_3o

Ano de Emissão	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Diferença de Mora	Diferença de Principal	Diferença de Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Pagamento	Creditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
1999	200403	8539,38	8055,79	393,29	224,98	357	0	357	0	0,55	617,7	629,56	8331,29	7971,42
1999	200404	8331,29	7971,42	193,39	76,93	238	0	238	0	0,55	516,16	512,53	8044,63	7716,77
1999	200405	8044,63	7716,77	947,14	561,07	732	0	732	0	0,54	387,81	393,07	8640,35	8389,78
1999	200406	8640,35	8389,78	102,12	54,58	183	0	183	0	0,53	403,17	427,12	8975,65	8761,71
1999	200407	8375,65	8316,8	236,95	69,19	229	0	229	0	-2,42	333,23	335,5	8282,65	8316,8
1999	200408	8382,65	8316,8	594,75	252,63	518	0	518	0	0,55	260,87	265,94	8652,99	8823,98
1999	200409	8652,99	8823,98	137,88	97,76	201	0	201	0	0,55	272,46	272,46	8810,79	8810,79
1999	200410	8810,79	8810,79	0	0	120	0	120	0	0,53	33,56	34,58	8254,24	8349,86
1999	200411	8351,42	8549,86	0	0	120	0	120	0	0,53	223,36	223,37	8067,29	8410,66
1999	200412	8067,29	8410,66	0	0	160	0	160	0	0,78	217,5	792,2	792,2	8320,95
1999	200501	7922,2	8320,95	627,6	693,48	532	0	532	0	0,78	214,2	269,11	8336,41	9196,98
1999	200502	8336,41	9196,98	0	0	121	0	121	0	1,08	231,26	223,59	8114,94	9054,52
1999	200503	8114,94	9054,52	104,1	46,63	199	0	199	0	1,46	167,34	152,86	8114,94	9112,95
1999	200504	8114,94	9112,95	1101,28	636,32	932	0	932	0	0,78	230,42	218,5	9025,46	10441,48
1999	200505	9025,46	10441,48	176,66	33,23	296	0	296	0	1,35	230,69	193,71	9043,59	10904,16
1999	200506	9043,59	10904,16	564	421,08	518	0	518	0	2,1	239,49	295,11	9779,04	11145,66
1999	200507	9379,04	11145,66	5479,25	3488,29	4398	0	4398	0	2,76	248,12	260,65	14646,39	18732,7
1999	200508	14646,39	18732,7	27840,98	16452,67	22132	0	22132	0	99,17	976,71	1084,15	41587,86	56129,91
1999	200509	41587,86	56129,91	161336,14	98002,42	126985	0	126985	0	8,68	3699,77	4293,1	199213,5	278734,04
1999	200510	199213,5	278734,04	28250,25	13504,42	22873	0	22873	0	16,17	6461,27	7170,2	221441,12	309886,24
1999	200511	221441,12	309886,24	13892,94	9578,93	11404	0	11404	0	11,84	6798,07	8033,82	228646,09	322785,42
1999	200512	228646,09	322785,42	17364,85	9812,67	14373	0	14373	0	15,75	7293,21	8753,24	238715,91	337963,96
1999	200601	238715,91	337963,96	20896,75	7545,74	17597	0	17597	0	185,87	6709,05	8279,98	252943,75	356603,98
1999	200602	252943,75	356603,98	11377,77	2855,87	9589	0	9589	0	25,66	6575,37	7895,6	257738,7	393102,17
1999	200603	257738,7	393102,17	11549,52	3649,63	9983	0	9983	0	30,94	7410,11	8939,18	261933,89	367262,41
1999	200604	261933,89	393102,17	13620,25	3533,91	11695	0	11695	0	31,76	6923,47	8310,1	268616,72	379626,79
1999	200605	268616,72	393102,17	36264,76	14743,45	31923	0	31923	0	32,05	7060,47	8539,04	297866,62	408656,98
1999	200606	297866,62	408656,98	12219,68	3828,13	11040	0	11040	0	138,68	7471,62	9097,8	306559,69	414184,03
1999	200607	306559,69	414184,03	39533,22	4792,42	35964	0	35964	0	130,98	7536,54	9142,75	334701,17	445610,84
1999	200608	334701,17	445610,84	3562,83	762,65	3110	0	3110	0	31,53	7563,45	9165,36	339742,51	440444,57
1999	200609	339742,51	440444,57	19469,08	6219,72	18034	0	18034	0	52,11	8181,87	9867,37	342036,33	454782,19
1999	200610	342036,33	454782,19	10352,46	1502,81	5938	0	5938	0	15,21	7896,84	9486,68	344502,63	452710,69
1999	200611	344502,63	452710,69	7335,76	1267,68	5363	0	5363	0	30,93	7785,55	9191,39	344097,07	458074,73
1999	200612	344097,07	458074,73	5778,81	1085,45	5053	0	5053	0	26,14	7401,06	8674,4	343518,26	447468,78
1999	200701	342518,26	447468,78	7125,69	1680,44	8312	0	8312	0	24,75	8699,69	9581,84	341623,49	448005,8
1999	200702	341623,49	448005,8	4702,17	871,71	3967	0	3967	0	45,12	6432,91	7944,91	339538,31	444808,68
1999	200703	339538,31	444808,68	36819,34	1229,59	13736	0	13736	0	32,53	6914,72	8053,9	364979,27	451665,1
1999	200704	364979,27	451665,1	3180,94	458,42	3541	0	3541	0	34,03	6321,78	7436,44	363665,51	448167,58
1999	200705	366265,51	448167,58	3338,45	1185,99	3695	0	3695	0	28,31	6459,34	7267,5	363324,99	445754,35
1999	200706	363324,99	445754,35	3567,8	845,88	3826	0	3826	0	24,07	5864,38	6938,64	360856,64	443553,06
1999	200707	360856,64	443553,06	1918,06	2648,89	10310	0	10310	0	26,47	6394,41	7129	366446,71	449799,87
1999	200708	366446,71	449799,87	10764,08	1901,77	7091	0	7091	0	23,71	5861,07	6663,69	370388,87	452737,1
1999	200709	370388,87	452737,1	13274,91	2812,01	12611	0	12611	0	16,83	5617,27	6520,48	377974,87	461693,42
1999	200710	377974,87	461693,42	8096,92	696,97	4951	0	4951	0	17,39	5760,72	6586,78	380433,81	461123,09
1999	200711	380433,81	461123,09	6171,86	98,71	3991	0	3991	0	11,92	5152,49	5963,66	381374,75	459736,71
1999	200712	381374,75	459736,71	4081,85	497,17	3320	0	3320	0	10,14	5481,85	6302,6	379684,59	457331,05
1999	200801	379684,59	457331,05	12021,78	851,79	11610	0	11610	0	3,96	4855,98	5386,57	385988,59	465254

Ano de Início	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Creditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2000	200001	0	0	26093,16	12323,18	318	0	-0,11	0	2818,18	1199,73	23475,76	11240,47
2000	200002	23475,76	11240,47	45558,19	21070,77	562	0	0,37	0	3898,02	1603,31	65223,85	31181,35
2000	200003	65223,85	31181,35	445,68	232,08	10	0	(0,00)	0	4402	1762,04	61345,51	29583,46
2000	200004	61345,51	29583,46	639,91	386,75	28	0	-0,83	0	5424,29	2342,48	46572,54	27645,5
2000	200005	56572,54	27645,5	354,25	163,87	64	0	36,94	0	6035,54	3389,99	50931,33	25159,97
2000	200006	50931,33	25159,97	210,77	94,94	526	0	352,33	0	7462,97	3124,03	43778,89	21939,17
2000	200007	43778,89	21939,17	100,92	52,63	474	0	-434,05	0	6972,13	2888,1	36991,2	18824,4
2000	200008	36991,2	18824,4	290,08	148,61	292	0	61,13	0	6327,83	2429,67	31116,83	16152,46
2000	200009	31116,83	16152,46	273,2	122,45	425	0	12,85	0	5405,45	1851,76	26501,36	13940,46
2000	200010	22770,47	12999,25	292,18	194,93	400	0	221,36	0	3886,65	1882,54	22770,47	12399,25
2000	200011	20985,59	11324,69	423,42	286,14	439	0	-0,61	0	4115,98	1467,69	20085,59	11324,69
2000	200012	20985,59	11324,69	11577,05	3808,01	2329	0	0,03	0	3446,17	1169,32	26496,55	14373,41
2000	200101	1797,88	10246,67	4333,08	1507,55	979	0	856,71	0	5304,26	1480,16	27599,56	15078,32
2000	200102	26496,35	14373,41	283,41	124,81	648	0	307,21	0	2920,22	1472,98	24128,09	13533,23
2000	200103	27599,56	15078,32	364,18	112,97	280	0	53,43	0	3471,61	1212,08	21615,5	12401,54
2000	200104	24128,09	13533,23	0	0	221	0	54,02	0	1793,03	905,05	19182,7	11317,46
2000	200105	21615,5	12401,54	479,86	204,67	292	0	-46,88	0	1618,83	844,36	16905,15	10122,25
2000	200106	19182,7	11317,46	0	0	175	0	26,88	0	1194,79	668,52	15293,45	9695,4
2000	200107	17902,6	10829,63	162,8	85,04	211	0	24,36	0	931,04	526,12	14373,72	9296,28
2000	200108	16305,15	10112,25	0	0	158	0	19,88	0	841,7	467,82	13540,33	8942,74
2000	200109	15293,45	9695,4	0	0	142	0	14,12	0	915,59	490,14	13483,44	8956,52
2000	200110	14373,72	9296,28	852,93	189,34	324	0	8,62	0	591,98	329,9	13051,64	8900,4
2000	200111	13540,33	8947,74	153,96	112,47	175	0	7,07	0	908,16	464	12159,99	8543,23
2000	200112	13483,44	8956,52	0	0	145	0	12	0	321,7	173,26	11845,09	8500,79
2000	200201	13051,64	8900,4	0	0	135	0	7,68	0	444,14	262,72	12573,69	9011,19
2000	200202	12159,99	8543,23	0	0	140	0	6,5	0	283,44	166,04	12294,13	8978,27
2000	200203	11845,09	8500,79	1169,04	337,93	445	0	7,82	0	268,85	129,05	12030,32	8982,93
2000	200204	12573,69	9011,19	0	0	145	0	6,28	0	289,69	148,65	11742,52	8967,93
2000	200205	12294,13	8978,27	0	0	139	0	3,2	0	164,07	89,03	11580,88	9013,36
2000	200206	12030,32	8982,93	0	0	140	0	3,2	0	192,56	114,94	11795,27	9378,38
2000	200207	11742,52	8967,93	0	0	268	0	4,05	0	229,12	143,77	12219,78	9980,16
2000	200208	11580,88	9013,36	404,58	219,46	350	0	3,19	0	205,77	144,45	12015,92	9972,75
2000	200209	11795,27	9378,38	680,64	400,85	342	0	3,25	0	270,42	182,11	11553,44	9920,15
2000	200210	12219,78	9980,16	0	0	142	0	2,78	0	200,18	131,26	11818,02	9978,84
2000	200211	12015,92	9972,75	0	0	140	0	2,8	0	270,42	182,11	11553,44	9920,15
2000	200212	11818,02	9978,84	0	0	132	0	2,74	0	243,84	142,97	11642,14	10199,39
2000	200301	11553,44	9920,15	332,2	165,49	260	0	0,22	0	179,01	120,05	11492,43	10258,68
2000	200302	11642,14	10199,39	29,44	29,95	149	0	0,58	0	154,41	89,85	11551,46	10460,01
2000	200303	11492,43	10258,68	188	103,03	194	0	2,92	0	202,43	152,41	11748,31	10806,5
2000	200304	11551,46	10460,01	397,57	204,03	299	0	0,55	0	150,75	101,98	11009,31	10476,29
2000	200305	11748,31	10806,5	0	0	15	0	0,56	0	184,71	120,96	10824,94	10731,37
2000	200306	11159,57	10443,4	0	0	297	0	0,56	0	217,69	169,86	10654,54	10559,41
2000	200307	11009,31	10476,29	0	0	136	0	0,56	0	125,18	113,1	11652,24	11440,91
2000	200308	10824,94	10731,37	0	0	138	0	0,56	0	0	0	0	0
2000	200309	10731,37	10517,65	129,57	74,7	129	0	0,56	0	0	0	0	0
2000	200310	10654,54	10559,41	1122,34	363,35	632	0	0,56	0	0	0	0	0

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2000	200311	11426,44	11440,91	0	0	0	138	0	0,57	226,13	134,93	11426,44	11423,38
2000	200312	11426,44	11423,38	0	0	0	104	0	0,57	453,94	342,65	10978,33	11178,31
2000	200401	10978,33	11178,31	408,86	201,92	201,92	332	0	0,59	286,21	211,36	11102,68	11499,7
2000	200402	11102,68	11499,7	245,94	728	728	256	0	0,58	139,98	151,23	11169,16	11831,81
2000	200403	11169,16	11831,81	323,31	189,37	189,37	296	0	0,59	212,12	202,89	11301,2	12113,13
2000	200404	11301,2	12113,13	203,26	105,26	240	240	0	0,58	161,78	150,56	11343,41	12306,25
2000	200405	11343,41	12306,25	558,55	161,89	427	427	0	0,58	179,92	173,43	11722,38	12720,78
2000	200406	11722,38	12720,78	738,86	286,31	529	529	0	0,57	157,96	140,35	12303,87	13394,67
2000	200407	12303,87	13394,67	145,95	20,53	208	208	0	0,59	265,61	229,4	12184,84	13392,85
2000	200408	12184,84	13392,85	66,65	23,35	175	175	0	0,58	302,35	265,26	11949,89	13324,92
2000	200409	11949,89	13324,92	0	0	0	126	0	0,58	255,66	210,15	11699,34	13327,07
2000	200410	11699,34	13327,07	1448,81	247,83	824	824	0	0,56	486,94	372,94	12669,15	13927,49
2000	200411	12669,15	13927,49	195,72	78,24	259	259	0	0,56	404,06	328,64	12461,77	13925,2
2000	200412	12461,77	13925,2	0	0	133	133	0	0,83	528,51	458,43	11934,51	13598,23
2000	200501	11934,51	13598,23	82,56	67,48	16	16	0	0,82	457,36	377,4	11569,35	13293,85
2000	200502	11569,35	13293,85	269,99	144,45	258	258	0	0,95	379,14	317,13	11461,4	13416,61
2000	200503	11461,4	13416,61	629,74	470,92	525	525	0	1,14	549,65	429,15	11542,01	13981,25
2000	200504	11542,01	13981,25	92,64	51,74	193	193	0	0,98	414,96	346,23	11220,55	13878,05
2000	200505	11220,55	13878,05	185,56	57,16	253	253	0	0,6	133,16	128,21	11273,35	14059,31
2000	200506	11273,35	14059,31	126	77,13	217	217	0	0,71	154,41	152,02	11245,37	14200,03
2000	200507	11245,37	14200,03	6138,69	3098,69	4090	4090	0	0,65	344,36	286,66	17098,67	21662,29
2000	200508	17098,67	21662,29	27776,39	19076,36	18823	18823	0	82,42	1092,57	1129,63	43782,71	58349,33
2000	200509	43782,71	58349,33	188593,24	129266,15	127560	127560	0	11,29	4481,99	4717,97	227890,01	310850,25
2000	200510	227890,01	310850,25	32297,76	20296,74	22150	22150	0	23,4	6000,73	7426,68	233593,22	345842,17
2000	200511	233593,22	345842,17	14440,41	10971,24	10247	10247	0	18,56	8022,53	8726,12	260014,13	358312,56
2000	200512	260014,13	358312,56	21579,9	15674,24	15370	15370	0	20,45	8318,37	9589,24	273083,44	379739,38
2000	200601	273083,44	379739,38	21254,25	9670,43	15607	15607	0	179,59	7630,15	9218,02	286713,09	395613,62
2000	200602	286713,09	395613,62	13037,52	3987,25	9526	9526	0	27,61	7476,89	8870,75	292273,26	406228,72
2000	200603	292273,26	406228,72	11419,37	3662,43	8593	8593	0	29,52	8339,76	9845,1	295353,16	402609
2000	200604	295353,16	402609	12273,76	4206,29	9177	9177	0	33,55	7621,9	8950,18	300003,88	407155,54
2000	200605	300003,88	407155,54	45452,63	16861,23	34590	34590	0	50,81	337843,75	337843,75	449499,85	604939,13
2000	200606	337843,75	449499,85	13421,14	4206,26	10721	10721	0	177,6	7871,34	9297,28	343400,56	454405,05
2000	200607	343400,56	454405,05	5890,77	1831,32	5159	5159	0	128,35	8164,54	9425,64	343233,77	454405,05
2000	200608	341233,77	452405,05	3791,39	653,13	3077	3077	0	30,78	8164,54	9425,64	343233,77	454405,05
2000	200609	336872,07	446032,27	23818,19	9902,8	19610	19610	0	31,18	7838,6	9237,48	352841,91	466867,47
2000	200610	352841,91	466867,47	13786,32	2144,54	8121	8121	0	25,34	8705,13	10058,51	3579902,15	467053,38
2000	200611	3579902,15	467053,38	6926,71	1350,43	4749	4749	0	32,15	8170,82	9449,6	356656,55	465672,66
2000	200612	356656,55	465672,66	4007,51	838,38	3342	3342	0	30,54	7977,98	9221,78	352680,67	458595,78
2000	200701	352680,67	458595,78	3421,08	763,06	5665	5665	0	28,41	8341,68	9625,97	349681,68	455448,11
2000	200702	349681,68	455448,11	4695,65	1205,8	4241	4241	0	42,8	7708,74	9237,48	347651,4	453133,06
2000	200703	347651,4	453133,06	1752,8	660,67	2410	2410	0	21,15	6595,87	7477,47	342999,23	448710,11
2000	200704	342999,23	448710,11	6454,57	953,68	5596	5596	0	23,83	7345,97	7345,97	343205,62	448140,2
2000	200705	343205,62	448140,2	3071,94	223,89	2402	2402	0	26,02	6410,29	7292,98	339865,82	443769,02
2000	200706	339865,82	443769,02	8151,05	1259,94	6716	6716	0	15,63	5658,62	6628,89	342250,84	443769,02
2000	200707	342250,84	443769,02	11291,55	3191,97	8811	8811	0	30,21	6749,69	7525,19	346792,01	449598,67
2000	200708	346792,01	449598,67	14207,97	1884,66	9944	9944	0	26,09	6265,56	6815,91	351936,37	452604,8



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo XI_3a

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial		Valor Inscrito		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Molta		Diferença de Pagamento		Créditos		Pagamento Principal		Pagamento Mora		Saldo Final Principal		Saldo Final Mora	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora
2000	200709	351936,37	452664,8	6155,47	537,31	9287,93	736,92	4257	4257	0	19,38	0	17,68	5661,78	6371,53	352313,15	451117,48	352313,15	451117,48	352313,15	451117,48	352313,15	451117,48	352313,15	451117,48
2000	200710	352313,15	451117,48	9287,93	736,92	9287,93	736,92	4257	4257	0	18,91	0	97,27	5632,64	6184,93	355491,1	450610,41	355491,1	450610,41	355491,1	450610,41	355491,1	450610,41	355491,1	450610,41
2000	200711	355491,1	450610,41	6285,89	252,29	6285,89	252,29	3752	3752	0	13,83	0	10,82	5268,98	5889,62	356317,28	448891,6	356317,28	448891,6	356317,28	448891,6	356317,28	448891,6	356317,28	448891,6
2000	200712	356317,28	448891,6	19104,56	824,02	19104,56	824,02	9154	9154	0	8,04	0	11,98	5429,31	5968,57	369570,81	453302,99	369570,81	453302,99	369570,81	453302,99	369570,81	453302,99	369570,81	453302,99
2000	200801	369570,81	453302,99	7808,8	1909,37	7808,8	1909,37	14431	14431	0	2,49	0	26,28	4916,99	5029,9	371458,99	465588,16	4916,99	5029,9	4916,99	5029,9	371458,99	465588,16	4916,99	5029,9
				673101,63	318512,6																				



Prefeitura da Cidade de Nova Iguacu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_3o

Ano de Início	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal e Correção Monetária	Diferença de Molho	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamentos Principais	Pagamentos Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2001	200001	0	0	406	244	(0)	-	-	-	31	14	373	230
2001	200002	373	230	-	-	(0)	-	-	-	33	14	340	216
2001	200003	340	216	-	-	(0)	-	-	-	-	-	340	216
2001	200004	340	216	-	-	(0)	-	-	-	33	14	307	202
2001	200005	307	202	-	-	(0)	-	-	-	-	-	307	202
2001	200006	307	202	-	-	(0)	-	-	-	33	14	274	188
2001	200007	274	188	-	-	45	-	44	-	25	6	548	231
2001	200008	548	231	299	68	45	-	-	-	64	27	515	238
2001	200009	515	238	-	-	-	-	-	-	-	-	515	239
2001	200010	515	239	-	-	1	-	-	-	-	-	515	240
2001	200011	515	240	-	-	1	-	-	-	-	-	515	241
2001	200012	515	241	-	-	2	-	-	-	-	-	515	243
2001	200101	515	243	2.868	1.168	2	-	2	-	239	167	3.142	1.247
2001	200102	3.142	1.247	1.767	784	22	-	0	-	859	324	4.034	1.723
2001	200103	4.034	1.723	1.603	754	46	-	6	-	712	303	4.749	2.213
2001	200104	4.749	2.213	2.792	1.326	91	-	2	-	943	415	6.764	3.218
2001	200105	6.764	3.218	2.336	1.049	117	-	9	-	1.131	548	7.898	3.827
2001	200106	7.898	3.827	1.559	622	104	-	11	-	1.564	688	7.797	3.859
2001	200107	7.797	3.859	2.628	1.061	208	-	20	-	3.386	1.058	8.046	4.044
2001	200108	8.046	4.044	1.179	466	121	-	16	-	1.720	787	7.596	3.826
2001	200109	7.596	3.826	1.877	782	183	-	16	-	1.972	635	8.012	4.135
2001	200110	8.012	4.135	2.320	839	238	-	13	-	1.862	866	8.476	4.306
2001	200111	8.476	4.306	2.841	884	311	-	10	-	1.733	805	9.577	4.716
2001	200112	9.577	4.716	1.481	666	186	-	9	-	1.527	779	9.530	4.781
2001	200201	9.530	4.781	883	418	121	-	4	-	1.518	752	8.867	4.563
2001	200202	8.867	4.563	398	152	66	-	2	-	1.269	606	7.990	4.178
2001	200203	7.990	4.178	1.169	438	179	-	1	-	1.081	537	8.081	4.273
2001	200204	8.081	4.273	543	245	113	-	16	-	1.066	530	7.551	4.072
2001	200205	7.551	4.072	747	349	127	-	28	-	1.270	628	13.739	8.100
2001	200206	13.739	8.100	-	-	28	-	11	-	1.065	574	12.694	7.543
2001	200207	12.694	7.543	380	147	93	-	10	-	1.104	336	11.978	7.176
2001	200208	11.978	7.176	177	36	62	-	10	-	892	489	11.207	6.822
2001	200209	11.207	6.822	684	318	139	-	4	-	999	543	10.960	6.745
2001	200210	10.960	6.745	108	45	44	-	4	-	780	424	10.371	6.401
2001	200211	10.371	6.401	115	38	42	-	0	-	669	407	9.817	6.074
2001	200212	9.817	6.074	289	162	77	-	0	-	912	546	9.199	5.763
2001	200301	9.199	5.763	303	140	38	-	0	-	681	425	8.821	5.564
2001	200302	8.821	5.564	694	276	164	-	0	-	783	490	8.643	5.512
2001	200303	8.643	5.512	131	68	49	-	1	-	803	568	8.643	5.513
2001	200304	7.987	5.113	1.477	888	415	-	1	-	633	405	8.840	6.011
2001	200305	8.840	6.011	-	-	13	-	1	-	795	517	8.053	5.498
2001	200306	8.053	5.498	198	55	62	-	1	-	722	463	7.489	5.151
2001	200307	7.489	5.151	127	62	31	-	1	-	833	530	6.791	4.723
2001	200308	6.791	4.723	438	236	133	-	1	-	638	425	6.591	4.686
2001	200309	6.591	4.686	60	24	33	-	1	-	809	512	5.859	4.214
2001	200310	5.859	4.214	-	-	16	-	1	-	703	472	5.137	3.735
2001	200311	5.137	3.735	230	108	96	-	1	-	595	395	4.792	3.363
2001	200312	4.792	3.363	660	149	242	-	1	-	620	436	4.813	3.717
2001	200401	4.813	3.717	381	267	218	-	1	-	944	623	4.494	3.544
2001	200402	4.494	3.544	717	424	237	-	1	-	374	297	4.494	3.544
2001	200403	4.494	3.544	-	-	14	-	1	-	331	272	4.912	3.664
2001	200404	4.912	3.664	987	629	400	-	1	-	486	338	4.912	3.664

Anexo XL 3o

Ano de Exercício	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Diária	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mens	Juros sobre o Saldo de Principal e Carreção Nominal	Diferença de Moeda	Diferença de Pagamento	Creditos	Pagamentos Principais	Pagamento Mens	Saldo Final Principal	Saldo Final Mens
2001	200405	5.091	4.334	1.090	567	282	-	-	1	316	504	5.409	4.666
2001	200406	5.499	4.666	-	-	11	-	-	1	317	271	5.183	4.405
2001	200407	5.183	4.405	38	28	25	-	-	1	648	459	4.276	4.018
2001	200408	4.578	4.018	94	41	49	-	-	1	353	302	4.320	3.804
2001	200409	4.320	3.804	-	-	8	-	-	1	236	201	4.084	3.610
2001	200410	4.084	3.610	1.498	441	682	-	-	1	454	374	5.128	4.357
2001	200411	5.128	4.357	-	-	8	-	-	1	440	358	4.689	4.006
2001	200412	4.689	4.006	-	-	8	-	-	1	295	234	4.394	3.778
2001	200501	4.394	3.778	275	162	126	-	-	1	344	271	4.330	3.790
2001	200502	4.330	3.790	157	101	85	-	-	1	279	224	4.209	3.750
2001	200503	4.209	3.750	-	-	8	-	-	1	199	189	3.711	3.368
2001	200504	3.711	3.368	7.040	2.890	3.599	-	-	1	404	331	10.348	9.524
2001	200505	10.348	9.524	1.856	684	973	-	-	1	1.066	980	11.336	10.260
2001	200506	11.336	10.260	-	-	9	-	-	1	1.105	1.006	10.034	9.208
2001	200507	10.034	9.208	3.232	3.380	3.119	-	-	295	1.157	1.066	14.300	14.365
2001	200508	14.300	14.365	38.533	25.319	21.269	-	-	76	2.030	1.962	30.634	28.915
2001	200509	30.634	28.915	439.358	292.085	245.833	-	-	15	11.195	10.760	478.797	586.058
2001	200510	478.797	586.058	55.893	35.487	31.726	-	-	40	20.887	20.451	503.495	624.902
2001	200511	503.495	624.902	8.837	6.950	5.784	-	-	725	19.342	19.148	487.486	609.127
2001	200512	487.486	609.127	3.408	1.614	2.250	-	-	874	16.233	16.873	474.683	595.631
2001	200601	474.683	595.631	1.686	469	2.314	-	-	348	13.303	14.070	463.077	570.073
2001	200602	463.077	570.073	2.477	814	1.978	-	-	107	14.761	15.676	450.811	564.455
2001	200603	450.811	564.455	6.175	3.155	4.314	-	-	315	11.918	12.825	436.645	554.789
2001	200604	436.645	554.789	3.526	980	2.460	-	-	222	11.888	12.893	424.561	545.561
2001	200605	424.561	545.561	2.756	858	1.991	-	-	117	11.036	11.969	412.593	536.526
2001	200606	412.593	536.526	3.360	1.738	2.691	-	-	82	11.519	12.901	401.158	528.716
2001	200607	401.158	528.716	2.827	639	2.246	-	-	44	9.864	10.660	391.020	516.519
2001	200608	391.020	516.519	34.196	15.807	25.716	-	-	39	10.479	11.711	440.054	555.992
2001	200609	440.054	555.992	13.856	2.711	6.330	-	-	16	9.597	10.819	434.910	536.553
2001	200610	434.910	536.553	4.471	475	2.930	-	-	43	9.566	10.678	428.326	538.511
2001	200611	428.326	538.511	3.064	403	2.414	-	-	220	8.278	10.472	423.046	533.778
2001	200612	423.046	533.778	3.993	515	2.898	-	-	50	8.578	9.458	418.467	527.658
2001	200701	418.467	527.658	1.767	637	2.356	-	-	44	8.033	8.927	412.164	521.717
2001	200702	412.164	521.717	1.814	346	2.326	-	-	39	7.394	8.424	406.320	515.889
2001	200703	406.320	515.889	2.704	99	2.474	-	-	25	7.201	8.174	401.792	510.257
2001	200704	401.792	510.257	3.906	1.046	3.151	-	-	37	6.747	7.634	398.831	507.106
2001	200705	398.831	507.106	9.748	2.360	6.979	-	-	16	7.035	7.773	401.506	508.536
2001	200706	401.506	508.536	8.121	1.431	5.714	-	-	34	6.800	7.530	402.657	508.251
2001	200707	402.657	508.251	8.576	1.620	5.274	-	-	91	6.235	7.215	404.299	506.918
2001	200708	404.299	506.918	8.721	1.465	5.550	-	-	21	6.125	6.521	408.578	507.616
2001	200709	408.578	507.616	6.304	421	4.360	-	-	10	5.779	6.219	407.019	506.236
2001	200710	407.019	506.236	1.670	37	3.495	-	-	22	5.723	6.239	404.883	505.092
2001	200711	404.883	505.092	3.354	1.065	12.317	-	-	24	5.263	5.476	401.435	513.107

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2002	200102	0	0	56	23	61	-	-	-	-	-	56	23
2002	200103	56	23	824	61	25	-	-	-	51	13	852	74
2002	200104	852	74	1.144	216	0	-	-	-	38	4	1.958	286
2002	200105	1.958	286	-	-	1	-	0	-	24	2	1.955	284
2002	200106	1.955	284	-	-	1	-	0	-	53	7	1.883	278
2002	200107	1.883	278	3.195	89	1	-	0	-	24	2	5.054	365
2002	200108	5.054	365	-	-	172	-	0	-	205	9	5.017	362
2002	200109	5.017	362	-	-	3	-	2	-	237	21	4.782	339
2002	200110	4.782	339	-	-	4	-	2	-	208	9	4.576	329
2002	200111	4.576	329	274	39	4	-	2	-	208	9	4.644	359
2002	200112	4.644	359	-	-	4	-	2	-	273	18	4.373	342
2002	200201	4.373	342	3.826	1.590	4	-	2	-	971	282	7.221	1.567
2002	200202	7.221	1.567	2.637	1.057	31	-	2	-	1.035	328	8.822	2.327
2002	200203	8.822	2.327	4.145	1.777	87	-	2	-	1.940	642	11.022	3.550
2002	200204	11.022	3.550	748	352	31	-	2	-	1.614	591	10.154	3.342
2002	200205	10.154	3.342	22.683	8.225	1.119	-	174	-	1.792	684	31.066	11.806
2002	200206	31.066	11.806	2.225	1.003	190	-	38	-	3.949	1.556	29.373	11.375
2002	200207	29.373	11.375	42.253	18.159	2.597	-	32	-	4.051	1.597	67.589	30.487
2002	200208	67.589	30.487	911	386	128	-	26	-	6.864	2.774	38.184	14.856
2002	200209	61.653	28.184	1.538	695	164	-	23	-	6.534	2.731	56.667	26.270
2002	200210	56.667	26.270	2.381	610	254	-	14	-	6.616	2.701	32.442	24.772
2002	200211	52.442	24.772	1.214	610	152	-	11	-	6.477	2.693	47.183	22.826
2002	200212	47.183	22.826	2.512	1.102	309	-	11	-	6.725	2.810	42.975	21.410
2002	200301	42.975	21.410	1.227	556	175	-	5	-	6.836	2.908	37.373	19.221
2002	200302	37.373	19.221	689	343	104	-	7	-	6.645	2.836	31.416	16.826
2002	200303	31.416	16.826	805	486	138	-	5	-	6.253	2.583	25.974	14.856
2002	200304	25.974	14.856	1.620	911	18	-	4	-	3.966	1.791	23.630	14.239
2002	200305	23.630	14.239	780	336	151	-	4	-	3.911	1.762	20.502	12.958
2002	200306	20.502	12.958	-	-	18	-	4	-	3.715	1.687	16.787	11.284
2002	200307	16.787	11.284	254	104	67	-	1	-	3.724	1.691	13.317	9.763
2002	200308	13.317	9.763	-	-	15	-	1	-	1.407	804	11.912	8.973
2002	200309	11.912	8.973	388	198	97	-	1	-	860	504	11.440	8.763
2002	200310	11.440	8.763	664	392	159	-	1	-	793	465	11.310	8.849
2002	200311	11.310	8.849	195	168	62	-	1	-	482	331	11.023	8.748
2002	200312	11.023	8.748	820	289	164	-	0	-	1.049	600	10.807	8.588
2002	200401	10.807	8.588	790	296	195	-	1	-	459	280	11.163	8.792
2002	200402	11.163	8.792	549	322	134	-	1	-	807	512	10.905	8.754
2002	200403	10.905	8.754	113	68	45	-	1	-	556	342	10.480	8.507
2002	200404	10.480	8.507	417	241	292	-	159	-	336	237	10.562	8.654
2002	200405	10.562	8.654	1.312	879	391	-	0	-	245	167	11.629	9.756
2002	200406	11.629	9.756	34	23	(26)	-	0	-	516	331	11.162	9.407
2002	200407	11.162	9.407	-	-	25	-	0	-	281	207	10.882	9.224
2002	200408	10.882	9.224	501	316	183	-	0	-	223	165	11.160	9.557
2002	200409	11.160	9.557	165	97	82	-	0	-	188	135	11.137	9.600
2002	200410	11.137	9.600	1.840	760	472	-	0	-	1.535	1.303	11.457	9.514
2002	200411	11.457	9.514	-	-	(6)	-	0	-	483	364	10.975	9.142
2002	200412	10.975	9.142	38	30	26	-	1	-	419	312	10.594	8.885
2002	200501	10.594	8.885	217	117	89	-	1	-	670	547	10.142	8.541

Anexo XI_30

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Crédito	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2002	200502	10.142	8.541	157	120	72	-	2	-	499	383	9.802	8.347
2002	200503	9.802	8.347	185	81	83	-	1	-	910	700	9.077	7.810
2002	200504	9.077	7.810	220	120	103	-	1	-	739	576	8.569	7.456
2002	200505	8.569	7.456	186	102	89	-	1	-	285	241	8.469	7.404
2002	200506	8.469	7.404	91	38	53	-	3	-	438	359	8.123	7.133
2002	200507	8.123	7.133	6.317	3.633	2.768	-	146	-	367	320	14.073	13.068
2002	200508	14.073	13.068	38.927	29.211	16.755	-	3	-	1.849	1.570	51.152	57.461
2002	200509	51.152	57.461	365.596	286.517	160.821	-	22	-	8.739	8.130	408.020	496.645
2002	200510	408.020	496.645	51.654	38.482	23.299	-	37	-	14.981	14.590	444.696	543.796
2002	200511	444.696	543.796	11.667	6.668	6.078	-	655	-	13.860	15.517	440.510	540.363
2002	200512	440.510	540.363	6.750	3.608	3.570	-	425	-	14.873	14.759	432.408	532.335
2002	200601	432.408	532.335	7.153	2.822	3.597	-	60	-	13.276	13.712	436.295	534.972
2002	200602	426.295	524.972	1.339	566	844	-	44	-	11.508	11.880	416.133	514.450
2002	200603	416.133	514.450	3.412	1.396	2.105	-	208	-	12.466	12.968	407.097	504.757
2002	200604	407.097	504.757	6.810	2.808	2.960	-	48	-	10.725	11.181	403.131	499.343
2002	200605	403.131	499.343	4.856	1.821	2.854	-	197	-	10.730	11.237	397.251	492.591
2002	200606	397.251	492.591	2.826	845	1.738	-	104	-	10.189	10.735	389.868	484.355
2002	200607	389.868	484.355	2.798	1.492	1.930	-	75	-	9.819	10.478	382.791	477.278
2002	200608	382.791	477.278	2.680	6.234	1.791	-	40	-	9.042	9.702	376.398	475.591
2002	200609	376.398	475.591	33.475	18.891	19.145	-	31	-	10.135	10.649	399.727	502.949
2002	200610	399.727	502.949	13.885	2.954	5.399	-	52	-	9.800	10.613	405.648	500.820
2002	200611	403.648	500.820	6.711	624	3.720	-	38	30	8.862	9.576	401.453	495.564
2002	200612	401.453	495.564	2.454	537	1.802	-	39	-	8.962	9.724	394.869	488.216
2002	200701	394.869	488.216	6.264	1.164	6.251	-	34	-	8.885	9.552	392.140	486.174
2002	200702	392.140	486.174	4.665	492	1.772	-	46	-	7.795	8.479	388.185	480.836
2002	200703	388.185	480.836	1.947	779	2.284	-	42	-	7.579	8.078	382.520	475.812
2002	200704	382.520	475.812	9.281	684	6.925	-	38	-	7.179	7.588	384.561	475.855
2002	200705	384.561	475.855	4.703	483	2.999	-	38	-	6.665	7.144	382.041	471.823
2002	200706	382.041	471.823	4.252	1.454	3.624	-	29	-	7.179	7.520	379.452	469.903
2002	200707	379.452	469.903	11.829	3.326	7.671	-	35	-	7.097	7.334	384.140	475.575
2002	200708	384.140	475.575	19.948	1.309	5.901	-	29	-	6.968	7.145	390.470	474.951
2002	200709	390.470	474.951	8.694	1.097	5.002	-	21	-	6.748	6.734	393.125	474.586
2002	200710	392.125	474.586	8.135	1.805	4.511	-	21	-	6.288	6.281	393.449	475.123
2002	200711	393.449	475.123	5.778	565	3.664	-	15	15	5.823	5.823	393.062	473.890
2002	200712	393.062	473.890	9.462	1.542	5.725	-	9	-	5.931	6.019	396.228	475.495
2002	200801	396.228	475.495	8.231	2.132	14.657	-	4	-	5.363	5.245	397.520	488.611

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Mora	Diferença de Pagamento	Credito	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2003	200301	0	0	403,1	17,25	0	0	0	0	44,35	1,93	403,1	17,25
2003	200302	403,1	17,25	0	0	0	0	0	0	44,8	1,95	358,32	15,6
2003	200303	358,32	15,6	0	0	0	0	0	0	44,8	1,95	313,53	13,65
2003	200304	313,53	13,65	6370,85	520,09	0	0	0	0	479,71	36,54	6372,6	498,28
2003	200305	6372,6	498,28	0	0	0	0	0	0	479,71	36,54	5891,81	462,83
2003	200306	5891,81	462,83	0	0	0	0	0	0	479,71	36,54	5412,1	426,29
2003	200307	5412,1	426,29	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	6965,95	420,43
2003	200308	6965,95	420,43	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4564,74	360,96
2003	200309	4564,74	360,96	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	2164,72	172,97
2003	200310	2164,72	172,97	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	560,39	56,16
2003	200311	560,39	56,16	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1104,25	197,48
2003	200312	1104,25	197,48	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1
2003	200401	1659,98	445,1	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4059,98	1384,08
2003	200402	4059,98	1384,08	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1
2003	200403	1659,98	445,1	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4059,98	1384,08
2003	200404	4059,98	1384,08	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1
2003	200405	1659,98	445,1	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4059,98	1384,08
2003	200406	4059,98	1384,08	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1
2003	200407	1659,98	445,1	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4059,98	1384,08
2003	200408	4059,98	1384,08	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1
2003	200409	1659,98	445,1	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4059,98	1384,08
2003	200410	4059,98	1384,08	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1
2003	200411	1659,98	445,1	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4059,98	1384,08
2003	200412	4059,98	1384,08	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1
2003	200501	1659,98	445,1	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4059,98	1384,08
2003	200502	4059,98	1384,08	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1
2003	200503	1659,98	445,1	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4059,98	1384,08
2003	200504	4059,98	1384,08	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1
2003	200505	1659,98	445,1	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4059,98	1384,08
2003	200506	4059,98	1384,08	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1
2003	200507	1659,98	445,1	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4059,98	1384,08
2003	200508	4059,98	1384,08	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1
2003	200509	1659,98	445,1	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4059,98	1384,08
2003	200510	4059,98	1384,08	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1
2003	200511	1659,98	445,1	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4059,98	1384,08
2003	200512	4059,98	1384,08	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1
2003	200601	1659,98	445,1	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	4059,98	1384,08
2003	200602	4059,98	1384,08	0	0	0	0	0	0	2400,02	60,67	1659,98	445,1



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acorridos
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI 2a

Ano de Invenção	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Jornal sobre o Saldo de Principal e Correção Simétrica	Diferença de Nella	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2003	200603	416424,77	486148,57	24571,58	11616,36	9,566	0	178,02	0	14695,71	15348,4	426310,9	493641,2
2003	200604	426310,9	493664,2	34833,12	19460,99	15,334	0	267,46	0	12680,16	13051,33	452119,69	516384,86
2003	200605	452119,69	516384,86	117027,03	64739,03	46,938	0	193,86	0	15194,89	13763,05	553805,52	614292,01
2003	200606	553805,52	614292,01	74650,98	34771,92	32,687	0	164,34	0	16811,36	15232,34	613633,89	665865,19
2003	200607	613633,89	665865,19	64297,53	32079,97	27,533	0	104,07	0	19340,3	17230,53	665437,39	708187,56
2003	200608	665437,39	718187,36	41960,7	18131,15	18,366	0	62,13	0	23075,57	18415,38	681532,74	726247,23
2003	200609	681532,74	726247,23	64812,91	33499,78	19,438	0	72,82	0	22334,96	19482,19	723992,86	769008,12
2003	200610	723992,86	769008,12	46903,86	13967,78	18,476	0	61,4	0	22632,03	20234,92	748946,62	784321,76
2003	200611	748946,62	784321,76	40141,25	11946,98	16,504	0	58,97	0	24178,8	20734,48	765008,11	794939,02
2003	200612	765008,11	794939,02	34407,28	13737,72	16,504	0	75,27	0	24023,24	20630,86	775656,45	804458,27
2003	200701	775656,45	804458,27	50470,42	15866,28	28,281	0	89,66	0	25269,37	21603,73	801696,83	828105,9
2003	200702	801696,83	828105,9	28603,44	8346,65	12,124	0	102,4	0	24359,51	20737,34	821779,69	854740,71
2003	200703	821779,69	854740,71	43477,27	21590,74	12,455	0	98,67	0	24662,33	20645,09	84539,8	85757,53
2003	200704	84539,8	85757,53	21158,09	9170,2	9,392	0	89,76	0	21629,92	18402,18	81252,98	81357,79
2003	200705	81252,98	85757,53	15654,08	4868,9	10,669	0	45,73	0	20452,74	17951,8	81026,89	85237,41
2003	200706	81026,89	85237,41	18379,5	8087,03	11,186	0	65,84	0	21558,5	18451,2	811838,55	848552,01
2003	200707	848552,01	85237,41	23156,75	4337,38	13,844	0	54,29	0	20227,17	17333,81	817332,37	83340,45
2003	200708	817332,37	85340,45	25822,86	7211,08	9,249	0	49,25	0	18334,29	15760,5	813920,44	851005,09
2003	200709	813920,44	851005,09	14978,4	4139,77	8,324	0	51,25	0	17921,28	15366,82	810770,97	84927,44
2003	200710	810770,97	84927,44	15038,23	4089,9	10,949	0	36,25	0	16790,22	14308,01	804891,39	843201,42
2003	200711	804891,39	843201,42	11188,15	2160,62	6,870	0	24,42	0	15803,66	13780,95	811033,11	843207,18
2003	200712	811033,11	843207,18	22477,33	2479,73	27,715	0	7,55	0	13078,33	11379,13	824241,86	806036,78

Ano de Início	MEs	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2004	200303	0	0	10.590	1.648	0	-	-	-	389	105	10.601	1.544
2004	200304	10.601	1.544	2.873	266	0	-	0	-	2.396	81	11.077	1.728
2004	200305	11.077	1.728	987	359	0	-	0	-	322	36	11.742	2.081
2004	200306	11.742	2.081	12.079	2.434	0	-	0	-	2.097	166	22.322	4.322
2004	200307	22.322	4.322	-	-	0	-	0	-	1.891	184	20.428	4.141
2004	200308	20.428	4.141	-	-	0	-	0	-	1.891	114	18.535	4.026
2004	200309	18.535	4.026	1.496	301	0	-	0	-	1.176	176	18.831	4.154
2004	200310	18.831	4.154	-	-	0	-	0	-	1.288	192	17.600	3.966
2004	200311	17.600	3.966	5.114	582	0	-	0	-	1.213	167	21.518	4.384
2004	200312	21.518	4.384	1.305	93	0	-	0	-	1.583	194	21.238	4.286
2004	200401	21.238	4.286	42.058	17.744	0	-	0	-	10.017	1.407	78.849	20.266
2004	200402	57.066	20.266	31.270	13.177	316	-	0	-	12.523	4.480	94.792	38.544
2004	200403	78.849	30.662	28.475	11.774	585	-	79	-	12.651	4.826	126.790	55.333
2004	200404	94.792	38.544	44.659	20.249	1.434	-	295	-	13.694	5.633	123.929	56.105
2004	200405	126.790	55.333	10.834	5.926	762	-	8	-	15.500	6.253	143.344	61.619
2004	200406	123.929	56.105	34.915	13.923	1.800	-	14	-	17.873	7.346	131.926	65.876
2004	200407	143.344	65.876	6.450	2.965	451	-	24	-	15.217	6.400	153.777	62.239
2004	200408	131.926	61.619	17.064	9.389	1.289	-	30	-	11.594	4.999	124.430	58.867
2004	200409	133.777	65.870	2.242	1.108	295	-	27	-	15.938	7.035	114.495	58.867
2004	200410	124.430	62.239	6.016	3.001	695	-	17	-	14.544	6.381	101.912	53.738
2004	200411	114.495	58.867	1.934	1.030	267	-	17	-	13.417	5.248	103.491	56.872
2004	200412	101.912	53.738	14.979	6.664	1.742	-	7	-	8.405	4.248	101.382	53.527
2004	200501	105.401	56.872	4.286	2.288	640	-	16	-	6.645	3.495	96.553	53.244
2004	200502	101.382	53.527	1.813	858	375	-	19	-	7.210	3.562	91.863	51.336
2004	200503	96.553	53.244	2.505	1.173	516	-	20	-	5.554	3.045	87.251	48.843
2004	200504	91.863	51.336	920	272	314	-	12	-	5.495	2.960	83.524	47.464
2004	200505	87.251	48.843	1.753	1.142	487	-	32	-	4.362	2.428	79.888	45.742
2004	200506	83.524	47.464	724	394	323	-	10	-	5.316	2.927	87.589	54.230
2004	200507	79.888	45.742	12.996	8.917	2.526	-	6	-	7.501	9.789	129.348	100.498
2004	200508	87.589	54.230	40.251	41.278	9.597	-	33	-	13.034	15.089	512.772	551.448
2004	200509	129.348	100.498	352.904	340.176	70.833	-	49	-	20.245	17.096	522.004	562.508
2004	200510	469.228	501.658	63.756	51.887	13.850	-	225	-	21.875	17.096	531.611	573.509
2004	200511	512.772	551.448	32.099	20.875	8.189	-	842	-	24.453	18.284	568.500	597.795
2004	200512	523.004	562.508	32.983	21.394	8.613	-	704	-	21.554	17.739	584.314	621.250
2004	200601	531.611	573.509	58.421	27.730	15.060	-	744	-	19.965	15.908	597.142	621.553
2004	200602	568.500	597.795	35.748	20.045	9.437	-	89	-	23.226	18.496	628.134	649.016
2004	200603	584.314	611.250	36.032	18.957	10.063	-	200	-	19.749	15.803	649.016	649.016
2004	200604	597.142	621.553	50.778	29.170	14.524	-	384	-	22.318	18.073	762.431	780.942
2004	200605	628.134	649.016	156.702	105.613	44.466	-	226	-	24.098	19.883	836.846	845.111
2004	200606	762.431	780.942	98.557	54.763	29.564	-	321	-	28.926	22.877	906.907	907.105
2004	200607	836.846	845.111	99.014	54.365	30.590	-	112	-	29.456	23.680	941.162	936.354
2004	200608	906.907	907.105	63.715	32.367	20.644	-	85	-	32.221	25.670	1.019.768	1.011.317
2004	200609	941.162	936.354	110.960	64.450	36.120	-	89	-	33.603	26.989	1.088.455	1.071.048
2004	200610	1.019.768	1.011.317	102.595	53.032	33.485	-	103	-	33.472	26.609	1.128.312	1.098.110
2004	200611	1.088.455	1.071.048	71.421	28.228	25.794	-	98	-	36.362	28.549	1.150.610	1.121.272
2004	200612	1.098.110	1.098.110	58.813	30.101	21.532	-	76	-	37.866	29.561	1.170.893	1.170.893
2004	200701	1.150.610	1.121.272	86.997	40.183	38.695	-	106	-	36.443	28.154	1.202.841	1.177.365
2004	200702	1.199.332	1.177.365	44.553	18.723	11.452	-	139	-	36.515	28.638	1.222.194	1.200.246
2004	200703	1.202.841	1.177.365	55.898	27.206	24.629	-	146	-	-	-	-	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Precatórios
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_3o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor Inscrito		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora			Principal	Mora		
2004	200704	1.222.587	1.200.246	39.829	12.703	18.378	-	140	-	34.215	27.366	1.227.587	1.209.141
2004	200705	1.287.500	1.262.386	99.853	42.212	38.145	-	117	-	37.462	29.084	1.287.500	1.262.386
2004	200706	1.400.773	1.369.187	149.308	68.766	66.383	-	69	-	36.075	28.550	1.400.773	1.369.187
2004	200707	1.612.154	1.569.110	256.308	121.957	113.780	-	97	-	44.899	33.754	1.612.154	1.569.110
2004	200708	1.759.551	1.689.520	189.249	80.919	67.842	-	101	-	50.436	39.667	1.759.551	1.689.520
2004	200709	1.717.452	1.672.683	23.306	7.726	10.692	-	88	-	44.545	36.026	1.717.452	1.672.683
2004	200710	1.690.223	1.650.081	18.967	4.828	7.804	-	98	-	45.000	36.531	1.690.223	1.650.081
2004	200711	1.661.657	1.628.547	12.445	3.679	6.817	-	67	-	40.077	32.868	1.661.657	1.628.547
2004	200712	1.648.166	1.614.422	26.560	4.838	10.194	-	43	-	37.870	31.295	1.648.166	1.614.422
2004	200801	-	-	32.110	8.179	26.976	-	13	-	32.591	27.397	1.641.360	1.627.555

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Valor inscrito + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2005	200401	0	0	1.920	1.005	61	-	0	-	149	33	1.803	999
2005	200402	1.803	999	2.458	584	61	-	0	-	253	69	4.040	1.543
2005	200403	4.040	1.543	-	-	(0)	-	0	-	104	36	3.936	1.507
2005	200404	3.936	1.507	-	-	0	-	-	-	104	36	3.832	1.471
2005	200405	3.832	1.471	14.605	3.577	0	-	0	-	408	111	18.028	4.937
2005	200406	18.028	4.937	5.285	331	(0)	-	0	-	544	64	22.767	5.205
2005	200407	22.767	5.205	-	-	0	-	0	-	848	138	21.918	5.067
2005	200408	21.918	5.067	-	-	0	-	0	-	848	138	21.070	4.929
2005	200409	21.070	4.929	2.195	587	0	-	0	-	387	104	22.878	5.413
2005	200410	22.878	5.413	28.963	1.237	0	-	0	-	7.530	338	44.263	6.360
2005	200411	44.263	6.360	1.743	529	0	-	0	-	969	172	45.036	6.717
2005	200412	45.036	6.717	6.361	811	9	-	9	-	1.917	294	49.479	7.234
2005	200501	49.479	7.234	18.312	7.707	76	-	8	-	2.066	577	65.786	14.432
2005	200502	65.786	14.432	13.120	5.221	277	-	11	-	4.937	1.623	73.570	18.796
2005	200503	73.570	18.796	12.395	5.496	478	-	27	-	6.886	2.173	79.486	22.062
2005	200504	79.486	22.062	4.655	1.953	363	-	0	-	6.549	2.300	77.592	22.068
2005	200505	77.592	22.068	11.094	4.983	699	-	29	-	7.253	2.620	81.443	25.091
2005	200506	81.443	25.091	7.358	3.966	634	-	43	-	7.298	2.759	81.520	26.872
2005	200507	81.520	26.872	13.175	10.091	1.065	-	49	-	8.872	2.733	87.833	35.237
2005	200508	87.833	35.237	45.965	42.783	3.576	-	100	-	8.712	4.305	125.088	77.169
2005	200509	125.088	35.237	292.772	311.796	23.737	-	59	-	13.443	8.495	404.326	404.129
2005	200510	404.326	404.129	61.868	54.077	6.013	-	180	-	19.406	13.573	446.922	450.443
2005	200511	446.922	450.443	34.153	22.382	3.775	-	60	-	21.628	15.194	459.469	461.324
2005	200512	459.469	461.324	31.720	24.346	4.455	-	626	-	23.559	15.913	467.681	473.534
2005	200601	467.681	473.534	64.731	35.978	8.600	-	473	-	21.653	15.865	510.795	501.737
2005	200602	510.795	501.737	32.776	20.750	4.758	-	93	-	19.795	14.180	523.824	512.904
2005	200603	523.824	512.904	41.868	23.108	6.510	-	173	-	22.436	16.247	543.271	526.089
2005	200604	543.271	526.089	48.666	32.605	8.082	-	349	-	20.167	14.721	571.742	551.734
2005	200605	571.742	551.734	104.702	76.291	17.191	-	92	-	21.690	15.985	654.656	629.257
2005	200606	654.656	629.257	90.271	57.511	17.101	-	1.090	-	22.535	17.092	732.350	685.709
2005	200607	732.350	685.709	109.511	65.325	20.659	-	93	-	27.151	19.729	804.747	751.834
2005	200608	804.747	751.834	60.281	35.966	12.472	-	95	-	28.240	20.779	856.811	779.315
2005	200609	856.811	779.315	108.324	71.801	22.333	-	99	-	32.130	23.504	912.863	850.007
2005	200610	912.863	850.007	92.885	59.180	20.119	-	95	-	32.791	24.101	972.762	905.303
2005	200611	972.762	905.303	70.810	33.249	16.856	-	90	-	32.679	24.040	1.010.873	931.044
2005	200612	1.010.873	931.044	58.958	32.414	14.864	-	73	-	35.432	25.811	1.034.342	952.494
2005	200701	1.034.342	952.494	87.401	47.774	28.425	-	104	-	35.740	26.395	1.085.590	1.002.649
2005	200702	1.085.590	1.002.649	34.088	18.538	4.632	-	140	-	32.523	24.138	1.085.029	1.005.646
2005	200703	1.085.029	1.005.646	84.026	43.043	26.006	-	137	-	34.349	25.584	1.132.686	1.048.935
2005	200704	1.132.686	1.048.935	132.582	67.878	38.524	-	139	-	33.260	24.513	1.157.764	1.065.814
2005	200705	1.157.764	1.065.814	133.582	67.878	43.256	-	120	-	39.166	28.689	1.252.139	1.148.182
2005	200706	1.252.139	1.148.182	140.687	76.678	46.786	-	111	-	38.500	28.099	1.354.079	1.243.621
2005	200707	1.354.079	1.243.621	221.598	126.389	74.614	-	104	-	46.000	34.655	1.531.697	1.409.844
2005	200708	1.531.697	1.409.844	253.489	129.466	70.214	-	92	-	51.121	38.255	1.773.846	1.581.385
2005	200709	1.773.846	1.581.385	105.914	58.587	38.039	-	86	-	54.944	39.497	1.873.407	1.678.498
2005	200710	1.873.407	1.678.498	95.504	45.539	35.119	-	110	-	58.447	42.898	1.931.854	1.699.672
2005	200711	1.931.854	1.699.672	71.579	33.089	27.765	-	80	-	56.510	41.229	1.827.448	1.678.498
2005	200712	1.827.448	1.699.672	76.358	32.089	27.509	-	96	-	54.074	40.270	1.847.318	1.721.318
2005	200801	1.847.318	1.721.318	121.053	53.677	57.156	-	56	-	52.401	39.176	1.907.614	1.801.276

[illegible]



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo XI_3o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal		Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito		Valor Inscrito - Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Nulidade		Diferença de Pagamento		Créditos	Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final	
					Principal			Principal							Principal				Principal	Saldo Final Mora
2007	200701		0		72897,62		4.484,77		3		0		5,03	0	3860,61		1950,41		69036,93	42894,42
2007	200702			42894,42	44631,34		24132,7		637		0		20,23	124,28	10311,09		4031,97		103118,11	63426,47
2007	200703			63426,47	74985,63		50628,7		1.472		0		23,96	0	13718,34		6167,63		164543,35	112377,26
2007	200704			112377,26	53756,97		35485,77		1.133		0		46,04	0	13308,58		7104,17		202648,8	143224,66
2007	200705			142224,66	80798,96		55284,41		2.942		0		42,3	0	13625,57		7454,25		269922,04	193065,05
2007	200706			167065,05	99385,49		70473,49		4.924		0		47,06	179,64	16342,62		8965,43		352936,21	259298,67
2007	200707			259298,67	234878,84		173269,97		13.321		0		56,3	0	24246,25		14168,94		563011,49	472138,81
2007	200708			432138,81	244971,31		172587,94		3.449		0		68,78	25,18	34152,73		20329,96		765600,45	595923,77
2007	200709			595923,77	102335,61		71280,87		7.026		0		71,45	46,36	37595,13		22285,88		829420,43	652713,38
2007	200710			652743,38	130701,22		104653,3		11.715		0		77,91	0	43380,45		26239,67		935361,78	749991,09
2007	200711			749991,09	799353,38		56289,88		7.230		0		58,56	50,72	44888,88		26811,35		969651,75	817797,65
2007	200712			787365,08	71923,8		51017,31		4.394		0		34,27	0	44139,61		27382,32		994998,2	817797,65
2007	200801			817797,65	162804,46		104869,42		17.378		0		13,2	0	41456,98		26717,14		1109152,41	920196,1



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_3o

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2008	200801	0	0	898	549	16	-	-	-	100	50	50	1.262



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI.4a

Ano de Início	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre Saldo de Principal - Correção Monetária	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Credito	Protesto Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2000	2000/04	-	-	2.988	985	-	-	-	-	-	-	2.988	985
2000	2000/05	4.183	1.421	-	-	406	-	-	-	-	-	4.183	1.421
2000	2000/06	4.183	1.463	-	-	-	-	-	-	-	-	4.183	1.463
2000	2000/07	4.183	1.463	-	-	-	-	-	-	-	-	4.183	1.505
2000	2000/08	4.183	1.505	808	-	-	-	-	-	-	-	4.991	1.846
2000	2000/09	4.991	1.846	13.603	5.701	-	-	-	-	-	-	19.994	7.597
2000	2000/10	19.994	7.597	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	7.798
2000	2000/11	19.994	7.798	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	7.998
2000	2000/12	19.994	7.998	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	8.197
2000	2001/01	19.994	8.197	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	8.397
2000	2001/02	19.994	8.397	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	8.598
2000	2001/03	19.994	8.598	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	8.798
2000	2001/04	19.994	8.798	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	8.998
2000	2001/05	19.994	8.998	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	9.199
2000	2001/06	19.994	9.199	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	9.399
2000	2001/07	19.994	9.399	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	9.599
2000	2001/08	19.994	9.599	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	9.799
2000	2001/09	19.994	9.799	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	9.999
2000	2001/10	19.994	9.999	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	10.199
2000	2001/11	19.994	10.199	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	10.397
2000	2001/12	19.994	10.397	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	10.597
2000	2002/01	19.994	10.597	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	10.797
2000	2002/02	19.994	10.797	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	10.997
2000	2002/03	19.994	10.997	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	11.199
2000	2002/04	19.994	11.199	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	11.399
2000	2002/05	19.994	11.399	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	11.598
2000	2002/06	19.994	11.598	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	11.797
2000	2002/07	19.994	11.797	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	11.999
2000	2002/08	19.994	11.999	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	12.199
2000	2002/09	19.994	12.199	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	12.399
2000	2002/10	19.994	12.399	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	12.594
2000	2002/11	19.994	12.594	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	12.794
2000	2002/12	19.994	12.794	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	12.994
2000	2003/01	19.994	12.994	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	13.195
2000	2003/02	19.994	13.195	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	13.394
2000	2003/03	19.994	13.394	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	13.594
2000	2003/04	19.994	13.594	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	13.794
2000	2003/05	19.994	13.794	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	13.994
2000	2003/06	19.994	13.994	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	14.196
2000	2003/07	19.994	14.196	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	14.395
2000	2003/08	19.994	14.395	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	14.594
2000	2003/09	19.994	14.594	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	14.794
2000	2003/10	19.994	14.794	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	14.994
2000	2003/11	19.994	14.994	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	15.195
2000	2003/12	19.994	15.195	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	15.394
2000	2004/01	19.994	15.394	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	15.594
2000	2004/02	19.994	15.594	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	15.794
2000	2004/03	19.994	15.794	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	15.994
2000	2004/04	19.994	15.994	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	16.194
2000	2004/05	19.994	16.194	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	16.395
2000	2004/06	19.994	16.395	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	16.596
2000	2004/07	19.994	16.596	-	-	-	-	-	-	-	-	19.994	16.796



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Provedimentos Previdenciários
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI.4.

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre Saldo de Principais + Correção Monetária	Diferença de Milha	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2000	2004/08	19.994	16.796	-	-	210	-	-	-	-	-	19.994	16.796
2000	2004/09	19.994	16.796	-	-	199	-	-	-	-	-	19.994	17.195
2000	2004/10	19.994	17.195	-	-	201	-	-	-	-	-	19.994	17.396
2000	2004/11	19.994	17.396	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	17.596
2000	2004/12	19.994	17.596	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	17.796
2000	2005/01	19.994	17.796	-	-	201	-	-	-	-	-	19.994	18.197
2000	2005/02	19.994	17.997	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	18.397
2000	2005/03	19.994	18.197	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	18.597
2000	2005/04	19.994	18.597	-	-	199	-	-	-	-	-	19.994	18.796
2000	2005/05	19.994	18.796	-	-	198	-	-	-	-	-	19.994	18.994
2000	2005/06	19.994	18.994	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	19.194
2000	2005/07	19.994	19.194	-	-	201	-	-	-	-	-	19.994	19.395
2000	2005/08	19.994	19.395	-	-	201	-	-	-	-	-	19.994	19.596
2000	2005/09	19.994	19.596	-	-	199	-	-	-	-	-	19.994	19.795
2000	2005/10	19.994	19.795	-	-	201	-	-	-	-	-	19.994	19.996
2000	2005/11	19.994	19.996	-	-	203	-	-	-	-	-	19.994	20.197
2000	2005/12	19.994	20.197	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	20.397
2000	2006/01	19.994	20.397	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	20.597
2000	2006/02	19.994	20.597	-	-	199	-	-	-	-	-	19.994	20.796
2000	2006/03	19.994	20.796	-	-	195	-	-	-	-	-	19.994	20.991
2000	2006/04	19.994	20.991	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	21.191
2000	2006/05	19.994	21.191	-	-	201	-	-	-	-	-	19.994	21.392
2000	2006/06	19.994	21.392	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	21.592
2000	2006/07	19.994	21.592	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	21.792
2000	2006/08	19.994	21.792	-	-	201	-	-	-	-	-	19.994	21.993
2000	2006/09	19.994	21.993	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	22.193
2000	2006/10	19.994	22.193	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	22.393
2000	2006/11	19.994	22.393	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	22.592
2000	2006/12	19.994	22.592	-	-	199	-	-	-	-	-	19.994	22.792
2000	2007/01	19.994	22.792	-	-	198	-	-	-	-	-	19.994	22.991
2000	2007/02	19.994	22.991	-	-	201	-	-	-	-	-	19.994	23.191
2000	2007/03	19.994	23.191	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	23.391
2000	2007/04	19.994	23.391	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	23.591
2000	2007/05	19.994	23.591	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	23.791
2000	2007/06	19.994	23.791	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	23.991
2000	2007/07	19.994	23.991	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	24.191
2000	2007/08	19.994	24.191	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	24.391
2000	2007/09	19.994	24.391	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	24.591
2000	2007/10	19.994	24.591	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	24.791
2000	2007/11	19.994	24.791	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	24.991
2000	2007/12	19.994	25.191	-	-	200	-	-	-	-	-	19.994	25.391
2000	2008/01	19.994	25.391	-	-	195	-	-	-	-	-	19.994	25.591
2000	2008/02	19.994	25.591	-	-	1.226	-	-	-	-	-	19.994	26.817



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de Janeiro de 2008

Anexo XI_4o

Ano de Inscrição	Mês	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária										
		Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2001	200107	-	-	598	120	0	-	-	-	-	598	120
2001	200108	598	120	-	-	-	-	-	-	-	598	120
2001	200109	598	120	208.568	42.402	7	-	-	-	-	209.166	42.529
2001	200110	209.166	42.529	334.174	66.835	83	-	-	-	-	543.340	109.449
2001	200111	543.340	109.449	359	115	1.883	-	-	-	-	543.698	111.447
2001	200112	543.698	111.447	32.426	6.485	2.090	-	-	-	-	576.124	120.022
2001	200201	576.124	120.022	-	-	5.436	-	-	-	-	576.124	125.458
2001	200202	576.124	125.458	-	-	5.435	-	-	-	-	576.124	130.893
2001	200203	576.124	130.893	-	-	5.762	-	-	-	-	576.124	136.655
2001	200204	576.124	136.655	-	-	5.761	-	-	-	-	576.124	142.416
2001	200205	576.124	142.416	-	-	5.761	-	-	-	-	576.124	148.177
2001	200206	576.124	148.177	-	-	5.760	-	-	-	-	576.124	153.937
2001	200207	576.124	153.937	-	-	5.765	-	-	-	-	576.124	159.702
2001	200208	576.124	159.702	-	-	5.764	-	-	-	-	576.124	165.462
2001	200209	576.124	165.462	-	-	5.757	-	-	-	-	576.124	171.219
2001	200210	576.124	171.219	-	-	5.763	-	-	-	-	576.124	176.982
2001	200211	576.124	176.982	-	-	5.764	-	-	-	-	576.124	182.746
2001	200212	576.124	182.746	-	-	5.760	-	-	-	-	576.124	188.506
2001	200301	576.124	188.506	-	-	5.761	-	-	-	-	576.124	194.267
2001	200302	576.124	194.267	-	-	5.760	-	-	-	-	576.124	200.027
2001	200303	576.124	200.027	-	-	5.762	-	-	-	-	576.124	205.789
2001	200304	576.124	205.789	-	-	5.764	-	-	-	-	576.124	211.553
2001	200305	576.124	211.553	-	-	5.761	-	-	-	-	576.124	217.314
2001	200306	576.124	217.314	-	-	5.758	-	-	-	-	576.124	223.072
2001	200307	576.124	223.072	-	-	5.764	-	-	-	-	576.124	228.836
2001	200308	576.124	228.836	-	-	5.761	-	-	-	-	576.124	234.597
2001	200309	576.124	234.597	-	-	5.762	-	-	-	-	576.124	240.359
2001	200310	576.124	240.359	-	-	5.762	-	-	-	-	576.124	246.121
2001	200311	576.124	246.121	-	-	5.760	-	-	-	-	576.124	251.883
2001	200312	576.124	251.883	-	-	5.762	-	-	-	-	576.124	257.643
2001	200401	576.124	257.643	-	-	5.761	-	-	-	-	576.124	263.404
2001	200402	576.124	263.404	-	-	5.760	-	-	-	-	576.124	269.164
2001	200403	576.124	269.164	-	-	5.765	-	-	-	-	576.124	274.929
2001	200404	576.124	274.929	-	-	5.759	-	-	-	-	576.124	280.688
2001	200405	576.124	280.688	-	-	5.759	-	-	-	-	576.124	286.447
2001	200406	576.124	286.447	-	-	5.763	-	-	-	-	576.124	292.210
2001	200407	576.124	292.210	-	-	5.762	-	-	-	-	576.124	297.972
2001	200408	576.124	297.972	-	-	5.760	-	-	-	-	576.124	303.732
2001	200409	576.124	303.732	-	-	5.762	-	-	-	-	576.124	309.494
2001	200410	576.124	309.494	-	-	5.761	-	-	-	-	576.124	315.255
2001	200411	576.124	315.255	-	-	5.762	-	-	-	-	576.124	321.017
2001	200412	576.124	321.017	-	-	5.762	-	-	-	-	576.124	326.779
2001	200501	576.124	326.779	-	-	5.761	-	-	-	-	576.124	332.540
2001	200502	576.124	332.540	-	-	5.759	-	-	-	-	576.124	338.299
2001	200503	576.124	338.299	-	-	5.763	-	-	-	-	576.124	344.062
2001	200504	576.124	344.062	-	-	5.761	-	-	-	-	576.124	349.823
2001	200505	576.124	349.823	-	-	5.761	-	-	-	-	576.124	355.584
2001	200506	576.124	355.584	-	-	5.760	-	-	-	-	576.124	361.344



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_4o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrição Principal	Valor Inscrição Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditor	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
						Mora	Monetária							
2001	200507	576.124	361.344	-	-	-	5.759	-	-	-	-	-	576.124	367.05
2001	200508	576.124	367.103	-	-	-	5.762	-	-	-	-	-	576.124	372.865
2001	200509	576.124	372.865	-	-	-	5.763	-	-	-	-	-	576.124	378.628
2001	200510	576.124	378.628	-	-	-	5.764	-	-	-	-	-	576.124	384.389
2001	200511	576.124	384.389	-	-	-	5.760	-	-	-	-	-	576.124	390.149
2001	200512	576.124	390.149	-	-	-	5.761	-	-	-	-	-	576.124	395.910
2001	200601	576.124	395.910	-	-	-	5.763	-	-	-	-	-	576.124	401.673
2001	200602	576.124	401.673	-	-	-	5.761	-	-	-	-	-	576.124	407.434
2001	200603	576.124	407.434	-	-	-	5.761	-	-	-	-	-	576.124	413.195
2001	200604	576.124	413.195	-	-	-	5.759	-	-	-	-	-	576.124	418.954
2001	200605	576.124	418.954	-	-	-	5.765	-	-	-	-	-	576.124	424.717
2001	200606	576.124	424.717	-	-	-	5.761	-	-	-	-	-	576.124	430.478
2001	200607	576.124	430.478	-	-	-	5.762	-	-	-	-	-	576.124	436.240
2001	200608	576.124	436.240	-	-	-	5.762	-	-	-	-	-	576.124	442.002
2001	200609	576.124	442.002	-	-	-	5.760	-	-	-	-	-	576.124	447.762
2001	200610	576.124	447.762	-	-	-	5.761	-	-	-	-	-	576.124	453.523
2001	200611	576.124	453.523	-	-	-	5.762	-	-	-	-	-	576.124	459.285
2001	200612	576.124	459.285	-	-	-	5.761	-	-	-	-	-	576.124	465.046
2001	200701	576.124	465.046	-	-	-	25.514	-	-	-	-	-	576.124	490.560
2001	200702	576.124	490.560	-	-	-	5.760	-	-	-	-	-	576.124	496.320
2001	200703	576.124	496.320	-	-	-	5.760	-	-	-	-	-	576.124	502.080
2001	200704	576.124	502.080	-	-	-	5.760	-	-	-	-	-	576.124	507.840
2001	200705	576.124	507.840	-	-	-	5.762	-	-	-	-	-	576.124	513.602
2001	200706	576.124	513.602	-	-	-	5.764	-	-	-	-	-	576.124	519.366
2001	200707	576.124	519.366	-	-	-	5.758	-	-	-	-	-	576.124	525.124
2001	200708	576.124	525.124	-	-	-	5.760	-	-	-	-	-	576.124	530.884
2001	200709	576.124	530.884	-	-	-	5.765	-	-	-	-	-	576.124	536.649
2001	200710	576.124	536.649	-	-	-	5.760	-	-	-	-	-	576.124	542.409
2001	200711	576.124	542.409	-	-	-	5.763	-	-	-	-	-	576.124	548.172
2001	200712	576.124	548.172	-	-	-	5.757	-	-	-	-	-	576.124	553.929
2001	200801	576.124	553.929	-	-	-	35.262	-	-	-	-	-	576.124	589.191



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_4o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária			Diferença de Montia	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
						Montetária	(0)	949.920							
2002	200201	-	-	3.166.400	949.920	31.664	-	-	-	-	-	-	-	3.166.400	949.920
2002	200202	3.166.400	949.920	1.353	406	31.678	-	-	-	-	-	-	-	3.167.754	981.990
2002	200203	3.167.754	981.990	32.487	6.497	31.678	-	-	-	-	-	-	-	3.200.241	1.020.165
2002	200204	3.200.241	1.020.165	270.639	54.128	31.678	-	-	-	-	-	-	-	3.470.880	1.105.971
2002	200205	3.470.880	1.105.971	27.272	5.454	31.677	-	-	-	-	-	-	-	3.498.153	1.143.102
2002	200206	3.498.153	1.143.102	136.500	27.300	32.003	-	-	-	-	-	-	-	3.634.653	1.202.405
2002	200207	3.634.653	1.202.405	598	120	34.704	-	-	-	-	-	-	-	3.635.250	1.237.229
2002	200208	3.635.250	1.237.229	598	120	34.710	-	-	-	-	-	-	-	3.635.848	1.272.059
2002	200209	3.635.848	1.272.059	16.041	3.208	36.346	-	-	-	-	-	-	-	3.651.889	1.311.613
2002	200210	3.651.889	1.311.613	52.565	10.513	36.350	-	-	-	-	-	-	-	3.704.454	1.358.476
2002	200211	3.704.454	1.358.476	394.251	78.830	36.361	-	-	-	-	-	-	-	4.098.705	1.473.687
2002	200212	4.098.705	1.473.687	598	120	37.187	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	1.510.290
2002	200301	4.099.303	1.510.290	-	-	40.985	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	1.588.460
2002	200302	4.099.303	1.547.477	-	-	40.985	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	1.629.440
2002	200303	4.099.303	1.588.460	-	-	40.980	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	1.670.434
2002	200304	4.099.303	1.629.440	-	-	40.994	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	1.711.424
2002	200305	4.099.303	1.670.434	-	-	40.990	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	1.752.417
2002	200306	4.099.303	1.711.424	-	-	40.993	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	1.793.412
2002	200307	4.099.303	1.752.417	-	-	40.995	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	1.834.404
2002	200308	4.099.303	1.793.412	-	-	40.992	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	1.875.398
2002	200309	4.099.303	1.834.404	-	-	40.994	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	1.916.394
2002	200310	4.099.303	1.875.398	-	-	40.996	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	1.957.387
2002	200311	4.099.303	1.916.394	-	-	40.993	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	1.998.381
2002	200312	4.099.303	1.957.387	-	-	40.994	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.039.373
2002	200401	4.099.303	1.998.381	-	-	40.992	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.080.368
2002	200402	4.099.303	2.039.373	-	-	40.995	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.121.360
2002	200403	4.099.303	2.080.368	-	-	40.992	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.162.356
2002	200404	4.099.303	2.121.360	-	-	40.996	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.202.347
2002	200405	4.099.303	2.162.356	-	-	40.991	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.244.344
2002	200406	4.099.303	2.203.347	-	-	40.997	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.285.338
2002	200407	4.099.303	2.244.344	-	-	40.994	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.326.326
2002	200408	4.099.303	2.285.338	-	-	40.988	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.367.324
2002	200409	4.099.303	2.326.326	-	-	40.998	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.408.316
2002	200410	4.099.303	2.367.324	-	-	40.992	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.449.311
2002	200411	4.099.303	2.408.316	-	-	40.995	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.490.303
2002	200412	4.099.303	2.449.311	-	-	40.992	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.531.295
2002	200501	4.099.303	2.490.303	-	-	40.991	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.572.286
2002	200502	4.099.303	2.531.295	-	-	40.999	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.613.285
2002	200503	4.099.303	2.572.286	-	-	40.992	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.654.276
2002	200504	4.099.303	2.613.285	-	-	40.991	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.695.272
2002	200505	4.099.303	2.654.276	-	-	40.996	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.736.263
2002	200506	4.099.303	2.695.272	-	-	40.991	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.777.259
2002	200507	4.099.303	2.736.263	-	-	40.996	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.818.254
2002	200508	4.099.303	2.777.259	-	-	40.989	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.859.245
2002	200509	4.099.303	2.818.254	-	-	40.995	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.900.238
2002	200510	4.099.303	2.859.245	-	-	40.995	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.941.233
2002	200511	4.099.303	2.900.238	-	-	40.995	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.982.228
2002	200512	4.099.303	2.941.233	-	-	40.995	-	-	-	-	-	-	-	4.099.303	2.982.228



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_4o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito		Valor inscrito Mora		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento		Pagamento Mora	Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora	Principal	Mora				Principal	Mora		Principal	Mora
2002	200601	4.099.303	2.982.228	-	-	-	-	-	40.993	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.023.221
2002	200602	4.099.303	3.023.221	-	-	-	-	-	40.990	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.064.211
2002	200603	4.099.303	3.064.211	-	-	-	-	-	40.993	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.105.204
2002	200604	4.099.303	3.105.204	-	-	-	-	-	40.995	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.146.199
2002	200605	4.099.303	3.146.199	-	-	-	-	-	40.993	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.187.192
2002	200606	4.099.303	3.187.192	-	-	-	-	-	40.992	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.228.184
2002	200607	4.099.303	3.228.184	-	-	-	-	-	40.985	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.269.169
2002	200608	4.099.303	3.269.169	-	-	-	-	-	40.983	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.310.152
2002	200609	4.099.303	3.310.152	-	-	-	-	-	40.994	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.351.146
2002	200610	4.099.303	3.351.146	-	-	-	-	-	40.994	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.392.140
2002	200611	4.099.303	3.392.140	-	-	-	-	-	40.995	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.433.135
2002	200612	4.099.303	3.433.135	-	-	-	-	-	40.991	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.474.126
2002	200701	4.099.303	3.474.126	-	-	-	-	-	181.342	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.655.668
2002	200702	4.099.303	3.655.668	-	-	-	-	-	40.992	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.696.660
2002	200703	4.099.303	3.696.660	-	-	-	-	-	40.993	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.737.653
2002	200704	4.099.303	3.737.653	-	-	-	-	-	40.990	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.778.643
2002	200705	4.099.303	3.778.643	-	-	-	-	-	40.998	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.819.641
2002	200706	4.099.303	3.819.641	-	-	-	-	-	40.992	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.860.633
2002	200707	4.099.303	3.860.633	-	-	-	-	-	40.995	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.901.628
2002	200708	4.099.303	3.901.628	-	-	-	-	-	40.992	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.942.620
2002	200709	4.099.303	3.942.620	-	-	-	-	-	40.996	-	-	-	-	-	-	4.099.303	3.983.616
2002	200710	4.099.303	3.983.616	-	-	-	-	-	40.991	-	-	-	-	-	-	4.099.303	4.024.607
2002	200711	4.099.303	4.024.607	-	-	-	-	-	40.995	-	-	-	-	-	-	4.099.303	4.065.602
2002	200712	4.099.303	4.065.602	-	-	-	-	-	40.994	-	-	-	-	-	-	4.099.303	4.106.596
2002	200801	4.099.303	4.106.596	-	-	-	-	-	250.857	-	-	-	-	-	-	4.099.303	4.357.453



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_4o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Saldo Inicial Mora	Valor inscrito		Valor inscrito Mora		Juros sobre o Saldo de Principal + Correção		Diferença de Multa		Diferença de Pagamento		Créditor	Pagamento		Pagamento Mora		Saldo Final		Saldo Final Mora
		Principal	Mora		Principal	Mora	Principal	Mora	Monetária	(1)						Principal	Mora			Principal	Mora	
2003	200301	-	-	-	39.584	11.786	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.584	11.785	-
2003	200302	39.584	11.785	11.785	-	-	-	-	387	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.584	12.172	-
2003	200303	39.584	12.172	12.172	231.831	46.366	231.831	46.366	388	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	271.415	58.926	-
2003	200304	271.415	58.926	58.926	1.620	414	1.620	414	396	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	273.035	59.736	-
2003	200305	273.035	59.736	59.736	635.497	127.099	635.497	127.099	407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	908.532	187.242	-
2003	200306	908.532	187.242	187.242	53.794	10.739	53.794	10.739	405	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	962.326	198.466	-
2003	200307	962.326	198.466	198.466	172.220	34.444	172.220	34.444	2.731	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.134.546	235.381	-
2003	200308	1.134.546	235.381	235.381	1.494	299	1.494	299	8.021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.136.040	243.901	-
2003	200309	1.136.040	243.901	243.901	1.494	299	1.494	299	9.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.137.534	253.560	-
2003	200310	1.137.534	253.560	253.560	-	-	-	-	10.912	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.137.534	264.412	-
2003	200311	1.137.534	264.412	264.412	15.070	3.014	15.070	3.014	11.356	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.152.605	278.782	-
2003	200312	1.152.605	278.782	278.782	165.063	33.013	165.063	33.013	11.374	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	323.169	-
2003	200401	1.317.668	323.169	323.169	-	-	-	-	11.372	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	334.541	-
2003	200402	1.317.668	334.541	334.541	-	-	-	-	11.528	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	346.069	-
2003	200403	1.317.668	346.069	346.069	-	-	-	-	13.175	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	359.244	-
2003	200404	1.317.668	359.244	359.244	-	-	-	-	13.175	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	372.419	-
2003	200405	1.317.668	372.419	372.419	-	-	-	-	13.179	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	385.598	-
2003	200406	1.317.668	385.598	385.598	-	-	-	-	13.176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	398.774	-
2003	200407	1.317.668	398.774	398.774	-	-	-	-	13.178	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	411.952	-
2003	200408	1.317.668	411.952	411.952	-	-	-	-	13.174	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	425.126	-
2003	200409	1.317.668	425.126	425.126	-	-	-	-	13.174	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	438.306	-
2003	200410	1.317.668	438.306	438.306	-	-	-	-	13.174	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	451.480	-
2003	200411	1.317.668	451.480	451.480	-	-	-	-	13.178	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	464.658	-
2003	200412	1.317.668	464.658	464.658	-	-	-	-	13.176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	477.834	-
2003	200501	1.317.668	477.834	477.834	-	-	-	-	13.175	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	491.009	-
2003	200502	1.317.668	491.009	491.009	-	-	-	-	13.180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	504.189	-
2003	200503	1.317.668	504.189	504.189	-	-	-	-	13.178	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	517.367	-
2003	200504	1.317.668	517.367	517.367	-	-	-	-	13.176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	530.543	-
2003	200505	1.317.668	530.543	530.543	-	-	-	-	13.177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	543.720	-
2003	200506	1.317.668	543.720	543.720	-	-	-	-	13.176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	556.896	-
2003	200507	1.317.668	556.896	556.896	-	-	-	-	13.179	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	570.075	-
2003	200508	1.317.668	570.075	570.075	-	-	-	-	13.174	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	583.249	-
2003	200509	1.317.668	583.249	583.249	-	-	-	-	13.175	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	596.424	-
2003	200510	1.317.668	596.424	596.424	-	-	-	-	13.180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	609.604	-
2003	200511	1.317.668	609.604	609.604	-	-	-	-	13.175	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	622.779	-
2003	200512	1.317.668	622.779	622.779	-	-	-	-	13.177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	635.956	-
2003	200601	1.317.668	635.956	635.956	-	-	-	-	13.177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	649.133	-
2003	200602	1.317.668	649.133	649.133	-	-	-	-	13.177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	662.310	-
2003	200603	1.317.668	662.310	662.310	-	-	-	-	13.176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	675.486	-
2003	200604	1.317.668	675.486	675.486	-	-	-	-	13.178	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	688.664	-
2003	200605	1.317.668	688.664	688.664	-	-	-	-	13.176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	701.840	-
2003	200606	1.317.668	701.840	701.840	-	-	-	-	13.179	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	715.019	-
2003	200607	1.317.668	715.019	715.019	-	-	-	-	13.177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	728.196	-
2003	200608	1.317.668	728.196	728.196	-	-	-	-	13.174	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	741.370	-
2003	200609	1.317.668	741.370	741.370	-	-	-	-	13.177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	754.548	-
2003	200610	1.317.668	754.548	754.548	-	-	-	-	13.177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	767.725	-
2003	200611	1.317.668	767.725	767.725	-	-	-	-	13.178	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	780.903	-
2003	200612	1.317.668	780.903	780.903	-	-	-	-	13.177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.317.668	794.080	-



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_4o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Pagamento	Créditor	Pagamento		Pagamento Mora	Saldo Final	
		Principal	Mora	Principal		Monetária				Principal			Principal	Mora
2003	200701	1.317.668	794.080	-	-	58.346	-	-	-	-	-	-	1.317.668	852.426
2003	200702	1.317.668	852.426	-	-	13.178	-	-	-	-	-	-	1.317.668	865.604
2003	200703	1.317.668	865.604	-	-	13.178	-	-	-	-	-	-	1.317.668	878.782
2003	200704	1.317.668	878.782	-	-	13.175	-	-	-	-	-	-	1.317.668	891.957
2003	200705	1.317.668	891.957	-	-	13.176	-	-	-	-	-	-	1.317.668	905.133
2003	200706	1.317.668	905.133	-	-	13.178	-	-	-	-	-	-	1.317.668	918.311
2003	200707	1.317.668	918.311	-	-	13.174	-	-	-	-	-	-	1.317.668	931.485
2003	200708	1.317.668	931.485	-	-	13.179	-	-	-	-	-	-	1.317.668	944.664
2003	200709	1.317.668	944.664	-	-	13.175	-	-	-	-	-	-	1.317.668	957.839
2003	200710	1.317.668	957.839	-	-	13.177	-	-	-	-	-	-	1.317.668	971.016
2003	200711	1.317.668	971.016	-	-	13.176	-	-	-	-	-	-	1.317.668	984.192
2003	200712	1.317.668	984.192	-	-	13.178	-	-	-	-	-	-	1.317.668	997.370
2003	200801	1.317.668	997.370	-	-	80.635	-	-	-	-	-	-	1.317.668	1.078.005



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XL 4a

Ano de Exercício	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Burtis Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária	Diferença de Malt	Diferença de Pagamento	Credito	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
2004	200401	-	-	1.494	-	299	0	-	-	-	-	1.494	299
2004	200402	1.494	299	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2004	200403	1.494	299	2.730.160	546.182	546.182	0	-	-	-	-	2.731.654	546.181
2004	200404	2.731.654	546.181	11.490	-	2.698	15	-	-	-	-	2.745.143	549.044
2004	200405	2.745.143	549.044	-	-	-	15	-	-	-	-	2.745.143	549.059
2004	200406	2.745.143	549.044	384.936	-	76.587	27.318	-	-	-	-	3.128.079	655.964
2004	200407	3.128.079	652.964	177.250	-	27.450	27.317	-	-	-	-	3.265.129	707.731
2004	200408	3.265.129	707.731	977.361	-	195.472	27.455	-	-	-	-	4.242.600	930.638
2004	200409	4.242.600	930.638	10.458	-	2.117	30.828	-	-	-	-	4.253.148	961.578
2004	200410	4.253.148	961.578	10.585	-	2.117	31.046	-	-	-	-	4.263.774	999.741
2004	200411	4.263.774	999.741	81.408	-	16.693	42.381	-	-	-	-	4.382.528	1.111.082
2004	200412	4.347.141	1.058.815	33.387	-	9.724	42.543	-	-	-	-	4.347.141	1.058.815
2004	200501	4.382.528	1.151.915	-	-	-	42.833	-	-	-	-	4.382.528	1.151.915
2004	200502	4.382.528	1.151.915	-	-	-	43.765	-	-	-	-	4.382.528	1.197.680
2004	200503	4.382.528	1.197.680	-	-	-	43.825	-	-	-	-	4.382.528	1.241.505
2004	200504	4.382.528	1.241.505	-	-	-	43.825	-	-	-	-	4.382.528	1.285.331
2004	200505	4.382.528	1.285.331	-	-	-	43.825	-	-	-	-	4.382.528	1.329.156
2004	200506	4.382.528	1.329.156	-	-	-	43.828	-	-	-	-	4.382.528	1.372.984
2004	200507	4.382.528	1.372.984	-	-	-	43.823	-	-	-	-	4.382.528	1.416.807
2004	200508	4.382.528	1.416.807	-	-	-	43.829	-	-	-	-	4.382.528	1.460.636
2004	200509	4.382.528	1.460.636	-	-	-	43.825	-	-	-	-	4.382.528	1.504.461
2004	200510	4.382.528	1.504.461	-	-	-	43.825	-	-	-	-	4.382.528	1.548.286
2004	200511	4.382.528	1.548.286	-	-	-	43.825	-	-	-	-	4.382.528	1.592.111
2004	200512	4.382.528	1.592.111	-	-	-	43.828	-	-	-	-	4.382.528	1.635.939
2004	200601	4.382.528	1.635.939	-	-	-	43.825	-	-	-	-	4.382.528	1.679.764
2004	200602	4.382.528	1.679.764	-	-	-	43.828	-	-	-	-	4.382.528	1.723.592
2004	200603	4.382.528	1.723.592	-	-	-	43.826	-	-	-	-	4.382.528	1.767.418
2004	200604	4.382.528	1.767.418	-	-	-	43.826	-	-	-	-	4.382.528	1.811.244
2004	200605	4.382.528	1.811.244	-	-	-	43.827	-	-	-	-	4.382.528	1.855.071
2004	200606	4.382.528	1.855.071	-	-	-	43.825	-	-	-	-	4.382.528	1.898.896
2004	200607	4.382.528	1.898.896	-	-	-	43.820	-	-	-	-	4.382.528	1.942.716
2004	200608	4.382.528	1.942.716	598	-	158	43.967	-	-	598	-	4.382.528	1.986.540
2004	200609	4.382.528	1.986.540	-	-	-	43.821	-	-	-	-	4.382.528	2.030.361
2004	200610	4.382.528	2.030.361	-	-	-	43.825	-	-	-	-	4.382.528	2.074.186
2004	200611	4.382.528	2.074.186	-	-	-	43.825	-	-	-	-	4.382.528	2.118.011
2004	200612	4.382.528	2.118.011	-	-	-	43.829	-	-	-	-	4.382.528	2.161.840
2004	200701	4.382.528	2.161.840	-	-	-	194.064	-	-	-	-	4.382.528	2.355.904
2004	200702	4.382.528	2.355.904	598	-	272	44.024	-	-	536	-	4.382.528	2.399.732
2004	200703	4.382.528	2.399.732	-	-	-	43.823	-	-	-	-	4.382.528	2.443.555
2004	200704	4.382.528	2.443.555	-	-	-	43.828	-	-	-	-	4.382.528	2.487.383
2004	200705	4.382.528	2.487.383	1.195	-	449	44.270	-	-	1.065	-	4.382.528	2.531.209
2004	200706	4.382.528	2.531.209	-	-	-	43.827	-	-	-	-	4.382.528	2.575.033
2004	200707	4.382.528	2.575.033	-	-	-	44.065	-	-	-	-	4.382.528	2.618.860
2004	200708	4.382.528	2.618.860	598	-	114	43.829	-	-	598	-	4.382.528	2.662.687
2004	200709	4.382.528	2.662.687	-	-	-	43.829	-	-	-	-	4.382.528	2.706.516
2004	200710	4.382.528	2.706.516	-	-	-	43.822	-	-	-	-	4.382.528	2.750.338
2004	200711	4.382.528	2.750.338	-	-	-	43.827	-	-	-	-	4.382.528	2.794.165
2004	200712	4.382.528	2.794.165	896	-	170	44.177	-	-	896	-	4.382.528	2.837.994
2004	200801	4.382.528	2.837.994	-	-	-	268.206	-	-	-	-	4.382.528	3.106.200



Profetura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_40

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária			Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
						0	5.829	3.516						
2005	200504	-	-	20.099	-	0	5.829	-	-	-	-	-	20.099	5.829
2005	200505	20.099	5.829	10.341	-	-	3.516	-	-	-	-	-	30.440	9.546
2005	200506	30.440	9.546	-	-	304	-	-	-	-	-	-	30.440	9.850
2005	200507	30.440	9.850	-	-	305	-	-	-	-	-	-	30.440	10.155
2005	200508	30.440	10.155	-	-	304	-	-	-	-	-	-	30.440	10.459
2005	200509	30.440	10.459	-	-	305	-	-	-	-	-	-	30.440	10.764
2005	200510	30.440	10.764	60.613	-	304	75.766	-	-	-	-	-	91.053	86.834
2005	200511	91.053	86.834	-	-	911	-	-	-	-	-	-	91.053	87.745
2005	200512	91.053	87.745	-	-	909	-	-	-	-	-	-	91.053	88.654
2005	200601	91.053	88.654	-	-	910	-	-	-	-	-	-	91.053	89.564
2005	200602	91.053	89.564	-	-	912	-	-	-	-	-	-	91.053	90.476
2005	200603	91.053	90.476	-	-	910	-	-	-	-	-	-	91.053	91.386
2005	200604	91.053	91.386	-	-	911	-	-	-	-	-	-	91.053	92.297
2005	200605	91.053	92.297	-	-	910	-	-	-	-	-	-	91.053	93.207
2005	200606	91.053	93.207	-	-	910	-	-	-	-	-	-	91.053	94.117
2005	200607	91.053	94.117	-	-	911	-	-	-	-	-	-	91.053	95.028
2005	200608	91.053	95.028	-	-	910	-	-	-	-	-	-	91.053	95.938
2005	200609	91.053	95.938	-	-	911	-	-	-	-	-	-	91.053	96.849
2005	200610	91.053	96.849	-	-	911	-	-	-	-	-	-	91.053	97.760
2005	200611	91.053	97.760	-	-	910	-	-	-	-	-	-	91.053	98.670
2005	200612	91.053	98.670	-	-	911	-	-	-	-	-	-	91.053	99.581
2005	200701	91.053	99.581	-	-	5.417	-	-	-	-	-	-	91.053	104.998
2005	200702	91.053	104.998	-	-	910	-	-	-	-	-	-	91.053	105.908
2005	200703	91.053	105.908	-	-	911	-	-	-	-	-	-	91.053	106.819
2005	200704	91.053	106.819	-	-	911	-	-	-	-	-	-	91.053	107.730
2005	200705	91.053	107.730	-	-	910	-	-	-	-	-	-	91.053	108.640
2005	200706	91.053	108.640	-	-	911	-	-	-	-	-	-	91.053	109.551
2005	200707	91.053	109.551	-	-	910	-	-	-	-	-	-	91.053	110.461
2005	200708	91.053	110.461	-	-	911	-	-	-	-	-	-	91.053	111.372
2005	200709	91.053	111.372	-	-	910	-	-	-	-	-	-	91.053	112.282
2005	200710	91.053	112.282	-	-	911	-	-	-	-	-	-	91.053	113.193
2005	200711	91.053	113.193	-	-	910	-	-	-	-	-	-	91.053	114.103
2005	200712	91.053	114.103	-	-	911	-	-	-	-	-	-	91.053	115.014
2005	200801	91.053	115.014	-	-	7.641	-	-	-	-	-	-	91.053	122.655



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pre-acordados
em 31 de janeiro de 2008

Anexo XI_4o

Ano de Inscricao	Mês	Saldo Inicial		Valor inscrito Principal	Valor inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária		Diferença de Multa	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final	
		Principal	Mora			Principal	Mora						Principal	Mora
2006	200601	-	-	101.951	101.951	-	-	-	-	-	-	-	101.951	101.951
2006	200602	101.951	101.951	183.414	225.601	2	-	-	-	-	-	-	285.364	327.554
2006	200603	285.364	327.554	649.703	766.878	888	-	-	-	-	-	-	935.127	1.095.320
2006	200604	935.127	1.095.320	-	-	2.919	-	-	-	-	-	-	935.127	1.096.239
2006	200605	935.127	1.098.239	122.487	73.279	5.370	-	-	-	-	-	122.487	935.127	1.126.887
2006	200606	1.057.614	1.126.887	147.270	117.492	2.919	-	-	-	122.487	25.728	-	1.082.397	1.221.370
2006	200607	1.082.397	1.221.370	95.906	97.102	4.387	-	-	-	-	-	-	1.178.303	1.323.059
2006	200608	1.178.303	1.323.059	598	117	4.421	-	-	-	598	140	-	1.178.303	1.327.456
2006	200609	1.178.303	1.327.456	-	-	4.390	-	-	-	-	-	-	1.178.303	1.331.846
2006	200610	1.178.303	1.331.846	-	-	4.391	-	-	-	-	-	-	1.178.303	1.336.237
2006	200611	1.178.303	1.336.237	15.797	17.220	4.681	-	-	-	-	-	4.145	1.189.955	1.358.138
2006	200612	1.194.100	1.358.138	-	-	4.509	-	-	-	-	-	4.145	1.189.955	1.362.447
2006	200701	1.194.100	1.502.647	-	-	26.910	-	-	-	4.145	1.081	-	1.189.955	1.388.476
2006	200702	1.189.955	1.388.476	-	-	4.509	-	-	-	-	-	-	1.189.955	1.392.985
2006	200703	1.189.955	1.392.985	-	-	4.509	-	-	-	-	-	-	1.189.955	1.397.494
2006	200704	1.189.955	1.397.494	-	-	4.509	-	-	-	-	-	-	1.189.955	1.402.003
2006	200705	1.189.955	1.402.003	-	-	4.508	-	-	-	-	-	-	1.189.955	1.406.511
2006	200706	1.189.955	1.406.511	-	-	4.507	-	-	-	-	-	-	1.189.955	1.411.018
2006	200707	1.189.955	1.411.018	-	-	4.511	-	-	-	-	-	-	1.189.955	1.415.529
2006	200708	1.189.955	1.415.529	-	-	4.508	-	-	-	-	-	-	1.189.955	1.420.037
2006	200709	1.189.955	1.420.037	-	-	4.507	-	-	-	-	-	-	1.189.955	1.424.544
2006	200710	1.189.955	1.424.544	-	-	4.511	-	-	-	-	-	-	1.189.955	1.429.055
2006	200711	1.189.955	1.429.055	-	-	4.508	-	-	-	-	-	-	1.189.955	1.433.563
2006	200712	1.189.955	1.433.563	-	-	4.508	-	-	-	-	-	-	1.189.955	1.438.071
2006	200801	1.189.955	1.438.071	-	-	37.966	-	-	-	-	-	-	1.189.955	1.476.037



Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
em 31 de janeiro de 2008

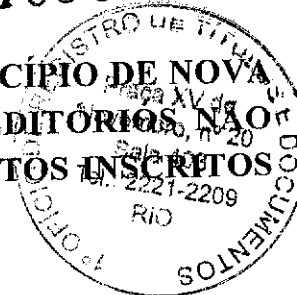
Anexo XI_4o

Ano de Inscrição	Mês	Saldo Inicial Principal	Saldo Inicial Mora	Valor Inscrito Principal	Valor Inscrito Mora	Juros sobre o Saldo de Principal + Correção Monetária			Diferença de Mora	Diferença de Pagamento	Créditos	Pagamento Principal	Pagamento Mora	Saldo Final Principal	Saldo Final Mora
						1	2	3							
2007	200701	-	-	53.853	40.013	-	-	-	-	-	-	-	-	53.853	40.014
2007	200702	53.853	40.014	-	-	-	540	-	-	-	-	-	-	53.853	40.554
2007	200703	53.853	40.554	17.706	16.846	-	537	-	-	-	-	-	-	71.559	57.937
2007	200704	71.559	57.937	-	-	-	698	-	-	-	-	-	-	71.559	58.635
2007	200705	71.559	58.635	-	-	-	699	-	-	-	-	-	-	71.559	59.334
2007	200706	71.559	59.334	17.662	28.738	-	698	-	-	-	-	-	-	89.221	88.770
2007	200707	89.221	88.770	-	-	-	875	-	-	-	-	-	-	89.221	89.645
2007	200708	89.221	89.645	2.699	1.870	-	876	-	-	-	-	-	-	91.920	92.391
2007	200709	91.920	92.391	-	-	-	902	-	-	-	-	-	-	91.920	93.293
2007	200710	91.920	93.293	-	-	-	900	-	-	-	-	-	-	91.920	94.193
2007	200711	91.920	94.193	-	-	-	902	-	-	-	-	-	-	91.920	95.095
2007	200712	91.920	95.095	-	-	-	903	-	-	-	-	-	-	91.920	95.998
2007	200801	91.920	95.998	-	-	-	6.525	-	-	-	-	-	-	91.920	102.523

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 3 – REGULAMENTO

1634339



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados (“Administradora”), resolve:

1. Constituir, nos termos da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (“Instrução CVM 356/01”), bem como pela Instrução nº 444, de 8 de dezembro de 2006 (“Instrução CVM 444/06”), ambas expedidas pela CVM, um fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, sob a forma de condomínio fechado, com a denominação de **“MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA”** (“Fundo”);
2. Designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. Mauro Sergio de Oliveira, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade regº nº 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25/05/93, inscrito no CPF sob o nº 197.460.087-49, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, diretor da Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativa;
3. Assumir as funções de administração do Fundo, na forma do Regulamento neste ato aprovado;
4. Contratar: (i) o **Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13, 14 e 15 andares, inscrita no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11, para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e controladoria dos ativos do Fundo; (ii) a **McGraw-Hill**

Interamericana do Brasil Ltda. (Standard & Poor's), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.295.585/0001-40, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo; e (iii) a **KPMG Auditores Independentes**, empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 17º andar, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo; e

5. Submeter à CVM esta deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da distribuição pública de suas Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

Esta deliberação e o Regulamento do Fundo com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 2008



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Testemunhas:

1. *Maria Eunice Motta M. Def. Mello*

Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DEF. MELLO**
RG: **CPF: 000.887.377-82**
CPF: **11P: 12.857.135-3**

2. *Aline de Araujo Hamond*

Nome: **Aline de Araujo Hamond**
RG: **CPF: 116.576.577-28**
CPF: **RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ**

OFÍCIO DE REG. DE TÍT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

REPRESENTANTE: PROTOCOLADO
E REGISTRADO EM CD-RON SOB O Nº

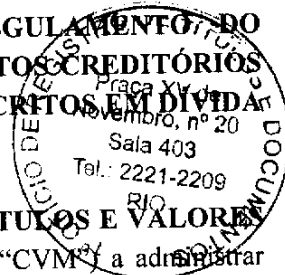
1654859

Rio de Janeiro, 09/07/2008

11- Geraldo Calmon Costa Jr.
Matr. 06/0097 - Oficial Titular
11- Kleber Calmon Hirdes
ICTPS 93043/128 - 1o. Of. Subst.
11- Geraldo L. Miranda B. Jr.
ICTPS 760856/022 - 2o. Of. Subst.
11- Carlos de Souza
ICTPS 76596/055 - 3o. Of. Subst.
11- Bernardino Carvalho
ICTPS 89896/082 - 4o. Of. Subst.

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 363,12

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA
ATIVA**



Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora (“Administradora”) do **MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA** (o “Fundo”), fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído em 09 de julho de 2008, cujo regulamento foi registrado na mesma data sob o nº 1654859, perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o “Regulamento”):

CONSIDERANDO QUE:

- (i) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Quotas do Fundo;
- (ii) a Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) não havendo Quotistas do Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, nem as disposições do item 16.1 “b” do Regulamento;

1. OFÍCIO DE REG. DE TIT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO
O PEDIDO DA PARTE INTERESSADA, O
PRESENTE DOCUMENTO FOI AVERBADO
NA MARGEM DO REGISTRO DE Nº.
1654859

RESOLVE a Administradora deliberar por inúmeras alterações no Regulamento do Fundo, que na forma consolidada em anexo, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

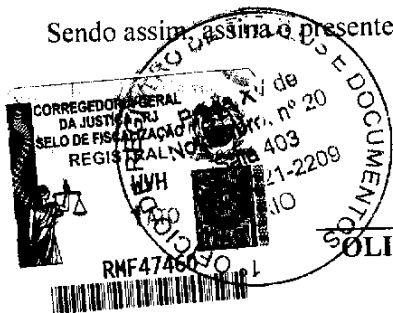
1. OFÍCIO DE REG. DE TIT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Sendo assim, assinou o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO EM CD-ROM SOB O Nº.

1659769

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2008

Rio de Janeiro, 19/09/2008



**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

Geraldo Calmon Costa Jr.
Matr 06/0897 - Oficial Titular
[C] - Kleber Calmon Hirdes
ICTPS 93043/128 - 1o. Of. Subst.
[C] - Geraldo L. Miranda B. Jr
ICTPS 768856/022 - 2o. Of. Subst.
[C] - Carlos de Souza
ICTPS 78596/095 - 3o. Of. Subst.
[C] - Bernardino Carvalho
ICTPS 89856/082 - 4o. Of. Subst.

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFF/RJ**
CPF: **CPF: 095.449.027-40**

2. Rogor da Silva Bianchi
Nome: **Rogor da Silva Bianchi**
RG: **RG: 20.474.310-8**
CPF: **CPF: 112.027.807-41**

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 348,92

INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora (“Administradora”) do **MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA** (o “Fundo”), fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído em 09 de julho de 2008, cujo regulamento foi registrado na mesma data sob o nº 1654859, e alterado através do Instrumento Particular de Primeira Alteração ao Regulamento, registrado em 19 de setembro de 2008, sob o nº 1659769, ambos perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o “Regulamento”):

CONSIDERANDO QUE:

- (i) se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM no OFÍCIO/CVM/SRE/SIN/Nº 14/2008, de 21 de outubro de 2008 e do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 852/2009, de 22 de julho de 2009; e
- (ii) o Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, conforme previsto no parágrafo único do artigo 26 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;

RESOLVE a Administradora deliberar por inúmeras alterações no Regulamento do Fundo, que na forma consolidada em anexo, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Administradora.

Sendo assim, assina o presente Instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2009



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Cesar Reinaldo Leal Pinto
Diretor

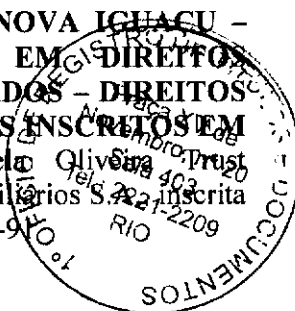
Testemunhas:

1. **Paula Perazzi A. Ferreira**
Nome: Paula Perazzi A. Ferreira
RG: RG: 11812920-4 IFP/RJ
F: CPF: 095.449.027-40

2. **Paulo Henrique Amaral**
Nome: Paulo Henrique Amaral
RG: RG: 20.788.384-4
CPF: CPF: 116.871.997-80

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 1375,18

**Regulamento do MUNICÍPIO DE NOVA ICHACU -
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS - DIREITOS
AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM
DÍVIDA ATIVA, administrado pela Gliviana Trust
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita
no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91**



ÍNDICE

CAPÍTULO UM – DO FUNDO	2
CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	2
CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO.....	2
CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO..	2
CAPÍTULO CINCO – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO	4
CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO DE VALORES.....	5
CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA.....	6
CAPÍTULO OITO – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	11
CAPÍTULO NOVE – DOS FATORES DE RISCO.....	12
CAPÍTULO DEZ – DAS QUOTAS.....	25
CAPÍTULO ONZE – DA EMISSÃO DE QUOTAS	29
CAPÍTULO DOZE – DA AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS.....	30
CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS.....	32
CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS.....	33
CAPÍTULO QUINZE – DO CUSTODIANTE.....	33
CAPÍTULO DEZESSEIS – DA ASSEMBLÉIA GERAL	36
CAPÍTULO DEZESSETE – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA	38
CAPÍTULO DEZOITO – DO REENQUADRAMENTO DA RELAÇÃO MÍNIMA	41
CAPÍTULO DEZENOVE – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	42
CAPÍTULO VINTE – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
CAPÍTULO VINTE E UM – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA METODOLOGIA DE PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	43
CAPÍTULO VINTE E DOIS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	46
CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DOS ENCARGOS DO FUNDO	47
CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	48
CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	49
CAPÍTULO VINTE E SEIS – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS TITULARES DAS QUOTAS.....	49
CAPÍTULO VINTE E SETE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	50
ANEXO I – DEFINIÇÕES	52
ANEXO II – AVISO DE DESENQUADRAMENTO	62
ANEXO III – CONTRATO DE FINANCIAMENTO RELEVANTE	63
ANEXO IV – CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO.....	64
ANEXO V – FICHAS DE COMPENSAÇÃO NACIONAL	67
ANEXO VI – PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO, CONTROLE E COBRANÇA	68
ANEXO VII - SUPLEMENTO.....	94
ANEXO VIII – TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO	95

Regulamento do **MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA**, administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91.



CAPÍTULO UM – DO FUNDO

- 1.1. **O MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA**, doravante designado, abreviadamente, o “Fundo”, é um fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 444.
- 1.2. Os termos e as expressões adotados neste Regulamento, grafados em letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Anexo I (Definições) deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.
- 1.3. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, exclusivamente investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409, que aceitem os riscos relacionados ao investimento nas Quotas do Fundo, conforme descritos neste Regulamento, inclusive fundos de investimentos e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento habilitados a adquirir quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, nos termos da Instrução CVM nº 409 (“Investidores Qualificados”).

CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

- 2.1. O prazo de vigência regular do Fundo será até 01 de novembro de 2023 (“Prazo de Vigência”). O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas neste Regulamento e/ou em caso de verificação de hipóteses específicas estabelecidas na legislação em vigor à época da liquidação.

CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO

- 3.1. O presente Regulamento, seus aditamentos e o Suplemento serão levados a registro pela Administradora, em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado em sua sede.

CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

- 4.1. Observado o disposto neste Regulamento, o objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aplicação de recursos em carteira composta por Direitos Creditórios que atendam ao Critério de Elegibilidade e, conforme o caso, por Outros Ativos.

4.2. Observado o disposto no art. 40 da Instrução CVM nº 356 e no §1º do art. 1º da Instrução CVM nº 444, em até 90 (noventa) dias contados do início de suas atividades, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis. A parcela do saldo remanescente do Patrimônio Líquido, que não estiver alocada em Direitos Creditórios Elegíveis, poderá ser mantida em moeda corrente nacional ou aplicada exclusivamente nos seguintes ativos financeiros (“Outros Ativos”):

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
- b) operações compromissadas tendo como lastro títulos públicos federais e contraparte qualquer das Instituições Autorizadas; e
- c) quotas de fundos de investimentos, de longo prazo, com liquidez diária, administrados por Instituições Autorizadas, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos preponderantemente nos ativos identificados nas alíneas “a” e “b” acima.

4.3. O Fundo poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório Elegível ou em diversos Direitos Creditórios Elegíveis de um mesmo devedor, uma vez que os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo se enquadram no inciso II do § 1º do art. 1º da Instrução CVM nº 444, e em observância ao disposto no Artigo 8º da mesma Instrução, não se aplica o artigo 40-A da Instrução CVM nº 356.

4.4. É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável.

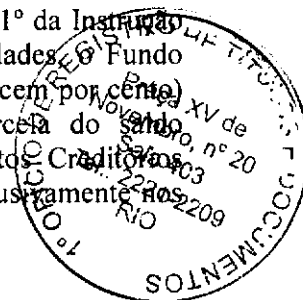
4.5. Será vedado à Administradora, por conta e ordem do Fundo, realizar operações com instrumentos derivativos.

4.6. Os Outros Ativos e os Direitos Creditórios devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM.

4.7. Os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Fundo, inclusive os registros eletrônicos relativos aos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, serão custodiados, pelo Município, às expensas deste último, sendo que os mesmos deverão ser individualmente agrupados e identificados pelo respectivo Número de Título.

4.8. É vedada a realização de qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro, em que o Município, a Administradora e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas figure(m), direta ou indiretamente, como contraparte(s).

4.9. Durante a vigência do Fundo e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Quatro e a política de investimento constante deste Capítulo, a Administradora deverá segregar diariamente na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos parcela de seu Patrimônio Líquido equivalente ao montante estimado dos encargos e despesas de responsabilidade do Fundo, a serem incorridos nos 6 (seis) meses subsequentes, contado da constituição da reserva, conforme calculado pela Administradora (“Reserva de Caixa” ou “RC”). A RC será provisionada com os recursos recebidos pelo Fundo quando da 1ª integralização de Quotas e será reenquadrada mensalmente de acordo com o disposto no Capítulo Vinte e Quatro.



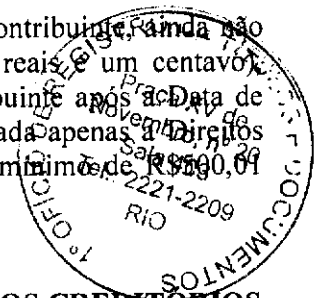
- 4.10. Durante a vigência do Fundo, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Quatro e a política de investimento constante deste Capítulo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar diariamente na contabilidade do Fundo, e manter aplicado em Outros Ativos, recursos em montante equivalente ao valor estimado para pagamento da Amortização Remuneração Sênior, relativa a todas as Quotas Seniores em Circulação, previsto para os 6 (seis) meses subsequentes à constituição da reserva aqui prevista ("RRAS"), a qual destina-se exclusivamente ao pagamento, nas Datas de Amortização, da Amortização Remuneração Sênior a todos os titulares das Quotas Seniores. Para efeito da determinação da RRAS em uma determinada data, a projeção dos valores estimados, a serem utilizados no pagamento da Amortização Remuneração Sênior, relativa a todas as Quotas Seniores em Circulação, nos 6 (seis) meses imediatamente subsequentes, será realizada com base: (i) no valor vigente das Quotas Seniores, sem considerar eventuais amortizações de Quotas Seniores a serem realizadas nos próximos 6 (seis) meses; e (ii) na variação do IPCA, divulgada no mês imediatamente anterior ao da apuração da RRAS.

CAPÍTULO CINCO – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO

- 5.1. Quando da aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos neste Regulamento, cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.
- 5.2. Para aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, caberá ao Custodiante a verificação individualizada do atendimento, pelos Direitos Creditórios oferecidos à cessão, aos Critérios de Elegibilidade.
- 5.3. É considerado "Direito Creditório Elegível", todo Direito Creditório cujas informações sejam transmitidas pelo Município ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos neste Regulamento e que, na Data de Oferta, atenda aos seguintes critérios de elegibilidade, a serem verificados pelo Custodiante ("Critérios de Elegibilidade"):
- a) encontra-se vencido e não pago; e
 - b) o somatório do Valor Nominal dos Direitos Creditórios, devidos pelo mesmo Contribuinte, não poderá ser superior a R\$100.000,00 (cem mil reais).
- 5.4. Observados os termos e condições deste Regulamento, a verificação, pelo Custodiante, do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será considerada como definitiva.
- 5.5. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, o Município deverá declarar, como condições de cessão: (i) não ter sido decretada a falência e/ou a liquidação judicial do respectivo Contribuinte; (ii) tendo sido objeto de Parcelamento, a data de vencimento do respectivo Direito Creditório ser anterior ao prazo de 5 (cinco) anos contado da 1ª Data de Emissão; (iii) se o(s) Direito(s) Creditório(s) ofertado(s), devido(s) pelo mesmo Contribuinte, for(em) integrante(s) de uma mesma CDA já emitida contra o respectivo Contribuinte na Data de Aquisição, esta não apresentar saldo devedor, na Data de Aquisição, inferior a R\$500,01 (quinhentos reais e um centavo); e (iv) o somatório dos Valores



Nominais dos Direitos Creditórios ofertados, devidos pelo mesmo Contribuinte, ainda não integrantes de uma CDA, não ser inferior a R\$500,01 (quinhentos reais e um centavo). Observado que, se o Município vier a emitir CDA contra tal Contribuinte após a Data de Aquisição, aquele se obriga a proceder à emissão de CDA, relacionada apenas a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo ainda inadimplentes, no valor mínimo de R\$500,01 (quinhentos reais e um centavo).



CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO DE VALORES

- 6.1. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis do Município, observados os procedimentos definidos neste Regulamento, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, (a) em moeda corrente nacional e/ou (b) em contrapartida à emissão de Quotas Subordinadas, e considerando a metodologia de precificação dos ativos definida no Capítulo Vinte e Um, o Fundo atenda à Relação Mínima e ao disposto nos itens (4.9) e (4.10) do Capítulo Quatro.
- 6.2. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão sempre cedidos pelo Município ao Fundo por seu Valor Nominal, conforme evidenciados no respectivo Número de Título, devendo o preço de cessão ser pago pelo Fundo ao Município em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à subscrição, pelo Município, de Quotas Subordinadas, as quais serão integralizadas pelo Município em contrapartida à cessão ao Fundo de Direitos Creditórios Elegíveis (“Preço de Cessão”).
- 6.3. A cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo será realizada sem coobrigação ou direito de regresso contra o Município ou qualquer outra Pessoa. O Município ou qualquer de suas Afiliadas não responde pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nem pela solvência dos Contribuintes.
 - 6.3.1. O Município não declara nem assegura a satisfação material dos Direitos Creditórios Elegíveis, objeto de cessão ao Fundo ou a solvência dos Contribuintes, nem tão pouco assume qualquer compromisso quanto à probabilidade de recuperação e cobrança, total ou parcial, de tais créditos.
 - 6.3.2. O Município é somente responsável, na respectiva Data de Aquisição, pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nos termos deste Regulamento e das demais disposições aplicáveis. Nas hipóteses de desistência pelo Contribuinte, revogação do Parcelamento original, concessão de Anistia, Remissão, modificação das penalidades ou das condições gerais de Parcelamento, que as tornem mais benéficas ao Contribuinte, o Município não se encontra obrigado (i) a promover a cessão de novos Direitos Creditórios ao Fundo, em substituição àqueles inicialmente cedidos; (ii) a transferir ao Fundo recursos em moeda corrente nacional; ou (iii) a subscrever Quotas Subordinadas, em contrapartida à cessão, ao Fundo, de novos Direitos Creditórios Elegíveis.
 - 6.3.3. Nas hipóteses de ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão ou dos eventos de extinção da obrigação tributária (i.e., compensação, transação, conversão de depósito em renda ou dação em pagamento), o Município deverá ressarcir o Fundo mediante a transferência para a Conta Corrente do Fundo, de recursos em dinheiro em montante equivalente ao Valor Nominal dos Direitos Creditórios extintos ou cuja cessão tenha sido resolvida, conforme o caso. Alternativamente, o Município poderá, a seu exclusivo critério,

buidores e suas
pagamento dos
matrização, bem
demais Posses
suas respectivas

- ## CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA

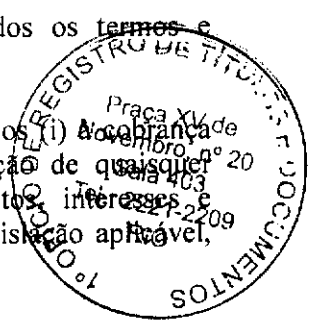
- 

7.3. A Administradora, sob sua responsabilidade, diretamente ou por meio de seus Agentes, independente de qualquer procedimento adicional, pode:

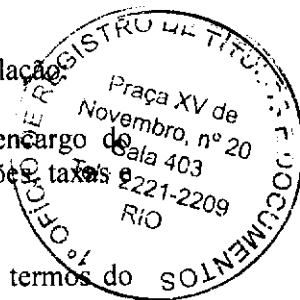
- a) adquirir Direitos Creditórios Elegíveis e Outros Ativos, observados os termos e condições deste Regulamento;
- b) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (ii) à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas e (iii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável, observado o disposto no Capítulo Vinte e Seis;
- c) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de desconstituição, substituição ou liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, desde que (i) esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao seu recebimento e à sua cobrança, ou (ii) referido acordo resulte no pagamento simultâneo e integral dos valores devidos ao Fundo relacionados aos Outros Ativos em questão;
- d) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e àquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica, em todas as demais procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, constará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses contado da data da outorga;
- e) providenciar o registro deste Regulamento, de seus aditamentos e do Suplemento, nos termos do Capítulo Três;
- f) praticar todos os atos de administração e gestão ordinária do Fundo de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa, incluindo, mas não se limitando a, tomar todas as providências necessárias para fazer com que terceiros contratados pelo Fundo cumpram as obrigações por eles assumidas perante o Fundo; e
- g) implementar as decisões e instruções passadas pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, observados os termos e as condições deste Regulamento e da legislação aplicável.

7.4. Sem prejuízo de seus outros deveres legais, incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- a) manter em sua sede e colocar à disposição dos Quotistas, gratuitamente:
 - i) cópias dos pareceres preparados pela Empresa de Auditoria e dos demais documentos e relatórios enviados à CVM;
 - ii) exemplar do presente Regulamento;
 - iii) exemplar do Prospecto; e



- iv) via original do Contrato de Cessão, dos termos de cessão e seus respectivos anexos;
- b) manter atualizados e em perfeita ordem, enquanto existirem Quotas em Circulação:
- i) os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer despesa ou encargo do Fundo, inclusive os relativos ao recolhimento de impostos, contribuições, taxas e emolumentos; e
 - ii) os demonstrativos trimestrais preparados pelo Diretor Designado nos termos do item (7.14) deste Capítulo;
- c) informar os Quotistas acerca de alterações: (i) do periódico utilizado pelo Fundo para a prestação de informações, nos termos do item (22.1) do Capítulo Vinte e Dois, e/ou (ii) da Taxa de Administração;
- d) providenciar, trimestralmente, às expensas do Fundo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores pela Agência Classificadora de Risco;
- e) preparar os demonstrativos financeiros mensais e anuais do Fundo e zelar para que os mesmos, conforme o caso, sejam auditados pela Empresa de Auditoria e enviados às autoridades competentes dentro dos prazos legais;
- f) submeter os demonstrativos trimestrais referidos no item (7.14) deste Capítulo ao exame da Empresa de Auditoria quando da auditoria anual;
- g) realizar os serviços de escrituração, abertura e manutenção das contas de depósito abertas em nome dos Quotistas ou contratar terceiros devidamente habilitados e autorizados para realizar tais serviços;
- h) manter registros analíticos e completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas, bem como manter em perfeita ordem os documentos necessários à comprovação de Investidor Qualificado dos Quotistas, exceto sobre os documentos referentes a Quotistas que adquirirem Quotas no mercado secundário, quando a guarda e verificação destes documentos será de responsabilidade exclusiva das instituições intermediárias que executarem a(s) ordem(ns) do(s) investidor(es);
- i) fornecer aos Quotistas, anualmente, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e seu respectivo valor;
- j) reter e efetuar, diretamente ou por meio da instituição contratada para a prestação dos serviços de controladoria do Fundo, o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;
- k) proceder à contratação dos serviços do Custodiante, da Agência Classificadora de Risco e da Empresa de Auditoria e ao pagamento, às expensas do Fundo, durante o Prazo de Vigência, das respectivas remunerações devidas a tais prestadores de serviços, bem como à celebração dos Documentos da Securitização e dos demais documentos necessários à operacionalização do Programa de Securitização;

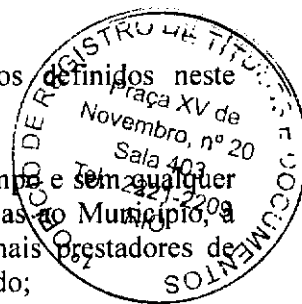


- l) calcular e informar o Custodiante, em cada Data de Cálculo, o Percentual de Provisão, nos termos do item (21.3) do Capítulo Vinte e Um;
- m) monitorar o cumprimento pelo Fundo dos índices e parâmetros definidos neste Regulamento;
- n) monitorar, diretamente ou por meio de seus Agentes, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Município, a SEMEF, à PGM, ao Banco Arrecadador e ao Custodiante e demais prestadores de serviços contratados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo;
- o) permitir a subscrição, integralização e amortização de Quotas Seniores, observados os procedimentos definidos neste Regulamento, de forma que, considerado, *pro forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda à Relação Mínima e ao disposto nos itens (4.9) e (4.10) do Capítulo Quatro;
- p) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
- i) substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria e/ou do Custodiante;
 - ii) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada; e
 - iii) celebração de qualquer aditamento aos Documentos da Securitização;
- q) entregar e/ou manter à disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Administradora, pelo Custodiante e pelo Município a que a Administradora tenha acesso;
- r) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial de instituições financeiras nas quais estejam depositados quaisquer recursos de titularidade do Fundo, requerer o imediato redirecionamento de tais verbas para outra conta de depósitos de titularidade do Fundo mantida em outra instituição financeira; e
- s) comunicar imediatamente à Agência Classificadora de Risco caso venha a ser concedida Anistia ou Remissão aos Direitos Creditórios ou caso a Administradora tome conhecimento da tramitação de lei que, se sancionada e promulgada, resultará na concessão de Anistia ou Remissão aos Direitos Creditórios.

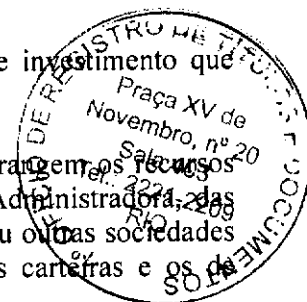
7.4.1. A Administradora deverá proceder, às expensas do Fundo, nos termos da alínea “d” do item (23.1) do Capítulo Vinte e Três, a auditorias periódicas anuais, por meio de testes e procedimentos pré acordados, de forma a acompanhar o cumprimento das obrigações e atribuições do Município e do Banco Arrecadador, nos termos dos respectivos Documentos da Securitização.

7.5. É vedado à Administradora:

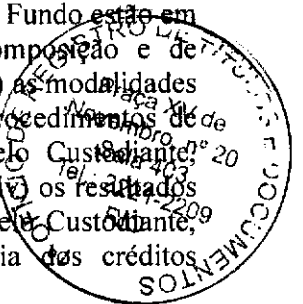
- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;



- b) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título;
- c) realizar operações com derivativos a descoberto; ou
- d) aplicar recursos de titularidade do Fundo em quotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos em Quotas de emissão do Fundo.
- 7.6. As vedações de que tratam as alíneas “a” e “b” do item (7.5) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.
- 7.7. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento, uma remuneração mensal equivalente a R\$12.000,00 (doze mil reais) (“Taxa de Administração”).
- 7.8. Os valores em reais definidos no item (7.7) acima serão atualizados pela Administradora e informados ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses ou na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IPCA, a partir de 01 de dezembro de 2008. Os tributos incidentes sobre a remunerações descrita no item (7.7) acima (ISS, PIS, COFINS, CSLL e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir) serão a ela acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.
- 7.9. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas que se enquadrem como encargos do Fundo, nos termos do Capítulo Vinte e Três deste Regulamento.
- 7.10. A remuneração mensal prevista nos termos do item (7.7) acima será provisionada diariamente, de forma *pro rata*. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no último Dia Útil do mês calendário em que ocorrer a primeira integralização de Quotas e as demais, no último Dia Útil dos meses subseqüentes.
- 7.11. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.
- 7.12. Os valores correspondentes a 50,0% (cinquenta por cento) da Taxa de Administração devida à Administradora, nos termos do item (7.7) acima, serão pagos diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, § 2º da Instrução CVM nº 356, na qualidade de prestadora de serviços de consultoria especializada para a Administradora, nos termos do artigo 39, inciso I da Instrução CVM nº 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste item será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.
- 7.13. Não poderão ser cobradas dos Quotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.



- 7.14. O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando que: (i) as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente; (ii) as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.



CAPÍTULO OITO – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

- 8.1. Os Quotistas, observado o disposto no item (16.4) do Capítulo Dezesseis, poderão solicitar a convocação de Assembléia Geral para deliberar acerca da substituição da Administradora. Para tanto, os Quotistas interessados na convocação deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação e a indicação, em ordem de preferência, do nome, qualificação e experiência de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável e deste Regulamento, indicando a remuneração de cada potencial instituição substituta, a qual não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do valor da Taxa de Administração. Imediatamente após o recebimento da correspondência acima referida, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para que a substituição da Administradora seja deliberada pelos Quotistas.
- 8.2. Caso a substituição da Administradora seja aprovada pela maioria dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, os Quotistas terão o direito de escolher, na mesma Assembléia Geral, qualquer das instituições apresentadas pelos demais Quotistas para exercer as funções da Administradora, a qual deverá ser aprovada pela maioria dos Quotistas.
- 8.3. Caso os Quotistas, nos termos do item (8.2) acima, rejeitem as indicações propostas de acordo com o item (8.1) acima, os Quotistas que estejam solicitando a substituição da Administradora deverão elaborar nova lista de indicação a ser submetida à aprovação dos Quotistas. Este procedimento poderá ser repetido até 3 (três) vezes consecutivas, sendo que, não havendo definição acerca da nova instituição administradora após a terceira votação, ocorrerá um Evento de Amortização Antecipada, nos termos do Capítulo Dezesete.
- 8.4. Na hipótese de os Quotistas não definirem a instituição que deverá exercer a função de Administradora, nos termos do item (8.2) acima, sem que haja rejeição expressa das indicações propostas, será considerada como escolhida a primeira instituição indicada de acordo com a ordem de preferência estabelecida pelos Quotistas em Assembléia Geral, conforme disposto no item (8.1) acima.
- 8.5. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no periódico referido no item (22.1) do Capítulo Vinte e Dois e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista (“Comunicação de Renúncia”), renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir entre: (i) a substituição da Administradora e definição de sua substituta (“Administradora Substituta”), ou (ii) a liquidação do Fundo, nos termos do artigo 37 da Instrução CVM nº 356, observado o quorum de deliberação estabelecido no item (16.13) do Capítulo Dezesseis deste

Regulamento. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação ou um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, nos termos deste Regulamento, até a conclusão dos procedimentos referidos no Capítulo Dezenove.

- 8.6. Na hipótese de a Assembléia Geral referida no item (8.5) acima (i) não nomear a Administradora Substituta, ou (ii) não obtiver quorum suficiente, em primeira e segunda convocações, para tanto, a Administradora deverá dar início ao processo de liquidação do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados, conforme o caso: (a) da data da realização da referida Assembléia Geral, ou (b) se a Assembléia Geral não tiver sido instalada, da data em que a mesma deveria ocorrer em segunda convocação, observados os procedimentos previstos no Capítulo Dezesesseis.
- 8.7. Na hipótese de nomeação de Administradora Substituta em Assembléia Geral, a Administradora permanecerá no exercício de suas funções até que a Administradora Substituta venha a lhe substituir integralmente, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data de realização da Assembléia Geral referida nos itens (8.5) ou (8.6) acima, conforme o caso, ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pela maioria dos titulares das Quotas em Circulação, no curso da referida Assembléia Geral.
- 8.8. Caso a Administradora Substituta (i) não aceite a designação para a função de administradora do Fundo; ou (ii) não dê início às atividades de administração e gestão da carteira do Fundo, a Administradora deverá dar início ao processo de liquidação antecipada do Fundo no Dia Útil imediatamente subsequente: (a) àquele em que tome ciência da referida recusa pela Administradora Substituta; ou (b) ao decurso do prazo estabelecido no item (8.7) acima, observados os procedimentos previstos neste Regulamento.
- 8.9. Caso se determine em Assembléia Geral a substituição da Administradora, seja por renúncia desta ou não, a Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da respectiva Assembléia Geral ou, conforme o caso, da aceitação da função pela Administradora Substituta, e, em qualquer hipótese, antes do término do prazo estabelecido no item (8.7) acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração e gestão da carteira do Fundo que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

CAPÍTULO NOVE – DOS FATORES DE RISCO

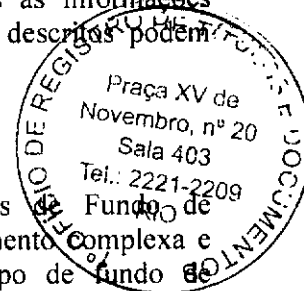
- 9.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de os Contribuintes honrarem suas obrigações, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e, conseqüentemente, para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores e suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou



isoladamente, em hipótese alguma, serem responsabilizados por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento. Os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir. Os eventos abaixo descritos podem resultar em perdas patrimoniais para o Fundo e seus Quotistas.

9.2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se:

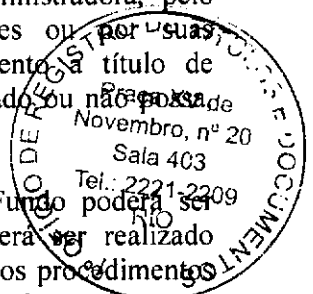
- a) **Liquidez das Quotas.** A subscrição e integralização de quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios é uma modalidade de investimento complexa e sofisticada. Por essa razão, o investimento em quotas deste tipo de fundo de investimento é restrito a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, sem admitir o resgate das Quotas a qualquer tempo, a critério dos Quotistas, estes podem ter dificuldade em realizar seu investimento mediante alienação de suas Quotas no mercado secundário ou realizá-lo a preço inferior ao seu valor de emissão/aquisição.
- b) **Amortização condicionada e possibilidade de perda do capital investido.** As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização ou resgate de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes de sua carteira. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o Município ou qualquer de suas Afiliadas, após o recebimento destes recursos, se ocorrer, e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e/ou o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.
- c) **Amortização de Quotas na medida da liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas, em moeda corrente nacional, em Regime de Caixa, na medida em que os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam devidamente pagos por meio dos procedimentos descritos no Capítulo Seis acima e que as verbas recebidas sejam depositadas na Conta Corrente do Fundo, podendo o Fundo deixar de realizar as amortizações das respectivas Datas de Amortização, nos termos do Capítulo Doze, observado que, nesta hipótese, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores e suas respectivas Afiliadas encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização ou o resgate integral das Quotas. Por o Fundo adotar a metodologia de Regime de Caixa para pagamento da amortização e resgate, conforme o caso, das Quotas, não há qualquer estimativa de prazo para que o Fundo, se contar com recursos suficientes, amortize, total ou parcialmente, suas Quotas. Assim, se o Fundo não contar com recursos para a amortização das Quotas nas respectivas Datas de Amortização, o recebimento de tais recursos pelos Quotistas, a título de amortização, poderá se prolongar por prazo



indeterminado ou, até mesmo, poderá não ser realizado. O valor de amortização das Quotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Distribuidor Líder, pelos demais Distribuidores ou por suas respectivas Afiliadas, multa ou penalidade caso qualquer pagamento a título de amortização das Quotas Seniores prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

Ademais, este Regulamento estabelece condições sob as quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Neste caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Capítulo Dezenove. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação ou, ainda, para cobrar os Direitos Creditórios diretamente dos Contribuintes. Adicionalmente, em razão de restrições legais e regulatórias, a Administradora poderá vir-se impossibilitada de realizar a dação em pagamento acima referida.

- d) **Possibilidade de amortização de Quotas e liquidação do Fundo antecipadas.** Observado o disposto neste Regulamento, o Fundo poderá amortizar e/ou resgatar antecipadamente as Quotas em Circulação e ser liquidado antes do término do Prazo de Vigência. Por este motivo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Distribuidor Líder, pelos Distribuidores, pelo Município e/ou por suas respectivas Afiliadas, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- e) **Risco de liquidação antecipada pelos Contribuintes dos Direitos Creditórios.** Os Contribuintes podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações. Considerando-se que as Quotas serão amortizadas ou resgatadas, conforme o caso, em Regime de Caixa, o pagamento antecipado dos Direitos Creditórios pelos Contribuintes pode resultar na redução do prazo e horizonte de investimento originalmente esperado pelos Quotistas, bem como poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.
- f) **Fatores macroeconômicos relevantes.** O Município e os Contribuintes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, alterações nas taxas de juros, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio e a condição financeira dos Contribuintes, bem como o pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos podem ser adversamente afetados por mudanças nas referidas políticas governamentais.
- g) **Inexistência de rendimento predeterminado.** A Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores não constitui garantia de rentabilidade aos Quotistas. O preço de integralização das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos na alínea "c" do item (10.3) do Capítulo Dez. Tal atualização tem como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada na amortização ou no resgate das Quotas Seniores, observada a ordem de



aplicação de recursos prevista no Capítulo Vinte e Quatro, e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação legal ou contratual da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor Líder, dos demais Distribuidores e de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na respectiva metas de rentabilidade, a rentabilidade das Quotas Seniores será inferior à respectiva meta de rentabilidade. Dados de remuneração verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, incluindo o Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus quando da amortização ou resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas nos termos da alínea "c" do item (10.3) do Capítulo Dez, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para a referida classe de Quotas.

- h) **Descasamentos.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais serão corrigidos anualmente considerando-se a variação, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, do INPC, observados os Critérios de Atualização. Considerando-se que: (a) o valor das Quotas Seniores será calculado na forma estabelecida na alínea "c" do item (10.3) do Capítulo Dez, utilizando-se, para cálculo da respectiva meta de rentabilidade, a variação mensal acumulada do IPCA, e (b) apesar de, historicamente, o INPC e o IPCA apresentarem alta correlação, o primeiro leva em consideração o consumo das famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (um) e 6 (seis) salários-mínimos, cujo chefe é assalariado em sua ocupação principal, e o segundo, abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (um) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, poderá ocorrer o descasamento entre os valores (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Seniores. A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores e suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado.
- i) **Não afetação do Patrimônio Líquido, bem como ausência de prioridade ou subordinação entre titulares de Quotas da mesma classe.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer classe de Quotas. Não há qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas da mesma classe, sempre observado que as Quotas Seniores têm prioridade e gozam de preferência em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto neste Regulamento.
- j) **Riscos associados aos Outros Ativos (inclusive de liquidez).** O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito e de liquidez, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores, o Banco Arrecadador e suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos.



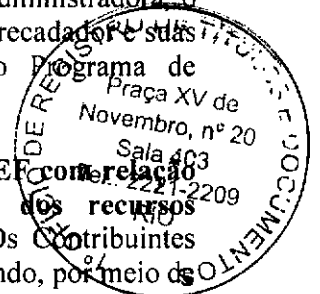
k) **Potenciais conflitos de interesses.** O Município, pelas características de suas operações, poderá vir a manter, conforme o caso, relações comerciais, no curso normal de suas atividades, com diversas instituições financeiras, inclusive a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores, o Banco Arrecadador e suas respectivas Afiliadas, além daquelas relacionadas ao Fundo e do Programa de Securitização.

l) **Atuação do Município, do Banco Arrecadador, da PGM e da SEMEF com relação aos procedimentos de cobrança, arrecadação e transferência dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.** Os Contribuintes efetuam e efetuarão o pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, por meio de Fichas de Compensação Nacional, as quais serão enviadas aos Contribuintes pelo Município e/ou entregues aos Contribuintes diretamente nos postos de atendimento da SEMEF. O Município é responsável pelo processamento das informações necessárias à emissão das Fichas de Compensação Nacional, de forma que os recursos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios, pelos Contribuintes, sejam automaticamente identificados, pelo Banco Arrecadador, como de titularidade do Município ou do Fundo, quando do pagamento das respectivas quantias pelos Contribuintes.

A arrecadação, transferência e, conforme o caso, cobrança, administrativa ou judicial, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo dependem, conforme o caso, da atuação diligente do Banco Arrecadador, do Município, da SEMEF e da PGM, no cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais e legais. O repasse de valores ao Fundo pode, por diversas razões, atrasar ou deixar de ocorrer, inclusive em razão do descumprimento, pelas Pessoas acima referidas, de suas respectivas obrigações. Os recursos de titularidade do Fundo que se encontrem na posse do Banco Arrecadador, do Custodiante ou que sejam a estes transferidos após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, podem ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

Caso, por qualquer motivo, o Município, a SEMEF, a PGM e/ou o Banco Arrecadador não cumpra(m) com suas respectivas obrigações avençadas nos instrumentos jurídicos vinculados ao Programa de Securitização e na legislação aplicável, ou estes sejam, por qualquer motivo, rescindidos ou alterados, a sistemática de recebimento e transferência de recursos referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pode ser negativamente afetada, podendo levar à necessidade de adoção, pela Administradora, atuando por conta e ordem do Fundo, de nova sistemática de recebimento e cobrança dos valores de sua titularidade, a qual pode ser ineficiente, apresentar elevados custos de transação ou ser simplesmente inviável ou simplesmente não existir.

m) **Riscos de sistemas (operacionais).** Dada a complexidade operacional própria dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos da Administradora, do Banco Arrecadador, do Custodiante, do Município, da SEMEF e da PGM ocorrerão livre de erros ou sem interrupções. Caso qualquer desses eventos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser adversamente afetada.

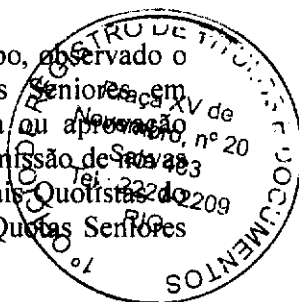


- n) **Necessidade de aporte adicional de recursos para implementação dos procedimentos judiciais ou extrajudiciais e possibilidade de perda do capital investido.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, esse somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos acima referidos caso os titulares de Quotas Seniores aportem os valores adicionais necessários para a sua adoção ou manutenção, na forma prevista no Capítulo Vinte e Seis deste Regulamento. A Administradora e suas Afiliadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares de Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo Vinte e Seis deste Regulamento. Conseqüentemente, conforme descrito neste Capítulo, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.
- o) **Mudanças legislativas que podem afetar o Fundo.** Os procedimentos que amparam a realização dos negócios jurídicos objeto dos Documentos da Securitização encontram-se consubstanciados em legislação e normas específicas, inclusive de natureza fiscal. Eventuais alterações em qualquer dos normativos acima referidos poderão afetar, negativamente, a boa ordem legal, administrativa e financeira do Programa de Securitização. Neste sentido, por exemplo, a criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, poderão afetar negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e a rentabilidade esperada das Quotas.
- p) **Eventual rebaixamento na classificação de risco.** A classificação de risco atribuída às Quotas Seniores baseou-se na atual condição econômico-financeira da carteira de Direitos Creditórios do Município a ser cedida ao Fundo. Não há qualquer garantia de que a classificação de risco outorgada pela Agência Classificadora de Risco, atualizada pelo menos trimestralmente, conforme definido neste Regulamento, mantenha-se inalterada. O rebaixamento da classificação de risco inicial das referidas Quotas em 2 (dois) ou mais sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência Classificadora de Risco, dará causa a um Evento de Avaliação, nos termos do Capítulo Dezessete.
- q) **Risco decorrente da precificação dos ativos.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e precificação definidos na regulamentação em vigor e neste Regulamento. Referidos critérios poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- r) **Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações do Município ou de terceiros prestadores de serviços ao Fundo.** Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo Município ou pelos prestadores de serviços ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora *on line*” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o



resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- s) **Emissão de novas Quotas Seniores.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Capítulo Dez deste Regulamento, emitir novas Quotas Seniores em Distribuições subsequentes à primeira, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas Seniores em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas Seniores, não será assegurado direito de preferência para os atuais Quotistas do Fundo, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas Seniores que já estejam em Circulação na ocasião.



- t) **Fornecimento de informações, pelo Município, para que o Fundo possa efetuar provisão de precificação em relação aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, objeto de Parcelamento, cujo prazo final de vencimento seja posterior a 5 (cinco) anos contados da 1ª Data de Emissão.** Nos termos do item (21.3) do Capítulo Vinte e Um, o Fundo deverá efetuar provisão de precificação, conforme instruções enviadas pela Administradora ao Custodiante, em valor calculado com base no Valor Nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, objeto de Parcelamento, cujo prazo final de vencimento seja posterior a 5 (cinco) anos contados da 1ª Data de Emissão, baseando-se nas informações fornecidas pelo Município. Caso o Município, por qualquer motivo, deixe de informar ou não informe corretamente quais Direitos Creditórios de titularidade do Fundo são objeto de Parcelamento, cujo prazo final de vencimento seja posterior a 5 (cinco) anos contados da 1ª Data de Emissão, o Fundo poderá deixar de efetuar provisão contábil em montante necessário para garantir o cumprimento, pelo Fundo, de seus deveres e obrigações e/ou para efetuar o pagamento das amortizações de Quotas Seniores nos termos deste Regulamento ou, ainda, poderá ocorrer um Evento de Avaliação, conforme disposto na alínea "i" do item 17.1 do Capítulo Dezesete.

9.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios e ao Município (Originador), destacam-se:

- a) **Risco de crédito.** Na 1ª cessão de Direitos Creditórios, se todas as Quotas Seniores da 1ª Distribuição forem subscritas e integralizadas, serão cedidos Direitos Creditórios Elegíveis com Valor Nominal de, aproximadamente, R\$780.323.228,00 (setecentos e oitenta milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e vinte e oito reais), sendo que aproximadamente R\$745.780.848,00 (setecentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e oitenta mil, oitocentos e quarenta e oito reais) encontram-se vencidos e não pagos por mais de 360 (trezentos e sessenta) dias e não parcelados, tendo o Município iniciado os competentes procedimentos de cobrança, administrativa ou judicial, conforme o caso. A incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos Contribuintes poderão resultar em perdas para o Fundo. Neste caso, os titulares das Quotas Seniores deverão aportar recursos adicionais no Fundo, nos termos do Capítulo Vinte e Seis, a fim de que o Fundo conte com os recursos financeiros necessários à propositura e à manutenção das medidas legais e administrativas necessárias à salvaguardar de seus direitos, garantias e prerrogativas.
- b) **Competência de cobrança.** Nos termos da Lei Autorizativa, a cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios é de responsabilidade do Município, por meio da PGM e da SEMEF. Na cobrança judicial, feita através do processo de execução fiscal, a PGM representa o Município perante o Poder Judiciário, que é o único competente para ordenar a prática de atos de constrição e excussão de bens do patrimônio do devedor

para satisfação dos Direitos Creditórios. O Fundo é um condomínio que não goza das garantias e privilégios da Fazenda Pública e não tem legitimidade para cobrar dos Contribuintes, administrativamente ou em juízo, os Direitos Creditórios de sua titularidade. Assim, o efetivo recebimento dos Direitos Creditórios inadimplentes de titularidade do Fundo dependerá da ação direta da PGM, que se encontra sujeita às limitações operacionais e aos ritos burocráticos que afetam o Poder Judiciário e o setor público brasileiro. Os resultados da atuação da PGM, na cobrança judicial dos Direitos Creditórios em Dívida Ativa dependem também da celeridade e eficiência do Poder Judiciário, que possui 07 (sete) Juízos Cíveis no Município, competentes nos casos de execução da Dívida Ativa, sendo que o processamento destes casos cabe a um único Cartório da Dívida Ativa do Município, vinculado à 6ª Vara Cível. A cobrança judicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, de acordo com a legislação aplicável, será feita pela PGM, perante os Juízos Cíveis do Município. O Fundo não terá qualquer tipo de ingerência formal ou faculdade de exigir que a SEMEF, a PGM e o Cartório e o Juízo da Dívida Ativa do Município atuem com celeridade e eficiência na cobrança dos créditos ou dêem prioridade na execução dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo ou mesmo de interferir no grau de eficiência dessa atuação.

- c) **Possibilidade de contestação pelos Contribuintes e de suspensão do ajuizamento ou de execução já ajuizada.** Os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo podem ser contestados pelos Contribuintes perante o Poder Judiciário, através de mandado de segurança, de exceção pré-executividade, ação anulatória do lançamento e de embargos à execução. Até o julgamento dos embargos, a execução fiscal fica suspensa. Nos outros meios de discussão judicial do crédito tributário, o Juiz pode conceder medida determinando que o Município se abstenha de ajuizar a execução fiscal ou a suspensão da execução fiscal já ajuizada. Em razão da morosidade do Poder Judiciário brasileiro, caso o Município fique impedido de ajuizar ou de prosseguir com a execução fiscal para cobrar volume significativo de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, a expectativa de fluxo de caixa do Fundo poderá ser afetada negativamente, comprometendo a sua capacidade de atender os objetivos, índices e parâmetros definidos neste Regulamento. Além disso, o resultado do julgamento poderá ser favorável ao Contribuinte, caso em que haverá resolução da cessão, observado o disposto na alínea "e" abaixo.
- d) **Ausência de garantia de pagamento ou de coobrigação.** A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem coobrigação ou direito de regresso contra o Município ou de qualquer outra Pessoa. O Município somente se responsabiliza, na respectiva Data de Aquisição, pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos. O Município e/ou qualquer de suas Afiliadas não se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Contribuintes. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência dos Contribuintes e do efetivo pagamento dos valores devidos, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão efetuados e, caso sejam efetuados, de que serão realizados nos prazos e nos valores avençados. Com exceção da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão ou extinção do crédito tributário por compensação, transação ou dação em pagamento em bens imóveis, nas hipóteses de desistência pelo Contribuinte, revogação do Parcelamento original, concessão de Anistia, Remissão, modificação das penalidades ou das condições gerais de Parcelamento, que as tornem mais benéficas ao Contribuinte, o Município não se encontra obrigado (i) a promover a cessão de novos Direitos Creditórios ao Fundo, em substituição àqueles inicialmente cedidos; (ii) a transferir ao Fundo recursos em moeda corrente nacional; ou (iii) a



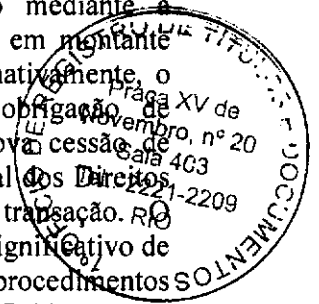

subscrever Quotas Subordinadas, em contrapartida à cessão, ao Fundo, de novos Direitos Creditórios Elegíveis.

- e) **Ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão.** Os Direitos Creditórios poderão ser considerados como inexistentes na hipótese de ocorrência de qualquer das seguintes Condições Resolutivas da Cessão: (i) cancelamento do Título por qualquer motivo, (ii) anulação do lançamento por vício formal, ou (iii) extinção total ou parcial do crédito tributário em razão de decisão judicial ou administrativa transitada em julgado ou irreformável, prescrição ou decadência. Observado o disposto neste Regulamento, se ocorrer qualquer dos eventos acima elencados, considerar-se-á resolvida a Cessão de todas as parcelas de Direitos Creditórios representadas pelo mesmo Título, cedidas ao Fundo, resolução esta a ser operada de pleno direito, caso em que, com a finalidade de restabelecer o equilíbrio econômico e financeiro do Programa de Securitização, o Município deverá ressarcir o Fundo mediante a transferência, para a Conta Corrente do Fundo, de recursos em dinheiro em montante equivalente ao Valor Nominal dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida. Alternativamente, o Município poderá, a seu exclusivo critério, em cumprimento da obrigação de ressarcimento acima referida, proceder, em favor do Fundo, a uma nova cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, em montante equivalente ao Valor Nominal dos Direitos Creditórios extintos por compensação, por dação em pagamento ou por transação. O Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser comprometido caso um volume significativo de Direitos Creditórios de sua titularidade seja liquidado por meio dos procedimentos acima indicados e/ou o Município não cumpra com as obrigações acima definidas.
- f) **Compensação de tributos.** Por força do artigo 156, combinado com o artigo 170 do CTN, é cabível a extinção do crédito tributário com créditos líquidos e certos do Contribuinte contra a Fazenda Pública, desde que exista lei regulamentando as condições para a compensação. O CTM, no artigo 712, faculta ao Secretário Municipal, responsável pela área fazendária do Município, permitir a compensação de créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra o Município, não existindo, até o momento, lei específica permitindo compensação automática. Cabe ressaltar, todavia, que o artigo 78 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, permitiu que as prestações anuais vencidas e não pagas vinculadas a precatórios originalmente pendentes de pagamento em 13 de setembro de 2000, ou decorrentes de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, sejam usadas pelo Contribuinte para compensar tributos devidos à entidade pessoa de direito público devedora do precatório. Como a norma constitucional goza de supremacia sobre todas as demais normas do ordenamento jurídico, a compensação, nas condições previstas no artigo 78 do ADCT, não depende de lei específica ou de ato do Secretário Municipal responsável pela área fazendária.
- g) **Possibilidade de extinção dos Direitos Créditos por transação, por conversão de depósito judicial ou extrajudicial em renda ou dação em pagamento.** O CTN, nos incisos III e XI artigo 156, prevê a possibilidade de extinção do crédito tributário por transação ou dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições que a lei estabelecer. Assim, a transação e a dação em pagamento somente serão possíveis nos termos da lei do titular do crédito tributário disciplinando essas modalidades de extinção do crédito tributário. O artigo 712 do CTM disciplina a transação, estabelecendo que o Secretário municipal responsável pela área fazendária pode celebrar transação sobre créditos tributários, mediante concessões mútuas, com o objetivo de terminar o litígio. De acordo com artigo 718-A do CTM, o crédito relativo aos tributos municipais, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, poderão ser

extintos, considerando o interesse do Município, mediante dação em pagamento de bens móveis novos e imóveis, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos fixados em regulamento. Nesses casos, o Município deverá ressarcir o Fundo mediante a transferência para a Conta Corrente do Fundo, de recursos em dinheiro em montante equivalente ao Valor Nominal dos Direitos Creditórios extintos. Alternativamente, o Município poderá, a seu exclusivo critério, em cumprimento da obrigação de ressarcimento acima referida, proceder, em favor do Fundo, a uma nova cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis, em montante equivalente ao Valor Nominal dos Direitos Creditórios extintos por compensação, por dação em pagamento ou por transação. O Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser comprometido caso um volume significativo de Direitos Creditórios de sua titularidade sejam liquidados por meio dos procedimentos acima indicados e/ou o Município não cumpra com as obrigações acima definidas.

- h) **Liquidação dos Direitos Creditórios através da conversão de depósito, administrativo ou judicial, em renda.** A conversão de depósito em renda é uma modalidade de extinção do crédito tributário (CTN, artigo 156, inciso VI). Em caso de extinção, por conversão de depósito em renda, o crédito do valor em conta corrente de titularidade do Fundo dependerá da atuação da instituição financeira depositária e, unilateralmente, da SEMEF, da PGM e do Poder Judiciário. Não existe garantia de que os órgãos envolvidos atuarão de forma a que os valores decorrentes dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, objeto de conversão em renda, serão creditados em conta corrente de titularidade do Fundo. Não foi realizado qualquer levantamento visando definir, historicamente, o volume de créditos tributários extintos por conversão de depósito em renda.
- i) **Planos de Parcelamento e redução no valor dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, inclusive por motivo de concessão de Anistia e Remissão.** Desde que atendidas as condições impostas pelo Município e pela legislação aplicável, o Contribuinte pode parcelar o pagamento dos Direitos Creditórios por este devidos. Poderá ser concedido ao Contribuinte, a critério do Poder Executivo do Município, Parcelamento do crédito em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, nos termos dos artigos 695 e seguintes do CTM, sendo que os Direitos Creditórios vinculados a estes programas poderão ser cedidos ao Fundo. Conforme Decreto nº 8.075, de 9 de maio de 2008, do Município, o Parcelamento poderá ser cancelado na hipótese de não pagamento de 2 (duas) parcelas consecutivas ou de 3 (três) parcelas intercaladas. Ademais, o prazo médio de recebimento da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo poderá ser afetado: (i) caso o Contribuinte desista, por qualquer motivo, de seu Parcelamento; (ii) em decorrência de ato do Município modificando as penalidades e as condições gerais de Parcelamento, que as tornem mais benéficas ao Contribuinte; e (iii) na hipótese de revogação ou perda do Parcelamento original. O Município não se encontra obrigado a promover a cessão de novos Direitos Creditórios ao Fundo, na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos.

O valor dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pode ser reduzido na hipótese de concessão de Anistia ou Remissão pelo Município. Não existe qualquer garantia de que, após a formalização da cessão, o Município não irá editar lei concedendo Anistia e/ou Remissão, que afete negativamente o valor dos Direitos Creditórios. Nas hipóteses de redução do valor dos Direitos Creditórios em razão de concessão de Anistia ou Remissão, o Município não se encontra obrigado a promover a cessão de novos Direitos Creditórios ao Cessionário, em substituição àqueles inicialmente cedidos. Eventual pedido de reparação de prejuízos que o Município tiver causado ao Fundo ao perdoar créditos tributários anteriormente cedidos terá que ser proposto em ação própria, cuja



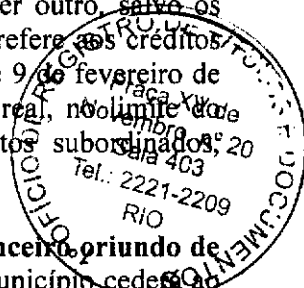
tramitação é demorada, não sendo possível avaliar as chances de sucesso tendo em vista a inexistência de precedentes sobre o tema e, além disso, a sentença, se favorável, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado, através de precatório.

- j) **Falência do Contribuinte.** Em caso de eventual falência do Contribuinte, caso este seja pessoa jurídica, o crédito tributário que, em regra, prefere a qualquer outro, ~~salvo os créditos trabalhistas e os decorrentes de acidentes do trabalho, não prefere aos créditos extraconcursais, às importâncias que, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, são passíveis de restituição e nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado, e as multas preferem, apenas, aos créditos subordinados,~~ conforme disposto no parágrafo único do artigo 186 do CTN.

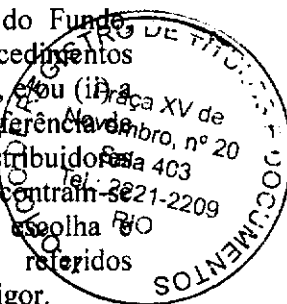
- k) **Cessão, ao Fundo, apenas do direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo de Direitos Creditórios.** Observado o disposto neste Regulamento, o Município ~~cederá ao~~ Fundo apenas o direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo de Direitos Creditórios, não abrangendo, tal cessão, os demais direitos que decorrem da qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária. Neste sentido, nos termos da Lei Autorizativa, permanecerão sob titularidade e integral responsabilidade do Município todos os atos e procedimentos relacionados à cobrança dos créditos tributários municipais, tanto administrativamente, por meio do órgão municipal competente, como em juízo, por meio da PGM.

- l) **Envio, pelo Município, das informações necessárias para conciliação dos valores creditados na conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Banco Arrecadador.** Caberá ao Município encaminhar diariamente ao Custodiante, com cópia para a Administradora, em meio eletrônico, (i) relação, individualizada, dos valores acolhidos por cada Banco Arrecadador em conta corrente de titularidade do Fundo, decorrentes dos pagamentos dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo realizados, pelos Contribuintes até o 2º Dia Útil imediatamente anterior ao do envio de tal relação; e (ii) em até 1 (um) Dia Útil contado do recebimento de relação, encaminhada pelo Custodiante, dos pagamentos devidamente identificados e reconhecidos, dentre os pagamentos mencionados em “i” acima, determinar o montante acolhido em cada Banco Arrecadador. A Administradora somente procederá à transferência dos valores recebidos por cada Banco Arrecadador para a Conta Corrente do Fundo após recebimento de das informações encaminhadas pelo Município, nos termos descritos no subitem “ii” acima desta alínea “l”. Caso o Município, por qualquer motivo, deixe de encaminhar, ou não encaminhe no prazo acordado, tais informações, os recursos acolhidos na conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no respectivo Banco Arrecadador, não poderão ser utilizados em qualquer amortização de Quotas Seniores, nem ser aplicados em qualquer dos ativos financeiros mencionados nas alíneas “a” a “c” do item (4.2) do Capítulo Quatro, até que seja realizada, pela Administradora, a transferência de tais valores para a Conta Corrente do Fundo.

- m) **Interrupção nos procedimentos de cobrança e recebimento e conciliação de valores.** Considerando que o Município é responsável (i) pelo processamento e controle dos fluxos de recebimento relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Município e do Fundo, (ii) pelo processamento das informações necessárias à emissão das Fichas de Compensação Nacional, de forma que os recursos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios sejam automaticamente identificados, pelo Banco Arrecadador, como de titularidade do Município ou do Fundo, quando do pagamento das respectivas quantias pelos Contribuintes, e (iii) pelo envio das informações necessárias para conciliação dos valores recebidos pelo Fundo, conforme identificado na alínea “k”



acima, o não cumprimento das obrigações do Município, relacionadas ao Programa de Securitização, poderá afetar negativamente a boa ordem legal, operacional e administrativa do Fundo até que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, promova (i) a nomeação de instituições substitutas capazes de executar os procedimentos que porventura tenham sido descontinuados, observada a legislação aplicável, e/ou (ii) a instauração de procedimentos alternativos de recebimento, conciliação e transferência de valores. A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores e suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a escolha e contratação destes novos agentes, bem como implementação dos referidos procedimentos, se passíveis de implementação, nos termos da legislação em vigor.



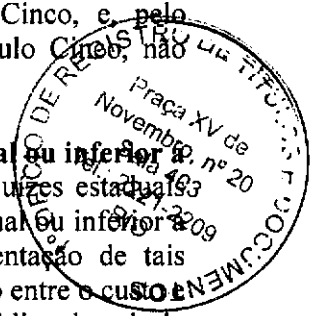
- n) **Riscos associados ao Município.** O Município celebrou com a Caixa Econômica Federal o Contrato de Financiamento Relevante. Regra geral, na falta de cumprimento, pelo Município, de qualquer de suas obrigações pecuniárias avençadas no Contrato de Financiamento Relevante, pode o respectivo beneficiário (credor) exigir o pagamento total da dívida dele resultante. Para garantir o cumprimento deste contrato, há vinculação, até o limite do saldo devedor atualizado, de créditos provenientes das receitas do Município referidas no artigo 159, inciso I, alínea "b" da CF, relativas ao percentual do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, entregue pela União ao Fundo de Participação dos Municípios, que se façam a sua conta de depósitos mantida junto ao Banco do Brasil S.A., podendo a Caixa Econômica Federal requerer a essa instituição, em nome da União Federal, o bloqueio e a transferência dos valores necessários à cobertura das referidas obrigações. Como garantia adicional, em caso de inadimplemento pelo Município, a Caixa Econômica Federal poderá requerer a transferência de recursos existentes, ou que venham a ingressar, na(s) conta(s) corrente(s) do Município, sob o nº 9115-4, agência 0081-7 do Banco do Brasil S.A., ou outra(s) que venha(m) substituí-las(s), especialmente as que se referem os artigos 156, 158 e 159 - § 3º, todos da Constituição Federal.

Caso o Município descumpra suas obrigações definidas no Contrato de Financiamento Relevante, este poderá ficar impossibilitado de proceder à cessão de novos Direitos Creditórios ao Fundo, nas hipóteses de: (i) ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão; (ii) extinção da obrigação tributária em razão de ocorrência de compensação, transação ou dação em pagamento; e/ou (iii) o Município decidir, a seu exclusivo critério, promover ao reenquadramento da Relação Mínima por meio da cessão de novos Direitos Creditórios Elegíveis.

- o) **CrITÉRIOS de Elegibilidade e Condições de Cessão.** Os Critérios de Elegibilidade e as condições de cessão a serem atendidas pelo Município, nos termos do item (5.5) do Capítulo Cinco, têm a finalidade de selecionar e definir o tipo de Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. A seleção é baseada em critérios de pagamento dos Direitos Creditórios, sendo que tal seleção se baseou apenas em dados históricos, relativos a período inferior a 3 (três) anos, do resultado da cobrança e recuperação de tributos do Município vencidos e não pagos. Os Critérios de Elegibilidade e as condições de cessão foram definidos com base na análise histórica limitada da carteira de recebíveis do Município, de forma a permitir que a carteira de Direitos Creditórios do Fundo apresente características semelhantes àquela, ao menos no que se refere aos níveis de recuperação e pagamento. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade e tais condições de cessão, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Contribuintes. Dessa forma, a observância, pelo Custodiante,

dos Critérios de Elegibilidade, contidos no item (5.3) do Capítulo Cinco, e pelo Município, das condições de cessão definidas no item (5.5) do Capítulo Cinco, não constitui garantia de adimplência dos Contribuintes.

- p) **Extinção de execuções fiscais sem julgamento do mérito em valor igual ou inferior a R\$500,00 (quinhentos reais).** Há reiteradas decisões proferidas pelos juízes estaduais da Comarca de Nova Iguaçu extinguindo execuções fiscais com valor igual ou inferior a R\$500,00 (quinhentos reais), sem julgamento do mérito. A fundamentação de tais decisões é a de que, em face do valor do crédito cobrado, há descompasso entre o custo e o benefício demandado e, conseqüentemente, há ausência do interesse público de agir do Município em tais execuções fiscais. Apesar de serem condições de cessão, nos termos do item (5.5) do Capítulo Cinco, (i) que o(s) Direito(s) Creditório(s) ofertado(s), devido(s) pelo mesmo Contribuinte, seja(m), na Data de Aquisição, integrante(s) de uma mesma CDA já emitida contra o respectivo Contribuinte, esta não apresentar saldo devedor, na Data de Aquisição, inferior a R\$500,01 (quinhentos reais e um centavo); e (ii) que o somatório dos Valores Nominais dos Direitos Creditórios ofertados, devidos pelo mesmo Contribuinte, ainda não integrantes de uma CDA, não seja inferior a R\$500,01 (quinhentos reais e um centavo), observado que, se o Município vier a emitir CDA contra tal Contribuinte após a Data de Aquisição, aquele se obriga a proceder à emissão de CDA, relacionada a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo ainda inadimplentes, no valor mínimo de R\$500,01 (quinhentos reais e um centavo), não há garantia de que, após a Data de Aquisição, será possível o ingresso, pelo Município, de execução fiscal para cobrança de Direito(s) Creditório(s) de titularidade do Fundo, devido(s) pelo mesmo Contribuinte, fundada em CDA no valor mínimo de R\$500,01 (quinhentos reais e um centavo). Caso, após a Data de Aquisição, o respectivo Contribuinte seja devedor de Direito(s) Creditório(s) em valor igual ou inferior a R\$500,00 (quinhentos reais), não será possível o ajuizamento de ação para cobrança judicial dos montantes devidos. Caso haja a impossibilidade de ajuizamento de execuções fiscais, pelos motivos mencionados nesta alínea, com relação a elevado volume de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, a expectativa de fluxo de caixa do Fundo poderá ser afetada negativamente, comprometendo a sua capacidade de atender os objetivos, índices e parâmetros definidos neste Regulamento.
- q) **Inexistência de Verificação Prévia pelo Custodiante e pela Administradora do Lastro dos Direitos Creditórios.** Quando da oferta dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Administradora, o Custodiante e suas Afiliadas não verificarão se os respectivos Direitos Creditórios (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios existentes, válidos e eficazes, normas aplicáveis, sendo certo que tal verificação será realizada, *a posteriori*, por meio de auditoria por amostragem; (ii) apresentam qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do Contribuinte; ou (iii) sejam objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à cessão dos mesmos ao Fundo.
- r) **Auditoria dos Documentos Comprobatórios por amostragem.** Nos termos do Capítulo Quinze, o Custodiante poderá realizar auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Como essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, pela PGM e SEMEF das prerrogativas decorrentes dos Direitos Creditórios por ele adquiridos, nos termos previstos neste Regulamento.



- s) **Possibilidade de eventual questionamento da validade da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.** A validade da cessão dos Direitos Creditórios, pelo Município, ao Fundo poderá vir a ser questionada, administrativa ou judicialmente, por qualquer terceiro, inclusive por qualquer ente público ou por prefeito do Município que venha a ser eleito. Por este motivo, os recursos de titularidade do Fundo que se encontram na posse do Banco Arrecadador, do Fundo ou do Município podem ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos, podendo tal evento prejudicar negativamente os Quotistas.

- 9.4. As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor Líder, dos demais Distribuidores, do Município, suas respectivas Afiliadas ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO DEZ – DAS QUOTAS

Seção I – Das Quotas Seniores

- 10.1. O Fundo poderá (i) emitir 01 (uma) classe de quotas sênior, em série única, a ser distribuída em uma ou mais Distribuições (“Quotas Seniores”); e (ii) manter em Circulação Quotas Seniores no valor total, em cada Data de Emissão, de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), valor este a ser atualizado mensalmente pela variação acumulada do IPCA, a partir do início das atividades do Fundo.
- 10.1.1. O Fundo somente poderá realizar novas Distribuições de Quotas Seniores, subsequentes à primeira, desde que, (i) computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, das Quotas Seniores da nova Distribuição e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados com a integralização das Quotas Seniores adicionais, o Fundo atenda, concomitantemente, à Relação Mínima e ao disposto nos itens (4.9) e (4.10) do Capítulo Quatro, referente tanto às Quotas Seniores em processo de subscrição e integralização quanto a todas as Quotas Seniores em Circulação; (ii) o Suplemento referente à nova Distribuição tenha sido registrado nos termos do Capítulo Três; (iii) a Meta de Rentabilidade a ser utilizada no cálculo da Amortização da Quota Sênior objeto da nova Distribuição seja a mesma utilizada para as demais Quotas Seniores em Circulação; (iv) a Administradora receba, da Agência Classificadora de Risco, correspondência confirmando, expressamente e por escrito, que a classificação de risco das Quotas Seniores em Circulação não será rebaixada em decorrência da emissão das Quotas Seniores da nova Distribuição; (v) a respectiva Distribuição tenha sido registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400; e (vi) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada esteja em curso.
- 10.1.2. Não obstante o acima disposto, o Fundo poderá excepcionalmente emitir a Série Específica, caso seja necessário o aporte de recursos adicionais no Fundo pelos titulares das Quotas Seniores, nos termos do Capítulo Vinte e Seis deste Regulamento. A Série Específica goza dos mesmos direitos, garantias e prerrogativas outorgadas às Quotas Seniores em Circulação, observados os termos e condições deste Regulamento.
- 10.2. As Quotas Seniores poderão ser objeto de amortizações, parciais ou totais, nos termos do Capítulo Doze.



10.3. Cada Quota Sênior possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem prioridade e goza de preferência em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- b) tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores;
- c) a partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores, o valor unitário das Quotas Seniores, será calculado na abertura de cada Dia Útil ("Data de Avaliação"), para fins de integralização, amortização ou, conforme o caso, resgate, o qual será equivalente ao menor dos valores apurados pela aplicação do disposto nas alíneas "i)" ou "ii)" a seguir:
 - i) o valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião; ou
 - ii) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

caso a Data de Avaliação seja a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores ou uma Data de Amortização:

Valor Principal Atualizado

caso contrário:

Valor Principal Atualizado * $(1 + \text{Meta_Rentabilidade})^{\text{Prazo}/252} * (1 + \text{Proj_IPCA})^{\text{Prazo}/\text{Dias Úteis Período}}$,

onde:

Valor Principal Atualizado: montante em reais definido na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores como R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). O Valor Principal Atualizado será ajustado após cada Data de Amortização e passará a ser o montante em reais determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Valor Principal Anterior} * (1 + \text{Variação IPCA}) * (1 + \text{Meta_Rentabilidade})^{\text{Prazo_Anterior}/252} \dots$$

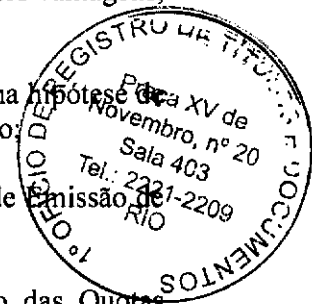
Amortização Quota Sênior

Meta_Rentabilidade: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores, conforme definida no Suplemento das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano;

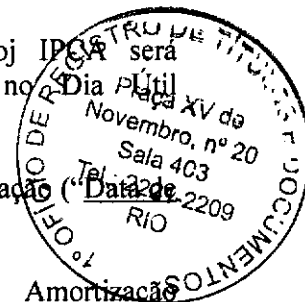
Prazo: número de Dias Úteis entre (inclusive) a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores ou a Data de Amortização anterior, conforme o caso, e (exclusive) a Data de Avaliação;

Dias Úteis Período: número de Dias Úteis entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores (inclusive) ou a Data de Amortização anterior (inclusive), conforme o caso, e a próxima Data de Amortização (exclusive);

Proj_IPCA: projeção da variação do número índice do IPCA correspondente ao mês vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Apuração, conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do



IPCA para uma determinada Data de Apuração, o Proj $IPCA_i$ será determinado como o Proj $IPCA_{i-1}$ (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior).



Para efeito da determinação do Valor Principal Atualizado em cada Data de Amortização (Amortização Vigente), as seguintes definições serão consideradas:

Valor Principal Anterior: Valor Principal Atualizado calculado na última Data de Amortização imediatamente anterior à Data de Amortização Vigente ou na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, conforme o caso;

Variação IPCA: valor determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\frac{IPCA_{atual}}{IPCA_{anterior}} - 1$$

$IPCA_{atual}$: número índice do IPCA correspondente ao mês anterior à Data de Amortização;

$IPCA_{anterior}$: número índice do IPCA correspondente ao segundo mês anterior à Data de Amortização;

Prazo Anterior: número de Dias Úteis entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores (inclusive) ou a Data de Amortização anterior (inclusive), conforme o caso, e a Data de Amortização Vigente (exclusive);

Amortização Quota Sênior: montante em reais a ser pago pelo Fundo por Quota Sênior a título de amortização em cada Data de Amortização, determinado nos termos do Capítulo Doze e das demais disposições deste Regulamento.

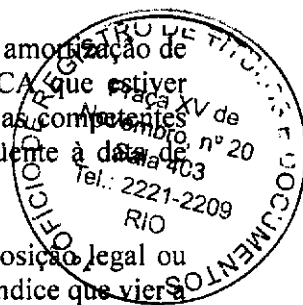
- d) nos termos do Capítulo Vinte e Seis, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a aportar recursos adicionais no Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da subscrição e integralização da Série Específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- e) os valores a que os titulares das Quotas Seniores fazem jus, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Seniores, nos termos deste Regulamento, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores em Circulação; e
- f) à exceção da deliberação concernente à emissão de Quotas Subordinadas, as quais poderão ser emitidas independente de aprovação dos titulares de Quotas Seniores, os titulares de Quotas Seniores têm o direito de votar, nos termos do Capítulo Dezesseis, com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

10.4. Independente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão *jus*, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, ao recebimento de valores em montante superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme a alínea "c" do item (10.3) acima, o que representa o limite máximo para o valor das Quotas Seniores.

- 10.5. Caso o IPCA não esteja disponível quando da apuração de qualquer valor de amortização de Quotas e/ou do Patrimônio Líquido do Fundo, será aplicado o último IPCA que estiver disponível naquela data. Se for o caso, a Administradora deverá promover as compensações financeiras, na Data de Amortização imediatamente subsequente à data de divulgação do IPCA que seria aplicável.
- 10.6. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação do IPCA por imposição legal ou determinação judicial, será aplicado, no lugar do IPCA, automaticamente, o índice que vier a substituí-lo. Na hipótese de inexistência do parâmetro acima referido, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado, pelos titulares das Quotas Seniores, o novo parâmetro de precificação. Observado o disposto na alínea “c” do item (17.4) do Capítulo Dezessete, a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas deverão aprovar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado dos titulares de Quotas Seniores.

Seção II - Das Quotas Subordinadas

- 10.7. O Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, 01 (uma) classe de quotas subordinadas (“Quotas Subordinadas”) em número indeterminado.
- 10.8. As Quotas Subordinadas poderão ser objeto de amortizações programadas, parciais ou totais, nos termos do Capítulo Doze.
- 10.9. Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:
- a) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e, na hipótese de liquidação do Fundo, de resgate;
 - b) tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, podendo ser emitida e negociada fração de Quota Subordinada para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal;
 - c) a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, calculado na abertura de todo Dia Útil, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor das Quotas Seniores em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação, na respectiva Data de Avaliação;
 - d) os valores a que os titulares das Quotas Subordinadas fazem jus, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Subordinadas, nos termos deste Regulamento, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Subordinadas em Circulação;
 - e) as Quotas Subordinadas terão o direito de aprovar, por meio de voto afirmativo tomado em separado dos demais Quotistas, no curso de Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, as matérias tratadas no item (10.11) abaixo e nas alíneas “b” e “h” do item (16.1) do Capítulo Dezesseis; e



- f) as Quotas Subordinadas terão o direito de voto nas deliberações tratadas no item (16.13) do Capítulo Dezesseis.

- 10.10. Nas hipóteses previstas nas alíneas “e” e “f” do item (10.9) acima, cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto para as Quotas Subordinadas com referência a qualquer outra matéria. Na hipótese de inexistirem Quotas Seniores em Circulação, as Quotas Subordinadas poderão votar qualquer matéria objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que, neste caso, qualquer deliberação deverá necessariamente ser aprovada pelo voto favorável da maioria dos titulares de Quotas Subordinadas presentes na Assembléia Geral.
- 10.11. A Administradora poderá deliberar e emitir Quotas Subordinadas, sem a necessidade de aprovação dos Quotistas titulares das Quotas Seniores, devendo, para tanto, ser observados os termos e as condições deste Regulamento e da legislação aplicável.

Seção III – Condições Gerais das Quotas

- 10.12. Após sua amortização integral, as Quotas não mais serão consideradas em Circulação para todos os efeitos legais.
- 10.13. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas poderão ser resgatadas por meio dos procedimentos de dação em pagamento previstos no Capítulo Vinte e Seis e na regulamentação então em vigor.
- 10.14. As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início da respectiva Distribuição.
- 10.15. Fica autorizado o cancelamento do saldo de Quotas Seniores eventualmente não colocado durante o prazo da respectiva Distribuição. O funcionamento do Fundo está condicionado à subscrição de, no mínimo, 8 (oito) Quotas Seniores.

CAPÍTULO ONZE – DA EMISSÃO DE QUOTAS

- 11.1. Exceção feita às subscrições realizadas na Data da 1ª Emissão, para as quais os valores a serem considerados serão, conforme o caso, aqueles estabelecidos na alínea “b” dos itens (10.3) e (10.7) do Capítulo Dez, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas, respectivamente, por seu valor calculado na forma definida na alínea “c” dos itens (10.3) e (10.7) do Capítulo Dez, respectivamente, na data em que as respectivas contrapartidas (i.e., moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis, conforme o caso) sejam colocadas pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos da legislação aplicável.
- 11.2. As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito pelo Agente Escriturador em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos neste Regulamento.
- 11.3. A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome pelo Agente Escriturador. O extrato da conta de depósito emitido será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

- 11.4. Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.
- 11.5. Os titulares das Quotas Seniores poderão oferecer suas Quotas em garantia de qualquer negócio jurídico e sobre elas instituir usufruto, devendo a Administradora ou o terceiro contratado para a prestação de serviço de escrituração de Quotas, em qualquer desses casos, proceder ao registro do respectivo gravame, informando tal procedimento à Administradora.
- 11.6. O instrumento de outorga das Quotas Seniores em garantia deverá estabelecer claramente: (i) que as respectivas Quotas somente poderão ser transferidas a Investidores Qualificados, nos termos da legislação então em vigor; e (ii) que cada Quota deverá ser transmitida integralmente a um único titular, não sendo admitida a transferência de frações das mesmas, a qualquer título.
- 11.7. A aplicação em Quotas Subordinadas poderá ser efetuada pelo Município, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, observados, conforme o caso, este Regulamento e os dispositivos legais e regulamentares referentes a aplicações de quotas em direitos creditórios.

CAPÍTULO DOZE – DA AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

- 12.1. Desde que o Fundo conte com Disponível, equivalente a, no mínimo, R\$200.000,00 (duzentos mil reais), após a alocação de recursos disposta no Capítulo Vinte e Quatro, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a amortização integral de 100% (cem por cento) das Quotas Seniores em Circulação, observadas as instruções passadas pela Administradora ao Custodiante, o Fundo deverá, em cada Data de Amortização, em Regime de Caixa, proceder à amortização, total ou parcial, do valor de cada Quota Sênior e de cada Quota Subordinada, de acordo com o disposto neste Capítulo.
- 12.1.1. Caso o Fundo não conte com Disponível, equivalente a, no mínimo, R\$200.000,00 (duzentos mil reais), nos termos do item (12.1) acima, a respectiva amortização, total ou parcial, de cada Quota Sênior e de cada Quota Subordinada será realizada na Data de Amortização subsequente em que o Fundo contar com o Disponível no montante mínimo mencionado no item (12.1) acima.

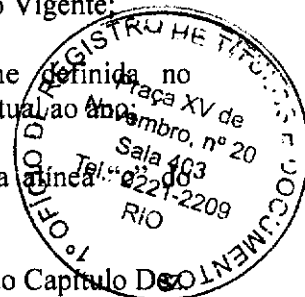
Seção I – Amortização da Remuneração das Quotas Seniores

- 12.2. O valor a ser pago a título de amortização ordinária de cada Quota Sênior, relativa à sua respectiva remuneração mensal, se houver, em cada Data de Amortização, nos termos do Capítulo Vinte e Quatro e observadas as instruções encaminhadas pela Administradora ao Custodiante, sempre limitado ao montante de recursos disponíveis no Fundo, será apurado de acordo com a seguinte expressão ("Amortização Remuneração Sênior"):

$$\text{Principal Atual Quota Sênior} * (1 + \text{Variação IPCA}) * [(1 + \text{Meta_Rentabilidade})^{\text{Prazo}/252} - 1]$$

onde:

Principal Atual Quota Sênior	Valor Principal Atualizado, conforme determinado nos termos da alínea "c" do item (10.3) do Capítulo Dez, apurado na última Data de Amortização imediatamente anterior à Data de Amortização Vigente;
Meta_Rentabilidade	Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores, conforme definida no Suplemento das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano;
Prazo	Dias Úteis Período, conforme determinado nos termos da alínea "c" do item (10.3) do Capítulo Dez;
Variação IPCA	valor determinado nos termos da alínea "c" do item (10.3) do Capítulo Dez;



Seção II – Amortização do Valor de Principal das Quotas Seniores e Amortização das Quotas Subordinadas

- 12.3. Observadas as instruções encaminhadas pela Administradora ao Custodiante, os recursos disponíveis pelo Fundo em cada Data de Amortização, após o pagamento da Amortização Remuneração Sênior ("Excedente de Disponível"), considerando-se o disposto no Capítulo Vinte e Quatro, serão utilizados para amortização ou resgate, conforme o caso, dos montantes originalmente investidos pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação, quando da 1ª (primeira) Data de Emissão da respectiva Quota, e das Quotas Subordinadas em Circulação, conforme disposto nos itens (12.4) e seguintes abaixo.
- 12.4. Caso o Principal Atual Quota Sênior seja superior ao Principal Esperado Quota Sênior, em cada Data de Amortização, o Fundo deverá proceder à amortização das Quotas Seniores em Circulação em montante equivalente à totalidade do Excedente de Disponível, limitado ao valor das Quotas Seniores em Circulação.
- 12.5. Caso o Principal Atual Quota Sênior seja igual ou inferior ao Principal Esperado Quota Sênior, em cada Data de Amortização, o Fundo deverá proceder à amortização de Quotas Seniores em montante equivalente à 80% (oitenta por cento) do Excedente de Disponível, limitado ao valor das Quotas Seniores em Circulação.

onde:

Principal Esperado Quota Sênior montante em reais, calculado em cada Data de Amortização, de acordo com a formula abaixo:

$$\text{Valor Principal de Referência} \times \text{Meta de Percentual Não Amortizado}$$

Valor Principal de Referência $\text{Valor Principal Inicial} * (1 + \text{IPCA acumulado})$

Valor Principal Inicial valor unitário das Quotas Seniores na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores;

IPCA acumulado valor determinado de acordo o disposto na alínea "c" do item (10.3) do Capítulo Dez;

IPCA atual número índice do IPCA, conforme disposto na alínea "c" do item (10.3) do Capítulo Dez, correspondente ao mês anterior à Data de Amortização Vigente;

IPCA início número índice do IPCA, conforme disposto na alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez, correspondente ao mês anterior à 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores;

Meta de Percentual Não Amortizado Percentuais contidos na tabela abaixo, os quais definem, caso o Fundo, com recursos suficientes para tanto, após pagamento da Amortização Remuneração Sênior, uma meta de amortização das Quotas Seniores e amortização parcial das Quotas Subordinadas.

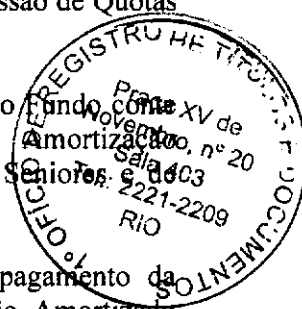
Assim, se o Fundo contar com recursos suficientes após pagamento da Amortização Remuneração Sênior, a Meta de Percentual Não Amortizado definirá a proporção das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas que serão amortizadas nos respectivos períodos. A Meta de Percentual Não Amortizado não representa uma estimativa de prazo de amortização das Quotas Seniores, mas sim um mecanismo para definir alocação dos recursos disponíveis excedentes do Fundo, após pagamento da Amortização Remuneração Sênior.

MESES CONTADOS DA 1ª DATA DE EMISSÃO DE QUOTAS SENIORES	META DE PERCENTUAL DE QUOTAS SENIORES EM CIRCULAÇÃO NÃO AMORTIZADO
1º ao 12º (inclusive)	67,0%
13º ao 24º (inclusive)	50,0%
25º ao 36º (inclusive)	28,0%
37º ao 48º (inclusive)	0,0%

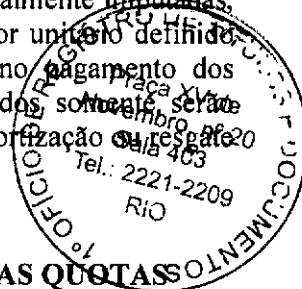
- 12.6. Observada a ordem de alocação de recursos do Fundo disciplinada no Capítulo Vinte e Quatro e após a amortização dos rendimentos incorporados ao valor das Quotas Seniores, caso aplicável, e na amortização ou resgate dos montantes originalmente investidos pelos Quotistas quando da 1ª (primeira) Data de Emissão da respectiva Quota, se for o caso, nos termos deste Capítulo, o Fundo deverá alocar integralmente o Excedente de Disponível remanescente na amortização, total ou parcial, das Quotas Subordinadas em Circulação.

CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

- 13.1. O Fundo efetuará o pagamento da amortização de Quotas por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo Bacen ou, conforme o caso, por meio dos procedimentos de dação referidos no Capítulo Dezenove.
- 13.2. A Administradora efetuará o pagamento dos valores devidos aos Quotistas, observados os registros de titularidade de Quotas mantidos pelo Agente Escriturador no Dia Útil imediatamente anterior à data da realização da amortização ou do resgate das respectivas Quotas.
- 13.3. No curso ordinário do Programa de Securitização, inclusive na hipótese prevista no Capítulo Dezenove, as verbas pagas aos titulares das Quotas, a título de amortização ou resgate, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, nos rendimentos incorporados ao valor das Quotas, caso aplicável, e, posteriormente, na amortização ou resgate dos montantes originalmente investidos pelos Quotistas quando da 1ª (primeira) Data de Emissão da respectiva Quota.



- 13.4. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, as verbas pagas aos titulares das Quotas, a título de amortização ou resgate, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, na amortização ou no resgate de seu valor unitário definido para a 1ª Data de Emissão da respectiva Quota e, posteriormente, no pagamento dos rendimentos auferidos por cada Quota. Os procedimentos aqui referidos somente serão descontinuados após o pagamento integral dos respectivos valores de amortização ou resgate das Quotas Seniores, ou quando da exaustão do Patrimônio Líquido.



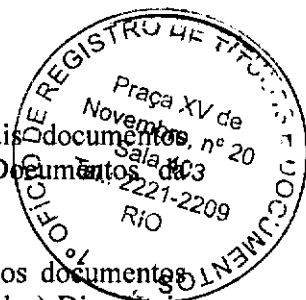
CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

- 14.1. As Quotas Seniores deverão ser registradas, para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA e, para negociação no mercado secundário, no Módulo de Fundos – MF, ambos mantidos e operacionalizados pela CETIP.
- 14.2. As Quotas Subordinadas serão subscritas única e exclusivamente pelo Município, não podendo ser transferidas a qualquer terceiro ou dadas em garantia. As Quotas Subordinadas não serão registradas para negociação no mercado primário ou secundário.
- 14.3. Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Quotas encontrem-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.
- 14.4. Caberá à Administradora providenciar o registro das Quotas no sistema de negociação referido no item (14.1) acima.

CAPÍTULO QUINZE – DO CUSTODIANTE

- 15.1. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:
- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Município ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade, com base no *Layout* encaminhado pelo Município ao Custodiante;
 - b) receber e analisar, nos termos dos itens (15.5) e (15.6) deste Regulamento, a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora e dos órgãos reguladores;
 - c) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observados os termos e condições deste Regulamento e as instruções passadas pela Administradora;
 - d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora:

- i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo e comprovantes de pagamento de valores creditados pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, na Conta Corrente do Município;
- ii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos; e
- iii) relatórios preparados nos termos deste Regulamento e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos de Securitização que sejam de sua responsabilidade;
- e) entregar à Administradora, diretamente ou por meio de seu Agente, os documentos referidos nos itens “i” a “iii” da alínea “d” acima, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do envio de solicitação neste sentido;
- f) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pelo Município ou por seus Agentes, para Conta Corrente do Fundo ou para outra conta conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Banco Arrecadador;
- g) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- h) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento;
- i) disponibilizar à Administradora, diariamente, relatório(s) com as informações previamente acordadas entre o Custodiante e a Administradora, necessárias para o cálculo do valor da Relação Mínima, da RC e da RRAS;
- j) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- k) somente acatar ordens passadas pelo Diretor Designado ou por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora, conforme relação de pessoas autorizadas definida pela Administradora, desde que as mesmas estejam de acordo com o previstos neste Regulamento.
- 15.2. Enquanto no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:
- a) conforme o caso, abrir e movimentar, por conta e ordem do Fundo, as contas correntes abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC, (ii) na CETIP ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento; e
- b) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo previstas no Capítulo Vinte e Três.



15.3. Na hipótese de substituição do Custodiante, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo Oito.

15.4. O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a este atribuídas nos termos deste Regulamento. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio à Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

15.5. O Custodiante deverá proceder a auditorias periódicas, no mínimo trimestrais, dos Documentos Comprobatórios e dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo com vistas a verificar a regularidade desses. Tais auditorias periódicas poderão ser realizadas por amostragem, desde que observados parâmetros de quantidade e de diversificação de Contribuintes descritos no item (15.6) abaixo. Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante pela realização das referidas auditorias periódicas, será permitido ao Custodiante, às suas expensas, delegar a operacionalização das referidas auditorias periódicas a empresa de auditoria contábil devidamente cadastrada na CVM.

15.6. Como parâmetro para a definição da amostragem das auditorias periódicas a que se refere o item (15.5) acima, o Custodiante deverá analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que, nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Contribuintes dos respectivos Direitos Creditórios selecionados, calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

onde:

ξ_0 : Erro Estimado;

A : Tamanho da Amostra;

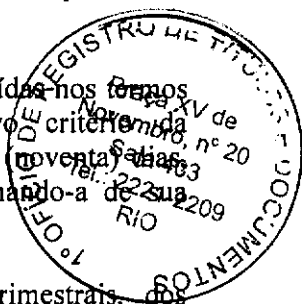
N : População Total;

n_0 : Fator Amostral.

15.6.1. A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não serão considerados os parâmetros de diversificação de Contribuintes quando da verificação do lastro.

15.6.2. O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

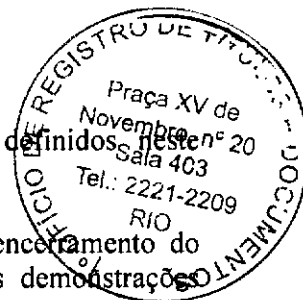
15.6.3. Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução CVM nº 356, a Administradora considerará as informações e os resultados fornecidos pelo Custodiante, relativos à verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior, nos termos dos itens (15.5 e 15.6) acima, explicitando, dentre o universo



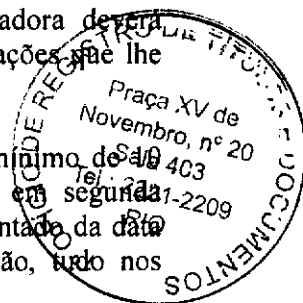
analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.

CAPÍTULO DEZESSEIS – DA ASSEMBLÉIA GERAL

- 16.1. Observados os respectivos *quoruns* de instalação e de deliberação definidos neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral:
- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
 - b) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento;
 - c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo;
 - d) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, em razão da ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada, incluindo a eventual liquidação antecipada do Fundo;
 - e) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições deste Regulamento;
 - f) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco e/ou da Empresa de Auditoria;
 - g) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
 - h) deliberar sobre a alteração dos Documentos da Securitização;
 - i) deliberar sobre alteração da Taxa de Administração devida à Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e
 - j) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar.
- 16.2. Os Documentos da Securitização poderão ser alterados, independente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer, exclusivamente, da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares. Tal fato deverá ser divulgado aos Quotistas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data de realização da alteração, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.
- 16.3. A primeira e a segunda convocações da Assembléia Geral far-se-ão, concomitantemente, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou a seu representante, da qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. Cada convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.



- 16.4. A Assembléia Geral poderá ser convocada, a qualquer tempo, pela Administradora ou por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.
- 16.5. Independente de quem a tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 16.6. A Assembléia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de dez (dez) dias e máximo de 15 (quinze) dias, contado de sua convocação, e, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias e máximo de 8 (oito) dias contado da data estabelecida para a realização da Assembléia Geral em primeira convocação, tudo nos termos do item (16.3) anterior.
- 16.7. A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, 1 (um) Quotista.
- 16.8. A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora. A Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.
- 16.9. Independente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 16.10. A Assembléia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.
- 16.11. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro quorum de deliberação for exigido por este Regulamento.
- 16.12. Sem prejuízo do disposto item (16.11) acima, as seguintes deliberações dependerão dos votos favoráveis de Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, que representem:
- a) 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em Circulação para alteração na metodologia adotada pelo Fundo para cálculo do valor das Quotas Seniores em Circulação ou alteração em qualquer dos procedimentos de amortização de Quotas;
 - b) mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral para aprovação de qualquer matéria de interesse dos titulares de Quotas Seniores para o qual não exista outro quorum previsto no presente Regulamento; e
 - c) mais da metade das Quotas Subordinadas em Circulação para (i) aprovação do novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Quotas Seniores, nos termos do item (10. 6) do Capítulo Dez, e (iii) deliberar as matérias tratadas nas alíneas “b” e “h” do item (16.1) acima.



- 16.13. As deliberações acerca da substituição da Administradora e do Custodiante, conforme o disposto no Capítulo Oito, bem como as relativas à transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo e à alteração da Taxa de Administração, deverão ser aprovadas pela maioria dos titulares das Quotas em Circulação.
- 16.14. Exceção feita às hipóteses em que se tratar de deliberações a serem tomadas pelos Municípios na qualidade de titular das Quotas Subordinadas, para efeito da constituição de quaisquer dos *quoruns* de instalação ou deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade, direta ou indireta, do Município e de seus empregados e administradores.
- 16.15. Os titulares de Quotas, independente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, poderão comparecer a todas as Assembléias Gerais.
- 16.16. Poderão comparecer à Assembléia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.
- 16.17. Na hipótese de as Quotas virem a ser objeto de emissão de certificados de depósito, a instituição financeira depositária das referidas Quotas representará os titulares das Quotas da qual seja depositária. Será permitido à instituição financeira depositária das respectivas Quotas ao votar, apresentar votos com diferentes posicionamentos em relação a uma mesma deliberação, os quais poderão, inclusive, ser divergentes entre si, de modo a refletir as orientações por ela recebidas dos titulares dos certificados de depósito. Não obstante a possibilidade de apresentar votos com diferentes posicionamentos, a instituição financeira depositária será considerada, nos termos da legislação brasileira, como um único Quotista.
- 16.18. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quoruns* de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares de Quotas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido, devendo ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembléia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.
- 16.19. Não haverá representante dos Quotistas, observado que a Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356 e a alínea "g" do item (16.1) acima.

CAPÍTULO DEZESSETE – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA

- 17.1. São considerados eventos de avaliação ("Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:
- a) caso a legalidade da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis do Município para o Fundo, venha a ser judicial ou administrativamente questionada ou argüida e tal evento possa prejudicar negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo;

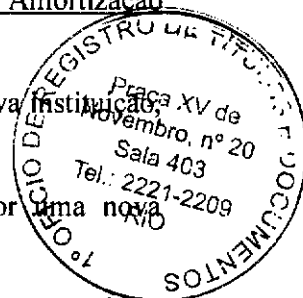
- b) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das amortizações das Quotas Seniores nas respectivas Datas de Amortização, com estrita observância aos termos e as condições do Regulamento;
- c) inobservância, pelo Banco Arrecadador, pelo Custodiante, pelo Município e/ou seus Agentes e Afiliadas, conforme o caso, de seus deveres e obrigações, que não seja sanada nos prazos assinalados neste Regulamento ou, se for o caso, nos demais disposições legais ou contratuais aplicáveis;
- d) rebaixamento da classificação de risco inicial das Quotas Seniores em Circulação em 2 (dois) ou mais sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência Classificadora de Risco;
- e) caso a Relação Mínima não atenda aos parâmetros definidos neste Regulamento, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado do envio do Aviso de Reenquadramento ao Município pela Administradora;
- f) caso o Fundo não atenda aos limites estabelecidos neste Regulamento para a RC e/ou a RRAS, e a(s) mesma(s) não seja(m) reenquadrada(s) no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contado da verificação, pela Administradora, de seu(s) respectivo(s) desenquadramento(s);
- g) caso, no relatório de verificação do lastro por amostragem, conforme metodologia descrita nos itens (15.5) e (15.6) do Capítulo Quinze, constem inexatidões ou incongruências relevantes em relação às informações fornecidas pelo Município com relação a 10% (dez por cento) ou mais dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo selecionados na amostra, que possam, a exclusivo critério da Administradora, afetar a boa ordem legal, administrativa e econômica do Fundo;
- h) deferimento de pedido de recuperação judicial, decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporário do Banco Arrecadador e/ou do Custodiante, conforme o caso; ou
- i) caso o Município deixe de encaminhar à Administradora relatório mencionado nos termos do item (21.3.1) do Capítulo Vinte e Um por 60 (sessenta) dias contados da data em que tal relatório deveria ter sido originalmente encaminhado.
- 17.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Quotas. No Dia Útil subsequente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Os titulares das Quotas Seniores, reunidos na Assembléia Geral, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas. Caso os titulares da maioria das Quotas Seniores, observado o disposto no item (16.11) do Capítulo Dezesseis, decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no item (17.5) abaixo, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.
- 17.3. Caso o Evento de Avaliação não dê causa à declaração de um Evento de Amortização Antecipada, após a conclusão de eventuais ajustes aos Documentos da Securitização, aprovados nos termos da alínea "h" do item (16.1) do Capítulo Dezesseis, o Fundo deverá

dar prosseguimento às rotinas ordinárias do Programa de Securitização, incluindo a amortização de Quotas.

17.4. São considerados eventos de amortização antecipada de Quotas (“Eventos de Amortização Antecipada”), quaisquer das seguintes ocorrências:

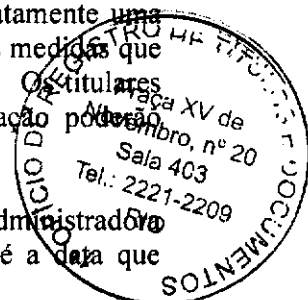
- a) renúncia do Custodiante com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento;
- b) renúncia da Administradora com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento;
- c) caso os Quotistas não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de precificação para as Quotas Seniores, nos termos do item (10.6) do Capítulo Dez;
- d) caso o Município deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;
- e) caso a Administradora deixe de convocar Assembléia Geral na hipótese de conhecimento da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item (17.1) acima;
- f) caso seja efetuado qualquer pagamento aos Quotistas em desacordo com as regras e com os limites definidos neste Regulamento;
- g) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos definidos no Capítulo Vinte e Seis não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos;
- h) caso, no curso dos procedimentos previstos no Capítulo Oito, não tenha sido escolhida pelos Quotistas uma nova instituição administradora para o Fundo;
- i) caso, no curso dos procedimentos previstos no item (15.3) do Capítulo Quinze, não tenha sido escolhido pelos Quotistas uma nova instituição custodiante para o Fundo;
- j) caso o Banco Arrecadador renuncie ou seja destituído de suas funções no Contrato de Arrecadação, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição financeira de 1ª linha, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contado da ocorrência do respectivo evento;
- k) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar; ou
- l) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada.

17.5. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (a) comunicar a ocorrência do evento aos Quotistas, e (b) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas, observada a ordem de alocação de recursos especial definida no item (24.3) do Capítulo Vinte e Quatro. O direito dos titulares de Quotas Subordinadas ao recebimento de qualquer pagamento de amortização ficará suspenso até a data em que todos os valores



devidos aos titulares de Quotas Seniores em Circulação, inclusive, se for o caso, das Quotas Seniores da Série Específica, tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo.

- 17.6. Na hipótese do item (17.5) acima, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas. Os titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em Circulação poderão aprovar a interrupção dos procedimentos acima referidos.
- 17.7. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá aplicar e manter as disponibilidades do Fundo em Outros Ativos até a data que anteceder a data da amortização em questão.
- 17.8. Quando da realização das amortizações de Quotas referidas no item (17.5), a Administradora deverá interromper a aquisição de Outros Ativos e resgatar e/ou alienar os Outros Ativos, inclusive aqueles utilizados na formação da RRAS, adotando as medidas necessárias de forma que seu resgate ou alienação não afete negativamente sua rentabilidade. Observado o disposto no item (12.1) e subitem (12.1.1) do Capítulo Doze, a Administradora deverá alocar a totalidade dos recursos arrecadados na amortização antecipada das Quotas em Circulação, observado disposto no item (24.3) do Capítulo Vinte e Quatro.



CAPÍTULO DEZOITO – DO REENQUADRAMENTO DA RELAÇÃO MÍNIMA

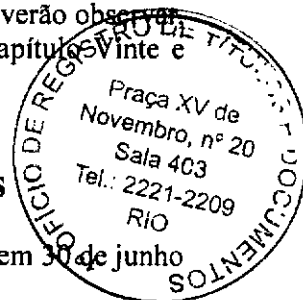
- 18.1. A Administradora deverá enviar ao Município, por *e-mail*, no dia em que seja verificado que a Relação Mínima não atende ao limite estabelecido no Anexo I (Definições) deste Regulamento, um Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pelo Município à Administradora, imprerivelmente até o 2º (segundo) Dia Útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, o Município deverá informar à Administradora:
- a) se, a seu exclusivo critério, a competente integralização de Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo *Layout* ao Custodiante, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado do envio do Aviso de Desenquadramento; ou
 - b) sua intenção em não reenquadrar a Relação Mínima.
- 18.2. Na hipótese da alínea “a” do item (18.1) acima, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda à Relação Mínima.
- 18.3. Caso o Município deixe de responder o Aviso de Desenquadramento, não envie o *Layout* ao Custodiante nos termos da alínea “a” do item (18.1) supra, e/ou, na hipótese da alínea “b” do item (18.1), serão iniciados os procedimentos definidos nos itens (17.5) *et. seq.* do Capítulo Dezessete.

CAPÍTULO DEZENOVE – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

- 19.1. Para efeito do disposto no inciso XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo, por decisão da maioria dos titulares de Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderá ser liquidado antecipadamente, caso existam Quotas em Circulação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Caso os recursos disponíveis não sejam suficientes para o resgate integral das Quotas Seniores, a Administradora promoverá, mediante aprovação da maioria dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, o resgate das Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor unitário de cada Quota Sênior apurado, *pro-forma*, observado o disposto na alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez. Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver.
- 19.2. Para que haja o resgate de Quotas, nos termos do item (19.1) acima, e a posterior liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, nos termos da alínea “g” do item (23.1) do Capítulo Vinte e Três, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos titulares de Quotas, de um administrador para o condomínio civil referido no item (19.3) abaixo.
- 19.3. Para fins do disposto no item (19.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios dados em dação em pagamento pelo Fundo aos titulares de Quotas Seniores e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral referida no item (19.2) acima. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, conforme o caso, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio, observado o disposto no Capítulo Vinte e Quatro. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão. A cessão dos Direitos Creditórios deverá respeitar as limitações impostas pela Lei Autorizativa e pela legislação aplicável.
- 19.4. O Município fará a guarda dos Documentos Comprobatórios que eventualmente encontre-se em seu poder, relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 15 (quinze) dias, contado da constituição do condomínio. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora e ao Município a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado este prazo, ou caso os titulares das Quotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido do item (19.3) acima e/ou a eleger o seu administrador, a Administradora e o Município, por conta e ordem do Fundo, poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.



- 19.5. Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Quatro.



CAPÍTULO VINTE – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 20.1. O exercício social do Fundo terá prazo de duração de 1 (um) ano e terminará em 30 de junho de cada ano.
- 20.2. O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no COSIF.
- 20.3. O Fundo será auditado anualmente pela Empresa de Auditoria. Deverá necessariamente constar de cada relatório de auditoria e das respectivas notas explicativas descrição pormenorizada:
- a) apresentando o comportamento e perfil de adimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo;
 - b) fazendo referência ao cumprimento pela Administradora, no respectivo exercício social, dos termos e condições deste Regulamento;
 - c) fazendo referência ao cumprimento, pelo Município, das declarações prestadas pelo Município no Contrato de Cessão; e
 - d) apresentando os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do item (7.14) do Capítulo Sete.
- 20.4. A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
- a) de vinte dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - b) de sessenta dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

CAPÍTULO VINTE E UM – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA METODOLOGIA DE PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

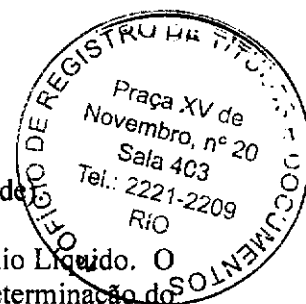
- 21.1. O patrimônio líquido do Fundo (“Patrimônio Líquido”) será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Patrimônio Líquido} = D + DC + OA - E - P,$$

sendo:

- D valor das disponibilidades em moeda corrente nacional de titularidade do Fundo, incluindo os valores alocados na RC e na RRAS;
- DC valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;

- OA valor contábil dos Outros Ativos de titularidade do Fundo;
- E encargos do Fundo, devidos na forma deste Regulamento; e
- P Provisões de precificação e/ou contábeis, conforme o caso (sem duplicidade);



- 21.2. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido. O valor do Patrimônio Líquido devidamente ajustado constitui o limite para a determinação do valor das Quotas.
- 21.3. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão inicialmente contabilizados por seu Preço de Cessão, sendo que, em cada Data de Aquisição, deverá ser efetuada provisão de precificação, com vistas a refletir a expectativa de recebimentos dos Direitos Creditórios durante o Prazo de Vigência, conforme instruções enviadas pela Administradora ao Custodiante, em valor equivalente ao produto do Preço de Cessão e de um percentual de provisão ("Percentual de Provisão"), determinado conforme abaixo descrito:

Percentual de Provisão 85% na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores

em cada Data de Cálculo, a partir do 6º mês contado da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, o Percentual de Provisão será reavaliado, considerando-se o efetivo recebimento, pelo Fundo, dos recursos vinculados aos Direitos Creditórios integrantes de sua carteira, conforme a fórmula abaixo:

Percentual de Provisão = maior entre (i) 85% e (ii) Projeção de Provisão

considerando, com relação à cada Data de Cálculo, as definições abaixo:

Projeção de Provisão 100% - Projeção de Recuperação Final

Projeção de Recuperação Final valor determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$\text{Percentual Enquadrado} * [1 - (1 - \text{Recuperação Média Mensal})^{\text{Meta de Prazo de Recuperação}}]$

Percentual Enquadrado valor determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$1 - \text{Valor Nominal Desenquadrado} / \text{Valor Nominal Vigente}$

Valor Nominal Desenquadrado Valor Nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que são objeto de Parcelamento e cujo prazo final de vencimento é posterior a 5 anos, contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, conforme determinado pelo Fundo, considerando-se as informações fornecidas pelo Município nos termos do subitem (21.3.1) abaixo;

Valor Nominal Vigente Valor Nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo na Data de Cálculo;

Recuperação Média Mensal valor calculado de forma que a Projeção de Recuperação Mensal seja igual à Recuperação Acumulada Verificada;

Projeção de Recuperação Mensal valor determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$1 - (1 - \text{Recuperação Média Mensal})^{\text{Período de Recuperação}}$$

Período de Recuperação número de meses entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e Data de Cálculo vigente;

Recuperação Acumulada Verificada valor determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{MR} / \text{Valor Nominal Inicial}$$

Valor Nominal Inicial Valor Nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores;

Meta de Prazo de Recuperação 96

MR somatório dos recursos, em moeda corrente nacional, decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo efetivamente recebidos, no período compreendido entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores (exclusive) e a Data de Cálculo em questão (inclusive).

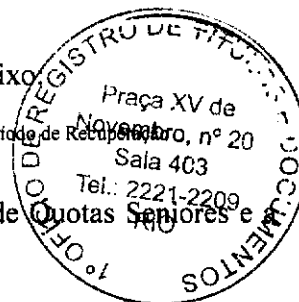
21.3.1. Para fins de cálculo do Percentual de Provisão, o Município deverá enviar à Administradora, até o 10º Dia Útil de cada mês calendário, relatório em formato previamente acordado entre o Município e a Administradora, no qual deverão estar identificados o Número do Título e o saldo devedor dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, objeto de Parcelamento cujo prazo final de vencimento é posterior à 5 (cinco) anos contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores.

21.3.2. Na hipótese de o Município deixar de encaminhar à Administradora relatório mencionado no item (21.3.1) acima, por até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data em que tal relatório deveria ter sido originalmente encaminhado, a provisão de precificação mencionada no item (21.3) acima, a ser utilizada pelo Fundo, será aquela utilizada na Data de Cálculo do mês imediatamente anterior.

21.3.3. Nos termos da alínea “i” do item (17.1) do Capítulo Dezessete, caso o Município deixe de encaminhar à Administradora relatório mencionado nos termos do item (21.3.1) acima por 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data em que tal relatório deveria ter sido originalmente encaminhado, ocorrerá um Evento de Avaliação para que os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, avaliem o grau de comprometimento do Programa de Securitização, nos termos do Capítulo Dezessete. Enquanto não ocorrer a instalação da Assembléia Geral convocada nos termos deste item, a provisão de precificação mencionada no item (21.3) acima, a ser realizada pelo Fundo, será equivalente ao último Percentual de Provisão calculado com base no último relatório disponibilizado pelo Município nos termos do item (21.3.1) acima.

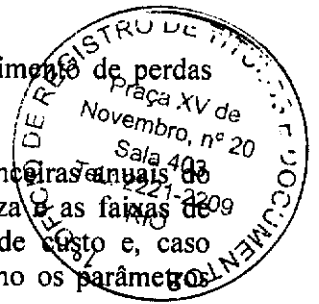
21.4. Os Outros Ativos deverão ser registrados e precificados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Bacen e pela CVM.

21.5. As perdas e provisões com os Outros Ativos serão reconhecidas, observadas as regras e



disposições deste Regulamento. O valor ajustado em razão do reconhecimento de perdas e/ou ganhos passará a constituir a nova base de custo.

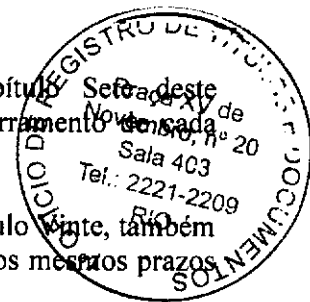
- 21.6. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abrangam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.



CAPÍTULO VINTE E DOIS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

- 22.1. Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Monitor Mercantil”, nos termos da Instrução CVM nº 356, caso a publicação de anúncio seja expressamente exigida nos termos da legislação aplicável, exceto pelos anúncios de início e de encerramento de distribuição de Quotas, os quais serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, ou no jornal “Monitor Mercantil”, e (b) de correspondência enviada ao representante do Quotista indicado na forma do item (11.4) do Capítulo Onze. As publicações referidas neste Capítulo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.
- 22.2. Observado o disposto neste Regulamento, a Administradora deverá proceder à determinação e colocar à disposição dos Quotistas em seu *site de internet* (www.oliveiratrust.com.br), em base diária, (i) o número de Quotas de propriedade do respectivo investidor; (ii) o valor de cada Quota; e (iii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior.
- 22.2.1. Sem prejuízo dos demais itens deste Capítulo, a Administradora deverá enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível no *site de internet* desta autarquia:
- a) informe mensal, conforme modelo disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações:
 - i) saldo das aplicações;
 - ii) valor do Patrimônio Líquido;
 - iii) rentabilidade apurada no período;
 - iv) valor das Quotas e quantidades em Circulação;
 - v) comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado;
 - vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
 - vii) número de Quotistas;

- b) os demonstrativos trimestrais previstos no item (7.14) do Capítulo Sete deste Regulamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento de cada trimestre; e
- c) as informações previstas nas alíneas "a" e "b" do item (20.4) do Capítulo Vinte, também conforme modelos disponíveis na referida página, sendo observados os mesmos prazos lá definidos.



- 22.3. A Administradora deverá, no prazo de 15 (quinze) dias contado do término dos períodos encerrados em 31 de dezembro, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, (i) informações sobre o valor do Patrimônio Líquido; (ii) informações sobre o valor das Quotas e a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem; e (iii) os relatórios preparados pela Agência Classificadora de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DOS ENCARGOS DO FUNDO

- 23.1. Além da Taxa de Administração, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:
- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
 - b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
 - c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
 - d) honorários e despesas da Empresa de Auditoria encarregada da revisão das demonstrações financeiras do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora, inclusive custos das auditorias anuais mencionadas no item (7.4.1) do Capítulo Sete, realizadas em defesa dos interesses dos titulares dos Quotistas, visto que que os resultados de tais auditorias poderão eventualmente impactar as contas e a situação financeira do Fundo;
 - e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
 - f) honorários de advogados, custos e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
 - g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
 - h) taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;
 - i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;

- j) despesas com a manutenção da Agência Classificadora de Risco; e
- k) despesas relacionadas a fiscalização anual da CVM.

- 23.2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.
- 23.3. A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por esta contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o valor da Taxa de Administração.
- 23.4. Sem prejuízo da responsabilidade da Administradora e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou do própria Administradora, ressaltando-se que tais órgãos serão remunerados pelas Pessoas que vierem a constituí-los.

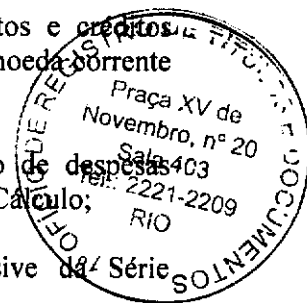


CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

- 24.1. A partir da 1ª data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de sua titularidade, a alocar o Disponível na seguinte ordem:
 - 1. no pagamento de quaisquer encargos do Fundo, nos termos do Capítulo Vinte e Três;
 - 2. enquadramento e reenquadramento da Reserva de Caixa;
 - 3. pagamento da Amortização Remuneração Sênior a todos os titulares de Quotas Seniores em Circulação em cada Data de Amortização;
 - 4. enquadramento e reenquadramento da RRAS, caso o montante do Disponível não seja suficiente para a amortização integral das Quotas Seniores em Circulação;
 - 5. observado o disposto no Capítulo Doze, pagamento (i) a todos os titulares de Quotas Seniores em Circulação, a título de amortização ou resgate dos montantes originalmente investidos pelos titulares das Quotas Sênior quando da 1ª (primeira) Data de Emissão da respectiva Quota; e (ii) a todos os titulares de Quotas Subordinadas em Circulação, a título de amortização ou resgate dos montantes investidos pelos titulares das Quotas Subordinadas; e
 - 6. após a amortização integral das Quotas Seniores, no pagamento de qualquer recurso remanescente, em moeda corrente nacional, aos titulares das Quotas Subordinadas, observado o disposto no Capítulo Doze.
- 24.2. Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, o pagamento da remuneração da Agência Classificadora de Risco somente ocorrerá após a amortização ou resgate integral das Quotas Seniores.
- 24.3. Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e

operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de sua titularidade, a alocar os recursos, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, na seguinte ordem:

1. no pagamento de quaisquer encargos do Fundo e no provisionamento de despesas devidas pelo Fundo no período de 6 (seis) meses contado de cada Data de Cálculo;
2. na amortização integral das Quotas Seniores em Circulação, inclusive da Série Específica, se for o caso, observado o disposto no Capítulo Doze; e
3. após a amortização integral das Quotas Seniores, no pagamento de qualquer recurso remanescente, em moeda corrente nacional, aos detentores das Quotas Subordinadas, observado o disposto no Capítulo Doze.



CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

- 25.1. A Agência Classificadora de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Quotas Seniores. A classificação de risco deverá ser atualizada, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.
- 25.2. Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas Seniores em Circulação constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, devendo a Administradora providenciar a respectiva comunicação, nos termos deste Regulamento, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência de tal rebaixamento.

CAPÍTULO VINTE E SEIS – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS TITULARES DAS QUOTAS

- 26.1. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a maioria dos titulares das Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderá aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de série de Quotas Seniores específica (“Série Específica”), a ser realizada compulsoriamente por todos os titulares das Quotas Seniores, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. As características da Série Específica, inclusive no que tange a prazos e valores para amortização, resgate e remuneração esperada, serão idênticas às das demais Quotas Seniores em Circulação.
 - 26.1.1. Quando da emissão da Série Específica, a Administradora deverá observar e atender aos termos e condições aplicáveis ao referido negócio, incluindo sem limitação, os normativos e orientações da CVM.
- 26.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Quotas Seniores em Circulação, não estando a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os demais Distribuidores, os titulares de Quotas Subordinadas e suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.

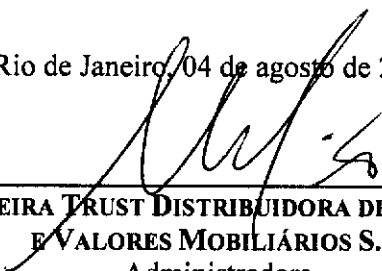
- 26.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Seniores reunidos na Assembléia Geral prevista no item (26.1) acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral o cronograma de integralização Série Específica, as quais deverão ser emitidas e distribuídas nos termos da legislação aplicável na ocasião, incluindo os normativos e orientações da CVM e integralizadas em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.
- 26.4. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes da integralização da Série Específica, conforme aprovado em Assembléia Geral à que se refere o item (26.3) acima, e da assunção pelos titulares das Quotas Seniores, do compromisso de prover, na proporção de seus respectivos créditos, os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 26.5. A Administradora, o Custodiante e o Município, incluindo seus administradores, empregados e demais prepostos, não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Seniores, em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.
- 26.6. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO VINTE E SETE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

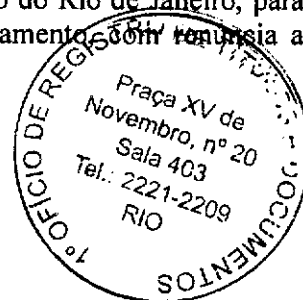
- 27.1. O valor mínimo inicial de aplicação de Quotas para cada investidor não poderá ser inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 27.2. Todas as disposições contidas neste Regulamento implicando qualquer tipo de obrigação de dar, fazer ou não fazer, a ser realizada pelo Fundo, deverá ser considerada, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.
- 27.3. Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por “dia útil” todo dia, excetuado sábados, domingos, feriados nacionais e ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro nas sedes da Administradora e/ou do Custodiante (“Dia Útil”).

- 27.4. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

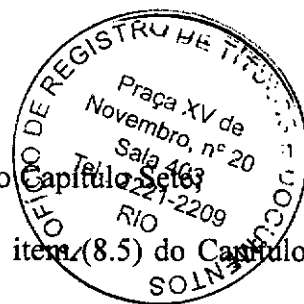
Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2009.


**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
Administradora

Cesar Reinaldo Leal Pinto
Diretor

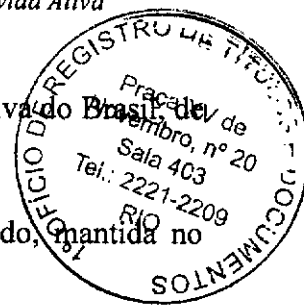


ANEXO I – DEFINIÇÕES

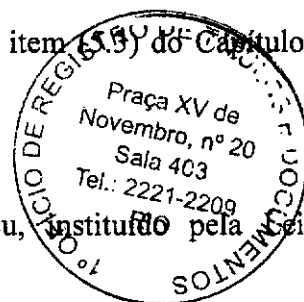


1. “ADCT” significa o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
2. “Administradora” tem o significado que lhe é atribuído no item (7.1) do Capítulo Sete;
3. “Administradora Substituta” tem o significado que lhe é atribuído no item (8.5) do Capítulo Oito;
4. “Afilhada” significa qualquer Pessoa controladora, sociedade por esta direta ou indiretamente controlada, a esta coligada ou outras sociedades sob controle comum com a respectiva Pessoa;
5. “Agência Classificadora de Risco” significa a McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (Standard & Poor’s), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora contratada nos termos deste Regulamento;
6. “Agente” significa qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto, mandatário, autarquia ou órgão da administração direta ou indireta vinculado por lei ou contrato a qualquer Pessoa, incluindo, com referência ao Município, a SEMEF e a PGM e quaisquer autorizados, permissionários, concessionárias ou contratados;
7. “Agente Escriturador” significa o Custodiante;
8. “Amortização Remuneração Sênior” tem o significado que lhe é atribuído no item (12.2) do Capítulo Doze;
9. “Anexo” significa os anexos ao presente Regulamento, cujos termos são parte integrante e complementar deste instrumento, para todos os fins e efeitos de direito;
10. “ANDIMA” significa a ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro;
11. “Anistia” significa o perdão pelo cometimento de uma infração à legislação tributária, concedida por lei específica, nos termos do artigo 150, § 6º da CF, observado o disposto nos artigos 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, 180 a 182 do CTN, e 723 e 724 do CTM;
12. “Assembléia Geral” significa as assembléias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Quotistas do Fundo, realizadas nos termos deste Regulamento;
13. “Aviso de Desenquadramento” significa o documento preparado pela Administradora, na forma do Anexo II (Aviso de Desenquadramento), e por essa enviado ao Município, por e meio do qual o Fundo solicita que o Município informe como pretende, se for o caso, proceder ao reenquadramento da Relação Mínima;

14. “Bacen” significa o Banco Central do Brasil;
15. “Banco Arrecadador” significa, isoladamente ou em conjunto, (i) Banco Santander S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Amador Bueno nº 474, inscrito no CNPJ/MF sob nº 90.400.888/0001-42; e/ou (ii) HSBC BANK BRASIL S.A. BANCO MÚLTIPLO, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3064, 4º andar, Jardim Paulistano, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.701.201/0001-89;
16. “CAMOB” significa o cadastro imobiliário do Município, mantido pela SEMEF, mediante o qual o respectivo Contribuinte é individualizado e inscrito perante o Município para fins tributários, nos termos dos artigos 364 e seguintes do CTM;
17. “Capítulo” significa cada um dos capítulos do presente Regulamento;
18. “CDA” significa a Certidão de Inscrição na Dívida Ativa, a qual é um título executivo extrajudicial, que legitima o ajuizamento da ação de execução fiscal contra os sujeitos passivos da obrigação tributária;
19. “CETIP” significa a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
20. “CIMOB” significa o cadastro imobiliário do Município, mantido pela SEMEF, composto pelas inscrições individuais dos imóveis situados no Município, contendo os registros das informações necessárias ao lançamento anual do IPTU e da TSC, tais como as dimensões, existência ou não de construção, o uso comercial, industrial ou residencial, o valor venal, nome do proprietário ou possuidor, nos termos dos artigos 355 e seguintes do CTM;
21. “Circulação” significa o número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento, sendo que, após a última amortização de Quotas, estas não mais serão consideradas em Circulação;
22. “CMN” significa o Conselho Monetário Nacional;
23. “COFINS” significa a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social;
24. “Comunicação de Renúncia” tem o significado que lhe é atribuído no item (8.5) do Capítulo Oito;
25. “Condição Resolutiva da Cessão” significa qualquer das seguintes hipóteses em que considerar-se-á resolvida, de pleno direito, a cessão de todas as parcelas do direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos Creditórios representadas pelo mesmo Número de Título: (a) cancelamento do Título por qualquer motivo; (b) anulação do lançamento por vício formal; ou (c) extinção total ou parcial do crédito tributário em razão de decisão judicial ou administrativa transitada em julgado ou irreformável, prescrição ou decadência;



26. “Constituição Federal” ou “CF” significa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
27. “Conta Corrente do Fundo” significa conta corrente de titularidade do Fundo, Custodiante;
28. “Conta Corrente do Município” significa a conta corrente de titularidade do Município, a ser informada à Administradora e ao Custodiante prévia e expressamente por escrito;
29. “Contrato de Arrecadação” significa o(s) contrato(s) firmado(s) entre o Município e cada um dos Bancos Arrecadores;
30. “Contrato de Cessão” significa o “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Município, com interveniência do Custodiante;
31. “Contrato de Custódia” significa o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termo e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante;
32. “Contrato de Financiamento Relevante” significa o contrato perfilado no Anexo III (Contrato de Financiamento Relevante);
33. “Contribuinte” significa a pessoa obrigada ao pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, que tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador, conforme definido na lei, sendo que (a) no caso do ISS, é toda pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, prestadora de serviço de qualquer natureza definido na lista de serviços constante do artigo 49 do CTM, ainda que tal serviço não seja a atividade preponderante do prestador, ou o terceiro a quem a lei atribua responsabilidade pelo pagamento do tributo; (b) no caso do IPTU, é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título, nos termos do artigo 20 do CTM, observada a possibilidade de solidariedade tributária nos termos do artigo 21 do CTM; e (c) no caso de TSC, é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel beneficiado pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de coleta e de remoção de lixo de determinadas vias e de determinados logradouros públicos, prestados à referida pessoa ou postos à sua disposição pelo Município, diretamente ou através de seus Agentes, nos termos do artigo 303 do CTM, observada a possibilidade de solidariedade tributária, nos termos do artigo 304 do CTM;
34. “COSIF” significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen;
35. “Critérios de Atualização” significa os procedimentos de atualização dos Direitos Creditórios, conforme o Anexo IV (Critério de Atualização);

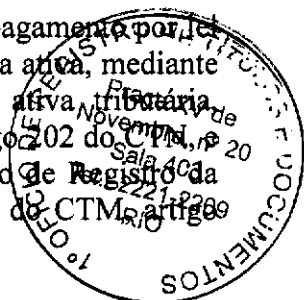


36. “Críterios de Elegibilidade” tem o significado que lhe é atribuído no item (5.3) do Capítulo Cinco;
37. “CSLL” significa a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
38. “CTM” significa o Código Tributário Municipal de Nova Iguaçu, Complementar Municipal nº 3.411, de 1º de novembro de 2002;
39. “CTN” significa o Código Tributário Nacional, instituído pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, conforme alterada;
40. “Custodiante” significa o DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
41. “CVM” significa a Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
42. “Data de Amortização” significa o 15º dia de cada mês calendário (inclusive) ou o Dia Útil imediatamente subsequente, caso a primeira data não seja um Dia Útil;
43. “Data de Amortização Vigente” tem o significado que lhe é atribuído na alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez;
44. “Data de Aquisição” significa a data em que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à subscrição de Quotas Subordinadas, conforme o caso;
45. “Data de Avaliação” tem o significado que lhe é atribuído na alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez;
46. “Data de Cálculo” significa o 15º Dia Útil de cada mês calendário;
47. “Data de Emissão” significa a data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas (i.e., moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis, conforme o caso), são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento;
48. “Data de Oferta” significa a data em que o Município envia o Layout para o Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão;
49. “Dia Útil” tem o significado que lhe é atribuído no item (27.3) do Capítulo Vinte e Sete;
50. “Direito Creditório” significa o direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo do pagamento, inclusive em razão de compensação, transação, conversão em renda de depósito judicial ou administrativo ou dação em pagamento, decorrente de créditos tributários vencidos e não pagos no respectivo vencimento, que compõem a Dívida Ativa do Município, objeto ou

não de Parcelamento, que, nos termos da CF, constituem receita tributária própria do Município, assim entendida a proveniente da cobrança, pelo Município, do IPTU, do ISS e da TSC, os quais serão identificados nos Termos de Cessão pelos CIMOB e CAMOB, conforme aplicável, assim como pelo respectivo Número de Título, e cujos fatos geradores tenham ocorrido entre 1996 e 2007, ressalvado que, poderá ser objeto de cessão o direito ao recebimento de crédito cujo fato gerador tenha ocorrido em data posterior ao exercício de 2007, desde que o fato gerador e o vencimento sejam anteriores à data da formalização do Termo de Cessão, nas seguintes hipóteses: (a) em substituição direito creditório cedido nas hipóteses de anulação do lançamento ou da inscrição na dívida ativa, de extinção total ou parcial do direito creditório por decisão judicial transitada em julgado, decisão administrativa irreformável, prescrição ou decadência, anistia e remissão, compensação, transação, conversão de depósito em renda, ou dação em pagamento, bem como nos casos de rescisão ou revogação do Parcelamento, ou alteração das condições de Parcelamento que as torne mais benéficas aos contribuintes; e (b) nas Distribuições de Quotas Seniores subsequentes à primeira, se houver;

51. “Direito Creditório Elegível” tem o significado que lhe é atribuído no item (5.3) do Capítulo Cinco;
52. “Diretor Designado” significa o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;
53. “Disponível” significa o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, acrescido do valor dos Outros Ativos, incluindo os recursos alocados na RC e na RRAS;
54. “Distribuição” significa qualquer distribuição de Quotas Seniores, sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº 356 e na Instrução CVM nº 400 e à concessão de registro pela CVM;
55. “Distribuidor” significa a instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, para efetuar a distribuição pública das Quotas Seniores, incluindo o Distribuidor Líder;
56. “Distribuidor Líder” significa o DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11;
57. “Dívida Ativa” significa a Dívida Tributária Inscrita e a dívida proveniente de créditos tributários em fase de inscrição na dívida ativa, assim considerado o procedimento de controle administrativo da legalidade do crédito do Município de natureza tributária, e de apuração da liquidez e certeza do crédito do Município, conforme procedimento disciplinado nos artigos 761 a 776 do CTM, e de conformidade com o § 3º, primeira parte, do artigo 2º da LEF;
58. “Dívida Ativa Tributária Inscrita” significa a dívida proveniente de crédito de natureza tributária, que, observado o procedimento de controle administrativo da legalidade do crédito, conforme artigos 761 a 767 do CTM, e de apuração da liquidez e certeza do crédito, nos

termos dos artigos 768 a 776 do CTM e, após esgotado o prazo fixado para pagamento por lei ou por decisão final administrativa em processo regular, foi inscrito em dívida ativa, mediante lavratura, pela repartição competente, do termo de inscrição da dívida ativa tributária, contendo os requisitos do artigo 748 do CTM, § 5º do artigo 2º da LEF e artigo 202 do CTM, e escrituração do corresponde termo de inscrição da dívida tributária no Livro de Registro da Dívida Ativa Tributária, conforme artigo 735 combinado com o artigo 749 do CTM, artigos 201 do CTN, e artigo 2º da LEF;

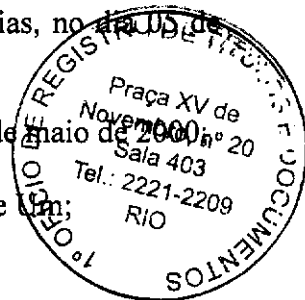


59. “Documentos Comprobatórios” significa os documentos, em meio físico ou eletrônico, referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, identificados em anexo ao Contrato de Cessão;
60. “Documentos da Securitização” significa, em conjunto ou isoladamente, o presente Regulamento, o Contrato de Cessão, cada Termo de Cessão, cada Termo de Cessão Especial, o Suplemento, o(s) Contrato(s) de Arrecadação, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Custódia, o Prospecto, e seus respectivos anexos;
61. “Empresa de Auditoria” significa a KPMG Auditores Independentes, auditor independente devidamente registrado na CVM com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 17º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou seu sucessor no exercício de suas funções;
62. “Eventos de Amortização Antecipada” tem o significado que lhe é atribuído no item (17.4) do Capítulo Dezessete;
63. “Eventos de Avaliação” tem o significado que lhe é atribuído no item (17.1) do Capítulo Dezessete;
64. “Excedente Disponível” tem o significado que lhe é atribuído no item (12.3) do Capítulo Doze;
65. “Ficha de Compensação Nacional” significa o documento de arrecadação de receitas municipais, preparado na forma do Anexo V (Fichas de Compensação Nacional);
66. “Fundo” tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1) do Capítulo Um;
67. “Fundos de Investimento em Direitos Creditórios” significa os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, regulados pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, e pela Instrução CVM nº 356;
68. “Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados” significa os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, regulados pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, pela Instrução CVM nº 356 e pela Instrução CVM nº 444;
69. “IBGE” significa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
70. “INPC” significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo IBGE;

71. “Instituições Autorizadas” significa: (i) União de Bancos Brasileiros S.A., (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Itaú S.A., (iv) Banco Itaú BBA S.A., (v) Banco Santander S.A., (vi) Banco do Brasil S.A., (vii) HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, (viii) Banco ABN Amro Real S.A., (ix) Caixa Econômica Federal S.A., (x) Deutsche Bank S.A. Banco Alemão; ou (xi) outras instituições de primeira linha que venham a ser aprovadas pela Agência Classificadora de Risco e pelos titulares da maioria dos titulares de Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral;
72. “Instrução CVM nº 356” significa a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
73. “Instrução CVM nº 400” significa a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores;
74. “Instrução CVM nº 409” significa a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores;
75. “Instrução CVM nº 444” significa a Instrução CVM nº 444, de 8 de dezembro de 2006;
76. “Investidor Qualificado” tem o significado que lhe é atribuído no item (1.3) do Capítulo Um;
77. “IPCA” significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE;
78. “IPTU” significa o Imposto de Propriedade Predial Territorial Urbana – IPTU, de competência municipal, nos termos do artigo 156, inciso I, da CF, com base legal nos artigos 32 e seguintes do CTN, e instituído pelo CTM, conforme artigos 8º e seguintes, e cujo fato gerador é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na Zona Urbana do Município;
79. “IR” significa o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica;
80. “ISS” significa Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, de competência municipal, nos termos do artigo 156, inciso III, da CF, disposto na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e nos artigos 49 e seguintes do CTM, e cujo fato gerador é a prestação de serviço de qualquer natureza, assim definidos na lista constante do referido artigo;
81. “Layout” significa o arquivo remessa enviado pelo Município ou por seus Agentes ao Custodiante, quando da oferta de Direitos Creditórios ao Fundo, em formato previamente acordado entre o Município e o Custodiante;
82. “LEF” significa a Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980);
83. “Lei Autorizativa” significa a Lei Municipal nº 3.878, de 11 de outubro de 2007, publicada no Jornal ZM Notícias, no dia 01 de novembro de 2007, na página 02, alterada pela Lei

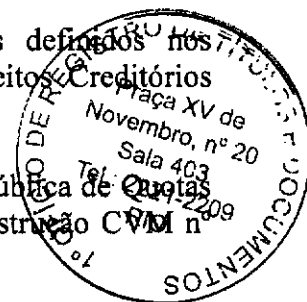


Municipal nº 3.929, de 4 de junho de 2008, publicada no Jornal ZM Notícias, no dia 05 de junho de 2008, na página 02, a qual autoriza a cessão de Direitos Creditórios;



84. “Lei de Responsabilidade Fiscal” significa a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
85. “MR” tem o significado que lhe é atribuído no item (21.3) do Capítulo Vinte e Um;
86. “Município” significa o Município de Nova Iguaçu;
87. “Número de Título” significa o número que identifica o Título, conforme definido no item 130, abaixo;
88. “Outros Ativos” significa os ativos financeiros mencionados no item (4.2) do Capítulo Quatro e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se os Direitos Creditórios;
89. “Parcelamento” significa o pagamento parcelado de créditos da Fazenda Municipal, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal, autorizado por meio de ato normativo específico, nos termos dos artigos 695 e seguintes do CTM;
90. “Patrimônio Líquido” tem o significado que lhe é atribuído no item (21.1) do Capítulo Vinte e Um;
91. “Percentual de Provisão” tem o significado que lhe é atribuído no item (21.3) do Capítulo Vinte e Um;
92. “Pessoa” significa qualquer pessoa natural, pessoa jurídica ou grupo não personificado, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, qualquer modalidade de condomínio e/ou fundo de investimento;
93. “PGM” significa a Procuradoria Geral do Município;
94. “PIS” significa a Contribuição para o Programa de Integração Social;
95. “Potencial de Cessão” significa o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, apurado em cada Data de Oferta, não comprometidas com o pagamento de exigibilidades do Fundo e constituição de reservas, nos termos deste Regulamento, e disponível para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis;
96. “Prazo de Vigência” tem o significado que lhe é atribuído no item (2.1) do Capítulo Dois;
97. “Preço de Cessão” tem o significado que lhe é atribuído no item (6.2) do Capítulo Seis;
98. “Procedimentos de Processamento, Controle e Cobrança” significa as rotinas de processamento, controle do fluxo de recebimento dos Direitos Creditórios e cobrança dos mesmos, descritos no Anexo VI (Procedimentos de Processamento, Controle e Cobrança);

99. “Programa de Securitização” significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais o Município cede Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, captando recursos para suas atividades;
100. “Prospecto” significa o prospecto preliminar e/ou definitivo de distribuição pública de Quotas Seniores do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400;
101. “Quota” significa, em conjunto ou isoladamente, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;
102. “Quotas Seniores” tem o significado que lhe é atribuído no item (10.1) do Capítulo Dez;
103. “Quotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no item (10.5) do Capítulo Dez;
104. “Quotista” significa, em conjunto ou isoladamente, o titular de Quota;
105. “Regime de Caixa” significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Quotistas será definida tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo quando do pagamento dos Direitos Creditórios pelos Contribuintes;
106. “Regulamento” significa o regulamento do Fundo e eventuais aditamentos;
107. “Relação Mínima” significa o valor do Patrimônio Líquido, dividido pelo somatório do valor das Quotas Seniores, calculado pelo Custodiante, em cada Data de Cálculo, a qual deverá ser equivalente a, no mínimo, 3 (três);
108. “Remissão” significa o perdão da dívida tributária, concedido por meio de expressa autorização legal, nos termos dos artigos 713 e 714 do CTM;
109. “Reserva de Caixa” ou “RC” tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9) do Capítulo Quatro;
110. “RRAS” tem o significado que lhe é atribuído no item (4.10) do Capítulo Quatro;
111. “SEMEF” significa a Secretaria Municipal de Economia e Finanças do Município de Nova Iguaçu;
112. “SELIC” significa o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia;
113. “Série Específica” tem o significado que lhe é atribuído no item (26.1) do Capítulo Vinte e Seis;
114. “Suplemento” significa o documento preparado na forma do Anexo VII (Suplemento);



115. “Taxa de Administração” tem o significado que lhe é atribuído no item (7.7) do Capítulo Sete;
116. “Taxa DI” significa a taxa correspondente a 100% (cem por cento) da ~~variação acumulada~~ das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>);
117. “Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco” significa o documento preparado sob a forma do Anexo VIII (Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco), firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento;
118. “Título” significa o lançamento, assim entendido o ato formal que constitui o crédito tributário, o qual é realizado à vista dos dados constantes do CIMOB e do CAMOB, conforme aplicável, e, quando for caso, com base em outros elementos coligidos pelas autoridades fiscais, necessários à verificação da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, identificação do Contribuinte, da base de cálculo e do valor dos tributos devidos, nos termos dos artigos 678 e 679 do CTM;
119. “TSC” significa a Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC, fundada na utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao Contribuinte ou postos à sua disposição, tendo como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao Contribuinte ou postos à sua disposição pelo Município, diretamente ou através de seus Agentes, de coleta e de remoção de lixo, em determinadas vias e em determinados logradouros públicos, cuja base legal está inserida nos artigos 297 e seguintes do CTM;
120. “União” significa a República Federativa do Brasil;
121. “Valor Nominal” o somatório do valor de lançamento do tributo, incluindo correção monetária, juros de mora, multas e outras cominações, deduzidos dos pagamentos efetuados, conforme evidenciados em cada Número de Título; e
122. “Zona Urbana” significa a zona urbana na qual contemple, no mínimo, dois dos seguintes requisitos: (i) meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; (ii) abastecimento de água; (iii) sistema de esgotos sanitários; (iv) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; e (v) escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado, nos termos do § 1º, do artigo 32 do CTN, observado, ainda, o disposto nos §§ 1º a 5º do artigo 8º do CTM.



ANEXO II – AVISO DE DESENQUADRAMENTO

Aviso de Desenquadramento nº [•]

Data: [•].

A OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de administradora do “Município de Nova Iguaçu – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Direitos ao Recebimento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa” vem, por meio desta, solicitar ao Município de Nova Iguaçu, que indique qual dos procedimentos definidos no inciso 18.1 do Capítulo Dezoito serão adotados de forma a promover, se for o caso, o reenquadramento da Relação Mínima.

Na forma do inciso 18.1 do Capítulo Dezoito, o Município de Nova Iguaçu vem, pela presente, informá-los que:

Opções definidas nas alíneas do inciso 18.1 do Capítulo Dezoito	SIM	NÃO
Alínea “a” (1)		
Alínea “b” (2)		

(Resposta afirmativa para evento 1)

A integralização de Quotas Subordinadas será realizada com as seguintes contraprestações:

- a) Moeda Corrente Nacional: R\$[•]; e/ou
- b) Direitos Creditórios: R\$[•].

Atenciosamente,

Município de Nova Iguaçu

Nome:

Cargo:

Município de Nova Iguaçu

Nome:

Cargo:

ANEXO III – CONTRATO DE FINANCIAMENTO RELEVANTE

<p>Contrato de Subempréstimo que entre Si Fazem a Caixa Econômica Federal, na Qualidade de Agente Financeiro da União e Co-executora do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, e o Município de Nova Iguaçu, na Forma Prevista no Voto Nº 496 do Conselho Monetário Nacional, Aprovado em 22 de Setembro de 1999</p>	
Partes	<p>Agente Financeiro: Caixa Econômica Federal (“CEF”)</p> <p>Mutuário: Município de Nova Iguaçu</p>
Data de Celebração	04.10.2007
Objeto	Concessão de empréstimo ao Município de Nova Iguaçu, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.
Valor	R\$11.306.667,00
Remuneração do Agente Financeiro	Comissão calculada sobre o saldo devedor, apurado nas mesmas datas de pagamento de juros, sendo: (i) nos primeiros 4 anos de vigência deste contrato, correspondente a 0,5% ao ano; e (ii) nos anos seguintes, até a total liquidação do saldo devedor do subempréstimo, correspondente a 0,3% ao ano.
Despesas com inspeção e supervisão do BID	1% sobre o valor de cada parcela liberada, a ser pago pelo Município
Comissão de Crédito	0,75% sobre o saldo não liberado do crédito aberto, a ser pago pelo Município. A comissão de crédito será devida a partir de 60 dias após a data de assinatura deste contrato, até a liberação total do crédito ou até o cancelamento do saldo não utilizado, exigível do Município nas mesmas datas estipuladas para o pagamento dos juros remuneratórios
Amortização (principal)	O principal da dívida, apurado em dólares, com base em cada liberação, serão pagos pelo contravalor em reais, com base na taxa cambial de venda dessa moeda, verificada no mercado de câmbio de taxas livres, vigente no dia útil imediatamente anterior ao dia do efetivo pagamento, tomando-se a taxa de fechamento, conforme divulgada pelo Bacen, em amortizações semestrais, iguais e consecutivas, no 1º dia dos meses de maio e novembro, vencendo-se a primeira em 01 de novembro de 2009 e a última em 01 de maio de 2021.
Vencimento Antecipado	O presente contrato poderá ser considerado antecipadamente vencido caso ocorra qualquer das seguintes hipóteses: (i) não observância de qualquer das obrigações do Município, assumidas neste Contrato e outras firmadas ou a firmar com a União; e (ii) ocorrência de antecipação legal de vencimento contratual.
Garantia	Vinculação, até o limite do saldo devedor atualizado, de créditos provenientes das receitas a que se refere o artigo 159, inciso I, alínea “b” da Constituição Federal, que se façam a sua conta de depósitos mantida junto ao Banco do Brasil S.A., podendo a CEF requerer a essa instituição, em nome da União Federal, o bloqueio e a transferência dos valores necessários à cobertura das referidas obrigações. Como garantia adicional, em caso de inadimplemento pelo Município, a CEF poderá requerer a transferência de recursos existentes, ou que venham a ingressar, na(s) conta(s) corrente(s) do Município, sob o nº 9115-4, agência 0081-7 do Banco do Brasil S.A., ou outra(s) que venha(m) substituí-las(s), especialmente as que se referem os artigos 156*, 158 e 159 - § 3º, todos da Constituição Federal.
Saldo Devedor	Segundo informado por Nova Iguaçu, o saldo devedor em 31.05.2008 era de R\$11.306.667,00.

* No artigo 156 da Constituição Federal estão mencionados, inclusive, o IPTU e ISS.

ANEXO IV – CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO

Metodologia para Recálculo da Atualização dos Valores

Nos termos do artigo 852 do CTM, os créditos da Fazenda Municipal de Nova Iguaçu, tributários ou não, inscritos ou não em dívida ativa, quando não pagos no vencimento, estão sujeitos a correção monetária pela variação do IPCA, conforme observado a seguir:

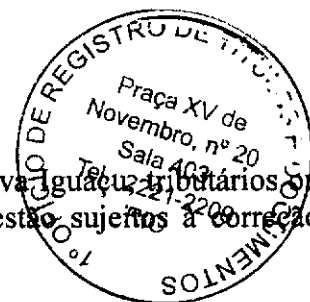
“Art. 852 - Fica instituída a Unidade Fiscal do Município – UFINIG, que terá seu valor unitário, a partir de 1º de janeiro de 2007, fixado em R\$ 30,73 (trinta reais, setenta e três centavos), e será corrigida, anualmente, por ato normativo do Chefe do Executivo, pela variação nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único: Independente da atualização anual a que se refere o “caput” deste artigo, o Poder Executivo poderá corrigir os créditos da Fazenda Municipal, a qualquer tempo, sempre que o IPCA/FIBGE acumular variação igual ou superior a 5% (cinco por cento).”

Nos termos do artigo 541 do CTM, as multas serão calculadas tomando-se como base: o valor da Unidade Fiscal do Município – UFINIG e o valor do tributo, corrigido monetariamente.

As multas previstas no artigo 541 do CTM são:

- a) Em relação ao ISS: de 10 UFINIGs, quando as empresas e as entidades estabelecidas no Município, na condição de tomadoras de serviços, deixarem de reter e de recolher o imposto devido pelos prestadores de serviços, na forma e nos prazos regulamentares.
- b) Pelo descumprimento de obrigações decorrentes da incidência do ISS: (i) deixar de recolher o tributo nos prazos previstos na legislação tributária municipal, constatado pela autoridade competente em procedimento fiscal, excetuada a hipótese dos autônomos: multa de 50% (cinquenta por cento) do tributo devido, corrigido monetariamente; (ii) recolher importância inferior à efetivamente devida: multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da importância não recolhida, corrigida monetariamente; (iii) não possuir ou negar-se a apresentar à fiscalização, livros, talonários, declarações, faturas, guias de recolhimento e demais elementos do documentário fiscal, gerencial e contábil exigidos pela legislação tributária municipal, bem como nos casos em que tais documentos forem omissos ou se apresentarem escriturados ou preenchidos de forma ou com elementos incorretos, ou quando o contribuinte, de qualquer modo, impedir ou embaraçar a ação fiscal: multa de 100% (cem por cento) do valor do tributo devido, apurado por arbitramento, corrigido monetariamente; (iv) deixar de emitir nota fiscal ou emití-la com erro ou omissões: multa de 100% (cem por cento) do valor do tributo devido, corrigido monetariamente; (v) deixar de reter o tributo na hipótese de recolhimento na fonte: multa correspondente a 100% (cem por cento) do valor do imposto devido corrigido monetariamente; (vi) deixar de recolher o tributo retido na fonte à Fazenda Municipal no prazo legal: multa de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto devido, corrigido monetariamente.



c) Pelo descumprimento da obrigação principal decorrente da incidência pelo descumprimento da obrigação principal decorrente da incidência do IPTU, constatado através do procedimento fiscal e excluída a espontaneidade do contribuinte infrator: penalidade de 30% (trinta por cento) do tributo devido atualizado monetariamente, salvo se comprovada a ocorrência de fraude, dolo, simulação, sonegação ou elisão, quando o valor da multa será de 100% (cem por cento). Ademais, de acordo com o artigo 542-A do CTM, as “multas fiscais decorrentes da falta de recolhimento dos tributos fixadas na legislação tributária do Município sofrerão as reduções abaixo discriminadas, desde que o contribuinte renuncie a qualquer apresentação de impugnação:

- I. 100% (cem por cento) da multa fiscal, se os tributos apurados em auto de infração forem pagos no prazo de 10 (dez) dias, contados do dia seguinte ao da lavratura do Auto de Infração;
- II. 60% (sessenta por cento), se o pagamento for efetivado no prazo de 20 (vinte) dias, contados do dia seguinte ao da lavratura do Auto de Infração;
- III. 30% (trinta por cento), se o pagamento for efetivado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte ao da lavratura do Auto de Infração.

§ 1º - Quando a infração cometida for caracterizada como crime contra a ordem tributária, não terá lugar a aplicação do benefício previsto no “caput”.

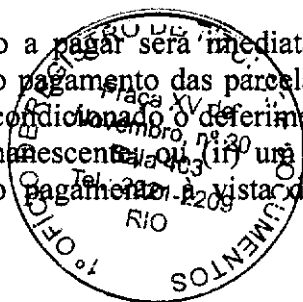
§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se, também, no caso de parcelamento de créditos tributários, desde que o pedido seja deferido.

§ 3º - O atraso no pagamento de cotas do parcelamento implicará no cancelamento do benefício, sendo calculado todo o débito remanescente, inclusive o valor da multa fiscal, integralmente, considerando-se como vencido todo o crédito lançado pelo Auto de Infração.”

Quanto aos juros de mora, o crédito tributário e fiscal não quitado até o seu vencimento fica sujeito à incidência de: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento; (ii) multa moratória: (a) de 5% (cinco por cento) do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido dentro de 30 (trinta) dias contados da data do vencimento; (b) de 10% (dez por cento) do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido após 30 (trinta) e até 60 (sessenta) dias contados da data do vencimento; (c) de 15% (quinze por cento) do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido após 60 (sessenta) e até 90 (noventa) dias contados da data do vencimento; (d) de 20% (vinte por cento) do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido após 90 (noventa) dias contados da data do vencimento; (iii) correção monetária, calculada da data do encimento do crédito tributário, até o efetivo pagamento (artigo 692 do CTM).

Conforme artigo 695 do CTM, nas hipóteses de parcelamento, o valor da dívida será atualizado monetariamente até a data do pedido de parcelamento, acrescido dos juros de mora e multa de mora, nos termos do artigo 692 do CTM e demais acréscimos pecuniários previstos na legislação em vigor, sendo o seu valor consolidado expresso em reais. Para os créditos objeto de parcelamento, nos termos da Lei Municipal nº 8.075, na hipótese e atraso no pagamento de 2 (duas) parcelas consecutivas ou 3

(três) intercaladas, o acordo poderá ser cancelado de ofício e o saldo a pagar será imediatamente inscrito em dívida ativa. O cancelamento do parcelamento por atraso no pagamento das parcelas dará ao requerente o direito de obter: (i) um novo reparcelamento do débito, condicionado o deferimento do mesmo ao pagamento à vista de 20% (vinte por cento) do saldo remanescente, ou (ii) um último reparcelamento do débito, condicionado o deferimento do mesmo ao pagamento à vista de 50% (cinquenta por cento) do saldo remanescente (artigo 24).



ANEXO VI – PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO, CONTROLE E COBRANÇA

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos



DÍVIDA ATIVA
Manual de Procedimentos

I

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos



APRESENTAÇÃO

Este trabalho conjunto, elaborado pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças e Procuradoria Geral do Município, intitulado Dívida Ativa – Manual de Procedimentos, tem por objetivo instituir regras e procedimentos para a cobrança e recebimento dos créditos municipais inadimplidos e inscritos ou não em Dívida Ativa na Cidade de Nova Iguaçu.

A Dívida Ativa, regulamentada a partir da legislação pertinente, abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas definidas no Calendário Anual de Recolhimentos de Tributos de Nova Iguaçu: CATRINI.

As rotinas e procedimentos descritos neste Manual, tanto pela necessidade, quanto pela relevância, representam um impacto significativo na transparência da cobrança dos créditos da Fazenda Pública Municipal. Sua aplicação, os benefícios dela decorrentes e seu aperfeiçoamento constituem tarefa de todos aqueles que, sob qualquer enfoque, detenham responsabilidade sobre a cobrança dos créditos inadimplidos da Fazenda Municipal.

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos



SUMÁRIO

CAPÍTULO I

DIVISÃO DA DÍVIDA ATIVA NO MUNICÍPIO	4
PRAZOS	4
DEVERES	6
PAGAMENTO DA DÍVIDA	7
PARCELAMENTO PARA PESSOA FÍSICA	7
PARCELAMENTO PARA PESSOA JURÍDICA	8
PARCELAMENTO DE OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS	8
REPARCELAMENTO	8
PROCEDIMENTO DE PARCELAMENTO NO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO – STAR	9

CAPÍTULO II

EXECUÇÃO FISCAL	13
-----------------	----

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DE COBRANÇA	16
-------------------------	----

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

CAPÍTULO I

DIVISÃO DA DÍVIDA ATIVA NO MUNICÍPIO

A Dívida Ativa do Município pode ser de natureza:

- ✓ **Tributária:** Impostos, taxas, contribuições de melhoria e respectivos adicionais e multas.
- ✓ **Não Tributária:** os demais créditos decorrentes de obrigações, de qualquer origem ou modalidade, exceto as tributárias.

A Dívida Ativa do Município de Nova Iguaçu divide-se em:

- ✓ **Dívida Ativa Administrativa não inscrita** (créditos de natureza tributária ou não, decorrentes de obrigações vencidas de qualquer origem ou modalidade, em fase de cobrança amigável, ainda não inscritos no Livro da Dívida Ativa);
- ✓ **Dívida Ativa inscrita no Livro da Dívida Ativa** (créditos de natureza tributária ou não, regularmente inscritos no Livro da Dívida Ativa, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, por lei ou por decisão final proferida em processo regular e após esgotado o prazo de cobrança amigável);
- ✓ **Dívida Ativa Judicial** (créditos de natureza tributária ou não, após o início do procedimento de execução fiscal, nos termos da Lei Federal n. 6.830/80).

PRAZOS

Os créditos devidos a Fazenda Pública serão considerados:

DÍVIDA	CRÉDITO	PRAZO
Dívida Administrativa não inscrita	IPTU	Dia 1º de janeiro do ano subsequente ao do vencimento da obrigação tributária
	ISS	Primeiro dia útil subsequente ao do vencimento da obrigação tributária
	ITBI	Primeiro dia útil subsequente ao do vencimento da obrigação tributária
	Taxas, de serviço ou de polícia, de Contribuição de Melhoria e de Contribuição para o custeio do Serviço de Iluminação Pública	Primeiro dia do mês seguinte ao do vencimento da obrigação tributária
	Não tributário	A partir do dia seguinte àquele em que deveriam ter sido pagos



[Assinatura]

4

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

Dívida Administrativa inscrita no Livro de Dívida Ativa (CDA)¹	IPTU	Até o mês de março do segundo ano subsequente ao do vencimento da obrigação tributária
	ISS	Em aproximadamente 90 (noventa) dias contados do vencimento da obrigação tributária
	ITBI	Em aproximadamente 90 (noventa) dias contados do vencimento da obrigação tributária
	Taxas incidentes sobre imóveis e atividades econômicas, de serviço ou de polícia	Até o mês de março do segundo ano subsequente ao do vencimento da obrigação tributária
	Contribuição de Melhoria e da Contribuição para o custeio do Serviço de Iluminação Pública	No mês seguinte ao do vencimento da obrigação tributária

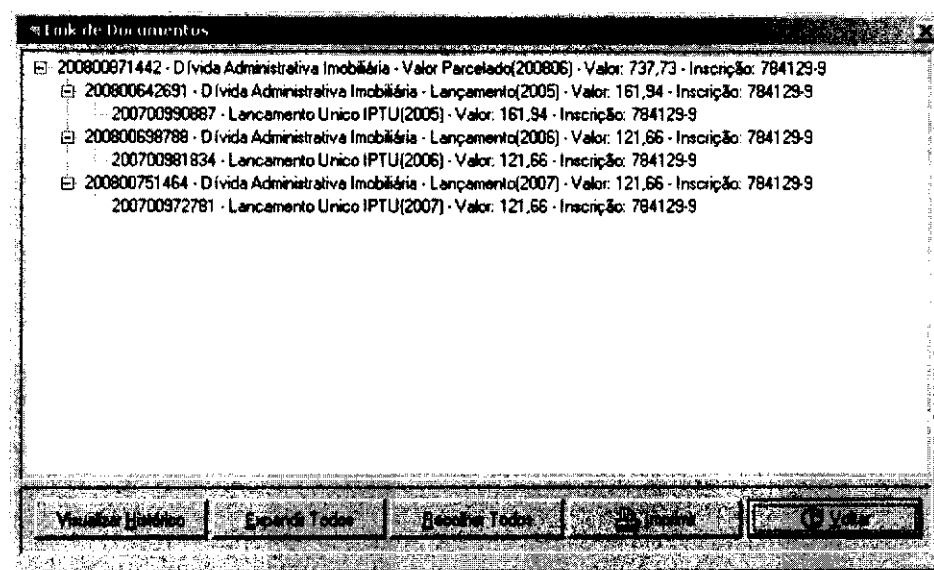


No momento em que fica configurada a inadimplência, conforme prazos estabelecidos no quadro acima, o Sistema de Tributação – STAR transfere o crédito tributário para o módulo da Dívida Ativa, gerando um novo número de título que vai identificar essa dívida. Importante esclarecer que o novo título fica agrupado ao título origem, gerado pelo Sistema de Tributação – STAR no momento do lançamento tributário, marco jurídico da constituição do crédito tributário. Segue abaixo tela do Sistema de Tributação e Arrecadação – STAR demonstrando o referido agrupamento:

¹ As Certidões de Dívida Ativa (CDA) geradas pela inscrição do crédito inadimplido no Livro da Dívida Ativa serão remetidas à Procuradoria Geral do Município para ajuizamento da competente ação de execução fiscal, caso não pagas em até 90 (noventa) dias após a notificação de inscrição em Dívida Ativa Administrativa.

5

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos



Segue nos Anexos I e II linha do tempo que descreve os procedimentos de cobrança dos contribuintes inadimplentes de IPTU e ISS.

A Certidão de Dívida Ativa – CDA representa a dívida existente no momento de sua origem (valor principal), mais acréscimos moratórios e multa fiscal (quando for o caso), inclusive atualização monetária. A partir da geração da Certidão de Dívida Ativa – CDA, a dívida passa a ser identificada pelo número gerado automaticamente e sequencialmente pelo Sistema de Tributação – STAR. Exemplo: 2008/000001 (Ano de geração/6 dígitos sequenciais). A Certidão de Dívida Ativa – CDA também fica agrupada ao título origem.

Segue no Anexo III modelo de Certidão de Dívida Ativa - CDA implantada e gerada pelo Sistema de Tributação – STAR.

Após a geração da Certidão de Dívida Ativa – CDA e consequente inscrição no Livro de Dívida Ativa, a Secretaria de Economia e Finanças – SEMEF emite a Notificação de Inscrição em Dívida Ativa, constante no Capítulo III.

DEVERES

O Departamento de Dívida Ativa (DDA/SEMEF) deverá encaminhar semanalmente à Procuradoria de Dívida Ativa (PDA/PGM) os seguintes relatórios para as providências:

- ✓ Listagem dos parcelamentos efetuados, para solicitação de sobrestamento da ação de execução fiscal;
- ✓ Listagem dos parcelamentos quitados, para solicitação de extinção da ação de execução fiscal;
- ✓ Listagem dos parcelamentos cancelados por atraso no pagamento, para solicitação da continuidade do processo de execução fiscal pelo saldo remanescente.

6

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

A cobrança extrajudicial da Dívida Ativa Administrativa do Município de Nova Iguaçu cabe à Secretaria Municipal de Economia e Finanças, competindo à Procuradoria Geral do Município o exercício do controle da juridicidade do procedimento de inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança judicial dos créditos municipais.

Nos termos do convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a execução fiscal será precedida de distribuição eletrônica dos processos judiciais, mediante troca de arquivos entre a Procuradoria Geral do Município e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



PAGAMENTO DA DÍVIDA

Os créditos municipais não pagos na forma e prazos estabelecidos pela legislação tributária (quadro constante no item 2), inscritos ou não em dívida ativa, ainda que em fase de execução judicial, poderão ser pagos à vista ou de modo parcelado, em prestações mensais e sucessivas, observando-se:

- ✓ o valor da dívida será atualizado monetariamente até a data do pedido de parcelamento, acrescido dos juros de mora e multa de mora, nos termos do art. 692 da Lei Complementar Municipal nº 3.411/2002 e demais acréscimos pecuniários previstos na legislação em vigor, sendo o seu valor consolidado expresso em reais;
- ✓ para parcelamentos em até 10 (dez) prestações, inclusive, não haverá a incidência de juros vincendos;
- ✓ para parcelamentos com mais de 10 (dez) prestações, serão acrescidos juros vincendos, no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês, acrescido do valor pela emissão da guia, nos termos da Lei n. 3447/2002.

No caso de denúncia espontânea, nos termos do art. 138 da Lei 5.172/66 (Código Tributário Nacional), quando acompanhado do pagamento à vista do débito, haverá a exclusão da incidência da multa de mora. Quando o pagamento for parcelado em até 03 (três) cotas mensais e sucessivas para débitos superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) também haverá a exclusão da incidência da multa de mora. Em ambos os casos a exclusão somente ocorrerá se o contribuinte comparecer espontaneamente antes de qualquer ação de cobrança administrativa ou judicial.

PARCELAMENTO PARA PESSOA FÍSICA

O parcelamento de dívida do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, Taxa de Lixo residencial e ISS autônomo poderá ser realizado em até 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, respeitando-se, todavia, o limite mínimo de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) para cada prestação que ainda será acrescida da taxa de expediente, sendo facultado ao contribuinte a escolha do dia de vencimento das prestações.

O parcelamento deverá ser deferido mediante a apresentação dos seguintes documentos originais e respectivas cópias:

- ✓ Em caso de comparecimento pessoal do próprio Contribuinte, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de residência;

7

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

- ✓ Em caso de comparecimento de terceiro, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência e instrumento de Procuração de próprio punho;
- ✓ Em caso de contribuinte já falecido, atestado de óbito, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de residência do Requerente;
- ✓ Em caso do comparecimento do cônjuge, deverão ser apresentados os documentos de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência e certidão de casamento;
- ✓ Em caso do comparecimento de filho, deverão ser apresentados os documentos de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência e documento que comprove a filiação, que pode ser o RG do requerente;



PARCELAMENTO PARA PESSOA JURÍDICA

O parcelamento de dívida do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, Taxa de Lixo comercial, ISS empresa e Taxas incidentes sobre a atividade econômica, poderá ser realizado em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, respeitando-se, todavia, o valor mínimo de R\$ 96,00 (noventa e seis reais) para cada parcela acrescida da taxa de expediente, sendo facultado ao contribuinte a escolha do dia do vencimento das prestações.

O parcelamento deverá ser deferido mediante a apresentação dos seguintes documentos originais e respectivas cópias:

- ✓ Em caso de comparecimento pessoal de um dos sócios: documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência do mesmo, além de CNPJ, contrato social, ata de constituição ou estatuto social;
- ✓ Em caso de comparecimento do representante contábil, contrato de prestação de serviços ou o CICON – Cartão de Identificação do Contribuinte original;
- ✓ Em caso de comparecimento de Procurador, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência e instrumento de Procuração em que constem poderes específicos.

PARCELAMENTO DE OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

Na hipótese de legalização de imóveis, o valor das taxas, preço público, mais valia e o ISS de obra, poderá ser parcelado em até 03 (três) meses.

Não são passíveis de parcelamento os débitos de ITBI e demais créditos decorrentes de obrigações, de qualquer origem ou modalidade, exceto as tributárias, devidas à Fazenda Pública Municipal, como por exemplo, as multas de posturas, meio ambiente, vigilância sanitária, obras e aquelas oriundas das infrações à legislação de trânsito.

REPARCELAMENTO

Na hipótese de atraso no pagamento de duas parcelas consecutivas ou três intercaladas, o acordo poderá ser cancelado de ofício e o saldo a pagar será imediatamente inscrito em dívida ativa.

O cancelamento do parcelamento por atraso no pagamento das parcelas dará ao requerente o direito de obter:

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

- ✓ Um parcelamento do débito, condicionado o deferimento do mesmo ao pagamento à vista de 20% (vinte por cento) do saldo remanescente;
- ✓ Um último parcelamento do débito, condicionado o deferimento do mesmo ao pagamento à vista de 50% (cinquenta por cento) do saldo remanescente.

PROCEDIMENTO DE PARCELAMENTO NO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO - STAR

Parcelamento de Dívida Ativa Administrativa não inscrita - IPTU

Para efetuar o parcelamento ou reparcelamento de dívida administrativa não inscrita deverá o atendente/usuário acessar o módulo de TÍTULOS – DÍVIDA ADMINISTRATIVA – IPTU – ACORDOS caso queira efetuar parcelamento referente ao IPTU.

Ao clicar em NOVO o sistema demonstrará toda a dívida passível de parcelamento ou reparcelamento ao atendente/usuário. Nesta tela o atendente/usuário poderá simular a quantidade máxima de parcelas para pagamento, tendo em vista que o STAR está parametrizado de acordo com a Legislação Municipal.

Ao finalizar o parcelamento será impresso automaticamente o Termo de Parcelamento que deverá ser assinado pelo contribuinte e pelo atendente/usuário, devendo o mesmo ser arquivado no Departamento de Dívida Ativa. Posteriormente serão impressas as Fichas Nacionais de Compensação referentes ao crédito parcelado.

Segue abaixo a tela mencionada do sistema e modelo da Ficha Nacional de Compensação.



Tributos - Imóvel
IPTU | TCR | Dívida Adm. IPTU | Dívida Adm. TCR

Inscrição do Imóvel: _____ Localização Cart. Atual: _____
Localização Cart. Anterior: _____ CNPJ/CPF: _____
Proprietário: _____

Acordos

Nº Título	Processo	Valor	Receita	Situação	Data	Usuário

Exercício do Acordo

Exercício	Imóvel	Nº Parcela	Valor	Vencimento	Situação

Detalhe da Parcela **Calcular Parcelas**

Alterar Título **Histórico do Título** **Alterar Parcela**
Ver Pagamentos **Imprimir Termo de Parcelamento** **Imprimir Parcelamento**

F7 - Associar Exercício ao Parcelamento F4 - Realizar Parcela do Parcelamento
F2 - Excluir Exercício do Parcelamento F3 - Associar Processo ao Parcelamento F5 - Verificar Reparcelamentos

Lançamento de Dívida **Acordos de Dívida**

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

HSBC 399-9 39993 78399 94093 019116 72501 07482 38110002003362		
Parcela 3104 Vencimento 14/03/2008 Agência Código de barras 1791994 Número Título (00019117007) 380829191172 Emissão REAL V. do documento R\$ 129,00 Valor a pagar R\$ 129,00 Quota Quota Descontada Quota Aparentada Valor compensação	HSBC 399-9 39993 78399 94093 019116 72501 07482 38110002003362 Unidade de pagamento PAGAR PREFERENCIALMENTE NAS AGÊNCIAS HSBC Carteira PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU Data do documento 17/04/2008 Nº do documento 784129-9 Emissão doc C/2 Assinatura N Data process. 17/04/2008 Agência Código de barras 1791994 Número documento (00019117007) 380829191172 Valor do documento R\$ 129,00 Quota Quota Descontada Quota Aparentada Valor compensação	
Barra de código 		
Assinatura do titular _____ Codificação _____ Autenticação eletrônica feita de compensação		

Os campos acima destacados referem-se ao vencimento, número da parcela e número do título.

Importante destacar que, caso ocorra no Município processo de securitização do estoque de dívida ativa, deverá constar no campo TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE que o crédito foi cedido.

Parcelamento de Dívida Ativa Administrativa não inscrita – ISS E TAXAS

Para efetuar o parcelamento ou reparcèlement de dívida administrativa não inscrita deverá o atendente/usuário acessar o módulo de TÍTULOS – DÍVIDA ADMINISTRATIVA – ISS & TAXAS – ACORDOS caso queira efetuar parcelamento referente ao ISS ou Taxas.

Ao clicar em NOVO o sistema demonstrará toda a dívida passível de parcelamento ou reparcèlement ao atendente/usuário. Nesta tela o atendente/usuário poderá simular a quantidade máxima de parcelas para pagamento, tendo em vista que o STAR está parametrizado de acordo com a Legislação Municipal.

Ao finalizar o parcelamento será impresso automaticamente o Termo de Parcelamento que deverá ser assinado pelo contribuinte e pelo atendente/usuário, devendo o mesmo ser arquivado no Departamento de Dívida Ativa. Posteriormente serão impressas as Fichas Nacionais de Compensação referentes ao crédito parcelado.

A seguir a tela mencionada do sistema.

[Assinatura manuscrita]

10

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

11



As Fichas Nacionais de Compensação referentes ao crédito parcelado de Dívida Ativa não inscrita de ISS e Taxas possuem o mesmo modelo da apresentada anteriormente.

Importante destacar que, caso ocorra no Município processo de securitização do estoque de dívida ativa, também deverá constar no campo TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE que o crédito foi cedido.

Parcelamento de Dívida Ativa Inscrita – CDA ou Executada

Para efetuar o parcelamento ou reparcelamento de dívida ativa inscrita ou executada deverá o atendente/usuário acessar o módulo de TÍTULOS – DÍVIDA ATIVA (CDA's) – ACORDOS caso queira efetuar parcelamento referente a todos os tributos inscritos em dívida ativa (CDA) ou executados..

Ao clicar em NOVO o sistema demonstrará toda a dívida inscrita ou ajuizada passível de parcelamento ou reparcelamento ao atendente/usuário. Nesta tela o atendente/usuário poderá simular a quantidade máxima de parcelas para pagamento, tendo em vista que o STAR está parametrizado de acordo com a Legislação Municipal.

Ao finalizar o parcelamento será impresso automaticamente o Termo de Parcelamento que deverá ser assinado pelo contribuinte e pelo atendente/usuário, devendo o mesmo ser arquivado no Departamento de Dívida Ativa.

Importante esclarecer que não é possível o parcelamento conjunto de dívida ativa inscrita (CDA) com dívida executada, pois a dívida executada possui cobrança compartilhada (Taxas Judiciais + Custas Judiciais + CAARJ + Honorários + Tributo) junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e ao Banco Arrecadador. Tais valores compartilhados são visíveis no módulo citado.

Segue abaixo a tela mencionada do sistema e modelo da Ficha Nacional
Compensação de parcelamento de dívida Ativa Inscrita – CDA ou Executada.

Tela: **Discriminativa (LDA S)**

CDA

Nº CDA:
 Inscrição:
 Contribuinte:

☒ Contribuinte Mercantil
 ☐ Individual
 ☐ Domiciliado
 ☐ Dado

Acordos

Nº Título	Valor	Nº do Processo	Recato	Situação	Data	Usuário
1	/	/				

CDA's do Acordo

Nº Parcela	Valor	Vencimento	Situação
1			

☒ Detalhes da Parcela
 ☒ Detalhes dos Honorários
 ☒ Calcular Parcelas

☐ Inserir com Honorários

☐ Inserir com Honorários

[illegible]

Importante destacar que, caso ocorra no Município processo de securitização do estoque de dívida ativa, deverá constar no campo **TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE** que o crédito foi cedido.

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

CAPÍTULO II

EXECUÇÃO FISCAL

Após todas as tentativas de cobrança amigável (extrajudicial) do débito, caso o mesmo não seja liquidado pelo contribuinte, a Procuradoria Geral do Município inicia o Processo de Execução Fiscal, regulado pela Lei 6.830/80, seguindo no Anexo XVI modelo de Petição Inicial utilizado pelo Município para tal ato.

Importante destacar que o ajuizamento das ações é feito de forma eletrônica, conforme convênio existente entre o Município e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Após o envio eletrônico pela Procuradoria Geral do Município do arquivo de ajuizamento da Ação de Execução Fiscal para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o mesmo retorna já com o número do processo judicial de execução, que é inserido automaticamente no Sistema de Tributação e Arrecadação – STAR, modificando o status da dívida para judicial.

Tal mudança de status altera a forma de gerenciamento da dívida, agora atendendo aos requisitos do Convênio mantido com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O Sistema de Tributação e Arrecadação gera os arquivos (Petição Inicial, CDA e Contrafé) a serem impressos e posteriormente entregues no cartório da Dívida Ativa no Fórum.

O Município de Nova Iguaçu, através deste Convênio, absorveu o atendimento ao devedor executado, tendo em vista que o parcelamento é realizado pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças, na forma exposta no CAPÍTULO I.

Após a entrega física da Petição Inicial e CDA no Cartório da Dívida Ativa no Fórum, é enviado para o contribuinte uma cópia das mesmas. Caso o executado não seja encontrado, deverão ser tomadas as seguintes providências pela Procuradoria Geral do Município:

MOTIVO	CAUSA	MEDIDA
Aviso de Recebimento devolvido	Falecimento do Sujeito Passivo	Renovação de Diligência citatória por Oficial de Justiça. (Anexo IV)
	Falecimento do Sujeito Passivo	Se o tributo for IPTU: Oficiar ao registro de Imóveis e procurar processo de inventário no site do TJ/RJ. Se não localizar, requerer por petição (judicial) a suspensão do processo até que sobrevenha a resposta do RGI, quando será requerida a sucessão tributária, nos termos do art. 130 do CTN. <u>Demais tributos</u> : Procurar inventário. Solicitar paralelamente, no judicial, à LIGHT, à CEG e à Telemar (Anexo V), bem como no administrativo, oficiar à Receita Federal, ao DETRAN e ao TER/RJ (Anexo VI).



DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

Certidão Negativa do OJA	Falecimento do Sujeito Passivo	Se o tributo for IPTU: Oficiar ao registro de Imóveis e procurar processo de inventário no site do TJ/RJ. Se não achar, requer no judicial a suspensão do processo até que sobrevenha a resposta do RGI, quando será requerida a sucessão tributária, nos termos do art.130 do CTN (Anexo VI). <u>Demais tributos:</u> Procurar inventário. Solicitar, paralelamente, no judicial, à LIGHT, à CEG e à Telemar (Anexo V), bem como, no administrativo, oficiar à Receita Federal, ao DETRAN e ao TER/RJ (Anexo VI).
	Endereço não encontrado	Requerer citação por edital (Anexo VII).
	Mudou-se para local desconhecido	Requerer citação por edital (Anexo VII).



Após a Citação por edital ser efetivada, deverão ser tomadas as seguintes medidas:

- ✓ Pessoa Física: Solicitar, no judicial, ofício à LIGHT, à CEG e à Telemar (Anexo V), bem como, no administrativo, oficiar à Receita Federal, ao DETRAN e ao TER/TJ (Anexo VI). Se for IPTU, oficiar ao RGI, para depois pedir a inclusão, no pólo passivo, do novo proprietário, ou, sendo o mesmo proprietário, requerer a alienação do bem.
- ✓ Pessoa Jurídica: **1ª Hipótese.** Não há indício de dissolução irregular da sociedade, nem funciona outra pessoa jurídica no local, desempenhando a mesma atividade (Ex: 2 clínicas médicas, 2 escolas etc.). **Medida:** Solicitar, no judicial, ofício à LIGHT, à CEG e à Telemar (Anexo V), bem como, no administrativo, oficiar à Receita Federal e ao DETRAN (Anexo VI). **2ª Hipótese.** **Causa do desaparecimento:** Mudou-se para local desconhecido, sendo que não funciona outra pessoa jurídica no local, desenvolvendo a mesma atividade. **Medida:** Judicial: Requerer a suspensão do processo por 100 dias. (Anexo VIII). No administrativo, oficiar à Receita Federal e à JUCERJA. Posteriormente, com a vinda da resposta positiva, peticionar pela inclusão dos sócios no pólo passivo, com base na dissolução irregular da sociedade (modelo), requerendo penhora no endereço deles. **3ª Hipótese.** Funciona outra pessoa jurídica no local, desenvolvendo a mesma atividade econômica (2 escolas etc.). **Medida:** Peticionar requerendo a sucessão tributária, nos termos do art. 133 do CTN (Anexo XVI).

14

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

Após a citação do executado com sucesso, e o prazo decorrer sem qualquer manifestação, deverá ser requerido o prosseguimento do feito, com a penhora dos bens, preferencialmente dinheiro (Anexo IX). Caso o oficial de justiça não encontre bens do contribuinte, deverá ser requerida a declaração de indisponibilidade, na forma do art. 185-A do CTN (Anexo X).

O Oficial de justiça encontrando bens do contribuinte que são insuficientes para garantir a execução deverá ser requerido o reforço da penhora, após atualização do débito.

Sendo o executado citado, e o mesmo nomeando bens à penhora, cujo valor seja:

- ✓ **1ª Hipótese.** Valor suficiente para pagamento do débito e dos honorários. **Medida:** Concordar com a avaliação. **ATENÇÃO:** 1) A avaliação dos bens pode estar errada (Ex: Televisão de 20 polegadas valendo R\$ 2.000,00). 2) Os bens podem ser de difícil venda (Ex: algumas máquinas de indústria). 3) Os bens podem estar deteriorados (Ex: cadeiras, mesas etc.).
- ✓ **2ª Hipótese.** Valor insuficiente ou qualquer das circunstâncias 1,2 e 3 do item anterior. **Medida:** Não concordar com a nomeação e requerer a penhora de renda. Se a pessoa jurídica não estiver mais funcionando, requerer a inclusão do sócio, por dissolução irregular.

Caso a penhora tenha sido efetivada há muito tempo, como por exemplo, há mais de 2 (dois) anos, não se sabendo ao certo sobre o estado dos bens penhorados, nem sobre a sua localização, deverá ser requerida expedição de mandado de verificação e avaliação (Anexo XI).

Na hipótese da penhora de renda ter sido efetivada e o depositário ter permanecido inerte, deverá ser requerida a intimação do depositário para que, em 72 horas, comprove os depósitos na conta vinculada do juízo e apresente as planilhas do faturamento bruto, sob as penas da lei (Anexo XII). Permanecendo o mesmo inerte, poderá ser requerida a prisão do depositário ou a aplicação do artigo 185-A do CTN (Anexo X).

O citado comprovando:

- ✓ Que realizou parcelamento deverá ser requerida a suspensão do processo (Anexo XIII), depois de obter confirmação no Departamento de Dívida Ativa.
- ✓ Que realizou pagamento integral, deverá ser requerida a extinção do processo, depois de obter confirmação no Departamento de Dívida Ativa.

ATENÇÃO: Verificar se foram pagos os honorários.

Verificando que o Fato gerador foi praticado em território atualmente pertencente a outro Município (Ex: Imóvel objeto de IPTU localizado em Mesquita), deverá ser requerida a intimação do outro Município, na forma do art.120 do CTN (Anexo XIV).

Caso sejam impostas custas ao Município de Nova Iguaçu, deverá ser juntada a declaração de Reciprocidade (Anexo XV).

Segue ainda no Anexo XVII Roteiro com os requerimentos mais comuns na Execução Fiscal, e no Anexo XVIII Fluxograma da Execução Fiscal.



15

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DE COBRANÇA

Deve ser realizada uma cobrança sistemática dos contribuintes inadimplentes do Município, visando que os mesmos regularizem seus débitos.

A cobrança deve ser realizada através de um conjunto de cartas e notificações que são encaminhadas via Correios aos contribuintes inadimplentes, e ainda, via o serviço de Tele-Cobrança que realiza cobrança dos débitos via telefone, cujo *script* segue no Anexo XX.

As cartas/notificações de cobranças encaminhadas para os contribuintes devem possuir cores, que variam de acordo com o grau de atraso do débito - quanto mais próximo da execução mais intensa fica a cor.

Todas as cartas de cobrança encaminhadas poderão possuir código de barras, de modo que, caso os contribuintes queiram quitar o débito à vista o possam fazer sem necessidade de comparecer à uma das Centrais de Atendimento do Município. Poderá ainda ser encaminhado para o contribuinte carta de cobrança que possibilite adesão automática a um parcelamento.

As cartas enviadas devem possuir as seguintes cores:

1ª – BRANCA;

2ª – AZUL;

3ª – VERDE;

4ª – VERMELHA;

5ª – LARANJA.

As cartas de cor branca e azul devem possuir texto de caráter informativo e conteúdo suave.

Após o envio das cartas de cor branca e azul, e continuando o contribuinte inadimplente, deverá ser enviada a carta de cor verde, que já deverá trazer em seu corpo as possíveis sanções imputáveis ao mesmo.

Permanecendo o contribuinte em débito, deverá ser encaminhada a carta de cor vermelha, que sempre deverá se referir a Notificação de Inscrição em Dívida Ativa, e caso não regularizado o débito no prazo de 90 dias, deverá ser encaminhado para a Procuradoria Geral do Município para execução.

Poderá ainda ser encaminhada para o contribuinte a carta de cor laranja, que possuirá caráter meramente informativo de que o débito foi encaminhado para execução, aproveitando ainda, para informar a respeito de outros débitos do contribuinte.

O prazo médio de envio entre as cartas deve ser de aproximadamente 90 dias, sempre respeitando o escalonamento das cores para cada contribuinte.

Segue no Anexo XIX possíveis textos a serem utilizados nas respectivas cartas.

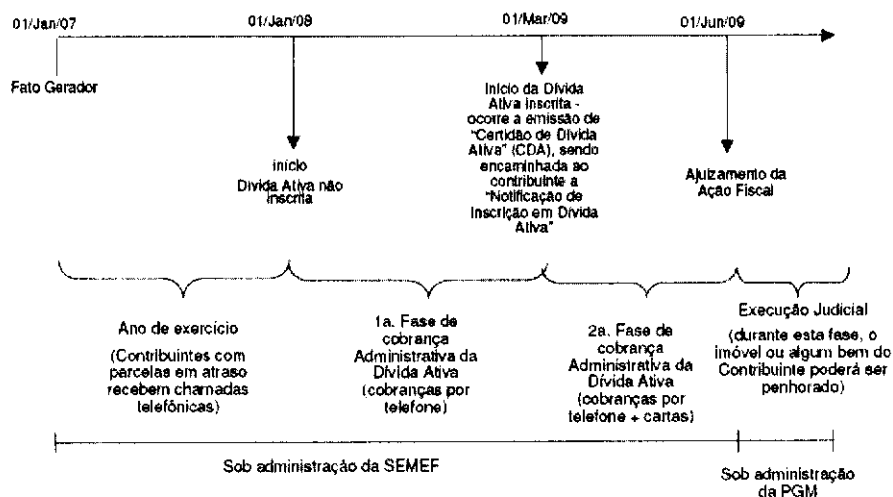




Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

Anexo I

O seguinte cronograma descreve os procedimentos de cobrança de IPTU inadimplentes (como exemplo, o exercício de 2007)



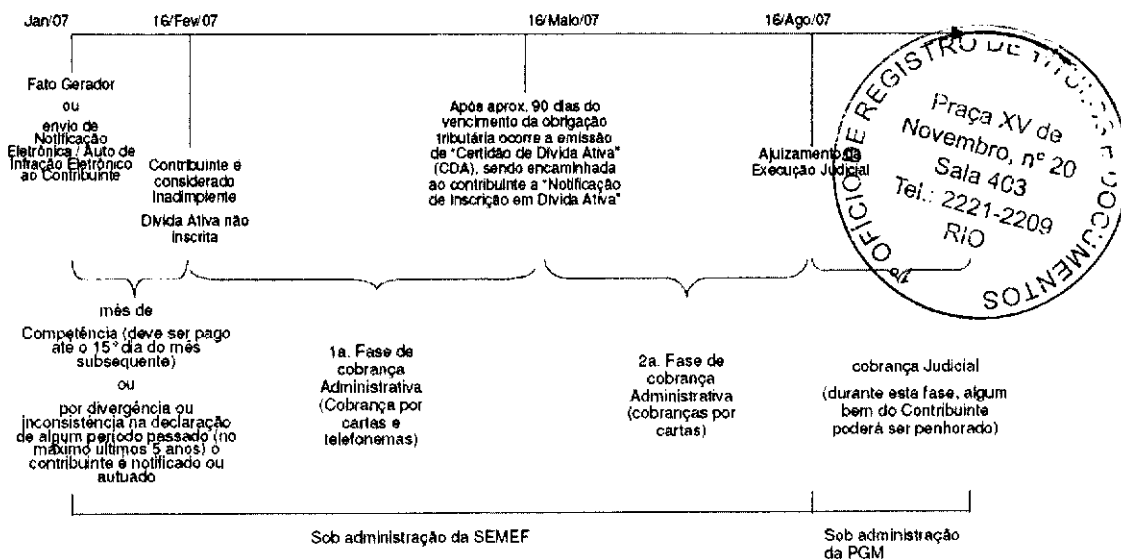
[Handwritten signature]



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

Anexo II

O seguinte cronograma descreve os procedimentos de cobrança dos contribuintes do ISS inadimplentes (como exemplo, o exercício de 2007):



Anexo III



PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE RECEITA

CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA

IDENTIFICAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

Parcela CDA Imobiliária	Nº do Recibo 2007.28.888.9	Nº da CDA 2008.000.089
CERTIFICADO que consta inscrito na Dívida Ativa nº 11.16 e série (até 03/01/2007) sob o nº 2008.000.089, datada de 02/05/2008 13:04:00 e dívida sobre descumprimento de pagamento não efetuada até a presente data.		

IDENTIFICAÇÃO DO DEVEDOR

Corrente CONCECAO DA SILVA LOPES	CPF 032.528.997-03
Logradouro	Número
Bairro/Localidade	Cidade
Município	UF RJ

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Logradouro RUA DEB. MALA	Número 44
Cidade 6878-84-6	Cidade SANTA RITA
Localidade/Cep 02.000.00.000.000	UF RJ

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM, NATUREZA E FUNDAMENTO DA DÍVIDA

Referente à Constituição definitiva do imóvel imobiliário oriundo da suspensão regular da IPTU, Taxa de Cobrança de Lixo e Taxa de Conservação de Áreas e Logradouros Públicos, incidentes sobre o imóvel descrito, nos autos do processo nº 007.877-93, acordado em 31 de dezembro de 2002, e artigos 8º, 297 e 322 da Lei Complementar nº 3.411/03, acordado a partir de 1º de janeiro de 2003.						
relativa ao processo administrativo 2007.28.888.9						
Exercício	Moeda	Valor Original	Multa	Correção	Juros	Valor Corrigido (R\$)
1999	R\$	88,68	18,38	8,41	101,66	217,13
2000	R\$	88,68	18,38	8,41	80,66	206,13
2001	R\$	88,68	18,38	8,41	80,66	195,13
2002	R\$	88,68	18,38	8,41	80,66	184,13
2003	R\$	108,97	23,70	7,35	88,84	228,86

DEMONSTRATIVO DO ORIGINAL DA DÍVIDA E DE SEUS ACRÉSCIMOS LEGAIS

PARCELAS	FUNDAMENTO LEGAL	FORMA DE CÁLCULO	VALORES
VALOR ORIGINAL	Lei Complementar nº 3.411/03, artigos 8º, 297 e 322		428,83
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	Artigo 16, inciso II, da Lei nº 3.411/03 e Artigo 662, inciso I, da Lei nº 3.411/03	Correção monetária de 100% sobre o valor original, acrescida de 10% sobre o valor atualizado, conforme o parágrafo único do Artigo 16, inciso II, da Lei nº 3.411/03	33,19
MULTA DE MOROSIDADE	Artigo 16, inciso II, da Lei nº 3.411/03 e Artigo 662, inciso I, da Lei nº 3.411/03	100% sobre o valor atualizado, acrescida de 10% sobre o valor atualizado, conforme o parágrafo único do Artigo 16, inciso II, da Lei nº 3.411/03	99,82
JUROS	Artigo 16, inciso II, da Lei nº 3.411/03 e Artigo 662, inciso I, da Lei nº 3.411/03	100% sobre o valor atualizado, acrescida de 10% sobre o valor atualizado, conforme o parágrafo único do Artigo 16, inciso II, da Lei nº 3.411/03	410,84
VALOR TOTAL DA DÍVIDA NA DATA DA INSCRIÇÃO (R\$)			1.009,78

Taxa de juros por atraso

última taxa cobrada e atualizada até a presente data

TPG e Valor Corrigido: LC 0787 e PG 2007 e 2008 e 2009 e 2010 e 2011 e 2012 e 2013 e 2014 e 2015 e 2016 e 2017 e 2018 e 2019 e 2020 e 2021 e 2022 e 2023 e 2024 e 2025 e 2026 e 2027 e 2028 e 2029 e 2030 e 2031 e 2032 e 2033 e 2034 e 2035 e 2036 e 2037 e 2038 e 2039 e 2040 e 2041 e 2042 e 2043 e 2044 e 2045 e 2046 e 2047 e 2048 e 2049 e 2050 e 2051 e 2052 e 2053 e 2054 e 2055 e 2056 e 2057 e 2058 e 2059 e 2060 e 2061 e 2062 e 2063 e 2064 e 2065 e 2066 e 2067 e 2068 e 2069 e 2070 e 2071 e 2072 e 2073 e 2074 e 2075 e 2076 e 2077 e 2078 e 2079 e 2080 e 2081 e 2082 e 2083 e 2084 e 2085 e 2086 e 2087 e 2088 e 2089 e 2090 e 2091 e 2092 e 2093 e 2094 e 2095 e 2096 e 2097 e 2098 e 2099 e 2100 e 2101 e 2102 e 2103 e 2104 e 2105 e 2106 e 2107 e 2108 e 2109 e 2110 e 2111 e 2112 e 2113 e 2114 e 2115 e 2116 e 2117 e 2118 e 2119 e 2120 e 2121 e 2122 e 2123 e 2124 e 2125 e 2126 e 2127 e 2128 e 2129 e 2130 e 2131 e 2132 e 2133 e 2134 e 2135 e 2136 e 2137 e 2138 e 2139 e 2140 e 2141 e 2142 e 2143 e 2144 e 2145 e 2146 e 2147 e 2148 e 2149 e 2150 e 2151 e 2152 e 2153 e 2154 e 2155 e 2156 e 2157 e 2158 e 2159 e 2160 e 2161 e 2162 e 2163 e 2164 e 2165 e 2166 e 2167 e 2168 e 2169 e 2170 e 2171 e 2172 e 2173 e 2174 e 2175 e 2176 e 2177 e 2178 e 2179 e 2180 e 2181 e 2182 e 2183 e 2184 e 2185 e 2186 e 2187 e 2188 e 2189 e 2190 e 2191 e 2192 e 2193 e 2194 e 2195 e 2196 e 2197 e 2198 e 2199 e 2200 e 2201 e 2202 e 2203 e 2204 e 2205 e 2206 e 2207 e 2208 e 2209 e 2210 e 2211 e 2212 e 2213 e 2214 e 2215 e 2216 e 2217 e 2218 e 2219 e 2220 e 2221 e 2222 e 2223 e 2224 e 2225 e 2226 e 2227 e 2228 e 2229 e 2230 e 2231 e 2232 e 2233 e 2234 e 2235 e 2236 e 2237 e 2238 e 2239 e 2240 e 2241 e 2242 e 2243 e 2244 e 2245 e 2246 e 2247 e 2248 e 2249 e 2250 e 2251 e 2252 e 2253 e 2254 e 2255 e 2256 e 2257 e 2258 e 2259 e 2260 e 2261 e 2262 e 2263 e 2264 e 2265 e 2266 e 2267 e 2268 e 2269 e 2270 e 2271 e 2272 e 2273 e 2274 e 2275 e 2276 e 2277 e 2278 e 2279 e 2280 e 2281 e 2282 e 2283 e 2284 e 2285 e 2286 e 2287 e 2288 e 2289 e 2290 e 2291 e 2292 e 2293 e 2294 e 2295 e 2296 e 2297 e 2298 e 2299 e 2300 e 2301 e 2302 e 2303 e 2304 e 2305 e 2306 e 2307 e 2308 e 2309 e 2310 e 2311 e 2312 e 2313 e 2314 e 2315 e 2316 e 2317 e 2318 e 2319 e 2320 e 2321 e 2322 e 2323 e 2324 e 2325 e 2326 e 2327 e 2328 e 2329 e 2330 e 2331 e 2332 e 2333 e 2334 e 2335 e 2336 e 2337 e 2338 e 2339 e 2340 e 2341 e 2342 e 2343 e 2344 e 2345 e 2346 e 2347 e 2348 e 2349 e 2350 e 2351 e 2352 e 2353 e 2354 e 2355 e 2356 e 2357 e 2358 e 2359 e 2360 e 2361 e 2362 e 2363 e 2364 e 2365 e 2366 e 2367 e 2368 e 2369 e 2370 e 2371 e 2372 e 2373 e 2374 e 2375 e 2376 e 2377 e 2378 e 2379 e 2380 e 2381 e 2382 e 2383 e 2384 e 2385 e 2386 e 2387 e 2388 e 2389 e 2390 e 2391 e 2392 e 2393 e 2394 e 2395 e 2396 e 2397 e 2398 e 2399 e 2400 e 2401 e 2402 e 2403 e 2404 e 2405 e 2406 e 2407 e 2408 e 2409 e 2410 e 2411 e 2412 e 2413 e 2414 e 2415 e 2416 e 2417 e 2418 e 2419 e 2420 e 2421 e 2422 e 2423 e 2424 e 2425 e 2426 e 2427 e 2428 e 2429 e 2430 e 2431 e 2432 e 2433 e 2434 e 2435 e 2436 e 2437 e 2438 e 2439 e 2440 e 2441 e 2442 e 2443 e 2444 e 2445 e 2446 e 2447 e 2448 e 2449 e 2450 e 2451 e 2452 e 2453 e 2454 e 2455 e 2456 e 2457 e 2458 e 2459 e 2460 e 2461 e 2462 e 2463 e 2464 e 2465 e 2466 e 2467 e 2468 e 2469 e 2470 e 2471 e 2472 e 2473 e 2474 e 2475 e 2476 e 2477 e 2478 e 2479 e 2480 e 2481 e 2482 e 2483 e 2484 e 2485 e 2486 e 2487 e 2488 e 2489 e 2490 e 2491 e 2492 e 2493 e 2494 e 2495 e 2496 e 2497 e 2498 e 2499 e 2500 e 2501 e 2502 e 2503 e 2504 e 2505 e 2506 e 2507 e 2508 e 2509 e 2510 e 2511 e 2512 e 2513 e 2514 e 2515 e 2516 e 2517 e 2518 e 2519 e 2520 e 2521 e 2522 e 2523 e 2524 e 2525 e 2526 e 2527 e 2528 e 2529 e 2530 e 2531 e 2532 e 2533 e 2534 e 2535 e 2536 e 2537 e 2538 e 2539 e 2540 e 2541 e 2542 e 2543 e 2544 e 2545 e 2546 e 2547 e 2548 e 2549 e 2550 e 2551 e 2552 e 2553 e 2554 e 2555 e 2556 e 2557 e 2558 e 2559 e 2560 e 2561 e 2562 e 2563 e 2564 e 2565 e 2566 e 2567 e 2568 e 2569 e 2570 e 2571 e 2572 e 2573 e 2574 e 2575 e 2576 e 2577 e 2578 e 2579 e 2580 e 2581 e 2582 e 2583 e 2584 e 2585 e 2586 e 2587 e 2588 e 2589 e 2590 e 2591 e 2592 e 2593 e 2594 e 2595 e 2596 e 2597 e 2598 e 2599 e 2600 e 2601 e 2602 e 2603 e 2604 e 2605 e 2606 e 2607 e 2608 e 2609 e 2610 e 2611 e 2612 e 2613 e 2614 e 2615 e 2616 e 2617 e 2618 e 2619 e 2620 e 2621 e 2622 e 2623 e 2624 e 2625 e 2626 e 2627 e 2628 e 2629 e 2630 e 2631 e 2632 e 2633 e 2634 e 2635 e 2636 e 2637 e 2638 e 2639 e 2640 e 2641 e 2642 e 2643 e 2644 e 2645 e 2646 e 2647 e 2648 e 2649 e 2650 e 2651 e 2652 e 2653 e 2654 e 2655 e 2656 e 2657 e 2658 e 2659 e 2660 e 2661 e 2662 e 2663 e 2664 e 2665 e 2666 e 2667 e 2668 e 2669 e 2670 e 2671 e 2672 e 2673 e 2674 e 2675 e 2676 e 2677 e 2678 e 2679 e 2680 e 2681 e 2682 e 2683 e 2684 e 2685 e 2686 e 2687 e 2688 e 2689 e 2690 e 2691 e 2692 e 2693 e 2694 e 2695 e 2696 e 2697 e 2698 e 2699 e 2700 e 2701 e 2702 e 2703 e 2704 e 2705 e 2706 e 2707 e 2708 e 2709 e 2710 e 2711 e 2712 e 2713 e 2714 e 2715 e 2716 e 2717 e 2718 e 2719 e 2720 e 2721 e 2722 e 2723 e 2724 e 2725 e 2726 e 2727 e 2728 e 2729 e 2730 e 2731 e 2732 e 2733 e 2734 e 2735 e 2736 e 2737 e 2738 e 2739 e 2740 e 2741 e 2742 e 2743 e 2744 e 2745 e 2746 e 2747 e 2748 e 2749 e 2750 e 2751 e 2752 e 2753 e 2754 e 2755 e 2756 e 2757 e 2758 e 2759 e 2760 e 2761 e 2762 e 2763 e 2764 e 2765 e 2766 e 2767 e 2768 e 2769 e 2770 e 2771 e 2772 e 2773 e 2774 e 2775 e 2776 e 2777 e 2778 e 2779 e 2780 e 2781 e 2782 e 2783 e 2784 e 2785 e 2786 e 2787 e 2788 e 2789 e 2790 e 2791 e 2792 e 2793 e 2794 e 2795 e 2796 e 2797 e 2798 e 2799 e 2800 e 2801 e 2802 e 2803 e 2804 e 2805 e 2806 e 2807 e 2808 e 2809 e 2810 e 2811 e 2812 e 2813 e 2814 e 2815 e 2816 e 2817 e 2818 e 2819 e 2820 e 2821 e 2822 e 2823 e 2824 e 2825 e 2826 e 2827 e 2828 e 2829 e 2830 e 2831 e 2832 e 2833 e 2834 e 2835 e 2836 e 2837 e 2838 e 2839 e 2840 e 2841 e 2842 e 2843 e 2844 e 2845 e 2846 e 2847 e 2848 e 2849 e 2850 e 2851 e 2852 e 2853 e 2854 e 2855 e 2856 e 2857 e 2858 e 2859 e 2860 e 2861 e 2862 e 2863 e 2864 e 2865 e 2866 e 2867 e 2868 e 2869 e 2870 e 2871 e 2872 e 2873 e 2874 e 2875 e 2876 e 2877 e 2878 e 2879 e 2880 e 2881 e 2882 e 2883 e 2884 e 2885 e 2886 e 2887 e 2888 e 2889 e 2890 e 2891 e 2892 e 2893 e 2894 e 2895 e 2896 e 2897 e 2898 e 2899 e 2900 e 2901 e 2902 e 2903 e 2904 e 2905 e 2906 e 2907 e 2908 e 2909 e 2910 e 2911 e 2912 e 2913 e 2914 e 2915 e 2916 e 2917 e 2918 e 2919 e 2920 e 2921 e 2922 e 2923 e 2924 e 2925 e 2926 e 2927 e 2928 e 2929 e 2930 e 2931 e 2932 e 2933 e 2934 e 2935 e 2936 e 2937 e 2938 e 2939 e 2940 e 2941 e 2942 e 2943 e 2944 e 2945 e 2946 e 2947 e 2948 e 2949 e 2950 e 2951 e 2952 e 2953 e 2954 e 2955 e 2956 e 2957 e 2958 e 2959 e 2960 e 2961 e 2962 e 2963 e 2964 e 2965 e 2966 e 2967 e 2968 e 2969 e 2970 e 2971 e 2972 e 2973 e 2974 e 2975 e 2976 e 2977 e 2978 e 2979 e 2980 e 2981 e 2982 e 2983 e 2984 e 2985 e 2986 e 2987 e 2988 e 2989 e 2990 e 2991 e 2992 e 2993 e 2994 e 2995 e 2996 e 2997 e 2998 e 2999 e 3000 e 3001 e 3002 e 3003 e 3004 e 3005 e 3006 e 3007 e 3008 e 3009 e 3010 e 3011 e 3012 e 3013 e 3014 e 3015 e 3016 e 3017 e 3018 e 3019 e 3020 e 3021 e 3022 e 3023 e 3024 e 3025 e 3026 e 3027 e 3028 e 3029 e 3030 e 3031 e 3032 e 3033 e 3034 e 3035 e 3036 e 3037 e 3038 e 3039 e 3040 e 3041 e 3042 e 3043 e 3044 e 3045 e 3046 e 3047 e 3048 e 3049 e 3050 e 3051 e 3052 e 3053 e 3054 e 3055 e 3056 e 3057 e 3058 e 3059 e 3060 e 3061 e 3062 e 3063 e 3064 e 3065 e 3066 e 3067 e 3068 e 3069 e 3070 e 3071 e 3072 e 3073 e 3074 e 3075 e 3076 e 3077 e 3078 e 3079 e 3080 e 3081 e 3082 e 3083 e 3084 e 3085 e 3086 e 3087 e 3088 e 3089 e 3090 e 3091 e 3092 e 3093 e 3094 e 3095 e 3096 e 3097 e 3098 e 3099 e 3100 e 3101 e 3102 e 3103 e 3104 e 3105 e 3106 e 3107 e 3108 e 3109 e 3110 e 3111 e 3112 e 3113 e 3114 e 3115 e 3116 e 3117 e 3118 e 3119 e 3120 e 3121 e 3122 e 3123 e 3124 e 3125 e 3126 e 3127 e 3128 e 3129 e 3130 e 3131 e 3132 e 3133 e 3134 e 3135 e 3136 e 3137 e 3138 e 3139 e 3140 e 3141 e 3142 e 3143 e 3144 e 3145 e 3146 e 3147 e 3148 e 3149 e 3150 e 3151 e 3152 e 3153 e 3154 e 3155 e 3156 e 3157 e 3158 e 3159 e 3160 e 3161 e 3162 e 3163 e 3164 e 3165 e 3166 e 3167 e 3168 e 3169 e 3170 e 3171 e 3172 e 3173 e 3174 e 3175 e 3176 e 3177 e 3178 e 3179 e 3180 e 3181 e 3182 e 3183 e 3184 e 3185 e 3186 e 3187 e 3188 e 3189 e 3190 e 3191 e 3192 e 3193 e 3194 e 3195 e 3196 e 3197 e 3198 e 3199 e 3200 e 3201 e 3202 e 3203 e 3204 e 3205 e 3206 e 3207 e 3208 e 3209 e 3210 e 3211 e 3212 e 3213 e 3214 e 3215 e 3216 e 3217 e 3218 e 3219 e 3220 e 3221 e 3222 e 3223 e 3224 e 3225 e 3226 e 3227 e 3228 e 3229 e 3230 e 3231 e 3232 e 3233 e 3234 e 3235 e 3236 e 3237 e 3238 e 3239 e 3240 e 3241 e 3242 e 3243 e 3244 e 3245 e 3246 e 3247 e 3248 e 3249 e 3250 e 3251 e 3252 e 3253 e 3254 e 3255 e 3256 e 3257 e 3258 e 3259 e 3260 e 3261 e 3262 e 3263 e 3264 e 3265 e 3266 e 3267 e 3268 e 3269 e 3270 e 3271 e 3272 e 3273 e 3274 e 3275 e 3276 e 3277 e 3278 e 3279 e 3280 e 3281 e 3282 e 3283 e 3284 e 3285 e 3286 e 3287 e 3288 e 3289 e 3290 e 3291 e 3292 e 3293 e 3294 e 3295 e 3296 e 3297 e 3298 e 3299 e 3300 e 3301 e 3302 e 3303 e 3304 e 3305 e 3306 e 3307 e 3308 e 3309 e 3310 e 3311 e 3312 e 3313 e 3314 e 3315 e 3316 e 3317 e 3318 e 3319 e 3320 e 3321 e 3322 e 3323 e 3324 e 3325 e 3326 e 3327 e 3328 e 3329 e 3330 e 3331 e 3332 e 3333 e 3334 e 3335 e 3336 e 3337 e 3338 e 3339 e 3340 e 3341 e 3342 e 3343 e 3344 e 3345 e 3346 e 3347 e 3348 e 3349 e 3350 e 3351 e 3352 e 3353 e 3354 e 3355 e 3356 e 3357 e 3358 e 3359 e 3360 e 3361 e 3362 e 3363 e 3364 e 3365 e 3366 e 3367 e 3368 e 3369 e 3370 e 3371 e 3372 e 3373 e 3374 e 3375 e 3376 e 3377 e 3378 e 3379 e 3380 e 3381 e 3382 e 3383 e 3384 e 3385 e 3386 e 3387 e 3388 e 3389 e 3390 e 3391 e 3392 e 3393 e 3394 e 3395 e 3396 e 3397 e 3398 e 3399 e 3400 e 3401 e 3402 e 3403 e 3404 e 3405 e 3406 e 3407 e 3408 e 3409 e 3410 e 3411 e 3412 e 3413 e 3414 e 3415 e 3416 e 3417 e 3418 e 3419 e 3420 e 3421 e 3422 e 3423 e 3424 e 3425 e 3426 e 3427 e 3428 e 3429 e 3430 e 3431 e 3432 e 3433 e 3434 e 3435 e 3436 e 3437 e 3438 e 3439 e 3440 e 3441 e 3442 e 3443 e 3444 e 3445 e 3446 e 3447 e 3448 e 3449 e 3450 e 3451 e 3452 e 3453 e 3454 e 3455 e 3456 e 3457 e 3458 e 3459 e 3460 e 3461 e 3462 e 3463 e 3464 e 3465 e 3466 e 3467 e 3468 e 3469 e 3470 e 3471 e 3472 e 3473 e 3474 e 3475 e 3476 e 3477 e 3478 e 3479 e 3480 e 3481 e 3482 e 3483 e 3484 e 3485 e 3486 e 3487 e 3488 e 3489 e 3490 e 3491 e 3492 e 3493 e 3494 e 3495 e 3496 e 3497 e 3498 e 3499 e 3500 e 3501 e 3502 e 3503 e 3504 e 3505 e 3506 e 3507 e 3508 e 3509 e 3510 e 3511 e 3512 e 3513 e 3514 e 3515 e 3516 e 3517 e 3518 e 3519 e 3520 e 3521 e 3522 e 3523 e 3524 e 3525 e 3526 e 3527 e 3528 e 3529 e 3530 e 3531 e 3532 e 3533 e 3534 e 3535 e 3536 e 3537 e 3538 e 3539 e 3540 e 3541 e 3542 e 3543 e 3544 e 3545 e 3546 e 3547 e 3548 e 3549 e 3550 e 3551 e 3552 e 3553 e 3554 e 3555 e 3556 e 3557 e 3558 e 3559 e 3560 e 3561 e 3562 e 3563 e 3564 e 3565 e 3566 e 3567 e 3568 e 3569 e 3570 e 3571 e 3572 e 3573 e 3574 e 3575 e 3576 e 3577 e 3578 e 3579 e 3580 e 3581 e 3582 e 3583 e 3584 e 3585 e 3586 e 3587 e 3588 e 3589 e 3590 e 3591 e 3592 e 3593 e 3594 e 3595 e 3596 e 3597 e 3598 e 3599 e 3600 e 3601 e 3602 e 3603 e 3604 e 3605 e 3606 e 3607 e 3608 e 3609 e 3610 e 3611 e 3612 e 3613 e 3614 e 3615 e 3616 e 3617 e 3618 e 3619 e 3620 e 3621 e 3622 e 3623 e 3624 e 3625 e 3626 e 3627 e 3628 e 3629 e 3630 e 3631 e 3632 e 3633 e 3634 e 3635 e 3636

MM. Dr. Juiz,

Anexo IV

O Município requer a novação da diligência citatória, desta feita por oficial de justiça, no endereço indicado em fls. ___, nos termos do art. 8º da Lei nº 6.830/80.

___/___/___

Anexo V

ADMINISTRATIVO

Manifestação por meio de cota nos autos judiciais. Expedir ofícios (s) e juntar cópias (s) ao P.A.

___/___/___

Anexo VI

JUDICIAL

O Município requer a expedição de ofício à ___, com vista a obter endereço atualizado do contribuinte.

___/___/___

Anexo VII

MM. Dr. Juiz,

O Município requer a citação por edital do executado, considerando que realizou todas as diligências a fim de localizá-lo, sem obter êxito.

___/___/___

MM. Dr. Juiz,

Anexo VIII

O Município requer a V.Exa. se digne determinar a suspensão da execução, nos termos do art.40 da LEF, enquanto diligência no sentido de localizar o devedor ou bens deste sobre ao quais possa recair a penhora, para regular prosseguimento do efeito.(suspensão por ___ dias).

___/___/___

Anexo IX

MM. Dr. Juiz,

O Município requer o prosseguimento do feito, com a Penhora de bens, preferencialmente dinheiro.

___/___/___

Anexo X

MM. Dr. Juiz,

Tendo em vista a não apresentação de bens à penhora e a não localização de bens do executado, o Município requer a decretação da indisponibilidade dos bens do devedor, nos termos do art. 185-A do Código Tributário Nacional.

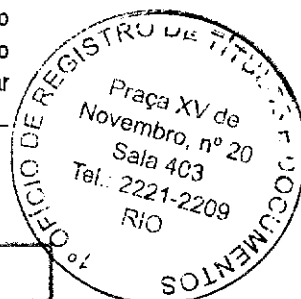
___/___/___

Anexo XI

MM. Dr. Juiz,

O Município requer a expedição de mandado de verificação e avaliação dos bens penhorados, no endereço do contribuinte mencionado às fls. ___.

___/___/___



MM. Dr. Juiz,

Anexo XII

O Município de Nova Iguaçu requer a V. Exa. a intimação do depositário da Executada (fls.____) para que em 72 horas comprove os depósitos na conta vinculada do Juízo e apresente as planilhas demonstrativas do faturamento bruto da empresa sob pena de prisão.

____/____/____

Anexo XIII

MM. Dr. Juiz,

O Município requer a suspensão da presente execução fiscal, tendo em vista o parcelamento do débito pelo sujeito passivo.

____/____/____

Anexo XIV

MM.Dr.Juiz,

Com fulcro no art. 120 do CTN, o Município requer a intimação do ente municipal emancipado (____), a fim de que este manifeste seu interesse em prosseguir com a presente execução fiscal.

____/____/____

Anexo XV

MM.Dr.Juiz,

Tendo em vista o despacho de fls. _____, o Município de Nova Iguaçu requer a juntada da declaração idônea de que pratica a isenção de contribuições e taxas relacionadas ao patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, de suas Autarquias e Fundações Públicas.

____/____/____



Anexo XVI



Prefeitura do Município de Nova Iguaçu
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria Tributária e de Dívida Ativa



EXMO. DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVA IGUAÇU

Execução Fiscal n.º: _____

Cartório da Dívida Ativa Municipal - C.D.A.M.

O MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, titular do(s) crédito(s) representado(s) pela(s) certidão(s) de Dívida Ativa - CDA em anexo, vem propor EXECUÇÃO FISCAL com fundamento na lei Número 6.830/80, em face de _____, conforme abaixo discriminado:

CDA	Livro	FL	Data	Processo Administrativo	Valor Atualizado
0000000000	0000	0000	00/00/0000	0000000000	000,00
Valor Consolidado em 00/00/0000: 000.00					

Assim, o Município requer que a CITAÇÃO SEJA FEITA PELO CORREIO, COM AVISO DE RECEBIMENTO, no(s) endereço(s) do executado sito na

Rua _____, n.º _____
Bairro _____
CEP: 00.000-000

a fim de que pague em 5 (cinco) dias o débito e seus acréscimos ou garanta juízo.

Requer ainda a fixação da verba honorária em 20% sobre o montante da execução apurado a final.

Por fim, O Município de Nova Iguaçu declara, nos termos do Aviso CGJ nº 195, que pratica a isenção de taxas e contribuições relacionadas ao patrimônio do Rio de Janeiro, de suas Autarquias e Fundações Públicas, nos termos da Lei Municipal nº 3.651, de 14 de julho de 2005.

Valor da Causa R\$ 0.000,00

Nova Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Procurador do Município de Nova Iguaçu

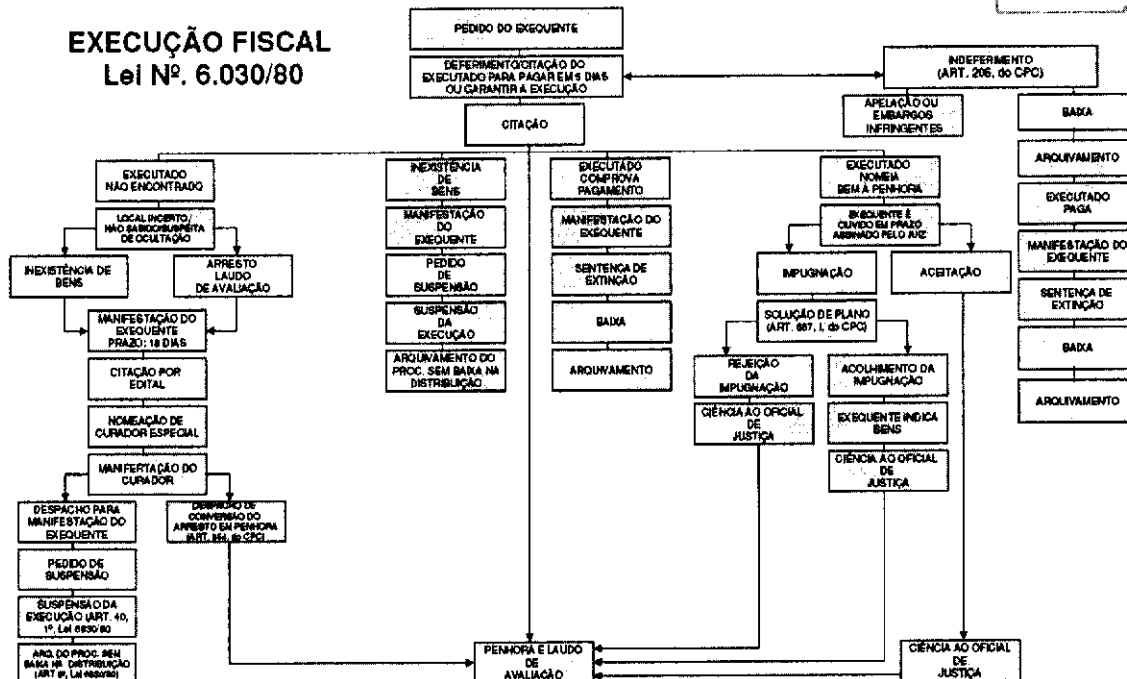
Anexo XVII

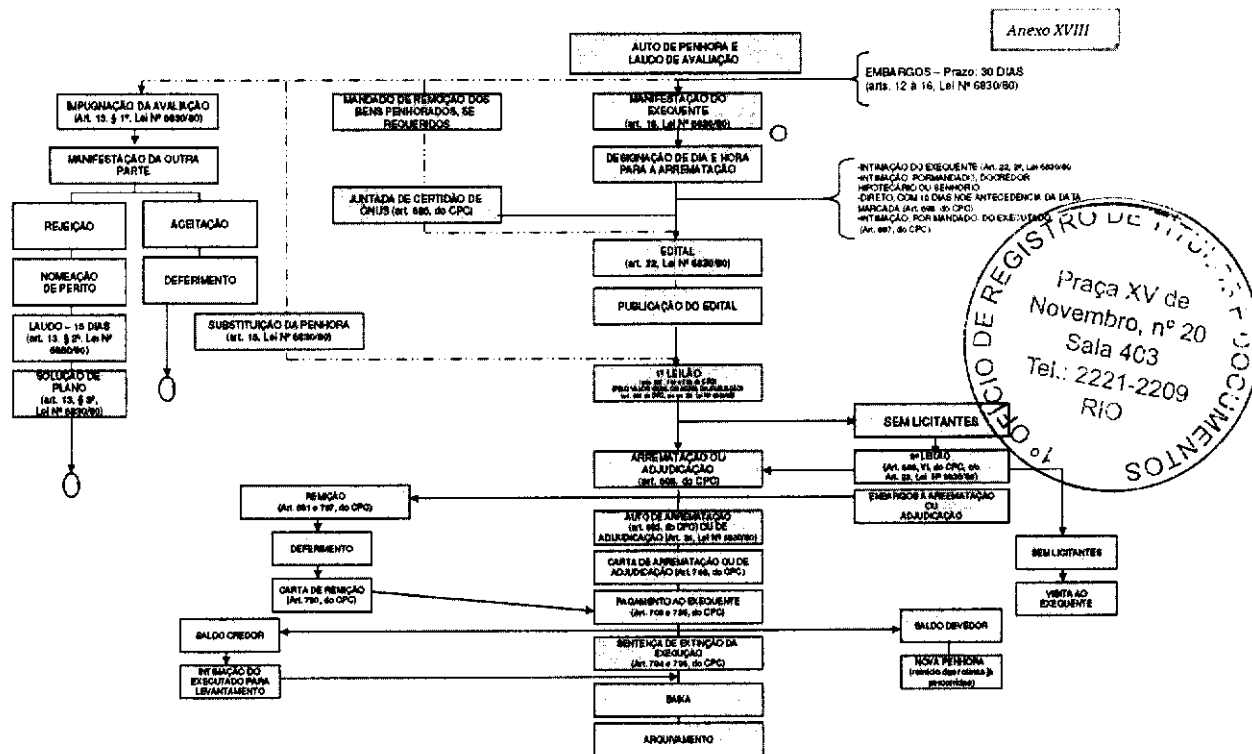
Roteiro de requerimentos mais comuns na Execução Fiscal

- Executado citado – penhora de dinheiro
- Os depósitos são insuficientes – intimação para efetuar-los
- Não efetuou depósitos – intimação para efetuar-los sob pena de prisão
- Continuou a não depositar – prisão do depositário
- Depois da penhora não é encontrado – pesquisa e inclusão dos sócios
- Pagou custas para o parcelamento e não o efetuou – penhora de dinheiro
- Executado não encontrado – citação por edital
- Executado citado por edital – pesquisa e inclusão de sócios
- Sócio citado – penhora “portas a dentro”
- Sócio não encontrado – citação por edital
- Sócio citado por edital – ofício a DRF
- Resposta da DRF com endereço diferente – nova diligência de citação
- Resposta da DRF com endereço igual – verificar bens
- Não constam bens suficientes – ofício aos bancos
- Não possui contas ou o saldo é baixo – ofício ao 5º e 6º distribuidores
- Possui imóvel – ofício ao RGI, e após, se for o caso, penhora ou arresto
- Não possui imóvel – ofício ao DETRAN
- Novo endereço de sócio não encontrado – nova diligência de citação
- Possui automóvel – penhora ou arresto
- Novo endereço de sócio não encontrado – nova diligência de citação



Anexo XVIII





Branca ou Azul

Anexo XIX

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
Secretaria Municipal de Economia e Finanças
FDDA - Departamento de Dívida Ativa

Inscrição nº:
Contribuinte:
CPF:
Endereço do Imóvel:

Senhor Contribuinte,

Não registamos o pagamento do seu cambial emitido de IPTU.

Caso V.Sª não tenha recebido o cambial e não tenha sido soltado uma 2ª via, poderá fazê-lo através do Fale Contribuinte (21) 2773-5188 ou pelo Fax (21) 2667-4919 que nos remeteremos ao guichê pelo correio.

Caso devesse parcelar o seu débito, deverá comparecer à Central de Atendimento ao Contribuinte na Rua Dr. Afonso Figueira de Moraes, 57/55, Centro Nova Iguaçu, no horário de 9h às 18h.

Caso V.Sª tenha quitado o débito acima referido, solicitamos a gentileza de enviar a este Departamento, via correio ou fax, cópia legível dos comprovantes de pagamento.

Títulos

Anos

IPTU

Valor Total: R\$

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Secretaria Municipal de Economia e Finanças
FDDA - Departamento de Dívida Ativa

Assinatura: _____ Data: _____

Assinatura: _____ Data: _____



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
Secretaria Municipal de Economia e Finanças
FDDA - Departamento de Dívida Ativa

Inscrição nº:
Contribuinte:
CPF/CNPJ:
Endereço do Imóvel:

De: Contribuinte

Não damos de entrada esta notificação concernente aos seus registros dentro de sua responsabilidade conforme demonstramos abaixo.

Caso V.Sª não tenha recebido o cambial e não tenha sido soltado uma 2ª via, poderá fazê-lo através do Fale Contribuinte (21) 2773-5188 que nos remeteremos ao guichê pelo correio.

Caso devesse parcelar seu débito, deverá comparecer à Central de Atendimento ao Contribuinte na Rua Dr. Afonso Figueira de Moraes, 57/55, Centro Nova Iguaçu, no horário de 9h às 18h.

Caso V.Sª tenha quitado o débito acima referido, solicitamos a gentileza de enviar a este Departamento, via correio ou fax, cópia legível dos comprovantes de pagamento.

Títulos

Anos

LAXAS

Valor Total: R\$

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Secretaria Municipal de Economia e Finanças
FDDA - Departamento de Dívida Ativa

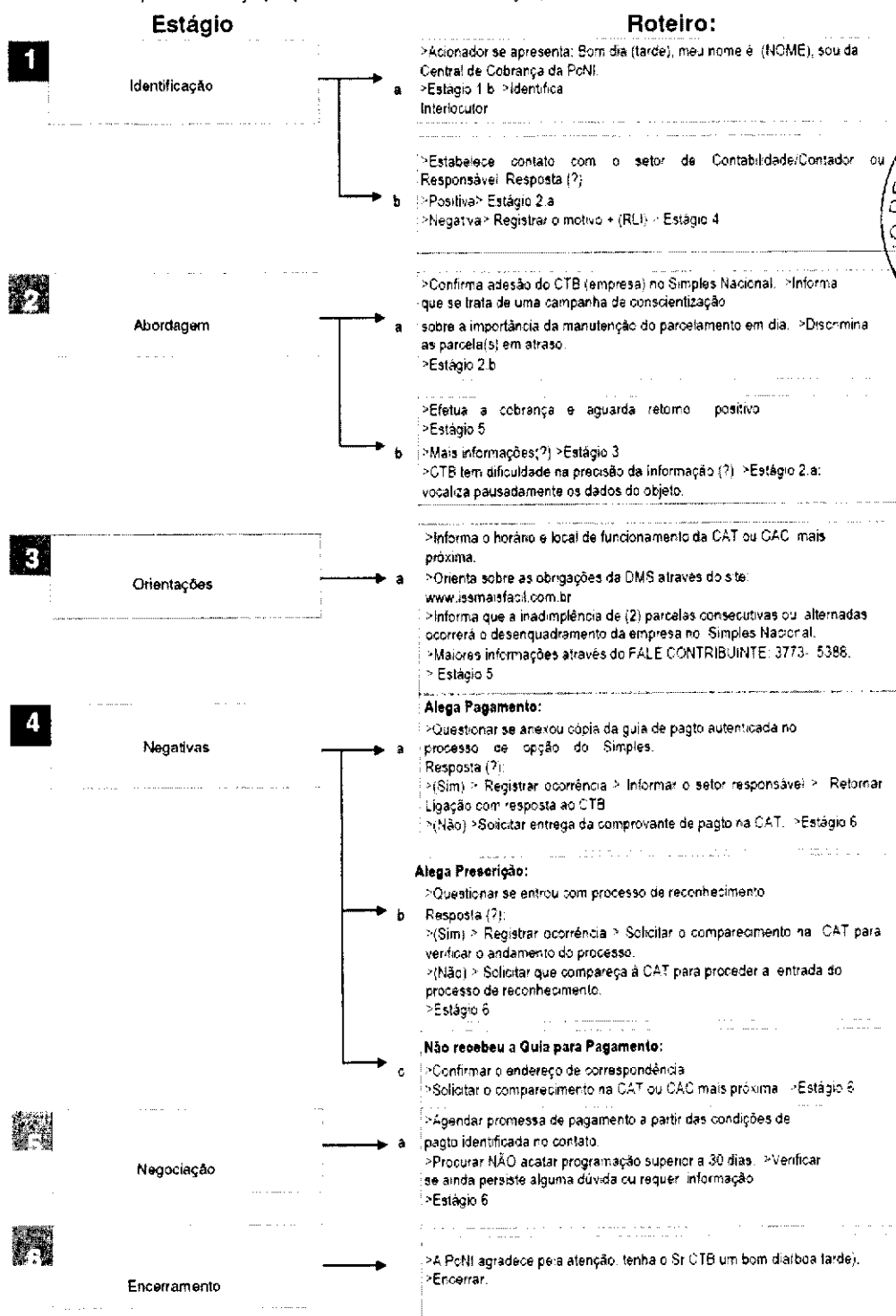
Assinatura: _____ Data: _____

Assinatura: _____ Data: _____



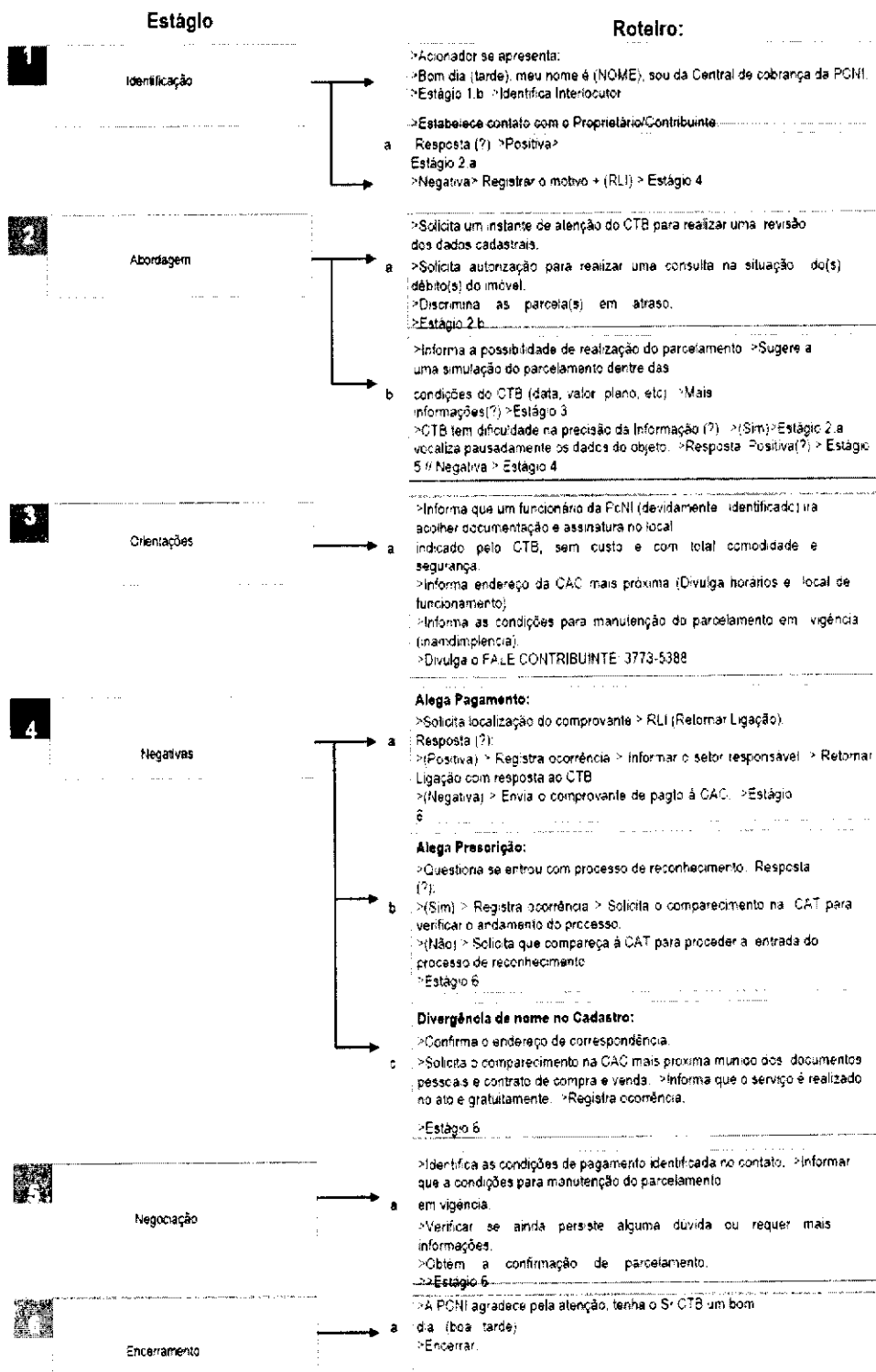
Anexo XX

Script de Cobrança (Empresas Prestadoras de Serviços)



Anexo XX

Script de Cobrança (IPTU)



ANEXO VII - SUPLEMENTO

Suplemento das Quotas Seniores do Município de Nova Iguaçu – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Direitos ao Recebimento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa

1. Suplemento (o “Suplemento”) referente as Quotas Seniores, no total de [•] quotas a serem distribuídas nos termos do regulamento do “MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA”, registrado sob o nº [•] no [•]º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [•] administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administradora”). Os documentos necessários ao registro da presente distribuição, nos termos da Instrução CVM, serão devidamente protocolados pela Administradora na CVM.
2. A Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores é de [[•]] ([[•]])).
3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no item (3.1) do Capítulo I do Regulamento.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•].

FUNDO/ADMINISTRADORA:

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A., na qualidade de administradora do
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE
CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

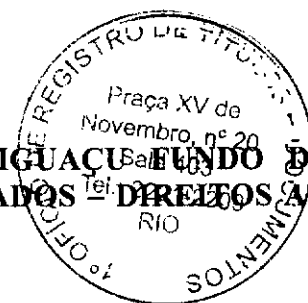
Nome:

RG:

CPF:



ANEXO VIII – TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO



Termo de Adesão ao Regulamento do MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

À

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. [●]

Eu, [●] [nome completo], [com sede] [residente] na [●] inscrito(a) no [CNPJ] [CPF] sob o nº [●], na qualidade de investidor do **MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA** (o “Fundo”), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”), tendo como Diretor Designado o Sr. [●], declaro:

I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do regulamento do Fundo e do Prospecto datado de [●], de distribuição de suas Quotas, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido, bem como ciente da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

II. Estar de acordo e ciente de que:

- a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem qualquer garantia, inclusive da Administradora, dos Distribuidores das Quotas do Fundo, de seu Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;
- b) não obstante a manutenção por parte da Administradora, de sistema de gerenciamento de riscos, não é possível eliminar-se o risco de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, os Distribuidores das Quotas do Fundo, seu Custodiante ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para as Quotas do Fundo, para os Direitos Creditórios subjacentes ou para outros ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas ou da eventual liquidação do Fundo, entre outros eventos exemplificativamente descritos no Capítulo Nove do Regulamento do Fundo, os quais foram lidos e perfeitamente compreendidos;

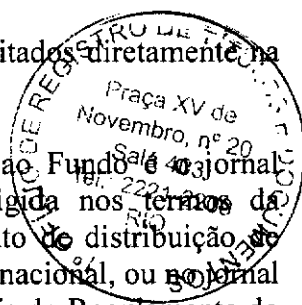
- c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;
- d) os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na conta corrente de titularidade do Fundo nº [•], na agência [•] do [•];
- e) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo é o jornal “Mercantil”, caso a publicação de anúncio seja expressamente exigida nos termos da legislação aplicável, exceto pelos anúncios de início e de encerramento de distribuição de Quotas, os quais serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, ou no jornal “Monitor Mercantil”, nos termos do item (22.1) do Capítulo Vinte e Dois do Regulamento do Fundo;
- f) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409, que aceitem os riscos relacionados ao investimento nas Quotas do Fundo, conforme descritos no Regulamento, inclusive fundos de investimentos e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento habilitados a adquirir quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, nos termos da Instrução CVM nº 409; e
- g) a taxa de administração do Fundo encontra-se descrita no Capítulo Sete do Regulamento do Fundo, a qual foi lida detalhadamente e perfeitamente compreendida.

III. Finalmente, nos termos do item (11.4) do Capítulo Onze do Regulamento do Fundo, as comunicações a mim enviadas pela Administradora e pelo Custodiante do Fundo deverão ser encaminhadas aos cuidados do Senhor [•] [qualificar], no seguinte endereço: [endereço completo] e e-mail [•].

(Local e data)

Nome:

Cargo:



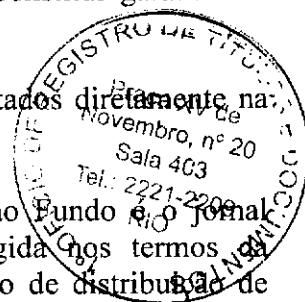
- c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;
- d) os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na conta corrente de titularidade do Fundo nº [•], na agência [•] do [•];
- e) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo é o jornal “Mercantil”, caso a publicação de anúncio seja expressamente exigida nos termos da legislação aplicável, exceto pelos anúncios de início e de encerramento de distribuição de Quotas, os quais serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, ou no jornal “Monitor Mercantil”, nos termos do item (22.1) do Capítulo Vinte e Dois do Regulamento do Fundo;
- f) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409, que aceitem os riscos relacionados ao investimento nas Quotas do Fundo, conforme descritos no Regulamento, inclusive fundos de investimentos e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento habilitados a adquirir quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, nos termos da Instrução CVM nº 409; e
- g) a taxa de administração do Fundo encontra-se descrita no Capítulo Sete do Regulamento do Fundo, a qual foi lida detalhadamente e perfeitamente compreendida.

III. Finalmente, nos termos do item (11.4) do Capítulo Onze do Regulamento do Fundo, as comunicações a mim enviadas pela Administradora e pelo Custodiante do Fundo deverão ser encaminhadas aos cuidados do Senhor [•] [qualificar], no seguinte endereço: [endereço completo] e e-mail [•].

(Local e data)

Nome:

Cargo:



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 4 – SUPLEMENTO

(A ser inserido após encerramento do procedimento de *bookbuilding*)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 5 – LEI AUTORIZATIVA



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
GABINETE DO PREFEITO**

Lei nº 3.878, de 11 de outubro de 2007.

“Autoriza o Município de Nova Iguaçu a ceder o direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo do pagamento dos débitos tributários ou não-tributários, parcelados ou não parcelados, inscritos ou não inscritos em Dívida Ativa, em fase de cobrança administrativa ou judicial, que compõem a carteira municipal e cujos fatos geradores tenham ocorrido entre 1996 e 2007”.

Autor: Prefeito Municipal

Art. 1º. Fica o Município de Nova Iguaçu autorizado a ceder o direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo do pagamento dos débitos tributários ou não tributários, parcelados ou não parcelados, inscritos ou não inscritos em Dívida Ativa, em fase de cobrança administrativa ou judicial, que compõem a carteira municipal e cujos fatos geradores tenham ocorrido entre 1996 e 2007.

Parágrafo 1º. Em qualquer hipótese, a cessão deverá se referir a tributos ou dívidas vencidos e não pagos nos respectivos vencimentos.

Parágrafo 2º. Os recursos advindos da cessão dos direitos cedidos no *caput* poderão servir para viabilizar os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, além de outros previstos nos programas de investimentos do Plano Plurianual vigente e demais revisões, objetivando a execução de obras de saneamento, infraestrutura e urbanização no Município.

Parágrafo 3º. A cessão prevista no *caput* deste artigo não compreende os valores referentes aos honorários advocatícios, devidos na forma da legislação municipal, assim como aqueles referentes aos percentuais das receitas tributárias constitucionalmente destinadas a propósitos específicos.

Art. 2º. A cessão ora autorizada não extingue ou altera a obrigação tributária, assim como não extingue o crédito tributário contabilizado no fluxo cedido ou modifica sua natureza, ficando preservadas todas as suas garantias e privilégios.

Art. 3º. Permanecerão sob titularidade e integral responsabilidade do Município de Nova Iguaçu todos os atos e procedimentos relacionados à cobrança dos créditos tributários municipais, tanto administrativamente, por meio do órgão municipal competente, como em juízo, por meio da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º. Fica autorizada a instituição de Fundo Financeiro nos exercícios de 2008 e seguintes para viabilizar as operações autorizadas pelo artigo primeiro desta Lei.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, 11 de outubro de 2007.

LINDBERGH FARIAS
Prefeito



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
GABINETE DO PREFEITO**

Lei nº 3.929, de 04 de junho de 2008.

“Altera dispositivos da Lei 3.878/2007,
de 11 de outubro de 2007”.

Autor: Prefeito Municipal

Art. 1º. A Lei n. 3.878/2007, de 11 de outubro de 2007, no parágrafo 3º do artigo 1º, passa a vigorar com a seguinte nova redação, acrescentando-se ainda, nele, os parágrafos 4º e 5º, conforme abaixo, mantendo-se inalterados os demais dispositivos:

“Art. 1º. ...omissis

Parágrafo 3º. A cessão prevista no *caput* deste artigo não compreende os valores referentes aos honorários advocatícios, devidos na forma da legislação municipal.

Parágrafo 4º. Nas hipóteses de anulação do lançamento ou da inscrição na dívida ativa, de extinção total ou parcial do direito creditório por decisão judicial transitada em julgado, decisão administrativa irreformável, prescrição ou decadência, anistia e remissão, compensação, transação, conversão de depósito em renda, ou dação em pagamento, bem como nos casos de rescisão ou revogação do parcelamento, ou alteração das condições de parcelamento que as torne mais benéficas aos contribuintes, fica autorizada a substituição do direito cedido por outro crédito cujo fato gerador tenha ocorrido em data posterior ao exercício de 2007, observado, na data da formalização da substituição, o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

Parágrafo 5º. No caso de mais de uma distribuição, fica autorizada a cessão de créditos originados em data posterior à constituição do Fundo, observado, na data da formalização da cessão, o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.”

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, 04 de junho de 2008.

LINDBERGH FARIAS
Prefeito

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 6 – PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO, CONTROLE E COBRANÇA

DÍVIDA ATIVA
Manual de Procedimentos

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

APRESENTAÇÃO

Este trabalho conjunto, elaborado pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças e Procuradoria Geral do Município, intitulado Dívida Ativa – Manual de Procedimentos, tem por objetivo instituir regras e procedimentos para a cobrança e recebimento dos créditos municipais inadimplidos e inscritos ou não em Dívida Ativa na Cidade de Nova Iguaçu.

A Dívida Ativa, regulamentada a partir da legislação pertinente, abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas definidas no Calendário Anual de Recolhimentos de Tributos de Nova Iguaçu: CATRINI.

As rotinas e procedimentos descritos neste Manual, tanto pela necessidade, quanto pela relevância, representam um impacto significativo na transparência da cobrança dos créditos da Fazenda Pública Municipal. Sua aplicação, os benefícios dela decorrentes e seu aperfeiçoamento constituem tarefa de todos aqueles que, sob qualquer enfoque, detenham responsabilidade sobre a cobrança dos créditos inadimplidos da Fazenda Municipal.

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

DIVISÃO DA DÍVIDA ATIVA NO MUNICÍPIO	4
PRAZOS	4
DEVERES	6
PAGAMENTO DA DÍVIDA	7
PARCELAMENTO PARA PESSOA FÍSICA	7
PARCELAMENTO PARA PESSOA JURÍDICA	8
PARCELAMENTO DE OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS	8
REPARCELAMENTO	8
PROCEDIMENTO DE PARCELAMENTO NO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO – STAR	9

CAPÍTULO II

EXECUÇÃO FISCAL	13
-----------------	----

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DE COBRANÇA	16
-------------------------	----

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

CAPÍTULO I

DIVISÃO DA DÍVIDA ATIVA NO MUNICÍPIO

A Dívida Ativa do Município pode ser de natureza:

- ✓ **Tributária:** Impostos, taxas, contribuições de melhoria e respectivos adicionais e multas.
- ✓ **Não Tributária:** os demais créditos decorrentes de obrigações, de qualquer origem ou modalidade, exceto as tributárias.

A Dívida Ativa do Município de Nova Iguaçu divide-se em:

- ✓ **Dívida Ativa Administrativa não inscrita** (créditos de natureza tributária ou não, decorrentes de obrigações vencidas de qualquer origem ou modalidade, em fase de cobrança amigável, ainda não inscritos no Livro da Dívida Ativa);
- ✓ **Dívida Ativa inscrita no Livro da Dívida Ativa** (créditos de natureza tributária ou não, regularmente inscritos no Livro da Dívida Ativa, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, por lei ou por decisão final proferida em processo regular e após esgotado o prazo de cobrança amigável);
- ✓ **Dívida Ativa Judicial** (créditos de natureza tributária ou não, após o início do procedimento de execução fiscal, nos termos da Lei Federal n. 6.830/80).

PRAZOS

Os créditos devidos a Fazenda Pública serão considerados:

DÍVIDA	CRÉDITO	PRAZO
Dívida Administrativa não inscrita	IPTU	Dia 1º de janeiro do ano subsequente ao do vencimento da obrigação tributária
	ISS	Primeiro dia útil subsequente ao do vencimento da obrigação tributária
	ITBI	Primeiro dia útil subsequente ao do vencimento da obrigação tributária
	Taxas, de serviço ou de polícia, de Contribuição de Melhoria e de Contribuição para o custeio do Serviço de Iluminação Pública	Primeiro dia do mês seguinte ao do vencimento da obrigação tributária
	Não tributário	A partir do dia seguinte àquele em que deveriam ter sido pagos

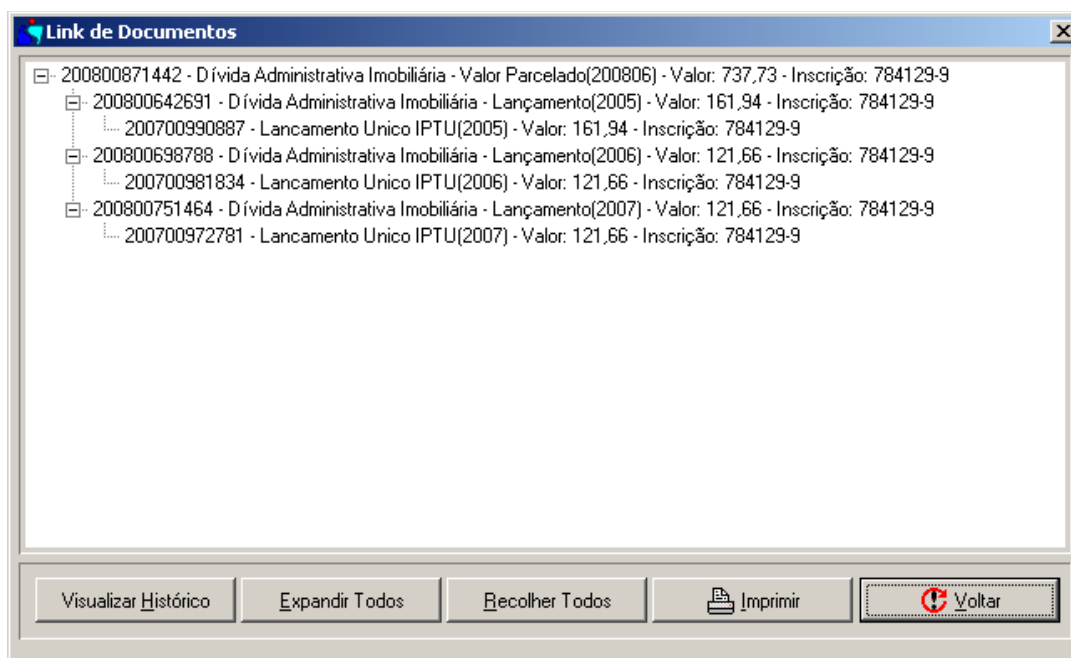
DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

Dívida Administrativa inscrita no Livro de Dívida Ativa (CDA)¹	IPTU	Até o mês de março do segundo ano subsequente ao do vencimento da obrigação tributária
	ISS	Em aproximadamente 90 (noventa) dias contados do vencimento da obrigação tributária
	ITBI	Em aproximadamente 90 (noventa) dias contados do vencimento da obrigação tributária
	Taxas incidentes sobre imóveis e atividades econômicas, de serviço ou de polícia	Até o mês de março do segundo ano subsequente ao do vencimento da obrigação tributária
	Contribuição de Melhoria e da Contribuição para o custeio do Serviço de Iluminação Pública	No mês seguinte ao do vencimento da obrigação tributária

No momento em que fica configurada a inadimplência, conforme prazos estabelecidos no quadro acima, o Sistema de Tributação – STAR transfere o crédito tributário para o módulo da Dívida Ativa, gerando um novo número de título que vai identificar essa dívida. Importante esclarecer que o novo título fica agrupado ao título origem, gerado pelo Sistema de Tributação – STAR no momento do lançamento tributário, marco jurídico da constituição do crédito tributário. Segue abaixo tela do Sistema de Tributação e Arrecadação – STAR demonstrando o referido agrupamento:

¹ As Certidões de Dívida Ativa (CDA) geradas pela inscrição do crédito inadimplido no Livro da Dívida Ativa serão remetidas à Procuradoria Geral do Município para ajuizamento da competente ação de execução fiscal, caso não pagas em até 90 (noventa) dias após a notificação de inscrição em Dívida Ativa Administrativa.

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos



Segue nos Anexos I e II linha do tempo que descreve os procedimentos de cobrança dos contribuintes inadimplentes de IPTU e ISS.

A Certidão de Dívida Ativa – CDA representa a dívida existente no momento de sua origem (valor principal), mais acréscimos moratórios e multa fiscal (quando for o caso), inclusive atualização monetária. A partir da geração da Certidão de Dívida Ativa – CDA, a dívida passa a ser identificada pelo número gerado automaticamente e sequencialmente pelo Sistema de Tributação – STAR. Exemplo: 2008/000001 (Ano de geração/6 dígitos sequenciais). A Certidão de Dívida Ativa – CDA também fica agrupada ao título origem.

Segue no Anexo III modelo de Certidão de Dívida Ativa - CDA implantada e gerada pelo Sistema de Tributação – STAR.

Após a geração da Certidão de Dívida Ativa – CDA e conseqüente inscrição no Livro de Dívida Ativa, a Secretaria de Economia e Finanças – SEMEF emite a Notificação de Inscrição em Dívida Ativa, constante no Capítulo III.

DEVERES

O Departamento de Dívida Ativa (DDA/SEMEF) deverá encaminhar semanalmente à Procuradoria de Dívida Ativa (PDA/PGM) os seguintes relatórios para as providências:

- ✓ Listagem dos parcelamentos efetuados, para solicitação de sobrestamento da ação de execução fiscal;
- ✓ Listagem dos parcelamentos quitados, para solicitação de extinção da ação de execução fiscal;
- ✓ Listagem dos parcelamentos cancelados por atraso no pagamento, para solicitação da continuidade do processo de execução fiscal pelo saldo remanescente.

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

A cobrança extrajudicial da Dívida Ativa Administrativa do Município de Nova Iguaçu cabe à Secretaria Municipal de Economia e Finanças, competindo à Procuradoria Geral do Município o exercício do controle da juridicidade do procedimento de inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança judicial dos créditos municipais.

Nos termos do convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a execução fiscal será precedida de distribuição eletrônica dos processos judiciais, mediante troca de arquivos entre a Procuradoria Geral do Município e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

PAGAMENTO DA DÍVIDA

Os créditos municipais não pagos na forma e prazos estabelecidos pela legislação tributária (quadro constante no item 2), inscritos ou não em dívida ativa, ainda que em fase de execução judicial, poderão ser pagos à vista ou de modo parcelado, em prestações mensais e sucessivas, observando-se:

- ✓ o valor da dívida será atualizado monetariamente até a data do pedido de parcelamento, acrescido dos juros de mora e multa de mora, nos termos do art. 692 da Lei Complementar Municipal nº 3.411/2002 e demais acréscimos pecuniários previstos na legislação em vigor, sendo o seu valor consolidado expresso em reais;
- ✓ para parcelamentos em até 10 (dez) prestações, inclusive, não haverá a incidência de juros vincendos;
- ✓ para parcelamentos com mais de 10 (dez) prestações, serão acrescidos juros vincendos, no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês, acrescido do valor pela emissão da guia, nos termos da Lei n. 3447/2002.

No caso de denúncia espontânea, nos termos do art. 138 da Lei 5.172/66 (Código Tributário Nacional), quando acompanhado do pagamento à vista do débito, haverá a exclusão da incidência da multa de mora. Quando o pagamento for parcelado em até 03 (três) cotas mensais e sucessivas para débitos superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) também haverá exclusão da incidência da multa de mora. Em ambos os casos a exclusão somente ocorrerá se o contribuinte comparecer espontaneamente antes de qualquer ação de cobrança administrativa ou judicial.

PARCELAMENTO PARA PESSOA FÍSICA

O parcelamento de dívida do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, Taxa de Lixo residencial e ISS autônomo poderá ser realizado em até 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, respeitando-se, todavia, o limite mínimo de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) para cada prestação que ainda será acrescida da taxa de expediente, sendo facultado ao contribuinte a escolha do dia de vencimento das prestações.

O parcelamento deverá ser deferido mediante a apresentação dos seguintes documentos originais e respectivas cópias:

- ✓ Em caso de comparecimento pessoal do próprio Contribuinte, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de residência;

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

- ✓ Em caso de comparecimento de terceiro, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência e instrumento de Procuração de próprio punho;
- ✓ Em caso de contribuinte já falecido, atestado de óbito, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de residência do Requerente;
- ✓ Em caso do comparecimento do cônjuge, deverão ser apresentados os documentos de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência e certidão de casamento;
- ✓ Em caso do comparecimento de filho, deverão ser apresentados os documentos de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência e documento que comprove a filiação, que pode ser o RG do requerente;

PARCELAMENTO PARA PESSOA JURÍDICA

O parcelamento de dívida do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, Taxa de Lixo comercial, ISS empresa e Taxas incidentes sobre a atividade econômica, poderá ser realizado em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, respeitando-se, todavia, o valor mínimo de R\$ 96,00 (noventa e seis reais) para cada parcela acrescida da taxa de expediente, sendo facultado ao contribuinte a escolha do dia do vencimento das prestações.

O parcelamento deverá ser deferido mediante a apresentação dos seguintes documentos originais e respectivas cópias:

- ✓ Em caso de comparecimento pessoal de um dos sócios: documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência do mesmo, além de CNPJ, contrato social, ata de constituição ou estatuto social;
- ✓ Em caso de comparecimento do representante contábil, contrato de prestação de serviços ou o CICON – Cartão de Identificação do Contribuinte original;
- ✓ Em caso de comparecimento de Procurador, documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF, comprovante de residência e instrumento de Procuração em que constem poderes específicos.

PARCELAMENTO DE OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

Na hipótese de legalização de imóveis, o valor das taxas, preço público, mais valia e o ISS de obra, poderá ser parcelado em até 03 (três) meses.

Não são passíveis de parcelamento os débitos de ITBI e demais créditos decorrentes de obrigações, de qualquer origem ou modalidade, exceto as tributárias, devidas à Fazenda Pública Municipal, como por exemplo, as multas de posturas, meio ambiente, vigilância sanitária, obras e aquelas oriundas das infrações à legislação de trânsito.

REPARCELAMENTO

Na hipótese de atraso no pagamento de duas parcelas consecutivas ou três intercaladas, o acordo poderá ser cancelado de ofício e o saldo a pagar será imediatamente inscrito em dívida ativa.

O cancelamento do parcelamento por atraso no pagamento das parcelas dará ao requerente o direito de obter:

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

- ✓ Um parcelamento do débito, condicionado o deferimento do mesmo ao pagamento à vista de 20% (vinte por cento) do saldo remanescente;
- ✓ Um último parcelamento do débito, condicionado o deferimento do mesmo ao pagamento à vista de 50% (cinquenta por cento) do saldo remanescente.

PROCEDIMENTO DE PARCELAMENTO NO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO - STAR

Parcelamento de Dívida Ativa Administrativa não inscrita - IPTU

Para efetuar o parcelamento ou reparcelamento de dívida administrativa não inscrita deverá o atendente/usuário acessar o módulo de TÍTULOS – DÍVIDA ADMINISTRATIVA – IPTU – ACORDOS caso queira efetuar parcelamento referente ao IPTU.

Ao clicar em NOVO o sistema demonstrará toda a dívida passível de parcelamento ou reparcelamento ao atendente/usuário. Nesta tela o atendente/usuário poderá simular a quantidade máxima de parcelas para pagamento, tendo em vista que o STAR está parametrizado de acordo com a Legislação Municipal.

Ao finalizar o parcelamento será impresso automaticamente o Termo de Parcelamento que deverá ser assinado pelo contribuinte e pelo atendente/usuário, devendo o mesmo ser arquivado no Departamento de Dívida Ativa. Posteriormente serão impressas as Fichas Nacionais de Compensação referentes ao crédito parcelado.

Segue abaixo a tela mencionada do sistema e modelo da Ficha Nacional de Compensação.

Tributos - Imóvel

IPTU | TCR | Dívida Adm. IPTU | Dívida Adm. TCR

Inscrição do Imóvel: Localização Cart. Atual:
Localização Cart. Anterior: CNPJ/CPF:
Proprietário: **Dados do Imóvel**

Acordos

Nº Título	Processo	Valor	Receita	Situação	Data	Usuário

Exercícios do Acordo

Exercício	Imóvel

Parcelas

Nº Parcela	Valor	Vencimento	Situação

Detalhe da Parcela **Calcular Parcelas**

Alterar Título **Histórico do Título** **Alterar Parcela**
Ver Pagamentos **Imprimir Termo de Parcelamento** **Imprimir Parcelamento**

F7 - Associar Exercício ao Parcelamento F4 - Reativar Parcela do Parcelamento
F2 - Excluir Exercício do Parcelamento F3 - Associar Processo ao Parcelamento F5 - Verificar Reparcimentos

Lançamentos da Dívida **Acordos da Dívida**

Novo **Salvar** **Excluir** **Cancelar** **Imprimir** **Pesquisar** **Fechar**

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

HSBC 399-9 Parcela: 01/04 Vencimento: 14/03/2008		HSBC 399-9 39993.76399 94080.018115 72001.074821 38110000003362	
Agência/Código cedente: 3783994 Nosso número/Título: 0600181172001 - 206800181172 Espécie: REAL Nº do documento: 784129-9 Valor a pagar: 33,62 (-) Desconto: Outras Deduções: (=) Montante: (=) Outros Acréscimos: (=) Valor cobrado:		Local de pagamento: PAGAR PREFERENCIALMENTE NAS AGÊNCIAS HSBC Parcela: 01/04 Vencimento: 14/03/2008 Cedente: PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU Data do documento: 17/06/2008 Nº do documento: 784129-9 Espécie doc: CU Acerto: N Data process.: 17/06/2008 Uso do Ranco: Caixa: CNR Espécie: REAL Número do Registro: 784129-9 Número do Título: 206800181172 Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): Sacado: Sacador/Avulista: Cédulas: Autenticação mecânica/Ficha de compensação:	
Recibo do sacado			

Os campos acima destacados referem-se ao vencimento, número da parcela e número do título.

Importante destacar que, caso ocorra no Município processo de securitização do estoque de dívida ativa, deverá constar no campo TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE que o crédito foi cedido.

Parcelamento de Dívida Ativa Administrativa não inscrita – ISS E TAXAS

Para efetuar o parcelamento ou reparcèlement de dívida administrativa não inscrita deverá o atendente/usuário acessar o módulo de TÍTULOS – DÍVIDA ADMINISTRATIVA – ISS & TAXAS – ACORDOS caso queira efetuar parcelamento referente ao ISS ou Taxas.

Ao clicar em NOVO o sistema demonstrará toda a dívida passível de parcelamento ou reparcèlement ao atendente/usuário. Nesta tela o atendente/usuário poderá simular a quantidade máxima de parcelas para pagamento, tendo em vista que o STAR está parametrizado de acordo com a Legislação Municipal.

Ao finalizar o parcelamento será impresso automaticamente o Termo de Parcelamento que deverá ser assinado pelo contribuinte e pelo atendente/usuário, devendo o mesmo ser arquivado no Departamento de Dívida Ativa. Posteriormente serão impressas as Fichas Nacionais de Compensação referentes ao crédito parcelado.

A seguir a tela mencionada do sistema.

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

Tributos - Contribuinte Mercantil

ISS Declarado | Auto Infração & Notificações | Dívida Adm. - ISS & Taxas

Inscrição: CNPJ/CPF: Situação:

Contribuinte:

Nome Fant.: Dados do Endereço

Atividade: Razão do Contribuinte

Acordos

Nº Título	Processo	Valor	Receita	Situação	Data	Usuário
/	/					

Períodos do Acordo

Período	Inscrição
/	

Parcelas

Nº Parcela	Valor	Vencimento	Situação

Detalhe das Parcelas | Calcular Parcelas

Cancelar Título | Ver Pagamentos | Alterar Parcela | Imprimir Termo de Parcelamento | Informar Observação

F7 -> Associar Período ao Parcelamento | F4 -> Reativar Parcela do Parcelamento
F2 -> Excluir Período do Parcelamento | F3 -> Associar Processo ao Parcelamento

Lançamentos da Dívida | Acordos da Dívida

Novo | Salvar | Excluir | Cancelar | Imprimir | Pesquisar | Fechar

As Fichas Nacionais de Compensação referentes ao crédito parcelado de Dívida Ativa não inscrita de ISS e Taxas possuem o mesmo modelo da apresentada anteriormente.

Importante destacar que, caso ocorra no Município processo de securitização do estoque de dívida ativa, também deverá constar no campo TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE que o crédito foi cedido.

Parcelamento de Dívida Ativa Inscrita – CDA ou Executada

Para efetuar o parcelamento ou reparcèlement de dívida ativa inscrita ou executada deverá o atendente/usuário acessar o módulo de TÍTULOS – DÍVIDA ATIVA (CDA's) – ACORDOS caso queira efetuar parcelamento referente a todos os tributos inscritos em dívida ativa (CDA) ou executados..

Ao clicar em NOVO o sistema demonstrará toda a dívida inscrita ou ajuizada passível de parcelamento ou reparcèlement ao atendente/usuário. Nesta tela o atendente/usuário poderá simular a quantidade máxima de parcelas para pagamento, tendo em vista que o STAR está parametrizado de acordo com a Legislação Municipal.

Ao finalizar o parcelamento será impresso automaticamente o Termo de Parcelamento que deverá ser assinado pelo contribuinte e pelo atendente/usuário, devendo o mesmo ser arquivado no Departamento de Dívida Ativa.

Importante esclarecer que não é possível o parcelamento conjunto de dívida ativa inscrita (CDA) com dívida executada, pois a dívida executada possui cobrança compartilhada (Taxas Judiciais + Custas Judiciais + CAARJ + Honorários + Tributo) junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e ao Banco Arrecadador. Tais valores compartilhados são visíveis no módulo citado.

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

Segue abaixo a tela mencionada do sistema e modelo da Ficha Nacional de Compensação de parcelamento de dívida Ativa Inscrita – CDA ou Executada.

Títulos - Dívida Ativa (CDA's)

CDA

Nº CDA: /
 Inscrição: /
 Contribuinte: /

☒ Contribuinte Mercantil ☐ Imóvel ☐ Demais Dados

Acordos

Nº Título	Valor	Nº do Processo	Receita	Situação	Data	Usuário
/		/				

CDA's do Acordo

Nº Parcela	Valor	Vencimento	Situação
/			

Alterar Título Alterar Parcela Ver Pagamentos
Imprimir Req./Termo de Parcelam. Imprimir Parcelamento

F2 -> Retira CDA do Acordo F4 -> Reativar Parcela
 F3 -> Associa Parcela ao Pgto F7 -> Associa CDA ao Acordo F5 -> Verificar Reparcimentos

CDA's Acordos CDA

Novo Salvar Excluir Cancelar Imprimir Pesquisar Imprimir com Honorários Fechar

RECIBO DO SACADO

Santander | 033-7 | 03399.16769 83000.000006 09566.301017 3 38490000059429

Parcela 01/03 Vencimento 21/04/2008

Agência / Código do cedente 1521/1676830
 Nosso número 000000095663

Espécie	Nº do Documento	Quantidade	Valor
DA II	0000005663		
(=) Valor do documento			594,29
(-) Desconto/Abatimento			0,00
(-) Outras Deduções			0,00
(+) Mora/Multa/Juros			0,00
(+) Outros Acréscimos			0,00
(=) Valor cobrado			594,29

Recado

TRIBUTO

Parcela 01/03

CDA's do Parcelamento:
 2007/108621 (Nº Exec: 2007.008.015.736-9 Var: 223504).

Receita 6083-Dívida Mercantil (CDA) - Valor Nº Processo 2008/003277

IDENTIFICAÇÃO DA RECEITA
 Autenticação mecânica no verso

Ficha de Compensação

Local de pagamento: **Pagar preferencialmente no Grupo Santander - G.C.**

Cedente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**

Data do documento	Nº do Documento	Espécie doc.	Assente	Data de Processamento
18/04/2008	0000005663	DAM	N	16/04/2008

Nº de conta/Respons. Carteira CR Espécie REAL Quantidade Valor

Instituições (Texto de Responsabilidade do Cedente):
 CDA's do Parcelamento: 2007/108621 (Nº Exec: 2007.038.015.736-9 Var: 223504).

Não receber após Vencimento
 Sr. CADA só receber este pagamento 48 horas a contar da data de processamento.

Valor do Documento	R\$	397,02
TAXAS Judiciais	R\$	0,00
Custas Judiciais	R\$	70,41
CMASJ	R\$	4,54
Despesas de Cobrança	R\$	3,20
Valor Honorários	R\$	119,12
Valor Total	R\$	594,29

Receita 6083-Dívida Mercantil (CDA) - Valor Parcelado
 Título/Parcela: 200800419481/01 Nº do Proc: 2008/003277

Sobras: CNPJ/CNP: Inscrição: Bairro/CEP:

Nome: Endereço: Autenticação Mecânica

FICHA DE COMPENSAÇÃO

Os campos acima destacados referem-se a data do vencimento, número da parcela, número da CDA, número do processo executivo, número do título e compartilhamento da receita.

Importante destacar que, caso ocorra no Município processo de securitização do estoque de dívida ativa, deverá constar no campo TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE que o crédito foi cedido.

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

CAPÍTULO II

EXECUÇÃO FISCAL

Após todas as tentativas de cobrança amigável (extrajudicial) do débito, caso o mesmo não seja liquidado pelo contribuinte, a Procuradoria Geral do Município inicia o Processo de Execução Fiscal, regulado pela Lei 6.830/80, seguindo no Anexo XVI modelo de Petição Inicial utilizado pelo Município para tal ato.

Importante destacar que o ajuizamento das ações é feito de forma eletrônica, conforme convênio existente entre o Município e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Após o envio eletrônico pela Procuradoria Geral do Município do arquivo de ajuizamento da Ação de Execução Fiscal para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o mesmo retorna já com o número do processo judicial de execução, que é inserido automaticamente no Sistema de Tributação e Arrecadação – STAR, modificando o status da dívida para judicial.

Tal mudança de status altera a forma de gerenciamento da dívida, agora atendendo aos requisitos do Convênio mantido com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O Sistema de Tributação e Arrecadação gera os arquivos (Petição Inicial, CDA e Contrafé) a serem impressos e posteriormente entregues no cartório da Dívida Ativa no Fórum.

O Município de Nova Iguaçu, através deste Convênio, absorveu o atendimento ao devedor executado, tendo em vista que o parcelamento é realizado pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças, na forma exposta no CAPÍTULO I.

Após a entrega física da Petição Inicial e CDA no Cartório da Dívida Ativa no Fórum, é enviado para o contribuinte uma cópia das mesmas. Caso o executado não seja encontrado, deverão ser tomadas as seguintes providências pela Procuradoria Geral do Município:

MOTIVO	CAUSA	MEDIDA
Aviso de Recebimento devolvido	Falecimento do Sujeito Passivo	Renovação de Diligência citatória por Oficial de Justiça. (Anexo IV)
	Falecimento do Sujeito Passivo	Se o tributo for IPTU: Oficiar ao registro de Imóveis e procurar processo de inventário no site do TJ/RJ. Se não localizar, requerer por petição (judicial) a suspensão do processo até que sobrevenha a resposta do RGI, quando será requerida a sucessão tributária, nos termos do art.130 do CTN. <u>Demais tributos</u> : Procurar inventário. Solicitar paralelamente, no judicial, à LIGHT, à CEG e à Telemar (Anexo V), bem como no administrativo, oficiar à Receita Federal, ao DETRAN e ao TER/RJ (Anexo VI).

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

Certidão Negativa do OJA	Falecimento do Sujeito Passivo	Se o tributo for <u>IPTU</u> : Oficiar ao registro de Imóveis e procurar processo de inventário no site do TJ/RJ. Se não achar, requer no judicial a suspensão do processo até que sobrevenha a resposta do RGI, quando será requerida a sucessão tributária, nos termos do art.130 do CTN (Anexo VI). <u>Demais tributos</u> : Procurar inventário. Solicitar, paralelamente, no judicial, à LIGHT, à CEG e à Telemar (Anexo V), bem como, no administrativo, oficiar à Receita Federal, ao DETRAN e ao TER/RJ (Anexo VI).
	Endereço não encontrado	Requerer citação por edital (Anexo VII).
	Mudou-se para local desconhecido	Requerer citação por edital (Anexo VII).

Após a Citação por edital ser efetivada, deverão ser tomadas as seguintes medidas:

- ✓ Pessoa Física: Solicitar, no judicial, ofício à LIGHT, à CEG e à Telemar (Anexo V), bem como, no administrativo, oficiar à Receita Federal, ao DETRAN e ao TER/TJ (Anexo VI). Se for IPTU, oficiar ao RGI, para depois pedir a inclusão, no pólo passivo, do novo proprietário, ou, sendo o mesmo proprietário, requerer a alienação do bem.
- ✓ Pessoa Jurídica: **1ª Hipótese.** Não há indicio de dissolução irregular da sociedade, nem funciona outra pessoa jurídica no local, desempenhando a mesma atividade (Ex: 2 clínicas médicas, 2 escolas etc.). **Medida:** Solicitar, no judicial, ofício à LIGHT, à CEG e à Telemar (Anexo V), bem como, no administrativo, oficiar à Receita Federal e ao DETRAN (Anexo VI). **2ª Hipótese.** Causa do desaparecimento: Mudou-se para local desconhecido, sendo que não funciona outra pessoa jurídica no local, desenvolvendo a mesma atividade. **Medida:** Judicial: Requerer a suspensão do processo por 100 dias. (Anexo VIII). No administrativo, oficiar à Receita Federal e à JUCERJA. Posteriormente, com a vinda da resposta positiva, peticionar pela inclusão dos sócios no pólo passivo, com base na dissolução irregular da sociedade (modelo), requerendo penhora no endereço deles. **3ª Hipótese.** Funciona outra pessoa jurídica no local, desenvolvendo a mesma atividade econômica (2 escolas etc.). **Medida:** Peticionar requerendo a sucessão tributária, nos termos do art. 133 do CTN (Anexo XVI).

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

Após a citação do executado com sucesso, e o prazo decorrer sem qualquer manifestação, deverá ser requerido o prosseguimento do feito, com a penhora dos bens, preferencialmente dinheiro (Anexo IX). Caso o oficial de justiça não encontre bens do contribuinte, deverá ser requerida a declaração de indisponibilidade, na forma do art. 185-A do CTN (Anexo X).

O Oficial de justiça encontrando bens do contribuinte que são insuficientes para garantir a execução deverá ser requerido o reforço da penhora, após atualização do débito.

Sendo o executado citado, e o mesmo nomeando bens à penhora, cujo valor seja:

- ✓ **1ª Hipótese.** Valor suficiente para pagamento do débito e dos honorários.
Medida: Concordar com a avaliação. **ATENÇÃO:** 1) A avaliação dos bens pode estar errada (Ex: Televisão de 20 polegadas valendo R\$ 2.000,00). 2) Os bens podem ser de difícil venda (Ex: algumas máquinas de indústria). 3) Os bens podem estar deteriorados (Ex. cadeiras, mesas etc.).
- ✓ **2ª Hipótese.** Valor insuficiente ou qualquer das circunstâncias 1,2 e 3 do item anterior. **Medida:** Não concordar com a nomeação e requerer a penhora de renda. Se a pessoa jurídica não estiver mais funcionando, requerer a inclusão do sócio, por dissolução irregular.

Caso a penhora tenha sido efetivada há muito tempo, como por exemplo, há mais de 2 (dois) anos, não se sabendo ao certo sobre o estado dos bens penhorados, nem sobre a sua localização, deverá ser requerida expedição de mandado de verificação e avaliação (Anexo XI).

Na hipótese da penhora de renda ter sido efetivada e o depositário ter permanecido inerte, deverá ser requerida a intimação do depositário para que, em 72 horas, comprove os depósitos na conta vinculada do juízo e apresente as planilhas do faturamento bruto, sob as penas da lei (Anexo XII). Permanecendo o mesmo inerte, poderá ser requerida a prisão do depositário ou a aplicação do artigo 185-A do CTN (Anexo X).

O citado comprovando:

- ✓ Que realizou parcelamento deverá ser requerida a suspensão do processo (Anexo XIII), depois de obter confirmação no Departamento de Dívida Ativa.
- ✓ Que realizou pagamento integral, deverá ser requerida a extinção do processo, depois de obter confirmação no Departamento de Dívida Ativa.

ATENÇÃO: Verificar se foram pagos os honorários.

Verificando que o Fato gerador foi praticado em território atualmente pertencente a outro Município (Ex: Imóvel objeto de IPTU localizado em Mesquita), deverá ser requerida a intimação do outro Município, na forma do art.120 do CTN (Anexo XIV).

Caso sejam impostas custas ao Município de Nova Iguaçu, deverá ser juntada a declaração de Reciprocidade (Anexo XV).

Segue ainda no Anexo XVII Roteiro com os requerimentos mais comuns na Execução Fiscal, e no Anexo XVIII Fluxograma da Execução Fiscal.

DÍVIDA ATIVA – Manual de Procedimentos

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DE COBRANÇA

Deve ser realizada uma cobrança sistemática dos contribuintes inadimplentes do Município, visando que os mesmos regularizem seus débitos.

A cobrança deve ser realizada através de um conjunto de cartas e notificações que são encaminhadas via Correios aos contribuintes inadimplentes, e ainda, via o serviço de Tele-Cobrança que realiza cobrança dos débitos via telefone, cujo *script* segue no Anexo XX.

As cartas/notificações de cobranças encaminhadas para os contribuintes devem possuir cores, que variam de acordo com o grau de atraso do débito - quanto mais próximo da execução mais intensa fica a cor.

Todas as cartas de cobrança encaminhadas poderão possuir código de barras, de modo que, caso os contribuintes queiram quitar o débito à vista o possam fazer sem necessidade de comparecer à uma das Centrais de Atendimento do Município. Poderá ainda ser encaminhado para o contribuinte carta de cobrança que possibilite adesão automática a um parcelamento.

As cartas enviadas devem possuir as seguintes cores:

1ª – BRANCA;

2ª – AZUL;

3ª – VERDE;

4ª – VERMELHA;

5ª – LARANJA.

As cartas de cor branca e azul devem possuir texto de caráter informativo e conteúdo suave.

Após o envio das cartas de cor branca e azul, e continuando o contribuinte inadimplente, deverá ser enviada a carta de cor verde, que já deverá trazer em seu corpo as possíveis sanções imputáveis ao mesmo.

Permanecendo o contribuinte em débito, deverá ser encaminhada a carta de cor vermelha, que sempre deverá se referir a Notificação de Inscrição em Dívida Ativa, e caso não regularizado o débito no prazo de 90 dias, deverá ser encaminhado para a Procuradoria Geral do Município para execução.

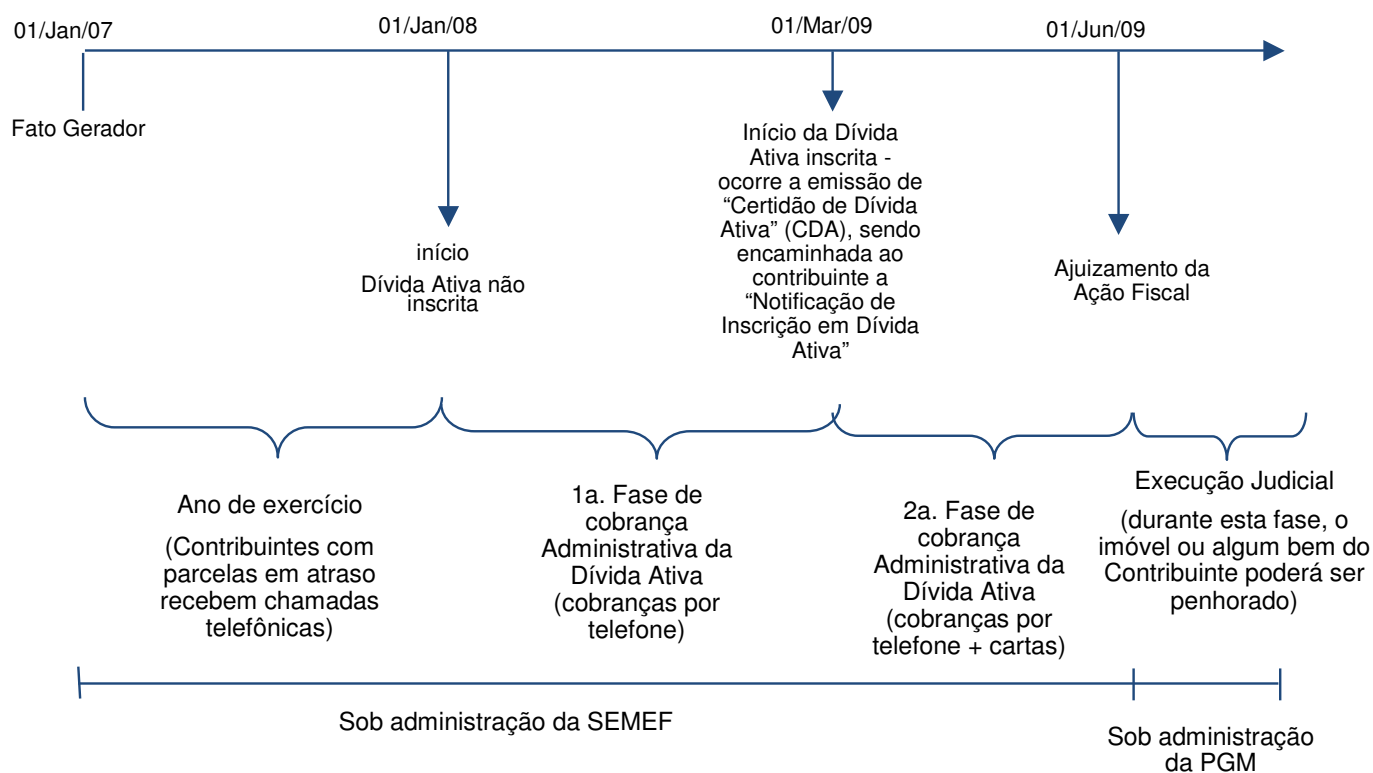
Poderá ainda ser encaminhada para o contribuinte a carta de cor laranja, que possuirá caráter meramente informativo de que o débito foi encaminhado para execução, aproveitando ainda, para informar a respeito de outros débitos do contribuinte.

O prazo médio de envio entre as cartas deve ser de aproximadamente 90 dias, sempre respeitando o escalonamento das cores para cada contribuinte.

Segue no Anexo XIX possíveis textos a serem utilizados nas respectivas cartas.

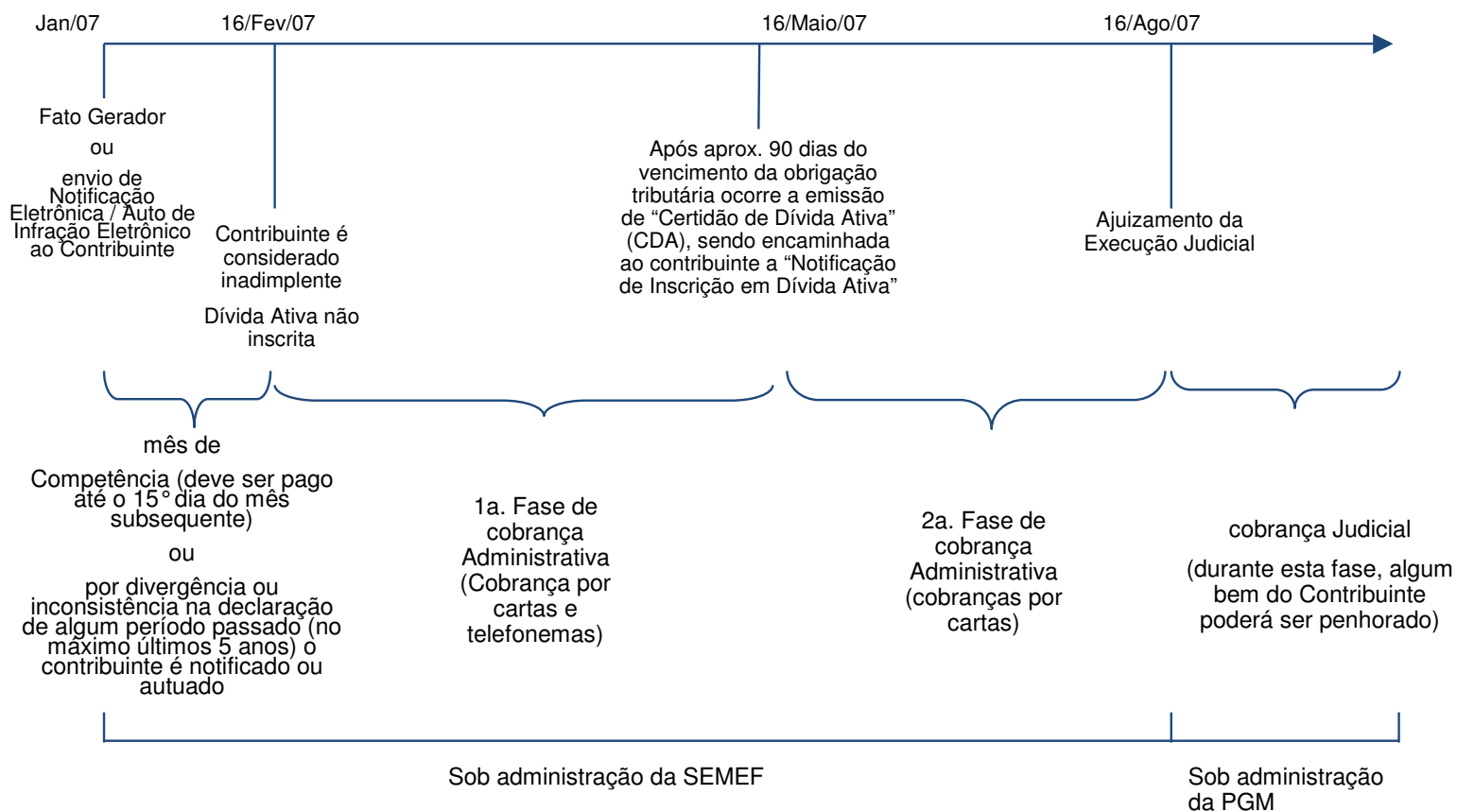


O seguinte cronograma descreve os procedimentos de cobrança de IPTU inadimplentes (como exemplo, o exercício de 2007)





O seguinte cronograma descreve os procedimentos de cobrança dos contribuintes do ISS inadimplentes (como exemplo, o exercício de 2007):





PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE RECEITA

CERTIDÃO DA DÍVIDA - ATIVA

IDENTIFICAÇÃO DA DÍVIDA - ATIVA

Referência: ODD Imobiliária	Nº do Processo 2007/28.888.9	Nº da ODA 2008/000089
CERTIFICADO, que consta inscrita no livro da DÍVIDA - ATIVA, nº 1118, a (a) folha (s) 0001, sob o nº 2008/000089, datada de 02.05/2008 13:04:00, a dívida abaixo discriminada, cujo pagamento não foi efetuado até a presente data.		

IDENTIFICAÇÃO DO DEVEDOR

Contribuinte DONCEICAO DA SILVA LOPES	CPF/CNPJ 032.5293/67-03
Legatário	Número
Qualificação/Complemento	CPF
Município	Inscrição 887884-8

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Legatário RUA DEA MARIA	Número 44
Inscrição 887884-8	CPF 28.050-000
Localização: Cartográfica: Rua: 0 0 000 00 00 000 0 000	Inscrição: Avaliar: 0 0 000 00 00 000 0 000

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM, NATUREZA E FUNDAMENTO DA DÍVIDA

Referente à Constituição definitiva do crédito tributário oriundo do lançamento regulando IPTU, Taxa de Coleta de Lixo e Taxa de Conservação de Viária e Logradouros Públicos, incidentes sobre o imóvel acima descrito, nos exercícios e bases relacionadas, conforme artigos 5º, 154 e 162, ambos da Lei Complementar nº 007/97 (R.O. ocorrido até 31 de dezembro de 2002) e artigos 8º, 297 e 322 da Lei Complementar nº 341/1 (R.O. ocorrido a partir de 1º de janeiro de 2003), referente a processo administrativo 2007.2.888.9.						
Exercício	Moeda	Valor Origem	Multa	Correção	Juros	Valor Corrigido (R\$)
1999	R\$	89,89	19,28	0,41	101,62	217,27
2000	R\$	89,89	19,28	0,41	90,89	209,57
2001	R\$	89,89	19,28	0,41	90,89	195,77
2002	R\$	89,89	19,28	0,41	89,89	189,27
2003	R\$	105,97	22,70	7,55	68,68	205,10

DEMONSTRATIVO DO ORIGINAL DA DÍVIDA E DE SEUS ACRÉSCIMOS LEGAIS

PARCELAS	FUNDAMENTO LEGAL	FORMA DE CALCULAR	VALORES
VALOR ORIGINAL	Lei Complementar nº 341/1 (origem, natureza e fundamento da dívida) acima.		489,93
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	§4º artigo 78, inciso I do artigo 373 e 379 da LC 019/77 §4º artigo 692, inciso II da LC 341/1/2002	Conforme Lei LITRITU nº 2002, 1º exercício de início da proposta de atualizar a partir de janeiro de 2003.	33,19
MULTA DE MORA	§4º artigo 78, inciso I da LC 019/77 §4º artigo 692, inciso I da LC 341/1/2002	1) 0,02% por dia até 02% (2%) - 0,4% (0,4%) até 60 dias de atraso; 2) 0,04% (0,04%) Capta 20 e até 90 dias de atraso; 3) 0,06% (0,06%) Capta 30 e até 90 dias de atraso; 4) 0,08% após 90 dias de atraso.	99,82
JUROS	§4º artigo 78, inciso I da LC 019/77 §4º artigo 692, inciso I da LC 341/1/2002	1) 0,02% ao dia (2%) - 0,4% ao mês ao final	410,84
VALOR TOTAL DA DÍVIDA NA DATA DA INSCRIÇÃO (R\$)			1.009,78

Total da dívida por extenso:
um mil e novecentos e oitenta e oito centavos

199 e 2003 - Parecer Jurídico / LC 019/77 - R.O. ocorrido até 31/12/2002 / LC 341/1/2002 - R.O. ocorrido a partir de 01/01/2003 / VC - Valor Corrigido.
009 - O valor referente aos juros de mora foi calculado a partir do mês subsequente ao vencimento de cada período de competência. O valor de atualização monetária foi calculado a partir da seguinte seqüência de vencimento de cada período anual de competência. A variação da UFIR foi utilizada a partir de 2003. Com a extinção da UFIR, os valores foram corrigidos em 2001 e 2002 pelo índice de 1.0641. A partir de janeiro de 2003, 2004 e 2005, a atualização monetária foi apurada pela UFIRIC, no valor de R\$29.86, conforme art. 692 da LC 341/1/2002.

Pela presente certidão executiva foi efetuada a inscrição da dívida, extraindo-se a presente certidão, na data acima discriminada, que vai devidamente autenticada pela autoridade competente.

NOVA IGUAÇU, 2 de junho de 2008

Departamento da Dívida Ativa

MM. Dr. Juiz,

Anexo IV

O Município requer a novação da diligência citatória, desta feita por oficial de justiça, no endereço indicado em fls. ____, nos termos do art. 8º da Lei nº 6.830/80.

____/____/____

Anexo V

ADMINISTRATIVO

Manifestação por meio de cota nos autos judiciais. Expedir ofícios (s) e juntar cópias (s) ao P.A.

____/____/____

Anexo VI

JUDICIAL

O Município requer a expedição de ofício à _____, com vista a obter endereço atualizado do contribuinte.

____/____/____

Anexo VII

MM. Dr. Juiz,

O Município requer a citação por edital do executado, considerando que realizou todas as diligências a fim de localizá-lo, sem obter êxito.

____/____/____

MM. Dr. Juiz,

Anexo VIII

O Município requer a V.Exa. se digne determinar a suspensão da execução, nos termos do art.40 da LEF, enquanto diligência no sentido de localizar o devedor ou bens deste sobre ao quais possa recair a penhora, para regular prosseguimento do efeito.(suspensão por ____ dias).

____/____/____

Anexo IX

MM. Dr. Juiz,

O Município requer o prosseguimento do feito, com a Penhora de bens, preferencialmente dinheiro.

____/____/____

Anexo X

MM. Dr. Juiz,

Tendo em vista a não apresentação de bens à penhora e a não localização de bens do executado, o Município requer a decretação da indisponibilidade dos bens do devedor, nos termos do art. 185-A do Código Tributário Nacional.

____/____/____

Anexo XI

MM. Dr. Juiz,

O Município requer a expedição de mandado de verificação e avaliação dos bens penhorados, no endereço do contribuinte mencionado às fls. ____.

____/____/____

Anexo XII

MM. Dr. Juiz,

O Município de Nova Iguaçu requer a V. Exa. a intimação do depositário da Executada (fls.____) para que em 72 horas comprove os depósitos na conta vinculada do Juízo e apresente as planilhas demonstrativas do faturamento bruto da empresa sob pena de prisão.

____/____/____

Anexo XIII

MM. Dr. Juiz,

O Município requer a suspensão da presente execução fiscal, tendo em vista o parcelamento do débito pelo sujeito passivo.

____/____/____

Anexo XIV

MM.Dr.Juiz,

Com fulcro no art. 120 do CTN, o Município requer a intimação do ente municipal emancipado (____), a fim de que este manifeste seu interesse em prosseguir com a presente execução fiscal.

____/____/____

Anexo XV

MM.Dr.Juiz,

Tendo em vista o despacho de fls. _____, o Município de Nova Iguaçu requer a juntada da declaração idônea de que pratica a isenção de contribuições e taxas relacionadas ao patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, de suas Autarquias e Fundações Públicas.

____/____/____



Prefeitura do Município de Nova Iguaçu
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria Tributária e de Dívida Ativa

EXMO. DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVA IGUAÇU

Execução Fiscal n.º: _____

Cartório da Dívida Ativa Municipal - C.D.A.M.

O MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, titular do(s) crédito(s) representado(s) pela(s) certidão(s) de Dívida Ativa - CDA em anexo, vem propor EXECUÇÃO FISCAL com fundamento na lei Número 6.830/80, em face de _____, conforme abaixo discriminado:

CDA	Livro	FL	Data	Processo Administrativo	Valor Atualizado
0000000000	0000	0000	00/00/0000	0000000000	000,00
Valor Consolidado em 00/00/0000: 000.00					

Assim, o Município requer que a CITAÇÃO SEJA FEITA PELO CORREIO, COM AVISO DE RECEBIMENTO, no(s) endereço(s) do executado sito na

Rua _____, n.º _____
Bairro _____
CEP: 00.000-000

a fim de que pague em 5 (cinco) dias o débito e seus acréscimos ou garanta juízo.

Requer ainda a fixação da verba honorária em 20% sobre o montante da execução apurado a final.

Por fim, O Município de Nova Iguaçu declara, nos termos do Aviso CGJ nº 195, que pratica a isenção de taxas e contribuições relacionadas ao patrimônio do Rio de Janeiro, de suas Autarquias e Fundações Públicas, nos termos da Lei Municipal nº 3.651, de 14 de julho de 2005.

Valor da Causa R\$ 0.000,00

Nova Iguaçu, _____ de _____ de _____.

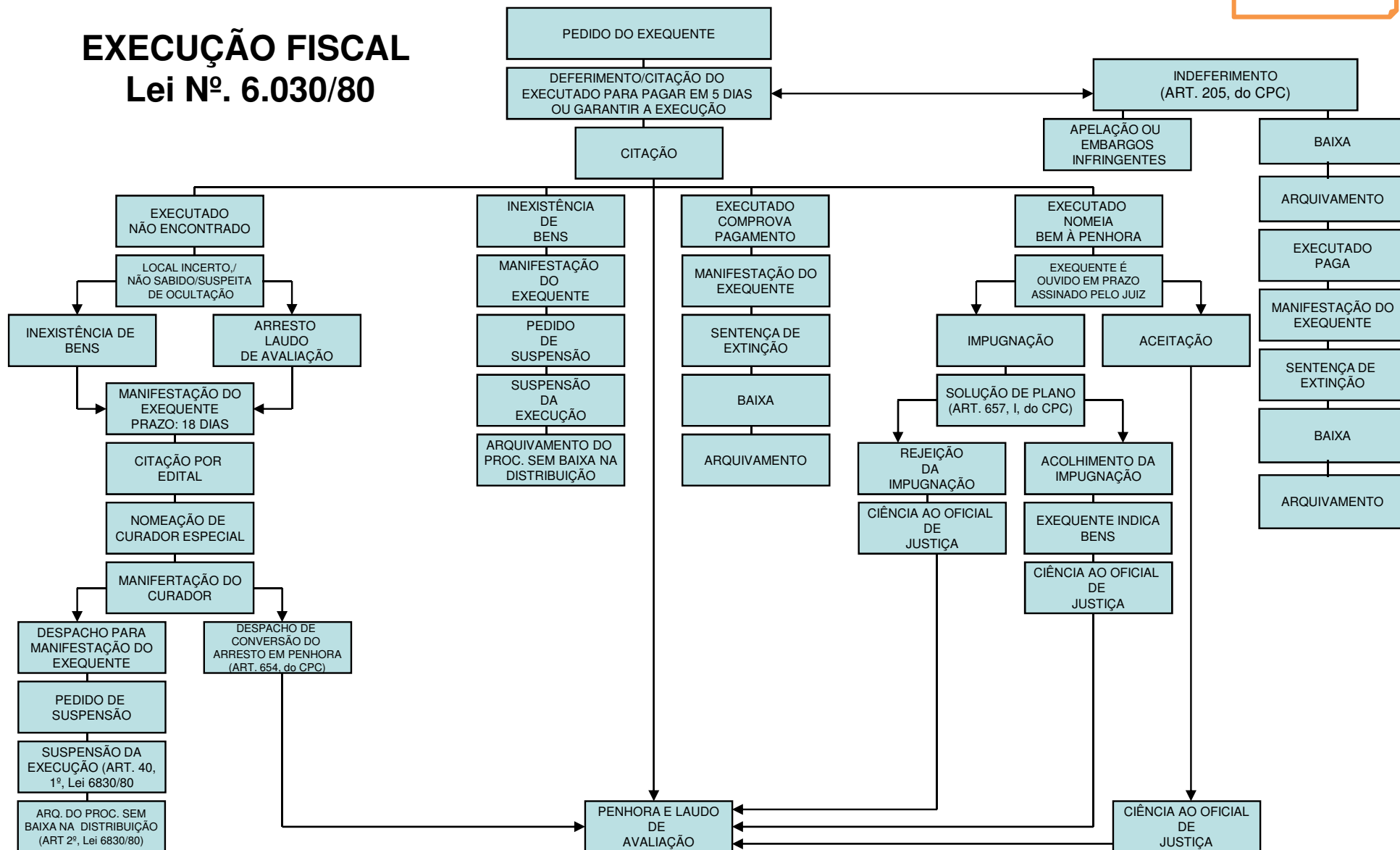
Procurador do Município de Nova Iguaçu

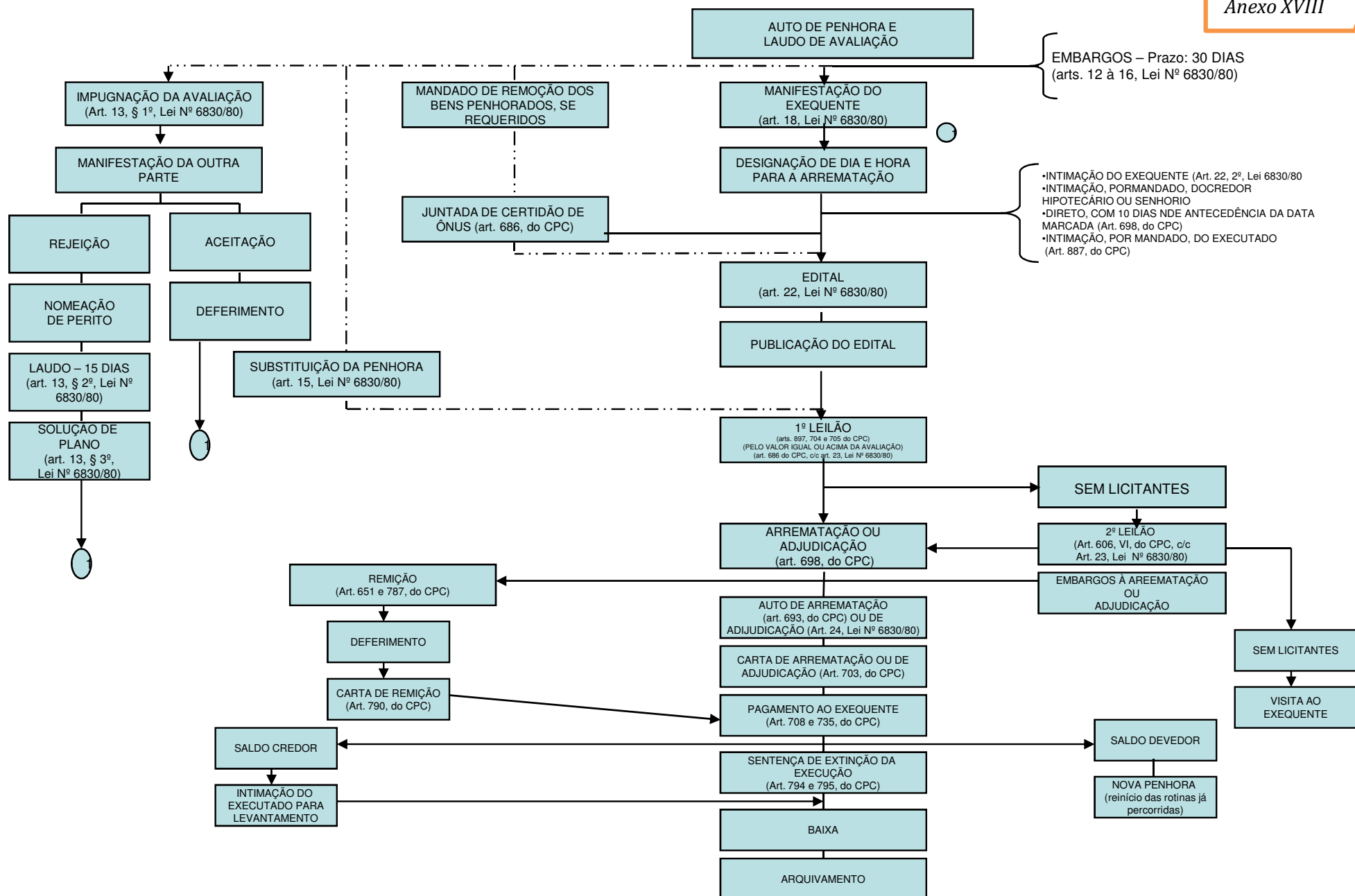
Roteiro de requerimentos mais comuns na Execução Fiscal

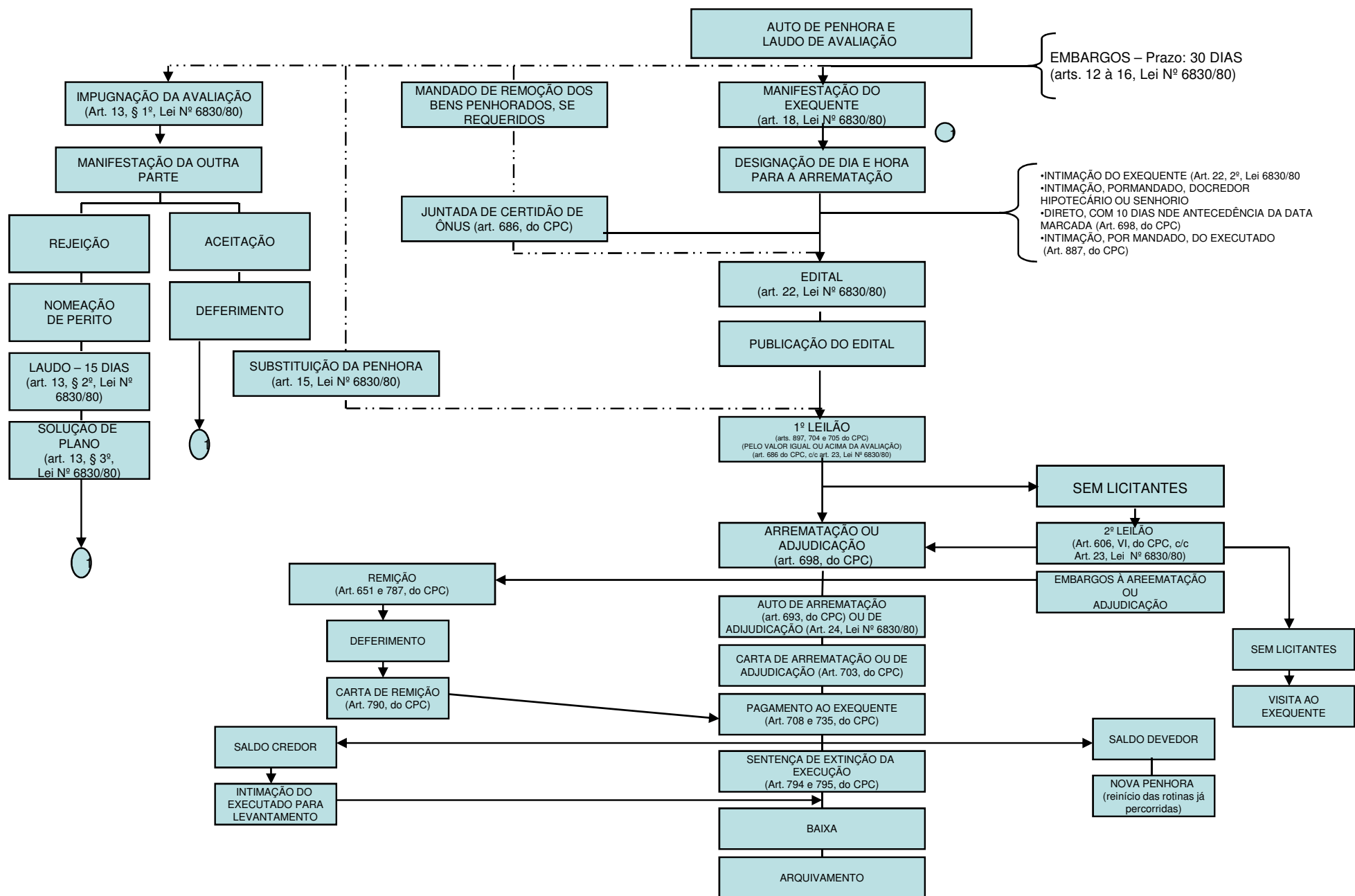
- Executado citado – **penhora de dinheiro**
- Os depósitos são insuficientes – **intimação para efetua-los**
- Não efetuou depósitos – **intimação para efetua-los sob pena de prisão**
- Continuou a não depositar – **prisão do depositário**
- Depois da penhora não é encontrado – **pesquisa e inclusão dos sócios**
- Pagou custas para o parcelamento e não o efetuou – **penhora de dinheiro**
- Executado não encontrado – **citação por edital**
- Executado citado por edital – **pesquisa e inclusão de sócios**
- Sócio citado – **penhora “portas a dentro”**
- Sócio não encontrado – **citação por edital**
- Sócio citado por edital – **ofício a DRF**
- Resposta da DRF com endereço diferente – **nova diligência de citação**
- Resposta da DRF com endereço igual – **verificar bens**
- Não constam bens suficientes – **ofício aos bancos**
- Não possui contas ou o saldo é baixo – **ofício ao 5º e 6º distribuidores**
- Possui imóvel – **ofício ao RGI, e após, se for o caso, penhora ou aresto**
- Não possui imóvel – **ofício ao DETRAN**
- Novo endereço de sócio não encontrado – **nova diligência de citação**
- Possui automóvel – **penhora ou arresto**
- Novo endereço de sócio não encontrado – **nova diligência de citação**

EXECUÇÃO FISCAL

Lei Nº. 6.030/80







Branca ou Azul

Anexo XIX



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
Secretaria Municipal de Economia e Finanças
FDDA – Departamento da Dívida Ativa

Inscrição n.º:

Contribuinte:

CPF:

Endereço do Imóvel:

Senhor Contribuinte,

Não registramos o pagamento do seu carnê vencido de IPTU.

Caso V.Sª não tenha recebido o carnê e não tenha ainda solicitado uma 2ª via, poderá fazê-lo através do Fale Contribuinte (21) 3773-5388 ou pelo Fax (21) 2667-4939 que nós remeteremos as guias pelo correio.

Caso deseje parcelar o seu débito, deverá comparecer da Central de Atendimento ao Contribuinte na rua Dr. Athaide Pimenta de Moraes, nº528, Centro, Nova Iguaçu, no horário de 09h às 16h.

Caso V.Sª tenha quitado o débito acima referido, solicitamos a gentileza de enviar a esse Departamento, via correio ou fax, cópia legível dos comprovantes de pagamento.

Tributos

Anos

IPTU	
------	--

Valor Total: R\$



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Inscrição/Registro	Nosso nº	Data de Vencimento	Valor Total
Razão Social/Contribuinte			

Autenticação Mecânica no Verso



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
Secretaria Municipal de Economia e Finanças
FDDA – Departamento da Dívida Ativa

Inscrição n:

Contribuinte:

CPF/CNPJ:

Endereço do Imóvel:

Sr. Contribuinte,

Na data de emissão desta notificação constam em nossos registros débitos de sua responsabilidade conforme demonstrativo abaixo.

Caso V.Sª não tenha recebido o carnê e não tenha ainda solicitado uma 2ª via, poderá fazê-lo através do Fale Contribuinte (021) 3773-5388 que nós remeteremos as guias pelo correio.

Caso deseje parcelar seu débito, deverá comparecer na Central de Atendimento Empresarial na rua Dom Valmor, nº383, lojas 11 e 12, Centro, Nova Iguaçu, no horário de 10h às 16h.

Caso V.Sª tenha quitado o débito acima referido, solicitamos a gentileza de enviar a esse Departamento, via correio ou fax, cópia legível dos comprovantes de pagamento.

Tributos

Anos

TAXAS	
-------	--

Valor Total: R\$



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Inscrição/Registro	Nosso nº	Data de Vencimento	Valor Total
Razão Social/Contribuinte			

Autenticação Mecânica no Verso





PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Nova Iguaçu, RJ, DD de MM de AAAA.

Branca ou Azul

Caro contribuinte,

Informamos que, ao emitirmos este comunicado, encontramos registro(s) de débito inscrito(s) em Dívida Ativa conforme informações atualizadas no verso, para os quais solicitamos devida regularização.

No desejo de prestar-lhe o melhor auxílio na regularização de seu(s) débito(s) junto Município, e para sua total facilidade de acesso e agilidade no atendimento, vimos disponibilizar nossa nova Central de Atendimento ao Contribuinte próxima do seu bairro. O endereço é:

CAC - MIGUEL COUTO

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE - MIGUEL COUTO

Estrada Iguaçu, 513 - (Esquina em frente ao posto policial)

Bairro Miguel Couto - Nova Iguaçu/RJ

Horário de Atendimento: 10:00 h às 16:00 h

Além da Central de Atendimento ao Contribuinte situada no Bairro Miguel Couto, está disponível de V. Sa as seguintes Centrais de Atendimento:

CAC - CENTRO

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE - CENTRO

Rua Athaide Pimenta de Moraes, 528 - Centro - Nova Iguaçu/RJ

Horário de Atendimento: 9:00 h às 17:00 h

CAT - CENTRO

CENTRAL DE ATENDIMENTO EMPRESARIAL - CENTRO

Rua Dom Walmor, 383 - Lojas 11 e 12 - Centro - Nova Iguaçu/RJ

Horário de Atendimento: 10:00 h às 16:00 h



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Inscrição/Registro	Nosso nº	Data de Vencimento	Valor Total
Razão Social/Contribuinte			

Autenticação Mecânica no Verso

81650000033-5 90702911200-6 60929887000-5 00001001284-7



Verde

Anexo XIX



PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS

NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

CONTRIBUINTE

Inscrição ou Registro:	C.N.P.J.:
Contribuinte ou Razão Social:	

Nova Iguaçu, dd de mm de aaaa.

Notificamos o contribuinte acima identificado de que consta(m) em nossos registros na data da emissão desta Notificação mais de 2(duas) parcelas em atraso e por este motivo seu parcelamento foi CANCELADO.

O saldo do parcelamento abaixo discriminado foi inscrito no livro da Dívida Ativa. Comunicamos que em dias a contar da data de vencimento desta guia a Certidão de Dívida Ativa será encaminhada à Procuradoria Fiscal para cobrança judicial nos termos da Lei Federal nº. 6830/90. Para evitar a cobrança judicial, que aumentará seu débito em torno de 30% (trinta por cento) devido às custas judiciais e honorários advocatícios, o saldo pode ser pago à vista ou (re)parcelado.

Caso V. Sa., antes do recebimento desta notificação tenha efetuado o pagamento, solicitamos que nos envie cópia (xerox) da guia com a autenticação bancária legível, para que possamos atualizar o nosso banco de dados.

Quadro I - Dívida em fase de cobrança judicial						
Tributo: DÍVIDA ATIVA		Nr. da CDA:		Título:		
Situação do débito até Novembro/2006.						
Data do acordo	Quantidade de Cotas	Valor total parcelado	Cotas em atraso	Valor total em atraso	Data do último pagamento	
06/07/2001	20	R\$ 1.549,29	07	R\$ 792,61	15/10/2002	
Quadro II - Dívida em fase de cobrança amigável						
Tributo	Exercícios em dívida	Valor total parcelado	Cotas	Cotas em atraso	Data do último pagamento	Saldo a Pagar

O saldo a pagar discriminado foi calculado da seguinte forma: valor total do acordo menos o valor das cotas pagas. Nos termos do Art. 695 da Lei Complementar 3.411/2002, com redação da LC14/2005, é permitido o REPARCELAMENTO do débito. Para maiores informações procure a Central de Atendimento indicada no verso.

SALDO A PAGAR
(Quadro I + Quadro II)
R\$ 792,61

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1X Contribuinte

VENCIMENTO

81650000033-5 90702911200-6 60929887000-5 00001001284-7





PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS

Nova Iguaçu, DD de MM de AAAA.

Informamos que na data de emissão desta Notificação, consta(m) em nossos registros, débito(s) inscrito(s) em Dívida Ativa conforme informações no verso desta notificação, para os quais solicitamos a devida regularização.

Assim, para evitar o início da cobrança judicial, que aumentará o valor do seu débito devido às custas judiciais e aos honorários advocatícios, V. Sa. deverá regularizar a situação de forma imediata comparecendo em uma das Centrais de Atendimento abaixo indicadas:

CAC - CENTRO

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE - CENTRO

Rua Athaide Pimenta de Moraes, 526 - Centro - Nova Iguaçu/RJ

Horário de Atendimento: 9:00 h às 17:00 h

CAT - CENTRO

CENTRAL DE ATENDIMENTO EMPRESARIAL - CENTRO

Rua Dom Walmor, 383 - Lojas 11 e 12 - Centro - Nova Iguaçu/RJ

Horário de Atendimento: 10:00 h às 16:00 h

Unidade com atendimento exclusivo para Pessoas Jurídicas (empresas).

CAC - MIGUEL COUTO

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE - MIGUEL COUTO

Estrada Iguaçu, 513 - (Esquina em frente ao posto policial)

Bairro Miguel Couto - Nova Iguaçu/RJ

Horário de Atendimento: 10:00 h às 16:00 h



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Inscrição/Registro	Nosso nº	Data de Vencimento	Valor Total
Razão Social/Contribuinte			

Autenticação Mecânica no Verso

81650000033-5 90702911200-6 60929887000-5 00001001284-7



Verde



PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS

Anexo XIX

Nova Iguaçu, RJ, DD de MM de AAAA.

Contribuinte,

Comunicamos que encontram-se pendentes em nossos registros, débitos relativos à inscrição municipal descrita no quadro abaixo.

Tendo sido frustradas nossas tentativas anteriores, incluindo nossa última notificação emitida em dd/mm/aaaa, vimos solicitar seu comparecimento até o dia dd/mm/aaaa impreterivelmente, a fim de proceder a regularização de sua situação fiscal com este município.

Para o seu melhor atendimento, estão disponíveis as seguintes Centrais de Atendimento:

CAC - CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

Unidade 1 - CAC Centro
Rua Athaide Pimenta de Moraes, 528
Centro - Nova Iguaçu/RJ
Horário de Atendimento: das 9h às 17h

Unidade 2 - CAC Miguel Couto
Estrada Iguaçu, 513, Bairro Miguel Couto
(Em frente Posto Policial)
Horário de Atendimento: das 10h às 16h

CAT - CENTRAL DE ATENDIMENTO EMPRESARIAL

Unidade 3 - CAT Centro
Rua Dom Walmor, 383 - Lojas 11 e 12
Centro - Nova Iguaçu/RJ
Horário de Atendimento: das 10h às 16h

➡ A Central de Atendimento Empresarial é exclusiva para atendimento de contribuintes Pessoa Jurídica (empresas).

Atenciosamente,

Luiz Carlos de Araújo Pereira
Gerente de Divisão de Cobrança
SEMEF

<< QUADRO DOS DÉBITOS ATIVOS DESTA INSCRIÇÃO >>

Simple Demonstrativo Data de processamento: dd/mm/aaaa.						Inscrição 710082-5
NR TÍTULO	EXERCÍCIO	VLR ORIGEM	MULTA/JUROS	CORREÇÃO	VLR TOTAL	TIPO DA DÍVIDA
2005/90514969	2003	273,66	193,13	7,82	474,60	Dívida Administrativa Imobiliária
2005/90514970	2004	273,66	160,29	7,82	441,76	Dívida Administrativa Imobiliária
2006/00200405	2006	189,04	67,25	5,40	261,69	IPTU - Lançamento

81650000033-5 90702911200-6 60929887000-5 00001001284-7





Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
Secretaria Municipal de Economia e Finanças
Departamento de Dívida Ativa

000000
REPARCELAMENTO

Anexo XIX

Vermelha

Notificação de Inscrição em Dívida Ativa

Certidão de Dívida Ativa nº:

Inscrição ou Registro:

001284-0

Contribuinte ou Razão Social: JORGE MARCELINO LEMOS

Sr. Contribuinte,

Fica V.Sª. notificada de que o seu parcelamento foi cancelado porque constam em nossos registros mais de 2 (duas) cotas atrasadas.

Seguem abaixo os quadros demonstrativos dos parcelamentos em atraso que constam no seu CPF/CNPJ. Caso V.Sª., antes do recebimento desta notificação tenha efetuado o pagamento, solicitamos que nos envie cópia (xerox) da guia com a autenticação bancária legível, para que possamos atualizar o nosso banco de dados.

Quadro I - Dívida em fase de cobrança judicial

Nº da CDA	Data do acordo	Tributo	Exercícios em dívida	Título	Val. total parc.	Qnt. cotas	Qnt. cotas atras.	Data ult. pagto.	Saldo a pagar

O saldo a pagar do parcelamento discriminado acima foi inscrito no livro da Dívida Ativa. A CDA será enviada em 10 dias a contar da data de vencimento da guia abaixo à Procuradoria Fiscal para cobrança judicial, nos termos da Lei Federal nº 6830/80. Para evitar a cobrança judicial, que aumentará seu débito em torno de 30%, em razão das custas judiciais e honorários advocatícios, o saldo pode ser pago à vista ou (re)parcelado.

Quadro II - Dívida em fase de cobrança amigável

Quadro II – Dívida em fase de cobrança amigável								
Data do acordo	Tributo	Exercícios em dívida	Título	Val. total parc.	Qnt. cotas	Qnt. cotas atras.	Data últ. pagto.	Saldo a pagar
05/02/2003	IPRU	2001, 2002	2003032400000	615,33	17	15	17/03/2003	804,94
09/02/2004	IPRU		2004026000000	2.546,88	48	44	21/05/2004	1.941,72
26/10/2005	IPRU	2003, 2004	2005051650000	1.176,10	31	26	14/03/2006	844,04
Saldo a pagar total (Quadro I + Quadro II) R\$				3.390,70				

Os saldos a pagar discriminados foram calculados da seguinte forma: valor total do acordo menos o valor das cotas pagas.

Observando-se que o saldo devedor acima está atualizado até Julho/2006.

O pagamento à vista do saldo pode ser feito diretamente nas agências do HSBC. Atenção! A data de vencimento da boleta é improrrogável.

V.Sª. tem direito a mais um REPARCELAMENTO, nos termos do art.695 da Lei Complementar 3.411/2002, com redação da LC 14/2005. Procure a Central de Atendimento, no horário de 9:00 às 16:00h, levando cópia do RG, CPF e comprovante de residência. Se for pessoa jurídica, leve cópia do contrato social e alterações.

Central de Atendimento ao Contribuinte: Rua Dr. Athayde Pimenta de Moraes, 528 - Térreo - Centro - Nova Iguaçu

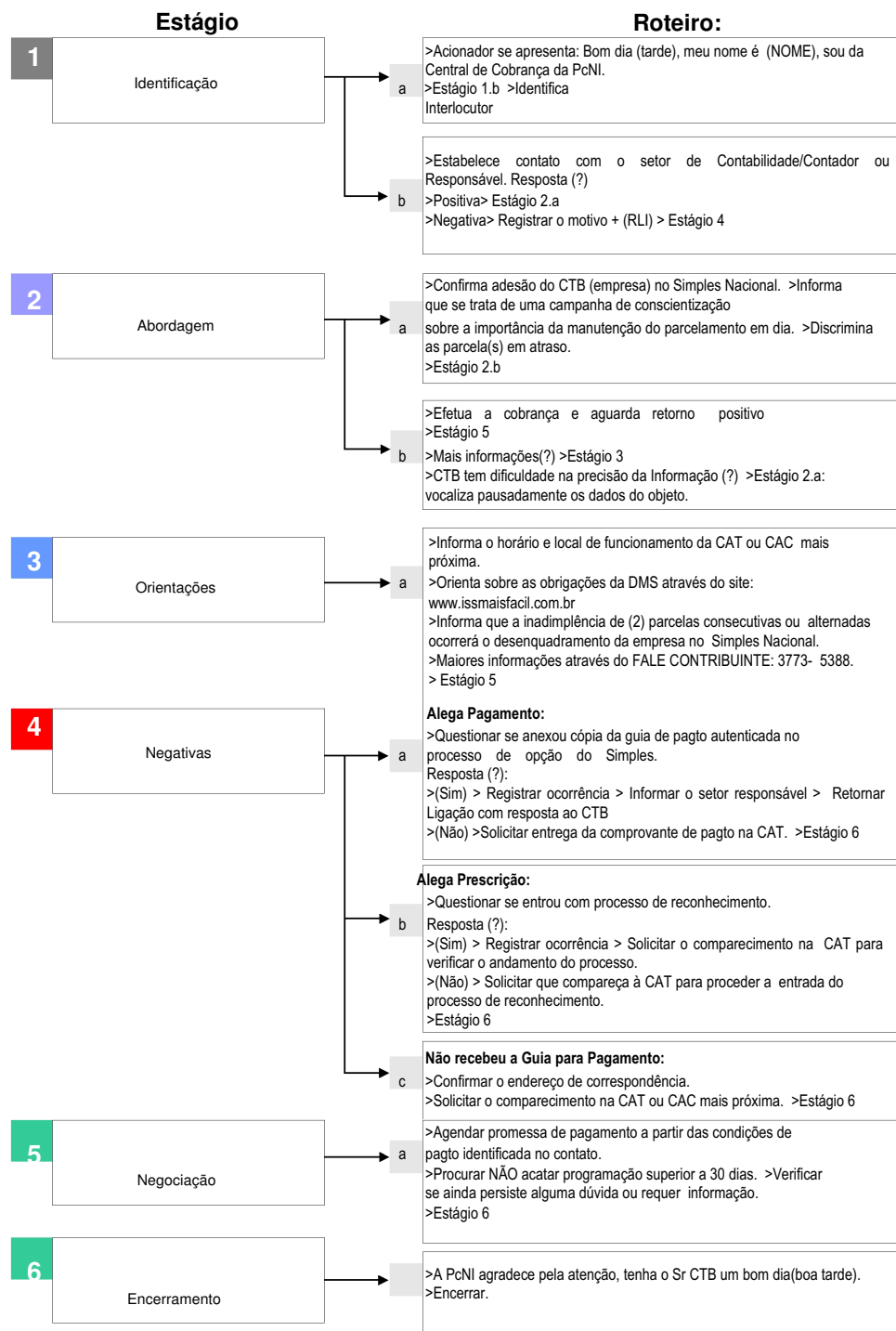
Nova Iguaçu, agosto de 2006.

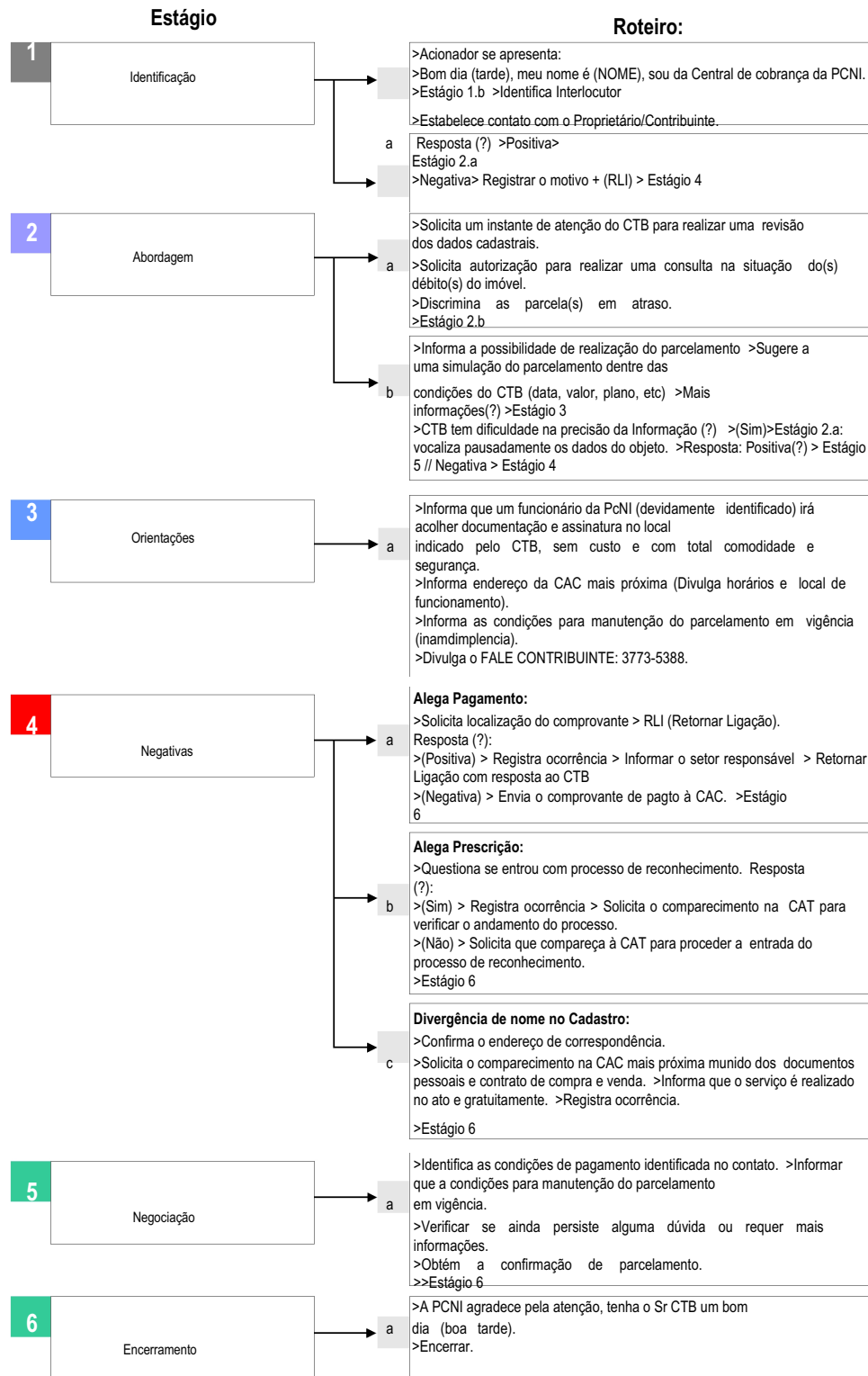

Maria Helena M. Oliveira
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

81650000033-5 90702911200-6 60929887000-5 00001001284-7



Script de Cobrança (Empresas Prestadoras de Serviços)





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 7 – OPINIÕES LEGAIS

O disposto nas opiniões legais contidas neste anexo do Prospecto tem por objetivo informar genericamente o tratamento jurídico aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores legais com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.

O investidor deverá estar ciente de que (a) deve compreender que pode haver relevantes riscos legais além daqueles mencionados no presente Prospecto e/ou nas opiniões legais, (b) o investidor deve obter consultoria legal de consultores próprios com conhecimento para avaliar os riscos relevantes específicos com relação ao seu investimento no Fundo, (c) os investidores não poderão se fiar apenas nas presentes opiniões legais ao investir no Fundo e (d) o investidor deve informar a administração de sua instituição sobre as características (e riscos) legais relacionados a esta operação e sobre as ressalvas a este respeito, contidas no presente Prospecto.

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

Nelson Cândido Motta
Pedro Paulo Cristofaro
Oswaldo de Moraes Bastos Sobrinho
Alaor de Lima Filho
Helio Saboya
Luiz Leonardo Cantidiano
Maria Lucia Cantidiano
Julian Fonseca Peña Chediak
Eduardo Garcia de Araujo Jorge
Paulo Penalva Santos
Vanilda Fátima Matoline Hin
André Cantidiano
Osmar Simões
Luiz Eduardo Cavalcanti Corrêa
Luiz Fernando Teixeira Pinto
Márcio Monteiro Gea
Claudia Gottsfritz
Carlos Eduardo da Costa Pires Steiner
Marcio Marçal F. de Souza

Hélia Márcia Gomes Pinheiro
José Alexandre Corrêa Meyer
Carlos Eduardo Menezes Côrtes
Michael Altit
Viviane Paladino
Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo
Gustavo Goiabeira de Oliveira
Flavio Aldred Ramacciotti
José Hugo Campbell Alquéres
André Luiz de Lima Daibes
Luís A. G. Wielewicki
Rodrigo Piva Menegat
Cecília Mignone Modesto Leal
Isabel Cantidiano
Pedro Marcos Amud Bulcão
Carla Cid Varela Madeira
Rodrigo de Campos Maia
Beatriz Villas Boas P. Trovo
Caio Machado Filho

Renato de Góes Ribeiro
Bruno Pierin Furiati
Daniel Kalansky
Juliana Alves do Nascimento
Isabel Godoy Seidl
Fernanda Pini
Guilherme Henrique Traub
Mônica Maria Mendes Souza Tavares
Lidice Marques da Silva Xavier
Marcelo Tourinho
Julia Damazio de Barroso Franco

CONSULTORES:
José Botafogo Gonçalves
Sebastião do Rego Barros

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2008.

Ao

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Rua Alexandre Dumas, nº 2.200
São Paulo - SP

E

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205
Rio de Janeiro – RJ

Ref. Contrato de cessão a ser formalizado entre o Município de Nova Iguaçu e o “Município de Nova Iguaçu – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Direitos ao Recebimento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa”

1) O Município de Nova Iguaçu (“Município”), autorizado pela Lei Municipal nº 3.878, de 11 de outubro de 2007, publicada no Jornal ZM Notícias, no dia 01 de novembro de 2007, na página 02, alterada pela Lei Municipal nº 3.929, de 4 de junho de 2008, publicada no Jornal ZM Notícias, no dia 5 de junho de 2008, na página 02 (“Lei Autorizativa”), pretende ceder ao “Município de Nova Iguaçu – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Direitos ao Recebimento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa”, inscrito no CNPJ sob o nº 10.015.892/0001-58, regido por seu regulamento, devidamente registrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1654859, em 09 de julho de 2008, com sua

RIO DE JANEIRO

AV. ALMIRANTE BARROSO, 52 | 5º ANDAR | CEP 20031-000
RIO DE JANEIRO | RJ | BRASIL | TEL 55 21 2533 2200 | FAX 2262 2459
mfra@mfra.com.br | www.mfra.com.br

SÃO PAULO

ALAMEDA SANTOS, 2.335 | 10º E 11º ANDARES | CEP 01419-002
SÃO PAULO | SP | BRASIL | TEL 55 11 3082 9398 | FAX 3082 3272
mfra@mfra.com.br | www.mfra.com.br

primeira alteração registrada no mesmo ofício sob o nº 1659769, em 19 de setembro de 2008, (“Fundo” e “Regulamento”, respectivamente), pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores, da Comissão de Valores Mobiliários (“Instrução CVM nº 356” e “CVM”, respectivamente), pela Instrução nº 444, de 08 de dezembro de 2006, da CVM (“Instrução CVM nº 444”) e pelas demais disposições legais aplicáveis, o direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo do pagamento, inclusive em razão de compensação, transação, conversão em renda de depósito judicial ou administrativo ou dação em pagamento, decorrente de créditos tributários vencidos e não pagos no respectivo vencimento, que compõem a Dívida Ativa do Município, objeto ou não de Parcelamento, que, nos termos da CF, constituem receita tributária própria do Município, assim entendida a proveniente da cobrança, pelo Município, do IPTU, do ISS e da TSC, os quais serão identificados nos Termos de Cessão pelos CIMOB e CAMOB, conforme aplicável, assim como pelo respectivo Número de Título, e cujos fatos geradores tenham ocorrido entre 1996 e 2007, ressalvado que, poderá ser objeto de cessão o direito ao recebimento de crédito cujo fato gerador tenha ocorrido em data posterior ao exercício de 2007, desde que o fato gerador e o vencimento sejam anteriores à data da formalização do Termo de Cessão, nas seguintes hipóteses: (a) em substituição a direito creditório cedido, nas hipóteses de anulação do lançamento ou da inscrição na dívida ativa, de extinção total ou parcial do direito creditório por decisão judicial transitada em julgado, decisão administrativa irreformável, prescrição ou decadência, anistia e remissão, compensação, transação, conversão de depósito em renda, ou dação em pagamento, bem como nos casos de rescisão ou revogação do Parcelamento, ou alteração das condições de Parcelamento que as torne mais benéficas aos contribuintes; e (b) nas Distribuições de Quotas Seniores subsequentes à primeira, se houver (“Direitos Creditórios” ou “Direito Creditório”).

2) Nos termos do contrato de cessão, a cessão dos Direitos Creditórios será realizada em caráter definitivo e sem coobrigação ou direito de regresso contra o Município, não respondendo o Município pela liquidação dos Direitos Creditórios cedidos, sendo, todavia, responsável pela correta constituição, existência, liquidez, certeza e autenticidade dos Direitos Creditórios, nos termos do artigo 295 do Código Civil brasileiro.

3) O objetivo da presente é a apresentar o nosso entendimento a respeito da possibilidade de a cessão dos Direitos Creditórios caracterizar (i) operação de crédito, (ii) operação de antecipação de receita tributária, ou (iii) concessão de garantia, como definidas na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (“LC 101/2000”), para o fim verificar se a realização da cessão dependeria de prévia manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para os fins do disposto no art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 444.

4) A operação analisada é uma operação de cessão, que tem natureza jurídica de alienação e está sujeita às regras da alienação de bens e não às regras da contratação de operação de crédito ou da concessão de garantia.

5) A alienação de bem público depende de autorização legislativa, que foi concedida, nos termos da Lei Autorizativa.

6) Não há necessidade de realização de procedimento licitatório, tendo em vista a inviabilidade de competição, do que decorre a inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93). Adicionalmente, a busca da melhor oferta para a Administração Pública, que é o objetivo da licitação, será realizada no procedimento de alienação das quotas seniores do Fundo, através de oferta pública, que obedecerá, inclusive, o disposto na Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, e suas alterações posteriores (“Instrução CVM nº 400”). Com objetivo de identificar junto ao mercado investidor o volume e remuneração da demanda pelas quotas seniores de emissão do Fundo, será realizado procedimento de coleta de intenções de investimento (procedimento de *bookbuilding*), nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400. Portanto, a taxa de remuneração das quotas seniores somente será determinada após realização de processo de consulta ao mercado, por meio da qual os potenciais investidores indicarão a(s) taxa(s) de remuneração e a quantidade de quotas que estão dispostos a adquirir para cada nível de remuneração indicado.

7) A cessão dos Direitos Creditórios não se enquadra na definição de operação de crédito contida no artigo 29, III, da LC 101/2000. Não se trata, igualmente, de captação de recursos por antecipação de receita de tributo – equiparada à operação de crédito – que, nos termos do artigo 37, I, da LC 101/2000, tem por objeto a monetização de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador não tenha ocorrido. O objetivo do legislador foi coibir a cobrança de tributos e contribuição relativos a fato gerador futuro. Nos termos da Lei Autorizativa e do contrato de cessão a ser celebrado entre o Fundo e o Município, só poderão ser cedidos Direitos Creditórios provenientes de fatos geradores pretéritos.

8) Ficando restrita ao fluxo proveniente da arrecadação de tributos vencidos e não pagos, a cessão do fluxo não se encarta nas definições de operação de crédito, de antecipação de receita, ou de operação de crédito por antecipação de receita, contidas, respectivamente, nos artigos 29, III, 37, I, e 38, todos da Lei Complementar nº 101/2000.

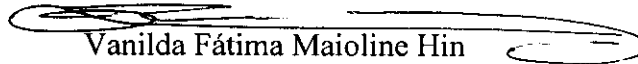
9) Na cessão do fluxo proveniente do recolhimento de parcelas correspondentes a parcelamento de crédito tributário vencido e não pago no prazo legal não há “antecipação de receita”. Só os créditos vencidos e não pagos no prazo legal podem ser objeto de parcelamento. A existência de crédito tributário vencido e não pago, no plano lógico, tem como pressuposto a existência de obrigação tributária e, portanto, fato gerador já ocorrido, crédito tributário já constituído pelo lançamento e prazo normal para pagamento já vencido.

10) O parcelamento não importa em novação e nem transação: a obrigação tributária é a mesma, nascida com a ocorrência do fato gerador, e tem por objeto crédito tributário que não foi pago no prazo previsto na legislação. As controvérsias a respeito dos efeitos do parcelamento ficaram superadas com a edição da Lei Complementar nº 104/2001, que acrescentou o inciso VI ao art. 151 do Código Tributário Nacional, o qual estabelece que o parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário.

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

- 11) O contrato de cessão não contempla vinculação de receita, vedada nos termos do art. 167, V, da Constituição Federal, mas a alienação dos Direitos Creditórios, que é um bem público, suscetível da alienação.
- 12) Concluindo, juridicamente a operação é viável, não dependendo de prévia manifestação da STN, porque não se trata de operação de crédito, de concessão de garantia, ou antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador não tenha ocorrido.


Vanilda Fátima Maioline Hin
OAB/RJ 1.587-A

Parecer nº 289840/2007

I - Sinopse da operação

O Programa Nacional de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê, como exigência para a liberação dos recursos nele previstos, que o ente federativo disponibilize, de imediato, um determinado valor, que denominou contrapartida.

Foi previsto, para o Município de Nova Iguaçu, a liberação de cerca de R\$ 360 milhões. Entretanto, para ter acesso a tais recursos, o Município necessita apresentar uma contrapartida de cerca de R\$ 40 milhões de reais.

Para viabilizar o recebimento dos recursos do PAC, o Município pretende realizar uma operação de securitização, que teria como lastro o fluxo financeiro decorrente da cobrança da dívida ativa tributária. Através dessa operação, o Município captaria no mercado de capitais os recursos financeiros necessários, que seriam apresentados como contrapartida para o levantamento das verbas do PAC.

Em face de tal panorama, solicita-se parecer que analise a viabilidade jurídica da operação de securitização que se pretende realizar.



II – Da operação de Securitização

O Município de Nova Iguaçu pretende efetuar a securitização de sua dívida ativa tributária. Para tanto, será constituído um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados – FICD-NP (Instrução CVM 444/06), o qual será composto de duas classes de cotas: cotas seniores e cotas subordinadas.

Uma vez constituído o fundo, suas cotas seniores serão alienadas no mercado de capitais por um valor global estimado em cerca de R\$ 40 milhões de reais. Com os recursos resultantes da alienação, o fundo adquirirá do Município o fluxo financeiro advindo da cobrança da dívida ativa municipal. As cotas subordinadas, por sua vez, serão detidas pelo Município.

O fluxo financeiro consubstancia-se no substrato econômico dos créditos tributários inadimplidos parcelados ou não parcelados, inscritos ou não inscritos, em dívida ativa (recebíveis).

Anteriormente à constituição do fundo, o Município efetuará a contratação de auditores independentes, os quais serão responsáveis pela análise dos recebíveis objeto de oferta ao fundo, assim como dos métodos de controle da cobrança da carteira de dívida ativa tributária do Município.

O Município, ressalte-se, não irá ceder seus créditos tributários ao fundo. O que será cedido consistirá no fluxo financeiro decorrente da cobrança da dívida ativa tributária municipal. A cessão, ressalve-se, não compreenderá os valores referentes aos honorários advocatícios relativos às execuções fiscais.

Frise-se, ainda, que o Município continuará sendo o titular dos créditos tributários, e que a sua Procuradoria-Geral permanecerá com a incumbência de cobrar a dívida ativa municipal.



Uma das primeiras tentativas de concretizar operação similar à que ora se analisa foi realizada pelo Município de Belo Horizonte, que, a fim de confirmar a viabilidade da operação, apresentou consulta à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

À época da consulta, ainda não havia sido editada a instrução CVM nº 444/06. O Município de Belo Horizonte pretendia, então, com base na parte final do art. 2º, I, da Instrução CVM 356/01, saber se os créditos tributários poderiam ser enquadrados no conceito de direitos creditórios para fins de serem cedidos a Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC.

O entendimento manifestado pelo então presidente da CVM, Marcelo Fernandez Trindade, relator do processo (Processo Administrativo CVM/RJ 2005/739), foi o seguinte: *"voto pelo reconhecimento dos direitos creditórios do fundo, consistente no produto do adimplemento de contratos de parcelamento firmados pela Consulente com os contribuintes de tributos, como passíveis de utilização por FIDC constituído sob o regime da Instrução CVM nº 356, reiterando, mais uma vez, a recomendação feita à área técnica de elaboração de minuta de normativo específico que regule a criação de fundos com direitos creditórios não enquadrados na definição contida no art. 2º, I, daquela instrução"* (grifado)

O referido voto, datado de 25 de outubro de 2005, trazia a recomendação para que fosse elaborado normativo específico, o que foi observado pela área técnica, resultando na Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, que regulamentou o funcionamento de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados.

Consoante o art. 7º, §1º, da Instrução CVM 444/06, o pedido de registro para o funcionamento do fundo deverá ser acompanhado de parecer do órgão de assessoramento da pessoa jurídica de direito público. Tendo em vista o exíguo tempo de vigência da Instrução CVM nº 444, e os poucos casos



paradigmáticos, mostra-se necessário analisar a viabilidade jurídica da operação, especialmente sob o ângulo do direito público. É o que se passa a fazer.

III – Securitização *versus* Operação de Crédito e Endividamento: A operação de securitização não se enquadra no conceito de operação de crédito e, por conseguinte, não gera endividamento do Poder Público.

A primeira grande questão jurídica a ser analisada neste parecer é a seguinte: a operação de securitização enquadra-se no conceito de operação de crédito?

Conforme será demonstrado, a securitização não consubstancia uma operação de crédito e, por conseguinte, não gera endividamento do Poder Público.

Como se sabe, conceitua-se operação de crédito como sendo o compromisso financeiro assumido pelo Poder Público em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição antecipada de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos – art. 29, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal¹ (LRF).

A operação de crédito pressupõe, portanto, a sujeição passiva do Poder Público em função de uma obrigação assumida. A figura clássica da operação de crédito é o mútuo feneratício. Por ele, o poder público obtém recursos pecuniários de uma instituição financeira, obrigando-se, após um prazo predeterminando, a restituir tal valor acrescido de juros e correção monetária.

¹ Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal

Art. 29 – Para os efeitos desta Lei complementar, são adotadas as seguintes definições:

III – operação de crédito: **compromisso financeiro assumido** em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes de vendas a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações que assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos. (grifo nosso)

A operação de crédito não se limita, contudo, ao mútuo feneratício. Além das diversas operações previstas no art. 29, III, da LRF, esta lei, no art. 37, elencou uma série de outras operações que seriam equiparáveis à operação de crédito.

Observa-se, portanto, que a LRF adotou um conceito amplo de operação de crédito, no qual estaria incluída **qualquer operação que implicasse compromisso financeiro para o Poder Público**. Segundo Carlos Maurício Cabral Figueiredo², devido à dinâmica dos mercados de capitais, em que a cada momento novas modalidades de operações de financiamento são criadas, a LRF optou por valer-se de um conceito amplo de operação de crédito.

As operações de crédito compreendem, pois, qualquer espécie de compromisso que envolva uma responsabilidade futura de pagamento, acarretando, em consequência, o endividamento do Poder Público.

Tomando por base tais premissas, verifica-se que a securitização não se enquadra no conceito de operação de crédito, não podendo, assim, ser considerada um instrumento de constituição de dívida pública. Através da operação de securitização, os investidores compram cotas de um fundo, as quais tem como lastro o fluxo financeiro decorrente da cobrança da dívida ativa tributária municipal.

Observe-se, por outro lado, que, na securitização, não se está diante de um processo de abertura de crédito perante uma instituição financeira, pois, na hipótese sob análise, a finalidade precípua da contratação de tal instituição será apenas a operacionalização do processo de alienação das cotas e bem assim da administração do fundo. A instituição financeira seria, assim, uma espécie de gestora da operação, competindo-lhe, no cumprimento deste desiderato,

² FIGUEIREDO, Carlos Maurício Cabral et al. *Comentários à lei de responsabilidade fiscal*, Recife, Nossa Livraria, 2001, p. 194.



implementar as medidas materiais necessárias para que o projeto se concretize e se desenvolva da forma planejada.

Vale destacar, ademais, que a presente operação não gera o endividamento do Município, pois este, ao ceder o fluxo financeiro decorrente da cobrança da dívida ativa tributária, não responde pelo seu montante. Caso o fluxo financeiro não alcance a quantia esperada, não haverá como responsabilizar o Município, pois este não garantiu valores, mas apenas que repassará ao fundo o que vier a ser apurado na cobrança da dívida ativa tributária.

Da mesma forma, não se deve confundir "securitização" com "operação de crédito por antecipação de receita". Na securitização, ter-se-á a alienação de cotas de um fundo. Os titulares dessas cotas passarão a ter direito de propriedade sobre as cotas adquiridas. O valor desse bem, por sua vez, funda-se na expectativa de que tais cotas sejam alimentadas pelo fluxo financeiro decorrente da cobrança da dívida ativa tributária. Note-se, os investidores estarão pagando cerca de 40 milhões de reais pelo direito de ser proprietários das cotas do Fundo. Isto não se confunde com operação de crédito por antecipação de receita, pois nesta, o elemento essencial consiste no recebimento de um empréstimo. No caso da securitização não se coloca a figura do empréstimo. O que se tem é a transferência de uma mera expectativa de que o fluxo financeiro decorrente da cobrança da dívida ativa municipal venha a efetivamente se consubstanciar, conferindo à cota a projetada expressão econômico-financeira. Embora tais operações alcancem resultados similares, pois geram a disponibilidade imediata de recursos diferidos, percebe-se, claramente, que elas se assentam em substratos financeiros diversos e inconfundíveis.

Além do mais, os créditos tributários que darão lastro à aludida operação referem-se a fatos geradores já ocorridos. Assim sendo, não há que se falar em antecipação de receita, pois os aludidos créditos já deveriam ter



ingressado nos cofres públicos, e só não o foram porque restaram inadimplidos pelos contribuintes.

Ante o exposto, pode-se concluir que existem fundadas razões para se entender que a "securitização do fluxo financeiro da cobrança da dívida ativa" não consubstancia uma "operação de crédito", e que, por conseguinte, não gera endividamento do Poder Público, o que acaba por afastar as regras previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal a respeito de operação de crédito.

IV – Da Inexistência de Renúncia de Receita³

Renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução indiscriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado – art. 14, §1º, da LRF 101/00.

Observa-se, portanto, que a renúncia de receita pressupõe que a Administração deixe de arrecadar, total ou parcialmente, receitas públicas, decorrentes de tributos e contribuições. Em função disso, a LRF tratou a renúncia de receita à semelhança de uma geração de despesa, de tal forma que, para o deferimento de sua concessão, dever-se-ia incluir a obrigatoriedade de mecanismos de compensação financeira pelo ente público ("Curso de Direito Financeiro e Tributário", de Ricardo Lobo Torres, 5ª edição, Ed. Renovar, pág. 312).

No presente caso, o Município não estará dispondo de recursos tributários. Pelo contrário, estará otimizando os seus recursos financeiros,

³ Segundo Regis Fernandes de Oliveira, "[o] normal de qualquer governante é que diligencie o recebimento de todas as receitas. Com elas é que se podem atingir as metas a que se propôs e prestar bons serviços à coletividade a que deve servir. Ocorre que, por razões políticas, até importantes, o governante é levado a abrir mão de parte de sua arrecadação para estimular outras políticas. (Curso de Direito Financeiro, Editora Revista dos Tribunais, 2007, pág. 416)



mediante a transformação de perspectiva de recebimento futuro de receita inadimplida em receita presente, e, o mais importante, viabilizando o recebimento dos recursos do PAC. Não há que se falar, portanto, que a securitização do fluxo financeiro decorrente da cobrança da dívida ativa consubstanciaria uma forma de renúncia de receita nos moldes do art. 14, da LRF.

V – A operação de securitização não caracteriza vinculação de receita de impostos a fundo

Consoante o preceituado no art. 167, IV, da CF/88, afigura-se vedada a vinculação de impostos a fundo. Transcreve-se:

Art. 167. São vedados:

(...)

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços de saúde, para a manutenção e desenvolvimento do ensino e para a realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, §2º, 212 e 37, XXII, e prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo.

Os impostos, como se sabe, ao contrário das taxas e das contribuições de melhoria, consistem em espécie de tributo desvinculada de qualquer atuação estatal específica.

O poder constituinte, ao vedar a vinculação da receita de impostos a "fundo", tinha em mente os fundos especiais previstos no art. 71 da Lei 4320/64. Esses fundos especiais, segundo o dispositivo mencionado, serão constituídos pelo *"produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de*



determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação". O fundo de investimento em direitos creditórios – FIDC-NP –, característico do mercado de capitais, que o Município pretende criar, não tem por finalidade vincular receitas à realização de determinados objetivos ou serviços, mas sim otimizar a gestão da receita tributária, tomando presentes recursos que só seriam disponibilizados num futuro incerto. Embora o fato gerador dos tributos já tenha ocorrido, a situação é de inadimplência do contribuinte. Nestes casos, o Município, após inscrever o contribuinte em dívida ativa, ajuizará a competente ação de execução fiscal por via de sua Procuradoria-Geral. Tal procedimento demandará certo tempo, tempo este em que o Município ficará privado de tais recursos.

Com a securitização da dívida ativa, o Fundo, ao alienar as suas cotas seniores aos investidores institucionais, receberá imediatamente recursos financeiros, e, com base em tais recursos, irá comprar, do Município, o direito ao recebimento do fluxo financeiro decorrente da cobrança dos créditos inadimplidos. Observe-se que, com esta operação, o Município terá a disponibilidade imediata de recursos que somente seriam disponibilizados no futuro, quando concluída a ação de execução fiscal. Tais recursos, frise-se, não estão vinculados a nenhum objetivo ou serviço predeterminado em lei. Ou seja, o objetivo do art.167, IV, da CF estará plenamente atendido, pois os recursos obtidos com a venda do fluxo financeiro não estarão vinculados a nenhum objetivo ou serviço específico, podendo, portanto, ser utilizado para as despesas gerais do Poder Público.

Cabe, portanto, constatar que a *mens legis* da Constituição Federal, ao vedar a vinculação da receita de impostos a fundos, foi impedir a destinação automática da receita de impostos para determinadas finalidades previamente definidas, engessando, com isso, o orçamento público.

Com a securitização, embora as receitas dos tributos seja destinada a um fundo, esse fundo não tem por finalidade atender a um objetivo, serviço ou



finalidade predefinida. Não estamos aqui, repita-se, diante do fundo a que se refere o art. 71, da Lei 4320/64, que o poder constituinte tinha em mente ao estabelecer a aludida vedação, mas sim de um fundo típico do mercado de capitais, regulamentado pela Instrução CVM 444/06.

Os investidores institucionais comprarão cotas de um fundo de investimento. Esse fundo de investimento, por sua vez, com os recursos obtidos com a alienação das cotas seniores, adquirirá do Município o fluxo financeiro decorrente da cobrança dos créditos tributários inadimplidos. Note-se, pois, que o valor obtido pelo Município, com a venda do fluxo financeiro, ingressará no patrimônio público de forma desvinculada, ou seja, atendendo ao preceito do art. 167, IV, da CF.

VI – Conclusão

Conclui-se, portanto, pela juridicidade da securitização da dívida ativa do Município de Nova Iguaçu, haja vista que a operação mostra-se em harmonia com os princípios e regras constitucionais e legais aplicáveis, podendo-se sumariamente assentar que:

- i) a presente operação de securitização não se enquadra no conceito de operação de crédito e, por conseguinte, não gera endividamento do Poder Público, sendo desnecessária, destarte, autorização da STN para a sua implementação;**
- ii) embora não haja necessidade de autorização da STN, faz-se necessária lei autorizativa municipal, permitindo a realização da operação;**
- iii) a operação ora analisada não coloca o Município na posição de garantidor;**
- iii) a hipótese não consubstancia operação de crédito por antecipação de receita;**
- iv) também não se configura, no caso, renúncia de receita;**

v) a securitização a ser promovida não caracteriza, outrossim, vinculação de receita de impostos a fundo.

É o que me parece.

Nova Iguaçu, 04 de agosto de 2008.



Rodrigo Rabelo Tavares Borba
Procurador do Município

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fundo
**MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – DIREITOS AO RECEBIMENTO DE
CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA**
CNPJ nº 10.015.892/0001-58

Cedente
Município de Nova Iguaçu
CNPJ/MF nº 29.130.280/0001-01
Rua Athaíde Pimenta de Moraes, nº 528
26.210-190
Nova Iguaçu – RJ

Distribuidor Líder, Custodiante e Agente Escriurador
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13, 14 e 15 andares
04538-132
São Paulo – SP

Administradora
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ/MF nº 36.113.876/0001-91
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205
22640-100
Rio de Janeiro – RJ

Agência Classificadora de Risco
**Standard Poor's (McGraw-Hill
Interamericana do Brasil Ltda.)**
CNPJ nº 02.295.585/0001-40
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar
05426-100
São Paulo – SP

Empresa de Auditoria
KPMG Auditores Independentes
CNPJ nº 57.755.217/0001-29
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, 17º andar
04530 - 904
São Paulo – SP

Assessor Legal
Motta, Fernandes Rocha Advogados
CNPJ nº 35.808.211/0001-30
Alameda Santos, nº 2335, 10 e 11 andares
01419-002
São Paulo – SP